

O CAFÉ

no segundo centenário de
sua introdução no Brasil

1934

EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO
NACIONAL DO CAFÉ

RIO DE JANEIRO

1934

I. B. C.
BIBLIOTECA

Nº. 655/62

12106162

RIO DE JANEIRO

Prefácio

O Departamento Nacional do Café, além das funções de regularização dos mercados, a mais sensível para o público em geral, tem uma alta finalidade cultural. Esta abrange todos os assuntos de natureza agrícola, industrial e comercial do café e, bem assim, todos os estudos econômicos, legislativos e históricos sobre esse produto.

Para atender de pronto, e de forma sucinta, a estes objetivos, o Departamento mantém a revista DNC e o Boletim Quinzenal DNC. Para facilitar a rápida consulta da legislação, publicou a "Legislação cafeeira do Brasil", e como elemento de divulgação, acaba de editar o opusculo "O ciclo do café, da semente á chícara".

Três obras fundamentais conta divulgar o Departamento Nacional do Café em breve tempo: "História do café no Brasil", "Anuário estatístico" e "Coleção geral da legislação cafeeira", estando as duas últimas com a impressão adéantada.

A sistematização histórica do café, não poude ser organizada com a rapidez desejada, pela vastidão e dificuldade do assunto. Para auxiliar a execusão desta obra grandiosa, necessário é reunir os elementos esparso existentes, para o que o Departamento se tem utilizado das páginas de sua Revista. Nestas não cabiam, porém, o vasto cabedal de informações que se contém no número especial d' "O Jornal" dedicado ao bi-centenário do café.

O conjunto de informações aí encontradas é de tal ordem, que o Departamento Nacional do Café resolveu perpetuá-las neste volume, tornando possível, a um grande número de interessados, a leitura, hoje difícil, do número esgotado de um diário.

ARMANDO VIDAL



E. VISCONTI

ILUSTRAÇÃO FEITA ESPECIALMENTE PARA A EDIÇÃO DO "O JORNAL" COMEMORATIVA DO 51-CENTENÁRIO DO CAFEIEIRO NO BRASIL, PELO PROFESSOR ELYSEO D'ANGELO VISCONTI

Quem era Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil

BASILIO DE MAGALHÃES

A NATURALIDADE DE FRANCISCO DE MELO PALHETA

Em artigo longo e interessante com o título "A origem do café no Brasil — Como veio ter ao Brasil a primeira arvore de café", dado á estampa na revista "Chacaras e Quintais", atribuiu o dr. Waldemar Peckolt a Francisco de Melo Palheta a naturalidade de "brasileiro", sem, todavia, cogitar de comprová-la. Não se conformou com tal acerto o sr. Henrique Silva, que, por outra revista, "A Informação Goiana" (n.º de junho do corrente ano), da qual é fundador e diretor, além de contestar fosse Francisco de Melo Palheta o introdutor do café em nosso país, ainda asseverou que "o homem era luso e por sinal que sargento-mór, patente militar que nunca existiu no exército brasileiro". Em nenhum documento se estribou o autor das "Caças e caçadas no Brasil", para dar como português a Francisco de Melo Palheta, e o seu argumento relativo á patente militar é de todo improcedente, pelas duas simples razões de que em 1727, data na qual Palheta já havia sido promovido a tal posto, não existia no Brasil sinão um exército, o português, e de que tanto no exército brasileiro, oriundo da elevação do Brasil, em 1815, a reino unido, a monarquia autocraticamente federada, que compreendia a mais Portugal e Algarves, quanto no exército brasileiro, proveniente da conquista da soberania política de 7 de setembro de 1822, ainda subsistiu o posto de sargento mór (v. "Anais da Bibli. Arquivo Públ. do Pará", VIII, 1913, pag. 159, e "Uniforme do exército brasileiro", Rio-Paris, 1922, pagina 33).

Antes de escrever o dr. Waldemar Peckolt que Francisco de Melo Palheta era brasileiro, já o fizera o dr. Rodolpho Garcia ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. 81, 1918, pag. 387—, um dos mais competentes proibidosos e incansáveis pesquisadores das nossas tradições.

Ao citado historiador patriótico é que se devem as primeiras informações postas em letras de imprensa, sobre o berço e a paternidade do introdutor do café no Brasil. Com efeito, afirma êle,—e dentro em pouco direi com que elementos probantes,—que Francisco de Melo Palheta "era natural do Pará" e que teve por pae ao "capitão de infantaria João Rodrigues Palheta, nascido na vila de Serpa, província do Alentejo". Encontram-se êsses dados no trabalho "diário do padre Samuel Fritz, com introdução e notas de Rodolpho Garcia", valiosa publicação que vem na dita revista, da pag. 353 á pag. 397. O sacerdote bohemio-alemão, vindo para a província jesuitica hispano-americana de Quito em 1685 ou 1686, fez-se apostolo dos omagua do Amazonas, os quais, além de doutrina, careciam de quem os defendesse dos portugueses do Pará, que frequentemente lhes invadiam as cabildas, para reduzi-los á escravidão. Do principal aldeamento a que reduzira aqueles indios, S. Joaquim, deixou êle, em fins de janeiro de 1689 á maloca central dos jurimaguas e ou para tratar-se de enfermidade perigosa, que o acometera, ou para melhor patrocinar a liberdade dos selvagens, aportou a Belém em 11 de setembro do mesmo ano. Governava então o Estado do Maranhão, desde 1687, Arthur de Sá e Menezes (que dez anos depois veio dirigir a Repartição do Sul). Permaneceu ali o Inaciano vinte e dois meses, dezoito dos quais detido no Colegio dos Jesuitas, porquanto, logo que chegou á capital paraense, reclamou do capitão-general "o reconhecimento dos direitos da corôa castelhana sobre os territórios onde estavam situadas suas missões". Con-

sultara o governador ao soberano sobre êsse alarmante caso do padre Fritz, e a resposta do rei de Portugal já alcançou ao sucessor de Arthur de Sá e Menezes, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que regeu o Estado do Maranhão de 1690 a 1701 (vindo mais tarde para a capitania de S. Paulo e Minas do Ouro, que instalou em 1709 e superintendeu até 1713). Reprovou d. Pedro II a detenção do loiolista e ordenou fosse o mesmo repostado, á custa da real fazenda, no ponto das missões de que saíra, ou em Quito, se fosse preciso. Afim de cumprir tal ordem, consumiu o representante da metrópole três meses. Só a 8 de julho de 1691 pôde regressar o padre, acompanhado por um cabo ("capitão?"), um alferes, sete soldados, um cirurgião e trinta e cinco indios, êstes comoromeiros da flotilha de canoas.

E' aí que aparece a mais antiga referência, que se conhece em documentos de boa fonte, a atividade militar de Francisco de Melo Palheta. De fato, dando notícia da escolta, que, por mandado do soberano lusitano, o ia conduzir de retorno, pelo rio-mar, ás terras americanas da corôa espanhola, disse no seu "Diário" o padre Samuel Fritz que só dois dos homens que a compunham "eram portugueses brancos", o cirurgião, cujo nome não declinou, e o soldado Francisco Palheta (sic.). Ora, não se deve tomar á letra, na referida expressão, o gentílico "portugueses", porque o mesmo se applicava então, sem rigor etimológico, aos brancos alistados no serviço da metrópole. E foi precisamente anotando tal asserção do jesuita que Rodolpho Garcia reivindicou para o introdutor do café no Brasil a natividade paraense.

Como se vai ver dentro em pouco, pela relação da viagem de descobrimento do rio Madeira, chegando o ajudante da expedição, antes dos mais companheiros, á povoação de Santa Cruz de Cajuava, perguntou-lhe o padre, superior dessa redução de indios, se era cavalheiro o cabo da tropa; e o dito ajudante, referindo-se ao sargento-mór Francisco de Melo Palheta, respondeu "com a verdade de que era dos principais da terra na capitania do Pará". Ora, significa isso não só que Palheta era, pelo seu posto, pessoa de respeitabilidade ali, como ainda que era paraense nato, porquanto, se o não fosse, não se usaria para com êle de expressão "da terra".

ELEMENTOS DE CONVICÇÃO

Onde foi, porém, que encontrou o exímio pesquisador das nossas tradições os elementos de convicção para semelhante asserto, cuja relevância é inegável, porquanto apraz sobremaneira ao nosso orgulho patriótico tenha sido um brasileiro nato o espontâneo e abnegado iniciador da nossa maior prosperidade agrícola?

Foi num exemplar do "Compendio das éras da província do Pará" (Pará, 1838), de Antonio Ladislau Monteiro Baena, e que pertenceu a Manoel Barata, vindo enriquecer a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, á qual doou o ilustre paraense toda a sua excelente coleção de livros. Os sobre-dito volume de Baena está repleto de observações marginaes, manuscritas e devidas a Manoel Barata, que ora corrigia enganos, ora preenchia lacunas da obra daquele official do exército portuguez, de quem se pôde dizer que se naturalizou "paraense".

Não aproveitou Rodolfo Garcia integralmente a nota de Manoel Barata, que tanto interessa á biografia de Francisco de Melo Palheta e que vem á pagina 109 do mencionado trabalho, quando Baena, historiando acontecimentos immediatamente posteriores a 1663, trata de um assalto dos indios caboquenas e guanevemas á aldeia de Saracá, "onde estava o alferes João Rodrigues Palheta".

Graças a Manoel Barata—que era a personificação da proibidade nas investigações históricas sobre a terra natal—fica-se sabendo que Francisco de Melo Palheta "era natural do Pará". Teve por pais a João Rodrigues Palheta "(na-

tural da vila de Serpa, na província do Alentejo” e que chegou, no Brasil, ao posto de “capitão de infantaria”) e d. Maria da Ressurreição de Bitencourt, Francisco de Melo Palheta casou com d. Bernarda de Mendonça Furtado, a qual, pelo cognome, devia ser aparentada com uma das mais distintas famílias lusitanas.

Ficam, assim, esclarecidos pontos que até agora jaziam na mais completa obscuridade, quanto ao introdutor do café no Brasil, faltando, ainda, infelizmente, dados fidedignos quanto ao final da sua existência, de 1733, em diante.

O “EL-DORADO”

Sendo militar o pai, bem moço, talvez, assentou praça Francisco de Melo Palheta na tropa regular da guarnição portuguesa do Estado do Maranhão, o qual fôra criado a 13 de junho de 1621, abrangendo, além da capitania do Maranhão a do Pará (a que depois se agregou a do Rio Negro) e a do Ceará (pouco depois dêle desmembrada e incorporada no govêrno de Pernambuco), e, acrescido ulteriormente da do Piauí, durou até 1775, com a denominação final de Estado do Maranhão e do Grão-Pará.

Póde-se presumir que Francisco de Melo Palheta tenha nascido por volta de 1670 e que em 1691, simples soldado, contasse, pelo menos, 21 anos de idade.

Saída de Belém, a 8 de julho de 1691, a expedição de que fazia parte Palheta, só deixou o padre Samuel Fritz a 20 de outubro, na aldeia de Nossa Senhora das Neves, dos jurimaguas, depois de havê-lo conduzido até a de Maiavara, última redução dos omaguas. E o cabo da tropa não largou o jesuita, sem que primeiro o intimasse—conforme ordem reservada que levava do govêrno do Estado do Maranhão—a retirar-se “daquelas províncias, por pertencerem á côroa de Portugal”. Conta o inaciano que a dita força, além de outras coisas, fez desmonte á margem do sul, em frente á aldeia de Guapapaté, onde pôz por marco uma arvore grande, e, anteendo outras proezas dos portugueses naquêles remotos rincões (V. “Anais da Bibl. e Arquivo Públ. de Pará”, vol. I, 1902, pags. 132-133 e 135-136), insinuou que os mesmos exgotavam por ali “achar a porta para entrar no “El-Dorado” que sonham não estar muito distante”. Esse padre Samuel Frits e mais outro colega ainda deram muito que fazer aos portugueses do Pará, em 1710 (v. “Anais da Bibl. e Arch. Publ. do Pará”, 1902, t. I, pags. 132-133 e 135-36).

Essa lenda do “El-Dorado”, criada ou derramada no mundo por Sir Walter Rabigh, em 1597, com a publicação da sua obra “The discovery of the large, rich and beautifull Empire of Guiana, with a relation of the great and golde citi of Manoa, and of the provinces Emeria, Arromaia, Amapale, etc. performed in the year 1595”, exerceu no Brasil grande influência bem assinalada por Southey (“História do Brasil”, trad. do sr. L. J. de Oliveira e Castro, 1862, vol. II pags. 32-25). Imaginando o maravilhoso reino ora na região de Nova-Granada ora na da Guiana (onde Americo Vespucio, um século atraz, julgava ter sido o paraíso terreal), tal fabula, segundo o historiador inglês, custou á Espanha “mais sangue e dinheiro do que todas as suas conquistas no Novo Mundo”, e a ela deveu o Brasil “um longo período de tranquilidade”, porquanto os pirateadores ingleses, e, depois dêles, os flibusteiros holandeses e os aventureiros franceses, seduzidos pela quimera de que se servira Raleigh como chamariz, foram, afinal, assentar-se ás margens do Oiapock e do Orinoco em busca da encantada e falaz Manôa...

O “El Dorado”, que, afinal, apareceu em Suriman e em Caiena, no primeiro quartel do seculo XVIII, era o fruto da “coffea arábica”, que Francisco de Melo Palheta, em 1727, havia de transportar para o Brasil.

VIDA DE PALHETA

Não se conhecem outros fatos concernentes á vida de Palheta no restante do seculo XVII e dentro da primeira década do XVIII, senão o de haver êle obtido do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, a 7 de fevereiro de 1709,

uma sesmaria no rio Ubituba, a qual lhe foi confirmada por ato régio de 10 de fevereiro de 1712 (v. "Anais da Bibl. e Arquivo Publ. do Pará", t. III, 1904, pagina 55). Vê-se por aí, que não obstante prosseguir na carreira militar, em que ia ascendendo aos primeiros póstos, entendeu êle de dedicar-se também á agricultura. Já certamente em plena velhice, ainda mais se lhe acentuou o pendor, ou, quiçá, a necessidade de desenvolver a lavra de terras, pois conseguiu do govêrno local outra sesmaria no Pará, "entre as bôcas dos igarapés Arapijô e Guajará", por alvará de 14 de agosto de 1731, doação que foi confirmada por d. João V a 20 de março de 1733 (op. cit., id., col. cit.). Como se demonstrará mais adiante, êle próprio se entregou á cultura do cafeeiro.

Os atos mais notáveis da existência de Francisco de Melo Palheta ocorreram em 1722-1723 e 1727.

Exatamente um centenário antes da independência do Brasil, já ocupava êle o posto de sargento-mór (equivalente ao de major áttual), quando foi incumbido pelo governador do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama (19 de Julho de 1722), de importante missão no "far-west" brasileiro. Dessa bandeira — que, vencendo obstaculos e arrostando perigos, chegou até a região dos baurês, moxos e inuteis—deram vagas notícias muitos escritores, mas, até quasi fins do século passado, ninguem lhe conhecia o íntegro relato official. Tendo, porém, o falecido livreiro João Ribeiro Martins oferecido á Biblioteca Nacional uma coleção de manuscritos, da mesma fazia parte (em cópia recente, constante de um "in-folio" de 35 pags., feita do original existente no t. I dos "Papeis vários" da Torre do Tombo) o dito importante documento, que, sob o n.º 19.621, figurou na Exposição de História e Geografia do Brasil, realizada a 2 de dezembro de 1881 (v. "Suplemento ao Catálogo", 1883, pag. 1657).

Eis o título do mesmo:—"Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento Mór Francisco de Melo Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por Ordem do Senhor João da Maia da Gama, do Conselho de Sua Magestade, que Deus Guarde, seu Governador e Capitam General do Estado do Maranhão cuja viagem e expedição se fez no ano primeiro do seo governo: e se gastou nela desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte e dous, the 12 de Setembro de mil setecentos e vinte e três".

Capistrano de Abreu—o inolvidável mestre, cujo luminoso espirito acaba de ser apagado pela morte—percebendo-lhe a relevância, copiou-o da dita coleção e fê-lo estampar na "Gazeta Literária" (excelente revista, de efemera duração, aquí dirigida por Teixeira de Melo e Vale Cabral), nos. de 11 de outubro e 24 de novembro de 1884 (pags. 372-376 e 387,387-391 do t. I. unico publicado).

E' o seguinte:

"A BANDEIRA DE FRANCISCO DE MELO PALHETA AO MADEIRA, EM 1722-23, SEGUNDO UM DOS SEUS COMPANHEIROS A PARTIDA"

"Partiu a tropa da cidade de Belém, praça do Grão Pará, a 11 de novembro, em que veiu o mesmo general despedir ao sargento-mór e Cabo, acompanhado da nobreza da terra: e já despedidos, demos uma salva geral, e emproando as proas ao Norte que seguíamos Leste-oêste, nos fomos despedir de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a quem nos encomendamos e a tomamos por estrela e nossa advogada, para com seu patrocínio vencermos este impossivel e um descobrimento de todos tão desejado.

A continuar nossa derrota se seguia a galeria *Santa Eufrozina e São Ignacio*, em que vai o Cabo, que esta é a nossa capitania; seguir-se-lhe a galeota do padre capelão com a invocação de *Santa Ritz e Almas*, e a esta a canoa *São Joseph e Almas*, que serve de armazem em que vai o maior computo de soldados: a esta

1
7
2
7

1
9
2
7



COMPOSIÇÃO
DO
PROFESSOR MARQUES
JUNIOR, DA ESCOLA
NACIONAL DE BELAS
ARTES

FRANCISCO DE MELLO PALHETA
QUE INTRODUZIU O CAFEIRO NO BRASIL

se seguia a galeota *Menino Deus*, em que vai o sargento com a mais infantaria, e por último a galeota *Sancta Rosa*, em que vai o capitão de infantaria da mesma tropa servendo de almirante.

A VIAGEM

“Fomos buscando o rio Mojú e seguindo por êle a nossa jornada até o estreito de Igarapé-merim, que desemboca no rio dos Tocantins, onde está fundada a vila de Cumatá, em dois grãos ao sul: nesta dita vila estivemos tres dias, á espera da infantaria volante que dela nos acompanhou e levámos de guarnição; e daqui demos ordem a partir buscando o rumo que havemos de seguir pelo grande rio das Amazonas, o qual é um dos maiores que no mundo se tem descoberto, que corre de léste a oeste; e o seguimos até embocarmos pelo famoso rio da Madeira (ou rio Venes, como é chamado pelos Hespanhões, das Indias, de Hispanha, no Reino do Perú), que nela agora descobrimos, e corre este de norte a sul, pelo qual fizemos entrada a 2 de fevereiro de 1723, e gastámos dias de bôa maré há 17 até aonde nos aposentamos a fazer arraial em uma tapera do gentio Dumas, sítio admiravel em tudo, assim para a nossa segurança, como em o necessario, no qual mandou o cabo se lhe puzesse por invocação Santa Cruz de Iriumar, onde fizemos igreja, armazem, corpo de guarda e casas necessarias; aqui mandou o cabo repartir a infantaria em duas esquadras, de onde atualmente havia uma sentinela que guardava munições e fazenda real e de noite uma ronda para onde a sentinela, canoas e todo o arraial.

Depois de tudo acima disposto, ordenou o Cabo se fizessem seis galeotas para se poder nelas passar as cachoeiras; o que fez pela informação que teve se não podia fazer entrada com as grandes com que nos achavamos pela terribilidade das pedras.

AS CACHOEIRAS

“Feitas as ditas galeotas as preparamos de todo o necessario e de quantidade de cabos para as puxarmos pelas cachoeiras; neste tempo se esperava já pelo socorro da cidade, o qual chegou a 4 de junho, e havia muito tempo que os miseraveis soldados, indios e inda o Cabo, depois das frutas do mató acabadas, comiam unicamente carne de lagartos, cameleões e capivaras, por não haver outro mantimento, pois não tinhamos outra cousa a que nos tornassemos.

Com o dito socorro tambem veio o reverendo padre mestre João de São Paio, em sua galeota, e tanto que o Cabo se viu socorrido de nosso excelentissimo general, tratou logo de se pôr a caminho, o que fez a 10 de dito mês de junho com 10 canôas pequenas, que são as seis que se fizeram e quatro que tinhamos.

Antes de embarcar encarregou a Lourenço de Melo o govêrno do arraial encomendando-lhe muito a paz, união e conservação da gente que lhe deixava, assim soldados como indios, deixando-lhe as disposições por escrito firmado do seu nome.

Fomos seguindo nossa viagem por aquele temerario e horrivel rio e o padre mestre João de São Paio nos acompanhou um dia de viagem, donde se despediu de nós tornando para a sua missão, e nós fomos seguindo nossa derrota até a ilha nova da Praia de Santo Antonio, onde tivemos missa no dia do dito Santo, razão porque assim o invocámos. Aqui mandou o Cabo tirar a soma da gente com que se submetia ao seguimento daquele rio e de suas vertentes e achamos por conta 118 pessoas, 39 de armas de fogo e 88 indios de frechar, e com êste numero de gente prosseguimos a viagem.

Chegámos ao rio Iamary com 10 dias de viagem, e continuando para cima aos 22 do mez chegamos a cachoeira chamada Maguary, e na passagem dela se alagou Damaso Botelher em uma galeota, na qual perdeu o Cabo a sua canôa, o que deu por bem empregado por ser em serviço de Sua Magestade, que Deus guarde.

UMA "FIGURA DO INFERNO"

"Daqui fomos á cachoeira chamada dos Iaguerites, aonde chegamos vespera de S. João e nela vimos sem encarecimento uma figura do inferno: porque tendo eu visto grandes cachoeiras, como são as horrivéis e celebradas do rio dos Tapajós todas e do rio dos Tocantins, a Itaboca e as mais que se seguem pelo rio de Araguaya e por êle até a cachoeira do Padre Raposo chamada Otitimborá, pois nenhuma iguala nem tem paridade a esta do rio de Madeira, na sua grandeza e despenhadeiros de pedras e rochedos tão altos que nos pareceu impossivel a passagem, como na realidade, pois para a passarmos foi necessario fazer-se caminho, cortando uma ponta de terra onde fizemos fachinas, sendo o Cabo o primeiro no trabalho a dar-nos exemplo, e fizemos uma bôa grade de madeira por onde se puxaram as galeotas, no dito dia ainda se puxaram quatro suposto que com muita fadiga, e já acabamos tarde, e no outro dia, que foi o do nascimento de S. João, se puxaram as mais e se carregaram outra vez com farinhas e munições, que as fomos comboiar mais de meia legua de caminho por terra.

PRAGAS DE PIUNS

"Daqui continuámos nossa jornada passando cachoeiras umas atraz das outras e chegamos á quinta cachoeira, a que chamam Mamui, que passámos 3 dias em passar nêle as galeotas á corda, não havendo exceção de pessoa nêste grande trabalho, e com tal perseguição de pragas de Piuns, que cada mordedura é uma sangria, e ficamos em uma ponta aonde foi julgada que humanamente se não podia passar; e passamos as galeotas a outra banda do rio para haver de melhor passar, e o Cabo mandou puxar a sua galeota por cima das lagens e as duas mais pequenas que servem de espia, e foi esperar pelas mais canôas á ilha chamada das Capivaras, e pela tardança deram bem cuidado ao Cabo até 9 horas da noite, que nos ajuntamos; e logo que amanheceu fomos seguindo nossa viagem á cachoeira chamada Apama, a espera de São Pedro; e fazendo fachinas igualmente soldados e inferiores, rompemos as matas pela terra a dentro dois quartos de legua, em que gastamos dois dias em fazer caminho e grade, rompendo a golpe de machado e alavancas grandes pedras e afastando outras aos nossos hombros com bem risco de vida.

Esta cachoeira assinalada dos Apamas é tão terrivel e tão monstruosa e horrivel, que aos mesmos naturais de cachociras mete horror e faz desanimar, porque de continuo está no mais violento curso de sua desatada corrente, o que não encareço por não ser suspeito, porém deixo á consideração e representação dos experientes, pois por muito que dissera não dizia nem ainda a terça parte do que é, o que se pôde perguntar igualmente assim ao Cabo e capitão como a todos os mais da companhia.

TERRAS CAIDAS

"Aqui demos ordem a puxar as galeotas, e se puxaram tres a meio caminho, porque uma galeota botou o beque fóra cercio, desfazendo a amura e as conchas, que foi necessario pôr-lhe rodela, ao outro dia se puxaram as mais; e a 2 de Julho, depois das galeotas concertadas e breadas que se acabaram pelas 10 do dia, partimos e fomos seguindo a nossa jornada todo aquêle dia, sem acharmos porto capaz até ás 8 da noite, porque êste rio em si está a cair toda a beirada continuamente e de tal sorte caem pedaços de terra, que deixa uma enseada feita e fomos dormir a uma ilha de pedras de onde achamos bôa ressaca para as galeotas se amarrarem seguras; e logo que amanheceu seguimos viagem ao porto dos Montes, onde disse o guia virá um caminho que descia ao porto que era do Gentio, que habitava naquele logar, mas, não se viu trilhas nem caminhos, por estar já

deserto; neste dito porto fomos visitados por uma praga de abelhas, assim e quantidade das grandes, como a maquina das pequenas tão espessas como nuvens, buscando-nos olhos, e ouvidos e bôca, e todos enguliram bastantes, porque se as enxotássemos das rações ficaríamos destituídos de toda a limitação que temos de farinha, que é tão limitada a medida em que se dá, que apenas é para dois bocados de boca, e fechada cabe em uma tão toda; logo tambem o que vamos comendo, são cameleões e uns animais a que chamam capivaras, e alguns por se não atrever a estas poucas carnes comem só ovos dos ditos lagartos. Peixes de nenhuma casta, nem sorte se acha, que das pobres espingardas é que vamos passando a remediar a vida.

O Cabo que nos rege não dormenem socega antevendo o futuro, e por isso é tão previsto e assim vamos com muita regra com a farinha; e tornando á nossa derrota fomos caminhando até á noite que aportamos na beirada de uma cachoeira e determinamos a passa-la no segundo dia.

AS GRUTAS E OS MONSTROS

“Nêste logar deu parte o Principal Joseph Aranha ao Cabo haver visto uma mui grande cobra abolada, que affirmam todos os que a viram teria de comprimento pouco menos de 40 passos e de grossura julgaram ter 15 a 17 pés, grandes monstruosidades de animais semelhantes tem êste rio, porque com esta são duas que se tem visto nesta viagem, e outras maiores imundices se pôde ver nêle, porque não ha duvida que essas veemencias de pedras (nas concavidades que têm), muito mais pôde criar.

E assim que amanheceu fômos seguindo nossa jornada até ser horas de parar e tomámos porto pelas 11 do dia.

ENCONTRO COM O GENTIO

“Aos 7 do mês de Julho, indo gente a descobrir campo viram trilha nova de gentio e logares frescos, o que logo deram a saber ao Cabo, que no mesmo instante mandou gente bastante, para ter encontro a qualquer invasão ordenando ao soldado Vicente Bicudo o seguisse e os mandasse praticar para que viesse o principal á sua prezença, declarando-lhe os não mandava fazer mortes ou amarrações nem outro genero de agravos.

Haveria espaço de duas horas que tinha partido o dito soldado, quando chegaram as mais galeotas da conserva, que de retaguarda vinham, mandou logo o Cabo ao ajudante Manuel Freire com grosso poder, fazendo-lhe a mesma advertencia e que declarasse logo pazes com o dito gentio pelos meios mais suaveis de dadivas.

Partiu o ajudante a incorporar-se com o soldado Bicudo, e por ser já tarde dormiram no mato e depois que o dito ajudante partiu ordenou mais o Cabo a Damaso Botelho engenhasse uma picada em fórmula de trincheira, o que logo se fez com tres guaritas, em que ficamos seguros como já para ter encontro ao inimigo, e assim que amanheceu foi um soldado com dois indios nossos (de licença do Cabo), a buscar a vida, quando nas mesmas horas voltou a dar parte tinha ouvido rumor de gentio e chorar criança, o que ouvido pelo nosso Cabo mandou logo ao Capitão fosse mandar praticar ao dito gentio, mas êste, como nunca tinha visto brancos, se puzeram de fugida debaixo de suas armas, e despedido o Capitão para a diligencia, mandou o nosso Cabo guarnecer as guaritas, e os poucos indios com que nos achavamos na defilada pela coartina, já para ter mão ao que pudesse succeder, mas tudo se acabou com a chegada do capitão apresentando por preza a um velho que no pé esquerdo não tinha dedos, tres Indias e tres crianças.

ORGULHO DE INDIO

“Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, Indio moço e mui arrogante, e é certo que chegou com mui pouca vontade porque dizem se atracára com um Indio nosso, mas que vendo o nosso poder aplacára de furia, e assim solto o trouxeram á presença do nosso Cabo; acompanhava a êste dito Principal dois mocetões, seus filhos, de pouco mais de 15 a 12 anos e duas Indias, mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam computo de treze cabeças.

Fez o Cabo o possivel por um lingua para os mandar praticar, mas não se achou quem os entendesse, porque falando a nossa lingua, batiam com as mãos nos ouvidos, mostrando ter sentimento de não ouvir a nossa pratica, mas com grandiosos mimos e dadivas ficaram mui contentes e satisfeitos no que mostravam.

“PAZ FIRME E VALIOSA”

“Aqui Nossa Senhora do Carmo, que não falta a seus devotos, espiritou ao lingua em falar-lhes em lingua de outro gentio seus conhamenas, logo respondeu o Principal gentio com um agrado ao que lhe propunha o nosso lingua por cuja giria foi continuando a prática, e sobre e por razão da paz firme e valiosa que com êles pretendiamos fazer, e na mudança de vida para virem ao gremio da igreja, avassalhando-se como os mais gentios fizeram, a que respondeu estava contente e certo nas clausulas e firmeza da paz, e dizendo ao Cabo que o esperasse que o queria vir visitar de sua província e trazer-me algumas cousas em reconhecimento do bom trato e mimos que lhe havia dado, se queria recolher; ao que o Cabo respondeu mandando-lhe dizer que tudo agradecia e que se fosse em paz, que sua vontade era seguir para cima o rio, fazendo pazes e descobrimento, que não vinha fazer escravos, senão amigável paz com todos; e aqueles que lhe quizerem impedir sua jornada tomando armas para êle, que a este sim lhe declararia guerra.

“AS INDIAS COBRIAM O QUE A NATUREZA OCULTAR ENSINA...”

“Foi o Principal gentio em paz para a sua província, o qual na estatura e presença muito bem parecido e os enfeites que trazia era uma coleira de miudas contas de fruta do mato, muito negras e o cabelo atado atraz em molho e nêles um penacho, e por diante trazia o cabelo cortado, de orelha a orelha, os beiços tintos de vermelho de uma casca de pau que mordia; as Indias cobriam o que a natureza ocultar ensina com umas franjas de fio tecido, e cingiam no cinto com uma enfiada de contas das ditas frutas do mato; era para ver como festejavam os nossos avelorios; é êste gentio muito pobre; as suas rêdes são de casca de páu aqui chamados embira.

PROSSEGUE A VIAGEM EM PLENA VORAGEM DAS CACHOEIRAS

“Despedidos êles, ficamos de aposento até ao outro dia ao amanhecer, que fômos seguindo a viagem, e sendo por horas de vesperras chegámos á paragem em que o rio estava tapado com uma grande cachoeira e andamos buscando canal com excessivo trabalho. Começámos a passar a 9 de julho e a 12 do dito é que saímos dela, e logo avistamos o apartamento do rio que vai ao Sul, para onde seguíamos a nossa jornada, deixando o famoso rio da Madeira a Oêste, entramos pelo dito a que os Hispanhóes chamam Mamuré, e nêste mesmo dia passamos dêle a primeira cachoeira.

Sendo pela manhã no dia seguinte depois de missa partimos a passar a dita temeridade da cachoeira, e posto a galeota do Cabo para ser a primeira na pas-

viagem, não foi possível, porque assim que fomos puxando por ela, para subir um degráu, que só teria seis palmos de altura, por ser muito direita a quéda que fazia a agua com a velocidade que despenha a furia da correnteza, logo sem mais tempo se foi a pique largando toda a pobreza que levava dentro em si, sem dar tempo a que lhe pudessemos acudir, porque inda que fossem as amarras do mais fino linho não poderiam ter mão a estas grandiosas correntes.

Ficou o nosso Cabo nesta alagação destituido de tudo, que uma viagem com dois naufragios é grande perdição, e sem poder neste sertão remediar-se do preciso: aqui ia morrendo um soldado afogado se lhe não acudissem; vendo o Principal José Aranha que a primeira se afundava nem por isso deixou de se submeter ao perigo, e querendo passar a sua, lhe disse o Cabo repetidas vezes: quantos hoje hão de ficar orfãos; e indo-se já puxando por duas grossas cordas, tornou a repetir o Cabo aos Indios que na galeota iam, que tirassem as camisas para as não perderem; não tinha bem acabado de dizer, quando logo se foi a galeota a pique arrebrandando as duas cordas, e por grande diligência do Cabo, a firmamos do fundo do mar, que já estava cativa das temerarias pedras e soberbas ondas que faz, levantando outra vez ao alto a correnteza que vae de riba.

UM MILAGRE DE NOSSA SENHORA DO CARMO

“Aqui obrou Nossa Senhora do Carmo um grande milagre, porque um Indio nosso chamado Martinho, por enfermo dos olhos estava em uma rêde debaixo dos paíões da canôa e escapou sem molestia quando a canôa se subverteu, de sorte que o susto bastava para molestar. Estivemos dois dias concertando as duas galeotas e no terceiro dia fomos seguindo viagem, sempre levando por prôa aquela máquina de pedras e com o trabalho de ir puxando as nossas galeotas até o porto do gentio chamado Cavaripunna, e como os espias deram com um caminho seguido de gentio, mandou o Cabo uma escolta boa procurando ao Principal daquela nação, e se recolheu a dita escolta com seis pessoas, a saber, um Indio de meia idade com dois filhos maiores, duas crianças e a India mãe desta familia. E vindo estes tais á presença do Cabo lhes mandou perguntar si entre elles vinha algum Principal, ao que respondeu o Indio pai da familia que não, e que temido dos brancos pelos não cativar viviam separados, cada um por seu norte distinguidos, e de sua nação, solitario êle vivia naquelas brenhas, mas que sabia que o Principal Capejú que da outra banda do rio vivia desejava muito de ter fala de brancos para se commerciar; ouvido pelo Cabo e certificado de seu dizer lhe perguntou que dias se gastaria a chamar o dito Principal Capejú; disse que quatro dias e que êle mesmo o iria chamar e que esperassemos depois de passada a ultima cachoeira, e que por firmezar de sua palavra deixaria na nossa companhia sua mulher e filhos; despediu o Cabo ao Indio (com dois Indios mais nossos que lhe falavam a giria), com bastantes mi-mos, de ferramentas, facas e avelorio aos 18 de julho.

O CAUDALOSO RIO DE “AGUA PRETA”

“Logo que amanheceu o seguinte dia nós fomos aposentar na espera do gentio, onde estivemos dez dias, e como não vieram prosseguimos nossa derrota até as bôcas dos rios de agua branca e de agua preta, onde chegamos no 1.º de Agosto.

Este caudaloso rio dagua preta se aparta do rio branco, correndo na bôca a Sueste quarta de Sul, a cujo rio chamam os espanhois Itennis, e o dito rio Branco parte a Sudéste quarta de Oéste, na entrada a que tambem os Hespanhois chamam Mamuré.

Entre êstes dois rios nos aposentamos em uma longa praia de arêa e daquí seguimos o rio Branco por nos parecer mais pequeno é porque não ha estalagem

de gente que nêle cursa que não tenha cruz, doutrina seguida em aquella povoação com estes vestígios, a nossa fatal viagem com a esperança de aproveitar com fruto tanto trabalho e perigos de vida.

UMA CRUZ POR BANDEIRA

“E sendo a 6 de agosto o sentinela que fazia o quarto da lua falou a uma canôa que vinha rio abaixo com 10 Indios espanhois, foi o Cabo em pessoa na sua galeota tomar-lhes o encontro a falar com êles, e trazendo-os para a praia donde estavam se informou o nosso Cabo cabalmente e tomámos um guia para no levar seguros ao porto da grande povoação de Santa Cruz de Cajuáva, e nos seguinte dia por horas de vesperar encontramos cinco canôas, que iam deste rio Mamuré para o da Itannis, e assim que nos avistaram levantaram uma cruz por bandeira, e perguntando-nos si eramos cristãos lhes responderam que sim a Portugueses, a que sorrindo-se e benzendo-se todos a um tempo: cristãos portugueses? Nós o somos de S. Pedro, e falando com o Cabo tomámos terra, onde jantámos.

Estiveram conosco estes gentios pouco mais de uma hora, e neste limitado prazo tiveram êles e tivemos nós um grande contentamento, de sorte que ficou apagando todos os trabalhos de antes; despediram-se para baixo e nós prossegui-mos; e já daqui se não vê matos sinão tudo campos gerais assim de uma como de outra parte do rio e pela terra a dentro.

NA “TERRA DA CRISTANDADE”

“Pelas 4 horas da tarde ouvimos zurros de gado vacum, e ordenou o Cabo fosse o Sargento Damaso Botelho a dar a entrada e lhe recomendou a força da diligencia e manifestação ao regedor. Daquí dizia o guia não chegaremos á povoação sinão amanhã, e como logo ouvido isto, mandou o Cabo se marchasse toda a noite, e senão parasse sinão juntos da dita povoação, aonde esperaria pelo Ajudante, que enviou adeante com a embaixada de sua vinda, o qual chegado pelas 7 horas da manhã, o levaram pela povoação dentro os Indios dela com tal amor e cortezia que fazia admirar, e chegando á praça falou aos Padres que estavam naquele collegio, os quais receberam com repiques de sinos e grande alvo-roço daquele povo, mostrando com instrumentos de orgão, cravo e músicas e com clarins e charamelas e como nos festejavam alegres.

A saudação que os ditos Padres fizeram ao Ajudante, foi beijando-lhe a mão com o nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo, e o levou para dentro, aonde estavam mais dois religiosos, dos quais foi abraçado e o levaram para dentro porque se não entendiam nem se podia ouvir a fala de uma pessoa a outra pelo grande rumor da muita gente que a rodeava.

Chegado com os ditos Padres o Ajudante ao sobrado, onde em uma capelinha estava uma imagem do senhor Crucificado em um grave nicho, que de uma e outra parte tinha janelas rasgadas que caíam sobre o Jardim; aqui ajoelhou o Ajudante com uma devida reverencia, dando graças a Deus de haver chegado á terra de Cristandade com tão bom successo depois de tantos trabalhos.

Acabada a oração lhe ofereceram os Padres assento e pondo-se em silencio interrompeu o nosso enviado dizendo:

“Reverendissimos Padres, nós somos vassallos do senhor Rei Dom João Quinto de Portugal que Deus guarde e por noticias e sinais que se viu nêste rio de muitas cruzes se revolveu o senhor João de Maya da Gama, nosso excellen-tissimo Governador e Capitão General, a mandar dez galeotas armadas em guerra com infantaria cravineiros a fazer descobrimento, e trazemos um Sargento Mór por Cabo da tropa, o qual me envia a dizer a Vossas Reverendissimas que se não alterem, nem a gente deste povo, pois que vem com todo o socego, paz e quietação até chegar aqui, e por razão do estado me enviou a dar parte a Vossas Re-

verendíssimas e ao regedor deste povo, para que assim se não assustem com a sua entrada”.

Respondeu o Padre Miguel Sanches de Arquino que já havia muitos anos esperavam a vinda dos senhores Portuguezes a aquelas Indias, e perguntando que gente traziamos, lhe deu por conta o nosso Ajudante que 118 pessoas; perguntou se era o Cabo cavalleiro e lhe foi respondido com a verdade de que era dos principais da terra na capitania do Pará; perguntou mais si traziamos Missionario e de que religião, foi-lhe dito que só um clerigo levavamos por capelão; perguntou mais pelos nomes, o que tudo se lhe disse, principalmente do Cabo, Capitão, Capelão e Ajudante.

A “HORA DE DEUS”

“Então disse o Padre Miguel Sanches de Arquino que mandava ao Padre Irmão Oliberio Nogueira com Sua Mercê a receber o Cabo, o que estimava muito a sua boa vinda a aquela povoação e que não só lhe mandava beijar os pés, mas oferecer-se para lhe obedecer em tudo, e que entrassem na hora de Deus, que tudo estava socegado e nem a cortezia dos honrados e valorosos Portuguezes podia em nada alterar os corações e que o seu estava aberto para nêle e nos braços o receber com grande gosto; que só tinha o pezar de ser esta vinda em ano tão esteril pela inundação do passado: tornaram a abraçar todos ao nosso Ajudante com demonstrações de muito contentamento e debaixo de um chapéu de sol a uso da terra, o qual é feito de penas de avestruz, acompanhado do Padre Irmão se foram buscando o porto do desembarque em busca do Cabo, que o estava esperando da outra parte do rio.

Embarcou-se o Ajudante e juntamente o Padre Irmão e Capitães e Alcaldes e si a galera pudera com mais gente, muito mais iriam nela a receber o Cabo, porém nas que se achavam no porto também se embarcaram para acompanhar ao Ajudante e dando êste a senha com um tiro respondeu a tropa junta com uma descarga ao recebimento do Padre Irmão, e ao salvarem-se com o Cabo outra e ultimamente a tres vivas dos Reis tres cargas, abalando-se as galeotas da tropa com o mesmo concerto e desfilada (seguinte ao nosso Cabo), os mais fomos aportar á povoação, e já no porto estariam duas mil pessoas á nossa espera para nos cortejarem, e assim com êste acompanhamento entramos pela povoação, e chegando o nosso Cabo áquella grande praça do Colegio, vieram os mais Padres a recebe-lo; estavam as tres portas da Igreja todas abertas e os sinos se desfaziam com repiques, charamelas, clarins, orgão e todos os mais instrumentos de musica, que fazia uma grande entoação.

O “TANTUM ERGO”

“O altar mór da Igreja estava ornado e com seis velas de libra acêsas, e fazendo oração o nosso Cabo e os mais de sua guarda em ação de graças entoamos a salva de Nossa Senhora com a sua ladainha e tivemos missa logo, donde ao levantar a Deus entoamos o *Tantum Ergo* e no fim dela o Bemdito, o que tudo acabado, vieram os Padres e levaram ao nosso Cabo em braço para uma grande casa, que parece é quarto feito naquele Colegio para hospedar pessoas grandes e onde estava ornado um grande e famoso bofête cheio de flores e outras delicias daquellas Indias, e a um e outro lado da grande casa tamborettes, catre e rêde, á usança da terra, armario com o necessario, e se puzeram os Padres a praticar com o nosso Cabo no que a cada um tocava, e sendo horas de jantar se poz a mesa onde jantou o nosso Cabo e o Padre Capelão, e os guisados que lhe puzeram passaram de trinta iguarias e não vinha vianda alguma que não viesse coberta de flores, e assim que o nosso Cabo se poz á mesa começaram dois Indios a tocar harpa e rabeça que certamente enlevavam: os Indios é que serviram a mesa sem haver descuido algum nem falta de necessario e com boa compostura e limpeza;

acabado o Cabo de jantar, se jantou na propria mesa que acabado de comer a infantaria vieram os Padres pedir mil perdões ao nosso Cabo do pouco com que se achavam para receber a sua pessoa e tiveram meia hora de conversa os Padres com o nosso Cabo, e se foram recolher até ás 2 horas que tornaram a vir. A cortezia e o modo e afagos que nos fizemos, foi mais de muito e naquelas mesmas horas que nós chegámos se avisaram todas aquelas povoações por terra a cavallo e assim.

Logo a outro dia pelas 9 horas chegou o Padre João Batista de Bosson, sobrinho do Duque de Banhos, o qual é missionario da povoação de Santa Ana, veiu a cavaleiros Indios; o modo e o carinho desta grande pessoa foi a maior cousa que vi; logo no outro dia chegou mais o Padre Gaspar dos Prados; êste Padre veiu em canôa da missão de São Miguel de Moxoquinos; nêste mesmo dia chegou mais o Padre Nicolau de Vargas da povoação de São Pedro dos Moxos, e si mais dias estiveramos mais Padres creio chegariam, que a todos os grandes desejos de ver Portuguêses, os fazia vir, tão prontos e prestos, e finalmente disse o Padre Nicolau de Vargas que si nos não topasse ali havia de ir rio abaixo só para nos ver e falar; mas êste o que devia ao sangue Português é que o fazia ter êste grande desejo. No dia de São Lourenço, 10 de agosto, cantou o nosso Capelão a missa da terça neste santo Colegio de Santa Cruz de Cajuvava, cuja povoação está situada em 14 graus e meio ao Sul e a cidade de Santa Cruz de Lacerda (sic.), em 17 graus. O Governador desta grande cidade se chama Dom Luiz Alvares Gatom e o Bispo se chama Dom Leandro de Valdima Arcaya; êste Bispo de tres em tres anos visita todos os povos que estão situados nos rios que declara o mapa incluso dêste seu bispado.

A AGUA QUE FORMAVA TIJOLOS E VIBORAS QUE ENGULIAM UMA BESTA INTEIRA...

“Da cidade de Santa Cruz de Lacerda se seguem estradas ao Reino do Perú, porto de mar, cuma cidade tem vice-rei, a que chamam Dom Thomaz de Espejo, tem Arcebispo e Bispo; está logo a grande cidade de Lima e a cidade Joam cavellica episcopal, está outra cidade chamada Guamanga, tambem episcopal, e outra que lhe chamam Cusco, côrte antiga das Indias, mais a cidade de La-Pás, episcopal; cuja verdadeira noticia nos deu o Padre Mestre João Batista de Bosson, e além do que tenho escrito, me deu a saber o rio Sará, que fica Léste Oêste com a cidade de Lima, e que a agua daquele rio é tão grossa que coalha e faz formar tijolos e que em fôrmas as deixam congelar da sorte que querem, e que tomava a côr parda, mui forte para limpar ferro e muito leve no pêso.

E perguntando-lhe si seria esta a que cá lhe chamamos pedra pomes, me disse que a pedra pomes era uma serraria ou montes que todos os anos arde e arrebenta com a força do incendio, o qual se achava em um lado donde acaba o rio Nagú, donde com a cheia vinham pelo rio abaixo, mas que esta pedra que da dita agua se congela servia para edificios e portais; tambem me disse que pelo grande rio de Xiriguannas ha viboras, que engolem uma besta inteira e que o gentio dêle lhe fazem guerra com tropas de cavalos: tambem me afirmou que o ano de 1722 com uma inundaçãõ se fôra a pique uma ilha chamada Chamayaca (sic.) com 200 navios que estavam ao redor dela ancorados e que esta tal ilha era povoada da nação ingleza”.

CANAVIAIS

“Os canaviais em Santa Cruz de Lacerda e nestas povoações duram 60 anos e até aqui onde chegamos duram 20 e 30 anos, cujas canas são todas umas no comprimento e grossura, e a calda mui forte que tudo é açúcar, como o experimentamos por ver: estas terras dão açafraõ, que é o contrato destes Indios, cêra branca, panos acolchoados e bordados que fazem, e há Indios que têm 100 bestas

suas e mui bem ensinadas para laquejar e 3 e 4 mil cabeças de gado que cada um tem e há outros Índios que têm muito mais.

INTUIÇÃO ARTISTICA DOS INDIOS

“Estes Índios de natureza são mui curiosos, tocam muito harpa, órgão, rabecas e cantam missa, são musicos de côro, e varios sabem ler, e são pintores e com boas ações e melhor sombra, o oleo com que pintam é leite de vacas, são bordadores iminentissimos, que nos suspenderam admirados ver tres casulas, uma capa de asperge, dalmaticas, estolas e manipulas, bolsas, pálas, véu, frontais, panos de pulpitos, tudo bordado com as mais galhardas flores e ramos, tudo em sua ordem e tão bem matizado que não é possivel encarecer.

Tambem vimos um tapete muito grande, que estendido do altar mór chegava aos degraus abaixo confronteiro as portas da sacristia, com tão admiraveis labores que enlevavam os olhos.

Do altar mór para cima, obra dêes, uma estante dourada, um missal com chapadura de prata todo aberto ao buril por matiz e capa de veludo carmezim, um calice dourado, uma patena fatale as galhetas que teriam um coito de altura, uma salva que serve de prato deles e todas estas tres pelas de prata dourada, a sacra e o Evangelho de S. João com molduras douradas, seis castiçais de prata de boa altura, logo o trono ou camarim dourado por dentro com uma invenção para encerrar, casa boa (?) o retabulo obra miuda, mas inda não estava dourado.

FORMA DE GOVERNO

“O govêrno dêste povo é na fórmula seguinte: tem dois regedores e êstes dois capitães e os capitães têm dois alcaides, e quando quer um daqueles Índios colher as suas sementeiras ou plantar as suas roças vai á casa do regedor dizer-lhe que tem êste ou aquele trabalho que fazer êste manda ao capitão lhe dê gente e o alcaide os vai avisar aquela que é necessario para fazer aquele trabalho e lhe as sigam dia certo, no qual não faltam á porta do lavrador, e acabando o trabalho se paga a todos que ajudaram e assim observam geralmente por isso todos têm e são ricos: os padres que alí assistem são como vigarios dêste povo, e lhes pagam os moradores, fóra as premicias das novidades e êles não fazem mais que administrar-lhes os sacramentos.

Em tudo o que é necessario para a igreja concorre o povo, uns com dinheiro, outros com tapetes, gados, cêra branca, arroz, milho, fio, panos e tudo remetem por carregação á cidade de Santa Cruz de Lacerda, aonde tudo se lhes vende e lhes vem o necessario. Esta povoação tem quatro sinos grandes e dois pequenos, fóra garridas e rodas de campainhas, e são êstes indios tributarios a seu rei.

RELIGIÃO

“Depois das tres badaladas da madrugada se ajuntam todos á porta da Igreja para ouvirem missa onde rezam o roزاری de Nossa Senhora com tal devoção que, nomeando o nome de Jesus, dão juntos um ai, batendo no peito: ao levantar da hostia, tocam órgão e cantam o “Te Deum laudamus” e no fim da missa tocam charamelas e com baixões entoam o bemdito; e acabado cada um vai para o seu trabalho. Ao meio dia nas badaladas resam de joelhos, de manhã, dizem: “Santos dias dê Deus a Vossa Mercê”; á tarde dizem: “Santas tardes lhe dê Deus”. Pelas 4 da tarde se ajuntam todos assim homens como mulheres, rapazes, raparigas e meninos, ao redor da cruz que está na praça a resar o rosario de Nossa Senhora em voz alta, e tanto que o Padre vê terão acabado os misterios decorosos, antes dos floriosos, se chega e ajoelha com o povo juntamente e oferece; no fim resam o Acto da contrição e ali mesmo resam as trindades; vi neste povo todo o gênero de officios.

CONTINÚA A BANDEIRA RUMO DO NORTE

“Sendo aos 11 do mês de Agosto nos despedimos, porque o nosso Cabo disse aos Padres que lhe não permitia mais o seu regimento que tres dias de hospede, bem contra vontade dos religiosos, que seus desejos mostravam que estivessemos mais alguns dias com êles; antes desta despedida havia ordenado o nosso Cabo que todos geralmente se confessassem, pois tornavamos a vir passar as terribilidades e riscos de vida nas cachoeiras; o que todos assim fizeram.

Pelas 3 horas da tarde nos ajuntamos todos na igreja por ordem do Cabo, para depois de orarmos, beijarmos o santo lenho e alcançarmos a benção papal, que aqueles Padres, com grandes indulgencias, concedem por privilegio particular; o que feito nos despedimos daquela bôa companhia, que até ao embarcar do Cabo nos estiveram abraçando e pedindo muitos perdões e mostrando-se mais agradecidos á cortezia, urbanidade e trato do Cabo, pois tão cabalmente se soube haver com êles.

Propoz de novo o nosso Cabo a êstes Padres publicamente, recomendando e requerendo da parte do nosso excellentissimo General, e em virtude do tratado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assinalava de hoje por deante não passassem para baixo da boca dos rios Mamuré e Itennis, nem enteressassem daí para baixo gentildade alguma, por êstes pertencerem ao serenissimo senhor nosso Rei de Portugal, pois de 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes á corôa de Portugal e 400 leguas da bôca do rio Madeira até no dito marco como diz o padre Acuna no seu livro Maranhão, e quando excedam, fazendo o contrario do requerimento, que inda Sua Magestade que Deus guarde tinha poderes neste Estado para fazer entregar e repôr tudo o que tocasse a seus dominios e senhorios; e com estas mesmas clausulas fariamos de nossa parte, o que ouvido pelos ditos Padres prometeram cumprir e guardar tudo acima requerido.

Desta povoação partimos buscando o rumo do norte e gastamos rio abaixo dois dias e duas noites ás bôcas dos ditos rios consignados, e no dia seguinte embocamos o rio Itenis. Este corre de leste a oeste, aonde faz o seu apartamento, e vai caminhando para as grandes povoações dos Baures e Moxos. Seguimos êste rio 6 dias acima e demos nos currais da criação de infinito grado e bestas, e falamos com indios da nação Itenis, pertencentes á povoação de São Miguel: disse o Cabo lhe não permitia o seu regimento a que se estendesse mais, donde fizemos a volta para baixo; e vespera de S. Bastholomeu levantamos ferro já de rota batida, deixando aqueles deliciosos ares e climas mui diferentes e terra tão abundante de toda a criação e plantas ferteis e campos apraziveis.

Chegamos a paragem dos nossos enviados indios da chamada do Principal Capejú a 25 de Agosto, e avistamos que no meio do rio nos vinham a encontrar 3 Tapuyos em uma limitada casca de pau, chegaram á galeota do Cabo, a quem disseram que ali estavam prontos como se lhe tinha mandado, e que suas vontades era serem compadres e amigos dos brancos com a lealdade de vassallos á corôa de Portugal; estimou muito o cabo esta resolução para a mudança de vida e sujeição ao gremio da igreja, fazendo serviço a Deus e a Sua Magestade que Deus guarde.

Pediram todos se queriam batizar, ao que o nosso Cabo lhes disse, aprendessem primeiro a doutrina christã para o que lhes deixava um indio catechista; isto sim, se batizaram os filhos menores por serem crianças, e o mesmo Sargento Mór que é o dito nosso Cabo e o Capitão foram padrinhos daqueles inocentes.

Este gentio fica descido e domestico e são da nação Cavaripunas, e dois dias que estivemos na sua aposentadoria, sitio, só o Cabo lhes consignou para aldeia, só a dormir se apartavam de nós, satisfazião-se olhando para nós e vendo o nosso trato; ás tardes, quando resavamos as ladainhas de Nossa Senhora (que temos por devoção), se ajuntava toda aquela familia e nos rodeavam de joelhos

até acabarmos de resar, porque o que vêm fazer, fazem. O índio a quem o Cabo encarregou lhes ensinasse a doutrina, se chama Manuel Camacho, o que é de boas praticas e muito fiel aos brancos, a quem deixamos com êste gentio e com ferramentas bastantes para ensinar tambem a fazer roças e plantar, na fórmula dos índios de baixo e em toda a America se pratica.

Tambem fica praticado para si descerem os da nação Apamás e a Matiris, cujas povoações são cunhamenas desta nação Cavaripunnas e agora já estarão juntos e descidos, para roçarem sobre o rio, que são confinantes umas ás outras, a quem tambem o nosso Cabo mandou dar ferramentas e outros mimos.

Chegamos ao nosso arraial em 9 de setembro com feliz successo, sem nos adoecer ninguem da campanha, nem nos morrer nenhum, graças ao bemdito Deus e á sua Santissima Mãe N. S. do Carmo, é certo que com grandes perdas pelas alagações que tivemos como fica dito.

Vinte e tres cachoeiras se contam no rio da Madeira, das quais dez se não podem passar, por nenhum meio, porque são impossiveis, e as passamos cortando pontas de terras e fazendo grades de madeira, não pelo rio sinão por terra em sêco, cujos caminhos ficam feitos para quem vier atraz.

Nêste nosso arraial achamos a falta de tres soldados volantes ou aventureiros, que trouxemos na companhia, os quais desertaram atraz de nós, e finalmente chegámos a esta cidade em setembro de 1722”.

O MOTIVO DA EXPEDIÇÃO

O motivo que levou João da Maia da Gama a armar essa expedição, que, sob pretexto de descobrimento do rio Madeira e das suas nascentes, ia realmente em busca de novos caminhos fluviaes que facilitassem as comunicações entre o Pará e as possessões hespanholas do Pará (ainda não existia a Bolívia, formada depois por Simon Bolivar em terras do alto Perú), cujas inesgotaveis minas de prata eram, a êsse tempo, causa de não pequena inveja para a metropole portuguesa,—não o explanou Capistrano de Abreu, nem serei eu quem o revele com irretorquível certeza. Parece-me, comtudo, que a viagem de Palheta deve ter sido determinada por duas ordens régias, datadas, ambas de 25 de março de 1722 (“Anais da Bibl. e Arch. Publ. do Pará”, 1902, t. I, pags. 196-197) e expedidas por D. João V ao referido governador que as trouxe consigo de Lisbôa, visto como só se empossou do cargo a 19 de julho do dito ano, e envidou logo os melhores esforços para cumpri-las. A primeira referia-se á probabilidade de haver prata em algumas serras do sertão dos dominios portugueses no Brasil; e a segunda ás vantagens de abrir-se comércio com os castelhanos de Quito, pois por êsse meio se poderia tirar “alguma prata”, o que redundaria em beneficio do Estado do Maranhão e do proprio reino metropolitano. Pelo contexto delas, verifica-se que resultaram de representações de João da Maia da Gama. E’ provavel que, resolvendo fazer seguir Francisco de Melo Palheta pela via do Madeira, que não pela bem conhecida do Amazonas, que o referido militar já cursava com a recondução do padre Samuel Fritz, cogitasse o governador do Estado do Maranhão de verificar se por ali poderiam ser estabelecidas comunicações com as regiões auríferas de Goyaz e Mato Grosso, cuja fama, por certo, já devera ter chegado a Belém do Pará. Um aventureiro, português nato, Manoel Felix de Lima, foi quem em 1742-1743, saindo com o seu pequeno bando, do “far-west” brasileiro, atingiu, por varias correntes fluviaes, entre as quais a do Madeira, á capital paraense. Celebrou Southey (op. cit., t. V. pags. 398-448) essa façanha do lusitano (mercê do manuscrito deste, que o historiador inglês leu e aproveitou), e ao mesmo atribuiu a primacialidade do descobrimento do grande rio, isso porque não viu o documento acima transcrito, pelo qual semelhante gloria cabe a Francisco de Melo Palheta. Mais tarde, sobretudo logo depois da aventureira viagem de Manoel Felix de Lima, foi que se preocupou o

gôverno da metropole, a instancias dos seus representantes no Estado do Maranhão, com o trafego comercial entre este e as terras opulentas de ouro, de Goyaz e Mato Grosso já erigidas em capitancias desde 1744 e 1784, permitindo-lhes as communicações “sômente pelo rio da Madeira e Guaporé, e não por algum outro”, conforme a ordem régia de 14 de novembro de 1752 (v. “Vev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.” t. 90, 1925, pag. 172).

A BIOGRAFIA DO INTRODUTOR DO CAFÉ NO BRASIL

Como bem ponderou Capistrano de Abreu, nas poucas linhas com que lhe explicou a origem e a importancia, não se sabe quem escreveu êsse relatório, “e não é facil concluir do contexto”. E acrescentou:—“E’ porém, evidente, que era pessoa de poucas habilitações literarias, pois são muitos os erros e a ortografia é extraordinariamente caprichosa”.

Antes de concluir as suas observações com o voto de que—“fôra muito para desejar que se achassem outros documentos sobre esta e outras bandeiras de Palheta, que tornem afinal possivel escrever a biographia do introdutor do café no Brasil”, fizera o doutissimo investigador uma afirmação digna de reparo e é a seguinte:—“Não era esta a primeira expedição em que tomára parte: estivera no rio Tapajoz e provavelmente no Cuiabá, cujas minas já descobrira Paschoal Moreira Cabral com seus companheiros”.

Capistrano não se arrojava a asserções sem fundamento. A primeira parte da sua proposição é verdadeira, porquanto Palheta fizera parte da escolta que, com encargo politico clandestino, reconduzira o padre Samuel Fritz ás terras missionarias hespanholas da provincia de Quito. Mas do documento acima reproduzido não se pôde deduzir que estivera êle no rio Tapajoz. Insistia ainda o insigne historiador, embora dubitativamente, que o soldado paraense chegára ao arraial aurifero fundado pelos paulistas em Mato Grosso. Que impreenchivel falta a do egregio pesquisador, o qual se fôra vivo, com certeza diria onde colhera os motivos de tal suposição.

Rodolpho Garcia faz referencia a essa viagem de Palheta, numa das suas substanciosas monografias insertas no “Dicionario historico, geografico e ethnografico do Brasil” (vol. I, pag. 869).

ACONTECIMENTOS HISTORICOS

Para que se compreenda claramente a missão de Francisco de Melo Palheta á Guiana em 1727—da qual resultou a introdução do cafeeiro no Brasil—é mistér uma rapida sinopse dos acontecimentos historicos que a determinaram.

Ocuparam os franceses, pela primeira vez, terras de Caiena, tomando-as aos castelhanos, em 1635; mas foram dali expulsos, anos depois, pelos holandeses que se apoderaram da região do Surinam em 1667. Colbert, que parecia nutrir aspiração gigantescas para a sua patria com relação á America do Sul, fez explorar clandestinamente o “hinterland” da Guiana, em 1674, por dois jesuitas (Gillet e Bechamel), e, á vista das fascinantes informações dêsses seus emissarios tonsurados, resolveu conquistar definitivamente Caiena—o que foi realizado a 31 de dezembro de 1676 pela forte armada do vice-almirante Jean d’Estrés (v. Léon Guérin. “Histoire Maritime de France”, 1851, t. III, pags. 300-304).

Apesar de haver a metropole procurado assegurar o seu dominio sobre a Guiana brasileira, transformada a 14 de junho de 1636 em Capitania do Cabo-do-Norte, que foi doada por Philipe IV a Bento Maciel Parente—cogitaram sempre os franceses, após a vitória da expedição de D’Estrées, de estender a sua posse até á margem do Amazonas, Missionarios e aventureiros, vindos de Caiena, fizeram por ali muitas incursões, até que o gôverno daquella colonia francesa, o marquez de Ferrolles, tentando pôr em execução os planos de Colbert, apoderou-

se, em maio de 1687, dos fortes portugueses de Araguay, Toheré, Desterro e Macapá, arrasando os tres primeiros e conservando o ultimo. Apressou-se o governador do Estado do Maranhão, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em expedir contra os invasores uma força militar, a qual retomou Macapá a 28 de junho daquele mesmo ano.

Pedro II, rei de Portugal, talvez deslumbrado pelo *Roi-Soleil*, ainda fazia do berço de Affonso Henriques um satellite da politica da França. Por isso, não hesitou em celebrar com Luiz XIV o tratado provisional de 4 de março de 1700, pelo qual se obrigava a evacuar e demolir os fortes construidos pelos portugueses á margem aquilonar do Amazonas, desde o cabo do Norte até ao rio Oiapock ou de Vicente Pinzon. E esse pato foi ainda renovado pelo art. XV do tratado de aliança que os mesmos soberanos redigiram a 18 de junho de 1701 (v. Carlos Calvo, "Colección completa de los tratados... 1862, t. II, pag. 43).

Mas a guerra de sucessão de Espanha—que havia de encher no mundo occidental todo o começo do seculo XVIII—trazia no bojo grandes surpresas. Não foi a menor delas a conquista de Portugal, feita pela habilidade da politica inglesa. E o mesmo Pedro II—para quem já as conveniencias diplomaticas não passavam de farrapos de papel—celebrou com a Inglaterra o tratado de 1703, denominado "tratado de Metruen" (do nome do embaixador britanico John Metruen), pelo qual repudiou a aliança francesa, entregando Portugal de pés e mãos amarrados á poderosa Albion. E' verdade contudo, que a paz de Utrecht foi duplamente favoravel á nossa metropole iberica, quanto ás pretensões da França e da Espanha sobre terras do Brasil. Pelo tratado de 11 de abril de 1713, assinado pelo marquez d'Huxelles e Vicolas Mesnager, representantes de Luiz, XIV, e pelo conde de Tarouca e d. Luiz da Cunha (o nosso historiador Antonio Ladislau Monteiro Baena, em seu "Discurso ou memoria sobre a intrusão dos franceses de Caiena nas terras do Cabo do Norte, em 1836", Maranhão, 1846, pag. 5, certo por inadvertencia, introduziu entre os lusos mais um diplomata, "João Gomes da Silva", quando este é o mesmo "conde de Tarouca"), plenipotenciarios de d. João V, desistiu a França (art. 8.º) "de tous droits et pretentions qu'elle peut et pourra prétendre sur la propriété des terres appelées du *Cap du Nord*, et situés entre la riviere des *Amazones* et celle du *Yapoc* ou de *Vincent Pinzon*, sans se réserver ou retenir aucune portion des dites terres afin qu'elles soient désormais possédées par Sa Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs et héritiers, avec tous les droits de souveraineté, d'absolue puissance et d'entier domaine, comme faisant parties de ses Etats, et qu'elles, luy demeurent a perpetuité: sans que sa dite Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs et héritiers, puissent jámais estre troublés dans la dite possession par Sa Majesté T. C. ny par ses hoirs, successeurs et héritiers". Esse solene pato foi ratificado pela França a 18 de abril e por Portugal a 9 de maio do mesmo ano de 1713. E pelo tratado de paz e amizade, firmado tambem em Utrecht a 7 de fevereiro de 1715, entre Portugal e a Espanha (os embaixadores de d. João V foram os mesmos do ajuste com a França e o de Philippe V foi o duque de Osuna), puzeram os dois Estados ibericos termo á questão da Colonia do Sacramento, entregue com o seu territorio (arts. 6.º e 7.º) á plena soberania lusitana.

Ao sul e ao norte, não obstante o rigor dêsses conventos, não tardaram a surgir novos motivos de atrito entre as nações que os haviam celebrado. No sul, não poude Portugal impedir que o governador de Buenos Aires, d. Bruno Zabala, fizesse a occupação, fortificação e povoamento dos portos de Montevidéo e Maldonado, em 1724, o que deu causa, afinal, a não termos hoje como fronteira a natural do rio da Prata; e ao norte continuavam os franceses de Caiena a entranhar-se subrepticamente, pelas terras da Capitania do Cabo do Norte. Ao tempo do governo de Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722), tentaram commerciar e resgatar indios no territorio amazônico, o que consta de resolução régia de 3 de janeiro de 1721 ("Consultas do Conselho Ultramarino"). Em 1723, já

confessar a todos os seus subditos verdadeiramente contritos e arrependidos de todas as offensas cometidas contra a mesma Divina Magestade, e assim mais toda a gente da sua conserva e aos mesmos Indios remeiros e cavalleiros; e com esta disposição feita, como deve ser, lhe prometto todo o bom successo, e tambem, para o conseguir, não consentirá que os seus officiaes e soldados tenham inimizades huns com os outros, nem digão blasfemias, jurem, ou roguem pragas; e evite todo o genero de peccado, fazendo muito pelos conservar em boa paz e quietação e temor de Deus.

CAPITULO 2.º

Sahindo desta cidade com as quatro canôas que lhe estão preparadas, irá buscar o Tajapurú para sahir á outra parte da ilha de Juannes, a buscar o sitio em que está fazendo Aldeya ou ajuntando gente para elle o Reverendo Padre Missionario Frei Bernardino, da Provincia de Santo Antonio, para tomar e levar consigo, por ser o Missionario que está nomeado para ir nesta tropa, e se informará do dito Padre, pedindo-lhe as noticias que tiver do rebelde Guaimã e dos seus vassallos, companheiros e associados que assaltarão os Tupinambazes, e tambem saberá da nação dos Maxiannas, que assaltarão a Aldeya de Arapijô, e com o dito Padre consultará se ha de entrar logo a castigalos ou se ha de fazer a viagem primeiro ao Rio de Vicente Pinçon a que precisamente deve ir.

CAPITULO 3.º

Consultará tambem com o dito Padre se convem ir buscar o Padre Frei João, commissario da Conceição que está na ilha defronte do Macapá, situando nos Aroans, para se tomar noticia dos ditos rebeldes e seus cunhamenas e associados, ou se será melhor ir fazer a primeira viagem e na volta tirar então as referidas noticias e, consultando e ponderando todo o referido, escolherá o que entender mais conveniente para a segurança da empresa conforme as noticias que acharem, que, pelas que tenho, me parece deve primeiro fazer a viagem ao rio de Vicente Pinçon.

CAPITULO 4.º

Porém antes de o fazer, procurará saber se andão Francezes para dentro do rio das Amazonas, e, achando que sim, os buscará logo e os trará a esta cidade á minha ordem, averiguando com todo cuidado se andvão fazendo negocio ou praticando os indios, da nossa jurisdicção, por lhes ser prohibido pelo Tratado de Utreque em que se declarou que do rio de Vicente Pinçon para o rio das Amazonas, e todas as suas margens, pertencião á Corôa de Portugal, cedendo El Rey Christianissimo Luiz XIV todo o direito que podia ter ás terras do Cabo do Norte desde o rio de Vicente Pinçon, chamado Papoco, para esta parte, ficando livre a El Rey Nosso Senhor, o muito alto e poderoso Rey o Senhor DOM JOÃO V, e aos vassallos, a posse e dominio de todas as ditas terras desde o dito rio de Vicente Pinçon, ou Japoco, que he o mesmo, para esta parte, como está declarado no Artigo 8.º do Tratado da Pax concluido em Utreque entre Sua Magestade, que Deus guarde, e El Rey Christianissimo; e em virtude do dito Artigo se declarou no Artigo 9.º que Sua Magestade, que Deus guarde, poderia reedificar os fortes de Araguay e Camaú ou Macapá e os mais que forão demolidos em execução do Tratado Provisional feito em Lisbôa a 4 de março de 1700, o qual tratado ficou de nenhum vigor pelo ultimo Tratado de Utreque, de 11 de mayo de 1713, como se declara no dito Artigo 9.º delles, em virtude do qual fica livre a Sua Magestade levantar de novo nas ditas terras e os mais fortes que lhe parecer e prove-los de todo o necessario para defensa das ditas terras desde o rio de Vicente Pinçon até o das Amazonas.



FRANCISCO DE MELLO PALHETA, RECONSTITUIDO
SEGUNDO DADOS ANTIGOS E PESQUISAS FEITAS EM
DOCUMENTOS DA ÉPOCA, PELO PROFESSOR MARQUES
JUNIOR, DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES





CAPITULO 5.º

Tratado com a largueza e individuação referida tudo o que toca a posse e dominio que Sua Magestade, que Deus guarde, tem nas terras do cito rio de Vicente Pinçon para esta parte.....

CAPITULO 6.º

Não achando noticia de que os Francezes estejam no rio das Amazonas ou para esta parte irá buscar o sitio da fortaleza da Macapá e dahy proseguirá viagem para Araguay e mais igarapés do Cabo do Norte, e, passado elle, buscará o rio de Vicente Pinçon, entrando, se lhe parecer, á ida ou á volta, no rio Guanani e no Caxipurú, que fica antes do rio de Vicente Pinçon, tendo muito cuidado de se livrar da pororóca e dos baixos e correntezas de todas as pontas e terras do Cabo do Norte, e antes e depois delle, por haver muitos baixos.....

CAPITULO 7.º

Para que mais seguramente possa saber a derrota que ha de seguir e os itarapés e canaes aonde ha agua doce e gentio, principalmente no Itarapé chamado Vayroco, e aonde ha muito gentio de nação Aricurazes para os praticar, lhe darey, com este Regimento, hum Roteiro da Costa de Araguari athé o rio de Vicente Pinçon, que por minha ordem tirou o capitão João Paes e em todas as partes averiguará se os Franceses, contra o que se estimulou no capitulo 12 do Tratado de Utreque, entrão e negociação em todas estas terras, do rio de Vicente Pinçon para cá, a qual diligencia e averiguação fará á ida e á volta como fica declarado nos Capitulos antecedentes.

CAPITULO 8.º

Entrando no rio de Vicente Pinçon, chamado Japoco, aonde estão os Marcos, os examinará, novamente, averiguando se os picarão para que se não vejão, por estarem abertos na mesma rocha no alto do monte que fica á mão direita entrando no dito rio; e aqui no mesmo rio, se deixará estar, com toda a sua esquadra e emquanto manda a Cayane; averiguará se ha gentio perto do dito rio e tirará todas as noticias que poder, sabendo-se os francezes tem nelle povoação.

CAPITULO 9.º

Deste rio de Vicente Pinçon despedirá hum cabo ou soldado de experiencia, na canoinha mais pequena que levar, com Indios seguros.....
.....só quero que desembarque o cabo que levar a carta.....

CAPITULO 10.º

O dito cabo que ha de levar a carta poderá ser o Capitão João da Mata, se embarcar nesta occasião, ou o Capitão reformado Joseph Mendes.....

CAPITULO 11.º

Recolhido o official que fôr a Cayane, sahirá o cabo do rio de Vicente Pinçon fazendo as dilligencias declaradas nos Capitulos acima, quando as não tenha feito quando fôr para cima.....

CAPITULO 26.º

Acabada a guerra e concluido o castigo dos ditos Aruans e Maxianas, que-
rendo recolher-se.

CAPITULO 30.º

Os Reverendos Padres de Santo Antonio nas cabeceiras do Rio Araguari, pelo matto dentro, têm praticado varios gentios que têm parantes no Igarapé, os quais são de nação Caithevaras, Arixiomguaras e Ariquinhas, e se lhes dará toda a ajuda, e não consentirá que outra alguma pessoa lhes perturbe o dito descimento.

CAPITULO 32.º

E porque não se podem prever todos os successos, obrará em qualquer que se lhe offerecer com prudencia, madureza e conselho, e tomará a resolução que achar mais conveniente ao serviço de Deus e de Sua Magestade e praticará aos officiaes e soldados que na occasião da guerra procedam de sorte que acreditem a nação e reputação das Armas, e que aquelle que se assignalar se ha de attender muito ao que obrar; e fio que em todas estas couzas e em todo o contheudo neste Regimento obre com aquella grande prudencia, madureza, valor e zello com que ha tantos annos serve a Sua Magestade em cuja real presença poréy tudo o que obrar nesta occasião pera que o dito Senhor premeje o serviço e merecimento com que ha tantos annos se emprega no dito Real Serviço.

Bellem do Pará, 20 de fevereiro de 1727.

JOÃO DA MAYA DA GAMA".

OUTRO IMPORTANTE DOCUMENTO

Como se infere dêsse documento e de outro que será transcrito mais adeante, seguiram, sob as ordens de Palheta, o capitão reformado José Mendes Simplicio, o ajudante Francisco Xavier Botero e o sargento João Freire de Carvalho, tendo ido como capelão o missionario capuchinho fr. Bernardino de Santa-Tereza. Além das quatro canoas, a que se refere o cap. 2.º do "Regimento", e que, na realidade, eram chalupas, cada uma das quais podia transportar de 30 a 50 homens, juntaram-se á flotilha mais cinco pirogas. Conforme relata o barão do Rio Branco (op. cit., vol. III, pag. 103), sabe-se por uma carta de Lefebre d'Albon de 15 de junho de 1727, dirigida ao conde de Maurepas, que a expedição de Palheta se compunha de "neuf pirogues, montésé de 200 hommes, tant Indiens, pour équipage, que soldats..."

Militar que, havia tantos anos, se empregára "no real serviço", tratou Palheta de cumprir, ponto por ponto, as ordens que recebera. Logo que aportou á foz do Oyapoc, entre o cabo de Orange e a montanha d'Argent (em dia que se não póde precisar, porém antes de 4 de maio), destacou da esquadilha uma piroga, na qual enviou dois officiaes (José Mendes Simplicio e outro cujo nome se ignora, talvez o ajudante Francisco Xavier Botero), acompanhados do capelão franciscano (fr. Bernardino de Santa-Tereza), incumbidos de entregar ao governador da Guiana Francesa, em Caiena, a carta, datada de 20 de fevereiro de 1727, que ao mesmo dirigira João da Maya da Gama. Tanto êsse documento quanto a resposta de Claude d'Urvilliers, datada de 4 de maio de 1727, foram integralmente reproduzidas pelo barão do Rio Branco (op. cit., vol. IV, pags. 223-227, e t. III, pags. 111-120).

Em presença de um alferes de infantaria e dois soldados da praça de Caiena realizou Palheta, que levou consigo toda a força da expedição, a 13 de maio, o

exame do logar em que vira João Paes do Amaral, em 1723, o padrão português posto, em 1639, no alto da montanha d'Argent, e dali arrancado, pelos franceses, em 1726. Era esse o objetivo principal da sua missão. Do auto que fez lavar e foi assinado por treze pessoas afim de entrega-lo ao governador do Estado do Maranhão, creio que a primeira publicação é a que se deve a Antonio Ladislau Monteiro Baena, a pags. 27-28 do seu pequeno, mas precioso opusculo, já atraz citado, "Discurso ou memoria sobre a intrusão dos franceses de Caiena nas terras do Cabo do Norte em 1836" (Maranhão, 1846). Saiu, porém, com incorreções, e, por isso, prefiro reproduzi-lo da grande e mais recente obra do barão do Rio Branco (t. IV, pags. 245-246), que o fez copiar do original existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (ms. do Arquivo do Conselho Ultramarino, cod. 479-A).

Ei-lo (o titulo é o que dá Baena):

"TERMO DE VISTORIA, QUE O SARGENTO-MOR FRANCISCO DE MELLO PALHETA MANDOU FAZER AOS MARCOS DA DIVISÃO NA MONTANHA ARJAN AOS 13 DE MAIO DE 1727.

Aos treze dias mez de Mayo de mil setecentos vinte e sete foy o Sargento-Mór e Commandante da Tropa de guerra da Guarda-Costa Francisco de Mello Palheta, com toda a Tropa da Guarda-Costa e hum Alferes de Infantaria da Praça de Caena, e dous Soldados seus, que tinha vindo com hum Destacamento para hum Prezidio que de presente se acha dos Francezes de Caena nas terras d'El-Rey de França, situado no rio Vayapoco: Hahi o dito Cabo e Commandante, e o Ajudante da Tropa, Francisco Xavier, o Sargento João Freire, e alguns Soldados e o Revdo. Pe. Missionario, e Capelão Fr. Bernardino de Santa Thereza, juntamente o dito Alferes, subirão todos ás alturas da Montanha de Arjam, que fica na boca do rio Vayapoco, entrando por elle dentro á mão direita, onde tinha estado o Capitão João Paes do Amaral e dito por elle se achava em humas pedras esculpidas as Armas d'El-Rey de Portugal, as quaes Armas servião de demarcação ou divizão das terras de huma e outra Coroa; e chegando todos os sobreditos, que aqui vão assignados, ao mesmo lugar, vio o dito Cabo e Commandante as pedras com outras mais, perguntou aos Soldados Antonio Coelho da Silva, Antonio Baptista, e alguns indios Cavalleiros, que com o dito Capitão João Paes do Amaral tinhão hido e estado no mesmo lugar, se erão aquellas as mesmas pedras, que tinhão achado com as Armas Reaes, lhe responderão todos que erão as proprias, que tinhão visto com aquellas mesmas pinturas, e que não havião outras mais que aquellas; logo pelo dito Cabo e Commandante foi dito em presença de todos a Constantino Leal tirasse em hum papel as mesmas pinturas de cada huma daquellas pedras; o que logo o dito fez tirando a pintura que em cada huma das ditas pedras se achava esculpida, e ao depois de se ter tirado no papel as pinturas das ditas Pedras como verdadeiramente estavam postas em cada huma delas, chamou o Cabo e Commandante a todos os sobreditos dizendo-lhes que vissem bem a pintura das Pedras e a do Papel se era tudo o mesmo para com ella informar ao seu governador, ao que todos responderão que erão as mesmas que as pedras estavam riscadas, e lhe não faltava nada do que estava esculpido nas pedras, como tambem as pedras pequenas toscas nativas que no mesmo lugar estavam. O que tudo vae aqui posto; e as Pessoas que aqui se achavão presentes todas assignadas.

Vayapoco treze de Mayo de mil setecentos vinte e sete annos &.

Frei Bernardino de Santa Thereza—Francisco Xavier Boterro—Balthazar Pinto—João Freire de Carvalho—Jorge Vara Manrique—Constantino dos Santos Leal—Antonio Coelho da Silva—José Gonçalves—José Luiz de Araujo—Anacleto da Costa—José Mendes Simplicio—Antonio Baptista Santos—Manoel Machado.

Ao original desse documento está anexo o desenho a que o mesmo se reporta, "feito, por Constantino Leal, natural de Catié e residente em Vigia". Não o reproduziu o barão do Rio Branco, que se limitou a ponderar (op. cit. t. III,

pag. 122) que os soldados e índios da expedição de João Paes do Amaral, realizada em 1723, e que foram ouvidos por Palheta em 1727, se enganaram e deram informação inverídica ao militar paraense, porquanto o padrão português desde 1726 que estava no fundo do mar, por ordem de Claude d'Orvilliers. Disso se convenceu João da Maia da Gama, o qual conforme Baena (op. cit., pag. 7), nutriu logo a "súpeita de que mão franceza teria operado aquelles riscos". Achar-se disposto a tirar o caso a limão, quando lhe chegou o sucessor no govêrno do estado do Maranhão, Alexandre de Souza Freire (14 de abril de 1728), que, inteirado por ele da gravidade do fato, não tardou a despachar nova expedição, embora sem o aparato de força da anterior, sob o comando do capitão Diogo Pinto da Gaia, para proceder a mais um exame nas pedras da montanha d'Argent. Dela fizeram parte dois homens da de Palheta, Jorge Vara Manrique e Antonio Coelho da Silva. Dessa incumbência dá conta o seguinte documento (apud Baena, op. cit., pag. 28):

"TERMO DE VISTORIA QUE NO DIA 10 DE JUNHO DE 1728 MANDOU FAZER O CAPITÃO COMMANDANTE DIOGO PINTO DA GAIA ÁS PEDRAS DO MONTE CHAMADO D'ARJAN, QUE SE ACHAM NA BOCCA DO RIO DE VICENTE PINÇON.

Aos dez dias do mez de junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos e vinte e oito estando o Commandante em cima do monte chamado d'Arjan, onde se achão as pedras riscadas, e por elle foi dito aos Soldados, que havião acompanhado ao Capitão João Paes do Amaral e a Francisco de Mello Palheta, cabos de Guarda-costa, que os annos atrás havião chegado a aquelle monte, onde se achavão as pedras em que se foi fazer Vistoria, se erão aquellas as proprias pedras dos Marcos, que elles havião visto, ao que elles responderão que sim; o que ouvido pelo Commandante ordenou que se fizesse exame tirando os riscos de cada uma por si distinctamente para o que nomeou o Soldado Damazo Botiller fizesse esta diligencia em sua presença e se acharão ser umas pedras que forão riscadas e com bem de riscos como mostra a pintura della vera effigie: e vio-se mais que nenhuma das ditas pedras mostrava ser lavrada nem ter feição por serem de sua natureza criadas no coração d'aquelle monte toscas na criação da terra; e não se continha mais, e de tudo mandou o Commandante fazer este termo, eu Damaso Botiller Ramos que escrevi:—JORGEBANA MANRIQUE—DIOGO PINTO DA GAIA.—JOÃO DA COSTA CINTRA—JOSÉ MENDES DE ATAÍDE—JOÃO DE BRAGA—FRANCISCO ANTONIO COUTINHO—LUIZ DA CUNHA DIOGO—DIOGO COELHO DE ALMEIDA—ANTONIO COELHO DA SILVA.

A MONTANHA D'ARGENT

A confrontação dos dois desenhos—o feito por Constantino dos Santos Leal e o devido a Damaso Botiller Ramos—com a descrição do marco lavrado, visto por João Paes do Amaral em 1723, deixou fóra de duvida a feia e inutil ação dos franceses de Caiena. Tanto estes, quanto os portugueses do Pará, ligaram demasiada importância ao velho padrão, que não a merecia, porquanto, como bem ponderou o barão do Rio Branco (op. cit., t III, pag. 122), "designou o tratado de Utrecht o nome do Rio que devia servir de fronteira, e não disse que esta seria estabelecida no ponto em que se encontrassem antigos marcos.

Quem poderia prever que, indo fazer averiguações sobre a existência de uma balisa, ali posta quasi um seculo atrás, na montanha d'Argent,—haveria Francisco de Mello Palheta, ao invés de achá-la, desentranhar dali o verdadeiro produtor de "argent", o cafeeiro, que seria, pouco mais de um centenário depois a maior riqueza do Brasil?

Tendo dado desempenho ao objetivo principal da sua incumbência militar, julgou Palheta de bom alvitre dirigir-se á capital da Guiana Francesa ou para receber das mãos de Claude d'Orvilliers a resposta á carta de João da Maia da

Gama ou para agradecer aquele governador a gentileza da presenca de um oficial e dois soldados, que o mesmo enviára, para assistirem á vistoria dias antes efetuada.

A MODA

Foi, provavelmente, para aparecer bem entrajado perante aquela alta autoridade que adquiriu êle de um certo Du Four, morador, e, por certo, negociante em Caiena, roupas finas e da moda, do que dá noticia uma carta de 10 de agosto de 1729 (v. barão do Rio Branco, op. cit., t. III, pags. 155-162), dirigida a Alexandre de Souza Freire por De Charanville então governador interino da Guiana Franceza. Por êsse documento é o militar paraense acusado de caloteiro em relação a tais peças de vestuário:—“Totre Capne. Francisque de Mello Paillette doit á un autre du Four habitant un manteau justeaucorps et culotte d'écarlate et un chapesu bordé qu'il emporta avec luy il y a deux ans on n'entand point parle dn paiement convenu: si des personnes dun certain rang ont de tels procedés, que penserat on des autres, je donnerais le temps de se repantir á quiconque, d'icy que tomberoit en semblanble cas”. Da resposta do governador do Estado do Maranhão, datada de 17 de novembro do mesmo ano da qual não se conhece o texto português, e sim a tradução francesa, existente nos “Archivos du Ministère des Colonies, Guyane” t. LXIII, fl. 19), verifica-se que chamou êle Francisco de Mello Palheta a explicações sobre aquela acusação de máo pagador da roupa “chic” que comprára em Caiena. Negou o arguido, a pés juntos o fato que se lhe imputava. Eis o trecho a isso pertinente barão do Rio Branco, op. cit. vol. III, pag. 166): “Pour ce qui regarde la dette particuliere de Francisque Mello Paillette que vous me donnez avis qu'il a contracté Caienne, je n'y plus defferer en rien, d'autant qu'il est defendu non seulement, á lui, mais á toute personne de fraire negoce sur ce que vous m'avez dit; m'informant deluy il a nié absolument. En semblable matiere les généraux ne pement otèr la jurisdiction aux tribunax on se doivent justifier les dettes et en ordonner paiement par leurs sentences.

COMO PALHETA OBTEVE AS SEMENTES

Que Palheta não andava, então, nadando em ouro,—confessa-o êle próprio, em documento que se verá dentro em pouco. Mas não é de crêr houvesse tido o desairoso procedimento de que o acoimou De Charanville.

Ao tempo da sua expedição á Guiana Franceza, tinha-se proibido ali fosse feita aos portugueses, por parte dos moradores da colonia, a venda de café “capaz de nascer”, conforme bando do governador, que o mandou publicar por toda parte, ao som de caixa.

Ao contrário de Manoel Barata, que, em seu excelente opúsculo “A antiga produção e exportação do Pará” (Belém, 1915, pag. 14), contestou a versão palpada pelo bispo fr. João de S. José Queiroz e repetida por outros escritores, quanto ao modo pelo qual obteve Palheta as sementes e mudas de cafeeiro, e apesar da petição, provavelmente, de 1733, em que o militar paraense confou essa aquisição,—julgo verosimil, pelo menos em parte, que nisso tenha intervindo a esposa do governador.

Tudo induz a crêr que o comandante da expedição de 1727 tenha ido ao palacio da suprema autoridade de Caiena. E' de presumir-se que lhe hajam servido ali uma chicara de café, que êle tomando pela primeira vez na vida, enchesse de gabos entusiásticos lamentando não existisse ainda, nas terras da sua Patria uma planta de que se extraia tão saborosa bebida. E, se Mme. Claude d'Orvilliers, com a galantaria peculiar das francesas de bom tom, lhe meteu num dos bolsos da casaca, á vista do marido, sorridente, ali ou alhures, um punhado de grãos de café, dizendo-lhe, talvez, que com os mesmos poderia êle renovar, em casa

quando regressasse a Belém, o prazer que então experimentára com a deliciosa beberagem,—qual a inverosimilhança que haveria nisso?

E' certo que não foram apenas sementes que lhe coubessem num bolso da casaca as que dali trouxe êle para o Pará, e sim "mil e tantas frutas e cinco plantas de café", conforme expôz no requerimento dirigido a d. João V. Não será, porém, licito supôr-se que, apelando para a dádiva da amável consorte, tenha êle conseguido de algum francês interesseiro quantidade maior de grãos e os pés viuvos da "coffea arabica?"

Pouco importa que, na referida petição ao monarca português, não haja êle falado na doação com que o distinguira a senhora do governador da Guiana Francesa. Se algum outro motivo a isso não o compellisse—basta que se considere que, no mencionado requerimento, envidou pôr em destaque as dificuldades que se lhe antolharam para obter as sementes e plantas de cafeeiro, e citar o gesto gracioso de mme. Claude d'Orvillers seria contraproducente aos intuitos a que visava.

AS MEMORIAS DE FR. JOÃO DE S. JOSÉ QUEIROZ

Fr. João de S. José Queiroz foi nomeado antistite do Grão-Pará a 10 de outubro de 1759, e fez a sua entrada solene no paço episcopal de Belém a 31 de agosto de 1760, regendo aquela prelazia até 24 de novembro de 1763. Beneditino ardoso e culto, realizou duas visitas pastorais pelo imenso interior da sua diocese, que abrangia toda a Lybia amazonica. Escreveu-lhes—e com que castilidade e erudição!—o longo relato. A Camilo Castelo Branco, que publicou, em 1868 (Porto, Livraria Nacional), as "Memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará, com uma extensa introdução e notas illustrativas", é que deve o conhecimento da "Visita primeira—1761" (pags. 170-214; e, graças a um manuscrito oferecido por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivera, poude a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" estampar no seu volume IX (1847, 2.^a ed., em 1869), pags. 43-107, 179-227, 328-375 e 476-527, a "Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763—Escrita pelo bispo d. fr. João de S. José, monge beneditino". Que cogulado intrépido, no dizer a verdade e em zurzir os homens e costumes daquele tempo! Não poupou a ninguem, muito menos aos jesuitas, pelos quais manifestou acentuada ogeriza, e verberou com ironia em que fez entrar até o demonio, a indolência dos paraenses. Eis um lanço que merece reproduzido ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.". IX, pag. 223):

"Assustando que a raiz dos vicios no Brasil é a preguiça, para que concorre muito o clima, o demonio, que perdeu a graça, e não a natureza de substancia intellectiva, mede com conhecimento especulativo e pratico as inclinações, os climas, as circumstancias todas, para influir; não dorme, sem embargo de que até elle na America se nos representa como o outro de Alexandria, descansado, unicamente observando, como demonio da preguiça; assim foi visto por um padre do ermo, affectando estar ao sol sem mais cuidados. Nenhuns parece ter comumente no Estado: havendo rêde, farinha e cachimbo, está em termos. A frugalidade da mesa pôde passar, se fosse coherente o beber; e, quando mais, é expressão vulgar a da seguinte endecha ou trova:

Vida do Pará,
Vida de descanso:
Comer de arremesso
Dormir de balanço".

MADAME D'ORVILLIERS

Na "Visita primeira—1761" (v. Camilo Castelo Branco, op. cit., pag. 174), o dito mitrado ainda não conhecia a versão exata de como se entrara no Pará a util rubiácea. Assim, narrando o que vira numa propriedade agrícola sita entre os rios Guamá e Capim, na qual passára o dia de Natal e onde vira plantações de cacão e de café, afirmou que foi "Agostinho Domingos o primeiro que teve esta última planta, mandada vir de Caiena pelo governador João da Maia. Caiena pertence á França. Se pertencesse á Inglaterra, seria crime de morte comunicar-se a Portugal a planta do café". Na "Viagem a visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763" in "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brwas". vol. IX, pags. 61-62), retifica êle a asserção anterior, juntando-lhe mais curiosos pormenores—entre os quais, o que mais nos interessa—pela forma seguinte (refere-se a um sitio do igarapé de Pocurul):

"Aqui vimos pela primeira vez a arvore do cacau, plantada pela natureza, de que estas ilhas do rio abundam nas vizinhanças de Gurupá, não assim das arvores do café, pois todas desta especie têm sido plantadas, e primeiro vindas de Caiena em tempo do governador do Estado João da Maia, o que se deveu á generosidade de uma francesa, mulher do governador da praça, que, sabendo a proibição e estudo com que andavam os seus nacionais para que se não comunicasse a um português, de quem ignoramos o nome, e só sabemos ser N. Palheta, que ali se achava, indo este visitar seu marido, e saindo todos a passeio, ella generosamente lhe ofereceu, em presença do esposo (que se sorriu), uma mão cheia de pevides de café, praticando a galanteria de ser a mesma que lh'as introduzia no bolso da casaca, obrigando-o de tal sorte, que lhe não sobejaram as expressões com que mostrou agradecer muito a madame esta franqueza e bizarria; e logo em Belém se repartiram pelo governador e homens de negocio, entre os quais não foi dos segundos Agostinho Domingos, natural do arcebispado de Braga junto ás Caldas do Gerez, e casado em Belém, homem de muita honra, verdade e cabe-dais, cujo procedimento autoriza bem as suas cãs na avançada idade de oitenta anos de quem recebemos immediatamente esta especie, quando nos mostrou os seus cafesais no rio Guamá".

Note-se que em 1763 haviam decorrido apenas 36 anos de entrada do cafe-eiro no Pará e que o monge-bispo, bisbilhoteiro a mais não poder, colheu ali viva a tradição corrente entre os velhos agricultores. O chamar elle a Palheta de "portugues" deve ser entendido, conforme expliquei, atraz, em caso analogo, como appelação geralmente dada aos colonos brancos, embora não reinóes.

E ainda me cumpre aceitar a plausivel versão, por êle exposta, de que a gentileza de Mme. Claude d'Orvillers foi feita a Palheta em um passeio, durante o qual, sem duvida, chegaram a algum cafezal, onde ella, para acudir ao desejo que viu luzir nos olhos do militar paraense apanhou bons punhado de rubras cerejas da rubiácea e lh'as meteu num bolso da casaca, ante o sorriso condescendente do marido.

UM SIMPLES MOTIVO PORTICO

Aliás, a intervenção, lendária ou real, dessa mulher no caso da introdução do café em nossas plagas,—a exemplo da amante de De Chirec, que propiciou a De Clientrazer a "coffea arabica", para a Martinica,—seria tão sómente um motivo poético. Palheta adquiriu em Caiena cinco pés de cafeeiro e muito maior porção de sementes do que as que a tradição attribue á fidalga mão dadivosa de Mme. Claude d'Orvillers. Como, porém, não se exalçaria a tradição, se a aformentasse um gesto feminill—a divisa da expedição de La Ravardiére contra o Maranhão,—passaria a ser a do nosso café. . .

Aos franceses faltava autoridade moral para que inculpassem a Palheta de violador do bando então publicado e em que se lhes vedava a alienação de "café".

capaz de nascer” aos portugueses, porquanto aqueles só o obtiveram clandestinamente, senão por audacioso furto, na colonia holandesa de Surinam. Entre 1718 e 1720, ali iniciaram os batavos a plantação do cafeeiro, graças a algumas plantas vindas do Jardim Botânico de Amsterdam e trazidas por Hansbach. Para monopolizarem tal produto, proibiram-lhe cominantemente a venda em condições de sementes cruas ou mudas vivas. A um criminoso francês, ali refugiado, Rosier le Breton (v. Lourenço Granato, “O segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil”, S. Paulo, 1826, pag. 15), atribue-se o haver-se comprometido, em troca do perdão do delicto, a trazer para Caiena sementes de café capazes de germinar, o que realizou em 1719, afrontando graves perigos, tendo sido entregues os preciosos grãos a D’Albon (“L’Ordonateur Paul Lefebvre d’Albon”, segundo o barão do Rio Branco, op. cit. vol. III, pag. 120). Admittem outros que isso ocorreu em 1722 (v. F. L. Burlamaqui, “Monografia do cafeeiro e do café”, Rio de Janeiro, 1860, pag. 8), ou em 1725 (v. dr. Waldemar Peckolt, art. cit.) e que o autor do furto foi um certo Morgues, garimpeiro francês, que, saindo de Caiena, arriscou a própria vida na subtração dos frutos maduros, que tirou de um cafezal de Surinam, vindo vendê-los por alto preço aos agricultores da capital da Guiana Francesa.

A observação do bispo fr. João de S. José Queiroz, mais favorável aos franceses do que aos ingleses, quanto ao monopólio dos produtos coloniais, é confirmada pelo trecho de uma carta dirigida ao governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Souza Freire, em 10 de agosto de 1729, por De Charanville, governador interino da Guiana Francesa, e respondida a 1.º de novembro do mesmo ano. Por elas (v. barão do Rio Branco, op. cit. t. III, pags., 162 e 165), verifica-se ter este enviado áquêle, de presente além de uma garrafeira de bom vinho de França, um “barril de café”. Se se tratava de grãos não torrefeitos, como é de supor-se,—mais uma vez se pôz de manifesto ao lado da galanteria francesa, o espirito liberal dos pro-consules de Luiz XIV e de Luiz XV.

COMO SE DISTRIBUIRAM AS SEMENTES

Acha-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (ms. do “Arquivo do Conselho Ultramarino”, cod. n. 1.052) o relatório, datado de 25 de setembro de 1727, com que João da Maia da Gama deu a d. João V parte da expedição de Francisco de Mello Palheta. Da longa peça oficial publicou o barão do Rio Branco (op. cit., vol. III, pags. 129-138, e vol. IV, pags. 247-254) apenas pequeno extrato, precisamente o que se vinculava com a nossa antiga questão de fronteiras. E’ provável que no mencionado documento haja referências ás sementes e mudas de cafeeiro, trazidas, então, de Caiena pelo militar paraense. Pela petição que dirigiu, em 1733, a d. João V, e que adeante se vae reproduzir, verificar-se-á que êle entregou as sementes e mudas não ao governador do Estado, mas aos vereadores de Belém, para serem distribuídas pelos agricultores da capital do Pará. E’ tradição que, dentre êstes, um dos primeiros contemplados foi o português Agostinho Domingos. E ainda confessa Palheta que tambem se entregou á cultura da preciosa planta, em terras próprias, embora dela não fizesse lavoura intensiva, pois que em 1733 possuía apenas mil e tantos pés. Dos grãos e mudas que êle trouxe resultou—como declara, enfim—o muito café que já havia, então, naquele Estado.

QUE POSTO OCUPAVA PALHETA ?

Antes do mais, convém que se esclareça qual o verdadeiro posto militar de Francisco Melo Palheta, uma vez que figura êle, em certos documentos, ora como “sargento-mór”, ora como “capitão-tenente da guarda-costa”, o que quer dizer que pertenceu tanto ao Exército quanto á Marinha.

Disse Camilo Castelo Branco (“Coração, cabeça e estomago”, Lisboa, 1907, 3.ª ed. pag. 202):—“O sargento-mór das antigas milicias era um potentado,

imediatamente na hierarquia ao capitão-mór, com quem por igual se repartiam os lombos e os respeitos sociais". E, nas suas "Mil quadras populares brasileiras" (Rio de Janeiro, 1916, pag. 195)), registrou Carlos Góes uma quadrinha mineira, que vem muito ao nosso caso:

"Por detraz daquela serra
Tem uma serra maior;
Se o seu amor é sargento,
O meu é sargento-mór".

Por ordem de 10 de outubro de 1722 ("Anais da Bibl. e Arquivo Públ. do Pará", 1905, t. IV, pag. 115), determinára d. João V:—"... os soldados pagos não devem passar aos postos das ordenanças salvo se forem para os de ajudantes ou sargentos-móres do regimento dêles, e que, quando não tirem as patentes de confirmação por my, os podereis obrigar outra vez a serem soldados, e que de nenhuma maneyra se lhes possam acceitar deixações dos ditos postos".

Francisco de Melo Palheta chegou efetivamente ao posto de sargento-mór no qual foi provido por um dos governadores do Estado do Maranhão, pois qual João da Maia da Gama lhe dá tal tratamento. Não pediu porém, ao soberano confirmação da patente. Tendo de ser investido, em 1727, do comando da expedição á Guiana Francesa,—cargo que competia a um capitão-tenente do guarda-costa,—preferiu a patente da marinha, na qual, provavelmente, fizera a bandeira de 1722 a 1723, áquela outra milicia territorial. Deu-l'a João da Maia da Gama e para ela solicitou a necessária confirmação regia, que foi negada, por não disporem os representantes metropolitanos de tal faculdade, que acarretava aumento de despesas ao erário lusitano. Não se conformou com êsse despacho o espirito de justiça do sobredito governador, que respeitosa e insistiu pela confirmação já impetrada. Rendeu-se-lhes ás razões o monarca, qual se vê do seguinte documento ("Anais da Bibl. e Arquivo Públ. do Pará", 1902, t. II pagina 200):

"Don João etc.—Faço saber aos Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, que se vio o que respondestes em carta de 10 de Setembro do anno passado a ordem que vos foi em que savos declarava, não fora servido deferir a Patente de confirmação do posto de Cappitam-Thenente de guarda-costa em que provestes a Francisco de Mello Palheta, por vos não competir o dito provimento por respeito de ter soldo, representandome as razoens que vos obrigavão a fazer o dito provimento, fora o fundamento principal de o haverem provido em tempos dos seus governos. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e Christovão da Costa Freyre senhor de Pancas, e vosso antecessor Bernardo Pereira de Barredo, os quais provimentos se lhe não reprovarão. Me pareceu dizervos tenhais emtandido que sem embargo das vossas razoens os postos que tem soldos, não cabe nas jurisdicções dos Governadores desse Estado o poderem provê-los mas que visto que Francisco de Mello Palheta está servindo este posto ha muitos annos lhe declareis mande tirar a Patente delle pelo meo Conselho Ultramarino. El Rey nosso senhor o mandou por Antonio Roiz e a Dr. Joseph de Carvalho e Abreu conselheiros do seu Conselho Ultramarino ese passou por duas vias. Dionisio Cardoso Pereira a fez em Lisboa occidental a 4 de Novembro de 1727".

A essa provisão ainda se reportou d. João V. citando o caso de Francisco de Melo Palheta, na carta que dirigiu a Alexandre de Souza Freire, em 9 de junho de 1729. (v. "Anais", cit. 1905, t. IV, pags. 44-45).

Alcançou, portanto, Palheta, pelo ato regio de 4 de novembro de 1727, o posto efetivo de capitão-tenente da guarda-costa, que lhe dava 48\$000 de soldo mensal, isto é, mais do que lhe proporcionaria a patente de sargento-mór, a qual ainda em 1757, rendia apenas 16\$000 aos da praça do Pará e 36\$000 aos dos regimento do Estado (v. "Anais da Bibl. e Arquivo Públ. do Pará", 1906, t. V, pags. 325-326).

A POBREZA DE PALHETA

Nada consta daí em diante a respeito d'êlé, até 1733, das coletâneas de documentos sobre o Pará, vindas a lume. Não se sabe se ainda lhe vivia a esposa, d. Bernarda de Mendonça Furtado, parecendo, contudo, que já era então viuvo, pois só se refere a "cinco filhos", sem declarar que, dos mesmos, tinha ainda a mulher a sustentar. Não dispunha nem de pecunia nem de escravos suficientes com que custear a adeantar as suas lavouras. Como, por certo, lhe sobejassem lazeres á função militar, entregou-se á cultura do café e do cacáo, provavelmente numa das duas sesmarias a que já me referi, ou na obtida em 1709 e confirmada em 1712, ás margens do rio Ubituda, ou na conseguida em 1731 e confirmada em 1733, entre as bocas das Igarapés, Arapijós e Guajará.

Cuidando, por certo de formar pecúlio para a família,—porquanto em 1733 devia andar beirando os sessenta anos, se é que já não havia transposto essa casa da velhice,—e á vista da concessão, que lhe fôra então assegurada, de novas terras a explorar, apressou-se a pedir ao rei, a cujo serviço estava desde a florente quadra da mocidade, a permissão de descer com casais de selvagens do sertão amazônico, para o que precisava do immediato auxilio não só de cincoenta indios dos já aldeados no Pará como tambem do mais que demandava a bandeira, tudo por conta da fazenda real, que seria depois reembolsada por ela da importância assim adeantada, uma vez ultimada a diligência. Alegava achar-se endividado e não ter recursos para adquirir os aprestos indispensáveis á planejada incursão.

PALHETA CONTA A HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

Nêsse requerimento é que faz êle a história pregressa dos seus serviços, entre os quais põe em relevo o da introdução do café no Pará. Não assinou, nem datou a petição, "segundo era costume do tempo, em que ainda não se tinha inventado o imposto do selo", conforme observa Manoel Barata (op. cit., pag. 10). Remetida, porém, a d. João V. pelos tramites legais, expediu o soberano, para oportunamente despacha-la, ordem ao governador do Estado do Maranhão para sobre ela prestar-lhe a necessária informação. Assim, volveu ela a Belém em cópia autêntica, que acompanhou a carta régia de 16 de fevereiro de 1734. Por esta data é que se pode calcular que o dito pedido de Palheta é de meados de 1723, talvez logo que teve conhecimento do ato régio de 20 de março dêsse ano, que o confirmara na posse da sesmaria entre os igarapés Aparijós e Guajará.

Encontram-se no Arquivo Público do Pará (cod. de "Alvarás, cartas-régias e decisões—Reinado de dom João V. 1734") tanto a citada carta-régia de 16 de fevereiro de 1734, quanto a cópia autêntica da petição indatada de Palheta. Em vêz de reproduzir êsses dois documentos dos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", em cujo titulo VI, de 1907, figuram ás pags. 228-229, só extrairéi daí o primeiro, servindo-me para o segundo da publicação feita por Manoel Barata (op. cit. paginas 15-61), porque êste, além de guardar mais fidelidade na graphia da curiosa peça, que pessoalmente leu e copiou, ainda a illustrou com explicações em italico, que conservarei de igual modo, apenas suprimindo duas notas por inuteis, visto que os assuntos das mesmas (bandeira de 1722-1723 ao rio Madeira e data da expedição á Guiana Francesa) já se acham bem elucidados nêste meu trabalho.

Eis, nas condições que acabo de expor, os dois documentos:

CARTA RÉGIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 1734

"Dom João etc. Faço saber a vós Governador e Capitão General do Maranhão que por parte de Francisco de Mello Palheta se me fez a petição (cuja copia com esta se vos invia assignada pelo secretario do meu Conselho Ultramarino)

em que pede lhe conceda Alvará para descer cem cazaes de escravos do sertão do Ryo negro, ou outro qualquer que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao supplicante sincoenta indios das Aldeas de Cahabe mortigure simoumá bocus baricuru, mongabeiros, Cametá jorjones para fazer os dittos resgastes, e como está alcançado, e não tem com que comprar o necessario para fazer os taes resgastes, que depois pagará da mesma viagem o custo que fizer. Me pareceo ordenarvos informeis com vosso parecer, El Rey nosso senhor o mandou pelo dr. Manoel Fernandes Varges, e Gonçallo Manoel Galvão de Lacerda conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. João Tavares a fez em Lisbôa occidental a dezeseis de Fevereiro de mil settecentos e trinta e quatro. O secretario Manoel Caetano Lopes de Layre a fez escrever”.

PETIÇÃO DE FRANCISCO DE MELLO PALHETA

“Snr. Diz Francisco de Mello Palheta Cappm. Tenente a Guarda Costa, q’ elle Supplicante está actualmente occupado no serviço de V. Magestade e somente com quarenta e oito mil rs. de soldo; fazendo gastos excessivos, e experimentando grandes perdas, como na viagem do descobrimento do rio da Madeira, fez de gasto hum conto, e dozentos mil rs.; porq’ o mandou o Governador João da Maya da Gama ao d.º descobrimento athe as Indias de Espanha, como fez athe chegar á Cidade de S. Cruz, e nas grandes Cachoeyras teve tres alagações em que perdeo tudo quanto levava, e depois foi mandado pelo nosso (*meclm?*) Governador, a correr a Costa, e á V.ª de Caiyana, fazendo tambem grandes gastos, sem que das ditas viagens fizesse negociações algumas; e vendo o Supplicante que o Governador de Cayena deitava um bando a sua chegada que ninguem dêsse caffè aos Portuguezes capaz de nascer, se informou o Supplicante do valor daquella droga, e vendo o q’ hera fez delligencias por trazer algumas sementes com algum despendio da sua Fazenda, zeloso dos augmentos das Reaes rendas de V. Magestade, e não só troche mil, e tantas frutas que entregou aos Officiaes do Senado (*vereadores da camara municipal*) para que o repartissem com os moradores, como tambem sinco plantas, de que já hoje ha muito no Estado; e como o Supplicante se acha muito falto de servos, e tem mil, e tantos pés de Caffé, e tres mil pés de Cacao, e não tem quem lhos cultive, e se acha com sinco filhos, P. a V. Magestade lhe faça mercê conceder por seo Alvará, cem cazaes de escravos do Certão do Rio Negro, ou outro qualquer, que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao Supplicante sincoenta Indios das Aldeias de Cahabe (*por Caeté, hoje Bragança*), Mortigure (*por Mortigura, hoje Villa do Conde*) bocus simouma (*por Sumauma, hoje Beja*) bocus (*por Cócás, hoje Oeiras*), Caricuru (*por Maricuru, hoje Melgaço*), mongabeiras (*por Mangabeiras, hoje Ponta de Pedra*) Camutá, gorjons (*por Guaianas, depois Logar de Villar, hoje extincto*) p.ª. fazer os dittos resgastes; e como o Supplicante está alcançado, e não tem com que comprar o necessario para fazer os dittos resgastes mandar se lhe dê tudo o necessario da Fazenda dos restages, p.ª que depois o Supplicante inteyre, e pague da mesma viagem o custo que fizer.

E. R. Mcé”.

ALGUNS COMENTÁRIOS

Exige ainda alguns comentários êsse depoimento pessoal do introdutor do café no Brasil.

Infere-se dêle que o bando do governador da Guiana Francesa, pelo qual se vedava aos franceses vendessem café, “capaz de nascer”, aos portuguezes, precisamente quando êstes lá aportavam, numa diligência vinculada aos dispositivos do tratado de Utrecht, lançou no espirito de Palheta a suspeita de que aquella droga era de muito valor. Tratou êle, por isso, de colher informações sobre tudo que se relacionava com aquele fruto, proibido de saír de lá para as vizinhas

terras da corôa lusitana. Não conta que houvesse provado ali a deliciosa bebida, extraída dos grãos da rubiácea; nem que tivesse ido, em companhia de Claude d'Orvilliers e da esposa deste, visitar um cafezal nos arredores de Caiena; nem que as mãos delicadas de uma dama de tal hierarchia tenham apanhado ali, durante êsse passeio cordial, certa porção das rubras cerejas e lh'as hajam gentilmente e desembaraçadamente metido num dos bolsos da casaca. Além de que estas minucias, sobretudo a da galanteria feminil, de que fôra alvo, não eram de boa praxe num requerimento de favores, dirigido ao rei, bem andou Palheta em não as revelar, embora tivessem todas elas cunho de realidade, porquanto seriam contraproducentes ao fim que êle colimava. Afigura-se-me verosimil a tradição, que desde logo começou a correr entre os plantadores de café em terras paraenses,—e que, ouvida em 1763, foi, pela primeira vez posta em letra redonda pelo bispo frei João de S. José Queiroz,—porquanto, havendo Palheta trazido consigo cinco plantas vivas e mil e tantas sementes de uma espécie tão cara então e cuja vendas aos portugueses importaria em incorrerem os alienadores nas mais severas penas, não se jactanciou êle das graves dificuldades que superou para tal aquisição, nem, a exemplo da avultada quantia declarada com os gastos da expedição descobridora do rio Madeira, precisou a soma desembolsada com as mudas e grãos da *coffea arabica*. Limitou-se a dizer isto:—“fez, diligencias por trazer algumas sementes, com algum dispendio da sua fazenda”. Ou quem sabe se, para poder menos difficilmente comprar as mudas e grãos da valiosa droga, não inventou ele a cena de amavel dadivosidade de mme. Claude d'Orvilliers, que depois se tradicionou como realmente acontecia?

Nada disso empana ou diminue o imperecível serviço que em 1727 prestou êle ao Brasil, para este trazendo o embrião da sua maior riqueza actual.

E que era essa a sua mira, confessa-o ele próprio na petição e dom João V, e atesta-o a maneira como procedeu, apenas regressou a Belém. Assim é que, ao alegar as diligencias feitas em Caiena para trazer dali as sementes de café, disse ter sido impulsionado pelo zêlo de ver aumentadas as rendas da corôa portugueza no Brasil. E patenteou êsse intuito, porque, mal saltou, de regresso, na capital paraense, entregou quasi todas as sementes e pés vivos aos dirigentes do municipio, para que êstes os repartissem pelos moradores em condições de encetar e desenvolver a lucrativa cultura. E' de crêr que da regular quantidade só houvesse reservado pequena parcela para si próprio, porquanto nas suas terras, seis anos depois (1733), havia apenas mil e tantos cafeeiros.

Não é licito afirmar-se que êle então fosse pobre. Em geral, os que eram totalmente baldos de recursos pecuniários e aspiravam a grangea-los mediante graças do soberano, quando a êste as pediam em recompensa de quaisquer serviços, não deixavam nunca de esclarecer a miseranda conjuntura em que se encontravam. Não podia ser pobre quem tirava do bolso, aonde não mais voltara, para aquele tempo avultada, a quantia de 1:200\$ acrescida de outras “grandes perdas”, só na viagem de 1722 a 1723, de Belém aos confins da actual Bolivia. Na expedição de 1727, tambem fez “grandes gastos”. E em nenhuma delas realizou negocios, de que lhe proviesse o menor lucro. Vencia o soldo de 48\$000, que era o da sua patente efetiva de capitão-tenente da guarda-costa e fazia “gastos excessivos”, isto é, superiores a êsse ganho. E' que êle não se sustentava, nem á sua familia (tinha cinco filhos), com o exiguo “quantum” com que se lhe inscrevia o nome na folha de pagamento do erario régio. Que explorou terras,—presumivelmente as da sesmaria do rio Ubituba,—deduz-se da petição acima transcrita. Nelas possuia em 1733, além do cafezal novo, já referido, tres mil pés de cacáo. O que principalmente lhe faltava, para manter e desenvolver essa lavoura, era sufficiente braço escravo. Achava-se “muito falto de servos”,—era a sua queixa ao monarca, e isso não significava senão que ele contava com pequeno numero de Indios cativos, impassível com o regular meneio da propriedade agricola. Daí o pedido para poder realizar a bandeira de resgate de

cem casais de selvagens do sertão amazonico. Em suma:—Francisco de Melo Palheta, em 1733, não era pobre, nem opulento; tinha medianas posses, ao que é licito inferir-se dos documentos coetaneos; estava, porém, endividado; e desejava endireitar a sua situação financeira, pois que já havia dobrado, desde alguns anos atrás, o cabo de meio século de existência.

DEPOIS DO "PLACET" DO REI

Deu o governador do Estado do Maranhão parecer favorável a pretensão de Francisco de Melo Palheta e, mediante o "placet" régio, realizou o capitão-tenente da guarda-costa, já mais cuidadoso da agricultura do que da atividade militar, a projetada bandeira para descimento e resgate dos indios de que precisava?

Nada disso consta de documentos. E' até possível que, com a dilação característica da burocracia daquele tempo, acrescida da demora das comunicações entre a colonia e a metropole, já o despacho, favorável ou não, nem sequer o alcançasse vivo...

Como quer que seja,—não se limitou êle a introduzir no Brasil mudas e sementes de café. Fez-se tambem plantador da rubiácea. E entre os que mais se dedicaram a essa cultura, com prosperidade, figurou o abastado-português Agostinho Domingos de Siqueira, proprietário de uma fazenda banhada pelo rio Guamá.

Alexandre de Souza Freire, governador do Estado do Maranhão, em carta que dirigiu a Paulo da Silva Nunes (residente em Lisboa) e datada de Belém em 11 de dezembro de 1731 ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." t. LXVII, pag. 118), quatro anos, portanto depois de terem sido introduzidas ali as mudas e sementes da rubiácea, devidas ao zelo de Palheta, já assim se exprimia:—"Nos sitios circumvizinhos a esta cidade, e ainda nos quintais dela, vae já havendo muito café, e excelente, o qual tambem he genero novo na terra, de que dentro de hum ou dois anos se remeterão arrobas para Portugal, porque as arvores dele de dois, tres anos dão logo fruto em quantidade".

O CAFÉ ISENTO DE IMPOSTOS

De certo pelas informações do mesmo seu representante naquela circunscrição setentrional do Brasil, foi que o soberano português, por ato de 30 de julho de 1731, isentou de todos e quaisquer impostos, por doze anos, a canela e o café, que se cultivassem ali (v. "Anais da Bibl., e Arquivo Púb. do Pará", 1905, t. IV, pags. 117-118).

Em principios de 1732, fez o Pará a primeira remessa de café para Lisboa, —apenas sete libras, de que foi portadora a barca "Santa Maria".

A 18 de outubro de 1739, requereu a municipalidade de Belém a d. João V que proibisse a entrada de cafés de reinos estrangeiros em Portugal, afim de ser favorecido o que se produzia então no Pará. Despachou o soberano essa petição a 4 de maio de 1741, dizendo á camara suplicante que providenciasse quanto ao aumento da cultura daquele genero no Pará e quanto á remessa o mesmo em quantidade suficiente, para ser atendida quando isso se verificasse. E a solicitação foi, por fim, objeto da ordem regia de 12 de junho de 1743, que resolveu o caso como o desejavam os vereadores paraenses.

Por provisão regia de 1.º de maio de 1747, foi prorrogada por dez anos a isenção de direitos concedida ao café por doze anos em 1731, e isso a requerimento dos principais plantadores do Pará, o qual custou a obter despacho, como sóe então acontecer. Houve mais tarde nova prorrogação, ainda por um decenio, mediante o alvará régio de 29 de Janeiro de 1768;

Conforme investigação a que procedeu Manoel Barata (op. cit., pag. 20), em 1749 já havia no Pará mais de 17.000 pés de café e em dezembro do ano seguinte foram dali exportadas para Lisboa 4.835 arrobas daquele produto.

Dali saíram mudas e grãos, para as capitánias de todo o Estado do Maranhão.

A TERRA ROXA

Em 1760, vieram dali para o Rio de Janeiro as sementes da rubiácea, que, plantadas na capital do vice-reino, forneceram os germens dos cafezais da provincia fluminense e, em seguida, dos de Minas Gerais, de S. Paulo e outras regiões, como Espirito Santo e Baía. E, enquanto passavam elles a constituir a maior riqueza da vasta zona do Brasil centro meridional, —no Pará, onde primeiro vicejaram e frutificaram, foram caindo em abandono. A terra roxa é que estava destinada a ser a Chanaan do Brasil, graças principalmente á maravilhosa planta oriental.

Na derradeira decada do seculo XVIII, ainda era relembrado em atos officiais o nome de Francisco de Melo Palheta (officio do governador d. Francisco de Souza Coutinho, capitão-general da capitania de S. José do Rio Negro, de 4 de fevereiro de 1795, *in* "Revs. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", 1925, t. 90, pag. 28), não a proposito da introdução do café na Amazônia, porém sim quanto á vistoria efetuada no padrão da montanha d'Argent. O litigio de fronteiras, primeiro entre Portugal e a França e depois entre o Brasil soberano e a nação metropolitana da Guiana Francesa, havia de gerar atritos e graves preocupações diplomáticas, até á sua final e feliz solução, por arbitramento, no último ano do seculo XIX.

A ONDA VERDE A A NEGRA INGRATIDÃO

Enquanto ocorria isso, —um imenso oceano verde, ora recoberto de alvissimas flores, ora entremeiado de frutos rubros, se estendera pelo ingente coração do Brasil centro meridional. Era e é o melhor tesouro dessa zona opulenta. E quasi ninguem sabia, quasi ninguem abençoava o nome do patricio a quem devia a nossa terra a origem dessa divicia. . .

Quando foi que faleceu Francisco de Melo Palheta? Onde é que lhe repousam as cinzas? Quais são os seus descendentes sobrevivivos hoje?

Ahi estão perguntas que ficam sem resposta, —porque até agora não appareceu quem, —com o alto interesse de uma justa homenagem ao indeslembrável paraense, —procedesse a tais investigações onde fossem elas mais faceis e fructuosas.

Em Fort-de-France, na Martinica, já existe, levantado pela gratidão daqueles ilhéos, um monumento a Gabriel de Clieu, que, arrostando provações, levou para ali, em 1723 a primeira muda de cafeeiro. Teceu-se em torno do feito do inditoso francês uma dupla aureola de poesia e de romance. Imortalizaram-no sisudos historiadores, inspirados épicos e novelistas imaginosos.

Pois a ação patriotica de 1727, do nosso capitão-tenente da guarda-costa em nada é inferior á do capitão de infantaria da marinha francesa Chronistas, romancistas e poetas nela encontrariam tambem farto pabulo a serias pesquisas, fições prosaicas e rimas sonoras. Enquanto, porém, não vierem estas á tona da publicidade —o que não é muito de esperar-se, tome ao menos o governo do Pará, berço e talvez sepultura de Francisco de Melo Palheta, a já tardia iniciativa de erguer ali, com o auxilio da União e dos Estados enriquecidos pelo café, uma escultura que perpetue, na alma da geração atual e das gentes porvindouras, o reconhecimento do Brasil ao abnegado filho que, há duzentos anos, transportou da fantástica região do "Eldorado" para as terras da Patria o caro vegetal com que não sonharam sir Walter Rabigh e os seus credulos sucessores.

É divida cujo pagamento não póde e não deve ser adiado, sem que incorra o Brasil, na pécha de ingrato. E, se para solvê-la, concorrer de algum modo esta minha sugestão, por integralmente satisfeito me darei destas investigações, pacientes, sinceras e desinteressadas (mas infelizmente lacunosas ainda, pela carencia de documentos), com que vier a ajudar melhores mourejadores da mesma seára quanto á personalidade inesquecivel de Francisco de Melo Palheta.

O bi-centenário do cafeeiro no Brasil

O misterioso impulso que em todas as épocas e sob os climas mais diferentes tem levado o homem a fazer infusões de ervas e a torrar as bagas de certos vegetais, para obter beberagens estimulantes, impressionou o grande cientista Liebleg, que, não encontrando explicação racional para tal fáto incluiu-o entre as provas da impossibilidade de vincular os conhecimentos adquiridos pela experiência no laboratório, com as realidades da vida, que, procurando expandir-se e multiplicar-se, vai buscar os elementos de que carece, por meio dessas afinidades que a ciência, não podendo interpretar, rotula com expressões que registram o fáto, sem lhe dar uma razão plausível nem explicar-lhe o determinismo. Nenhum caso mais significativo dessa orientação profunda, que as energias ignotas da matéria viva imprimem ao homem pelo mecanismo do subconsciente, podemos encontrar do que na fascinação que o café exerce sobre indivíduos de todas as raças, colocados sob as mais variadas condições e dotados de mentalidade e sensibilidade as mais heterogêneas. Concorrendo com a sedução das bebidas fermentadas o café, ainda mais do que o chá, é o representante mais perfeito das substâncias em que alguma coisa imponderável, que a análise química não pôde ainda deter, atrai e empolga com um encanto a que, de acôrdo com o conceito de Liebleg, devemos atribuir o valor correspondente a uma necessidade biológica imprescindível.

A êste proposito, em uma obra prestes a entrar no prelo, o dr. Arthur Neiva lembra o alcance com que a descoberta das vitaminas veio revolucionar as téorias classicas sobre o valor nutritivo das subsistências alimentares. Depois de comprovado que a ausência dessas vitaminas na ração ordinária do individuo é causa das chamadas molestias de carência, como a beribéri e o escorbuto, a fascinação exercida pelo café pôde ser considerada como manifestação de um salutar instinto que descobre segredos ainda não revelados pela técnica mais adeantada dos laboratórios.

Essa misteriosa e irresistível atração, exercida pelo poderoso nervino que, sem possuir propriedades alimentícias verificadas pela análise, multiplica as energias e capacidade de resistência dos que dêle usam e abusam, conferiu ao Brasil a mais importante das fontes de riqueza que até hoje exploramos. Nem as madeiras que, nos primeiros tempos após o descobrimento simbolizavam a opulência das terras de Santa Cruz, nem o ouro e os diamantes que o impeto audacioso dos bandeirantes foi arrancar do sub-solo do planalto e do leito dos rios, nem a cana de açúcar, da baixada fluminense, do reconcavo baiano e da mata pernambucana, representaram na formação econômica da nacionalidade papel igual ao da baga rubra da rubiácea preciosa a que devemos a grandeza, a prosperidade e o bem estar do Brasil hodierno. Citaremos ainda, do trabalho

em preparação do dr. Arthur Neiva um trecho em que aquele cientista resume em frases lapidares as proporções da nossa divida imensa para com o café:

—“O café foi o grande realizador entre nós; sustentou a guerra do Paraguai, aboliu a escravidão, proclamou a Republica, lançou estradas de ferro, remodelou e saneou o Rio de Janeiro, construiu couraçados, mandou buscar a missão franceza, permitiu o trabalho de Rondon, convidou o rei Alberto e ha de fazer ainda a revisão da Constituição. O café deu para tudo. Géca pôde apontar ao estrangeiro sua grande obra. Ha razão para se sentir ufano.

“Os 45 milhões de contos, aproximadamente, proporcionados até hoje ao Brasil pelo café, fornecem os elementos para o nosso progresso em todos os setores da atividade humana e concorrem, mais que nenhum outro produto, para formar todo o aparelhamento que constitue a nação. Se a falta da borracha causou o aniquilamento de quasi metade da área de todo o Brasil, qual a formada pela Amazônia, o que acontecerá com o restante se não defendermos o café a todo tranze?”

Não se poderia exprimir melhor a influência passada do café no nosso desenvolvimento econômico, nem definir com mais clareza a gravidade da situação que nos defrontaria, se hoje não falhasse o café. Realmente a questão formulada pelo dr. Arthur Neiva, no trecho acima transcrito, constitue o problema maximo da economia brasileira no momento atual. Assim como no passado as madeiras, o ouro, o algodão, e o açúcar foram sucessivamente elementos básicos da riqueza nacional, tambem se pôde prever que dia virá quando á siderurgia couber empunhar o facho condutor da nossa evolução econômica, em uma fase futura de expansão das atividades brasileiras. Mas se a previsão deve ser a qualidade mais valiosa do estadista, cumpre equilibrá-la com uma capacidade rigorosa de não perder de vista as realidades do momento presente. É a realidade maxima da nossa atualidade econômica é o café; sem êle não teriamos hoje meio de escapar á ruina.

Admitida como axiomática esta verdade fundamental, devemos antes e acima de tudo procurar resolver pela forma mais racional e científica todos os problemas concernentes á produção e ao comércio do artigo que constitue o unico instrumento verdadeiramente eficiente da nossa prosperidade atual e do qual dependeremos, até que surjam outros valores econômicos.

As incalculáveis possibilidades que o café em si mesmo encerra devem tornar-nos ainda mais sensíveis a certos perigos que ameaçam a nossa posição privilegiada no comércio dêsse produto. Temos que começar por defender a propria arvore contra a voracidade dos parasitas que procuram destruir o grão precioso. Precisamos revêr os métodos tradicionais da lavou^rra afim de substituir a expansão erratica do-

cafezais, que acarreta o sacrifício incessante do patrimônio florestal da Nação e o esbanjamento de capital em prolongamentos dispensáveis de rédes ferroviárias, pela concentração nas zonas das culturas antigas cujo sólo pôde ser revitalizado pelos adubos, como o mostrou o sr. Teixeira Mendes, do Instituto Agrônômico de Piracicába. Ainda quando estejam resolvidos o problema da defesa biológica do cafeiro, felizmente entregue pela visão atilada do governo do grande Estado de S. Paulo á alta competência técnica do dr. Arthur Neiva, e a questão do aproveitamento e do rejuvenescimento dos velhos cafezais, restarão ainda pontos delicados e graves relativamente á organização comercial da venda do produto e a sua defesa contra os ataques dos interessados na vitória de artigos rivais.

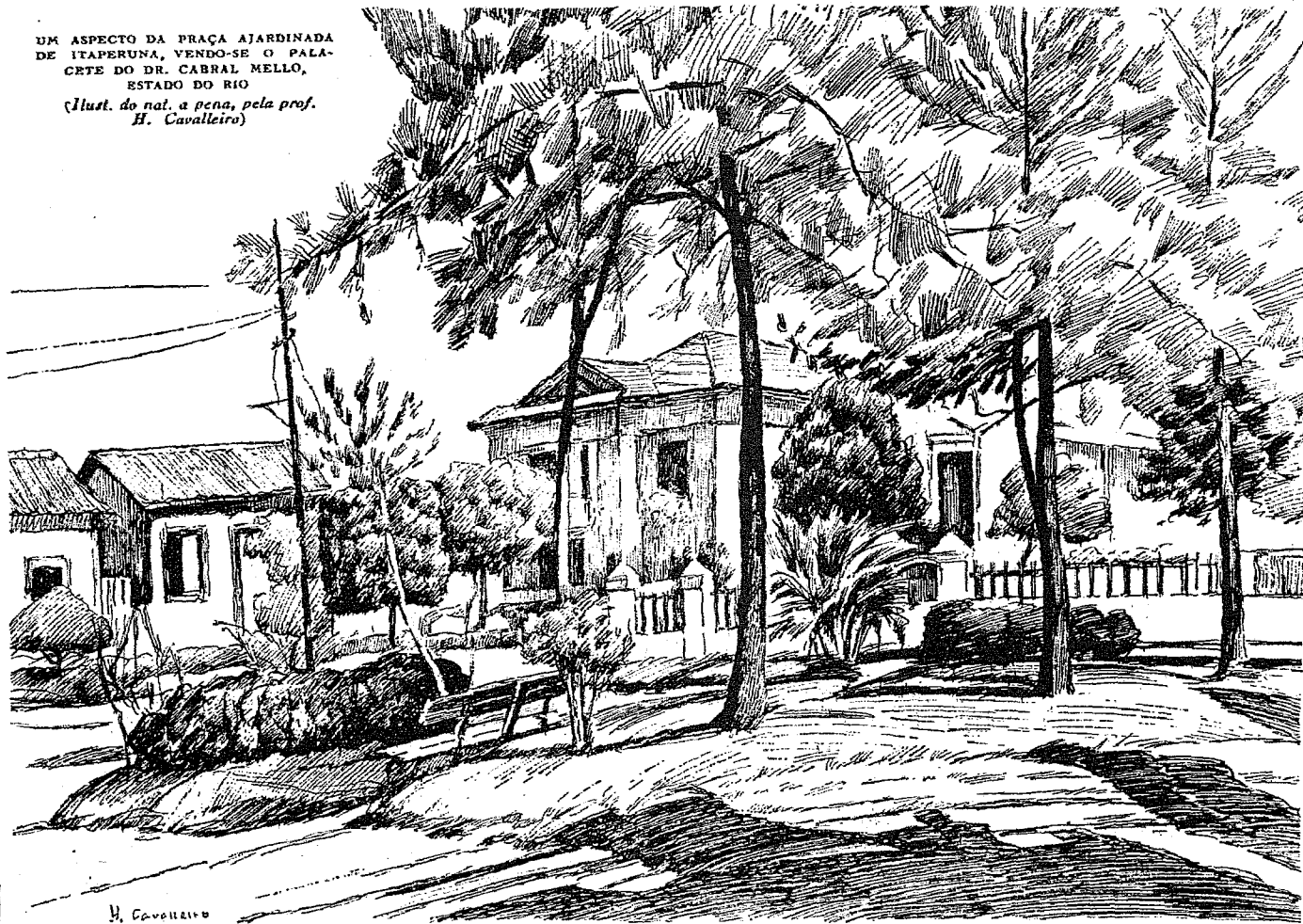
Este ultimo aspecto do problema geral do café é, a nosso vêr, dos mais sérios que ora se apresentam. Recorremos, ainda uma vez á competencia do dr. Arthur Neiva, cuja autoridade no assunto não precisa ser mais acentuada. Aquele nosso illustre compatriota, no trabalho de que temos oportunidade de aqui aludir, descreve minuciosamente a campanha vigorosa que se está fazendo contra o café nos Estados Unidos, campanha evidentemente inspirada pelos interessados nos sucedâneos do nosso produto, e que é tanto mais grave quanto se disfarça sob as aparências da imparcialidade científica. Especialistas autorizados, escrevendo em periodicos medicos de grande prestigio vibram a nota insidiosa dos perigos do uso do café, denunciado como uma espécie de agenciador de clientela para os manicômios. A essa campanha de descredito, feita com o pregão mal intencionado de imaginar os efeitos funestos do café sobre o sistema nervoso, alia-se outra cruzada movida pelo puritanismo protestante que parece ver no café um novo engenho

satânico a ser destruido depois da lei sêca haver removido a influência diabólica do alcool. Não nos iludamos com os engodos de um otimismo perigoso. Vivemos em dias em que a sugestionabilidade da opinião publica aumenta pelos proprios efeitos da difusão da cultura. O homem antigo não abandonava o seu vício porque os cientistas lhe apontassem as consequências ruins para a saúde; hoje a vida se tornou tão mais sedutora, que não são muitos os que não tenham bastante força de vontade para resistir á tentação de trocar o direito da primogenitura da longevidade sadia pelo prazer effêmero. A campanha feita contra um produto, em nome da hygiene, que pôde ser ainda de resultado problemático em países atrazados, tem uma efficácia irresistivel entre os povos mais cultos. E, quando uma propaganda dessa natureza tem a propelila a força formidavel de grandes interesses comerciais e a energia, que tambem não é desprezível, do fanatismo religioso, a posição do objeto atacado torna-se porventura precária. Entretanto, nada fazemos para neutralisar a propaganda dos inimigos do café, contra a qual, aliás, poderíamos responder tiro a tiro, com incalculável vantagem, destruindo a lenda tendenciosa da nocividade do nosso principal produto. A organização de uma defesa energica nêsse sentido forma um dos problemas mais urgentes na questão geral do amparo aos enormes interesses brasileiros dependentes da situação comercial do café.

Este e outros pontos relevantes encontrará o leitor assinalados e discutidos neste numero especial, em que procuramos reviver a história romântica da arvore asiatica que veio espalhar pela terra brasileira as opulências dos tesouros orientais, e que ainda nos poderá fazer ricos por muito tempo, se nós soubermos adaptar ás novas circunstâncias em que o café terá de desempenhar a sua ação bemfasêja.

UM ASPECTO DA PRAÇA AJARDINADA
DE ITAPERUNA, VENDO-SE O PALA-
CETE DO DR. CABRAL MELLO,
ESTADO DO RIO

(Ilust. do nat. a pena, pela prof.
H. Cavalleiro)



H. Cavalleiro



O problema do café no Brasil

LE CAFE' ETERNEL — MADAME DE SÉVIGNÉ A DIT: "RACINE PASSERA COMME LE CAFÉ". JE ME PERMETS DE DIRE QUE LE CAFÉ DURERA COMME RACINE. — GEORGE Dumas (Professeur du Collège de France).

FERNANDO DE MELLO VIANNA

A capital importância do Café, como produto de exportação na economia brasileira, bem merece nossa atenção.

A defesa desse produto, que devera ser a finalidade de todas as cogitações, é imperativa diante das grandes oscilações de preços provenientes do abarrotamento anual do mercado exportador, na ocasião das safras a alternar-se com a sua escassês em meses subsequentes.

Nêste particular, tambem é necessário não perder de vista, que o preço é uma relação entre a oferta e a procura.

O preço dos artigos industriais, ou de generos agrícolas de plantio anual, pôde ser fixado pelo "cartel" ou pelo "trust" que congregue todos os produtores e regule a produção na proporção do consumo.

Não é assim com o café.

Seu custo demasiadamente alto anima, de um lado, o desenvolvimento do plantio no país e no exterior, e, por outro lado, reduz o consumo nacional e estrangeiro, comprometendo, dest' arte, essa nossa grande riqueza. As leis econômicas têm sanções inevitáveis e para as suas infrações não há indulto, nem amnistia.

Não nos deslembremos da borracha.

A sua alta exagerada de preço estimulou as plantações asiáticas e arruinou a Amazônia opulenta.

Quanto ao café, se a concorrência é, sem dúvida, limitada a alguns países da America, á vigilância dos estadistas, todavia, não deve ser indiferente.

Seu consumo vem crescendo de ano a ano e a própria natureza da cultura, ordinariamente uma safra escassa depois de outra farta, como se necessária essa alternativa para repouso da arvore, facilita a defesa do preço pelo equilibrio entre a oferta e a procura.

Regularisar, consequentemente a oferta pela limitação do escoamento da safra, é, incontestavelmente, meio de defesa.

Seria, porém, inefficiente, por unilateral.

Se a lei delimitasse sua irradiação apenas até aí, teria, talvez, resguardando os interesses do Estado, mas relegaria ao abandono os dos produtores que, baldos de recursos, entregar-se-iam aos atravessadores.

O problema do crédito agrícola, de solução difficil por toda a parte, se nos antolha.

E é irremovível. Ruirá todo sistema arquitetado para amparo ao café, sem se alicerçar no fornecimento de recursos ao agricultor.

No Brasil, a produção está entregue a uma grande massa de pequenos lavradores, sem capitais de reserva, que reclamam, allitivamente, meios pecuniários para manutenção de suas culturas, como se não prescinde de ar para viver.

Por indole infenso aos empréstimos externos, última táboa de salvação, quando procurei, no govêrno de Minas, ir em soc'orro aos lavradores, sugeri ao Congresso do Estado, a criação da taxa mil réis ouro, com destino marcado de defesa do produto. Este carregaria com o onus de suas necessidades. Essa taxa, lastro da defesa, seria entregue a um banco para ser mutuada a juros reduzidos, áqueles sobre que havia incidido. Vultuosa quantia cheguei a arrecadar e no Banco de Crédito Real a depositei.

Dentro de poucos anos, com fundada previsão, ter-se-ia um lastro de milhares de contos, percententes aos próprios lavradores.

Com a acumulação dos juros dos empréstimos ao produto anual da taxa ouro, seria atingido o máximo de cem mil contos de réis; cessaria automaticamente, a incidência do imposto e largos recursos poderiam ser distribuidos pelos agricultores. Na lei mineira n.º 887 de 19 de Agosto de 1925, votada após consulta aos interessados, por mim reunidos em Belo Horizonte, corporifiquei todo o sistema de crédito.

Medidas complementares se impõem, e, entre as principais, cumpre ressaltar o estabelecimento de armazens reguladores para a *warrantagem fóra da procedência do produto*.

Prender o café na zona de produção é erro danoso á grande maioria dos interessados, que precisam de meios de tratamento dos cafezais. Além disso, as estradas de ferro, por onde se faz o escoamento da safra, têm, na época das chuvas, a vasão muito reduzida e, para resguardo de seus legítimos interesses, precisam de transportar o máximo no período das sêcas.

Estas idéas propugnei e lhes procurei dar solução na administração de Minas Geraes.

Louvores e applausos são justos aos govêrnos dos Estados interessados, nomeadamente, de Minas e de S. Paulo, pelo esforço e energia despendidos na solução de tão palpitante problema.

O Café, a estabilização e as medidas de defesa do produto

PAULO DE FRONTIN

A comemoração do segundo centenário do café tem uma importância notável na história do Brasil pela circunstância de ser este o nosso principal produto de exportação e representar a parcela mais notável do nosso intercâmbio internacional.

No século passado, o café desenvolveu-se de maneira notável no vale do Paraíba e seus afluentes, abrangendo grande parte da província do Rio de Janeiro, do norte da de São Paulo e da Zona da Mata do Estado de Minas. A exportação pelo porto do Rio de Janeiro se elevou a mais de 4 milhões de sacas. Como até hoje tenha ficado sem solução o problema do reaproveitamento das terras onde se cultivava o café, para esta mesma cultura, quando as árvores, pela sua idade, já não produzem uma colheita remuneradora—a cultura intensiva foi substituída pela extensiva sendo o café atualmente produzido sobretudo nos vales do Rio Doce, do Itabapoana e Itapemirim, nos Estados de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e no vale do Rio Paraná. Nesta cultura extensiva predominou a zona do oeste de São Paulo, onde a terra roxa permitiu colheitas das mais abundantes por mil pés de café.

A superprodução, quanto ao consumo mundial, por ocasião das grandes colheitas de 1882, 1907, 1918 e 1921, determinaram crises e extraordinária baixa de preços, com sensível prejuízo dos fazendeiros de café. A primeira crise resolveu-se por si. Deixou-se de colher o café nas zonas onde as despesas de transporte não permitiam alcançar qualquer lucro com a sua venda, á vista dos baixos preços de então. Na segunda crise, procurou-se resolver a dificuldade pela Convenção de Taubaté, realizando o que se denominou a valorização, cuja medida principal foi a retirada do mercado, pelo governo do Estado de São Paulo, de cerca de 8 milhões de sacas para o que, com o concurso do governo federal, efetuaram-se empréstimos e outras operações de crédito, que produziram os recursos necessários para a maior retirada, e providências restritivas quanto ao plantio de novos cafezais.

Na terceira crise, as geadas reduzindo de mais de metade, a colheita, esta deu elevado lucro na venda do café adquirido pelo Estado, a preço determinado. O governo federal tendo emprestado por emissão de papel-moeda, a quantia de 110 mil contos, obteve um lucro de cerca de 60% dessa importância.

Na quarta crise, seguiu-se orientação diversa das duas anteriores. E em vez de adquirir o café, desde o momento que o preço ficasse abaixo do mínimo previamente estabelecido, a compra efetuou-se por preços que bruscamente se elevaram, atingindo um máximo nunca anteriormente obtido.

Resultou deste fato notável elevação no custo de produção, donde poderia provir completa desmoralização da vultuosa lavoura de café se providências não fossem tomadas simultaneamente pelo governo federal e pelos governos dos Estados produtores, especialmente o de São Paulo.

A estabilização do câmbio, a regularização do transporte máximo diário, a criação do Instituto de Café e os empréstimos estrangeiros decorrentes do plano de ação do Instituto, os armazéns reguladores permitindo a warrantagem dos depósitos ali feitos—são hoje os principais elementos do aparelho de defesa dos preços do nosso principal produto de exportação.

Para que atinjam integralmente o seu objetivo, é indispensável que o fazendeiro, que vê restringida a sua liberdade de transporte para os portos exportadores e consequentemente da venda do seu produto nas épocas que mais convém ás necessidades de sua indústria agrícola, possa ter a certeza de, sob a caução da safra colhida, obter os recursos indispensáveis para todas as despesas por ela exigida, sem o que ele se verá obrigado a vender por preço muito inferior aos da cotação oficial, em sua própria fazenda, a parte da safra de que precisa dispôr, afim de normalizar a situação financeira dela. E neste caso, a defesa do café não será em seu favor e sim em favor do intermediário, entre ele e o exportador, ou do proprio exportador, que lhe adquiriu a colheita.

Se assim succedesse, as medidas governamentais tomadas em lugar de favorecer a êsse agricultor brasileiro, só trará vantagem para o exportador estrangeiro.

De todos os fatores favoráveis á defesa do café, a que acima nos referimos, o de efeito primordial é incontestavelmente o da estabilização da taxa de câmbio, porquanto o fazendeiro não terá mais receio de que se repita o que se passou em fins de 1919 e começo de 1920, quando a taxa cambial ouro se elevou a 14 dinheiros (18 dinheiros papel) determinando a aquisição, pelo estrangeiro, do grande saldo da nossa balança comercial, em condições altamente desfavoráveis para o nosso país, e um ano depois, Junho de 1921, tendo o nosso mil réis se depreciado, alcançando o dolar o valor de 9\$000.

O café e a indústria de tecidos de algodão

CARLOS T. DA ROCHA FARIA

Quando em 1766 o rei de Portugal D. José mandava fechar as indústrias do Brasil, então Colonia, por carta de 20 de Julho do mesmo ano, as instruções firmadas pelo Marquês de Pombal e que acompanhavam a mesma carta régia diziam textualmente:

“O Brasil é o país mais fértil e abundante do mundo, em frutos e produções da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida mas, ainda muitos artigos importantes para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, si a estas incontestáveis vantagens reunirem ainda as da indústria e das artes dos tecidos para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos habitantes totalmente independentes da metropole. E’ por consequência de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas do Brasil”.

Já nessa época remota o espírito clarividente do Marquês de Pombal antevia para o nosso país o grande progresso industrial que de futuro o emanciparia economicamente, e procurava por processo radical acautelar os interesses da metropole.

Vejamos no entanto quando e como começamos de fato a nos tornar independentes e qual a influência que economicamente nos trouxe o café.

Balança comercial do Brasil foi até 1860 deficitária. Se compararmos as quatro decadas seguintes a partir de 1821, verificaremos; de 1821 a 1830 o deficit foi de Rs. 21.901:000\$000, equivalente a £ 3.407.000; de 1831 a 1840 Rs. 37.484:000\$000 e £ 5.086.000; de 1841 a 1850 Rs. 52.967:000\$000 e £ 6.319.000; de 1851 a 1860 Rs. 116.152:000\$000 e £ 13.273.000.

Assim nêsse longo período de 40 anos após a nossa independência política o comércio do Brasil com o exterior deixou um deficit de 228.504 contos de réis, que naquela época equivaliam a 18.085.000 libras esterlinas. Desse período em diante foi então que começou a intervir o valor da nossa produção do café, principiando a se verificar saldos que de ano para ano maior se tornavam, á medida que mais se intensificava o plantio e desenvolvimento da cultura da famosa rubiácea. Isso melhor e mais positivamente se verifica, se examinarmos o seguinte quadro:

DECADAS	SALDO EM CONTOS DE RÉIS	SALDO EM LIBRAS
1861—1870.	189.661	17.567.000
1871—1880.	342.267	34.756.000
1881—1890.	308.709	28.364.000
1891—1900.	951.934	38.200.000
1901—1910.	2.731.803	157.379.000
1911—1920.	2.340.545	136.108.000
1921—1926 (5 anos).	3.933.139	100.273.000

Incontestavelmente o fator principal dessa diferença formidável foi o café cuja exportação está representada em dois pontos de 40 anos pelos seguintes concludentes algarismos:

Período	Sacos de 60 kilos	Contos de réis	Libras
1821—1860.	56.292.000	838.596	101.114.000
1860—1900.	193.000.000	7.982.939	504.532.000

Dest’arte constata-se para mais no segundo período, isto é, de 1860 a 1900, um aumento de 136.704.000 sacas no valor de 7.144.443 contos de réis, equivalentes a £ 403.418.000 !

Ainda mais: se continuarmos a mesma verificação estatística nos últimos vinte e seis anos apuraremos que as saídas do café para o exterior atingiram a 332.074.000 sacas, cujo valor de 23.070.385 contos de réis produziram £ 969.431.000 !

Acompanhar o desenvolvimento rapido da cultura do café no Brasil é tambem seguir o progresso da indústria têxtil do algodão, e se, por um lado a exportação do café trazia para o nosso país, como trouxe e continuará a trazer, enorme quantidade de ouro, o desenvolvimento concomitante daquela indústria têxtil impedia, impede e continuará a impedir que do Brasil saia igualmente não pequena quantidade de ouro como daqui a pouco veremos.

Em seu início, a indústria algodoeira nos primeiros dez anos, isso é, de 1850 a 1860, evoluiu muito lentamente, e assim foi até 1889. De lá para cá o surto da nossa indústria foi notável, aumentando sempre á medida que aumentava e maior se tornava a exportação do café. Pelo aumento do preço dêste que subiu rapidamente nos últimos anos, maiores foram as disponibilidades que ficaram sobretudo para os cultivadores e negociantes de café, os quais assim, embora não concorressem directamente para maior desenvolvimento da indústria têxtil, indirectamente concorreram pela sua maior capacidade aquisitiva, ou então pelo emprego dos lucros provenientes do café, em outras indústrias, maximé na têxtil do algodão, onde o nosso sólo fornecia em abundância e qualidade a materia prima necessária.

Si bem que as estatísticas officiaes deem uma produção industrial aproximada de 2.400.000 contos de réis, sôma pouco inferior ao valôr da exportação do café, tomemos sómente em consideração a indústria de tecido de algodão por mais de perto nos interessar, e então facil é verificar que o Brasil já tem applicado cerca de 1.300.000 contos de réis em suas 329 fabricas onde 76 mil teares produzem perto de 700.000.000 de metros de tecidos cujo valor aproximado é de 1.000.000 de contos de réis. Assim, claro se evidencia que se não produzissemos em nosso País êsses milhões de metros de tecido e se fossemos obrigados a importá-los para consumo interno, calculando aproximadamente de 15\$000 o custo do quilo de tecido, o que, aliás é um cálculo muito razoável, teríamos em 80 milhões de quilos de nosso consumo annual o valor aproximado de 1.200.000 contos de réis equivalentes a 30 milhões de libras, ao cambio de 6 d.

Desta maneira, si levarmos em conta o princípio econômico segundo o qual introduzir em um país ou impedir que dêle saia o ouro, são fatos que produzem efeitos identicos, veremos quão formidável é essa sôma de ouro que a indústria de tecidos de algodão, ela só, impede que saia annualmente do Brasil.

Nessas ligeiras e modestas considerações sobre o café e a indústria têxtil algodoeira, verifica-se á saciedade que ambas contribuem poderosamente para a emancipação economica e financeira do nosso País e que todo o apêio que os govêrnos a elas prestem, procurando auxiliar o seu intenso trabalho será bem visto e repercutirá poderosa e incontestavelmente para a grandeza e futuro da nossa Patria.

Convém que todos nós, dirigentes e dirigidos, reflitamos e tenhamos sempre em mente as palavras do eminente sr. Jules Ferry no Senado Francês:

“Expulsemos de nossos espíritos vãs e funestas discussões, não acreditemos que obteremos as simpatias do mundo sacrificando nossos interêsses. Não; sejamos fortes, sejamos produtores, sejamos ricos em indústria. Nunca se está politicamente isolado do mundo quando se é forte; nunca se está economicamente isolado quando se é rico”.

Le fils unique

A. R. CONTY

Dans les pays où l'on chante les Vêpres (il y a bien longtemps, me semble-t-il, que je n'ai habité pareil pays), on répète un psaume qui débute par ces mots "laudate pueri Dominum" et s'achève par ce verset. "... Qui habitare facit sterilem in domo, matrem filiorum lactantem". Mon paroissien traduit ainsi: "Louez le Seigneur, vous qui êtes ses serviteurs... le Seigneur qui donne à celle qui était stérile la joie de se voir mère de plusieurs enfants". Filiorum est au pluriel. Faut-il donc plusieurs enfants pour qu'il y ait joie? Le psalmiste passe sous silence la mère d'un fils unique. C'est que, si le sort de la femme stérile est pénible, le bonheur est précaire de celle qui n'a qu'un enfant. Si la mère n'a qu'un fils unique, parce qu'elle ne peut faire autrement, il faut la plaindre. Si elle ne veut pas faire autrement, il faut même la blâmer.

Dans ma petite patrie, où se trouve Chinon (petite ville, grand renom), on rencontre de dignes prêtres dont les propos, par le bon sens, la verdeur et la truculence, évoquent la tradition de Rabelais et réjouiraient fort Ronald de Carvalho. "Une fille qui attrape un enfant sans le faire expres, disait feu le curé de Troo (Loir et Cher), est, à mes yeux, moins coupable qu'une femme mariée qui fait expres de n'en plus avoir".

Vous avez, Monsieur Assis Chateaubriand, visité récemment la mère d'un fils unique. Elle vous est apparue les traits ravagés, ses beaux restes en ruine.

Et le sein tout meurtri d'avoir tant allaité.
Elle fait un repos de sa stérilité.

Elle a trop allaité son seul enfant qui n'a pas laissé à d'autres une part de substance, de nourriture et de vie.

Sur cet enfant se sont concentrés tous les soins, tout le dévouement et tout l'amour maternel. C'est surtout aux mères des fils uniques que peuvent s'adresser les vers du délicat poète Dorchain:

Mères, vous aimez trop ces pauvres petits hommes.
Qu'en souriant vous apaisez.
A ces fils qui seront faibles, comme nous sommes,
Ne prodiguez pas vos baisers !
S'ils sentent chaque soir, sur leur bouche ingénue
Votre souffle calme frémir,
Sans le parfum aimé d'une haleine connue,
Ils ne pourront plus s'endormir.
Mères, vous les pressez avec inquiétude
En les berçant sur vos genoux;
Ils se rappelleront cette douce habitude,
Quand ils ne seront plus à vous.

Le fils unique est migrateur. Vous l'avez dit, je crois, Monsieur Chateaubriand.

Quelles précautions n'a-t-on pas prises, pourtant, pour l'élever et le préserver? Le moindre de ses indispositions produisait chez lui l'agitation et le terreur. On a chassé avec ignominie de la maison un serviteur soupçonné, à tort, d'y avoir introduit un microbe capable d'altérer cette précieuse santé. Si la croissance était trop lente, on tremblait; si l'enfant poussait trop vite, on s'affolait. Et je n'insisterai pas sur les remèdes qu'on infligeait à ses intestins, tantôt accélérés et tantôt ralentis.

Il n'est question que de Lui dans la correspondance de famille.—C'est Lui ! C'est toujours Lui! Il n'a recueilli qu'indulgence, sourires, admiration complaisante, disons le mot, encouragements, le jour où il a débouché "la boniche à maman" et quand il a séduit la fille du voisin.

Malheur aux amis qui ne lui ouvrent pas largement leur porte et ne goûtent pas ses mérites comme il convient. Riches ou pauvres, tous doivent l'aimer et faire pour lui des frais, sous peine de s'exposer à la froideur et même aux rancunes de la mère qui, d'ailleurs, n'en est pas sans motif orgueilleuse. Il n'est pas de sacrifice que cette mère ne consente pour introduire et faire dignement figurer partout son rejeton: car le fils unique est un objet de luxe, un être d'élite, mais au monde pour charmer et agrémenter la vie, et non pas de la race vulgaire et grossière dont on fait les ouvriers et les manoeuvres, destinés aux rudes travaux dits de première nécessité.

Mais, ainsi élevé, soigné, choyé, favorisé et poussé dans le monde, le fils unique peut causer parfois de cruelles déceptions à sa mère.

Heureuse la femme féconde que se voit mère de plusieurs enfants !"

A REDENÇÃO

RAUL FERNANDES

O centenário do café recorda aos fluminenses da minha idade uma época, de cujo crepúsculo elles foram espectadores—um crepúsculo de cordilheira, abraçado em fulgores de apoteóse, chismando galas e riqueza até um minuto antes de soar, com a abolição dos cativos, a hora da expiação.

O café, no vale do Paraíba, era uma das colunas mestras da economia do Imperio; as outras, estevam-se nos canaviaes de Campos, da Bahia e de Pernambuco. A riqueza das três províncias não era só o dinheiro com que elas abasteciam o Tezouro imperial, mas também as elites formadas na sua opulência para as artes, a ciência, a política, e que deram nas ultimas décadas do Brasil monarchico o maior contingente para o verniz da civilização com que ellas brilham na história nacional.

Em minha infância conheci familia, de cujos membros varões, o menos graduado era comendador da Ordem da Rosa; em cujo solar uma Alteza Imperial poude ser recebida com luxo aparatoso sem que nada se comprasse especialmente para esse dia; que tendo tido voto preponderante na eleição de um deputado no circulo de sua influencia, e vindo a saber que o eleito estava onerado por dívida avultada, mandou saldar a dívida para que o mandato se desempenhasse com sobrançeria.

Mas vi também um dos ultimos “combóios” de escravos que andaram a desfiar na região as suas contas de humilhação e dôr. Eram homens e mulheres andrajosos, tocados em fila indiana por um capataz armado de comprido látego, seguidos pelo mercador a cavallo. O dono dessa estranha mercadoria apeou-se em frente ao portão da fazenda, atravessou o jardim onde um repuxo torcia no ar e desfazia em chuva a espiral dum fio dagua, e descobrindo-se deante do fazendeiro, propoz-lhe o horrendo negocio. “Peças de primeira ordem. Iguais a essas o norte não mandaria mais...” Negaceando, o agricultor alegava não ter necessidade; que os preços andavam exorbitantes, mas, de pé sob o alpendre, seu olhar passava alto sobre a cabeça do negro, e percorria, interessado, a linha de escravos enfileirados na estrada. O outro, esperto, gritou ao capataz:—“Eh! Jeronimo! Manda aqui o Cipriano”.

Um fula, entre 25 e 30 anos, destacou-se da formatura, penetrou no jardim, caminhou de olhos baixos para o alpendre, e chegado ao primeiro degráo da escada, subiu num relance e atirou-se de joelhos aos pés do fazendeiro, suplicando:

—“Me compre, meu senhor! Me compre...”

—“Abre a bôca!”—ordenou o negro. O cativo, habituado a esse gesto e sabendo-lhe a intenção, mostrou a bôca como a um dentista, retraíndo os labios e exhibindo toda a dentadura, solida, bela, sem sombra de cárie na sadia coloração de marfim novo.

—“Veja v. ex. que são perfeitos”,—disse o negro. E arregaçando de leve as calças de algodão crú vestidas pelo negro, descobriu-lhe as canelas finas, nervosas como as dum cavallo de boa raça, e encareceu:

—“Bôa marca, senhor! Ligeiro que nem um veado...”

Seguiu-se este breve dialogo:

—Qual é o preço?

—Três contos.

—Está louco! Isso é um desproposito.

—Garanto a v. ex. que não ganho nada. E' preço de amigo.

—Quer dois contos?

—Dois contos e quinhentos, para servir a v. ex.

—Não. Dou dois contos e volto uma egua de olhos lindos com cria.

—Vá lá: está fechado.”

Nascido em fazenda onde todos os trabalhos, os ruráis como os domesticos, eram feitos por escravos, aos sete anos de idade eu tinha a escravidão como pertencente á ordem natural das coisas. Aquela barganha de um ser humano por dinheiro e alimárias, feita á minha vista, foi uma revelação, como um choque que me crispou a alma infantil e a deixou desencantada.

A opulência cafeeira, no meu espírito, ficou ligada á hediondez do cativeiro. A arvore majestosa mergulhava raízes na iniquidade e na barbaria; e ainda que os fluminenses da minha geração se dispersassem empobrecidos pela lei de 13 de maio de 1888, como se o destino os votára á expiação do grande peccado, devo com elles bem-dizer o magnanimo golpe de Estado da Princeza Imperial, pois se palacios se arruinaram, todas as senzalas ruiam.

Aliás, o Rio de Janeiro convalesceu do golpe redentor. Morreram os cafezais da escravidão, que eram os do vale de Paraíba, mas outros, sob o regime do trabalho livre, nasceram e frutificam no vale de Muriaé; e nas terras desertadas pelos primeiros, multiplicam-se gados, que

também são riqueza, ou cultivam-se cereais. Para as indústrias, cujo parque é dos mais importantes no país, e para a agricultura, a proximidade da grande metrópole é um precioso fator de progresso.

A velha província cedeu a outras o antigo predomínio na política do país, mas agora, como no Império, dá mais ao tesouro comum do que dêle recebe em serviços públicos, e supéra na sua contribuição ouro. Estados maiores em território ou população.

E não murmura nem recrimina; porque da híbrida conformação de outrora, fidalga e escravocrata, expellido o escravagismo, ficou indelével a fidalguia do caráter.

El - Rei Café

JOSÉ MARIA WHITAKER

Não foi em vão que os elaboradores da nossa independência puzeram na base do primeiro escudo nacional os ramos entrelaçados do fumo e do café. Há, evidentemente, causas mais profundas da unidade de um país imenso e vário como o Brasil, mas a comunhão de interesses exerce sem dúvida, uma ação atual e constante que não só os torna mais eficientes, como compensa, também, os atritos inevitáveis da vida política quotidiana.

No momento atual, tendo perdido muito da primitiva importância, o fumo não é mais considerado como elemento representativo da riqueza agrícola de nenhuma das regiões do país. Em compensação o café tomou o lugar por êle deixado, assumindo, mesmo, na nossa economia, uma importância predominante, que naqueles tempos a ninguém seria dado prevêr.

Se não é inteiramente justo resumir São Paulo no café, uma vez que, como todos sabem, São Paulo é o maior centro manufatureiro da America do Sul, e que, nos anos normais, a produção do café não representa senão a metade de sua produção agrícola e industrial, é ao contrário rigorosamente exáto dizer que o Brasil é o café, pois é o café que atesta as energias do nosso povo e o que dêle ainda se pôde com razão esperar.

Devassar sertões bravios, derrubar matas, substitui-las por plantações que só quatro ou cinco anos depois começam a compensar o esforço dispendido, eis um trabalho digno de uma grande raça, uma tarefa que se não levaria a termo se nessa raça não culminassem as mais altas qualidades de que o homem se pode honrar: a energia, a previdência, a economia, a perseverança, a ordem, a disciplina.

Foi, certamente, meditando nas virtudes que pressupõem uma obra de tal grandiosidade, que Ferri declarou ser a cultura do café no Estado de São Paulo o acontecimento econômico mais maravilhoso do seculo XIX. E, contudo, ao exprimir assim a sua justa admiração, desconhecia o grande sociólogo italiano que essas plantações magnificas se formaram, e ainda hoje se mantêm, sem um auxílio organizado e permanente, sem um apóio constante e benigno nas suas grandes e inevitáveis necessidades.

O café vive sem crédito, sem, pelo menos, o crédito correspondente ao papel essencial que desempenha na nossa atormentada economia; e todavia êsse crédito que êle para si não tem, é êle que o dá ao comércio e á indústria do país.

Quem tiver a curiosidade de confrontar o balancete do Banco do Brasil com o da sua filial de São Paulo (o qual não compreende os das outras agências no mesmo estado) verificará não só que aproximadamente a "metade" dos depositos, em conta corrente, vêm de São Paulo, como ainda que, recebendo de São Paulo um total de 245.000 contos, o nosso grande Banco só tem applicados em São Paulo 79.000 contos de réis.

Se á esta diferença de 166.000 contos juntarmos os 138.000 contos de depositos da Caixa Econômica Federal, veremos que excede de 300.000 contos a contribuição, imensa e isolada, que São Paulo, isto é, o café, destaca de sua economia necessitada para derramar pelos outros Estados como uma seiva benéfica, na hora, aliás, bem amarga, que com esforço está atravessando.

Não é pois inoportuno lembrar, entre as festas dêste nobre centenário, que o café, cimento precioso de uma unidade constantemente ameaçada pelas ambições dos politicos, não merece apenas estêreis glorificações, precisa sobretudo de proteção efetiva e real—menos impostos e mais liberdade de circulação, organização de crédito, abundância de braços, facilidades de transportes. Que para êle volvam, em uma palavra, alguns, ao menos, dos benefícios que tão abnegadamente espalha em todos os recantos do nosso descuidoso país!

A trajetória histórica do café

LYRA CASTRO

Quem diz café diz riqueza brasileira. É "o maior dos brasileiros", na frase de Augustó Ramos. É a preocupação de todos os nossos estadistas, do norte, do centro ou do sul porque o zelo pelo café é um cuidado nacional e não um pendor regionalista. O café se aclima bem no Brasil, preferindo, como prefere, os trópicos, gostando das terras roxas e das serranias. É, portanto, natural que povo e Governo, immanados no mesmo entusiástico jubilo, comemorem o café, agora, pelo segundo centenário, e, sempre, por todos os pretextos.

Os processos de cultura do café são, hoje, muito conhecidos. É interessante, entretanto, a crônica da sua vida.

A trajetória histórica do café—semelhante á da civilização—seguiu, de modo geral, do oriente para o ocidente. Suas origens não estão definitivamente esclarecidas; porque a vantagem utilitaria, que sempre ofereceu, predominou sobre as indagações desinteressadas, de resto um tanto dispensáveis, da análise exata e rigorosa da sua ascendência. Parece que o seu *habitat* inicial foi a Abissínia, mas é na Arabia que a historia vai fixar-lhe a primeira existência, em estado selvagem e em exploração empirica, desde, pelo menos, o ano 575. O Yemen tornou-se um grande centro produtor. Apesar das cautelas dos interessados, missionarios mussulmanos, conduziram as cobiçadas bagas para as Indias. Em pouco, o café conquistou o mundo, contra tudo e contra todos. Não valeram para derrubá-lo nem as interpretações casuísticas do Alcorão nem as tremendas pragas que, em algumas regiões, o combateram. As caravanas levaram-no para Constantinopla e, irradiando-se na Europa a fama da valiosa rubiácea, varios países europeus, citadamente a Italia, a Inglaterra, a França e a Holanda receberam o café, mesmo diretamente da Arabia. Na Holanda excitou, de modo notavel, as atenções. E, a principio, não entusiasmou muito favoravelmente a opinião.

Alberto de Mandeslab, em 1637, disse que, experimentando, na Holanda, essa bebida, que os arabes chamam "kahwé", a achou "literalmente detestável". Elizabeth d'Orleans, em 1712, considerou-a "horriavel". Mas, apesar disso e não crendo nessas primeiras impressões, os holandeses instalaram, em larga escala, a cultura do café em Java. E, ao que parece, todas as plantas de café existentes nas Americas provieram do Jardim Botânico de Amsterdam, graças a Nicolau Witsen, burgomestre então dessa Cidade, que obteve, para aquele Jardim, alguns exemplares de café enviados por van Hoorn, Governador da Batavia. Um dos exemplares crescidos em Amsterdam foi apresentado a Luis XIV, e Antonio Jussieu, o celebre botânico, recebeu outro espécimen da mesma origem, que cultivou no Jardim das Plantas, de Paris.

Dahi, partiu a *planta mater* dos cafeeiros americanos, portanto, brasileiros, mediante os heróicos cuidados do navegador francez Gabriel Mathieu De Clieu, lugar-tenente do rei em Martinica.

A unica muda trazida, em 1720 ou 1723, por De Clieu, foi por este transplantada, sob mil contratempas, para Martinica. A agua faltara a bordo e De Clieu teve de dividir com a planta a pequena ração do precioso liquido que lhe era destinada para matar a propria sêde. O intelligente mareante explica a razão desse sacrificio: era, diz êle, um pé de café "sur lequel je fondais les plus heureuses esperances, et qui faisant mes délices". E parece que De Clieu teve perfeita visão do futuro: receioso de que furtassem a planta, rodeou-a de uma cerca de espinhos e colocou-a sob a vigilância de um guarda. Colheu desse pé dois litros de grãos que distribuiu por pessoas capazes para o replantio e, passadas duas colheitas, toda Martinica se atirou ao cultivo da milagrosa rubiácea.

A França recompensou com dignidades, postos e dinheiro o primeiro plantador de café em terras da America, se é que, como querem outros, holandeses não o tenham precedido, plantando em Surinan alguns pés, por volta de 1718.

Decorre dahi uma das dúvidas na origem dos primeiros pés vindos para o Brasil, via Pará. Provieram da Martinica ou de Surinan? De Surinan, dizem muitos, através de Caiena, cujo Governador, de la Motte Aigron, estivera naquela Ilha e astuciosamente se apossara de algumas bagas.

Depois foi a nossa vez, ao que se assegura. Francisco de Melo Palheta, tendo ido a Caiena em desempenho de uma missão do Governador o Capitão General do Pará, trouxe consigo cinco plantas de café, cujas sementes germinaram no Pará e se irradiaram, afinal, de norte a sul do paiz. Corre, a proposito, a narrativa, talvez a fantasia, de que fôra a propria esposa do Governador de Caiena, Claude d'Orvilliers, quem, por galanteria, puzera no bolso de Palheta um bocadinho de café em grãos. Mas, nessa hipótese, não é natural que Palheta chegasse ao Pará já com cinco plantas. . . De resto, o Governador de Caiena proibira que se exportasse ou desse a estrangeiros café em condições de germinar. As controversias históricas, daí por deante, são, aliás, no que diz respeito, numerosas. Ha os que alegam, fundados em Roberto Southey, que nem agora se deveria festejar o segundo centenário do café, pois na Bahia já êste crescia em 1581, trazido do Oriente pelos portugúeses.



VISTA PANORAMICA DE VASSOURAS, NO ESTADO ATUAL

(Ilustração do natural, a pena, pelo prof. H. Cavalleiro)

Como quer que seja, cumpre-nos sempre festejar, entusiasticamente, a grande planta que fez maior a possibilidade econômica do Brasil. E, houvesse ou não, em outros Estados, o café, foi o meu Estado natal, o Pará, que deu vulto, em primeiro lugar, á sua cultura e que primeiro, o divulgou em nossa Patria.

João Alberto Castelo Branco foi um dos introdutores, senão o primeiro introdutor, do café no Rio, café paraense, em 1761, não obstante haver quem afirme que, de Gôa, diretamente, procederam essas plantas primeiras. Foram plantados os cafés paraenses em um jardim da rua dos Barbonos e numa quinta de Mataporcos, isto é, Estacio de Sá. Isso não impede de ligar a esses esforços iniciantes os nomes do monge belga Moltke, a quem se atribue ter feito plantar, no Convento dos Capuchinhos, no Rio, algumas sementes e do Bispo do Rio de Janeiro, Joaquim Bruno, a cuja propaganda se deve, em grande parte, o cultivo do café em seus verdadeiros *habitats* na nossa Patria, quer dizer, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo e Paraná.

E' interessante, portanto, saber que a primeira exportação de café paraense foi para Lisboa, na barca "Santa Maria", em 1732. Eram sete libras! E a maior exportação do Pará foi a de 1778: 1.395 sacas, com 6.579 arrobas, a 2\$400, cambio de 19.

Santos, o grande exportador atual, só veio a exportar café em 1796 e apenas 2 sacas. . . Hoje Santos exporta mais de nove milhões de sacas, em quatorze milhões no Brasil, êxito unico em produção agricola em nosso paiz.

Precisamente, portanto, ha duas centenas de anos, nesta data, segundo muitos testemunhos historicos, entrou em Belém, no Estado que me serviu de berço, a preciosa planta produtora das bagas vermelhas, com as quais se prepara a preciosa bebida, tão apreciada quão divulgada em todo mundo. Foi longo o seu percurso da Asia a Caiene, presidio francês, e daí ao Pará.

E a migração continua. Em busca de meio mais propício á sua cultura econômica, percorreu, como vimos, o paiz de norte ao meio dia, hospedando-se no Estado do Rio por largos anos, parecendo estabilizar-se ahi para depois emigrar para São Paulo, onde parecia definitivamente instalada.

Ainda ahi, longe do que se pensava, ao cabo de algumas dezenas de anos, sua produção declinava, suas culturas se deslocavam para mais distante, sempre na perseguição de terras virgens, favoraveis a vastas colheitas.

Em procura da terra rôxa, preferida pela planta, se tem alastrado pelos Estados de Minas Espírito Santo e Paraná, sendo que, nos limites deste com o de São Paulo, parece estar a zona onde a produção por 1.000 pés tem avultado mais, chegando á cifra fantástica de 300 arrobas.

Nada ha de estranho no que acabamos de assinalar, pois os seres vivos emigram em busca de meio que lhes seja mais conveniente e dos alimentos de que vivem, vencendo todos os obstaculos e dificuldades no tempo e no espaço.

Apesar de ser de origem asiática, o café, como o zébu, melhor se habitua e melhor prospera aquí do que lá porque o clima e o solo lhe são mais apropriados.

Também foi o que se deu com a borracha, originária da Amazônia e a quina, do Perú—ambas, transplantadas, da America para a Asia, ahi prosperaram tão bem como no *habitat* primitivo.

Com o café, porém, as tentativas não tem correspondido, felizmente, ao empenho dos que nos querem arrebatár a primazia.

Não se descobriram ainda terras cujas colheitas se aproximem, siquer, das de São Paulo e adjacências.

O clima e a terra são os dois fatores fundamentais das vantagens que desfrutam S. Paulo, Minas, o Espírito Santo e Paraná.

Nas terras do Norte o café se desenvolve e produz abundantemente, mas o clima quente e humido dos trópicos não permite que os frutos amadureçam de vez, sendo preciso catá-los, o que multiplica as colheitas e encarece a produção. De outro lado, é uma cultura que exige muito trato, e, no Norte, os braços são raros; os estrangeiros, aliás não querem emigrar para ali.

Ao demais, as riquezas naturais de facil exploração atraem os braços. Não fossem estas circunstâncias de ordem econômica e o Pará seria, não só o primeiro, historicamente, como o primeiro, economicamente, dentre os produtores de café.

Lá não ha geadas, nem sêcas prolongadas. Nada disso. A temperatura é constante, as chuvas frequentes, a irrigarem o sólo, conservando-lhe a humidade, tão propícia ao desenvolvimento das culturas.

Conhecemos no Pará pequenos cafezais com perto de seculo de existencia, sem trato cultural algum, produzindo abundantes cargas da preciosa baga. Sua produção é precoce, bastando 4 anos para dar frutos, quando, no sul, são necessarios 5 a 6 anos.

Vamos festejar, portanto, com justificado orgulho, o segundo centenário do café em nosso territorio. Mas exatamente agora a lavoura, a indústria e o comércio cafeeiros atravessam um periodo de crise evidente e séria.

Não por excesso de produção, antes por falta de consumidores. O sistema cultural não acompanha os progressos da época; cultiva-se hoje como há mais de século. Sem o braço escravo, sem processos culturais que baixam o custo de produção, o produto sai caro; se a êste acrescentarmos o lucro dos multiplos intermediários, os impostos, taxas e demais despesas, segue-se que só vendido por alto preço deixará lucro ao produtor.

Como baratear o custo da produção, estabilizando a cultura e fazendo produzir o máximo possível por 1.000 pés?

Cafezais que, nos primeiros anos de colheita, produzem, em média, 150 arrobas por mil pés, no fim de alguns anos, só rendem 10, 20 ou 30 arrobas. O fazendeiro compra novas terras, lavra-as, planta-as e espera cinco e seis anos para obter colheita nova.

Durante êsse tempo, gasta e paga juros de seu capital, constrói casas, terreiros, monta maquinas de beneficiar, faz gastos e quanto é mistér para organizar a nova propriedade.

Nesse interim, o colono, entre o cafezal, planta o milho. Assim, dois vegetais exigentes esgotam ou intoxicam o sólo, diminuindo-lhe a produção. Ao invéz, devia o fazendeiro estabilizar sua cultura, mantendo sempre a mesma produção.

Para êsse resultado convirá substituir a cultura do milho pela de leguminosas, juntar ás terras corretivos e fertilizantes, sem descurar da póda dos cafesais e da seleção da semente para o plantio.

Conhecemos casos em São Paulo em que a aplicação desses meios elevou a produção de mil pés de vinte e oitenta arrobas. Segundo a opinião de técnicos, a colheita, como é feita, concorre para diminuir a produção.

O mundo pôde consumir dez ou mais vezes o café hoje consumido, desde que seja vendido ao alcance de todas as bolsas e nenhum país, mesmo o Brasil, perderia com a baixa de preços, uma vez que vendesse milhões e milhões de sacas, desde que estas deixassem lucros razoáveis.

O Brasil só terá a lucrar com isso. A tendência é para o aumento crescente da produção e para sair das valorizações mais onerosas que úteis.

A necessidade real é de produzir muito e vender barato. A salvação do café está girando em torno deste problema de ordem econômica. O povo paulista, inteligente e empreendedor, não deixará, por certo, de enveredar pelo unico caminho que se lhe depara para evitar a ruína da sua maior cultura e, que, sem êsses cuidados, passará a enriquecer os seus visinhos. Os particulares poderão enriquecer, como já fazem. Não perderão muito com isso; o Brasil tampouco. Mas São Paulo verá surgir uma crise formidável. Sua grandeza se apoia antes de mais na preciosa baga.

Desejamos que todos trabalhem e produzam economicamente para abriremos novos mercados, animados pelo barateamento do seu preço. Não são os altos preços que deixam melhores lucros e sim o volume dos negocios.

Sirvam-nos, entretanto, os festejos deste ano para que sejam cada vez maiores o nosso estímulo, o nosso esforço, a nossa lucidez nos processos de cultura econômica e moderna do café que drena para o paiz 70% do ouro que atraímos.

Nunca serão grandes demais as homenagens ao principal fator da nossa vida independente, ao formidável elemento de riqueza do país.

E não nos esqueçamos, em meio da alegria geral, de honrar, de qualquer fórma, o nome de Francisco de Melo Palheta, introdutor do café no Brasil e, assim, numa admirável previsão, o feliz semeador do nosso futuro grandioso.



Vassouras

A TERRA NÃO DÁ, APENAS EMPRESTA, E, SE NÃO LHE PAGAM, RESTITUIDA A DIVIDA, NÃO DÁ MAIS NADA. SE LHE PAGAM, PORÉM, O DEVIDO, É UM PRESTAMISTA GENEROSO E PARADOXAL: EMPRESTA CAPITAL E DÁ OS JUROS. NO DIA EM QUE OS BRASILEIROS SE CAPACITAREM DISTO, A POSSE DO PAIS SERÁ DEFINITIVA...

AFRANIO PEIXOTO

A marcha conquistadora da civilização nessas terras do Brasil não tem o aspecto normal da marcha de oleo que alarga gradativamente a periferia imperialista ou envereda rota batida, pelo caminho facil que o rio indica, balizado a palmo o debrum ribeirinho das aluviões.

Não. Em regra, dois homens brasileiros ou pre-brasileiros, que se resolvem a estabelecer numa dada região, cada qual toma conta de um trato de terra—que lhe contenta a ambição embora lhe escasseie o esforço para possuí-lo—o mais longe possível do companheiro visinho. Se outros sobrem e a cidade se esboça desse núcleo, semeam-se as casas tão distanciadadas que uma aldeia, vila ou cidadezinha tem a área de Londres.

O nosso Rio é vastíssimo: há reinos na Alemanha ou estados na Norte-America menores; no espaço de Therezopolis, far-se-iam varias Nova-Yorks. A ambição nos separa e nada, de instinto ou conveniência nos une: sociedade esfarinhada, sem aglutinante solidariedade. Com o clima e a natureza, os nossos hábitos dispensam a cooperação: antes de Brasil, com os aborigenes, ainda agora, com os atuais donos da terra...

Este instinto dispersivo delimitou, é verdade, as fronteiras dilatadas de um grande país; essa desagregação semeou pelo vasto território os três ou quatro brasileiros povoadores de cada um dos nossos quilometros quadrados de superficie. Em três séculos e quarto não fizemos ainda uma nação: tomamos conta porém, demarcado, de um grande território. Se não capazes, ambiciosos. O resto virá, se nos deixarem, se nós mesmos nos não separarmos, como o instinto repulsivo obriga.

Por isso, o que mais me maravilha na obra dos portugueses, no Brasil, não é a descoberta, nem a conquista, tão pouco o dom de um espírito latino ou a dedicação de um esforço de três seculos que exauriu a mãe-Patria.

O mais assombroso de tudo, foi—contra franceses, flamengos, castelhanos, ingleses, contra nós mesmos—nos terem os portugueses mantido coesos, unidos, neste Brasil, onde tudo nos separa, terra e gente. Do Atlantico, rumo ao Pacifico, quasi 40°; do Equador, na direção sul, outro tanto, praias e planalto; calor que nos afasta uns dos outros; desnecessidade de cooperação para a pequena caça e a pequena pesca; indústrias extrativas individuais; agricultura restrita ou de arbustos e arvores duráveis, que dispensam cuidados assíduos; pastoreio e criação que se contentam com pouca gente tresmalhada... tudo nos desune, tudo nos separa. Máo grado disso, por três seculos, Portugal nos manteve unidos... Possamos nós, ainda por outro tanto tempo, dizer o mesmo dos Brasileiros... e que até lá, ainda exista o Brasil...

A TERRA NÃO DA', APENAS EMPRESTA

Depois de muito tempo arranhar, como carangueijos, as praias do mar, na frase do velho cronista, da Baía a São Vicente, vingamos no sul o planalto e transbordamos para dentro no sertão. O primeiro povoamento do interior foi ensinado pela entrada á conquista da gente: foi o reinol; daí veiu o paulista que, procurando a mina, fez a conquista da terra: o bandeirante daria, num terceiro avatar, em mineiro. Quando as minas se esgotaram, o refluxo do bandeirante ao litoral achou, pelo grande caminho comum, o vale do Paraíba a terceira do sistema das três provincias, a do Rio de Janeiro. Este ciclo "bandeirante-mineiro-fazendeiro" em S. Paulo, Minas, Estado do Rio encerrou-se no esgotamento e na ruina; outro recomeçou e vai recomeçar com a terra-roxa de S. Paulo, com a criação e o pastoreio de Minas, isso e outras pequenas utilidades aí mesmo e no Rio, até que a policultura, a adubagem, o trabalho continuo, a cooperação decidida façam o milagre da ressurreição. A terra não dá, apenas empresta, e, se não lhe pagam, restituida a divida, não dá mais nada. Se lhe pagam, porém, o devido, é um prestamista generoso e paradoxal: empresta capital e dá os juros. No dia em que os brasileiros se capacitarem disto, a posse do país será definitiva, como essas terras da Asia e da Europa que têm milheiros de anos e sempre e anualmente produtivos, dos mesmos e diversos produtos.

SOMOS POBRES DE IMAGINAÇÃO

Nêsse tempo teremos corrigido outro mal dos nossos, na nossa natureza. Somos um dos povos mais escassos de imaginação.

Sim, dizem por aí o contrário, mas é engano. Somos impressionistas: é outra coisa. Daí tanto poeta, tanto jornalista, tanto politico. Ideação, imaginação, construção sistemática, nada

ou quasi nada: raros romancistas, contados sabios creadores, nenhum filosofo ou reformador. Duas pequenas provas: todo o Rio, todo S. Paulo, e outras cidades, se cotizaram para um sistema de sinais na via-pública ou para um açucareiro higiênico: apenas obtivemos sinaleiros que demonstram o transitó e açucareiros que enervam, como não fazia o café. Povo sem imaginação. Por isso quando a idéa vem a um, de um cinema, um laboratório de análises, um fura-céo de apartamentos, os outros, infinitos, sem imaginação, põem-se a fundar cinemas, laboratórios de análises, casas de apartamentos, e sobrevem a falência de todos.

A monocultura nacional é uma grande desgraça filha dessa falta de imaginação. Sobrevem, o café, que dá resultado e até enriquece. Arranca-se tudo, não se faz mais nada, planta-se café que esteriliza a terra e trará, antes disso, com a super-produção que os artificios valorizadores fatalmente hão de promover, a ruína nacional... Até lá, vamos caminhando. Para deante! E o que fica atrás, que outróra era mediania, passa a ser ruína... E outras ruínas e taperas se vão fazendo... Atrás é o Estado do Rio, é o norte de S. Paulo, já vai sendo Ribeirão Preto; lá na frente é o noroeste e o norte do Paraná, e assim até o confim do Brasil. O fumo vai fazendo o mesmo em Goiás.

Talvez atavismo. O Arabe, dos seus desertos, chegou ás praias do Mediterrâneo, luxuriantes de frescura e de vegetação. A Asia-Menor, a Siria, a Palestina eram expansões de Chanaan, prodigiosa de uberidade... O norte da Africa era, no Egito a Cartago, da Lybia a Marrocos, o celeiro do mundo romano. Portugal e Espanha eram como jardins fabulosos das Hesperides, que tentavam a vagabundagem cubiçosa dos Hercules e dos Ulysses. Pois bem, alguns séculos de dominação arabe, mossarabe, bastaram para ruina de tudo isto. O Arabe nómade e pastor abatia as florestas, as arvores, tocava-lhes fogo, reduzia-as a cinzas, disso fazia o pasto para os rebanhos. Mas, desprotegida, a terra ressecava e o pasto desmembrado já não bastava: para frente! tocava o nómade, sempre para a frente, deixando atrás o deserto. Veiu vindo assim, lentamente, arruinando a bacia do Mediterrâneo, da Asia Menor á Espanha...

A COLABORAÇÃO DOS INDIOS

Os portugueses tiveram, desses Meuros, com quem aprender, e acharam aqui, nos Índios, bons colaboradores: a derrubada da mata, a queimada, a coivara, o acceiro, o chão calcinado, coberto de cinzas, uma falaz e efemera uberidade e, depois, a escassez, a ruína, o deserto... E lá vamos, nós brasileiros, filhos dêles, pelo mesmo caminho, derrubando florestas—proteções seculares que a natureza fez á terra—reduzindo-as num momento a cinzas, plantando café, fumo, algodão... que não duram—e os morros calvos, as varzeas feitas lezirias, os ribeirões agora corregos e charcos, tudo sêco, requeimado, ou ampaluado, terra pobre, cidades mortas... ficam para trás... Eles já lá vão na frente, destruindo, usufruindo um instante, arruinando para sempre, fazedores de desertos...

Assim a nossa indústria, a nossa agricultura, artes sedentárias, tornam-se aqui, paradoxalmente nómades... A horda, a tribo, ainda é dona disto: as aparências mudam, mas o fáto é o mesmo. Josués invertidos, movemos, inquietos, o que de sua natureza é parado e fixo. Agricultura ambulante. Não se precisam milénias e seculos para o transplante, o esgotamento da civilização, como alhures: as nossas ruínas são jovens, a nossa civilização, grandeza e decadência, é abreviada, morre do mal de sete dias.

As idéias gerais, a generalização é triste: vamos por doses... o resto depois. Para tornar ao otimismo, indispensável á vida, volvamos, como Candido, ao nosso jardim. Deus proverá.

VASSOURAS

Vassouras... A quatro horas do Rio, do litoral, aninhada num regaço da serra, á meia encosta do aclive que ainda sóbe, 450 metros acima do mar, mas muito longe ainda dos visos da cordilheira... Ar leve, fino, nem frio nem quente, delicioso: respira-se com prazer. A' hora em que chegamos—com Raul Fernandes que nasceu aqui perto, municipio de Valença, e nos fazia as honras da casa em sua terra, e Assis Chateaubriand, que empreende descobrir o Estado do Rio a cariocas e fluminenses—a hora em que chegamos, perto do meio dia, ninguém na estação. Nas ruas desertas ouvimos os nossos passos ressoarem no lagedo. Logo, á direita, um palacio mudo, prisioneiros, num parque, o do Barão do Amparo. Na cidade, os edificios grandiosos, erectos, solênes, palacios de príncipes alguns, como dissera Ribeyrolles Pochadas ou abertas as janellas, mas sem ninguém. Chegamos a entrar num suntuoso átrio acolhedor, bela escadaria, vasto salão, amplissima sala de jantar, pateo bem calçado... era o antigo solar do barão de Ribeirão, depois de seu filho Visconde de Cananéa, hoje hotel... Entramos, percorremos, saímos, ninguém nos viu, não vimos ninguém, nem hospedes, nem hoteleiro.

UMA CIDADE ADORMECIDA...

Na praça, ao silêncio e ao sol, á direita, á esquerda, em face, atrás, outros paços, outros carchados fechados ou mudos. Na Camara Municipal parece que quatro formosos monolitos, quatro colunas doricas, de granito belo, como marmore nacional, velado de verde, treparam lá no alto, ninguém sabe como, como nós também, sem ninguém vêr. O chafariz da praça desfia, ao silêncio verde do jardim, rosários e rosários de cristal, do seu repuxo... e as contas cáem desfiladas, sem

ruido. Entramos na Igreja secular... ninguém, nem padre nem sacristão, nem fiéis: apenas as imagens. Nem ao menos um Cirineu, para ajudar a um dolorido Senhor dos Passos. As damas que outrora se trancaram a sete chaves, na sacristia, para mudar as vestes da Virgem das Dôres poderiam agora fazê-lo, portas escancaradas. Não ha viva!ma. No Hospital, asseado e agradável, alguns doentes que não gemem, e parece dormir. Algumas bôas irmãs e medicos diligentes, mas taciturnos, que deslizam como sombras... No cemitério, palacios ainda, de marmore. O do barão de Itambé é um solar, quasi como o outro, que habitou em vida.

Olhando em tôrno, morros amarelados, calvos, sem verdura, nem arvores. Numa aba de monte, num recanto de vale, casas esparsas, alguns arbustos imóveis... Que imensa paz, que recolhimento de claustro! Não é uma cidade morta, arruinada, abandonada. Não. Vive ainda, sempre bela, mas adormeceu... E, nós mesmos, falamos baixo, nos recolhemos e, nos lembramos...

A PRIMEIRA GENTE

Vassouras l... Tem um seculo. Aquí acharam os primeiros povoadores a vassoura, a vassourinha, mato rasteiro que tem êsse emprego e, da sua profusão, o nome da terra. Di-lo Milliet de St. Adolphe. Moreira Pinto fala de um caboclo destas bandas que fazia vassouras de palmito e por aqui se especializou nessa indústria. Não cheio neste caipira! como a gente de Vassouras, não existe. Digo logo, entretanto, que o municipio é dos mais povoados do Estado, mais de 60.000 habitantes. Ninguem o diria.

Em 1762 foi aqui uma sesmaria concedida a Francisco Rodrigues Alves e Luiz Homem de Azevedo. Estes e José Ignacio Corrêa Tavares, Pedro Gomes Leal, em 1782 e 1787, vindos de Minas, nêsses limites com a província do Rio, se estabeleceram. Derrubadas de matas e queimada, roçado. A principio criação de porcos e carneiros. Depois cultura de anil, que foi prospera.

Finalmente o café. Largaram tudo, criação, cereais, anil, pelo café. Começa a prosperidade. Desde 1792 que Francisco Rodrigues da Silva cultivava uma horta de cafeeiros, segundo narrou seu filho ao dr. Jorge Pinto. Foi, porém, mais um quartel de seculo, que a cultura deu riqueza.

Com a fortuna, Vassouras—coisas do Brasil antigo—ganhou fóros, mais que de civilizada, interessada na vida nacional, Vassouras civica. Em vez de brigas de filarmônicas, e tricas eleitorais, que são o eterno quotidiano de todas as vilas e cidades do interior, Vassouras pensava e cuidava do Brasil. Já em 1834 grandes festas aí celebram o Ato Adicional e o barão de Capivary, cujo nome se lê na esquina da grande praça, no angulo do Paço Municipal, que êle construiu, orou patrioticamente, louvando a descentralização administrativa: "já cada uma das provincias encontra dentro de si mesma todos os meios de obter seus melhoramentos": "Viva a Santa Religião, viva a Constituição reformada, viva o nosso joven Imperador D. Pedro II!"

Estes vereadores de Vassouras—como o Senado das pequenas repúblicas italianas, constituido de patricios e ricos homens—foram conspicuos em todos os tempos: barão de Paty do Alferes, barão do Campo Belo, barão de Tinguá, visconde de Itambé, visconde de Araxá, visconde de Ubá, barão de Vassouras, coronel Carlos Teixeira Leite, dr. Joaquim Teixeira Leite, dr. Chagas Werneck, dr. Cristovam Corrêa e Castro, dr. Caetano Furquim e Almeida... e outros—tem, e em torno, de Vassouras havia algumas dezenas de titulares e homens de pro!—esses vereadores, desde antes apelavam para o govêrno para que cumprisse leis eleitorais, leis que instituiram o juizado de paz e protestavam contra as agitações restauradoras do primeiro imperio, em 33, criando posturas "contra" os perturbadores do socêgo público, "proibindo o aliciamento dos guardas nacionais para não tomarem armas contra qualquer govêrno intruso, que sediciosamente se instalasse no Brasil".

A GUARDA NACIONAL E A SENTINELA CIVICA

Esta guarda nacional, patriótica e arremtentada, era deveras uma milícia civica respeitável e a de Vassouras não fazia apenas garbosas paradas, mas, policiava e defendia a ordem contra estrangeiros trabalhadoresневistas (já naquêlle tempo, sim), da estrada de ferro.

Depois continúa ainda a intervenção civica, que o prestigio da posição e da riqueza, aumentada sempre, quando bem dirigidos. Grandes do Império, e do govêrno, dependem de Vassouras, e Paraná e Sayão Lobato são doces a essa plutocracia liberal. Em 54 Vassouras protesta contra a lei que tirava ao Juri, o julgamento dos crimes affiançáveis, concedia ao govêrno o direito de regular o processo nos abusos da liberdade de imprensa... Hoje, nem o Rio, nem S. Paulo se inquietam com isso, essas compressões á liberdade. E' fato, porém, que, naquêlle tempo eram bem menores os abusos dessa liberdade. Em 57, reclama expansão do crédito autorizando a criação de novas instituições bancarias. Nesse tempo ia-se da Côrte a Vassouras fazer desconto de títulos e grandes operações financeiras que agora se fazem nos bancos nacionais e estrangeiros que há 70 anos Vassouras reclamava para nós...

Em 72 exigia a eleição indireta "visto a maioria do país reclamá-la como unico meio de satisfazer as legítimas aspirações da nação". Vassouras era porta-voz do liberalismo nacional: o que hoje um Estado de S. Paulo, com todoo seu pêso, exige da União—um empréstimo, uma limitação de exportar, uma valorização... ou as Minas Gerais em pêso—uma tarifa protecionista... uma cidade apenas conseguiu, mas, em geral, os assuntos não eram o prato de lentilhas, porém o nobre interêsse coletivo, generosa reivindicação civica legítima, defesa da liberdade.

E não só bens ideais, os mais exigentes no Brasil, porém, bens práticos, os mais protelados no Brasil. E' Vassouras, são principalmente os seus Teixeira Leite que impulsionam a Estrada de Ferro Pedro II, a Central do Brasil, serra acima. E isto num tempo em que os nossos grandes homens, os estadistas eram cegos e paralíticos. O marquês do Paraná julgava a estrada uma utopia e Bernardo Pereira de Vasconcelos despedia-se da vida política com esta profecia: "Construam; os trens carregarão no primeiro mês tudo o que há no interior para transportar e ficarão ociosos por vinte nove dias"... E assim, muito mais tarde, Itaboraí.

Mas Vassouras quis, e Paraná cedeu, "com relutância, diz Cristiano Otoni, á pressão dos Teixeira Leite, e depois da opinião pública", que êles criaram, Otoni testemunha dos acontecimentos e construtor da estrada, que tem hoje sua estatua em frente á estação principal, não se contentem, e repete: "Os Teixeira Leite, familia numerosa, rica, muito influente no municipio de Vassouras e circunvizinhos: a pressão que exerceram sobre o partido conservador e seus chefes foi o que mais contribuiu para ser decretada a estrada de ferro". E tão generosos que, tendo, á sua custa mandado vir da Europa os famosos irmãos Waring, que fizeram os estudos de córte até á margem do Paraíba, tendo, desde "50, da parte dos chefes conservadores a preferência para concessão do privilegio—justiça", porque "foram os Teixeira Leite, diz ainda Otoni, quem deu mais impulso á opinião para reclamar a lei de 26 de Junho de 48";—reconhecimento, porque "tinha os conservadores a unanimidade do colegio eleitoral de Vassouras":—razão prática, "porque eram (os Teixeira Leite), familia rica, influente, considerada e seus créditos concorrêram para facilitar a associação de capitais"—nada pediram e deixaram ao govêrno realizar o empreendimento que reclamaram e poderam felizmente ajudar. Diz Otoni que foram abnegados até quando, entre dois traçados, um pelo vale do Pirá, mais barato, pelo qual êle se decidiu, outro mais caro, que passava por Vassouras, declarou que a aceitação deste importava em sua demissão: o Barão de Vassouras (Francisco Teixeira Leite), impediu que, a êste custo, a estrada que Vassouras promovera tocasse em Vassouras. A êstes ricos homens o que importava era o bem público.

A CHACARA DA HERA

Por isso não me causou surpresa que as filhas, ricas e belas, e viajadas donzelas dessa gente, se casassem e fossem pretendidas por homens como Taunay, Francisco Belisario e outros bons partidos da intelligência e da política, no Império... Não me estranhou ver agora mesmo na "Chacara da Hera", solar do dr. Joaquim Teixeira Leite na vasta biblioteca de jacarandá, alinhadas desde mais de três quartos de seculo, as obras completas de Voltaire, de Rousseau, de Helvelius, de Diderot... a Encyclopedia... e saber no archivo, ao lado de mapas e planos da estrada de ferro D. Pedro II, cartas de Lamartine e de Hugo...

Se pensam no mundo além-mar, de onde vêm as idéias, e no Brasil, que é a patria comum, êsses homens pensam na terra natal e dotam-na de proveitos e proventos. O barão de Tinguá (Correa e Castro), cria uma Santa Casa de Misericordia, que outros completam e aperfeiçoam se os Leite Ribeiro (visconde de Araxá), os Campos Belo, os Teixeira Leite (Vassouras, etc.), os Werneck, os Furquim, os Vasconcelos, como outróra os Massambará, Ubá, Capivari, concorrem para palácios, viadutos, chafarizes, asilos. Vassouras regorgita de gente, de luxo, e de cultura. Do Rio vêm pregadores sacros, para a Semana Santa. O prestigio do dinheiro faz de Vassouras um banco de descontos e de reservas, financiando emprêsas. Em 50 e tantos, só Vassoura exporta um milhão e meio de arrobas de café. O municipio tem 36.000 habitantes, dos quais 24.000 são escravos, da "mata de café", como se chamava no norte e que fazem a riqueza do sul. Para tanta gente há as senzalas e para os senhores 300 casas na cidade "algumas de principe", diz Ribeyrolles, "pequenos palácios assoalhados de marmore".

"TULHERIAS"...

Na fazenda, em torno, há solares e castelos coloniais. Num dêles, feudo dos Corrêa e Castro, o "Secretário", ao aproximar-se, Ribeyrolles fala nas "Tulherias"... Bela habitação, salas decoradas por quadros a oleo, frescos, nas paredes, algumas adamascadas, azulejos nos roda-pés, rica cascata, fableiros de relva e morros penteados de renques de cafeeiros. E' obra de Campo Alegre, em 20 anos. Fartura, acolhimento generoso, hospedagem fidalga, pelos dias que forem, nêsse encanto de clima e de paisagem. O escritor peregrino lembra Chateaubriand, como êle exilado, mas em Londres, e aí com fome, e pergunta, comparando: "de que lado estão os verdadeiros civilizados?" Começa lembrando as Tulherias, e acaba preferindo a civilidade dos nossos fazendeiros á dos inglezes...

Essa terra, que desde 1832 possuía uma sociedade "Promotora da Civilização e Indústria", chega, quasi aos nossos dias, sempre progressista e liberal; o seu jornal "O Vassourense", de Lucindo Filho, um humanista, tinha por colaboradores Machado de Assis, Raul Pompeia, Alcindo Guanabara, Valentim Magalhães, Lucio de Mendonça, Escragnolle, Taunay, Bilac, Netto, Alberto Raymundo, Pujol. Filhos da terra, Luiz Murat e Raul Fernandes, nêle ensaiaram os primeiros vôos. Em seus collegios ensinaram o barão de Tautphoeus e Lameira Andrade, e, no de Alberto Brandão sobravam vantagens aos da Córte. Outróra vinham aqui não só veranistas quaisquer, mas Taunay, Sylvio e Nabucco. Há ainda, eu sei, um bom colegio dos Santos Anjos, que boas Freiras dirigem. Daqui á Affonso Taunay, que brilha em São Paulo. Mora ainda aqui Clemente Brandenburger, num recanto propício á meditação e á escrita. E outras atividades.

Há quem leia e pense. Há mesmo gente, a gente que eu não vi nas ruas. Mas a minha impressão é que Vassouras se recolheu, como que dormindo. A "bella adormecida" na montanha...

VALENÇA

A uma hora de distancia, mais alto, além do Paraíba, é Valença... Também um regaço da serra, a Serra Velha ou do Mascate, nome regional da Cordilheira do Mar, que lá vai acima, a entestar com o céu, numa escalada de gigante.

Vassouras dorme! Valença acordou. Passou a escravidão, passou o café: veio a criação, os laticínios rendem, as indústrias são os pendoros da República, e se Esaú ainda moureja na lavoura, Jacob industrioso e industrial, aproveitava das tarifas e ainda toma ao outro os direitos de primogenitura.

Até aí, porém, há uma história interessante, a de Valença, com os seus contrastes, com a de sua rival a histórica Vassouras. Aqui demoravam os Coroados, os Araris, e os Purus, selvagens cujas incursões na Sacra Família do Tinguá, na Conceição de Pati do Alferes, na Conceição da Paraíba Velha, freguezias proximas, desafiara vindita civilizada. O vice-rei Luiz de Vasconcelos em 1789, mandou contra elles, em catequese, o capitão Inacio de Souza Werneck, o fazendeiro José Rodrigues Cruz e o padre Manoel Gomes Leal que, após 10 filhos enviuvando, tomou ordens e é o tradicional "padre Werneck", da região, fundador da familia dêste nome e trisavô de Raul Fernandes, neste sitio, fundaram uma capela, sob a invocação de N. S. da Glória, em torno da qual se fez o aldeamento, depois Valença. O nome veio do outro vice-rei, dom Fernando José de Portugal, da nobre estirpe dos Valença.

A DESTRUIÇÃO DOS INDÍGENAS

Os indígenas eram a princípio numerosos e dominantes em número, mais de milheiro e meio, mas, para logo, a Civilização operou nêles a destruição, que o ferro e o fogo não fizeram nas entradas e na conquista. A variola de um lado, do outro o alcoolismo, de mão dadas, fizeram aqui o mesmo que no resto do Brasil: apenas se salvaram aqueles que a preferência das indias pelos brancos colonizadores, daria, numa mestiçagem escassa. O branco subsistiu e, com o negro importado para a lavoura, foi substituída a raça aborigene.

Moradores das freguezias vizinhas acorreram ás terras novas devolutas; depois foi a vez da imigração mineira, o refluxo dos bandeirantes: ainda a Valença actual guarda lembrança dêles, na rua, hoje crismada Saldanha Marinho, que o povo continúa tradicionalmente, a chamar "rua dos Mineiros".

A freguezia de 1801 foi vila em 1819, só instalada porém em 26: veio a dignidade de cabeça de distrito em 36; o municipio em 42, a cidade em 57; em 72 era cabeça de comarca, desligada de Vassouras, como antes se desligara de Rezende. Tem hoje a cidade mais de 8.000, o municipio mais de 40.000 habitantes e compõem-se dos distritos de N. S. da Glória, Desengano, Rio Bonito (Santo Antonio e São Sebastião), Ipiabas, Rio Preto (Santa Isabel e São Sebastião).

O CLIMA E A CIDADE PRINCEZA...

Valença, a 560 metros de altitude, goza de excelente clima; é uma cidade elegante, bem arreada, bem construída, algumas casa nobres, quatro praças ajardinadas; calçada, provida de agua e esgotos, iluminação electrica. Uma estrada de ferro, hoje ramo da Central, entronca em Juparanã com a rede geral. Um bispado, teatro, cafés, parque, colegio diocesano, hospital, matriz centenária, grupo escolar moderno sob a invocação de Casemiro de Abreu, um belo quartel de artilharia montada, com a sua guarnição; indústrias prosperas de tecidos, rendas, tiras bordadas; em torno criação e laticínios: está como que a fazer inveja a numerosas cidades do interior. Não é sem desvanecimento que os valencianos chamam a sua terra a "Princeza do Estado do Rio".

Valença teve, como Vassouras, e outras cidades da provincia do Rio, um grande esplendor agrícola, devido ao café. Fazendas prosperas se estabeleceram pelos arredores, e os condes de Baependy, de Valença, visconde de Ipiabas, do Rio Preto, barões de Vista Alegre, do Rio Bonito, e os belos nomes do Império, Nogueira da Gama, Leite Pinto, Souza Nunes, Furtado de Mendonça, Leite Ribeiro, Domingos Teodoro, Manso Saião, Souza Lima, Almeida Magalhães, Oliveira Figueiredo... aparecem, de quando em quando, na crônica da cidade.

Elles se diluíam, entretanto, na grande massa anônima dos cidadãos e municipes, que deram a Valença um aspe to democratico, já notado em 50 e tantos por Ribeyrolles: "não tem ares de cidade banqueira, porém, modesta, ativa, comercial". Vassouras seria uma oligarquia feudal, prospera, liberal, progressista e, dirigida por poucos, capaz de muita coisa. Valença evitaria o feudo, teria a liberdade das eleições ruidosas, uma influencia limitada por subdividido o prestigio, um ar democratico, que se definiria no seu deputado predileto, Joaquim Saldanha Marinho, maçon e republicano, duas rebeldias que o Império tolerava por jatanca liberal, mas que enfezariam aos ricos conservadores agrários que eram o sustentaculo da dinastia. Ribeyrolles, um emigrado como seu amigo Vitor Hugo, que exilaria o segundo Imperio Napoleonico, sentiu isto em Valença e, a proposito dela e, de seu povo, fala "da alma das massas e do sopro das idéias", que "fazem aos dignos consulares estremecer de medo e repugnância", a êsse espirito democratico. E uma frase concilue esta nota rebelde, que seria comparável áquela que, três quartos de século depois, poria

Anatole France por título a um livro famoso, a melhor história da Revolução Francesa que já se escreveu: "Les dieux on soif". Seu compatriota, no Brasil de 50, vendo a agitação popular, aspirando a alguma coisa indefinida que o mal estar democratico pedia e nunca chegava, sentindo a irritação dos detentores do poder, os regulos que nos governam e que o ruído das ruas perturba, nas digestões e nos ócios que desejaram escrever, estas palavras que não merecem o esquecimento: "Les petits dieux voudraient dormir".

A IRONIA DO CONTRASTE

O contraste irônico do destino das duas cidades rivais é que Vassouras, de nome rasteiro e humilde, é a aristocrática, como um feudo... domina e tem vassalagem, Valença, cujo nome é invocação fidalga, essa é democrática, popular, rebelde e não prepondera, porque desconhece a dominação.

No que eram parecidas é que, no momento de sua grandeza, cégas como o resto do Brasil, faziam do café a sua prosperidade, a custo do trabalho escravo. Também as democracias antigas exploraram a servidão: o parasitismo é lei cruel da natureza. Os liberais e conservadores do Brasil não foram homens do governo e não souberam prever e prover: uns não podiam sequer pensar e dispensar o negro servil, outros não souberam preparar o advento do trabalho livre e remunerado. Contemporizaram até a undécima hora, até que a agitação frenética das ruas, coincidindo com o romantismo piedoso de uma mulher, impoz a Abolição ao Brasil estarecido...

Foi a ruína: a lei 13 de Maio coincidiu até com o começo da safra do café, e, imediatamente, dois terços da produção nacional se perderam logo nesse ano, por falta de braços para a colheita. Em Valença, como em toda a provincia do Rio, norte de São Paulo, parte de Minas foi o irreparável desastre.

"SIC TRANSIT"...

A falta de braços começou, o esgotamento da terra concluiu. *Sic transit*... O café passou. Muitas cidades morreram; Vassouras adormeceu; São Paulo, com o imigrante, deixou o norte e foi para o noroeste; Minas trocou a mata pelo sul; Valença retrocedeu á criação e aos laticínios, e fez-se industrial acompanhando a nova orientação econômica do país, outróra essencialmente rural e agricola, agora cidadão e febril, graças ao proteccionismo das tarifas; ainda um avatar daquele parasitismo natural, tão de nossa indole. Outrora, o trabalho servil do negro dava a abastança civil do branco; agora os consumidores de todo o país enriquecem algumas fábricas dos nucleos povoados. Quando as tarifas não bastarem mais, virão as valorizações de nossa preferência, se o não vier antes a solução demagógica do problema operário, que, imprevidentemente, criamos e estamos apressando. Ninguém foge ao seu destino.

O PASSADO E' MORTO

Vendo hoje em Valença, traços de seu gosto antigo—seu belo e confortável hospital, com retratos a oleo, alguns pintados em Paris, de seus patrícios benfeitores que, a expensa própria, mantinham uma beneficência sem patrimonio, mas, nem por isso, sem continuidade—sua nobre e respeitável edilidade, onde logo ao nos aproximarmos vimos, na biblioteca, uma coleção rica da "Revista dos Dois Mundos", denunciando um Brasil interior amoroso de nobre cultura—seus solares discretos, seus bonitos parques, seus cemiterios, onde, melancolicamente, florescem obras de arte e descansam memorias veneráveis—sente-se, imediatamente, que o passado morto enterrou os seus mortos, e as novas fábricas, e os trens afanosos, favores de Frontin e de Januzzi, a labuta da vida nova, leva-a a outros destinos. Vassouras espera quem a desperte, um Siegfried, homem de ação ou de indústria, de política ou de inteligência, que faça o milagre. Valença sofreu, resistiu, e, mudando de rumo, recuperou.

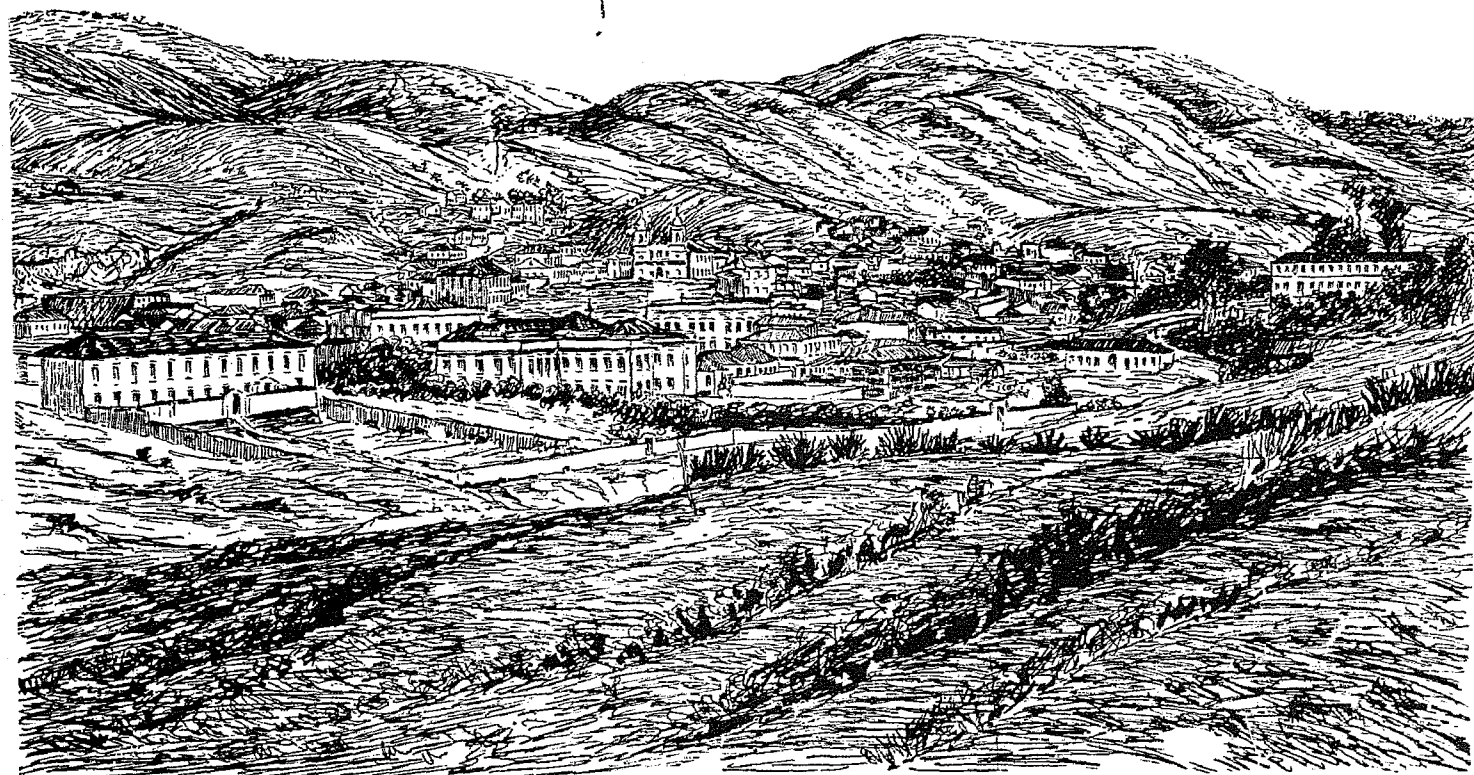
UMA LIÇÃO DE SOCIOLOGIA

Essas cidades do Estado do Rio, umas mortas, outras adormecidas, algumas restauradas na grandeza antiga, dão-nos uma lição de sociologia que os homens públicos, embora não colaboradores senão pelos braços cruzados da expectativa, podiam aproveitar, para orientação, se entre nós a experiência servisse para alguma coisa.

Dois êrros fundamentais. A escravidão, indispensável no começo, não substituída, agravada até a coação abolicionista, necessário e justo castigo de uma imprevidência parasitária e criminosa. A monocultura obsessiva, parasitando a terra, sem lhe querer restituir pelo trato e pelo adubo o que nos dá, até se esgotar, infalivelmente, na ruína...

Ribeyrolles, tão clarividente, escreveu, como profeta: "O Brasil que nasceu hontem, tem já, não obstante, suas cidades mortas: como os velhos continentes, poder-se-ia contar mais de um cemiterio nesta bella provincia de Minas Gerais que, foi muito tempo para Portugal o opulento jardim das Hesperides. Que é dêstes esplendidos sitios de betar ouro, que neste distrito criaram a riqueza da mina e da fantasia? Duraram o que duram as casas de jogo, alguns anos algumas, horas no seculo e depois que passou esta estação da mocidade, o silencio apareceu e cresceu á herva... As *californias* duram pouco".

("Casas de jogo"... magnifico!).



VISTA PANORAMICA DE VASSOURAS, ESTADO DO RIO, NO INÍCIO DO SECULO PASSADO

(Estampa de Rugendas, copiada por Porciuncula Moraes)



UM SÉCULO DEPOIS

Dizia do ouro de Minas; um século depois diz-se do café, do Estado do Rio; que não se diga amanhã da lavoura valorizada e da indústria protegida, de São Paulo...

Porque Vassouras, criadora a princípio, deixou os porcos e carneiros, pelo anil, e depois pelo café, se, simultaneamente, isto tudo junto e mais outras culturas e atividades lhe seriam riqueza permanente? Porque Valença se fiou de mais no braço escravo, como agora se fia de mais nas tarifas protecionistas, *dopping* venenoso que, mais dia menos dia, há de trazer, com a superprodução, e a restrição do consumo, o *krack* industrial?

Porque tão pouca imaginação, e, em vez de rebanho com uma só direção, não a atividade diversa, esclarecida, justa? O parasitismo do índio, o do negro, o da terra, e agora o do consumidor, serão punidos no seu dia...

ESAU' E JACOB

Não é possível que o Esaú trabalhador do sertão suporte, indefinidamente, o Jacob perdulário do litoral, na terra imoral dos esbanjamentos, das despesas suntuárias, dos orçamentos desequilibrados, dos impostos sobre impostos, das proteções tarifárias, das restrições á exportação, da burocracia, dos armamentos, das imprudências e das imprevidências...

Tomaremos juízo? Não creio; parece que foi profeta também aquele padre Antonio Vieira, quando disse, há mais de dois séculos: "Brasil sempre prevenido, nunca apercebido". Que Deus nos acuda, se, até lá, ainda fôr brasileiro...



A lavoura do café e o Porto de Santos

GUILHERME GUINLE

Quem quer que examine, por meio de índices numéricos, o que tem sido a vertiginosa expansão da economia paulista, quer essa expansão seja vista através do volume da riqueza exportável do grande Estado, quer em exclusiva função da circulação interna das utilidades produzidas, e em seguida considere a progressão, não menos vertiginosa, da tonelagem das mercadorias movimentadas pelo porto de Santos, se vê necessariamente conduzido a uma conclusão inevitável. E' a de que estamos deante de duas causas, se assim nos podemos exprimir, de um fenômeno só, o da grandeza e da pujança econômica de S. Paulo.

De fato, sem as esplendidas realizações do trabalho a que se entrega, dia a dia, seguidamente, a vultuosa massa indígena e alienígena que compõe a população de S. Paulo, não seria possível o enorme desenvolvimento do ancoradouro santista, o maior entreposto mundial de café, o maior centro de exportação do Brasil e um dos maiores do mundo. Paralelamente, sem o poderoso concurso que os serviços portuários têm assegurado á expansão internacional e interestadual da produção paulista, também não seria possível pensar-se nos maravilhosos índices estatísticos que representam o mais vivo e eloquente testemunho da grandeza dessa unidade. E não precisamos de ir buscar longe de nós, em épocas remotas, a comprovação daquele conceito. Em tempos recentes, os fatos já se incumbiram de assinalar que produção exportável e transportes marítimos, rápidos e seguros, se dependem reciprocamente, tornando-se preciso para que os transportes marítimos e, em particular, a aparelhagem portuária se aperfeiçoem em volume de mercadorias que assegure o rendimento dos capitais invertidos, sendo igualmente verdadeira a proporção vice-versa.

Todo fenômeno, por mais que disfarce a sua origem em causas fragmentárias, deve ter, forçosamente uma casualidade básica. No caso do desenvolvimento do porto de Santos e da colateral expansão da economia paulista, qual seria essa causa tão poderosa? De certo que foi o café, e que continúa a ser o café, mercadoria privilegiada imposta ao consumo do mundo pelo seu sabor incomparável e cuja média de crescimento do mesmo consumo, conta com êsse sustentáculo inabalável, que é a propria fatalidade do desdobramento da população universal. Da mesma forma que o café constitui a atividade fundamental e a riqueza básica de S. Paulo, sem cujo auxilio não teriamos criado as indústrias que possuímos, nem nos orientariamos para a prática de outras culturas, pelo menos sem grandes desastres, ainda é essa mercadoria tutelar o fator que eleva a capacidade aquisitiva nacional, principalmente em S. Paulo, afim de que possamos importar aqueles materiais e matérias primas indispensáveis ás nossas industrias, ás nossas empresas de comunicação e á propria obra moral da civilização que vamos construindo. E' o café o produto de resistência de que se dispõe o porto de Santos, considerado como séde de uma empresa que explora os serviços portuários, produto que garante a tranquilidade dos capitais empregados nesse ancoradouro e permite a vigência de taxas módicas para a tonelagem da importação.

Com mais precisão do que as nossas palavras, atestam os dados estatísticos, em toda a sua expansão, a profunda veracidade dos conceitos que estamos externando. Assim, atentemos para o quadro seguinte, que indica, em primeiro lugar, o movimento do café exportado pelo porto de Santos, no período de vinte e sete anos, para, ao depois, o confrontarmos com um outro quadro subsequente indicativo do que foi a exportação de todas as mercadorias canalizadas para o estrangeiro, através do mesmo ancoradouro.

Exportação de café pelo porto de Santos

NO PERÍODO DE 1900 A 1926

ANO	Quantidade em sacas de 60 quilos	Valor em contos de réis	Valor em £ (1.000)
1900.....	5.852.076	300.472	11.982
1901.....	9.613.080	342.538	16.117
1902.....	8.714.182	279.164	13.844
A' TRANSPORTAR.....	24.179.338	922.174	41.943

ANO	Quantidade em sacas de 60 quilos	Valor em contos de réis	Valor em £ (1.000)
TRANSPORTE	24.179.338	922.174	41.943
1903.....	7.994.395	241.319	12.005
1904.....	6.571.509	253.087	12.943
1905.....	7.453.752	218.558	14.440
1906.....	10.166.257	306.356	20.161
1907.....	11.470.116	340.776	21.430
1908.....	8.940.149	275.094	17.208
1909.....	13.453.104	429.323	26.924
1910.....	6.834.712	278.543	19.506
1911.....	8.719.742	477.663	31.817
1912.....	8.934.719	527.512	35.167
1913.....	10.229.245	487.999	32.533
1914.....	8.493.557	350.094	21.387
1915.....	12.119.741	433.699	23.562
1916.....	9.943.158	456.750	22.711
1917.....	7.845.089	336.764	17.605
1918.....	5.390.913	268.384	14.490
1919.....	9.426.335	946.577	55.715
1920.....	8.480.887	671.363	41.156
1921.....	8.770.042	761.327	25.967
1922.....	8.329.729	1.071.741	31.576
1923.....	9.668.233	1.489.951	33.095
1924.....	9.505.808	2.030.986	50.038
1925.....	9.101.065	2.075.166	52.361
1926.....	9.218.311	1.656.934	49.066
TOTAL	241.239.906	17.328.140	724.806

Afim de que se possa bem avaliar do alcance dos algarismos acima reunidos, preciso ainda se faz a divulgação do quadro abaixo, referente ao movimento da exportação geral, saída via Santos. Só assim, por meio de um confronto de ano a ano, se terá uma idéa, de inexcedível clareza, quanto á larga, á enorme contribuição com que o café figura na riqueza exportável de S. Paulo, e consequentemente, quanto se acham radicados a êsse produto os serviços do de Santos, hoje um dos grandes ancoradouros do mundo.

Atentemos, portanto, para o que dizem os algarismos:

Exportação geral pelo porto de Santos

NO PERÍODO DE 1900 A 1926

ANO	Valor em contos de réis	Valor em £ (1.000)
1900.....	301.873	12.038
1901.....	343.056	16.141
1902.....	280.132	13.891
1903.....	242.759	12.077
1904.....	254.868	13.033
1905.....	220.230	14.549
1906.....	308.175	20.282
1907.....	342.688	21.550
A' TRANSPORTAR	2.293.781	123.561

ANO	Valor em contos de réis	Valor em £ (1.000)
TRANSPORTE	2.293.781	123.561
1908.....	277.023	17.329
1909.....	431.731	27.075
1910.....	282.147	19.748
1911.....	480.900	32.033
1912.....	530.136	35.342
1913.....	490.279	32.685
1914.....	362.949	21.567
1915.....	465.213	24.150
1916.....	489.632	24.351
1917.....	422.334	22.184
1918.....	371.446	20.005
1919.....	1.087.487	64.458
1920.....	860.476	53.250
1921.....	841.014	28.771
1922.....	1.150.575	33.863
1923.....	1.640.369	36.443
1924.....	2.125.597	52.425
1925.....	2.192.147	55.373
1926.....	1.697.325	50.266
TOTAL DOS 27 ANOS	18.482.560	774.879

Sem dúvida alguma, êsses dados, bem examinados e comparados, dispensariam qualquer outra consideração tendente a acentuar a tésse que desde o comêço dêste trabalho focalizo, certo não só da sua segurança mas do caráter de verdade indiscutível em que ela se converte. Tanto as colunas que exprimem o valor, em moeda nacional, do café exportado, via Santos, e da totalidade das mercadorias que destinamos aos mercados exteriores, como as que fixam êsse mesmo valor, em libra esterlina, mostram que, quando se fala no relêvo da exportação pelo porto de Santos, implicitamente nessa afirmativa se traduz o culminante papel que o café exerce nos totais respectivos.

Todavia, para que melhor ressalte, em todo o seu esplendor, essa verdade, pondo de lado o aspecto do valor, na nossa e na moeda internacional, vamos resumir aquí o assombroso crescimento da produção cafeeira no movimento da exportação realizada via-Santos. A êsse respeito socorremo-nos de dados ainda mais amplos, tomando como ponto de partida o ano de 1850 até á presente data, ou seja um período de quasi 80 anos.

Exportação de café pelo porto de Santos

NO PERÍODO DE 1850 A 1926

ANO	Sacas de 60 ks.
1850/51.....	103.260
1860/61.....	320.445
1870/71.....	546.975
1880/81.....	1.204.328
1900/01.....	3.048.327
1900/01.....	7.816.143
1910/11.....	9.432.133
1919.....	9.426.335
1920.....	8.480.887
1921.....	8.770.042
1922.....	8.329.729
1923.....	9.668.235

ANO	Sacas de 60 ks.
1924.....	9.505.808
1925.....	9.101.065
1926.....	9.227.311

Cabe-me assinalar que o ano civil *record*, na quantidade do café exportado pelo porto de Santos, conforme demonstram os algarismos alinhados em todos os quadros aqui reproduzidos, foi o de 1909, época em que saíram, para o exterior 13.453.104 sacas. Quanto ao ano de safra, coube o *record* ao de 1906/1907, com 13.817.141 sacas. Do ponto de vista do valor em papel moeda, o maior ano foi o de 1925, com 2.075.166 contos de réis, cabendo ao ano de 1919 o *record* de valor em libras esterlinas, cujo total da respectiva exportação monta, nêsse ano, a 55.715.330 libras esterlinas.

Para se ter uma idéa completa do valor do café, na exportação efetuada pelo porto de Santos, durante o presente século, isto é, de 1900 a 1926, basta dizer que nos últimos 27 anos saíram para o exterior do Brasil, via-Santos 241.239.906 sacas de café, no valor de 17.328.140 contos de réis, cuja equivalência, na moeda internacional, produz 724.806.000 libras esterlinas. Confrontando-se êsses algarismos com a exportação total de Santos, vemos que, no mesmo período atingia ela a 18.482.560 contos de réis, ou 774.879.000 libras esterlinas. Assim, os demais produtos figuram aí apenas com 1.154.420 contos de réis, ou com 50.073.000 libras esterlinas, menos, portanto do que o valor do café exportado apenas em qualquer um dos últimos anos.

O nosso café e a luta dos sucedâneos e mercados concorrentes

NAVARRO DE ANDRADE

Entre os maiores concorrentes do nosso café, como seus sucedâneos, pela importância de seu comércio, se destacam a chicória e o "postum", seguindo-se-lhes muito de perto o amendoim e o milho, materias primas de grande consumo até em nosso proprio país.

A chicória, como bebida, é contemporânea do café, e quasi todos os países europeus a cultivam, desde longa data, para impingi-la como preciosa rubiácea. Lembro-me perfeitamente da extensão que á sua cultura dava, em suas preleções o meu professor de agricultura, em Coimbra, e da sua frase que, como estribilho, era repetida por todos os cursos:

—Cem quilos de fragmentos sêcos de chicória produzem 65 a 70 quilos de café.

Não há muito tempo, uma das mais populares revistas agrícolas portugêsas consagrava longo artigo á "Chicória do café", em que se asseverava que o café da chicória excita os órgãos digestivos, provoca o apetite, é tônico, laxante, febrífugo e depurativo.

Um dos mais importantes negociantes de café do Porto, que recebia excelente produto de São Paulo, mostrou-me, há poucos anos, a impossibilidade de deixar de misturar chicória ao nosso café, por peremptória exigência de sua freguezia. Tentára, inutilmente, várias vezes, não impingir gato por lebre.

A Divina Providência tem tal predileção pelo Brasil que, mesmo nas grandes catastrophes, não se esquece de nós. Entre as devastações provocadas, na Belgica, pelos invasores alemães, figura a destruição de grandes fabricas de café de chicória.

O exemplo da patifaria européa não podia deixar de frutificar. Sou grande apreciador de café, e passo verdadeiros martírios nas minhas viagens, por ser quasi sempre intragável a mixórdia que fornecem a bordo. Quando em 1919, regressava do Extremo Oriente ao Brasil, foi meu primeiro cuidado, ao desembarcar em Africa, descobrir uma casa que me vendesse uma chicara de bom café. Em Durban, hospedei-me no Marine Hotel, almocei várias vezes no Royal, frequentei os mais afamados restaurantes da cidade, sem ter tido nunca a ventura de saborear a nossa preciosa bebida. Em nenhum dèstes lugares consegui levar ao fim uma chicara por pequena que fosse, e eu prezo-me de ter bebido máo café por êste mundo de Cristo! Nas viagens pelo interior da União Sul Africana tive a explicação do caso. Na Africa do Sul, como em muitíssimos países de gente branca, o café é um mito, não passando de puríssima chicória o que a população ingere

sem siquer, fazer caretas. Por toda a parte, nas grandes estações, de Durban a Pretorias de Johannesburgo ao Cabo, vêem-se enorme, anuncios nêste teór:

—"Chicory Ltd. Sphinx Brand Pure Chicory. Union Brand Chicorine guaranteed pure. Grown and manufactured in South Africa Obtainable from all leading wholesale merchants in the Union".

Em Pretoria aproveitei o ensêjo, ao visitar o monumental Departamento de Agricultura, para conseguir informações a respeito da chicória, importancia da sua cultura, comércio, etc., o que obtive com extrema facilidade, por haver ali uma secção especial encarregada de fornecer todos os esclarecimentos ás pessoas interessadas e aos numeros cultivadores da preciosa... chioriaacea.

Até principios de 1913, a cultura da chicória na Africa do Sul, ocupava lugar de pequena importancia, sendo o mercado suprido por grandes importações, sobretudo do norte da Europa. A partir dêste ano, o seu cultivo começou a desenvolver-se consideravelmente, a ponto de tornar-se a produção de raízes suficientes para atender ás necessidades locais. Nos sete primeiros meses de 1913, a importação de raízes de chicória para café atingiu o pêso de 1.543.453 libras, baixando para igual periodo de 1917, a sómente 161.686. No ano completo de 1917, importaram-se 205.738 libras de peso, no valor de 6.732 esterlinos, ao passo que em 1913 a importação fôra de 2.171.357 libras, com o custo aproximado de 20.000 esterlinos.

Julgarão provavelmente, os nossos ingenuos lavradores que tal quêda foi devida ás esclarecidas medidas tomadas pelos nossos illustres governantes ou á inteligente propaganda que ali desenvolveram a favor da preciosa rubiácea, o que seria naturalissimo e de grande efficácia numa região habitada por povos de origem holandesa, notórios consumidores de café, e onde as bebidas alcoólicas têm uso muito limitado. Mas o que é verdade é que o nosso govêrno nada fez para isso. A enorme diminuição na importação de chicória explica-se, unica e simplesmente, pelo enorme desenvolvimento que tomou a sua cultura, em razão da propaganda feita pelos negociantes de café. Assim, uma firma de Durban, para encorajar o seu cultivo, adeanta aos plantadores 5 a 6 libras por acre de terra cultivada (30 a 36 libras por alqueire paulista) e faz contratos para a compra das raízes sêcas a 30 shillings por 45 quilos. O Departamento de Agricultura distribue varios folhetos com todas as ins-

truções para a cultura e preparo da chicória, seus usos, necessidades do mercado, etc. Num dêles, li que, para torná-la mais parecida com o café, se deve ajuntar ás raízes sêcas uma determinada quantidade de manteiga, toucinho, manteiga de côco, sementes de mostárda, óleo de algodão e coisas mais ou menos semelhantes e repugnantes.

A lei sul africana pune severamente todo aquele que vender ou dêr aos indigenas qualquer bebida alcoólica, e como, por enquanto, não está ali generalisada o uso de nenhuma das detestaveis drogas sem alcool que por êste mundo se ingerem, e a população nativa constitue percentagem muito considerável, parece-me que seria ocasião de voltar o nosso govêrno as suas vistas para lá.

Do outro nosso concorrente, o "postum", nem vale a pena falar, tão grande tem sido a sua propaganda. Os nossos dirigentes, sempre que se lhes fala no caso, respondem, invariavelmente, que o "postum" já não tem mais importância, que tende a desaparecer e que a sua companhia manufatureira está falida. Eu tenho tido a grande fortuna de visitar os Estados Unidos várias vezes, de 1910 a 1926, e confesso que absolutamente não compreendo como uma emprêsa falida gasta centenas de milhares de dolares em anunciar os seus produtos!

Conheço a America do Norte de lado a lado, de norte a sul; fiz muitas vezes, em estrada de ferro, a travessia de oceano a oceano; partindo de Nova York, fui á parte meridional do Mexico, e nunca tive a inefável ventura de pôsar os olhos em um unico cartaz ou anuncio de café brasileiro, ao passo que já os sentia fatigados de se fixarem em letreiros decantando os inegalaveis virtudes do "postum". É muito possivel que a propaganda brasileira, para a qual concorrem os lavradores paulistas com quota não pequena, seja toda especial, silenciosa, que vá surpreender o consumidor, em ponta de pés, em seu gabinete de trabalho. Tudo é possivel, quando a dirigi-la a nossa propaganda tem a indiscutível capacidade de nossos estadistas.

¶ Nos vapores americanos que fazem as viagens entre o nosso país e os Estados Unidos, ás nossas barbas, foi, há poucos anos, introduzido o uso do "postum", e não são poucos, como pude verificar, os passageiros que o bebem.

Durante a minha última permanência nos Estados Unidos, o Brasil foi atrozmente atacado em todas os tons e por nomes de responsabilidade, devido á chamada defesa do café, sem que qualquer dos funcionarios do originalissimo serviço de propaganda se lembrasse de sair a campo para aparar os golpes. Em duas ou três conferências memoráveis, o sr. Hoover, secretário do govêrno, talvez com o intuito de preparar a sua candidatura á futura presidência da Republica e ganhar as graças do publico, fez ataques ferozes aos processos adotados por S. Paulo e a seus dirigentes, sem que os brasileiros da tal propaganda se dêsem por

achados. E o mais interessante de tudo isto é que o govêrno parece concordar com este sistema, segundo se depreende dos seguintes luminosos tópicos da ultima exposição feita pelo secretario da Fazenda de S. Paulo, em 30 de Junho passado:

"A propaganda, pela publicidade, em países onde o café já ingressou, há tempo, no uso diario, não teria defesa. Os grandes comerciantes de café despendem somas consideraveis em aconselhar o uso dessa bebida, e a nossa contribuição seria minima, por maior que nos parecesse, deante dos milhões de dolares já empregados nêsse empenho".

Vale a pena registrar, mas não precisa ser comentado.

Propaganda verdadeiramente inteligente do nosso café só me recordo de ter visto no Chile e na Argentina. Logo ao desembarcar em Valparaíso, surgiu na minha frente enorme tabuleta—"Café Rio de Janeiro"—e, na vitrina de um estabelecimento, a caminho do hotel, apreciei uma bôa coleção de grãos crus e torrados de café, com a designação de "Santos superior". Muito perto do meu hotel, o Astur, deparei com grande letreiro, anunciando cafés "Porto Rico" e "Paulista". Na melhor avenida da cidade, Pedro Montt, há um café "La Brasilena", denominação que vi repetida em Santiago, onde tambem os nomes de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Paulista são comuns. Na Argentina a coisa, então é perfeita, e os "Cafés Paulistas" chegam a ser uma verdadeira obsessão. Nêsses dois países já se nota bem o resultado de tal propaganda, podendo dizer-se que, geralmente, é excelente o café que se toma em toda a parte. Deante de tudo isto, é o caso de indagar se o nosso esclarecido govêrno não se terá enganado e, em vez de fazer a propaganda da bebida nacional nos Estados Unidos, não a está fazendo nêstes dois países sul-americanos. A intelligencia com que a coisa está feita, exclue, porém, por completo qualquer idéa de intervenção governamental no caso.



Creio que ninguem, de bôa fé, negará a proteção que ao Brasil dispensa a Divina Providência, proteção que, segundo o nosso grande Cotegipe, já se estava tornando escandalosa. Logo que a cultura cafeeira começou a tomar grande incremento em nosso país, surgiu-lhe pela frente um temível concorrente, o Oriente, constituído pelas Indias Inglesas e Holandesas, com sólo fértil, grandes capitais e extraordinária abundância de braços. Ceilão e Java eram dois grandes produtores de excelente e afamado café.

A primeira destas ilhas esperava exceder a produção de sua rival holandesa, tendo chegado a exportar mais de 830 mil sacas de café, quando, nêsse mesmo ano, em 1869, surgiu em seus vizinhos cafesais a "Hemileia vastatrix", o terrível fungo, que se encarregou de eliminar do mercado dois dos nossos maiores concorrentes.

Ceirão já nenhuma importância tem, hoje, como país produtor de café. Em Java, porém, os holandeses, mais tenazes, resolveram dar combate ao atroz inimigo, introduzindo novas espécies e variedades de cafeeiros, sempre com a esperança de encontrar alguma que resistisse aos seus ataques. Em 1886, quando esteve em Java, escrevia Eduardo Prado:

"Se não se tomarem sérios cuidados, esta planta (o cafeeiro), que outrora constituía a fortuna do país, desaparecerá completamente. A exportação, que se elevava em 1883 a 1884, a 578.000 a 600.000 quilos, baixou êste ano, a 240.000 e talvez seja a última".

Infelizmente para nós não foi a última, nem coisa que se lhe parecesse. A produção total das Índias Holandesas, nos últimos anos, e até a minha última visita a Java, foi a seguinte, em sacas de 61 quilos: 1910, 259.833; 1911, 393.430; 1912, 625.060; 1913, 577.729; 1914, 627.566; 1915, 829.135; 1916, 1.178.202; 1917, 1.061.377.

A introdução do café "Robusta" viera salvar as Índias Holandesas de desaparecer do mapa dos países produtores. De fato, quando pela primeira vez o "robusta" apareceu no mercado, fê-lo com uma exportação de 10.508 sacas, em 1909. Pela seguinte tabela pôde calcular-se o desenvolvimento da sua cultura, de acôrdo com a sua exportação.

1909, 10.508 sacas; 1910, 30.480; 1911, 159.402; 1912, 273.360; 1913, 367.921; 1914, 419.014; 1915, 485.405; 1916, 888.906; 1917, 836.613.

A produção total de café das Índias Holandesas foi, em 1917, da 1.061.377 sacas, tendo sido, no ano anterior de 1.178.202. Em 1910 mal chegava a 250.090 sacas, o que dá idéa bem clara do incremento que ali ia tomando a cultura da preciosa rubiácea, incremento que eu previra e deixara assinalado no relatório que apresentei ao govêrno paulista em 1914, ao regressar de longa excursão pelos países produtores do Oriente. A maior ameaça do Brasil não estava, a meu vêr, em Java, mas sim em Sumatra, cuja área representa quasi o dobro, da do Estado de São Paulo, de terras feracíssimas e onde o cafeeiro produz admiravelmente. Nesta altura, intervem de novo a divina Providência, e, sob a forma de um pequeno coleóptero, o "Stephanóderes hampei", quebra as armas de um dos nossos mais temíveis adversários. Os holandeses que, com um esforço incrível, sobrehumano, haviam resistido á "Hemileia", confessaram-se impotentes para debelar a nova praga. Trabalhos verdadeiramente hercúleos foram realizados; somas consideráveis foram despendidas; cientistas eminentes foram chamados da culta Europa, mas o terrível insêto a tudo resistiu, e, parece que, desta vez, a cultura cafeeira tende a desaparecer das Índias Holandesas. Aliás, disto não se pôde admirar quem já viu os estragos da "bróca". Quando, pela primeira vez em dezembro de 1918, pude observar o seu trabalho de destruição, na Estação Experimental

de Bangelan, fiquei verdadeiramente horrorizado e inutilmente, chamei a atenção do nosso govêrno para o seu perigo e a possibilidade de importarmos o insêto. Desta vez, porém, o destino foi cruel e de nada serviu o meu aviso, pois, em 1924, os fazendeiros de Campinas recorriam, alarmados, ao govêrno paulista, deante da invasão de seus cafezais pelo famigerado insêto, que vivia regaladamente nos cafeeiros de um estabelecimento oficial, o Instituto Agronômico de Campinas, que criminosamente abafára a sua aparição. Iniciou-se, então, desusada campanha contra o terrível mal, e o brilhantismo da ação de Arthur Neiva, na chefia da comissão encarregada do seu estudo e debelação, está bem vivo na memoria de todos os paulistas para que seja preciso relembrá-lo. Nunca, em nosso paiz se travou tão encarilhada luta e nunca a ciência viu triunfar tão brilhantemente os seus processos. Infelizmente porém, passado o primeiro momento, de verdadeiro pânico na lavoura, deante dos resultados desde logo conseguidos pelas sábias medidas adotadas, surgiu a descrença na gravidade da praga, e hoje a grande maioria dos fazendeiros mantêm uma incredulidade que tóca as raías da insensatez ou da imbecilidade. Nos mais elevados postos da administração do Estado e do paiz ainda há quem duvide da existência da praga, e enorme percentagem dos lavradores paulistas não se deu ainda ao trabalho de ir a Campinas examinar com seus próprios olhos os impressionantes estragos da "bróca". Tudo leva a crer, deante da intensidade da campanha e da aceitação das medidas preconizadas, que o mal seria dominado, mantido somente em seus focos primitivos, mas a incredulidade que lhe seguiu e o descaso, verdadeiramente criminoso, no emprego dos processos de combate fizeram que o mal se alastrasse e que aumentasse assustadoramente o número de municípios atacados e de fazendas contaminadas.

Nunca, a meu vêr, foi tão grave a situação da lavoura cafeeira, e, se as coisas se mantiverem no pé em que hoje estão, dentro de poucos anos o Brasil terá perdido a sua principal riqueza, passando o café para um plano secundário. Só quem não viu os estragos da "bróca" os prejuizos que causa ao café, poderá achar pessimismo exagerado nestas palavras. Parodiando Saint-Hilaire, é possível dizer-se que "ou São Paulo jugula a "bróca" ou a "bróca" dará cabo de São Paulo.

As Índias Holandesas atravessaram a crise que a praga ocasionou, porque mantêm diversas outras culturas, além da do café, que ali não ocupa a cabeça da relação dos artigos da exportação. Assim, por exemplo, em 1915, quando nada fazia supôr a existência do insêto em seus cafesais, então em produção ascendente, o café ocupava o sétimo lugar na lista dos principais produtos exportados, com um valor quasi nove vezes inferior ao do açúcar, da terça parte da do fumo e de menos de metade do da copra e do petroleo. Se ao Brasil faltar o café chave da nossa abóbada, quem poderá descrever a extensão de nossa desgraça?



UM TRANSATLANTICO CARREGANDO CAFÉ EM 1894, NO PORTO DE SANTOS

(Desenho de Porciuncula Moraes, inspirado em um quadro da galeria do escritório da Comp. Docas de Santos, no Rio de Janeiro)



Enquanto isto, países nossos concorrentes, vão tomando medidas para intensificar suas culturas cafeeiras e para prevenir a entrada do "Stephanoderes". O brasileiro ouve sempre com um sorriso de irônica incredulidade a citação de países que poderão fazer-nos sombra no mercado mundial. Encontra sempre á mão um argumento, tirado da sua alta sabedoria, para "acachapar o derrotista". Os exemplos da borracha, da quina, na cóca, do chá, não o comovem, nem de leve modificam a sua mentalidade. De que vale mostrar-lhe que Ceilão nadava em ouro com produções fantásticas por geira ou por mil pés de café, em cuja cultura, em 1869, os ingleses tinham aplicados mais de 14 milhões de libras esterlinas, mas que tudo isto tombou por terra diante do aparecimento de um microscópico fungo, de um parasita minúsculo? De que servirá lembrar-lhe o aparelhamento científico inglês, seus imensos recursos, se o seu "patriotismo" nada mais enxerga?

Há varios anos que pessoas sensatas e estudiosas vêm chamando a atenção dos poderes publicos e da lavoura cafeeira para a possível e muito provável concurrencia da Columbia, país do mesmo continente e já produtor de excelente e afamado café. Tudo em pura perda. As autoridades do país e das grandes mentalidades agrícolas decretaram a impossibilidade

da Colombia nos fazer concorrência, e será inutil insistir neste ponto. Enquanto isto, os colombianos vão aumentando os seus cafezais e passam a exportar de 568.000 sacas em 1907, quasi dois milhões (exactamente 1.948.000) em 1925. Mas nada perturba a estranha serenidade de nossos luminares. Foi decretado que a Colombia luta com falta de vias de comunicação, que no seu território não ha transportes, que lhe escasseia sólo apropriado para a cultura da preciosa rubiácea e... acabou-se. De que não será capaz apenas um cérebro que, deante dos palpáveis estragos causados pela "bróca" do café, lhe nega a existência?

Aliás, a nossa política tem sido sempre de acoroçoamento á concorrência de outros países, a começar pela célebre proibição de plantar café, em território paulista, até a das ultimas valorizações. O lêma de vender barato para vender muito foi inteiramente rejeitado pelas nossas assombrosas capacidades financeiras, absorvidas na criação de taxas, sobre-taxas e super-taxas.

A cultura cafeeira cujo segundo centenário agora se celebra, fez nestes duzentos anos progressos assombrosos, transformou por completo a face do país e deu ao mundo perfeita noção da vitalidade e energia de nosso povo: mas a mentalidade dos dirigentes é ainda a de 1927.

A bróca do café em S. Paulo

ARTHUR NEIVA

Quando apareceu a notícia de que os cafezais paulistas se encontravam atacados por uma praga que causava grandes estragos, lembrei-me de uma carta que me fôra escrita, em 22 de novembro de 1923, pelo meu amigo Rodolpho von Lhering, a primeira pessoa a chamar-me a atenção para um coleóptero que atacava os cafeeiros de sua propriedade, em Valinhos.

Textualmente dizia-me o ilustre cientista: "Tenho outro assunto—entomologia econômica. Nos cafezais de Campinas e também no meu, apareceu, ou antes verifiquei agora, um pequeno besouro que caruncha o café em côco, quando caído no cafezal. Se dêr para alastrar, será perigoso. O Instituto Agronômico de Campinas alude a um *Araecircus fasciculatus*, mas êste é africano. Parece que não foi estudado ainda. Interessa-lhe—vamos ver isto juntos? Tudo ao seu dispôr".

Absorvido com os trabalhos do Museu, respondi-lhe dizendo não poder aquiescer ao convite que me fazia, para junto estudarmos o inseto cafeívor, por falta de tempo, tendo indicado o nome do doutor Costa Lima para associar-se ao estudo, não só por ter mais tempo, como ainda pelo seu grande valor como entomologista, seguramente o *primus inter pares* entre os seus colegas brasileiros. Foi esta a primeira notícia que me chegou ao conhecimento de que uma praga infestava os cafezais paulistas e, por isso, quando li em "O Estado de S. Paulo" as primeiras informações, por uma natural associação de idéias, recordei-me da missiva que recebera de R. von Lhering.

Convidado pelo govêrno, em companhia do dr. Costa Lima, transportei-me, em fins de maio de 1924, para S. Paulo, e *de visu*, pude verificar o alarma, senão o pânico, que se tinha estabelecido entre os fazendeiros de Campinas.

Ao lado disso, porém, a mentalidade que nos é peculiar e herdada dos velhos lusitanos, com o fatalismo que lhe é inerente, e sobretudo com o exagerado otimismo que possuímos, procurava, reagir, estabelecendo correntes de opinião que ariançavam não ter importância o inseto, porquanto sempre existira, não se tratar do mesmo inseto de Java, não favorecer o clima de S. Paulo a multiplicação do *Stephanoderes*, a geada poder extingui-lo, em resumo, na pitoresca frase de alguém, ser "Deus brasileiro, paulista e fazendeiro de café".

O inseto é positivamente o *Stephanoderes hampei*, também conhecido pelo nome de *Stephanoderes coffeae*, prevalecendo, porém, a primeira denominação, em consequência das leis de prioridade zoológica, porquanto Ferrari descreveu o primeiro em 1867, e Hagedorn deu publicidade á descrição do segundo em 1910. Além da identificação ter sido feita com a maior exatidão, muitos dos incredulos enviaram material para que fosse determinado por Eggers,

na Alemanha, por Sampson, na Inglaterra, pelo Museu de Vienna, por Vayssiere, em Paris, e até pelos entomologistas de Java, de modo que está sobejamente demonstrado tratar-se da mesma perigosa espécie que devasta os cafezais de Java e Sumatra.

O clima de S. Paulo não tem nenhuma influência a respeito: nas experiências executadas em laboratório ficou demonstrado que o inseto pode resistir, seguidamente, durante 103 horas, á temperatura de dois gráus abaixo de zero, dentro do grão de café. Fica, portanto, excluída qualquer esperança de uma geada exterminadora. Acresce, ainda, que se a praga, como tudo leva a crer, foi introduzida em 1913, resistiu vantajosamente á grande geada de 1918, que não impediu que o mal aos poucos fosse se estendendo, sem que se possa reprimi-lo, conseguindo-se, apenas, retardá-lo em sua expansão.

Fazendeiro holandês que, há 26 anos, cultiva o café em Java, o sr. Eric Schuurman, visitando o Serviço organizado pelo govêrno de S. Paulo, disse, em entrevista para "O Estado de S. Paulo", que não tinha duvida em confessar ter o govêrno paulista organizado cientificamente um serviço superior ao realizado pela Holanda em Java, mas, com o conhecimento que tinha de Java, e pelo que viu no Brasil, achava que entre nós a praga seria muito mais difícil de vencer, primeiramente pela dificuldade de braços, segundo pela incrível extensão, sem solução de continuidade, das plantações de café, além de outros fatores.

Em companhia dos drs. Navarro de Andrade e Adalberto de Queiroz Telles, comecei os estudos sobre o meio de se dar combate eficaz a essa praga, pela aplicação de uma série de medidas, entre as quais sobressá, como principal, o repasse. Tal médua é muito mais complexa do que o denominada "rampassan" dos holandeses e por êles empregado em Java. O "rampassan" holandês assemelha-se mais a um dos tempos do nosso repasse, a que denominamos *catação profilática*. Quando realizamos o repasse, executamos a colheita de todos os frutos, na arvore e no chão, corrigimos o escoamento das aguas, afim de impedir que as enxurradas acarretem frutos contaminados para as barracas, extinguímos as capineiras que a experiência tem demonstrado constituírem focos do mal, em consequência do acúmulo de cafés contaminados, trazidos pelas chuvas, podamos os cafeeiros na parte denominada "sala", nos talhões infestados, afim de facilitar maior limpeza sob a arvore, e, êste ano, temos aconselhado a destruição das floradas extemporâneas.

Todas as medidas, como as outras que mais adiante falaremos, são executadas sob a ação da lei e são de emprêgo simultâneo. Em Java, nunca houve a adoção de um método oficial

de combate e o governo não se interessou, como devia, para organizar uma companhia cujos encargos ficaram exclusivamente com os particulares, que fundaram uma sociedade oficial, contrataram técnicos e custearam publicações e pesquisas.

O governo de S. Paulo não mediu sacrifícios e foi muito adiante dos lavradores, porquanto tem procurado, por todos os meios, dar combate ao flagelo, fornecendo todos os elementos necessários para que a praga seja, de fato, combatida.

Um dos grandes obstáculos encontrados tem sido a incompreensão do perigo, pela maioria dos administradores, em geral gente sem cultura, mas que goza de inteira confiança dos patrões. A praga só tem desaparecido das pequenas propriedades, onde o sitiante, por lá residir, defende com muito maior interesse os seus haveres e emprega uma decisão verdadeiramente admirável. O malsinado Géca mais uma vez está dando provas de grande energia e capacidade.

A praga, com o correr do tempo, atingirá todos os cafezais de S. Paulo, não acarretará, porém, grandes prejuízos econômicos ao proprietário, porque o paulista reage com uma energia verdadeiramente espantosa, quando mete mãos à obra, e, ainda que isto aconteça, São Paulo se defenderá. Com exceção, talvez, do Paraná, o mesmo, porém, não se dará quando o mal atingir outros Estados cafeeiros, cuja lavoura terá seus dias contados, por não disporem seus habitantes do mesmo ânimo, resolução e capacidade de realização que o paulista.

Logo no começo da campanha, um dos mais admiráveis brasileiros que conheço, Carlos Leoncio de Magalhães, proclamava, cheio de bom humor e traduzindo o espírito de confiança que tem na energia do paulista, de que ele é dos mais belos exemplos: "O bichinho terá que vir de chapéu nas mãos, a pedir alimento pelo amor de Deus". Isto dizia, referindo-se ao fato de não ficar nos cafezais nenhum grão de café, depois de feito o repasse. Tal coisa, seria verdade se, porventura, na sua generalidade, os fazendeiros fossem do seu excepcional estôfo, como pude comprovar com a aplicação das primeiras medidas contra a praga, quando o Serviço aconselhou o desaproveitamento da palha de café como adubo, tendo o então proprietário de "Cambui", uma das maiores fazendas do Estado, realizado a prodigiosa obra de incinerar toda a palha de café produzida naquele ano.

O Serviço em Java não compreende a série de medidas empregadas em S. Paulo e estou certo de que o combate contra a bróca do café constitui, talvez, a maior campanha empreendida no Brasil. Trata-se de defender um bilhão de árvores, da maior cultura realizada pelo homem, de praga que não poderá ser detida, porém travada nos estragos que possa ocasionar. O que foi possível ao governo fazer, ele o realizou. O Serviço tem procurado cumprir o seu dever e nada tem poupado para combater o mal e, desde o início, compreendeu que a maior dificuldade estava na incredulidade

da maioria dos fazendeiros quanto à presença da bróca, ou ao seu poder de destruição; e em seus primeiros comunicados e nas publicações ns. 2 e 3 aconselhou, como básicas para a debelação do mal, as seguintes medidas, que até agora não foram modificadas em sua essência, em vista dos excelentes resultados que têm dado:

1.º—*Repasse*, que é a eliminação de todos os frutos das árvores e do sólo, com ou sem o enterramento da terra raspada da superfície, e *catação profilática*, quando necessária; compreendendo ainda a operação do repasse, a *póda das árvores* até certa altura do sólo, para que se dê o descascamento dos frutos que porventura ficarem no chão junto aos troncos;

2.º—*Expurgo* do café colhido, em sacos ou a granel, em camaras estanques, pelo bi-sulfureto de carbono puro, á razão de 300 centímetros cubicos por metro cubico de capacidade, durante 12 a 24 horas;

3.º—*Secagem do café* no terreiro, depois de lavado ou não;

4.º—*Fermentação da palha do café* e residuos do beneficiamento, antes de serem utilizados como adubo, ou sua incineração;

5.º—*Expurgo de todos os objetos de uso e roupas dos colonos* chegados de fazendas ou zonas infestadas;

6.º—*Expurgo de toda a sacaria vazia* que transite no Estado;

7.º—*Fiscalização do transito de café*, plantas e quaisquer objetos que possam transportar a praga;

8.º—*Destruição de cafeeiros abandonados*, existentes na lavoura e matas.

Tendo a Comissão, desde o início dos seus trabalhos, encontrado resistência natural de muitos fazendeiros para a aplicação das medidas acima e que, segundo elles, eram arbitrarias e ilegais, entendeu-se o governo do Estado com o federal para que lhe confiasse a execução, em seu território, das medidas de defesa sanitária vegetal contidas no decreto n.º 15.198, de 21 de dezembro de 1921, o que de fato se deu, em virtude do decreto n.º 16.509, de 21 de junho de 1924. Amparada por essa lei, enquanto não foi elaborada a estadual (decretada somente a 6 de março de 1925), ponde a Comissão agir livremente e desenvolver melhor os seus serviços, sem receio de se ver peiada em suas atribuições e medidas, que precisavam ser energicas e rapidas.

O repasse, considerado como a operação de maior importância para a debelação da praga, foi então iniciado em todas as propriedades dos municipios contaminados, graças ao auxilio que trouxe aquela lei.

Houve, como é natural em todo inicio de campanha, muita indecisão e, principalmente, incompreensão por parte dos lavradores de quem tal serviço era exigido. A'queles dos mais ilustrados, e elles eram em grande maioria, a Comissão distribuia as suas publicações, em que vinha pormenorizadamente explicado o processo para a boa execução de tal trabalho.

Havia, porém, pequenos lavradores e sitiantes, constituídos geralmente de antigos colonos, aos quais a propaganda deveria ser feita de

outro modo, por serem êles geralmente alfabetos. Recorreu-se, então, ao único expediente que se deparou e que deu excelentes e inesperados resultados.

Fez a Comissão publicar um trabalho destinado ás escolas públicas rurais, escripto em linguagem ao alcance dos alunos, com o título sugestivo de "História de um bichinho malvado", para que êles, apreendendo as idéias ali descritas sob fôrma de história, pudessem repeti-las a seus pais e êstes, por sua vez, inteirados do assumpto, as applicassem em suas lavouras.

Dessa publicação tiraram-se 50.000 exemplares, que foram distribuidos pelas escolas rurais dos municípios cafeeiros, sendo entregue um a cada aluno para que o lêsse e, depois, fizesse uma descrição escrita sobre o assunto do folheto.

O resultado dessa nova propaganda, foi, como dissemos, inesperado, e isso hoje se pode afirmar, depois de três anos, pela constatação da quasi inexistência da broca dos cafezais pertencentes a sítiantes, cujos trabalhos de combate são os mais perfeitos possíveis. Para que se possa compreender o porque dêsse êxito é necessário explicar que êsses pequenos lavradores, pelas suas poucas posses, são auxiliados em seus trabalhos agricolas pelos proprios filhos, que se tornaram conhecedores do mal, graças áquela publicação.

O maior serviço de propaganda que teve a Comissão de levar a efeito foi o de conseguir que o fazendeiro fizesse distinção entre o "caruncho das tulhas" (*Aracercus fasciculatus*), o *Stephanoderes seriatus* e a "broca do café" (*Stephanoderes hampei*), pois era corrente ouvir-se dêles que a praga já existia há muitos anos.

Isso era natural, não só pelo desconhecimento do assunto, como tambem pela falta de observação que caracteriza o nosso lavrador, que comumente confunde insetos e mesmo animais maiores, como pudemos comprovar durante o nosso serviço.

Basta dizer que o "caruncho das tulhas", de fâto conhecido ha muitos anos em quasi todo o universo, é um inseto de proporções regulares e que ataca indiferentemente várias sementes, como as do feijão, milho, etc., ao passo que a "broca do café", do tamanho de uma pulga, somente ataca o grão de café e ao qual causa os mais terríveis estragos. Quanto ao *Stephanoderes seriatus*, ainda hoje é origem de muita confusão e mesmo de exploração por parte de pessoas infensas ao serviço e que se aproveitam da semelhança entre ambos, inclusive a do nome, para propalarem que a praga não oferece o perigo que lhe querem dar. Esta especie de *Stephanoderes* é polífaga, atacando tambem várias sementes, inclusive a da roseira; mas no que se refere ao café e de acôrdo com observações prolongadas, dêle apenas se aproveita para abrigo, pois se localiza entre os pergaminhos dos dois cotiledones sem atacar, em absoluto, o grão. Um pouco de observação e a confusão se desfaria imediatamente.

Depois da verificação dos municípios contaminados, serviço de propaganda e localização

dos auxiliares, era necessário que, para exemplo e demonstração de que as medidas aconselhadas seriam de toda a eficiência no combate á broca, a Comissão fizesse praticamente os trabalhos que exigia dos fazendeiros atingidos pelo mal, e para isso tomou a seu cargo uma das fazendas mais atacadas do município de Campinas, que estava com os frutos de seus 28.000 pés de café com 90% de contaminação, e alguns talhões em mais duas outras propriedades do mesmo município.

A excelência dos processos aconselhados, quando rigorosamente applicados, está hoje cabalmente demonstrada nessas propriedades que, com uma infestação que variava de 60 a 90%, se encontram atualmente quasi indênes, pois aquela percentagem desceu a menos de 1%. E o fâto mais interessante, e que corrobora o acôrto das medidas preconizadas, é que nas propriedades confinantes com aquelas três, em que o serviço vem sendo feito pelos seus proprietários, o grão de infestação não baixou na mesma proporção, como seria de desejar.

Ao mesmo tempo que eram tomadas as medidas de combate dirêto á praga nos cafezais, tais como o repasse, a catação profilática e o enterramento do cisco, necessário se tornava que o café colhido passasse por um processo de expurgo que conseguisse extinguir o maior número possível de insetos localizados no interior dos grãos de café, seu único "habitat".

Com o auxilio do Laboratório de Química, que se tornou imprescindível instalar, foram feitas experiências com os inseticidas, fungicidas e todas as substâncias conhecidas como tóxicas, a começar pelas mais comuns, como o sulfureto de carbono, creolina, etc.

A princípio, e por sugestão do sr. prefeito municipal de Campinas, começaram os lavradores a empregar para o expurgo, sem experiências prévias, a agua quente, tendo logo verificado a impraticabilidade de tal processo, não só por ineficaz, como pela impossibilidade em manter temperatura igual e constante e tambem pela falta de combustível para êsse fim. A Comissão repetiu, tambem, essa experiência, obtendo resultados negativos e contra-productentes, pois, além de não matar o inseto, tambem prejudicava a qualidade e gôsto do café, conforme os exames feitos pelos degustadores da Bolsa de Santos.

Voltou então suas experiências para o sulfureto de carbono que nas primeiras experiências, a que já nos referimos, dêra resultados satisfatórios. Assim, examinou todas as marcas encontradas no mercado, para saber qual a mais pura e que, sem perigo para a qualidade do café, poderia ser aconselhada, pois pelo processo de degustação havia verificado que algumas marcas davam máo gosto e até alteravam o proprio aspecto do café e isto em consequência da maior ou menor quantidade de gaz sulfidrico que continham aqueles ingredientes.

Depois dêsse exames, em que foram aconselhados os sulfuretos de marcas "Jupiter", "Pestana", "Independência", "Paulistanos", "Salvação", "Capanema" e posteriormente, outros mais que foram melhorando sua fabricação, foram feitas as experiências para se co-

nhecer qual a quantidade a se empregar para, em um metro cubico de capacidade, matar a maior percentagem de insetos, tendo-se chegado á conclusão de serem necessários 300 centímetros cubicos de ingrediente para a saturação daquele espaço.

Com esses dados, começou a Comissão a exigir a construção de camaras de expurgo nas fazendas, onde o café colhido durante o dia era ali depositado para sofrer aquele tratamento profilático durante o espaço de 12 a 14 horas. Hoje existem, nos 19 municípios contaminados, perto de 3.000 camaras construídas para aquele fim.

Ao ser aconselhado o uso do sulfureto de carbono para esse expurgo, as fábricas desse produto começaram logo a elevar os preços que chegaram a ser proibitivos, tal como aconteceu com o da marca "Independência" que, em muitas localidades, foi vendido até a 90\$000 a caixa de 4 latas. A Comissão teve, então, de tomar providências imediatas para que esse abuso não continuasse, tendo entrado em acôrdo com as fábricas "Companhia de Oleos e Produtos Químicos", "Indústrias Reunidas F. Matarazzo" e "Sociedade de Produtos Químicos Elekeiroz" que, no primeiro ano, lhe forneceram o ingrediente á razão de 44\$000, quando no mercado era o produto adquirido a 65\$000 a caixa de 4 latas; no segundo ano, esse preço baixou a 40\$000, o qual continúa ainda mantido. Assim poudo levar avante a exigência do expurgo, ao mesmo tempo que beneficiava o fazendeiro de café e os demais lavradores, pois, deante da grande procura que houve, teve de fornecê-lo, tambem, para o combate á sauva.

Enquanto procurava baixar o preço do sulfureto e na previdência de poder ser organizado um entendimento entre os fabricantes para imporem nova alta, elaborou uma exposição ao govêrno, em que expunha o seu modo de pensar a respeito da questão, ao mesmo tempo que sugeria a montagem de uma fábrica para esse produto, juntando para isso todos os planos, com minuciosas plantas e orçamentos para a respectiva construção e manutenção. Disso deu conhecimento a diversos fabricantes, os quais, deanteda possibilidade do govêrno entrar no mercado, em concorrência com os seus produtos, continuam a sustentar o mesmo razoável preço de 30\$000 pela caixa de 4 latas.

Outra medida profilática, tambem tomada contra a possível contaminação de municípios ainda indênes, foi a do expurgo da sacaria vazia em transitio por qualquer ponto do Estado.

Este serviço, que demanda grandes despesas para a sua eficiência, como a montagem dos postos, manutenção do pessoal e compra do sulfureto de carbono, não é feito gratuitamente, sendo cobrada a taxa de 25 réis por sacco expurgado, com a qual se vêm mantendo 89 postos em todo o Estado, sem a mínima despesa para o Tesouro do Estado.

Basta dizer que até junho de 1927 foram expurgados 52.054.143 sacos vazios, que produziram a renda de 776:527\$615, a qual foi recolhida ao Tesouro do Estado como "depósito

especial" e vai sendo aplicada á medida das necessidades dos referidos postos.

Como auxiliares preciosos para o bom êxito desta medida e de outras, não se pode deixar de mencionar as Estradas de Ferro do Estado, que têm dado todo o apóio e coadjuvado eficazmente a Comissão, impedindo o embarque de sacos vazios e até coibindo fraudes nesses embarques, como já se tem verificado, pois alguns infratores já foram multados em virtude da severa vigilância dos chefes de estação.

A Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeteira teve a primazia de levar a efeito no Brasil uma campanha de propaganda, por meio do cinema, das medidas de combate a uma praga, tendo para esse fim mandado organizar um filme em que, com minucias, eram descritos o *Stephanoderes*, sua evolução e modo de agir, e os meios aconselhados e empregados pela Comissão para o combate eficaz a tão terrível praga. Essa campanha, que vem relatada na publicação n.º 19, foi feita em todos os municípios cafeeiros, além de alguns outros de que recebeu pedido, tendo sido o filme exibido 232 vezes, para uma assistência de 104.634 pessoas, sendo distribuidos 50.000 folhetos explicativos do film e 10.000 cartazes de propaganda.

E toda essa formidável propaganda, pela primeira vez feita entre nós, custou 52:373\$000, incluindo-se ahi o preço de cinco cópias do filme que, com 1.242 metros cada um, foi de 24:820\$000.

Para que os serviços da Comissão fossem feitos com eficiência e resultados seguros, foi a área infestada do Estado dividida em 20 zonas, que ficaram sob a vigilância de um inspetor-fiscal.

Sendo, atualmente, o município de Campinas a zona de maior infestação e donde se irradiou a praga, foi êle dividido em 9 setores a cargo de 9 inspetores, ficando cada um com uma média de 2.740.859 pés de café sob sua fiscalização direta.

Os inspetores percorrem diariamente certo número de fazendas de sua zona, examinando o grau de infestação dos cafezais e a marcha dos trabalhos que vão sendo executados para o combate á praga.

Durante o período da colheita os inspectores diariamente fecham as camaras de expurgo de café em côco de um certo número de fazendas da sua zona e no dia seguinte de madrugada vão abrir as camaras de outras tantas fazendas, afim de verificar se realmente foi feito o expurgo e empregado o sulfureto. Durante o dia percorrem os terreiros de café de diversas fazendas, examinando o café nêles depositado, bem como a eficiência do expurgo, retirando sempre amostras desse café e remetendo-as para o Laboratório de Entomologia, afim de ser constatada a ação do sulfureto de carbono sobre os ovos, larvas, ninfas e insetos adultos. Quando, ao examinarem esses cafês no terreiro, encontram insetos vivos, ordenam o seu reexpurgo, o qual é feito em sua presença.

Sendo o fechamento das camaras feito das 17 ás 20 horas e a abertura das mesmas das 5 ás 8 horas da manhã e devendo o inspetor

assistir a, pelo menos, três fechamentos, e três aberturas diárias, tornou-se imprescindível facultar-lhe um meio de transporte rápido, sendo entregue então a cada um desses funcionários um automóvel "Ford", desde que a zona permitisse o seu emprego. Assim é que estão em serviço 8 daqueles veículos, sendo 5 em Campinas, 1 em Bragança, 1 em Limeira e 1 em Ribeirão Preto, além de uma motocicleta em Amparo.

Terminada a colheita, tem o inspetor de acompanhar, em cada fazenda da sua circunscrição, os trabalhos de repasse dos cafezais, o esparramento do cisco e da palha de café. Este serviço, entretanto, pelas dificuldades que apresenta, pois muitas vezes o inspetor tem que descer a barrocas ou ir a pontos de difícil acesso, não pode ser feito com o automóvel. Utiliza-se, então, de um animal, que mais facilmente o conduz a todos os pontos da fazenda. Nestas visitas é êle, quasi sempre, acompanhado pelo administrador, a quem dá as instruções necessárias para o trabalho do repasse a ser executado o mais perfeitamente possível.

Diariamente, para os de Campinas, e semanalmente, para os de outros municípios, devem os inspetores entregar ao inspector-fiscal um relatório discriminativo de seus serviços, acompanhado das fichas das propriedades que visitou e nas quais é obrigatório constar a assinatura do proprietário ou administrador da fazenda inspecionada. De 30 em 30 dias tem o inspetor a obrigação de percorrer todas as propriedades sob sua fiscalização, relatando tudo quanto observou e as medidas que teve de ordenar.

O inspetor-fiscal tem o seu serviço pessoal restrito ao município de Campinas, que mais atenção e cuidados exigem, mas a sua orientação se estende também aos demais, os quais são por êle visitados periodicamente ou quando sua presença é solicitada pelo inspetor. E' sua obrigação percorrer as propriedades visitadas pelos inspetores e verificar a exatidão dos relatórios e fichas por êstes apresentados.

O auxiliar técnico superintende todos os serviços dos inspetores e ainda os das 89 camaras de expurgo instaladas em várias cidades do Estado, tendo, para a arrecadação das rendas desses postos, tres auxiliares que mensalmente lhe apresentam contas de seus serviços. A êle cabe substituir o chefe de serviço, em seus impedimentos.

O chefe de Serviço, além de verificar os trabalhos a cargo do auxiliar técnico e do inspetor-fiscal, percorre também, por sua vez periodicamente, os municípios contaminados. Estão sob sua orientação científica os Laboratórios de Entomologia e Química.

Estes Laboratórios vêm prestando os mais relevantes serviços á lavoura, pois esta, até então desamparada de qualquer auxílio científico direto, acorreu pressurosa a receber orientação para os males e problemas que a afligem. Assim é que o Laboratório de Entomologia nas horas de folga, em seus estudos sobre o *Stephanoderes*, dava instruções e respondia a consultas que lhe vinham de todos os pontos do

Estado e mesmo do resto do país. O material colecionado pelo Laboratório em menos de três anos é na sua grande maioria, proveniente de remessas feitas por agricultores ou interessados em assuntos agrícolas.

O Laboratório de Química conduziu os seus estudos para diversos pontos que diretamente interessavam á campanha contra a praga. Assim é que, inicialmente, fez exame de todos os sulfuretos expostos á venda, afim de se conhecer quais os que poderiam, sem prejuizo ao café, ser utilizados para o expurgo. Tendo encontrado boa vontade de parte de duas grandes fábricas dêsse ingrediente, tais como a Sociedade de Produtos Químicos Eleikeroz e as Indústrias Reunidas F. Matarazzo, com elas colaborou para o aperfeiçoamento da fabricação daquele produto, chegando a resultados tão positivos que o sulfureto produzido por essas duas companhias pode perfeitamente rivalizar com os melhores do estrangeiro.

Este Laboratório também encetou estudos sobre diversas qualidades de terra onde o café é cultivado e hoje se ocupa em pesquisas sobre o tñor de cafeína nos cafés produzidos por cafeeiros cultivados á sombra de arvores e por aqueles que recebem a ação direta dos raios solares, o que é mais comum em nosso Estado, estando essas análises em seu término.

A Comissão já publicou 20 trabalhos, desde o inicio de seus serviços, tendo todos êles tido grande aceitação, quer no país, quer no estrangeiro. De cada número são tirados 3.000 exemplares, mas, apesar disso, o n.º 1 já está em sua 3.ª edição e os ns. 3, 4, 7 e 8 em sua 2.ª edição.

A publicação n.º 20 é um completo trabalho sobre o *Stephanoderes hampei* (Ferr.), sendo que nêle foi exaustivamente estudado o inseto, constituindo agora obra de consulta obrigatória para aqueles que se dedicam a tais pesquisas.

Das verificações procedidas e deduções feitas durante a campanha da Comissão, tudo leva a crer que a bróca deve ter-se originado em S. Paulo, em 1913. E' impossível, sequer, deter-se a marcha de praga em S. Paulo, quanto mais extingui-la. Com o tempo, o mal atingirá todos os cafezais paulistas.

Como compensação, há, no entanto, a certeza de se haver achado remédio para o mal e, desde que aplicado convenientemente, colocará o fazendeiro em condições de poder viver com a bróca, com a qual terá que se acostumar, quer queira ou não. Poderá êle limitar os seus estragos a um minimo praticamente desprezível, se porventura fôr ativo; caso contrário, terá a paga na proporção do seu desprezo ou incompreensão do perigo que o rodeia.

Se por qualquer motivo, a campanha não continuar a ser dirigida com a mesma energia que a despendida até aqui, de modo a conter o mal dentro de limites reduzidos, então o Estado de S. Paulo estará ameaçado de ruína, pois esta só será evitada se as fazendas permanecerem constantemente com a infestação baixa.

Até hoje ainda não se verificou o desaparecimento da bróca senão entre os sítiantes e pe-

quenos lavradores, e isto pelo cuidado com que tratam seu pequeno patrimônio e pelo interesse que têm em não deixar um único fruto nos cafeeiros.

Deste fáto prevemos, para muito breve, com o alastramento da bróca, a divisão das grandes propriedades, isto é, o fim do latifúndio.

O que ficou dito, pode resumir-se no seguinte: a Comissão colocou a bróca do café em relação ao fazendeiro, nas condições da saúva, isto é, assim como para esta foi encontrado um remédio no formicida, também para aquela o repasse, o expurgo e as demais medidas complementares são os seus debeladores.

São os seguintes os municípios contaminados, com o total de propriedades até agora encontradas infestadas:

Amparo.....	100
Atibaia.....	136
Araras.....	1
Bragança.....	32
Campinas.....	546
Indaiaatuba.....	19
Itatiba.....	210
Júndiai.....	163
Limeira.....	72
Mogi-Mirim.....	22
Monte-Mór.....	2
Pedreira.....	50
Vila Americana.....	30
TOTAL.....	1.373

Os municípios de Cabreúva, Capivari, Itú, Joanópolis, Piracaia e Piracicaba foram considerados atacados há tres meses, estando sendo levantado o censo das fazendas contaminadas e o reconhecimento dos seus focos.

Nos municípios de Amparo, Atibaia e Bragança está também em andamento o censo das fazendas contaminadas, de modo que o número constante da lista acima está muito áquem da realidade. O número de propriedades atacadas do Estado deve elevar-se a mais de 2.000, sendo que, destas, 40 estão fortemente contaminadas.

Ainda como medida complementar da profilaxia á praga, foi exigido o arrancamento ou recepamento dos cafeeiros abandonados, que constituem excelentes viveiros para a bróca, porquanto, frutificando todos os anos, não merecem mais trato algum por se haver tornado anti-econômica a sua exploração.

Até agora, e nos vários municípios infestados, já foram eliminados 1.408.922 cafeeiros naquelas condições.

A lei, em geral, está sendo obedecida, sobretudo pelos elementos nacionais. Os poucos casos de resistência que o Serviço tem encontrado, foram de proprietários estrangeiros.

Eis, sumariamente escrita, a história da bróca do café em São Paulo.

Ligeiras notas sobre o Café no Estado do Ceará

“NO SUL DO PAIZ O CAFÉ É SINÔNIMO DE RIQUEZA; NO CEARÁ, ATUALMENTE, SERVIRÁ PARA ATESTAR OS EFEITOS DESASTROSOS DO APEGO AOS PROCESSOS CONDENADOS, DO AMOR Á ROTINA E A INDIFERENÇA DOS PODERES PUBLICOS

BARÃO DE STUART

HISTÓRICO

José de Xerez Furna Uchôa, juiz da ribeira de Acaracú, cargo em que foi empossado a 17 de agosto de 1758, capitão-mór do Acaracú, capitão-mór de Sobral por nomeação de 30 de julho de 1782, nasceu em Goiana, Pernambuco, sendo seus pais Francisco de Xerez Furna e d. Ignez de Vasconcelos Uchôa.

Por doente, transportara-se daquela capitania para a ribeira do Acaracú e daí para a vila de Sobral, após o falecimento de sua genitora.

Abastado, cioso dos fôros de fidalgo, mais de uma vez foi ao reino, onde viviam parentes seus pelo lado paterno, e em uma dessas viagens á Europa, empreendida em 1743, visitando Paris, obteve duas mudas de café das existentes no Jardim das Plantas por oferta de marinheiros Holandeses ao rei Luiz XV, o bem amado. Serviu-lhe de padrinho para essa aquisição o duque de Choiseul. Uma das plantas morreu na travessia e a outra foi por êle proprio plantada no sitio “Santa Ursula”, serra da Merouca, sua residência predileta. Foi isso em 1747. Do primeiro pé de café plantado em “Santa Ursula” falavam contemporâneos como ainda existente em 1861.

Furna Uchôa foi, pois, o introdutor do café no Ceará, como foi igualmente da tamareira e da parreira. A êle precedera de vinte anos, Palheta, que trouxe de Caiena para o Pará cinco cafeeiros (27 de maio de 1727).

Pouco entusiasmo, entretanto, despertou no Ceará a cultura da util rubiácea, limitando-se a plantação aos quintais e pequenas quadras do terreno e sómente para uso particular. Assim foi até os principios do seculo XIX. O mesmo não sucedera no Maranhão e Pará donde em 1731 e 1748 chegavam navios ao Reino com carregamentos de café.

A notícia da entrada do café no porto de Lisboa em 1731 é tirada da “Gazeta de Lisboa Ocidental”, que o diz de melhor qualidade que o do levante informa que no sitio em que fôra colhido havia carga para 20 navios.

Se assim é, a celebração do bicentenário da entrada do café no Brasil devera recair em data anterior a 1927. E é facil a explicação: se o cafeeiro requer nas terras ricas cinco anos para sua frutificação, o café introduzido no Brasil em 1727 não poderia dar entrada no porto de Lisboa a 25 de janeiro de 1731.

Em 1824 entrou o café em Baturité por mão de Antonio Pereira de Queiroz que o plantou no sitio Mucaipe ou Mungaipe. Provinha de cafeeiros do Cariri, os quais por sua vez eram originários de Pernambuco. No mesmo ano, 1824, Felipe Castelo Branco trouxe mudas ou sementes do Pará e plantou no sitio Bagaço, hoje Correntes, de Pedro Pires da Rocha. Das informações que colhi, julgo era café da variedade “Bourbon”. Aos nomes de Queiroz e Castelo Branco manda a justiça juntar os de José Holanda. Temóteo Ferreira Lima, Manoel Figueiredo e as familias Queiroz-Holanda, Linhares e Caracas, como pioneiros da lavoura cafeeira em Baturité.

De Baturité foram conduzidas as primeiras sementes para as serras da Aratanha e Pacatuba, cabendo a Domingos da Costa sua introdução ali. Os canteiros por êle plantados na Serrinha passaram para o irmão João da Costa, que os mudou em 1826 para o seu sitio Imboassú. Deve-se, assim, á familia Albano e mórmente a um dos seus membros, José Antonio da Costa e Silva, pai de Juvenal Galeno, o mui conhecido bardo cearense, o desenvolvimento da cultura do café nesta parte do Estado. O citado José Antonio da Costa e Silva foi a primeira pessoa no Ceará a explorar o comércio do café.

VARIEDADES CULTIVADAS

O café que se cultiva no Estado é o “Creoulo” ou Nacional que, além de resistente, não demanda terras muito ricas em humus. As variedades “Bourbon”, “Maragogipe” e “Connillon” têm sido, também, experimentadas.

O “Bourbon”, de ótimos resultados nos terrenos novos, é apreciado pela regularidade e constância da sua produção; o “Maragogipe”, embora de excelente aspecto, pouco produz regularmente, oferecendo, entretanto, a desvantagem de ter amendoas pequenas, o que diminue o seu valor sob o ponto de vista comercial.

ZONAS DE CULTURA, PLANTIO

A Plantação do café se faz nas serras, onde a temperatura, pluviosidade e terreno lhe são favoráveis, tais como as de Baturité, Aratanha, Maranguape, Uruburetama, Merouca, Serra Grande ou Ibiapaba e Chapada do Araripe.

Na serra de Baturité salienta-se por sua produção os municípios de Guarimiranga, Coité e Pacoti; na serra Grande destacam-se como os mais apropriados os de Campo Grande, Viçosa, Ipu e Ibiapina e na Chapada do Araripe os de Barbalha, Crato, Jardim e Brejo dos Santos.

Calculado em 9 milhões o numero de cafeeiros botadores no Estado, cerca de metade caberá á serra de Baturité, onde o censo agrícola de 1920 registrou 725 sítios no valor de 7.060 contos. Produz cada pé em média 300 gramas.

Procede-se ao plantio na estação invernos. O preparo do terreno é feito por processos os mais rudimentares. Estando a terra pronta para receber as mudas, isto é, roçado e queimado o terreno, retiram-se dos canteiros as plantas e se as mete nas covas ou sulcos previamente abertos. No sul do país usa-se depositar em cada cova duas ou mais mudas, enquanto que no Ceará é plantada apenas uma. Aliás, na Serra Grande já se começou a adotar o metodo sulista. As distâncias de um sulco para outro são de 5 a 6 palmos, espaço demasiado pequeno e, portanto, prejudicial ao crescimento e á produção. Alguns agricultores mais avisados conservam entre os cafeeiros intervalos de 12 a 15 palmos, medida infelizmente não seguida pela maioria que usa ainda o sistema condenável das pequenas distâncias.

Como anteparo ás ventanias e para amenizar a intensidade da luz solar, planta o agricultor cearense a Ingazeira (*Ingae-Heterophylla*), o Camunzé, e, em alguns sítios, o Bucaris, originário do Mexico, variedade do Mulungu, Vieram em boa hora substituir á arborização pela Mongubeira (*Bombax Monguba*) e pela Maniçobeira (*Manihot Glaziovii*) que foi tão prejudicial. Na serra Grande dá-se preferência ao Cajueiro (*Anacardium Occidentale*).

A Ingazeira, uma leguminosa, é muito recomendada por proporcionar boa sombra, deixar cair grande quantidade de folhas que vão adubar o terreno e, ainda, por fixar de modo notável o azoto da atmosfera; nos tres primeiros anos desenvolve-se pouco, depois cresce com rapidez e do sexto para o setimo ano dá a sombra necessária á proteção dos cafeeiros.

Tem dado, entre nós, resultado danoso a cultura simultânea do café com outras plantas. Provou-o a diminuição dos cafezais de Baturité quando o plantio da Maniçobeira foi efetuado conjuntamente. Chegavam então aos agricultores o alto preço da borracha e sua facil extração.

Os grandes cafezais são capinados três vezes por ano, sendo a limpa principal de janeiro a fins de fevereiro, mas, em geral, os cafezais sofrem, apenas, uma ou duas limpas.

ADUBAÇÃO E PÓDA

Adubação consiste na utilização da palha do café, do esterco de animais e detritos orgânicos jogados sobre o sólo ou metidos em buracos cavados em torno da planta. Não se tem cogitado do emprego de adubos químicos.

A operação da póda é das mais simples e faz-se, sobretudo, na parte inferior da planta, conhecida pelo nome popular de "balão" ou "saia" e pela retirada dos galhos infrutíferos, sécos ou parasitados. Chamam "ladrões" a êsses galhos imprestáveis.

COLHEITA

Procede-se á apanha ou colheita de agosto a dezembro, variando segundo a menor ou maior extensão do inverno e é executada quasi sempre com mão brutal, que arranca ao mesmo tempo folhas e frutos verdes e maduros, e em cestos de tabóca presos ás cinturas de mulheres (apanhadeiras, pagas de 2\$800 a 3\$200 por alqueire, ou sejam 250 litros). Os frutos dos ramos mais altos são retirados com o auxilio de um instrumento de madeira — a forquilha-gancho. Collido o café é ajuntado no "barreiro" para a medição e o pagamento aos respectivos apanhadores. O "barreiro" é feito em clareiras abertas no cafezal, em pontos de facil acesso aos animais, que têm de transportar o café para os terreiros ou "fachinas", em que será exposto á secagem. As "fachinas" são o que há de mais primitivo, havendo, todavia, em certas fazendas bons terreiros ladrilhados ou empedrados.

No sul do país o café é lavado. No Ceará não o é, ficando dest'arte com maior peso e melhor aroma.

BENEFICIAMENTO

O beneficiamento é praticado geralmente por meio das máquinas "Amaral", "Arens" e máquinas americanas "Elgenberg". As máquinas são movidas á electricidade, rodas d'agua ou a vapor. Os agricultores de acanhados recursos beneficiam seu produto utilizando-se de "rodeiros" tangidos por animal ou roda d'agua, ou pagam de 4\$000 a 5\$000 por sacco beneficiado. Há quem empregue, ainda, o processo primitivo do descascamento pelo pilão.

PRAGAS

Os inimigos do cafeeiro no Ceará são as cigarras que atacam as raízes, a herva ou enxerto de passarinho (uma lorantacea), plantas epifitas e a formiga de roça (saúva). Temóteo Lima refere que em 1862 appareceu uma praga a dizimar os cafesais da serra de Baturité, a qual reapareceu em 1894, Dias Martins constatou em 1915 a existência de duas pragas, uma devida a um fungo, a outra a um microlepidóptero. Ultimamente tem surgido uma nova praga a que o povo, impropriamente, denomina "geada". Ataca as folhas e cerejas dos cafeeiros plantados em mata muito espessa e é attribuida á picada de mosquitos (muriçocas chamam) de que a planta fica coberta.

Ajunto a estas ligeiras notas, para cuja concepção se me marcou tempo curto e improrrogável, uma estatística relativa á exportação do café pelo porto de Fortaleza. Tinha-a já feita até o ano de 1895 para um relatório que apresentei ao governo britânico e a completei na medida do possível até a presente data.

Do testemunho fornecido pelos dados estatísticos vê-se, claro que a cultura do cafeeiro entre nós vai a caminho de sua extinção e dentro em breve será de nenhum valor na vida econômica do Estado.

No sul do país o café é sinonimo de riqueza, é um Pactolô, é um feiticeiro a distribuir fortunas; no Ceará, atualmente, servirá para atestar os efeitos desastrosos do apêgo aos processos condenados, do amor á rotina, e para atestar a indiferença dos poderes publicos cujo favor de cifra no arrojio dos impostos.

Nosso café mal chega para o consumo da terra, o que força a população a importá-lo, havendo anos, como 1923, em que sua entrada sóbe a quantidades consideráveis. No ano citado foi de 1.086.120 quilos a importação pelos póstos de Fortaleza e Camocim.

Sem estabelecimentos de credito agrícola, sem auxilio da União, a cultura cafeeira no Ceará ainda se mantém graças á pertinácia de alguns fazendeiros adeantados e inteligentes. Dê-m-lhe suas simpatias e seus favores os nossos governantes.

Exportação de café pelo porto de Fortaleza

ANOS	QUILOS	VALOR OFICIAL	ANOS	QUILOS	VALOR OFICIAL
1846/1847.....	9.795	2:404\$000	1884/1885.....	106.872	38:513\$942
1847/1848.....	8.796	1:938\$000	1885/1886.....	193.430	60:306\$330
1848/1849.....	113.625	1:938\$000	1886/1887.....	2.474.043	1.113:427\$239
1849/1850.....	23.306	3:174\$000	1888.....	1.004.068	452:896\$884
1850/1851.....	207.909	44:739\$280	1889.....	164.906	82:684\$184
1851/1852.....	218.938	41:742\$400	1890.....	406.592	—
1852/1853.....	442.192	92:562\$760	1891.....	2.599.751	1.479:026\$150
1853/1854.....	366.621	98:611\$750	1892.....	816.232	652:537\$650
1854/1855.....	101.083	33:823\$350	1893.....	1.679.590	1.925:804\$400
1855/1856.....	128.810	115:993\$280	1894.....	1.085.184	1.358:472\$500
1856/1857.....	83.930	31:391\$250	1895.....	2.106.549	2.600:756\$800
1857/1858.....	510.924	186:587\$700	1896.....	854.656	987:543\$790
1858/1859.....	575.926	284:848\$500	1897.....	294.072	309:787\$580
1859/1860.....	828.730	580:689\$000	1898.....	—	—
1860/1861.....	1.293.300	506:091\$000	1903.....	11.541	19:926\$200
1861/1862.....	2.810.940	1.678:054\$000	1904.....	2.857	3:020\$500
1862/1863.....	2.157.646	1.031:005\$140	1905.....	2.603	2:354\$200
1863/1864.....	1.605.651	670:261\$620	1906.....	12.766	7:896\$400
1864/1865.....	454.280	192:638\$480	1907.....	2.884	2:150\$000
1865/1866.....	1.092.344	466:849\$000	1908.....	9.166	4:230\$000
1866/1867.....	778.604	365:671\$000	1909.....	4.504	3:358\$000
1867/1868.....	1.812.687	701:620\$000	1910.....	2.694	2:260\$800
1868/1869.....	50.800	24:457\$000	1911.....	—	—
1869/1870.....	877.523	387:223\$000	1912.....	2.400	2:340\$000
1870/1871.....	560.283	226:761\$000	1913.....	—	—
1871/1872.....	313.888	132:206\$000	1914.....	9.349	10:349\$000
1872/1873.....	1.562.627	718:244\$000	1915.....	18.600	20:900\$000
1873/1874.....	967.158	646:304\$000	1916.....	3.000	3:000\$000
1874/1875.....	1.691.443	853:551\$000	1917.....	2.580	2:474\$000
1875/1876.....	1.745.808	952:169\$441	1918.....	—	—
1876/1877.....	1.022.886	517:889\$135	1919.....	2.986	2:974\$000
1877/1878.....	2.308.818	1.230:490\$474	1920.....	—	—
1878/1879.....	494.748	234:214\$000	1921.....	12.571	12:935\$400
1879/1880.....	433.528	223:654\$000	1922.....	5.340	4:580\$000
1880/1881.....	64.791	31:495\$000	1923.....	1.420	—
1881/1882.....	3.937.980	1.253:148\$440	1924.....	—	—
1882/1883.....	2.694.316	639:108\$448	1925.....	11.356	22:672\$000
1883/1884.....	2.710.955	919:172\$453	1926.....	26.977	53:997\$000

Máquinas primitivas para beneficiar café

AUGUSTO RAMOS

E' sabido que todo o café que no mundo traga o nome ou marca *Brasil*, é repudiado pelos compradores como genero de infima qualidade.

Qual a causa de semelhante descredito quando ninguem ignora que no Brasil, ao lado de cafés de baixa classe, outros existem de excelente qualidade no colorido, no aroma, na beleza do grão, no sabor e na torração? Tais cafés alcançam preços altos no mercado de primeiras e segundas mãos, mas em chegando aos torradores passam a figurar, em geral, como cafés da America espanhola e, juntamente com êles, são misturados a cafés brasileiros não finos, formando as várias marcas vendidas no retalho, para o consumo. Ainda quando vendidos não misturados, o mesmo nome de emprestimo lhes dão, só dêsse modo alcançando os altos preços que lhes cabem.

Mas por que motivo caiu em tamanho descredito o café marcado com o nome do nosso país? Por um motivo bem simples.

Quando ao mercado mundial começou a chegar, em partidas de certo vulto o nosso café, já ali se negociavam avultadas quantidades dêsse produto vindo do Oriente, da Abissínia primeiro, e, depois, das possessões inglesas, holandesas, etc. Ceilão teve a sua época e chegou a um alto gráo de aperfeiçoamento na produção do café, até ser assolada pela terrível praga—*Hemileia vastatrix*—que em poucos anos destruiu todos os cafezais daquela opulenta ilha hoje transformada em uma extensa plantação de chá. Em sua visinhança, a ilha de Java lhe vinha seguindo os passos, lutando tambem embora contra a *Hemileia* e outras pragas das quais a está devastando hoje a mais terrível de todas—*a brôca*.

Com o aumento das plantações (antes das pragas acima aludidas), foi-se aperfeiçoando também a parte industrial, quer pela invenção e applicação de novas máquinas, quer pela adoção de processos estudados e experimentados. De tal ambiente foram saindo productos dia a dia de melhor qualidade que conquistaram larga reputação.

Foi em meio de tal estado de coisas, que entrou a chegar nos mercados o café do nosso país passando logo a ser vendido com o seu nome de origem: "*Brasil*". Era um café mal tratado, inçado de grãos ardidos e de detritos estranhos de toda a sorte, de cheiro desagradável, nauseabundo, côr desigual e gosto amargo.

Dahi em deante, todo o café máo que chegava ao mercado, qualquer que lhe fosse a pro-

cedência, chamou-se *Brasil*, sob essa bandeira se acolhendo os cafés mãos vindos do Oriente, como refúgos, sem os cuidados dispensados ás partidas melhores. Por outro lado, como já acima foi dito, as remessas de bom café que, pelo aperfeiçoamento industrial, o Brasil foi conseguindo produzir, ao chegarem ao mercado iam sendo despojados de sua marca original e passando a figurar como cafés de procedência ou marcas conhecidas e reputadas.

Era natural que tal acontecesse; nem de um comércio inteligente e atilado se deveria esperar outra coisa.

Como contrapróva, veja-se o que succedeu com êsse produto "a tapioca" que, com vantagem já figurou—tempos idos—em nossa exportação. Com êsse gênero deu-se o inverso do que se viu com o café. Chegámos primeiro ao mercado e com superior produto, de tal forma que toda a tapioca fina ficou se chamando "*Brasil*" ao passo que toda a tapioca de má qualidade, *mesmo do Brasil*, tomou outros nomes ou marcas desacreditadas nos mercados. Ainda hoje, após tantas dezenas de anos, alguns países adoptam o mesmo regime.

Mas a lei do progresso fez-se, como sempre, sentir e o Brasil foi aperfeiçoando e expandindo a sua produção até chegar á posição culminante que hoje ocupa como primeiro produtor de todo o mundo. Vejamos um pouco de que modo se foi realisando a evolução.

A principio o preparo ou beneficiamento do café era feito em um simples "*pilão*", constituido por um tóco de madeira, grosso (fig. 1), colocado verticalmente no qual, de cima para baixo se abria uma escavação de secção circular com uma profundidade de 60 a 80 centímetros, o fundo aconcavado e um diâmetro de 40 ou 50 centímetros.

Completando essa peça, preparava-se um pedaço de madeira roliça com 10 a 12 centímetros de diâmetro nas extremidades e algo mais finas na parte média. A essa peça chamava-se "*mão de pilão*".

Preparado e assentado o tóco de páu, introduzia-se-lhe na excavação uma certa porção de café seco (em côco), e levantando-se e baixando a mão de pilão, socava-se o café até ficar quasi todo descascado. Interrompia-se então a operação, esvasiava-se o bôjo do pilão e em um peneiro ou peneira de taquara tecida, com orificios apropriados, passava-se e peneirava-se todo o café, de modo a expurgá-lo da casca fragmentada e a separar, pela

passagem através dos orifícios, os grãos completamente descascados dos que haviam escapado á ação do soquete ou mão de pilão.

Os grãos ainda inteiros assim isolados pelo peneiramento, voltavam para o pilo, na operação seguinte.

Era, como se vê, um trabalho todo feito á mão, duro e penoso para o operador, que naquele tempo era quasi sempre um preto escravo.

Mas, dentro em pouco, mercê do crescimento das plantações e formação das fazendas, o funcionamento dos pilões á mão não sómente consumia numerozo pessoal de trabalho como rendia pouco e já não dava vasão ás colheitas.

Era necessário conduzir de outra forma as operações de beneficiamento e muito naturalmente tratou-se de realisá-las, entrando-se no terreno da mecânica.

Ái se abriam dois caminhos, e trilhando-os, em dois grupos se dividiram as novas instalações: as que applicaram a tração animal e as que se utilizavam das quedas d'agua. Estava como é sabido, bem atrazada a hydraulica naqueles tempos. Não existia a turbina—essa maravilha de engenho-mecânico que hoje com a capacidade assombrosa de centenas de milhar de cavalos de força serve dia e noite ás modernas e colossais instalações industriais e sabe aproveitar todas as quedas, desde as de meio metro até as de mil metros (como já existem), e ainda maiores, se fôr necessário, e com um rendimento industrial não inferior a 80%.

Nada disso estava creado naqueles tempos e póde-se dizer que os dois únicos motores hydraulicos então utilizados eram o monjôlo, cujo rendimento mecanico não alcançava nem 15% e a roda hidráulica (quasi sempre uma *roda de cima*), cujo rendimento industrial hoje bem mais elevado, em virtude de seu melhor traçado, não alcançava talvez 60%, naquelle tempo.

Quanto á tração animal, era ella obtida por intermédio de uma das várias modalidades da almanjara ou tafona, sistema esse constituido principalmente por uma longa e forte peça de madeira, movendo-se horizontalmente em torno de um eixo vertical fixo ou móvel, e na qual, em uma das extremidades, se prendia o animal de tração que, em sua lenta marcha, descrevia uma larga circunferência. Gerava-se desse modo um movimento circular. Figura 6.

Era com esse dispositivo que se movimentava o *ribas* ou *ripes* (nunca consegui apurar o nome exáto), ou *carretão*, máquina na qual se dava um duplo movimento circular a uma roda de madeira de forte diametro e pequena largura, fazendo-a girar simultaneamente, não só em torno de si mesma como deslocando-se em volta do eixo central.

Seguindo o traçado da circunferência, construía-se um cocho circular que recebia, para ser beneficiado, uma certa porção de café em côco, sobre o qual passava rolando, repetidamente, a grande roda de madeira.

Ao fim de algumas horas de trabalho, retirava-se o café então quasi todo descascado, levando-o a uma peneira sacudida á mão, ou

melhor, em um pequeno ventilador, aliás, em essência muito semelhante aos de hoje.

Quando se dispunha de uma queda d'agua, construía-se uma roda com eixo de madeira forte e longo (os munhões eram geralmente de ferro), no qual se applicavam longitudinalmente peças desencontradas (tangadeiras), destinadas a elevar e deixar cair sobre pilões, hastes de madeiras, ás vezes forradas de ferro, na extremidade. O choço frequente de tais pancadas sobre o café em côco contido nos pilões, em pouco tempo o descascava deixando-o em ponto de ir para o peneiramento.

(Veja-se a figura 2 e 3).

Com o correr dos tempos, o ripes ou carretão modificou-se de acôrdo com a figura 5, pela qual se vê que as rodas esmagadoras são duas; a transmissão de movimento é feita por baixo e por entrosas, e a força propulsora já não é animada.

Há ainda um grande melhoramento introduzido nessa máquina: é o revestimento interno do côcho com uma chapa metalica perfurada de modo que pelos orifícios passem os grãos de café já beneficiados, retendo, porém, os grãos que ainda descascados, os quais continuam assim a ser triturados pela roda compressor.

Essas máquinas assim aperfeiçoadas estão ainda hoje em grande uso em Java e Porto Rico.

Os pilos não mais se usam no beneficiamento do café, mas applicam-se no polimento do arroz em pequenos modelos.

O monjôlo—esse—há mais tempo ainda que foi definitivamente banido do beneficiamento do café. Em todo o caso, vale dizer que o é.

O monjôlo consta de uma longa e forte peça de madeira em posição horizontal, em uma de cujas extremidades se abre um côcho na extensão de mais ou menos 1 a 2 metros de extensão, enquanto que na outra se lhe coloca, em direção normal, uma haste de 10 a 15 centímetros de diametro ou de face, destinada a entrar no bojo de um pilão excavado em um tóco vertical de boa madeira. A grande peça é atravessada por um curto eixo horizontal que se apoia pelos dois extremos em um cavalete de boa madeira firmemente enterrado. A posição do pequeno eixo deverá ser tal, na grande peça, que esta deve ficar em posição horizontal quando o côcho estiver vazio e deve inclinar-se para baixo, fortemente, do lado do côcho, quando este estiver cheio.

Uma bica ou tubo deve encaminhar para o côcho, ininterruptamente uma certa porção de agua. Fig. 4.

O funcionamento é assim:

Estando em sua posição de equilíbrio, a grande peça deve estar em posição horizontal, enquanto a haste da sua extremidade deve estar dentro do côcho, sobre o café a beneficiar.

Dáí pouco, pela entrada constante da agua o côcho enche-se e, desequilibrado, baixa girando em torno do eixo. Ao mesmo tempo a outra extremidade da peça ergue-se com a sua haste. Logo em seguida, esgotada a agua do côcho, este se levanta, a outra extremidade desce com violência e a ponta da haste vem



Fig. 1

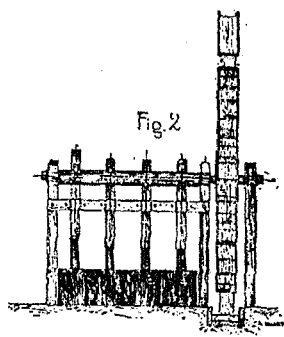


Fig. 2

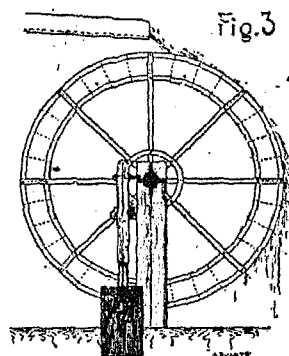


Fig. 3

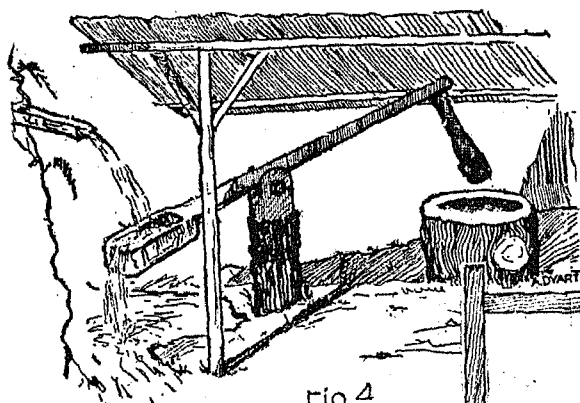


Fig. 4

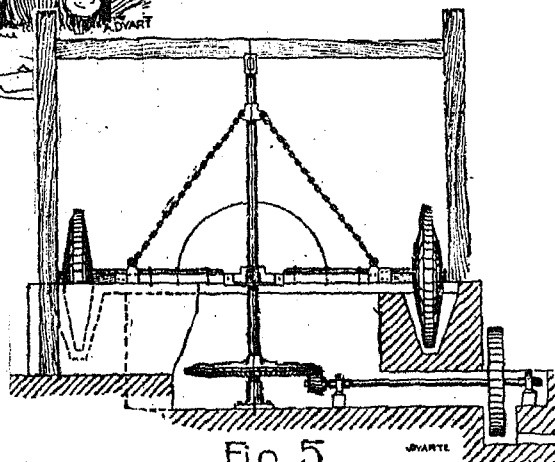
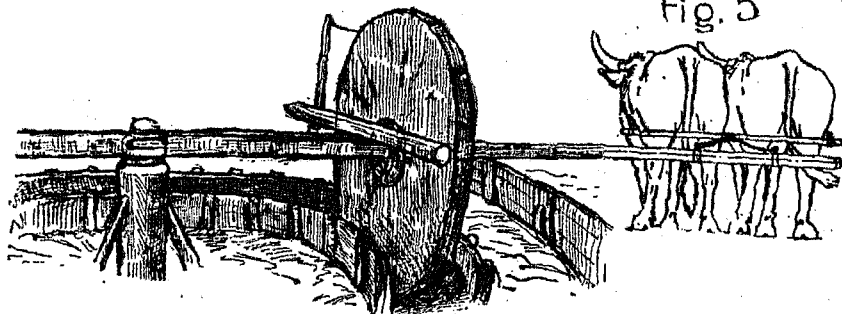


Fig. 5



"MÁQUINAS PRIMITIVAS DE BENEFICIAR CAFÉ"



chocar-se com o café no fundo do pilão. Daí a pouco repete-se novo golpe e assim por diante. Descascado o café é substituído por outro em côcho e a operação prossegue indefinidamente.

O serviço de beneficiar café á mão, era penosíssimo assim como o era igualmente, em larga escala, o de auxiliar as imperfeitas máquinas daquele tempo. E todo êle era feito por pretos escravos, em cujo rosto e cabeleira se acumulava durante o trabalho, tão grossa camada de pó, que impossível se tornava reconhecer-los.

O trabalho começava ás 4 horas da manhã e se prolongava até ás 9 da noite, com duas horas apenas de repouso. Muito antes do clarear do dia, já se fazia ouvir o ruído característico daquelas rusticas instalações, construídas de madeira, tangendo, rinchando, estalando, mas caminhando sempre na monotonia da tristonha marcha entrecortada pelo grito espaçado dos *candieiros* ou condutores, estimulando a boiada.

Daquele comovente período de nossa história doméstica, vão sendo varridas as últimas e melancolicas reminiscências dos que, comparsas ou espectadores, figuravam em cenário tão sombrio; é natural, pois, que, ao comemorar o centenário do café, eu relembre os enormes serviços a êste prestados pela raça preta e aqui registro algumas palavras em homenagem aos escravos daquele tempo, a qualquer dos quais se poderia adaptar os dois sublimes versos de Hugo, ao celebrar a indomável coragem de um irredutível monarquista da Vendéa: *Et je pleure en chantant cet hymne tendre et sombre, Moi soldat de l'aurore, a toit, héros de l'ombre.*

Oh! ninguém jamais os igualou em coragem e resignação para suportar as injustiças e crueldades que padeceram, nem em dedicação e doçura para com aqueles mesmos que lhes cercavam a esperança, o pensamento, siquer, de constituir família e eleger, em qualquer cantinho dêste imenso Brasil, um lar para os descendentes, um refúgio para a velhice.

Mãe preta! Quem não a teve naquele tempo?

Quem não se deixou embalar por aqueles braços tão carinhosos, ouvindo, como uma meiguice da tarde, uma dolente cantiga para adormecer o querido Nhôsinho?

Quando hoje cruzo, ás vezes, com a cabeça nevada de uma preta de 80 anos, sinto-me transportado com intensa emoção, para certas cenas da meninice nas muitas fazendas que com frequência visitava, e afigura-se-me estar vendo, como então, chegarem em revoada dos cafesais, ao cair da noite, os colhedores de café, pretos e pretas, a darem conta, por mérida, do trabalho do dia, recebendo pelas deficiências da tamina, repetidos bôlos de uma palmatória de ipê. No seio do cafezal, na zona em colheita, muita vez ao entardecer, para enxugar as lagrimas de uma rapariga que certa estava de ser castigada, por não haver atingido a tamina que lhe haviam impôsto, um velho preto, ás vezes seu pae, cedia-lhe uma parte do que colhera e ia receber no terreiro os bôlos que, dela, por aquele generoso ardil, lograra desviar.

Quadros semelhantes quasi todas as fazendas as reproduziam e eram tidos como próprios da escravidão. Ninguém enxergava o aspecto odioso, deshumano e horrível de que se revestiam.

E' que não haviam troado ainda por aquelas asperas quebradas, as estrófes candentes e arrebatadoras de Castro Alves, nem as vezes da legião que deslumbra o seguia e secundava.

Hoje por êsse Brasil aíóra, ainda se encontram velhos pretos vagando pelas povoações, entregues á caridade das boas almas.

Aqui neste canto de jornal, cantando as glórias do cafeeiro, eu em espírito, os reuno a todos, para, em nome do Brasil lhes dar todo o meu coração, em um brado de infinito reconhecimento por essa obra sem par, essa imensa riqueza cuja formação regavam com o sacrificio da liberdade e de todos os demais dons sem os quais a existência não é vivida, o viver não vale nada.

Os escravos formaram cafesais, não viveram.

Distribuição e consumo do café nos Estados Unidos

BERENT FRIELE

NOVA YORK. SETEMBRO—Atualmente a maior parte da distribuição do café torrado nos Estados Unidos é feita por intermédio dos "Chain Stores", isto é, das grandes companhias que possuem centenas, e até milhares de armazéns empórios. Com exceção de umas poucas destas companhias que têm suas próprias casas compradoras nos países produtores de café, as demais suprem-se ou por meio de importação directa, comprando o café *c i f*, ou então compram o café no próprio mercado de Nova York. A maior destas organizações é a Great Atlantic & Pacific Tea Company of America, cuja casa compradora no Brasil é a American Coffee Corporations. Os armazéns da Great Atlantic & Pacific são conhecidos pelas donas de casas por "A & Pastores". Esta Companhia tem atualmente 16.000 empórios espalhados pelos Estados Unidos, o que permite vender muito para vender barato. Esta Companhia é a que torra mais café nos Estados Unidos, torrando anualmente cerca de 1.000.000 de sacas de café, dos quais 70% são de procedência brasileira, sendo o restante proveniente da Colombia.

A marca de maior aceitação da A & P é o "8 o'clock coffee" (café das 8 horas), que é um café 100% Santos, e como tal é vendido. Esta marca alcançou a medalha de ouro na exposição Internacional de Philadelphia de 1926. Só desta marca A & P vendeu em 1926 cerca de 33.000 libras, acusando um aumento de quasi 60% sobre o ano anterior. As outras marcas de A & P são misturas de café Santos e Colombiano.

São muitos os métodos empregados pelas casas distribuidoras das diversas marcas para incrementar as vendas. Algumas, especialmente uma bem conhecida casa distribuidora de café, gastam anualmente até um milhão de dolares para anuncios e reclames. Esta marca

que é a mais conhecida nos Estados Unidos, deve toda a sua popularidade e grande procura unicamente ao poder do reclame, que nos Estados Unidos mais do que em qualquer outra parte do mundo é uma realidade. Os reclames da casa a que me refiro podem ser encontrados nos *Metros*, nas fachadas das casas, nos jornais e revistas, enfim em toda parte. Outras casas para verem aumentadas as suas vendas recorrem ao sistema de premios. O processo mais usado é o de dar gratuitamente, por duas libras compradas, algum objecto util para casa. Ainda outro sistema usado é o de vender o café em latas atraentes. Certo porém é, que todos estes sistemas encarecem o produto, e quem paga para tudo é sempre o próprio consumidor. A A & P devido ao seu grande numero de empórios faz apenas reclame interno. O acondicionamento das marcas é simples, reduzindo portanto o custo. As donas de casa que se suprem nos empórios da A & P são as maiores propagandistas das suas marcas.

Quanto ao consumo nos Estados Unidos, acho que pôde por meio de propaganda activa e inteligente aumentar na zona do Pacifico. No Leste porém, já se bebe muito café. Não falando do café da manhã, que é indispensável para o "breakfast" de todo americano, raro é o homem de negocios ou operário que não tome uma chícara, das grandes, durante o almoço.

Quanto aos preços atuais, posso dizer que o publico americano já se acostumou a pagar o café a razão de 30 centavos a libra, mais ou menos, e a maioria não faz questão de pagar dois ou tres centavos mais por libra para obter qualidades finas. Ora, aí está um problema que pôde ser resolvido pelo produtor brasileiro. Produzindo qualidades finas, o fazendeiro obterá sempre um preço plenamente remunerador para a despesa extraordinária que isto lhe custará.

Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio

OLIVEIRA VIANA

Na história da nossa civilização local, o século XIX foi o século do café, como os séculos anteriores o foram do gado e do açúcar.

Os que primeiro penetraram e colonizaram a região fluminense criaram uma civilização rural baseada na exploração das lezírias e restingas da sua baixada ocidental e oriental por meio de rebanhos de gado grosso e na exploração dos seus vales e montanhas, por meio da lavra dos cevais, do algodão, do anil e, principalmente da cana de açúcar. Pode-se dizer que, em 1800, ao encerrar-se o século XVIII, toda a economia rural fluminense se assentava sobre estas culturas. Os pequenos focos mineiros, que se constituíram aqui e ali durante o grande ciclo das explorações auríferas e como um reflexo delas, nunca chegaram a ter, como fatores da evolução social e econômica, importância ponderável.

Pastoreador de gados, semeador de grãos, cultivador de anil e de algodão, lavrador de canaviais, o colonizador fluminense conquistou, lavrou, expandiu-se, lutando, menos com os obstáculos opostos pelo elemento humano, isto é, o gentio rebelado, do que com os obstáculos opostos pelas condições do seu próprio território: o íngreme e o irregular do seu modelado tumultuoso; os pantanos das suas baixadas extensas; as densas massas florestosas das suas montanhas e dos seus altiplanos.

Nos primeiros tempos, antes do advento da cultura do cafeeiro, como a irradiação colonizadora se fazia através as planícies da Baixada e das margens campinosas do Paraíba, o grande inimigo do colonizador era o pantano; foi este o grande obstáculo que ele teve que vencer. E fê-lo com bravura histórica, de que nos dão conta os documentos coloniais.

De fato, em toda parte onde encontra o brejal, a lagôa, a lezíria empantanada e mefítica, o nosso primitivo desbravador não refoge dela; enfrenta-a, combate-a, vence-a; nos campos do Iguaçu; nos vales do Macabú; e do Macaé; na planície Goitacá; nos sertões do Muriaé e do Pomba.

“Os sertões do Muriaé—diz um cronista colonial, Couto dos Reys, escrevendo sobre aquela região em 1785—os sertões do Muriaé foram em outros tempos horrorosos por mais péstiferos, porque as suas terras incultas, os altos arvoredos de que se revestiam, os seus extensos brejos, e ultimamente, a falta de fogos, e de outros benefícios, que agitassem e rompessem livremente um ar denso, e carregado, necessariamente haviam de produzir funestas consequências. Mas logo que os homens, excitados do interesse de se aproveitarem das terras incultas, desterraram o primeiro terror (apesar da perda de muitas vidas) e entraram

a estabelecer fazendas nos ditos Sertões, fazendo fogos, descortinando matas, e purificando ares, ficaram menos rigorosos”. (1).

O latifundiário fluminense do século XVIII era, antes de tudo, um “senhor de engenhos”, isto é, um plantador de canaviais e fabricante de açucars; de modo que foi justamente o determinismo econômico da sua principal indústria que o impeliu para a conquista das terras planas e húmidas da nossa Baixada oriental e ocidental. Daí, durante todo o “ciclo do açúcar”, a sua condição de dessecador de marenos, de eliminador de brejais—, de Hercules Saneador. Dahi, desta luta secular do homem com o pantano, o dessecamento progressivo da Planície, a conquista penosa da vasta rechã submersa—em suma, a lenta substituição da paisagem palustre pelo aspecto humanizado das culturas.

Liberto das emanagens das lagunas, defendido por drenagens sábias contra o perigo das cheias e das inundações, o nosso latifundiário do século XVIII pôde estender os seus domínios pelo interior da grande planície, e, subir pelo vale dos seus rios lentos e ir repelindo para a região das montanhas os redutos da selvageria aborigene. Fixou-se; prosperou. Organizou-se economicamente.

Os inventários dos fins do século XVIII e dos começos do século XIX nos deixam ver o quadro agrícola, dentro do qual se agita por essa época o nosso antigo colonizador. Eles nos descobrem, através os infôrmes das suas declarações de bens e respectivas avaliações, a velha casa solarenga, residência do senhor do domínio: os engenhos de cana, movidos á agua ou á força animal; os extensos vargedos cobertos de canaviais; e mais a roça de algodão; e a leira de anil; e os pequenos campos de plantações cerealíferas.

Por esta época, os grandes centros de condensação humana do Rio de Janeiro estavam na região da Baixada Parati, Angra, Campos, Cabo Frio, Estrela eram então núcleos vivazes de atividade econômica. Eram as “cidades do açúcar”, surgidos na Planície, como as que, mais tarde, no século XIX, surgidas na Serra, seriam as “cidades do café”.

Na região da Serra, o povoamento era então muito escasso. Só a zona do setor ocidental do Plato, entre Parahiba do Sul e Rezende, começava a animar-se com uma relativa circulação humana. Rezende, Barra Mansa, Parahiba do Sul, ou eram simples pousos de tropeiros, em caminho das Minas ou de São Paulo, ou arraiais insignificativos pequenos eremitérios, insulados no sertão.

No seu setor oriental, da Parahiba do Sul até os limites da planície campista, o grande vale

paraíba estava, por esta época, inteiramente desértico de qualquer elemento civilizado; as suas grandes massas florestosas não haviam sido ainda atingidas pela cultura. Era ali que se haviam concentrados os aborígenes, refugiados da pressão tenaz dos brancos, que avançavam, simultaneamente, do fóco de Taubaté e do fóco Goitacá, na sua faina colonizadora.

Em 1785, segundo o testemunho do cronista Couto Reys, toda a vasta área formada pelas cabeceiras do Macaé, do Macabú e do Macacú e sertões interiores era dominada inteiramente pelo gentio Sacurú. Na margem setentrional do Parahiba, nos vales do Mariaé e do Pomba, vagavam os Coroados e Puris; consequentemente os nossos atuais municípios de São Fidelis, Padua, Itaperuna, Sapucaia eram o domínio deles. (2)

Dos informes de Couto Reys, pôde-se concluir que, ao encerrar-se o século XVIII, o vale do Paraíba estava ainda em ser, apenas mal circulado no seu setor oriental (Parahiba do Sul—Rezende) e inteiramente selvagem no seu setor oriental (Paraíba do Sul—Campos).

Neste, nas suas regiões altas, dominavam as florestas primitivas Cantagálo, Carmo, Bom Jardim, Madalena, S. Sebastião, São Francisco, Cambuci, Itaocá, Friburgo, Terezopolis, Padua, Itaperuna—toda esta imensa área, hoje coberta de culturas florescentes, era então o que Couto Reys chamava expressivamente —“o deserto das Montanhas” (3). Nenhum nodulo colonizador. Nenhuma instalação civilizada. Apenas as malócas dos “sacurús” bravios.

O advento da cultura do cafeeiro no século XIX vem modificar inteiramente esta situação. Os grandes maciços florestosos do vale do Paraíba, tanto do ocidente como do oriente, começaram, com a aparição do cafeeiro, a ser atacados, explorados, cultivados, valorizados. O “deserto das Montanhas” tornou-se uma região de intensa penetração colonizadora. Os aborígenes que nêles vagueavam foram acossados e repelidos; duas florestas batidas e destruídas.

Cidades importantes surgiram em todas estas terras até então palmilhadas apenas pelos “puris”, “sacurús” e “coroados”. De Rezende até as bordas da planície joitacá, encheu-se o vale paraíba no domínio, de fazendas, de cafezais opimos.

Desde então, a Planície, prestigiosa durante o ciclo do açúcar, perde a sua hegemonia. O centro de gravitação económica e social da região fluminense se orienta progressivamente no sentido da Montanha.

II

O café não chegou ao Rio de Janeiro propriamente no século XIX. Vindo do extremo norte, onde era conhecido desde 1727, a sua aparição no território fluminense data dos fins do século XVIII. Da chacara dos frades Barbadinhos, situada no Rio, saíram as primeiras mudas para São Gonçalo e para Rezende. Destes dois pequenos focos primitivos —o da Baixada e o do Vale do Paraíba—é que

se irradiou a cultura cafeeira para todo o Rio de Janeiro.

Há, portanto, na história do café, nas regiões do sul do país duas diretrizes principais, ambas traçadas inicialmente em território fluminense. Há a diretriz de São Gonçalo, donde se originaram as culturas da Baixada até Campos e os grandes cafezais da zona montanhosa do Norte, centralizada por Cantagalo e Madalena. Há a diretriz de Rezende, donde se originaram as grandes culturas do vale do Paraíba, da Mata mineira e dos chapadões paulistas.

E', pois, em território fluminense que a cultura do cafeeiro faz as suas primeiras experiências, dá as suas primeiras provas de vitalidade e lucratividade, e organiza-se, e prepara-se para a conquista dos grandes platos do interior. O êxito inicial das primeiras tentativas em nosso território, principalmente no fóco Rezende, exerceu certamente sobre o destino da grande cultura uma influencia decisiva: tivesse sido negativa a experiência—e talvez fôsse outro o destino do café nas nossas regiões meridionais.

Este êxito do cafeeiro na região fluminense não foi, porém, imediato. Da data das suas primeiras plantações chacareiras, no ultimo quartel do século XVIII, á sua constituição como grande cultura, nos meados do século XIX, medeia talvez meio século.

E' certo que, em 1810, pelo menos no vale do Parahiba, á as primitivas culturas cerealiíferas começavam a ser substituídas—e a zona de Rezende aparecia por esta época coberta de cafezais. Estas plantações, porém, davam uma produção apenas bastante para o consumo interno—conforme observa Porto Alegre (4). Só mais tarde, já no segundo quartel do século XIX (em 1830, mais ou menos), é que, na região fluminense, o cafeeiro se torna uma grande cultura, florescente e generalizada.

E' por isso que o fastígio desta cultura no Rio de Janeiro, dá-se no II Imperio—e a historia fluminense neste período resume-se, afinal, na história do café.

Na história da nossa civilização local, o século XIX é o século do café, como os séculos anteriores o foram do açúcar e do gado.

Os primeiros colonizadores da nossa região criaram uma civilização rural baseada na exploração das suas lezírias e restingas, por meio de rebanhos de gado grosso e na exploração das suas terras da montanha e do vale por meio de lavra dos cereais, do algodão, do anil, principalmente da cana de açúcar.

O êxito das plantações de Rezende e São Gonçalo produziu, com efeito, no Rio de Janeiro, no século XIX, uma sorte de “febre cafeeira”, comparável á que assistimos presentemente com a expansão paulista para as zonas da Noroeste.

Estendeu-se rapidamente a área da cultura cafeeira; as florestas da Planície e da Montanha começaram a ser atacadas; cresceram as plantações. Zonas da Baixada; zonas do Vale do Paraíba; zonas das grandes Montanhas do centro; por toda a parte, onde o terreno favorecia ou abria possibilidades, ou mesmo, pro-

IMponentes ruínas no meio
da mata, em Porto das Caixas,
no Estado do Rio

(Ilustração do prof. H. Cavalleiro)





babilidades do exito, entram a surgir as cópas verdejantes dos cafesais.

Ha, por isso, na história econômica, e social da velha provincia fluminense um "ciclo de café", como houve no seculo anterior, segundo o testemunho de Couto Reys, um "ciclo de açúcar". (5).

Na Baixada, os grandes domínios rurais, que sempre gravitavam em torno da cultura da cana e da fabricação de açúcar e da aguardente, passaram desde então também a incluir, no quadro das suas produções, o café, a titulo de cultura complementar. Nos meados do século XIX, pôde-se dizer que, excepto as regiões das lezírias campistas, todo o restante territorio fluminense produzia café, mesmo nas zonas menos climática e economicamente propicias á sua cultura. De Angra a Cabo Frio, passando por Itaguaí, Iguassú, Mangaratiba, Estrela, Macacú, Macaé, Rio Bonito, Saquarema, Capivari, Itaborai, Araruama, Maricá,—por toda a vasta planicie da Baixada, pequenas e grandes culturas cafezeiras apareciam cobrindo as encostas e morraria dos domínios.

Nestas zonas, porém, o café ficou sendo sempre uma cultura complementar; a cultura dominante era, na quasi generalidade das fazendas, a cultura da cana de açúcar—e o tipo do "engenho de cana", apesar da cultura do cafeeiro e da organização técnica correspondente, permanecia, durante mesmo o periodo áureo do café, como o tipo das organizações agrícolas da Baixada.

No vale do Paraíba e montanhas circundantes, a situação era outra: a cultura cafeeira encontrava ali o seu *habitat* proprio e, absorvendo todas as outras culturas tradicionais, constituia-se em cultura dominante. De modo que é precisamente nesta região que vamos encontrar, na estrutura dos seus domínios agrícolas, a integridade dos caracteres proprios das chamadas "fazendas do café".

III

Como se vê, a "área da dispersão" do cafeeiro pela região fluminense confunde-se com a própria região fluminense.

O café, em nosso paiz, tem aliás, uma área de dispersão ilimitada. Planta tropical, elle não encontra em nosso territorio nem em latitude, nem em longitude, o seu "zero especifico", ou por falar como Schimper, o seu "ponto critico": do extremo-norte ao extremo-sul, da costa ao mais profundo dos sertões, o vemos vicejar e florescer.

E' preciso, porém, não confundir "área de dispersão" com "área de localização produtiva".

Esta é incomparavelmente mais restrita, mais limitada. E' limitada para o paiz—e daí a concentração da cultura cafeeira quasi exclusivamente nas regiões meridionais. E' limitada para a região fluminense — e daí a concentração da cultura cafeeira na zona serrana. E' mesmo limitada para cada fazenda—e daí a concentração das culturas nas encostas, meias laranjas e terras noruegas do domínio.

Não basta, porém, vicejar; não basta florescer; não basta frutificar: o ciclo de vitalidades da planta pôde ser mais ou menos reduzido, por força das condições topográficas, as climáticas, as geológicas; o florescimento pôde sofrer com a ação dos fatores meteorológicos, as chuvas, os ventos, as geadas; a frutificação pôde ser prejudicada na sua "quantidade" ou na sua "qualidade" (fórmula, perfume, côr, peso, etc.). Tudo são fatores que influem sobre o valor econômico da exploração.

E' justamente aí, nesta delimitação da "área da localização produtiva" que reconhecemos aquele "central of geographical environment", de que fala Grenfell Price, a marca da sua influencia incontrastável. O cafeeiro, que entre nós dá indifferentemente em qualquer parte, só encontra, com effeito, o seu "optimum" biológico em certas regiões do paiz, caracterizadas por determinadas particularidades, de topografia, de altitude, de temperatura, de humidade, de constituição geológica, etc.

Na região do Rio de Janeiro, esta área de localização produtiva é historicamente conhecida e está perfectamente delimitada. Neste ensaio monográfico, somente ella nos interessa e dela vamos tratar—porque sómente dela conseguimos surpreender, em toda a sua complexidade, as multiplas "repercussões" de ordem econômica, social e política que a cultura cafeeira vem exercendo, há um século, na história fluminense.

Na região fluminense, a área do *optimum* biológico do cafeeiro compreende uma zona, cujas condições climáticas são análogas aproximadamente ás da região arábica do Yemen, terra originaria do cafeeiro ou, pelo menos, donde elle partiu para o seu periplo pelo Occidente e a America. Como observa Porto Alegre:

"O clima exerce sobre esta planta, como em geral sobre todo o mundo vegetal, uma influencia poderosa. Nas colinas do Yemen varia a temperatura do inverno entre 11.º e 18.º Celsius, e a do verão entre 28º e 37º C., temperaturas estas que se aproximam bastante ás das margens do Paraíba, na provincia do Rio de Janeiro." (6).

E' esta a zona da localização produtiva do cafeeiro na região fluminense. E' a chamada "zona da serra acima", compreendendo as encostas septentrionais da Cordilheira Maritima e as occidentais da Mantiqueira, zona que, na classificação de Laerne, apparece com este nome geral: "planalto do Paraíba".

E' nesta enorme área que se desdobra, em torno da cultura do café, toda a atividade agrícola do sul no seculo XIX. Só mais tarde, é que a cultura do cafeeiro projecta-se impetuosamente para os chapadões mais interiores, em busca do Oeste paulista.

IV

E' preciso acentuar que esta área geral de localização produtiva só representa a zona de *optimum* biológico do cafeeiro, quando comparada com a zona da Baixada, as chamadas "Terras quentes". O que é verdade, porém,

é que, considerada em si mesma, esta vasta área paraibana da localização produtiva não dá o *optimum* biológico em toda ela,—e sim numa certa porção apenas. E' compreendendo isto que Laerne divida o platô paraibano em tres secções ou zonas climáticas (7);

a)—ZONA DAS TERRAS BAIXAS—Corresponde ás terras marginaes do Paraíba e os vales dos seus afluentes na secção média e oriental do seu curso. O altiplano, em que corre o Paraíba, guarda nesta zona uma altitude, que varia de 100 a 200 metros. No ponto de vista termico, é a mais quente das zonas do platô. Póde-se considerar como centro geográfico desta zona a região entre Carmo e Itaocára.

b)—ZONA DAS TERRAS MÉDIAS—Compreende os territórios da Bacia do Paraíba, formados pelos vales montanhosos do interior. Esta zona varia entre 200 a 550 metros de altitude. E' nesta zona que o índice termico é comparavel ao do platô do Yemen—e compreende-se facilmente a importância que desta particularidade decorre.

c)—ZONAS DAS TERRAS FRIAS—Estão as serras desta zona geográficamente colocadas quasi todas dentro das terras médias (zona B) mas, ahí a altitude intervem como modificador do indice termico. Estas terras de temperatura baixa compreendem os espigões da serra, as partes mais altas ou mesnos isoladas das duas cordilheiras. Localiza-se principalmente nesta região revolta e florestosa, em que se compreendem grande parte dos atuais municípios de Terezopolis, Petropolis, Friburgo e certas porções mais agréstes de Madalena.

No platô paraibano, *optimum* biológico do cafeeiro se encontra propriamente na sua zona média ou zona B. E' aí que êle atinge o maximo de seu ciclo vegetativo e da sua capacidade produtiva. Nesta zona é que se encontra a nossa região propriamente cafeeira. E' nela que o cultivo do cafeeiro se faz cultura dominante. O centro econômico do Rio de Janeiro, na época em que êle tinha a hegemonia do café, se fixou ahí.

Nas duas outras zonas—a das "terras baixas" e das "terras frias"—o café tambem viceja e floresce mas, em condições menos favoráveis no ponto de vista biológico e, portanto, no ponto de vista econômico e comercial.

Realmente, nas "terras baixas" (zona A), com pequenas exceções de certos distritos menos isolados, e portanto, mais frios, o cafeeiro apresenta um indice de produtividade muito baixo. Demais, o grão não possui as qualidades morfológicas e quimicas do grão do cafeeiro cultivado na zona b (das terras médias): fórma o tipo do café, que outróra se chamava "café capitânia" e que é considerado café comercialmente inferior. Daí, os terrenos desta zona serem pouco procurados pelos cultivadores do café—daí as instalações agricolas desta zona não ostentarem a extensão de importância econômica das da zona das terras médias, que é a do *optimum*.

Nas terras da zona C, as condições climáticas são demasiadamente duras, e o cafeeiro se resente da humidade, e do frio excessivo que há nelas. Em algumas mesmo, não conseguem

vingar, como acontece em grande porção da região mais alpestre de Petrópolis, Therezópolis e Friburgo.

Nas terras da zona C, o cafeeiro com efeito, floresce tardiamente, o grão é, como o das terras baixas (zona A), de qualidade pouco apreciada e do tipo tambem comercialmente inferior. Eis porque, na expansão da cultura cafeeira, as terras desta zona fria são as ultimas a serem exploradas. O lavrador só levou a elas as suas culturas, quando já ocupadas as terras opimas da zona B e mesmo da zona A.

Estas terras frias são, em regra do modelado revoltado, de facil alcantilado e difficil accessibilidade. Dahi as instalações agricolas nelas fundadas não serem das mais lucrativas. O quadro das grandes culturas cafeiras, com as suas infinitas "repercussões", não póde ser encontrado ali.

Nem sempre estas zonas se discriminam de uma maneira nitida, inconfundível. Há entre elas, intromissões ou superposições, devidas a particularidades e irregularidades do próprio relevo geográfico, combinados com o regime da insolação, das chuvas e dos ventos.

E' assim que encontramos o *optimum* da zona media (zona B) em alguns distritos da zona baixa (zona A), tais como certos costões "noruegas" da região entre o Rio Negro e o Parahiba. Daí o constituirem-se ahí pequenos focos de cultura cafeeira em condições de prosperidade comparaveis aos grandes centros da zona B, isto é, dos vales altos do Paraíba, e seus afluentes.

Como é natural, o cultivador do cafeeiro procura sempre localizar as suas culturas nas terras do *optimum* biológico—e essa tendencia o leva a adaptações curiosas, em que se vê mais uma vez o "controle do meio geográfico", do Price.

Em qualquer das tres zonas, há realmente, duas categorias de terras: há terras "soalheiras" e terras "noruegas", classificadas conforme o seu grão de insolação. Em umas e outras varia muito a intensidade da exposição solar—e para uma planta exigente como o cafeeiro êste fáto é importante:

"A indicação das terras cafeeiras—diz Del-den Laerne—ou para E'ste ou para o Oeste exerce uma grande influência sobre o êxito das grandes plantações". (8).

Daí, devido a particularidades da inclinação e insolação, a possibilidade de uma ampliação do limite inferior e superior da área do *optimum* biológico.

Nas "terras baixas", como, por exemplo, as do sector entre o Rio Negro Paraíba, é possível fazer descer os limites deste *optimum* até 130 metros de altitude—e para isto basta que se tenha o cuidado de localizar as culturas nas encostas "noruegas" do domínio.

Nas "terras frias", ao contrario, a adaptação cultural é outra—e são já os terrenos "soalheiros" do dominio, e não os "noruegas", os procurados para a localização das culturas. E' o que vemos em certas porções mais altas de Madalena ou Santa Tereza, em que aparecem culturas frutuozas, localizadas em altitude aproximadamente de 700 metros. Estamos, evi-

dentemente numa ampliação do limite superior do *optimum* biológico, que, normalmente, não vai além de 550 metros, na região fluminense.

Contudo, 700 metros parece ser o limite máximo, na região do Rio de Janeiro, da exploração econômica do cafeeiro. Para cima desta altitude nem mesmo nas encostas mais "soalheiras" é possível qualquer exploração lucrativa. Por isso, nas zonas mais caracteristicamente alpestres da serra do Mar, cuja altitude é superior a 700 metros, como as de Petropolis e Friburgo, os cafesais desaparecem completamente.

Estas são, em sintese, as condições climaticas que regulam a distribuição geográfica e econômica da cultura do cafeeiro na região do Rio de Janeiro.

Partindo inicialmente da planície o cafeeiro cedo a abandona—e galga rapido a montanha. O sentido da sua marcha, atravez o território iluminense é, como se vê, o da busca do seu

optimum biológico. Ora, este *optimum* biológico se encontra nos altiplanos do interior formados pelo vale do Paraíba e serranias que o circundam. Daí esta vasta zona da serra tornar-se, desde cedo, o centro de toda a nossa atividade cafeeira no seculo XIX. Pode-se avançar mesmo que, durante o Império, foi ela o centro de toda a riqueza nacional.

-
- (1) Couto Reys — Descrição geográfica politica e corográfica do Distrito dos Campos Goytacás. 1785.
 - (2) Couto Reys — Ob. cit. pags. 258-9.
 - (3) Couto Reys — Ob. cit. pag. 262.
 - (4) Porto Alegre. . .
 - (5) Oliveira Viana — Populações Meridionaes, pag.
 - (6) Porto Alegre — Monographia sobre o café. Rio 1877, pag. 30.
 - (7) Delden Laérne — "La culture du café". Paris, 1885, pag. 251.
 - (8) — Delden Laérne — Ob. cit. pag. 231.

O café nas relações comerciais dos Estados Unidos com o Brasil

KARL A. BICKEL

As relações comerciais entre os Estados Unidos e o Brasil tendo por principal base a importação do café, parecem ter entrado recentemente num período de maior tranquilidade, especialmente depois que os funcionários dos consulados brasileiros, neste país e os representantes do Instituto de Defesa Permanente do Café explicaram claramente á opinião pública americana os objetivos desse instituto.

Quando esse organismo entrou a funcionar, houve nos Estados Unidos certa reação, resultando a opposição natural dos norte americanos a qualquer plano que signifique manipulação de preço de um genero tão importante como o café na vida do povo dos Estados Unidos. A política das valorizações de produtos feita com a intervenção artificial dos governos nos mercados, que a Inglaterra está sendo agora acusada de praticar com relação á borracha,

encontrou sempre na America do Norte severa opposição em todos os circulos, por acreditar-se que o comércio necessita da mais ampla liberdade para processar-se naturalmente.

Sem dúvida, os objetivos do Instituto de Defesa Permanente do Café de S. Paulo foram mal interpretados aquí, porém, os mal entendidos sobre as finalidades do Instituto estão agora evidentemente esclarecidos, graças ás explicações dadas pelas autoridades consulares brasileiras e representantes do Instituto e as relações comerciais entre as duas grandes repúblicas continuam firmes.

Os americanos não cessam de beber todas as manhãs a sua xícara de café, pagando por ela um preço que não alarma as donas de casa. Essa será sempre a melhor garantia de que se manterão sempre boas as relações comerciais dos Estados Unidos com o Brasil.

Martinho Prado Junior

Entre as figuras que, de 1860 a 1863, se distinguiram nos debates veementes que se travaram, então, na Faculdade de Direito de São Paulo, um dos mais exaltados propugnadores das doutrinas liberais era Martinho Prado Junior. Esse moço, pertencente a ilustre família paulista e descendente, em linha direta, de autênticos e valorosos bandeirantes longe de comprazer-se nas comodidades que lhe ofereciam a sua alta situação social e os seus abundantes recursos, fez-se, desde cedo, advogado das idéas democráticas destacando-se pelo calor com que as defendia em discursos, conferências e outros atos públicos.

Ao declarar-se a guerra entre o Brasil e o Paraguai, êle se alistou imediatamente como voluntário seguindo para o campo da luta, no posto de tenente. Mas o seu precário estado de saúde não lhe permitiu permanecer no teatro das operações até a vitória definitiva das armas brasileiras. E, de volta, com o espirito mais amadurecido, a experiência e o senso pratico desenvolvidos, renunciou ao cargo de promotor público que ocupava ao partir, para dedicar-se á lavoura.

Quando completára 33 anos, seu pai, o dr. Martinho da Silva Prado, lhe confiou três fazendas de café de sua propriedade situadas no município de Araras. Ahi permaneceu vários anos, revolucionando a sua região com a sua grande atividade e exercendo todas as funções públicas da localidade. Dentro de algum tempo, a sua influência pessoal e o seu trabalho conseguiram elevar Araras á categoria de vila. Entretanto, sua intensa atividade agrícola não o impedia de continuar o mesmo lidador da causa democrática. Seus dotes excepcionais de orador, que sempre lhe valeram entusiasticos aplausos e conquistaram para suas idéas numerosos adeptos, puzeram-se a serviço do ideal republicano. E, quando, a 15 de novembro de 1889, tombou o velho regime, foi Martinho Prado Junior eleito deputado á Assembléa Constituinte, pelo voto de todos os partidos, obtendo 560 sufrágios, muito embora seus próprios correligionários não lhe pudessem dar mais de 160.

Muito antes disso, porém, já êle se batera pela libertação dos escravos. Apesar de depender diretamente do elemento servil, na atividade agrícola a que se entregára febrilmente, o seu idealismo não se conformava com as condições de trabalho existentes entre nós, áquele tempo. Assim, fez-se um dos mais ardentes propagandistas da abolição. Ao seu esforço, á sua iniciativa pessoal é á sua tenacidade deve-se uma das medidas de maior alcance no sentido da libertação dos escravos:— a lei que criou o imposto sobre o trafico inter-provincial dos cativos. Essa iniciativa concorreu, realmente, de um modo muito eficaz, para que a lavoura, nacional deixasse de ficar na dependência total do braço servil e para que os fazendeiros compreendessem a necessi-

dade de procurar a mão de obra fóra das senzalas.

Mas ao mesmo tempo em que se empenhava na propaganda abolicionista, Martinho Prado Junior não se descuidava de provêr á eventual carência de braços, que seria a consequência natural do exito daquela propaganda. O senso preciso que tinha da realidade nacional nunca permitiu que as ideologias liberais lhe perturbassem a ação pública, inclinando-o para a esterilidade da demagogia sentimental. Quando se batia pela abolição, não o animava apenas o proposito lirico de vêr romperem-se as cadeias que subjugavam uma raça e de contemplar a alegoria da igualdade de todos os brasileiros. Fazia-o tanto por considerar odiosa e anacrônica a instituição do trabalho escravo quanto por se achar convencido de que outro elemento poderia substituir, com vantagem para a nossa lavoura, o braço servil. A introdução de imigrantes europeus teve nêle um dos seus mais convencidos e denodados propulsores.

Foi, em verdade, Martinho Prado Junior quem fundou a "Sociedade de Imigração", com o apoio poderoso do conde de Parnaíba, então presidente da Província de S. Paulo, do conde de Itú, do conde de Tres Rios, do vinconde do Pinhal, do barão de Tatui, do barão de Melo e Oliveira, do barão de Piracicaba, do dr. Nicoláo de Souza Queiroz, do dr. Raphael Aguiar Pais de Barros, do dr. Augusto de Souza Queiroz, do dr. José de Souza Queiroz, Joaquim da Cunha Bueno, dr. Elias Pacheco e Chaves, do coronel Antonio Leme da Fonseca, Jorge Tibiriçá, Antonio Pais de Barros, Benedicto Augusto Vieira Barbosa, dr. Augusto Cincinato de Almeida Lima, dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, Antonio de Souza Queiroz e dr. Francisco Aguiar de Barros. Aquela sociedade, fundada pela iniciativa de personalidades tão ilustres e influentes e favorecida pelo então ministro da Agricultura, o conselheiro Antonio Prado, exerceu um papel consideravel e até mesmo decisivo no desenvolvimento de São Paulo. E Martinho Prado Junior foi sempre á frente da aludida sociedade, um dos mais energicos e inteligentes campeões da introdução do braço estrangeiro na lavoura paulista, ocupando-se pessoalmente com todos os problemas ligados á imigração, chegando a exercer, na própria Italia, atividade bastante intensa com aquele objetivo. O resultado de sua dedicação não se faz esperar muito tempo, e é esse estupendo desenvolvimento alcançado por São Paulo.

A zona de Ribeirão Preto foi particularmente beneficiada pela iniciativa de Martinho Prado Junior, que lhe dedicava o seu maior carinho. Nessa região, que êle conheceu coberta de extensas matas virgens e onde apenas se criavam porcos e gado vacum, em pequena escala, êle foi o pioneiro da lavoura do café, que hoje se eleva ali a mais de trinta milhões de pés. Fundou e formou a fazenda "Albertina", com

cerca de um milhão de pés de café; de sociedade com sua illustre mãe, d. Veridiana Prado, e com um irmão, o conselheiro Antonio Prado abriu a grande fazenda "São Martinho", que, com sua extensão de terras e cafezais (cerca de tres milhões e quinhentos mil pés), constitue, ainda hoje, o maior blóco de cafezais existente em uma só propriedade. Por último, formou a grande fazenda "Guatapará", com seis mil e trezentos alqueires de terra e cerca de um milhão e oitocentos mil pés. Essa fazenda pertence ainda a seus herdeiros, e, apesar de ter sido aberta ha mais de quarenta anos, merece, até hoje, a admiração de todos, pelo acerto e a intelligência que presidiram á escolha das terras, pela formação do cafezal, a organização

dos serviços, a divisão da lavoura em talhões uniformes, para a sua facil fiscalização e contagem, assim como pelo aproveitamento racional das aguas do cafezal: estas, graças a um vasto sistema de canais, transportam quasi todo o café da roça aos lavadores e separadores, dahi os distribuindo, automaticamente aos esplendidos terreiros, e, pelo aproveitamento do declive natural do terreno, conseguem transporta-lo ás tulhas e maquinas de onde, beneficiado e ensacado, o produto é levado directamente aos vagões da estrada de ferro, por um tubo.

Sem a menção de Martinho Prado Junior, não se poderia escrever a história da cultura do café no Brasil.

O martirio do café

PAULO PRADO

RIO, setembro de 1927—Nos primeiros anos do século XVIII o jesuíta Andreoni—sob o pseudônimo de Antonil—descreveu numa página clássica “o que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil”. Enumera o padre todos esses sofrimentos, desde o instante de plantar-se até chegar às mesas “e passar então os dentes e sepultar-se no estomago dos que comem, levando uma vida de tantos martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem”.

Como o do seu irmão, não é menos cruel e lastimável o martírio do café. Teve a princípio, na evolução e desenvolvimento do país, uma missão, para assim dizer, messiânica. Com o índio, a prata, o ouro, as pedras preciosas, o gado,—o café atraiu como imã os pioneiros para o interior profundo do território. Como se diz na gíria de hoje, foi também um bandeirante. Período idílico e heroico. Penetrou e desbravou as matas da orla atlântica, subiu o curso dos rios, alcançou as colinas do planalto paulista, e ainda nesses dias, desvenda e povoa imensas regiões de sertão brabo. Aliou-se neste começo ao negro: o café é o negro, dizia-se. O fazendeiro fechou-se no círculo vicioso de que já falava Saint-Hilaire: comprava escravos para cultivar mais terras, adquiria terras para comprar mais negros. A escravidão, feita a abolição, proclamada a República, suavizada pelo imigrante a substituição do braço escravo, e favorecido pela ilusão do câmbio baixo, o café conheceu um período aureo que durou alguns anos. O ritmo faraônico das vacas magras devia naturalmente suceder a essa propriedade. Na própria riqueza do produto ia encontrar-se a causa do seu mal: as plantações estenderam-se a perder de vista pelas terras roxas do Oeste de São Paulo, para onde afluía a multidão dos fazendeiros improvisados, remanescentes do encilhamento ou refugiados das cidades mortas e propriedades axaustas do vale do Paraíba, *Ruah* igual ao que descobriu os veios auríferos e os diamantes das Minas Gerais, de Cuiabá e de Goyaz. Repetia-se o mesmo fenômeno, com as mesmas características; ansia de enriquecimento, iniciativa corajosa, imprevidência. Veiu, assim, a crise. Uma safra monstro, já em franco declínio de preços, ameaçou de morte a indústria cafeeira. Os mercados, prevendo uma oferta exagerada, retraíram-se e reduziram as ordens de compra. Era catastrophe iminente, a ruína de milhares de fazendeiros. Foi quando o governo paulista, pela primeira vez, se interessou pela sorte do café. Ideou-se uma intervenção oficial e deu-se-lhe um nome novo: valorização. Começava o martírio.

Os exíguos recursos de que dispunha o governo tornaram indispensável o apoio financeiro da União: a Caixa da Conversão completou o auxílio permitindo, sem alta ruínosa do câmbio, a importação dos grandes capitais de que necessitava o plano valorizador. Este

foi executado em larga escala. O governo de São Paulo chegou a possuir mais de 11 milhões de sacas, cuja liquidação se fez aos poucos, em 10 anos, com todas as cautelas. Indubitavelmente, nesse momento, a intervenção oficial salvou a situação originada pelo excesso de produção. Os preços não subiram, como se esperava, mas não baixaram às cotações ínfimas que previam os pessimistas. Os gastos da operação foram colossais: pagou-os o próprio café com a criação de uma sobretaxa especial de 3 e depois de 5 francos por saca exportada. Em 20 anos, de 1906 a 1926, rendeu esse imposto 900.198.000 francos, cerca de um bilhão de francos, de francos-ouro durante mais de 12 anos.

A valorização de 1906 extinguiu-se: o café pagou todas as despesas. O imposto, porém, ficou.

Outras valorizações oficiais se sucederam, com maior ou menor êxito. Uma chegou a proporcionar ao Estado e à União um lucro partilhado de 120.000 contos. Outras foram méras intervenções passageiras em mercados frouxos, com tendência para maior baixa. O café continuava a pagar. Quando as próprias condições técnicas dificultavam a alta forçada, o câmbio prestava-se à aparência ilusória dos altos preços em papel desvalorizado. Velho sistema que o Brasil conhece desde os tempos coloniais, quando no século XVII se valorizava o açúcar com a quebra da moeda. Por essa época, no socegado ocaso de sua vida quasi secular, escrevia da Baía o padre Antonio Vieira: “em um dia computado o que se tinha e o que se perdeu tinha nove quem se achou somente com cinco”...

Esgotado o recurso do câmbio, surgiu o projeto de um instituto de defesa permanente do café, ou que melhor nome tenha. Declarou-se resolvida a crise, todas as crises. Como era preciso salvar a lavoura, imaginou-se logo a criação de um novo tributo, o de 1\$000 réis, ouro, por saca remetida para Santos.

O café pagava, pagava, pagava. Paga.

Até junho, deste ano, o novo imposto forneceu ao Instituto a importância de 61.000 contos, não contando o café ainda armazenado nos Reguladores. Com essa garantia, o estrangeiro nos emprestou 10 milhões de libras, que se converteram em 200.000 contos, mas que já valem cerca de 420.000 pela desvalorização da moeda. Um pequeno prejuízo, para começar, de 120.000 contos e que, afinal, terá de pagar o fazendeiro, que é sempre a vítima.

O plano valorizador é simples como a luz do dia. O café colhido não é exportado. Fica por 9, 10 ou 12 meses depositado em armazéns, no interior ou na capital do Estado, á espera que lhe chegue a vez da remessa para o ponto de embarque. Ahi o stock se reduz a um mínimo que tolhe o movimento regular da oferta e da procura. O consumidor, não tendo café para comprar, nos apuros do seu comércio, sóbe o preço das ofertas. Não ha transa-

ções efetivadas, ou então se negocia em escala diminuta e o café está valorizado... nos boletins oficiais. O custo desta encenação é pago como de direito pelo fazendeiro. Paga os armazens, para as despesas do Instituto, paga os elogios encomendados, paga os prejuízos das manipulações do mercado, paga os juros e amortizações do empréstimo de 10 milhões, para que lhe dê dinheiro levantado em Londres com garantia que ele proprio fornece.

O Instituto, economicamente falando e como tem funcionado até agora, é um aparelho indefensável. O plano de limitar as entradas, para reduzir a oferta, é uma velha idéa que, realizada passageiramente, tem dado bons resultados. Não deve, porém, nem pôde ser uma medida permanente, ou então será necessária uma organização de credito agrícola, que só agora se inicia, fornecendo rápidos e abundantes recursos aos produtores para os cafés imobilizados. O stock do interior subirá, facilmente, este ano, a 10 milhões de sacas, representando mais de 600.000 contos desenholsados, efetivamente, pelo lavrador, no preparo e beneficio do café. Quem lhe dará esse dinheiro? O Instituto possui, do empréstimo primitivo, um crédito, transferido agora para o Banco do Estado, de cerca de 220.000 contos. Parece que esta quantia está depositada em outros estabelecimentos bancários a prazo fixo. Retirar dahi, se possível, soma tão avultada, nas atuais circunstâncias, provocaria ainda maiores dificuldades para a vida econômica e financeira do Estado e do país. Resolveu-se essa situação premente com um novo empréstimo a prazo curto e juros altos. Dará para as mais urgentes necessidades, e Deus queira não venha criar outro impôsto.

Dirão os defensores do Instituto que os preços subiram, e que se vende café hoje a 30\$000 a arroba, quando já vimos cotações abaixo de 10\$000. Mas que cafés se vendem por esse preço? Os que foram realmente produzidos, colhidos e armazenados, ou apenas essa reduzida percentagem da safra que está nos portos de exportação? O caso dos preços da atual valorização é curioso. Em primeiro logar, o valor do genero em ouro, baixou desde que opera o Instituto: o typo 4 em Nova York valia, em março de 1925, 26 cents.; vale hoje 15 cents.

Esta baixa não é sensível nas cotações daqui, pela queda do cambio. No interior tem havido dois preços: o da valorização, que é o do café que se não vende, e o preço que o torrador americano vem pagar no Brasil, passando por cima do nosso comércio exportador e que, na realidade, representa 20 ou 30% menos do que as cotações oficiais. Em Santos não se sabe bem o que vale o café; foi agora preciso um acôrdo especial para harmonizar os preços do govêrno, os da Bolsa, os da Associação Commercial. Nestas condições, qual é o valor exáto da mercadoria? E' difícil responder. A única coisa certa é o imposto. Quando todo o aparelho se desmontar, por abandono ou pela força das leis econômicas, só ficará o imposto. Para sempre.

Entretanto, para o café, continúa o martírio. Além das taxas e sobretaxas acima referidas,

tem êle contribuido, nestes ultimos 20 anos, para os orçamentos do Estado de São Paulo, com a quantia formidavelde *um milhão de contos*, importância fornecida pelo absurdo imposto de exportação. Em compensação, que tem feito o poder publico para beneficiar o nosso produto? Não resolveu nenhum dos problemas atinentes á questão do café? Estacou a corrente imigratória que fornecia braços ás lavouras; pouco cuidou dos estudos agrícolas indispensáveis a uma cultura inteligente; não conseguiu baratear os fretes sendo as emprêsas officiais as de transporte mais caro; nunca se occupou a sério do crédito agrícola: despresou, salvo um ou outro esforço intermitente, com recursos insuficientes, qualquer plano de propaganda; combateu, por temor de perigos políticos a organização de associações de lavradores, base da prosperidade dos grandes países agrícolas; nunca cogitou de promover a melhoria dos nossos tipos; mandou fechar, para assim dizer, a Bolsa de Santos; converteu num deserto a poderosa praça deste mercado, orgulho do comércio nacional.

Parece, afinal, arrepende-se dos erros cometidos. Estamos, porém, na República da camaradagem e da irresponsabilidade. Condenar, de todo, o passado, poderia melindrar os amigos responsáveis. Vamos corrigir o mal feito, com elogios aos seus causadores. Esse mal é inegável. A propria situação actual, de emergência, confirma o desastre possível. Citemos, de passagem, um resultado inquietador; a nossa percentagem na produção mundial do café que era, antes da guerra, de 70% já baixo na 62%...

Não está entretanto, completo o martirologio. A malicia dos governos convem ajuntar os perigos e sofrimentos do fazendeiro, mourejando na sua fazenda. Geadas, sóes abraçadores, ventos frios que cretam as flores, terras cansadas que pedem adubos, pragas daninhas como a grama e a tiririca, formigas devastadoras, salarios cada vez mais altos pela falta de braços e carestia da vida, a brôca que a ineptia administrativa deixou implantar, e —colhido o café,—os impostos municipais, as taxas de viação, os fretes excessivos, as comissões dos intermediários, os sacos, os juros dos agiotas. Chegado ao porto, recomeçam novas despesas; carreto, ensaques, descargas, pesagens, empilhações, marcações, estampilhas, corretagem, faturas consulares, novas comissões e mil outros gastos miúdos.

Até quando percorreremos essa via sacra? E' impossivel prever. O trambulhão fatal pôde surgir, numa curva inesperada do caminho, amanhã, daqui a duas semanas, daqui a dois meses ou daqui a dois anos. Será o resultado de uma politica que já se qualificou de "economia destrutiva".

Quem escreve estas linhas não pertence á Academia Brasileira de Letras do café. E' um simples produtor, comissário e exportador. Só sabe plantar, colher, vender e embarcar o seu produto. E' nessa multipla qualidade que assiste com angustia, ao martírio do café, que, perseguido, supertaxado, vilipendiado, poderá fazer um dia o que já fez o anil e está fazendo a borracha. Mudar de terra.

A influência do café na economia e nas finanças nacionais

RAMALHO ORTIGÃO

As nações, como os individuos, têm particularidades adstritas á natureza do seu organismo, da sua capacidade de trabalho e produção, dos elementos decorrentes do seu sólo e do seu clima, que lhes dão sobre as demais, concorrentes ao movimento do comércio internacional, superioridade incontestável e inevitável.

Isto ocorre quanto a produção da industria fabril, em que o espirito inventivo, a actividade física e intellectual, a iniciativa e o gosto dos fabricantes, aliando-se ás boas condições económicas e financeiras do momento e do meio, permitem fornecer um ou muitos artigos em base de quantidade, qualidade, preço e utilidade tais, que nenhum outro país possa estabelecer competição efetiva e duravel.

Mas isto ocorre também quanto aos productos da agricultura e da industria extrativa, quando existem, em referênciã a certos generos de consumo, ou determinadas materias primas, condições naturais de produtividade e custo de produção, ás vezes também favorecidas e ainda mais desenvolvidas pela facilidade, o preço, a abundância e a rapidez dos meios de transporte, assim como igualmente pela eficiência dos aparelhos de credito, tão vantajosas, que, um ou alguns desses productos assumem privilégio natural de que o não pôde despojar a ação da concorrência de outros países; mas que, por outro lado, é bem difficil sustentar, não só perante a luta sem treguas que lhe movem os sucedaneos naturais e artificiais de toda especie perante também a circunstância de que, em materia económica, tais diferenças de situação, natural ou provocada e sustentada, tendem a decrescer e desaparecer, neutralisados os elementos que as originam e favorecem, por outros que, até espontaneamente, se lhes opõem na evolução continua do esforço pela vida e pelo progresso.

Quando uma nação se encontra no gozo d'este privilégio, o seu zêlo ha de sem duvida apurar-se no sentido de não o perder, tendo nêla a fonte principal dos recursos financeiros, e até monetários, com que conta para o equilibrio do seu comércio exterior e, consequentemente, do seu balanço de pagamentos internacionais.

E' o caso, tipicamente, no Brasil, da produção e do comércio do café; como ja foi, e tem deixado de ser, da extração e do comércio da borracha.

A produção e o comércio do café, exercidos em regime de liberdade económica, desenvolveram-se rapida e progressivamente não tardando êste produto a ter o primeiro lugar na estatística de exportação, tanto em quantidade como em valor. E o desenvolvimento acentuou-se ainda mais, desde que ao escravo succedeu o trabalho livre do colono nacional, associado ao do imigrante estrangeiro.

Em 1800 o Brasil tinha exportado apenas 13 sacas de café; em 1808 exportou 8.000 sacas; em 1818 a estatística acusa 66.000 sacas; em 1820 êste total se eleva a 97.000 sacas e em 1830 atinge 484.000 sacas.

Dahi em deante, ainda mais se acentua o crescimento da riqueza que êste grande produto representa: em 1840 a nossa exportação já se expressa em 1.308.000 sacas; em 1860 é de 2.825.000 sacas; em 1880 atinge 3.463.000 sacas e em 1889, quando acaba de abolir-se a escravidão e se proclama a Republica, o total da exportação sobe a 5.585.500 sacas de café.

Dez anos depois, em 1899, registra-se outro total, já consideravel, de 9.858.500 sacas, que, mais dois anos decorridos, em 1901 é de 14.386.000 sacas e culmina em 1907 com 15.389.000 sacas.

E' a fase em que se fez o Convenio de Taubaté, dando inicio aos processos de intervenção e valorização, sucessivamente adotados.

Em 1915 a nossa exportação de café sóbe a 17.061.000 sacas; mas retrocede e, nos ultimos onze anos, até 1926, o total varia entre o minimo de 7.433.000 sacas em 1918, até o maximo de 14.465.500 sacas em 1923.

Se, em seguida á quantidade apreciarmos o valor do café exportado, veremos que, no quinquenio decorrido de 1839 a 1844, êste genero produziu, em média anual 18.612:000\$; no de 1849 a 1854 produziu 31.127:000\$000; no de 1859 a 1864 deu 61.844:000\$000; no de 1869 a 1874 o rendimento elevou-se a 91.625:000\$000; e no de 1879 a 1884 atingiu a 121.974:000\$000.

Evidencia-se nestes termos que durante 45 anos decorridos de 1839 a 1884, a riqueza exportada do Brasil, em café aumentou sucessivamente na razão de 1 para 6. Mas é preciso não esquecer que esta conclusão não é absoluta, desde que os valores da estatística que vimos de compulsar se enunciam em papel cuja força aquisitiva foi inevitavelmente variável em tão longo espaço de tempo.

A partir da época em que se organizou a Estatística Commercial, e os valores do nosso comércio exterior passaram a ser registrados também em moeda esterlina, êsse inconveniente cessou, podendo então fazer-se o mesmo estudo sobre a base de moeda mais estável como incontestavelmente é a espécie ouro.

Assim, o valor apurado pelo café exportado em 1902 tendo sido expresso em 180.686:000\$, ouro, verifica-se, cinco anos depois, que a receita obtida em 1907 foi de 253.858:000\$000, ouro; e decorrido outro quinquenio, a realizada em 1912 eleva-se a 413.849:000\$000, ouro. A progressão em que aumentou o rendimento é pois, expressa na razão de 1 para 2 $\frac{1}{4}$ em dez anos e corresponde á de 1 para 10 no prazo de 45 anos acima considerado.



RUÍNAS DE UM GRANDE ARMAZEM DE CAFÉ,
EM PORTO DAS CAIXAS

*(Ilustração do natural, a sépia, pelo
professor H. Cavalleiro)*

No quinquenio subsequente, entretanto, a receita resultante do café exportado declinou consideravelmente apurando-se em 1917 o total de 204.904:000\$000, ouro; mas tornou a elevar-se de tal modo que, outro quinquenio decorrido, era expresso em 1922, em réis 393.223:000\$000, ouro, e em 1925 atingiu a 657.996:000\$000, ouro.

Em 23 anos, portanto, contados de 1902 a 1925, o aumento da riqueza exportada em café operou-se na razão de 1 para 3 $\frac{1}{2}$, correspondendo mais ou menos á de 1 para 6, que observamos nos 45 anos que primeiro apreciamos.

Este importante fator da nossa exportação, que cresce sempre e cada vez mais avulta no conjunto de que faz parte principal, contribue, só elle, com três quartas partes da receita anual com que o comércio exterior concorre á formação do ativo do nosso balanço de pagamentos no estrangeiro. Assim é que, no total de £ 95.972.000 que em 1926 resultou da venda dos nossos artigos exportados, o café forneceu £ 69.582.000, ou 74 %, enquanto aos demais, englobadamente, couberam £ 24.390.000, ou 26 %.

Não pôde haver a menor duvida, em tais condições que o café representa o mais saliente e importante papel no mecanismo das finanças públicas do Brasil, exercendo uma dupla função, direta e indireta, como padrão que é, de láto, como regulador da situação económica e das circunstâncias monetárias e cambiais, em cada momento.

No exercicio da sua função direta, o café constitue a fonte principal de onde dimanam os maiores recursos orçamentários dos três Estados que mais amplamente o produzem.

São Paulo, com todos os demais produtos da sua pujante agricultura e os numerosos artigos manufacturados das suas grandes e adelantadas indústrias fabris, com os outros produtos que, além disso, lhe fornecem as indústrias extrativas; tendo um orçamento organizado em condições de se poder comparar com os de países autonomos; disposto assim de meios, já em vista dessa extensa e variada serie de elementos, já devido a conhecida competência dos seus estadistas dirigentes—ainda tem nos direitos de exportação uma das bases da sua receita orçamentária; e a maior parte da arrecadação desse imposto é fornecida pelo café.

Além dos direitos de exportação, que, no exercicio de 1925, produziram 118.764:608\$600 há a taxa especial de cinco francos por saca de café exportado, cuja renda foi de 13.776:378\$800. Temos, pois, um total de 132.540:987\$400, ou 37 $\frac{1}{2}$ %, com que esta fonte concorreu para o total de 353.270:987\$000, da receita geral do Estado.

Minas Gerais, com os grandes e vários produtos agrícolas, rurais e extrativos que caracterizam suas importantes fontes de produção, com os valiosos artigos manufacturados em suas fábricas, ainda menos que São Paulo tem podido prescindir do concurso que lhe prestam, na organização dos orçamentos publicos, os direitos de exportação. Efetivamente, para formar a receita expressa em réis 134.347:410\$ no orçamento de 1926, entraram os direitos de

exportação com 52.139:535\$000, ou 39 %, de que só o café, forneceu réis 35.219:213\$000, e a taxa de 1\$000 por saca de café exportado produziu 11.455:244\$000, cerca de mais 1 % perfazendo assim 40 %.

O Estado do Rio de Janeiro, porque não possui os grandes e vários elementos de que dispõem os outros dois, com maioria de razão também não pôde dispensar o concurso dos direitos de exportação, que, em 1926, produziram o contingente de 17.817:076\$000, ou 55 $\frac{1}{2}$ por cento da sua receita orçamentária, ou total de 32.020:272\$000.

Exercendo a sua função indireta, é o café que principalmente abastece de letras para cobertura os nossos grandes mercados cambiais. Os bancos adquirindo essas letras, formam com elas o fundo com que se habilitam a fornecer os saques de que carecem o comércio e as indústrias para pagar as mercadorias, assim como as materias primas e os ingredientes que importam; saques de que também carecem as administrações públicas federal, estaduais e municipais, para solver compromissos financeiros no exterior.

Regulando desta fôrma o equilibrio cambial, que repercute imediatamente na estabilidade do valor do numerário circulante, o café, por fenomeno reflexo, interfere tambem no aparelho monetário, assim como na formação e na sustentação dos preços das utilidades, até as mais geralmente necessárias. Pode-se, pois, dizer sem receio de errar, que até das finanças particulares se torna assim instrumento de método e ordem êste importante e por ora insubstituível produto.

Justificada e, portanto, a intervenção do poder publico no sentido de impedir que o café, lançado a esmo nos mercados internos do país, sem a defesa natural dos aparelhos de crédito que não possuímos convenientemente organizados, oferecido em demasia na fase das colheitas e com deficiência quando as tulhas sofra grandes oscilações de preço, causando instabilidade e perturbação que não podem deixar de repercutir em toda a vida económica do país.

Mas não podemos deixar de reconhecer que a applicação dos processos denominados "valorização", ao passo que procura impedir os máos efeitos da desordem decorrente da falta de uma organização económica eficiente e necessária, pôde talvez dar logar tambem a resultados contrários, como seria o desanimo dos produtores de café, reduzindo propositalmente as plantações, em face da restrição da facultade de movimentarem o produto; ou o incitamento de outros países, acaso mais bem providos de capital e de crédito, a tornarem-se concorrentes neste genero de cultura em vista dos altos preços sustentados por efeito da resistência sistemática do Brasil.

O que, em todo caso não sofre contestação, é que, enquanto não se alargar o quadro da nossa produção e dos artigos com que concorreremos á exportação e o modo que o café passe a ser nela elemento menos essencial, êste grande produto é, e ainda será por muito tempo, o alicerce das finanças e da economia nacionais.

Transportes arcáicos

Certo esforço mental torna-se necessário para compreender a circulação das mercadorias na primeira metade do século 19. Então, como hoje, um dos problemas maiores da economia nacional era o dos transportes. Tão grande, que, salvo para o ouro e os diamantes cujo valor concentrado facilitava as remessas das longínquas minas do interior, a distância do litoral condênava ao abandono e ao descaso imensas zonas ferazes que só forneciam generos baratos.

Café e açúcar em grão menor, ainda permitiam certa internação das fazendas produtoras.

Mas cereais e coisas análogas ficavam no sertão e por muito tempo continuaram nossos patrios a justificar o conceito dos antigos cronistas, vivendo como carangueijos a arranharem a areia das praias.

O gado, também, caminhando por seu próprio pé, constituiria outra exceção. Acostumados, nos dias que correm, aos serviços ferro-viários, custa um pouco imaginar que se movessem tão grandes massas, ha menos de oitenta anos, com os escassos e rudimentares recursos, vindos ainda do periodo colonial.

E não era, no entanto, insignificante o vulto do escambo.

Só o Rio exportava café, até cercanias de 1830, e as quantidades já avultavam:

1818.	11.874.304 libras
1819.	8.600.548 »
1820.	14.910.240 »
1821.	16.861.892 »
1822.	24.318.304 »
1823.	29.599.168 »
1824.	36.688.673 »
1825.	29.291.664 »
1826.	41.600.000 »
1828.	58.871.360 »

A isto cumpre acrescentar o consumo interno de 65.000 sacos em 1819 e de 445.000 em 1828.

Não eram essas as unicas expedições. Rio, Santos, e Bahia mandavam açúcar. No primeiro desses pórtos, a mercadoria chegava em caixas de 50 arrobas, em caixotes de 20—25 arrobas, em barricas de 6 a 8 arrobas, e em sacos de 4½ arrobas. Do segundo, não ha detalhes, mas da Bahia se sabe que as caixas pesavam 40 arrobas.

As quantidades constam do resumo seguinte:

ANOS	RIO				SANTOS	BAÍA C. DE 40 (ARROBAS)
	C. DE 50 (ARROBAS)	C. DE 20-25 (ARROBAS)	BARRICAS DE 6-8 (ARROBAS)	SACCAS DE 4 1/2 (ARROBAS)	ARROBAS	
1819						29.775
1820						38.688
1821						48.814
1822						55.660
1823	24.185			10 a 12.000		10.272
1824				10 a 12.000	450.000	
1825	21.538	1.650		10 a 12.000	550.000	
1826	19.855	1.348		10 a 12.000	600.000	
1828	19.126	465	13.867	10 a 12.000		

Rio ainda embarcava peles e tabaco.

ANOS	PELES	TABACO
		EM ROLOS DE 75 LIBRAS
1823	273.540	26.896
1825	261.910	21.165
1828	284.178	27.064
1828	107.277	24.620

Rio e Baía tinham também um pequeno comércio externo de algodão:



ASPECTO DA CHEGADA DE TROPAS, CONDUZINDO CAFÉ, A UM GRANDE
ARMAZEM DA CIDADE DE MANHUASSÚ, E. DE MINAS.

(Ilustração do natural, a pena, pelo prof. H. Cavalleiro)

H. Cavalleiro



ANOS	RIO (Fardos de 128 libras)	BAHIA (Fardos de 150 libras)
1819.....	—	29.311
1820.....	—	41.708
1821.....	—	41.146
1822.....	—	34.720
1823.....	8.898	8.302
1825.....	3.401	—
1826.....	4.449	—
1828.....	2.440	—

A todas estas estatísticas citadas por R. Walsh, acrescentemos as quantidades consumidas no país, e veremos que as toneladas veiculadas não eram minguadas, para a época.

Si exceptuarmos o Reconcavo baiano, no qual a multiplicidade de rios navegáveis facilitava o emprego de verdadeiras esquadilhas de embarcações, o grande, quasi-único elemento de transporte utilizado foram os muáres.

Inumeras zonas mineiras, fluminenses, baianas, e paulistas, criavam mulas para transportes regionais. Não bastavam, contudo. Do sul, tanto do Rio Grande como da mesopotâmia entre Paraná e Uruguai, vinham tropas rio-grandenses e correntinas, afluindo a Sorocaba que era o mercado distribuidor.

Amansavam-se os animais ora para séla, ora para cangalha. Dos primeiros exigia-se muito: beleza de formas, isenção de qualquer defeito ou tara, andares e por vezes requintes de apuro de doma; aos segundos, mais numerosos, pedia-se menos: saúde, fortaleza e resistência.

Com as montadas, percursos diários de seis a sete leguas (nas regiões acidentadas do Brasil Central) poderiam fazer-se durante semanas a fio, não havendo descuido com o lombo e os cascos, geralmente ferrados, e com o forrageamento. Contrário, pois, do que se dá no Norte, onde o cavalo domina e corre mais ligeiro e desferrado; e ainda em opposição com o Sul, no qual, na coxilha, a andadura é mais veloz e os animais de muda são de regra.

Com os cargueiros, o escopo é outro. Não ultrapassam as marchas tres a quatro leguas por dia. O essencial é a resistência ao peso. Em geral de oito a dez arrobas de 15 kilos, excepcionalmente, doze. Organisar e conduzir um lote requer talento especial e grande prática para não inutilisar os animais quer por excesso de peso, pisaduras dos arreios ou esforços demasiados. Cumprir acertar com precisão a cangalha, equilibrar o conjunto, nem sempre simetricamente repartido, recorrendo para isto a varios artificios, alceando desigualmente as cargas, ou usando dos contrapesos, a que chamam "dobros"—ou ainda, com o "cambito ou arroxó", dando o "aperto" do lado conveniente.

Cada lote contava sete, nove ou onze bestas, os de sete eram mais comuns, na antiga provincia do Rio de Janeiro; os de nove, em geral, caracterisavam a tropa mineira; os de onze, a tropa goiana. O "arriero" usualmente, ia montado, e os camaradas a pé. Quando vários grupos se juntavam, costumava haver um capataz.

Cada grupo de muares tinha "madrinha", que é ou um cavalo ou uma besta mais segura, a servir de guia na marcha, e centro de reunião dos animais no apascentar noturno. Era habito velho dar-lhes arreios especiais, com fitas e panos vistosos, e mais guisos e muita pratária nas cabeçadas. Pouco a pouco, a disciplina se firma e espontaneamente o lote se arruma atraz da madrinha, na estrada, ou ao alcance do "cincerro", campainha que se lhe ata ao pescoço, ao serem soltos á tarde nos pastos para descanso e alimentação.

Aí, dão-se manifestações curiosas da economia naturista. Como na fazenda de gado, onde a vaidade e a competição residiam no numero de cabeças possuidas, na riqueza de alfaias das capelas e das joias financeiras; como na fazenda de cultura, onde sentimento igual se traduzia na extensão das terras e no numero de escravos; na tropa o ponto de honra e a superioridade se encontravam na uniformidade do pêlo dos animais, na igualdade de porte e de resistência das unidades componentes, nos ornatos dos arreios e especialmente dos da madrinha.

No conjunto dos sistemas de veiculação—carros de bois, barcos, muares—o tropeiro e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeo da tropa, seu dono era personagem de destaque. Não viajavam com seus animais: o capataz de confiança, escravo por vezes, guiava e cuidava dos lotes, enquanto o dono com uma "comitiva" escolhida de bestas de estimação, com numerosas mudas á destra, arreios faiscentes de pratária e mesmo com peças de ouro, partia dias ou semanas depois e, viajando mais rapidamente, ia alcançar os primeiros já proximo a seu destino final.

Nem sempre coincidiam os itinerários.

A tropa, aparelhada para viagem, no primeiro dia pouco marchava, apenas o suficiente para acertar as cargas e se colocar nas condições normais de seu trabalho. Do segundo dia em diante começava o ritmo constante que reinaria durante toda a expedição.

De madrugada, ia o camarada com o bernal de milho ou a cuia de sal buscar os animais no pasto, ou no "encosto" onde haviam sido soltos. Nas primeiras noites, para evitar que "puxassem para traz" pelo hábito de voltarem a suas querências, ficariam peados, quando o campo não fosse fechado ou seguro. No fim de dois ou tres dias, alongando-se a viagem, amadrinhavam-se em torno do "cincerro" e assim o campeiro via sua missão facilitada.

Tocados para o rancho ou, quando este não existisse ou já estivesse ocupado, para o acampamento improvisado na vespera, atavam-se os animais ás estacas, que se transportavam muitas vezes entre o couro da coberta e a sobrecarga. Raspados, amilhados, recebia cada qual sua cangalha e as cargas respectivas, metódicamente empilhadas na vespera, formando corredores e recintos fechados, "suadouros" para o ar para enxugarem do suor da marcha anterior, posta cada carga fronteira ao arreo respectivo, resguardado o conjunto contra as intemperies pela cobertura dos couros. Ao amanhecer do dia, a tropa estava arreiada e pronta. A camaradagem já tinha comido o feijão e tomado o café de coador preparado pelo cozinheiro. Um menino ou um tocador punha a madrinha na estrada e, a poder de gritos guturais, ordenava o séquito; aos recalcitrantes, com retumbantes golpes de arroxó no couro da cangalha, ou mesma uma varada nas ancas, reduzia á obediencia.

Caminhavam legua e meia ou duas leguas, na fresca da manhã. Na calma do meio dia, des-arrejavam á beira de uma aguada, para recomear o avanço de tardinha, até ás quatro ou cinco horas. E assim, durante semanas, percorriam de tres a quatro leguas por marcha.

Quando acontecia faltar agua no percurso, traziam-na em ôdres de couro, as "borrachas", e a distribuiam parcimoniosamente aos sedentos cargueiros, quando não preferiam viajar "de agua á agua", isto é, cruzando sem pausa o trecho árido.

Descarregavam á tarde o lote, sempre com o mesmo método. O cozinheiro, personagem importante, temperava o feijão que já vinha cozido e fazia a "janta"; fincava em algum esteio do rancho o "mancebo" com o coadouro, e esperavam, para comerem juntos, que os campeiros voltassem do pasto onde haviam deixado os animais. Caia a noite. Em torno do fogo, apareciam as violas ou as sanfonas, e davam largas á sua inspiração os cantadores, contemplativos, ingenuos, poetas natos das estradas sertanejas. Ao lado, o cozinheiro punha ao lume, na "trempe", o feijão do dia seguinte, e durante toda a noite o vigiava.

Essa, a vida monotona, invariável, de sol a sol, do pessoal da tropa. Durava mezes. Acidentes ou imprevisitos, quasi não havia. Travessias de rio. Atoleiros, onde animais afundavam. Intemperies. Uma ou outra discussão, que por vezes desfechava em tiro ou facada, e, no chapadão ou na mata, uma cruz tosca assinalava o tumulo da vitima que havia tombado.

Outra, a viagem do dono da tropa, do "tropeiro" propriamente dito.

Era um mensageiro da civilização. Era o homem que tinha ido á Córte, ou, pelo menos, a logares nos quais se tinha noticia do que se passava na Córte. Nêsse tempo em que raros jornais circulavam, sem assinaturas no interior, linhas postas seriam escassas, quando não inexistentes, a tradição oral no interior valia como meio quasi unico de contacto com os acontecimentos do litoral e do estrangeiro. Coisa muito semelhante ao papel que, na média idade desempenhavam mercadores ambulantes ou tropeiros.

Por êles, chegavam ao sertão longinquos rumores dos successos litorâneos, isto é, das alternativas politicas pelas quais tanto se interessavam, os chefetes regionais, dos preços das mercadorias a comprar e dos generos a vender. Por elas se faziam encomendas, não sendo das menos importantes as incumbências do elemento feminino das fazendas.

Por êses tempos, não havia bancos, nem meios de remessa de dinheiros sinão por "positivos", "proprios", portadorês ou mensageiros especiais. Ainda era o tropeiro, conhecido e abonado o intermediario normal para tais operações.

Por seu negocio e suas relações comerciais, tanto quanto pelo convívio social forçado, tinha de se aperfeiçoar constantemente. Novos meios, novos horizontes, intercambio em circulos sociais mutaveis, tudo agia como fomento para seu progresso continuo, auxiliadon e confirmando a superioridade psicologica que o tinha levado a trocar, por uma vida de intensa atividade e movimento incessante, a modorra da propriedade rural ou o quasi nenhum bulicio da existência nos arraiais. Tambem, em regra, pertencia á gente melhor da província; para compra das tropas, para registos e direção de sua industria, era conveniente possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados. Seleção profissional e social, portanto.

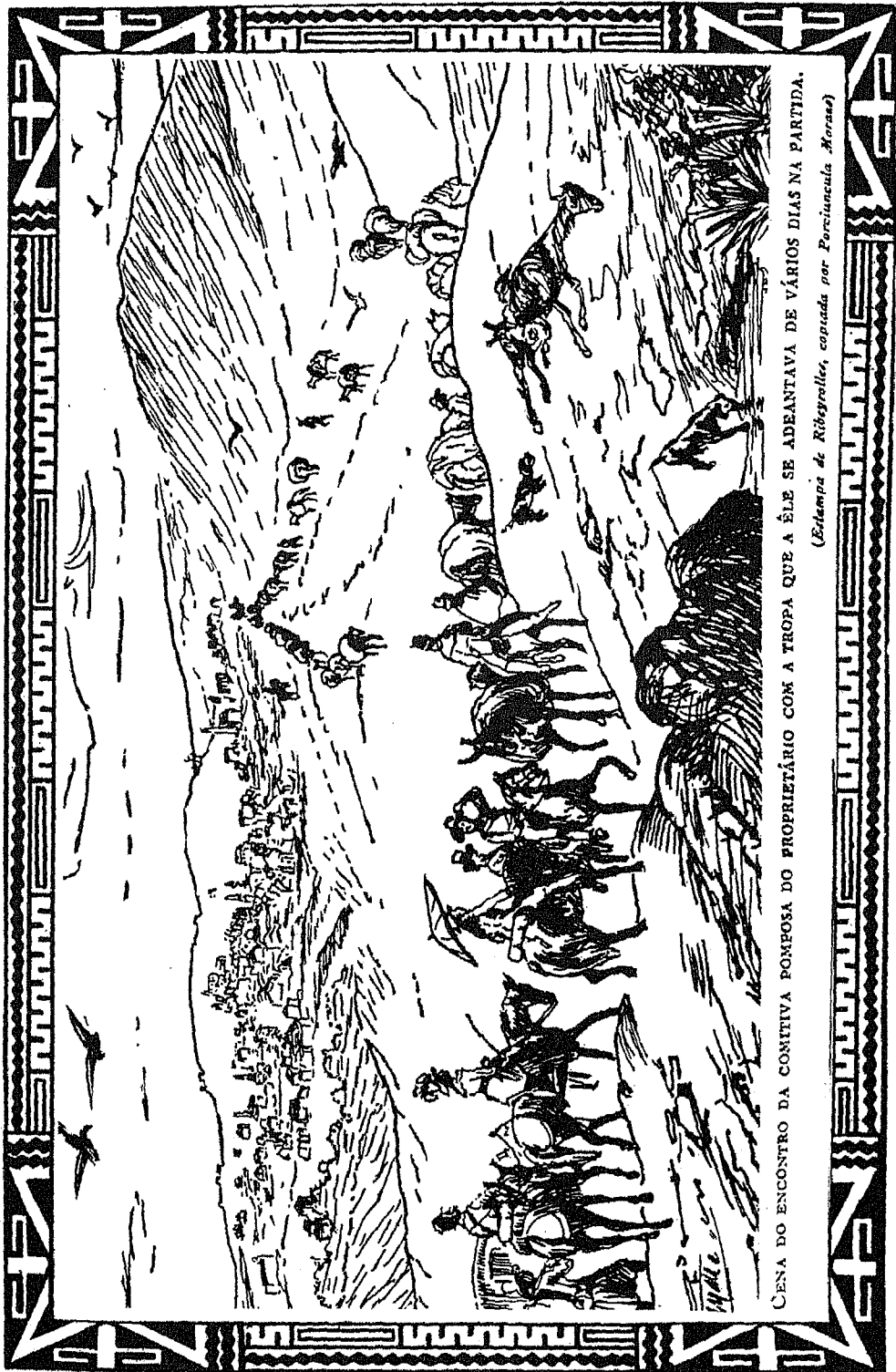
Ainda, para manter e alargar influxo e prestigio, teria de convencer, cativar e aconsellar a quantos frequentava. Banqueiro dos fazendeiros, tinha de lhes merecer fé. De fáto, esta era a base insubstituivel de tais relações económicas no sertão; a confiança reciproca entre vendedores e compradores, no interior e no mercado consumidor, através do tropeiro ouvido e respeitado. O ambiente em que se moviam era da mais estricte e rigorosa honestidade.

Compreende-se, dest'arte, o ascendente social exercido. Hóspede nas fazendas querido e ansiosamente esperado, trazia as novidades, aviava as encomendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa. Todos igualmente lhe votavam amizade, até os escravos de estimação aos quais premiava os pequenos serviços.

Não ha como escurecer ou minguar a valia de sua missão progressista. Foram pioneiros de civilização social e de progresso económico. Desempenhavam funções do mais alto relevo, e não há estranhar o destaque com que, na literatura da época, são descritos pelos melhores romancistas, por Bernardo Guimarães entre outros.

Em paiz fulto de estradas, possuindo meros trilhos nas serranias e apenas, nas chapadas, as largas faixas de percurso do gado, facil é compreender que os meios de transporte se adaptassem e experimentassem o influxo dos accidentes geograficos.

A tropa, por toda parte, prestava os maiores serviços. Mesmo correndo risco de pilherias intuitivas, não ha negar a imensa divida do Brasil para com o burro, elemento de prosperidade e



CENA DO ENCONTRO DA COMITIVA POMEOSA DO PROPRIETÁRIO COM A TROPA QUE A ÉLE SE ADEANTAVA DE VÁRIOS DIAS NA PARTIDA.

(Estampa de Ribeyrolles, copiada por Forciandula Moraes)



de progresso de Norte a Sul do território. Mas onde sua influência reinou sem contraste, foi na região amorrada das Serras do Mar, da Mantiqueira, das Vertentes, no Brasil do Sul e do Centro, em suma. Tinha concorrentes nas demais zonas.

No litoral, nos rios navegáveis, nas bacias fluviais do Amazonas e mesmo do Paraguai, dominava a embarcação da canôa ou "montaria", nome significativo, ao transatlântico e ao "gaiola" de hoje, no Rio-Mar.

Nos caminhos do planalto central—digamos, com exagero, da margem ocidental do S. Francisco para Oeste até à floresta amazônica—a largura e a horizontalidade das avenidas naturais facilitava o trânsito das boiadas e dos carros.

Do fundo de Matto Grosso e de Goiás até os contornos das serras das Vertentes e da Mantiqueira—e eram centenas e centenas de quilômetros, milhares mesmo em alguns casos,—não se cruzavam desnivelamentos apreciáveis, salvo na travessia dos vales erodidos pelas águas dos rios.

Solução ideal para o transporte do gado, tangido a pé pelas comitivas do boiadeiro.

No prazo que precedia de um a dois meses as águas, nos pontos iniciais da entrada para o sertão, iam se formando os magotes de camaradas com suas montadas e animais de custeio, sob a chefia do patrão. Penetravam terras a dentro, até os pantanais mato-grossenses por vezes, até Santa Rita do Paranaíba, o Araguaia, ou o sertão das Aboboras em Goiás. Adquiriam o gado e voltavam em marchas pequenas, três leguas em geral, amansando pelo trato as bravias manadas sertanejas, guiando-as. Recolham as cabeças tresmalhadas, lutando contra os "estouros", panicos subitos por vezes inexplicáveis e irreprimíveis, que derramavam pela "caatinga" e pelo "cerrado" inumeros rebanhos, a exigirem dias para se agremiarem de novo. Onde não havia pontes nos rios, ou balsas ou barcas de passagem, lançavam nagua os bois, orientados na travessia a nado por um camarada nadador perito levando na cabeça uma grande armação, método já velho e descrito por Antonil como corrente nas fazendas baianas do século XVII. De cada lado da boiada, no rio, canôas continham e congregavam as rezes que fugiam ou eram arrastadas pelas águas. Em breve passo, e com perdas pequenas, chegavam quasi todas á margem oposta.

No percurso da volta, até o ponto terminal, encontravam os "verdes", isto é, a vegetação nova, tenra e succulenta, dos campos já então adubados pela cinza das "queimadas". E, assim, na fresca da estação das águas incipientes, por itinerários ricos de pastagens, e fugindo cuidadosamente dos campos "hervados" (onde havia plantas venenosas), chegavam, para descanso e engorda, nas "invernadas". Podia-se contar com mais alguns meses para a manada se refazer da "quebra" sofrida na viagem e se tornar mercadoria de valor venal mais alto. Em regra, boi comprado no sertão, só no ano imediato entraria para o consumo.

Ainda ali, surgia essencial o papel da tropa no campeio do gado, em seu custeio, e na sua condução.

Na zona do planalto, a chapada facilitou o advento do novo meio de transporte: o carro de bois.

Inteiramente construído de madeira de lei, pesada, com escassa ferragem além dos áros dos rodícios cheios, eixo movel contido entre "cocões" rinchadores, podiam carregar até cem arrobas. Eram teríveis estragadores de estradas, que não resistiam aos esforços de alavanca desenvolvidos nas curvas pelo conjunto rígido do eixo e das rodas, sob o peso do rude veiculo. Daí, pouco durarem as vias de comunicação naturais, formando-se sulcos paralelos, e deslocando-se para o lado a nova trilha. Na planúria intermina da chapada, constituíam-se por tais afastamentos sucessivos faixas de centenas de metros de largo, discerníveis de longe em meio da macéga alta.

Está ligado ainda ao comércio do sal, o desenvolvimento experimentado no transporte pelo carro de bois.

Na economia naturista, a fazenda, unidade econômica, se supre de tudo com a propria produção. Excetua-se, quasi unico, o sal. Quando muito, e para os casos de consumo voluntário, importa-se algum vinho e algum tecido mais fino; mas em geral o alcool é fornecido pela aguardente de cana ou por minusculos vinhedos locais, e o vestuario pelos tearés caseiros, tan o para algodão como para lã. Cardas, fuso e róca encontram-se em todas as velhas casas sertanejas, e urucum, genipapo e páo-brasil, dão as substancias tinctórias.

Claro, a tropa pode fazer tais movimentações, de vulto crescente com a ampliação da industria pastoril, a consumir clorureto de sodio para a salga do gado. Era a maior importação. Hoje, encontra concorrentes na introdução de tecidos, de ferragens, de rolos de arame para cerca e de querozene, âmédida que desapareceram as indústrias caseiras de tecidos, de azeite de côco, e se foram extinguindo os fogos das pequenas forjas de preparo do ferro, onde ferraduras, cravos, barras eram feitos para suprimentos regionais. Convém notar que tais produtos da rudimentar siderurgia da época se transportavam em lombo de burro.

Mas o carro de bois se revelou mais econômico, nos chapadões, por efetuar transportes mais concentrados, exigir menos trabalho e melhor resguardar a carga contra as intempéries.

Na carga, uma vez arrumada, não se mexia mais até seu destino final. O couro da tolda protegia contra sol e chuva. A "mêsa" do veiculo, elevada acima do solo, impedia se humedecesse ou se sujasse as mercadorias.

Vesperando a entrada das águas encaminhavam-se os carros pelas estradas. Iam puxados por juntas de bois, de cinco a doze.

Um menino, o "candieiro", com pequena vara de ferrão, colocava-se frente dos bois de guia e, puxando-os pela "chifradeira", os punha a caminho. Atraz, o "carreiro", com ferrão maior, excitava as rezes, não lhes permitindo descansar nem "amuar".

Saiam, mal rompia o dia, e avançavam uma egua. Aí, paravam perto dalgum ponto dagua. Descangavam as juntas, soltando os "ajoujos", mas deixando as chifradeiras para que os bois se não afastassem de mais. Empilhavam "cangas" com os "canzís", "cambões" e "tiradeiras". Almoçavam á moda dos tropeiros. A' tardinha, traziam de novo os animais que haviam pastado, bebido e ruminado. A partir do "coice" e até a "guia", cangavam sucessivamente as juntas ligada uma á outra canga pelo "cambão" e pela "tiradeira"; e reencetavam a caminhada por mais uma legua.

Ao entardecer, pousavam junto á agua. Soltava-se completamente o gado na pastagem de beira-estrada. Escorava-se o cabeçalho do carro, e preparava-se a modesta refeição nos caldeirões equilibrados sobre as trempes. Coado e bebido o café, em torno do fogo se sentavam carreiro e candieiro. Sob a mesa, um couro cru servia de cama ao primeiro. No espaço entre o toldo e a carga, estendia-se o menino para dormir. Junto á meia luz dos tições, um cão de guarda velava sobre todos.

Por vezes, pelo plaino seguiam em fila dezenas e dezenas de veiculos, mais de cem, em certas ocasiões. Cada qual se distinguia, e era reconhecido por seu dono, pelo timbre especial de sua "cantiga", que era a nota estridula do eixo a atritar contra os cocões. A' noite, a linha dos fogarões semelhava a frente de estranho exercito acampado na chapada êrma, tais quais os tropeiros. Violas, vilões, sanfonas saiam dos bornais que os guardavam. Ao longo da intermina colúna, evoluam-se para as estrelas, sob o azul profundo do céu recamado de brilhantes, as canções dos carreiros, a melopéa dos chapadões, a mesma endeiça sentida de nostalgia, de magua e de amor, da poesia espontanea dos simples e dos solitarios.

Algumas variantes locais. O tipo paraguaio, por exemplo, é dirigido de dentro da tolda. Longo agulhão suspenso em equilibrio sobre a mesa, permite ao carreiro deitado espicaçar uma ou outra das juntas.

Não dependiam de ranchos, como a tropa. Insensível ás intempéries, o toldo dispensava a arrumação diaria das cargas sob cobertura enxuta. Exigindo pessoal menor que os lotes, o carro abrigava ao "candieiro" e ao "carreiro", entre as rodas, sob a mesa, ou tambem no interior entre toldo e carga.

Assim milhares deles, de outubro a março, procuravam os centros distribuidores do sal, ahi traziam os produtos sertanejos e os escambavam com as mercadorias litorâneas indispensaveis á vida do interior.

Tendem a desaparecer todos êsses processos arcáicos, quasi peremptorios. Mas a ação eliminatória e substitutiva não é uniforme.

A via-férrea não extinguiu, apenas encurtou os percursos da boiada, do carro ou da tropa. Da estação terminal, ou do ponto da linha mais proximo do centro produtor, partem como dantes as comitivas compradoras de gado, os carreiros de sal, de arame farpado ou de querozene, as tropas transportadoras. Esta coexistência do presente e do passado se mantém nas regiões montanhosas de nossa terra.

Não assim, no chapadão, no planalto central. Aí o auto-caminhão matou o burro e o carro de bois. Goiás, graças a isto, passou a distar do Rio de seis ou sete dias apenas, quando dantes pedia meses de viagem, e, em dias recentes exigia normalmente de quinze a vinte dias de transporte. Nem falemos de páramos mais longinquos, sinão para citar que Rondon, em momento de grande pressa, poude com um Ford, no trecho mato-grossense, vir de Cuiabá ao Rio em seis dias. Vê-se a degressão; mais de seis meses em fins do seculo XVIII, mais de dois em fins do seculo XIX passando pela embocadura do rio da Prata, uma semana em 1926.

A êsse ritmo de aceleração obedecem todos os problemas de transporte no Brasil.

Necessidade de um convênio nacional para defesa do café

AFFONSO VIZEU

Foi esta a tésse que a ilustrada redacção do "O Jornal" me reservou para comemorar, em seu numero especial, o Centenario do Café.

Não fôra a insistência, não fôra mesmo a minha qualidade de brasileiro, de certo eu não ousaria desobrigar-me de tão penoso encargo, dadas as minhas occupações e sobretudo a importância do assunto, em comparação com os meus parcos conhecimentos.

Sendo, porém, como é, assunto genuinamente nacional, embora contrariando uma parte dos interessados e ainda mais os mestres na materia sou, entretanto, forçado, mais do que nunca, a cumprir integralmente os impulsos da minha consciéncia, sendo sincero, leal e franco no meu ponto de vista, aliás, já conhecido dos que me são intimos.

Isto posto, devo declarar que sou francamente contrário a qualquer intervenção official em interesse de classes, ou de particulares, sempre prejudiciais e inconvenientes.

Se assim não fosse, viveríamos em permanente guerra de produtos, cada país em defesa dos seus, elevando em exagero os seus custos, dificultando o aumento do consumo. Não é, julgo eu, essa a sã politica em defesa da producção e, talvez mesmo, da balança economica.

Melhor seria que applicassemos as elevadas taxas cobradas para as valorizações na abertura de novos mercados, distribuindo o excesso, não consumido, da nossa producção por preços infimos ou, mesmo, se fosse possivel, de graça no intuito de promover o consumo na Russia, com 149 milhões de habitantes; na Inglaterra, com 45 milhões; e aumentá-lo nos seguintes países:—Austria, com 10 milhões; Servia, com 12 milhões; Rumania, com 20 milhões; Bulgaria, com 6 milhões; Polonia, com 30 milhões, bem como na Grecia, Turquia, Egito e Japão.

Abertos novos mercados consumidores, a nossa producção seria muito maior, ao mesmo tempo que diminuiria o custo de producção.

Ao invés dos convenios officiais, melhor seria a defesa particular, dando-se-lhe liberdade de comércio, fornecendo o Governo aos produtores os auxilios indirectos, tais como:—credito bancario e agricola; fretes baratos, transportes marítimos e ferroviários.

Não será com a elevação dos preços, não será com o auxilio dos empréstimos que poderemos assegurar a nossa supremacia nos mercados de café. Esses são processos falsos, comparáveis aos toxicos; tudo não passará de um paliativo, concorrendo cada vez mais para o enfraquecimento, retardando a cura radical.

Infelizmente, em nossa história, ha o caso da borracha que tanto prejuizo nos deu, em virtude das intervenções officiais, chegando quasi á morte, com o mesmo processo que estamos adoptando com o café, valorizando-a e impondo-lhe impostos tais que trouxeram a carestia do produto. Assim é que o desejo de producção, pelo alto preço, trouxe-nos a concorrência na quantidade e no preço, salvando-nos, graças á nossa privilegiada situação, devido tão somente á qualidade do produto que é reconhecidamente melhor que os similares.

Devido á defesa do café adotada por nós e aos bons preços pagos pelos mercados consumidores, quasi todos os países produtores de café, na America Central e do Sul, estão incrementando o plantio dessa rubiácea. A colonia inglesa de Kenya, na Africa do Sul, está aumentando bastante a plantação de café e, dentro de dois ou três anos, as novas lavouras devem produzir 2 ou 3 milhões de sacas.

Como demonstração exata dos perigos que corremos com essas intervenções officiais, sobre-carregando o café com pesados impostos e encarecendo-o, transcrevo um significativo trecho do relatório official apresentado ao nosso Governo pelo nosso inteligente, operoso e patriótico Consul em Nova York, o exmo. sr. dr. Helio Lobo.

"Para importação do café nos Estados Unidos concorreu, em 1921, o continente americano com 85%. A parte do Brasil foi de 62,5%. Nossa percentagem anterior á guerra era de 70% e reduziu-se muito durante esta para rehavér terreno depois com 59% em 1919, e 61%, em 1920. "Se podemos adquirir a posição primitiva é assunto de que já dei noticia noutro papel. O facto é que, enquanto nossas remessas ficam estacionarias ou decrescem, as de outras procedencias vão aumentando com firmeza. Acresce que o gosto americano, posto ainda á prova na convenção do Pacifico, evolue para o produto do melhor tipo. Assim, segundo o THE COFFEE AND TRADE JOURNAL, o facto importante da importação em 1921 foi o avanço da Colombia nas suas remessas para este país.

Já em 1925 a producção mundial, não incluindo o Brasil, era a seguinte:

Colombia.....	1.750	sacas
Maracaibo.....	320.000	"
Caracas e Porto Cabelo.....	289.000	"

Mexico.....	400.000	sacas
Guatemala.....	565.000	»
Salvador.....	444.000	»
Nicaragua.....	239.000	»
Costa Rica.....	240.000	»
Haiti.....	350.000	»
São Domingos.....	35.000	»
Índias Holandeses.....	1.116.000	»

sendo que a safra desses países, de 1927/1928, está já calculada em 7 milhões de sacas, á qual se deve juntar a produção de outros pequenos países da America Central e do Sul, assim como da India, Africa, Arábia que deve montar entre 400 a 400 mil sacas.

Para que esses países pudessem avançar tanto na sua produção, foi necessário que o Brasil, além das despesas nas fazendas, no plantio, nas campinas, nas apanhas, na limpeza dos seus cafés e outras menores, não incluindo o juro sobre o capital, ainda onerasse o café, como segue:

EM MINAS GERAIS :

	POR SACCA
Custo de produção.....	60\$000
7% sobre a pauta semanal, 2\$170 o kilo.....	9\$114
1\$000 ouro.....	4\$620
Sobretaxa de 3 francos ouro a \$500.....	1\$500
Frete aproximado.....	8\$000
	<hr/>
	83\$234

Encargos aproximados do café, desde a fazenda até o porto de embarque:
—5 milhões de sacas a 23\$234..... 116.170:000\$000

EM SÃO PAULO :

Custo de produção.....	60\$000
9% sobre a pauta, 2\$600 o kilo.....	14\$040
5 francos a \$333 (antigo).....	1\$665
1\$000 ouro—4\$600 por sacas.....	4\$600
Frete aproximado.....	8\$000
	<hr/>
	88\$305

Encargos aproximados do café, desde a fazenda até o porto de embarque:—16 milhões de sacas a 28\$305..... 452.880:000\$000

NO ESPIRITO SANTO :

Custo de produção.....	60\$000
12% sobre a pauta, 2\$170 o quilo.....	15\$624
\$500 ouro.....	2\$310
Frete aproximado.....	8\$000
	<hr/>
	85\$934

Encargos aproximados do café, desde a fazenda até o porto de embarque:—1 milhão de sacas a 25\$934..... 25.934:000\$000

NO ESTADO DO RIO :

Custo de produção.....	60\$000
8% sobre a pauta, 2\$170 o quilo.....	10\$416
1\$000 ouro.....	4\$620
Frete aproximado.....	8\$000
	<hr/>
	83\$035

Encargos aproximados do café, desde a fazenda até o porto de embarque:—2 milhões de sacas a 23\$036..... 46.072:000\$000

Temos ainda os impostos de Indústrias e Profissões; de armazens e escritório; 1\$000 de selos para cada via de conhecimento; 2\$000 de selos, por conto de réis, nas letras de exportação; 1\$000 por cada despacho; impostos de renda, de viação e contas assinadas.

Some-se tudo para que fique bem patente o sacrifício dos nossos produtores de café, restando-lhes sómente sujeitarem-se a vêr os seus produtos presos nos armazens reguladores e nas tulhas, sem data certa de venda ou exportação, sujeitos á imposição do grande comprador e exportador, a preço vil, anulando de certo modo a valorização, da qual êles não se aproveitam, pagando embora pesados impostos de taxas e sobretaxas.

Felizes são aqueles que conseguem obter recursos sobre os seus produtos, para cobrir a média do custo de produção, que regula 60\$000 por sacas. Ora, se o consumo mundial do café está avaliado entre 21 e 22 milhões de sacas e a produção está avaliada em 24 milhões para o Brasil, 7 milhões para os outros países e mais 3 milhões da nossa safra passada, que ficaram no interior, perfazendo um total de 34 milhões de sacas, existe, portanto, um superavit de 12 a 13 milhões de sacas.

Foi devido, talvez, a essa grande quantidade que, de certo se animou a organização dos ultimos convenios.

Por isso mesmo, longe do aumento do preço e dos riscos de maior stock com os saldos das futuras saíras e da que vai entrar, que será volumosa, eu insistiria pela conquista de novos mercados.

Já se pensou em atear fogo nos cafezais e isso mesmo já nos foi aconselhado; já tivemos a limitação ou quasi proibição do plantio; e já nos sentimos felizes com a geada de 1918. Porque ainda pensarmos em represar e encarecer os nossos cafés?

Não seria muito melhor que fosse indicado a cada produtor uma percentagem em café grão, correspondendo, no total, ao excesso do consumo, para ser vendido a preços baixos ou mesmo distribuido de graça por pessoas indicadas pelos interessados nos melhores e maiores novos mercados, encargo êsse que devia ser dado sómente por lavradores e comerciantes de reconhecida e idoneidade e competência?

Isso nos daria, no futuro, seguros resultados com o aumento do consumo, como tambem serviria para a propaganda do nosso café que seria então vendido como originario do Brasil, além de não alimentar, á nossa custa, o aumento da produção nos países nossos concorrentes e o uso de sucedâneos, como a chicoria e outros.

Se abatermos sómente nas taxas e nas sobretaxas criadas nas duas valorizações e que se eternizaram com o sacrifício da lavoura de café, que paga para essa valorização 142.150:000\$000, conforme discriminação a seguir, apenas a metade dessa importância, conseguiríamos o bastante para aquisição do café necessário para a propaganda no exterior, em conquista de novos mercados:

São Paulo paga 6\$250 por saca, em 16 milhões.....	100.000:000\$000
Minas paga 6\$120 por saca em 5 milhões.....	30.600:000\$000
Estado do Rio paga 4\$620 por saca, em 2 milhões.....	9.240:000\$000
Espirito Santo paga 2\$310 por saca, em 1 milhão.....	2.310:000\$000

Dessa fórmula e com a mais severa fiscalização no beneficiamento dos tipos de exportação, proibindo-se a exportação dos tipos abaixo de 8, muito teriamos a lucrar. Poderíamos impôr a classificação dos cafés, como brasileiros, ao contrario do que se faz agora, em que lhe são dadas estranhas procedencias.

Importadores há que chegam a comprar sacos de outras procedências para ocultar a procedencia do nosso país, embora, nos Estados Unidos, o "Pure Food Law" não permita isso, cobrando aos infratores pesada multa. Na Espanha e no Havre por exemplo, o café brasileiro é considerado dos peores e lá só são aceitos, como bons tipos os cafés de outras procedências.

O Instituto de Café pagava até agora, por bom preço, um anuncio do nosso produto em dois jornais americanos, creio que \$200 por saca, soma fabulosa, declarando sómente CAFE' SANTOS com a omissão da palavra BRASIL. Se o proprio Brasil é por muita gente ignorado, como não será facil desconhecer a procedencia do nosso café sómente com a palavra SANTOS?

Sómente com o aumento de consumo poderemos obter o relativo abaixamento nos preços de produção, com resultados seguros, permitindo-nos ainda essa medida abrir novas lavouras o que, só com o café, poderemos fazer, afim de explorar mais tarde outros produtos que nos darão o aumento da fortuna particular e pública.

E' possível que eu esteja errado com essas sugestões, porém, a premente situação em que se encontram os produtores de café e o comércio em geral, decorrente da retenção do produto no interior, faz acreditar que os processos que temos adotado estão naturalmente condenados. Oxalá esteja eu errado para felicidade do nosso caro Brasil!

A defesa do café

SAMPAIO CORREIA

Quem quer que observe o movimento da produção e do consumo do café no mundo, não poderá deixar de aplaudir a ação por vezes desenvolvida pelos governos brasileiros, no intuito louvável de organizar a defesa daquele produto, que constitui a nossa melhor e maior fonte de ouro. O café exportado pelo Brasil deve ser apreciado de um duplo ponto de vista, seja quanto á sua relação percentual em face da totalidade da produção mundial, seja quanto á extraordinária influência que o seu valor exerce no nosso balanço internacional de contas. Quer dum quer doutro ponto de vista, seremos forçados a concluir pela afirmação de que teria sido criminosa, indigna de qualquer defesa, a atitude de indiferença dos nossos governos ao livre desenvolvimento de circunstâncias de ocasião, capazes de reduzir o preço de venda do produto a limites incompatíveis com as nossas necessidades.

O Brasil tem mantido sempre posição avançada entre os países produtores de café. Para tanto, têm concorrido, por certo, as condições privilegiadas do seu clima e do seu solo em alguns rincões de vasta área. Em o decenio compreendido entre 1850 e 1860, durante o qual a produção média anual foi 4.895.000 sacas, segundo rezam as estatísticas de Lanneville, o Brasil entregava a consumo *per annum* mais de cincoenta por cento daquele total; na década que foi de 1890 a 1899, quando a produção média por ano atingiu a pouco mais de 12 milhões de sacas (12.125.000 sacas), subimos nós de ponto na escala dos países produtores, pois a nosso cargo ficou a entrega a consumo de mais de tres quintas partes da quele total.

Esta ultima posição tem sido por nós conservada com galhardia até o momento presente, segundo evidenciam os seguintes dados, colhidos todos em fontes seguras, dignas de alto crédito.

Na ultima década, de 1916 a 1926, a exportação feita pelos países produtores atingiu á média anual de 18.884.000 sacas, acreditando-se que o consumo mundial tenha ascendido a 19.219.000 sacas. A diferença entre a produção avaliada e a exportação registada representa o consumo nos próprios países produtores, acrescido do que há sido retido no nosso país, por força do processo ora adotado pela política de defesa a que em boa hora nos entregamos.

A produção apontada no decenio findo em 1926 foi obtida em grande parte nos países da America Latina, responsáveis por 90% do total assim distribuido:

America do Sul.....	80%
Mexico e America Central.....	7%
Antilhas.....	3%

Aos países não americanos de que os principais, neste particular, são Indias Ocidentais Holandesas, cabe apenas a reduzida percentagem de 10% da exportação total verificada.

Os 90% que ficaram a cargo da America Latina, assim foram distribuidos:

Brasil—70%	} 30%	} 100 %
Colombia		
Venezuela		
S. Salvador		
Guatemala		
Haiti		
Mexico		
Costa Rica		
Nicaragua		
Porto Rico		

Isto quer significar que o Brasil, responsável pela exportação de 3/5 partes no período decorrido de 1890 a 1899, inda continua a ascender na escala dos países produtores, pois responde hoje pela exportação, de 63% do total de café recebido pelas nações não produtoras.

Esta situação por si só basta para justificar a defesa dos preços do produto, a qual deve ser feita a todo o transe para que não percamos a posição já alcançada.

Mas o consumo da rubiácea tambem tem crescido notavelmente de decenio em decenio; foi de 4.325.000 sacas por ano em média entre 1850 a 1859; de 11.826.000, na década decorrida de 1890 a 1899; e finalmente, de 19.219.000 sacas nos últimos dez anos passados. O notavel aumento observado no consumo pode ser explicado: primeiro, pelo natural crescimento da população no mundo; segundo, pela popularidade (seja permitido o termo, que nem é meu, mas de um especialista norte-americano) que o café tem logrado conquistar como bebida. Se antes era o café considerado como artigo de luxo, agradável aditamento á alimentação regular, hoje já foi elle incluido sobretudo nos Estados Unidos, como elemento indispensável no *menú* diario de todos. As mais recentes estatísticas americanas já registram o elevado consumo de 5 k.5 por pessoa e por ano, cumprindo acrescentar que os Estados Unidos compram ao Brasil 70 % do café que consomem e apenas 30 % aos demais países da America Latina.

E' digno de assinalar, em um parentesis a abrir nesta exposição, que, daqueles 30 %, a Colombia envia aos portos da Norte America cerca de 22 %, estando em franco declínio a importação, pelos Estados Unidos do café da America Central.

Isto, quanto aos mercados americanos. Com referência aos mercados Europeus, mui reduzidos em a sua capacidade aquisitiva logo após a guerra, já é hoje bem acentuada a tendência

que todos revelam, principalmente a Alemanha, á conquista da antiga posição, de grandes consumidores de café.

Não há, portanto, nada a receiar com respeito á possibilidade de diminuição do uso do café. Um produto cuja produção embora fortemente crescente, tem apenas acompanhado as exigencias do consumo não pode cair em declínio, certamente.

É isto, para o bem do Brasil cujas condições de clima e de solo são a êste respeito tão favoráveis que sempre lhe permitiram a primeira posição entre os paizes produtores do café, com percentagens que passaram, como vimos, de 50 a 60 e de 60 a 63 %, durante o período decorrido de 1850 a 1926.

De outro lado,—e o autor destas linhas já teve oportunidade de demonstrar a tésé pelas próprias colunas do O JORNAL—os 63 % do café consumido no mundo, e a êste oferecidos pelo nosso país, representam o melhor da nossa exportação—Sem êles, seria hoje deplorável a situação brasileira entre a dos demais povos, no tocante ao balanço internacional de contas. A alta influência que o café há exercido neste particular é de tal ordem, que é permitido asseverar, sem receio de contestação que ao café devemos todo o nosso progresso, quasi tudo o que entre nós há sido construído de estradas de ferro, de portos e de cidades.

Como, pois, permitir que, por circunstâncias accidentais, todas de ocasião se consentisse na destruição da nossa principal exploração agrícola, cujas colheitas não podem ser de quantidades constantes ou crescentes regularmente, segundo as necessidades próprias do consumo, pois dependem de condições naturais extremamente variáveis na passagem de um para outro ano agrícola?

Como entregar ao consumidor um produto por preço inferior ao de custo, simplesmente porque em dado ano, o excesso da produção sobre o consumo, determinando a abundância, provoca artificialmente, pela ação habil e sem-

pre oportuna do especulador inteligente, a retração da procura?

Não fazer a defesa do preço importará na perda de uma posição já conquistada á sombra da qual temos erguido o Brasil de hoje.

No caso quando me refiro ao custo da produção, não me quero referir á soma em dinheiro despendido pelo fazendeiro produtor para colocar uma saca de café neste ou naquele porto de exportação. Se bem que respeitável o interesse do lavrador, não deve ser êle o guia a consultar, porque há um outro custo de produção a atender.

Este é referente ao conjunto dos nossos produtores, de café e de outros generos, isto é, ao custo do café para o Brasil.

A balança de contas internacionais quando pendé em nosso favor, reduz o custo da vida no Brasil. O principal peso posto na concha que nos cabe, é representado pelo ouro que o café faz afluir aos nossos mercados. E' de concluir, portanto, que, muito mais do que o custo de produção, na normal e corrente acepção, o que nos deve orientar, no organizarmos a defesa do café, é a redução do custo da vida no Brasil.

Tanto permite afirmar que o interesse do café é, entre nós, o proprio interêsse nacional em jogo.

A política de defesa adotado sempre por todos os países, antes e sobretudo, depois da guerra, tem sido ditada pela necessidade, imperiosa e iniludível, de amparar o interesse de cada nação. Assim, teem procedido os Estados Unidos com o trigo e, de um modo geral, com todos os cereais; a Inglaterra, com a borracha do oriente; Cuba, recentemente, com o açúcar; etc.

Apenas, devemos confessar com orgulho, o Brasil tem sido, nos últimos tempos o pioneiro da politica de defesa, tão combatida, mas que os outros paízes estendem sempre e cada vez mais.

O café em Mato Grosso]

MARIO CORRÊA

Segundo historiadores autorizados, o cafeeiro parece ter sido introduzido em Mato Grosso por volta do ano de 1871, e se no Estado já havia plantações dessa rubiácea antes dessa época, não nos conta a história. O que é certo, segundo opiniões autorizadas, é que o sr. José de Lara Pinto, no ano de 1874, possuía, em plena produção, cerca de 8.000 pés de cafeeiros plantados em a sua propriedade "Bom Fim", no atual distrito da Chapada, município na atual capital do Estado.

Segundo E. Mendonça nas suas "Dadas Matogrossenses", a primeira colheita feita pelo sr. Lara Pinto, em 1874, foi de 50 alqueires, crescendo essa produção a 240 alqueires em 1875 e ao dôbro em 1876, quando, pela primeira vez era parte dessa produção, exposta á venda no mercado público de Cuiabá.

A partida exposta á venda teria sido, então, segundo o mesmo autor, adquirida pelo negociante João Batista de Almeida Filho, que dela enviou para Londres uma amostra, solicitando da firma Knowles & Foster um parecer sobre a qualidade e valor do produto.

Examinada a amostra por aquela firma, foi sobre ela exarado o seguinte parecer:

"Londres, 16 de novembro de 1876—Relatório de uma amostra de café recebida do sr. João Batista de Almeida, de Cuiabá:—A amostra parece muito com o café de Santos, da nova safra, mas superior áquela qualidade, em geral, aproximando-se do café do Salvador e da Nicaragua.—A cor é bem boa, e convém para qualquer mercado, sendo esverdeado vivo com tendência para vermelho. Parece ser bem preparado, e o único defeito que tem é a pequenez da baga, que talvez tornará um tanto incerto o seu valor. O valor que lhe damos atualmente é de 85 a 87 shilings por 112 libras.—Knowles & Foster (Dadas Matogrossenses).

Segundo este principio, parece-nos ter sido a Chapada, distrito de Cuiabá, o ponto de partida da cultura do cafeeiro no Estado.

De 1876 até uma certa época, que não podemos precisar por falta de elementos históricos, a cultura do cafeeiro prosperou em alguns municípios do Estado, como nos de Nioac, onde foi florescente e hoje em completo abandono. Nos municípios de Caceres, Rosário Oéste, Mato Grosso e Cuiabá até hoje se encontram vestígios de grandes plantações ou de plantações regulares, antigas, vendo-se, principalmente no município de Mato Grosso, extensas áreas de matas onde centenas de cafeeiros têm resistido á ação do abandono e do tempo.

Depois de longos anos de abandono desta cultura no Estado, devido, talvez, a extinção do braço escravo, ela como que tomou um novo surto, e, desde 1922 que a área cultural

vem sendo aumentada, dada a alta do produto nêstes ultimos tempos.

Assim a área cultural que em 1922 não ia além de 250 hetares nos municípios de Campo Grande, Cuiabá e Rosário Oéste, alcança atualmente, 470 onde vegetam cerca de 400.000 cafeeiros com a produção aproximada de 7.500 arrobas (de 15 quilos), produção esta que, dentro de mais três anos, quando as novas plantações atingirem o ponto de plena produção, atingirá o dôbro.

As plantações estão assim distribuidas, por municípios:

Campo Grande.....	250.000	pés
Cuiabá.....	50.400	»
Três Lagôas.....	10.000	»
S. Luiz de Caceres.....	9.600	»
Rosário Oéste.....	4.000	»
Corumbá.....	400	»
Outros.....	75.000	»

AGROLOGIA E MEIO CLIMATÉRICO

As principais lavouras cafeeiras do Estado estão localizadas entre as altitudes de 450 e 800 metros acima do nível do mar, compreendidas na zona do planalto do Estado, que abrange parte dos municípios de Cuiabá e Sant'Ana do Paranaíba, e a totalidade da área dos municípios de Araguaia, Três Lagôas, Campo Grande e Ponta Porã, onde o meio é muito propício á sua cultura e produção, principalmente nas zonas onde predomina o sólo com presença de gréz vermelho, arenitos e terras roxas muito férteis. Em Campo Grande, onde o cafeeiro encontra um meio muito favorável ao seu desenvolvimento e produção, conforme culturas que ali observamos, a rocha dominante é a diabase porfirita, formando sólos semelhantes aos das regiões cafeeiras de São Paulo.

A temperatura na zona dos planaltos, ou na grande zona onde se planta em maior escala, o cafeeiro muito raramente sóbe além de 36° C. e desce aquem de 3° ou mesmo de 0° C. A altura pluviométrica é aqui de mais ou menos 1.276 mm., sendo a humidade relativa do ar de 89,24.

PREPARO DO SOLO

Em algumas fazendas do Estado, como nas de Campo Grande, principalmente na colônia japonesa, a cultura se assemelha ás grandes plantações paulistas e apenas o trato cultural é feito á enxada, não se observando tambem a prática racional da póda.

A semen eira, no geral, é feita em viveiros sombrios e bem preparados, entre os meses chuvosos de outubro a janeiro, época considerada melhor. Aqui recebem as plantinhas todos os cuidados de que necessitam nos primeiros dias de sua vida vegetativa.

Na mesma época do ano, isto é, qua do as plantinhas atingem um ano de desenvolvimento, são elas transplantadas para o local definitivo onde devem crescer e frutificar.

As covas que recebem as jovens plantinhas, definitivamente, são, no geral, de 40×40 centímetros de boca por 50 cents. de profundidade. Aqui as plantinhas são colocadas sobre uma camada de sólo fértil, rico em detritos vegetais bem pulverizados, ficando com a altura dos seus ramos pouco acima do nível do terreno. Protegem-nas, depois contra os raios directos do sol com ramos ou fragmentos de madeira, uns sobrepostos a outros. Alguns lavradores usam protecção com mamonais plantados juntos de cada cova.

A distância observada para a plantação é de 3m.70 por 3m.70, formando alinhamentos no sentido da declividade do terreno.

Poucos lavradores plantam o cafeeiro em terreno virgem. A maioria faz preceder a cultura do café pela dos cereais.

Em quasi toda a zona onde se cultiva o café, a primeira frutificação se verifica aos três anos de idade, havendo casos em que a planta frutifica mesmo aos dois anos depois do plantio.

A floração dá-se nos meses de agosto e setembro, e algumas vezes em julho. A colheita vai de maio a julho.

Segundo tem s noticia, o amadurecimento do fruto só é uniforme na zona de Rondonópolis, mas, no geral, nas demais zonas, nota-se frutos maduros e verdes durante a colheita, o que aliás acontece em muitas zonas cafeeiras de S. Paulo. Apesar deste fato, o produto é bom.

Cada hectare comporta de 650 a 700 pés de cafeeiro.

O beneficiamento do produto é feito por processo primitivo; não conhecemos no Estado quem tenha máquinas especiais para esse fim.

A produção por mil pés não vai além de 800 quilos, sendo que 100 quilos em côco pôde duzir 20 quilos beneficiado.

Segundo informações de lavradores idôneos, o cafeeiro em Mato Grosso pôde durar até 50 anos, fato este que diz bem das possibilidades do meio para a cultura da famosa rubiácea.

As variedades cultivadas são as comuns.

A colheita é feita pelo sistema comum posto em prática pelos demais Estados cafeeiros (á mão).

O valor official no periodo de 11 anos, até 1920, foi até 4\$023 por quilo, conforme estatística desse tempo. Em 1920 esse valor baixou a 1\$000 por quilo. Não temos informação a respeito nos anos de 1920 a esta parte, o que poderá ser informado pelo Tesouro do Estado.

A produção do ano agrícola de 1926-1927, segundo dados coligidos por esta Inspectoria, de 86.875 quilos, ou sejam 1.447 sacas de 50 quilos beneficiados.

Não podemos precisar a exportação por municipios por falta de dados officiais, porém, a exportação do Estado quer para o exterior, quer para outros Estados foi a seguinte, no periodo de 1910 a 1920: 1910, 120 ks.; 1911, 991 ks.; 1912, 205 ks.; 1913, 1914, 1915, e 1916, não houve exportação; 1917, 17.100 ks.; 1918, 10.905 ks.; 1919, 2.210 ks. e 1920, 2.152 quilos. O imposto de exportação até então era cobrado á razão de 70 réis por quilo exportado. Não temos informação, de 1920 a esta parte, o que poderá ser informado pelo Tesouro do Estado.

A não ser a lei recente de auxilio a quem cultivar os primeiros 100.000 pés de cafeeiro em cada municipio, votada este ano pela Assembléia Legislativa, nenhuma outra conhecemos a respeito.

Pelos informes prestados na parte "agrológia e meio climatérico", pôde-se avaliar do futuro da lavoura cafeeira no Estado, uma vez resolvido o problema do braço, pela imigração e das estradas de ferro e de rodagem, problemas estes que, sem a menor dúvida, atrairam o capital e a iniciativa de elementos propulsores da grandeza do Estado.



O café e a hospitalidade brasileira

AUSTREGESILLO DE ATHAYDE

—“No Brasil a hospitalidade é generosa e o café é o seu grande símbolo”. Ouvi essas palavras de frei Marcellino de Milão, um capuchinho sagaz e verboso, em companhia de quem andei fazendo umas “santas missões”, no Ceará. O bom frade bebera, num dia, vinte e tres “chicrinhas” de café, que lhe ofereceram com doce insistência as ovelhas do bom rebanho que estávamos doutrinando. Nessa mesma tarde, no sermão do terço, o piedoso missionário que pregava na praça pública, empregou uma imagem que eu então julguei detestável. Ele falou do “açucarado café da bondade divina”. Explicou-me depois, e agora aceito plenamente a sua explicação, que o povo entenderia muito bem essa imagem, sendo como era o café a expressão mais legítima e permanente da sua própria bondade. Mas é preciso não ter estado uma hora sómente no interior do Brasil, para ignorar a importância que tem o café nas relações sociais dos seus homens. Ninguém transpõe o portal de uma casa, por maior que seja a humildade dos seus donos, sem que logo se avermelhem as braças do fogão e a chaleira entre o fumejar. A dona da casa que se preza vai em pessoa á cozinha e ela própria distribue as medidas do café e do açúcar, porque bem sabe quanto depende do sabor da bebida que oferecer aos seus visitantes a sua reputação de senhora prendada e capaz.

Meia hora depois da conversa na sala, surge infalivelmente como se fóra no cumprimento de um rito, a bandeja de metal com as “chicrinhas” arrumadas em círculo, acompanhadas da fórmula invariável, como num sacramento: —“Um cafézinho, meu caro. Foi feito agora mesmo”.

Ninguém recusa, porque ninguém aceita razões para recusar. E’ da pragmática que os donos da casa insistam até que o visitante, por mais fortes que tenham sido as suas razões, se renda vencido e ingira a chícara da perfumada e gostosa infusão. E prossegue a conversa. Os homens queimam um ou dois cigarros e as senhoras versam longamente os seus assuntos domésticos ou os assuntos domésticos dos vizinhos. No melhor da palestra, assoma outra vez á porta a bandeja lustrosa, as chícaras bem alvas e o bule fumegante. O código da nobre hospitalidade ordena que enquanto houver gente de fóra na casa, não se retire a chaleira do fogão. O café é o estímulo das boas palestras. Ele desperta no coração amargo dos homens os suaves sentimentos da camaradagem pacífica. Ele tem, como certos amuletos, as virtudes e poderes mais contrários: aplaca e desperta as iras, acalma e acclera os ritmos do coração, esfria os acalorados e esquentam os frios, abrandam os rigores do sol e mitiga as penas da chuva. E’ uma medicina universal e pronta, que está a todos os momentos nos labios amáveis dos bons brasileiros,

sempre ansiosos de serem úteis ao próximo, sempre cuidadosos de que a sua hospitalidade toque no fundo a alma do hóspede. E para êle mais comovedora do que a da mesa; aquela que se pratica nenhuma fórmula de hospitalidade é dividindo os bens materiais que foram ganhos com trabalho; aquela que se faz na intimidade, fraternalmente, com um carinho desconhecido na própria tenda de Abraão.

No tempo da minha infância, tive muitas ocasiões de observar o efeito apaziguador do café no espírito agitado dos homens. Meu pai era juiz e na sala do seu escritório, muitas vezes discutiam-se com extrema violência questões forenses de delicado teor. Partes e advogados travavam-se de energicas razões perante o juiz impassível.

Quando as demandas eram de terras, pedados guardas-chuva riscavam no chão de tijolo difíceis arabescos, dando a configuração dos sitios e das fazendas e pretendendo resolver ali com aquela agronomia simplista os mais complicados problemas da posse e da propriedade.

No auge dos debates, meu pai (êle era um senhor amante do progresso) premia três vezes o botão de uma campainha elétrica e cinco minutos depois aparecia a velha bandeja de prata florida e aquelas saudosas chícaras de porcelana branca frizada de azul com o imponente monograma do meu avô. Suspendiam-se de subito as discussões. Recompunham-se os rostos alterados e os labios descerravam-se em sorrisos amigos. Os adversários iniciavam nova ordem de idéas e naquela tregua do café repousavam as paixões, amadureciam os argumentos e a sessão recomçava, de ordinário, mais humana. E assim nas confabulações políticas, quando os coronéis debatem a derrota eleitoral do partido adverso. O café congrega os elementos da luta, afia a sagacidade dos peritos em recursos ilegais e mantem reunidos em largas disputas amigos do govêrno e os oposicionistas. Há certas casas neutrais. Os seus donos não participam nas agremiações partidárias. Visitam-nas os adetos de todos os partidos e é aos goles do café aromatizado que os grupos se apertam as mãos, se reconciliam e voltam a entender-se.

O café também desata as linguas. Com a chícara nos labios os profissionais da intriguilha exercem longamente as suas habilidades.

Conheci quiçá o “recordman” dos bebedores de café. Amancio José Pereira, velho escrivão da coletoria estadual do Cascavél, visitava diariamente quarenta e tantos amigos e bebia na casa de todos êles alguma cousa como cincoenta “chicrinhas” de café. Ele era também o jornal da terra, a gazeta ambulante e maliciosa, o noticiarista perverso e intrigante, a quem todos respeitavam atemorizados. Mas só falava, quando lhe serviam um cafézinho

bem forte. Era de vê-lo saboreando a bebida gostosa, entre historiêtas picantes de alcôva, ligeiras difamações e suspeitas, lançadas com muita equidade sobre todos os amigos. Ele dizia invariavelmente, com áres lisongeiros:

—“Só nesta casa se bébe um bom café”.
E dizia-o em todas as casas.

E a suprema pécha de sovínice e mise-

rabilidade que se poderia lançar sobre alguém:

—“E' tão agarrado que nem oferece café”.

O Papa Leão XIII cantou em ódes latinas a magnificência dêsse novo nétar, que é a fortuna do Brasil e o sagrado motivo da gentil hospitalidade dos seus filhos, tão generosa e abundante, que se diria uma marca da terra, um sinal da raça de habitos suaves que a cultiva.

O plano brasileiro de defesa do café

F. E. NORTZ

NOVA YORK, setembro de 1927.

A proporção que o tempo passa vai-se tornando evidente que o plano brasileiro da defesa do café, que, a princípio, procurava somente regularizar a distribuição da safra, assume, cada vez mais, um aspecto monopolístico, e atinge ás proporções de uma experiência enorme, e talvez perigosa, que deixará seu traço nos annos do comércio. Embora, talvez, originariamente, não tendesse á eliminação do intermediário e dos mercados consumidores, que, por tanto tempo constituíam as pedras fundamentais da venda do café, o fim das medidas tomadas pelo Brasil é conseguir êsse objectivo de modo cada vez mais definitivo. Não há propósito, por parte do comércio do café, de desconhecer os efeitos da atitude do Brasil. Embora reine um sentimento predominante de pesar em todo o comércio, por causa da paralisação do mercado, derivante desse controle, notamos, ao mesmo tempo e com êle entretido, um sentimento de respeito pela enormidade dos planos e das responsabilidades que os interesses ligados ao café brasileiro, se prontificaram a assumir, sob a orientação de S. Paulo.

A ninguém lembra discutir o direito do Brasil em defender o seu principal produto, ou seus esforços para vendê-lo ao melhor preço.

Nada mais faz que seguir a tendência geral dos produtores, ajudando a distribuição do seu produto com medidas de cooperação ou mediante auxilio governamental. Mas é lícito indagar o que pôde succeder no futuro—quando fôr necessário ao Brasil procurar um maior campo de distribuição para suas reservas acumuladas de café.

Muitos pensam também que a interferência do govêrno brasileiro no mercado de café teve uma influência desfavorável, por causa da situação anormal e paralizante que provocou em todo seu comércio.

Os mercados consumidores parece terem chegado á conclusão de que a protecção unilateral dispensada ao café, juntamente com a crença de que êste, hoje, constitue o melhor e mais lucrativo negócio do mundo, pois os proventos ficam, ao que se pensa, indefinidamente garantidos, são motivos para que a plantação do café tenha tido um grande impulso em todas as partes do mundo, e que desse fato resultará um novo período de superprodução.

Espera-se muito do Brasil, nos seus esforços para promover consumo mais difundido do café, mediante propaganda apropriada. O que se tem realizado, porém, nêste particular, não dá logar a otimismo. E' dinheiro mal gasto. Os esforços parece-me terem-se concentrado, quasi exclusivamente, nos países em que os

méritos do café são há muito tempo notórios e apreciados, e onde, para aumentar o consumo, somente se faria mistér melhorar a qualidade do produto, que algumas vezes, deixa muito a desejar, na produção brasileira.

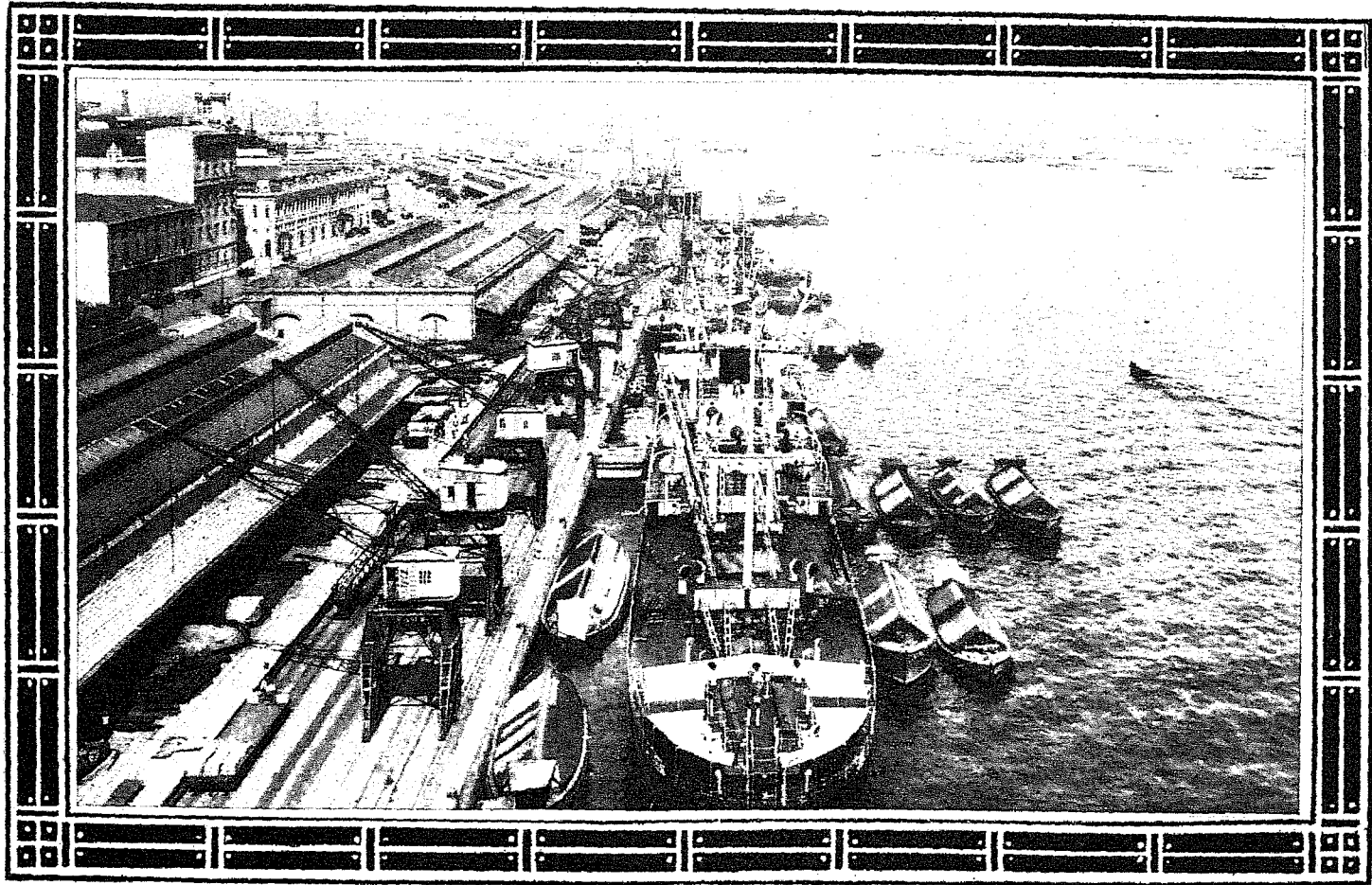
Todos parecem esperar aqui, para o ano vindouro, uma safra muito moderada, que alcance somente 10 milhões de sacas em São Paulo. Tendo em vista, porém, que um grande número de arvores novas só agora começaram a frutificar, dir-se-ia praticamente impossível, por enquanto, calcular o quanto produzirá essa "safra moderada".

Não há disposição por parte do comércio em antecipar os acontecimentos ou sequer em limitar as vendas. As transações na Bolsa de Café e de Açúcar já atingiram ao mínimo. O que resta do antigo comércio do café parece ter-se resignado a um movimento de dia a dia, a espera dos acontecimentos.

Não há interesses de limitação, portanto, capazes de dizer qual a pressão na venda que possa vir, a qualquer tempo, do Brasil. Muitos admiram-se das grandes partidas de café negociadas pelos comerciantes e comissários em S. Paulo e Santos, mediante compras no interior, a preços reduzidos, para entrega posterior, conjecturando não venham elas constituir uma pesada e perigosa transação a longo prazo, porque os compradores não estão seguros de passar o produto adiante. O mesmo aconteceu faz dois anos, e os resultados não foram de todo ponto indesejáveis.

Acredita-se que o consumo do café se elevará na presente estação a cerca de 22 milhões de sacas, a continuarem as condições atuais do mercado.

Um elemento que não deve ser desconsiderado é que a onda de prosperidade que influiu tão favoravelmente sobre o mercado de sécos e molhados dêste país o ano passado, está já amortecendo, o que poderá afetar seriamente o poder aquisitivo do público consumidor. A opinião mais conservadora, aqui, é que o Brasil, para usar de uma expressão comum, "tomou um bocado que não pôde engulir", e que, não obstante a exterioridade de uma perfeita organização de controle, aliada á cooperação efetiva, pelo menos da parte dos cafezistas de S. Paulo, talvez emasiada atenção foi prestada á questão do controle, em vez de se cogitar de outro problema, bem mais importante—e que é êste: como se vai dispôr desse café? Estamos certos que, a menos que não venha uma safra desfavorável em auxilio do Brasil, somada a uma situação de verdadeira atonia dos outros mercados de café vizinhos, a falta de interesse comercial pelo artigo contribuirá para futuro declínio gradual dos preços.



VISTA PARCIAL DO CÃIS DO RIO DE JANEIRO, TOMADA DE AVIÃO.



O café na cidade do Rio de Janeiro

GEREMARIO DANTAS

Na comemoração do café, que por si só representa um símbolo da grandeza nacional e da capacidade de trabalho e energia do nosso povo, cabe à cidade do Rio de Janeiro papel de importância capital.

Realmente é interessante assinalar que toda essa riqueza de fábula que subiu a Serra do Mar e ganhou as margens do Paraíba, levando por toda a parte no vermelho alácree dos seus frutos opulência e o fausto, chegando a Jundiá, a Campinas e depois a Ribeirão Preto e mais tarde aos confins do noroeste de S. Paulo e já agora aos sertões do Paraná, teve o seu ponto de partida, a sua célula-mater no centro urbano da cidade, que Estacio de Sá fundara dois séculos antes. E não só. A cidade do Rio de Janeiro foi realmente o ponto de irradiação para o cultivo do cafeeiro por quasi todo o país. Sementes e mudas daqui levadas, da chacara de Barbonos, de Mata-Pórcos ou mais provavelmente da fazenda do Mendanha, em Campo Grande, cobriram da opulenta riqueza o sul e a Zona da Mata, em Minas Gerais, e assim grande extensão do Espírito Santo.

Em 1788, o cafeeiro chegou à Baía, levado pelos Barbadinhos italianos; da Baía passou a Pernambuco e de Pernambuco á Paraíba do Norte e ao Ceará.

A paginas 77 e 79 do tomo 5 da revista do Instituto Histórico está inserta a comunicação do socio correspondente João Antonio de Sampaio Viana, juiz de direito da comarca de Caravélas (20 de junho de 1842), dando conta minuciosa da introdução do café na província da Baía:

"Conversando eu muitas vezes com o capitão Manoel da Silva Chaves Junior, natural e morador de Villa Viçosa, comarca de Caravélas, de idade 68 anos, e muito versado na agricultura do país, por ser nesse officio que lhe nasceram os dentes, como éle mesmo se explicava: falou-me em certa occasião do grande uso que aqui se fazia da bebida do café, coisa totalmente desconhecida na sua mocidade, sendo uns missionários italianos que primeiro ali appareceram com semelhante bebida".

E depois Sampaio Viana relata o que ouvira do dito capitão:

"Em tendo de idade 12 ou 13 anos, pouco mais ou menos, appareceram em Villa Viçosa, e se hospedaram em casa de seus pais, dois missionários Barbadinhos italianos, um por nome frei Marcelo e outro frei Pedro, os quais vieram do sul e por terra, afim de pregarem a missão nesta comarca. Traziam éles consigo um preto, que duas vezes por dia torrava uns grãos e moendo-os depois num pequeno moinho de páo, preparava a bebida, que com assombro de todos os moradores de Viçosa, bebiam os ditos frades; e éle, capitão, então bem moço, pediu até alguns tragos da dita bebida, que provou

pela primeira vez. Manoel Fernandes Norinho, tio paterno do capitão Chaves, informado pelos ditos missionários de ser o café produto do Brasil, onde prosperava sumamente, obteve meia duzia de grãos e por curiosidade os plantou no seu sítio do Saco, uma legua distante desta Vila Viçosa".

Depois de várias outras informações interessantes, escreve o juiz:

"Aos missionários italianos devem, pois, a comarca de Caravélas e a província da Baía o plantio do café, que hoje constitue o principal ramo da riqueza desta comarca; á curiosidade do velho Manoel Fernandes Norinho, tio do capitão Manoel da Silva Chaves Junior, em cuja casa, escrevo eu esta breve noticia, se devem tambem os beneficios que a província e o Estado colhem de tão util produção".

"Encontramos o fato reproduzido por Silvio Ferreira Rangel, em sua documentada monographia sobre "O Café", publicada em 1908 pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Muito embora pareça a muitos que o cafeeiro existia entre nós em estado selvagem e afirmem alguns que, pelo seculo XVII, as primeiras sementes nos foram trazidas por portugueses vindos da Arábia, é opinião assentada pelos multiplos investigadores que se hão occupado da materia que a preciosa rubiácea, cuja patria de origem, apesar da classificação de Lineu, tanto pôde ter sido a Arábia como a Alta Ethiópia, chegou a Belém do Pará pelo ano de 1723, aproximadamente, levada de Caiena, pelo brasileiro Palheta, que conseguiu romper as ordens proibitivas vigorantes na Guiana Francesa a respeito da transplantação da "cofea arábica". As primeiras sementes cultivadas no Pará propagaram-se ao Amazonas e ao Maranhão.

Ainda na mesma referida obra, encontro a seguinte passagem de Pizarro, extrahida das suas "Memórias do Rio de Janeiro".

"Pouco a pouco se foi introduzindo a planta do café pelo Pará e Maranhão, onde tem prosperado notavelmente, depois que o decreto de 4 de maio de 1761 o isentou dos direitos nas conquistas portuguezas. Não excede mais do ano de 1770, o principio desta cultura neste País (Rio de Janeiro), devido ao zelo e diligência de João Alberto Castello Branco, chancelér que era na relação desta cidade, mandando vir, do Maranhão ou do Pará, onde nascera ou havia sido magistrado, as plantas primeiras que se dispuzeram na cerca do hospicio dos padres Barbadinhos italianos e na quinta de João Hoppmann, além do arraial de Mata-Pórcos".

No mesmo livro, Pizarro faz uma afirmação que se afigura temeraria:

"O café, tendo sido transplantado da India para o Brasil, onde principiou a prosperar, foi

contudo mandado arrancar por el-rei dom Manoel para conservar o comércio com a Asia, impondo pena de morte aos que tratassem de sua cultura”.

O sabio brasileiro Freire Alemão, numa importante memória “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil”, lida em 16 de maio de 1856 perante o Instituto Histórico, combate com argumentos irrespondíveis a asserção de monsenhor Pizarro, dando-nos ao mesmo tempo, com a sua incontestável autoridade, minuciosos dados sobre as primeiras tentativas de cultura no Rio de Janeiro.

Vamos seguir as pegadas do botânico brasileiro, filho da terra carioca, Freire Allemão, que contesta Balthazar da Silva Lisboa quando diz nos seus “Anais do Rio de Janeiro” que:

“Os capuchinhos franceses foram os primeiros que no Rio de Janeiro cultivaram o café que espontâneamente o encontraram produzindo nas vizinhanças da cidade”.

E então escreve o sabio carioca:

“Em um artigo impresso em 1813 no “Patriota”, primeiro periódico, que, no Rio de Janeiro, senão em todo o Brasil se publicou consagrado ás letras, e ás ciências, diz o autor, que conserva o anônimo: “quando indaguei donde nos viera o café, pude apenas coligir que ao Pará nos veio por Caiena; e que o primeiro cafeeiro que appareceu no Rio de Janeiro, o devemos a Hoppmann, holandês de nação, que se estabeleceu nesta cidade: noticia que devo á amizade do nosso illustre botânico José Corrêa da Ana.”

“Aires do Casal, na sua Corografia Brasileira, diz que:

“O cafeeiro naturaliza (no Rio de Janeiro), no tempo do conde de Bobadéla, por diligência dum seu afilhado, tem-se multiplicado prodigiosamente e enriquecido muita gente.

José Silvestre Rabelo, em memória lida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, disse:

“O certo é que um holandês por nome Hoppmann, que se achava estabelecido aqui na côrte, no tempo do vice-reinado do Marquez do Lavradio plantou arvores de café”.

O conego Januário da Cunha Barbosa, em nota á biografia do bispo do Rio de Janeiro, d. José Joaquim Justiniano, escreveu:

“Também concorreu êle para a propagação da cultura do café, recebendo sementes da horta dos barbadinhos italianos, e fazendo-a distribuir com muita recomendação pelos padres Couto e João Lopes, aquele no caminho de Rezende, êste no distrito de São Gonçalo. Estas sementes tiveram o progresso que hoje sabemos, pois que da fazenda do padre Couto se derramaram por todas as de serra acima, onde prosperaram espantosamente.”

Freire Alemão conclue que para o Rio de Janeiro a planta veio do Pará ou do Maranhão, por intervenção e cuidados do já citado chanceler Castelo Branco, que exerceu as suas funções ao tempo do conde de Bobadéla. E como Aires do Casal e Cunha Barbosa asseveram que a planta aqui chegou, governando Gomes Freire de Andrade, isto deve ter sido

antes de 1763, pois que o governador expirou precisamente no dia de ano bom. Contava a cidade por aquêl tempo cerca de 30 mil almas. Eram então já decorridos cerca de 35 anos da introdução do café nas províncias do norte. Mas no Rio de Janeiro a cultura ficou de tal arte reduzida que em 1768 o botânico inglês Zanks, companheiro do celebre Cook, que aqui esteve naquele ano, escreveu o seguinte: “todas as produções das nossas ilhas da America prosperariam nesta parte do Brasil, e no entanto os habitantes daqui tiram o seu café e chocolate de Lisboa”.

Ainda Freire Alemão: “A primeira plantação se fez na cerca do Hospício dos Barbonos, situado na actual rua do mesmo nome. Ainda em 1782 o conego Januario ali viu dois pés de café, dos primeiros que naceram nesta cidade. Parece que se foram criando sem suscitar grande atenção, até a chegada do vice-rei, o Marquez do Lavradio, que foi em fins de 1769; isto é, sete ou mais alguns anos depois que as sementes tinham vindo. E é natural que fosse o interesse, que o vice-rei mostrou por essa planta, que movesse Hoppmann a cultivá-la em sua chacara de Mata-pórcos, e o bispo na sua fazenda do Capão.”

“Da fazenda do Capão saíram plantas para a do padre João Lopes em S. Gonçalo, da qual se propagou o café pelos logares circunvisinhos, e para a do Mendanha, em Campo Grande, onde, pelo que eu pude alcançar (Freire Alemão) essa cultura começou pouco antes de 1780.

Do sítio onde se fez a primeira plantação em Mendanha era proprietário, e pouco tempo depois o foi também da fazenda, o padre Antonio do Couto da Fonseca. Foi meu padrinho de batismo e criou-me em sua casa até o dia do seu falecimento acontecido em 11 de Janeiro de 1810”, etc., e depois: “Para o anil havia feito (o padre Couto) fabricas autoras, e que talvez não tivessem irmãs em todo o Brasil; adotando porém a cultura do café, desprezou aquela inteiramente. Nesta se esmerava de igual modo, e por meio de máquinas espremia o café, lavava, secava e o preparava até o ponto de beber-se; com a compra, porém, do engenho do Mendanha substituiu as grandes plantações de café por canaviaes, deixando apenas quanto lhe dêsse para o gasto, e para presentear os amigos. Dêsses primitivos cafezais ainda alguns alcançei: e vive ainda hoje uma preta, que contando mais de 90 anos, e conservando ilêsas lembranças da sua mocidade, refere que fazia parte dos exercitos que se occuparam no primeiro plantio de café, que fez o padre Couto.

Dessa fazenda saíram mudas para serra acima, onde esta planta tão belamente se tem naturalizado”.

Agora o testemunho do conego Januário da Cunha Barbosa, citado por Freire Alemão: “Bate-me o coração quando me lembro que ainda vi nos primeiros anos da minha vida as duas primeiras arvores de café que haviam sido trazidas em tenras plantinhas da cidade do Maranhão pelo desembargador João Alberto de Castélo Branco, nomeado chanceler

da Relação desta cidade e acolhidas como peregrinas estrangeiras na horta dos Barbadinhos Italianos, junto á entrada da sua capéla, onde é hoje o hospital de Municipais Permanentes.

Honra, eterna recordação a êsse magistrado que assim fez passar de um solo, não mui proprio, essas abençoadas plantas que têm dado imensos milhões pela boa hospedagem que lhes déra o solo do Rio de Janeiro. Foram essas duas plantas, crescidas extraordinariamente por se não conhecer ainda o meio de sua verdadeira cultura, as progenitoras de infinitas e majestosas plantações que hoje cobrem grande parte das encostas de nossas colinas. Honra e eterno reconhecimento da memória ao exmo. vice-rei, marquez de Lavradio, que apenas empossado no govêrno desta provincia e sabendo que viviam duas plantas de café, arbustos tão preciosos em outros países, se deliberou logo a visitá-las e as suas vistas caindo sobre os primeiros orvalhos que os fizeram prontamente vicejar e propagar-se.

“O estrangeiro João Oppman (sic) colhendo allí mesmo, algumas bagas de café, as lançou na terra, em seu jardim, da estrada de Mata-Porcós á S. Christovão.”

Vem depois a informação de que o bispo diocesano d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, estimulado pelo successo da cultura do anil em sua fazenda do Capão, obteve tambem algumas bagas de café que aí plantou, repartindo as demais com os padres lavradores Couto e Lopes, aquele na serra que dá caminho para Minas Gerais e tomou seu nome e este no distrito de S. Gonçalo.

Apesar, porém, dos esforços empregados pelo botânico padre mestre Conceição Velloso e de algumas violências praticadas pelo marquez do Lavradio com o fim de promover a cultura do cafeeiro, este “permaneceu por muito tempo nos jardins do Rio de Janeiro, figurando como planta de ornamentação, até que certos artigos sobre o café de Cuba publicados nos jornais da Côrte fizeram com que alguns lavradores empreendessem o plantio do cafeeiro, sem que todavia abandonassem a cultura da cana de assucar”. Mas a primeira colheita foi desanimadora. Foi vendida a 800 réis a arroba. O duanismo tornou-se geral e por modo tal que fazendeiro houve que incendiou uns cafezais”.

Mas na segunda e terceira remessas para o estrangeiro os que não desacoroçoaram conseguiram boa colocação, permitindo ao fazendeiro vender o produto aqui na praça na razão de 7\$000 a arroba.

“Desde então as vastas e solitárias florestas do Brasil, ainda respeitadas pela rotina e pela desconfiança foram abatidas pelo machado e pelo fogo e todo o proprietario de um palmo de terreno cultivou café. A introdução de máquinas veio facilitar e aperfeiçoar o processo e hoje o Rio de Janeiro oferece aos olhos do observador o magnifico espectáculo de grandes estabelecimentos agricolas, de bellissimas fazendas onde se encontram os gózos da vida acompanhados de todas as comodidades, obra, sem dúvida, de bem pouco tempo, pois que a verdadeira cultura do cafeeiro data de 1830”.

Retiro essas valiosas notas do sr. Nicoláo Joaquim Moreira, livro denominado “História e Cultura do Cafeeiro”, publicado em 1873.

Mas ainda aí aparece a narrativa de uma galanteria feminina na história da introdução do café em nosso paiz, bem merecedora de divulgação. Copiando Soares Barbosa, o dr. Nicoláo Moreira, por seu turno, relembra um trecho do relatório do bispo do Pará d. fr. Joaquim de S. José, monge Beneditino sobre a sua visita em 1762 e 63 aos sertões amazonenses:

“Aqui vimos, escreve o sabio bispo, pela primeira vez, a arvore do cacau, plantada pela natureza, de que estas ilhas do rio abundam nas visinhanças de Gurupá; não assim das arvores do café, vindas de Caiena, em tempo do governador do Estado João da Maia, o que se deveu a generosidade de uma francesa, mulher do governador da praça, que sabendo a proibição e estudo com que andavam os seus nacionais para que se não comunicasse a planta a um português (sic) de quem ignoramos o nome e só sabemos ser N. Palheta, que ali se achava, indo êste visitar seu marido e saindo todos a passeio, ela generosamente lhe ofereceu na presença do esposo (que se sorria) uma mão cheia de bagas de café, praticando a galanteria de ser ella mesma quem lhas introduzisse no bolso da casaca, obrigando-o de sorte que lhe não sobejassem as expressões com que mostrou agradecer muito a franqueza e bizarria da senhora; e logo em Belém se repartiram pelo governador e homens de negócio, entre os quais não foi dos segundos Agostinho Domingos, natural do arcebispado de Braga, e casado em Belém, homem de muita honra, verdade e cabedais, cujo procedimento autoriza bem as suas cãs na avançada idade de 80 anos, de quem recebemos immediatamente esta notícia, quando nos mostrou os seus cafezais do Guamá”.

Voltemos, porém, ao Rio de Janeiro e á natural memória de Francisco Freire Alemão, carioca de nome inapagável do domínio das ciências naturais a qual se acha inserta no tomo XIX (sexto da terceira série), da Revista do Instituto Histórico, cumprindo-me porém acrescentar que os originaes de próprio punho do sabio brasileiro perfeitamente legiveis são conservados em poder da veneranda viuva do ex-senador Augusto de Vasconcelos, que fôra casado com uma descendente da familia Freire Alemão. Nessa preciosa coleção de manuscritos, encontra-se uma interessantissima aquarela, em fôrma panorâmica, datada de 1846, tambem obra de Freire Alemão, reproduzindo com os menores detalhes a Fazenda de Mendanha, onde êle assinalou a casa em que nasceu e onde aliás veio a falecer e ainda a casa em que funcionava a escola de primeiras letras na qual aprendeu até 1810.

Das “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, do projecto Vieira Fazenda, publicadas, em parte, no tomo 88, volume 142 da Revista do Instituto Histórico, aproveito os seguintes esclarecimentos: de uma relação apresentada em 1777 ao vice-rei marquez do Lavradio pelo mestre de campo Ignacio de Andrade Souto Maior Rondon, comandante do Distrito

Miliciano, do qual fazia parte a Freguezia de Campo Grande, contava êste dez engenhos, entre os quais o de Mendanha, de propriedade do capitão Francisco Caetano de Oliveira Braga, com 30 escravos, 10 caixas de açúcar e oito pipas de aguardente.

"Na Fazenda do Mendanha, comprada posteriormente pelo padre Antonio Couto da Fonseca (as escrituras vi-as no Arquivo Publico) foi cultivado o café". "Nêsse local nasceu em 24 de julho de 1797 o illustre e citado padre Freire Alemão, afilhado e protegido do padre Couto. O padre Freire começou como sacristão, mas por seus estudos e proficiência, admirada mais tarde até em países estrangeiros, conquistou o nome de verdadeiro sabio."

Por notável coincidência faleceu (11 de novembro de 1874) no lugar do seu nascimento e foi sepultado no cemitério da freguezia de Campo Grande. Do referido engenho foi fundador o capitão Luiz Vieira de Mendanha".

Segundo o trabalho já citado de Silvio Rangel, foi da chacara dos Barbadinhos, na rua dos Barbonos, que, segundo todas as probabilidades, saíram as sementes para as culturas dos cafezais que fizeram a grandeza dos Estados do Rio, Minas e São Paulo "tendo para isto concorrido entre outros, o padre Antonio Lopes da Fonseca, que estabeleceu uma grande cultura em sua Fazenda do Mendanha, em Campo Grande, e D. José Joaquim Justiniano, bispo do Rio de Janeiro, que, com especial recomendação, diz um dos seus biógrafos, citado por Porto Alegre, fez distribuir as sementes colhidas naquela chacara, pelos padres Couto, para os lados de Rezende, e João Lopes, no distrito de São Gonçalo, onde as culturas prosperaram admiravelmente e irradiaram-se pelo território fluminense, pelo norte de São Paulo e parte de Minas".

"Da fazenda do Mendanha, do padre Fonseca, saíram as mudas para os primeiros cafezais de Rezende, Arêias, Arrozal, etc.

Os primeiros cafezeiros introduzidos em São Paulo, foram plantados no quintal da residência do sargento-mór Raimundo Alvares dos Santos Prado, no município de Jundiá. Destas plantas provieram as sementes de que se originou, em 1809, o primeiro cafezal do município de Campinas, pertencente ao tenente Antonio Francisco de Andrade.

Abandonado por seu proprietário, que partiu para as guerras do sul, esta cultura desapareceu, até que, em 1817, formou-se um segundo cafezal, no mesmo município, por iniciativa do capitão Francisco de Paula Camargo, que levou do Rio de Janeiro algumas sementes para ali".

Vieira Fazenda, com aquêlê esméro de pesquisa que punha nas suas crônicas, conta-nos nas "Antiquilhas e Memorias do Rio de Janeiro" como os barbadinhos se instalaram em Barbonos. Andavam êles de Herodes para Pilatos. A antiga ermida da Conceição de Nossa Senhora da Ajuda esteve a pique de ser pousada dos Capuchinhos italianos em 1733, mas em virtude do protesto da Câmara, obtiveram êles no ano seguinte hospício pró-

prio, na rua Evaristo da Veiga, por isso chamada dos Barbonos, "no local em que está hoje o quartel de Polícia".

"Dizem, escreve o grande crônista carioca, no v. 140 da "Revista do Instituto Histórico", que na chacara dos Barbonos foram plantados os dois primeiros pés de café, trazidos do Pará pelo desembargador João Alberto Catsélo Branco".

Aquí e acolá, cheguei eu também á convicção de que, as primeiras mudas de café foram realmente plantadas na chacara dos Barbonos e depois em Mata-Pórcos por Hoppman, no Convento de Santa Teresa, inaugurado em 24 de junho de 1751 e em cuja igreja se encontra sepultado seu fundador, o conde de Bobadéla e ainda numa chacara da Gavea.

A cultura ao tempo mais vasta terá sido a da Fazenda do Mendanha, de onde se verificou como vemos a irradiação serra acima e depois ao longo das margens do Paraíba. E' de citar a particularidade de Manoel de Macedo, no 2.º volume do "Ano Biográfico", tratando da figura do sabio Freire Alemão, escrever sempre "Mendonha", ao invés de Mendanha.

A plantação de Hoppman parece haver sido ao lado impar da actual rua Hadodck Lobo, que por sinal, segundo refere Noronha Santos, constituia um extenso atoleiro desde o largo de Mata-Pórcos até encontrar o Rio Comprido, só aterrado em 1850, com o dispendio de avultadas quantias por parte da Câmara; mas, escreviamos, ao lado impar da actual rua Hadodck Lobo, talvez ao alto e logo após a Igreja do Espirito Santo, no largo do Estacio, abrangendo possivelmente as fraldas do morro de Santos Rodrigues, primitivamente conhecido como do Castelano e depois do Barro Vermelho (Rev. do Arch. Maio-junho de 1894).

O local era chamado de Mata-Pórcos, por haver existido ali um matadouro desses animais, para o mercado da cidade, conforme ainda Noronha Santos, enquanto á rua de Matacavalos, hoje do Riachuelo, correndo na encosta do morro de Santa Tereza, tirou sua designação do fato de constituir sobretudo em tempo de chuvas, uma travessia perigosa, com atoleiros profundos de onde os animais, se não perdiam a vida, saiam estropiados, mas cuja passagem se tornava obrigada para fugir da lagôa da Sentinela e para alcançar as matas da Tijuca, a fazenda dos padres jesuitas no Engenho Velho ou a dos padres do Rio Comprido, de vez que os mangues da cidade formavam aguadas e atoleiros que se estendiam até os areais que emprestaram o nome á rua do Areal e possivelmente atéo Campo de San'Ana, pouco mais ou menos onde está hoje o Hospital de Pronto Socôrro.

Na fazenda de Mata-Pórcos, Hoppman fez a sua referida plantação de café, tendo sido nas ditas terras construida mais tarde a Igreja do Espirito Santo, inaugurada em janeiro de 1866, demolida em fins de 89 e reconstruida em 1900, sem esquecer a antiga capela levantada por provisão de 20 de Janeiro de 1746, perto da Bica dos Marinheiros.

Extensas culturas foram a pouco e pouco cobrindo os morros da Gavea que circundam a

Lagôa Rodrigo de Freitas e daí e da chacara de Hoppman, elas passaram naturalmente para a Tijuca, e para Jacarépaguá, já então a cinco horas da cidade, onde ainda hoje em quasi toda a antiga sesmaria se encontram vestígios de cafezais extintos.

E Noronha Santos, tão profundo conhecedor das coisas cariocas e investigador que inconfundível escrupulo põe nas suas pesquisas, observa que o café foi em outros tempos das principais plantações da cidade. Essa referência é encontrada na quasi unanimidade dos nossos compendios de corografia e ainda modernamente aparece o arrolamento dessa mesma cultura nos trabalhos de Veiga Cabral.

As chamadas florestas da Tijuca constituindo em nossos dias apenas um capoeirão grosso, assim mesmo preservado ao machado do carvoeiro por ser propriedade do govêrno da União, oferecem a cada passo sinais evidentes de que remotamente por todas aquelas serras foram cultivados vastos cafesais. Para os lados de Jacarépaguá, a impressão torna-se mais precisa e frequente. Sobretudo na Fazenda do Engenho da Serra, propriedade do dr. Joaquim José de Siqueira, atualmente retalhada em lotes e pequenos sitios; na floresta dos Tres Rios, onde prosperaram as lavouras da familia Ruch, nos recantos de Cafundá e do morro do Catanho, Rio Pequeno e Serra do Barata, já então para as vertentes de Campos Grande, não cessam os rastros da riqueza extinta. Entretanto, pude observar nesta ultima pesquisa na Serra do Rio da Prata do Cabuçú e na do Rio da Prata do Mendanha, até dobrar para os lados de Marapicú.

Hoje tudo são sombras e lembranças. Na floresta dos Três Rios, lá está a velha casa senhorial, de sobrado, entre arvores seculares, propriedade da Inspeçtoria de Aguas, carcomida e esborcinada; a fazenda do Engenho da Serra, acachapada e colonial, com a sua ampla varanda de entrada, o vasto pátio empedrado, adquirida ha pouco pelo dr. José Mariano (filho) quelhe está reavivando e reconstituindo a primitiva fisionomia, tendo ao lado, á margem do caminho quasi intransitável por onde, segundo alguns, devera ter passado, em 1790, Duclerc na sua caminhada de Guaratiba para a cidade; os grandes muros descarnados, as traves apodrecidas, o telhado desabonado, tudo pedra e madeira de lei, tristes atestados de uma grandeza morta, aquí paíões que transbordaram de cereais, ali a grande roda imóvel, os dentes do poderoso engenho enferrujados, além esfarelando-se a valeta que escoava o rescaldo, acolá o armazem das pipas de aguardente... No Catanho, em Cafundá, no Mendanha, dentro das capoeiras, dormem os alicerces das edificações demolidas ou desmoronadas... No Rio da Prata do Cabuçú, tambem vestígios do que se foi. No Rio da Prata do Mendanha, lá estão, ao pé da montanha enorme, a casa branca e cuidada, o engenho roncoeiro, a roda da farinha, a fábrica de melado e rapadura, o pequeno paiol de arroz, de farinha de mandioca e ainda do café, graças ao carinho do sr. Antonio Cavalcanti de Albuquerque...

Infelizmente não me foi possivel conhecer com segurança o montante da produção daquelas culturas desaparecidas, porque as estatísticas englobam-na no mesmo cómputo toda a província do Rio de Janeiro, incluindo o município da Côrte.

Augusto Ramos, no seu exaustivo trabalho sobre "O café" escreve: "Foi nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro que o cafeeiro encontrou condições algo favoráveis de desenvolvimento, na região denominada de "serra-abaixo", entre a Serra do Mar e o Oceano. Ainda aí, entretanto, o clima não se revelou bastante apropriado, impelindo os lavradores para o planalto, isto é, para os terrenos situados a mais de 200 metros de altitude".

Nêsse mesmo trabalho de grande interesse e valor ocorre um trecho digno de transcriçãõ para o objetivo que nos guia nesta coletânea de dados: "...posto que hajam seguras informações relativas á vinda para o Rio de Janeiro de uma muda obtida em Gôa, India Portuguesa, e de que foi portador João Alberto Castelo Branco, em 1760. Tambem se diz que um monge belga de nome Molke teria presenteado em 1774 ao Convento dos Capuchinhos algumas sementes susceptíveis de germinação. O que é fáto é que o bispo do Rio de Janeiro, Joaquim Bruno, tomou sob seu desentranhado patrocínio o cultivo do cafeeiro, encorajando com amor a sua propagação nos atuais Estados do Rio, Minas, Espírito Santo e São Paulo".

A cidade do Rio de Janeiro desta ou daquela forma é sempre o ponto de partida.

Tratando de Minas, Augusto Ramos, commentou: "Há, porém, entre os mais antigos fazendeiros de café, no Estado, quem afirma que o cafeeiro appareceu primeiramente no vale da Paraíba, ao expirar do seculo XVII, de mudas procedentes das culturas existentes na chacara dos Barbadinhos, no Estado do Rio de Janeiro." Já vimos que essa chacara dos Barbadinhos era na rua dos Barbonos, até 1742 conhecida como Caminho dos Arcos da Carioca e de 1870 para cá, rua Evaristo da Veiga, dentro, portanto, do centro urbano da cidade do Rio de Janeiro. (Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal, de Noronha Santos).

Na mesma ordem de idéas, encontramos notas elucidativas em um trabalho de folego "Resenha Financeira do ex-Império do Brasil", da autoria de Amaro Cavalcanti, estadista consagrado nos mais altos postos de todas as providências da administração publica e que tambem foi dos nossos poligraphos com maior cultura e autoridade. Escreveu êle que em 1723, porcedente de Caiena, vêm ao Pará as primeiras sementes do café, que em 48 já se reproduziam, em 17.000 pés. Em 62, João Alberto Castelo Branco, transferido do Maranhão, para chanceler da Relação do Rio de Janeiro, no govêrno do conde de Bobadéla, de lá manda vir as primeiras mudas, sendo a primeira plantaçãõ feita no Hospic'io de Jerusalém, á rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga.

Em 70, o padre Antonio Lopes da Fonseca estabelece a cultura intensa em sua fazenda do

Mendanha, em Campo Grande, município neutro, e daí saem as mudas para serra acima: Rezende, Areias, etc.

Finalmente, Amaro Cavalcanti informa que em 1792, o holandês João Hoppman, no govêrno do Marquês do Lavradio, cultiva o café em grande escala, na sua quinta, além do "arraial de Mata-Pórcos", no Engenho Velho e o bispo D. José Joaquim Justiniano, na sua fazenda do Capão em Inhaúma, faz uma colheita de 160 arrobas.

Os do lugar ainda dão notícia dessa cultura desaparecida, restando apenas a designação do local que os moradores antigos precisam melhor, chamando-o de Capão Bispo.

E' de salientar entretanto, que no celebre relatório do Marquês de Lavradio, ao passar o govêrno a Luis de Vasconcelos datado de 1769 não há notícia da cultura do café, apesar da ação decisiva do Marquês referida por todos os cronistas da época, que relatam a sua enérgica influência nêsse sentido, plantando mudas de café no Passeio Público e estimulando a iniciativa de Hoppman, ocorrendo no romancezinho do carioca Luiz da Silva Alves de Azambuja Luzarro, o primeiro que se publicou no Brasil, em torno da cultura do café, isto em 1874, episódios pitorescos a respeito.

"O capitão Silvestre e Frei Veloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro" é o nome da minúscula obra.

E ainda recentemente Delgado de Carvalho na sua documentada "História da Cidade do Rio de Janeiro" realça os esforços do grande Marquês do Lavradio em prol da propagação do opulento arbusto em nossas terras.

Não obstante, nas freguezias do chamado recôncavo do Rio de Janeiro, através os relatórios parciais apresentados ao Marquês pelos me tres de campo, que superintendiam os di tritos milicianos, nem uma vez appareceu qualquer referência á gloriosa planta que se tornaria mais tarde a nossa maior riqueza. Fernando Dias Paes Leme, mestre de campo do distrito de Irajá, apresentando um rol completo das fazendas e dos engenhos locais com a de ignação dos respectivos proprietários, numero de jogos, de portos, de arraiais, de escravos, de lavouras, etc., fala apenas na produção dos seguim'es mantimentos: farinha, feijão, milho, arroz e mais em pipas de "agua-ardente".

Outr tanto, faz Ignacio de Andrade Souto Major Rondon, mestre de campo do distrito de Guaratiba que comprehendia além de outras freguezias a de S. Salvador do Mundo de Guaratiba, a de N. S. do Loreto de Jacarepaguá e Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, esta com 10 engenhos, aquela com 8 e aquela outra com 6. A produção é sempre a mesma: farinha feijão, milho, arroz, aguardente e mais anil e "mendubis". Sobre o café, nenhuma referência.

Os padres jesuitas dedicaram-se principalmente ao plantio da cana de açúcar e do arroz e á criação de gado nos campos de Santa Cruz e só após o confisco das suas vastíssimas propriedades territoriais, além da referida fazenda de Santa Cruz, mais as de Engenho Velho, Engenho Novo e S. Christovão para só citar

as que nos interessam, a cultura do café alastrou-se por assim dizer por toda a área que constituiu o município neutro e hoje é o Distrito Federal. Na Gávea, na Tijuca, em Jacarepaguá, em Campo Grande e em Guaratiba existiram extensos cafezais.

E' sobremodo notável como essa cultura se generalizou por toda a cidade. Ainda agora, nas velhas chacaras de Botafogo, de Laranjeiras, do Rio Comprido, de Catumbi, de Conde de Bomfim, da Bôca do Mato, no Meier, de Inhauma, do Engenho Velho, já n o falando em Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, por toda a parte se encontram velhos pés de café, muitos ainda produzindo, embora escassamente.

Praticou-se a *lavoura exclusiva* do café, não restando dívida de que êle foi plantado em todos os engenhos e se para muitos a colheita nem sempre podia ser levada ao mercado pelo menos bastava fartamente ao consumo próprio.

Em principios e meados do século passado, a safra carioca foi de molde a permitir uma razoável exportação, principalmente em Guaratiba.

Não seria porém, oportuno reproduzir as estatísticas do tempo em referência ao movimento do porto do Rio de Janeiro, porquanto sabemos todos que por aqui se escoava toda a produção fluminense, do norte de S. Paulo, do Sul e da zona da Mata em Minas. Tais algarismos, consequentemente, nada representariam.

A titulo de curiosidade, porém, relembremos que a primeira exportação se verificou em 1800 com apenas 110 sacas, e após, em 1813, com 12; em 1820 com 97.500; em 1830, com 391 mil 585, em 1850, com 1.43.484; em 1860, com 2.127.219, em 1870, com 2.209.456, etc., para nêstes ultimos quarenta anos o movimento se deslocar para o porto de Santos.

Vale a pena, contudo, demonstrar como mesmo ao pé da cidade, a produção foi relativamente abundante. No vol. 2, de fevereiro de 1894, pag. 95 da Revista do Arquivo do Distrito Federal, cuja copiosa e riquissima documentação pude examinar, graças á gentileza d' sr. Ruben Gonçalves, continuador da tradição de devotamento escrupulo deixada por Noronha Santos, encontro a seguinte informação:

"O PORTÃO VERMELHO—Os terrenos do Portão Vermelho pertenceram, na primitiva, aos jesuitas. Arrendados em hásta pública por Antonio Pinto de Miranda passaram, com a casa de vivenda, que existia, escravos, canaviaes, etc., por sentença de sequestro, a Nicoláo Antonio Honorate. Por herança da viuva dêste, os bens couberam a Miguel Gonça ves Duarte, que s traspassou, em 30 de setembro de 1802, ao capitão Manoel Ribeiro Guimarães, de quem foi herdeiro em 1846 Antonio da Cruz Rangel. Do tempo deste foi a grande casa de engenho, que se achava edificada onde é presentemente o Hospital Militar. Depois que o engenho deixou de fabricar açúcar, a grande chacara foi transformada em fazenda de café, e que chegou a colher 1.200 arrobas

por ano. A causa de chamar-se Portão Vermelho a êsse lugar foi o portão pintado de vermelho que dava entrada á vastíssima propriedade". Pois bem, êsse Portão Vermelho ainda existe, com os seus pilares antiquíssimos logo no começo da rua Pinto de Figueiredo, havendo posteriormente as ditas terras passado de Rangel para o coronel Antonio Basilio, que as edificou em toda a frente de Conde Bomfim, transferindo-se a propriedade por "causa-mortis" a seus herdeiros que cortaram a dita chacara com uma rua que recebeu o seu nome, além de que por ela proseguirá a Avenida Maracaná, abrindo-se presentemente um novo logradouro que ligará a rua Antonio Basilio á de Conde de Bomfim. Ainda na chacara do Portão Vermelho, construiu a casa em que reside, a rua José Higino.

O velho e pesado sobradão da fazenda está transformado em casa de comodos, enorme e esbocinada, em vesperas de demolição.

O antigo Hospital Militar do Andaraí foi transferido para o Jockey-Club, encontrando-se hoje na rua Pinto de Figueiredo a Escola do Estado Maiór.

Vimos assim, poucos metros além da bela Saens Pena uma chacara produzindo 1.200 arrobas de café por ano.

A lavoura do café alastou-se do litoral e foi penetrando cada vez mais o interior. A ausencia de conhecimentos agrarios, a falta de adubos quimicos e a tradição que se generalizou de que o café só dava em terra de mato, em "terra nova" além do crescimento natural das povoações foram restringindo as plantações ás fazendas e aos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba.

O café era cultivado em todas as chacaras, em todos os sitios, todos o plantavam "para o gasto", mas em escala maior, com colheitas de centenas e milhares de arrobas, era cultivado nas velhas propriedades rurais do municipio neutro. No Engenho Novo e Vêlho da Taquára, pelo comendador Francisco Pinto da Fonseca e mesmo por um filho do barão da Taquara, que todo o Rio conheceu por Francisco Filho Cosme dos Reis, e anteriormente pelo juiz de orphãos Francisco Felix Barreto de Menezes; o Engenho d'Agua do visconde de Asseca, o Engenho da Serra, propriedade da familia Aragão e depois do dr. Joaquim José de Siqueira, Rio Grande, Vargem Pequena, Teixeira, Rio Pequeno, Curieira, lembrando os nomes de velhos agricultores, cujos descendentes são bastante conhecidos. Antonio de Cerpa Pinto Junior, Paschoal Teles Cosme dos Reis, Lino José dos Santos Dias, Antonio José de Abreu, João Figueira de Ornelas e tantos outros, todos em Jacarepaguá, inclusive, em escala menor, meu bisavô materno, Ludovico Teles Barbosa, também plantador de café, na sua situação da Covanca e depois no sitio do Campinho, onde fez essa cultura em todo o morro conhecido no logar como das Pedras, terrenos da antiga fazenda do Engenho de Fóra, pertencentes hoje a herdeiros do referido barão da Taquara, que também possuía cafezais na fazenda do Páu da Fome e mais o capitão Joaquim Firmino, no Picapáú; a fami-

lia de Ignacio Botelho, na Banca Velha; Manoel Cardino de Castro, nos Teixeiras; o capitão José Claudio, no reconcavo da Covanca...

Em Campo Grande, o plantio era tambem notável, nas fazendas do Bangú, e do Viegas, da Paciencia, do Juari, das Baratas, uma no Realengo e a outra em Campo Grande, propriamente dito, do Guandú do Sena, do Pedregoso, de Palmares, do Rio da Prata, do Cabuçu, do Rio da Prata do Mendanha, de Capoeiras, do Lamarão, dos Coqueiros, do Prata, do Mendanha, etc., sendo a última de que já bastante nos ocupámos, de tão alto o inconfundivel relêvo na história da cultura de café em nosso país.

Dêses engenhos e fazendas chegam até nós os nomes de velhas familias locais: Moraes, Freire Ribeiro, Ursula Martins, Suzano, Antunes, Garcia Leal, Mariana Nunes de Souza, Ana Maria de Jesus, Cardoso, Paiva, Dantas, Francisco Caetano de Oliveira Braga, Labre, Sant'Ana, Freire Alemão, etc., etc. São todos proprietários e lavradores rurais.

A Fazenda do Preto, hoje chamada de dona Julia, pertenceu a Felisbeino de Oliveira, ascendente dos irmãos Piragibe, entre os quais o desembargador Vicente Piragibe, deputado Mario Piragibe e o professor José Piragibe.

Na serra do Rio da Prata, de Cabuçu, o capitão José Luiz Dantas, meu bisavô, pelo lado paterno, possuiu vastos cafezais que, em meados do século passado, abandonou para se dedicar á cultura da cana de açúcar e ao fabrico de aguardente, na fazenda da Cachoeira do Cabuçu.

Em Guaratiba, as plantações eram muito mais extensas, salientando-se a da Fazenda do Curumarim ou Cumarim ou Crumary ou Crumariz, êste último está em Noronha Santos, ou ainda Curumarim Grande, de propriedade de Manoel de Campos e depois de Jacinto Barbosa, com perto de 100 alqueires paulistas plantados; de Cachamorra, de Francisco Alves Teixeira, de Itapuça, do Morgado, de Curumarim, de João Caldeira de Alvarenga, com 30 alqueires cultivados de café, de Piabas, da Familia Fonseca, do Rio do Mundo, da Barra da Bica de Cantagalo, do Consumado do Desterro, de Magarça, da Ilha, do Catimbeu de Fóra, do Engenho da Pedra, da Grota Funda do Mato Alto, de Santa Clara, do Saco da Cova da Onça, da Vargem Grande, etc., etc.

No formal de partilhas da finada Deolinda Maria de Santa Rita, datado de 6 de julho de 1841, sendo inventariante João Caldeira de Alvarenga, maiór do intendente Caldeira de Alvarenga, á cuja obsequiosidade devo o exame de documentos antigos e preciosos sobre a Freguezia de Guaratiba, há informes varios sobre a Fazenda do "Crumarim".

Foram avaliados no dito espólio um quarte de café, no logar Cantagalo, com 5.000 pés, pouco mais ou menos, a \$160 o pé; outro quarte, no "roçado de novo" com 4.000 pés a \$140; outro quartel que faz rumo com o Coelho, com 8.000 pés, a \$120; outro quartel, que faz rumo com Maria Tereza, com 3.500 pés, a \$160; um quartel, nas Almas, com 1.000

pés a 1\$120; mais um quartél no lugar Cavalão Prcto, com 4.000 pés a 1\$160; e mais um quartél, com 5.400 pés, no lugar "Chova Macaco", est mados \$160; outro quartél, "para baixo do Camala", com 2.500 pés a \$160, e, finalmente, um último no "rumo do Velho", com 5.000 pés avaliados éstes a \$050, o valor de cada arbusto.

Por aquêles tempos, as comunicações entre Guaratiba e a Córte se faziam por mar. As estradas eram intransitáveis e perigosas havendo de permear verdadeiros sertões. Os pôrtos de embarque eram o da Praia da Pedra, o de Sepetiba, o de Barra de Guaratiba, o da Barra do Rio Itaquai e o Sernambitiba. Um negociante por nome Figueira formou uma espécie de entreposto e trapiche, um embarcadouro no lugar que conserva até hoje a lembrança do seu fundador—Porto da Figueira. Ali, lanchas á vela (lanxas, escrevem os cronistas da época), lavarengas, canôas, sumacas, barcos, barcas, saveiros, etc., carregavam café, milho, feijão, arroz, aguardente, trazendo da cidade, outros mantimentos e demais artigos para as necessidades locais.

O Porto do Figueira tornou-se o primeiro empório cômercial.

Em Santa Cruz, as p'ntações foram sempre em escala mais reduzida. Os jesuitas mui sabiamente, aproveitando as condições excepcionais das vastas pastagens que êles preservaram e sanearam, através admiráveis e grandiosas obras de engenharia, ainda hoje, dignas de visita e admiração, encaminharam as atividades para a indústria pastoril.

Num trabalho, publi ado no tomo V (1843), da Revista do Instituto Histórico, sobre a Fazenda de Santa Cruz, dahi datado em 16 de Novembro de 1804 e da assinatura do coronel Manoel Martins do Couto Reys, fala êle com grande entusiasmo, nas possibilidades que as respectivas terras offer ciam, inclusive á cultura do café, relatando que em 1797 evou os cafés "á rescura da serra" fazendo cultivar 20 mil pés. Pelos anos 1800 e 1801, colheram-se 153 arrobas, e dando esperanças de avultadas quantidades, pa a o futuro, que bem acreditam a minha lembrança", comenta Couto Reys, na sua vasta exposição, cheia de esperanças e de recriminações azêdas. Acredito que a serra referida, e ainda mais pela realçada "frescura", esteja além das fronteiras do territorio carioca de vez qu a fazenda de Santa Cruz se estende até á he ra do mar.

Muito antes da extinção da escravatura, os cafezais começaram a ser substituidos pelas partidas de cana de açúcar, arrancando-se e destacando-se os velhos pés da gloriosa rubiácea que já haviam "cançado a terra" para que se retomasse á primitiva lavoura que ainda conseguiu alentar os antigos engenhos, que depois de 13 de Maio entraram novamente em decadência, cada vez mais acentuada, até estarem reduzidos hoje, em todo o Distrito Federal á cerca de meia duzia. Os canaviais por seu turno já foram suplantados pelas hortas, pelos enormes pomares de laranjeiras, pela cultura do tomate, em Guaratiba e muito principalmente naquella freguezia e em Campo

Grande e em Jacarépagua, pelos bananais infundáveis e que constituem a lavoura mais intensa e mais rica do Distrito.

Desapareceram de todo, as fazendas de café. O pequeno agricultor, o situante ou roceiro, possui na sua inteligente policultura, ás dezenas, ás centenas ou até mesmo aos milhares, de pés necessários ao seu "gasto". E' para salientar que a plantação não obedece hoje, como não obedeceu jámais, entre os lavradores cariocas, aquella simetria, aquele rigor de linhas e distâncias que tornam os calesais modernos sobretudo de São Paulo, parques de extraordinária e empolgante beleza.

Entre nós, as sementes e as mudas eram lançadas na terra desordenadamente, quasi a êsmo donde os cafezais "apinhados" para dizer do modo característico por que eram classificados no linguajar local.

Aos eitos de café da negrada escrava substituíram as partidas de cana dos pretos-forros, que por sua vez, cederam lugar aos canteiros de hortaliças dos emigrantes e aos bananais farfalhantes, estendendo-se pelas vargens, grimando aos pinaros das serras e fundando nas grotas, naquelle marulhar de sons pingentes, sobre a meia-sombra humida, feia e triste das touceiras...

Hoje na terra carioca, o café é uma riqueza que passou... E' certo que os excelentes trabalhos publicados pela Diretoria de Estatística, atinentes ao recenseamento de 1.º de Setembro de 1920, accusam no Distrito, nada menos de 537 produtores de café com 437 hectares cultivados e com uma colheita anual de 84 toneladas e esclarecem que, da superficie agricola, o milho occupa 46 %; a cana, 30 %; o feijão, 20 %; a mandiôca, 10 %, e o café tambem 10 %, desprezadas as frações, arrolando-se, apenas, duas máquinas em Campo Grande, para o beneficiamento do café, sendo para salientar que para as 84 toneladas, Guaratiba contribue com 69, Campo Grande, com 7, e Santa Cruz com outras 7 contra 1828 toneladas de cana de açúcar em Guaratiba, 26.210 em Campo Grande e 548 em Santa Cruz.

A mesma estatística anota 49 hectares cultivados com 29.610 arvôres, em Campo Grande; 354 hectares com 212.540 pés para Guaratiba 1 hectare com 420 pés para Jacarépagua; 9 hectares com 5.603 pés para o Meier, incluindo uma plantação do Distrito do Andarahi; e por fim, 24 hectáres com 14.200 arvôres em Santa Cruz.

Valendo-me sempre do mesmo trabalho, encontro o Distrito Federal colocado no 16.º lugar na ordem dos Estados produtores de café, acima do Amazonas, de Mato Grosso, do Maranhão, do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte e do Piauí.

Quem percorre o Distrito Federal através 220 quilômetros de magnificas estradas de rodagem, devidos nada menos de 180, a clarividencia do grande administrador que foi o sr. Amaro Cavalcanti, cognominado, com justiça, do "Prefeito dos Suburbios", quem penetra até os ultimos extremos das freguezias rurais há de sorrir incrédulo das possibilidades da

nossa produção de 84 toneladas. Onde estão os cafezais? Realmente, êles são muito poucos. Uma cultura carinhosa do dr. João Borges, na Gavea, com 1.000 pés e uma produção de 42 arrobas, o sítio de Sizenando Ramos, no Cafundá, em Jacarépaguá; uma plantação apreciável em Abreu, a de João Telles, no Morgado, com uma colheita de 100 arrobas; a de João Morais, em Piabas, todas três em Guaratiba e quasi nada mais.

Cumpre, entretanto, atender, como já notámos linhas acima, que o pequeno agricultor rural não dispensa os pés de café necessários ao "gasto". Algumas dezenas, algumas centenas, uns milhares de pés, estão aqui, ali, acolá, quasi imperceptivelmente, cercando a hórta, sombreando o pôço, florindo no terreiro, escondidos dentro do milharal, ou do canavial, abastecendo a casa e também por vezes o vendeiro da localidade.

E' a pequena cultura, modesta, sumida, re-traída, quasi invisível, realizando o ensinamento do velho brocardo, de grão em grão a galinha enche o papo, para perfazer na estatística oficial, o cômputo de 84 toneladas.

Mas, se nesta hora, tão pouco, nós cariocas, contribuimos para essa montanha de grãos com que levamos além mar, aos povos do nosso

intercâmbio comercial, as afirmações robustas da nossa capacidade, do nosso trabalho, da nossa riqueza, abastecendo apesar da bróca ameaçadora e das valorizações infundáveis, com mais de 50 % todo o consumo do mercado mundial; valha-nos a glória, de havermos aclimatado definitivamente, em Mata-Pórcos, com Hoppman, e no Mendanha, com o padre Antonio Couto da Fonseca, o precioso arbusto da Arábia, da Etiópia, "bon" ou "bon", africano ou asiatico; "caffa" da Abissínia, como propõe Silvio Rangel, corrupção do arabe "cahovet", como se encontra em Freire Alemão; de "cavé", do Egitto, segundo está na Botânica do professor Pedro Pinto; chegado ás nossas terras vindo de Caiena pelas mãos de Palheta, trazido de Gôa, ou mesmo directamente da Arábia, pouco importa ao caso; o certo e incontrastavel é que em terras cariocas, dentro da cidade do Rio de Janeiro se formou o primeiro nucleo de mudas e sementes que, saindo serra acima e ganhando os vargêdos do Paraíba, inundaram o território fluminense. Minas, São Paulo, Espírito Santo, Baía, Paraná, e Santa Catarina, dessa prodigiosa e incomensuravel grandeza, que é o nosso orgulho e nossa alta e mais ponderável força económica perante o mundo e em face de nós mesmos.

A evolução da cultura cafeeira através das terras de São Paulo

PAULO DE MORAES BARROS

A propagação da cultura cafeeira no território paulista obedeceu, em início, ao influxo da proximidade, da analogia topográfica e similaridade dos terrenos.

Acompanhando a antiga estrada das tropas que se desenrolava da Córte a São Paulo, foram-se espalhando as bagas do futuro ouro verde, de rincão em rincão, pelos contornos das cabeceiras, pelos declives das fraldas e pelas lombadas da morraria que formam os contrafortes das Serras do Mar, da Maniqueira, ladeando os da Carioca, Bocaina, Quebra Cangalha e Jambreiro, vindo morrer nas margens do Mombucaba Paraibuna, Paraitinga e do rumorejante Paraíba.

Por assim dizer em contiguidade, proliferaram-se as plantações do sólo fluminense ao paulista, invadindo, a cavalleiro de rios e regatos, tratos intersticiais entre alturas agressivas e planícies encharcadas, por sobre terrenos massapés brancos e vermelho, em granulações variáveis, que não raro atingem ao pedregoso.

Esmoreceu essa primeira avançada ao entestar com a linha divisória das aguas do Paraíba com o Tieté, na Serra do Itapeti, entre Jacareí e Mogi das Cruzes, aí ficando o marco de tolerância ao progredimento da friorenta rubiácea na zona Norte do Estado, hoje chamada—da Central.

Dai, em salto avantajado, vencendo o massiço altanado, por demais fresco e húmido, que tem por centro a capital e o Jaraguá por balsa, defluiu pelas encostas e reconcavos da barragem serrana que, da fronteira de Minas não sob a influência excitante da planta avassaladora, Bananal, tornou-se presto dela grande produtor, exportando suas safras pelo porto de Angra dos Reis.

Aos poucos as plantações progrediram do lado do Paraíba, galgando as fraldas e lombas de S. José do Barreiro, Queluz e Silveiras, mais tarde encordoando-se de Cachoeira a Jacareí de conserva com o rio, formando em cada cidade núcleo de fazendas que outrora tiveram fama.

Cunha, S. Luiz do Paraibitinga, Paraibuna e Jambreiro, por mais distantes da estrada, tomaram parte mais modesta na invasão cafeeira que, há um século entrou a bafejar o território paulista distante, vai pelas corcovas coligadas das serras de Itaberaba, Botujurú, Japi, São João e Ituparanga, juntar-se a Serra de Paranapiacaba, matriz de respeito, debruçada para o mar.

Pelos vales acidentados na origem, embrandecidos além do Jaguarí, Atibaia, Camandocaia e Curombatá, formadores principais do Piracicaba de um lado, pelos de Jundiá,

Capivari, Sorocaba e ribeiros afluentes, de outro, confluindo todos para o Tieté, o maior dreno do interior do Estado, foram os cafesais se desenrolando pelos dorsos e escarpas das eminências ladeando vivócas e socavões, nascentes de murmurosos mananciais, até se defrontarem á beira das torrentes.

Nas orlas dêste setor central, penhascoso e de calháu, aspero e agreste, arrogante na passada feracidade de seus terrenos duros de diorito granuloso, que, mesmo lavados pelas grandes chuvas, ainda se reservam valiosos remanescentes de seiva para a medra do intemerato invasor, pasma-se a vista por vezes a inquirir duvidosa se, naqueles tópes lavrados, não são os blócos granitoides cultivados de preferência aos pés de café, tal a sua profusão no quadro paradoxal.

A fim, as fortes ondulações amaciam-se no sopé da serra: aclara-se o sólo, forrado em predegulho de diferentes teões, batizado em salmorão; e mais ao longe, em tableiros extensos, de granulação mais fina entreverada na argila, que se cimenta no humus acamado pelo enxurro, deriva a terra para a massapé clara ou escura, conforme a dose maior ou menor de sílica que entra no compacto.

Em serrotes verrucoides de permeio, escurece o sólo no matiz pardo-roxo que dá o cunho a, entre todas, mais famosa terra de café com fundamento na desagregação da cascuda diábase oxidada.

E assim a zona, esta de fáto central, vai lindar-se naturalmente nas cristas das serras do Cuscuseiro, de Itaquerí, Brotas, Botucatu e do Ipanema.

Campinas foi o pão indiscutido do movimento irradiador das plantações de café, em seu recesso constituindo-se a heraldica da agricultura paulista. E' tão durável a essência vitalizadora dos componentes telúricos das suas adjacências que nela se encontram, ainda vigorosos, primitivos talhões, orçando pelo centenário. Alhures, tal fáto não se verifica de cafezais tão longevos, bastando para rejuvenescê-los, como vai acontecendo, judiciosa adubação com humus artificioso.

Foi nesta celebrada fração territorial que o inteligente empirismo dos lavradores estatuiu as regras práticas para a escolha de terrenos propícios á cultura cafeeira, com base na vestimenta vegetal nativa, chamada de padrões.

Terras de figueira branca, pão de alho e jangada brava; de ceboleiro e palmito branco; de ortiga e sapurussú; de camarará de meia legua e jaborandi pintado, são sempre de superior qualidade, não vingando êstes fidalgos da flora em sólos de somenos. "Pobre entra

em casa de rico, mas rico não pisa o chão de pobre", afirma, em sua gíria, o roceiro astuto.

A terra é tanto melhor quanto mais farta em padrões variando a categoria de acôrdo com a preeminência de alguns. Quando trajada a rigor, em primoroso conjunto de atavios de gala, com que a prodiga natureza costuma requintar a da sua aristocrática selva, seja de salmorão, massapé, roxo ou arenoso, o seu pavimento o fundo é, para as plantações de café, de todos o mais estimado.

Em geral, terrenos bem vestidos, enxutos, permeáveis, húmosos, situados entre 450 a 750 metros acima do nível do mar, e não expostos ao vento sul, são próprios para café.

A figueira, o páo d'alho, a jangada são os padrões e, quando consorciados, sua autoridade é suprema. Na periferia alarga-se o quadro com a cangerana, do lado de Minas, o ceboleiro na Noroeste e o cebolão, na Sorocabana.

No coração de S. Paulo, os padrões congregam-se em promíscua profusão, em regiões intercaladas a campos nativos ruins, carrascais de baixa estirpe e matas, que, por secundárias se açam mais tapadas e abundantes em madeira de lei.

Em domínios mais burguezes, á medida que a terra vai decaindo, a flora virgem, mantendo, senão sobrepujando, alanteira no porte, em transição compensadora, perde na qualidade da seiva, mas, ganha na densidade das lenhas. Como testemunho do asêrto valem perobais imponentes e jequitibás majestosos, os cedros cabreiros e toda a gama de essências classificadas de construção e que só medram em solos menos ferazes.

Feita esta digressão, voltamos á nobre Campinas, a célula mãe da grande lavoura paulista, onde a proliferação tomou vulto em pronunciado movimento irradiador.

No primeiro ímpeto, como era natural, foi o café alinhando-se pelas lombadas dos espigões circunvizinhos, desalojando as culturas de cana, algodão, então básicas no município.

Como fossem animadores os ensaios a difusão operou-se procurando, á principio, as cabeceiras dos rios e ribeirões formadores do Piracicaba e, no alargamento, abrangendo, as quebradas dos municípios serranos de Amparo, Serra Negra, Socôrro e Belém de Jundiá, hoje Itatiba. Em marcas retroativas criou as lavouras de Atibaia e Bragança, apoiadas nos contrafortes das serras do Cambuí, de Itaberaba e do Botujurú e, saltando para o vale do Jundiá pelos reconcados da do Japy, que flanqueou ao seu aproximar de Itú, em cujas cercanias implantou boa cópia de cafezais.

Como as nascentes do rio do Peixe e dos ribeirões da Penha, do Couchal Ferraz e Araras tributários do Mogi, escalam-se em proximidade e em seguimento ao vale do Jaguari, com alturas intermédias e mansas de terra bôa, por elas propagou-se a invasão do Penha do Rio do Peixe, ora Itapira, de Mogi-Mirim e de Araras, para ganhar de novo o vale do Piracicaba pelos rios Tatú e Corumbatá, assinallando a conquista em plantações, outrora pujantes, em Limeira, com os núcleos de Ibicaba

e Serra Azul, e de Santa Gertrudes em Rio Claro.

Acompanhando a vasta mancha de terra roxa que de Mogi, sem interrupção se estende por Limeira, á Piracicaba, Capivari, Tieté, antiga Curuçá e Porto Feliz, êstes ultimos municípios já em pleno domínio do rio Tieté, das suas chapadas e encostas bem formadas, cobertas de cana e algodão dêsde os tempos do Brasil colônia, baniu parte de efetivo, em benefício da nova cultura que se afirmava como usurpadora pugnaz.

Desbordando esta zona mãe central foram os cafezais marchando aos saltos substituindo com seu manto esmeraldino a cobertura florestal nos espigões de mais nota, em cada grupo criando um povoado, ponto de apóio comum, ou revigorando os preexistentes.

O clima mais frio do sul do Estado á esquerda da linha férrea do Itararé, com sua agressividade, opôs barreira intransponível á onda do ouro verde, que se alteava em todas as eminências.

As estradas de ferro foram os fatores precípuos da avançada cafeeira pelo interior, aos municípios que a precederam, levando o estímulo de transporte rápido e com êle o da expansão, aos novos, desvendando novos filões á explorar.

Nessa porfia acentuaram-se as diretrizes dos três grandes troncos ferroviários, que como as varetas de um leque aberto têm os seus extremos nas aguas fluviais fronteiriças com Minas, Mato Grosso e Paraná, emitindo em caminho entrançadas ramificações drenadoras. E ao se acentuarem, delimitando as raias de ação de cada um fracionaram o território do Estado por suas linhas servidas em tão grandes zonas, cada uma tomando a denominação da empresa que industrialmente a explora.

A primeira delas, terceira na ordem que esboçámos, é a da estrada de ferro Mogiana; com seus limites naturais nas serras mineiras divisórias do Cambuci, Abertão, Caracól, Caldas, Muzambinho, Monte Santo, dos Peixotos, da França, nos rios Canoas, segundo em nome, Rio Grande, Paraná, Pardo, Mogi e Ribeirão Ferraz. O seu sistema orográfico fronteiriço, com as pequenas cadeias isoladas de S. Pedro, Batatais e Franca, dá nascentes aos rios do Carmo, Sapucaí e ribeiros afluentes do Mogi e Pardo, entre os quais o planalto ondula em chapadas de terra roxa em desagregação nos morros, que por vezes se sucedem em bastos esteirões, entremeiados de campos de cerrados, que melhoram em qualidade ao se avizinham do Rio Grande.

Nas contravertentes da cordilheira mineira participa a zona, de terras apuradíssimas, da mesma feição alpestre que lhe emprestam os contrafortes serranos que, nas cumeadas acessíveis, escarpas e abas, se oferecem rincões onde o café se dá bem.

Pelos desvãos e socalcas penetraram as plantações nos municípios de Pinhal, S. João da Boa Vista, S. José do Rio Pardo, Caconde, Macacá, Cajurú e Espirito Santo de Batatais, hoje viciado em Altinópolis, tendo partido a inves-

tida dos terrenos mais assentados de Casa Branca e Palmeiras, com origem nos morros de São Pedro.

Adeante de Casa Branca foi, por assim dizer, o Alaska do café que a Mogiana poz á mostra no maior bloco de terra roxa caroável que forra a superfície de S. Paulo.

Ao despontarem os trilhos no Eldorado de nova espécie, foram as lavouras se formando lado a lado pelos chapadões que, uns após outros, se extinguem junto ás bordas do Rio Pardo.

São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e Ribeirão Preto confundiram-se num mesmo mar rubiáceo, nêsse torrão privilegiado fundando-se as grandes fazendas de Francisco Shimidt, o rei do café, Dumont, Guataparã, São Martinho, Companhia Agrícola, hoje Britania, Junqueiras, Cunha Bueno, etc., etc.

Desde então Ribeirão Preto constituiu-se em empório da zona e capital agrícola do Estado, para a sua urbs convergindo todo o movimento comercial da média e alta Mogiana. Foi êste florão que firmou os créditos da terra roxa, até há pouco havida como inegalável para a produção de café.

Vem a pelo discretar de leve sobre essa crosta telúrica que, mais ou menos espessa, aflora em massa por toda zona Mogiana, emitindo para a central veias de consistência vária por baixadas e culminâncias até além do Tieté.

A diábase é uma rocha massiva granulosa, de aparência grisalha, tirante a esverdeada escura tocando ao negro, nos côrtes frescos, em blocos grandes e pequenos, isolados ou aglomerados, que emergem nas saliências dos morros e espigões, também abundantes nos encaixes dos cursos dagua correntosos. Exposta ao ar pelo desgaste das chuvas, pelas convulsões sísmicas ou pela ação do homem, oxida-se o seu abundante teor ferruginoso perigérico, encrostando-se em camada mole, com o vermelho característico da ferrugem, que se esbruga facilmente ao influxo da crescente decomposição e dos agentes exteriores.

Seus detritos, misturando-se a argila em proporções variáveis, compõe a multipla contestura da terra roxa que vai do pardo escuro ao vermelho vivo, conhecido por "sangue de tatú", denotando êste notória pobreza do solo em humus e principios fertilizantes. Quando os calhás da pedra de ferro se encontram aglomerados em proeminência no composto terroso, o solo de tal sorte forrado, se entumece e fica "encaroçado", na linguagem dos lavradores, assim exprimindo o *supra summum* da qualidade. Dizer terra encarçada vale por afirmar a quintessência em terreno cafeeiro, e com seus matizes, em poeira sombria adorna-se a folhagem das plantas á beira dos carreadores.

Por êste leito de escól discorre a farta Mogiana em território paulista em busca das auras campestres do Triangulo Mineiro.

Pouco além de Ribeirão Preto a sua linha bifurca-se, levando o tronco o estímulo á vida rural, que se manifesta em virentes cafezais nas chapadas sobranceiras de Batatais, da antiga Franca do Imperador, de Patrocínio do Sapucaí e do mais novo, Pedregulho. O

ramal, transposto o Pardo, envereda para Uberaba, pintalgando em verde gaio os taboleiros e aclives em que, com as lavouras, se formaram as gemas urbanas de Jardinópolis, Orlandia, São Joaquim, Nupuranga, Itunerava e Igarapava, nos vales do Sapucaí e do Carmo.

Singularidade curiosa a registrar nêstes trechos da alta Mogiana são cafezais que não pedem mé as aos de mais fama, circundados de campos de cerrado, com simples cêrca de arame como lineamento divisório.

A quarta zona cafeeira é explorada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e desdobra-se pelo planalto entre os rios Mogi, Pardo, Grande e Tieté, que abandona na barra com o Piracicaba para seguir a Serra de Brotas, fechando o perimetro na do Itaqueiri, ás portas de Rio Claro.

Em matéria de terras tem de tudo a extensa região. Rosas, superiores e boas nas faixas, declinando para os grandes rios e dos seus tributários, correntosos, ainda rosas nos morros e chapadas intercalares, misturadas e arenosas no centro e, tanto mais, quanto mais afastadas dos grandes drenos fluviaes. De acôrdo distribue-se a flora nativa; majestosa e de padrões nos afloramentos da pedra de ferro; esgançada em matas de "leiteirais", onde o apuro da terra sem ser grande, ainda admite o café; em campos de areia solta, que mais criam carrapatos e bernes do que gado; em vestimenta frondosa, das misturadas com fundo no sub-solo barrento, de argila boa, que descaí para caatingas e "quicaças" que, só no longinquo sertão, se vão transformando em invernadas de trús.

A Paulista esgalhou-se por três veredas distintas á cata do ouro verde, que constitue para ela, como para as demais empresas ferro-carris, a base da economia funcional.

De início investiu para Palmeiras, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro, semeando nessas etapas, bem como na passagem por Araras, Pirassinunga e Porto Ferreira, as pepitas que germinaram viçosas em todas as culminâncias livres de geada. Pelo centro, partindo de Rio Claro, tangenciou S. Carlos, um dos grandes municípios cafeeiros, no vale do Jacaré, Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro e Barretos, apoiando-se em uma série de ramais comunicantes e usurpadores da Mogiana, á direita; e á esquerda recebendo a valiosa contribuição da Douradense, Araraquarense e São Paulo-Goiás.

Sob êste influxo criador nasceram, com as lavouras cafeiras, as cidades e povoados que dia a dia vão recuando o sertão para as margens do Rio Grande.

Na Douradense essas localidades denominaram-se na sequência cronológica: Ribeirão Bonito, Dourado, Bocania, Bica de Pedra, Bauri, Boa Esperança, Gavião Peixoto, Ibeitinga, Itapolis, Novo Horizonte.

Na E. F. de Araraquara: Matão, Dobrada, Taquatinga, Sta. Adelia, Catanduva, Pindorama e Rio Preto.

Na S. Paulo-Goiás: Monte Azul, Olimpia e Icem, futuro nucleo industrial relevante, pela proximidade da cachoeira do Marimbondo, no Rio Grande, a maior fôrça hidráulica de

São Paulo, orçada em 700.000 cavalos, já em via de aproveitamento.

Muito vasto é o trato territorial que da linha Marimbo-Andava, irrigado pelos rios Turvo e S. José das Douradas confina com Minas e Mato Grosso. Não cremos, porém, que a região, pela massa mais vultuosa de terrenos secundários, possa de futuro levar a palma a outras que, equidistantes, ou quiçá, mais longinquaes, se prenunciam desbancadoras da produção cafeeira do oeste.

O terceiro rumo seguido pela Paulista vai ter por Brotas, Torrinha e Dous Corregos, á Jahu, cujos terrenos soberbos formam com as bem assentadas do Banharão no extremo da Serra, resistente reduto cafeeiro, dos que mais nomeada lograram na produtividade do sólo paulista.

Intrusa derivação em zona alheia, marca no município de Pederneiras um bom núcleo cafeeiro e, cruzando a Sorocabana, em Agúdos, vai disputar mais longe os transportes de zona novíssima que seus trilhos vão fazendo, com gáudio dos bandeirantes do café.

A E. F. Sorocabana instituiu-se em pioneira da quinta zona de café, a qual, com ser a de superfície mais lata, nem por isso é a que mais pesa na balança da produção.

Os seus domínios, que começavam na Serra do Paranapiacaba, extremam, por conversão com a zona central, com a linha tronco ao surgir do tunel na Serra de São João, acompanhando-a até Laranjal, daí rumando em réta imaginária ao alto da Serra de S. Pedro, onde a do Itaqueri muda o nome para Brotas, segue rente ao Banharão até a confluência do Tieté com o Piracicaba, e aguas abaixo, entesta a Serra de Agudos; passa desta a do Mirante, procurando as cabeceiras do Alegre, que logo se transforma em Rio do Peixe. Dêsse ponto em deante, os cursos dêste rio, do Paraná e, de arpejo, os do Paranapanema e Itaparé fecham o enorme circuito nos cêrros de Itapirapoam que, com as da Paranapiacaba, casam as suas contra-escarpas.

Além da cordilheira alçada na banda do mar, das serras de Agudos e do Mirante, as de Botucatu e da Fartura, em cadeias isoladas, dão nascentes a numerosos rios e riachos irrigadores da vasta zona em fóco. Enumeram-se entre as caudais mais notáveis, as do Sorocaba, Capivari e Piracicaba, afluentes do Tieté; o Taquari, Pardo, Turvo, Novo, Pari, Capivara, Laranja Doce, afluentes do Paranapanema; e o Santo Anastacio, tributário do Paraná.

Entre as malhas abertas desta entrançada rede fluvial surgem a longos espaços, grupos de morros e espigões, de terra róxa apurada nas serras de Botucatu, Fartura, nos serrotes e chapadas derivadas, até as margens do Pardo e, em faixa de largura variável, bordando o Paranapanema, não mais longe que Agua Bôa, na fóz do Tibagi.

Na vastidão dos terrenos, o grosso é de terras brancas ou vermelhas, arenosas, de tanto melhor fundo, quanto mais vizinhas das veias dagua e das cumieiras.

Á estrada de ferro, de franca penetração, vareja-a, por traçados discutíveis, em todas as

direções, apenas esquecida delas a mais indicada, levando no avançamento dos trilhos o machado desbravador que, aos aglomerados humanos, fornece a madeira de lei e, á lavoura, os rócios para o café.

O tronco ferro-viário enrama-se, primeiro, pela antiga Itaúna, de Mairink á S. Pedro; além de Boituva á Itararé; mais longe, de Botucatu á Baurú, prosseguindo até Salto Grande, onde fronteira de novo terras do Paraná. Foge em seguida á diretriz natural do seu prolongamento em primitivo traçado, que era Agua Bôa, em frente ao Tibagi acompanhando a faixa de terras superiores que bordam o Paranapanema, para, defletindo á direita e através campos ordinarissimos de cerrado e matas secundárias, pela lomba do espigão Peixe—Santo Anastacio, em percurso de mais de 300 kls., alcançar Porto Epitacio no rio Paraná. Longe ficou o seu objetivo ultimamente que é o Paranaguai com a soberba floresta que, do Tibagi até além do Ivaí, acima das Sete Quêdas, se antepõe massiça e inviolada a desafiar a cobiça estrangeira.

A visão do futuro que faltou á Sorocabana, sobrou á perspicácia londrina, que, com Lord Lovat á frente, apropriou-se por compra de mais de um milhão e quarto de hectares na rica região e, em política consoante, propicia a sua valorização estimulando com novos capitais uma ferro-via que, por zona que se vai fazendo antes dos trilhos, rasgue de lado a lado o enorme patrimonio florestal paranaense.

Voltemos ao nosso objetivo primário, do qual nos afastou a occorrente digressão.

Ramaletes multiplos, de folego curto, favorecem a exploração agrícola e o transporte do café para o mercado de exportação.

Da Sorocabana Ituana derivam tres, dois dos quais de Itaici: um, aguas acima do Jundiá, outro a Campinas; o terceiro, de Piracicaba vai a Porto João Alfredo.

Servem todos a velhas lavouras que, ao influxo da campineira, se formaram nos flancos de Jundiá, Itú, Salto, Indaratuba, Capivari, Piracicaba e S. Pedro, todas em terras róxas e massapés, de primeira, novas ou cansadas de de cana e algodão.

O ramal de Itararé deu impulso e fêmero a inconsistentes estâncias cafeeiras que, desajudadas pelo clima sulino um tanto fresco, se desdobraaram sobre escassos lavradores de Tatuí, Itapetininga, Itararé e Itaporanga, o Rio Verde de outrora, bem como pelos vales do Guareí, Carrapatos, Taquari e Fartura, que na concessão, que lhe fôra então assegurada de novas terras a explorar, apressou-se a pedir ao rei, a cujo serviço estava desde a florente quadra da mocidade, a permissão de descer com casais de selvagens do sertão amazônico, para o que precisava do immediato auxilio não só de cincuenta indios dos já aldeados no Pará, como tambem do mais que demandava a bandeira, tudo por conta da fazenda real, que seria depois reembolsada por ela da importância assim adeantada, uma vez ultimada a diligência. Alegava achar-se endividado e não ter recursos para adquirir os aprestos indispensáveis á planejada incursão.

PALHETA CONTA A HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

Nêsse requerimento é que faz êle a história progressa dos seus serviços, entre os quais põe em relevo o da introdução do café no Pará. Não assinou, nem datou a petição, "segundo era costume do tempo, em que ainda não se tinha inventado o imposto do sêlo", conforme observa Manoel Barata (op. cit., pag. 16). Remetida, porém, a d. João V. pelos trâmites legais, expediu o soberano, para oportunamente despachá-la, ordem ao governador do Estado do Maranhão para sobre ela prestar-lhe a necessária informação. Assim, volveu ela a Belém, em cópia régia de 16 de fevereiro de 1734. Por esta data é que se pôde calcular que o dito pedido de Palheta é de meados de 1733, talvez logo que teve conhecimento do ato régio de 20 de março dêsse ano, que o confirmára na posse da sesmaria entre os igarapés, Aparijós e Guajará.

Encontram-se no Arquivo Público do Pará (cod. de "Alvarás, cartas régias e decisões—Reinado de dom João V. 1734") tanto a citada carta-régia de 16 de fevereiro de 1734, quanto a cópia autêntica da petição indatada de Palheta. Em vez de reproduzir êsses dois documentos dos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", em cujo título VI, de 1907, figuram ás pags. 228-229, só extrairêi daí o primeiro, servindo-me para o segundo da publicação feita por Manoel Barata (op. cit. paginas 15-16), porque êste, além de guardar mais fidelidade na grafia da curiosa peça, que pessoalmente leu e copiou, ainda a illustrou com explicações em itálico, que conservarei de igual modo, apenas suprimindo duas notas, por inúteis, visto que os assuntos das mesmas (bandeira de 1722-1723 ao rio Madeira e data da expedição á Guaiatura, proporcionando ás eminências do município de tal nome e ás abas dos morros que margeam o trecho interior do Parapanama, cobrirem-se de cafezais da adolescência vegetal.

Essa mancha de terra rôxa apuradíssima propaga-se de Pirajú a Santa Cruz, tambem beneficiada com ramalete e, inteira, cobre o vasto "plateau" ondulado e livre compreendido entre os dois rios, abrangendo mais os recentes municípios de Bernardino de Campos, Ipaussú, antiga Ilha Grande, Chavantes, Ourinhos e Salto Grande, cujas lavouras pujantes formam, em conjunto, um dos mais belos flores das avançadas cafezeiras.

O bandeirismo paulista em busca do ouro novo não se deteve nas barrancas do Parapanama. Perscrutando futuro generoso, irrompeu pela terra paranaense, do outro lado, e nos espigões fecundíssimos do Jacarézinho, Cambará, Cinza e Laranjinha vai plantando as suas flâmulas vencedoras, já em devassa das lombadas do Congonhas, porfiando os batedores.

Salto Grande marca o inicio do prolongamento da Sorocabana a Porto Epitacio, com cerca de 400 kls. de extensão. Iniciada a construção em 1912, com operários armados de rifles ao lado das picaretas, por causa dos sel-

colas bravios, em quatro anos estava concluida, ostentando dez anos mais tarde êsse casario de povoações florescentes, que ao seu estímulo nasceram.

Páu d'Alho, Palmital e Jacú, na orla justa-fluvial, de terra rôxa, em que o ceboleiro avulta entre os padrões, assinalam vultoso núcleo de plantações novas que rivalizam com as melhores de que se ufana a zona.

Em Assis, já fóra da orla, começa a deflexão da linha á direita, em procura do divisor das aguas com o Peixe, e com êle as terras descambam para arenosas, denunciadas pelos campos ruins de cerrado que se sucedem por Paraguassú, outrora Conceição do Monte Alegre, tangendo apenas em Guatá apreciável mancha cafeeira, encerrando a extensa e feia perspectiva em Indiana, que se anuncia como bôca da mata. E pela mata vistosa, de madeiras de lei, corre a linha mais 160 kls. até alcançar o rio Paraná pelo mesmo divisor.

Nêste longo trecho terminal renasce a ousadia paulista que, no curto espaço de um lustro, criou três importantes colmeias cidadinas, que se escalam apadrinhadas por outros tantos nomes de presidentes da República. Prudente, Wencesláo e Epitacio, êste não longe de Porto Tibiriçá, a jusante. Uma outra intermêdia—Santo Anastacio, acreditamos, que, só por metonímia, conserva o seu nome legal, tal a furia engrossativa dominante.

A' ilharga dos povoados nas gares estagiárias do trem de ferro, vão surgindo as cortos do café, de todos o melhor elemento colonizador, pois que, cada milhão de cafeeiros fixa população nunca inferior a 1.500 habitantes.

A' esquerda do Rio Santo Anastacio, no triangulo ponteiro do Paraná, com o Parapanama, fica a falada Serra do Diabo, coberta de matas e ainda mal explorada.

A sexta e última zona cafeeira, que em exploração não conta ainda vinte anos, fica encravada entre a quarta e a quinta. Encostada ás serras dos Agudos e do Mirante e guardada pelos rios Tieté, á direita, e do Peixé, á esquerda, banhada no flanco extremo pelas aguas do Paraná.

A E. F. Noroeste do Brasil, antes de varar Mato Grosso, côrta-a aguas abaixo do Tieté em róta paralela, quando não tangencial, de 462 kls., que tanto dista Baurú de Jupιά, dela emprestando o nome.

A Noroeste é toda de terras brancas, arenosas, com excepção das vertentes do Tieté, além do Avanhandava, onde avançam as rôxas pelas vertentes arriba. Apenas em pequeno trecho, de Calmon a Penapolis, sua vestimenta é de campos, e campos ruins de cerrado. O resto da superfície é coberta de matas, de padrões nos terrenos de bom fundo que caracterizam a zona; de madeira de lei, descambando para cerradões altivos, nas mais sêcas.

Dão idéia da evolução cafeeira na zona os seguintes conceitos transladados do nosso relatório de 1912-13 da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

"A penetração do nosso sertão pela E. F. Noroeste veiu desvendar a uberrima região dos

vales dos rios Feio, Tibiriçá, Aguapeí, Peixe e baixo Tieté, onde novas fazendas se vão instalando ao longo dessa via férrea, desde Baurú até Itapura”.

“Entre a diretriz da Noroeste e o referido prolongamento da Sorocabana (de Salto Grande a Porto Tibiriçá, hoje a Epitácio), situado entre os rios do Peixe, de um lado e Feio-Aguapeí, do outro, com uma faixa intermédia de 140 kls., mais ou menos, e 400 de extensão, encontra-se a região, entre todas a que maior superfície oferece á futura lavoura cafeeira, nos limites dos citados paralelos”.

“As explorações da Comissão Geográfica e Geológica, assim como a abertura da estrada de Presidente Pena e Platina, evidenciaram a excelência dessas terras que, em sua incipiente produtividade, não temem confronto com as mais afamadas de Ribeirão Preto, Jahú, São Manuel e Paranapanema, augurando ao Estado, em futuro não remoto, o deslocamento do eixo da sua principal produção das zonas das estradas Paulista e Mogiana para a da Noroeste, desde que uma linha intermediária entre os rios Feio e do Peixe seja construída”.

Isso era em 1912, quando apenas se esboçavam as perspectivas indecisas do futuro cafeeiro na incognita da Noroeste, vaticinando-se então plantações de 8 milhões de pés em um decênio.

Ao cabo dos dez anos previstos em vez de 8, orçavam por 40 e atualmente, somente 5 anos mais tarde, atingem a cerca de 80 milhões, caminhando para a supremacia de 200 milhões a mais, dentro de dois lustros, se os nossos homens de governo compreenderem que a grande política cafeeira consiste na super-produção em prazo breve, de modo a afogar no volume da nossa a concorrente estrangeira. Na diferença do custo das lavouras, muito favorável ás indígenas, está o índice seguro do aniquilamento da produção alienígena.

Deem-nos braços em abundância, com faros capitais de exploração, sem temor ao aproveitamento das nossas reservas em terras virgens e inundaremos os mercados consumidores de café brasileiro, porque o futuro pertence a quem mais colher e mais barato.

Confirmando a previsão, em perspicaz investida a E. F. Paulista, depois de saltar em Agudos os trilhos da Sorocabana, vai com o avançamento dos seus devassando a região do Peixe, fazendo surgir em cada estação um povoado novo, e com êles novos cafezais multiplicados mais longe só com a notícia dos trilhos.

Piratininga, Cabralia, Duartina, Santa Luzia, Gralha e Carças e Alto Cafezal, são contas específicas do novo rosário, estirando-se pelo sertão a dentro.

Em apanhado descritivo de excursão a Mato Grosso, por nós realizado em 1921, alguns reproduzido, aproveitamos uma tirada com seu sal de oportunidade.

ITINERÁRIO PELA TERRA CAFE'

“De S. Paulo á Baurú, são 433 kilometros macios, derramando a vista pelo variado cená-

rio da operosa labuta do interior. A' chegada, o olhar incide sobre a explanada, na qual assentam as vastas e vistosas oficinas da Noroeste. Do outro lado a cidade, já compacta, edificada em chão de areia solta, como penitência aos apressados, desenrola-se por branda declividade.

Mais 462 kilometros de marcha e a visão de Mato Grosso anuncia-se no espelho monstro do Paraná a interceptar a carreira, refulgindo intensamente os raios criadores. Este trecho é um tanto duro pelo calor e poeira, agravados pela affluência de passageiros, que atravancam com suas pessoas e bagagens todos os interstícios dos carros. A Noroeste que o pratica hoje em trinta e uma horas, a mesma Noroeste no-lo promete para amanhã em quinze horas de marcha continuada, dispensando o atual pernoite forçado em Araçatuba.

Se a jornada tem agruras, em compensação, quanto encanto maravilhando o olhar do forasteiro; quanta prosperidade brotando na terra virgem, quanta futura grandeza em perspectival

Logo á partida, Val de Palmas—com seus cafezais apagando-se no horizonte, as cepas remanescentes dos padrões e as urupucas protetoras montando guarda ás novas plantações!

Vem depois Jacutinga, há poucos anos atrás, modesta estação, encostada a uma serraria, em meio de perobal; hoje é sede de municipio chrismado em Avaí.

Sempre correndo em linha de espigão descortina-se Presidente Alves, movimentada povoação em cume dominador, cujas lavouras se irradiam exuberantes pelas lombadas além, coroando na Serra dos Agudos as cabeceiras dos rios Batalha, Batalhinha, Alambari, Turvo, Feio, Tibiriçá, até mesmo as dos Ribeirão das Antas, assinalando as nascentes tributárias do Tieté, Paraná e Paranapanema.

Mais adiante Toledo Piza, a antiga “Faca”, que foi por muitos anos a vedeta isolada do sertão, na conquista do ouro verde. Seus primeiros cafezais, ainda bem vestidos e em boa produção, com numerosa prole perfilando nas ilhargas, testemunham o valor da terra e o do homem.

Quasi a distância de grito se avista Pirajuí, que em menos de uma década se fez cidade e cabeça de comarca ligada á estação ferro-viária, por excelente estrada de automóveis.

Em seguida vão ficando Lauro Muller, Cincinnati Braga e a presunçosa Cafelândia, com suas vicejantes legiões em expansiva fusão, formando um mar de café. Bordando as margens da linha as recém-plantadas hostes, lindas, lustrosas, parecem igualadas a golpes de tesoural

Um instante mais, e quasi em contiguidade, se apresenta Presidente Pena.

Á cruzam os trens, com demora suficiente para a refeição meridiana.

Viajantes de olhos injetados, faces mascaradas pela poeira, guarda-pós avermelhados, furados pelos carvões incandescentes, se precipitam, qual humana “correição”, em acelerado tropel dos dois lados da estação, destroçando numa rajada incoercível a grosseira e

abundante "munição" que garante o baluarte culinário. É curioso o espetáculo. O embate é rápido, com cena de feroz mastigação, durante o qual o estomago supercheio é nivelado a jatos de amornada cerveja. Assim se apazigua a "correição"; cada um retoma o seu lugar, e os comboios reencetam a interrompida marcha.

Algumas poucas dezenas de quilômetros adiante se mostra, assentada em simpática eminência, a néo nata e faceira Albuquerque Lins, com ares de senhorita cidadã e pretensões a grande dama. E tem razão, como centro que é de fazendas importantes, povoados de cafeeiros a centenares de mil.

Este bloco de lavouras consistentes que de ano a ano amplia o seu âmbito pelos vales férteis do Feio e Tibiricá, vai ter breve ramal ferro-viário, partindo de Lauro Muler, para ocorrer ao transporte da sua vultosa produção.

Sempre em meio do campo de ouro verde se atinge a Promissão, novo apelido, melhor soante que o antigo—Hector Legru—sem justificativa local. Nas cercanias funcionava, anos atrás, um posto de catequese leiga de índios coroados, ou caingangas.

Além, Miguel Calmon, em cujo hospital no período da construção da Noroeste se concentravam, ás centenas, os trabalhadores atacados de maleitas e úlceras, de Baurú.

Daf a Penapolis muda a natureza de aspecto, por campos e carrascais, que avançam até o salto do Avanhadava, tres leguas á mão direita. Quanta mudança fagueira, nesta auspiciosa região! Há pouco mais de um decênio, cuidamos, no humilde povoado ao lado das catadupas, de um misero filho de Deus com os miólos postos á mostra por tacápe de bugre Hoje, Penapolis se ostenta como cidade e comarca, catita entre as demais, ligada a Novo Horizonte, Rio Preto, Barretos e Araraquara quer dizer a todo o Oeste por linha de automóveis!

O massiço corpo florestal furado pela estrada de ferro por Glicerio e Birigui, encontra-se dividido, retalhado em mais de um milhar de lotes, disputado pela pequena lavoura, povoado, cortado de caminhos vicinais! Avança, avança, sem cessar o machado do cabôclo! Quem diria que, há oito anos apenas, foi preciso organizar uma expedição de socorro para retirar dessa zona cabeçudo grupo de colonos teutos, que, insulado em sua teimosia, lá estava sendo dizimado pelo impaludismo!

Primeira entre as primeiras, excedendo-se a si propria na carreira do porvir, vem Araçatuba selar, provisoriamente, com fêcho de ouro, o cordão dadivoso de progresso, obra da Noroeste em território paulista. Em plena louçania juvenil, rodeada de lavouras promissoras, com indústrias variadas, e florescente comércio, é um magnifico expoente da pujança criadora de S. Paulo! Quasi no berço já tem fóros de cidade, com escolas reunidas, grupo escolar prometido, luz elétrica funcionando, e agua e esgotos em adiantada gestação. Até seu nome é consonante, não se atinando como logrou escapar á mania engrossativa que, nesta terra dos Andradas, polue todas as aguas lustrais.

De Araçatuba á Jupuí, teve a Noroeste, pela errada diretriz, verdadeira vitória de Pirro.

Ora, por tuneis de verdor, em que os páus d'alho e jangadas se acercam das copadas figueiras, ora, superando banhados, corre a linha beirando o Tieté, cujas margens são ninhos de maleitas e viveiros dos germens da fatidica úlcera. Se é certo que a energia de Sampaio Corrêa conseguiu, á força de disciplina e doses de quinina, dominar a hecatombe causada pela malária e dar com os trilhos em Jupuí, não é menos certo que os temíveis anoféles, em sua faina biológica, persistem na guerra insidiosa, e sem treguas, que impede o povoamento da região e até mesmo o trabalho regular dos estagiários da estrada. O vantajoso desenvolvimento do tráfego, demonstrado em 300 quilômetros de linha, por espigões e a necessidade de fugir do flagelo, impõem radical retificação desta secção pela encosta do Tieté, ou pelo divisor Tieté—Aguapehi, o que aliás, não a alonga. Assim, de um golpe serão atingidos os dois imperiosos objetivos.

Ao excursionista em trânsito diurno, não é nocivo o pestífero percurso porque os mosquitos só são danosos nos periodos das vasantes e providamente, á noite, ao avizinhar das horas crepusculares, se risco existe, é êle tão diminuto, que vale a pena enfrentá-lo.

As paisagens mudam de aspecto ao aproximar do rio, apresentando-se a natureza selvática mais garrida no seio da sua fronde de padrões.

São bosques sem artifício, que se sucedem inda belos, apesar de violados em seu virgínio esplendor. Figueiras de base incrível, comparitadas nas raízes em alvéolos capazes de albergar um bom farrancho, expandem as copadas ramarias, que se entrelaçam com outras mais vizinhas, formando amplo docel, á cuja sombra se póde agasalhar um regimento. Altanados guaritãs, em consorcio aereo com anosas perobeiras, perfuram o tétó ramoso para, no alto, respirarem auras mais puras. Pelas frestas deixam coar feixes de velada luz, que iluminam grupos de graciosas palmeiras, cujos caules apumados emergem de tufos de virentes samambaias.

Entre Aracanguá e o Mansão do Bacuri, o rio desenrola a massa de suas aguas profundas em alentados estirões, nelas reproduzindo os majestosos gigantes, erectos nas ribanceiras. Dêles as silhuetas, de contornos apagados, entremeados de claros, se reúnem pelos pés aos corpos dos colossos, obedecendo em ondulações ao movimento que a brisa lhes imprime.

Nos baixios de cascalho, ao meigo influxo da brisa, agasta-se a superficie em facetos arrepios, que se desfazem na praia em ciciosos queixumes. Nas Cruzes, na Ilha Sêca, as aguas revôltas, estuando entre renques de granito, se alteam em borbotões espumosos, que se oprimem na carreira rumorosa para, redemoinhando, amainar logo a furia em profundo rebôjo.

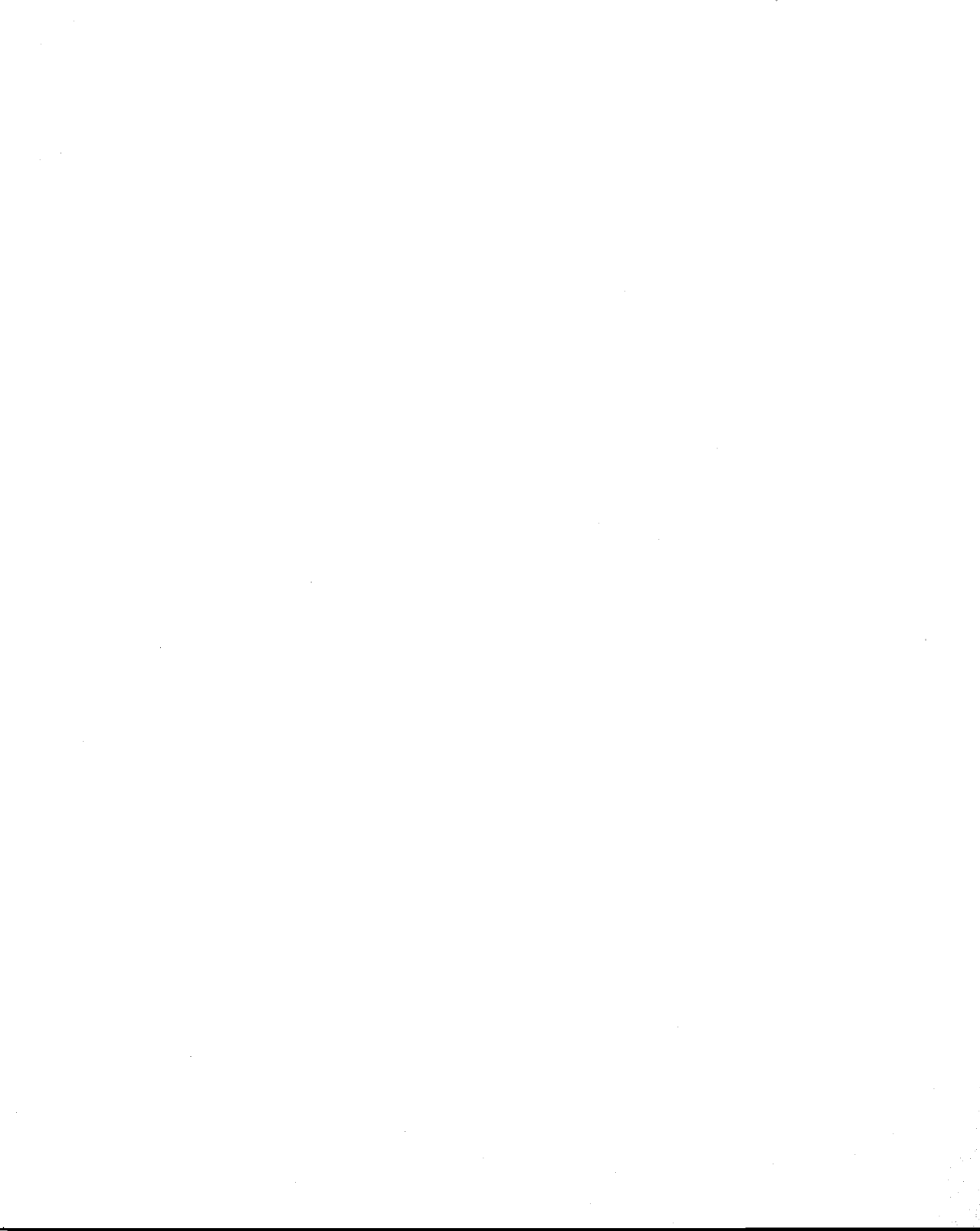
Itapura se anuncia pelo ronco do turbilhão liquido que se despenha do alto sobre o regaço da rocha. A linha, que sobe um tanto, deixa o Salto, a alguns minutos de marcha.

A CAPITAL DE S. PAULO VISTA DO ALTO
DO HOTEL ESPLANADA

(Ilustração do natural, a pena, pelo professor
H. Cavalleiro)



H. Cavalleiro



Em baixo, o cenário é emocionante. Com o alvéo reduzido, comprimido entre paredes a prumo que não cedem, o rio procura um desabafo, precipitando-se de elevados luminares, em fragorosas cataratas, que se desfazem a meio em poeirento vapor. A atmosfera irisa-se em arcos cambiantes, sob os raios de sol vivo, incidindo nas góticulas. No fundo, é um tacho monstro a ferver. Só as andorinhas, quais esquadras de minúsculos aeroplanos, fazem acrobacias incríveis nêsse ambiente estrepitoso, de incomparável poesia. Além, é de novo a placidez polida, refletindo um céu de anil. Do lado oposto, assentada sobre sedutora explanada, já despoçada, triste, miseranda, moribunda, a antiga colônia militar, com uns restos de impaludados á espera de seu fim.

A marcha prossegue vagarosa, já não acompanhando o Tieté, mas, o Paraná, sobre linha construída em terreno alagadiço, lambida, quando não submersa, pelas enchentes periódicas. Os remanescentes da floresta, roídos pelo fogo de ridículas queimadas, atestam a passagem dos vagabundos da Capital, para af deportados pela Polícia.

Meia hora mais é Jupuíá, defrontando Mato Grosso.

O Paraná imponente, inda mais com a forte contribuição do Sucuriú, que desagua mesmo em face, deslisa sereno, por entre ribanceiras medfocres, que se afundam sob as grandes cheias.

De então para cá mais municípios surgiram á beira da Noroeste, com êles enriquecendo o quadro dos centros urbanos da zona. De simples estações passaram a distrito de paz ou cidade—Tibiricá, Nogueira, Cincinato Braga, Guarantan, Pena, transmutada em Cafelândia, já sede de bispado, Promissão, Calmon, Glicerio e Birigui.

Foi uma revelação êste primeiro surto da Noroeste, realçando o contraste das terras brancas, arenosas, do seu primeiro e maior trecho no qual não se encontra um seixo para remédio, cobrindo-se de cafezais, enquanto que o segundo, de terras roxas apuradas, quedou-se estacionário, como que desdenhado.

Na precocidade da fronde e consequente produção, que aos quatro anos fornece o índice inegalável de 140 arrobas de grão beneficiado por mil cafeeiros, repousa certamente o segredo do revolucionário sucesso, desbancador dos fóros das zonas de terra roxa.

Muita gente há, e entendida, ainda aferrada á suposição de que os cafezais da Noroeste não poderão competir em duração com os de terrenos mais compactos. E' mais palpite, do que razão plausível, que encontra desde logo contradita eloquente nos cafezais da Faca, em terra sêca, em plena exuberância aos 33 anos de idade.

Qual a causa do "milagre" posto em fóco? Que a terra é boa e dádiosa não há duvidar. Afirmam tais predicados a abundância de padrões, páus d'alho, figueiras, jangadas, reforçada na zona pelos ceboleiros primaveris, dominando a vastidão.

Verdade é que a mataria é feia e baixa, á

trechos tramada em cipoal fino e inextricável, a trechos aberta em clareiras mesquinhas, com o chão enegrecido pelas cinzas e carvões de troncos seculares, roídos pela ação de incendios periódicos ateados pelos aborígenes e repetidos pela mão dos que se diziam civilizados.

Esta é a causa da mediocre aparência e minguado porte da vegetação, refletidos na dos padrões, renovando-se dentro de curtos períodos.

Não fosse bôa a terra e a mata requemada se transformaria em carrascais e praguejadas capoeiras. Ao invés, aos padrões sucedem os padrões, apenas impedida, pelo elemento destruidor periódico, a restauração da anosa envergadura.

Como pode ser bôa a terra forrada por espessa camada em que a sílica esteril predomina? E' a segunda interrogação pejorativa, respeito á qualidade do sólo.

O paradoxo é apenas aparente. ¶

Interpretamos os fatos á luz da sã razão, apoiada em meticolosa observação.

Firmemos de principio que a sílica só é esterilizante quando isolada. Em combinação com outros componentes, em dadas circunstâncias, como esta em apreço, a sua presença antes realça o valor do complexo terroso.

Os terrenos da Noroeste superpoem-se, geralmente, em tres camadas, as quais são, de baixo para cima: uma, de argila compacta, picarrenta, impermeável, sobre a qual repousa o lençol d'água subterrâneo, de infiltração; uma segunda de argila sedimentar, porosa, encerrando os elementos organo-minerais, com os quais é elaborada parte da seiva alimentar das plantas; e uma terceira que, confundindo-se na base com a segunda, vem perdendo em argila e ganhando em sílica á medida que sóbe, até se tornar francamente arenosa na superficie. Mesmo esta última contém dose apreciável de argila, sendo revestida de manto humoso, mais ou menos denso, humus que o revolvimento e o tempo incorporam paulatinamente ao teôr do sólo.

Um córte em qualquer tope de terreno semi virgem confirma o fáto, aliás, de facil verificação.

Ao contrário de ser indicio de inferioridade, a cobertura arenosa é protetora dos elementos fertilizantes, agindo, pelo seu poder isolador, como rescaldo do fogo das queimadas e como minorador do aquecimento subsequente causado pelos raios solares.

A queima dos roçados sobre sólo denso, barrento, roxo, massapé, ou de salmarão, implica desde logo em perda maior das cinzas, ricas em potassa, cinzas que se evolum, e de principios volateis, pela combustão mais intensa em sólo reverberante.

Nos terrenos arenosos bem vestidos de padrões, todos de madeira branca, a frouxidão do sólo faz com que as raízes sejam queimadas até as estremidades. Esta verdade é flagrante aos lavradores que, a cavallo, percorrem plantação recenfinda. A marcha, só possível a passo lento e cauto, por se "atolar" no enxuto o animal, levanta nuvens de cinzas que, pela compressão, se escapa do fundo. São as raízes

ocadas pelo fogo que se transmudam em tubos repletos de cinza.

Através êsses tubos vão os saís orgânicos e minerais resultantes da combustão, deluídos pelo orvalho e pelas chuvas, enriquecer a camada de argila porosa e o lençol d'água subterrâneo, constituindo o subsólo em permanente e substancioso manancial de humidade e seiva, onde as raízes dos cafeeiros vão se abastecer para a biogénese vegetativa.

Tambem age o revestimento em protecção ás ridiculas superficiais que, do humus e do ar subtráem os elementos nutrificadores, necessários ao crescimento e frutificação das plantas, ao mesmo tempo que a permeabilidade do indumento lhes propicia as trocas atmosféricas. Por outro lado abranda o rigor da insolação e diminue a pululação critogâmica excessiva, origem de moléstias que afetam o caule ao emergir á superfície.

Por sua estrutura mais densa as terras roxas e barrentas, quando desnudadas pela capina, sob a ação da soalheira, encodeam-se a princípio para depois se gretarem, assim facilitando á penetração do calor diréto e do absorvido e franco escapamento aos elementos vitais. Do fáto, trivial nos anos em que aperta a canícula, resulta o quadro desolador, dos cafezais em terra roxa reduzidas á feixes de varas, erectas e alinhadas, contrastando com a vestimenta folhuda dos talhões em terrenos de areia.

Os fenómenos comentados parecem-nos de molde a explicar a causa da precocidade na formação e fartura nas colheitas dos cafezais da Noroeste, assim como falam grosso em favor da sua durabilidade.

Resumindo: Se o sólo arenoso mais facilmente se infiltra e resguarda reservas da seiva; e, se molhado, melhor resiste ás lavagens pluviais, empobrecedoras, curial é concluir que a sua produtividade é, pelo menos, tão duradoura quanto o da terra roxa.

São estas as noções que a sabedoria empirica, em sua dialéctica deductiva e prática, vai aos poucos procurando transformar em doutrina, que não tardará muito em se tornar

corrente. Um olhar comparativo sobre o conjunto da expansão cafeeira no último decenio, confirmará a supremacia das plantações na Noroeste sobre todas as outras zonas.

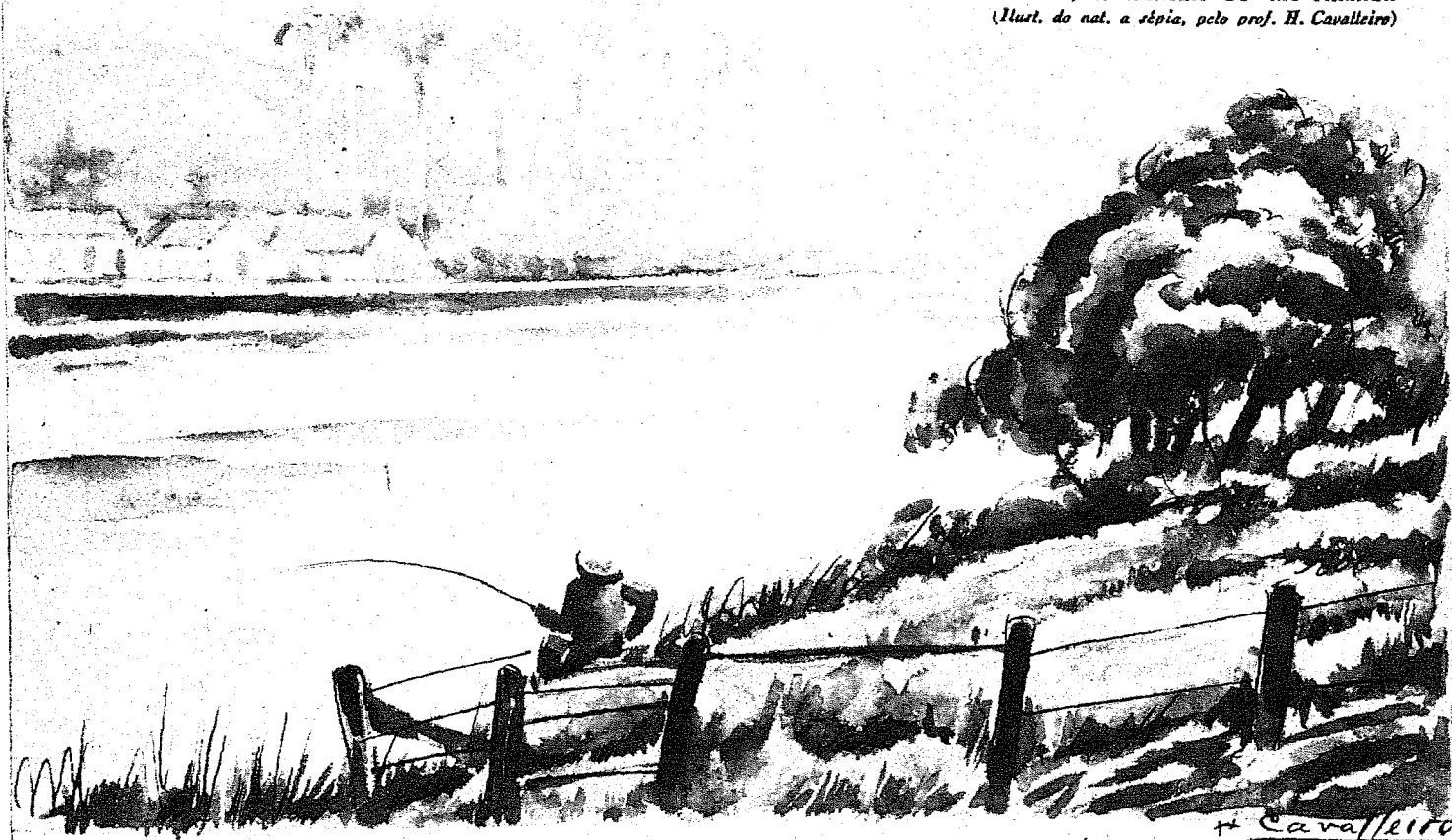
Admitida a veracidade estatística de existirem em 1918, em S. Paulo, 800 milhões de cafeeiros, e 950 milhões em 1927, na avançada cultural dos 150 milhões de diferença á Noroeste cabe, ao menos, quinhão meeiro.

Resta que, o Instituto Agronômico de Campinas, de novo sob respeitável direção, reabilitando longo interregno de sua vida experimental, reavive o rumo traçado por Doffert; que os gabinetes da Escola Agrícola de Piracicaba, orientados como se acham por espirito operoso e capaz; e que os laboratórios do Instituto de Biologia Vegetal, em adiantado estado de gestação, ao influxo da arguta investigação de Arthur Neiva, venham, corrigindo falhas e demasias da nossa interpretação leiga, dizer a última palavra sobre o fundo e o futuro da novíssima terra da promessa cafeeira.

Das seis zonas convencionais em que para melhor compreensão do assunto, dividimos o território do Estado, as três últimas ainda oferecem vastas possibilidades de sólo e clima á cultura da generosa rubiácea, que á economia do país fornece o melhor penhor de prosperidade. Nos vales do baixo Tieté, Feio, Aguaapé. Peixe e Paranapanema, estão as mais preciosas reservas, em S. Paulo.

Não nos esqueçamos, contudo, que os vales do Jacarézinho, Cinza, Laranginha, Congonhas, Tibagi e Pirapó, rios tributários do Paranapanema, ao norte do Paraná, formam um só blóco inteiriço de terras roxas e massapés, com a mais fidalga flora de padrões de nosso conhecimento, com altitudes livres de geada, entre paralelos favoráveis á grande cultura; padrões que só decáem para vegetação de alturas frias com os primeiros ponteiros nas longinquo cabeceiras do Ivaí, terrenos e florestas que o automóvel vai rasgando ousadamente e guarneendo de cafezais, fazendo a zona para o trem de ferro que, no assalto se deixou distanciar.

ASPECTO PARCIAL DA CIDADE DE PARAÍBA
DO SUL, À MARGEM DO RIO PARAÍBA
(Ilust. do nat. a sépia, pelo prof. H. Cavalleiro)



Paraíba do Sul, do fastígio agrícola á estagnação dos burocratas

AGRIPINO GRIECO

O município de Paraíba do Sul, que, como se sabe, nada tem a vêr com o território da capitania de igual nome, começa a oferecer existência histórica em fins do seculo XVII. Muito deve êle a um filho do Caçador de Esmeraldas, ou seja Garcia Rodrigues Pais Leme, que, abrindo o "caminho novo" de Minas ao Rio de Janeiro, para o transporte de ouro e pedrarias, lançou, entre os rios Paraíba e Paraíba, em sitio reputado "o meio da jornada", os fundamentos da fazenda em que erigiu uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição e aos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Aí deixou "roças e sementeiras" e um "principio de criação".

Aos poucos, o pequeno núcleo, passando a séde de curato, a freguezia e a vila, acabou ascendendo á categoria de cidade e cabeça de comarca, sendo-lhe anexados, sucessivamente, vários distritos circunvizinhos.

Já se verifica por aí que grande era o débito dos paraibanos para com a estirpe Pais Leme, débito acrescido, uma centúria depois, pela generosidade de um trisneto de Fernão Dias, o futuro marquês de São João Marcos, que doou á séde do município a totalidade de terrenos em que surgiria a cidade. O marquês foi avô de duas personalidades curiosísimas, ainda vivas: um civilizado, que preferiu ser cacique de tribo a permanecer entre os civilizados e um clinico de nome indigena, o dr. Caramurú Pais Leme, médico que conhece, como poucos, os segredos da farmacopéa selvagem, a melhor de todas.

Da fundação até meados do seculo XIX, Paraíba desfrutou de grande progresso rural, em fazendas trabalhadas pelo braço escravo, á direção de fazendeiros que eram, por vezes, figuras bastante originaes, marcadamente pitorescas. Dentre êstes exportadores de café, o principal produto da região, sendo a cana, a mamona, o fumo, os cereais e o gado explorações accessorias, destaca-se uma mulher singular, a baroneza de Santa Justa, dona das maiores lavouras do tempo, gostando de vestir-se de homem e de assim andar a cavallo, correndo as várias fazendas, qual amazona barbara, digna émula da mineira da casa Pompeu.

Outro que sabia fazer revolver a terra com proveito, era o conselheiro Martinho Campos, expoente de eloquência lógica do parlamento imperial, mineiro transportado a Cebolas e, por isso, cognominado Martinho das Cebolas. Seu irmão Ignacio, era o esculápio dos pobres, e levava ás choupanas batidas pela miseria, provisões de saúde e alegria.

Em Boa Vista, depois Avelar e depois novamente Boa Vista, avultava o solar do visconde de Paraíba, benemérito, que foi um criador de felicidade em seu rincão, e cujo palacio suntuoso

so abrigou Pedro II, de passagem por ali, deslumbrando-se o imperador com a formidável grandeza bíblica, mais tarde derrubada para fornecer, prosaicamente, combustível aos fogões locais.

Monte-Cristo o pomposo rótulo romântico dos latifundios do barão de São Carlos, rótulo não sabemos se inspirado pela leitura do complicado romance de Dumas Pai. Morto êsse gentilhomem agrícola, os herdeiros engalfinharam-se numa pendência forense que tem durado mais de vinte anos, para gáudio dos juizes e dos meirinhos vorazes.

Lavradores não menos esforçados eram os Quirino da Rocha Werneck, que depois se deixaram extraviar na política. Um dêles, o barão de Palmeiras, habitava o palacete que, por ser dos Quirino, foi chamado Quirinal, em opposição ao Vaticano, habitado pelo papista dr. Leandro Bezerra Monteiro. A propósito, lembre-se que ao dr. Leandro pertenciam os pomares de Santa Rosa, um vergel de Pomona, cujas jaboticabas eram a volúpia dos gulosos do arredor.

Cearense, como o velho Bezerra, de quem fôra companheiro de emigração, o dr. Jeronymo Macario Figueira de Melo fizera-se dono de seus cafeeiros. Macario, figura de indiscutível originalidade, celebrizou-se em Paraíba pelas pilherias irreverentes, uma das quais foi, quando lhe borraram a frontaria da casa com esterco de boi, dizer aos passantes: "Vejam só... Que patifes! Cuspiram-me na parede..."

A familia Passos ainda hoje domina sitios campestres que se distinguem pela fecundidade.

Dividido que foi com a sua morte, fragmentou-se o grande patrimônio territorial do dr. Randolpho Pena, que, procedente de Minas e parente do marquês de Paraná, sendo cunhado de Afonso Pena e irmão do senador Feliciano Pena e do visconde de Carandaí, aumentou o seu pecúlio em plagas paraibanas, e, desposando a filha do visconde de Entre-Rios, sobrinha da condessa de Rio Novo, foi ali uma espécie de "yeoman" á escossesa, muito estimado pelo seu bom humor inalterável.

A fazenda de Cantagalo, onde existia, ao centro de lindo parque, uma vivenda de luxuoso gosto arquitetural, e a fazenda do Galeão, celebre pelos seus queijos de tipo europeu muito apreciados no mercado do Rio, cêdo tombaram do fastígio á decadência.

Bemposta era o feudo dos Miranda Jordão, que, tal qual o oculista Moura Brasil, em paragens não muito distantes, tentaram a cultura intensiva do café, talvez sem grande proveito. O castelo dos Miranda Jordão alteava-se proximo á serra Maria Comprida, povoada de lendas estranhas pela superstição dos pretos.

Quando ao agricultor Barros Franco, sempre dividiu a sua atividade entre os municípios de Paraíba e Petropolis, dividindo-a igualmente com a atividade, nem sempre prósua, da política.

A situação de Caxambú—e daí lhe advem o nome—era famosa pelos seus candomblés e pelos seus jongos e cateretés. Há quem afirme ter existido em suas imediações um quilombo numeroso, chefiado por genuíno príncipe hotentote, de indumentária e joias faustosas.

Também lembram ainda o barão que possuía, naquelas terras cristãs, um harém de turco e morreu, já otogenário, a acariciar as pomas das mucamas púberes e impúberes. Era muito camarada dos bruxos e dos curandeiros, que o aprovisionavam de afrodisíacos.

Bizarro é o caso de um sítio amaldiçoado, nas proximidades das fontes Salutaris, ninho de cobras sem rival no Brasil, ao contrário da Irlanda, que não tem nenhuma, sendo, talvez, necessário requisitar o energico S. Patricio, patrono dos irlandeses, para expulsá-las dali e tornar o sítio habitável e cultivável.

Em geral, os fazendeiros eram bastante cavalheirescos em casa, primando pelas festas com que celebravam as principais datas cristãs, especialmente a noite de Natal e a noite de São João.

Mas talvez a mais original das figuras da agricultura daquele recanto fluminense haja sido d. Mariana Barbosa, fazendeira em Santa Ana de Cebolas, do nome da fazenda que fôra do capitão Tira-Morros, abridor de estradas, marido de d. Mariana. Esta era uma inconfidente tenaz, e, oriunda de família mineira, protegia, tanto quanto possível, o movimento libertário. Lembra-se, de passagem, que o nome de Cebolas não provinha da planta prosaica tão útil aos cozinheiros, mas de Cipolas, país encantado da Idade-Média, um El-Dourado, de que se tivera notícia pela narração de certo aventureiro misterioso, em transito por Sant'Ana.

Uma vez fraccassada a Inconfidência e condenado o Tiradentes, que passava sempre por ali, ao dirigir-se para o Rio, através da serra da Estrela, coincidiu que um dos quartos do seu corpo esquartejado fosse levado, pelo caminho de Petropolis, á fazenda de Cebolas. O sangrento troféu da realeza lusa era o braço direito do martir, transportado, ignominiosamente, em jacá de toucinho. Quando ali chegou o presente trágico, celebrava-se a festa do Divino Espirito-Santo, para a qual Tiradentes, segundo se lê nas memórias históricas de monsenhor Pizarro, oferecera cetno e corôa, mais tarde roubados. Chegando a tropa com os restos de Silva Xavier, interromperam-se os festejos, e a turba, entre lagrimas, viu levantar-se o poste de braúna, ao pé do córrego do Espirito-Santo, junto á igreja, e cemitério de Sant'Ana, defronte da casa da fazendeira, e aí suspender-se o braço da vítima, ouvindo ler a proclamação da justiça da Rainha Nossa Senhora... Dispersou-se a multidão, continuando a tropa, rumo de Minas, afim de espalhar o resto do corpo. Três dias depois, d. Mariana, nas caladas da noite, juntamente

com seu capelão, padre Amorim, e um preto velho, foi ao poste, e, encontrando o braço envolvido num enxame de abelhas, mandou enterrá-lo debaixo do altar de Nossa Senhora do Rosário. Só mais tarde, ao fazer-se o Brasil independente, é que se revelou o segrêdo, acudiendo o povo a celebrar a Tiradentes, qual se fôra um santo. Colocaram ali alfaias ricas e um manto com epitáfio em letras de ouro, submergindo o altar em flôres.

Já proclamada a República, meu illustre amigo José Geraldo Bezerra de Menezes (que deu o título ás aguas Salutaris e a melhor explicação do vocábulo Paraíba, que para os selvagens queria dizer rio máo, inavegável e traiçoeiro, cheio de pedras e peráus como é, numa profecia dos horrores que se desenrolariam ás suas margens, levando os abolicionistas a muito justamente cognominá-lo de rio da Escravidão), meu illustre amigo José Geraldo, paraibano do sul e toponimista insigne, além de portador de uma incomparável cultura geral, propôs a mudança do nome de Santa Ana de Cebolas para Sant'Ana de Tiradentes, e, dada a mudança da séde da capela da fazenda para Rumo da Lage, obteve que esta passasse a chamar-se, oficialmente, Inconfidência. Fez tambem, adotar a bandeira dos Inconfidentes como bandeira municipal: branca, com um triangulo eqüilátero, verde, ao centro, emblema da Santissima Trindade, em substituição ás quinas lusitanas, e o lema latino escolhido pelos poetas de Vila Rica.

—:—

Apesar da sua fortuna, nunca d. Mariana Barbosa aspirou a qualquer enfeite nobiliárquico. Já não assim os burguezes apatacados que se fizeram nobres do Imperio, graças a dádivas em prol dum instituto de beneficência. Tais o barão Ribeiro de Sá, português que dizem—começou mascate; o barão de Santo Antonio, tambem de procedência lusa, que se aparentou com o barão do Rio de Ouro e o barão de S. Carlos, e o visconde de Entre Rios, irmão da condessa do Rio Novo, da mulher abnegada que cedeu á Casa de Caridade de Paraíba a totalidade de terrenos da povoação de Entre Rios. O espôso da generosa doadora —afirmam—descendia de d. Mariana Barbosa. Por ocasião da morte da condessa na Inglaterra, falou-se em substituição de cadáver, lenda que depois foi desmentida.

Quanto á Casa de Caridade, recorde-se que, para sua fundação, foram utilíssimos êsses fidalgos de ultima hora, cujos brazões improvisados se devem á ação humanitária do velho Leandro Bezerra Monteiro. Êste varão, com suas barbas argêntas de patriarca da Biblia ou da Odisséa, foi o autêntico fundador daquela casa. Êle lavrou a terra, semeou e colheu para orfãos, doentes e crianças sem instrução, ao que assinalou, em notícia entusiástica, o "Jornal do Comércio", de 4 de abril de 1883. Lançou a primeira pedra e viu rematar-se a cobertura, feliz pela felicidade que dava aos demais, certo de que na caridade está todo o cristianismo e demonstrando uma noção das sociedades filantrópicas, como só a possuíam os católicos medievais. Defensor dos bispos

d. Vital e d. Antonio Macedo Costa, na celebre questão religiosa, representante que era de Sergipe na Câmara, caricaturado por Angelo Agostini e louvado por Sena Freitas e Julio Maria, êsse ultramontano intransigente, descendente de uma irmã de frei Vicente do Salvador e parente do nosso primeiro cardeal, mobilizava, da sua habitação do Inhema, rio sinuoso que os helenistas comparariam ao Meandro grego, o partido conservador da região, sendo presidente perpétuo da Câmara Municipal e mentor de todo o grande movimento bancário do municipio, enquanto, para obter donativos, enobrecia os ricos da zona, recusava terminantemente os títulos e as veneras com que o queriam distinguir, e, na propria Casa de Caridade, só depois de morto foi inaugurado o seu retrato, devido ao pincel do artista Guttman Bicho. Hoje, o lidador generoso descansa no cemitério de Maruí, em Niterói, onde também repousam Varela e Rioseroles.

E' curioso lembrar alguns signatários da áta do assentamento da pedra fundamental do edificio (1880). Era bispo da diocese d. Pedro Maria de Lacerda, tio do juriconsulto Paulo de Lacerda e irmão de conhecido ditático, José Maria Vaz Pinto Coelho, juiz, redigiu um estudo sobre Bernardo Guimarães. O dr. Benedicto Cordeiro dos Campos Valadares, advogado erudito que, ao palestrar, fervilhava de anedotas e ditos espirituosos. Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, humanista de mérito, leitor assíduo da "Revista dos Dois Mundos", figurava num grupo de cearenses emigrados, em que também eram dignos de nota Pergentino da Costa Lobo, habil caudico, e Rufino Furtado de Mendonça, politico-fogoso.

Ao lado destes, destacava-se o maranhense Candido Mendes, que lá escreveu e imprimiu o "Atlas do Brasil" e as "Memórias históricas do Maranhão", no mesmo palacete em que habitaria Martinho Garcez, orador torrentoso e mecenas de inúmeros literatos que iam a Paraíba visitá-lo frequentemente, como Guimarães Passos, Luiz Murat e Olavo Bilac (o cinzelador das "Sarças de fogo" compôs, em sua chacara, a poesia em que encheu o rio Paraíba de ninfas á moda grega).

Muito antes, já andára por aquelas plagas o estranho Fagundes Varela, que se hospedava em casa do velho Tota e escrevia para os jornais paraibanos, entre duas camoecas, segundo ouvimos ao polígrafo Pires de Almeida, filho do municipio e que por lá gostava de andar de pé no chão, esparecendo entre um volume sobre o teatro e outro sobre o homo-sexualismo.

Costumava também aparecer em Paraíba—enão era êste o menos glorioso dos seus visitantes—o admirável Carlos Gomes, com a sua linda juba leonina e a sua inevitável piteira. O autor do "Guarany" ia visitar o compadre Damião, tabelião da localidade, e, junto á casa dêste, na Gramma, do alto do morro do Vintem (corruição de Itiby), teceu a mais formosa ária do "Schiavo" a que fala exatamente no "ciel di Parahiba".

Um baiano que ali se deixou ficar longos anos foi o médico Dias da Rocha, cujo filho, o

Joaquinzinho, adorado pela população local, acabou, embora nascido entre os pinheirais paranaenses, deixando-se penetrar de grande amor pela zona fluminense, e hoje dorme no cemitério da Encruzilhada, em poetica sepultura encimada por uma quadra de expressão elegíaca, muito característica da maneira dêsse finissimo poeta da candidez e da ternura.

Quanto á cultura propriamente local, de filhos da terra, não era, então, das mais brilhantes. Terra de gente combativa, que punha a política acima de tudo e gostava de embrenhar-se em longas demandas forenses. Paraíba não possuía a finura social e o apuro literário da vizinha Vassouras, que era uma ninhada de fidalgos lidimos e cujos jornais ostentavam a colaboração de escritores como Lucindo Filho, Rodolfo Leite, Jorge Pinto, Alberto Brandão, Raimundo Corrêa e Coelho Netto, sendo que alguns destes habitaram mesmo, longamente, Vassouras.

Em Paraíba só escrevia coisas razoáveis um Soares de Souza Junior, arranjador de burletas, colecionador de romancicos frascários, poeta da velha atriz Ismenia dos Santos. Também poetava o joven Celso Ribeiro, que morreu tuberculoso, sem dizer o que tinha a dizer. Estes—e não é muito, convenhamos—os expoentes da cultura paraibana propriamente dita. E, a não ser alguns módicos sonetos nos jornais e uma sessão em homenagem a Victor Hugo, que êles classificavam enfaticamente de "Divino Mestre" nos convites, nada mais se verificava de importante nas letras da região. Lembre-se aqui que a poesia endereçada por Victor Hugo aos piraquaras e que figura, traduzida, numa coletânea do falecido Mucio Teixeira, é perfeitamente apócrifa, tendo sido caprichosamente imitada estilo e letra, pelo poeta Dias da Rocha Filho...

Não sabemos se poetou um primo-irmão de Casimiro de Abreu, que floresceu por aquelas plagas, o português Luiz Ferreira Marques de Abreu. Quanto á propaganda republicana na cidade, ignoramos se deve algo á loqüela do bacharel Demóstenes da Silveira Lobo, irmão de Aristides Lobo, convindo lembrar que ambos advogaram em Paraíba, enquanto a proclamação da República não vinha dar-lhes situação melhor, dando mesmo ao segundo a honra de ter a effigie nos selos de dez réis. Bem mais util foi, ali a ação do engenheiro Carlos Rossi, que, de parceria com o arquiteto Caminhoá, levantou o edificio da Casa de Caridade, numa das mais lindas colinas paraibanas.

—:—

De quando em quando, como é natural, era o municipio atravessado por viajantes ilustres, tal Auguste de Saint-Hilaire, que se hospedou, no Inhema, em casa de Luiz Macota, estafeta e curandeiro, possuidor de um cajado coberto de inscripções enigmaticas. O grande naturalista francês deu-o, mais tarde, como modelo de hospitalidade quasi árabe. Isto foi em meados do seculo XIX.

Também, ao que se afere da leitura do "Brasil pitoresco", por lá peregrinou, mais ou menos em igual período, o simpático Charles de Ri-

beiroles, que fôra expulso de França com Vieu. Hugo, após o golpe de Estado de Luiz Napoleão, e, após ligeira estada no exílio ao lado do vale, acabou emigrando para o Brasil, onde viveu muito tempo, sendo, ao que afirma o seu patricio Gustave Aimard, bastante amigo das creoulas, e cultivando-as com ardor, antes de ir dormir no cemitério de Niterói, com as honras de um epitáfio redigido pelo proprio Hugo e cheio de hipérboles e das antíteses da praxe. Em 1858, quando lá esteve Ribeiroles, Paraíba era uma vila horrorosa e tinha um "Hotel Universal", a cuja porta o escritor francês aconselhava ninguem fosse bater jamais. Em 1880, a coisa melhorou um tanto, com a inauguração do hotel do preto-mina conhecido por Anjo da Meia-Noite. Ribeiroles viera montado em um burro do antigo Ubá (depois estação de Pati e hoje Andrade Pinto), beirando o rio Paraíba, e, pela altura da fazenda de Santa Rosa, á margem do afluente Pirapetinga, fôra muito bem acolhido por um casal de mulatos, a quem elogia bastante. Chegando proximo a Paraíba, para penetrar nela, deve ter atravessado a ponte que vinha de ser construída, sobre o "rio da Escravidão", pelo engenheiro Koeler, e franqueada ao transito geral em 31 de março de 1858, ponte em que trabalhou como carpinteiro um antepassado do aviador Newton Braga e do jornalista Irineu Marinho e em que serviu como pedreiro o pai do rabula Bernardino Pacheco, que chegou a ter certa reputação intra-município. No livro de Ribeiroles há um capitulo, intitulado "Mata Virgem", em que descreve com entusiasmo a sua passagem pelos domínios florestais da fazenda do Govêrno, então propriedade do dr. Pereira da Cunha e, mais tarde, depois de passar pelas mãos de um polaco, transferida ao dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros cearense de cultura jurídica incomum, que lhe mudou o nome para o da cidade em que nasceu: Sobral. Que belas arvores encontrou Ribeiroles por lá e com que volúpia faunescas, lhes registra os nomes sonoros: araribá, gandarú, jacarandá, vinhático, tatagiba, copaíba, brasileto, páu-ferrol... "A floresta—escreve—não é unicamente um poema, um grande poema dos olhos; é uma filosofia profunda, é uma revelação. O que poderiam as catedrais dizer de melhor?"

Tambem, pelas alturas de 1860, andou fazendo proveitosas observações sobre dioritos e anfíbolitos, no vale do Paraíba, o conde de la Hure, que demonstrou a riqueza mineral da zona, quasi dando razão ao poeta que disse rolar o rio Paraíba sobre topázios.

Lembrem-se, de passagem, outros trabalhos científicos suscitados pela região, ou sejam a análise da agua mineral, em relatório official de 1888, e o volume de Nascimento Silva, em que, falando-se do "mimetismo do cólera", vem uma allusão a epidemias que, em épocas várias, devastaram a população paraibana, sendo que numa destas—não o esqueçamos—prestou serviços inestimáveis o barão do Piabanha, cujo nome, dado a uma praça da cidade, lá sendo substituído pela data odiosa que recorda uma façanha pouco épica da politiquice regional.

Então, naturalmente, grandes eram as dificuldades de transporte, tratando-se de um município essencialmente montanhês, e muito em contacto, não só com a chamada Côte, como também com os municípios circunvizinhos, ou sejam Petropolis, Santa Tereza e terra de Minas Gerais. A estação da estrada de ferro Pedro II só se inauguraria ali, a 11 de agosto de 1867 e a Melhoramentos (hoje Linha Auxiliar), ainda demoraria algumas décadas. De Entre Rios ao Areal, antes dos trens da Leopoldina, correu longo tempo uma diligência á européia, passando pela ponte das Garças e aproveitando-se, um bom trecho, da esplendida rodovia que foi a União e Indústria, obra da audaz tenacidade do admirável Mariano Procopio, tão louvado por Agassiz. Quanto á navegação fluvial, foi sempre nula, sendo o Paraíba, além de pouco piscoso, bastante pedregoso e encachoeirado naquele trecho.

Hoje, Paraíba, não menos decadente do que a viu, em 1901, o geógrafo Alfredo Moreira Pinto, continúa com a "cadeia imunda", edificio deshumano, que tanto indignou o cientista em trânsito. A igreja-matriz embora consagrada aos padroeiros S. Pedro e S. Paulo, de tanto relêvo no agiologio cristão, continúa sem torres e por fôra nada tem que a aformoseie, embora ostente, no interior alguns altares e alguns retábulos interessantes. Ainda mais infelizes, a igreja do Rosário, fundada pelos pretos da terra, e a de Sant'Ana, fundada pelo velho Tigre, do Lava-Pés, e pelo pai do escritor Soares de Souza, jazem ao abandono quasi total, parecendo com a morte do zeloso conego Sales, ter desaparecido, dentre os paraibanos, o gôsto das novenas e das procissões de outrora, com leilões de prendas, jaburú, roleta e demais atrações que um católico da Bemposta classificava de "culto externo". Apenas despertam ainda certa curiosidade as romarias ao santuário de Bom Jesus do Matosinhos, lá para as bandas do Sardoal, e que data de 1773, sendo aí inúmeros os ex-votos que atestam a eficiência milagreira do dono da casa. Mesmo o cemitério moderno da cidade não dispõe da pompa do antigo, edificado no morro de Pedro Dias Pais Leme, e poucas sepulturas se destacam nessa inestética necrópole, onde se conservam os restos do celebre ator português João Batista Montedoneo.

Assim, Paraíba está longede reerguer-se, de retornar ao antigo fastígio. Toda tentativa industrial tem falhado e só pequenas lavouras, para os gastos domésticos, conseguem resistir em derroador. Falhou a estação agrônômica; falharam o prado de corridas de Fernandó e o velódromo nos terrenos do Chico do Socêgo; a idéia de um hotel junto ás aguas Salutaris murchou logo; uma fábrica de parafusos e outra de cerveja cêdo pereceram; o Brocotó—d'antes um enorme alveário—deixou de produzir o seu mel delicioso; a vida bancária estiolou-se. A propria política está longe de oferecer os ardores antigos e são hoje raros os que ainda recordam ter passado por ali, em propaganda republicana, o verbosissimo Silva Jardim, que, perseguido pela policia, encontrou abrigo na residência de um monarquista: o advogado Macário. Poucos

recordarão também que, em dezembro de 1892, os oposicionistas da comarca, desejosos de derrubar o governo do barbaçudo Portela, constituíram uma junta de governo provisório, sob a chefia do político Porciuncula, arvoraram Paraíba em capital do Estado, e arrancando trilhos da Central, procuraram interromper o tráfego ferro viário nas proximidades, afim de evitar a chegada de tropas inimigas. Pobre cidade piraquara, que foi metrópole estadual umas quarenta e oito horas, á semelhança daquele vagabundo das "Mil e uma noites", que, por pilheria do califa autêntico, foi um ou dois dias califa de Bagdad! Pobre capital de brincadeira!

Hoje, em Paraíba, quasi reduzida a um asilo de funcionários federais aposentados, parece ser sempre domingo, ou parece que a população foi varrida por uma epidemia implacável ou escorraçada pela aproximação de um exército inimigo. Os jornais, mantidos com abnegado desinteresse, vivem a custo. Não existe uma única livraria a contrabalançar os diversos botequins e a bibliotéca da Câmara é uma irrisão que desencoraja qualquer crítica. Faltam ali, para avivar a cultura, collegios secundários. O único teatro é um barração informe. O templo protestante, em que se explicava a Bíblia, com assistência dos metodistas do Rio Abaixo, fechou as portas por falta de clientela, outro tanto acontecendo á loja maçônica, de que era venerável o negociante italiano Paschoal Grieco, que introduziu em Paraíba o comércio dos vinhos, dos azeites e dos queijos da sua provincia, afirmando aos freguezes não haver civilização completa onde não há trigoais, vinhedos e oliveiras, e pedindo ao filho, todas as noites, uma vez terminada a trabalhadeira do balcão, que lhe lêsse, no original, um canto completo da "Divina Comédia", de Dante.

O proprio culto da guarda-nacional diminuiu de importância, não se renovando as proezas belicas dos antigos "soldados de cacete", em conflito com os ladrões de cavalos, os valentões profissionais—o Ventania ou o Trinta-Mortes, e os agressores madraços do memorável "grupo 7". Até o jôgo decresce e não mais aparecem, na zona, pitorescas figuras de banqueiros de roleta qual o celebre Totó, que teve as honras de figurar numa das obras do visconde de Taunay.

Ao que se vê, vai desaparecendo o que Paraíba oferecia de sugestivo, de típico. O cosmopolitismo da terra tende a aumentar cada vez mais, absorvendo os elementos autôtonos. Aliás a invasão alienígena data aff do século passado a aferir pelo "w" dos Werneck e pelo "k" do botequineiro Keller, pelo "Hotel do China", com seus casos de galantaria barata, para o discreto consumo da libidinagem local;

pela tipografia do laborioso Melo, que, casado com uma parteira e sendo fabricante de caixões de defuntos, punha em contribuição a gente da cidade ao nascer e ao morrer; pelos bazares sírios; pela matrona de Marselha que ornava o lar de um velho médico tocador de harmonium; pelo professor húngaro que lia Joka... bebia Tokai e pelo tabelião Fontenele, veterano do Paraguai, brasileiro, talvez, descendente do Fontenele que escreveu sobre a pluralidade dos mundos.

Pobre Paraíba! Nada mais lhe resta daquela decoração romântica em que se apossou Teixeira e Souza, romancista de curto folego, quando localizou por lá as personagens melodramáticas de "Maria, a menina roubada", movendo-os entre crimes, raptos, vinganças, e arranjando, no desfêcho, o inevitável casamento dos dois amantes infelizes...

BIBLIOGRAFIA—Monselhor Pizarro, "Memórias históricas do Rio de Janeiro"; J. N. de Souza e Silva, "Memória histórica sobre o aldeamento de índios da provincia do Rio de Janeiro"; Baltazar da Silva Lisboa, "Anais do Rio de Janeiro"; Basilio de Magalhães, "Garcia Rodrigues Pais"; A. Moreira Pinto, "Dicionário geográfico do Brasil", e artigo no "Jornal do Comércio" de 26 de novembro de 1901; José de Saldanha da Gama Filho, "Parecer sobre o trabalho do conde de La Hure"; conde de La Hure, "Penedos de dioritos do vale do Paraíba"; Augusto de Saint-Hilaire, "Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais"; Nascimento Silva, "O mimetismo do cólera", 1898; Caetano Silva, "Corografia fluminense"; J. Borges Ribeiro da Costa, "Análise da agua mineral da Paraíba do Sul", 1880; J. B. Cortines Laxe, "Regimento das câmaras municipais", 2.ª edição, correta e aumentada, por A. J. Macedo Soares, 1885, Charles de Ribeyrolles, "Brasil pitoresco", 1859; John Mawe, "Travels in the interior of Brasil", 1822; J. C. R. Millet de Saint-Adolphe, "Dicionário geográfico, histórico e descriptivo do imperio do Brasil", tradução de Caetano Lopes de Moura, 1845; Louis Agassiz, "A journey in Brasil", 1868; Luccock, "Notes on Rio de Janeiro"; "Relatório da Agricultura sobre o vale do Paraíba", 1866; referências avulsas de Couto Reis Varnhagem, Rocha Pombo, Martins Manoel, Benicio Dias da Rocha Filho e Soares de Souza Junior; coleção d'"O Provinciano", de Paraíba do Sul, e valiosissima contribuição da obra inédita de José Geraldo Bezerra de Menezes, "Etimológico da toponímia indigena", bem como do manuscrito da "História da República", de Anibal Mascarenhas, em poder da atual proprietária da Livraria Quaresma.

Os sucedâneos do café

CARLOS IMBASSAHY

Papel importante pode representar, em dado momento, aquilo que foi batizado, nos círculos industriais e comerciais, com o nome de sucedâneo.

O sucedâneo é apresentado em substituição a determinado produto e, ocasiões há, em que se torna manifesta a sua utilidade.

Exemplo frisante dêsse asserto tivemos durante a última guerra mundial.

Várias nações envolvidas no formidável prélio viram-se completamente cercadas, paralisado o seu comércio marítimo, totalmente impedidas de se comunicarem com o exterior.

Tal foi o que se deu, entre outros países, com a Alemanha. Esgotados os seus estoques faltou-lhe a matéria prima que lhe era fornecida por outras nações, escassearam-lhe os produtos que lhe vinham do estrangeiro. Incapaz de quebrar o braço de ferro que a cercava por todos os lados, impotente deante do círculo que a Inglaterra estendera nos mares; escorada em terra pelos Exercitos aliados; com a sua frota aprisionada ou tomada nos diversos portos, com os seus navios mestres nos ancoradouros patrios; consumidas as suas reservas, vazios os seus armazens,—justificada e até louvável foi a ação dos industriais e químicos do país, procurando obviar a crise assustadora que se estendia por sobre os horizontes nacionais, buscando substitutos aos gêneros que iam faltando, tentando resolver, assim, o estado angustioso por que passavam os cidadãos da Alemanha, insulada do resto do mundo e votada á morte por inanição.

Não há dúvida que, em grande parte, foi eficaz o remédio. Os sucedâneos, por algum tempo, disfarçaram ou iludiram a situação.

Eles se impunham na ocasião; surgiram como medida de salvamento. Os que os fabricavam tinham em seu favor estarem empregando o melhor dos seus esforços no socorro a uma população de 80 milhões de almas, em estado completo de abatimento moral e material.

E força é confessar que os alemães conseguiram sair-se airoso da prova, demonstrando os homens de ciência, com os sucedâneos de sua invenção, naquella época de extraordinária calamidade, inteligência fóra de comum e habilidade digna de toda a admiração.

Se os sucedâneos se justificam e se explicam em época como a que atravessaram os países beligerantes, de 1914 a 1918, assoberbados pelos rigores de uma luta sem treguas, feridos em suas fontes de produção, sem meios de prover-se com os recursos dos países exportadores, o mesmo não se pode dizer dos tempos de paz.

Nas ocasiões em que nada impede o comércio regular, quando não há a necessidade impe-

riosa dos produtos, como a que se faz sentir nos momentos de uma crise qualquer,—o sucedâneo é, com raríssimas exceções, um engodo, prejudica a saúde, ilude a boa fé, e difficilmente substitue aquilo a que veio chamado a substituir.

E' o produto falsificado e disfarçado com um rótulo. A palavra sucedâneo, a mais das vezes, serve para encobrir a fraude ou a ganância e fazer prosperar calmamente uma indústria nociva.

Os sucedâneos que, a princípio não saiam do domínio das farmácias, aumentaram o seu raio de ação e invadiram o campo da indústria.

Disfarçadas, muitas vezes, como o nome de "sucedâneo" várias falsificações têm de fato, prosperado tranquilamente, umas sob os auspícios da ciência, outras sob o olhar benevolento da autoridade.

Quasi todos os produtos de alimentação tem sido ou menos nocivos, ou prejudiciais, mais ou menos suportáveis, ou insuportáveis, mais ou menos defensáveis ou indefensáveis.

Assim, tem-se visto uma mistura de sebos, banhas, matérias oleaginosas, leite e farinha de batata, substituir-se á manteiga; grande comércio dêsse preparado têm feito os países escandinavos, exportando-o para várias regiões e notadamente para a América do Sul.

Um dos grandes sacrificados na indústria pelos sucedâneos é o lupulo, que tem sido substituído, na fabricação da cerveja, por vários produtos que não conseguem, nem de longe, fazer as vezes daquele a quem veio tomar o lugar.

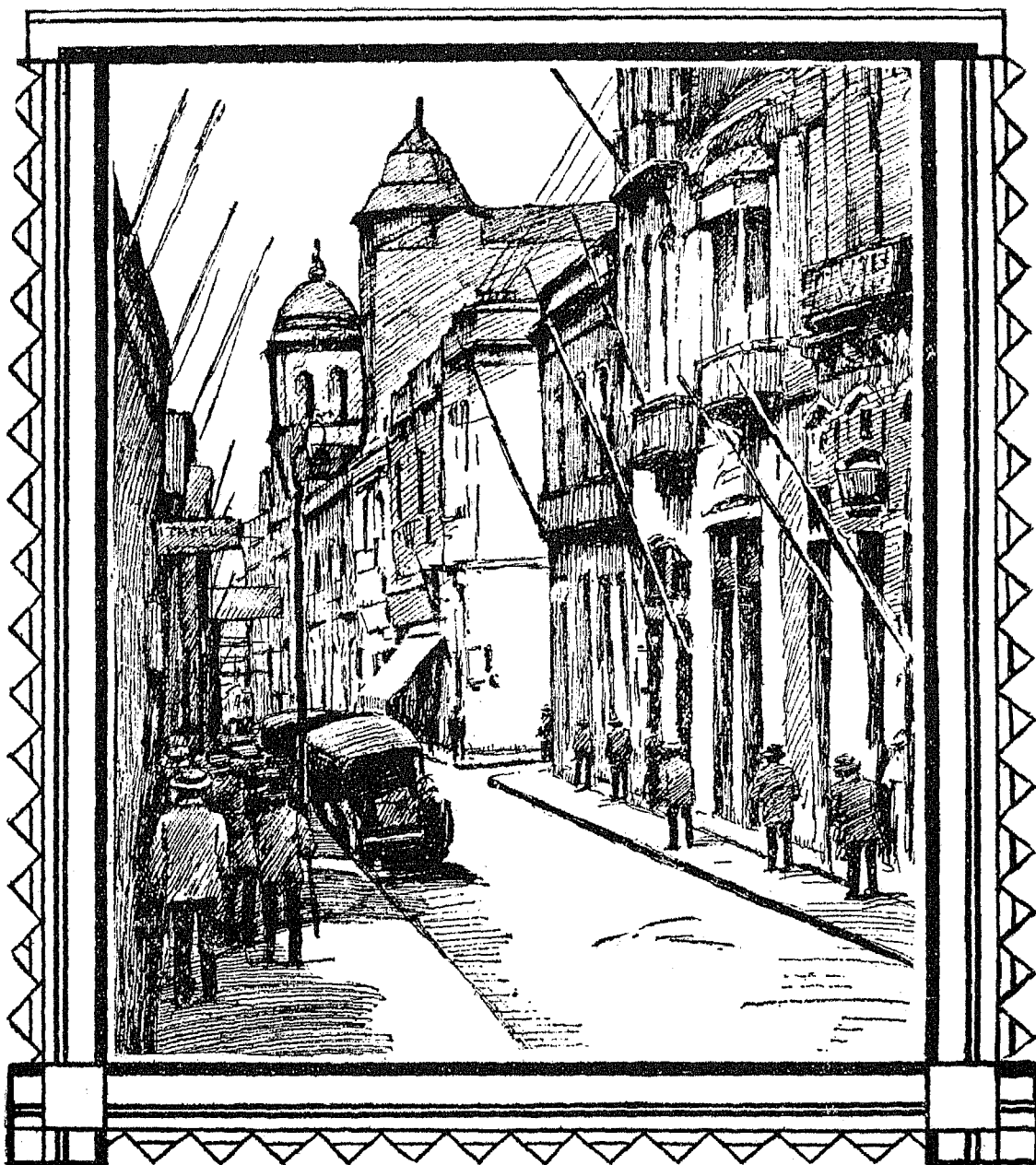
Ha sucedâneos de que pouco se tem notícia, um dêles é o café; é êsse produto, no entanto, um dos que mais têm preocupado o espírito inventivo de industriais e químicos, os quais não se cançam em procurar-lhe um substituto.

Já em 1761, um certo sr. Dam Bourney apresentava em França um café detestável, constituído por várias drogas e a que denominara *petit houx*.

Pouco depois surgia novo café que não era mais que uma infusão de várias favas, onde o feijão entrava em fortes proporções.

Outra beberagem era proposta por Frenchard, com o nome de café, lá para o ano de 1885. Tudo aí havia menos o moka. Tomavam parte saliente na mistura o arroz, a cevada e algumas amêndoas. A êsse líquido, provavelmente indigesto, deu o seu autor o nome de "café de saúde", e assim ia embaíndo os prejudicados.

Outros sucedâneos foram ainda aparecendo e tomando vulto: o café de trigo, o café de centeio, o café de bolotas, o café de giestas.



ASPECTO DA RUA 15 DE NOVEMBRO, EM SANTOS

(Ilustração do natural, a pena, pelo prof. H. Cavalheiro)



Em Bruxelas, no ano de 1808, certo cidadão obteve privilégio para um café de sua invenção; esse celebre café tinha de tudo; o elemento principal eram as bolotas; havia, porém, outros componentes e entravam na infusão, não se sabia bem para que, a raiz de fêto macho, o cravo, a terebentina, o melado, a hortelã pimenta.

Dois anos depois Legrand julgou que não devia ficar atrás na fabricação de cafés insuportáveis e propôs uma infusão muito peor que a antecedente, a qual apresentava á venda não sabemos se como medicamento se como alimento.

O caso é que lhe concederam o solicitado privilegio e, por muito tempo vendeu êle, com o titulo de café, bebida onde entravam castanhas, cenouras, raiz de angelicas, flores de mangerona, cascas de laranjas amargas e não sabemos mais que...

As castanhas têm seduzido extraordinariamente os preparadores de café artificial.

Lampadius misturava-as com azeitona e beterrabas.

Por muito tempo se vendeu em França um certo "café des dames", onde as castanhas torradas entravam como forte esteio; e as damas talvez não entrassem por nada.

Burlet deu o nome de café indígena a um produto onde havia, ao lado das castanhas, favas, cacáu, cevada e aveia.

Vermoret vendia o seu café de castanhas da India.

O trigo tem entrado tambem em várias composições.

Cal conseguiu privilégio para um café de trigo e melado.

Baulard, mais tarde, dava a beber o seu "petit-café", em que as vezes do café era feita pelo trigo.

Invejaram-nos os industriais francezes Chausson e Leduc, que apresentavam um café de farinhas, centeio, trigo, bolota e castanhas, segundo declaravam.

Afirma-se, porém, que o seu "sucédâneo" continha outros ingredientes.

Não ficam nêsse pequeno rôl os substitutos da famosa rubiácea. Terão sido chamados a tomar-lhe o passo—a beterraba, os frutos do bucho, as cenouras, a ervilhaca, o arroz, a chicória, o cacáu, o grão de bico, o figo e até a avenca.

Como se vê têm sido muitos os produtos de terra chamados a colaborar na obra da falsificação legal, visto como os privilégios concedidos dão o direito franco de venda a tais beberagens.

Os seus autores não escondem os nomes dos materiais que empregam na sua indústria, o que importa dizer que não enganam ou não procuram enganar os consumidores. Essa "franqueza" é que faz com que se distingam os "sucédâneos" das falsificações.

Naqueles, ninguem esconde os gêneros alimentícios que compõem o preparado; nestas o nome dos ingredientes são occultados. Ali o freguez tem consciência do que está ingerindo.

Com o produto falsificado não sabe êle o que fornece ao estomago. A diferença capital

entre o sucédâneo e a falsificação está, pois, na maior ou menor imprudência do produtor. No fundo, porém, êles, ás vezes, se equivalem e conseguem produzir os mesmos danos e os mesmos males.

Em matéria de sucédâneos de café convém ainda lembrar outras misturas, ministradas durante muito tempo e tornadas interessantes pelo copioso material empregado na sua fabricação.

Um celebre café recomendado por Delhoge tinha, como companheiros do café legítimo, arroz, chicória, iris florentina, açúcar de leite e até azeite doce.

Qual o papel do azeite nessa misturada, é o que muita gente tem ficado a indagar até hoje. Talvez o seu fim fosse torná-la absolutamente enjoativa.

Um "café indígena" preparado por Buret tinha elementos mais apreciáveis.

Bonnet, depois de muito pensar, achou que podia apresentar o seu "café" e não lhe faltou o privilégio para o seu sucédâneo, composto de ans chinês, açafraão, vulneária, cevada torrefata, favas, guaiaco e bolotas torradas. Nêsse composto não era o café que occupava a melhor parte. Para 500 gramas do café legítimo entravam outras tantas de vários ingredientes e as favas figuravam na proporção de mais três quilos.

Alguns têm acrescentado aos seus produtos, essências aromáticas, canela, hortelã pimenta e até melissa.

Por algum tempo, na Alemanha, gozou os fôros de excelente sucédâneo um café preparado por Oberwarth, em que o principal produto era o centeio torrado.

A' parte—o excelente—como lhe chamava o autor, nada tinha êle que o extremasse dos demais sucédâneos.

As excellências da mercadoria não foram confirmadas por ninguem.

A aguardente foi adicionada em certo preparado de Chausson e Le Duc.

Felizmente para o consumidor ela se evaporava com a fabricação e assim se evitava que o café viesse cobrir com seu nome mais uma bebida alcóolica.

A cerveja já entrou tambem numa composição. Foi autor da idéa—Glinet, que a empregou com centeio. Não era propriamente uma infusão de cerveja e centeio. Mergulha-se o centeio e a cerveja e depois dêle seco e torrado passava a ser "café". Era o "café africano"—nome que dera seu autor sua genial novidade.

Diga-se, a bem da verdade, que nem sempre os inventores de "sucédâneos" tinham em mira a fabricação de um produto barato e lucrativo. Dir-se-ia que muitos inventavam substitutos ao café por amor á arte.

Deve estar nêstes casos o café com chá (Café au thé)—mistura lêida por Lepelletier e Bollard, e por algum tempo servida em Paris.

Ao café com chá continuam, porém, todos a preferir o café com leite.

Além do chá, esses dois citados franceses faziam intervir no seu sucédâneo arroz e

avenca. O chá era préviamente torrado antes de entrar na composição.

Podiam figurar ao lado do café com chá outros sucedâneos interessantes que não apresentaremos para não alongar muito este artigo, já por certo fastidioso, como todo aquele que equivale por um rôl, seja do que fôr.

Não podemos deixar, porém, sem referência, um café dos pobres que Tardy fazia conhecido em Londres, por volta de 1848, e onde havia resíduos e aparas de beterrabas.

Esse café, era de fato, de uma pobreza lamentável.

A facilidade da proliferação desses sucedâneos do café está no fato de ser esse grão produzido longe dos países consumidores. O freguês nem sempre está habituado ao café fresco e perfumado que se serve a todo o instante nos estabelecimentos brasileiros, e poucos outros e daí o accitá-los sem repugnância.

Num "café" do Rio, de Minas, de S. Paulo, da Baía ou de qualquer outro estado, a bebezagem que não fosse o nosso café legítimo, era logo repudiada.

Punha-a imediatamente para o lado, o consumidor, se a sua indignação lhe não proporcionasse outro gesto menos anódino.

Tal não sucede nos países do Velho Continente, onde o máo gosto, a pobreza e a ignorância dão ensanchas ao estabelecimento desses substitutos.

Outro motivo para a proliferação do sucedâneo do café é a facilidade que há em se fazer uma bebida que se lhe assemelhe. Qualquer cereal pode ser torrado. Ajunte-se-lhe qualquer coisa que o empreteça, disfarcem-lhe o gosto com um produto açucarado—e a beterraba é muitas vezes figura indispensável em tais composições—e aí temos um *café*, a que só falta para ser legítimo a nossa famosa rubiácea.

Emfim, a barateza do sucedâneo em relação ao produto a que sucede, é o mais justificado motivo de sua prosperidade.

Há uma pronunciada inclinação, em quasi toda a gente, para comprar o que fôr mais barato, mesmo os que possuem recursos não fogem a essa inclinação.

Junte-se a isso o estado de pobreza e de falta de meios que couberam, como expiação, á grande maioria das criaturas, e teremos perfeitamente compreensível a maneira tranquila e imperturbável por que os sucedâneos abriram caminho através das descobertas científicas e do progresso industrial em todo o mundo.

Digamos de cada um dos sucedâneos aventados para o café.

Dos produtos utilizados para substituí-lo, um dos mais comumente empregados é a chicória, por muitos considerada como possuindo as mesmas qualidades da nossa rubiácea; o seu gosto, que se aproxima do sabor do café, facilita a substituição.

A fabricação do café com chicória ou unicamente de chicórea, provém da Batavia.

Daí passou para o resto da Europa. Em 1840 havia, só em Magdeburgo, na Alemanha, 41 fábricas desse sucedâneo.

Em França, essa indústria muito se desenvolveu também e uma das principais causas desse desenvolvimento foi o bloqueio da Inglaterra durante o período das guerras napoleônicas.

Esse mesmo bloqueio forçou a descoberta de novos sucedâneos para o café. Tendo o seu preço crescido exageradamente procurou-se descobrir entre as plantas do continente uma que pudesse substituir a famosa bebida, que já se não encontrava nos mercados.

A Belgica cultivou a chicória em larga escala, e hoje em dia vêm-se, apesar dos estragos da guerra, grandes campos cobertos dessa planta.

Ela é produzida com facilidade e daí o seu emprego em grande escala. O café de chicória é feito principalmente da raíz.

Sêcas as raízes são elas torradas e os produtores costumam ajuntar-lhes certa quantidade de manteiga ou toucinho, que lhes dá o tom oleoso do café legítimo.

Até aí nada de mais. Para torná-lo, porém, agradável á vista acrescentam-lhe, ainda, pó de tijolo ou de telha, e aí temos os apreciadores da bebida ingerindo, sem o saberem, sua dose de terra; mas não ficam nisso os administradores; também aparecem nas infusões de chicória, pós de carvão de pedra triturado, ocre vermelho e substâncias outras, o menos alimentares possíveis.

Não obstante, o seu emprêgo tem sido vasto e frequente.

Em França, já têm sido importados, por ano, só da Alemanha, 6 milhões de quilos, e uma só das fábricas de leite produz *diariamente* 6 mil quilos de chicória-café.

A chicória é consumida na Alemanha, ainda em maiores proporções que na França, bebendo uns café com chicória e contentando-se outros com a chicória sem café.

O grande inconveniente da chicória é prestar-se, mais que qualquer outro produto, á falsificação, e, segundo dados seguros, pôde-se afirmar que 7/8 dos produtos que se vendem, na Europa, como café de chicória não têm nada de café, e, o que é mais interessante, não têm absolutamente nada de chicória.

Em Londres, examinando-se amostras desse ingrediente, além de substâncias de várias naturezas, encontrou-se serradura de madeira, como de cortumes, talos vegetais e por aí além; uma espantosa miscelânea, capaz de desequilibrar o mais resistente dos organismos.

Como se vê, não se poderia desejar bebida mais complicada e ofensiva.

Usam-se ainda, no Velho Continente, em vasta proporção, como sucedâneos de café, as cenouras e as beterrabas, que são torradas e moidas, sendo, em muitas cidades alemãs, preferidas á chicória, onde lhes adicionam um pouco de melação.

Em matéria de sucedâneos, um dos mais curiosos é o que appareceu, não há muito, em Viena.

Costumam descer o Danubio, peçadas de ameixas, na época da colheita, grande número de embarcações.

Descarrega-se a fruta, espalham-na pelos mercados, vendem-na em profusão. Pelas ruas, pelo cáis, nos pateos dos armazens, vão ficando os frutos deteriorados, rejeitados, espedaçados. Por toda parte se vêem ameixas esmagadas e caroços postos fóra.

Quando Viena adormece, surgem os trapeiros, os lixeiros, os apanhadores de dejétos.

Todos aqueles restos de ameixa, todos os caroços, toda aquela espurcicia é recolhida, e temos um sucedâneo do café.

Êste, no entanto, disfarça todas as suas impurezas sob um odor agradável, e assim é enviado a freguezia. Tem o nome de Gamperl Kaffé—nome dado em honra ao seu inventor.

Outras raízes de plantas têm sido também empregadas, e entre elas destacam-se a taraxaco e a escorcioneira, da familia das chicoráceas.

A escorcioneira não é de todo desprezível, visto como possui qualidades nutritivas.

Ao tempo do bloqueio continental, foi muito utilizado, para fazer as vezes do café, o junco, aromático, de que se aproveita o tuberculo; êsse nunca mais abandonou o mercado.

Faz-lhe companhia a bolota.

Os industriais acharam que era fazer pouco, em tão importante vegetal, aproveitá-lo unicamente na engorda de porcos, e temos, ainda uma vez, o café pouco dignamente substituído.

Originária da Asia, há uma raiz da familia das "umbelíferas", denominada alcorovia; chamam-lhe, na China, "nynzy", onde é apreciada por seu poder estimulador. Também foi aproveitada para sucedâneo.

Nem a batata escapou á fébre dos industriais. Não a empregam como sucedâneo, propriamente.

Ela, depois de torrada, é propinada, em doses mais ou menos elevadas, afim de aumentar a quantidade do café legítimo. E não a empregam sózinha, porque o famoso "solamen tuberorum", tão apreciado nos pratos de "roast-beef", torna-se intragável, quando chamado a exercer uma função que não lhe compete, qual a de sucedâneo.

Já parece grande a lista dos sucedâneos, mas ainda há muito e melhor.

Na Inglaterra existe uma herba sem valor—amor de hortelão—que seria inócua, se os seus carrapichos não fossem dos mais impertinentes e insupportáveis carrapichos do mundo. Pois nem a raiz dessa herba escapou aos que tem em mira inventar cafés.

Passando de largo por uma raiz cultivada na Asia—o salepo, pelo sagú, extraído da medula de algumas palmeiras, estudemos os grãos, que, com um grande contingente, têm contribuído para que sejam servidos á humanidade cafés de todas as naturezas, de todos os paladares e de todas as côres.

Um sucedâneo talvez tolerável fosse o trigo, pelas suas boas qualidades e grandes virtudes. O trigo possui, porém, um grande defeito, aos olhos dos fabricantes—é o de não ser tão barato como seria para desejar. Tem sido, por isso, pouco aproveitado.

Em compensação, vemos a cevada, usada em larga escala, como sucedâneo, nas regiões onde é produzida com abundância.

A cevada, na sua função de substituta do café, e transformada em bebida não é tão anti-pática como muitas outras congêneres; há até quem lhe realce as qualidades de bebida tônica, nutritiva e estomacal, tendo mesmo sabor agradável.

Nada podemos dizer, ao certo, porque nunca a experimentamos.

O centeio já foi muito usado como sucedâneo; o seu tempo parecia ter passado, e pouco dêle se teria a dizer, se um americano não se lembrasse de fazer com êsse cereal um café de sua invenção e divulgá-lo nos Estados Unidos.

O milho apresenta uma curiosidade na sua applicação; é pouco utilizado nos países onde campeiam os sucedâneos, ao passo que no Brasil, na terra do café, é ministrado, ás vezes, em grandes proporções, com o café legítimo.

Explica-se essa fraude pela abundância do milho em nosso país e sua barateza.

O arroz é também empregado como sucedâneo. Como, porém, a manipulação do grão exige certos cuidados tem sido considerado indesejável.

Os grãos leguminosos vão sendo aproveitados na indústria dos sucedâneos do café por causa de serem ricos em matéria gordurosa e azotada.

Desses grãos são utilizados em maior escala: *As javas*; estas, colocadas de mólho, durante muitas horas, são depois cortadas e torradas em temperatura branda; misturam-lhes manteiga, óleo de amendoa doce e substâncias açucaradas.

O grão-de-bico; é êle empregado no Sul da França e quasi sempre misturam-no com café verdadeiro.

O tremço, para servir de sucedâneo, é macerado em agua fria, sêco ao sol, torrado e moído. E ainda o misturam com um pouco de café para disfarçar.

A ervilha é utilizada, ou já o foi, nos países scandinavos e toma o nome de *café sueco* quando servida em chécaras ou taças.

Há, ainda, uma planta brasileira que faz desleal concorrência ao seu irmão—é o *alfostigo*. O seu grão é torrado e moído, e dizem que não tem sabor desagradável.

Os produtos, porém, mais vulgarizados no fabrico dos sucedâneos são as bolotas.

Elas têm sido preferidas para certos paladares, talvez já embotados pela chicória e outros ingredientes.

Alguns médicos chegam, mesmo, a aconselhar o uso do café de bolota áqueles que não se dão bem com o moka.

Não se tem tirado a limpo se a medicina tem razão nesse ponto. Há quem afirme que os doentes que ingerem o café de bolota continuam com os mesmos incomodos, quando não peoram.

O fáto é que com o *placet* da ciência êsse sucedâneo tomou um grande desenvolvimento nos países europeus.

Um grão que se assemelha, um pouco ao café é o fruto dos espargos, o qual não é muito

empregado pela dificuldade de ser adquirido em grandes porções, pois êstes são consumidos com os espargos, servidos nas boas mesas.

Não podem deixar de ser mencionados outros frutos como a amêndoa do pecego, as ave-lãs, as nozes, as amêndoas doces, e amargas, e mais algumas, em pouca escala.

O fêno grego, depois de torrado, é servido tambem como café e há quem lhe gabe as qualidades terapeuticas.

As sementes do girasol como as amêndoas das tâmaras passam tambem por excelentes sucedâneos—descoberta, aliás, restrita ao circulo dos fabricantes.

As populações do norte da Asia tambem possuem o seu sucedâneo—os grãos do bordo tartaro,—assim como não lhe ficam atrás os da Arábia e regiões setentrionais da Africa.

Os saborosos frutos que nos são exportados dos países occidentais—maçãs, cerejas, figos, ameixas, não têm sido poupados para o fabrico dos sucedâneos. Mas o preço dessas frutas não permite o seu uso em proporções vultosas e daí o apparecerem poucos cafés dessas marcas.

Nos Estados Unidos, país onde se bebe muito café, tem andado a trato o poder genial dos inventadores de sucedâneos, e já surgiu até ali um *café selvagem*, de fato selvagem no nome e no gôsto, só tolerável pela aberração do paladar. Outro que não lhe fica atrás e muito em voga atualmente é um celebre *postum*, que se costuma vender em latinhas.

Aquilo depois de fervido e servido em grandes taças deixa boiar, á superfície várias cascas e outros materiais indecifráveis.

É uma *geropiga* detestabilissima, insuportável a qualquer estomago, e só aceitável áqueles que já se acostumaram com o veneno.

Os que o tomam pela primeira vez sentem ânsias insopitáveis de vomitar, inutilizam as visceras por muitos dias e são capazes de ir á cama se não forem firmes dos órgãos internos.

Tal é a beberagem muito em voga atualmente na nação americana e que é apresentada como sucedâneo, sinão como rival ao nosso café.

—:—

Existe, aqui, no Brasil, uma planta, da familia das borragineas—o fedegoso—cujas sementes, depois de torradas, são tomadas em infusão, como café!

Abunda nos Estados do Norte, principalmente em Pernambuco. Existe muito na Baía, no Espirito Santo e Rio de Janeiro.

Apezar de vivermos na terra do café, tambem aqui aproveitam este "sucedâneo". Este é muito barato porque dá livremente em todas as hortas e campos. A raiz passa por ter ação terapeutica e é empregada na infecção tífica e

nas doenças do figado. É o *heliotropium indicum* do Pará, o *tiaridium* de Pernambuco e outros Estados, a *Cassia affinis*, etc.

—:—

Por mais que se aguce a intelligência dos inventores, por maior que seja a sua habilidade; por mais que se chamem produtos vários e os intrometam no comércio do café, nenhum foi, até hoje, capaz de substituir, o café verdadeiro, nem nas suas qualidades, nem no seu gôsto, nem na sua utilidade.

Falta-lhes a *cafeína*. Por melhor que fabriquem uma estátua ela nunca será como um ser cheio de vida. Necessitará o sopro capaz de animá-la. A matéria inerte apresentará sempre os mesmos traços frios, o mesmo aspecto glacial. O calor da vida, o brilho da alma nenhum engenho poderá imitar ou reproduzir.

A *cafeína* é o principio vital do café: é a substância que lhe dá as reconhecidas virtudes, o elemento que a vivifica, a alma que o enobrece.

Sem a *cafeína*,—completamente ausente nos sucedâneos,—êses serão sempre produtos sem brilho, imitações contrafeitas, desageitadas, inúteis.

Têm demonstrado as análises a inexistência, nos sucedâneos, de qualquer alcaloide, capaz de produzir as excitações do sistema nervoso, como o consegue a *cafeína*, que parece ter aurido dos reservatórios da natureza um privilégio que é todo seu, que é unicamente seu.

O que tambem não se encontra nos sucedâneos, por mais bem preparados que sejam, é o aroma.

O aroma especial, o aroma inconfundível do café não o possuem êles. E sem êsse aroma todos os produtos ficarão sempre apagados, fazendo miserável figura diante do gênero que buscam imitar.

Continúa, portanto, o café, o café *legítimo*, em toda a sua realeza. Não o destronaram os falsos principes coroados pela indústria barata. Êle continua a impôr-se soberanamente ao mundo, imponente em sua expansão, indestrutível em suas funções, inimitável no seu fulgor.

Razão nos assiste por nos sentir vaidosos em tê-lo como o nosso principal produto da terra.

Com o café, temos abastecido os mercados mundiais. Fonte de riqueza, fonte de prosperidade, podemos ainda apresentá-lo como capaz de substituir o alcool, evitando-se a propagação de um dos maiores vícios da humanidade.

De fato, em vez de alcool, muitos já preferem o café e ei-lo, ao contrário de outras fontes de prosperidade nacional, contribuindo para o progresso econômico do país, e o moral do gênero humano.

Importação sujeita a direitos, retirada para consumo interno

CAFÉ EM BRUTO	Anos	QUANTIDADES EM QUINTAIS			VALOR DOS DIREITOS EM LIBRAS			TAXA E QUANDO IMPOSTA
		Toda taxa	Taxa preferencial	TOTAL	Toda taxa	Taxa preferencial	TOTAL	
Entrado.....	1921	158.118	147.720	305.838	352.347	258.491	590.838	<p>£2-2-0 por quintal— 5 de Abril de 1926</p> <p>£1-8-0 por quintal— 15 de Maio de 1922</p> <p>£0-14-0 por quintal— 5 de Maio de 1924.</p> <p>Taxa preferencial: cinco sextos de toda a taxa—1.º de Setembro de 1919. (Reexportação por 100 libras de café torrado igual ao direito por quintal, sobre café em bruto).</p>
Dedução, reexportação...	>	3.050	3.972	7.022	7.068	7.736	14.804	
Liquido retido para consumo interno.....	>	155.568	143.748	298.876	325.279	250.765	576.034	
Entrado.....	1922	210.345	110.251	320.596	340.690	148.942	489.632	
Dedução, reexportação...	>	3.152	3.909	7.031	6.344	6.589	12.933	
Liquido retido para consumo interno.....	>	207.193	106.342	313.535	334.346	142.353	476.699	
Entrado.....	1923	178.109	145.075	323.274	249.484	169.259	418.743	
Dedução, reexportação...	>	3.120	4.398	7.518	4.896	5.703	10.599	
Liquido retido para consumo interno.....	>	175.079	140.677	315.756	244.358	165.556	408.144	
Entrado.....	1924	170.211	149.722	319.933	145.573	115.192	260.675	
Dedução, reexportação...	>	3.336	5.450	8.786	3.840	5.682	9.522	
Liquido retido para consumo interno.....	>	166.875	144.274	311.147	141.733	109.510	251.243	
Entrado.....	1925	169.904	156.134	326.038	118.768	91.069	209.837	
Dedução, reexportação...	>	4.247	4.999	9.246	3.312	3.215	6.527	
Liquido retido para consumo interno.....	>	165.657	151.136	316.792	115.456	87.854	203.310	
		QUANTIDADES EM LIBRAS			VALOR DOS DIREITOS EM LIBRAS			
CAFÉ, sêco no forno, torrado ou moído.....	1921	56.250	57	56.307	1.471	1	1.472	<p>6 d., por libra— 5 de Abril de 1916.</p> <p>4 d., por libra— 15 de Maio de 1922.</p> <p>2 d., por libra— 5 de Maio de 1924.</p>
Idem, idem.....	1922	65.487	123	65.610	2.452	3	1.455	
>	1923	20.086	691	20.777	421	10	431	
>	1924	21.642	5.171	26.813	257	42	299	
>	1925	16.941	326	17.267	147	2	149	
CAFÉ E CHICORIA, torrado moído, misturado...	1921	14.381	—	14.381	360	—	360	<p>Taxa preferencial: cinco sextos de toda a taxa—1.º de Setembro de 1919.</p>
Idem, idem.....	1922	2.262	—	2.262	46	—	46	
>	1923	39	—	39	1	—	1	
>	1924	1.999	—	1.999	18	—	18	
>	1925	1.366	—	1.366	11	—	21	

Pelo Estado do Rio, da montanha ao mar

AGRIPPINO GRIECO

DE PASSA TRES A S. JOÃO MARCOS

Luiz Breves, o engenheiro Crosato, o menino Donatello e eu, metemo-nos no automovel e, conduzidos por um "chauffeur" desabusado, deixámos Passa Tres e entrámos em sítios quasi desertos, rumo de São João Marcos.

Luiz, dedo no ar, debruçando-se para um lado e outro do carro, vae-nos dando, fragmentariamente, explicações sobre os lugares que desfilam deante de nós, numa vertiginosa farrandula de arvores e pedregulhos.

Alí, era a morada do velho Cassiano Barbosa, pai de quatorze raparigas, sendo que os quinze ali moraram, sem pagar vintem, mais de trinta anos, graças á bondade do comendador Joaquim Breves, dono da casa.

A essa altura, indagámos, naturalmente, do neto do comendador se este era homem de boas entranhas, nutrido daquele leite de ternura humana sem o qual vida alguma é digna de ser vivida. Luiz, que é de uma franqueza desembuçada e tanto aponta virtudes como defeitos dos ancestrais, sem nenhum fanatismo doméstico, responde-nos que sim. Apenas (acrescenta), como todos os da estirpe, o maior dos Breves era um temperamento de impulsivo, deixando ás vezes arrastar-se pelos nervos desembastados.

Ao dinheiro não dava grande importância, achando que a moeda, redonda como é, foi feita para rodar. Na sua fazenda da Grama, massagadas de cédulas do Thesouro escorriam pelas gavêtas entreabertas e uma das criadas graves, velha preta que assimilára a voz e os gestos da patrão, confessou, pouco antes de morrer, que se apoderára subrepticamente de muitas dessas boladas, para mandar comprar cosméticos e agua de cheiro aqui no Rio.

Agora, o nosso cicerone indica-nos as várias cruces e capelinhas que surgem á beira da estrada. Todas têm, praticamente, a sua caixa de esmolas, e quasi sempre assinalam a sepultura de capangas chacinados quando, por excesso de zêlo, faziam valer as virtudes dos respectivos patrões, contra os vícios dos patrões alheios. Excesso de zêlo, dizemos bem. Porque os patrões, embora separados pelas demandas e pelos furores de concorrência regional, acabavam por entender-se direito na partilha de proventos, e tinham até necessidade dessas tricas, para mais estimular-se na ansia de ganho.

E o auto corre. Pequenos bichos fogem deante do carro de fogo. Luiz Breves, ainda um tanto orgulhoso de que tudo aquilo tenha sido da sua gente, garante-nos serem aquelas terras fértilíssimas. Quantas arrôbas de café desciam do mórro ali ao fundo, o mórro da Demanda, assim chamado porque envolvido em raiivos litigio forense durante mais de duas décadas! Numa das abas do mórro, uma choupana e

uma preta com o filhinho ao colo, sugando como uma ventosa...

E assim corremos kilometros e kilometros de terrenos despojados dos antigos cafezais e onde o mato ainda não conseguiu renascer. Apenas, de quando em quando, sobem troncos finos de imbaúba, aproveitados para papel e páu de fosforo.

Chegamos, enfim, a São João Marcos. Recebe-nos, com um sorriso amável engatilhado para nós, um dos filhos da cidade, rábula, jornalista e memórialista da região. Vamos logo ao único botequim local, que, por sinal, dispõe tambem de um bilhar e de um cinema hebdomadário, com o cavallo de Tom Mix e as pernas tortas de Richard Talmadge. Serve-nos o café um pobre rapaz opilado, evidentemente uma das muitas vítimas da represa da Light nas proximidades.

Enquanto sorvemos o liquido, o Vieira Fazenda de São João Marcos entra a enumerar-nos as glórias da terra: João Caetano, Fagundes Varela, Corrêa Lima e Ataulfo de Paiva. O crônista da zona, sem duvida alguma, exagera. O actor e o poeta notáveis não são de lá e sim de outras zonas fluminenses. De lá são apenas—desculpem se é pouco!—o autor do monumento de Barroso e o elegante desembargador da Academia de Letras, sendo provável que nenhuma outra cidade do Estado do Rio dispute a honra de haver-lhes servido de berço...

Reconfortados pelo café, lançámos uma olhadela circular pela praça, que é toda a urbe. Cercada de mórros, tem, ao fundo, dominando o casario arcáico, uma vistosa igreja de estilo colonial, cuja construção começou em 1737 e cujas torres, arredondadas no alto, não quiseram subir muito. Essa igreja converteu-se em hospital, enchendo-se de doentes até o côro, quando a malaria liquidou por ali milhares de criaturas, forçando as restantes a um exodo pânico.

Em derredor vemos outro impa'udados quantando sol á porta das vivendas. E, a proposito, vêm outros detalhes da temível mortandade. A Light, para conseguir a sua represa, submergiu dezenas de fazendas, povoados e até cemitérios, cujos tétos e cruces repontam ao baixar das aguas. Daí a febre destruidora e a ceifa de populações numa terra de otimo clima, em que os macróbios pululavam. No peor período da epidemia, abriam-se valas enormes no cemitério e muita gente ainda viva foi para a cova de cambulhada com os defuntos. Nos arredores, encontravam-se cães devorando cadaveres e achou-se uma criança sugando no seio já pôdre da mãe morta.

Para sacudir essas lembranças tragicas, olhámos três palacetes ao centro da praça. Dois ostentam frontaria de azulejos e o do centro tem, heraldicamente, um monograma

no cimo. Um possessive janelas gradeadas á moda mourisca e em todos pompêam, na sacada, lindos ornatos em ferro forjado. Num dêsses palacetes, ao que nos informam, está a cama em que dormiu Pedro I, quando voltava do Ypiranga, movel que não pôde deixar de tentar a gula dos albigebes do Passado. E como este—se não nos equivocamos—sob a cem o numero de leitos em que, só ou acompanhado, dormiu o homem de 7 de Setembro. Mas não haverá ali um “superavit” de camas? Acautelem-se os colecionadores. . .

Naquela casa ali em frente—insiste o historiografo—nasceu Pereira Passos e a casa pertenceu longo tempo a um irmão dêste. Indicação muito exata, com o inconveniente apenas de haver Pereira Passos nascido, realmente, em Mangaratiba. . .

Por aqui—ouvimos—rumo de Mangaratiba e, logo, do Rio, desciam quasi todos os productos paulistas no tempo do Império, antes da construção da Central, e ainda perduram vestígios de pedra dos grandes depositos de café erguidos nas imediações. Então, era São João Marcos autônoma, passando, na decadência, a subordinar-se á comarca de Pirai. As familias tradicionais deixaram o seu rincão, desenfreadas pelo tufão de 13 de maio. Hoje, só se verifica nestas paragens, um pequeno comércio de cereais e legumes, especialmente milho e repolhos, para aprovisionar Mangaratiba, graças a dois automoveis-caminhões que põem a cidade em contacto com o litoral.

Mão grado o seu posto meteorológico e dispor de telefone e telegrafo, o lugar estiola-se. Mas sente-se-lhe a vontade de resistir, de não morrer. Dêm-se os governantes um empurrão benéfico e aquilo ainda poderá salvar-se.

Metemo-nos no auto para continuar a viagem. O memorialista, inexaurivelmente, continúa a dizer-nos coisas. Rumor de ferragens no auto disposto a correr. E o crônista:—Olhe! Não deixe de falar no crucifixo e nos castiçais de prata que estão na matriz e que vieram do santuário de São Sebastião do Arrozal, submergido pela represa. Fale, ainda, na jazida de manganez e na fonte de agua mineral que há nas vizinhanças. Insista no protesto feito pela Camara de São João Marcos, quando Pedro I reconheceu um senador que não fôra eleito, protesto que aqui está no arquivo da Camara, constando de uma áta verdadeiramente histórica. Diga tambem algo sobre a mulher do José Ribeiro, vendedor de bilhetes de loteria, lembrando que era ela o melhor alfaiate da terra, trabalhando admiravelmente em sobrecasacas e até em batinas. Não esqueça que o comendador Breves foi visto, muitas vezes, por aqui, de japona azul. E tenha uma referência amistosa para com o generoso Costa Doca, nosso principal comerciante de sêcos e molhados, e o melhor enfermeiro dos impaludados, que acolheu, ás dezenas, em sua fazendola de Agua Fria. . .

DE S. JOÃO MARCOS A MANGARATIBA

Vinte e sete quilometros de estrada de rodagem, construída em 1850 e 57. Rodovia exce-

lente, bem calçada, defendida por solidas muralhas nas curvas perigosas e abrindo brechas em altas montanhas. A ponte Bela, sobre o rio das Lages, é elegantissima na curva audaciosa do seu unico arco de cantaria. Da chamada casa da diligência restam alguns capitêis de granito e o bebedouro para animais, entre feitos e parasitas viçosas.

Raros gorgeios nas matas. A cruz da Rita, mestiça, sestrosa, assassina por um amante ciumento há mais de trinta anos, é ainda hoje piedosamente coberta de flores por mãos anônimas.

Nas terras de Benguela, pertencentes, agora, a um banco estrangeiro, vagam lontras dadas a amores românticos, e, ao alto, subsistem os muros de uma antiga fortaleza destinada á defesa da costa, com restos de peças de artilharia. Nesse trecho, nasceu Rubeião Junior, que foi político prestigioso em São Paulo.

Belo é quando, de um dos pontos mais elevados da estrada se avista, por um rasgão da floresta, o Atlântico. “Thalaka! . . .” E’ o mar, é o Saco de Mangaratiba, a linda baía de aguas tão rasas que fazem encahar simples barcos de pesca. Além, a ilha Grande, com o Lazareto, ilha que foi tambem dos Breves, não escapando aos tentáculos dêsse insaciavel devorador de terras. Mais além, a Restinga, outra propriedade do comendador, que ali desembarcava a provisão dos seus navios negreiros, indifferente aos lirismos humanitários de Castro Alves e seus emulos em prosa e verso. Alí tambem — dizem—facilitava êle o contacto entre as suas escravas e os feitores brancos, para obter melhorias de raça, do que resultou ser a Restinga conhecida por ilha das Crias. . .

Já agora, aproximamo-nos, velozmente, da praia. Passamos pelo cemitério, convertido, por efeito de infiltração da agua do mar, em charco peganhento. De um lado e de outro, erguem-se carcassas de pedra, hirtas, nos seus sudários verdes de limo. E’ tudo o que resta dos solares, dos armazens, das cocheiras e dos trapiches dos Breves. Ciprestes e outras arvores civilizadas, com que o comendador ornára as suas chacaras, mal resistem ás investidas asfixiantes do mato bravo. De passagem, notam-se vestígios de uma estrada de ferro que ligaria Mangaratiba a Angra dos Reis.

E cá estamos, afinal, em Mangaratiba, hoje teatro prosaico de convescotes domingueiros de burguezes do Rio, ou ninho de feiticeiros e curandeiros, muito procurados pela gente supersticiosa da metrópole.

Vamos examinar um chalariz com a inscrição: C. M. 1852. Só tem de importante a velhice e nenhum mérito artistico.

Fustiga-nos, aspérrimo, o vento de noroeste. Com o vento, investe contra nós um historiador em transito por aquelas paragens, um velhote desdentado e ressequido, que se presume historiador, geografo e linhagista notável e vive a esmiuçar jornais antigos, cartas genealógicas e relatórios do tempo do Império, remexendo em todos os móveis carunchosos, para vêr se encontra uma epístola, um recibo, um cardá-

pio, um ról de roupa suja, qualquer documento, em suma, que lhe traga um acrescimo de erudição retrospectiva.

Não sei se esse esmiuçador do Passado será parente do genealogista mercenário que, já pelas alturas de 1870, pretendeu convencer o comendador Breves de que êste descendia, em linha réta, de Pepino o Breve, o que, por um triz, não lhe valeu uma formidável surra, porque o fazendeiro de São Joaquim da Gramma não tomava a sério engrossadores assim, sabendo-se de origem plebéa e ufanando-se disto, muito contente de ser êle mesmo o seu mais illustre ancestral.

Ouçamos, porém, o tal linhagista de ultima hora:

—Ahl o senhor se interessa pela familia Breves? Eu tambem, e estou fazendo pesquisas em torno do parentesco desta com a familia Morais...

Os Morais eram curiosissimos. Um dêles pôs nas filhas os apelidos caseiros de Pará, Peré, Piri, Poró, Purú... Outro sustentou polémica para provar que o traçado da Central estava errado e que os seus trilhos deviam passar por São João Marcos e não pela Serra do Mar... Não sei se sabe, que o primeiro, em ordem, dêesses Morais tinha o cognome de Cabeça de Cuia, por isso que, perdendo a tampa do crâneo, em luta com uma onça, fez resguardar os miolos com um pedaço de cuia, que acabou por adêrir-lhe á cabeça e lhe permitiu viver assim longos anos... Quanto ao Morais que foi conhecido por Capitão Mata-Gente, é em grande parte um tipo de lenda, e há exagero nos crimes que lhe atribuem. Sim... Dizem que êle costumava pagar aos caixeiros-viajantes as suas contas, com toda pontualidade, mas fazia-os depois cercar na estrada, para rehver o dinheiro, e, quando resistiam, mandava liquidá-los e lançar-lhes os despojos num açude, situado nas proximidades do caminho... Entre outras fazendas prósperas dos Morais, destacavam-se Piloto e Salto Pequeno... Fazendas todas ricas em histórias apavorantes, fáto comum num tempo em que o povo enxergava por toda a parte subterrâneos, tesouros enterrados, covis de salteadores, casas mal assombradas, mulas sem cabeça, o diabo... Em matéria de lenda, lembre-se ainda que o início da formidável fortuna do comendador Breves foi atribuido a um diamante colossal que êle teria extorquido de um pobre preto, trópeiro, que, em seguida, mandara matar. Contam, até, que êsse diamante veiu a pertencer á corôa da Austria, fazendo hoje parte do eserinio da ex-imperatriz Zita, que em balde procura vender a gêma fatidica, por não haver joalheiro capaz de adquiri-la. Narram tanta coisa do velho Breves, que eu, de resto, conheci em pessoa, quando êle ia tomar o trem em Belém, com destino, ao Rio, evitando passar pelos tuneis da serra, porque, segundo confessava, não era minhoca para rojar-se por baixo da terra... Pobre comendador! Ainda alguns dias antes da lei 13 de Maio, comprava escravos, certo de que o govêrno imperial não teria coragem de privá-lo daquela propriedade legal. Uma vez ultimada a Abolição, perdeu êle, assim, uns

seis mil contos de réis, só em material humano, avaliando-se cada preto em conto de réis, o que não é demasiado. Dahi a raiva com que pretendeu exigir do Tesouro uma indenização que o salvasse da ruina total. Tudo inutil! O desmoronamento não tardou, e maior seria ainda o seu desgosto de monarquista ferrenho, se resistisse uns tres anos mais e visse um dos filhos fazendo parte da Constituinte, como deputado republicano...

—Seis mil escravos. Naturalmente, o comendador não podia conhecê-los todos...

—Exatamente. Muitas vezes, saudado na estrada, com o classico "Sôs Cristo", por um creoulo reverente, indagava quem era, e, só então, vinha a saber que se tratava de um dos seus bens semoventes, incorporado, sob tal nome, a tal fazenda... Muitos desconhecem que o comendador era um entusiasta das obras de arte. No seu solar de São Joaquim da Gramma, onde de preferênciã residia, guardava uma coleção de estátuas de marmore em tamanho natural. Algumas vezes, para gracejar com hóspedes de maior intimidade, fazia subir num pedestal uma negrinha núa, ensaiada, que êle apresentava como uma admiravel escultura de onyx, quando os assistentes elogiavam a rara perfeição da figura, dava-lhe êle ordem de se retirar, dizendo: "Salta, creoula, vae-te emboral!"

—Mas—objêta o Luiz Breves—parece que isso não aconteceu com meu avô e sim com o capitalista Braz Barbosa Arruda, do município de Bananal e conhecido pelas suas excentricidades...

—Não—dogmatiza, imperturbavel, o temível rebuscador de arquivos—foi com seu avô mesmo. Êste, todos o sabem, distinguia-se pelo genio galhofeiro, bem diverso do genio do irmão, o comendador José de Souza Breves que conheci viuvo, sem filhos, muito religioso e, por isso ou apesar disso, extremamente bom. Era menos rico que o mano Joaquim, de quem, aliás, foi sempre bastante amigo, ainda que seu adversário político, militando ao Partido Conservador, enquanto o outro era um liberal intransigente. Quanto ás propriedades do José Breves, couberam, por morte dêste, a mucamas e pretos fôrros, rechassados, mais tarde, de seus dominios, por estrangeiros audaciosos, que a politicalha de em torno prestigiava...

Ligeira pausa e o homem recomeça, infatigável, entrando por outras zonas:

—Além dos Breves e dos Morais, existiram, em terras fluminênses, figuras de fazendeiros das mais pitorescas. Tais os primitivos proprietários da Fortaleza, no município de Rio Claro, que foi longo tempo um harém de senhoras raptadas no Rio e em São Paulo; o visconde de Barra Mansa, dono dos latifundios do Turvo e que, sistematicamente, não se aproximava de ninguem, ficando sempre a dois ou tres metros do visitante, para evitar que êste lhe apertasse a mão, intimidade que lhe fazia horror; o Tintinho Crissiuma, que tomou o nome da fazenda do Crissiuma, antigo feudo do Barão do Amparo, sendo pai de um conhecido medico de Petropolis, eximio em opera-

ções de orquítes; o comendador Luciano de Aguiar, mulato sociável, grande produtor de café, e, finalmente, o Braz Barbosa Arruda, de que se falou há pouco...

—E', talvez, o mais original de todos êsses magnâtas...

—Certamente, o mais original. Pois não foi êle que mandou coser um official de justiça dentro da barriga de um boi morto na vespera, fazendo a cabeça do pobre homem sair pelo posterior do animal, o que o levou a quasi enlouquecer de pavor, soltando urros tremendos, á impossibilidade de defender-se, tendo como tinha as mãos presas, das bicadas ávidas dos urubús...

—Simplesmente macábro...

—A par dêsses figurões pedantes ou perversos, não era difícil encontrar, entre escravos e pessoas do povo, criaturas bonissimas...

—Tantas—intervem Luiz Breves. Haja vista a preta Cantalina, ainda viva e hoje centenária, ama de gerações sucessivas, possuindo boa memoria, contando sempre casos e sempre indulgente para com o marido, um sujeito de noventa anos, que se embebêda todos os dias, desde a infância; o Luiz Cunha, especialista na cura de males venéreos; o preto Manoel, herôe condecorado do Paraguai; o Pedro Pacifico, cognominado o Tiradentes, por assemelhar-se-lhe fisicamente, abolicionista rubro, amigo de Patrocínio e Luiz Gama, dos que

mais aplaudiram Joaquim Nabuco quando foi discursar em Mangaratiba a favor da Abolição...

Aproveitando o ensejo, trato de obter alguns detalhes sobre o Breve fisico.

—No fim da vida—indica o neto do comendador—usava êle barba passa-piolho e bigode raspado. Conservou-se forte porque sóbrio, comendo e bebendo moderadamente, e tendo apenas o vício do charuto e do voltarête, chegando a dar dinheiro aos parceiros pobres para que jogassem contra êle, jogando de preferêcia com o Olimpio Gomes de Souza, farmaceutico da fazenda, mestiço inteligente, muito amigo do poeta B. Lopes, que lhe mandou o retrato com dedicatória autógrafa.

—Mas, em moço—indago—no tempo em que acompanhou Pedro I a São Paulo, fazendo-lhe parte da guarda de honra, Breves não amaria as festas palacianas?

—Sim—esclarece Luiz Breves—nêsse tempo, meu a ô, ao que se vê do retrato que conservo em minha casa de Passa Tres, era elegante, com certo dandinismo, que não lhe ia mal, no peito cheio de insignias, na gravata de duplo laço e na expressão de inteligência e altivez, algo voluntariosa. Contaria êle, por essa ocasião, uns vinte e cinco anos de idade. Talvez o pincel tenha sido um pincel cortezão, algo engrossador, mas o caso é que um mancebo assim, facilmente se insinuaria nos corações femininos...

O café na Inglaterra

JOAQUIM EULALIO

Notas históricas

A história do café, desde a lenda bucólica do pastor arabe ou abissínio, até muito além da profecia literaria de mme. de Sévigné, tem sido várias vezes contada. Não parece, porém, descabido que se recapitule aqui a história da sua introdução e seus progressos na Inglaterra, tanto mais quanto essa parte da história do café não é tão geralmente conhecida, como a das suas vicissitudes no mundo musulmano e, depois, nos emporios italianos do Oriente e na França. Testemunho disso é a sua omissão, por exemplo, no mais completo estudo sobre o café já publicada no Brasil isto é, o livro do sr. Augusto Ramos.

Pois a Inglaterra, país de navegantes, como o foram Veneza e as repúblicas italianas, que trouxeram, de Constantinopla para a Europa, o uso do café, foi dos primeiros países europeus a introduzirem no mundo essa "volupia nova", que, com a do tabaco, revelada pouco antes, representa a principal contribuição do homem moderno para o patrimonio de gozo, legado pelo mundo greco-romano. Data efetivamente de 1650—isto é, vinte e um anos antes da França e um pouco antes da Holanda—a introdução do café na Inglaterra. Como, já dois seculos antes na Arábia, um século antes no Cairo e em Constantinopla e mais tarde nos demais países da Europa, o café foi muito combatido e perseguido—assim se explicando, em parte, porque, ao contrario da profecia da marquez de Sévigné, esse novo fruto proibido não passou, mas ficou, aliás como Racine.

O introdutor do café na Inglaterra, foi um negociante inglez vindo do Oriente, Daniel Edwards, que o fazia servir ás suas visitas, preparado por um criado grego, de nome Posqua, por êle trazido de Smyrnasaram a frequentar a casa de Edwards, que êste decidiu abrir um estabelecimento, cuja direção confiou a Posqua, auxiliado por um cocheiro de seu genro, de nome Ritt. Esse estabelecimento, a primeira "coffee-house", da Inglaterra, foi aberto nas imediações do que ia ser, pouco mais tarde, o Banco da Inglaterra, no sítio que ainda hoje guarda o nome de Cornhill e precisamente em Newman's Court, onde se estabeleceu depois a "Virginia Coffee-House".

O uso do café se propagou com tanta rapidez por todo o Reino, que as autoridades do fisco não tardaram em avistar nisso uma fonte de receita pública, criando logo um imposto especial. Por outro lado, a concorrência feita ás cervejarias (*ale-houses*) e outras tavernas (*public houses*) foi tão séria que, conseguindo essas interessar, na sua campanha, os moralistas extremados—mas uma vez aliados o vicio e certa especie de virtude — foi apresentada ao govêrno, em 1674, uma petição de senhoras inglezas, alegando-se contra as casas de café que elas eram um pretexto para longas ausências do lar e consequente desregramento dos chefes de familia, ao mesmo tempo que se invocavam razões de hygiene contra as virtudes excitantes da bebida, que se acusava de gastar a força vital dos homens.

Dir-se-ia, porém, que tal campanha, bem como as sátiras e panfletos contra êle publicados, só tiveram o efeito contrário de aumentar o uso do café, tão certo é o prestígio que auréola todos os vícios elegantes—para já não falar na força de catequese que emana de todas as perseguições. Da mesma forma que, em Paris, o "Café Procope" e o "Café de la Gégene, que passaram a ser frequentados por homens de letras e homens de Estado, tais como Rousseau e Diderot, Voltaire e Richelieu, as "casas de café", de Londres, foram, no dizer de um seu cronista, os predecessores dos clubes, que não tardariam a ter tamanha voga e tamanha parte na vida ingleza, além de serem tambem os principais centros de circulação de notícias, antes do aparecimento dos jornais diários. Como, mais tarde, os clubes, os cafés se subdividiam conforme a especie de freguezes que os frequentavam; houve os literários, políticos, de homens de negocios e, até, de jogadores, como era a "Jonathan's Coffee House", em Change Alley, para não falar em preferências raciais, como a que mostravam os escossezes pela "British", em Cockburn Street.

Se, porém, a perseguição não conseguiu diminuir, antes pelo contrário, o gosto nascente pela bebida africana, trazida do Oriente Proximo, uma outra força, vindo esta do Extremo Oriente, e introduzida na Inglaterra algumas décadas antes do café, não tardaria a ir como que entorpecendo a ação do conquistador negro, paralisando-lhe o desenvolvimento, até relegá-lo para uma situação de notoria inferioridade. E é curioso notar que os introdutores do chá na Europa foram os nossos descobridores, os portuguezes, não havendo noticia da bebida na Europa, antes de 1517, isto é, uns três ou quatro lustros depois da descoberta do Brasil, quando começavam a correr a Europa as noticias e as curiosidades trazidas de Cathay, pelos primeiros viajantes e cronistas portuguezes.

Não me consta que tenha sido feita a cronica dessa guerra, que deve ter sido cheia de episodios saborosos, entre as duas bebidas: o café, negro como a gente etiope, e como ela, cheio de ardências, escondendo na escuridão da sua substância, os segredos dos ritos africanos; o chá, tirando para o amarelo das raças mongolicas, e como elas insinuante, vencendo pelo torpor, mais

do que pela força. Fato é que, no paladar inglês, foi quasi completa a vitória da Asia—com prejuizo do Brasil, que devia, um século depois da introdução da bebida na Europa, tomar a si o cultivo da planta, fazendo dela como que coisa sua.

Isso, porém, nos traz ao limiar dos nossos dias, em que tais questões só se expressam por algarismos.

IMPORTAÇÃO E CONSUMO

Devido a essa preferência pelo chá, como a outras causas menores, a Inglaterra é, efetivamente, como a Russia, de todos os países com grande capacidade de consumo, aquele em que é menor o consumo proporcional do café. Enquanto, por exemplo, a Holanda, os países escandinavos e a Belgica consomem, por cabeça, entre 10 e 15 libras de café, os Estados Unidos, 10 a 12; a Alemanha e a França, 6 a 8; vários outros países, 2 a 4 e mais libras; a Inglaterra não chega a consumir uma libra, isto é, menos de meio quilo.

Da média de mais de vinte milhões de sacas de consumo mundial, a Inglaterra não tem absorvido, para consumo, em média, nem 1/5 de milhão, cafés de todas as procedências, em sacos de 4 arrobas ou uma quinta (cwt abreviação de hundredweight), e desse total de mingado consumo a parte do Brasil, produtor de 70% a 80%, do total mundial, não chega a ser, em média, de mais de 5 a 8%, como se vê (Estatísticas da Brazil Warrant Co.):

1924.....	cwt.	320.594,	sendo do Brasil	28.746
1925.....	>	326.542,	> > >	18.415
1926.....	>	319.812,	> > >	15.639

Mesmo como mercado de importação e exportação, na Europa, a Inglaterra, apesar da sua grande supremacia comercial e marítima, não ocupa posição de destaque, vindo depois da Holanda e do Havre, de Hamburgo e Antuerpia.

A estatística abaixo, dos srs. A. J. Rouse & Cia., dá uma idéa numerica da situação desses e de outros portos a 1 de julho corrente, em comparação com a situação em igual data nos cinco ultimos anos. Por ela se vê ainda que, nessas datas, os estoques de café brasileiro na Europa, os quais ainda representavam quasi 2/3 do total em 1923, foram baixando desde 1924, representando em 1927, pouco mais de 2/5, isto é, bem menores do que o estoque global dos cafés de outras procedências:

1.º DE JULHO	1927	1926	1925	1924	1923
Inglaterra.....	208	102	211	154	600
Hamburgo.....	307	272	216	212	131
Holanda.....	350	345	335	334	207
Antuerpia.....	75	60	70	50	80
Havre.....	245	340	46	566	487
Bordéos.....	22	21	26	27	24
Marselha.....	38	41	43	37	52
Copenhague.....	67	467	64	79	67
Genova.....	148	146	136	131	137
Trieste.....	49	54	75	67	65
ESTOQUES:					
Brasil.....	673	677	720	801	1.158
Europa, outras qualidades.....	836	822	899	856	692
TOTAL.....	1.509	1.509	1.619	1.659	1.850

Na Inglaterra, a proporção das importações do Brasil (para consumo e reexportação) é ainda menor, não representando nem 1/10 das importações de Costa Rica e consideravelmente menos do que as de Guatemala e da Colombia, sem falar na India e na Africa Oriental, que são depois de Costa Rica—mas a grande distância—os outros dois maiores fornecedores do mercado de Londres, convindo, todavia, notar que, na ordem de importância do consumo, o Brasil vem em 4.º lugar, depois de Costa Rica, que representa mais de 1/3 dos totais, tanto de importação como de consumo, da Colombia e da India Oriental. E' o que se depreende da estatística abaixo (P. J. Rouse & Co. Ltd.), referente ás importações e consumo, de 1.º de Janeiro a 30 de Junho, nêstes dois ultimos anos (1927 e 1926):

	IMPORTAÇÃO		CONSUMO INTERNO	
	1.º de Jan. a 30 de Junho		1.º de Jan. a 30 de Junho	
	1927	1926	1927	1926
	Sacos	Sacos	Sacos	Sacos
India Oriental.....	46.210	16.140	9.240	10.710
Moka.....	7.280	5.450	4.500	3.270
Costa Rica.....	164.810	150.720	48.070	52.760
Guatemala.....	30.970	10.310	3.900	3.150
Colombiano.....	19.550	3.880	11.340	3.160
Brasil.....	15.290	3.280	8.340	6.120
Outras qualidades.....	94.270	74.170	58.340	55.010
TOTAL.....	366.380	261.950	143.730	134.180

CONCORRÊNCIA: PREÇOS E TARIFAS

Os principais concorrentes do café brasileiro são, pois, ainda os cafés hispano-americanos, classificados "suaves" (mild coffees), nos Estados Unidos, vindo, logo em seguida, os cafés da Africa Oriental e da India Oriental, os quais, apesar de pequena proteção tarifaria de que gozam (11 shilings 8d., por quintal, em vez dos 14 shilings da tarifa comum) e dos preços inferiores aos cafés da America Central, nem por isso dominam o mercado da metropole.

Como se verifica pelo último "Relatorio Quinzenal" (11 de Julho), publicado pelos srs. Woodhouse, Carey & Browne, o "Costa Rica", tem sido cotado, êste ano, conforme os tipos, entre 130 e 190 sh. por sacco, contra 135 e 200 sh., em 1926; o Guatemala e outros, entre 108 e 150; o Colombiano, entre 93 e 145 sh.; o Santos, superior, 90 a 95 sh.; o Mameica, 91 a 93 sh.; e o Guafiquil, 88 a 90 sh. Dos cafés da Africa e da Asia; o Mysore (India), 145 a 155 sh.; o Kenya (Africa Oriental), 135 a 145 sh.; e o Moka, 120 a 158 sh. Apesar, porém, da inferioridade em que se encontram os nossos cafés (e o Rio, tipo 7, é cotado a 11 sh. abaixo do Santos superior), é consolador notar que as raras pequenas partidas de Maragogipe, aqui oferecidas, alcançam os mais altos preços de todo o mercado de café. Na ultima quinzena, conforme ainda o Relatório dos srs. Woodhouse, Carey & Browne, as ofertas em leilão atingiram, 21.011 sacos, dos quais quasi metade de Costa Rica, e os mais altos preços atingidos foram; 190 sh., para o Costa Rica, limpo em Londres; 157 sh. 6d., para o Maragalpa (Guatemala), e 208 sh. 6d. para o Maragogipe.

Essas cotações, que aliás correspondem, pelo menos no que se refere aos cafés americanos, ás da praça de Nova York, servem para mostrar que ainda estamos longe de poder dominar o mercado de café pela qualidade, da mesma forma porque o dominamos pela quantidade, ao contrário, justamente, do que se passou com a borracha, em que o nosso domínio, quasi monopolio, pelo volume, desapareceu, restando, porém, a supremacia da *fine hard Pará*. E por outro lado, tanto essas cotações, como as estatísticas de importações, servem para mostrar tambem que a situação inferior do nosso café, na Inglaterra, não só em preço, como aliás acontece, tambem, em quasi todos os mercados, mas até em volume, não se pôde explicar, nem por favores de tarifas, nem por qualquer espécie de proteção colonial.

O fato é que o nosso café não agrada ao paladar inglez, o qual considera bom café uma infusão que não chega a ser preta, como a que fazemos, mas de um castanho escuro, levemente adoçada, perfumada sim, mas, sobretudo, acusando um longinquo travor acidulado, que a nós, brasileiros, em geral repugna, mas que é o resultado da qualidade do café (os mais caros que aparecem nos mercados do mundo), combinada com o processo de torrefação que não vae além de metade da torrefação, usada entre nós, que aqui se chama "double roasting". Ora, a sabedoria de todos os povos, através de todos os tempos, tem aconselhado a não discutir gostos, não podendo haver um padrão seguro para julga-los. Com que irritação, por exemplo, não ouvem os Paulistas, Reis do Café, a impertinência do Carioca, que "não consegue tomar uma chicara de café mais ou menos decente" em Santos ou S. Paulo?

Reccio muito, por isso, que qualquer esforço, no sentido de modificar o paladar inglez, ou fazer que a Inglaterra aceite a nossa maneira de preparar a bebida (quando nós mesmos ao menos nas grandes cidades, vamos abandonando o saquinho de lona pelos "expressos" italianos e "percolators", americanos), esteja de antemão fadado ao insucesso, ou, quando muito, a um successo muito em desproporção com êsse esforço.

SUCEDÂNEOS E RIVAIS

Aliás, como já ficou dito na introdução histórica e é de conhecimento universal, a principal concorrência feita ao café brasileiro na Inglaterra, não é a que vem dos outros cafés, mas, sobretudo, do chá, não se devendo, em todo caso, esquecer, tambem, a do cacáo e... a do café com leite.

O chá, por excelência, a infusão nacional, representando a sua importação, aliás, uma das maiores fontes de renda do país, fato êsse que deveria bastar para mostrar o sem fundamento da afirmação corrente repetida, aliás, pelo sr. Augusto Ramos, de que o uso do chá na Inglaterra é determinado por considerações de política comercial, isto é, amparo de metropole á produção das suas colonias. A verdade é que o chá é um dos produtos mais onerados nas alfândegas da Inglaterra, a tal ponto que só a renda daí proveniente para o fisco—seis a sete milhões de libras por ano—representa mais do que a renda alfandegaria proveniente de todos os vinhos e outras bebidas alcoolicas, e cerca de 55 vezes a renda proveniente do café. Aliás, enquanto o café e o cacão pagam 14 shs., por sacco de 4 arrobas, ou 2 d., por libra (crú, torrado ou moído), com 1/6 de preferência para as colonias (11 sh. 8d., em vez de 14 shs.), o chá paga 4 k., por libra.

Em vez, portanto, dessa explicação artificial, é muito preferível enfrentarmos, para orientação dos nossos interesses comerciais, e verdade simples de que a preferência ingleza pelo chá é uma questão de gosto e de hábito, na qual só intervêm fatores individuais, inteiramente alheios á ação dos governos.

Em relação ao uso do cacão (não me refiro ao chocolate), largamente consumido pelas classes menos abastadas, intervem, talvez, além do paladar, a consideração de ser êle uma bebida nutritiva, sem ser mais cara do que o café. Nas casas de chá populares, o preço corrente da xícara de chá é 2d. (400 réis), e as de café ou cacão, do mesmo tamanho, 3 d. O consumo do cacão, na Inglaterra, é muito maior do que o do café. Conforme as estatísticas officias para os cinco primeiros meses, janeiro a maio, de 1927 (Vide Relatório Quinzenal dos srs. Woodhouse, Carey & Browne), as importações em todo o Reino Unido foram de 793.880 sacos e o consumo de 520.160 contra, respectivamente, 861.225 e 508.764, no mesmo periodo de 1926. O grande fornecedor de cacão aos mercados britânicos é a Africa Ocidental Inglesa, com mais de 2/3 daqueles totais, seguindo-se-lhe á grande distancia, naturalmente, as Antilhas Inglesas, Colombia, Venezuela e Equador.

A parte do Brasil nêsse enorme comércio é ainda muito menor do que a do café. Num total de 239.654 sacos, importados pelo mercado de Londres, de 1.º de janeiro a 2 de julho corrente, a Bafa só contribuiu com 101 sacos. E ainda aqui os preços alcançados pelo produto brasileiro são dos mais baixos do mercado: 80 a 82 sh., a mesma cotação do cacão de São Thomé, ao passo que os cacões venezuelanos atingem de 95 a 125 sh., e os equatorianos de 85 a 110 shillings.

E, finalmente, entre os concorrentes legítimos do café não se pôde deixar de mencionar o... café com leite, que é a fórmula mais generalizada de se tomar café na Inglaterra, tanto assim que, quando se pede "café", sem dizer expressamente "café preto" (*black coffee*), é café com leite que se serve, mesmo depois das refeições. Essa habito não se refere, está claro, aos apreciadores de café, os quais se fazem sempre servir de café simples, mas ainda há, na maioria dos casos, e especialmente nos grandes hotéis e restaurantes, o café pedido e preparado "á turca", com misturas (blends), de Misore e Moka.

Ora, a generalização do hábito de café com leite não determina, sómente, um consumo menor do pó de café, mas também, simultaneamente, um uso maior de chicória e outras substâncias corantes. Não existe na Inglaterra nenhuma "campanha", que assim possa denominar-se, contra o uso do café, como, por exemplo, a do "Postum" nos Estados Unidos. Mas como já se disse acima, os cafés não são aqui tão torrados como entre nós—o que, além de influir no gosto da infusão, tem a virtude, alega-se, de não lhe deixar a mesma quantidade de cafeína. A chicória vem, assim, suprir para o café com leite ("café branco", *white coffee*), a côr que não lhe deu o processo de torrefação.

As importações de chicória, nos três ultimos anos, montaram respectivamente, a 70.965 quintais, em 1926; 64.119, em 1925, e 65.231, em 1924, ou cerca de 20% em peso, do consumo de café, ao qual ela se mistura em pó ou em extrato. A mais popular dessas misturas em extrato é a que se denomina "Camp Coffee with Chicory". Trata-se de um produto preparado em Glasgow, que não se anuncia como extrato de café puro, mas, ao contrário como mistura de café e chicória, e que pretende, apenas, fornecer, com presteza (Ready aye Ready), café com leite delicioso, pela sua simples dissolução em leite quente ou agua fervente e creme.

Uma exposição dêsse ponto de vista se encontrará num folheto, duma série de publicações sobre hygiene, intitulado: "O que se deve beber" (*What to drink*) e no qual o próprio leite é muito maltratado. Nêle se encontrará (pags. 16-18) uma lista de "chá", feitos de maçã, etc., e de "cafés", inclusive o "Postum" e um tal "Dandelion Coffee", obtido pela torrefação das raizes do "dandelion", uma planta, que o Bensabat traduz: "Taraxaco" ou "dente de leão", e cujas folhas parece que dão, como a chicória, excelente salada. Não existe, talvez, um inglês dentre mil que suspeite sequer de sua existência. Tenho, porém, sob os olhos uma latinha dêsse produto, que se anuncia—pobre inocente "remédio" a querer passar por "bebida"—como uma "bebida natural", para indigestão e molestias de fígado, para dispepticos e para estomagos fracos. E' curioso, porém, o anúncio da sua composição: "Este Café (sic) é garantido absolutamente puro, não contem chicória nem café comum, mas é feito de raizes puras de taraxaco inglez".

Além dêsse, não me consta a existência de nenhum outro produto dêssa natureza, cujo uso seja bastante disseminado no país. Em todo caso, não existe nenhum "sucedâneo" que faça ao café puro uma guerra comercial como a do "postum". Existem, sim, como existiram sempre (J. Fontenele o chamou de "veneno lento"), aqui como em toda parte, higienistas ou pseudo tais que desaconselham o seu uso pelas suas conhecidas propriedades estimulantes ou excitantes.

Trata-se, porém, de uma campanha de perfeita boa fé e boas intenções—aliás, sem nenhuma repercussão na Inglaterra—e que se dirige, tanto contra o café, como contra o chá e até o cacão, cuja teobromina é acusada de malefícios, como a cafeína ou teína, contra os sistemas nervoso e digestivo.

CONCLUSÕES—PROPAGANDA

Do exposto, parece-me que não seria difícil obter que Londres venha a *importar*, para negocio, mais café do Brasil, mas muito difícil que venha a *consumir* muito mais—e como o que nos interessa não é uma simples alteração nas correntes comerciais, mas um aumento efetivo de consumos locais, não penso que possa ser compensador um esforço feito aqui em tal sentido, esforço que teria de ser muito grande, pois a primeira fase do problema a resolver seria simplesmente esta: transformar em bebedor de café um povo com três ou quatro séculos de hábito de chá. E esta simples proposição nos coloca, a meu ver, deante do problema fundamental de orientação de nossa expansão comercial (não me refiro á “propaganda” primariamente), do café como de outros produtos—a qual deveria ter em vista que o produtor é que deve procurar adaptar o seu produto ao gosto e aos hábitos do consumidor, em vez de pretender forçar êste a gostar de seu produto.

Esse foi, sem dúvida, e continúa a ser, o segredo principal da expansão comercial da Alemanha. E se essa lição dos fatos é verdadeira, como suponho, a primeiro coisa que nos compete fazer, para que o nosso produto seja bem aceito e bem pago por aqueles que podem recebê-lo (e refiro-me antes, aos Estados Unidos, que mostram a mesma preferência da Europa pelos *mild coffees*, do tipo centro-americano)—seria procurar adaptar o nosso produto ao gosto desses consumidores. A química e a enxertia operam em nossos dias milagres muito mais extraordinários, e o milagre seria consideravelmente facilitado numa terra de que o escrivão Vaz Caminha já fez, com tanta verdade e justiça, aquele elogio famoso.

Ora, salvo um esforço muito meritório e muito bem sucedido dos *exportadores* paulistas, no sentido do beneficiamento e “estandardização” dos tipos, não creio que os nossos *arriultores* tenham muito feito no sentido de procurar agradar aos importadores e consumidores. Em vez disso, uns e outros continuam a depositar uma confiança excessiva nas virtudes e na eficacia de uma coisa que responde ao nome mirífico de Propaganda. E esta, por sua vez, com reconhecido zelo patriótico, vem concentrando, há anos, o seu dedicado esforço e os seus recursos, no triplice programa de:

a) ensinar o mundo a preparar a infusão por um processo que, talvez (pois temos de voltar sempre ao estribilho da relatividade dos gostos), dê, efetivamente, a melhor bebida para uma elite de apreciadores, mas não corresponde ás exigências da grande produção, que é a que nos deve interessar;

b) proclamar a guerra santa contra a chicória, que é, sim, uma concorrente, mas também uma aliada (as duas coisas não são incompatíveis), a cuja colaboração deve o café parte da sua aceitação por aqueles que, sem ela, não o poderiam tomar habitualmente;

c) e, finalmente, reclamar, como justificado, mas deslocado zelo patriótico, contra a designação de cafés brasileiros por outros nomes, quando á nossa expansão comercial o que importa é vender café, sem que, comercialmente, nos interesse o destino que lhe dê, ou o uso que dêle faça o comprador.

Em relação a êste último ponto, convêm assinalar, particularmente, esta circunstância: enquanto o comércio de importação diferencia cuidadosamente para os efeitos da cotação, não só as procedências, mas ainda os diferentes tipos de cada procedência, o comércio de varejo—isto é, aquele de que depende, mais diretamente, a difusão que nos interessa—se encarrega de misturar, também cuidadosamente, todos os tipos de todas as procedências, em “mixtureas” (*blendr*) que, segundo o seu criterio, tem mais probabilidades de agradar ao consumidor, seja pelo gosto ou pelo preço.

Isso nos traz de novo—e já não era sem tempo—á conclusão geral acima esboçada, de que a “propaganda” não representa senão uma parte muito pequena na “expansão comercial”, para a qual o esforço feito no estrangeiro não póde representar senão a continuação do esforço feito no Brasil, e que nada significa e nada póde alcançar sem êsse princípio de continuidade.

A poderosa influência dos adubos nas terras esgotadas pela cultura do café

LEONCIO LARRAIN

I

O REI NEGRO—UM PASSADO OPULENTO—TERRAS ESTÉREIS—A RIQUEZA DE HOJE

Há algum tempo, tive ocasião de referir-me, muito superficialmente, aos vestígios de grandes fazendas de café que noutro tempo, povoaram as imediações do Rio de Janeiro.

Falava eu nessa ocasião de magníficos palácios rurais que hoje se derrubam sobre os seus alicerces de pedra, de azulejos de fino lavor que embelezaram os jardins, referia-me, enfim, aos restos que ainda são visíveis e que foi deixando, em seu caminho, o Rei Negro, quando por aí passou, faz um século, levantando nos campos o rumor da prosperidade e da vida.

Estava, contudo, muito longe de poder compreender com a imaginação, a verdadeira magnitude da tragédia silenciosa daquelas terras estéreis. Compreendia unicamente depois de lér os admiráveis artigos escritos em O JORNAL, pelo seu diretor, quando em viagem, nos quais—o sr. Chateaubriand aponta magistralmente a grandeza e a decadência, quasi romana, das grandes metrópoles brasileiras da primeira metade do século passado: Vassouras e Valença.

O brilhante articulista conseguiu arrancar, com a sua pena de mestre, o tragico segredo dessas cidades mortas que, como o diz muito bem, encerram a sua página de grandezas sem uma lamentação e sem uma queixa, tranquilas e iguais, como oferecendo a semente de sua prosperidade para a glória de outras cidades mais novas.

Não se trata já, pois, unicamente de fazendas abandonadas, cuja terra se tornou agrícola e dura de tanto esforço para alimentar os cafezais; são também grandes e rumorosas cidades de outros tempos, as que pagaram o tributo a esterilidade dos cafezais e vêem hoje arruinar-se, silenciosamente, sob o sol do trópico, as suas casas de pedra desmanteladas.

Uma dessas cidades genuínas sustentadoras do império e núcleo da opulenta vida agrícola de então, Vassouras, empreendeu, com os seus próprios recursos, a construção da grande linha férrea central do Brasil, que constitue, mesmo na actualidade, uma artéria essencial para a circulação da riqueza do país.

Estas metrópoles eram as que financiavam na primeira metade do século passado, com as riquezas obtidas no café, as grandes empréas

nacionais e particulares do Brasil e contam as crônicas que os poderosos commerciantes daquele tempo, então, faziam viagens especiais a estas cidades do ouro, quando queriam descontar títulos de crédito que somavam milhares de contos.

Como acontece quasi sempre, paralelamente á grandeza material, foi se desenvolvendo também, nestas opulentas cidades, uma intensa cidade intelectual, que foi o berço do liberalismo parlamentar da Monarquia. O periódico de Vassouras abrigou em suas colunas as primeiras produções literárias de escritores ilustres, que honram sua patria e a America, como Olavo Bilac, Machado de Assis, Raymundo Corrêa, Valentin Magalhães, Taunay, Rodrigo Octavio, Raul Fernandes, etc.

Para compreender a vida faustosa dos milionários do café de então, basta lançar um olhar sobre os tumulos e mausoléus dos cemitérios, que tão soberbamente nos descreve o sr. Chateaubriand.

A maior parte dos riquissimos tumulos, alguns dèles no mais puro estilo manuelino, foram trazidos inteiros de França, Italia e Portugal.

Qual não seria a riqueza dos vivos se pudessem conduzir, através dos mares, essa montanha de marmore para dedica-la á memoria de seus mortos!

Tudo isto são vestígios grandiosos que ainda restam da prosperidade que trouxe para aquelas regiões o cultivo do café.

Hoje, já quasi ninguem se lembra de Vassouras e de Valença; a sua fama se abateu juntamente com a riqueza e o seu poderio passou a outras mãos mais afortunadas, que gozam hoje—como gozavam há três quartos de século os habitantes do Vale do Parahiba—do torvelinho de ouro que produz o café.

São Paulo é agora o centro dos domínios do Rei Negro.

A vida dèsse progressista Estado gira em torno da portentosa industria do café, com cujos rendimentos fantásticos se levantam palácios, se constroem vias-féreas e caminhos, se protegem as ciências, as artes e se espalha por todo o território nacional a força dinâmica da vida e da prosperidade.

Mas o café nómade não se deteve nas riquissimas regiões que circundam a capital de São Paulo.

As suas ondulantes e verdes avançadas iniciaram um movimento de marcha para o interior do país, em busca de terras mais novas e mais abundantes de "azoto", capazes de satisfazer as exigências nutritivas do cafeeiro.

A história volve a repetir-se.

E' um láto que o café vai abandonando paulatinamente, como crosta inutil, as ricas terras que o nutriram há trinta anos.

Ribeirão Preto já não é hoje o centro da grande indústria: éste centro está atualmente na egrégia metrópole paulista, que com o seu Instituto do Café, organiza uma frente única de defesa do rico produto nos mercados mundiais.

Mas o inimigo do café, está dentro de casa. O esgotamento das terras véla, como o Deus do extermínio, sobre as fazendas paulistas e é quem ocasiona o mal estar interior do encarceramento da produção e obriga os economistas á perigosa alta artificial dos preços do café.

Queira a boa estrela do Brasil que, quando se comente no futuro a riqueza, e a prosperidade actual do café, não tenha a história que anotar tantas ruínas e tanta desolação.

II

OS FRADES CAPUCHINHOS—A RODA DA FORTUNA—O EXODO DO CAFE'—HORAS DE ANGUSTIA—DECLARAÇÕES OFICIAIS—A LEI DA RESTITUIÇÃO—PREVISÕES PROFÉTICAS—A CONQUISTA DA TERRA

Desde a época já remota em que os frades capuchinhos, saíram do Rio de Janeiro, em direcção a Rezende, levando sobre o dorso do pacífico jumento as primeiras sementes do café, éste maravilhoso arbusto vem trazendo através do território brasileiro uma estrela triunfal e luminosa.

Durante dois séculos, o café foi, para o Brasil, algo assim como a dadivosa mas cambiante róda da fortuna. Ao contacto mágico de sua riqueza se levantaram cidades, prosperaram regiões inteiras, formaram-se centros de arte e cultura, que irradiaram o aperfeiçoamento do seu espírito por todo o rico terço do Continente.

Mas a riqueza do café não se deteve. Ali, onde faz um século, derramou a mancheias os seus tesouros, hoje não há mais que pobreza e terras estéreis.

O café prospera, se distancia e sómente alguns previdentes que honram a experiência do passado e aproveitam os modernos estudos da ciência agronômica, logram cravar nos seus domínios a roda afortunada.

Todo o mundo conhece actualmente as causas que determinam esta instabilidade do café, o qual depois de um limfite de idade que oscila entre os 30 e os 60 anos, exaure as terras mais férteis, extraindo-lhes toda as substâncias que alimentavam a sua fecundidade produtora.

Éste exaurir continuo que, difere da alteração rotativa de outros cultivos produz o exódo irremediavel das plantações, que se afastam, dos terrenos cansados, para ir buscar nas terras virgens do interior do paiz, os elementos nutritivos que lhes são indispensaveis.

A antiga fazenda, na qual o proprietário accumulou grandes riquezas, fica, finalmente, pobre e deserta, cobrindo-se, apenas, de uma herva raquítica que não serve senão para alimentar pobrememente algumas cabeças de gado.

Este abandono das terras aniquiladas pelo café era explicável antigamente, quando não se conhecia a influencia dos fertilizantes químicos e a agricultura empregava apenas adubos de curral, insuficientes para vivificar plantações extensas. Mas, hoje, quando a ciência agronômica conseguiu penetrar no segredo das forças fecundadoras da terra, descobrindo ao mesmo tempo, pela análise, os elementos indispensaveis para a reconstituição do sólo, o antigo sistema de cultivo continuo, sem empregos de fertilizantes se torna insustentável. Éste sistema traz como consequência final e inevitável o esgotamento e a esterilidade dos campos originando ademais, para a nação, aparte a perda de consideráveis extensões de terras cultiváveis, um sem número de problemas e complicações económicas e sociais cujas desastrosas consequências é preciso evitar a todo custo.

As horas de angústia que vem atravessando a indústria do café e com ela toda a economia do Brasil se devem, em grande parte, ao esgotamento das terras de cultivo que encarece o custo da produção agrícola do paiz e destroe ao cabo de certo tempo uma boa parte das economias particulares. Um cafezal, abandonado por estéril, não significa sómente, como alguns crêm a perda de uma extensão de terras mais ou menos considerável, senão que éste abandono representa a morte definitiva de todo o capital invertido na plantação, pois o fazendeiro se vê obrigado a adquirir novos terrenos, a prepara-los, a fazer a semadura, a esperar quatro annos, os primeiros frutos, e a construir os depositos para as colheitas e edificar casas para vivendas e armazens, etc., etc.

Éste eterno começar impede que se acumule o esforço de duas ou mais gerações que é como se elabora o verdadeiro progresso.

O homem que cultiva um pedaço de terra, sabendo de antemão que ela não poderá ser uma herança para os seus filhos ou a seus netos não toma amor ao sólo e éste desapêgo impede a multiplicação das pequenas propriedades agrícolas, que são a base sólida em que descansa a organização política de alguns grandes países da Europa, pequena propriedade que é necessário fomentar aqui no Brasil e nos demais povos do nosso continente, como único meio de evitar os párias e conseguir formar verdadeiros cidadãos.

Por outro lado, esta instabilidade das plantações torna os meios de transportes, nas zonas cafezeiras, cada vez mais dificeis.

As estradas de ferro construídas faz alguns annos com o fim de facilitar o transporte da produção agrícola de alguns centros de café, se vêm hoje quasi paralisadas pelo avanço dos plantios até aos sertões do interior.

Os grandes capitais, que se applicam necessariamente na construção de uma linha férrea, não se podem amortizar senão ao cabo de trin-

ta ou mais anos de exploração do negócio, justamente quando o café começa a se retirar das proximidades da via-férrea.

O diretor de uma das mais poderosas emprêzas de vias-férreas do Brasil, declarava, faz pouco tempo, que a instabilidade das plantações de café, era um dos maiores escolhos com que tropeçava o desenvolvimento das estradas de ferro em S. Paulo. Esta instabilidade complica e encarece o custo do transporte, obrigando muitas vezes as emprêzas de estradas de ferro a aumentar o material rodante a construir outras estações mais próximas dos novos centros de cultivo e a aumentar intermãtamente as linhas para poder seguir—a retirada das plantações.

O café conquanto encha alegremente as arcas fiscais e particulares vai de forma lenta e surda empobrecendo as terras do Brasil e com cada grão negro que os guindastes dos portos depositam nos porões dos navios estrangeiros, vai-se também um grãozinho de energia, uma pequena porção da vitalidade nacional.

Sómente pelo ramo de café (estatística de 1926) o Brasil exporta por ano treze e meio milhões de sacos (13.482.000), soma fabulosa que faz dèste riquíssimo país o primeiro produtor mundial do artigo.

Pois bem, todo êste carregamento de ouro negro que os brasileiros extraem periodicamente de seus cafezais, debilita insensivelmente, ano a ano a capacidade da produção nacional e a abundância da hora presente é muito possível que se esteja gozando a custa de uma perigosa antecipação da prosperidade de amanhã.

Este angustioso problema nacional está contido integralmente nas declarações do sr. Arthur Torres Filho, diretor do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura. Ministério que dirige com tanto talento e brilho o excelentíssimo senhor ministro Lyra Castro.

—“Se nos descuidarmos—disse o sr. diretor do Fomento Agrícola—dos métodos científicos e inteligentes de cultivar o sólo, para preocuparmos-nos unicamente em alcançar, de ano para ano, colheitas remuneradoras e abundantes, teremos que assistir fatalmente, dentro de certo tempo, a diminuição do valor das terras brasileiras”.

Mais adiante acrescenta

—“Se se quizer defender a economia agrícola do nosso país é necessário que a lei da “restituição” seja também uma realidade aqui no Brasil, como o é hoje em dia em todos os países de agricultura adeantada. Este programa da “restituição” deve contemplar, por fim, único, o de lazer que voltem á terra os elementos nutritivos extraídos dela pelas colheitas”.

E se a lei da “restituição” é reclamada em outros países de agricultura aperfeiçoada, cujos cultivos são mais benignos para o sólo, com tanto maior razão não o será aqui no Brasil onde se cultivam mais de 50 milhões de arvores de café que são outras tantas poderosas sangrias das forças fecundadoras da terra!

E que quantidade de fertilizantes emprega o Brasil para tornar efetiva a restituição e equilibrar assim o esgotamento do solo?

Uma soma insignificante, quasi microscópica, se compara com as cifras da exportação do café.

Segundo as estatísticas do Ministério da Agricultura, o Brasil consome anualmente cerca de 40.000 toneladas de adubos de diversas espécies.

O valor da produção agrícola dèsse enorme país, tomando unicamente em conta os principais produtos sóbe a seis milhões de contos.

Para obtê-la são dedicadas ás culturas agrícolas cerca de 10 milhões de hectares, cujas terras, segundo as indicações do Ministério da Agricultura seria preciso adubar com 300.000 toneladas de azôto puro, com 200.000 toneladas de acido fósforo e com 100.000 toneladas de potassa, o que vem a formar um total de 800.000 toneladas de fertilizantes.

Acabámos de ver quão reduzida é a quantidade de adubos que se consomem no país, em relação ás necessidades efetivas dos sólos que estão atualmente em cultivo. E tome-se em conta, ao fazer a comparação, que as 40.000 toneladas de adubos que se empregam no Brasil não trazem os elementos fertilizantes quimicamente puros. Em compensação, as oitocentas mil toneladas que recomenda o Ministério da Agricultura referem-se ao azôto e ao fósforo e a potassa quimicamente puros.

Trouxemos alguns algarismo que indicam o consumo geral de adubos em todos os ramos da produção agrícola. Vamos agora ver qual é a percentagem de fertilizantes que se empregam na indústria do café.

Para fazer êste cálculo bastará referir-se ao Estado de S. Paulo, o qual por suas condições especiais de clima, de capital e de riqueza marcha á frente dos oito ricos Estados produtores de café.

Sómente dentro dos limites dèste progressista Estado, que deve ao café a maior parte, ou melhor, a totalidade de sua assombrosa prosperidade, cultivam-se mil e duzentos milhões destas arvores, das quais há adubadas apenas 300 milhões ou seja 25% das arvores produtoras de café. Êstes trezentos milhões de arvores estão adubados de um modo insufficiente na fôrma que segue:

	Milhões de arvores
Com adubos nacionais.....	20
Com adubos estrangeiros.....	54
Com matérias organicas da fazendas.....	226
TOTAL.....	300

Temos então, que por cem unidades—chamemo-as assim—de forças vitais que a terra de S. Paulo arranca de suas entranhas para entrega-las ao café recebe em devolução somente 25. As 75 restantes se vão para o estrangeiro, ocasionando assim uma enorme diminuição das propriedades fecundadoras do mais nobre patrimônio nacional: a terra.

Ainda, há mais. Não sómente se faz incompleta a restituição das terras, senão que o país exporta também para o estrangeiro 90% dos adubos naturais que se fabricam no país

como sejam ossos, carne seca moida, pêlos, cinzas, resíduos de açúcar, cascas de café, farinhas vegetais, pastas de algodão, tostas de babassú, guanos, etc. etc.

Há no Brasil, 20 fabricas de adubos nacionais que produzem sobre 40.000 toneladas de fertilizantes, dos quais 10 % ficam no paiz e o resto vai para os Estados Unidos da America do Norte.

Êstes numeros concisos que envolvem a absoluta verdade do calculo matemático, são suficientemente claros para que se possa avaliar, em toda a sua magnitude, a enorme desproporção entre o exaurimento das terras esgotadas pelo café e o montante da restituição.

"A lavoura praticada á revelia dos métodos científicos vai nos conduzindo—disse editorialmente um periódico de S. Paulo—para a ruína mais calamitosa. Grandes áreas de terra já se estendem em varias direções abandonadas pelos "fazedores de deserto".

Foi nas projeções desta desvalorização em que se inspirou a obra quasi evangelica do illustre l rasileiro Pereira Barreto, o predicador de tipo bíblico em favor dos adubos como único meio de evitar o desequilibrio e a esterilidade das terras paulistas, cobertas hoje, de prósperos e formosos cafesais.

E como os antigos profetas, podia o senhor Pereira Barreto, cujo busto se inaugura proxima mente em S. Paulo, mostrar aos opulentos fazendeiros de café ruinas de cidades de pedra e suntuosidades desaparecidas.

Somente o novo apóstolo não pregava como os antigos, a abstinência para alcançar a conquista do céu senão a germinação e a fecundidade para lograr a conquista da terra !

III

COMÉRCIO DE ADUBOS—PROMETEDORES DE MILAGRE—ORGANIZAÇÃO QUE HONRA A CIÊNCIA AGRONÔMICA—O ADUBO COMO RECEITA DE MÉDICO—O AZOTO DO AR E O FENÔMENO DO SINERGISMO—AS VITAMINAS DA TERRA—DECLARAÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA DA PRUSSIA—NACIONALISMO BEM ENTENDIDO—O REI BRANCO

Apesar das inegáveis vantagens do emprego dos adubos na cultura do café para tornar vigorosas as plantações novas e tambem para evitar o esgotamento dos cafesais antigos, já temos visto que o uso dos fertilizantes nas fazendas de café está muito longe de haver tomado o enorme desenvolvimento que requerem as condições do sólo e do cultivo e que já está em uso em outras nações de agricultura adiantada.

Nos próprios municípios de Campinas e Piracicába, no Estado de São Paulo, nas portas mesmas do Instituto Agronômico e da Escola de Agricultura, instituições estas que desde a sua fundação têm levado tantos conhecimentos e tantas luzes á agricultura brasileira

existem ainda velhas fazendas de café de 60, 70 e mais anos nas quais nunca se empregou o adubo e continuam sendo cultivadas pela escola antiga, isto é: esgotando a terra dos ultimos extremos.

Esta resistência dos fazendeiros para adotar os modernos métodos, que ativos propagandistas difundem pela imprensa, pelos livros, pelas revistas e pelas conferências, tem uma explicação.

Desde há vinte e tantos anos, alguns exploradores do negócio dos adubos—agentes meramente mercantis e que carecem do preparo técnico indispensavel—tem ido aos mais afastados sertões do interior do país collocando a sua mercadoria sem nenhum critério científico e sem nenhuma finalidade de progresso agrícola.

Muitos agricultores que se viram enganados por êstes prometedores de milagre nas colheitas, não quizeram voltar a ouvir falar de adubos e se opõem sistematicamente a toda iniciativa bem inspirada que intente modificar êste conceito.

Um fertilizante aplicado ás terras, sem critério científico, pôde causar tanto dano, como a um enfermo débil, a applicação de um estimulante impróprio.

Se a um terreno que necessita fósforo damos-lhe somente potassa; se a outro que carece de azóto, applicamos somente cal, em vez de subministrar-lhe salitre do Chile, teremos procedido com o mesmo critério que um médico que applicasse duchas frias a um tuberculoso e recitasse exercicios ginásticos a um cardíaco. . .

A applicação dos adubos requer tambem um critério experimental e científico e um exame prévio do anemico: a terra.

Compenetrado dêste espirito e pondo em prática aqui no Brasil os metodos científicos de adubação, a Associação de Produtores de Salitre do Chile instituiu em S. Paulo—sob a direção do "salpeterman", o sr. Guilherme Medina—uma organização técnica que honra a ciência agronômica.

Esta organização industrial do salitre tem-se preocupado especialmente do trabalho técnico e é assim que, de há poucos anos a esta data, conseguiu fazer demonstrações experimentais que sobrepassam os limites de qualquer expectativa, por fantástica que seja e assinalam ao Salitre como o primeiro aliado do café.

Mas não basta que a applicação científica seja perfeita, é preciso tomar tambem muito em conta a qualidade do fertilizante que se deseja aplicar ao café. A receita médica pôde ser muito boa, mas os resultados serão negativos se o fertilizante tônico não tem uma verdadeira eficiencia germinadora que leve a terra elementos intuitivos de primeira ordem.

As terras brasileiras—e especialmente as dedicadas ao cultivo do café—necessitam manter intacta a sua dotação de Azoto, que é o principal e mais decisivo elemento fecundador. Combinados com o Azoto—elemento mater da terra—devem estar o fósforo, a potassa, a cal, o iodo, etc.

Uma vez que se tornou indispensavel para a restituição e permanente bom estado das

terras, o uso do Salitre natural do Chile—único fertilizante que contém o azoto e o iodo e outros elementos eficazes em grandes proporções—foram os alemães os primeiros que intentaram substituir este fertilizante por produtos nacionais elaborados artificialmente com a base de processos químicos. Depois de não poucos ensaios, lograram os sábios alemães extrair o azoto do ar e torna-lo suscetível de aplicação á agricultura. Esta indústria do Azoto Sintético, que no começo teve uma vida languida tomou um desenvolvimento formidável, durante a guerra européa, quando a Alemanha perdeu o contacto com as suas colonias e com o resto do mundo e teve que se abastecer a si mesma para a alimentação dos seus sessenta e cinco milhões de habitantes.

Este primeiro passo da Alemanha foi imitado por alguns países, entre eles pelo Japão, que devido ao seu excesso de habitantes e do seu reduzido sólo, vê-se obrigado a exigir das terras nipônicas o maximo de produção.

Mas a indústria japonesa não seguiu exatamemente os processos alemães e tomou apenas como materia básica de seus produtos fertilizantes o Salitre do Chile.

A parte a Alemanha e o Japão, aos quais nos acabamos de referir, possuem tambem a indústria do azoto sintético, a França, a Belgica, a Yugo-Slavia, a Tcheco-Slovaquia, a Italia e a Inglaterra.

Em todos estes países a indústria não conseguiu ainda consolidar a sua situação econômica e se mantém graças aos favores officiaes dos governos que se empenham em convertê-la numa realidade prática.

A diferença capital entre o azoto sintético e o azoto contido nos produtos minerais como o Salitre do Chile, provém, segundo os estudos que se tem feito ultimamente, do "Sinergismo" químico.

Este fenômeno do sinergismo não será nenhuma novidade para aqueles que estão familiarizados com a ciência química. Segundo elle comprova-se que determinados corpos químicos, ao serem separados pela análise, perdem as facultades que tinham de imprimir a outros corpos certas propriedades especiais. Este fenômeno é o que os químicos chamam "Sinergismo".

O azoto extraído do ar, por meio da síntese, perde grande parte de suas propriedades de fertilizante, por causa desta separação e não imprime, depois á terra, o mesmo poder germinativo que o Azoto que se aplica em estado natural, ou seja em combinação com minerais.

As excelentes propriedades nutritivas que tem os adubos minerais sobre os vegetais, provém de sais considerados como impurezas químicas. O Salitre por exemplo, leva á terra uma grande quantidade de cloratos, de sulfatos, de iodatos, traços de iodo livre, etc., substâncias que imprimem a este poderoso adubo, propriedades fisiológicas especiais e o convertem num elemento eminentemente assimilável para as plantas.

Tais propriedades do Salitre são semelhantes as "Vitaminas" que se têm descoberto

ultimamente ao analisar os alimentos de origem animal e vegetal como o leite crú, as folhas de verduras, os cereais, casca das frutas, etc.

Não obstante as suas origens também naturais, o azoto do ar não tem um poder "sinérgico" sobre as plantas, pois os processos de síntese pelos quais passaram os elementos primitivos de onde foi extraído, determinam algo como a esterilização do Azoto.

E tanto é assim que o professor de pediatria de Berlim, senhor Reyher, que se dedica especialmente ao estudo das vitaminas e dos síndromas de avitaminosis no Hospital de Lactantes de Weinsensee, declarou há poucos meses numa conferência realizada na Sociedade de Pediatria de Berlim, que os legumes ou papaveráceas, desenvolvidos em terrenos adubados com azoto sintético, não contem a mesma quantidade de vitaminas que os adubados com o guano ou Salitre do Chile.

Durante esta mesma conferência o distinto sabio alemão teve também ocasião de apresentar alguns exemplares de cobaia nos quais sómente poudo comprovar-se o escorbuto nos animais alimentados com legumes e pastos nascidos em terrenos cultivados com Salitre artificial e especialmente com sulfato de amoniaco. O professor Reyher terminou a sua interessante conferência, fazendo vêr a enorme transcendência desta descoberta, pois, as vitaminas são a parte mais essencial dos alimentos do homem e a que influe diretamente para evitar a tuberculose e o raquitismo das crianças.

Vemos, pois, que do ponto de vista fisiológico para a planta e do químico a respeito do sólo, o Azoto sintético extraído do ar e ainda um grande sinal de interrogação colocado sobre a ciência experimental.

Não será demais recordar que, na Alemanha, onde a fabricação do azoto sintético alcançou tão grandes proporções graças ao apoio que durante os dias da guerra lhe foi prestado pelo imperador, os agricultores pedem atualmente Salitre Natural para o adubo das terras.

A razão desta preferência que, á primeira vista, parece desconcertante e que o próprio governo alemão auxilia, é a seguinte: O ministro da Agricultura da Prussia declarou oficialmente em fins do ano passado que desde a guerra até hoje, a aplicação do Azoto artificial em forma de sulfato de amoniaco, congestionou as terras alemãs, deixando-lhes incorporado um elemento ácido que ameaça seriamente a sua constituição e o seu poder produtivo.

Na própria França, onde o favoritismo official recorreu a todos os meios para difundir o emprego agrícola dos adubos sintéticos azotados de marca nacional—especialmente a "cyanâmida"—não se os conseguiu fazer adotar em grande escala pela agricultura, porque a opinião dos agrônomos officiaes, se mostra favorável ao emprego do azoto natural na agricultura.

Acabamos de vêr como as recentes experiências do professor alemão Reyher vêm comprovar, de uma forma definitiva, as grandes diferenças que existem entre o azoto sintético e o azoto em estado natural para a sua aplicação na agricultura.

Detivemo-nos talvez em falar demasiado dos adubos com base de azoto extraído do ar, mas a importancia vital do assunto requeria esta explicação antes de entrar a analisar experimentalmente a influencia dos fertilizantes nas terras esgotadas pela cultura do café.

Temos explicado muito sucintamente e em linhas gerais, e a razão da superioridade do adubo que se extrae "das pampas" salitreiras do Chile, sobre os produtos similares do azoto sintético.

Está muito longe do nosso ânimo qualquer interesse de propaganda. Não temos feito outra coisa que estudar o problema do esgotamento das terras dos cafezais, consignar as projecções que êste empobrecimento acarreta para a economia nacional e apontar finalmente qual dos adubos atualmente conhecidos é o mais eficaz e o mais seguro para tonificar as terras que se tornam estéreis.

O Salitre do Chile é sobejamente conhecido no Brasil.

A Oficina do Salitre que dirige maravilhosamente o sábio agrônomo chileno dr. Guillermo Medina e que conta com um grande numero de técnicos a seu serviço, vem desde alguns anos, fazendo demonstrações experimentais que têm sido devidamente apreciadas pelos agricultores do país.

De 386 toneladas dêste fertilizante que se importaram no Brasil em 1909, o seu consumo subiu ultimamente a 10.000 toneladas, que são empregadas na adubação das plantações de café, cana de açúcar, algodão, cereais, etc.

Mas esta cifra de 10.000 toneladas, mesmo somando o total de outros adubos que se consomem no país, está muito longe de alcançar o mínimo de 800.000 toneladas que recomenda o Ministerio da Agricultura do Brasil.

Para cobrir as 300.000 toneladas de azoto puro que necessita a agricultura brasileira seria preciso importar 1.900.000 toneladas de Salitre do Chile.

E' muito possível que esta conclusão faça pensar a mais de um nacionalista brasileiro na injustiça da natureza, que colocou unicamente no território de um único país, uma riqueza de tão inestimável e insubstituível valor como o Rei Branco do Chile.

Para afastar tal idéa, bastará a êsse brasileiro contemplar os incomensuráveis tesouros que encerra o Brasil, único no mundo pela sua extensão cultivável, pela grandeza magnífica de seus sistemas fluviais, pela variedade esplendida dos seus climas e de sua produção.

O Chile consome, constantemente, grandes quantidades de café e de herva-mate que lhe envia o Brasil, e o seu espirito nacionalista não se alarma, porque êste nobre país tem o privilegio quasi exclusivo de produzir tão essenciais artigos de consumo.

O intercâmbio entre os dois povos contribue para fortalecer os sinceros laços de afeto que os unem a fundo sobre uma base solida a tradicional amizade chileno-brasileira, que ultrapassa o transcurso de mais de um século.

IV

INFLUÊNCIA DO SALITRE DO CHILE—CAFEZAIS NOVOS QUE PRODUZEM AOS TRÊS ANOS DE VIDA—ENÉRGICO RECONSTITUINTE—O MILAGRE DE LAZARO—O SOL DO TRÓPICO—FORMULAS DE ADUBOS COMPOSTOS—CONGRESSO AGRÍCOLA DE RIBEIRÃO PRETO—UMA COLHEITA DE CAFE' QUE ALIMENTA DE SEIS MIL A VINTE E QUATRO MIL ARROBAS—EXPERIÊNCIAS DO AGRÔNOMO SANTOS NETTO—NÚMEROS QUE EQUIVALEM A TRATADOS CIENTÍFICOS—MIL RE'IS QUE SE CONVERTEM EM DEZESEIS MIL—EXPERIÊNCIAS AGRÍCOLAS

Os efeitos do salitre do Chile, empregado como adubo das plantações de café manifestam-se de diversas maneiras, segundo a oportunidade em que se efetue a sua aplicação.

Para maior clareza, vamos dividir estas oportunidades em três categorias distintas, ás quais me referirei separadamente.

1.º)—*Aplicações do salitre em plantações de café novas.*

Quando êste adubo é aplicado a cafezais em formação, começando desde o viveiro, em que as pequenas plantas são regadas com agua salitrada numa proporção de 1 %, os seus efeitos são immediatos. O enraizamento das plantas novas, uma vez colocadas em logar definitivo, se torna cada vez mais forte e mais desenvolvido e as deixa em condições de resistir com maior facilidade ás inclemências do tempo, o excesso de sol, a falta d'agua, as chuvas torrenciais, as geadas, os ventos, etc. Estes accidentes climáticos e físicos são os que fazem fracassar, em muitos casos as plantações novas, sobretudo do "fazendeiro" que não é muito minucioso e pormenorizado.

Além dêstes efeitos de resistência, o salitre duplica o crescimento das plantas, a ponto de as fazer chegar ao estado de produção, com um ano de antecipaçaõ sobre as plantações comuns.

Os cafezais novos, adubados com salitre, começam a produzir normalmente ao terceiro ano de vida, reduzindo assim numa quarta parte o largo periodo de quatro anos que devem aguardar correntemente os agricultores para vêr retribuido o fruto dos seus esforços.

2.º)—*Aplicação do Salitre nas plantações adultas.*

Há muitas plantações que, apesar de estarem dentro do limite de idade em que a terra ainda não se esgotou com a cultura do café, começam a apresentar manifestações inequivocas de debilitamento, já pela perda de regeneração de grande parte das folhas, pelo revestimento de flores estéreis e pela produção de frutos vãos ou "chôchos".

A aplicação do Salitre do Chile será então de uma eficiência única, tanto para devolver

às folhas o seu tamanho e sua frondosidade naturais, como para obrigar ao cafeeiro, por meio do enérgico reconstituente, a se ornar com florações uteis que se cristalizem depois em frutos de ótima qualidade.

Naturalmente, os efeitos da aplicação do salitre dependerão, em grande parte—como veremos mais adiante—da boa dotação que possua a terra de outros elementos indispensáveis a um bom sólo: a potassa, o fósforo, a cal, etc.

Quantos cafézais de 10, 20 e 30 ou mais anos enlanguescem hoje e agitam os seus ramos quasi estéreis desvalorizando-se, de ano para ano, e reduzindo as entradas do fazendeiro, que poderiam tornar-se vigorosos como em seus melhores tempos, com somente receber uma aplicação científica e racional do Salitre do Chile!

Em algumas experiencias, que teremos ocasião de anotar mais adiante, poder-se-á apreciar quão insignificante é o gasto que é necessário efetuar para a aquisição do salitre, se se o compara com o enorme aumento do valor agrícola e comercial que adquire a propriedade e com cento por cento em que aumenta a produção do café depois das aplicações fertilizantes.

Não há nenhuma cultura no mundo que se vigorize mais que a do café em contacto com o salitre. Mil réis gasto com este adubo, rende nos cafézais, em relação de 1 para 16. Os resultados correntes noutras culturas não passam da modesta proporção de 1 para 5, e assim sempre, são considerados muito satisfatórios pelos agricultores.

3.^o—*Aplicação do Salitre em plantações velhas e esgotadas.*

O nitrato de sódio, ou seja o salitre aplicado ás plantações velhas, repete—como em outra oportunidade já o dissemos—o milagre de Lazarus.

A terra, já estéril por ter-se-lhe extraído todos os elementos nutritivos que se foram nas sucessivas colheitas de café, torna a adquirir forças produtivas e a fazer correr pelos velhos troncos, quasi centenários, uma nova e vivificante seiva de virilidade.

Os lenhos enrugados e ressequidos, que se aprestavam para morrer estoicamente, em meio do êrmo, sentem agitações estranhas dentro dêles mesmos, até que um dia a casca dura se rompe e um brôto promete o milagre de uma nova floração.

O sol do trópico faz o resto...

Há um caso típico dèstes resurgimentos admiráveis e, mesmo quando não seja muito recente, referir-me-ei, porquanto sobre a sua veracidade tenho a mais completa certeza.

“O cafézal de São João de Itapirarem, no Estado de São Paulo, tinha—faz dez anos—oitenta ou mais abris de idade, o que equivale a dizer, dentro das práticas agrícolas até agora conhecidas, que essa plantaçào deveria estar fóra de produção. E, efetivamente, quasi o estava, mas o Salitre do Chile veio trans-

formar êste calculo em tal extremo, que o proprietário da fazenda de São João se viu obrigado a duplicar os terreiros para poder secar todo o café que começou a produzir a plantaçào nos anos seguintes da adubaçào com Salitre.

Estes secadouros foram construídos dentro de todos os cálculos possíveis, para receberem as colheitas do cafézal jovem, e agora, aos oitenta e tantos anos de idade, depois de quasi um seculo de vida, o cafézal que devia já estar completamente estéril, redobrou as suas forças produtivas, encheu os secadouros e, com a sua folhagem verde e lustrosa, parece haver realísado o milagre da vida perene”

✦

Os cafézais, e em geral a maior parte das plantaçõeS, não podem adubar-se exclusivamente com salitre. O seu cultivo racional requer uma fórmula composta que ponha os terrenos numa situação de conveniente equilíbrio.

O salitre deve ser combinado com a potassa, com a cal, com os fosfatos, etc., nas proporções que um técnico competente indique.

Como já o vimos na segunda parte deste trabalho, existem no Brasil, 20 fábricas de adubos químicos de diversas classes e há no estrangeiro infinidade de produtos de esplendida qualidade que contém os elementos indispensáveis para completar a fórmula do salitre.

O salitre traz na fórmula o grande elemento: o azoto natural combinado com cloratos e sais de iodo.

O salitre como adubo exclusivo somente é recomendável usar nos seguintes casos:

1.^o—Quando se adubam plantas novas.

2.^o—Quando se deseja obter o crescimento rápido de plantas novas, para poder obter colheitas normais ao terceiro ano de idade.

3.^o—Quando se quer assegurar a fecundação das flores.

4.^o—Quando as arvores estejam murchas e se queira obrigá-las a revestir-se de folhas novas e frondosas.

5.^o—Nas arvores velhas, quando não estão em condições de produzir naturalmente.

6.^o—Em qualquer oportunidade se as plantaçõeS estão em terrenos ricos, ou seja, dotados de potassa, fósforo, cal, etc.

O sódio que contem o salitre do Chile substitue até certo ponto, a falta de potassa nos terrenos. Nas demais circunstâncias, quando os sólos são pobres dos elementos já citados, o salitre deve empregar-se acompanhado dèsses produtos na proporção que indique a análise química da terra.

Na maioria das ocasiões o ôlho de um bom profissional agrícola supre a análise da terra, pois pelas manifestações inequívocas das plantas, pôde, o agrônomo, indicar o tratamento apropriado para o sólo.

O salitre tem também a particularidade de corrigir a acidez dos terrenos, tão daninha para o desenvolvimento das plantaçõeS e que é defeito muito frequente nas terras do Brasil, pobres de dotação de cal.

O fertilizante do Chile dissolve também poderosamente o fósforo do sólo, convertendo essa substância num elemento nutritivo de primeira ordem, que, unido ás impurezas químicas que leva o salitre, especialmente o iôdo, exerce de forma maravilhosa o poder absorvente e de assimilação das plantas.

O salitre aplicado isoladamente ao sólo, sem mistura de nenhuma espécie, em terrenos normalmente constituídos ou seja, com fósforo suficiente (0,1%) consegue uma super-produção de café que costuma alcançar até 90% da normal.

O salitre é também um eficaz remédio para exterminar as pragas de insetos que costumam invadir os cafezais, ocasionando a ruína das plantas.

Todas estas particularidades do salitre foram comunicadas ao IX Congresso Agrícola de Ribeirão Preto, a cujas sessões concorreram mais de 300 delegados vindos dos mais importantes municípios agrícolas do país.

“Os membros d’este Congresso visitaram algumas das mais progressivas fazendas da localidade e entre elas a do coronel Francisco Schmidt, chamado naquela época “o rei do Café”.

Este pacífico soberano agrícola tinha adubados com salitre mais de três milhões de pés de café, que povoavam os seus domínios.

Alguns agricultores presentes neste Congresso deram conta de diversas experiências de salitre do Chile e entre elles Elysiario Luiz Diaz proprietário de uma “fazenda” antiga, que apenas produzia doze mil arrobas, declarou ante a maravilhada assistência, que tendo aplicado ao seu cafetal uma formula de salitre do Chile, tinha elevado a sua colheita a 22 mil arrobas e acrescentou que num cafetal de seu irmão, sr. Vicencio, o fenomeno tinha sido ainda mais surpreendente, pois a colheita que antes era de seis mil arrobas subiu de repente a 24 mil num total de oitenta mil pés, ou sejam trezentas arrobas por hectare de mil pés”.

E como este caso, poderia citar infinidades de experiências que vêm confirmar os efeitos surpreendentes d’este consórcio entre o café e o salitre.

Parece que a natureza colocou ao par, no sólo da America, em dois dos seus ramos distintos—no vegetal e no animal—estes nobres produtos chamados a se estreitarem as mãos, para que servissem, cada um na sua esfera, de restauradores de energias: o salitre para o café e o café para o homem.

“O agrônomo Santos Netto deu a conhecer ultimamente os resultados de aplicações d’este fertilizante do Chile, obtidos nos cafezais do coronel Maximiliano Junqueira, em Ribeirão Preto.

Este agricultor comprou salitre durante três anos consecutivos para a sua Fazenda Santa Amalia.

Começou com uma pequena quantidade em 1923 e agora, em 1926 e 27, tem comprado 51 toneladas. O resultado das aplicações do salitre foi o seguinte:

Em 1924-25—570.000 cafeeiros, sem adubo, com a produção de 23.000 arrobas.

Em 1926-27—570.000 cafeeiros, adubados com 51 toneladas de salitre, com a produção de 32.000 arrobas.

Aumento da produção em cafetal, por efeitos do salitre: 9.000 mil arrobas de 15 kilos.

Valor das 9.000 arrobas

de café.....	\$333.000	£ 8.325
Valor do salitre.....	\$ 64.980	£ 2.625

Lucro.....	\$268.020	£ 6.700
Aumento da colheita.....		39%
Aumento sobre o capital investido em salitre.....		500%

Estes numeros demonstram com a maior clareza e exatidão que muitas páginas de estudos científicos confirmam a enorme influencia vital que exerce o salitre sobre os plantios de café.

Passo a me referir, no entanto a outras experiências, feitas em distintas localidades e cujos resultados ultrapassam o limite das mais otimistas expectativas.

“O sr. Gino Zilio, na sua Fazenda São Miguel, estação de Rosinha, Estado de São Paulo, fez, depois das colheitas de 1926, os seguintes calculos sobre a maior renda do cafetal graças á applicação do salitre:

	QUILOS
1.000 arvores adubadas com 200 gramas de salitre produziram.....	1.085
1.000 arvores, na mesma localidade e condições sem adubo.....	432
Aumento devido ao salitre.....	653

Cada kilo de salitre produz um aumento de 3 quilos e 425 gramas de café beneficiado, isto é, já pronto para a venda.

Um quilo de salitre custa 560 réis.

Os 3.425 quilos de café valem oito mil duzentos e vinte e cinco réis.

Por mil réis gastos em salitre, o agricultor obteve 14\$682 de lucro, ou seja uma proporção de 1 para 146.

Outra experiência, feita em Ribeirão Preto com otimos resultados, dá tambem uma idéa da verdadeira revolução que pode produzir o salitre aplicado á industria do café.

O sr. João Lobato Perdigão, proprietário da Fazenda Santa Antonia, obteve mil arvores depois de uma adubação de 175 quilos de salitre, um aumento na colheita de 432 quilos de café!”

Cada quilo de salitre produz um aumento de dois quilos 468 gramas de café. Um quilo de salitre custa 560 réis e com este quilo se obtém de lucro 2 quilos e 468 gramas de café que valem cerca de 6\$135.

De maneira que o proprietário de Santa Antonia, por mil réis que gastou na aquisição de salitre, obteve um lucro liquido de 10\$900 ou seja uma relação de gasto num resultado de 1 para 10,9

Estes dados que acabo de transcrever e que me foram proporcionados pelo agrônomo

chefe do salitre no Brasil, sr. Medina, expressam apenas o aumento de lucros obtidos com a aplicação do salitre natural e nada dizem respeito com o melhoramento geral da plantação e da boa preparação com que fica o sólo para futuras colheitas.

Estes melhoramentos dos cafezais é tão evidente que me bastará citar um exemplo:

Na Fazenda de S. Miguel—a qual acabo de me referir—cada pé de café estava avaliado, antes da aplicação de salitre, em tres mil réis cada um. O proprietário não n'os venderia hoje—segundo afirmou o agrônomo sr. Medina—nem a oito mil réis cada pé, o que equivale a dizer que o aumento produzido pelo salitre não está na realidade em proporção de 1 para 14,6, como o vimos antes, senão que numa proporção que pode chegar quasi de 1 para 1.000.

Parece fantastico, mas não o é.

Na Fazenda Santa Genovêva, propriedade do sr. Domingos Azevedo, Estado do Rio de Janeiro, fizeram em 1922 as seguintes experiências:

	ARROBAS
1.000 pés adubados com salitre só produziram.....	80
1.000 pés sem adubação.....	20
Aumento da produção.....	60

A adubação fez-se unicamente com salitre, á razão de 200 gramas por pé.

Valor da adubação.....	112\$000
Valor da super-produção.....	1:800\$000

Relação de 1 para 16

Muito interessante é também o resultado obtido na plantação experimental de táboas, com cafezais velhos, completamente abandonados.

O plano seguido para as experiências foi o seguinte:

Analisando o sólo se comprovou esta composição:

Azoto.....	0.002
Cal.....	vestígios
Potassa.....	0.050
Fosforo.....	0.57

Fez a experiência em 6.000 pés que contavam mais de 65 anos de idade e que não produziam senão umas tres ou quatro arrobas por lote de mil.

Lote n.º 1—1.000 pés—Foram tratados com adubos cataleticos.

Lote n.º 2—1.000 pés—Foram isolados e marcados para comparação.

Lote n.º 3—1.000 pés—Foram adubados com 20 gramas de sulfato de magnesio por pé e com 50 gramas de enxofre em pó.

Lote n.º 4—1.000 pés—Foram adubados com salitre unicamente á razão de 200 quilos.

Lote n.º 5—1.000 pés Foram adubados com 200 quilos de fosfatos de ossos, 150 quilos

de cloreto de potássio, 100 quilos de cal e 250 quilos de salitre, do Chile.

Lote n.º 6—1.000 pés—Foram adubados com a fórmula seguinte: 100 quilos de superfosfatos de 10%, 100 quilos de cloreto de potássio e 250 quilos de salitre do Chile.

As experiências duraram seis anos consecutivos (1917 a 1922).

Resultados.

	1918	1919	1920
	Arrobas	Arrobas	Arrobas
Lote 1.....	5	5	4
Lote 2.....	5	3	1
Lote 3.....	7	5	4
Lote 4.....	7	8	8
Lote 5.....	10	16	20
Lote 6.....	10	20	30

	1921	1922
	Arrobas	Arrobas
Lote 1.....	3	1
Lote 2.....	—	—
Lote 3.....	3	1
Lote 4.....	7	5
Lote 5.....	20	25
Lote 6.....	45	55

Como acabamos de ver, os resultados desta experiência foram muito significativos e demonstraram uma vez mais a necessidade de fazer as adubações de forma científica e com prévio estudo das necessidades do terreno.

Enquanto o lote n.º 2, isolado para comparação, morria no quarto ano de experiência e os lotes ns. 1, 3 e 4 languesceram pouco a pouco, até chegar ao sexto ano com uma produção, insignificante, os lotes ns. 5 e 6 quintuplicaram a sua produção.

O lote n.º 5 rendia ao sexto ano duas vezes e meia mais que antes da adubação e o lote n.º 6, em que a combinação do salitre com os superfosfatos foi de uma ação extraordinária, tinha elevado a sua produção e cinco vezes e meia mais que o primeiro ano de experiência.

Estes estudos—como já o anotámos—foram feitos em cafezais completamente estereis, que estavam irremediavelmente condenados a morrer ao cabo de três ou quatro anos, segundo se comprovou com os mil pés de que se deixaram comparação.

Para finalizar êste exemplo, estimamos não o caso de fazer cálculo sobre aumento do valor comercial da propriedade e sobre as utilidades das novas colheitas de café.

Estes calculos não seriam nunca aproximados, pois o milagre da adubação científica com uma formula de salitre do Chile, não sómente criou um novo capital, dando vida aos pés já abandonados por estereis, senão que multiplicou o interesse, aumentando as colheitas.

Como estas experiências poderia citar muitas. O escritório do salitre em S. Paulo tem suas paredes repletas de fotografias, de gráfi-

cos, de quadros comparativos, que são o fruto de um trabalho experimental agrícola de mais de vinte anos.

—:—

E já terá sobrado tempo para que ponha ponto final a este extenso trabalho com o qual quiz adêrír á celebração do bi-centenário do *Rei Negro*.

Ao fazer êste estudo não me conduziu outro proposito que o de entregar, sinceramente, á consideração dos brasileiros, as minhas impressões sobre um aspecto fundamental do cultivo do café: a conservação da terra.

Nesta conservação descansa todo o futuro da grande indústria do café, e com ela, a realização dos grandes e nobres destinos a que está fadada esta rica e hospitaleira nação!

As grandes fazendas cafeeiras de Minas

Embora os estabelecimentos rurais que, na terra do Tiradentes, se consagram ao cultivo da rubiácea preciosa, não se possam comparar, quanto à instalação e ao aparelhamento, com os congeneres do Estado de S. Paulo, notam-se, em Minas, importantes fazendas cafeeiras, que atraem, pelo gigantesco dos conjuntos e das perspectivas, a sincera admiração de quem as visita.

Como, ali, é de regra fazerem-se as plantações do arbusto nas fraldas dos morros, das colinas e dos outeiros, revestem-se as propriedades agrícolas, que as contêm, de um aspecto singularmente pinturesco.

Em planuras, quasi sempre, situam-se as casas dos donos, dos senhores delas, assim como as dos agregados, as das tulhas, as dos engenhos de beneficiamento, etc.—proximo das quais se estendem os terreiros de secagem. Pelas encostas, pelas declividades, sobem as filas simétricas dos cafeeiros, que, aos olhos de quem as fita, ora galgam extensas ladeiras, ora contornam o arredondado dos cabeços, ora precipitam-se numa avalanche em direção aos vales, ora repentinamente se detêm ante o abruto da parede de uma serra, ou ante a orla de uma floresta verdejante.

Se não falta a êsse panorama de fazenda cafeeira o util complemento de um curso de agua, ou mesmo de uma lagôa, e o selvagem ornato de uma nesga de mata virgem—então o espectáculo se torna extremamente majestoso.

No seio das propriedades da terra montanhosa que se dedicam ao formoso arbusto, desenrola-se a vida calma dos agricultores mineiros, tão aferrados á modestia de costumes, aos hábitos de economia, ao respeito das tradições.

Os automoveis já vão penetrando, a pouco e pouco, a silenciosa atividade dessa existência campestre, contribuindo para infiltrar no animo singelo dos lavradores anseios de melhor civilização.

No sul, como na "Mata", no oeste, no centro e no norte, a aparência normal das fazendas é mais ou menos semelhante:—nela se reflecte a própria aparência de Minas, unidade simples, serena, laboriosa, conservadora.

Num golpe de vista rápido qual êste, não é possível apreciar-se devidamente a estrutura particular dos estabelecimentos cafeeiros do Estado—que muito significam pela quantidade, pela área, pelo valor, pelo trabalho e pela produção.

Acham-se enfileirados na relação seguinte os nomes das tres principais fazendas de café de cada um dos quarenta municípios mineiros que mais café procriaram em 1919—excetuadas as de Além-Paraíba e Abre-Campo de onde ainda se não obtiveram informes:

1) CARANGOLA (MATA)

Fazenda do coronel Marinho Carlos; de José de Magalhães Filho; de Dowcet Batalha.

2) MANHUASSU' (MATA)

Fazenda do "Monte-Alverne", de Raimundo Soares Vargas; da "Rocha Grande", de Adilio Carqueira de Albuquerque; das "Palmeiras", de Antonio José Mariano.

3) CARATINGA (MATA)

Fazenda do capitão Paulino Ribeiro; "da Harmonia", do coronel Guilherme Portugal Milward; de "Santo Antonio", de Francisco Felisberto.

4) CATAGUAZES (MATA)

Fazenda da "Lage", de Manoel Alves Duarte; do "Paraiso de Antonio Gomes de Oliveira"; da "Gloria", de Manoel Quintiliano Guieiro.

5) MONTE SANTO (SUL)

Fazenda do "Paraiso", do dr. Antonio Pereira Lima; da "Barra Grande", de Eugenio Ribeiro do Vale; da "Pedra Grande", de José Augusto Pereira Lima.

6) JUIZ DE FORA (MATA)

Fazenda de "Sant'Ana", dos herdeiros do dr. Candido Tostes; da "Floresta", do coronel Teodorico de Assis; de "S. Fidelis", de Custodio de Souza Pinto.

7) SEBASTIÃO DO PARAISO (SUL)

Fazenda do "Sapé", do coronel José Honorio Vieira; da "Corutuba", do dr. João Ribeiro e outros; do "Calado", de José de Oliveira Rezende.

8) MURIAHE' (MATA)

Fazenda da "Pedra", de Abeilard de Andrade Goulart; da "Barra Alegre", dos irmãos Carvalho; da viuva Fernandes e filhos.

9) PONTE NOVA (MATA)

Fazenda do "Engenho", do dr. Caetano Marinho; do "Vau-Assú" de Alfredo José de Almeida; da "Vargem Grande", de José Martins Vieira.

10) ALEM-PARAÍBA (MATA)

.....

11) LEOPOLDINA (MATA)

Fazenda de "Santa Cruz", de Marco Aurelio Monteiro de Barros; de "Sant'Ana", de

Francisco Antonio de Arruda Camara; "da Floresta", de Bastos & Filho.

12) UBA' (MATA)

Fazenda de Bernardino de Sena Carneiro; de Teofilo Soares de Souza Lima; de Manoel Pinto de Andrade.

13) TEOFILO OTONI (NORTE)

Fazenda da "America", da Companhia Brasileira de Imoveis e dada esta rica e hospitaleira nação!

Construções; do "Recanto", de Julio Hanselsen; do "Bom Retiro", do dr. Reinaldo Otoni Porto.

14) POMBA (MATA)

Fazenda da "Aliança", do coronel Crispiniano Dias Moreira; do "Bom-Jardim", de José Jacinto Coimbra; do "Rochedo", do coronel Henrique Inacio Silveira.

15) RIO BRANCO (MATA)

Fazenda de "Santa Helena", de Gabriel de Andrade Botelho; da "Floresta", dos herdeiros de João Avelino Moreira; de Djalma Furtado de Campos.

16) MAR DE ESPANHA (MATA)

Fazenda dos "Alpes", do coronel Alfredo Eugenio Tostes; do "Corrego Grande", do Coronel Braz Schettino; do coronel Manoel Martins.

17) JACUTINGA (SUL)

Fazenda da "Mata", de José Monteiro da Silva Leite; do "Rio Manso", de João Augusto de Faria Cardoso; de "S. Manoel", de Manoel Joaquim Gonçalves.

18) Rio JOSE' PEDRO (MATA)

Fazenda de Calhau & Irmão; de Antonio Pena Sobrinho; de Paulino Ribeiro da Rocha.

19) MACHADO (SUL)

Fazenda do "Murici", do dr. Gabriel Teixeira; do "Espírito Santo", do coronel Pedro de Almeida Nogueira; da "Pedreira", do coronel Aristides Pio de Araujo Dias.

20) GUARANY (MATA)

Fazenda da "Bôa Vista", de Gomes de Faria Alvim; do "Bom Sucesso", de Agostinho Xavier de Miranda; do "Remanso", de João Ferreira de Sousa.

21) RIO NOVO (MATA)

Fazenda da "Capoeirinha", de Franklin Procopio Rodrigues Vale; do "Bom Jardim", de Pedro Procopio Rodrigues Vale; da Pedra Bonita", de Adeodato Vilela.

22) OURO FINO (SUL)

Fazenda de "Santa Isabel" dos irmãos Serra; "das Parreiras", de Manoel Jesuino de Carvalho; do "Rio das Pedras" de Avelino de Moraes Cardoso.

23) VIÇOSA (MATA)

Fazenda do "Paraiso", de Antonio Brandão de Resende; da "Chacara" (em litigio); da "Gloria", de Luiz Lourenço Filho.

24) S. MANOEL (MATA)

Fazenda do "Fim do Mundo", do capitão Horacio Cruz Reis; do "Horizonte", do capitão Daniel Ribeiro de Andrade; da "Bôa Vista" do coronel Manoel J. Rodrigues Caldas.

25) GUARANA' (MATA)

Fazenda da "Serra" de Quintino da Costa Matos; de "Santa Maria", de Bertholdo Garcia Machado; do "Desengano", de Idalino José Machado.

26) NEPOMUCENO (OESTE)

Fazenda do "Oriente", do dr. José da Veiga "do Cruzeiro", de Mario Batista Lima; "do Limoeiro" do coronel João Alves Vilela Lima.

27) PALMA (MATA)

Fazenda de "Santa Cruz", de Manoel Rocha; da "Conceição", de Gaspar Antunes; "do Murici", de J. E. Pereira de Carvalho.

28) CONQUISTA (SUL)

Fazenda do "Lageado", do dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, de "S. Garibel", do dr. Wanderley de Andrade; "Engenheiro Lisboa", do coronel Euribiades França.

29) ABRE-CAMPO (MATA)

30) GUAXUPE' (SUL)

Fazenda de "Santa Cruz", do conde Ribeiro do Vale; de "Santa Mara", de d. Jesuina de Magalhães Costa; da "Bocaina" dos drs. Joaquim Libanio Leite Ribeiro e dr. Mario Bueno.

31) GUARANESIA (SUL)

Fazenda da "Bôa-Vista", do dr. José Costa Monteiro; da Bela-Vista", dos irmãos Ribeiro Lima; dos "Cinco Páos", do coronel José Gabriel Pinheiro.

32) VARGINHA (SUL)

Fazenda das "Posses", de Antonio Paiva Junior; do "Mascatinho", do dr. João Frotta; de José Marcos.

33) MUTUM (MATA)

Fazenda da "Bôa-Vista", de João F. C. Hybner; "Invejada", de Francisco B. Sousa; da "Ponte Alta", de José Teixeira de Siqueira.

54) ELOY MENDES (SUL)

Fazendas de Brasilino Alves Pereira; de Rozendo Augusto Nogueira; de Aristides Martins.

55) CARACOL (SUL)

Fazenda da "Rochela", dos irmãos Stauts; do "Mundo Novo", do major Gabriel de Oliveira; "Central", de Vicente José Torres.

56) CONCEIÇÃO (NORTE)

Fazenda "Guarany", de José Ribeiro P. de Magalhães; "Belmonte", de Teófilo José de Carvalho; de Silvestre Lago.

57) MUZAMBINHO (SUL)

Fazenda, do "Monte Cristo", de Osório de Faria Pereira; do "Monte Alegre", Jorge Vieira. Fazenda do "Monte Cristo", de Osório de Faria Pereira; do "Monte Alegre", de Jorge

Vieira; de "S. José", de João Luiz de Figueiredo Junior.

58) RIO CASCA (MATA)

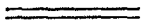
Fazenda "Lindoia", dos srs. José Cupertino Teixeira Fontes (dr.) e João Camilo Teixeira Fontes do "Oculo-Pequeno", de d. Maria Eulália Vieira; do "Santa-Ana", do dr. José Cupertino Teixeira Fontes.

59) MERCES (CENTRO)

Fazenda da "Bôa-Vista", de Ramiro Homem de Faria; das "Palmeiras" de Francisco Homem de Faria; de Antonio Gonçalves Campos.

40) BOM SUCESSO (OÉSTE)

Fazenda da "Pedra Negra", de Valério Teixeira de Andrade; de Antonio Carlos de Carvalho; de João Alves de Carvalho.



Os inimigos Vegetais do Cafeeiro

O ESTADO SANITÁRIO DA NOSSA LAVOURA EM FACE DOS PARASITAS VEGETAIS

EUGENIO RANGEL

A FERRUGEM DO CAFEIEIRO

HEMILEIA VASTATRIX—Berkeley e Broome—No exemplificar a amplitude e a severidade dos males causados ás lavouras por parasitos vegetais, raro escapa aos autores referirem a ruína da cultura cafeeira em Ceilão, ocasionada pela infestação do "Hemileia vastatrix", o fungo produtor da temida ferrugem do cafeeiro, e que macula folhas, atacando, esporadicamente, frutos e partes tenras, herbáceas, de ramos. Realmente, basta advertir os prejuizos ali determinados, que mostram á evidência tratar-se de uma das mais graves epidemias fúngicas, ainda assinaladas. No meião do seculo passado, Ceilão esteava a sua prosperidade econômica na produção cafeeira, que lhe dava o rendimento médio de quatorze e meio quintais por acre. Dez anos após a irrupção do "Hemileia" a média da produção desceu, em 1878, a dois quintais por acre, e os prejuizos totais determinados pela ferrugem registram-se entre 12 e 15 milhões esterlinos. Tão desvantajosa se mostrou, então, a cultura do café, que os agricultores, descoroçados, abandonaram-na, dando-lhe, por substituta, a cultura do chá.

Onde tenha aparecido o "Hemileia", grandes os danos que lhe são atribuidos. Assim, em Java, leva-se-lhe á conta o ter a lavoura cafeeira sofrido a redução, nas colheitas, de mais de dois terços do alcançado antes de flagelada pela ferrugem do café. E, se ali não se extinguiu a lavoura, graças se devem ao cultivo de variedades menos suscetíveis ao ataque da ferrugem (bem que menos nobres), introduzida em 1901.

A SITUAÇÃO DO BRASIL

Felizmente o Brasil ainda desconhece o indesejável hóspede; embora não se dêva attribuir á exclusiva aggressividade do parasito os males a êle attribuidos. Há que ter em bõa nota as condições mesológicas influenciando a resistência natural das plantas, tanto quanto a ambiência favorável ao próspero desenvolvimento do fungo.

Neste particular, acredito, o nosso país leva a melhor sobre as demais regiões cafeeiras; não sendo isso, aliás, motivo para descarmos da maxima vigilância, com o fito de manter o completo afastamento das possibilidades de recebermos visitas prejudiciais. Ao contrário, cumpre-nos não interromper os progressos feitos na defesa contra a introdução de doenças e pragas exóticas das culturas.

Iniciada esta defesa com as medidas reproduzidas no Regulamento do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, formulado pelo ministro Pedro de Toledo e baixado com o decreto n.º 9.213, de 15 de dezembro de 1911, as providências defensivas contra a intromissão de doenças e pragas estranhas—bem como o trânsito interno de plantas parasitíferas, ou portadoras de insetos, agentes de depredação—foram muito alargadas pelo ministro Simões Lopes, que dotou o país do atual Regulamento de Defesa Agrícola; ampliou e individualizou a vigilância sanitária vegetal; promoveu o desenvolvimento das investigações científicas—e basicas—das doenças e pragas das lavouras, com melhor prover o estudo relativo á fitopatologia e á entomologia agrícola.

ALARMAS

No aludido regulamento de Inspeção e Defesa Agrícolas existiam dispositivos taxativos exigindo "atestado de sanidade passado por funcionário competente no país de origem", na falta do qual era obrigatório o exame das plantas, frutos, sementes, etc., importados. Ali tambem o govêrno federal se guardava o direito de proibir a importação e o trânsito interno de plantas que pudessem introduzir doenças e pragas, cabendo-lhe determinar a destruição das plantas atacadas de males transmissíveis.

Que não foram letra morta êsses dispositivos prova o verificado em 1913, quando ao govêrno federal chegou a denúncia de inconsiderada importação, pelo porto de Santos, de cerejas de café robusta procedentes de região infeccionada do "Hemileia vastatrix".

Assim inteirado, o ministro Pedro de Toledo para logo ordenou fôsse imediatamente a São Paulo o autor destas linhas, afim de pôr em execução medidas radicais. Entretanto nada foi preciso fazer:—por ordem do Secretário da Agricultura do grandioso Estado, já tinham sido tomadas as devidas providências. Dêsse tempo data a proibição de importarmos mudas, frutos, ou sementes de café, proibição ratificada pela portaria do ministro Simões Lopes, de 14 de janeiro de 1922.

Se a ferrugem do cafeeiro nos tem poupado a temerosa presença, nem por isso nos tem evitado algumas agruras. Em dezembro, de 1922 correu célere que o "Hemileia vastatrix" estava no caminho de invadir e devastar os opulentos cafezais paulistas, pondo, em crise a economia nacional. Como de prever, o temerário alarme exaltou temores que repercutiram e recresceram da imprensa diária, acompanhados de recriminações improcedentes quão improdu-

centes. Não se fez mistér grande esforço para imediatos esclarecimentos, que trouxeram á boa razão os espiritos desnortheados pela atoarda; e para amainar a justa efervescência dos interessados mais sófregos, o ministro Miguel Calmon baixou portaria estendendo a qualquer rubiácea a proibição de entrada no país, não obstante aquelas suspeitas de nos poderem trazer a ferrugem do cafeeiro, jamais tenham sido, ou se possam conjecturar nos venham a ser objéto de comércio com os países contaminados de "Hemileia vastatrix".

Verdade é também que ainda se carecem de provas experimentais do parentesco específico entre os "Hemileia", que parasitam plantas da familia botânica do cafeeiro: se há uma só espécie polífita; se raças, ou fórmas biológicas da mesma espécie; ou se espécies diferentes, de parasitismo restritamente especializado. Contudo estas ponderações em nada diminuem o acérto das medidas preventivas.

O PERIGO DA HUMIDADE

OMPHALIA FLAVIDA—Maublanc e Rangel.—("Stilbum Flavium" Cooke).—E' parasito de várias plantas sob a forma abortiva "Stilbum Flavium". No Brasil, de meu conhecimento, êste fungo só tem sido encontrado na região subtropical marítima, onde existem as condições de humidade reclamadas para o seu crescimento. Daf não ser valiosa a repercussão econômica de seu parasitismo nos cafezais brasileiros.

Alguns autores ainda persistem no julgarem o "Stilbum Flavium" forma metagenética do "Sphaerostilbe Flavida" Masec. Bom é mencionar, portanto, que Ashby, em 1924, cultivou o "Stilbum Flavium" isolado de folhas de cafeeiro, procedentes da Trindade, e lhe confirmou a ligação genética com o "Omphalia Flavida". Êste cientista observa ser insustentável a ligação do "Stilbum". (Basidiomicete) com o "Sphaerostilbe".

OUTROS PARASITOS

COLLETOTRICHUM COFFEANUM—Noack—O fungo é dado por autores como forma metagenética do "Glomerella Cingulata" (Stoneman) Spaulding e von Scherenk, parasito de várias plantas cultivadas.

No cafeeiro, entre nós vive comumente em folhas; mas também ataca frutos e ramos. Os

prejuizos causados não têm sido de grande monta, ao invés dos importantes estragos que, alhures, lhe são incriminados.

CERCOSPORA COFFEICOLA—Berkeley e Cooke—E' o fungo produtor da vulgar "doença dos olhos pardos", frequente nas lavouras, situadas em logares baixos e húmidos, ou em plantações muito densas.

Máo grado largamente distribuído, a sua atuação econômica, entre nós, não exige cuidados especiais, estranhos ao arejamento e á iluminação das plantas.

A FUMAGINA

CAPNODIUM BRASILIENSE—Puttemans—"Limacina Coffeicola", Puttemans—São os fungos causadores da fumagina em nossos cafezais. Meros epifitas vivem das excreções adocicadas de insetos. Êstes, os verdadeiros parasitos.

CEPHALEUROS VIRESCENS—Kunze—Alga polífita, parasita de folhas e, raro de ramos. Em nossos cafezais não determina danos dignos de ser notados.

CORTICIUM JAVANICUM—Zimmermann: C. Koleroga (Cooke) von Hohnel ("Pellicularia Koleroga Cooke"); "Sclerotium Coffeae", Stahel, e outros fungos aos quais, no estrangeiro, se imputam danos mais ou menos estensos ao cafeeiro, não me consta tenham sido verificados nos cafezais brasileiros.

SPHARELLA COFFEICOLA—Cooke: "Ramularia Goeldiana". Saccardo e quejandos, se merecedores de interêsse científico, carecem de razão para apreciados neste escrito.

DOENÇAS RADICULARES—Doenças fúngicas radiculares só em casos raros e esporádicos têm sido assinaladas entre nós, sem contudo se haver conseguido determinar com segurança o fungo responsável, pela falta das respectivas frutificações.

ESTADO SANITÁRIO DA LAVOURA

Em suma: Sob o ponto de vista desta nota é satisfatório o estado sanitário da lavoura cafeeira no Brasil, e assim o será havendo portia no evitar o enfraquecimento das plantas, dispensando-se-lhes os cuidados culturais aconselhados pela ciência agrônômica, premunindo-as contra a agressividade ocasional, inopinada, de inimigo ora inócuo. Cuidados, vigilância permanente, diligente, contra a intromissão de males exóticos.

O café e as suas possibilidades econômicas no Estado da Baía, através dos seculos

RAFAEL MIRANDA

APRECIACÃO CIENTÍFICA

Em accidental movimento, tendente as primeiras observações crescentes, feitas pelos povos atraídos pela vida bucólica, já a natureza, nos seus variados lances, desfia-se em luxuriante vegetação de um verde que envolvia as nossas uberrimas terras, dizendo-lhes alguma coisa de estranho e de util ao organismo da humanidade.

Assim o verde glaco daquelas primitivas vegetações, tão semelhante ao verde do mar ondulado, da folhagem espessa, que hoje oculta infinitamente os imensos alqueires de terras de S. Paulo e, em parcelas, outras regiões cafeceiras do nosso Brasil, despertava nos espiritos tendentes á originais pesquisas, mesmo estando elles sob a ação da ingenuidade característica dos rusticos, que dominavam os campos, a pasturar os seus rebanhos de caprinos, o conhecimento de uma substância estranha contida nas folhas de um arbusto e, acentuadamente mais pronunciada nos pequenos frutos.

Que seja tudo isto uma lenda, o fato é que se notabilizou no mundo científico, fazendo-nos crêr, que de um punhado de frutos e de folhas fervidas com agua, dêsse em resultado uma aromática bebida, cujo sabor é através dos seculos o conhecido café. Desta resultante viemos ter dos devotados á ciências naturais, por excellencia applicados e caprichosos pesquisadores da botânica, a conclusão de que esta planta tinha o seu insofismavel valor que somente elles os naturalistas, cabiam dizer-nos que pertence a familia das rubiaceas, chamada pelos arabes de "cahovet".

"O cahovet". No domínio científico é um fruto de semelhança a uma cereja, cuja proporção atinge ao máximo a 0,007 de comprimento, e 0,005 de diametro; seu peso em grão é de 0,25 gramas de desenvolvimento; quando sêco muda a sua côr para negra. Estes diferentes aspectos são sobre a sua envoltura externa, quanto ao café propriamente dito, que é a junção dos dois cotilédos. Algumas vezes um só cotilêdo que chamamos o "moka", mantem uma côr parda clara á escura, e aproximando a côr de chumbo; êste fruto encontra-se agrupado a pequenas astes como se fosse um caixo, tendo as folhas de côr verde escura lustrosa com a nervura principal bem pronunciada e o limbo preso aproximadamente com o fruto da mesma aste de altura dando em circulo uma copa de 3m,00. A sua duração prolonga-se a mais de cento e trinta anos, mantendo o seu correjo normal como se fosse um cafeeiro novo.

Quanto a parte mais importante deste fruto, a que inteiramente se acha envolta por uma substância a que chamamos a cafeína. Sen-

do a sua fórmula "C 16 H 10 Az 403", vem nos provar uma composição química de grande alcance para o consumo dos povos, quer civilizados ou não. Assim o dividimos em duas importantes partes: Alimentação, Medicamento.

"Alimentação" — A substância do café tirada pelos processos domesticos que olhamos como alimento de primeira necessidade para as diferentes populações do globo, e que, na Europa especialmente, usam em dois tipos distintos: "o café brando" e o "café duro", sendo que por êstes processos culinários, o produto varia de acôrdo com a arte em que os entendidos se utilizam de máquinas apropriadas e perfeitadas para torrar, moer e transformar em extracto. Entre nós, commumente, applicamos os pequenos sacos de algodão onde é coado, ou ainda preparamo-lo em um pequeno caneco de metal, onde é posto com agua e duas pedras de fogo bem aquecidas (rubras) ao fogo feito ao lado, segundo hábito na zona do S. Francisco. De qualquer modo, segundo uso geral no meu Estado natal, esta bebida torna-se deliciosa. O seu papel na alimentação do homem é de grande alcance. O uso moderado com que o consumimos em pequenas chicharas ao levantar e após as refeições, assim como na classe média em chicharas de regular tamanho, como parte da primeira refeição e como parte de refeição — "na ceia" — última. Nos campos a população rural usa as canecas, — onde se torna mesmo indispensável para nossa nutrição, por isto a razão de que na Baía com população de 6.334.465 almas; consome 60 milhões de quilos de nosso café e exportamos a sobra, que atingiu em 1926, a 41.217 sacos.

"Medicamento" — Aquella mesma substância, olhada por prisma de tecnologia, nos aperfeiçoados laboratórios tiram-lhe os elementos terapeuticos que na alta medicina é empregado com segurança, é sempre o estimulante, e atraente tônico para as reações organicas. Daí as prescrições científicas, quer pela via gastrica para casos de influenza etc., etc., quer em dose centesimal pela via hipodérmica. Aplicada conjuntamente a cafeína e com a adrenalina para levantar o coração.

"Efeitos" — Em síntese, a applicação do café em qualquer terreno, quer como alimentação quer como medicamento, é um elemento indispensável.

II

HISTÓRICO SOBRE O CAFÉ NA BAÍA

Quando no século XVII as expedições da Holanda beiraram as costas do nosso país e algumas vezes as conquistaram, ficando sob o seu domínio, aquelles nossos donatários co-

meçaram a procurar introduzir várias culturas, dentre estas a do café.

Data portanto de 1723 este acontecimento, isto é, quando caíram pelas mãos dos holandeses as primeiras sementes do café, termos no nosso Brasil, vindas de Cayena, depois de ter sido plantadas na Europa, na Ilha de Java, vindas da Arábia pelo mar Vermelho.

No mesmo ano — 1723 — nos campos de Vila Viçosa no Estado da Baía, florescia o cafeeiro baiano, cuja cultura atingiu uma pequena proporção, desaparecendo 14 anos depois com o seu estacionamento, dada a intensificação da cultura do cacãoeiro.

Agora registra-se nos mesmos campos no sul do Estado, particularmente em Ilhéos, que exportou em 1926, 156 sacos e onde se nota esta intensa propaganda, uma grande animação pela cultura do café, em que o método intercalado café-cacão, nos promete levantar esta cultura na zona histórica.

INTENSA PROPAGANDA—OS TERRENOS EM ILHÉOS SÃO PRÓPRIOS PARA CAFÉ—UMA LEI MUNICIPAL QUE DÁ AUXÍLIO AO AGRICULTOR DE CAFÉ, LEI N.º 220.

O coronel Eustaquio de Souza Bastos, intendente do município de Ilhéos:

Faço saber que o Conselho Municipal decreta e eu mando publicar e cumprir a seguinte lei:

Art. 1.º—Ficam instituídos: um premio de três contos de réis (3:000\$000) ao agricultor d'este município que dentro de oito anos, a contar desta data, produzir mais de mil arrobas de café; cinco premios de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) para os que produzirem mais de duzentas e cincoenta a quinhentas arrobas.

Art. 2.º—Para fazer jú aos ditos premios, são necessárias as seguintes provas:

a)—Conta de venda de negociante da praça, do conhecimento de embarque.

b)—Além destas provas o Intendente poderá mandar contar as plantações, devendo corresponder setenta (70) arrobas a cada mil (1.000) pés nas plantações em plena frutificação, e trinta (30) arrobas ao mesmo número de cafeeiros novos, em comêço de frutificação.

Art. 3.º—No caso do número de concorrentes ser superior ao dos premios instituídos, fica estabelecido que estes serão disputados em sorteio organizado pelo govêrno municipal.

Art. 4.º—Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Intendente Municipal de Ilhéos, em 23 de Janeiro de 1923.—(as) EUSTAQUIO DE SOUZA BASTOS.

Nesta Secretaria da Intendencia Municipal de Ilhéos foi registrada e publicada a presente lei, sob numero 220, em 23 de Janeiro de 1923.—O secretario—LEONES FONSECA.

TRANSPORTE

Dada a grande extensão territorial do Estado da Baía, faz-nos crer que a evolução notada

nos campos em que a cultura do café se intensifica—procurando pelo menos tomar o lugar do fumo, (e, talvez, quem sabe?) tornando-se paralela á do cacãoeiro—apodera-se tambem das vias de comunicação, tendo como exemplo as numerosas estradas de rodagem que ligam as estradas de ferro de Nazareth á Central da Baía e a esta, o município de Santo Amaro, facilitando o problema de transporte, de que muito carece o baiano que pelo trabalho honrado e digno do seu temperamento.

Não há quem conheça o Estado da Baía, que ignore as suas antigas dificuldades de transporte.

O viajante que se destinava ás diferentes zonas: Nazareth, Cachoeira e Santo Amaro, para percorrer-las precisaria regressar á capital (São Salvador),— quando não quizesse depois de chegar aos pontos terminais das estradas de ferro, em referências acima, viajar em animais por estradas horribes e de tristes descrições: ou pelos vapores de linha interna da "Companhia de Navegação Baiana", que navegavam pelos diferentes rios Jaguaripe, Paraguassú e Cergy. O primeiro banhando a cidade de Nazareth, o segundo a cidade de Cachoeira e o terceiro, a cidade de Santo Amaro, zona exclusivamente açucareira.

Conhecendo bem o meu Estado e de volta a êle com o cuidado que muito me preocupava, quando ao partir do Rio, trazendo a espinhosa missão de um programa jornalístico esquematizado para uma futura monografia, distribuída em varias téses, que seriam colaboradas por inumeros escritores baianos, conhecedores das possibilidades econômicas da cultura do café através dos seculos, tive os meus momentos de desânimo, pois anteriormente, já — havia dedicado a êste assumto há cinco anos passados, um estudo através dos nossos campos e mui principalmente nos centros cafeeiros, o que me deu como resultado daquilo que escrevi e publiquei com a maxima franqueza em uma ligeira tése: "Cultura do café na Baía", conforme divulgou o boletim da Sociedade Nacional de Agricultura em o seu numero de 15 de Setembro-Outubro de 1922, tratando das adêsões e contribuições apresentadas no 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária.

Sentindo a grande necessidade de mais demoradamente me afastar do borborinho agitado da vida mundana, em procura dos homens em que a sinceridade de sua alma nos retrata a utilidade e a bondade da vida dos campos nos centros produtivos do valioso café baiano, reagi contra o desfalecimento que me ameaçava. O caboclo nordestino em grandes levas, segue contratado pelos paulistas, e, depois das safras anuais, muitos voltam remunerados a olhar os seus e as plagas baianas. Êstes mesmos sentindo esta nostalgia, vêm e voltam povoando zonas da Paulicêa, onde o seu trabalho é valido. Muitas vezes aquí se conservam apagados ao torrão natal, fazendo verdadeiros prodígios para que esta cultura não desapareça dos nossos vastissimos campos e que a sua produção e exportação não deixe de constatar com mais uma cifra para as esta-

tísticas do Estado, onde se vê na sua contribuição, que em relação ás culturas do cacáo e fumo, occupa o terceiro lugar, dando-nos para nossa exportação no ano de 1926 valor em mil réis papel 51.659:052\$000, equivalente em £ 1.518.756 no total de 341.217 sacos, sem cogitarmos da exportação que se escoou por Caravelas, vindo por Teofilo Otoni E. M. G., englobada com a nossa pequena exportação do sul, que se registra em 1926 108 sacos do município de Caravelas. E este desfalecimento foi mais pela situação em que me coloquei deante do contacto com os poderes públicos, dos quais eu consegui a franquia nas repartições, museus, arquivos, afim de agir com liberdade de pensar e bastante isenção de animo, e poder formar depois deste meu acurado estudo, um conceito que honrasse a Baía e a todos que por ella trabalham com altivez de carácter.

Felizmente agora, de volta dos campos percorridos, onde me demorei com a minha comissão, a investigar e a retratar tudo que me chamava a atenção, por mais insignificante que desse parecer, a cortar e a cruzar por estradas de rodagem, em carros confortáveis e de possantes motores, guiados pelo proprio fazendeiro baiano. Fazendo folgadamente 60 quilometros por hora, nos transportámos a estação de Lagedo Alto, de onde seguimos pela Central da Baía com destino a S. Felix, ponto este que se eu me dispuzesse viajar de automóvel por estradas de rodagem e carroçáveis que, agora, com a conservação estão sendo transformadas em boas estradas de rodagem, teria chegado, trazendo aquella mesma impressão de "ordem e progresso" produzida pela capacidade de trabalho, de bem servir á população rural como todos os interessados que se demoram em apreciações desses elevados assuntos económicos.

Não resta duvida, é conjunto das iniciativas, particular e pública que nesta evolução tão bem registrada pela Baía, resurge no conceito nacional, ora pelo seus filhos que dentro do próprio Estado lhe empresta uma orientação sadia, de perfeito tinó administrativo, ora são estes mesmos filhos que das nossas fronteiras imprime-lhe com os fulgores dos seus talentos, o prestigio parlamentar na nossa bancada, ou a capacidade organizadora de uma pasta que eleva a patria e o seu Estado ao lugar de honra e de dignidade internacional.

Fóra como dentro do país, tem o Estado da Baía as suas volumosas rendas mais crescidas e valorizadas, pela alta do produto que vendemos para os portos de Hamburgo, Havre e tantos outros. Logico seria assim que cogitassem de apresentar a estas praças o produto mais aperfeiçoado que a Baía possuiue, unificando os tipos Chapada, Norte e Maragogipe.

A Baía não pôde temer a concorrência de outros Estados, porquanto como assignala a tésé do doutor Egidio Souza Filho, na parte "V-Solo e seu preparo": "Possuimos terras especiaes tambem chamadas terras róxas em varios municipios do Estado, ricos de ferro e de potassa, onde o cafeeiro se desenvolve e produz admiravelmente". Palavra autorizada, como funcionário do Ministério da Agricultura,—por-

que sou testemunha, trago além das photographias e amostras de terras adquiridas na Fazenda Santa Rosa e Lagóas do Morro na zona da Serra da Ferrugem, município de Brejões, em cujo sector se acham localizadas as seguintes fazendas: Bôa-Sorte e Monte Claro, com 880 metros de altitude no município de Santa Inez; Morro Bonito, Barriguda, Lucos, Redenção, Campo Grande, Pão de Cedro, Camassari, Miragem, Junco, no município de Brejões com 340 quilometros de estradas de rodagem, para Sítio Novo e Lagedo Alto.

O que vi e o que podemos ver em qualquer parte dos rincões baianos, é sem receio de contestação, a conclusão dos esforços de uma raça que sem a intervenção do elemento estrangeiro—temos algum espontaneo se dedicando exclusivamente ao comércio—da corrente emigratória, a capacidade de produzir de acôrdo com o meio onde as suas iniciativas vão tomando vulto e se avolumando por toda parte.

Quereis conhecer o grande Estado da Baía? Deixe o litoral, e, nos seus centros de penetração, iniciae a vossa jornada.

AS REGIÕES CAFEEIRAS DA BAÍA, NAS ESTATÍSTICAS

A' primeira vista parece que quem aqui escreve, quer com uma linha imaginária traçar uma figura geometrica, no esboçar ligeiramente um qualquer mapa que abranja a um limitado numero de municípios, e exclua outros onde tambem se destaca a cultura do cafeeiro no Estado da Baía.

Entretanto é facil assegurar com a mesma autoridade que asseguro "o café e as suas possibilidades económicas na Baía através dos seculos", fazendo desaparecer esta impressão de relance.

Vejamos, partindo da cidade de Nazaré, seguindo a de Maragogipe, S. Felipe, Santo Antonio, São Miguel, Amargosa, Brejão, Santa Inês—na "Fazenda Monte Claro", com 880 metros de altitude—em linha réta a Maracás, com 1.000 metros, acima do nível do mar, daí rumo S.O. do Estado da Baía, até Poções, descendo S. até encontrar o pequeno afluente do Fernibe, que banha Viçosa—onde registra a historia do plantio do primeiro cafeeiro na Bahia em 1723—mesmo que desça até o rio Mucury, que banha a cidade de S. José do Porto Alegre, na linha divisória com o Estado do Espírito Santo—subindo todo o litoral até encontrar novamente a cidade de Nazaré no extremo navegável do rio Jaguaribe, temos o traçado real, cuja conformação geográfica se assemelha a conformação geográfica de todo Estado da Baía, onde se acha concentrada as melhores terras apropriadas á cultura do cafeeiro.

E' neste ligeiro traçado que tenho para mostrar os municípios mais agricolas e a zona mais futura que atualmente concorre com a maior cifra (1/5) da renda global, para o surto economico do Estado da Baía.

Zona prodigiosa e de uberrimas terras além destas, encontra-se em todo o Estado, como na região das Lavras temos Barra de Estiva em

Ituassú, e outros municípios, que naquela circunvizinhança nos fornece o mais acreditado produto no mercado estrangeiro: "café tipo chapada", sendo que, esta produção descendo pela "Estrada de Ferro Central da Baía", sai pelo porto de S. Felix, no Rio Paraguassú, em uma exportação de 22.836 sacos, quando a Zona S.O. cortada pelos trilhos E. F. N. e em uma distância quilométrica superior a 300 quilômetros—próprio do Estado da Baía, arrendado a Companhia de Viação Sudoeste—faz escoar pelo porto da cidade de Nazaré 255.989 sacos de café, despachados pela diretoria das Rendas, na capital baiana, para varios portos da Europa, e outros, como se registra anualmente em cifras sempre crescentes.

Os que se dedicam e mui se interessam pelo desenvolvimento economico das grandes fontes produtoras da Baía, direito têm de sobra para não só considerar, mas confirmar que a chamada zona de Nazaré, é a zona cafeeira propriamente dita.

E nesta exaltação de exposição, quando estes algarismos não nos levem no segundo logar com produtos de café no país, pelo menos no logar que ficarmos agora, muito deve honrar a nossa policultura. Assim sendo, sob o ponto de vista estatístico, não me refiro somente a Jequié, que recebe a produção de Boa Nova e Pãções, nem a Amargosa em que sua produção principal sai de Brejões, por serem aquelas estações pontos de trilhos, sendo este do ramal da mesma Nazaré, mas com muita felicidade

reporto-me a Jaguaquara, Santa Inês, Itaquirara, Mutuipe, Brejões,—centro independente e modelo desta cultura aí tão bem intensificada (todas estas cidades de poucos anos ou alguns meses de fundadas—Jequiriça, Lage, Areia, S. Miguel, S. Felipe, Santo Antonio, Nazaré, Valença, Alardoca, Ilhéos, Viçoso e Caravelas—onde me demorei estudando com mais escrupulo a sua exportação, que no ano de 1926 atingiu a 108 sacos observando que todos estes centros confirmam um total superior a 400.000 sacos, e se nos referimos a exportação de Teofilo Otoni que transporta-se, pela Estrada de Ferro Baía e Minas, em que temos um cômputo de 139.125 sacos do Estado de Minas Gerais, registrados na Mesa de Rendas daquele porto—podendo dizer em conclusão, que a Baía pelos seus portos exporta mais de $\frac{1}{2}$ milhão de sacos de café.

Razão penso ter para nesta observação pratica em que reparo no resultado de uma exportação feita depois do consumo regional, subindo a um milhão, cifra que nos anima a garantir ser uma lavoura futura e de grande alcance para a Baía, dada ao clima e as magnificas terras iguais ou superiores as de Ribeirão Preto—pois a longevidade do cafeeiro baiano é um importante assunto, que merece ser estudado com a máxima dedicação agora em S. Paulo—como pela evolução da cultura e seus processos de manipulação na Baía, muito nos diz neste particular de iniciativas para o progresso da atualidade.





PANORAMA DO RIO DE JANEIRO, NO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO, QUANDO A NOSSA METRÓPOLE
ERA O MAIOR ENTREPOSTO MUNDIAL DE CAFÉ

*(Gravura copiada do exemplar de Rugendas, da biblioteca brasileira,
do dr. Guilherme Guinle, por Porciuncula Moraes)*



O café no Estado do Rio de Janeiro

SUA ORIGEM E INFLUÊNCIA NA VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DA TERRA FLUMINENSE

SYLVIO FERREIRA RANGEL

AS PRIMEIRAS PLANTAÇÕES

Introduzido no norte do país na primeira metade do século XVIII, sómente pelo ano de 1770, o cafeeiro começou a ser cultivado no Rio de Janeiro, para onde foi trazido do Maranhão, segundo afirma monsenhor Pizarro, mercê do "zelo e diligências de João Alberto Castello Branco, chanceler que era da relação desta cidade (Rio de Janeiro)".

As primeiras plantações da preciosa rubiacéa foram feitas na cerca do hospício dos padres Barbadinhos italianos, situada á rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, e na quinta do holandês José Hoppmann, além do arraial da Mataporcos.

Da plantação da chacara dos Barbadinhos, por iniciativa do Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano, segundo refere seu biógrafo, o conego Januário da Cunha Barbosa, foram mandadas sementes para os padres João Lopes e Couto, aquéle no distrito de São Gonçalo e éste no caminho de Rezende, sementes das quais se originaram as lavouras, que, prosperando rapidamente, se entenderam pelo vale do Paraíba e serras adjacentes, irradiando-se daí, por um lado para S. Paulo, por outro para Minas, Espirito Santo, Baía, etc.

O BERÇO DA LAVOURA

O Rio de Janeiro foi, pois, o berço da lavoura cafeeira na zona do centro do Brasil, zona que mercê da facilidade e rapidez com que se desenvolveram as culturas do precioso arbusto, tornou-se em menos de um século, o mais importante centro mundial de produção do café.

Encontrando no sólo e no clima fluminense condições bastante apropriadas ao seu desenvolvimento, o arbusto africano não tardou em constituir-se a principal cultura de toda a região banhada pelo Paraíba e seus afluentes.

A intensificação desta cultura, que os proventos estimulavam, reclamava naturalmente o aumento de braços indispensáveis á abertura de novas lavouras, ao amanho das terras e ao trato das plantações.

O PERÍODO AUREO

A Africa, de onde viera o arbusto precioso, forneceu também os braços. Foi o período aureo da escravidão, que, a princípio sem péas e, mais tarde, á despeito delas, atirava, dia a dia, para os eitos, levas de escravos a cujo trabalho deveram os fazendeiros a prosperidade que, então, desfrutavam. Com terras apropriadas e dispondo de braços que, em regra, a não ser o pequeno capital inicial empregado para adquiri-lo, nada mais lhes custava, pois o escravo, sob as vistas do feitor, plantava, colhia e tratava os produtos para alimentar e vestir a si mesmo, dando, além disto ao senhor, como os rebanhos de gado, os respe. tivos produtos, com terras apropriadas, diremos, e com braços, por assim dizer, de graça, é bem de vêr quão lucrativa era a lavoura em uma época de civilização incipiente, quando as exigências da vida social se resumiam, em geral, á vida em familia, pela escassa ou dificuldade de meios de comunicações, e as necessidades domésticas eram satisfeitas em sua maior parte pelas culturas e indústrias dos próprios escravos.

A LAVOURA E O ELEMENTO SERVIL

A prosperidade da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro, o que equivale dizer, a prosperidade econômica desta província brasileira estava, assim, vinculada á sorte do regime servil e, conquanto se fossem desenvolvendo os meios de comunicações entre o interior e o litoral, com a abertura de estradas de rodagem e de ferro, que, intensificando as permutas comerciais, levavam aos fazendeiros as idéas que o progresso moral e o espírito liberal dos centros civilizados vinham alimentando e propagando; não quizeram ou souberam aqueles, em sua maioria, vêr, em tais idéas, o perigo que os ameaçava, para procurarem, preventivamente furtar-se aos seus desastrosos efeitos.

Enquanto S. Paulo, apercebendo-se da gravidade da situação, procurava achar solução para o problema que o espírito abolicionista pôs em fóco, indo buscar na colonização estrangeira os braços para a reorganização de um serviço que a extinção da escravidão viria fatalmente perturbar, os estadistas fluminenses, empolgados por um lamentavel espírito de reação, sob o influxo de interesses respeitáveis, talvez, mas, sem dúvida, injustificáveis perante a civilização e a humanidade, de outra coisa não cogitaram, salvo honrosas exceções, senão de obter tenaz resistência á onda que, avassalando, de dia para dia, os espíritos, acabou por submergi-los.

A ABOLIÇÃO E SEUS EFEITOS NA LAVOURA

Estava a lavoura cafeeira do Rio de Janeiro em plena prosperidade, contando com uma das suas maiores colheitas, quando, em 1888, foi decretada a abolição do elemento servil.

Poder-se-á avaliar dos efeitos que o grande acontecimento produziu, sabendo-se que um dos primeiros, senão o primeiro, foi o abandono das fazendas pelos libertos, quando, ao saberem-se livres de feitores e de senhores e cientes de que poderiam gozar a liberdade onde lhes conviesse, quizeram experimentá-la.

Começaram, então, a se despovoar as fazendas, abandonadas, muitas delas, em massa, pelos libertos, que os ex-senhores impotentes e desolados, viam partir, no momento preciso em que uma carga excepcional de café reclamava grande concurso de braços para colhê-la. E tal foi a importância da carga dos cafezais, atestando o desenvolvimento a que tinha, então, atingido a respectiva lavoura que, vem á propositio consignar, dos 10.701.000 sacas em que foi calculada a produção mundial do café, na safra de 1888 a 1889, 6.506.000 foram produzidas pelo Brasil.

Para esta produção concorrer o Rio de Janeiro, senão com a maior parte, pelo menos com uma grande parte, á julgarmos pelo quadro seguinte, extraído do relatório apresentado em 1882 pelo diretor de fazenda Almeida Torres, ao então presidente da Província, desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto.

QUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ NAS PROVÍNCIAS E ANOS ABAIXO

ANOS	RIO DE JANEIRO Kilogrs.	MINAS Kilogrs.	S. PAULO Kilogrs.	ESPIRITO SANTO Kilogrs.	BAÍA Kilogrs.	TOTAL Kilogrs.
1870.....	98.762.230	37.544.538	18.379.643	7.987.667	48.724	162.722.802
1871.....	115.437.388	35.149.631	19.161.662	8.576.378	47.636	176.362.595
1872.....	112.589.338	26.213.258	13.066.497	6.101.017	234.093	158.204.203
1873.....	97.086.183	33.744.696	18.853.471	7.309.285	232.824	157.226.459
1874.....	116.177.780	37.113.864	18.219.638	5.136.917	71.547	175.719.746
1875.....	119.269.989	41.653.922	17.633.991	8.032.922	122.468	186.705.201
1876.....	113.350.760	36.400.221	17.380.029	5.586.228	76.079	172.973.317
1877.....	108.244.492	38.343.748	17.116.342	8.568.740	1.292	172.274.614
1878.....	109.890.726	47.922.892	24.068.556	6.221.101	81.601	188.184.768
1879.....	129.419.229	51.233.057	21.569.925	7.856.345	2.377	210.080.933
1880.....	133.764.760	54.781.664	21.806.651	9.086.024	—	219.439.099
1881.....	248.007.968	75.773.283	26.608.409	11.095.552	9.0500	259.394.262
	1.398.990.752	513.874.774	233.754.714	91.558.176	927.691	2.239.106.107

Infelizmente, a exiguidade do tempo de que dispunhamos para fazer êste trabalho, não nos permitiu apurar os dados relativos aos anos de 1882 a 1888, mas os que ficam aqui consignados são de molde a deixar evidente a supremacia da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro até o ano em que foi decretada a abolição do elemento servil.

O DECLINIO DA LAVOURA

Parte desta época, da abolição, o declínio da lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, ainda que os altos preços do café nos primeiros anos do regime republicano, no celebre período do "ensilhamento", especialmente, lhe tenham dado uma aparência de alento. O certo é que, dos ex-escravos, os mais aptos a foram abandonando pelas cidades, especialmente pela "Côrte", depois Capital Federal, onde as construções e outros trabalhos, que se intensificaram, naquele período, os atraía. Os que ficaram nas lavouras tornaram-se colonos, parceiros, etc., mas o seu trabalho, em geral, ficou muito aquém do que dêles se poderia esperar, porque aos novos cidadãos faltavam as aptidões do trabalhador livre e autonomo, que o cativoiro atrofiou, para deixar explodirem as más paixões, os piores vícios, como o alcoolismo, a vadiagem e o latrocínio.

Estava, assim, a lavoura fluminense completamente desaparelhada ante a crise resultante da abolição.

Sem auxílio que lhe permitisse seguir o exemplo dos paulistas, cujos govêrnos previdentes procuraram atrair, como dissemos, para seu território a colonização estrangeira, com a qual foram êles reorganizados e desenvolvendo suas lavouras, ficaram os fluminenses, abandonados a seus próprios recursos, obrigados a persistir nos velhos metodos de exploração agrícola, deixando-se ficar, em sua maioria, á mercê do trabalho deficiente dos vícios dos ex-escravos.

Durante muitos anos tentaram, ainda, os fazendeiros custear suas lavouras, organizando e mantendo turmas em eitos, á semelhança das do antigo regime, mas êste sistema tem podido ser mantido, aliás em pequena escala, sómente em zonas de novas culturas, distantes dos centros populosos e nas quais não chegavam facilmente as seduções das cidades.

As dificuldades financeiras, por um lado, e a carência de braços por outro, levaram uma grande maioria de proprietários a entregarem seus cafezais para serem tratados á meias pelos colonos, geralmente os ex-escravos, mas a modificação do sistema cultural não modificou a

mentalidade e outras qualidades morais destes trabalhadores, cuja maioria, descurando ou abandonando por outros interesses o tratamento dos cafezais a seu cargo, não têm feito senão sacrificar as lavouras, que vão, assim, desaparecendo, de ano para ano.

RECURSO TARDIO

É certo que impressionados com esta situação, alguns governos fluminenses fizeram tentativas para fornecer braços á lavoura, fomentando a imigração mas os colonos trazidos, encontrando lavouras mais culturais decadentes pelos máos tratos, e terras já bastante esgotadas por anteriores culturas, não vendo garantias para os lucros ambicionados e nem a possibilidade de se tornarem proprietários dos lotes em que teriam de trabalhar, abandonaram em sua maior parte o Estado indo para S. Paulo e Minas, atraídos por convites de parentes e amigos, que lhes acenavam com sedutoras vantagens ou por promessas de aliciadores procedentes destes Estados.

Tambem o govêrno imperial tentou, por vezes, prestar auxilios aos proprietários agrícolas por meio de empréstimos a longos prazos, para o que foram autorizados e habilitados estabelecimentos de crédito. Tais empréstimos feitos, porém, a uma lavoura já endividada e sem braços para dêles se utilizar eficazmente nos respectivas culturas, deram como resultado a passagem de grande numero de fazendas para as carteiras dos bancos.

O que acaba de ser dito explica a razão do declínio da lavoura cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, assim como de outras lavouras que, com ela, eram simultaneamente exploradas.

Os antigos e belos cafezais das margens do Paraíba, cujo esplendor inspirou mais de um artista, têm, em sua maior parte, desaparecido com os braços, transformando-se os respectivos terrenos em vastas partagens, com sacrificio das rendas e da riqueza públicas.

O quadro abaixo, organizado pelo sr. Alvaro Campos e que me foi obsequiosamente fornecido pelo chefe do 3.º departamento do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, mostra quais foram as quantidades de café fluminense exportadas de 1889 a 1926, com as discriminações dos valores officiais e das importâncias dos impostos arrecadados. Juntei ao quadro três colunas, uma para mostrar a taxa média do câmbio, outra o preço médio do café, por 15 quilogramas e outra finalmente, para registrar a taxa do imposto estadual do referido período.

ELOQUÊNCIA DOS ALGARISMOS

Êste quadro demonstra com bastante eloquência o decrescimento da produção do café e, consequentemente, a decadência da respectiva lavoura no Estado do Rio de Janeiro.

O fato vem desde muito sendo sentido pelas administrações, que, entretanto, é forçoso dizê-lo, se não tem mostrado tentadas a encara-lo com a atenção que reclama.

Em relatório apresentado ao presidente do Estado em 1910, o secretário geral dr. Ignacio Verissimo de Melo, impressionado com o decrescimento das rendas provenientes dos impostos sobre o café, assim se exprime:

“A produção do café no Estado declina visivelmente.

“Basta para salientar o fato, assinalar-se que apesar da melhoria alcançada pelo genro no mercado, durante o mês de dezembro ultimo, em que a média das pautas foi de 390 réis, contra a de 382,3 réis em 1908, ainda assim a renda arrecadada ficou aquem da orçada pela lei n.º 870 de 11 de novembro de 1908, em 414:048\$338.

“Tal resultado era consequência inevitável do decrescimento da produção que no último quatriênio apresentou as seguintes alterações:

	QUILOS
Em 1906.....	63.441.228
Em 1907.....	67.943.167
Em 1908.....	57.047.880
Em 1909.....	55.869.066

“O imposto arrecadado durante o mesmo período atingiu:

Em 1906.....	2.498:873\$098
Em 1907.....	2.308:497\$894
Em 1908.....	1.757:120\$942
Em 1909.....	1.932:175\$959

“Os dados acima indicam assás claramente a necessidade de cuidar-se da situação da lavoura de café, ainda hoje primordial fator da riqueza pública no Estado Fluminense”.

O CLIMA FLUMINENSE

Dos 48 municípios em que se subdivide administrativamente êste Estado, apenas 10, Itaperuna, S. Antonio de Padua, Cambucí, Paraíba do Sul, S. Maria Madalena, Bom Jardim, Valença, S. Fidelis, Campos e S. Francisco de Paula, ainda têm em culturas cafeeiras áreas superiores a seis mil hectares, com um total de cerca de 112 milhões de arvores, segundo o recenseamento de 1920.

Destas culturas cuja maioria está com regiões relativamente novas, onde a carencia de braços é, por enquanto, menos sensível, muitas lavouras são de bellissimo aspecto, mostrando pelo vigor

da vegetação e a relativa produtividade, que o clima do Rio de Janeiro não perdeu as virtudes que concorreram outrora para prosperar o cafeeiro em seu solo.

Releva notar em abono d'este conceito, que, segundo, o referido recenseamento de 1920, de todos os municípios brasileiros produtores de café, Itaperuna e S. Antonio de Padua, dois municípios fluminenses, são os que registram anualmente maiores produções do precioso fruto.

O QUE FALTA A' LAVOURA FLUMINENSE

O que falta, pois, para a revivescência de rendosa cultura no Estado do Rio de Janeiro é, evidentemente, a reconstituição das terras cançadas e enfraquecidas por longas e exaustivas explorações culturais e são os braços indispensáveis para o fazer. Deixá-la abandonada a seus mínguos recursos, para dela lembrarem-se as administrações sómente no momento de tributa-la; deixar que as plantações vão perecendo pelo esgotamento das terras, pela praga das formigas, pelo consequente abandono dos delicientes braços que ainda lhe restam, é, não ha negá-lo, ato de injustificável imprevidência, que o dever e o patriotismo condênem.

A RECONSTITUIÇÃO DAS LAVOURAS

O Estado do Rio de Janeiro é, em sua grande parte, constituído fisicamente pelos terrenos mais ou menos acidentados, que formam, na Serra do Mar, o vale do Rio Paraíba e seus afluentes. Com exceção da chamada baixada fluminense, onde os métodos de cultura mecânica podem ser utilizados e têm inteira aplicação a grande lavoura, na região montanhosa, onde, por exceção existe uma ou outra malha de terreno mais ou menos plano, mas de pequena importancia, a aplicação de máquinas apropriadas para o cultivo econômico das terras é absolutamente impossível.

Dai a impropriedade destas terras do ponto de vista econômico, para a grande lavoura de cereais, etc., terras, onde, entretanto, o cafeeiro prosperou com grande sucesso para a fortuna pública e particular e, ainda hoje, prospera quando satisfeitas as suas exigências fisiológicas.

Os governos fluminenses têm, pois, diante de si um dilema e, consequentemente um problema a resolver. Ou defendem a lavoura cafeeira, promovendo o ensinamento e a prática dos métodos de reconstituição das terras cançadas e de sua cultura auxiliando-a, além disto, a adquirir os braços de que carece, concorrendo assim para a sua restauração, ou a deixam, como tem feito, ao abandono, sem tais auxílios contribuindo d'este modo com a sua inércia, para que o outrora feraz vale do Paraíba se converta definitivamente em pastagens, substituída dest'arte a agricultura pela pecuária nos arredores, nos suburbios, por assim dizer, da capital do país, anomalia que, so não pôde explicar ante a lei universal do progresso.

O PROBLEMA A RESOLVER

Corrigir esta anomalia é um dos grandes problemas que se impõem ao Estado do Rio de Janeiro.

Os lavradores não têm, em geral, a indispensável instrução técnica, não dispõem de braços nem de créditos e estão sofrendo além disto, o influxo de um regime que bem se poderia chamar de bancarrota nacional, que outra coisa não significa a afirmação oficial de que a moeda emitida pelo Tesouro Nacional não deve equivaler a mais que a quinta parte de seu valor nominal. Em tais circunstâncias não podem elles enfrentar e resolver um problema que por sua natureza e complexidade, excede as possibilidades de suas forças.

Demais, na lavoura, o insucesso de uma experiência de um metodo de cultura mal aplicado, não representa somente um atrazo de um ou mais anos para poder ser renovada a experiência, mais importa em uma perda muitas vezes avultada de capitais, determina o desânimo do experimentador e não raro o descrédito dos mais consagrados processos culturais.

Ao Estado, pois não só pela função que precipuamente lhe cabe, como também pelo próprio prestígio desta função, cumpre a solução do problema.

O quadro a seguir cujos elementos daremos á obsequiosidade do dr. Luiz Quirino de Magalhães, diretor da secretaria da Assembléa Fluminense, mostra o valor total dos orçamentos da ex-provincia e do Estado, a importancia do imposto reclamado do café e a percentagem dos impostos sobre aquele total, no periodo de 1880 a 1926.

ESTIMATIVAS ORÇAMENTÁRIAS

Os algarismos d'este quadro representam estimativas orçamentárias, estando incluídos nas receitas os depositos e as operações de crédito, que, em consequência, reduzem a relação entre o imposto que pesa sobre o café e a totalidade dos outros impostos arrecadados. Assim, por exemplo, em 1897, a importancia total arrecadada, proveniente de impostos, elevou-se a 13.944:871\$635 cabendo ao café contribuir com 10.354:629\$808, isto é, com 75 %; em 1899, aquela contribuição foi de 9.705:760\$323, sendo a do café de 6.371:068\$912, isto é, 65 %; em 1909, a receita total dos impostos elevou-se a 8.597:706\$928, concorrendo o café, incluída a sobre-taxa com réis 3.764:364\$157, isto é, 43 %.

TRIBUTAÇÃO DO CAFÉ

A tributação do café dá ao Estado do Rio de Janeiro, a sua principal renda. Nenhum outro produto poderá suprir-lhe a falta nos orçamentos da receita, enquanto fôr mantido o actual regi-

me tributário. Como já dissemos, e ninguém de boa fé poderá contestar, a região acidentada do Estado, que cobre a maior parte de sua superfície, não sendo própria para a exploração econômica e prática de grandes lavouras de cereais e outras plantas industriais de vida anual e nem mesmo da cana de açúcar, somente às culturas arbóreas, à silvicultura, à pomicultura e especialmente à cafeicultura pôde ela prestar-se, sobretudo porque esta lavoura não exclui muitas daquelas, que cultivadas simultaneamente, dentro de certos limites, barateiam o custo das respectivas culturas.

Por outro lado, o abandono á pecuária das terras próprias para a cultura do cafeeiro, como está acontecendo em municípios a que esta cultura deu, não só riquezas, como grande prestígio, é condênar tais municípios ao despovoamento e o seu valor econômico ao aniquilamento, com in-

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ FLUMINENSE DE 1886 A 1926

ANOS	Sacos	Valor oficial	Imposto arrecadado pelo Estado	Taxa média do cambio	Valor médio de 15 kla. de café	Taxa de imposto estadual
1889.....	1.509.271	47.108.674\$275	1.884.566\$971	26 7/16	6\$140	4 %
1890.....	1.510.716	63.277.107\$750	2.531.004\$310	22 9/16	6\$195	—
1891.....	1.501.885	60.104.901\$100	6.611.534\$121	14 29/32	8\$815	11 %
1892.....	1.398.820	88.228.557\$654	9.705.141\$342	12 1/32	10\$349	11 %
1893.....	1.025.966	72.986.219\$072	8.026.504\$098	11 19/32	14\$206	11 %
1894.....	1.585.518	107.696.405\$354	11.846.504\$589	10 3/32	14\$916	7 %
1895.....	1.196.439	111.076.811\$963	12.218.449\$316	9 15/16	13\$475	11 %
1896.....	1.191.935	88.661.664\$8945	9.741.805\$141	9 1/16	12\$959	11 %
1897.....	1.727.527	94.132.998\$254	10.554.629\$808	7 26/32	9\$259	11 %
1898.....	1.384.460	66.445.789\$630	7.355.424\$397	7 3/16	8\$375	10 %
1899.....	1.331.243	63.710.689\$120	6.371.068\$912	7 7/16	8\$304	10 %
1900.....	939.995	48.388.785\$590	4.838.878\$539	9 1/2	8\$817	10 %
1901.....	1.650.698	48.962.044\$700	4.896.204\$470	11 3/8	5\$617	10 %
1902.....	1.275.400	34.608.002\$550	3.506.265\$703	11 31/32	4\$902	10 %
1903.....	1.225.626	32.675.615\$290	3.518.482\$544	12	5\$004	10 %
1904.....	908.439	35.959.471\$300	2.959.696\$598	12 7/32	6\$365	8 1/2 %
1905.....	896.618	27.330.994\$150	2.231.501\$849	15 57/64	7\$145	8 1/2 %
1906.....	1.057.354	29.398.507\$035	2.498.875\$098	16 3/16	4\$856	8 1/2 %
1907.....	1.132.386	27.158.799\$311	2.308.497\$944	15 7/32	3\$770	8 1/2 %
1908.....	950.798	20.672.011\$082	1.757.120\$942	15 6/32	3\$585	8 1/2 %
1909.....	931.151	22.731.481\$870	1.932.175\$959	15 5/32	4\$475	8 1/2 %
1910.....	744.050	24.562.222\$250	2.094.721\$202	16 15/64	6\$462	8 1/2 %
1911.....	648.638	30.141.107\$105	2.561.994\$104	16 7/64	7\$746	8 1/2 %
1912.....	613.457	39.470.193\$426	3.354.966\$426	16 5/32	8\$507	8 1/2 %
1913.....	757.706	29.481.187\$600	2.505.900\$496	16 7/64	6\$190	8 1/2 %
1914.....	745.708	21.213.811\$035	1.803.128\$588	14 51/64	4\$701	8 1/2 %
1915.....	1.179.731	34.391.959\$705	2.927.316\$575	12 9/16	4\$933	8 1/2 %
1916.....	745.245	28.967.090\$188	2.442.202\$666	12 1/16	6\$504	8 %
1917.....	778.189	25.807.663\$200	2.064.533\$056	12 53/64	6\$592	8 %
1918.....	585.320	43.294.689\$875	1.731.787\$595	13 d.	6\$065	8 %
1919.....	973.648	84.216.082\$690	6.196.690\$597	14 17/32	12\$432	8 %
1920.....	899.753	49.857.170\$050	4.294.580\$431	14 37/64	10\$103	8 %
1921.....	1.087.050	56.563.619\$440	7.231.239\$161	8 23/64	10\$723	8 %
1922.....	958.423	71.306.818\$760	7.188.187\$491	7 15/64	16\$598	8 %
1923.....	955.757	114.490.878\$000	10.868.995\$749	5 27/64	21\$050	8 %
1924.....	1.097.022	197.464.101\$000	15.797.268\$932	6 d.	29\$275	8 %
1925.....	1.028.114	185.060.391\$000	15.797.828\$929	6 6/32	32\$461	8 %
1926.....	912.248	137.149.767\$800	10.713.000\$100	1 13/64	24\$740	8 %

vitáveis reflexos sobre o prestígio do Estado. Demais demonstrado como está, pela experiência mais que secular, que o sólo e o clima do vale do Paraíba e seus afluentes são perfeitamente apropriados ao desenvolvimento e produção do cafeeiro e que a decadência da sua cultura nesta zona, proveio, por um lado, do brusco escasseamento dos braços e, por outro da impossibilidade material em que ficaram os proprietários cafeicultores para atender as exigências fisiológicas da preciosa planta, é bem de ver que, removidas estas causas, desaparecerão os efeitos.

A exuberância com que o cafeeiro se desenvolve e produz nas terras de matas virgens e o natural insucesso de plantações em terrenos já gastos por anteriores culturas, criou em muitos agricultores, pouco confiantes nos ensinamentos da agronomia, o preconceito de que o cafeeiro somente prospera e remunera quando plantado em "derribada nova", isto é, em terreno de mata virgem. Os fatos provam, porém o contrário, todos os dias, aos que, sem mesmo pensar que a videira e a oliveira, por exemplo, se plantam e replantam, há milhares de anos, nos mesmos terrenos, observam o pujança dos cafeeiros que vegetam nos terreiros de modestas palhoças e aos quais, como único cuidado se dão os detritos orgânicos, as varreduras da casa, atiradas sobre a área de suas raízes, livres estas da concorrência de ervas daninhas.

COMO RESOLVER O PROBLEMA

Ao Estado, cuja riqueza está sendo profundamente abalada pela decadência da lavoura cafeeira, se impõem duas providências essenciais e urgentes: a primeira consiste na organização criteriosa do repovoamento da região, pela colonização, promovendo e estimulando a criação da pequena propriedade, meio o mais adequado para o desenvolvimento eficaz da cultura intensiva, que o cafeeiro reclama nas terras cançadas; a segunda está na criação do ensino técnico por

meio de campos de demonstração, de agrônomos ambulantes, reconhecidamente idôneos, para ensinarem e erigirem o replantio das terras dos antigos cafezais.

Sob o regime da pequena propriedade, a harmonia da agricultura com a pecuária se dá naturalmente, em proveito do desenvolvimento mais ou menos intensivo de ambas.

Para o caso fluminense, há ainda a notar a circunstância de estar a zona do Paraíba a poucas horas da Capital Federal, servida por estradas de ferro e já algumas de automóveis, resultando dêste fato uma situação privilegiada, não só para a importação de fertilizantes como para a exportação de seus produtos.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ORÇAMENTOS DA RECEITA
DO RIO DE JANEIRO, DE 1880 A 1926, COM A DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS
LANÇADOS SOBRE O CAFÉ**

ANOS	Receita geral orçãdo	Imposto orçado sobre o café	Taxa do imposto	Porcentagem da receita do imposto sobre a receita geral
1880	4.636.710\$390	2.422.500\$000	8 %	52%
1881	6.259.184\$104	2.429.203\$000	>	38%
1882	6.533.648\$439	2.479.317\$780	>	37%
1883	6.200.541\$598	2.283.612\$000	>	35%
1884	6.339.820\$609	2.005.347\$000	>	31%
1885	5.880.418\$490	2.051.361\$700	>	34%
1886	6.017.117\$060	2.148.497\$640	>	35%
1887	4.399.256\$284	2.290.118\$580	>	52%
1888	4.729.813\$388	2.057.387\$061	>	43%
1889	4.778.900\$449	2.150.000\$000	>	44%
1890	—	—	—	Sem anais
1891	10.700.000\$000	7.000.000\$000	11 %	65%
1892	9.629.888\$000	6.836.000\$000	>	70%
1895	11.852.870\$000	8.300.000\$000	>	70%
1894	12.547.138\$000	8.689.188\$000	7 %	60%
1895	13.675.284\$296	9.914.917\$895	11 %	72%
1896	15.118.039\$000	10.677.186\$000	>	70%
1897	15.530.774\$160	11.268.952\$000	>	72%
1898	15.149.955\$000	8.000.000\$000	10 %	52%
1899	13.223.436\$286	6.800.000\$000	>	52%
1900	10.498.698\$240	6.720.000\$000	>	64%
1901	11.837.766\$240	6.800.000\$000	>	57%
1902	7.882.406\$672	4.000.000\$000	>	50%
1903	8.834.415\$422	3.972.386\$610	>	44%
1904	8.212.761\$662	2.870.049\$510	8 ½	34%
1905	7.963.291\$857	2.404.365\$700	>	3 %
1906	8.162.802\$957	2.500.000\$000	>	30%
1907	8.026.152\$499	2.422.467\$452	>	30%
1908	7.964.610\$120	2.346.224\$297	>	29%
1909	9.052.772\$478	2.188.163\$994	>	24%
1910	8.037.480\$599	2.183.163\$994	>	27%
1911	9.045.527\$036	2.799.900\$000	>	30%
1912	9.416.991\$380	2.856.000\$000	>	30%
1913	11.983.184\$104	3.018.350\$000	>	26%
1914	11.434.538\$443	2.110.000\$000	>	18%
1915	12.227.279\$609	2.790.950\$000	>	14%
1916	12.101.916\$139	2.040.000\$000	8 %	16%
1917	13.261.508\$497	2.382.549\$277	>	18%
1918	14.446.438\$459	2.232.558\$446	>	15%
1919	14.883.722\$291	2.424.746\$550	>	16%
1920	17.727.347\$381	3.812.289\$060	>	34%
1921	20.187.860\$048	4.567.730\$048	>	22%
1922	21.812.311\$859	6.079.233\$086	>	27%
1923	26.830.146\$000	7.500.000\$000	>	27%
1924	33.907.219\$200	12.000.000\$000	>	35%
1925	35.918.944\$000	13.000.000\$000	>	36%
1926	40.587.004\$000	13.500.000\$000	>	38%

Mas, procurar est' mular e restaurar a cultura cafeeira no vale do Paraíba, como em qualquer outra parte, parece e é, de fato, uma flagrante contradição com a política de limitação da exportação do café, adotada pelos governos interessados no comércio dêste produto.

Valorizar um produto não é elevar o seu preço á custa da desvalorização da moeda em que é pago, mas aumentar a diferença entre o custo porque é produzido e aquelle porque é vendido, diferença que, em igualdade de circunstâncias, aproveita tanto mais ao produtor quanto maior é o valor aquisitivo da moeda com que se realizam as operações.

O Brasil tem tão grande supremacia na produção mundial do café, que poderia monopolizar de modo quasi absoluto o seu comércio, tais as vantagens de que dispõe sobre seus concorrentes para produzi-lo.

A política porém, de reduzir as ofertas para manter artificialmente a alta do gênero, não só estimula a produção daqueles concorrentes, como desanima o produtor nacional, obrigado a guardar seu produto para mandá-lo ao mercado por exiguas parcelas, reduzido dest' arte ao suppl-

cio de ver suas tulhas cheias, sem poder, a não ser, talvez, com onus insuportáveis, obter dinheiro para as suas despesas normais.

A solução do problema que tanto interessa ao agricultor como ao Estado, não pôde ser dada por essas formulas especiosas, por esses alvitre arbitrários, que, aproveitando a bem poucos, sacrificam a grande maioria dos interessados.

INFLUÊNCIA DA LAVOURA CAFEEIRA NA VIDA ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO

A situação econômica e financeira do Rio de Janeiro, está e tem estado sempre ligada á situação da sua lavoura cafeeira e á prosperidade do comércio de café. Foi sob o influxo da sedutora lavoura que as fazendas se foram montando por toda a região da Serra do Mar, no vale do Paraíba e seus afluentes. Fundaram-se grandes estabelecimentos rurais, nos quais o aspecto por vezes imponente e grandioso das construções senhoris era completado por luxuosas instalações internas. As fortunas se multiplicaram, mercê da colaboração dos escravos, cuja população era, em 1873, de 301.352, e ainda em 1882, de 273.551.

A Província cobrando sobre o preço de venda do café no mercado da capital, apenas 4 %, tirava d'êste imposto de 50 % a 50 % de sua renda total e ás vezes um pouco mais. O Estado, exagerando o sistema financeiro da Província, elevou o imposto desde logo a 11 %, baixando depois a 10, 8 $\frac{1}{2}$ e 8 %, sobrecarregando êste ultimo, desde 1907, com a sobre-taxa de três francos por saca exportada para o exterior do país, taxa criada pelo convenio de Taubaté.

As rendas do Estado provenientes dos impostos sobre o café, dependendo, por um lado da quantidade de sacas exportadas e, portanto, dos preços do mercado de exportação e representando esta renda, na melhor hipótese, cerca de 40 % do total dos impostos arrecadados, é bem de ver quão grande deve ser a influencia da lavoura cafeeira na vida econômica e na situação financeira do Estado, que, a bem da propria existência, precisa, sem perda de tempo, enfrentar e resolver o problema que a situação lhe criou.

INFLUÊNCIA DA LAVOURA NA VIDA SOCIAL DO ESTADO

Como na vida econômica, a lavoura cafeeira teve e tem tido uma grande influencia na vida social do Estado do Rio de Janeiro.

Com a prosperidade e o desenvolvimento daquela no vale do Paraíba e serras adjacentes, foi esta região procurada por homens de iniciativa e trabalhadores, muitos de Minas Gerais, que ali se instalando com suas famílias, criaram os núcleos que mais tarde se transformaram em florescentes cidades. Prosperavam as lavouras e com elas seus proprietários. Muitas fortunas se foram fazendo e delas, não poucas, bem consideráveis.

Os meios de transportes eram dilíceis; as comunicações e o intercambio comercial com a capital do país faziam-se pelo porto de Iguassú, até onde iam as tropas deixar o café e outros produtos e receber as utilidades necessárias á região. Esta situação, tornando de algum modo difficil o contacto frequente dos grandes proprietários com o aulicismo da capital, concorreu, sem dúvida, muito eficazmente, para formar o caracter moral daqueles, entre os quais se encontravam homens de muita cultura e de grande respeitabilidade. Foram êstes homens que, independentemente pecuniariamente, mercê da prosperidade de suas lavouras e dotados de qualidades de caracter, cuja solidez e autoridade lhes davam grande prestígio, mesmo na Côrte, deram ao Rio de Janeiro a indiscutível hegemonia de que gozou no antigo regime.

VASSOURAS

Entre as cidades que mais floresceram no período aureo da lavoura de café e cuja decadência rapidamente se acentuou com o declínio desta lavoura, citarei Vassouras, que pode-se dizer, foi o centro intelectual e econômico da região paraibana, a julgar pelas crônicas entusiastas e perfeitamente documentadas de que tem sido objeto. Foram os grandes proprietários rurais, varões cujo patriotismo e espirito progressista tão alto levaram seus nomes, que decidiram a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, custeando de seu bolso os primeiros estudos e concorrendo com capitais para a sua realização.

As referidas crônicas mostram que, não só os interesses materiais preocupavam êstes cidadãos, mas, também, os de ordem moral e política, nos quais sua colaboração foi sempre ativa, tendo tido frequentes vezes de pôr em alto relevo seus sentimentos de patriotismo, seu espirito liberal, com ardor e sobranceira, deixando aos pósteros assinaladas lições de civismo. Com raras exceções, no antigo regime, foram proprietários rurais, "fazendeiros de café", os estadistas que fizeram e consolidaram o prestígio do Rio de Janeiro. A política nacional esteve por vezes em suas mãos e segundo relatos que chegaram até nós, nas mesas de voltarete, em Vassouras, fizeram-se e desfizeram-se ministerios.

Eis aí a influencia que a lavoura cafeeira exerceu na vida econômica e social do Rio de Janeiro. Oxalá os governos de hoje, apreciando o valor desta influencia no passado, procurem restabelece-la para o futuro, certos de que, sómente a riqueza e a prosperidade material e moral garantem aos povos o verdadeiro prestígio. Para o Rio de Janeiro êste prestígio foi uma realidade enquanto durou a prosperidade de sua lavoura cafeeira.

O fator transporte e a lavoura cafeeira no Espírito Santo

MOACIR MONTEIRO AVIDOS

Ao lado dos fatores braço operário, instrução agrônômica e taxa de desconto dos Bancos, a questão de transporte é inegavelmente elemento primordial e do mais elevado destaque para qualquer gênero de indústria, e, no Espírito Santo como em todo o Brasil, os seus efeitos são sentidos com a clareza evidente que sua grande importância acentua todos os dias.

No que diz respeito á taxa de desconto dos Bancos, elemento da mais alta consideração, que grava todos os grandes industriais e produtores, está o governo brasileiro dando o mais decisivo passo no sentido de amenizar-lhe as penosas consequências para a indústria indígena, promovendo a efetiva estabilização da nossa moeda, que, uma vez consumada, virá deixar-nos em condições de desfrutar as mesmas vantagens que o estrangeiro possui, pelo fato conhecido da confiança que, estabelecida, permitirá ao dinheiro de além mar a entrada franca em nosso país, com a concorrência natural, as taxas de descontos baixarem e usufruirmos as que são hoje correntes nos países da Europa e na America do Norte.

Aos demais fatores diretamente ligados ao custo da produção compete a iniciativa propriamente dos governos estaduais e, o patriotismo dêles deve visar sempre êsses pontos, como o mais seguro meio de garantir uma estabilidade duradoura para qualquer produto, para as riquezas criadas pelo homem em seu território.

Com efeito, seja qual fôr o gênero de atividade produtiva, a concorrência já é hoje enorme, e, portanto, o elemento básico do triunfo é produzir barato; se possível mais barato, que os concorrentes, para, dêsse modo, poder haver efetividade de riqueza. A política de defesa do café, tão sabiamente organizada pelos beneméritos estadistas de São Paulo, protegendo o preço de nosso principal produto contra as oscilações bruscas a que se achava sujeito, evitando, assim, as desastrosas crises que delas era a consequência, se baseia fatalmente no custo da produção do café e está naturalmente ligada ao valor dêste, que não pôde deixar de ser comparado ao custo da produção de nossos concorrentes estrangeiros.

O fator operário e a questão da instrução, que em S. Paulo têm a prova do seu valor, não estão no Espírito Santo á altura do desejável, embora se venha fazendo muito no Estado em seu favor. Basta considerar que em 1920, o Espírito Santo exportava uma percentagem de bons cafés bem inferior a que hoje se verifica, para se têr uma idéia dêsse trabalho.

Com relação ao transporte, entretanto, é notável o desenvolvimento que tem tido o

Estado do Espírito Santo, e êsse desenvolvimento é tanto mais digno de nota, quanto são desfavoráveis as suas condições geográficas, apresentando a mais variada topografia, nos dois terços Sul e Centro de seu território, com suas serras escarpadas e abruptas, com seus rios encachoeirados e de pequeno volume d'agua, dificultando o seu eficaz aproveitamento como meio de transporte.

O terço do Norte do Estado, compreendido entre o rio Doce e sua fronteira com a Baía, que, até bem pouco tempo, trazia nos mapas a menção de terrenos desconhecidos, é a que apresenta melhores condições, para permitir a expectativa feliz da possibilidade de excelentes condições para meios de transporte.

A despeito, entretanto, dessa situação natural hostil, os últimos vinte anos têm sido excessivamente fecundos para o Espírito Santo, que com um território de 41.000 qui ometros quadrados aproximadamente, apresenta-se cortado por estradas de ferro com a extensão total de cerca de 800 quilômetros, dos quais boa parte foi inicialmente construída pelo governo estadual, e cerca de 150 quilômetros ainda são de sua propriedade e por êle explorados.

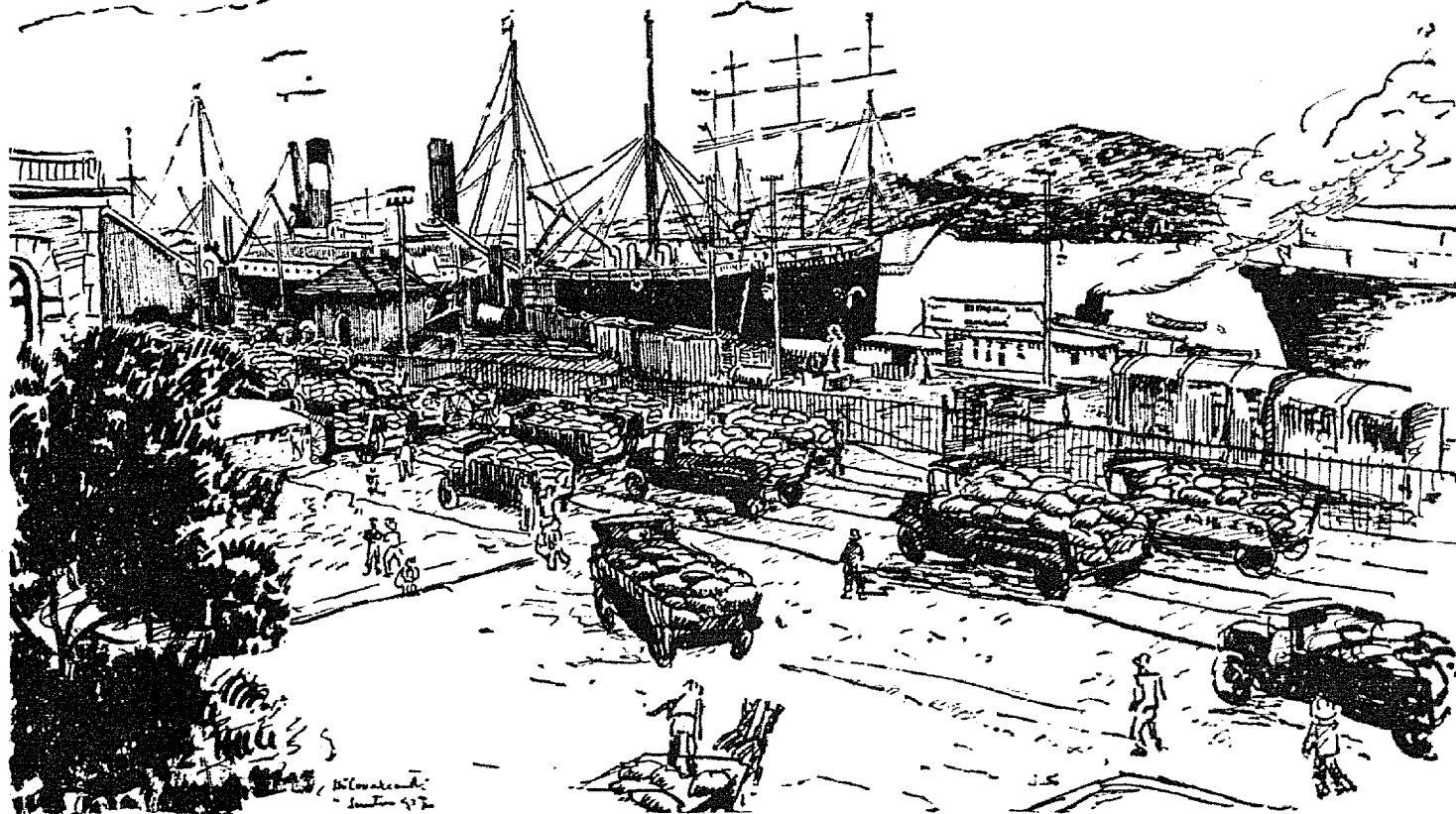
A partir do benemérito governo do senador Bernardino Monteiro, que teve a noção clara de que no Espírito Santo a viação do futuro era, por excelência, por estradas de rodagem, êste meio de transporte foi extraordinariamente incrementado e tem sido objeto da atenção de todas as administrações posteriores. Com efeito, o nosso problema de transporte, que se apresenta para distâncias geralmente pequenas e zonas que, sendo topograficamente diversas, são isoladamente reduzidas e de não muito grande capacidade produtiva, tem na estrada de rodagem o unico meio positivo de transporte econômico. Esta conclusão lógica, tem tido, no Espírito Santo a confirmação eloquente da experiência real.

O Estado do Espírito Santo apresenta hoje uma rede de 500 quilômetros de boas estradas de automóveis, além de uma grande rede de caminhos carroçáveis, cabendo notar que ela tem sido construída de 1918 a esta parte e que 350 quilômetros foram efetivados após 1921.

Dentro dessa apreciável rede, é animador o resultado a que atingiu, nos últimos anos, a estrada de Santa Leopoldina a Santa Thereza, com uma extensão de 30 quilômetros, hoje completamente macadamizada, tráfegada, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, sem interrupção, por caminhões de 5 toneladas de capacidade útil, e pela qual transitam cerca de 100 mil sacas de café por ano. Acresce a circunstância de ligar essa estrada pontos de notável

COMO SE FAZIA OUTRORA O EMBARQUE
DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS

(Ilustração de Di Cavalcanti)





diferença altimétrica (650 ms.) sitos em bacias diversas, desenvolvendo-se ela pelas abruptas encostas das altaneiras serras divisoras das duas vertentes. Por outro lado, continúa o Espírito Santo a amparar o serviço de navegação fluvial e o marítimo de pequena cabotagem, fazendo-os por conta própria ou subvencionando terceiros que os executam. Elevam-se a cerca de 300 quilômetros as linhas fluviais regulares no Espírito Santo, as quais, como ninguém ignora, proporcionam ás zonas a que servem o mais favorável meio de transporte quanto á economia, não podendo, entretanto, até agora, atender ás condições de presteza e de conforto que são para desejar.

A navegação do Rio Doce é um serviço ao qual a administração do Estado tem dado o devido valôr, fazendo-a por sua conta exclusiva; a do Rio Santa Maria, de Santa Leopoldina a Vitória, presta a uma parte do café espirito-santense uma valiosa colaboração, cabendo destacar que o preço de transporte fluvial do café de Santa Leopoldina a Vitória é de cerca de 25\$000 por tonelada, para um percurso de cerca de 50 quilômetros, o que é baratíssimo.

Ainda na atualidade se faz, em alguns pontos do Estado, o transporte do café em tropa, que o onera sobremodo com um frête exaustivo. Continuando, porém, o Espírito Santo com a orientação que tem sido seguida pelos seus três últimos govêrnos, dentro de cinco anos terá a fortuna de minorar acentuadamente o onus do transporte sobre o seu precioso produto.

O plano do atual govêrno do Estado, no que diz respeito a transporte, se concretiza na

Estrada de Ferro do Litoral, que, destinada a ligar Vitória ao Sul do Espírito Santo, pelo seu traçado magnífico e pelas suas excelentes condições técnicas, irá permitir uma diminuição de mais de 2\$000 para a saca de café do sul do Estado que se destinar a Vitória; na Estrada do Norte do Rio Doce, que, com a monumental ponte sobre êsse Rio, em Colatina, de 684 metros de comprimento a lhe dar ingresso na Estrada Vitória a Minas, abrirá um novo campo de transporte para nosso Estado; e, por fim, no Porto de Vitória, que, como coração e cérebro dêsse valioso sistema, virá, com seu aparelhamento moderno, diminuir ainda mais o custo do fator transporte.

O Porto de Vitória, por onde passa mais de um milhão de sacas de café anualmente, tem, como obra complementar, a ponte ligando-o ás Estradas de Ferro, a qual suprimirá a baldeação a que grande parte dêsse produto está sujeita, com apreciável economia para o seu transporte. Hoje, o preço do transporte de uma saca de café, das estações ferro-viárias até o vapor em que deve ser exportada, é de cerca de 600 réis, sendo possível uma redução nesse preço de mais de 50 por cento de seu atual valor, uma vez concluidos os serviços do Porto e da ponte.

Dado o grande valor do café, o transporte não tem, naturalmente, sobre êle, a influência decisiva que possui sobre outros produtos, mas inevitavelmente não se pôde desprezá-la, sobretudo considerando que seu gravame é permanente e irremediável. Por conseguinte, louvemos todas as iniciativas em favor do nosso grande produto, dentre as quais se destaca a que se liga, de qualquer fôrma, com a questão do transporte.

A política do café em São Paulo

L. ZACHARIAS DE LIMA

OS TRÊS FATORES

As qualidades peculiares do solo e clima de São Paulo á cultura do café não teriam tido o maravilhoso aproveitamento de que se orgulha a mais diligente das unidades da República Brasileira, sem o concurso de três outros fatores, a saber:—a iniciativa particular dos paulistas na construção das suas grandes rêdes de estradas de ferro, o comércio comissário de Santos com as suas funções capitalistas de fornecedor de custêio á lavoura, e a imigração estrangeira.

INICIATIVA PARTICULAR

A iniciativa no sentido da viação férrea foi despertada por um eminente filho de outra região, Saldanha Marinho, quando presidente da então província; mas os paulistas acolheram tão cheios de animo a idéa e tal ardor puzeram em sua realização que, ao estenderem trilhos pelas zonas já formadas para a época, aí se não detiveram e os foram levando ás zonas virgens ou pouco menos do que isso. Aí deram maior intensificação ao trabalho; aquí abriram novas fontes para a produção; e lá e cá prepararam condições propicias ás correntes imigratórias, que mais tarde lhes trariam a sua colaboração fecunda.

COMISSARIADO

A organização comissária, êles a vazaram em moldes de pasmosa simplicidade, mas que tinha a virtude de se ajustar aos seus costumes de então; ao fito do lucro mesclaram êles uma forte dóse do sentimentalismo das relações de família, do viver patriarcal que levavam. O comissário não se limitou a ser o comerciante incumbido da venda do café do fazendeiro e o seu fornecedor de capitais; era também o mentor, o parente ou amigo mais avisado, que lhe impunha moderação nas despesas, sofreavalle a audacia nos cometimentos, e o assistia em suma nas principais emergencias da vida com os seus conselhos, os seus recursos, o seu prestigio e as suas relações pessoais. Achou-se assim a classe comissária investida das funções, que por muito tempo manteve, de reguladora da atividade dos lavradores, disciplinando-a na exploração das lavouras existentes e estabelecendo-lhe a justa medida na expansão de novas culturas.

SUAS PRAXES

Como compensação, porém, ou talvez como necessidade de tais funções, o comércio comissario criou para seu uso praxes, de que em seu crepusculo ainda não abriu mão, em virtude

das quais lhe ficou reservada ação discrecionária e exorbitante nos desempenhos de sua incumbência. E' assim que o comissário desiste aparentemente de cobrar do comitente umas tantas despesas da comissão como sejam as de substituição de sacaria e outras decorrentes de armazenamento prolongado da mercadoria—e prolongado quasi sempre a pedido do comitente—e mais os juros de outras, como sejam as de fretes, carros, etc., o que quer dizer que destes e daquelas vem êle a resarcir-se nas contas de venda, encoberto e sem distinção entre os comitentes, vindo uns, em regra os menos folgados ou mais dependentes, a pagar despesas que se fizeram em beneficio de outros. E' assim também que êle estabelece para o carroto e para a sacaria com que entrega o produto ao exportador, valores lixos e superiores ao custo real; bem como engloba nas vendas que efetua, cafés de comitentes diversos, com caldeação ou sem ela, e faz para cada grupo a cotação que em seu arbitrio entende mais acertada ou que melhor corresponda a conveniências varias, entre as quais se include, quasi sempre, o maior ou menor empenho de sua parte na conservação do comitente. E' assim ainda que a venda do café por parte do comissário constitue uma operação esotérica, na qual ao comitente não é dado iniciar-se: para êste a conta de venda que aquele lhe apresenta, tem de ser um "evangelho".

CONSEQUÊNCIAS

Destas praxes deviam resultar: para o comissário, menor estímulo na resistência ao exportador, porque a vendagem do café já lhe assegura lucros fixos, de ordinário mais apreciáveis que a percentagem da comissão, encontrando-se o seu principal interesse em vender quanto mais café e não em vendê-lo pelo melhor preço possível; e para o lavrador, tendencia a afastar-se ou a prescindir do comissario, motivada pelo reconhecimento da facilidade com que êste poderá aumentar lucros abusando de sua confiança. Temos aí duas causas de influencia perniciosissima no comércio de café, mas que em tempos de outr'ora quasi não se faziam sentir, porque lavradores e comissários eram velhos conhecidos, transmitindo-se as relações de pais a filhos, e também porque a nossa produção, muitissimo menos volumosa, não abalava as cotações, que nos vinham de outros mercados, e muito menos decidiam da sorte destas, como passou a succeder nêstes últimos 21 anos.

As extinguir-se a escravidão não havia de ser difficil atrair para um meio assim adaptado ao trabalho as correntes emigratórias de outros países; e, como efeito, elas aqui aportaram, proporcionando á lavoura braços em demasia para as suas necessidades reais e que não de-

viam ser ultrapassadas, uma vez que não se cogitava de ensaiar em larga escala a cultura distinta de outros produtos.

EXCESSO DE PRODUÇÃO

Mal se acentuava a corrente imigratória, uma alta nos preços do café levada artificialmente ao exagero por uma progressiva e formidável depreciação de nossa moeda, originou expansões febris na sua cultura, sem que quasi ninguém manifestasse a mais leve preocupação quanto á capacidade absorvente do consumo. Não era cogitação esta para os lavradores, cujos conhecimentos na generalidade não iam além das suas plantações de café; não o foi para os nossos comissários, presos ás normas de um comércio primitivo e desprovidos de elementos para uma ação no exterior, aliás para elles inacessível; nem tão pouco o chegou a ser para os nossos governantes, empolgados pelos problemas de ordem política e das finanças periclitantes dos tesouros publicos.

Quando os novos cafezais entraram a produzir, denunciou-se, como era inevitável, o desequilíbrio entre a produção e o consumo, por superabundância da queda, trazendo como consequência a baixa de preços. Manifestando-se a crise nos primeiros meses do ano de 1896, não tardou ela em tomar tremendo aspecto, e veio se prolongando pelos anos adeante, quasi diria eu, até agora, tão rapidos têm sido para o café os surtos de cotações realmente favoráveis, isto é, de cotações realmente correspondentes ás posições estatísticas do produto em face do consumo. Em reacção contra ela não se assinou a resistência comercial da praça de Santos, nem nos dez primeiros anos a interferência official dos poderes publicos.

O CONFLITO

Do comércio comissário, garantido e contentado com os ganhos fixos de seu negócio, não era mesmo licito esperar-se os esforços supremos exigidos por uma luta desigual. Além disto, invadida como fôra a lavoura por elementos novos, muitos d'elles vindos de outros estados, afrouxados estavam os laços entre o comércio comissário, por falta de confiança pessoal que prendia antes os primitivos membros de uma e outra classes.

Nem seriam possíveis ao comércio comissário aqueles supremos esforços, ou uma resistência constante e tenaz. O exportador penetrará pelo interior a fazer compras directas aos lavradores, e fôra além na sua invasão intelligente, instalando em vários pontos agências de compras, as quais manteve até a ocorrência da grande geadada de 1918—e está em via de restabelecer — sem que da lavoura partisse mais o mínimo sinal de apreensão ou de desgosto, e ao contrário com vivos aplausos dela, que se tais agências via um beneficio que se lhe fazia: só os comissários parecem ter a intuição do perigo, demonstrando-o por um movimento platónico de hostilidade a êsses atravessadores de seu negócio. Assim abertas as portas das tu-

lhas ao exportador, a resistência do comissário em Santos seria de então em diante loucura ou suicidio.

PALIATIVOS

A um ruído movimento da lavoura de 1898 a 1899, quis o governo do Estado acudir com o paliativo de uma reforma do Banco Hipotecário, da qual nenhum proveito appareceu, entrando o Banco logo depois em liquidação, e mais tarde surgiu ainda o poder público com um imposto proibitivo das novas plantações de café a cobrar-se a partir do exercício de 1903. E' só.

Do governo federal, nenhum amparo a lavoura recebeu, e ao contrário novas agonias elle lhe criou. Sobre a lavoura lançou o anátema a política financeira do ministro Murinho no governo Campos Sales, por *haver elle produzido demais, e, embora reconhecesse que a especulação estrangeira não lhe pagava pelo produto o preço justo que deveria resultar da relação entre a produção e o consumo, mas a trazia confinada com a ruína, pagando-lhe o estritamente indispensável para que ella não morresse e com ella a fonte de seus lucros régios, o governo federal fez mais do que abandoná-la — promoveu com immenso sacrificio dela a valorisação da moeda, dando ao mundo o espectáculo de uma nação que mais parecia enriquecer-se, quanto mais se afundava na miseria a classe que fornecia o produto com que se obtinha em maior abundância o ouro para a valorisação da moeda do país.*

O ESBULHO

Com a continuidade desta política, no curtissimo período de pouco mais de uma década, a contar do inicio da fase das grandes plantações de café no Estado, milhares de olhos brasileiros tiveram de regar com as suas lagrimas as preciosas arvores que passavam á posse do colono estrangeiro, porque êste, habituado á vida frugalissima para assegurar a qual lhe bastavam os cereais que cultivava, podia eferecer ao especulador a resistência de que o proprietário nacional não era capaz. E enquanto o colono estrangeiro não se refazia da surpresa de uma fortuna que lhe chegava tão cedo como nunca sonhára, todo o resto do país, de norte a sul e de léste a oeste, rejubilava-se pelo inesperado tambem de uma fortuna que lhe surgia numa moeda valorizada sem o concurso de sceu trabalho e da sua produção. Com um pouco menos de valor a essa moeda e com algum auxilio áquella lavoura se obteriam finanças mais sãs e patriotismo mais puro.

INTERVENÇÃO TIBIRIÇA'

Fazia a lavoura o trajéto de seu calvário, quando a perspectiva de uma safra excepcionalmente abundante nos cafezais do Estado alarmou os seus homens de governo, á frente do qual se achava o então doutor Jorge Tibiriçá. Não hesitou o illustre presidente e, de posse de minuciosos estudos a que, por incumbência

sua, procedera da maneira a mais completa em outros países produtores o dr. Francisco Ferreira Ramos, decidiu-se por uma intervenção oficial nos mercados internos, para afastar a massa de café que devesse exceder ás necessidades do comércio estrangeiro.

Para este fim solicitou êle o comparecimento dos dignos presidentes dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro á cidade de Taubaté, para aí combinarem uma ação conjunta. Formou-se então o chamado Convenio de Taubaté, no qual por proposta do presidente do Rio, Nilo Peçanha, acordou-se também pleitear a estabilidade do valor da moeda por meio de uma Caixa de Conversão, á imitação da que fôra instalada na República Argentina.

A novidade dessa Caixa alienou as simpatias do govêrno federal, com as quais contavam os tres presidentes para obtenção do empréstimo externo de que necessitavam para a intervenção. Não obstante o retraimento do govêrno federal e o abandono em que logo depois o deixaram os dois outros presidentes, não trepidou o sr. Jorge Tibiriçá e, num lance de audácia correspondente á gravidade do momento, ingressou sózinho no mercado, comprando café com os recursos que a todo o custo podia obter, sem embargo da situação delicadissima em que ia colocando as finanças do Estado, e de lhe comprometer o futuro.

Apurado que o volume da safra excedia de muito aos calculos já elevados que dela se faziam, chegou a vez de sobresaltos aos mercados estrangeiros, ante a hipótese de não poder o govêrno de São Paulo sustentar o formidável estoque de oito milhões de sacas que formára com as compras que fizera. A êsse tempo já o govêrno federal se compenetrára do perigo que havia para o país em deixar o Estado de S. Paulo isolado na campanha em que se metera, e aquiescia em lhe conceder o endosso solicitado para um empréstimo externo de quinze milhões esterlinos, sob garantia daquela massa de café.

O EMPRESTIMO

O empréstimo com effeito se realizou, e no respectivo contrácto tomaram-se as maiores precauções para que o café dos estoques apenados, para não se perturbar o regular funcionamento dos mercados, só pudesse entrar no giro comercial paulatinamente, no largo período de alguns anos, confiando-se a administração desses estoques a um comité de sete membros, dos quais um indicado pelo govêrno de São Paulo.

E assim foi transposto o abísimo mais fundo que jamais se abriu na prolongada crise do café.

A solução dada pelo govêrno de S. Paulo não agradou a todo o mundo. No país teve ela opositores varios, uns por paixão política, outros por quasi nenhum estudo da questão, um ou outro pela ambição de numa derrocada se tornarem possuidores, por infimos preços, de boas fazendas cafeiras que, julgada a crise com o abandono de muitas outras, passariam a representar grandes fortunas, e outros

ainda por intransigência com a Caixa de Conversão, sendo êstes os mais exaltados e dividindo-se em duas categorias, a dos adeptos ferrosos de doutrinas financeiras contrárias, a dos prejudicados nos interesses que tinham na alta do câmbio.

No estrangeiro houve também fortes interesses chocados pela solução alcançada pelo govêrno de S. Paulo, e a campanha que contra ela se moveu, atingiu a tão alto gráo de violência, que em França órgão da imprensa houve, que não duvidou reputar o empréstimo e a sua garantia um logro aos prestamistas, e pedir para os membros do "Comité" com residência no país as penas com que o Código Penal Francês pune os crimes de estelionato e abuso de confiança. Consulte-se a coleção do "Jornal do Comércio" da época, e nela se encontrarão transcrições do jornal "L'Éclair", do Havre, neste têôr.

CAVALO DE TROIA

E sirva esta referência para esfriar o entusiasmo com que estão sendo citadas muitas das adesões que ao atual processo de defesa do café têm vindo do estrangeiro, dos centros que por ela deveriam estar sendo contrariados. Bela oportunidade para lembrar-se o sábio aviso que o poeta latino põe na bóca do sacerdote de Troia, a proposito do celebre cavallo: — "*Timeo Danaos et dona ferentes*" — eu temo os Gregos até quando êles nos trazem presentes.

Tranquilizados que foram os mercados externos quanto ao colossal volume da safra paulista de 1906, continuamos descuidados de regularizar as nossas expedições de café para a praça de Santos, como se fazia mistér em beneficio nosso e daqueles mercados.

Em geral entende-se — e isto vem mostrar a ligeireza com que passamos sobre o assunto — que, precipitando as nossas remessas de café, fazemos sempre jogo de favor aos mercados externos. Será assim, se aqueles mercados estiverem desfalcados da mercadoria, e não houver conveniência para êles em formar estoques, mesmo a preços legítimos, como succede agora.

Se, porém, se acharem êles bem abastecidos, a nossa pressa irá molestá-los, determinando, pelo excesso de ofertas, uma baixa de preços que os irá prejudicar, sem nos causar muitas vezes maior dano. Por exemplo, uma grande safra nos habilita a fazer concessões em preços, mas êles não poderão baixar os seus em relação aos estoques existentes sem perda pelo menos de lucros previstos, quando não seja de juros e até de capital.

Se ao precipitarmos as nossas remessas, êles nos respondem com fortes baixas nas cotações, não fazem mais do que defender-se, advertindo-nos e ameaçando-nos: — "Vocês sabem que nós não dispomos, no movimento normal de nosso comércio, de capital que chegue para pagar-lhes todo o café que vocês á força nos querem vender. Contenham-se, portanto: agora, se insistirem, nós iremos buscar dinheiro onde houver, mas vocês nos hão de indenizar

caro de todas as despesas e de todos os incômodos”.

Nestas condições, pois, as remessas precipitadas de café para os nossos mercados são golpes que desferimos contra os mercados externos, e que êles nos revidam em baixas violentas de cotações.

A prática de desejarmos toda uma safra em poucos meses nos nossos mercados era suportável em outras épocas, quando a produção paulista pouco pesava nos suprimentos mundiais, porque então a influência dos outros produtores, especialmente a America Central, superava de muito a nossa; mas, á medida que a produção paulista se foi levantando, manifestaram-se cada dia mais perniciosos os efeitos de tal prática, até assumirem as proporções de desastre, logo que São Paulo firmou a sua preponderância na produção e, portanto, tambem nos mercados.

REGULARIZAÇÃO DAS ENTRADAS

A regularização da descida de nosso café para o nosso grande empório, devia ser o complemento necessário e immediato das outras medidas tomadas pelo governo de S. Paulo para a defesa comercial desse produto, e a omissão de tal providência prejudicou gravemente, sem dúvida, os resultados daquela intervenção. E' até provável que o grande comércio estrangeiro houvesse visto no empréstimo dos 15 milhões uma operação de que êle especialmente auferiria os benefícios, pela convicção de que nós continuaríamos na prática das remessas precipitadas, e a êle tocava a vantagem de tranquilizar-se quanto ao volumoso estoque do governo, para enfrentar os nossos excessos de ofertas.

E assim succedeu: os preços que a seguir obtivemos para o nosso café não corresponderam em absoluto á posição estatística para êle conquistada pelo afastamento daquela colossal massa de nossa produção.

Após o decurso de algumas safras, tornou-se isto tão patente que o sr. Rodrigues Alves delibrou fixar ás estradas de ferro um limite para as entregas de café em Santos, deixando-as, porém, livres em S. Paulo.

Tão depressiva era naquela praça a influencia das entrega livres que essa medida simples da limitação começou logo a produzir resultados visíveis, não obstante o progressivo enfraquecimento do comércio commissário, tanto mais que teve ela a favorecê-la a sequência de safras pequenas, que vieram fírar ao especulador estrangeiro as vantagens de uma investida contra os pontos fracos do novo regime estabelecido, pontos fracos que existiam e o tornariam insustentável, mudadas que fossem as circunstâncias.

INTERVENÇÃO ALTINO

O sr. Altino Arantes, que succedeu ao sr. Rodrigues Alves no governo do Estado, não teve necessidade de experimentar por muito tempo os efeitos de semelhante regime. A grande guerra, suspendendo as atividade comerciais, determinou não só a compra de uma

grande partida de café pela França por via diplomática, como tambem uma segunda intervenção do governo de S. Paulo no comércio.

Com papel moeda fornecido pela União (110 mil contos) entrou o governo de S. Paulo no mercado, formando um grande estoque, de que veio a desfazer-se ainda ao tempo do sr. Altino Arantes, efetuando-se—quasi que de chofre, nos derradeiros dias de sua administração, a última venda de nada menos de tres e meio milhões de sacas.

O termo desta outra intervenção assinala tambem, pode-se dizer, o desaparecimento virtual do comércio commissário de Santos. O divórcio entre êste e a lavoura fôra agravado com a instalação de armazens gerais, que, de aparelhos auxiliares que deviam ser desse comércio, se inverteram, ou talvez melhor perverteram, em seus concorrentes e eliminadores, incrementando as vendas diretas por parte da lavoura ao comércio estrangeiro; e a nova intervenção official, muito prolongada como foi, desfechou-se o golpe de misericórdia, pois para vender café ao governo a preço taxado não precisava o lavrador de commissário.

A intervenção Tibiriçá, fazendo-se de fato em nome da salvação universal da economia cafeeira, não podia tomar outra fórma que não a de compras por parte do governo, pelas garantias que se fazia mistér oferecer no estrangeiro aos vários agrupamentos de interessados direta e indiretamente no comércio e na lavoura de café; a intervenção Altino, porém, reclamada simplesmente pela salvação nacional da nossa riqueza, tinha de preferir a fórma de empréstimos, para que de todo não paralisasse, como paralisou, a nossa ação comercial. E a prova da paralisação é que de então em diante, para a sustentação dos preços de café não mais se levou em conta a capacidade de resistência da praça de Santos, só se confiando e tudo se esperando da intervenção official; e hoje acredita-se na resistência por parte da lavoura com alguns milhões de sacas de café nos armazens reguladores, desde que se lhe forneçam recursos financeiros, mas não há animo de se conceder o mínimo aumento de café ás minguidas existências da praça de Santos, pela presunção de que ela o entregaria ao exportador, não obstante os recursos próprios de que dispõe, e outros que lhe poderiam ser facultados com muito mais facilidade do que aos lavradores.

A INTERVENÇÃO EPITACIO

Graças principalmente á geadá de 1918, que danificou profundamente os cafezais paulistas, e á terminação da guerra, saíram-se muito bem o governo do Estado e o federal do negócio que fizeram, partilhando lucros na importância aproximada de 140 mil contos: mas logo depois da sua liquidação, rigorosas restrições de crédito adotadas nos Estados Unidos, como medida de saneamento financeiro, provocaram a baixa nas cotações do café. Cumpria-nos de nossa parte um retratamento nas ofertas; disto, porém, não cogitamos, e a consequência foi que começámos por causar serios prejuizos ao comércio americano, e acabámos assistindo ao

descalabro de nossa fortuna pela entrega de nosso produto aos preços ínfimos que aquele e outros comércios nos quiseram pagar.

Interviu então o governo do sr. Epitácio Pessoa, e o fez comprando café a exemplo das intervenções anteriores. Para o nosso comércio já desfalecido a intervenção por essa forma não era mais um golpe que lhe fizesse mossa, mas atingia ao comércio estrangeiro, retardando-lhe a restauração ou reorganização após a guerra, quando todo nosso interesse consistia em apressa-la. Com efeito, formando um estoque de quatro milhões de sacas, o nosso governo desfalcava dessa considerável massa do produto os mercados e constituía uma formidável ameaça contra eles, que dum instante para outro poderiam ver-se abarrotados da mercadoria. O compromisso de vendas parceladas, assumido posteriormente pelo governo no contrato do empréstimo que contraiu, não removia de todo tal ameaça e, efetivamente, por um segundo acôrdo com os credores, já ao tempo do sr. Arthur Bernardes, foi todo aquele café vendido muito antes do prazo estipulado.

Essa venda antecipada do café do govêrno e a grande safra paulista de 1923—a primeira abundante depois da geada—animaram os mercados estrangeiros, sobretudo os europeus, ansiosos de se refazerem da paralização que a guerra lhes impuzera; e as cotações do café subiram de 12 centavos em julho de 1923 a 28 centavos em dezembro de 1924, sem que para a alta se houvesse demandado ás praças de Santos e Rio esforço de resistência.

ARMAZENS REGULADORES

Desafortunadamente não tivemos habilidade para tirar todo o proveito de tão vantajosa situação.

A pretexto de se regularizarem as entradas de café em Santos sem se privar aos lavradores de recursos financeiros, havíamos instalado em vários pontos de estradas de ferro armazens reguladores, onde se recebem todos os cafés despachados para daí irem saindo pouco a pouco na ordem de antiguidade dos despachos, e, na crença de que a alta dos preços se manteria com a escassez do produto nos nossos mercados, fomos restringindo as entradas até um mínimo exagerado, acabando por adotar como critério para as entradas de um mês a quantidade de sacas exportadas no mês anterior.

Os armazens foram instalados pelo govêrno federal, na presidência do sr. Bernardes, mas transferidos menos de dois anos depois ao govêrno de São Paulo, e êste, para complemento do plano de defesa, levantou logo no estrangeiro um empréstimo de trinta milhões de dolares, garantido com uma taxa de um mil réis ouro por saca de café transportada ou nas estradas de ferro de rodagem.

Entendeu-se que, com os armazens reguladores e com certa facilidade de crédito aos lavradores mediante a garantia dos conhecimentos do café despachado, estaria feita e tão desejada defesa comercial do nosso produto.

Este regime tem, porém, inumeros defeitos, a saber: 1.º—O armazem entrega ao mercado o café mais antigo e não o café preferido no momento, e daí decorre necessariamente uma certa restrição no comércio e consequentemente também no consumo; 2.º—Os lavradores são estimulados á precipitação nos despachos para não ficarem preteridos nas estradas, e, portanto, não se esmeram no preparo do produto; 3.º—Os cafés ficam longos meses fóra das vistas dos donos e dos consignatários, sob a guarda de funcionários do Instituto, isto é, entregues a entidade que não tem interesse direto na boa conservação, e de quem será difícil apurar-se responsabilidade por desídia, valendo isto por mais um motivo para que os lavradores não cuidem de melhorar a qualidade do produto que enviam para o mercado; 4.º—A redução das entradas e o limite fixo das existências ou suprimentos, tirando ao grande comércio internacional as possibilidades de desenvolver-se, tolheram de láto êste comércio de suas funções, suprimindo de junto dos consumidores o agente mais ativo e mais interessado com que podíamos contar para a expansão do consumo; 5.º—O armazem retém o café na sua descida para o mercado, mas pondo-o ao alcance do exportador, isto é, alargando o campo das ofertas—e ofertas em situação desvantajosa para o produtor, cujas possibilidades de crédito são aí muito inferiores ás de que êle gozaria com o café no mercado; 6.º—As operações sobre os conhecimentos de despachos ou sobre o café depositado não consultam as conveniências do produtor; são adequadas ao comerciante e não a êle; e 7.º—As medidas em geral estabelecidas asfixiam por sua rigidez o comércio, a cuja ação não é lícito se impõem antecipadamente moldes dentro dos quais ela exatamente se ajuste.

Por duas fórmias sucede as entregas de café ao mercado por parte dos armazens reguladores prejudicarem ao movimento comercial, já porque o café não é das qualidades que no momento os compradores reclamam, já porque pôde êle pertencer em grandes proporções a possuidores que entendem de tornar-se por demais exigentes, só porque seus recursos de fortuna o permitem. Daí resultam restrições nas compras, e, portanto, também no consumo, pois é sabido que o consumidor de qualquer mercadoria é levado sempre a consumir menos, quando não encontra a mercadoria que seja mais de seu agrado ou de acôrdo com as suas posses.

RETRACÇÃO DO CONSUMO

Nega-se que esteja havendo restrição no consumo do café, porque as estatísticas demonstram que em alguns países a importação não diminuiu, e em outros até aumentou. E' tomar muito ao pé da letra a significação das palavras.

O café não é cultura de capacidade atingida ou esgotada; ao contrário o seu desenvolvimento se acentua de ano a ano em todos os países produtores. Ora, ao desenvolvimento da cultura é preciso que corresponda a expansão do consumo. Basta, portanto, que o consumo dei-

xe de acompanhar a progressão da produção, para que se manifeste o desequilíbrio entre esta e aquele, e nestas condições o entagamento do consumo, isto é, a paralização ou estabilização dêle, confunde-se em seus efeitos com retracção em circunstância diversa. Pode-se pois, dizer em relação ao café que há retracção, quando há entravamento, visto como não se cogita de uma diminuição efetiva do consumo, de uma retracção absoluta, mas de uma retracção relativa ou econômica. E menos escusa há para aqueles que entre nós teimam em fazer a distinção, quando sob os seus olhos vai a cultura do café se dilatando em proporções surpreendentes.

Os comerciantes que compram o nosso café compreendem isto muito bem, e, como têm os seus capitais invertidos neste comércio e as suas atividades aí empenhadas, manobram inteligentemente no sentido de nos forcarem á rendição sem prejuizo efetivo para elles, isto é, não desenvolvendo seu comércio, mas não o deixam perecer, e assim a retracção se dará para nós, que não fixamos limite á produção e, não para elles que o marcam aos seus negocios.

Aqueles que tão facilmente se vêm iludindo quanto á noção de retracção do consumo, com facilidade ainda maior se equivocam attribuindo a retracção, entravamento ou paralização nos altos preços persistentes do café, de tempos a esta parte, quando de dados que para o meu livro "Os Nossos Erros" tomei ao "Retrospecto Commercial", do ano de 1924, do "Jornal do Comércio", se verifica que preços altos não impediram o consumo do café de se elevar depois da guerra até atingir a bela cifra de 22.021.000 sacas na campanha de 1923 a 1924.

DESCOMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

A verdade é que o entravamento do consumo veio, não dos preços altos mas do "entravamento" da ação comercial.

E outra não é a causa da baixa progressiva das cotações. A prova é que de 1923 a 1924 a praça de São Paulo armazenava mais café do que nêstes ultimos tempos, as existências no mercado de Santos eram maiores, os mercados estrangeiros estavam menos desfalcados, o govêrno do sr. Bernardes vendeu em grandes lotes um estoque de cerca de quatro milhões de sacas que recebera de seu antecessor, e os cafezais de S. Paulo prouziram uma colheita de mais de quinze milhões de sacas; entretanto, as cotações, segundo se vê de diagrama publicado no "Boletim do Instituto de Café do Estado de S. Paulo", entre paginas 130 e 131, subiram incessantemente de 12 centavos em junho de 1923 a 27 centavos em novembro e dezembro de 1924, e chegaram até 28 centavos em janeiro de 1925, para daí em diante cairem tambem incessantemente até os preços atuais, inferiores a 16 centavos. E' que os mercados estrangeiros se animaram com as possibilidades de maiores negocios; entraram a retrair-se quando lobrigaram que nós lhes estavamos regateando a mercadoria; e ainda mais se encolheram depois que os torradores americanos, que aqui aportaram em junho de

1925, em visita especial, fracassaram na sua tentativa de nos demoveram de semelhante proposito.

A grande alta nos ultimos mêses de 1924 era natural. A safra abundantissima de 1923 a 1924 tinha de ser seguida da diminuta safra de 1924 a 1925; mas a escassez denunciada pelos cafezais em 1924 para a colheita de 1925 a 1926 era inesperada e vinha dar um destaque excepcional á posição estatística do café. Ainda uma terceira pequena safra verificou-se na campanha de 1926 a 1927, e, entretanto, tão desamparado sentiu-se o café, que os preços, em vez de se elevarem ainda mais ou, pelo menos, se manterem, entraram em declínio tão pronunciado que a intervenção do Instituto só logrou modificá-lo e não sustê-lo.

Assim, a descomercialização de nosso café, começada com a eliminação de nosso comércio commissário, completou-se com a supressão para êle do grande comércio estrangeiro. Este, porém, forte e poderoso, não podia resignar-se ao exterminio que lhe quizemos impôr, e está resurgindo junto de nossos produtores, comprando café e armazenando-o á nossa custa nos reguladores, colocando-se em relação á nós em posição que nos torna impotentes para a defesa.

Há quem se mostre surpreso desta ingressão; mas a surpresa é descabida. A grande geada de 1918 encontrou várias agências de exportadores instaladas pelo interior; após a geada retiraram-se elles, porque a persistência delas no periodo da escassez que a nossa produção ia atravessar, só serviria para fortalecer a tendência dos preços para a alta; e mais tarde as intervenções dos nossos govêrnos os conservaram afastados, atentos aos nossos processos de defesa, á espreita de uma oportunidade para voltarem á antiga situação. Esta oportunidade chegou com a grande safra em andamento.

Julga-se possível aos nossos produtores defenderem-se por si mesmos, só soltando o seu café a bons preços, desde que para a resistência se lhes facultem recursos sobre conhecimentos de despacho ou sobre o café armazenado nos reguladores; mas não se reflete que ao produtor faltará uma base, um padrão do "bom preço", e que o crédito naquelas condições é perro e tardio.

Com efeito, a legítima cotação comercial de uma mercadoria será sempre a resultante do funcionamento da lei da oferta e da procura, isto é, de um embate entre a corrente dos compradores e a dos vendedores. Ora, os nossos produtores esparsos, disseminados, não podem formar corrente e, portanto, não se dará o embate ou contrato, donde brotaria a chispa, a luz que devia guia-los. Nesta condições os preços lhes serão ditados pelos compradores; mais elevados, quando os compradores se empenharem em luta de concorrência; médios, quando elles trabalharem calmos, respeitando uns a precedencia de outros; e baixos, quando um acôrdo se tornar possível entre elles, ou quando se sentirem livres de concurrentes, mas em todos estes casos á revelia dos lavradores; em suma, preços de emulação de compradores, mas não de resistência de vendedores. Para

o produtor então bom preço de café será aquele que lhe deixar saldo que o satisfaça sobre as despesas da produção, sem levar em conta exigências e possibilidades do consumo, e, como as circunstâncias variam quasi que de cultura a cultura e de lavrador a lavrador, teríamos preços os mais variados, sem que em nenhum dêles se visse guardada a relação entre a produção e o consumo.

Da praça de Santos, não podem elles esperar a cotação, porque ela, quasi vazia de seus antigos comissários que os lavradores abandonaram em grande massa, tornou-se incapaz de refletir outra influência que não seja a dos compradores, tanto que não se lhe consente mais café do que o indispensável para se formarem os lotes reclamados periodicamente pelo consumo. Confia-se na escassez da mercadoria á venda e não na resistência do vendedor, contando-se somente, com a disputa entre os compradores para obter-se uma melhor cotação. E' claro que esta não é, não pode ser a cotação que se gera em virtude da lei da oferta e da procura, lei que não funciona em regime de que se exclue a liberdade de comércio.

A outros mercados tambem não podem pedir cotações os lavradores paulistas, porque, pertencendo a S. Paulo a hegemonia na produção, em S. Paulo é que se jogam os destinos comerciais do café no mundo—"Duco, non ducor".

Quando mesmo os nossos lavradores, desistindo das vendas no interior, se propuzessem a só vender em Santos, diretamente, por intermedio de corretores, nem assim destas operações resultariam cotações legítimas, pois o corretor, operando em tais circunstancias, tornar-se-ia o aliado do exportador. Contando-se por muitos milhares os lavradores e apenas por unidades os exportadores, pouco faz ao corretor perder comitentes lavradores, que facilmente serão substituídos, e muito lhe importa conservar a freguezia do exportador.

Em suma, já de algum tempo o café em São Paulo está sem cotação legítima e só uma posição estatística sem par na sua história lhe vai sustentando os preços.

Tardio e perro, disse eu, é o crédito que os armazens reguladores proporcionam á lavoura.

Tardio, porque chega quando a produção está pronta para entrar no mercado. Ora, o café depositado no regulador ou entregue á estrada de ferro terá sido produzido, colhido e beneficiado com dinheiro próprio do lavrador, ou com dinheiro que lhe tenha sido emprestado. Se com dinheiro do lavrador, não é possível conceber, sem condenação formal de semelhante lavoura, que ao lavrador que possui fazenda e café, que é produto exportável e duradouro, venha a faltar o crédito pessoal e muito menos o crédito móvel: desempenhado de compromissos urgentes, para elle há de aparecer dinheiro, com a garantia do café ou sem esta garantia, independentemente de auxílio alheio, quem lhe emprestou dinheiro quando elle não dispunha talvez nem de flores nos seus calczaes, não lhe há de suspender os fornecimentos, quando elle tem o produto colhido e beneficiado.

Crédito perro, pelas dificuldades do lavrador para utiliza-lo. O lavrador há de precisar do crédito ao fazer os seus primeiros despachos de café, e, como os primeiros cafés despachados hão de ser os primeiros a dar entrada no mercado, os despachos posteriores serão acolhidos com desfavor para outras transações de empréstimos ou de venda. Além disto, ao entrar o café no mercado, o lavrador para vendê-lo terá de pagar a dívida, embora não vencida, ou providenciar a substituição da garantia, e aí estão mais dificuldades e mais despesas.

As transações sobre conhecimentos ou sobre café armazenado são comodas para comerciantes, porque, residindo estes nos centros dos negocios, podem entabolá-las no momento justo. O lavrador, porém, será obrigado quasi sempre a antecipá-las e a realiza-las em montante excedente ás necessidades da ocasião, decorrendo daí acrescimos de juros, além dos incomodos e despesas de viagens, que quasi nunca deixam de repetir-se, o que tudo concorre para o encarecimento da transação.

Na falta de cotação e no crédito tardio, que é a negação do crédito, não temos duas hipóteses do problema do café, mas duas téses econômicas e que assim se podem exprimir—1.º não pôde haver cotação legítima de uma mercadoria fóra da lei da oferta e da procura, isto é, sem o embate de duas correntes, a dos vendedores e a dos compradores; 2.º não haverá resistência comercial possível para um produto, quando ao produtor só assistir crédito depois de concluído o trabalho da produção, e, mais ainda, depois de colocado o produto em logar seguro para o prestamista do capital.

Ora, o atual processo de defesa do café, impedindo a convergência da produção para os mercados e disseminando-a por vários depositos onde ao comprador se depare o vendedor isolado, e negando crédito ao produtor enquanto o produto não entra para esses depositos, contraria aquelas duas téses e, portanto, esta por elas condenada. Em face dêle, dir-se-ia maldita a cultura do café para o produtor.

Para o produtor de café, pela natureza e periodicidade das despesas a que a produção obriga, o crédito único que convem e satisfaz, é o de conta-corrente, e este no estado natural de nossos costumes e de nossa educação só lhe pode ser dado pelo comissário.

Confessa-o até o próprio Banco do Estado, que age em nome do Instituto, quando para o fornecimento de custeio ao lavrador exige-lhe o endosso de um *comerciante* ou *hypoteca* da propriedade. Ora, como esta última garantia é imprópria, onerosa e vexatoria para empréstimos anuais, a exigência real que o Banco faz, é a do endosso do comerciante.

IMPOSSIBILIDADE DO COMÉRCIO COMISSÁRIO

Duas causas, porém, impedem o restabelecimento do comércio comissário, ainda que se lhe substituem as praxes que primeiro o enfraqueceram, e são a escassez permanente de café em Santos e os armazens reguladores. Sem café na relativa abundância exigida para franco



O PALACIO DAS INDÚSTRIAS EM S. PAULO, ONDE SE REALIZA A EXPOSIÇÃO DE CAFÉ

(Desenho de Di Cav.)



movimento comercial, a ação do comissário reduz-se a uma era expectativa; é antes *passividade* do que *atividade*.

Com os armazens reguladores, todos os esforços dos comissários para a sustentação dos preços serão anulados pelas vendas diretas de cafés ali detidos.

Objeta-se que existências maiores em Santos não só acarretarão a baixa de preços, como também facultarão ao comércio estrangeiro abastecer-se em abundância para depois retrair-se, forçando ainda mais acentuadas baixas. As objeções valem apenas como sintoma da facilidade com que esquecemos hoje aquilo que se passou hontem.

O governo do sr. Altino Arantes vendeu de uma feita tres e meio milhões de sacas de café, e vendeu-as bem; e o sr. Bernardes vendeu em grandes lotes no decurso de alguns meses o volumoso estoque que encontrou ao assumir o governo, e vendeu sem maior dano para o mercado, e sem necessidade de retraimento correspondente nos negocios de Santos. Logo, a baixa de preços não é companheira inseparavel da abundância de café á venda. Ou antes, não se pôde estabelecer de antemão se tal quantidade de café é de mais ou de menos para a praça, dependendo tudo das disposições do mercados compradores. Um grande estoque não será de mais, se êsses mercados estiverem bem dispostos a comprar, e um estoque excessivo, no caso contrário: umas vezes surgem capitais novos demandando emprego em café, e outras vezes capitais do comércio de café retiram-se para negocios de outra natureza.

No conceito daqueles governos não havia mal em vendermos o café que nos queriam comprar, nem a tradição registra que os mercados estrangeiros se houvessem jamais abstido longamente de abastecer-se no nosso mercado, a não ser quando as peripecias da guerra interromperam o transporte marítimo. O que a tradição fartamente nos ensinou, é que os preços baixam sempre que porfiamos nas vendas. Além disto não vendemos fiado o nosso café, mas a dinheiro á vista; e se sabemos guardar o café, mas não o dinheiro, é que somos uns gastadores.

Ora, parece-me absurdo tentarmos corrigir os nossos desregramentos nas vendas de café e nos gastos impondo restrições aos compradores.

Se nada valem estas objeções dos sustentadores do atual processo de defesa do café, menos ainda as dos que se levantam contra toda política de defesa.

Alegam êles:—1.º que proporcionamos aos outros produtores venderem o seu café a bons preços; 2.º que êles aumentam a sua produção, enquanto a nossa se conserva estacionária.

Realmente, os preços de café junto aos nossos concorrentes acompanham as cotações da praça de Santos, subindo quando estas sobem e descendo quando estas baixam; mas não pôde ser de outra maneira, porque nós com a hegemonia da produção é que empunhamos a batuta nos mercados; nem se concebe que desistamos de valorizar o nosso café, que é mais,

para que êles não aproveitem a valorização para o seu, que é menos. O que a objeção não diz, é que, enquanto êles vendem o seu café por preços estimulados pela praça de Santos, os nossos lavradores no interior tenham de vendê-lo por preços deprimidos pelos armazens reguladores. Não sabemos impedir as nossas vendas a preços infimos no interior, e queremos obstar a que os nossos concorrentes sejam beneficiados pelas cotações altas da nossa praça: não conseguimos equilibrar o ovo de Colombo, e temos a pretensão de descobrir a America.

A segunda objeção é mais uma prova do quanto fugimos do estudo das nossas questões. A' defesa do café nenhuma responsabilidade cabe pelo estacionamento da produção paulista nêstes ultimos vinte anos.

Manifestada a crise de preços em 1896, as novas plantações foram logo se restringindo até cessarem de todo a partir de 1898. O imposto proibitivo creado para o exercicio de 1903 e seguintes, quasi não teve influencia para mante-las suspensas, pois para tanto bastava o prolongamento da crise em gráo agudo, de maneira que só em 1911 recommearam elas a medo, incrementando-se do ano immediato em diante.

Em 1918, quando se iam fazer notar no mercado os primeiros frutos dos cafezais novos, sobreveiu a grande geadá, queimando até o tronco das plantações novas e velhas.

Em 1923 davam os cafezais a sua primeira grande carga, depois de restaurados, mas seguiram-se a castigá-los tres anos de sêca e ventos frios.

Não foi, pois, a defesa do café que refreou a produção paulista; foi a Providência que correu em auxílio ás nossas defesas inhabeis.

DESREGRAMENTOS NOSSOS

O espantoso progresso material de S. Paulo é o testemunho vivo, deslumbrante mesmo, de que a cultura do café constitue uma das mais abundantes fontes de riqueza do universo, e, portanto, se, em meio dela, a intranquilidade e os sobresaltos quanto aos seus destinos não nos largam, é que na sua exploração e no seu aproveitamento não temos método nem ordem, somos em suma uns desregrados. O que nos cumpre, pois, é corrigirmo-nos de nossos desregramentos.

Não é, porém, isto que fazemos, quando consentimos na devastação infanda de nossas matas, para alastrar-lhes as terras de cafezais novos, sem nos preocuparmos a sério de correspondente expansão do consumo, e antes dispensando a colaboração dos melhores agentes de propaganda, que são os comerciantes.

Não é tambem isto que fazemos, quando estabelecemos quotas fixas para entregas de café ao nosso mercado, como se o comércio suportasse medidas exatas e inflexiveis ao seu cuncionamento. As estradas de ferro foram as inventoras do sistema, e a lavoura pagar-lhesia bem se obtivesse que a elas fosse imposta a obrigação de seus trens, subam êles ou desçam rampas, corram em rétas ou em curvas, observarem sempre a mesma velocidade. Talvez

se descobrisse que, assim como o policiamento na marcha dos trens consiste em fixar um máximo de velocidade que eles não devem ultrapassar, assim também a regularização das entradas de café no mercado deverá ser alcançada pela fixação de um máximo de entradas semanais, quinzenais ou mensais a não ser excedido.

Não é ainda isto que fazemos, tirando ao lavrador toda a possibilidade, fóra dos meios ilícitos, de enviar para o mercado maior quantidade de café, quando o govêrno do Estado e o da União tiveram de ceder á necessidade de vender café seu ás centenas de milhares e até aos milhões de sacas; se aos poderes publicos tanto se concedeu, ao misero lavrador não é de negar uma valvula para, em casos extremos, exceder-se também em suas remessas, ainda que se lhes exija uma compensação indireta aos companheiros para não abusar dessa facilidade.

Não é finalmente isto que fazemos, e muito pelo contrário, quando enchemos os armazens reguladores, facilitando ao exportador as compras dos cafés aí retidos, e proporcionando ao lavrador, quasi que de pancada, empréstimos sobre essa colossal massa da mercadoria; vendendo ou tomando emprestado, o lavrador se desfará rapidamente do dinheiro que por tal meio houver obtido, e logo depois, falta de recursos, ei-lo a sacrificar de qualquer maneira o restante da sua produção.

Para regularizar o nosso comércio de café teremos de regar as novas plantações e as vendas do produto, e regar ao lavrador nos seus despachos, nas despesas e no uso do crédito; mas regar, não por medidas de policia, utopias de equidade e outras semelhantes, e sim pelo interesse, pelo lucro que é o móvel e ao mesmo tempo o fito do comércio, a sua força de impulsão, a sua própria essência, em suma o combustível que faz a máquina andar e lhe imprime maior ou menor aceleração.

Para as novas plantações haverá o meio do imposto proibitivo como já foi usado, ou simplesmente restritivo.

Para as remessas de café lembrei há mais de dez anos, também um imposto suscetível de restituição, mas este diferencial e em espécie, vindo afinal a contribuição efetiva a tornar-se, por meio de um jogo de percentagens, tanto mais pesada, quanto maior o excesso cometido pelo remetente.

A regularidade nas vendas não se alcançará, a meu vêr a não ser pela concentração quanto possível delas nas praças de Santos e S. Paulo, e pela incumbencia de sua realização e agentes de interesses identificados com os dos produtores. Desde 1921 que insisto para que se dê ao comércio comissário uma nova organização ou conjunto de praxes, retirando-se-lhe os lucros fixos, aumentando-se-lhe a percentagem da comissão e adotando-as outras providências tendentes a restabelecer a confiança entre ele e a lavoura, e a torná-lo realmente representante desa.

Incumbência menos facil é a de regar o lavrador em suas despesas e no uso do crédito; mas para ela ainda ninguem se achará melhor

do que o comissário, que acompanhará, mês a mês, a sua vida econômica e sobre êle prolongará a vigilância de ano a ano, pelo duplo interesse de conservar o comitente e de não ter com êle prejuizo.

E', pois, todo um trabalho de organização que temos deante de nós, e, se a êle não nos dispuzermos, se não houver resignação para voltarmos atrás no bêco em que está metida a defesa do café, só uma saída se nos deparará para impedirmos o capitalismo estrangeiro de implantar-se nos armazens reguladores e nas tulhas dos fazendeiros, dominando a nossa produção, e é—a monopolização do comércio de café pelo poder público, pagando êste o café aos produtores a preço taxado e vendendo-o pelo que alcançar.

A esta solução não se chegará sem graves complicações com potências estrangeiras, e se a ela chegarmos, a observação quotidiana do que se passa entre nós, assegura que aos produtores de café estará reservada em beneficio de uma categoria de felizardos a mesma sorte dura que curtem no Oriente certos colonos de potências européas.

Acredito que os brasileiros ilustres que representam neste momento o govêrno do Estado e o da União, "leaders" da defesa do café, não insistam muito tempo no caminho em que estamos. Adeptos do principio da continuidade dos govêrnos, principio além de tudo nobre, porque traduz o reconhecimento pelos sucessores do merito dos antecessores, vão êles dando "si et in quantum" apoio á obra, que encontraram, até que se torne evidente a necessidade da demolição. E muito pouco haverá nela que respeitar, pois, fóra do empréstimo contraído e da criação do Instituto do Café, tudo mais, inclusive a propria organização do Instituto, não passa de ensaios confessados, de empirismo, portanto, em que vinham de detraz. Mas que não se demorem êles em recuar, pois correm o risco de na volta já encontrarem o caminho atravancado de escombros.

Foi a 6 de setembro de 1922 que no seio das Estradas de Ferro de S. Paulo surgiu o alvitre dos armazens reguladores, na data centenária exáta do brado da nossa independência, porque a 7, dia feriado, não poderiam as Estradas reunir-se. A coincidência das datas despertou-me as palavras com que poucos meses depois, na minha primeira conferência perante lavradores, concitei os meus companheiros a que um século depois da nossa independência política, não deixassemos sossobrar a nossa soberania econômica. Bradei sósinho, e o eco de meu brado expirou junto a mim mesmo.

Agora, ao celebrarem-se as festas comemorativas do segundo centenário da introdução do café no Brasil, os armazens reguladores e os das estradas de ferro no Estado de S. Paulo se encontrarão atestados de uma formidável massa de mais de seis milhões de sacas: as tulhas dos lavradores estavam transbordantes;

nos terreiros os frutos em séca ainda formarão montes, cordões e lençóis; e nos cafezais tallhões vários ainda haverá onde as arvores continuem peçadas de grãos, enquanto em baixo, ao redor do tronco o solo se depare dêles coberto. E, como em S. Paulo, as zonas cafeiças de Minas, Espírito Santo e Paraná, alcançando-se também num esforço de acompanhá-las as regiões vetustas do Estado do Rio. E mais longe a se fazerem lembradas, as produções de Baía, Pernambuco e outros Estados irmãos.

Que brilhante comemoração! Que demonstração bellissima de trabalho a nos encher de legítimo orgulho! Mas, ah!... que mundo de apreensões deante de tais extremos de generosidade da natureza de galardoar os nossos esforços! Que iremos fazer de tanto café, se sabemos produzir, mas não acertamos em dar valor comercial á nossa produção?

Não repetirei, neste momento, aquele meu brado de exortação, mas exprimirei um ardente voto para que "O Jornal" colha de sua grandiosa participação, em festa tão genuinamente nacional, os premios que mais gratos devem ser ao patriotismo de sua digna Redação:

—Que as suas colunas revoem, empanando a minha humilde colaboração, idéas limpidas que projetem a luz da verdade sobre o problema máximo de nossa economia, para que uma solução definitiva venha a transformar as apreensões de hoje em alegrias de amanhã.

—Que elas levem a todos os recantos do Brasil a convicção de que nenhum brasileiro póde conservar-se estranho á questão do café, porque d'ele é que tiramos o ouro para as nossas permutas internacionais; que não se trata do lavrador de café, para quem bastaria que se pleiteasse a manutenção dos preços atuais, nas do país que não deve e não póde consentir que seu principal produto de exportação seja vendido por preços aos quais se nega a majoração de que gosam hoje, em todo o mundo, todos os artigos de consumo e todas as utilidades, em relação aos preços médios que vigoravam antes da guerra; que a inhabilidade que estamos revelando para a defesa do café, nos humilha perante os outros povos e nos desanima, a nós mesmos, pois para a produção do café a Natureza dotou o nosso país de atributos especiais, e, se dele não sabemos tirar maior proveito, debalde recorreremos a outros produtos, cujos proventos mais facilmente teremos de ceder a outros povos ou a argentários, como se dêles fossemos escravos ou colonos; que a Nação, onerada de compromissos, precisa libertar-se dêles á custa do café, pois nenhum outro produto tem ela que, vigoroso, o ajude, e muito menos o substitua, na balança mercantil; que, em suma, agora e durante anos ainda, o que pudermos valer na paz e na guerra, só valeremos com o café.

Que linda e que util homenagem á patria será esta propaganda!

Países concorrentes e as perspectivas de luta

J. C. ALVES DE LIMA

AS LEIS DE DEUS E AS LEIS DOS HOMENS

Convidado para emitir o meu ponto de vista sobre o problema que serve de epigrafe a estas linhas, aquí o deixo delineado no limite de minhas fracas forças.

Sempre entendi que este mundo foi muito bem feito e se as coisas não marcham na verdadeira diretriz, culpemos o homem e não o Criador.

Como muito bem dizia José Bonifacio, o moço, um dos grandes talentos que a história contemporânea registra: "Porque se dividiu o mundo em zonas e climas? Porque os diversos países produzem frutas diferentes, quando as necessidades são as mesmas? Porque as terras mais afastadas do mundo se põem em contacto por meio d'esses oceanos imensos que pareciam destinados a desuni-los? Porque tudo isto, senão porque o homem depende do homem, senão para que a partilha das necessidades da vida acompanhasse a extensão e difusão das luzes, senão para que a dos bons e das coisas fosse a troca de sentimentos benevolos e das idéas elevadas para que o comércio, levando em uma das mãos a civilização, e, na outra, a paz, fizesse o genero humano mais sábio e melhor? Tais foram os decretos d'Aquêle que criou e ordenou o mundo, mas os legisladores da terra intervieram com sua arrogância e vaidade insensata, e encadeando o desenvolvimento instrutivo da natureza, substituíram leis desgraçadas ás leis eternas da Providência".

Pois bem, já são passados 60 anos; muito antes que Henry George houvesse levantado a bandeira do imposto territorial, único meio de solucionar o comércio internacional, proporcionando trabalho a todas as classes e como consequência, a paz entre as nações,—e já José Bonifacio, também tido na conta de um sonhador, pronunciava esse famoso discurso no Senado, cheio do mais alto raciocínio e bom senso.

O NOSSO SISTEMA DE TAXAÇÃO

Nós, que convivemos tanto tempo com o povo americano, como estudante ou no exercício de posições officiaes, ficamos apavorados com o nosso sistema de taxaçaõ, completamente enquistado no cérebro de nossos dirigentes. Taxando a produção e não o que se possui.

Suponhamos o fato de semelhante erro economico nos Estados Unidos, que caminhando a passo de gigante, nem por isso procuramos acompanhá-lo; Nova York taxando o carvão da Pennsylvania, que lhe fornece aquecimento e luz; o Alabama, que supre com algodão as fabricas de New Hampshire, Massachussets, Vermont e Maine; o gado bovino e suino para

o Illinois e Indiana, etc., enfim, o golfo do Mexico, qual um *mare clausem*, impedido de receber livremente os productos do Leste e Oeste, que se deslisam mansamente pelo Mississippi abaixo...

Pois é justamente o que se dá no Brasil. Tudo trancado. Verdadeiras trincheiras de arame farpado, dificultando o comércio livre com o estrangeiro, do mesmo modo entre os Estados irmãos. *Mutatis mutandis*, com os próprios municípios, inclusive o Districto Federal!

Que o café brasileiro tem sérios concorrentes, com toda a probabilidade de nos criarem sérias dificuldades para o futuro, iguais ás que tivemos com a borracha, é assunto de grande relevancia, que nos impõe uma observação atenciosa de causa e de origem.

UM CONFRONTO

Chamo a atenção do leitor para a estimativa da colheita mundial de café, organizada por Luneville, no Havre, concernente ao periodo de 1926 a 1927:

	SACAS
Exportação por Santos.....	8.665.000
Cafés Mineiros.....	720.000
Cafés Paranaenses.....	65.000
	9.450.000
Exportação pelo Rio e consumo interno.....	280.000
Exportaveis.....	9.170.000
Rio.....	2.500.000
Vitória.....	800.000
Baía.....	300.000
Pernambuco.....	70.000
Paraná.....	50.000
	12.890.000

E, em seguida, os nossos competidores:

Colombia.....	1.500.000
Venezuela.....	850.000
S. Salvador e Guatemala.....	1.000.000
Antilhas.....	550.000
Índias Holandezas.....	850.000
Africa.....	300.000
Outros países produtores.....	1.000.000
	6.650.000

Isto quer dizer que, pela estimativa mundial enquanto São Paulo e outros Estados brasileiros concorreram com 12.890.000 sacas, os nossos rivais, por sua vez, entraram com 6.650.000 sacas, isto é, pouco mais de metade de nossa safra.

COMO TEMER A CONCORRÊNCIA?

Mas como explicar que S. Paulo, o Sul de Minas, Rio de Janeiro, e principalmente, o Paraná, futuro centro da zona cafeeira, possam ainda sofrer concorrência da parte de nossos rivais, quando é sabido que tudo conspira em nosso favor, não só pela qualidade de nossas terras, como, muito especialmente, pelas nossas condições climatericas?

Ignorará, porventura, o leitor, que o café, comercialmente falando, só produz em zonas semi-tropicais, como em S. Paulo, Sul de Minas e não em zonas tropicais, como na America Central, Asia e Africa? Ignorará que nossos concorrentes são obrigados a plantar bananeiras em sentido paralelo aos seus cafezais como meio de preserva-los dos rigores da sua alta temperatura?

Eles não poderão, jámais, formar seus cafezais ao ar livre, privando, assim, a baga do ar e luz, condições indispensaveis para o amadurecimento normal de toda a safra. São obrigados a fazer a colheita de grão em grão, o ano inteiro. Enquanto que nós, como é sabido, formamos os nossos cafezais ao ar livre e fazemos uma só colheita.

Ultima interrogação. Como explicar, todavia, que nossos concorrentes, lutando com tantas desvantagens, possam ainda produzir pouco mais de metade de nossa safra e ainda auferirem lucros comerciais? Simplesmente, como já dissemos atraz, porque taxamos a produção, o que constitue um *bonus*, um prêmio que damos aos nossos competidores pelo fato de nos guerrearem! Ainda mais: a Colombia, a Venezuela dão saída livre ao seu café!

LIÇÃO INUTIL

Mesmo assim, a lição não nos aproveita. São Paulo continúa a cobrar nove por cento, *ad valorem*, cinco francos por saca, ouro, e um mil réis, tambem ouro, por cada saca de café, dentro e fóra do país!

A mania de nossos govêrnos é, portanto produzir *caro* para exportar *caro*, quando deveria ser o contrário.

Os Estados Unidos, por não produzirem café, açúcar, borracha, cacáo, couros e coureiros, produtos nossos recebem-nos livres de direitos, ao passo que o Brasil, por uma taxaço anti-econômica, visando exclusivamente aumento de renda, pura ilusão, grava os seus próprios produtos com vinte, trinta por cento, *ad valorem*. Comete, assim, dois erros economicos, que nossos freguêses têm o direito de estranhar. Em primeiro logar, acoroçoá outros países de produção similar ao nosso, concorrendo, vantajosamente, conôscos no mercado mundial, máo grado as suas terras e condições climatericas, inferiores, relativamente ao Brasil; em segundo logar, o nosso sistéma tributário força o encarecimento dêsses mesmos artigos de absoluta necessidade para os Estados Unidos—nosso maior comprador.

O PESO DAS CONSIDERAÇÕES

Estas considerações, baseadas em fatos nús e crús, deveriam calar no espírito de nossos dirigentes para que substituissem o nosso sistema tributário, tendo em vista que, neste mundo, somos todos dependentes um do outro. Temos tanto interêsse em vender o nosso produto como aquele que nos compra—vendendo o seu. Uma simples questão de reciprocidade do homem para homem. A melhor transação entre dois individuos, quando ambos ganham, aliás, facil de ser repetida. Porque, o interesse não tem bandeira, é tudo neste mundo; no conceito de José de Alencar—a primeira lei das ações humanas.

Para terminar. Deus criou o mundo á sua imagem, mostrando-nos dois caminhos, o do Bem e o do Mal. Compete a cada um de nós escolher, dos dois, o que estiver de acôrdo com o nosso bom senso. Os fatos aí estão expostos do modo o mais claro, em toda a sua nudez.

O café na legislação fluminense

Histórico da legislação e dos fatos ocorridos sobre a exportação do café

JOÃO B. DO NASCIMENTO SILVA

Para comemorar o 2.º Centenario do Café, sem veleidades ou ousadia de aparecer entre os que, de provada competencia, cuidarão do magno assunto á altura dos seus amplos conhecimentos, sou, por nimia gentileza de um convite, obrigado a trazer o meu pequeno contingente para a util tarefa em que se converteu a homenagem ao trabalho, trabalhando tambem.

Justamente, no momento em que se cultuára o largo periodo de dois seculos de labor insano e honesto, por uma singular coincidência, a natureza engalanando-se em flôres nos cafezais extensos, veiu associar-se ao nosso intenso jubilo, transformando-as na época escolhida para a comemoração, no aromático e cubiqado fruto, que em larga messe, na mais fecunda das produções, explendeu na rútila apoteose ás ferazes terras onde o café exubera, rico e promissor.

Valorizar o café, limitando as entradas nos mercados consumidores, sendo uma medida de alta relevância e perfeitamente racional, não basta para a solução do problema, desde que a tanto se reduzisse o vasto plano de sua valorização.

QUESTÃO COMPLEXA

Com a safra atual, a questão apresenta-se complexa e carecedora de elementos outros, capazes de assegurar o valor do produto, que é a grande riqueza do país.

São multiplos os interesses que se encontram com o mesmo fito, embora, cada um dêles, em uma esfera de ação e de desejos diferentes.

E' o colono que exige melhor salário: o lavrador o lucro da sua diligente cultura; o comércio a aquisição do genero pelo valor compensador dos seus capitais; as instituições de crédito, o curso de seus papeis e por fim os governos publicos, a renda dos tributos que garantem a subsistência dos seus territórios.

Ao lavrador e ao governo, além das parcelas que representam numerário, cabe o anhelto maximo da conquista de um ideal superior, dando ao consumo não sómente a quantidade, mas também a qualidade.

A limitação de entradas do café nos mercados consumidores, não evita a crise que pôde ser determinada pela compra direta nas situações agricolas, onde os lavradores jungidos ás circunstâncias que vedam a exportação, terão de aceitar ofertas não compensadoras dos seus capitais.

E' necessario dar ao lavrador os meios asseguratórios de sua vida econômica, para que êle não venda o produto na origem, onde á falta de concorrência, procura e oferta que existe nos centros comerciais, resulta no barateamento, desejado apenas pelo intermediário, a quem qualquer lucro remunera fartamente.

Valorizar antes de tudo o lavrador, deve ser o escopo principal; valorizar o genero no próprio local de sua produção, é o colorário do incentivo ao que trabalha e dá ao país o fruto de sua atividade para a riqueza comum.

Não sou dos que entendem que os premios pecuniários estimulem, ativem ou provoquem o trabalho: não, êsses premios ou são doados sem a rigorosa justiça ou representam illusória recompensa.

Há, porém, o premio estímulo, que a meu ver galardoa e incentiva, sem enganosas promessas, sem vagas esperanças. Façamos ao agricultor de café, como auxilio dos seus esforços, o favor de outras recompensas. Busquemos nas suas próprias terras, o café de melhor tipo e de mais aperfeiçoado beneficiamento; sejam êstes, os primeiros a entrar nos mercados pelas possibilidades de exceção, que terão para seu imediato transporte; façamos dêsse café o objeto de uma propaganda direta; dêmos a êle o embarque para o estrangeiro e ao agricultor além dos emprestimos, facilitemos a importação de instrumentos agrários, a ida de colonos com passagens gratis, o transporte de máquinas de beneficiar, de sacaria, emfim, o melhor dos auxilios em toda a sua extensão e de acôrdo com as necessidades comprovadas do lavrador, do tipo bom e de melhor preparo.

Êste trabalho não comporta o estudo das idéas simplesmente esboçadas, visto como o seu proposito foi o de trazer a lume, o que fomos buscar em antigos relatórios mensagens e no velho repertório da legislação fluminense, para uma reverencia aos que nos tempos passados, deram ao café a atenção devida, para que o produto introduzido no Norte do país, em uma parcela mínima, fosse depois o objeto de grande estimativa dos Poderes Públicos, que viram na sua aclimação ao solo do Brasil, a fortuna agricola do futuro.

NA VILA REAL DA PRAIA GRANDE

Não rebusquei, por falta de tempo, o que ocorrera no periodo anterior a 1835, data da fundação da Província do Rio de Janeiro, cuja Lei n.º 2, de 26 de Março do referido ano, rezava em seu artigo 1.º, que a "Villa Real da Praia Grande he a Capital da Província", e

no artigo 2.º, para a vida constitucional da Província, determinava que na mesma Vila, em 1.º de Outubro de 1836 e na mesma data nos anos seguintes, tivesse logar a reunião da Assembléa Legislativa, cujos membros, digasse de passagem, venceriam 6\$400 por dia de sessão.

A Lei n.º 6, de 28 de Março de 1835, declarou que a Villa Real da Praia Grande passaria a categoria de cidade com a denominação de "Niterói".

Cuidando dos interesses financeiros da Província, a Lei n.º 24, de 14 de Abril de 1835, autorizou o Presidente da Província a organizar um "sistema adequado de barreiras", para a fiscalização e arrecadação dos impostos sobre os generos de sua produção, e a Lei n.º 33, de 6 de Março de 1836, com o mesmo fim, ampliando o serviço, mandou criar em todos os pontos da "Costa", coletorias arrecadadoras, com "hum" coletor, "hum" escrivão e "hum" tesoureiro, cada uma delas, para a cobrança do "dizimo", applicado ás despesas da Província. Também foram então criados os "registros", para as cobranças por via de mar ou de terra.

Esses registros verificavam as guias nas fronteiras, afim de não continuarem a passar café fluminense, como de outras procedências, o que causava enormes prejuizos ao fisco provincial. O regulamento de 26 de Maio de 1836, criou os registros para verificação do café de S. Paulo, em Paraty, Mambucaba, Bracuhy e Ariró, e para os que viessem de Minas, em Pedra Branco d'Areia, Mantiqueira, Rio Preto, Parahibuna, Mar de Espanha e Porto de Francisco Leite. Sendo desviados o café de São Paulo mais tarde para as serras que limitam o município de Angra dos Reis, pois a exportação então tendia toda para o mar, foi criado em "Gratahu" um registro, sendo suprimido o de Bracuí, por onde deixaram de passar as tropas conduzindo café.

Mais tarde, foi adotada a cobrança do dizimo do café e de outros generos, na Côrte, sendo ella efetuada, mediante autorização do Governo Geral, por funcionários seus, na "Mesa de Diversas Rendas Nacionais".

A receita provincial era assim constituída:

Contribuição de polícia.
Decima urbana.
Legados e Heranças.
Direitos de Portagem.
Direitos de Aguardente.
Direito de réis em libras de carne.
Passagens de rios.
Novos e Velhos Direitos.
Próprios Provinciais.
Meia siza de escravos.
Subsídio Literário.
Dizimos.
Cotas de dizimos do açúcar.
Dita de dizimos do café.
Terças partes de Officios.
Direitos de Chancelaria.
Impostos nas casas de leilão e modas.
Emolumentos e Passaportes.
Ditos de visitas da saúde.

O café exportado e sujeito ao "dizimo", não soffria verificação de qualidade, não descontava a tára dos envoltorios e o peso era calculado pela média de dois ou tres sacos.

O regulamento para a execução do decreto n.º 5, de 6 de Maio de 1836, para os efeitos comerciais, estabelecem o tipo do café, em tres qualidades:

1.ª sorte—grãos chumbados com algumas pintas ou quebras.

2.ª sorte—grãos muito desiguais ou esbranquiçados.

3.ª sorte—o restolho.

Por êsse regulamento, o tribúto do café era de 4 % *ad-valorem*, (\$509 \$409, \$365, \$411, etc. por arroba), gozando, porém, o café, de serra acima, do abatimento de 1 %. A prova da procedencia do genero, para o efeito do abatimento, era dada mediante atestados dos Juizes de Direito e Municipais ou das pessoas mais qualificadas do Distrito de origem.

Em 7 de Março de 1838, foi criada a Meza Provincial no Consulado da Côrte, para fiscalização e arrecadação do "dizimo" applicado ás despesas da Província pela Lei n.º 36, de 31 de Outubro de 1835.

CONSEQUENCIAS DE UM FATO GRAVE

A criação da Meza Provincial, com funcionarios da Província, e não mais do Governo Geral, teve origem num fáto gravissimo que determinou até a suspensão de obras públicas em andamento, pelo desvio de renda do dizimo de café fluminense, coberto com guias de origem de outras provincias.

O Rio de Janeiro, cuja divida em 1837 era de 85:441\$234, teve-a elevada apra 132:305\$086 em 1838, por falta de receita do café.

O processo de guias apresentadas no Consulado da Côrte, por quaisquer pessoas, sem caracteristicos perfeitos e sem maiores verificações, deu logar ao grande extravio em 1837, por parte de empregados inescrupulosos. A Província que produzira cerca de 3.400.000 arrobos, teve mais de 573.000 cobertas com guias de S. Paulo, Minas, Espirito Santo e Santa Catarina.

O Governo provincial em face de tão grave fato, nomeou uma commissão de "três Cidadões de reconhecidas luzes e integridade" para apura-lo e dar parecer sobre o que convinha fazer afim de garantir a renda pública.

Essa commissão que teve presente todos os livros, tanto Gerais como Provinciais, documentos e todas as guias que, haviam isentado generos da quota da Província, confirmou o extravio de 1.052.495 arrobos e estimulou em 207:521\$692 o prejuizo da Fazenda. A principal differença é, segundo o relatorio de 1 de Março de 1838, do Presidente da Província, de 245.095 arrobos de café, que se despacharam com guias mandadas admitir por "aviso" do Ministro da Fazenda, de 16 de Julho de 1836. O Governo Geral tomou severas medidas contra os empregados da Meza do Consulado.

O Presidente da Província, comquanto tomasse a providencia de criar a Meza Provin-

cial com empregados da Província e mandasse regular por um sistema novo a fiscalização das guias, o processo para arrecadação e verificação do dizimo, não se mostrou de acôrdo com o parecer quando declarava que "a máxima parte das guias são em sua origem, despachos falsos emitidos pelos Cobradores Fiscaes de Dizimo da Província de S. Paulo".

Não julgou exata a proposição porque, na Meza do Consulado Geral nenhuma guia era ou devia ser despachada, sem que a segunda via lhe houvesse sido remetida pelos Exatores da Província de S. Paulo, e que essa segunda via, depois de conferida com a primeira, que isentava o café, era remetida a Tesouraria da Província do Rio de Janeiro.

Depois de longas considerações sobre o parecer, o presidente para demonstrar que o extravio de renda não se originou da emissão de guias falsas, salienta o fato de se ter apurado a saída de 1.052.261 arrobas de café, sem que para essa quantidade tivessem sido expedidas guias. Assim, textualmente escreve o seguinte, ás paginas 26 do relatório:

"A Lei diz aos Empregados—Vós não isentareis da quota da Província senão aqueles generos, que vierem cobertos com guias de origem, que tenham estes ou aqueles requisitos. Deixão todavia de pagar essa quota de 1.052.261 arrobas e não apresentarão as guias. Pode isso ser imputado ás guias, e ao sistema que consagra ?

"Não obstante são essas 1.052.261 arrobas computadas na demonstração dos prejuizos que têm causado as guias, computando-se assim o prejuizo causado por guias que não existem".

Entretanto, linhas adiante acrescenta: "Verdade he que, se não existissem guias não se daria esse extravio, ao menos pela maneira por que se apresenta. Mas tambem se não houvessem Exatores e Rendas Publicas, não se darião fraudes".

A ORIGEM DAS GUIAS PERTURBADORAS

Termina por julgar o extravio devido a alguns empregados prevaricadores e á falta de uma escrituração fiscal das guias na Meza Geral e afirma que o pessoal da Meza Provincial, porém, deve inspirar mais confiança, e a escrituração mandada adotar obstará qualquer fraude.

Em o ano financeiro de 1834 a 1835 houve um extravio de 937.139 arrobas, devido a cobertura de café fluminense com guias de São Paulo, que então cobravam impostos maiores, mas avaliava o genero por intermedio de agentes nas barreiras, com grandes diferenças. O café bom, por exemplo, no registro do Bando d'Areia, em S. Paulo em Setembro de 1838, foi avaliado a 1\$800, 1\$680, 1\$500 e 1\$440 por arroba, quando a quota da Província do Rio era de 3\$600 e 3\$500 por igual quantidade e qualidade.

E' bem remota, pois, a origem das guias perturbadoras da fiscalização, o que por vezes demonstrei ao tempo em que se cobriam com

guias de Minas, o café fluminense destinado a exportação marítima.

No relatório de 1 de Março de 1840, o mesmo Presidente, ás paginas 5, diz que "o incentivo da fraude, que se pode praticar com as guias, continua pois, a existir, e a avides do lucro há de certamente aproveitar o primeiro ensejo para repetir as suas especulações imoraes".

Os relatórios da Província tanto interesse punham nas questões relativas ao café, que, embora com o justo receio de tornar-me fastidioso, sou levado pela atenção que desperta o assunto, a de vez em quando, nestas linhas, fazer uma divagação sobre o que em tais documentos vou deparando.

A Mesa Provincial estabelecida na Côrte, em substituição do Consulado das Rendas, foi a primeira que arrecadou por empregados fluminenses, o dizimo do café, pois, que até então, março de 1838, esse tributo fóra cobrado por empregados do Govêrno Geral.

Por simples desejo de satisfazer a curiosidade dos que porventura venham a ler êste desprezencioso trabalho, dou abaixo a primeira arrecadação do imposto (dizimo) sobre café, efectuada por empregados provinciais na Côrte: CAFE' de Serra acima.

(3 %) Abril a Junho, 37.845 arr. e 2 lib. 3:952\$246.

(3 %) Julho a Dezembro, 46.203 arr. e 4 lib. 4:939\$280.

De Serra abaixo.

(4 %) Abril a Junho, 472.068 arr. e 25 lib. 65:006\$302.

(4 %) Julho a Dezembro 1.666.474 arr. e 15 lib. 237:376\$998.

Em 1838, foi instalada na Côrte a Recebedoria da Província de Minas Gerais, e como pela Lei expedida o café pagasse então uma taxa de 3 % sobre 1\$500 por arroba de café, e a Província do Rio cobrasse \$144 de imposto, maiores temores de fraude teve o Govêrno, porque o café fluminense seria, como foi em grandes quantidades, coberto, com guias de procedencia mineira.

A Província do Rio nenhuma providência direta pode então tomar com a de Minas, visto como o respetivo Presidente desse último Estado, não poderia modificar a Lei, que mandava cobrar o imposto sem avaliação da qualidade do café, o que redundava em virem cafés baixos para o mercado, como se fossem fluminenses, onde estavam sujeitos a avaliação pelo tipo, e os do Rio de Janeiro, eram cobertos, sendo de boa qualidade, com guias mineiras que tanto cobrava quarenta e cinco réis por arroba do pessimo, como do otimo café.

A questão das guias tomou tal vulto e alarmou o Govêrno sempre atento á exportação do seu principal produto, que em 1851, houve uma negociação com o da Província de Minas, para que esta suprimisse as do café de procedencia mineira.

Tendo o Presidente de Minas declarado que estava pronto a entrar em um acôrdo com o da Província do Rio de Janeiro se êste concordasse com o parecer dos delegados mineiros, foi novamente o caso submetido a estudo dos delegados fluminenses e afinal lavrado o acôrdo,

ILUSTRAÇÃO
DO PROF.
HENRIQUE
CAVALLEIRO



RUINAS DE
UM VELHO
CASARÃO
COLONIAL
EM PORTO
DAS CAIXAS



talvez o primeiro sobre café, entre Províncias, no dia 17 de Julho de 1851.

As bases principais do dito "acôrdo", eram as seguintes:

I—Pela mesa do consulado provincial do Rio de Janeiro se arrecadaria o dizimo do café não só fluminense como de Minas, na razão de 4 % sobre o preço das pautas semanais;

II—A renda do dizimo seria dividida em 100 partes, das quais pertenceriam á Minas 9,03 e ao Rio de Janeiro, 90,97;

As clausulas III *us-que* VI tratam da organização de balancetes, dos saques á vista que o Governo de Minas poderia fazer a execução do convenio por tres anos. A clausula VII, mandava aceitar as guias que a Província de Minas expedira até 31 de Agosto, para serem restituídas como dinheiro a mesma Província.

Feito esse acôrdo o Governo iniciou negociações para fazer identico com S. Paulo, com o intuito de evitar a exportação do café de Rezende, coberto com guias paulistas.

Continuando a percorrer a legislação, voltarei a período anterior para referir-me a lei n.º 158, de 10 de Maio de 1839, que acabou com a taxa especial de 3 % para os cafés de serra acima, estabelecendo a de 4 % em geral.

Para não tornar fatigante o trabalho, ora com comentarios que á leitura de relatórios, mensagens e deliberações conduzem-me naturalmente, ora em transcrições, passarei a fazer referências ás mais importantes ocorrências legislativas ou governamentais sobre o café, dando no fim em separado, com a respectiva emenda, o longo repertório dos atos dos Poderes Públicos sobre o genero cujo segundo centenário entusiasticamente festejamos.

Em 1879, a renda dos tributos sobre o café, foi de 2.575:504\$064, e em 1880, de 2.563:052\$216, contra 2.299:397\$062 em 1881, justamente na ocasião em que a safra foi avultada, excedendo até, conjuntamente com as dos demais Estados cafeeiros, ás possibilidades do consumo.

No 1.º semestre seguinte, isto é, em 1882, a receita, ainda com a produção avultada do genero, atingiu apenas a 796:330\$689, e no decenio 1872-1881, só no 1.º semestre de 1872, a renda se equiparou, com a circunstância, porém, que a receita tributária então correspondeu a estimativa da safra, pequena e sufficiente para o consumo.

No alludido decenio, foi a seguinte a renda, que serve de termo de comparação para o que venho relatar:

1872.....	732:253\$389	(1.º semestre)
1873.....	1.185:602\$033	>
1874.....	1.048:399\$427	>
1875.....	1.175:222\$341	>
1876.....	1.148:414\$846	>
1877.....	1.150:702\$436	>
1878.....	806:790\$063	>
1879.....	1.196:320\$152	>
1880.....	975:291\$525	>
1881.....	1.069:990\$269	>

A causa, porém, de tão sensível diferença de renda, não foi a diminuição de quantidade da

produção, e sim, a excessiva baixa de seu valor nos mercados nacionais e estrangeiros, ante o elevado "stock" oferecido á venda.

O IMPOSTO E A FORMA DE COBRA-LO

Naquela época, como hoje, o imposto era cobrado sob a forma de uma taxa proporcional ao preço do café e daí succedeu, que, tendo sido a exportação de 1880 menor, mas de valor maior, a renda publica teve o decrescimo que causou justo receio ao Governô em 1881, quando a safra foi deveras avultada.

Sobre êsse fato, o retrospecto do "Jornal do Comércio", em 1881, publicou a seguinte apreciação, que não me furto de transcrever, tão interessante e oportuna a julgo:

"A baixa do valor do café em 1881 significa, na proporção em que se deu, a diminuição da nossa força de aquisição em mais de um quinto. Embora a quantidade do genero que enviamos aos mercados estrangeiros fosse muito maior do que a do ano anterior, a renda da exportação na alfandega do Rio de Janeiro foi inferior á do ano de 1880, consequência necessária dos preços baixos.

"O consumo do café não se tem alargado proporcionalmente á produção dos diversos países. Por muito tempo teve o Brasil quasi o exclusivo fornecimento de café ao mundo. Os preços altamente remunerados que obtinha o café, despertaram naturalmente a atenção dos diversos países onde a natureza oferecia condição para a cultura do precioso grão. Estabeleceu-se a concorrência a desde logo tivemos desvantagens, porque os novos produtores porfiavam por exceder-nos no preparo do artigo, o que aliás lhes era facil por ser pequena a quantidade a beneficiar, enquanto nós descansavamos na força produtiva do solo, ou mal podiamos cuidar com apuro de colheitas avultadas. A pouco e pouco foi-se formando e generalizando a opinião de que o café brasileiro era inferior em qualidade aos de outras procedências. Muitos interessados nesse comércio sabiam o contrário, mas essa opinião servia-lhes de base para os preços que nos ofereciam, ao passo que a ignorância dos consumidores, quanto a êste ponto, permitia ao comerciante estrangeiro vender o nosso genero com a denominação das sortes mais acreditadas.

"Mais tarde, o que acontecera no exterior reproduziu-se no interior do nosso país. A cultura do café tornou-se o único emprego, ou pelo menos a única ambição do lavrador brasileiro, onde o clima e o solo não eram excessivamente desfavoráveis, plantou-se o café.

"Dest'arte a produção assumiu vastissimas proporções.

"O consumo, contido em seu desenvolvimeto natural pelos preços altos, ainda elevados pelos pesados direitos de entrada nos mercados da Europa, não acompanhou o alargamento da produção."

"Acrecece ás causas apontadas que a vida não tem, nos ultimos anos corrido facil para as classes mais numerosas da população nos países consumidores, em consequência das crises

da indústria e da consequente diminuição de salários.

"Pelas tabelas seguintes organizadas sobre dados das melhores estatísticas oficiais, vê-se qual a produção e consumo geral do café.

"As quantidades são expressas em toneladas de mil quilogramas:

PRODUÇÃO

Rio de Janeiro.....	320.000
Santos.....	80.000
Baía.....	4.000
Ceilão.....	25.000
Malabar, Manilha.....	25.000
Java.....	75.000
Padang.....	9.000
Macassar.....	9.000
Haiti.....	25.000
Jamaica.....	5.000
Porto Rico.....	10.000
Laguaira e Maracaibo.....	30.000
Guatemala e Costa Rica.....	30.000
Diversos.....	14.000

TOTAL..... **660.000**

CONSUMO

Estados Unidos.....	179.200
California.....	4.400
Alemanha.....	112.600
Hamburgo.....	4.000
França.....	56.800
Austria.....	37.000
Holanda.....	30.000
Belgica.....	24.000
Suecia e Noruega.....	22.000
Inglaterra.....	20.700
Turquia.....	20.000
Italia.....	16.000
Suissa.....	11.000
Hespanha, Portugal.....	10.000
Rússia.....	10.000
Grecia.....	1.000
Cabo, Rio da Prata.....	3.300
Diversos.....	8.000

TOTAL..... **570.000**

"O excesso da produção sobre o consumo é, pois, de 90.000 toneladas, ou de 1.500.000 sacas de 60 quilos.

"Exposta assim a situação, é inútil dizer que ela reclama a mais séria atenção não só do comércio, como também dos poderes públicos, porque trata-se da riqueza do país.

"Há talvez neste fato da rápida diminuição do valor do unico produto nosso um aviso que não deve ser despresado.

Se a redução dos preços continuar, dia virá em que a cultura do café deixará de ser remuneradora: os lavradores abandonam-na e o país terá de passar por uma tremenda crise, porque não cuida de outro produto, nem a indústria fabril é favorável em seu desenvolvimento. Já não exportamos anil nem algodão; o açúcar apenas agora parece querer de novo viver; o fumo de Minas já vai sendo aban-

donado. O que nos restará se em tempo não cuidarmos de garantir a existência nacional?"

Enquanto assim diminuía o valor do café em 1881, acrescenta o autor do retrospecto comercial, depreciava-se também o nosso "meio circulante pela baixa do câmbio".

Um fato explica suficientemente o outro, pois a diminuição do valor do café importa menor poder de aquisição de tudo quanto importamos dos mercados estrangeiros. O nosso meio circulante baseia-se, com efeito, no café, "que é o nosso ouro".

Profundas crises do café trouxeram, por vezes, graves situações financeiras ao Rio de Janeiro, quer no regime provincial, quer no presente.

CAFE' A \$800 POR QUILO

Em 1896 começou a baixar o preço do café, chegando em 1898 á média de \$800 por quilo, o que poderosamente determinou a angustiada situação financeira do Estado, que até suspendeu o pagamento dos vencimentos dos seus funcionarios.

Foi o reverso do aureo período dos grandes saldos, ao tempo em que o café teve considerável alta concorrente o seu tributo fiscal para o acúmulo de dinheiros no thesouro fluminense.

Sendo o café, na feliz expressão, do exmo. sr. dr. João R. da Costa, saudoso fluminense, que occupou o cargo de Secretário Geral do Estado, "o nervo das nossas finanças", é bem de ver-se o quanto devemos cuidar do seu valor para a estabilidade dos nossos orçamentos.

As oscilações bruscas e intempestivas de preços, ocasionadas por varias causas, entre as quais não se exclue o próprio tempo, tem sido origem de graves perturbações na vida econômica do Estado.

A previsão é quasi sempre falha e o trabalho direto do Estado para torna-la evidente, não podia continuar a mercê de estimativas orçamentárias, nem tampouco dos processos comerciais que iam até a propositada depreciação do genero, em detrimento dos respeitáveis interesses dos lavradores e da renda pública.

A intervenção eficaz, que se concretizou na instituição criada sob a patriotica e inteligente sugestão do atual presidente do Estado, o exmo. sr. dr. Feliciano Sodré, veio pôr termo ás surpresas constantes a que se expunha a situação do café e do Estado, que calculando verbas de arrecadação dos tributos fiscaes sofria notáveis reduções nos cálculos previstos.

Bem haja, pois, a criação do Instituto do Fomento e Economia Agrícola, cuja patente importancia está no valor presente do café, contrariando a conhecida lei comercial que fatalmente teria ocasionado a maior baixa se a exportação se efetuasse, sem a limitação que a protege e ampara.

No regime monárquico, além dos impostos provinciais, o café estava sujeito ao de 7% do Governo Geral, sendo, portanto, taxado com 11% até 1889, salvo se não fosse exportado do município neutro, caso em que pagava somente 4%.

DEPOIS DA REPÚBLICA

Proclamada a República e promulgada a sua Constituição, os impostos de exportação passaram para os Estados, e o do Rio de Janeiro começou a arrecadar os 11 % sobre o café, mantendo, porém, a restrição da adição de 7 %, quando o genero fosse consumido na Capital Federal.

Não era plausível o processo, pois, a Constituição, outorgando aos Estados o direito de cobrar a exportação de seus produtos, o do Rio de Janeiro deveria logo arrecadar os 11 % porquanto o café saído do seu territorio para a União, estava exportado.

Além da falta de motivos para tal procedimento por parte do Estado, gerou esse processo a criação das guias de exportação, passando a ser objeto de comércio, os despachos de 4 % que vinham a cobrir cafés de quaisquer origens.

O Governo do Estado do Rio, pondo o maior interesse no caso, e devidamente autorizado pelo artigo 14, da Lei n.º 32, de 5 de Dezembro de 1892, resolveu mandar cobrar o imposto total, por ocasião da chegada do café á Capital Federal.

Assim, a partir de 15 de Novembro de 1894, o café fluminense exportado para a Capital Federal, pagava integralmente a taxa de 11 % *ad-valorem*, de acordo com a citada lei, cujas instruções foram consignadas no Decreto n.º 132, de 22 de Outubro de 1894.

Esse Decreto, determinava que esgotado o "stock" das guias de 4 % existentes até a data de sua vigoração, os despachos passariam a ser feitos livremente, mediante a apresentação na Mesa de Rendas, dos conhecimentos do imposto de 11 %.

A medida era transitória e foi adotada para o fim de distinguir o café fluminense dos de outros Estados.

Antes da execução do Decreto 132, de 22 de Outubro de 1894, o Governo do Estado entrou em explicações com o Governo de Minas, para a promulgação do referido ato.

Foi assim, que a 5 de Outubro citado, o Secretário das Finanças fluminense, dirigiu ao de Minas, um officio salientando a urgência de se pôr um termo ao estado de coisas a que chegara a situação do café de ambos os Estados, sujeito a pagar os impostos em duas quotas, uma de 4 % e outra de 7 %, sendo esta por ocasião dos despachos de exportação marítima. Nesse documento demonstrou o officiante, quanto de envilecido estava o processo mercantil das guias de 4 %, cuja reversão devia caber aos lavradores, que aliás não foram beneficiados, pois as diferenças extra legais de valores, passaram para os exportadores e mais interessados no tráfico das guias.

A resposta de Minas não foi decisiva, mas continha a promessa de que o assunto seria estudado e tomado na devida consideração.

O Estado do Rio, porém, entendendo não ser conveniente demorar a solução do caso, expediu o Decreto 132 referido, precedendo-o da seguinte exposição de motivos: "Sr. Presidente do Estado—No meu relatório de 25 de

julho último, fiz sentir a urgente necessidade passar-se a efetuar a cobrança integral do imposto de 11 % sobre o café fluminense exportado para a Capital Federal, á entrada do produto na mesma Capital, como meio de pôr cobro aos enormes prejuizos que sofre a lavoura com a especulação que dá lugar, e minuciosamente expuz no aludido relatório o modo atual da arrecadação em duas quotas—uma á chegada do genero ali, e outra ao fazerem-se os despachos para os países estrangeiros ou para outros Estados da Republica—exigindo-se para êstes despachos a apresentação das guias ou conhecimentos daquela primeira como documento presuntivo da origem do café, afim de discriminá-lo de outros Estados, com o qual se confunde no mercado comum". Em seguida refere-se ao entendimento que teve com o Governo de Minas e demonstra a urgencia da solução do caso. O aludido decreto determinava, que esgotado o "stock" das guias de 4 % existentes até a data da sua promulgação, os despachos passariam, a ser inteiramente livres, só com a apresentação do pagamento dos 11 %.

A medida era, como disse, transitória e foi adotada para o fim de distinguir o café fluminense do mineiro, que estava ainda em 1894, sujeito aos 7 % nos casos de sua exportação marítima. Tendo, porém, Minas adotado tambem a cobrança integral dos 11 %, o Estado do Rio derogou o dispositivo do artigo 8.º do Decreto n.º 132, que só permitia a livre exportação depois de esgotado o "stock" de guias.

O Governo de Minas, que era partidário do pagamento integral, mas não da livre exportação, porque entendia que os produtores tinham direito a reversão, o que era coisa muito duvidosa, opoz-se ao novo Decreto fluminense, e reclamou para o caso, a intervenção federal.

OS CONVENIOS MINEIRO-FLUMINENSE E GERAL

O protesto não se revestiu de fôrma constitucional, dada a autonomia dos Estados no regime federativo e isso foi clara e exuberantemente explicado ao ministro da Fazenda, de então, pelo Secretário das Finanças do Rio de Janeiro, entrando em plena execução o Decreto impugnado, até 6 de março de 1895, quando foi suspenso em virtude do Convenio celebrado com o Estado de Minas. Por esse Convenio, os Estados acordantes continuariam a cobrar o imposto pela mesma fôrma por que estavam fazendo: os despachos de exportação já concedidos e os que fossem até a data do ato seriam respeitados até 15 de junho, depois do que ficariam sem valor os que não tivessem sido utilizados; extinguia as guias, mas para evitar a superabundância delas no mercado, mandava admiti-las até 31 de dezembro de 1895, com o abatimento de 15 % e depois de 5 % sobre as quantidades de café nelas referidas; regulava o acordo para a organização das pautas, e tomava outras medidas sobre fiscalização.

Posta em execução a clausula do Convenio que autorizava a exportação livre, de 11.966

quilos de café mineiro, e de 12.864.922 de café fluminense, mediante a simples apresentação dos conhecimentos de 11% á Alfandega quanto ao de Minas e á Mesa de Rendas sobre o do Estado do Rio, houve reclamações dos lavradores interessados e por isso o Govêrno de Minas resolveu celebrar um Convênio Geral com todos os Estados produtores sobre o melhor meio de efetuar a arrecadação, e nesse sentido, dirigiu convites aos presidentes do Rio de Janeiro, de São Paulo e Espírito Santo.

Accedendo o convite, reuniram-se os representantes dos Estados, na Capital Federal em 21 de maio de 1895, e assinaram um acôrdo pelo qual se continuaria a cobrança integral da taxa de 11%; dariam prazo até 31 de dezembro para a validade das guias e admitiam as expedidas até 6 de março, por equidade, para o efeito da exportação de metade das quantidades que elas representassem.

Este acôrdo foi aprovado pelo Decreto numero 203, de 22 de maio citado.

Ainda no ano de 1895, a questão do café chamou a atenção do Govêrno fluminense, a quem chegára a noticia de haverem os funcionários fiscaes de Minas, matriculado no registro de seu Estado, os lavradores de Miracema, que passariam a pagar os impostos ao Estado vizinho, quando pagavam desde os tempos do Imperio, ao Rio de Janeiro. A questão foi de véras interessante, havendo troca de officios entre os Govêrnos dos dois Estados, até que ficou estabelecido um *modus vivendi*, que apesar dos grandes empenhos dos Govêrnos, das populações locais e todos emfim que se interessam para a terminação dessas contendas de limites, ainda perdura presentemente; arrecadando cada um dos Estados litigantes, o que é considerado da zona litigiosa de Miracema e de Paraoquena, adotando o critério de se considerar renda do Estado arrecadador aquella que provém do café, cuja situação agrícola está inscrita no cadastro do imposto territorial do que recebe o tributo.

Em 1897, foi promulgada a Lei n.º 345, de 10 de dezembro, que autorizava o Govêrno, a regular a arrecadação dos impostos de modo a poder ser feita a reversão do imposto aos lavradores, e mandava, que na impossibilidade dessa reversão, se decretasse uma taxa maxima de \$500 por saca de 60 quilos, que fosse exportada.

O sistema de cobrança do imposto para a saída livre, encontrou grande aceitação por parte dos lavradores, que viviam desiludidos dos processos que prometiam a reversão do imposto, o que afinal não se realizou nunca.

A arrecadação do imposto de 11% á entrada do café na Capital Fedral, sem a exhibição das guias nos casos de exportação, já representava uma grande conquista. Nessa ocasião tambem foram criados entrepostos, para o armazenamento do café, aliviando os exportadores do pagamento immediato dos tributos, para realiza-los depois de garantida a colocação do produto.

A CONFERÊNCIA DE 1898, EM BELO HORIZONTE

A proposito dêsses fatos, houve uma conferência em 7 de junho de 1898, no Palacio do Govêrno de Minas, em Bello Horizonte, sendo pelos conferencistas dos Estados, apresentadas as seguintes bases:

1.ª—Para o serviço da cobrança do imposto de 11% sobre o café, serão pelos Govêrnos dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, criados postos fiscaes nas estações terminais das estradas de ferro no Districto Federal e na cidade de Niterói, bem como em outros pontos onde os ditos Govêrnos julgarem mais conveniente, inclusive em trapiches para o café que vem por mar.

2.ª—O café chegado ao posto fiscal poderá dêle ser retirado logo que se já pago o imposto devido, permitido, entretanto, seu depósito no posto sem limitação de tempo, contando que o imposto seja pago dentro do prazo máximo de 90 dias e pelo valor constante da pauta do dia da chegada.

3.ª—A Repartição Fiscal a que fôr levado o aviso de chegada numerará e escriturará êste, de modo que possa ficar *nela* conhecida com toda a exatidão a quantidade de café do seu Estado existente no mercado.

4.ª—O exportador quando quizer obter o despacho para o embarque do café, apresentará á Repartição Fiscal duas notas identicas, datadas e assinadas, das quais conste, além dos esclarecimentos determinados nos regulamentos, o nome do navio em que o embarque tiver de ser feito, o ponto em que êste se há de efetuar o porto a que o café se destina, a marca e o numero de volumes e a quantidade em quilogramas a embarcar.

5.ª—A Repartição Fiscal depois de haver verificado pela sua escrituração que a existência de café no mercado, procedente de sua produção, feito o desconto de 5% correspondentes ao consumo do Distrito Federal, comporta o despacho pedido, concede-lo-á, lançando nas mesmas notas a precisa quantidade de café que pôde ser embarcada e restituirá uma delas ao exportador para a conferencia do embarque. Cada uma das Repartições Fiscaes dos dois Estados, terá na outra funcionário seu para a fiscalização da procedencia e escrituração do café entrado e dos despachos de concessão dos embarques.

6.ª—A nota do despacho para a exportação é intransferivel e só terá valor pelo prazo de 10 dias e para o navio nela designado. Findo o prazo ou tendo saído o navio sem a carga exáta da nota de despacho, o mesmo exportador, salvo caso de força maior, não poderá obter outro qualquer despacho na Repartição em que tiver sido processado o primeiro, sem que previamente pague a totalidade do impôsto na mesma importância da anterior sobre a quantidade de café que tiver deixado de exportar. Entretanto, se o dito exportador não se apresentar a pedir outro despacho até estar findo o prazo ou ter saído navio, a Repartição Fiscal poderá conceder a exportador diverso

novo despacho de exportação para a quantidade de café que não tiver sido aproveitada para o embarque.

7.^a—Os Governos reservam-se o direito de, cada um de per si, conceder privilégio de postos fiscais a armazens particulares que ofereçam as condições de idoneidade prescritas nos regulamentos ou de tê-los por sua própria conta e administração.

8.^a—Os Governos dos dois Estados prestarão o seu auxílio aos proprietários de estabelecimentos com regalias de postos fiscais para que alcancem do Governo Federal, o direito de emissão de conhecimentos de depósitos e de "warrants", com relação ao café depositado nos ditos estabelecimentos, sujeitos êsses títulos ás prescrições legais já decretada para identicos, sobre mercadorias de importação. Serão, então, os agentes fiscais os competentes para atestarem em tais títulos a existencia do café em depósito e a importância do imposto que sobre êle tem de recair.

9.^a—Enquanto não funcionarem os postos fiscais o imposto sobre o café continuará a ser cobrado como atualmente é, procedendo-se, porém, pela fórmula estabelecida neste acôrdo, para o respectivo despacho de exportação, cuja nota será o único documento exigível para a conferência de embarque.

10.^a—Os Governos dos dois Estados elaborarão em comum, dentro do prazo de 15 dias, da data da aceitação deste acôrdo pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, os regulamentos necessários para a sua execução e resolverão no mesmo prazo sobre o melhor expediente no tocante ás guias existentes. Se findo o prazo, o trabalho não estiver concluído ou se mantiverem divergências a respeito de detalhes de serviço, cada Governo resolverá em separado sobre os dois assuntos, respeitadas no regulamento que expedir em sua letra e sentido, todos os artigos dêste acôrdo. O Governo do Estado de Minas Gerais nomeará quem, na cidade de Petropolis o represente junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o referido trabalho.

O Estado do Rio de Janeiro aprovou êste acôrdo pelo Decreto n.º 479, de 22 de junho de 1898.

NOVO ACÔRDO PARA O AMPARO DO CAFÉ

Desejosos, os Poderes Públicos dos Estados cafeeiros, de promover o verdadeiro amparo da importante cultura, sua valorização e propaganda, reuniram-se em Taubaté, na Casa da Camara Municipal, em 29 de fevereiro de 1906, os Presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e aí celebraram o conhecido Convenio, pelo qual se obrigavam os Estados a valorizar o café, regularizando o seu comércio, estabelecendo o preço mínimo de 55 a 65 francos por saca de 60 quilos.

Nesse convenio, tratando da criação de uma caixa de conversão, ficou resolvido o levantamento de um empréstimo com endosso ou fiança da União, a quem caberia a arrecada-

ção de uma sobre-taxa destinada a amortização e juros do empréstimo.

Em 4 de julho do mesmo ano, o convenio de Taubaté, foi modificado, sendo estabelecido o valor mínimo de 32\$ a 36\$ por saca de café, tipo 7, podendo ser elevado tambem, e ficou estabelecida a cobrança da sobre-taxa pelos proprios Estados.

Pela Lei n.º 729, de 10 de agosto de 1906, foi criada a sobre taxa de três francos por saca de café, que fosse exportada por via marítima, do Distrito Federal.

O Decreto n.º 1.012, de 26 de dezembro do mesmo ano, regulou o processo para essa cobrança.

Novamente, ficou instituído o processo das guias, pois, os Estados só permitiam o pagamento do imposto do café.

Cada Estado organizou então o "stock" de seu café na praça do Rio de Janeiro, e á proporção dos pedidos, dando baixas, concedia a exportação mediante o pagamento da sobre-taxa de três francos por saca.

Continuou, pois, o irregular processo de se aceitar em quaisquer dos dois Estados, os despachos para a exportação, cobrando as guias de francos, que eram os proprios despachos, cafés de procedencia já desconhecida, porque estavam armazenados conjuntamente no mercado da Capital Federal.

A Lei n.º 1.521, de 19 de novembro de 1918, mandou cobrar, como aliás já havia feito o Estado de Minas, a sobre-taxa, logo que fosse pago o imposto sobre o café, quer fosse ou não exportado do Distrito Federal.

Essa cobrança simultanea iniciou-se em 1 de janeiro de 1919, "ex-vi" do Decreto n.º 1.654 de 24 de dezembro de 1918.

A taxa do café de 11% passou a 8 e ½% e depois a 8%, que é a que está em vigor presentemente, segundo o Decreto 876, de 23 de dezembro de 1904 e Lei 1.376, de 12 de dezembro de 1916.

De setembro de 1926, porém, ainda outro beneficio gozou a tributação do café, porque foi suprimida a sobre-taxa de tres francos, embora criada a taxa ouro, que tem fim especial e pertence ao Instituto de Fomento e Economia Agricola. Minas e São Paulo ainda mantêm a sobre taxa, e o Espírito Santo, que arrecada 12% sobre o café, tambem vac criar essa sobre-taxa.

A Lei n.º 1.979 de 10 de novembro de 1925, criou no Estado, os serviços de defesa do café, na conformidade do acôrdo celebrado com o Estado de São Paulo.

O Instituto de Fomento, de cujos propositos outros dirão melhor, foi criado pela Lei numero 2.014, de 15 de agosto de 1926 e regulado pelo Decreto n.º 2.189 de 21 do mesmo mez e Estatutos tambem dessa última data.

Falta de tempo, tão ocupado o tenho com os serviços exaustivos da Inspetoria das Rendas e o sincero desejo de poupar maior fadiga aos que porventura se detenham na leitura destas notas, fazem-me acaba-las sem entrar em outros detalhes e apreciações sobre o momentoso assunto.

Contribuição para a História do Café

Monografia comemorativa do bi-centenário da introdução do cafeeiro no Brasil (1727-Maio-1927)

HILDEBRANDO DE MAGALHÃES

Com o intuito de metodizar a exposição dos complexos fatos históricos atinentes ao café, quer quando ainda fóra da nossa Pátria, quer já no seio desta, dividimos a materia pela fórma que se segue:

PREAMBULO:—I) O café; II) Efeitos orgânicos do uso da infusão; III) O cafeeiro e seu fruto.

PRIMEIRA PARTE—O CAFÉ NA AFRICA, NA ASIA, NA OCEANIA E NA EUROPA:—I) Natividade do vegetal, no continente africano; II) Propagação na Asia; III) Descobrimto do uso do café; IV) As navegações holandesas e a “*coffea arábica*”; V) Introdução da bebedeira e da planta na Europa; VI) O café na França e na Inglaterra.

SEGUNDA PARTE—O CAFÉ NO NOVO MUNDO (CULTIVO INICIAL, EM POSSESSÕES HOLANDESES E FRANCESAS);—Em Surinam; na Martinica; na Guiana Francesa.

TERCEIRA PARTE—O CAFÉ NO BRASIL:—I) No Pará e em outras regiões do extremo norte; II) No Rio de Janeiro; III) Expansão nas zonas fluminense, mineira, baiana e espirito-santense; IV) Na Terra da Promissão; V) O passado, o presente e o porvir do café, em nossa Pátria.

CONCLUSÃO:—I) O nome; II) As “casas de café”; III) Derradeiras considerações.

P R E A M B U L O

I

O CAFÉ

De todas as bebidas não alcóolicas, —cujo uso ininterrupto a humanidade veiu a adotar, familiarizando-se com as mesmas de tal forma, que a abolição repentina de qualquer delas equivaleria a um verdadeiro sacrificio,— é o café, sem dúvida, a melhor, a menos custosa, a mais eficaz, a menos nociva.

Intelectual por excelência; intensamente agradável, —pelo sabor, pelo odor e pelo aspecto,— ao paladar, como ao olfato e á vista; proveitoso em alto grau á economia interna do organismo: —não é de admirar que o liquido obtido, mediante certos processos, das sementes encerradas em um pequeno e belo fruto vermelho, tenha sido e seja estimado de maneira quasi universal, considerado quasi um netar, uma essencia rara, julgado quasi incomparavel, quasi divino, quasi insubstituivel.

E, de fato, o café faz jus inteiramente a quantos louvores se lhe tributem, por mais calorosos, por mais entusiasticos que sejam.

Voltaire, que absorvia quotidianamente umas vinte chácaras d'ele, foi um dos seus mais ardentes apaixonados. O genial filosofo, dotado de uma cultura polimorfa, chegou a dizer “que não sabia o que era ambrosia, mas estava propenso a crer que seria o café”.

Delile, —um Lucrecio moderno,— tambem o encomiou nestes formosos alexandrinos.

“Il est une liqueur, au poète la plus chère,
Qui manquaît á Virgile et qu'adorait Voltaire;
C'est toi, divin café, dont l'aimable liqueur,
Sans altérer la tête, épanouit le coeur”.

Rosset, no seu “Poème de l'agriculture”, não deixou de prestar-lhe a homenagem de inspiradas rimas:

“Le café parfumé qui nait dans l'Arabie,
Où de l'Anachorette il consolait la vie
Et dans un saint loisir lui donnaît sa liqueur”.

Ben Tayoux, frequentador do celebre “Chat-Noir”, de Paris, exaltou-lhe o brando aroma —ao qual attribuiu um poder misterioso,— em certa canção que chegou a fazer época, intitulada “Le café” e que continha este verso, entre outros muito apreciados:

O estribilho rezava assim:

Café, liqueur universelle
Nectar aimé des dieux,
Ton suave arôme révèle
Un pouvoir mystérieux".

Além destes, todos quatro franceses, vários prosadores e poetas, que teremos ocasião de citar no decorrer do presente trabalho, renderam preito sincero á ótima bebida.

Afim de referirmo-nos, de pronto, a um brasileiro, lembraremos José Candido da Costa Senna, medico e citaredo, natural da cidade mineira de Conceição e de cuja pena, ainda no seu tempo de academico, jorrou um epinício vibrante de espontaneidade:

"O CAFÉ (1)

Canto a bebida, que a correr, cheirosa,
Toda santa manhã, junto ao fogão,
Reúne da familia os membros todos
Em gostosa, inocente comunhão.

Eu te amo, ó café, na porcelana
Do fidalgo, na chícara do coeiro;
Mas é na patria Minas que te adoro,
Na cuia enegrecida do tropeiro.

Sim, de junho nas noites friorentas,
Junto ao fogão, no rancho, sobre o couro,
Ao som de uma viola requebrada,
Com um cigarro do Pomba, és um tesouro.

E aquí, sem um amor, entre estes livros,
Em que a alma, sedenta, em vão se cansa,
E's tu, meu velho amigo, que me inspiras.
Que me fazes sonhar uma esperança.

O café,—foi um genio quem te uniu
Do auri-verde pendão aos vivos brilhos!
Do Brasil representas a riqueza,
E o talento fecundo de seus filhos.

Quando eu for moribundo, ó meus amigos,
Lançaes fóra os xaropes do Galeno,
E instilae, em meus labios ressequidos,
O netar que êle chama de veneno.

E,—como Andrada, sobre a sua lousa,
A fórma de um pésinho feiçeiro,
—Eu peço, sobre a minha sepultura,
Em logar do cipreste, um cafeseiro".

A êste nome seja-nos permitido aliançar o de Joaquim Domingues de Lamêda, nascido em S. João-del-Rey,—embora os seus elogios tenham sido provocados e não passem dos termos restritos de uma glosa improvisada, que para aquí transladamos

"MOTTE

*Existe sempre na gloria
O inventor do café.*

GLOSA

(Improviso)

Merece eterna memoria
O que altas virtudes tem,
E quem nos faz algum bem
Existe sempre na gloria.
Nesta vida transitória
Só nos vale humana fé;
Se me perguntam quem é
O heroi que mais respeito,
Lhes direi ser, sem defeito,
O inventor do café". (2)

Aludiu, ainda, ao vegetal, apesar de muito á ligeira, o cintilante Castro Alves, que lhe chamou os frutos de "bagas de Ceilão".

E temos visto citações a respeito de Cassiano Ricardo (poeta "futurista") e Cyro Costa, como autores de bons versos referentes ao café.

Obtem-se o saudável licor pela infusão ou pela lixiviação, em agua fervente, do pé em que se transformam os grãos do fruto, após successivas, porém não demoradas tarefas:— a colheita e o descascamento; as lavagens e secagens; a seleção; a torrefação e a moagem. Tomado quente, adoçado com açúcar, — é, na realidade, apetitosissimo. Há quem lhe adicione qualquer crême (3) e assim o absorva; e, já por vèzo, já por aberração ou exquiritice, costumam inumeras pessoas enguli-lo até frio ou amargo (4). Misturado com leite, constitue uma bebida tão gostosa, quanto nutritiva e de fácil digestão (5).

O café é atraente, é avassalador,—conta poucos adversários. Pela sua expansão mundial, pela sua fixação nos costumes de imensa cópia de gente,—arraigou-se mesmo á existência, prendeu-se aos destinos da coletividade humana. Estimam-no os pobres como os ricos, amam-no os que, provendo ao próprio isolado sustento, ou á manutenção de um lar comum, á custa dos golpes ingentes da labuta material, vêm nêle um eficiente e delicioso estimulante para o máximo rendimento da força, da atividade muscular; e, acima de todos, idolatram-no os que vivem do cerebro, os que vivem da consciência, os que vivem do raciocínio, do cálculo mental,—enfim, os que vivem á custa de constante, de fatigante, de assoberbante dinamismo espirital:—os pensadores, os escritores, os professores, os juizes, os administradores

Em nossa Patria, por motivos sobremodo ponderosos,—gasta-se mais café do que em qualquer outra região do orbe terraqueo; é bebido ás chícaras, de manhã, ao meio dia, á tarde e á noite; abusa-se mesmo dêle,—por prazer, por hábito, por diversão, por vício, por necessidade.

II

EFEITOS ORGANICOS DO USO DA
INFUSÃO

Se não nos abalançamos a ir tão longe quanto Jomand,—o qual afirmou que “uma boa xícara de café substitue uma refeição”,—reconhecemos e proclamamos, com franqueza e simpatia, que o café, pelo elemento ativo que lhe é peculiar, se salienta como um notável tônico e restaurador, para com as energias vitais imprescindíveis ao perfeito funcionamento da complexa engrenagem do ser humano.

Defensores dele, medicinalmente, foram, entre outros, Payen (6) e Bouchardat.

A CAFEÍNA (C₈ H₁₀ Az₄ O₂), alcaloide extraído do fruto do cafeeiro e cujo descobridor foi Runge, em 1820 (7), cabe hoje larga aplicação nos domínios da ciência de curar, sendo feita a mése de preparados que a trazem,—muitas vezes como princípio básico.

De preferência a achar nociva a bebida,—inclinar-nos-íamos a perfiar a teoria de Gubler, segundo a qual ela não faz nem mal, nem bem. Não ocultaremos, todavia, a existência do “cafeísmo”, isto é, do estado patológico verificado em certos indivíduos, consequentemente ao uso excessivo da infusão.

E’ de flagrante expressividade, com relação ao assunto de que cogitamos, a frase atribuída ao sábio Fontenele:—“Si c’est un poison, c’est un poison bien lent et bien doux” (8).

Delile, que já tivemos ocasião de invocar no cap. I, virá mais uma vez em nosso auxilio, com a pujança do seu éstro:

“A peine j’ai senti la vapeur odorante,
Soudain de ton climat la chaleur pénétrante
Réveille tous mes sens; sans trouble, sans canots
Mes penses plus nombreux accourent, à grands
flots.

Mon idée était triste, aride, depouillée,
—Elle rit, ele sort richement habillée,
E je crois, du génie éprouvant le réveil,
Boire, dans chaque goutte, un rayon de soleil”.

Brillat-Savarin, autor da “Physiologie du goût” (Paris, 1874) e que era muito entendido no assunto, afirmou que “não existe melhor alimento para os homens obrigados ao trabalho de gabinete, depois do seu almoço” (9).

Segundo Paulo Porto-Alegre,—citando a obra “Du café envisagé au point de vue de ses applications”, de O. Laudarrabilco (Montpellier, 1866),—o dr. Chalrand observou que para a diminuição do *cretinismo* nos Alpes muito contribuiu, entre outras causas, a generalização, ali, do uso do café.

Podem, sem dúvida, ser citados nomes e mais nomes de enaltecedores sinceros da decocção, aos quais, especialmente quanto ao aspecto científico, se devem honrosas apreciações, que passamos a sintetizar.

De acôrdo com A. Duponchel (10),—“M. A. Richard décrit ainsi les effets du café: “Prise chaude, cette liqueur est un stimulant énergique; elle a tous les avantages des liqueurs spiritueuses, sans en avoir les inconvénients;

c’est-à-dire qu’elle ne produit ni l’ivresse, ni les acidents qui l’accompagnent. Elle détermine dans l’estomac un sentiment de bien-être, une stimulation que ne tarde point à s’étendre a toute l’économie animale; les facultés morales et intellectuelles deviennent plus vives et plus actives sous son influence; les mouvements du coeur et des vaisseaux sanguins sont plus développés, plus fréquents, les contractions musculaires plus faciles, etc”.

Forneceu-nos o mesmo autor a seguinte informação ácerca do producto:

“Un médecin qui pratique en Russie, le docteur Grenvil, a administré avec avantage le café non torréfié contre les fièvres intermittentes. Le café est aussi conseillé dans la migraine, dans l’asthme, dans certaines diarrhées. Il est bon, toutefois, que les personnes a tempérament nerveux, ou celles qui sont atteints de phlegmasies chroniques, s’en abstiennent”.

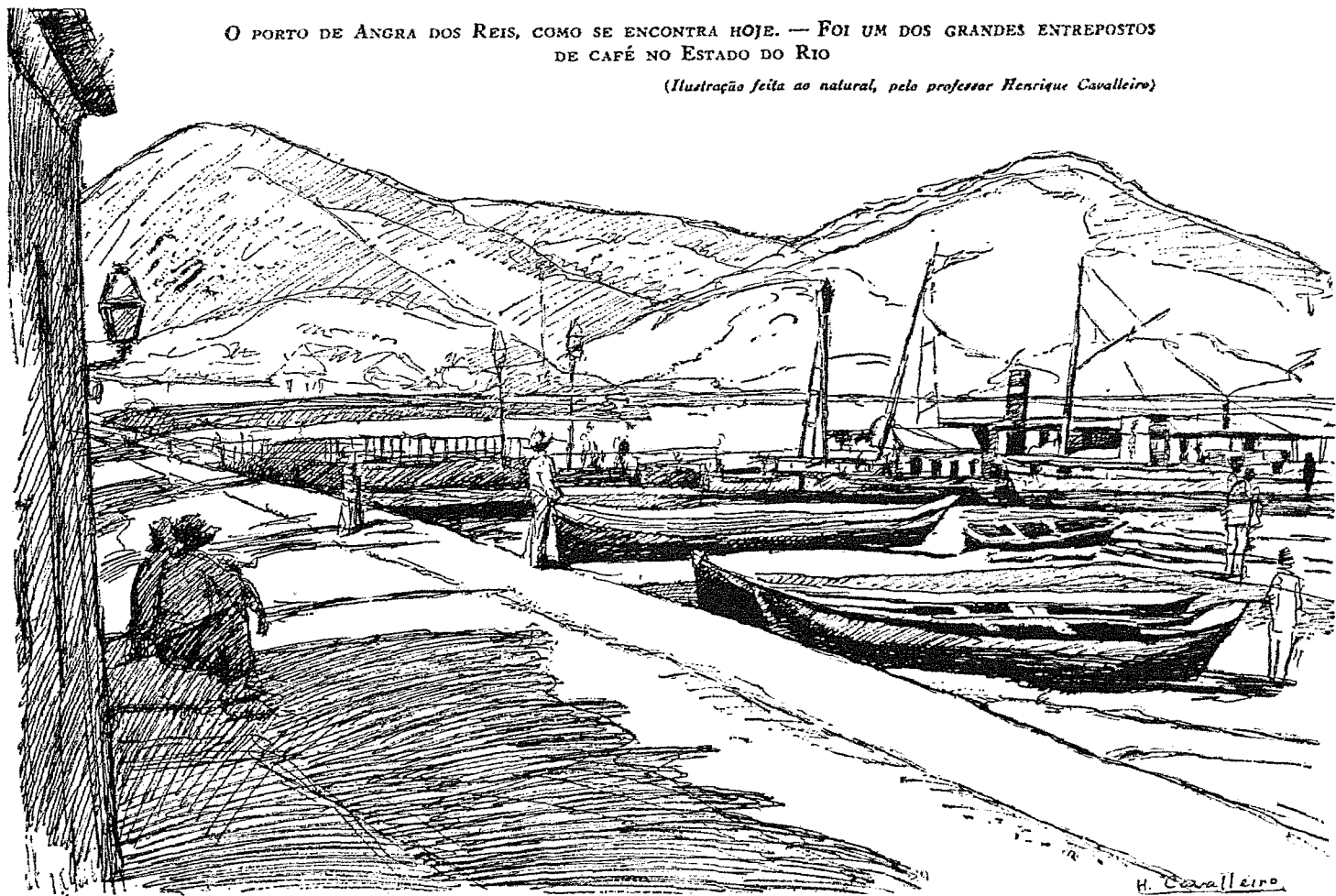
F. L. C. Burlamaque (op. cit., pags. 16-19) registou tambem muitas opiniões, oriundas de cientistas, com respeito ao emprego da aromática beberagem.

Conforme este escritor, — Larrey (11), o celebre cirurgião, aconselhou o seu uso contra o *cholera-morbus*. E asseveraram, entre outros: —Du Four,—“que o café fortifica o estomago, ajuda a digestão e tira o sono, dissipa a languidez e os pezares, espalha em todos os membros um calor vivificante e suave, e faz recuperar as forças perdidas pelo abuso dos prazeres, ou pelas enfermidades”, assim como “que êle inspira uma amável alegria, gera os bons ditos, favorece as intimidades e a franqueza, faz desaparecer as rugas das fronteas severas e, o que ainda é mais notável, *póde fazer reconciliar dois inimigos*”; Moseley, “doutor em medicina do Colegio Real de Londres”,—que “êle um preservativo contra as fraquezas do estomago, dando-lhe força e aumentando a energia do fluido vital”; o dr. Percival, de Manchester, por experiência própria,—que “a infusão de café forte, tomada em tres ou quatro doses, fazia cessar as mais violentas dores de cabeça”; Bacon,—que “o café alivia e conforta o cérebro e o coração, corrige a propensão ao sono, ajuda a suportar a fadiga do estudo e das vigílias, estimula a imaginação, dá atividade, e talvez mesmo espirito a quem o tem pouco”; Virey,—que “os arabes, independentemente de seu clima seco e ardente, que torna a sua complexão delgada e nervosa, devem ao café, que tomam assiduamente, uma parte de sua impetuosa mobilidade, de sua vivacidade de espirito, do fogo de sua imaginação, dêsse carater de independência, ou mesmo dessa liberdade exagerada que faz as suas delicias e os mantém indomáveis e ativos em suas aridas solidões”; o dr. John Bringle,—que “o café, bebido immediatamente depois de ser torrado e pulverisado, em dose de uma onça por xícara, e de quarto em quarto de hora, sem leite nem açúcar, é o melhor dos paliativos contra os acessos de asma periodica”.

Quanto aos efeitos do café, poderíamos, contudo, limitar-nos a acompanhar Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, classificando-os

O PORTO DE ANGRA DOS REIS, COMO SE ENCONTRA HOJE. — FOI UM DOS GRANDES ENTREPOSTOS
DE CAFÉ NO ESTADO DO RIO

(Ilustração feita ao natural, pelo professor Henrique Cavalleiro)



H. Cavalleiro



desta sorte:—em *topicos ou locais*—aumento das secreções salivar e pato-gastrica e *gerais* (mais notórios no sistema nervoso)—excitação do cérebro e aumento da atividade funcional e nutritiva das celulas nervosas, ou *exaltação normal*. Queremos encerrar o presente capítulo com judiciosas palavras do mencionado autor, extraídas da sua lêse apresentada á Faculdade de Medicina e intitulada “Do uso e abuso do café” (Rio de Janeiro, 1882):—“Se á higiêne moderna é glorioso ostentar em suas ricas paginas verdades incontestáveis, uma delas, e das mais fecundas, é a seguinte: O uso do café modifica favoravelmente a economia humana, como que satisfaz a uma necessidade natural do homem civilizado”.

III

O CAFEIRO E SEU FRUTO

E o cafeeiro (*coffea arabica*) um arbusto da familia das *rubiacas* (12), da qual fazem parte, tambem, a valiosa quina e a ornamental gardenia. Póde atingir até a uma altura de cerca de doze metros; mas plantações sistematicas não o deixam, porém, elevar-se além de quatro, cinco ou seis. Ostenta folhas lisas (13), de uma linda côr verde, e brilhantes na face superior, Começa a frutificar com cerca de tres anos de idade, e continúa a produzir mais ou menos até aos quarenta. As flores são alvas e exhalam delicado perfume, que se costuma comparar ao do jasmim de Espanha; os frutos, ovais e vermelhos, contêm dois grãos, juxtapostos pelas faces achatadas e conexos dos lados diretamente cobertos pela “polpa” e pela “epiderme” da casca, no interior da qual é cada um protegido por delgada, mas resistente pellicula, denominada “pergaminho” (14).

Mostram-se propícios ao cultivo da planta os terrenos das regiões tropicais, cuja temperatura varia entre dez e trinta grãos, e especialmente os situados a algumas centenas de metros acima do nível do mar; recomendam-se os que a estas qualidades juntem a de serem em declíve e bem expostos aos raios do sol nascente.—Do preenchimento destas condições resulta a vantagem que oferecem, para o seu crescimento e rendimento,—tanto pelo clima, quanto pela attitude,—certas zonas do Brasil em que ella se nos patenteia na suprema prosperidade.

Passamos a transcrever, devido ao tom invulgar de que se reveste, a descrição que do cafeeiro fez Antonio Silveira Caldeira, em sua “Memória sobre um novo metodo de preparar o café” (Rio de Janeiro, 1843).

“Sua figura he conica, seu tronco ramoso, de huma côr acinzentada, escabroso, e reto, com ramos opositos alternadamente; suas folhas, são persistentes, verdes, lusidias, ovais, e alongadas; dá flores brancas semelhantes ás do jasmim de Espanha, de um cheiro muito suave, que se reúnem em grande numero á roda da intersecção das folhas; dá um fruto, ou baga mole, ao principio verde, ao depois vermelho, e finalmente de hum vermelho denegrido, quando está madura perfeitamente, da grossura de huma cereja, ou azeitona, tendo huma especie de umbigo”.

São interessantissimas, em nosso país, as repetidas fases do preparo dos granulos, nas propriedades agrícolas, antes do ensacamento para a alienação.

A colheita, em que homens, mulheres e crianças,—com escadas ou sem ellas,—passando as mãos ao longo dos ramos dos cafeeiros, fazem tombar os frutos quer sobre lenções de algodão, quer dentro de lonas, ou peneiras, quer mesmo no sólo, ao redor dos pés dos arbustos, em espaços varridos, chamados vulgarmente “coroás”; o transporte para os “terreiros” (15), onde as bágas ficam secando ao sol, afim de que se lhes amolguem as cascas; o despulpamento, por meios mecânicos; a limpeza pela agua, a nova secagem e a supressão dos envoltórios pergamináceos; a escolha, a separação, a classificação;—todas essas multiplicas operações executam-se sem delongas, sem aborrecimentos, sem empecilhos, e algumas com a ajuda de apparatus adequados (na maior parte nacionais), dispostos de fórma a amenizarem bastante as tarefas dos serviços que nelas se empregam.

Não se desprezam os residuos das bágas, denominados “palha”, entre nós, no vocabulario agrícola; servem de adubo para o sólo e de combustível para as maquinas destinadas ao beneficiamento do café, ou têm applicação, como materia prima, no fabrico do alcool (16).

Ao grafarmos estas linhas, acodem-nos á mente de paulista amantissimo,—embora distanciado, há anos, do Estado natal,—lembranças pulcras, alácres, de cenas que lá se foram, para sempre, no vórtice implacável do perpassar dos tempos...

Ah! ditosa quadra da infância, em que entramos em contacto positivo com o cafeeiro,—em que prestámos o primeiro culto da nossa admiração a planta maravilhosa.

“A planta rica e sadia,
Que do rubi do fruto a esmeralda do galho
Se transforma em ouro, que irradia”!

Recordamo-nos saudosamente dos dias roseos em que, numa importante fazenda de Campinas,—onde nos aprazia á alma, de maneira particular, a contemplação das longas e regulares filas dos cafezais, subindo em rampas suaves por uma ou outra colina, ora organizavamos innocentes brinquedos, ora perpetravamos mil travessuras, nos fôfos montões formados sobre o chão pelas cascas retiradas dos frutos da excelsa, insuperável rubiácea,—que representou e representa,—como representará *ad multos annos*, a riqueza culminante, a garantia real e maior do fastigio econômico da nossa extremecida Patria!

PRIMEIRA PARTE

I

NATIVIDADE DO VEGETAL, NO CONTINENTE AFRICANO

Está provado de modo quasi definitivo ser a Abissínia o berço, o rincão de origem do cafeeiro, a região em que deve ter sido encontrado, vicejando desde tempos bem remotos.

Embora se haja equivocado Lineu, na denominação, com que o sagrou, de "coffea arabica",—indubitavelmente por sabê-lo a medrar como que de maneira espontânea, desde muito, no Yemen,—testemunhos e indagações, anteriores e posteriores aos estudos do erudito botânico, põem de manifesto a veracidade incontestável da sua proveniência africana.

Na Etiópia, de onde, com certeza, se irradiou para as zonas circunvizinhas,—assim como para outras do continente negro, mais longinhas dali, sempre o cafeeiro brotou do sólo e vicejou esplendidamente, por si só, com abundância e sem dificuldades.

Socorrendo-nos da excelente "memória" lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "ante a augusta presença de S. M. I., pelo socio efetivo o senhor doutor Francisco Freire Alemão", em 1856 (17), ser-nos-á licito apelar para o depoimento de Carlos Jacob Poncet.

O citado médico francês, "que peregrinou na Etiópia em 1698, da notícia desta planta de modo a fazer crer que era ali nativa",—conforme o cientista brasileiro.

Podemos secundar esta referência com a opinião experimentada e acatável de Raynal (18):

"Le café vient originairement de la haute Ethiopie, ou il a été connu de temps immémorial, ou il est encore cultivé avec succès, M. Lagrenéc de Mexieres, un des agens les plus éclairés que la France ait jamais employés aux Indes, a possédé de son fruit, et en a fait souvent usage. Il l'a trouvé beaucoup plus gros, un peu plus long, moins verte, et presque aussi parfumé que celui qu'on commença a cueillir dans l'Arabie vers la fin du quinziesme siècle".

Bruce, que empreendeu em vão a busca das nascentes do rio Nilo, deixou-nos a sua averiguação sobre o mesmo objeto. Em seguida á sua viagem á Abissínia, entre 1768 e 1773, e segundo F. L. C. Burlamaque "(op. cit.", pag 2),—aquele caminheiro escossês "nos diz que o café é originário das margens do Nilo, e que elle é encontrado no estado selvático ao Norte de Kaffa, distrito meridional da provincia de Navea".

London, na sua "Encyclopédia das plantas", externou a opinião de que o uso do café, na Etiópia, vem de épocas muito agastadas.

Alonso de Candole, autor da obra "Origem das plantas cultivadas", inclinou-se pela natividade do arbusto na Abissínia, no Sudán, na Guiné e em Moçambique.

Niebuhr, já no seculo XIX, classificou-o na flora etiópica, sem hesitação.

Em 1833 e 1834, respétivamente, Ruppel e o dr. Roth,—a que se seguiram, com suas verificações, outros viajantes,—corroboraram a origem abissínica do vegetal.

A' commissão de 1839, que, por ordem do governo francês, procedeu a explorações na "Suíssa africana", deparou-se o cafeeiro florescendo espontaneamente em Kaffa, desprezado pelos habitantes dali. As pesquisas effectuadas "in loco" pelos seus provetos componentes,—Quartin Dillon, Petit e Lefebvre (dos

quais só o ultimo retornou a Patria, porquanto o primeiro morreu de tifo e o segundo nas aguas do Nilo, alogado),—extinguiram as últimas vacillações que acaso subsistissem em qualquer espirito, a este proposito.

II

PROPAGAÇÃO NA ASIA

Acreditamos ser difficil atinar-se com a era exáta em que, do seu céspele natal, foi o cafeeiro transportado á Arábia-Feliz, em cujo sólo e a cuja temperatura atmosférica se adaptou maravilhosamente.

Alguma caravana, quiçá, o conduziu, há bem pouco tempo, da Abissínia a margem africana do mar Vermelho, com destino aquelle recanto uberrimo da Asia; ou, talvez, a algum solitario adepto da religião de Mahomet, seduzido pela aparência do arbusto, coube a honra de, transpondo o *Babel-Mandeb*, ser o portador d'êle, desde o tradicional país de onde corre para o Egito o Bahr-el-Asrak (o Nilo-azul, que sáe do lago Tana ou Dembéa) até as melhores, as mais profundas terras arábicas.

"Des bords de la mer Rouge il passa á Medine, á la Mecques, et, par les pélerins, dans tous les pays mahométans", esclareceu Reynal (op. cit., tomo II, pags. 43).

Introduzido o café na citada região asiática, que se lhe tornou tão propicia á frutificação, ter-se-ia efetuado, então, o descobrimento do seu uso,—absolutamente casual e arabe, si com as tintas da verdade se esboçaram ou as poeticas, mas duvidosas narrativas lendárias, ou suposições, menos frageis, dos historiadores.

Lêmos, alhures, que o ingresso do café, ali, remonta ao seculo XV, e a sua irradiação no seio de outros povos do Oriente ao seculo XVI.

Citou Francisco Freire Alemão (loc. cit., pags. 562), apoiado na "História geral das viagens", do abade Prévôt, o trecho seguinte, extrahido de um manuscrito arabe: "Antes de Gemaleddin, o café era desconhecido na Arábia; tendo porém passado de Aden para outros logares vizinhos foi levado a Meca, em fins do seculo 9.º da Hegira, ou 15.º da era christã".

Da mesma fôrma que Paulo Porto-Alegre (in "Monografia do café",—Lisboa, 1879,—pags. 23).—F. L. C. Burlamaque não hesitou em adiantar que, antes do café ser conhecido na Arábia, já o era na Persia. Eis o trecho do segundo d'esses autores, com alguns interessantes informes (op. cit., pags. 3):

"Si a Etiópia foi o primeiro berço do café, é quasi certo que os persas foram o segundo povo que d'êle fez uso, e finalmente os Arabes que nos trasmitiram a planta e o uso. Parece certo que foi no meado do IX seculo da Hegira (XV da era christã) que os Arabes começaram a cultivar o café: ao menos attribue-se a vulgarização em Aden ao Muphti Gemaleddin, denominado Dhabhain, por ter nascido em Dhaban, pequena cidade do Yemen. Voltando de uma viagem á Persia, introduziu o seu uso em Aden, donde passou, no fim do IX seculo da Hegira, para Meka e Medina, e sucessivamente para toda a Arábia.

Alguns viajantes afirmam que os Arabes nunca bebem esse licôr delicioso sem desejarem que Gemaleddin tenha tido o paraíso em recompensa do presente que lhes fez”.

Fosse conhecido e consumido na Arábia o doce netar, ao tempo de Mahomet,—e dêle “o profeta não teria deixado de fazer mais uma das atrações do seu cèlebre Paraíso”, conforme observou alguém, com palpável razão.

Estranhou Freire Alemão que autores antigos, que dissertaram ácerca da terra do Nilo-azul, não falassem do vegetal, nem da infusão, —e isso já ao tempo em que êle e ela se haviam vulgarizado no Oriente (loc. cit., pags. 562):

“E, porém, digno de reparo que nem Fr. João dos Santos, na sua “Etiópia Oriental,” impressa em 1609; nem o padre Balthazar Teles, que escreveu a história da Alta Etiópia á vista de numerosos documentos, fornecidos pelos missionários, que all estavam desde 1540 até seu tempo, digam coisa alguma a respeito do café, que todavia era já bebida divulgada em 1655, quando êste último compunha a sua obra em Goa”.

Tal silêncio, contudo, não nos causa espanto, por isso que, ao que parece, os abissínijs não ligavam importância ao café. E, pelo menos, êsse o conceito expendido por Poncet, depois da sua permanência entre êles, em 1698 (in “Cartas edificantes”,—1767,—ed. em espanhol, num trecho salientado pelo próprio historiôgrafo brasileiro, na sua esplendida “Memória”, loc. cit., pags. 561): “. . . o café, do qual os Etipotes fazem pouco caso; e me disseram que esta planta fôra antigamente levada do seu país para Yemen, na Arábia Feliz, onde hoje se faz a principal cultura; porque na Etiópia já se cultivava sómente por curiosidade”.

Foi o café fortemente detraído e combatido, entre os orientais. Contrariando o seu uso, no entendimento de alguns sacerdotes musulmanos, ás leis do profeta, pela pretendida semelhança ou dos seus efeitos com os do vinho, ou do seu pó, obtido mediante a torragem, com o do carvão,—sofreu êle, reiteradas vezes, o peso de proibições formais.

Vitorioso, apesar de tudo,—expandiu-se com celeridade, e perpetuou-se quer nos lares dos arabes, quer na vida doméstica dos povos mais chegados ao país dêles, onde se elevam para o céu os esbeltos minaretes das lindas mesquitas, religiosos padrões de uma arquitetura singular, expressiva, inegalável. . .

A primeira proscrição da beberagem na Arábia remonta, ao que parece, a 1511; sendo que, posteriormente, abriu luta contra êle o governador Khairbey, homem inculto e rude que fôra do Cairo para lá.

O padre Manoel Godinho (19),—que foi da Índia a Portugal, em 1663,—incluindo o café entre os produtos da Arábia-Feliz, fê-lo com as frases que se seguem:

“Os frutos que a terra produz são tamaras de toda a sorte, uvas de muitas castas, melões e marmelos, romãs e ameixas, e figos todo o ano: açúcar em pó e em pedra, muito alvo, e em quantidade; o melhor incenso; algum azeite, posto que não tão bom como o de Cocotorá; a

semente do caoe (*sic*), que dizem ser a mesma que a do chocolate, a qual se bebe por toda a Turquia, e Mourama depois de torrada, moída e cozida em agua, e serve de vinho aos mahometanos, os quais a acreditam de confortadora dos estomagos”.

III

DESCOBRIMENTO DO USO DO CAFÉ

“Os arabes inventaram muitas fabulas a respeito do café, que o leitor curioso pôde consultar, entre outras obras, na “Monografia do café”, por Coubard d’Aulnay (Paris, 1832), onde encontrará as mais interessantes notícias sobre êste vegetal” — explicitou, em anotação á pagina 3 do seu opusculo, F. L. Burlamaque.

E Freire Alemão (op. cit., pag. 562), escreveu:—“Não repetirei o que se conta de como se descobriram as qualidades e os usos desta semente, porque tudo fem ares de um verdadeiro conto arábico”.

De fato. Os filhos da Arábia, dotados de opulenta imaginiosidade, teceram em torno do café quiméricos enredos, apazíveis pela poesia ou religiosidade que exalam, mas aos quais não nos é permitido, historicamente, emprestar fôrma de exatidão.

—Relata uma das lendas que a sorte de ser o primeiro a perceber as qualidades magníficas do fruto incidiu na pessoa de humilde pastor, o qual teve ocasião de observar que as suas cabras, quando comiam bagas ou folhas de um dado vegetal, eram tomadas de subitânea alegria e saíam aos berros e aos pinotes, campos em fôra. . .

—Atinência com esta (si não se trata da sua continuação, ou de mera variante, exhibe a narrativa que ora sintetizamos:—Um fervoroso crente ambicionava, no seu desmedido devotamento á religião, poder rezar também á noite, embora fosse enorme o cansaço que lhe sobrevinha, após a dura lida quotidiana. Não o conseguia, porém;—era vencido pelo sono, e as palpebras se lhe fechavam, pesadamente; via, assim, obstado o cumprimento do dever que se impuzera, por extremada fé. Apareceu-lhe em sonho, então, Mahomet, que o aconselhou a procurar certo pegureiro, possuidor de um remédio seguro para o caso. Executando a sugestão do profeta,—daí por deante poude exaltar, em paz e pelo tempo que lhe aprouvesse, suas orações a Alah, tomando a bebida que lhe fôra indicada, e que outra não era senão o café.

—Conservou sugestivo conto a tradição de que guardião de cabras, no Yemen, notára que um dos seus dois rebanhos, que se apascentava em determinado sítio, estava mais gordo, mais nutrido do que o segundo. Investigando a causa de tal fato, apurou que os animais do primeiro comiam frutos e folhas de uma planta ali existente. Passou êle próprio a fazer uso de tais folhas e frutos. Tendo guardado algumas sementes,—como estas ficassem muito rijas, torrou-as com manteiga.

Registramos estas singelas historietas,—mencionadas de maneira mais ou menos idêntica

por varios autores.—exclusivamente no caracter de admissiveis curiosidades.

Vamos trasladar, agora, a versão de Rayal (op. cit., tomo III, pag. 43):

“On croit communément qu’un Mollach, nommé Chædely, fut le premier Arabe qui fit usage du café, dans la vue de se délivrer d’un assoupissement continuel, qui ne lui permettoit pas de vaquer convenablement à les prières nocturnes. Les derviches l’imitèrent. Leur exemple entraîna les gens de loi. On ne tarda pas à s’appercevoir que cette boisson purifioit le sang par une douce agitation, dissipoit, les pesanteurs de l’estomac, égayoit d’esprit; et ceux même qui n’avoient pas besoin de se tenir éveillés, l’adplèrent”.

E recorreremos, finalmente, ás informações que, de um escrito de 1587 do “sheik” Abdel-Kader Hanbali, colheu e orientalista Silvestre de Saçy, em sua “Chrestomatia arabe”.

Eis, traduzido e sintetizado, o trecho do autor francês, a que nos reportamos, e que devemos a Paulo de Porto-Alegre (op. cit. pagina 22):

“Diz Abdel-Kader que existia no meiado do século XV no Yemen (Arábia Feliz) um “sheik”, chamado Sheab-eddin Dhabani, muito respeitado por sua ciência e piedade, e ao mesmo tempo jurisperito de grande nomeada e “muphti” d’Aden. Fazendo êle uma viagem ás costas occidentais do mar Vermelho, conheceu a infusão do café pela primeira vez nas fraldas dos montes Abissínicos: Tendo feito algum uso dessa bebida, ficou maravilhado das propriedades que julgou ter descoberto nela, e persuadiu-se que não havia nada melhor para favorecer a digestão, alegrar o espirito e afastar o sono. De todas as qualidades, porém, a que lhe pareceu mais vantajosa foi esta última e, voltando ao seu país, tratou logo de espalhar o uso do café nas comunidades religiosas, com o fim de verificar si os “derviches”, que passavam as noites fazendo orações, sentiam menos a influencia do sono. O exemplo dado por tão alto personagem foi logo imitado por quasi todas as classes da população de Aden, que nessa época era cidade muito florescente. Os doutores do Alkorão, os advogados e os juizes, puzeram-se logo a tomar café durante suas vigílias estudiosas, e os artífices faziam outro tanto, quando tinham de trabalhar durante a noite, assim como todos que deviam empreender alguma jornada preferiam fazê-la de noite, para fugir ao grande calor do dia”.

Informou Paulo Porto-Alegre, (op. cit., pag. 23), que Shéab-eddin Dhabani,—que deve ser o mesmo Gemaleddin ou Gemabddin Dhabain, mencionado por F. J. C. Burlamaque (vide cap. II desta primeira parte do nosso trabalho),—expirou em 1470. E anotou ainda, com referência á época em que na Arabia deve ter tido inicio o uso do café—“Nem os cronistas das Cruzadas, nem o médico arabe Ebn Baithar, que percorreu a Svria e o norte d’Africa no começo do século XIII, e que escreveu diversos trabalhos acerca dos alimentos, obras estas para o seu tempo muito eruditas, nem tão pouco os navegadores, mercadores e viajantes venezianos e genovezes, que nos sé-

culos XIV e XV percorriam muito o Oriente,—nem uns, nem outros, fazem menção d’êle.

Descoberta na Asia, assim, a maneira de aproveitar-se o fruto do vegetal, foi ella propagada no nordeste africano por peregrinos da Meca, Medina e outras cidades.

Verificou-se o facto curioso de ter ido o café, em arbusto ou granulos, da Etiópia á Arabia,—para no árido país, consoante a tradição, desvendarse o segredo do uso e ser, em seguida, transmitido êste ao proprio herço da planta inegualavel.

Introduziu, tambem, a beberagem no Egito, espalhou-se alli com celeridade,—notadamente no Cairo, porque, ao que explicou Paulo Porto-Alegre (op. cit. pag. 25), “por ocasião da opposição que lhe fizera Khair-bey em Meka, o sultão consultara os teologos, jurisperitos e medicos mais illustres dessa populosa capital (o Cairo), os quais declararam unanimemente que a bebida não ia de encontro ás leis do Alcorão”, e “o sultão, que, segundo parece, gostava tambem do café, mostrou-se muito satisfeito, e deu ordem para que se fizesse dar a maior publicidade á decisão d’esses homens esclarecidos, no intuito de elucidar e tranquilisar ao mesmo tempo a consciencia de todos os súditos do seu imperio”.

Conforme C. Husson, no seu livro “Le café, la bière et le tabac” (Paris, 1879), “o historiado Ahmet-Effendi attribue a sua descoberta a um “derviche” de Meca, no ano 656 da hejira (século XIII da nossa era)”.

Na Persia, segundo a lenda, já se vulgarisara a infusão no ano de 875 (da época mahometana, sem d’úvida).

IV

AS NAVEGAÇÕES HOLANDESAS E A “COFFEA ARABICA”

Quando se iniciou a resistência eficaz dos Países-Baixos contra o militarismo, o mortifero fanatismo de Felipe II,—o *demonio do meiodia*,—foi que adveiu um consideravel crescimento á intrepida marinha da pinturesca nação dos diques e moinhos, incentivando-a, daí por diante, a ousadas navegações.

Desenvolvida, para hostilizar os espanhões, a armada flamenga,—começaram os seus navios a cruzar os mares, quer em pelejas, quer a cata de abastecimentos.

Apoiadas no braço formidavel de Guilherme de Orange (o *Taciturno*), as sete provincias protestantes do norte, ligadas anteriormente ás outras provincias pelo pacto de Gand (1576), de novo se aliaram entre si, em 1579, pelo pacto de Utrecht, continuando a influir, cada vez mais amplamente, no ciclo do commercio e das excursões oceánicas.

Em 1581,—ano sequente ao em que tombou Portugal, com suas colonias, sob o domínio da Espanha,—proclamaram as Provincias Unidas, de forma decisiva, a sua emancipação (sómente reconhecida oficialmente em 1648, na paz de Westphalia) e prosseguiram a luta em prol dela. Em 1609, obtiveram enfim, a tregua dos doze anos, que lhes permitiu conso-

lidassem a situação e se preparassem para novas pugnas, colimando, especialmente, fins económicos.

Era inevitável sofressem os portugueses, também, os resultados do poderio naval a que acima aludimos.

São de Oliveira Lima ("Historia da Civilização", 1921) os períodos que se vão ler:

"Embarcações flamengas iam carregar a Lisboa e, depois, embarcações batavas decidiram ir carregar na própria Índia, tomando Ceilão, ocupando Java e Sumatra e procurando estabelecer um império colonial na America do Sul e na Africa fronteira. Pernambuco foi a sede dessa fundação, pro alguns anos illustrada pelo governo culto e tolerante do principe alemão João Mauricio de Nassau Siegen (1637-1645)".

De Pradt (20) referiu-se judiciosamente ao assunto:

"C'est á la poursuite des Portugais que les Hollandais entrèrent dans l'Indie. Aussi, pour parcourir la carrière de leurs conquêtes, ne faut-il que parcourir la longue chaîne des établissements Portugais, qu'ils envahirent successivement, et comme par échelle. Ils avoient l'air de s'être faits par tout leurs légataires universels.

Les Hollandais abordèrent pour la première fois dans l'Inde en 1595, sous la conduite de Conneille Houtman qui obtint de ses compatriotes le commandement de quatre vaisseaux avec lesquels il sut venger leurs injures, et celle de sa propre captivité á Lisbonne".

Pois bem: os destemidos batavos, sulcando ora mansas, ora encapeladas ondas, e abicando ás regiões do Levante—consequiram com a sua Companhia das Indias Orientais (a que se seguiu a das Indias Ocidentais, que operou no Brasil), encampar o comércio marítimo, inaugurando uma insuperável concorrência a lusitanos e castelhanos, a ingleses e franceses.

Desta arte, o café—já então conhecido na Europa,—veiu a entrar em firme fase de larga expansão, que o impeliria a um dos seus mais áureos períodos.

O médico francês Carlos Jacob Poncet, que, como sabemos, viajou pela Abissínia em 1698, reportou-se ás tentativas dos neerlandeses, bem como dos ingleses, para entrarem em relações com os etíopes, visando aos lucros do tráfico:

"Enquanto estive na Etiópia, soube que mais de uma vez haviam tentado os holandeses entrar em comércio com os habitantes daquele logar; porém, ou fosse pela diferença de religião, ou porque seu grande poder nas Indias orientais causava ciúmes, o certo é que os etíopes não quizeram trato com elles... Também lá me constou que os ingleses andavam desejosos de entreter relações comerciais com aqueles povos; e que um mercador armenio, de nome Agapyri, se havia associado com os ingleses para ter parte neste comércio, que devia ser muito lucroso; porque, além do ouro, algalia, marfim, etc., tirariam da Etiópia o aloe, a myrrha, a cassia, o tamarindo e o café..." (21).

Mais curial seria que aos nautas portugueses, desvendadores e perulstradores da róta occânica do Oriente,—competisse a ventura de tornarem-se, além disso, os paladinos precípuos do intercâmbio do café.

Aliás, não carece tal hipótese de alicerce, porque este se nos antolha em um artigo do *Panorama* (2.º anno, vol. II, pags. 165):

"Quando os nossos navegadores rodeando a Africa chegaram á Arábia, começaram por negocio a transportar o café para a Índia: os holandeses, que nos usurparam este ramo do comércio, como todos os que faziamos no Oriente, levaram para Batavia alguns pés daquele arbusto..."

"Esta asserção deve ter fundamento histórico, que me é desconhecido"—observou Francisco Freire Alemão (*loc. cit.*), que também a consignou.—"O que sei é que holandeses só depois de 1600 é que se apoderaram do comércio do Oriente: e até essa época chegam as *Decadas* de Barros e Couto, onde nem a palavra—café—se acha".—"Recorri aos escritos dos portugueses, que andaram pela Índia e Etiópia, tais como: Duarte Barbosa, que em 1516 tão extensa e miudamente escrevia sobre coisas da Índia, Africa, e Mar Vermelho; o padre Francisco Alvares na viagem ao Prestes João em 1520; e emfim, o capitão João Ribeiro, que militou na Índia, para onde foi em 1640, e ali se demorou obra de quarenta anos, e parte destes como prisioneiro de guerra em Batavia, na sua *Fatalidade historica da ilha de Ceilão*; onde, quando êle faz uma como resenha dos principais generos de comércio de varias nações, se acha o seguinte: "O Estado do Brasil tem açúcar e tabaco; a Arabia incenso, myrrha, tamaras, e cavalos; a Peruvia sedas... etc." Nem estes, nem outros, que escuso nomear, falam em café, que parece ser-lhes inteiramente desconhecido".

O indubitável, porém, é que, estabelecidos em Java desde 1602, navegantes dos Países-Baixos conduziram para a ilha, oitenta ou mais de oitenta anos após, sementes de café,—que não pegaram,—e em seguida mudas, com as quais foram bem sucedidos na transplantação.

Consultemos sempre o douto escavador de fatos da "Memória" sobre a cana de açúcar, o café e o chá, lida no Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, em 1850 (*loc. cit.*, pags. 564):

"No distrito de *Belt-el-Fakah*, em Yemen, havia formosas plantações de café, as quais, diz o abbade Prevot, os europeus quando ali estavam, iam ás vezes visitar, recreando-se. E foi dali que os holandeses e franceses tiraram plantas, aqueles para Java, no ano acima declarado (1680); estes para a ilha de Bourbon, em 1717".

Foi um governador holandês—conforme Boerhaave, citado por mais de um autor,—quem, a instâncias de Nicoláo Witsen, burgo-mestre de Amsterdam, fez conduzir da Arabia-Feliz para Batavia as primeiras mudas de cafeiro. Chamava-se van Hoon e o referido governador, segundo Alphonse de Candole e

outros escritores; em 1690, já remetia ãe a Patria mais de um exemplar do portentoso arbusto.

De Java passou, sem tardança, não só a vizinhanças possessões neerlandesas, mas também á própria metrópole, de todas elas o que deve ter-se verificado ainda nos derradeiros anos do século XVII.

No século immediato,—ao fim da década inicial, ou já ao alvorecer da segunda década,—chegava á Holanda o primeiro carregamento regular de café, oriundo da ilha. Em 1743, ascendia o suprimento remetido ao total avantajado de mais de 3.000.000 de libras, quando Moka apenas fornecia uma quantidade consideravelmente inferior (13.368 libras).

Transferindo-se o vegetal daí para novos logares, penetrou também em Ceilão (a antiga *Taprobana* dos lusos), então sujeita aos neerlandeses,—em cujo poder tombára no ano de 1650,—e que, consoante Paulo Porto-Alegre (*op. cit.*, pag. 10), veio a fornecer “prodigiosa quantidade de excelente café (22), quasi todo consumido na Inglaterra”.

No tocante á India, a viva faculdade imaginária dos filhos dessa lendaria terra asiatica não deixaria de tecer uma tradição, quanto a ingresso do café ali,—atribuindo-o a certo musulmano, Bola-Boudan, que, de volta de uma peregrinação a Meca, de lá teria trazido consigo as maravilhosas sementes.

V

INTRODUÇÃO DA BEBERAGEM E DA PLANTA NA EUROPA

Se o cafeeiro veio a ser cultivado na Europa, pelas primeiras vezes, em estufas, ao fim do século XVII e ao repontar o século XVIII—as mementos e a bebida já não eram desconhecidas, ali, ao que parece, desde 1517 e 1554, respectivamente.

Do Egito,—onde o uso da infusão se vulgarizára em meados do seculo XVI—no quarto lustro desta era se teriam transportado inicialmente, através do Mediterraneo, granulos para o continente fronteiro,—a crer-se no que, com relação a tal ponto, esclareceu o padre Araujo Marcondes, na sua obra “O café, sua historia, efeitos, usos dietéticos, etc”. (S. Paulo, 1896):

“O sultão Selim, conquistando o Egito em 1517, de volta a Constantinópla, levou as sementes do café; porém, só quarenta anos depois e que naquella cidade se começou a beber o saboroso licor, preparado com os frutos torrificados do cafeeiro.

De fato. Por 1554 foi que se difundiu entre os turcos o hábito de tomar café, quer em familia, quer em estabelecimentos adrede abertos, que figuram descritos nos costumes deles por Burton e Bacon.

Cedamos a palavra a F. L. C. Burlamaque (*p. cit.*, pags. 4):

“Foi no ano 962 da Hegira (1554) de J. C., no reinado de Solimão II, denominado o grande, que se começou a beber café na Grecia, e principalmente em Constantinópla, Schems, de Damasco, e Hekem, d’Alepo, abriram cafés publicos nessa capital, e tornou-se tão de moda

frequentá-los, que os juizos, os professores, os pachás, e até os derviches, os honravam com as suas presenças. Deu-se então aos cafés o nome de *Escola dos Sabios*, como a especies de academias onde se ia discutir assuntos de ciencias, de religião e de politica.

Os turcos se entregaram com furor ao uso dessa bebida, e a capital bem depressa se encheu de Kawha-Kanés, onde, além de beber-se café, se assistia a concertos de musicos ambulantes e ás dansas das *almés*. Os santos de Constantinópla levantaram altos gritos contra esses estabelecimentos, pretendendo não sómente que o povo abandonava as mesquitas para frequentá-los, mas que o café torrado, sendo um *arruão*, tudo quanto dizia respeito ao caryão era proibido pela lei de Mahomet. Os cafés foram fechados e desta vez por pretextos religiosos, e duas vezes, aos reinados de Amurath III e Mahometh IV, por causa de política. Mas como estes rigores contribuíam para diminuir as rendas do govérno, foi forçoso levantar o interdito e então, por uma espécie de reacção, o uso do café se tornou tão popular que a propria legislação impõe penas áqueles que negam café a seus subordinados. O marido, por exemplo, é obrigado a fornecer café a sua mulher; a negação ou mesmo a falta de café por falta de meios, é uma causa legítima de divorcio”.

Leonardo Rauwolf, naturalista alemão, vindo ao mundo em Augsburg, e que viajou pelo Oriente lá por 1573, efectuou o primeiro esboço botânico do cafeeiro (23), succedendo-se-lhe, dentro em pouco, na obra “*De plantis Aegyptii*” (24), o veneziano Prospero Alpini, professor de botânica em Padua e que entrara em contacto com o vegetal na terra pinturesca da Esfinge e das piramides, por onde peregrinara, afim de aperfeiçoar os seus conhecimentos.

No Egito, conseguira Lecluse (25) em 1596, umas poucas de sementes.

Durante o século XVII, irradiou-se a bebida pelo centro e pelo ocidente da Europa,—graças, sem duvida, á atividade dos viajantes e dos negociantes.

Paulo Porto-Alegre (*op. cit.*, pag. 42) alinhou preciosos informes acerca da introdução do uso da beberagem em Roma, Veneza e Padua:

“Em toda a Europa cristã, foi, sem duvida alguma, Roma a primeira cidade onde se bebeu café. Pietro della Valle, o romano de quem antes falámos, voltou para ali pelo ano de 1628, depois de uma longa demora pelo Oriente. Como trouxe consigo grande provisão de grãos de café, e emprehava-se muito em tornar conhecida dos seus compatriotas a infusão, é muito provavel que, tendo ãe morrido em 1652, tivesse, durante esse período, cooperado em grande parte para torna-lo bem popular e angariar-lhe partidários.—Depois de Roma, foram Veneza e Padua as duas cidades que conheceram o café, pelo menos sob a fórma de um medicamento novo, pelos elogios que lhe teceram Prospero Alpino e o alemão João Veslingius, doutor da escola de Padua”.

Certo é que em Veneza, no ano de 1645, já se tomava a decoção em estabelecimento especial.

Alberto de Mandeslab, que visitou a península itálica, assim como os Países Baixos, em meados do século XVII, aludiu ao café a título de curiosidade, dizendo-o "agua escura, a que os persas chamam *kabwe* e que é literalmente detestável".

Antes das grandes navegações dos holandeses e de outros povos do continente europeu ao Levante, o reduzido trafego do café arábico para aquele se fazia, quasi *in totum*, pela via do Mar Vermelho e por intermedio da Turquia ou do Egito.

Com relação ao ciclo do comércio do café e aos pontos onde, iam os importadores alienígenas buscar, na Arábia, o importante produto, convém trasladar para aqui o que, referindo-se a "Bételalgau, ville de l'Yemen, située a dix lieus de la mer Rouge, dans un sable aride", e em cujo território crescia bem a rubiácea,—escreveu Raynal (op. cit., tomo II, pags. 45-49):

"C'est la aussi que s'achète tout le café qui doit sortir du pays par terre. Le reste est porté á Moka, qui en est éloigné de trente-cinq lieues, ou dans les ports plus voisins de Lohia ou d'Hodeida, d'où il est conduit sur des légers batimens á Gedda. Les Egyptiens le vont prendre dans la dernière de ces places, et tous les autres peuples dans la première"; discriminou, também,—como fregueses directos, ou simples intermediarios do produto,—"les Européens", "les Persans", "la flotte de Suez", "l'Indostan, les Maldives et le scolionies Arabes de la côte d'Afrique", e, finalmente, "les caravanes de terre". Aludindo ao fato de não mais aguentarem as companhias de comércio manter agentes, instalados em Moka, devido á competição egipcia,—falou nos objetos de que se serviam os navegantes, para o intercâmbio, e, ainda, na decadência da exportação da península extremo-occidental asiática, em seguida ás culturas inauguradas e desenvolvidas pelos europeus, nas suas colonias: "Lorsque le Caire s'avisa de fournir ces différens objets, il ne fut pas possible de soutenir sa concurrence, et l'on renonça á des établissemens fixes. Le commerce se fit par des vaisseaux partis d'Europe avec le fer, le plomb, le cuivre, l'argent, nécessaires pour acheter Les subrecargues, chargés de ces operations, terminoient les affaires á chaque voyage. Ces expéditions, d'abord assez nombreuses et assez utiles, tombérent successivement. Les plantations de café, formée par les nations Européennes dans leurs colonies, firent diminuer également, et la consommation, et le prix de celui d'Arabie".

Caindo o comércio de especiarias de proveniência levantina debaixo da afanosa preponderância dos nautas dos Países-Baixos, que levaram a Java o arbusto, foi este introduzido na Europa,—o que se deu, ao que consta, por ordem de Nicolau Witsen, burgomestre de Amsterdam e diretor de celebre Companhia das Indias Orientais.

Obstáculos houvera, aliás, para arrancar-se a planta ás mãos coisas dos habitantes do Yemen. Se tal circunstância não ocorresse.

—talvez que um ou outro cafeeiro se cultivasse na Europa, artificialmente, desde muito antes.

Verificara-se não ser possível fazer germinar os grãos, depois de sécos. Eis o que, a propósito, relatou Raynal (op. cit., too VI, paginas 149): "Les tentatives inutiles que firent les Européens, pour en faire germer le fruit, leur firent croire que les habitants, du pays le trempoient dans l'eau bouillante ou le faisoient sécher au four, avant de le vendre, pour conserver á jamais un commerce qui faisoit leur richesse principale. On ne fut detrompé de cette opinion que lorsque 'on eut porté l'arbre même á Batavie, et ensuite á l'isle de Bourbon et á Surinam. L'expérience fit voir qu'il en étoit du café comme de beaucoup d'autres plantes, dont la mesence ne lève point, si elle n'est mise en terre toute récente".

Ao que registrou Augusto Ramos, no seu recente livro "O café no Brasil e no estrangeiro", houve de facto uma experiência no sentido de reproduzir-se na Europa o cafeeiro por meio de granulos,—experiência a que se procedeu em Dinon, no ano de 1670, e que deve ter sido a primeira, e talvez a unica de tal genero e época, visto como fracassou totalmente.

Indubitável é que foram os neerlandeses que conseguiram,—ao expirar o seculo XVII,—conduzir ao continente europeu o belo vegetal,—mas por meio de mudas, que se cercaram de mil desvelos, em estufas apropriadas.

VI

O CAFÉ NA FRANÇA E NA INGLATERRA

NA FRANÇA

Foi imputada a introdução do café na França a João Thévenot (sobrinho do viajante Melchisedec Thévenot, nascido em Paris,—que viver de 1633 a 1667, e que, após uma excursão á Asia, em 1657, o teria conduzido á patria.

Presumiu-se, porém, que em 1644 ou 1654, antes, portanto, da visita do dito, caminhêiro ao Oriente,—já em veneziano ou romano, Pietro de la Valle, trouxera de lá a Marselha as afamadas sementes, que levára precedentemente (em 1626), á velha cidade dos papas. E não aparenta inverosimilhança tal conjectura, porquanto aquele porto se convertera, desde muito, no movimentado entreposto do comércio levantino para o progressivo país do occidente europeu.

Um ou outro autor, citando o "Dicionário de Trévoux", afirmou que por 1658 se vendia em Paris, numa loja proxima ao "Petit Chatelet", uma bebida denominada "Cahové", que mais não era do que a decoção do café. Paulo Porto-Alegre (op. cit., pags. 61), apoiando-se no "Nouveau Cours Complet d'Agriculture Théorique et Pratique, par une Société d'Hommes de Lettres" (Paris, 1822. — Tomo III) e F. L. C. Burlamaque (op. cit., pags. 5), avançaram a mesma coisa.

A transparecerem, nesses assertos, clarões de realidade, admitir-se-á que o café não go-

zava ainda de careável cotação,—pois nada ficou, de tal quadra, que ali o rememorasse.

O que não padecia controversia é que foi o reinado de Luis XVI—o “Grande”—que veio proporcionar á beberagem a merecida culminância.

No governo dêsse “Roi-Soleil” que, orgulhosamente, se considerou “comme le représentant de Dieu sur la terre, comme participant de sa connaissance aussi bien que de son autorité; ao deluir do seu dadivoso tempo, em que abrohhavam, na França, as mais elevadas, as mais iluminadas expressões do genio, e em que tantos loucos se colheram para as armas do importante país,—pioneiro e protótipo da civilização latina;—fulgurou para o café um verdadeiro período de consagração.

Abramos uma pausa e folheemos, um instante, o nosso *memorandum*:

“On sait que sous Louis XIV les lettres et les arts furent portés á un haut degré de perfection par une pléiade brillante de prosateurs, de poètes et d’artistes: Corneille, Racine, Molière, dans le théâtre; La Fontaine et Boileau, dans la poésie; Bossuet, Fénelon, Fléchier, dans l’éloquence. La Bruyère e La Rochefoucauld, dans la critique morale; Pascal, dans la philosophie; Saint-Simon et Rets, dans l’histoire; Roussin, Le Lorrain, Lebrun, Perrault, Mansard, Girardon, Ruget, dans les arts, furent les principaux représentants du siècle de Louis XIV”.

Nessa mesma idade, altamente extraordinária, em que constelou, na França, tão augusto pugilo de arrebatadoras inteligências e peregrinas vocações,—foi que ali irrompeu e triunfou, sem estorvos, o capitoso “netar dos deuses”.

De acôrdo com F. L. C. Burlamaque (op. cit., pags. 5), em 1660, alguns negociantes de Marselha, os quais se haviam habituado no Levante a beber café, mandavam todos os anos vir alguns fardos para seu uso, e pouco a pouco o gosto dessa bebida se foi introduzindo na cidade, e depois nas vizinhanças.

Por 1669, tornou-se comum o uso da infusão, em Paris.

Adeantaram vários escritores que quem effitou a melhor propaganda do licôr, na capital franceza, foi, naquele ano, o embaixador turco Solimão Aga, para lá mandado por Mahomet IV.

O representante do sultão de Constantinópla junto á côrte de Luiz XIV não deixára de trazer consigo uma farta provisão de sementes e fez, nos dez meses da sua permanencia em Paris, servir o café á alta sociedade, em chúcaras de finissima porcelana, á moda do seu país.

Deve, sem dúvida, ter cooperado o característico aspecto levantino de tudo, nos salões do diplomata, para dar, então, voga á beberagem.

A “turquerie”, constituiu, de fato, uma das mais extravagantes modas ou manias da era de elegâncias que foi a gestão do “Roi-Soleil” veio mesmo a imperar no próprio meio artístico-literário coetaneo de Luiz XIV—qual documentam incontáveis produções de pinto-

res e escriptores, flagrantemente vasadas sob a sugestão do gosto oriental.

Na capital franceza, já existiam, em 1672, algumas “casas de café”, sendo que a primeira se deveu a Mender, em 1680, á sa fille d’en user ainsi por temperer le danger du’offrait l’infusion toute pure. Dix ans après, elle lui écrivait de sa terre des Rochers, en Bretagne: “Nous avons ici de bon lait et des bonnes vaches. Nous sommes en fantasia de faire bien écerémer de ce bon lait, et de le mêler avec du sucre et de bon café. Ma chère enfant, c’est une très-joie chose. et dont je recevrai une grand consolation ce carême”.

Elisabeth de Orleans, ao que lêmos, alhures, alegou, em missiva, de 1712, ser “horriovel” a infusão, á qual attribuiu um “gosto de feno queimado”.

Estas e outras investidas não bastaram, no entanto, para detrair o café, a que,—como lidima “bebida intelectual”—couberam os elogios de eminentes prosadores e poetas.

Já em 1708 haviam os franceses “formado em Sam Malo uma companhia de armadores, para comerciar diretamente com a Arábia tendo por objeto principal o transporte do café”—ao que relatou Freire Alemão (loc. cit., pags. 564), apoiado na “Historia geral das viagens”, do abbade Prévot.

Aludimos linhas atras á “turquerie”, como fator preponderante na vitória do uso do café na França. Não é superfluo, portanto, que aditemos alguns informes ao breve período que com relação a ela grafámos.

A atração das coisas orientais iniciou-se, naquele país, com as primeiras embaixadas que o Grão-Turco enviou á côrte de Luis XIV.

João-Batista Tavernier (1605-1689), que viajou pela Turquia, pela Persia e pela India; Francisco Bernier (1625-1688), cujas “Viagens”, produto da sua permanência no Oriente, “sont regardés comme un modèle d’exactitude”,—na expressão de um autor; e João Chardin (1643-1713), que percorreu a Persia e a India;—contribuíram, com os seus relatos, para a incentivação do gosto levantino.

Depois,—a “turquerie” entrou na sua plenitude, e, para não nos alongarmos excessivamente, basta citemos, por exemplo: Racine, com um armenio, um tal Pascal,—que, no ano apontado, a abriu na feira de Saint-Germain (de onde, logo em seguida, a transportou para a sua de Bussy)—e a segunda (o “café Procopio”, fronteiro á “Comédie Française”), ao florentino ou siciliano Francisco Procopio Cultelli e a Gregorio de Aleppo.

Ao “Nouveau Dictionnaire Universal”, de Mauricio Lachatre (tomo I, pags. 712), devemos os esclarecimentos que aqui vão:

“Le premier écrivain de ce temps, chez qui nous rencontrons bien marquée l’influence du café est J. B. Rousseau. Il dit quelque part qu’il était éconqué au café Procop’. Ce café fut, en effet, un des premiers centres où se réunirent les gens de lettres. Il se trouvait auprès de la Comédie Française, située alors dans le faubourg Saint-Germain, et l’on y discutait le mérite des auteurs et des pièces.

On montre encore aux personnes des provinces et aux étrangers la table où se plaçait Voltaire”.

De 1688 data o memorável “Café du Palais-Royal”, mais tarde chamado “Café de la Régence”,—nome que só perdeu por ocasião do Terror, em que se não toleraria,—e cuja fundação se deveu a um confeitiro, Lefèvre.

A essa época, vendia-se uma fibra de sementes por quarenta escudos (sendo o valor do escudo de cinco francos e seis a oito soldos), conforme afiançou o religioso dominicano João Baptista Labat (26), citado por Carlos Laumier (no art. *Café* da “Enciclopédia moderne” publicada sob a direção de Léon Denier; Paris, 1847,—tomo 7.º pag. 205).

A madame de Sevigné (Marie de Rabutin-Chantal, 1626-1969), deparar-se-ia ensejo propício para expender o seu conceito sobre Racine, que, nascido em 1639, de 1667 em diante deante enalteceu o acervo teatral da sua patria com abundante messe de contribuições, e faleceu em 1699; “Racine passera, comme le café”,—duplo augúrio, que se não realizou em nenhuma das suas partes.

A própria talentosa epistolographa converteu-se, logo após, numa das extasiadas consumidora do licor. Ouçamos A. Duponchel (loc. cit.):

“Dependant, elle céda de bonne grace á l’entraînement général, et se rangea du côté des consommateurs. Toutefois, lorsqu’on eut imaginé de mêler le café avec du lait on la voit encore sous l’influence de son ancienne prévention, recom “Bajazet”; Molière, com o quarto acto do “Bourgeois gentilhomme”; Montesquieu, com as “Lettres persanes”; Godart d’Ancour, com as “Memoires turques”; Voltaire que chegou a escrever contos turcos, para agradar a madame de Pompadour, com “Zaire”,—e mesmo com “Mahomet”, que lhe valeu a benção apostolica do papa Benedicto XIV, ao qual fóra dedicada a tragedia...

O sábio Antonio Galland (1646-1715), foi quem, traduzindo as formosos contos das “Mil e uma noites”, trouxe á baila, por 1704, a parte fabulosa e sonhadora do orientalismo.

Dentre outros,—nos pintores, Carlos Van Loo (1705-1765); Francisco Boucher (1703-1770); Antonio Watteau (1684-1721), em “croquis”, de otomanos; Aved, Parrocel; João Esteveam Liotard (este suíço, e denominado “le peintre turc”, em razão da longa visita que fez ao Oriente); e madame Vigée-Lebrun (1755-1842);—encontram-se nítidas expressões artísticas da influência das coisas do Levante na França, em o século XVIII.

Até nos vestuários, até no arranjo das habitações predominou a mania da época; os estofos, os objetos de utilidade e de ornato, os criados de origem oriental, foram disputados por quem queria andar na moda, por quem queria fazer ostentação de exotismo...

A entrada solene que fez em Paris, no ano de 1721, o embaixador Mehemet-Effendi, foi um dos mais admiráveis espetáculos contemplados pelos pintores; os “gendarmes” vermelhos da casa real abriam caminho á carruagem do turco; e Mehemet, coberto de um manto riquissi-

mo, vinha a cavallo, entre o seu estandarte e o seu cachimbo, carregados por elegantes servidores;—coligiu alguém, em artigo do “Jornal Ilustrado”, publicação do “Jornal do Comercio” do Rio de Janeiro, n.º 11, de outubro de 1912, ao qual devemos uma ou outra das notas que aquí damos.

Assim,—não foi de admirar que Solimão Aga, tomando em Paris, com toda naturalidade, o seu café, se houvesse tornado, em 1669, o maior incentivador do uso da beberagem na capital franceza.

A primordial transplantação do pé de café para a França deu-se ainda sob Luis XIV, a quem, de Amsterdam (27), foi remetida uma muda,—o que se verificou em 1712 ou 1713, porquanto neste derradeiro ano já Antonio de Jussieu (28), secretario do rei e doutor pelas faculdades de medicina de Montpellier e da capital franceza, assim como professor de botânica do Jardim Real de Marly, descrevia o arbusto, na sua “Historia do café”, inserta nas “Memorias” da Academia das Ciências de Paris (de 1713,—tomo 7.º, pgs. 291), á qual pertencia o autor, desde pouco antes. Chamava-se De Ressonns (29) o tenente-general de artilharia, matemático de renome e apreciador da botânica, que o trouxe da Holanda á França.

Esse cafeeiro, que floriu e frutificou, no “Jardim du Roi”, em Montpellier, veiu a perecer.

Ainda em 1713 ou já em 1714, o burgomes-tre da supradita cidade holandesa enviou ao “Roi-Soleil”—por intermedio de certo embaixador,—novo pé, que, este, vingou e se reproduziu.

A planta exotica tornou-se, então, ali, alvo de geral curiosidade; eram sem conta as pessoas que iam apreciá-la, na estufa em que fóra resguardada.

Paulo Porto-Alegre (op. cit., paginas 11-12), reeditou um trecho traduzido da “Voyage dans l’Arabie Heureuse” (Amsterdam, 1726), de La Roque, e no qual este escritor narrou a visita que fizera ao aludido cafeeiro:

“Fomos conduzidos aí por M. de Jussieu, doutor em medicina, membro da Academia de Ciências, e professor real de botânica... Nós o contemplámos (ao vegetal) durante muito tempo, com grande prazer. Êle estava ainda no caixão em que tinha vindo, colocado dentro da casa de vidro (estufa). Êste arbusto póde ter ao todo uns cinco pés de altura, e uma boa polegada de espessura. De seu tronco estendem-se diversos pequenos ramos, que dão ao todo, um aspecto piramidal. Suas folhas são quasi todas dispostas duas a duas ao longo dos ramos. Nós observámos neste arbusto frutos verdes, do tamamho de uma ameixa pequena verde; frutos encarnados, como uma cereja pouco mais ou menos, e outros ainda mais escuros, de côr quasi negra, de maduros...

... Concluindo, dizemos, em beneficio dos curiosos e dos estrangeiros, que mr. de Jussieu tem muito prazer em recebê-los, e que êle os instruirá com uma conversa erudita e agradável”

Não erraremos, se atribuirmos a dádiva do burgomestre de Amsterdam a Luis XIV—em 1713 ou 1714,—a uma consequência da paz consolidada pelos tratados de Utrecht (1713) e de Rastadt (1714).

Com efeito. A França e a Holanda viviam em conflito havia cerca de meio seculo,—pois a pretensão inicial da primeira contra a segunda datava da morte de Philippe IV, de Espanha, que se verificou em 1665. Era natural que, após quasi cincoenta anos de contendas, os dois países "rascassem sedas", por meio de mimos raros e de outras amabilidades.

Aliás, já anteriormente ganhára Luis XIV presentes neerlandeses, e até mesmo alguns de origem brasileira. O dr. Pedro Souto-Mayor, na ocasião em que esteve efetuando pesquisas históricas nos arquivos dos Países Baixos,—leu ali, no cartório particular da casa de Orange ("l'Huis Archief"), certa correspondência, trocada entre o príncipe João Mauricio de Nassau e a corte do grande rei da França (vista já por José Higino, em 1885), e pela qual apurou haverem ido remetidas a Paris e instaladas na sala da Comedia, do Louvre, nada menos de quarenta telas reproduzindo aspectos de nossa terra.

Teve o autor dos "Fastos pernambucanos" a sorte de descobrir em Paris, auxiliado pelo conservador do grande museu, cinco das referidas telas, devidas ao pincel de Franz Post e concernentes a Recife, Olinda, Porto-Calvo, etc.

Segundo informações que devem ter sido prestadas pelo próprio dr. Souto Mayor, "acompanharam os quadros á capital francesa as seguintes pessoas, que estavam ao serviço de Mauricio, em Clèves, de onde era êle governador: Paulo de Milly, pintor; With, seu criado particular; e o jardineiro incumbido de explicar a Luis XIV o uso de certos instrumentos de jardinagem, um dos quais inventado por Mauricio, e a transplantação de arvores, de cujo conhecimento esse príncipe se orgulhava, afirmando haver transplantado mais de um milhão".

Luis XIV apreciou muito os presentes e agradeceu por escrito a gentileza de Nassau.

O preço dos grãos da famosa rubiácea, por ocasião do ingresso do arbusto na França,—era, por libra, de 140 francos, mais ou menos, tal a procura que dêles havia.

E assim triunfante passou o café ao reinado de Luis XV, do decorrer do qual não se lhe regatearam os mesmos vibrantes gabos que, durante o anterior, merecidamente celebrára.

Acerca do andamento do uso do licôr ao tempo da regência do duque de Orleans (pois o rei sucedera ao seu illustre bis-avô com apenas cinco anos de idade)—escutemos o douto Michelet, em periodos bordados de vivás impressionismo:

"Sous la régence, Paris devient un grand café. Trois cent cafés se sont ouverts á la causerie. Il en est de même des grandes villes, Bordeaux, Nantes, Lyon, Marseille, etc. Notez que tout apothicaire vend aussi du café, et le sert au comptoir. Notez que lhes couverts eux-mêmes s'empressent de prendre part

á ce commerce lucratif. Au parloir, la tourière, avec ses jeunes soeurs converses, offre le café aux passants.

Jamais la France ne causa plus et mieux. Il y avoit moins d'éloquence et de rhétorique qu'en 89. On n'a rien á citer. L'esprit jaillit, spontané, comme il peut. De cette explosion étincillante, nui doute que l'honneur ne revienne en partie á l'heureuse révolution du temps, au grand fait qui créa de nouvelles habitudes, modifia les tempéraments; *l'événement du café*. L'effet en fut incalculable; le cabaret est détrôné. Moins de chants avinés la nuit. Moins de grands seigneurs au ruisseau. La boutique élégante de causerie, salon plus que boutique, change, ennoblit les moeurs. Le regne du café est celui de la tempérance...

L'immense mouvement de causerie qui fait le caractère du temps, cette sociabilité excessive que se lie si vite, qui fait que les passants, les inconnus, réunis aux cafés jassent et s'entendent tout d'abord, quel en était l'object, le but? Les petites oppositions parlementaires et jansénistes? Oui, ans doute, mais bien d'autres choses. On parlait bien plutôt de Law, de son ascension singulière, de la république d'actionnaires qu'il entreprenait de créer. On parlait du café, de la polygamie orientale. Tout cela mélé et brouillé. Cette France si spirituelle ne sait par plus de géographie que de calcul ou d'orthographe. Beaucoup mettent l'Asie á l'occident. Trompés par le mot *Indes*, ils confondent les deux continents: sous un magique nom, toujours de grand effet *Les îles*. Des Hespérides á Robinson, tout le mystère du monde est dans les îles. Lá, je trésor caché de la nature, la toison d'or, ou ce qui vaut autant, les elixirs de vie qu'on vend au poids de l'or".

Foi, irrecusavelmente, nas "casas de café", isto é, nos "cafés" que se aprestou o desenlace da "Revolução franceza", daquelle notável movimento de 1789, cujos portentosos efeitos não se limitariam á terra que lhe serviu de cenário, mas, sim, se estenderiam lindes em fóra afim de pesarem na própria destinação do género humano, na própria salvaguarda dos direitos, tanto coetâneos, quanto futuros, de todas as comunhões civilizadas do universo. A proposito disso, escreveu Mauricio Lachatre, no tomo I do seu "Dictionnaire universel": "En 1789 les cafés du Palais-Royal jouèrent un rôle très-actif dans le mouvement révolutionnaire. Ce fut lá que Camille Desmoulin donna une première impulsion á l'esprit démocratique et provoqua la prise de la Bastille. Au café Corazza se décida, dans une deliberation suprême, la perte du parti girondin".

Na vigência do periodo regencial que precedeu a soberania efectiva do "Bien-Aimé", transportou-se a planta á Martinica,—pela maneira que explanaremos no captulo relativo á America.

Sob Luis XV, a heberagem continuou triunfante. O próprio rei era ardente apreciador dela e, ao que se guardou por tradição, não se dignava de preparar a por suas mãos, quando, no célebre "Parc-a-x-Cerfs", se comprazia em doce intimidade com uma das várias favoritas

que contou. A tal aptidão do monarca tem-se afirmado aludir interessante expressão da última das suas amantes, á qual fez referência, entre outros, o mesmo Mauricio Lachatre.—por nós acima mencionado,—na sua "Historia dos papas": "Cita-se ainda hoje esta frase da du Barry, dita num momento muito delicado, em que o rei fazia amor com ela:—"Toma sentido, *la France*, olha que o teu café se entorna!"

Podemos encerrar êste sub-capítulo com algumas referências ao afamado "Café de la Régence", que caracterizou uma época; foram ellas collidas no "Jornal Ilustrado", do Rio de Janeiro (n.º 23, de outubro de 1913) e são relativas ao século XVIII:

"Os jogadores de xadrez aí já se reuniam nos primeiros anos do século XVIII. A "Régence" tornou-se célebre no dia em que Philidor ali começou a jogar as suas partidas, desafiando os mais habéis xadrezistas.

Na mesma época, d'Alembert frequentava êsse café, onde se via, com frequência, Jean Jacques Rousseau. Voltaire também se sentou aí algumas vezes, deixando a lembrança de um máo jogador.

Diderot escreveu: "Esteja o tempo agradável ou chuvoso, eu passeio todos os dias ás cinco horas no Palais-Royal. Se faz frio ou chove, refugio-me no "Café de la Régence". E aí jogo. Paris é o lugar melhor do mundo e a "Régence" é o ponto de Paris em que se joga melhor o xadrez. Aí Légal, o profundo, Philidor, o sutil, e Maot, o solido, lutam airoosamente".

Durante o período revolucionário Robespierre frequentou êsse café histórico. Ele não era habil jogador, mas inspirava tal terror que todos os seus parceiros perdiam sempre. Um dia em que, deante de um taboleiro, Robespierre esperava um companheiro, entrou no café um rapaz, de finos traços fisionómicos, que, sem dizer uma palavra, se sentou em frente ao "Incorruptível"; e uma partida foi encetada: o desconhecido a ganhou.

—Qual é o premio do vencedor?—perguntou Robespierre.

—A cabeça de um homem; eu a ganhei; peço-te que m'a dêes sem demora, antes que o carrasco a decepe amanhã.

E tirou do bolso uma folha de papel, em que estava escrita a ordem de se soltar o conde de R., encerrado na Conciergerie. Só faltava a assignatura de Robespierre, que êle não hesitou em dar.

—Mas, quem és tu, cidadão?—indagou o dictador.

—Sou uma mulher, a noiva do conde de R. Obrigada, e adeus".

NA INGLATERRA

Repetiram autores que a um comerciante, de nome Eduardo, se deveu a introdução do agradável licor na Grã-Bretanha. Aquele homem de negocios teria trazido para Londres, em sua companhia, um grego de Ragusa, Pasqua Rosée,—que sabia preparar a infusão,—assim como alguns fardos da valiosa semente.

Isto em meados do século XVIII,—ao que apuraram os historiadores. Eis como Raynal (op. cit.—tomo II, pags. 45), por exemplo, se externou a respeito do fato: "Dans les temps précisément qu'on fermoit les cafés á Constantinople, on en ouvroit á Londres. Cette nouveauté y fut introduite en 1652, par un marchand, nommé Edouard, qui revenoit du Levant".

Na mesma época (1652), ou pouco antes dela, ao que conservou a tradição, o levaria a Oxford um judeu chamado Jacques.

Certo é que a bebida foi bem aceita pelos ingleses. Do ano de 1656—persistiu a referência da inauguração do "Rainbow" (o "Arco-iris"), segunda "coffee-house" londrina.

Dentro em pouco, pelo que expoz um escultor, tanto na velha capital banhada pelas aguas do Tamisa, quanto em outras localidades da Grã-Bretanha, instalaram-se,—devido ao favorável acolhimento que obteve a infusão,—uns tres mil "cafés".

Passaram-se sob o reinado de Carlos II, iniciado em 1660, as mais agitadas fases da historia do café na Inglaterra.

Chegou, até, a haver uma representação feminina contra êle,—que foi acusado, então, não só de nocivo á saude, mas também de perturbador da paz doméstica (naturalmente porque os homens preferiam trocar a santa serenidade do lar pelo ambiente de boatos e discussões das concorridas "casas de café...")

"The women's petition against coffee" data de 1675. Sabe-se que, nêsse ano, todos os estabelecimentos que vendiam o licor foram fechados,—por determinação do governo, que os considerou como perigosos focos publicos de conspiração e amolinação.

SEGUNDA PARTE

O CAFÉ NO NOVO MUNDO

(CULTIVO INICIAL EM POSSESSÕES
HOLANDEZAS E FRANCEZAS)

EM SURINAM — NA MARTINICA — NA GUIANA FRANCESA

Os impavidos batavos, que não dormiam á sombra dos troféos conquistados, introduziram no ano de 1718, o cafeeiro na sua colônia sul-americana de Surinam,—em que se haviam fixado de modo definitivo desde 1668, após irreparavelmente desiludidos das suas pretensões sobre o nordeste brasileiro, onde a irresistível bravura dos soldados da "insurreição pernambucana" (num surto de sentimento nacionalista, incentivado pelo antagonismo etnico-religioso) os desbaratára, emfim, constrangendo-os, em 24 de janeiro de 1654, á capitulação da Campina do Taborda, a que se seguira em 16 de agosto de 1661, o tratado de paz de Haya.

Laharpe (30) explicou bem a razão por que se adaptaram os holandeses á citada região, á qual já tinham aportado sem proveito, ante-

riormente, franceses e ingleses, que vieram a instalar-se para aquém e para além dela:

"Chassés du Brésil en 1661, les Hollandais songèrent à se dédommager de leurs pertes par un autre établissement dans l'Amérique méridionale. Dès 1640, les Français en avaient formé un sur la rivière de Surinam; mais les terres y étaient marécageuses et malsaines, ils les abandonnèrent bientôt. L'Angleterre, qui s'en suivit n'en fit guère plus de cas. Les Hollandais, dont la patrie n'est qu'un marais, s'en accommodèrent mieux, et Charles II n'eut pas de peine à s'en faire ne leur faveur, vers l'année 1668".

Os franceses, filhos de uma nação em que já se gastava copiosamente a ideal bebida,— não ficariam muito atrás dos habitantes dos Países Baixos, no empenho de tirar proveito da cultura do delicioso arbusto.

Segundo F. L. C. Burlamaque (op. cit., pag. 6), em 1716, "foi que se fez a primeira tentativa d'introdução do café no Brasil nas colônias" da França.

Certo é que o missionário francês João Baptista Labat, que muito contribuiu para a colonização de Guadalupe, antevira o promissor futuro do café nas Antilhas,—em sua importante obra, cuja primeira edição é de Amsterdam, 1722, e á qual fizemos referência na primeira parte, cap. VI, dêzemos nosso trabalho. Confirmou-o Laharpe (op. cit., pag. 494):—"Labat, dans la relation de son voyage, conseille de le cultiver dans les Antilles, où il prévoyait qu'il réussirait aussi—bien que la canne á sucre".

Qual já se executára, em 1717, quanto á ilha africana de Bourbon (posteriormente "da Reunião",—que fôra descoberta em 1545 pelo navegador português Mascarenhas, de quem tomára o nome, e viera a passar para o domínio francês em 1642).—transportou-se o arbusto, por 1723, á da Martinica, possessão que, além de outras, coubera áquele povo no mar das Antilhas, adquirida que fôra a particulares por João Baptista Colbert, o insigne ministro de Luis XIV.

A remoção ocorreu em conjunturas empolgantes, que demonstraram a surpreendente amplitude da dedicação de um brioso militar á causa do enriquecimento de sua Patria.

Merece perpetuado o nome de Gabriel de Clieu, fidalgo da Normandia e "lieutenant du roi á la Martinique em 1723", que conduziu á ilha o vegetal,—cuja muda, ao que parece, lhe confiára o abade Pedro de Chirac (31), "premier médecin du roi", membro da Academia das Ciências de Paris e autor de algumas obras de valor.

O trajeto do país europeu á colonia tornou-se accidentado. De Clieu, que trazia um (32) pé de café,—obtido do Jardim do Rei e oriundo daquelle com que o burgomestre de Amsterdam presenteara ao "Rois-Soleil",—quasi viu perecer em pleno mar, aos ardores do sol tropical, a muda que conseguira a tanto custo e da qual zelava com tanto carinho. Até a agua doce veio, durante a derrota, a faltar-lhe de fal fôrma, que teve de dividir com o adorado vege-

tal a exigua porção do insubstituível liquido, que lhe tocava pessoalmente a êle:

O salvador do caféiro que proporcionará á Martinica, em breve, uma opulenta produção,—não deixou de reevocar no papel os episodios da viagem, em narrativa que endereçou a Aublet, em cuja obra ("Plantes de la Guyanne") figura.

Eis os primeiros topicos da expressiva epistola que, com a data de 22 de fevereiro de 1774, escreveu De Clieu, e que foi publicada em "L'Année Littéraire":

"Dépositaire de cette plante, si précieuse pour moy, je m'embarquai avec la plus grande satisfaction. Le vaisseau qui me porta était un vaisseau marchand dont le nom, ainsi que celui du capitaine qui le commandoit, ce sont échappés de ma mémoire, par le laps de temps. Ce dont je me ressouviens parfaitement, c'est qu'il la traversée fut longue et que l'eau nous manqua tellement que, pendant plus d'un mois, je fus obligé de partager la faible portion que m'étoit dévolue avec le pied de café, sur lequel je fondeis les plus heureuses espérances, et qui faisoit mes délices. Il avoit tellement besoin de secours qu'il étoit extremement faible, n'étant pas plus gros qu'une marotte d'oeillet".

Uma vez naquele recanto solitário, onde viria ao mundo, em 1763, Josephina Tascher de la Pagerie (que se tornaria esposa de Napoleão Bonaparte,—depois de enviuvar, com a morte do visconde de Beauharnais),—entregou De Clieu ao sólo do jardim da sua residencia a preciosa muda. Não escaparia esta, ali, de ser alvo de várias tentativas de furto, causadas pela novidade de que vinha bafejada a planta; garantiu-se-lhe, porém, a integridade, com uma cerca de espinhos e um vigia da máxima confiança. Colhendo-lhe as primicias,—dois litros de grãos,—distribuiu-os o official francês por habitantes da ilha.

Em curto prazo, entrava o caféiro a progredir, na Martinica, de modo alentador.

No ano de 1727, o tremendo terremoto de 7 de novembro arruinou quasi completamente, lá, as culturas de cacau. Impulsionaram-se, em consequencia disso, as do café, que haviam sido poupadas pelo cataclisma.

Conseguiram os ilhéos exportar sementes, logo, para S. Domingos e Guadalupe, bem como para outras das Antilhas; prociaram estas, dahi a anos, mais café do que o que se consumia em toda a França.

O esforçado "lieutenant du roi", no seu relato de 1774, em trecho que aqui vai vertido para o português, depôs ácerca de tais acontecimentos:

"Apenas chegado, cuidei logo de plantá-lo com cautela no meu jardim, em lugar favorável ao seu crescimento. Apesar de tê-lo sempre sob as minhas vistas, tentaram roubá-lo por diversas vezes, de modo que fui obrigado a fazer-lhe uma cerca de espinhos em redor, e a vigia-lo por um guarda, até que deu fruto e este amadureceu. As minhas esperanças realizaram-se: colhi cerca de dois litros de grãos, que distribuí a todas as pessoas que julgava dignas de dispensar os cuidados necessários á

prosperidade da planta. A primeira colheita foi muito abundante, e com a segunda poude propagar-se prodigiosamente a cultura.

Mas o que favoreceu singularmente a sua multiplicação foi que, decorridos dois anos, todas as arvores do cacau indigena, o único recurso e occupação de mais de 2.000 habitantes, foram arrancadas e radicalmente destruidas pela mais horrível das tempestades, acompanhada de uma inundação que submergiu todo o terreno em que se achavam essas arvores, terreno êsse que foi logo aproveitado com rara habilidade para ser transformado em cafezais, que fizeram maravilhas e que collocaram os plantadores em condições de enviar café a S. Domingos, Guadalupe e outras ilhas adjacentes, onde êle foi mais tarde, cultivado com o maior successo...

O feito de De Clieu foi comentado por diversos poetas e prosadores, compatriotas do herói da introdução do café nas Antilhas.

Assim é que lhe eternizaram o renome, entre outros, Rosset, no seu "Poème de l'agriculture", Tussac, na "Flore des Antilles", e Es-ménard, no "Poème de la navigation". Deste último transcrevemos, com fidelidade, os sonoros versos que se seguem:

"..... Sur son léger vaisseau,
Voyageait de Moka le timide arbrisseau.
Le flot tombe soudain; Zéphir n'a plus d'haleine
Sous les freux de Cancer, l'eau pure des fontaines

S'épuise, et du beson l'inexorable loi
Du peu qui reste encore a mesure l'emploi.

Chacun craint d'éprouver les tourments de
Desclieux seul les défie, et d'une solf fatale.

E'touffant tous les jour la dévorante ardeur,
Tandis qu'un ciel d'airain s'enflamme de splendeur.

De l'humilde élément, qu'il refuse a sa vie,
Goutte á goutte il nourrit une plante chérie.
L'aspect de son arbuste adoucit tous ses maux.
Desclieux rêve déjà l'ombre de ces rameaux,
Et croit, en caressant sa tige ranimée,
Respirer en liqueur sa graine parfumée.
Heureuse Martinique, o bords hospitaliers!
Dans un monde nouveau, vous avez, les premiers.

Ecuelli, fecondé ce doux fruit de l'Asie,
Et dans un sol français murit son ambroisie!"

Raynal (op. cit., tomo VII, pags. 56-57), referindo-se á catastrophe de 1727, de que acima fizemos menção,—faz algumas observações sobre a entrada e propagação do café na Martinica:

"Une de ces calamités, que les saisons apportent & versent, tantôt sur les hommes, & tantôt, sur les plantes, lit perir, em 1727, tous les cacaoiers. La desolation fut générale parmi les habitans de la Martinique. On leur présenta le cafiere come une planche après le naufrage. Le ministère de France avoit reçu des Holandois en présent deux pieds de cet arbe, qui étoient conservés avec soin dans le jardin royal des plantes. On en tira deus rejettons. M. Desclieux, chargé, em 1726 (33),

de les porter á la Martinique, partagea, avec ses arbustes, le peu d'eau qu'il en recevoit pour sa boisson; et par ce généreux sacrifice, il parvint á sauver la moitié du précieux depôt qui lui avoit été confié. Sa magnanimité fut recompensée. Le café se multiplia avec une rapidité, avec un succès extraordinaire; et ce vertueux citoyen a joui jusqu'à la fin de 1774, avec une douce satisfaction, du bonheur si rare d'avoir sauvé, pour ainsi dire, une colonie importante, & de l'avoir enrichie d'une nouvelle branche d'industrie".

E tambem J. Michelet tratou, em tersas imagens, do evento da condução do vegetal á ilha americana:

"La lave de Bourbon, pas plus que le sable arabique, ne suffisait á la production. Le regent le sentit, et fit transporter de café lans les puissantes terres de nos Antilles. Deux arbustes du jardin du roi, portés par le chevalier de Clieux, avec le soin, l'amour religieux d'un homme qui sentait porter une revolution, arrivèrent á la Martinique, et réussirent si vien, que cette ile bientôt en envoya par an dix millions de livres.

Ce fort café, celui de Saint-Domingue, plein, corsé, nourrissant aussi bien qu'excitant, a hourri l'age adulte du siècle. Il fut bu par Buffon, par Diderot, Rousseau; ajouta sa chaleur aux ames chaleureuses, sa limiere á la vue perçante des prophètes assemblés dans l'antre de Procopé", qui virent au fond du noir breuvage le futur rayon de 89".

Consignou outro escritor francês que "Desclieux mourut dans l'obscurité, sans avoir recuelli aucun fruit de son zèle".

Convém reproduzir aqui as expressões com que, em identica ordem de idéas, se externou F. L. C. Burlamaque (op. cit, pags. 7):

"Entretanto, Du Clieu, depois de ter enriquecido directamente a Martinica e indirectamente a todas as colonias do seu país, morreu pobre e ignorado na idade de 97 anos, em 1775. Em 1804, M. de Laussat, prefeito da colonia, projectou elevar-lhe um monumento no mesmo logar onde êle havia plantado o primeiro pé de café. Este projeto não foi avante pela tomada da ilha pelos ingleses, em 1809. Mas o projeto de perpetuar a memoria dêsse homem verdadeiramente util seria posto em execução? Póde duvidar-se, se dermos crédito a um poeta:

—Sitôt qu'à son declin votre astre tutelaire
Épanche son dernier rayon,
Votre nom qui s'éteint, sur le flot populaire,
Trace á peine un léger sillon.
Passez, passez; pour vous point de haute statue:
Le peuple perdra votre nom;
Car il ne se souvient que de l'homme qui tue

Avec le sabre et le canon.
Il n'aime que le bras qui dans les champs humides

Par milliers fait pourrir les os.
Il aime qui le fait batir les pyramides,
Porter des pierres sur les dos".

Não foi isto, no entanto, o que, segundo Augusto Ramos (em argigo no "Jornal do Comér-

cio”, do Rio de Janeiro, de 7 de maio de 1927), ocorreu para com o indefeso oficial e sua augusta memória:

“A França acumulou de dignidades o tenaz marinheiro,—ao que tudo leva a supôr o primeiro plantador de café no solo americano (34). Fê-lo governador de Guadalupe, amparando-o ainda na velhice com uma então fabulosa pensão de 6.000 francos anuais. E nem o tempo apagou da memória dos seus concidadãos o grande feito, pois há poucos anos, em 1918, inaugurava-se em sua honra o Jardim Botânico de Fort-de-France, na Martinica.

Em 1719 e 1723, isto é, na mesma época em que ingressou na Martinica, ou pouco antes dela,—foi o cafeeiro trazido a Caiena, o que consta se executou, de maneira clandestina, pelo soldado fugidivo Morgues ou Rosier-le-Breton, que teria chegado àquela cidade com algumas sementes furtadas sob risco pessoal em Surinam, onde se homiziára.

Chefiava a colonia franceza em tal época, ao que consta, o governador La Motte Aignon.

Supôs-se que o citado desertor houvesse enviado carta a Caiena, propondo-se a executar a proeza mediante o indulto da sua falta.

A proposito disto, referiu Lourenço Granato (in “O segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil”,—S. Paulo, 1926, pag. 15):

“Em 1719, o fugitivo Rosier le Breton, residindo em Surinam, escreve para Caiena, pedindo para que se lhe perdoasse certo delicto cometido, compromettendo-se a levar consigo, em troca do perdão, sementes de café capazes de germinar e cuja exportação era all proibida sob a meação de rigorosas penas. Combinado o trato foi assim introduzido o café em Caiena, sendo os grãos entregues ao commissário da marinha que se chamava d’Albon”.

Da Guiana Francesa havia de passar o arbutto ao Brasil, graças ao sargento-mór Francisco de Melo Palheta, que, em 1727, traria dall ao Pará “mil e tantas frutas e cinco plantas”.

E’ conveniente se mencione aquí que tambem aos ingleses, com relação ás suas colonias do oceano Atlantico, não desinteressava o vegetal, pois em 1728 Nicolas Laws o introduzia na ilha centro-americana da Jamaica, pertencente á Grã-Bretanha desde 1655, conquistada que fôra pelo almirante W. Penn aos espanhóis, all estabelecidos a partir de 1509.

Certo é que a quasi totalidade do café entregue ao consumo europeu, durante o seculo passado (XVIII) provinha das possessões francesas, hspanholas e inglesas das Antilhas.

TERCEIRA PARTE

O CAFÉ NO BRASIL

I

NO PARÁ E EM OUTRAS REGIÕES DO EXTREMO NORTE

Errou, sem duvida, monsenhor Pizarro, quando suas “Memórias históricas do Rio de Janeiro” (vol. VII, Rio de Janeiro, 1822, pag.:

109), divulgou esta impensada affirmação. “O café tendo sido transplantado da India para o Brasil, onde principiou a prosperar, foi contudo mandado arrancar por el-rei dom Manoel para conservar o comércio com a Asia, impondo pena de morte aos que tratassem de sua cultura...”

Servir-nos-emos, para aniquilar tão inaceitável asserto, das mesmas ponderações irrefragaveis, com que o fulminou Francisco Freire Alemão (loc. cit., pag. 565):

“Basta ver que quando el-rei dom Manuel faleceu em 1561, ainda o café não era conhecido na Europa, não podendo portanto ser objeto de comércio. Evidentemente monsenhor Pizarro interpretou mui de ligeiro uma passagem da carta do padre Antonio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo datada de 1675, que é a seguinte: “*Há muitos anos que se dá no Brasil a pimenta, e quasi todas as outras drogas da India, como se experimentou no primeiro descobrimento; e el-rei Manoel por conservar a conquista do Oriente mandou arrancar todas as plantas asiáticas com lei capital que ninguem as cultivasse; e assim se executou ficando somente o gengibre, que, como é raiz, dizem no Brasil, se mete pela terra dentro; mas ainda assim se conserva a prohibição, e se tem por perdido*”.

Incluido isto, unicamente á guisa de registro, entremos na materia viável do presente capítulo, isto é, nos pontos já provados, ou mesmo nos apenas aventados, aos quais deve êle referir-se.

Dentre as zonas todas do gigantesco e lindo torrão brasileiro,—coube ao Pará a prioridade do cultivo da rendosa rubiácea; e a Francisco de Melo Palheta, como já ficou dito na parte anterior, a glória de ser o portador de mil e tantas bágas e cinco especimens dela, desde a vizinha colonia francesa até aquela circunscrição da nossa Patria, que, esta, não passava tambem, em tal época, de mera possessão de um povo europeu: o povo português.

A citada fração do imenso e feracissimo país sul-americano onde, venturosamente para nós, nascemos e vivemos,—viu a sua civilização branca iniciada, com a ereção de um reduto de madeira (o “Presepio”), em Belém, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, o qual para lá saíra de S. Luis do Maranhão a 25 de dezembro de 1615, por ordem de Alexandre de Moura, que acabára de destroçar e expedir os franceses; e teve como primeiro capitão-mór o seu fundador,—que, devido a excessos por êle praticados, foi deposto e colocado a ferros, em 14 de setembro de 1618 e, no mês de maio do outro ano, remetido preso para Portugal, onde expirou.

Seguiu-se-lhe Bento Maciel Parente, que, por provisão do governador geral do Brasil, d. Luis de Sousa, para lá se encaminhára afim de castigar os selvagens (o que, de fâto, fez com exito, por meio de matanças e escravizamentos),—pois aqueles, vencidos embora por Francisco Caldeira de Castelo Branco, ameaçavam ainda a capitania. “No seu tempo se separaram as duas capitancias, do Pará e do Maranhão, do Governo geral do Brasil, consti-

tuindo ambas um só Governô geral e independentemente, com o nome de Estado do Maranhão, para o qual foi nomeado governador, no mesmo ano de 1621, d. Diogo de Cárcamo, que não aceitou o encargo por se achar já velho, sendo em seu lugar nomeado d. Francisco de Moura, que acabava de ser governador de Cabo Verde, e que também foi dispensado, nomeando-se para substituí-lo a Francisco Coelho de Carvalho" (35), o qual,—designado por patente régia de 23 de setembro de 1623,—em 1624 deixou Lisboa, com destino a Pernambuco, onde combateu os holandeses durante dois anos, empossando-se, em S. Luis, sómente a 3 de setembro de 1626.

Por ocasião do ingresso do café ali, era "governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará" João da Maia da Gama, que sucedera, em 1722, a Gerardo Pereira de Berredo,—o depois autor dos "Anais Historicos do Estado do Maranhão" (Lisboa, 1749, na oficina de Francisco Luis Amano), elaborados á custa de pacientes pesquisas nos códices dos arquivos.

Houve, a êsse tempo, necessidade de mandar-se á fronteira, assim como a Caiena, para quaisquer entendimentos com os franceses da Guiana, uma ligeira missão, de carater official. Afim de dirigi-la, foi escolhido o sargento-mór Francisco de Melo Palheta, que já se salientára muito, em 1722-1723, na exploração do rio Madeira.

Não existia, em tal éra, uma única semente de café, em toda a ingente superfície do território brasileiro.

Pois bem. Ao retornar a expedição do cabal desempenho da incumbência, que se lhe cometera, trazia consigo o esforçado guieiro dela mil e tantas frutas e cinco plantas do vegetal alienígena, que se tornaria, de futuro, o tesouro superno da agricultura nacional.

Todo êle proveiu dessas frutas e plantas que, com o defluir dos évos, transpuzeram a respeitável distância que separa do sul do país os campos e florestas cortados pelo "das aguas gigante caudaloso", e medraram estupendamente, por fim, na "terra rôxa" do berço dos bandeirantes.

Que a Francisco de Melo Palheta,—o heroi da introdução do café no nosso país natal,—se enderêce, portanto, a gratidão de todos nós, brasileiros, que tanto lhe devemos, pelas meritorias consequências da sua ação prestimosa, diligente, fúlgida, imperitural! (36).

Deixando a capital paraense em fevereiro de 1727,—conforme opinou Manuel Barata, á pag. 15 do seu instrutivo trabalho "A antiga produção e exportação do Pará" (Belém, 1915),—o denodado sargento-mór, chegando a Caiena, conheceu de perto a rubiácea munificente, que lá viçava havia alguns anos. Percebeu logo, com aguda perspicácia, quão soberbos proventos dimanariam, para a Patria, e a "Real Corôa", do vegetal exótico, si êste fosse cultivado em brasileiras terras, e procurou sem tardança obter umas poucas de mudas, ou de bágas novas.

E' acreditável lhe custasse isso sacrificios, pois entre os francêses se adotára o terrível monopólio holandês, a ponto do governador decretar, por um "bando", que ninguém dêsse aos portuguezes café capaz de reproduzir-se.

A insciência do modo exato por que foi conseguido na Guiana o café introduzido no Brasil, em maio de 1727, pelo audaz explorador, e bem assim a subida valia da façanha dêste, contribuíram para tramar-se em torno do caso uma sorte de lenda,—propalada pelo bispo d. fr. João de S. José, monge beneditino, em sua "Viagem e visita em bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763" (37), e abraçada por escritores subsequentes:

"Aqui vimos pela primeira vez a arvore do cacáo, plantada pela natureza, de que estas linhas do rio abundam nas vizinhanças de Gurupá, não assim das arvores do café, pois todas desta espécie têm sido plantadas, e primeiro vindas de Caiena em tempo do governador do Estado João da Maia, o que se deveu á generosidade de uma francesa, mulher do governador da praça, que sabendo a proibição e estudo com que andavam os seus nacionais, para que se não communicasse a um portuguez, de quem ignoramos o nome, e só sabemos ser Palheta, que ali se achava, indo êste visitar seu marido, e saindo todos a passeio, ela generosamente lhe ofereceu em presença do esposo (que se sorriu), uma mão cheia de pevides de café, praticando a galanteria de ser a mesma que lh'as introduziu no bolso da casaca, obrigando-o de tal sorte, que lhe não sobejaram as expressões com que mostrou agradecer muito á madame esta franqueza e bizarria; e logo em Belém se reparitiram pelo governador a homens de negocio, entre os quais não foi dos segundos Agostinho Domingos, natural do arcebispado de Braga junto ás Caldas do Gerez, e casado em Belém, homem de muito honra, verdade e cabedais, cujo procedimento autorisa bem as suas cans na avançada idade de oitenta anos, de quem recebemos immediatamente essa espécie, quando nos mostrou os seus cafesais do rio Guamá".

Acham-se os meandros do problema, no entanto, positivamente iluminados por uma petição do próprio Palheta, inserta no vol. VI (Pará, 1907) dos "Anais da Biblioteca e Arquivo Publico do Pará", pags. 228-229, e reproduzida por Manuel Barata, com eruditas observações, no seu estudo histórico-econômico sobre o Pará de antanho (pags. 13-14).

Incluamos aqui o meticoloso trecho do exímio escavador de fatos—melhor contestação se não há de opôr a errônea versão do como o bemdito arbusto penetrou nas lindes que circundam o nosso sólo:

"O café, como é sabido, foi o Pará o primeiro Estado do Brasil que o plantou, em 1727. Em maio dêsse ano, o sargento-mór (major) Francisco de Melo Palheta, que tinha ido á Caiena no desempenho de uma comissão do governador e capitão general do Pará, de lá trouxe "mil e tantas frutas e cinco plantas" de café, segundo declara o mesmo Palheta. E vem aqui a pêlo dizer que não é verdadeira, nem verosimil, a versão, propalada pelo bispo

d. fr. João de S. José de Queiroz (obr. cit.) e repetida por outros escritores, de que a sementes de café trazidas por Francisco de Melo Palheta foram-lhe dadas pela mulher do governador de Caiena (Claudel d'Orvilliers), a qual, por galanteria, metera no bolso da casaca (do colete, dizem outros) de Palheta uma mão-cheia delas, na presença do proprio governador. Sabe-se, porém, que esse mesmo governador havia ordenado, por um bando, que pessoa alguma dêsse aos portugueses (Palheta e seus companheiros de viagem) "café capaz de nascer", não se pode crer que a própria mulher dêsse governador transgredisse a ordem dada, e na sua presença, mesmo por galanteria, descabida e criminoso, no caso. Além disso, Palheta trouxe "mil e tantas frutas de café", que naturalmente não poderiam ter cabido em todos os seus bolsos, da casaca ou do colete. Pela petição dirigida por Palheta, ao seu monarca, alegando serviços prestados, e solicitando concessão de favores, podemos verificar como êle proprio conta o caso do café, de modo que não se pode pôr em duvida a veracidade da sua afirmativa. Nenhuma referência faz êle á aludida galanteria da senhora d'Orvilliers, o que parece não devêra ter tido êle motivo para calar, e antes para referir com louvor".

Agora, vejamos o interessante requerimento de Palheta, que se acha "em cópia autentica no *Arqu. Publ. do Pará (Cod. de Alvarás, Cartas Regias e Decisões, Reinado de Dom João V. 1734)*":

"Sr. Diz Franco de Mello Palheta, Cappm. Thenente da Guarda Costa, 1.º elle Suppte, está actualme. occupado no servo. de V. Magde. e somente, com quarenta e oito mil rs. de soldo; fazendo gastos excessivos, e experimentando grandes perdas, como na viagem do descobrimento do Rio da Madra., fez de gasto hum conto, e dozentos mil rs.; porq'. o mandou o Govor. João da Maya da Gama ao do. descobrimo. athe as Indias de Espanha, como fez athe chegar á Cide. de S. Cruz, e nas grandes Cachoeyras teve tres alagações em que perdeo tudo quanto levava, e depois foy mandado pello nosso Gobor. a correr a Costa, e á Va. de Cayana; e vendo o Suppe. que o Govor. de Cayana deitava hum bando á sua chegada que ninguem dêsse caffè aos Portuguezes capaz de nascer, se informou o Suppe. daquelle droga, e vendo o q'. hera fez deligas. por trazer algumas sementes com algum despendio da sua Fazenda., zeloso dos augmentosdas Reaes rendas de V. Magde.; e não só troche mil, e tantas fructas q'. entregou aos Officiaes do Senado (*vereadores da camara municipal*) pa. que o repartissem com os moradores, como tambem sinco plantas de que já hoje ha muito no Estado; e como o Suppe. se acha muito falto de servos e tem mil e tantos pés de Caffé, e tres mil pés de Cacao, e não tem quem lhos cultive, e se acha com sinco filhos, P. A V. Magde. lhe faça mee. conceder por seo Alvará cem cazaes de escravos do Certão do Rio Negro, ou outro qualquer, que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao Suppe. sincoenta Indios das Aldeyas de Cahabe (*por Cacté, hoje Bragança*), Mortigure (*por Murti-*

gura, hoje Villa do Conde), Simouma (*por Sumauma, hoje Bejá*), Bocus (*por Cocas, hoje Oeiras*), Caricurú (*por Uaricurú, hoje Melgaço*), mongabeiras (*por Mangabeiras, hoje Ponta de Pedra*), Camutá, gorjones (*por Guaianas, depois Logar de Villar, hoje extincto*), pa. fazer os dittos resgattes; e como o Supp. está alcançado, e não tem com que comprar o necessario pa. fazer os dittos resgattes mandar se lhe dê tudo o necessario da Fazenda. dos resgattes pa. que depois o Suppe. inteyre, e pague da mesma viagem o custo que fizer.—E. R. Mce." (38).

Consumado o ingresso do café no Brasil, com a plantação das mudas e dos frutos transportados por Francisco de Melo Palheta,—daí para a frente encarregar-se-ia a laboriosidade de outros homens, aliada á pujança da natureza, de fazê-lo prosperar.

"Além do mesmo Palheta, um dos primeiros que aquí plantaram e colheram o café em maior quantidade foi o abastado lavrador Agostinho Domingos de Sequeira, nas suas terras do rio Guamá",—informou ainda Barata, baseado na narrativa, fantasiosa em parte, de d. fr. João de S. José.

Ao estudarmos atentamente a história do café do Brasil verificamos que a introdução do famoso arbusto em nossa Patria não foi sinão uma bendita consequencia da execução do memoravel tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, por parte da corda portuguesa.

Com effeito. Pelo artigo 8.º daquela convenção,—ratificada a 6 de fevereiro de 1715,—desistiu a França, de maneira definitiva, de quaisquer direitos ou pretensões que pudesse ter sobre as terras chamadas "do cabo do Norte", entre os rios Amazonas e Oyapock.

E a viagem de Francisco de Melo Palheta em 1727, quer á cidade de Caiena quer ás "montanhas d'Argent" (39) teve por objetivo uma inspecção aos marcos de limites, motivada por questões oriundas da interpretação do pacto de Utrecht.

Não é de admirar que, havendo sido êste confirmado em 1715, doze anos depois estivesse ainda em exame—pois durante quasi dois seculos subsistiram dúvidas a respeito dêle, que necessitaram de ter amigável solução entre os dois países interessados.

Corre que Francisco de Melo Palheta era brasileiro nato e filho do português José Rodrigues Palheta.

E' certo que obteve sesmarias do Pará, e que dirigiu uma importante expedição ao rio Madeira. Fez referências ao nome dêle o padre Samuel Fritz, a quem acompanhara, com uma força militar, até Quito.

A João da Maia da Gama, sob cuja administração empreendeu e rematou Palheta a proeza da introdução do café no Brasil—sucedeu, como governador e capitão general, Alexandre de Sousa Freire, que chegou de Lisboa a S. Luis do Maranhão em maio de 1728, e daí (tendo tomado posse do cargo a 1.º de junho), partiu em setembro, com destino ao Pará.

Manoel Barata, em "A antiga produção e exportação do Pará", pag. 17, asseverou:—"A primeira exportação de café que se fez, do



CAFEIRO COM FRUTOS

Pará para Lisboa, foi em princípios do ano de 1732, na barca *Santa Maria*, em quantidade de sete libras, como amostra". Nos "Apostamentos para as Esmérides paraenses", do mesmo historiographo, há, entretanto, esta passagem, que confesta evidentemente a anterior:—"25 de janeiro de 1731—*A Gazeta de Lisboa Occidental*, n.º 4, desta data, traz a seguinte noticia: "Nos ultimos navios que chegarão do Maranhão veiu algum caffè, que se descobrio no Certão daquelle Estado, ainda melhor qualidade, que o do Levante; e se assegura que no sítio em que este se colheu havia carga para vinte navios".

Data de 28 de julho de 1731 a primeira providencia de d. João V acerca do produto,—da qual deu conta o alvará de 30 daquelle mês e ano:

"*Para Alexandre de Sousa Freire—recomendando-lhe a cultura do caffè e canella*".

—"D. João, etc. Faço saber a vós Alexandre de Sousa Freire, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que se vio o que respondestes em Carta de 16 de Maio do anno passado, e ordem que vos foi sobre a propagação da planta da canella, e considerando o quanto será conveniente que nos meus dominios se adiante não só a cultura da mesma canella, mas tambem a do caffè, do que ha noticia se tem dado principio, a qual poderá ser de grande utilidade, assim a esses povos, como á Fazenda Real; Sou servido conceder-lhes por resolução de 28 de presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, a liberdade de que estes dois generos não paguem direitos alguns dentro de doze annos; odenando-vos ponhaes todo o cuidado e actividade em que se augmentem e estabeleção as ditas culturas; O que vos hei por muito recommendado. El Rey Nosso Senhor o mandou, etc. Lisboa 30 de Julho de 1731".

Ficou o caffè, com isso, isento do pagamento de direitos até 1746 (por ter sido a execução da ordem iniciada em novembro de 1734, qual se verá adiante, de um documento de 1.º de Maio de 1747.

A 11 de dezembro de 1731, em missiva endereçada de Belém do Pará a Paulo da Silva Nunes, em Lisboa,—e que se pôde ler quer no estudo histórico-económico, quer nos "Apostamentos" de Barata,—assim se exprimia o governador Alexandre de Sousa Freire:

"Nos sítios circumvisinhos a esta cidade, e ainda nos quintaes dela, vae já havendo muito caffè e excelente, o qual tambem he genero novo na terra, de que dentro de hum ou dous annos se remetterão arrobas para Portugal, porque as arvores delle de dous a tres annos dão logo fruto em quantidade".

Francisco Freire Alemão (loc. cit., pags. 566), teve, por intermedio de Baena, noticia da carta-régia de 8 de agosto de 1732, dirigida ao governador e capitão general José da Serra e pela qual se recomendou a propagação da canella e do caffè.

Em 28 de outubro de 1739, sollicitaram os "officiaes da Camara" do Pará se vedasse a importação do caffè estrangeiro para a metropole,

afim de valorizar-se o do Estado. A tal rogativa respondeu a ordem régia de 4 de maio de 1741:

"*Para os Officiaes da Camara que requeriam se prohibisse a introdução do Caffé estrangeiro no Reyno, se responde que isso terá lugar quando a produção foi sufficiente para o consumo*".

—"D. João, etc. Faço saber a vós officiaes da Camara da Cidade de Belém do Grão Pará que se vio a vossa Carta de 18 de outubro de 1739, em que me representaveis fosse servido mandar prohibir o commercio do Café dos Reynos extranhos, para que o desse Estado fosse bem reputado, e melhorasse este genero da baixa em que se achava, o qual por não recuperar o trabalho que dava a cultivá-lo, se hiam esses moradores deixando de o plantar, pelo infimo preço por que se paga nesta Corte, a respeito do muito que vem de fora; Me pareceu dizer-vos por Resolução de 30 da Abril deste presente anno, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, que augmentando-se a cultura do Café, e remessa delle para o Reyno, em quantidade sufficiente, terei attenção ao vosso requerimento. El Rey Nosso Senhor o mandou, etc. Lisboa 4 de Maio de 1741".

Reencarou-se o assunto, em decisão de 6 de junho de 1743, qual se verá da seguinte ordem régia, de 12 daquelle mez e anno, em que manda o monarcha pôr em cumprimento uma sua resolução de 9 de março de 1739:

—"D. João, etc. Faço saber a vós Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que attendendo a que os moradores desse Estado se vão deixando da cultura do Café pela grande baixa que tem dado o preço, em razão do muito que dos portos estrangeiros se introduz neste Reyno, de sorte que por esta causa não podem os ditos moradores recuperar o trabalho que tem em cultivar este genero, e por ser conveniente reputa-lo, e dar toda a providencia necessaria nesta materia: Fui servido ordenar por resolução de seis deste mez e anno, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, que se execute a minha resolução de nove de Março de mil e sete centos trinta e nove, pela qual prohibo o despacho aos generos da Asia, em que entra o do Café, que não viem nas naus da India; do que vos aviso, para que tenhaes entendido esta minha real determinação, que fareis publicar em todo esse Estado, para que chegue á noticia dos moradores delle. El Rey Nosso Senhor o mandou, etc. Lisboa 12 de Junho de 1743".

Esgotado o prazo da isenção de tributos, rogarão os agricultores do Pará nova concessão dela.—sendo atendidos pela resolução de 18 de abril de 1747 e provisão de 1.º de maio do mesmo anno, que prorogou a regalia por dez annos,—segundo elucidou Barata, que não trasladou o documento. Vae este copiado por nós, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do "Arquivo do Conselho Ultramarino", "Papeis Vários", tomo 3.º, fls., 192-v.:

"*Para o Governador que se conceda a graça de não pagarem por mais de dez annos direitos de Caffé e Canella*."

—"D. João, etc. Faço saber a vos Governador e Capitão Genral do Estado do Maranhão,

que por Carta do Provedor e Deputados da Mesa dos homens de negocio, que procurão o bem commum do commercio, se me representou, que eu fôra servido conceder aos lavradores desse mesmo Estado a graça de que não pagassem direitos por tempo de doze annos, da canella e café, que cultivassem naquelle Estado, de que se passarão as Provisões copiadas nas Certidões, que juntavão, tendo principio a execução em Novembro de 1734; e acabava 1746; e porque os supplicantes tem cuidado na cultura destes generos sem embargo de que não tem conseguido adeantamento pela pobreza em que se acha aquelle Estado, principalmente por não ter tido grande commercio o café, pelo que metem os estrangeiros, se fazião os supplicantes merecedores que eu lhes prorogasse o tempo da mesma graça, concedendo-lhes outros doze annos, me pedirão fosse servido mandar passar ordem para o referido effeito, e attendendo a seu requerimento sou servido conceder aos ditos lavradores do Maranhão, por resolução de 18 d'Abril do presente anno tomada em consulta do meu Concelho Ultramarino, a prorrogação desta graça por mais dez annos, recommendando-vos appliqueis todos os meios, que vos parecerem convenientes, dando conta daquelles que vos persuadirdes serem mais efficazes, para adiantar o estabelecimento e cultura de duas plantas tão uteis. El Rey etc. 1 de Maio de 1747".

Registrou o paciente autor dos "Apontamentos para as Ephemerides paraenses", em data de 13 de fevereiro de 1748: "Na *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, desta data, vem a noticia de ter entrado nesse mês no porto de Lisboa uma frota do Pará, com carga de café e outros generos".

Consoante com o que apurou Freire Alemão, (loc. cit., pags. 566), em Dezembro de 1748, requereu o senado da camara do Pará ao ministerio: "que venham mais navios buscar carga; porque é grande a quantidade dos generos, e se está perdendo muito cacau, cravo, e café, etc.". E declarando haver em cultivo: "mais de secentos pés de cacau, e dezeseite mil pés de café..."

Acompanhando, ainda a Manoel Barata, averiguámos que, em 1750, aportou a Lisboa a frota do Pará, de cujo carregamento fazia parte avultada quantidade dos preciosos granulos:

"29 de dezembro de 1750 (terça-feira)—Na *Gazeta de Lisboa* desta data (exemplar existente no Inst. Hist. e Geogr. Bras.), foi publicada a seguinte noticia:

"Entrou os dias passados no porto de Lisboa com 85 dias de viagem, por causa da opposição dos ventos, a frota do Pará e Maranhão, composta de 9 navios mercantes, comboyados pela não de guerra S. José, e por seu Commandante o capitam de mar, e guerra Gonçalo Xavier de Barros e Alvim. Consta a sua Carregaçam, além de outros effeitos, de 64.424 arrobas de cacau, de arrobas de café, de 12.805 couros em cabelo, de 2.714 meyo de sola, de 2.989 arrobas de açúcar, de 1.713 arrobas de salsa parri-lha, de 2.201 arrobas de cravos para tintas, de 22 arrobas da tinta chamada *Uricá*, de 635

arrobas de cravo fino, e de 889 arrobas de algodam em rama, etc."

Na "Correspondência do governador do Pará com a metropole" (1.ª serie, 1752-1757), inserta dos "Anais da Bibliotheca e Arquivo Público no Pará",—tomo II, pags. 97—n.º 65,—encontrámos este documento, de 20 de novembro de 1753:

"O governador informa sôbre os preços que a arroba de cacau, café e cravo deu em arrematação".

—"Senhor. Por não ter ordem de Sua Magestade para rematar os Dizimos do presente anno, ficaram por administração, e consistindo o grosso delles em generos que só navegam para fóra, me pareceu preciso mandal-os arrematar a quem mais desse, e em observancia das ordens de Sua Magestade expedida pelo seu Conselho Ultramarino em que o mesmo Senhor ordena que as rematações dos Dizimos se faça na minha presença, e dos Ministros assim da Fazenda como de Justiça, que aqui se acharem cuja Real ordem executei como consta das certidões juntas.

Por ellas se vê que cada arroba de cacau foi rematada por 1\$200, a de café por 2\$780, a de salsa por 7\$930, a de cravo fino por 7\$350, a de cravo grosso por 3\$250.

A todos os Ministros que assistirão a rematação parece que os ditos generos foram muito bem reputados, porém não me parece que caberá no possível remetter a Vossa Excellencia o total desta importancia, porque me dizem os officiaes da Fazenda que até a ultima hora da partida se estão recebendo generos, e que não será facil faser-se a liquidação a tempo de poder ir, se assim succeder pelo Hgate a mandarei com toda a individuação. Deos Guarde a Vossa Excellencia mui os a os. Pará, 20 de Novembro de 1753.—Senhor Diogo de Mendonça Côrte Real".

A 6 de junho de 1755 foi creada a "Companhia Geral do Commercio do Gram Pará e Maranhão" ("confirmada e approvada por alvará com força de lei de 7 do mesmo mês e ano"), gosando de privilegios pelo prazo de vinte annos, "contados do dia em que partir a primeira frota por ela despachada".—O primeiro dos seus navios deixou Lisboa, com direcção ao Pará, no dia 26 de abril de 1756. Introduziu ella, ali e no Maranhão, inumeros escravos negros (segundo, a tal aspecto, o exemplo de outra "Companhia de Comércio", que se instituiu em 1682 e se extinguiu em 1685)—isto em consequência da lei de 6 de junho de 1755, que suprimiu radicalmente a servidão dos indios, naquele Estado, e veiu a ser extendida ao Brasil inteiro, por alvará de 8 de maio de 1811.—Aos "Apontamentos" de Barata devemos as notas ora por nós resumidas, com respeito á "Companhia Geral do Comércio do Gram Pará e Maranhão", que haveria, infalivelmente, de exercer influencia incentivadora sobre o trafico do café para a metropole.

A 21 de janeiro de 1765, sulcaram o Tejo, abordando á capital portuguesa, "cinco navios do Gram Pará trazendo para a Companhia Geral do Maranhão e Gram Pará vinte mil arrobas de cacau e tres mil de café".

Consultando a Freire Alemão (loc. cit., pags. 566),—baseado ainda no “Compendio das Eras da Provincia do Pará”, de Baena,—podemos esclarecer:

“Outro documento, digno de menção, é o manuscrito do jesuita João Daniel que esteve onze anos nas missões do Amazonas, e escrevia pelos anos de 1767, no qual manuscrito se lê o seguinte: “*Café (grande genero do Amazonas...) se vam estendendo tanto os cafezaes, que d aqui a alguns anos será uma das principaes riquezas daquelle rio; pois já manda para a Europa muitas mil arrobas*”.

Resolução régia de 5 de janeiro de 1778 pôz termo á “Companhia Geral do Comercio do Gram Para e Maranhão”.

As duas capitánias, de que se constituía o Estado, tinham sido separadas, anos antes. Ficaram “unidas e sujeitas ao governo geral da primeira as capitánias do Pará e Rio Negro, e ao da segunda as do Maranhão e Piauí. A cidade de Belém era, desde 1751, capital e residência do governador e capitão general das capitánias reunidas do Grão Pará e Maranhão”.

Pelos “Apontamentos” de Barata, verificámos que no engenho real de “Burajuba”, São Francisco de Borja ou Ibirajuba,—o qual pertencera á *Companhia de Jesus*, cujos haveres “foram mandados incorporar ao Fisco e Camara Real”, em lei de 25 de fevereiro de 1761 (posteriormente á expulsão dos jesuitas de Portugal e suas colonias, por ato de 3 de setembro de 1759)—havia “um engenho de assucar, muito cacáu e café”.

Em carta régia de 11 de maio de 1798, segundo o mesmo erudito historiador, autorizou-se o governador do Pará “a vender os bens sequestrados aos frades do “Val-de-Caens”, que era a mais antiga das suas propriedades, e em que haviam construído a casa conventual e a capela, possuíam os “Mercenarios” 1.836 cafeeiros, frutificando.

Do Pará, expandiu-se o cafeeiro, não só em direção ao Maranhão e ao Piauí, mas também pelos cursos da bacia Amazonica acima, até ao interior da então “capitania do Rio-Negro”.

No curioso “Diario da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no Ano de 1774 e 1775” (Lisboa, 1825), ao tempo do governador e capitão general João Pereira Caldas, há reiteradas allusões ao cultivo do café.

Relativamente á vila de *Silver* e ás ilhas do lago Saracá, eis as advertencias de F. X. Ribeiro de Sampaio:—“São estas ilhas fertilissimas para todo o genero de plantações. As que mais se dedicam os seus habitantes he o tabaco, que passa por excellente. O algodão he finissimo. As margens dos seus canaes serão proprias para o cacáo, e café, plantações áttqui desprezadas, mas que agora se principião a cultivar; postoque não terão grande augmento, até que se não extingua o gentio Mura, que costuma assaltar as rossas das vizinhanças. Tem somente hum desconto a terra, que he a

formiga, que costuma destruir as lavouras feitas nas capoeiras, isto é, nas terras, em que já se cortou mato, e tem novamente crescido”.

Reportando-se á barra do “pequeno rio Urauaá” e ao “logar de Alvaraes”, observou: —“He fertilissimo da parte do rio, e terra. Cresce aqui admiravelmente a mandioca, ha plantações de cacáo, e café, e se entra a cuidar no anil, conforme as novas instrucções que deixei ordenadas”.

Com respeito a vila de Moura, escreveu: —“Compõe-se esta villa das nações Manão, Carayás, Cocúana, e Juina, e de varios moradores brancos, que se applicão a cultura do café, e cacáo, sendo ella huma das mais bem povoadas desta capitania”.

Quanto ao “lugar de Poiares, situado na margem do sul do Rio Negro”, consignou: —“O antigo nome deste lugar era Cumarú. Tambem lhe chamavão Jurupariporecítaua, isto he, lugar das dansas do diabo; porque aqui os indios fazião as suas no tempo do paganismo. . . Produz aqui admiravelmente o café, de que ha já rendosas fazendas”.

Sobre o “lugar de Moreira”, em “huma belissima situação” á margem austral do Rio Negro”, anotou, finalmente: —“He habitado de muitos moradores brancos, que se applicão á cultura do café, e cacáo, de que já tem bem estabelecidas fazendas”.

II

NO RIO DE JANEIRO

Por 1760 (sob o reinado, portanto, de Don José I) foi que o desembargador João Alberto de Castelo Branco fez vir para o Rio de Janeiro,—do rincão do norte do país onde inicialmente se aclimara,—o arbusto do café.

A ascendência daquele magistrado vinculava-se, com certeza, á terra paraense. Pelo nome,—parece ter tido como ancestral não só ao proprio fundador de Belém (em 1615), Francisco Caldeira de Castelo Branco, mas tambem a um dos governadores do Pará. João de Abreu de Castelo Branco (nomeado por decreto de 9 de maio de 1737 e falecido a 1.º de março de 1748, em Lisboa).

Consanguíneo proximo do último seria, talvez, o inolvidável introductor da planta na capital brasileira.

Valhamo-nos, antes do mais, quanto á materia do presente capítulo, da opinião de monsenhor Pizarro, nas suas “Memórias históricas do Rio de Janeiro” (vol. VII, Rio de Janeiro 1822, pags. 110):

“Não excede muito aos annos de 1770 o principio dessa cultura neste paiz (*Rio de Janeiro*), devida ao zelo, e diligencias de João Alberto Castelo Branco, chanceller que era na relação desta cidade, mandando vir do Maranhão ou do Pará, onde nascera, ou havia sido magistrado, as plantas primeiras que se dispuzeram na cerca do hospicio dos padres Barbadinhos italianos, e na quinta de João Hoppman além do arraial de Mataporcos”.

Recorrendo, em seguida, á "Memoria" de Francisco Freire Alemão, elucidaremos, com palavras della: "Para o Rio de Janeiro veiu a planta do café do Pará, ou do Maranhão por intervenção e cuidados do chanceller João Alberto Castelo Branco, que exerceu as suas funcções em tempo do governo do Conde de Bobadella (40), e por morte deste, fez parte do governo interino por alguns mezes". E firmamos-nos, ainda, em duas corroborações:—a de Ayres do Casal ("Corographia brazileira"): "o cafezeiro naturalizado (*no Rio de Janeiro*) no tempo do conde de Bobadella, por diligencia dum magistrado, tem-se multiplicado prodigiosamente e enriquecida muita gente"; e a de José Silvestre Rabello (memória lida na Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional):

"O certo é que um hollandez por nome Hoppman que se achava estabelecido aqui na corte no tempo do vice-reinado do marquez de Lavradio plantou arvores de café".

Ora, Lavradio (d. Luiz de Almeida Portugal) chegou ao Rio de Janeiro em 1769, e indubitavelmente, neste anno já estava o cafeiro arraigado aqui, tendendo a propagar-se cada vez mais.

"E como Ayres do Casal e Cunha Barbosa (41) asseveram que aquella planta chegou aqui, governando Gomes Freire d'Andrade, isso não pode ser depois de 1762; pois aquelle governador expirou em dia de anno bom de 1763"—pnderou, com palpavel felicidade, o instruido Freire Alemão.

O que não admíte contestação é que á atividade de João Alberto de Castelo Branco se deveu a iniciativa do transporte do cafeiro do Pará ao Rio,—fáto esse que tem sido geralmente aceito e confirmado.

Se o coonestou, além de muitos outros, o esclarecido Theodoro Peckolt,—não deixou de haver, contudo, quem se equivocasse, qual, por exemplo, Melo Moraes, na sua "Phytographia", e José Carlos de Carvalho, no seu livro "O Café" (Rio de Janeiro, 1900), avançando que o citado desembargador trouxe o café de Gôa.

O benemerito chanceller da Relação do Rio de Janeiro, com o falecimento, a 1.º de janeiro de 1763, do Conde de Bobadella, veiu a tomar parte, interinamente, no govêrno, exercido por uma junta triuna,—pois a "via de successão", guardada no convento do Carmo, indicava o seu nome, o do brigadeiro José Fernandes Pinto de Alpoim e do bispo D. Frei Antonio do Desterro; "baculo, espada e balança chamados a tanger os povos",—na expressão feliz de Escragnole Doria.

Segundo o padre A. Marconde ("O café, sua história, efeitios, usos dietéticos, etc." (1896), o citado desembargador João Alberto de Castelo Branco trouxe do Pará várias mudas, porém, só quatro conseguiram medrar: uma,—na propria casa d'êla, sita á ladeira de Santo Antonio, mais ou menos onde hoje se encontra a Imprensa Nacional; outra,—confiada aos carinhos das freiras de Santa Teresa; terceira,—com os frades Barbadinhos italianos, do Hospicio de Jerusalém, á rua outr'ora dos Barbonos, e

actualmente Evaristo da Veiga; quarta e derradeira,—entregue ao holandês João Hoppman". (42).

Na opinião de quasi todos os autores, no entanto,—da chacara dos religiosos barbadinhos foi que provieram as sementes e mudas, por meio das quais ingressária o vegetal no sólo fluminense (43).

A circunstância de ter cabido uma delas ao mencionado filho dos Países Baixos provocou a confusão que alguem patenteou, quando, em 1813, no *Patriota*—"primeiro periodico, que no Rio de Janeiro, senão em todo o Brasil, se publicou consagrado ás letras, e ás ciências", conforme Freire Alemão,—escreveu: "quando indaguei donde nos veiu o café pude apenas colligir que ao Pará nos veiu por Cayena; e que o primeiro cafezeiro que appareceu no Rio de Janeiro, o devemos a Hoppman. Hollandês de nação, que se estabeleceu nesta cidade: notícia que devo a amizade do nosso illustre clinico Corrêa da Serra.

Garantiu o padre A. Marcondes (op. cit.), que apenas sobreviveu o pé de café das religiosas de Santa Teresa, o qual, consoante suas palavras,—existia inda pouco antes de 1896. alvitrandose, até, nos últimos annos da planta, fosse ella removida para o Museu. De acôrdo com aquelle autor, "foi esse respeitável cafeiro o progenitor de todo o café cultivado no Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados".

Assim,—contrasta com as asserções retro o pensar de monsenhor Pizarro (op. cit., pag. 110). pensar de monsenhor Pizarro (op. cit., pagina 110).

Foi, pois, da chacara dos Barbadinhos, na rua Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, que, segundo todas as probabilidades, saíram as sementes para a cultura dos cafezais, a que os Estados do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo devem os melhores dias de sua prosperidade, tendo para isto concorrido, entre outros, o padre Antonio Lopes da Fonseca, que estabeleceu uma grande cultura em sua fazenda do Mendanha, em Campo Grande, e D. Joaquim Justiniano, bispo do Rio de Janeiro, que, com especial recomendação, diz um de seus biógrafos, citado por Porto Alegre, fez distribuir as sementes colhidas naquella chacara, pelos padres Coito, para os lados de Rezende, e João Lopes, no districto de S. Gonçalo, onde as culturas prosperaram admiravelmente e irradiaram-se pelo território fluminense, pelo Nôrte de S. Paulo e parte de Minas.

De modo identico se externou o conego Januario da Cunha Barbosa (44):

"Tambem concorreu elle (o antiste do Rio de Janeiro) para a propagação da cultura do café, recebendo sementes da horta dos Barbadinhos italianos, e fazendo-as distribuir com muita recomendação pelos padres Coito, e João Lopes, aquelle no caminho de Rezende, este no districto de S. Gonçalo. Estas sementes tiveram o progresso que hoje sabemos, pois que da fazenda do padre Coito se derramaram por todas as de serra acima, onde prosperou espantosamente".

E o douto cientista da "Memória" sobre a cana de açúcar, o café e o chá vai auxiliar-nos, ainda, com a seguinte observação: "A primeira plantação se fez na cerca do hospício dos Barbonos, situado na actual rua do mesmo nome. Ainda em 1782 o conego Januario ali viu dois pés de café, dos primeiros que nasceram nesta cidade".

O marquês do Lavradio tornou-se um benemerito impulsor do cultivo do proveitoso vegetal. Todavia, no pormenorizado relatório que apresentou ao entregar o governo, em 1779, a Luiz de Vasconcellos e Souza, nada consignou relativamente ao café, o que causou justificada surpresa a Freire Alemão:

"Entretanto é um fato, para mim inexplicavel, que o Marquez de Lavradio, no relatório com que passou o governo a seu successor, tam minucioso a respeito do canhamo, cochenilla, anil, e guaxima, nada diga sobre o café..." — "Cresce-me ainda mais a admiração (*escreveu adiante o mesmo sabio brasileiro*), que em documento semelhante com que Casconcellos entregou o governo ao conde de Rezende, falando-se da cultura do café em Santa Catharina, se calasse a do Rio de Janeiro: quando nesse tempo (1790) já bastante se havia ella desenvolvido nas proximidades desta cidade; pois consta dos fragmentos dum almanack do Rio de Janeiro, que existe manuscripto na bibliotheca publica, que no anno de 1792 entraram nesta cidade, tanto de fóra, como do reconcavo, cento e sessenta arrobas de café".

Estranhou o culto Vieira Fazenda (45) que La Caille, matemático e astrónomo francês, que esteve na capital brasileira em 1751, referisse ("Journal Historique du Voyage fait au Cap de Bonne-Esperance par Feu. M. l'Abbé de la Caille...") ter sido servido de café, aui, pela mulher de um tal Paul Vincent, de origem neerlandeza:

"Pelo que diz La Caille, tomou elle café em casa desse hollandez, que era muito amigo dos francezes. Ou esse café tomado teria vindo por importação e, nesse caso, nada diremos, ou elle era o resultado da cultura já então feita aqui da famosa *Rubiacca*. Nesta hypothese cabe pôr termo a tudo quanto se tem escripto sobre a introduccão dessa planta no Rio de Janeiro. Se em 1751 já se tomava café, não foi, pois, o introductor delle o desembargador João Alberto Castelo Branco, que só mais tarde, salvo erro, aqui chegou do Pará. Seu nome não consta da primeira lista de magistrados, que fizeram parte, em 1752, da primeira Relação".

Ao nosso vêr, nada há de espantoso nisso, porquanto,—da mesma sorte que na Europa foi a bebida usada muito antes de transplantado o cafeiro para Amsterdam,—podia, perfeitamente, ser a infusão preparada, no Rio de Janeiro, por uma ou outra pessoa que a conhecesse e apreciasse (revela apontar-se a origem *hollandeza do hospedeiro de La Caille*), com sementes chegadas de fóra, pois ainda em 1768, ao que vimos, ensejou-se ao viajante inglez Cook reparar que os caçeiros importavam café e chocolate de Lisboa.

III

EXPANSÃO NAS ZONAS FLUMINENSE, MINEIRA, BAIANA E ESPÍRITO-SANTENSE

Consoante ficou referido no capítulo anterior, em um trecho de monsenhor Pizarro, guardou-se a lembrança histórica de que foram os frades barbadinhos que se incumbiram de fornecer as benditas sementes de que haviam de originar-se os cafezais que se esparziram pelos territorios do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de S. Paulo, atingindo, também, aos do Espírito Santo e da Baía.

O autor das "Memórias históricas do Rio de Janeiro" deu a entender que da chacara daqueles religiosos, á rua dos Barbonos, se derivaram, "segundo todas as probabilidades", o frutos que em pouco se multiplicariam, de modo assombroso, quer em rincões fluminenses e mineiros (especialmente no valle do rio Paraíba do Sul), quer na portentosa, fecunda, incomparavel "terra roxa" do berço dos bandeirantes, quer no sólo espírito-santense, quer no planalto oriental, assim como no "Reconcavo" da terra do côco.

Disse, mais, que o antiste do Rio de Janeiro, d. Joaquim Justiniano, repartira grãos pelos padres Coito, para as bandas de Rezende, e João Lopes, morador em S. Gonçalo.

Certo é que, galgando a cordilheira do Mar, se arraigou o café pela zona fluminense a dentro, começando a fornecer-lhe elementos duráveis de riqueza.

Da fazenda do bispo, que se denominava do "Capão", provieram, conforme já ficou dito, sementes entregues a dois sacerdotes catolicos. Quanto a um destes, o padre Coito, de Campo Grande, forneceu-nos Freire Alemão ("loc. cit." pag. 570"), seu afilhado, alguns valiosos informes: "Do sitio onde se fez a primeira plantação em Mendanha era proprietario, e pouco tempo depois o foi tambem da fazenda, o padre Antonio Coito da Fonseca. Foi meu padrinho de baptismo, e criou-se em sua casa até o dia de seu fallecimento, acontecido em 11 de fevereiro de 1810...".

Uma certa vivacidade de espírito o tornava pouco estavel em seus propositos. Para o anil havia feito fábricas custosas, e que talvez não tivessem irmãs em todo o Brasil; adoptando porém a cultura do café, desprezou aquella inteiramente. Nesta se esmerava de igual modo, e por meio de máquinas espremia o café, lavava, seccava e o preparava até o ponto de beber-se; com a compra porém do engenho do Mendanha, substituiu as grandes plantações de café por cannaviaes, deixando apenas quanto lhe dêsse para o gasto, e para presentear aos amigos.

Pela já citada "Memória sobre um novo metodo de preparar o café", de Antonio Silveira Caldeira, anurámos que o marquês do Lavradio, de 1772 em deante, acorocou os habitantes de S. João Marcos ao cultivo do arbusto, isentando do serviço militar todo la-

vrador que provasse haver plantado, em suas propriedades, determinado numero de cafeeiros.

A região fluminense (46) tornou-se o centro irradiador da cultura do cafeeiro, quer para S. Paulo, quer para Minas Gerais. E a linha de expansão, em ambas as direções, seguiu o rio Paraíba do Sul, tanto curso abaixo, quanto curso acima.

O ponto de onde partiram a internar-se na terra dos bandeirantes as lavouras do formoso arbusto foi, sem duvida nenhuma, Rezende. E tal fato terá condigna homenagem ainda no presente ano, com a criação, na séde daquele municipio, de seu singelo monumento, que ostentará a seguinte legenda: "A Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Ruraes mandou erigir, este obelisco, em commemoração ao segundo centenário do cafeeiro no Brasil, nesta cidade de Rezende,—de onde se irradiaram as colossaes plantações que fazem hoje a grandeza da nossa Patria. 27 de setembro de 1927".

Em Minas Gerais, o vegetal penetrou transpondo o rio lindeiro e indo localizar-se em Mar de Espanha, São José de Além Paraíba, Leopoldina, Ubá, Palma, Guarará, S. João Nepomuceno, Rio Preto etc.

A parte do berço de Tiradentes na qual melhor se adaptou o arbusto foi, inquestionavelmente, a chamada "zona da matta". No seu "Gabinete histórico" (Lisboa, 1819, tomo X), escreveu, a respeito daquela circunscrição brasileira, frei Claudio da Conceição: "He fertil de todo o genero de grãos, a Capitania abasta de poucos tempos a esta parte de caffè, do que se faz lucrosa exportação para os portos da beira-mar e destes para os da Europa".

A rubiácea sem igual substituiu ali o trigo irreparavelmente atacado pela "ferrugem".

Em 1842-1843, a safra mineira era de 163.980 sacas; em 1846-1847, de 487.544; em 1848-1849, de 664.808; em 1850-1851, de 854.425.

Por 1786, ao que narrou João Antonio de Sampaio Viana (47), foi que se plantaram na Baía as primeiras sementes de café.

Escreveu aquele que, "conversando com o capitão Manoel da Silva Chaves Junior, natural e morador desde sua infancia em Villa Viçosa, na referida comarca, homem velho e agricultor experimentado, éste lhe contara que, tendo de idade 12 para 13 annos, appareceram naquella villa, e se hospedaram em casa de seu pae, dois missionarios italianos Barbadinhos, um por nome Fr. Marcello, e outro Fr. Pedro, os quaes tinham vindo do sul por terra. Traziam consigo um preto, que duas vezes ao dia torrava uns grãos, que depois moendo-os em um pequeno moinho de pau, preparava uma bebida, que com assombro de todos os moradores de Villa Viçosa, bebiam os frades; e elle capitão, então bem moço, pediu alguns tragos dessa bebida que provou pela primeira vez. Que tendo os missionarios dito a Manoel Fernandes Novinho, tio paterno do capitão Chaves que o "café" era planta que prosperava summamente no Brasil, pedira-lhes Novinho, e obtivera alguns grãos, que por curiosidade plantara em seu sitio chamado do Sacco a uma

legua de Villa Viçosa. Os Barbadinhos continuaram por terra em sua missão e dirigiram-se para Porto Seguro; passado um anno, Novinho já colhia mais de "meia arroba" dos poucos pés que havia plantado, e que cresceram espantosamente".

Anos após, segundo o mesmo autor, vendia Novinho cada milheiro de mudas por 20\$000.

A Baía produziu, em 1810, 973 sacas; em 1840, 10.090; em 1851, 24.186; e em 1869-1870, 99.858.

No Espírito Santo, conforme um autor, o cultivo do cafeeiro começou por 1815, sendo os primeiros arbustos, ao que parece, plantados não longe de Poço da Penha, nos arredores de Villa Volta, assim como nas colonias indígenas, cuja fundação se devera aos jesuitas chefiados pelo benemerito padre José de Anchieta.

Em 1859 a produção dali era de 112 sacas; em 1847, atingia a 28.848; e em 1872, a 158.793.

IV

NA TERRA DA PROMISSÃO

Depois de expandir-se pelo vale fecundo do Paraíba do Sul e de transpor as escarpas e contra-escarpas da serra do Mar, foi que o cafeeiro chegou, enfim, a um privilegiado recanto na nossa Patria—no qual acharia a sua mais propicia, localização o seu "habitat" predestinado e inegalável.

Parece que o vegetal, trazido ao Rio de Janeiro, por 1760, levou uns trinta anos a devorar o espaço avantajado, que medeia da capital brasileira ao solo de S. Paulo.

As plantações iniciais penetraram a terra dos bandeirantes pelo chamado "norte", na fronteira fluminense, acompanhando o grande curso de agua de que fizemos menção.

Se não em Areias em outro qualquer rincão daquela zona se efetuou o ingresso do vegetal no solo paulistano. E, uma vez dentro d'este, prosseguiu o café a sua caminhada para avante, sempre ladeando e subindo o Paraíba—enfim de vicejar em Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, Jacaré, etc.

Pelo que se lê na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo" (vol. V 1901, pag. 123), num trabalho de A. de Toledo Piza,—já em 1794 se colhia café paulista, pois em carta de 26 de fevereiro daquele anno escreveu o tenente general José Arouche da Silva Rondon a seu irmão Diodo que se encontrava no velho-mundo:—"Nesse mesmo navio vos vae um caixote de café da "Casa-Verde", isto é, da chacara da "Casa-Verde", pertencente á familia Arouche."

Em principios do seculo XIX, a bem pouco se reduzia a exportação de café de todo o Brasil.

Segundo Paulo Porto-Alegre (op. cit. pag. 151), até 1815 a produção mal chegava para o consumo interno; e tinha sido o cultivo anteriormente, tão desanimador que fazendeiros houve que chegaram a queimar os seus cafezais, para tratarem de outra coisa.

O arbusto perlustrava, porém, a senda que o conduziu, em boa hora a maravilhosa "terra rôxa" de S. Paulo, e, dentro em breve, consolidar-se-iam as bases do seu maximo florescimento.

Desde 1809 até 1880, espalhou-se o café pela zona compreendida entre Jundiá, Itatiba e Campinas.

No ano de 1852, o último de tais municipios contava menos de cem fazendas em que se não colhia muito.

Não há dúvida que as lavouras intensivas da terra dos bandeirantes começavam em Jundiá e em Campinas (48).

Segundo Abelardo Pompeu do Amaral ("Cultura pratica e racional do cafeiro", S. Paulo, 1925, pags. 26-27), o primeiro pé de café que existiu em Jundiá, de cujo território Campinas fazia parte, foi plantado, em três seculo XVIII, pelo sargento-mor Raimundo dos Santos Prado. Ganhara êste alguns frutos do capitão-general Antonio Manuel de Castro Melo Mendonça, seu amigo e então governador da capitania de S. Paulo; fê-los germinar no quintal de sua casa: e dêles vieram, assim, a descender muitos dos arbustos que se espalharam pela região.

Em Campinas, já em 1807 ou 1809 o tenente Antonio Francisco de Andrade cuidava do produto.

E em 1817, ao que narrou o mesmo autor, "tendo o capitão Francisco de Paula Camargo ido ao Rio de Janeiro, por ocasião dos festejos que se faziam pelo casamento do principe d. Pedro (d. Pedro I, Imperador do Brasil), viu até vender o "café" limpo a 8\$000 ou 9\$000 a arroba"; entusiasmado por êsses preços e induzido pelo conde dos Arcos, entrou, logo após o seu regresso, a cultivá-lo na fazenda que ficou denominada "do Café",—assim como instou com o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, seu parente, para que fizesse o mesmo: os cafezaes desses dois homens vieram a ser abandonados: havia de surgir, contudo, um cidadão de fibra rara, que daria impulsos a cultura da rubiácea, ali:—um genro e consanguineo do referido tenente-coronel.

Conforme Erasmo Braga (em livro didactico) a conselho de Alvares Machado, medico e parlamentar de renome, foi que Francisco Egidio de Sousa Aranha, o "bandeirante do café", encetou as grandes lavouras na localidade que, além de ver nascer o genial Carlos Gomes, mereceria o apelido honroso de "Meca Republicana".

No ano de 1872, já com quasi duzentas fazendas, a produção de Campinas era volumosa. De 1885 em diante, foi-se o municipio revestindo de crescida importância, como produtor maximo, que se tornou, dos procurados e dadivos granulos em S. Paulo, e só viria a perder essa privilegiada posição bem mais tarde, com a passagem da primazia para Ribeirão-Preto, que é até hoje o vitorioso ali, a tal aspecto.

O "oeste paulista" foi-se cobrindo rapidamente de cafezais. Latifundios que, até certa

época, quasi não tinham valor, tornaram-se disputados. A par da propagação do arbusto seguia a propagação do progresso.

"Esse novo bandeirismo foi um assombro de vertiginosa operosidade", declarou Basilio de Magalhães, no seu trabalho "O Estado de S. Paulo" e o seu progresso na actualidade" (Rio de Janeiro, 1913, pag. 31).

As primitivas culturas do café, ali como alhures, foram sustentadas pelo braço preto, ao serviço de uma aristocracia rural.

Pesavam sobre os escravos, então, todos os mistéres atinentes ao arbusto e seu fruto—desde o plantio até á colheita, desde esta até ao ensacamento e ao transporte, para a vendagem.

Usava-se, ainda, do sistema de socar os granulos manualmente, ao pilão (49), e eram os negros que disto se incumbiam.

Não havia auto-caminhões, nem sequer as ora ótimas, ora regulares estradas de rodagem de hoje, e aos africanos cabia conduzir o café a longas distâncias,—quer em "tropas" de cargueiros, quer tangendo o aguilhão os bois dos carros rinchadores.

Cada oprimido filho da "raça efectiva" cumpria o triste fadário, amenizado apenas de quando em quando, pelos sertões festivos dos batuques" á custa do inesgotavel suor que lhes porejava e escorria quotidianamente do rosto, do torax desnudo e dos desnudos braços.

E, além de tudo, aviltava-o, esmagava-o moralmente, a mais leve falta, o flacício torpe, brutal, terebrante, sinistro—aplicado de maneira arbitraria, de maneira barbara, sem peias, a qualquer hora, pelos crueis prepostos do "senhor".

A tal aspecto, era a lida urbana muito melhor, para o escravo, do que a labuta campezi-na. Recorramos a um periodo do conto "Mãe Maria", de Olavo Bilac, o fulgurante prosador e saudoso principe dos poetas brasileiros:

"Na cidade, o cativo era infinitamente mais brando do que na roça. Aqui, si havia o trabalho, sem treguas, não havia ao menos o chicote do feitor. Lá fóra, sim! Lá fóra, era a labuta esfalfante do café, os dias terríveis sob o sol implacavel, a comida pouca e o castigo muito".

A "lei aurea", suprimindo subitamente a escravidão,—já virtualmente extinta pelas duas leis de 28 de setembro (de 1871 e 1885),—desteriu um golpe tremendo nas lavouras do café, que sempre exigem considerável quantidade de trabalhadores.

Abandonada a agricultura, de modo quasi geral, pelos africanos e seus descendentes, a falta dêles só seria suprida com o incremento da imigração européa. Estabelecera-se esta não havia muito tempo—segundo Basilio de Magalhães (op. cit., pag. 23), que citou até os nomes dos seus encetadores na terra dos bandeirantes: "Foi pelo fim da guerra do Paraguai que alguns fazendeiros paulistas começaram a pôr em pratica a solução do seu problema capital:—a substituição do braço escravo, ou

melhor, da máquina bruta de trabalho, pelo braço livre, guiado por uma cabeça inteligente.

Relembremos aqui os nomes de dois veros patriotas que primeiro tornaram realidade a nobre idéa:—foram Joaquim Bonifacio do Amaral, depois visconde de Indayatuba, proprietário da fazenda de "Sete-Quedas", sita no município de Campinas, e José Vergueiro, dono da fazenda "Ibicaba" (hoje pertencente a filhos dos colonos então importados pelo adeantado agricultor), no município de Limeira. Essa introdução de estrangeiros,—feita, aliás, sem o menor auxílio dos governos, geral, provincial e municipal,—não podia deixar de ser, como foi, um movimento insulado, que não teve outros imitadores sinão mais tarde e que só se acentuou beneficentemente e extensamente, após a abolição, sobretudo após a queda da monarquia.

Os olhos dos indefessos paulistas fixaram-se definitivamente na Italia.

Filhos e mais filhos da histórica península européa,—que foi e é ainda a nossa metropole artística,—abandonaram o torrão natal, e encaminharam-se aos milhares, daí por diante com destino a S. Paulo.

Ao taboleiro servil e gratuito, porém de raça em atrazo, sucedia, assim, o colono livre e remunerado, mas de raça pura, perspicaz e progressista.

As plantações de café ganharam com a tróca. Melhoraram. Desenvolveram-se.

Ouçamos novamente a Basilio de Magalhães (op. cit., pag. 31):

"Assim é que, auxiliados pelo elemento italiano,—o qual, simultaneamente, afluia para o Estado,—no curto espaço de um decenio, isto é, de 1890 a 1900, estenderam os paulistas as suas plantações a uma area de cerca de um milhão de hectares, num total aproximado de 700.000.000 de cafeeiros!"

Juntamente com a multiplicação dos cafezais, abriram-se estradas carroçáveis, desbravaram-se matas virgens, improvisaram-se povoações,—dava-se vida, emfim a vastas zonas, dantes súbaras e inhospitas.

Vale a pena transcrever, ainda, um trecho de "O Estado de S. Paulo", e o seu progresso na atualidade" (Rio de Janeiro, 1915, pag. 31):

"Ao mesmo tempo, compelidas pela previdência de criteriosas administrações do Estado, as empresas ferroviárias neste existentes, quasi todas montadas com capitães allí mesmo reunidos, iam levando os seus trilhos no rumo das novas lavouras. A "Paulista" e a "Mogiana" com os seus ramaes, além de várias outras pequenas estradas auxiliares, cruzaram assim, em todos os sentidos, os farteis torrões recém-desbravados.

Ah! Quem viajasse de S. Paulo até Casa-Branca ou Jaboticabal, no ultimo ano do imperio, pouco mais seria do que infandas extensões de terras incultas, de raro em raro ocupadas por pequenos e pobres povoações.

Quem no emtanto, dez anos mais tarde, percorresse os mesmos caminhos, não já no dorso de alimárias, mas já refestelado em optimos vagões de linhas ferreas bem administradas

e de invejável segurança e conforto,—teria ante os olhos um interminável oceano de cafezaes óptimos, e ao seu lado toda uma expansão exuberante de infatigaveis colmeias humanas: "gares" a regorgitarem de passageiros e de cargas; trens a sucederem-se rapidamente abarrotados de viajantes e de sacos; colonias de uma e outra banda dos "rails" a resplenderem na brancura das suas casas bem caiadas e circumdadas de culturas e criações; e, mais que tudo isso, cada estação transformada numa cidade, e cada uma das pequenas e pobres povoações de uma decada atraz mudada em um centro de vida intensissima, opulenta e febril!"

Já alguém observou, com inteira razão, que "a descoberta e a exploração das ricas minas de ouro, por mais de duzentos anos, não nos deram elementos de progresso que um seculo de lavoura cafeira produziu para nosso paiz".

Com a exuberância do café, o fim do seculo XIX veio encontrar S. Paulo numa fase de pleno, veloz engrandecimento.

Não pretendemos historiar tudo quanto de 1900 para cá se passou com o principal produto da agricultura patria. Tais fatos são ainda de ontem e, por essa causa, apenas faremos referência aos mais notáveis dentre elles.

Por meio da sua pujante contribuição anual, conseguira o Estado um solido predomínio, na balança mundial do comércio das preciosas sementes.

O seculo XX traria ao café paulista, contudo, uma asfixiante crise, que se prolongaria por doze anos e da qual só á custa de muito sacrificio, de muita pertinacia e de muita ousadia, triunfariam os descendentes dos celebres e incansaveis exploradores primévos de todos os desvãos do nosso "hinterland".

Decaiu o produto, na escala dos preços. E a prolongar-se em excesso a "baixa", mantida intencionalmente pelos negociantes europeus e americanos, sobreviria, com todos os seus gravissimos corolários, a ruína da lavoura cafeira do Brasil.

S. Paulo ficou firme, porém. Só a praça de Santos antecipou aos fazendeiros mais de 200.000 contos de réis.

Em 1906, promoveu o Estado o "convenio de Taubaté", no qual tomaram parte, com elle, o de Minas Geraes e o do Rio de Janeiro.

E, sempre á testa do admirável movimento de resistencia, preparou-se S. Paulo para jogar a cartada rija e decisiva da "valorização".

"O que foi a valorização—não há mais quem hoje o ignore. Os preços do café eram demasiado mesquinhos, mal dando para o custeio das fazendas, e a crise já durava um quinquenio quando, em 1906-1907, a safra atingiu a .. 16.000.000 de sacas. Se o governo não intervesse no mercado dessa colossal produção apoderar-se-iam quasi de graça os negociantes europeus e americanos, os quais, assim disporem de fartos estoques para continuarem a manter a "baixa" nos anos seguintes, e o resultado fatal seria que os lavradores não mais poderiam saldar os seus debitos para com as

casas comissárias de Santos, e o próprio orçamento do Estado se despenharia em temeroso desequilíbrio.

Ante essa terrível conjuntura, os energicos administradores de S. Paulo não protelaram o emprêgo de immediata e decisivas providências: arrendaram a "Sorocabana", havia pouco adquirida, levantaram um empréstimo de 3.000.000 de libras e logo depois, outro de 15.000.000 (50), e, entrando na praça de Santos, apercebidos da única arma que hoje em dia e por toda parte vence,—o dinheiro,—retiraram do mercado de exportação 8.500.000 sacas de café, armazenando-as nos principais portos de consumo, de aquem e além-Atlântico". (51).

Seguiu-se a restrição dos embarques do produto—acompanhada de outras providencias.

E, por essa forma, não só os previdentes filhos de divicioso Estado paralisaram a "baixa" cuja continuação acarretaria lastimáveis consequências que para os diretamente interessados no intercâmbio do café, quer para os Tesouros da própria União,—mas, acima disso, conseguiram levantar rapidamente os preços do produto dos quais, até aos nossos dias, nunca mais largaram mão em beneficio de capitalistas estrangeiros.

A "valorização" teve, na realidade, três fases distintas, e nelas assim colaborou o governo federal:—na primeira, que surgiu com o "convenio de Taubaté", de 1906, endossando o empréstimo de 15.000.000 de esterlinos; na segunda, de 1918, emprestando a S. Paulo, 110.000 contos de réis; e na terceira, sob a presidencia do sr. Epitacio Pessoa, tomando a peito empenhadamente a efetivação do plano.

Com a primeira, foi fixado em 16 dinheiros o valor da nossa unidade monetária, mediante a criação da Caixa de Conversão, que conseguiu estabilizar o câmbio durante poucos anos.

De 1912 para cá, a influencia ininterrupta da "valorização", fez-se sentir sobre a vida paulista de modo extraordinário. A impulsão potentissima que tomou o Estado, com o desdobramento da seiva econômica dos seus municípios, garantiu-lhe a situação de "primus inter-pares", o posto de vanguardeiro da federação.

Convém que se confrontem, por serem muito significativos alguns números de estatística que no "Jornal de Santos", forneceu, há quinze anos, a Associação Comercial daquela cidade, com referência as exportações paulistas de 1870-1871 e 1911-1912:

"Em 1870-1871, a exportação da nossa rubiácea era apenas de 543.425 sacas; em 1911-1912, ela atinge, em safra média, a 9.143.685 sacas de 80 quilos.

Naquele remoto ano agrícola, o valôr official da exportação do café era de 10.794 contos; em 1911-1912, o valor "real", na praça de Santos, da exportação do café sobe a 435.605 contos?"

As fazendas cafeeiras tronaram-se celulas vitais de importância cada vez maior para a terra dos bandeirantes.

Com a pujança do produto, elas que outrora só haviam medrado graças á faina tormentada dos escravos,—ganham novos aspectos.

Os colonos passaram a exercer a sua actividade em ambiente mais comodo, mas aperfeiçoado.

Se já desde muito lhes proporcionára a administração paulista, além de bom acolhimento, firmes garantias,—tais como as das leis de 5 de janeiro de 1904 (conhecida por "lei Bernardino de Campos", e de 29 de dezembro de 1906, chamada "lei Cardoso de Almeida") que lhes protegiam os salários, tornando-lhes privilegiados os créditos para com os patrões,—da valorização por deante o trabalho d'elles melhorou-se, suavizou-se, não só mediante a introdução de maquinismos aprimorados, mas tambem devido aos incontáveis beneficios com que, mercê do desenvolvimento do espirito progressista dos proprietários, foram enriquecidas as grandes herdades rurais.

Não se considerou mais como fazenda realmente importante a que se não dotasse de luz electrica, de impecáveis instalações higiênicas, de escola primária, de secção medica e farmaceutica, de officinas, de depositos de víveres e até de banda de musica.

Isto tudo para favorecer a senhores e colonos, notadamente a estes últimos.

Os patrões por sua parte especial, gozam, hoje em dia, de largo conforto. Propriedades há que ostentam apreciáveis usinas de energia; pequenos caminhos de ferro: estações meteorologicas; bilbiotecas; aparelhos telefônicos e radiofonicos; ventiladores: vitrolas ou pianolas.

Assim sendo, não é de admirar que os donos das fazendas habitem nelas com prazer, maxime á vista da crescente facilidade de communicações que o rasgamento de ótimas vias de rodagem trouxe para o Estado, abreviando de modo notavel as distâncias que medeiam dos centros populosos ás propriedades da roça.

Reguladas por leis as relações comerciais entre patrões e colonos, fim para que se criou mesmo uma caderneta privativa, mantida e maior cordialidade na recepção dos estrangeiros que, sosinhos ou com suas familias, vêm arrostar o solo das herdades paulistas, nas quais, dentro em pouco, são considerados como "gente de casa"; satisfeita, quando possível, a pretensão singela do camponio alinegena, que é a de possuir um reduzido trato de terra, onde constrúa a sua morada e plante alguns cereais:—nada estorva o ciclo de trabalho exigido pelo arbusto, a não ser a "nomadismo" de certos trabalhadores braçais, observado por um autor.

Se a cultura cafeeira aumentou fortunas de capitalistas, não deixou tambem de dar dinheiro a simples laboureiros agricolas, que por operosos e economicos, conseguiram enriquecer-se á custa de inquebrantável pertinácia.

Narrou Basilio de Magalhães ("op. cit." que é de 1913, pags., 70-71), quanto ao assunto:

"Colonos que, de simples jornaleiros passaram a proprietários de fazendas no Estado de

S. Paulo,—há-os presentemente em grande número, e alguns possuidores de solidas fortunas.

Exemplo notável, fóra do elemento italiano, é o do sr. Francisco Schmidt, chamado ali "o rei do café", pois de pobre lavrador, imigrado para o Brasil, é hoje dono de imensos latifúndios em Ribeirão Preto, e só êle produz actualmente mais de um milhão de arrobas da cara rubiácea, o que lhe dá o primeiro logar, a êsse respeito na superfície do orbe, computando-se-lhe a riqueza entre 50.000 a 60.000 contos.

E, dos filhos da formosa península mediterrânea, vindos nas levas subvencionadas, muitos são agora senhores de boas situações agrícolas, capitalistas, chefes políticos e até membros dos governos municipaes'.

Esclareceu, ainda, e nota, o mesmo escritor:

"Sendo os paulistas, como tantas vezes temos dito, os 'yankees' da America do Sul, é natural que possuam tambem os seus... reis. Alóra o do café, acima nomeado, aponta-se ainda lá o "rei dos moinhos", que é o coronel Matarazzo, italiano, vindo sem vintem para S. Paulo e hoje archi-milionário, e havia também o "rei dos sacos", que era o conde Alvares Penteado, cuja colossal fortuna proveiu da fábrica de sacos para café".

O combate contra a "alta" do café, no exterior, por falta de commerciantes, ou mesmo oriundo de decisões governamentais, tem sido incrementado por mais de uma feita.

Basilio de Magalhães referiu-se no seu livro mencionado, ás "graves questões suscitadas ante os tribunais norte-americanos pela errônea, senão cavilosa tentativa de applicação da lei dos "trusts" ao nosso principal produto de exportação".

Desejava-se, nos Estados Unidos que caisse em hasta pública o crescido estoque de... 930.000 sacas de café, lá depositado e pertencente a São Paulo. Felizmente, ainda dêsse transe saiu vitoriosa, na defesa dos seus legítimos direitos contra a intolerável pretensão dos "yankees" da America do Norte, a tenacidade dos "yankees" da America do Sul.

Em 1924-1925, esboçou-se entre compradores norte-americanos uma ameaça de "boycott" contra o nosso café, motivada pelo encarecimento dêste,—uma ameaça aniquilada sem demora, pela reacção que se lhe opoz, com inteiro e facil êxito, porque o inegavel é que são ainda os procuradissimos granulos que proporcionam á humanidade a bebida mais saborosa e mais barata.

Os "sucédâneos" do suave "alimento de poupança", preparados, de quando em quando, para a irrisória destinação de superarem-no não encontram acolhida por parte do público.

Quer na imensa república da America Setentrional, quer na Europa (52), vários ensaios se têm feito, em tal sentido; e não é dos mais antigos o "Coffeinreiser Bohnenkaffee" (53) de uma fábrica da Suissa, cujo preconfcio se faz por meio de cartazes em que figura a hidra do café" (1), com a cabeça decepada por um machado.

Redundou isso tudo em baldadas encenações. Nada conseguirá, "per omnia secula seculorum" qualquer projeto de tal espécie, adverso ao mais relevante produto brasileiro.—O café é soberano. E da sua soberania participa, lucra, revive o Estado de S. Paulo (54).

A terra dos bandeirantes dominará ainda por muito tempo a lavoura e o mercado cafeeiro. Ali são colhidas as melhores sementes: de todos os tipos, de todas as qualidades (55); para todos os preços, para todas as preferências, para todos os paladares. Não há, no resto do mundo, café que possa fazer face ao paulista.

E, além do mais,—além do aperfeiçoamento das culturas do rejuvenescimento artificial dos tratos de sólo já cansados (como emprego de adubos químicos), do aumento das satras pelo sistema de irrigar as plantações—possue aquela unidade nacional uma reserva formidável de terrenos, uma area imensa de hectares e hectares aproveitáveis para as bandas do occidente, entre os rios Grande e Parana, isto é, de uma a outra fronteira interestadual, acompanhando a direção do rio Paraná. Essa fértil extensão poderá futuramente se necessário fôr dar abrigo a centenas e centenas de lindos cafezais.

V

O PASSADO, O PRESENTE E O PORVIR DO CAFÉ, EM NOSSA PATRIA

Tendo o vegetal ingressado no Brasil pelo extremo-norte, onde se dera bem,—justo seria que naquella região não decaísse muito o seu plantio, mesmo em seguida á sua vitoriosa migração para o sul do país.

No Pará e no Amazonas, todavia, estavam as lavouras dêle fadadas a desperecer, combalidas pela monocultura, pela atração exclusivista da arvore da borracha.

Permaneceu em compensação, frutificando regularmente em outras circunscricões setentrionais (56).

Por um trabalho de André Rebouças, "Les zones agricoles" (in "Le Bresil en 1889...") Paris, 1889), podemos verificar a situação do café em algumas, no ano da proclamação da Republica:

"Zona do Amazonas—O café cresce excellentemente na provincia do Maranhão, sendo af os seus melhores pontos de vegetação: na ilha de S. Luiz, em Viana, no vale do Pindaré, e nas colinas do Mearim. Na estatistica geral do Imperio do Brasil, o Maranhão occupa o sétimo logar. No Piauí não se cultiva o café senão para o consumo local, apesar dêle florescer muito bem nas terras altas do Parnaíba, do Gurgeia, do Piauí, do Canindé, do Pati e do Longá.

Zona do Ceará (57)—O Ceará occupa o quinto logar na exportação do café"

Em Pernambuco, onde as lavouras do arbutto são exploradas desde principios do século

XIX, a produção não passava de 23 sacas, em 1808; alcançou 2.081, em 1839; e 4.066, em 1843. As culturas intensivas dali datam de fins da era passada. Já em 1874 o município de Bonito (no qual se acredita ter tido início o plantio do café pernambucano), fornecia 5.000 arrobas; em 1876, Garanhuns remetia para Recife quasi 9.000 quilos; em 1878, era superior a 2.000.000 o número de cafeeiros existentes na província; em 1879 e 1882, respectivamente, o govêrno desta e a Sociedade Auxiliadora da Agricultura travavam de favorecer o incremento das plantações—primeiro destinando para tal objetivo 30:000\$000 e enviando mudas á sua colonia de Pimenteira (hoje usina "Frei Caneca"), e a segunda fornecendo máquinas aos fazendeiros, sem onus para éstes.

No Estado do Rio, para cuja prosperidade concorrêra eficientemente, sofreu rude golpe, por ocasião da abolição da escravatura (58)—o que se deu, ainda, em Minas Gerais e no Espírito Santo. No norte paulistano tambem se verificou então, mas em menor escala, a queda da lavoura cafeeira.

Das margens do rio Paraíba do Sul desapareceram plantações e mais plantações do arbusti, outr'ora all conservadas e impulsionadas pela labuta dos africanos.

E oportuno citemos, a êsse respeito um trecho de brilhante discurso, proferido na Câmara dos Deputados ao Congresso Nacional, em sessão noturna do dia 14 de outubro de 1925, pelo talentoso representante do Estado montanhês, sr. professor Nelson de Sena, sobre *alguns aspectos econômicos brasileiros*:

"O genio inspirado de Carlos Gomes tornou imortal, sr. presidente, nas melodias da sua opera *Schiavo*, a lavoura cafeeira do vale do nosso rio Paraíba, cantando a desdita, o sofrimento da raça negra amanhando, no eito os cafesaes das antigas fazendas da velha aristocracia agraria do sul. E a esse proposito, bem me lembra o que, certa vez, em viagem de Minas para o Rio, me dizia o grande estadista João Pinheiro, ao contemplarmos os morros cobertos, de pastagens, nos extintos cafesaes: "Parece que a natureza aqui, castiga os que adubaram o solo com o sangue rubro dos nossos irmãos da raça negra". Realmente sr. presidente, houve um retrocesso agrario no valedo Parahiba, quer na Matta de Minas, quer no norte de S. Paulo, e no territorio fluminense, compreendido nas margens do caudaloso rio da escravidão".

Já ao cintilante Euclides da Cunha inspirára a decadência agricola do vale daquele curso de agua primorosos páginas, encerradas nos seus "Contrastes e confrontos" (6.ª ed.—Porto, 1923, pags. 212-213), sob o titulo de "Entre as rumas" e dos quais extraimos os periodos que se seguem:

"E' uma sugestão empolgante. Resaltam a cada passo, expressivos traços de grandezas decaídas: Os morros escalvados, por onde trepa teimosamente uma flora tolhiza, de cafesaes

de 80 anos, ralos e resequidos, mas revelando os alinhamentos primitivos; cintadas ainda pela faixa parda-avermelhada dos *carreadores* tortuosos, por onde subiam, outr'ora as turmas dos escravos; tendo ainda pelos topos, á orelha dos velhos valos divisórios, estensos renques de bambusaes; e ao viez das encostas, salteadamente, branqueando nas macegas, as vivendas humildes, por ali esparsas, a esmo—dão quasi um traço biblico ás paisagens. Sem mais a vestidura protectora das mattas—destruidas na faina brutal das derrubadas,—desagregam-se escoriados dos enxurros, solapados pelas torrentes, tombando aos pedaços nas "corridas de terra", depois das chuvas torrencias, e expõem agora, nos barrancos a prumo, em acervos de blocos a rigida ossamenta da pedra desvendada, ou alevantam-se despidos e estereis, revestidos de restolhos pardos, no horizonte monotono, que abreviam entre as encostas ingremes...

Em S. Paulo, coube sem demora ao café, no entanto, o surpreendente desenvolvimento que é bem conhecido,—e tal fáto serviu de incentivo para que se não abandonassem de todo, e voltassem mesmo a prosperar em outras unidades nacionais, as culturas dôle. O sólo mineiro reentrou a produzi-lo bastante, assim como o fluminense (59) e o espírito-santense.

Hoje, além de vicejar normalmente ás margens do Paraíba do Sul e seus afluentes, nos Estados do Rio e de Minas,—atingiu, neste e no do Espírito Santo, ao vale fecundo do rio Doce.

Já em 1904, quando foi da inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Vitória a Diamantina, escrevia alguém, sob as iniciaes L. A., na excelente revista "Kosmos", da capital da Republica (n.º 5 do ano I):

"O Santa Maria passa rente á estação (de *Alfredo Maia*). Por êle deriva uma riqueza, todo o café que foge á descida penosa pelo rio Doce, e vae por aquele rio a Vitória. Êste café virá um dia pela estrada, como o que desce ainda hoje pelo rio Doce e o que deriva pelo Timbui e pelo Piraquê para Nova Almeida e Santa Cruz. A exportação da bacia do rio Doce, só no Espírito Santo, sóbe a um milhão de arrobas de café; e há ainda 40.000 pés de cacau em Porto Mascarenhas e cereaes em todas as antigas colonias desde Páo Gigante até Colatina, e mais dois milhões de arrobas de café na zona mineira. E' o futuro de uma estrada".

Na circumscrição brasileira onde nasceu o glorioso alferes Joaquim José da Silva Xavier,—o protomartir da independência da nossa Patria, planta-se largamente o arbusto, agora, em rincões tanto do sul, quanto do sudoeste, notadamente ás margens do rio grande e seus afluentes, ou perto das linhas da Estrada de Ferro Oêste de Minas.

Podemos, acompanhando os algorismos de uma estatística dada a publicidade em 1925, descriminar as parcelas da enorme soma dos pés de café existentes em S. Paulo, naquele

ano,—distribuídas pelas ferrovias que cortam o Estado em todas as direções:

E. F. Paulista.....	265.000.000
E. F. Mogiana.....	260.000.000
E. F. Sorocabana.....	150.000.000
E. F. Araraquara.....	85.000.000
E. F. S. Paulo-Goiás.....	55.000.000
E. F. Central.....	47.000.000
E. F. Duradense.....	46.000.000
E. F. Noroeste.....	38.000.000
E. F. Bragantina.....	25.000.000
E. F. S. Paulo-Minas.....	4.000.000
Total dos cafeeiros.....	975.000.000

Por esse quadro, vê-se como é colossal a capacidade produtiva daquella das circunscrições patrias que em maior gráu fornece o café —contribuindo com fartos créditos, assim, para a prosperidade nacional. Outras há, no entanto, que o cultivam bastante. Achamos de bom alvitre reproduzir, por isso os seguintes algarismos officiaes, que apontam a quantidade de hectares que quatorze unidades brasileiras consagravam ao arbusto na éra supramencionada:

S. Paulo.....	1.250.000
Minas Gerais.....	334.220
Rio de Janeiro.....	200.000
Espirito Santo.....	128.000
Baía.....	70.000
Pernambuco.....	45.000
Paraná.....	25.000
Ceará.....	25.000
Paraíba.....	8.160
Gofás.....	6.422
Santa Catarina.....	5.000
Alagôas.....	1.200
Sergipe.....	800
Mato Grosso.....	100
Total de hectares.....	2.098.902

O cultivo da "*Coffea Brasileae fulcrum*" (como d'êlle disse, alguém), tende a propagar-se, cada vez mais, de S. Paulo, para outros Estados, embora as velhas e novas plantações da terra dos bandeirantes continuem a render muito,—gracias á fertilização artificial,—e allí existem, ainda enormes áreas aproveitadas.

Assim,—é notável a penetração dos cafezais no Paraná, onde a zona do noroeste, comprehendida entre os rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, se preste admiravelmente a tais lavouras, por ser quasi toda constituída de excelente "terra róxa". Ao que disse, da tribuna de uma das casas do Congresso Nacional, em meados de 1925, o sr. deputado Eurides Cunha, innumerables paulistas e mineiros já têm adquirido allí hectares e mais hectares de solo, applicaveis á exploração da prestimosa rubiácea.

Tambem nas paragens de Gofás,—em que, a principio, era o vegetal plantado quasi apenas como curiosidade, e para onde ia o produto de São Paulo,—ingressou o cafeeiro, não só á beira do Paraíba (junto ao qual as terras se lhe mostram esplendidas, quer da banda

daquella circunscrição federativa, quer da de Minas Gerais), mas tambem em direção á zona demarcada para a construção da capital da República", que para lá há de ser mudada um dia, em obediência á insosfismável e prudente disposição constitucional de 1891. Em Anápolis, centro de uma grande região cafeeira, os grãos apurados nas colheitas são magníficos de tipos superiores, dentre os quais se salienta o "Moka" (60).

Tanto a Goiás, quanto ao Paraná, faltam, porém meios de transporte: faltam melhores e mais numerosas vias de rodagem, faltam estradas de ferro. De futuro, com esses elementos essenciaes, poderão, cultivando abundantemente e racionalmente o arbusto, enriquecer-se á custa d'êlle.

S. Paulo não deixará de ser nunca, todavia, o pioneiro do produto, pela sua excepcional situação física e político-econômica no seio do país; será, sem duvida, por intermédio do exemplar Estado, que os outros haverão de tomar parte ativa no comércio do café, de protegê-lo, de preconiza-lo, de impô-lo nos mercados estrangeiros (61).

A defesa do café, como primacial produto brasileiro de há muito que tem consagrado a União o melhor dos seus esforços, ás vezes até mesmo sem medir sacrificios.

O sistema de amparar as safras com emprestimos, fornecidos por emissões de papel-moeda—embora o resultado, com tal processo obtido haja acusado lucros financeiros para a nação—sobreviveu sempre, na realidade, em detrimento desta, e tambem dos Estados, que nada ou pouco têm a ver com a lavoura cafeeira; experimentou-se, depois, atuar com o auxilio de uma carteira bancaria de redescoto; e, finalmente, foi o Banco do Brasil convertido em emissor.

Não é difficil de explicar-se por que motivo deixaram de colher bom êxito esses expedientes:—o govêrno emittiu papel-moeda, com o intento de incinerá-lo posteriormente; no entanto, resgatados os emprestimos, gastou-lhes as importâncias em despesas varias, e, assim, persistiu a pletóra da circulação fiduciária, com evidente prejuizo para o valor do nosso dinheiro.

Sempre achámos imprescindível a defesa do café; mas por outro meio, que não pelo da "inflação". Quanto a esta,—julgamo-la, mesmo, uma das maiores pragas que possam atacar as finanças e a felicidade de um povo porque a acompanha indefectivelmente, com o encarecimento de tudo, um verdadeiro sequito de amarguras. Em tal ponto, estamos com quem, sob o pseudonimo de "Spectator", encerrou, em 31 de outubro de 1924, um conceituoso artigo ("*O papel-moeda e o café*").—inserto no "*Jornal do Comércio*", do Rio de Janeiro, e enfeitado logo após em opúsculo,—com as palavras que se seguem:

"O quadro da inflação pinta-se debaixo de todos os céus, com as mesmas côres. O encarecimento da subsistência, as migrações dos trabalhadores desertando regiões inteiras; os preços cada dia crescentes suscitando o açam-

barcamento, que não tarda a agravá-los; a carestia provocando intervenções do governo e zombando delas; a afluência para as cidades, em busca dos gozos e dos bons salários, criando o problema da habitação; a febre das especulações; a proliferação das negociatas; o jogo desenfreado que dá na praça e de noite no pano verde; a opulência de poucos á custa da ruína de muitos; uns a construir palácios e outros só mantidos debaixo de tecto pelas leis contra os proprietários; o egoísmo estadeado pelos aproveitadores; as privações nos lares exacerbando o genio das familias; o luxo dos ganhadores afrontando os vexames das classes médias; a ansia de enriquecer a todo transe; a dissolução dos costumes; os desnivelamentos da sociedade; a confusão dos espiritos elegendo inocentes para culpados da afflicção geral; o assalto aos armazens; a agitação do operariado; a murmuração dos funcionários; o descontentamento dos militares; a inquietação pública; a opinião desorientada, culpando o governo do que sucede e do que não sucede, accusando-o pelo que faz e pelo que não faz, malsinando-o pelo que não pôde realizar e pelo que não pôde impedir; os sobresaltos, as greves, as conspirações, os motins, os "pronunciamentos", a desordem: eis aí o cotejo classico da inflação nas republicas americanas que ela tem affligido, e nos países da Europa que tem vitimado".

Durante o mandato do sr. Presidente Artur Bernardes (1922-1926), que empreendeu uma severa e meritoria restauração das forças económicas de nossa patria, deu-se novo aspecto á eterna questão da garantia do café. Assumiu esta méro e real carater de defesa que não mais o de valorização; passou a ser feita directamente por S. Paulo, com o auxilio de outros Estados, tambem grandes produtores das reputadas sementes.

Entregaram-se á terra dos bandeirantes, em 1924, pelos preços do custo, os armazens reguladores do transporte do produto, ficando a União autorizada a receber daquela, ainda, a importância do seguro pago até então; em virtude de tal transferencia, o governo paulista entrou, sem tardança, com a quantia de 16.152.096\$645 para os cofres federais.

Pela lei n.º 2.004, de 19 de dezembro de 1924,—regulamentada pelo decreto n.º 3.802, de 14 de fevereiro de 1925,—foi criado o Instituto de Defesa Permanente do café (organização sem similar, no mundo), com séde na capital paulistana.

Destinou-se tal estabelecimento não só a fornecer recursos aos fazendeiros,—mediante garantias estipuladas e tendo sempre em vista que o penhor agricola, pela nossa legislação, não pôde ir além de um ano,—mas tambem a regular a saída, a distribuição das safras, e a evitar as especulações.

O Instituto do Café do Estado de S. Paulo,—que é como passou a chamar-se, com mais simplicidade,—vem prestando reais benefícios á produção e aos produtores do Brasil.

Dentre os serviços já devidos a êsse magnifico aparelho de resistencia e de contróle, des-

taca-se a protecção dos agricultores contra as explorações financeiras ilícitas, assim como a extinção da desenfreada jogatina de Bolsa,—que tanto, por vezes, formava rapidamente "novos-ricos", quanto arruinava fortunas consideradas solidissimas.

Para atingir aos objetivos colimados, contraiu o Instituto um emprestimo de dez milhões de libras (lançado em duas partes, cada uma de cinco milhões), de tipo 90. juro de 7½% e prazo de 50 anos, permitindo-se o resgate antecipado, após a transcorrença do primeiro decenio.

De como se tem desempenhado êle cabalmente das suas atribuições. dizem bem as documentadas exposições do seu presidente sr. Mario Tavares, ao seu Conselho Diretor, datadas de 9 de agosto de 1926 e 30 de junho de 1927.

Minas criou, pela lei n.º 887, de 19 de agosto de 1925, o imposto adicional de 1\$000 ouro (arrecadado em papel), por saca de café exportada dali, e, com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, uniu-se a S. Paulo, —para agirem todos de comum acôrdo, sob a orientação do último.

Em meiados de 1927, o atual presidente da Republica, sr. Washington Luis Pereira de Souza, apelou para a Baía, e o Paraná, afim de que aderissem, tambem, ao relevante convenio, sendo que da parte do segundo houve, a principio pruridos de franca opposição, felizmente já desaparecidos.

Eis o telegrâma com que o chefe do país se dirigiu aos guéiros das duas aludidas unidades nacionais:

"Tendo os Estados de S. Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, firmado um acôrdo para a regulamentação dos transportes e defesa do café, durante a safra que se vac iniciar, convenio esse de elevado alcance para a economia da Nação, venho manifestar a V. ex. a grande satisfação que teria o governo federal com a adhesão desse Estado ao plano que visa a defender a nossa maior riqueza. Estou certo de que o vosso esclarecido patriotismo não recusará o amparo e solidariedade a uma iniciativa que, importando na valorização do nosso principal produto, interessa profundamente a vida económica e financeira do Brasil. Saudações cordias".

E o sr. ministro da Viação adotou immediatamente eficazes providências, expedindo ao inspetor federal das estradas de ferro e aos diretores de tres delas (Central do Brasil, Oeste de Minas e Noroeste do Brasil), respectivamente, os seguintes avisos:

"Determino vossas urgentes providências no sentido de que os diretores das diversas estradas subordinadas a essa Inspeção entrem em entendimento com os governos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com relação ao transporte, nas linhas ferro-viarias dentro dos respectivos territorios, da safra de café correspondente ao periodo de 1927-1928, de modo que esse transporte seja na proporção da produção de cada um dos referidos Estados e de confor-

midade com a percentagem estabelecida no convenio entre os mesmos celebrados. Saudações.—Victor Konder”.

“Determino entreis em urgente entendimento com os governos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com relação aos transportes nas linhas ferro-viárias, dentro do respectivos territorios, das safiras de café correspondentes ao periodo de 1927 a 1928, de modo que esses transportes sejam proporcionaes á produção dos referidos Estados e de conformidade com as porcentagens estabelecidas no convenio entre eles realizado e o Espirito Santo. Saudações.—Victor Konder”.

A safra brasileira para 1927-1928 exige, sem duvida, séria proteção, por estar avaliada em 22.000.000 de sacas mais ou menos. Não deve assustar-nos, porém, tal opulência, visto como há de ela escoar-se paulatinamente,—com a limitação dos embarques,—sob a vigilância do Instituto do Café do Estado de S. Paulo. O essencial é que haja harmonia de ação entre todas as principais circunscrições produtoras, porquanto aquelas que acaso não quizessem cooperar com os defensores do produto estariam—como bem salientou o sr. Julio Prestes,—procedendo como os nossos selvagens, que, “esquecendo a unidade da raça, por não possuirem idéa de Patria, nem unidade de crença, se ligavam por interesses regionais aos conquistadores, uns contra os outros, facilitando a conquista”.

A salvaguarda do intercâmbio do café encontra-se, assim, nas mãos dos paulistas, em entendimento com os governos e os produtores de outras unidades brasileiras. Que seja ela sempre optivamente sucedida, como vai sendo, pelo novo processo, afim de que um “Spectator” como o de 1924, nunca mais possa alegar coisas do gênero destas:

“Bem haja o progresso de S. Paulo. E honra e orgulho do Brasil. Mas infelizmente um dos processos da sua aceleração,—a defesa do café por emissões—tem custado pesados sacrificios ao país”.

CONCLUSÃO

O NOME

Supuzeram certos autores ser o nome do café derivado do de *Kaffa*, país tributário (com o de *Harrar*), de região de *Choa*, uma das quatro em que se divide a Abissínia.

Como na zona citada, que se estende ao sudoeste da Etiópia, abrangendo faixas fronteiriças, cresça, de modo espontâneo, o primoroso arbusto,—provavelmente originário da terra do *Nilo azul*—acreditou-se, por isso, que dali emanasse a designação, quasi universalmente adaptada, tanto aos grânulos quanto a beberagem.

Assim,—escreveu Paulo Porto-Alegre (op. cit., pags. 24): “Alguns escritores pretendem que o termo botânico *Coffea* proveiu da palavra arabe *Cahué*, mas a maior parte dos orientalis-tas, que se occuparam da sua etimologia, concordam em que este vocabulo resultou de *Kaffa*,

provincia d’Abissínia, onde existem imensos cafezais selvagens. Seja como for, a última origem parece com effeito ser a mais plausivel”.

A tal conjectura, fortemente refutada, substituiu-se, no entanto, a documentação da proveniência arábica do substântivo.

Informaram alguns escritores que os arabes chamavam *kaouck* (sendo *kaoch* a pronuncia turca), aos licores alcoólicos, e que dêsse deve ter resultado o nome *cahué*, que deu nasçença ao vernaculo *café*.

Grafaram-no uns *café*, como Paschoal de Moraes, que o reproduziu de qualquer parte; outros, *cahovet*, qual, por exemplo, o autor da “Memoria” lida no Instituto Histórico, em 1856; o padre Manuel Godinho representou-o assim: *caoe*.—“provavelmente suprimindo a aspiração do arabico”, observou Freire Allemão (loc. cit.); fr. João de Sousa, segundo aquelle historiador brasileiro, *cahué*.

Esta derradeira fórma pareceu-nos ser a mais aproximada, no portuguez, porque um lexico arabico, que tivemos em mãos, nos forneceu as seguintes pronuncias figuradas da palavra: —*kah-oueh* e *kah-ouah*, em francês, e *kaweh*, em inglês.

Próspero Alpini conheceu o café, no Egito, com o nome de *bon*, competindo unicamente á bebida o termo *café*,—o que fr. João de Souza ampliou, pois, conforme Freire Allemão, (loc. cit., pags. 563), quer que *cahué* signifique o grão torrado, que antes disso se chama *boon*.

O cientista da “Memória”, referindo-se ao *caoe*, do padre Manuel Godinho, disse (loc. cit., pags. 563): “Este vocabulo significa propriamente o licôr, ou infusão feita com os grãos do cafezeiro, dos quais o nome arabe, ou mais provavelmente ethiophe é *bon*, ou *ban*”.

F. L. C. Burlamaque (op. cit., pags. 11), registrou que “o café tem o nome de *Elkarié*, no Egito”, e de *cahuá*, entre os persas.

Vejamos a composição do nome, em diversos idiomas; no hespanhol, *café*; no inglês, *coffee*; no francês, *café*; no italiano, *caffè*; no alemão, e no dinamarquês, *kaffee*; no holandês, *koffie*.

Linneo, o sabiu Linneo,—o apaixonado da natureza, que ao conhecer o contemplar a palmeira imperial, caiu de joelhos e exclamou: *principis vegetabilium!*—Linneo applicou á planta do café a epitetização duplamente defeituosa de *cóffea arabica*.

A proposito dela, advertiu Freire Allemão, com plausivel cabimento: “Linneo, reformando a nomenclatura botânica, entendeu que para esta planta o nome generico devia ser *cóffea*, derivado do grego... (*cofeio*) eu me calo, antes que dê *cahovet*, por ser termo barbaro. Apesar do respeito, que infunde tão grande nome, eu apadrinado com Loudon, direi sempre *cofoea*, mais acomodado ao arabe.

A “familia” etimológica do vocabulo *café*, na nossa lingua, não é muito dilatada. Eis a lista das palavras procedentes daquela raiz, com as respetivas significações:

Café—estabelecimento público onde se prepara e vende a infusão.

Cafeal, *Cafeizal*, *Cafesal*—plantação, sistematizada (ou não) de pés de café.

Café-Concerto—“casa de café” em que se fazem ouvir orquestras adrede contratadas, e em que se exhibem, tambem, cantores e dançarinos, quasi sempre do “sexo fragil”.

Cafeira, cafeeiro—arbusto do café.

Cafico ou Cajico—acido contido nos grãos do café.

Cafeicultor—o que se dedica ao cultivo do café.

Cafeicultura—cultura do café.

Cafina—alcaloide medicinal, extraido do café, e encontrado tambem no chá, no mate, no cacáo, no guaraná, etc.

Cafismo—estado morbido, causado pelo abuso da infusão.

Cafelama—grande quantidade de café, ou grande extensão de cafezais.

Cafista, Cafesista—o que negocia com o produto.

Cafimaniaco—(termo empregado por Paulo Porto-Alegre (op. cit., pag. 27).

Cafeol Cafeona—oleo essencial do café, que se evapora durante a torrefação das sementes.

Cafometro—instrumento destinado a marcar em escala que apresenta, o gráu de condensação do café,—na agua com que se prepara a beberagem—isto é, a revelar a que ponto está ele forte, ou fraco; foi seu inventor Cadet de Vaux, químico e agronomo, nascido em Paris e que viveu de 1743 a 1828.

Cafeira—vasilha em que se apronta, ou em que se serve o café.

Designa-se o fruto maduro, nas nossas lavouras, por “cereja de café” (62), ou “café em cereja”; chama-se ao arbusto “pé de café”; quando secas, mirradas a pólpa e a casca—aponta-se a bágua como “café em côco”; “café em grão” e “café despulpado” são todos os conjuntos de sementes já libertas respectivamente, dos três envólucros e dos dois primeiros: “café em pó” ou “pó de café”—eis como se conhece depois de torrado e moído.

Presta-se a palavra, ainda, para caraterizar um matiz escuro, carregado, semelhante ao da bebida—a *cor de café*.

II

AS “CASAS DE CAFE”

ARÁBIA E PERSIA

Havendo-se dado na Arábia o descobrimento do uso do café,—ao que parece no seculo XV—claro está que naquele país foram abertos, em consequência disso, os primeiros estabelecimentos destinados a servir a infusão ao público, mediante adequada paga.

E, como a planta e o consumo da bebida se espalharam sem demora pela Persia, e mais tarde pela Turquia, nestas nações devem ter-se instalado, em segundo e terceiro logar as “casas de café”.

Raynal (op. cit., tomo II, pag. 43), fez referencia aos “cafés”, entre os arabes e os persas:

“Dans ces contrées, ou les moeurs ne sont pas aussi libres que parmi nous, ou la jalousie des hommes et la retraite austere des femmes rendent la société moins vive, on imagine d’é-

tablir des maisons publiques, ou se distribouit le café. Celles de Perse devinrent bientot des lieux infames, ou des jeunes Géorgiens vétus en courtisannes representaint des farces impudiques, et se prostituaient pour de l’argent. Lorsque la cour en fit cesser des dissolutions si révoltantes, ces maisons furent un asyle honnête pour des gens oisifs, et pur lieu de délassement pour les hommes occupés. Les politique s’y entretenaient de nouvelles; les poètes y récitaint leurs vers et les mollachs y debitaient des sermons, qui étaient ordinairement payés de qualquer aumones”.

TURQUIA (CONSTANTINÓPLA)

Começando por 1650, a vulgarizar-se entre os turcos o uso do café,—da citada éra em deante entraram a inaugurar-se, em Constantinópla, as “casas de café”.

Já tivemos occasião de reproduzir no cap. V. da primeira parte desta monografia um informativo trecho de F. L. C. Burlamaque (op. cit., pag. 4), narrando o resurgimento, alí, daqueles estabelecimentos aos quais coube, então, a designação de “Escolas de Sabios”, em virtude da alta seleção das classes que o frequentavam.

Se, conforme contou Reynal, havia nos “cafés” da Persia representações licenciosas,—nos da Turquia, de acôrdo com o autor da “Monografia do cafeeiro e do café” (Rio de Janeiro, 1860), faziam-se ouvir musicos ambulantes e presenciavam-se evoluções coreograficas das “almés”. Eis aí a origem legitima do libertino “café-conceito”, que ainda hoje atráe tanto—não apenas a despreocupados moços, mas tambem a anciãos aparentemente quietos, sisudos, venerandos...

F. L. C. Burlamaque reportou-se nos períodos que transcrevemos, ás perseguições religiosas e governamentais, verificadas, na capital turca, quer contra a beberagem, quer contra os estabelecimentos que a vendiam, e que foram fechados por mais de uma vez.

Explicou bem Raynal (op. cit., tomo II, pags. 43-44), as circunstâncias que se verificaram, em tal occasião:

“Les choses ne se passèrent pas si paisiblement á Constantinople. On y eut pas plutôt ouvert des cafés, qu’ils furent fréquentés avec fureur. On n’és sortoit pas. Le grand Mupthi, desespéré de voir les mosquées abandonées, décida que cette boisson était comprise dans la loi de Mahomet, qui proscriit les liqueurs fortes. Le gouvernement, qui sert souvent la superstition dont il est quelquefois la dupe, fit aussitôt fermer des maisons qui déplaisaient si fort aux prêtres, charque même les officiers de police de s’opposer á l’usage de cette liquer dans l’intérieur des familles. Un penchant déclaré triompha de toutes ces sévérités. On continua de boire du café: et même les lieux nu il se distribuait se trouverent bientôt en leur grand nombre qu’apparavant”.

O mesmo escritor deu a entender que, se com as decisões officiais, nem as prédicas dos sacerdotes, vingaram—foi porque só hão de

ser observadas leis que não contrariem a natureza, disposições dogmáticas, que não se oponham a prazeres inocentes. "Je veux être heurieux (disse elle) est le premier artifice d'un code antérieur á toute législation á tout systeme religieux".

Acompanhando de novo a Raynal (op. cit.), pudemos averiguar que, em meados do seculo XVII, um grão-vizir se aventurou até, a ir observar, "de visu", não somente os "cafés", mas também as tavernas. Ao passo que estas, frequentadas por pessoas simples, na maior parte soldados "qui accoutumés á regarder les intérêts de l'état comme ceux du prince qu'ils adorent en silence, chantaient gaument, parlaient de leurs amours, de leurs exploits guerriers") lhe pareceram toleráveis, eis o que notou com relação áquelas:—"Il y trouva une foule de gens mécontents, qui persuadés que les affaires du gouvernement sont en effet celles de chaque particulier, s'en entretenaient avec chaleur, et censuraient avec une hardiesse extrême la conduite des généraux et des ministres". Assim, não lhe seria licito achar senão "perigosas", sob um govêrno absoluto, as "casas de café", — e, daí outro cerramento delas.

Ha de valer-nos ainda Raynal (op. cit. tomo II, pag. 45), para relatar a situação do café na Turquia, ao seu tempo (a obra é de 1781).

"Quoi qu'il en soit, ce regiment, sui ne s'étenda pas plus loin que la capitale le l'empire n'y a pas diminué l'usage du café, et en a peut-être étendu la consommation. Toutes les rues, tous les marchés en offrent di tout fait; et il n'y a point de maison où on n'en prenne au moins deux fois le jour. Dans quelques unes même, on en vesse indiffernement á toute heure parce qu'il est d'usage d'en présenter á tous ceux qui arrivent, et qu'il serait également impoli de ne le point offrir, ou de e refuser".

Multiplicaram-se, em razão dessa firmeza de gosto, de simpatia pelo licor, os "cafés" turcos,—que, na historia ce pinturesca Bysancio, especialmente, atingiram em breve a elevado numero.

VENEZA

Data de meados do seculo XVII, sem duvida, a divulgação da apetitosa bebida na linda e lendaria Veneza.

Em 1645, segundo lemos em um trabalho qualquer, ter-se-ia instalado a primeira "casa de café" na soberba cidade dos antigos doges, em cujos canais, formados por placidas lagunas, deslissam de há seculos as gondolas tradicionais, fendendo as aguas sob a cupula de um céu purissimo e ao impulso de remeiros que, quasi sempre, sabem cantar com inspiração e com espontaneidade.

INGLATERRA (LONDRES E OXFORD)

Segundo relatámos anteriormente, em outra secção deste trabalho; por 1652 foi que se abriu em Londres o primeiro "café", a cargo do grego Pasqua Rosée, de Ragussa. A êsse, seguir-se-ia, em 1656, o "Rainbow".

Em Oxford, ao que tem sido relatado, parece que um judeu, de nome Jacques, montou o estabelecimento inicial,—ao tempo, mais ou menos, em que tal se deu na capital britânica.

Houve, sem tardança, a expansão das "casas de café" por outras cidades. Sobreveiu, porém, com as perseguições, a inevitável decadência da quasi unanimidade delas.

Os ingleses,—aos quais, devido ao clima vulgar do país em que habitam, tão útil deve ser a bebida, na qualidade de vigoroso estimulante, de todas as forças orgânicas,—não se tornaram até hoje bons consumidores do café; gastam-no parcamente,—em razão, sem dúvida, não só do espirito ferrenho de conservantismo, que os caracteriza, mas também da predileção que nutrem pelo produto colonial asiatico da patria:—o chá.

FRANÇA (PARIS)

Como já fizemos, no cap. VI da segunda parte dêste nosso trabalho, reiteradas alusões a "casas de café" da França, desde a introdução da beberagem, ali, a qual se deu no seculo XVII, até a idade imediata,—ocuparn-os-emos exclusivamente, agora, com a situação delas no decorrer do seculo XIX.

Guiando-nos por uma curiosa pagina, intitulada "Os cafes de Paris no seculo XIX" e inserta no numero 4 do "Jornal Ilustrado (publicação do "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro) do mês de março de 1912, anotaremos quais, dentre os estabelecimentos consagrados á beberagem, os que gosavam de melhor renome da capital francesa, de 1801 a 1900.

Releva pon lerar-se que os "cafés" eram, lá, arenas de todas as agitações, de todas as discussões; e que chegaram muitos dêles a converter-se em verdadeiros cenáculos intelectuais e políticos, de onde, não raras vezes, saíam contendedores para o campo da honra.

Durante o Consulado e sob o Primeiro Imperio, quando "o Palais-Royal era o verdadeiro centro dos prazeres de Paris", eis, segundo o artigo citado, a lista das "casas de café" mais em voga:

"Café Foy", no qual se agrupavam artistas e literatos, aberto á rua Richelieu, em 1749, e, tempos após, transferido para o jardim do "Palais-Royal", onde, durante a Revolução, se tornára um verdadeiro "club" (63), e no forro do seu tecto, Carlos Vernet pintou uma andorinha, que veiu a celebrar-se. "Café Lemblin", frequentado por officiais, nos interstícios de descanso que lhes concediam as peijas: competidor dêste era o "Café de Perron", "que em 1802 foi chamado o Pavilhão da Paz (em recordação da paz de Amiens) e, mais tarde, "Café de la Rotonde" "Café des Aveugles", do qual guardou o aspecto uma, ou mais de uma gravura da época: coube-lhe aquela designação porque ali tocava uma orchestra de cegos; "á guisa de intermédio, faziam-se ouvir os ventriloquos Valentim e Frits-James".

O "café" confundia-se, por vezes, com o "cabaret", ou mesmo com o "restaurant". Não é de estranhar-se, portanto, que no escrito, que a nos reportamos, se hajam incluído, tam-

bém, os nomes dos principais daqueles estabelecimentos:

Um gastrônomo depois de ter saboreado o famoso chocolate do "Café Corazza", jantava no "Beauvilliers", no "Véry" ou no "Robert"; e, se elle se afastava, por acaso, do Palais-Royal, ia comer ostras no "Hardy" ou no "Café Riche", afamado pelos "rognons á la croquette". Dois restaurantes quasi tão celebres que atraíam ao boulevard do Temples os "gourmets": eram a "Galiote" e o "Cadran Bleu". Para os banquetes de casamento tinha justa nomeada o "Rocher de Cancale". — O seu peixe era considerado o melhor de Paris. A "Ile d'Amour", em Belleville, onde a mesa não primava, oferecia o encanto da paisagem'.

— Tais eram, de 1800 a 1815, os "cafés" e restaurantes em moda na capital da França. "De 1815 a 1830, eles conservaram o seu renome, mas tiveram um concorrente no restaurante denominado Les Vendanges de Bourgogne".

Outros "cafés":—"Turc", "Hollandais", "des Mille Colannes", "des Circassiennes", "apenas pittorescos"; "de Valois" e "de Chartres", realistas; "Montausier", bonapartista: a freguezia do "Café Lemblin" foi, também, composta de adetos do corso temível, e occasião houve em que, junto ao seu balcão, existia constantemente um par de floretes.

"A Revolução de 1830 pôz de acôrdo, durante algum tempo, êsses adversários, que só tinham de comum a coragem. Havia nessa época cerca de sete mil cafés. A vida parisiense se afastára pouco a pouco do Palais-Royal, e foi nos boulevards que se começaram a situar os estabelecimentos mais elegantes, mais frequentados pelos "dandys" e pelos homens de letras conhecidos: o "Café Tortoni", celebre pelos almoços frios e os sorvetes: o "Café Riche"; o "Café de Divan", installado na rua Depelletier, debaixo do escritorio do "National", tinha como "habitué" Balzac (64), Gostan, Théophile Gautier, H. Monnier, Berlioz, Gavarni, Gérard de Nerval. A bohemia, que estava no seu período heróico, e contava entre os seus chefes Murget (65), Champfleury, Courbet, Bonvin, reunia-se, em 1840, no "Café Momus", rua dos "Pretres-Saint-Germain-l'Auxerrois". Ela tornou inaccessível aos burgueses êsse estabelecimento. Contavam-se, e em grande numero, cafés de conspiradores. Um dos mais importantes era o "étaminet" da rua Jean-Jacques-Rousseau, frequentado por Lagrange, Louis Blanc e Caussidière. Mal frequentado, o "Cabaret do Lapin Blanc", descrito por Eugène Sue, tinha uma freguezia sinistra, assim como o "Cabaret de L'Épi Scié".

Ainda restaurantes e "cafés":—"Véfour" e "Douix", no Palais-Royal; "de Paris", "Maison Dorée", "Anglais", "Frascati" (66), "Lemandelay".

"Durante o Segundo Imperio agrupamentos políticos ou literarios dão á vida do café uma atividade extraordinária"—são ainda palavras da interessante descripção publicada na interessante descripção publicada no "Jornal Ilustrado".

Temos novos cafés a menciona:—o "de. a Paix", no canto da praça da Opera, e que se tornou, sem demora, governista: os do "boulevard", que se converteram em "anexos das redações" tais como o "de Mulhouse" o "de Suéde", o "des Varietés", de cuja freguezia (que se removeu, em 1862, para o "Café de Madrid") faziam parte Noriac, Beauvoir, Rochefort, Wolf, Mousselet, Banville, Catulle Mendés.

Na qualidade de "cafés" quasi unicamente políticos, apontaremos, além do "de Madrid", o "de la Renaissance" (á praça Saint-Michel) e o "Procope",—em voga nos derradeiros anos do Imperio. "Os organizadores da Comuna e os fundadores da Republica ahi se encontravam, unidos contra os mesmos adversários".

Perdeu a bohemia o "Momus" já mencionado linhas acima num trecho transcrito da produção pela qual nos vamos orientando: em compensação passou a predominar em inumeros outros estabelecimentos:—"Brasse riendler", á rua Hautefeuille "Café de Buc", "Café Racine", "le Beuglant", "Café Genin", "Caboulot", "de la rue des Cordiers", installado em 1852, "e onde se reunia a redação do jornal "La Bohême".

Cedamos logar a informativos períodos do "Jornal Ilustrado":

"Esses fantasistas escalararam pouco a pouco as alturas de Montmartre onde, vinte ou trinta anos mais tarde acharam um derradeiro asilo. Aí frequentavam, em 1865, a "Brasserie des Martyrs", na qual se grupavam, em torno de Murger, Pierre Dupont, Gustave Mathieu, Corjat, Monselet; a "Brasserie Fontaine", ou "Café Jean-Goujon", aberto em 1861; a "Nouvelle Athènes", na praça Pigalle, etc. Os "cafés" em que se ofereciam, á admiração dos frequentadores, cantores ou fenomenos, eram numerosos. Entre os mais conhecidos, citemos o "Café du Géant", em que se exhibiu, em 1858, o gigante Brice; o "Café de la Lune", em que estreou, como cantora, Agar, que foi mais tarde tão aplaudida na "Comédie-Française". Dois homens, durante esse periodo, obtiveram o titulo de "restauradores das letras"; Brébant, no canto do Boulevard e da rua Montmartre, e Dinochaux, rua Bréda, que, victima de um credito muito largamente aberto, faliu depois da guerra".

Em 1871, foi queimado o "caté" que Delfieux abriera, em 1853, á rua de Bondy.

Por essa época, "os cafés já não são mais clubs", observou o ignorado articulista, de cujo auxilio nos vimos valendo; excetuaram-se de tal transformação, em seguida á guerra cranco-prussiana, apenas o "Café de Naples", a "Brasserie Frontin", a "Brasserie Saint-Séverin" e o "Café Guerbois", de que Manet, o perito pintor, era um dos "habitúés".

O "Café Pigalle" artistico-literario durante uns vinte anos e frequentado por Delvau, Duchesne, Castagnay, Potrel, etc., fôra inaugurado em 1860 e se chamava, depois do "Rat-Mort", por se haver achado, sob um banco, ali, um animalzinho daquele espécie roedora, no estado expresso pelo apelido que irónicamente se improvisou.

O "Chateau-Rouge", de que larapios e malfeitores eram os fregueses, e não menos celebre do que o Cabaret de "Père Lunette", fechou-se em 1899.

Encerremos estas notas,—subsidiadas, em sua quasi totalidade, pelo supra mencionado escrito do "Jornal Ilustrado",—com mais algumas informações dele, de que já tanto nos servimos, bastante sacrificando, quiçá, a nossa originalidade, a qual, no entanto, não é passível de ser mantida á risca em trabalho de compilação, como éste que empreendemos:

"Os quinze ou vinte ultimos anos do século IX são caracterizados, no ponto de vista de que nos occupamos, pela voga dos "cabarets artistiques" de Montmartre. Rodolphe Salis funda, no numero 84, do boulevard Rochechouart, o "Chat Noir", transferido, em 1885, para a rua Victor Massé. Alguns anos mais tarde "Aristide Bruant" abre o seu "cabaret", no qual são cantadas cançõnetas de um cinismo artificial, e onde se acolhem os frequentadores um tanto tumultuosamente e de modo pouco afavel. Outros "cabarets" se inauguram em todas as ruas de Montmartre: "Les Quat's-Arts", que succedeu ao "Tambourin", "Le Carillon", "L'Ane Rouge", "Le Clou", "Le Ciel", "L'Enfer", "Le Néant" e muitos outros. Nos ultimos dias do século era enorme o numero de "cabarets": a quantidade de "chansonniers" se tornára excessiva. Em 1800, o café tinha uma freguezia de escol; em 1899, o café era cosmopolita".

Convém lembremos aquí, ainda, o café "Manouri", que não se acha mencionado nas linhas retro e que foi dos mais antigos; situavase "sur le quai de l'Ecole" e constituia "autre lieu de réunion pour les beaux esprits".

O "Café de la Régence", que já acolhera os grandes homens do tempo da sua fundação—estava destinado a constituir-se, tanto no século XVIII, quanto no século XIX, em "templo de jogo do xadrez"; como frequentadores assíduos do seu salão especial, na primeira e na segunda daquelas épocas, citam-se Napoleão Bonaparte, durante o Consulado, Robespierre, o marechal Soult, Guizot, o duque Decazes, Musset, Julio Grévy e outros.

Podemos, a tal respeito, aproveitar-nos de curiosas notas que encontramos no "Jornal Ilustrado", do Rio de Janeiro (n.º 23, de outubro de 1913).

"A voga do "Café de la Régence" se perpetuou na época da Restauração, durante a monarchia de julho e no segundo Imperio. Os jogadores famosos eram, então, Arnous de Rivière, Rosenthal, o americano Morphy, que, com os olhos vendados, jogou ali oito partidas, ao mesmo tempo, contra os oito mais fortes xadrezistas de Paris, Morphy nunca foi vencido.

Naquelle tempo eram tambem vistos no café os mais famosos artistas da Comédie Française: Lixier, Beauvallet, Geffroy e alguns homens de letras, notavelmente Musset.

A 24 de fevereiro de 1848, o autor de "Rolla" jogava com Delegogue, o explorador, denomi-

nado o "caçador de elephantes". A luta se travava na praça; ouviã-se tiros, sem que os dois jogadores abandonassem a partida. De repente, uma bala feriu um espelho, colocado sobre a cabeça de Musset. Cairam estilhaços. Delegogue propoz que se adiasse a solução do problema em que o poeta meditava.

—Não, respondeu o escritor.

O "caçador de elephantes" deixou-o sózinho. Olhando em torno, Musset viu que não havia mais ninguem no café. Chamou então Prosper, um criado, que jogava bem.

—Sente-se aquí, convidou elle.

Minutos após, Musset, tendo perdido, tranquillamente partia na direção da rua Mont-Thabor, onde morava.

O general Bonaparte tambem frequentava a Régence. E ainda se mostrava, ha poucos anos, a mesa a que elle se sentava, para perder entre duas campanhas triumphantes, uma partida".

Ha uns vinte e cinco anos atrás, existia em Paris,—e talvez ainda hoje lá exista,—a "União dos amadores de café de la Régence".

Com relação ao "Chat Noir", cujo renome tambem se eternizou, cabe-nos dar guarida, aquí, a alguns valiosos informes de Mauricio Donnay, membro da Academia Franceza. O illustre escritor,—segundo a "Revue Hebdomadaire", de Paris (divulgada pelo sr. Francisco Le Grix e editada pela livraria Plon),—já em 1926 tinha em preparo um livro acerca do citado "café-cabaret", e de onde poude aquela publicação extrair varias páginas, em que se narra a origem e o progresso do famoso estabelecimento.

Esclareceu a "Revue Hebdomadaire", acompanhando a Mauricio Donnay:

"A origem do "Chat-Noir" remonta ao Club dos Hydropathas, que reunia ao Bairro Latino, todas as semanas, mais de 500 rapazes, artistas, poetas e musicos.

Desaparecido o Club dos Hydropathas, veiu o dos Hirsutos, assim chamados, já se adivinha (diz o A.), porque se reuniam no porão de um café na praça de S. Miguel. Emfim, em 1881, um pintor, Rodolphe Salis, abriu em Montmartre, no n.º 8 do boulevard Rochechouart, com a taboleta do Gato Preto, um "cabaret", que se ia tornar famoso".

Aludiu, depois, á remoção do estabelecimento:

"Entretanto, o "cabaret" do boulevard Rochechouart tornava-se muito pequeno para a sua clientela artistica e mundana, e em 1885 o "Chat-Noir" foi instalar-se com pompa na rua Victor Massé. Todos os jornais do tempo referiram o facto".

Falou na escadaria dos Suissos (tres ou quatro degrãos estreitos), na sala "François-Grillon", na sala dos Guardas, na grande escadaria de honra (onde duas pessoas não podiam subir lado a lado), na sala do conselho, no oratorio, na sala das festas, no camarote do sr. presidente da Republica (era então Julio Grévy) e no bahu-relicario.

Reproduziu a inscrição que em letras amarelas, pintadas sobre fundo preto num retan-

gulo de madeira, se lia á porta do "cabaret", na sua nova localização:

"Transente, pára! Este edificio, por vontade do Destino, sob o protectorado de Jules Grévy, Freycinet e Allain Targé sendo archontes, Floquet, tetrarca, o Gragnon chefe dos archeiros, foi consagrado ás Musas e á Alegria, sob os auspícios do Gato Preto. "Transente, sê moderno!"

E, linhas adiante, referiu-se de passagem a um lustre de ferro fundido, que o irónico "Chat-Noir Guide" dizia ser da época byzantina, "proveniente da missão Ledrain e oferecido a Rodolphe Salis pelo imperador do Brasil, em troca de uma coleção do "Chat Noir" encadernada em castor, segundo o metodo dos monges de Puteaux".

Sob o titulo de "Baités" du Chat-Noir", foi editado em Paris, pela "librairie Paul Olin-dorf", um volume humoristico de prosa e verso, encerrando produções de muitos cultores do agradável genero desopilante, em que tanto primam os maneijadores francezes da penna. Colaboraram nelle, entre outros, Gastão Méry, Alfredo Capus, Mauricio Donnay, Jorge Auriol, Jorge Courteline, Paulo Verlaine, Victor Margueritte, Rodolpho Salis, Armando Masson, Affonso Allais, Mauricio Baucaire e Tristão Bernard. O prefácio foi feito por Julio Lemaitre, que nos primeiros períodos esclareceu:

"Vous connaissez le petit théâtre de la rue Victor Masséz Au-dessus de la lucarne aux ombres chinoises est peint un chat noir, á la queue en triangle, aux contours simplifiés, un chat de blason ou de vitrail, qui pose une patte dédaigneuse sur une ois éffarée. Ce chat représente l'Art et cette ois la Bourgeoisie... Le Chat-Noir a joué son rôle dans la littérature d'hier".

BRASIL (RIO DE JANEIRO)

Trazida a planta do Pará á capital brasileira, por 1760, graças á iniciativa invidavel de João Alberto de Castelo Branco, e uma vez vulgarisada aqui a beberagem, não devem ter tardado a abrir-se os primeiros "cafés".

Parece que antes de 1799 já existiam êles no Rio de Janeiro, porquanto no "Almanack do tenente de Bombeiros", para aquele ano—de Antonio Duarte Nunes, já se mencionavam como em funcionamento, entre as casas de negocio, dezeseite de café, "que provavelmente haviam de ser botequins, para vendê-lo em chicaras",—segundo de Vieira Fazenda compilou Paschoal de Moraes ("Historico do cafeiro", in "Ilustração Brasileira", numero especial de 7 de setembro de 1922).

Reportando-se ao saudoso socio e bibliotecario do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, notável conhecedor que foi de todas as minúcias dos fastos cariocas, desde os tempos mais remotos,—escreveu o mesmo autor (loc. cit.):

"O dr. Vieira Fazenda, illustre autoridade nêsses assuntos da história, baseando-se em documentos valiosos de Vasconcelos de Drumond, diz que em 1822 existia, na rua de

S. José, no Rio de Janeiro, em frente á igreja de Nossa Senhora do Parto, uma casa de café, pois dela saiu Drumond quando fugia rua acima, para o caes, temendo as perseguições de Pedro I, por ser amigo dos Andradas".

Ao que se apurou, os "cafés" "Braguinha", situado no largo do Rocio, e "do Estevam", á rua do Ouvidor, na esquina da dos Ourives,—criaram nome, a partir de 1825.

ASPECTO SOCIAL DOS "CAFÉS"

Benditas as verdadeiras casas de "café", se conseguirem destronar algum dia, para sempre, as prejudicialissimas tavernas! E bemdito, de igual sorte, o mágico licôr, que, embora não tenha forças para dar aso á proscição definitiva das bebidas alcoolicas, vai, ao menos, contribuindo para diminuir-lhes, aos poucos, o alarmante consumo, causa exclusiva e minaz de tantas táras organicas,—ora só espirituais, para físicas apenas, ora espirituais e físicas num conubio sinistro e degradante!

Os "cafés" offerecem ao povo um ambiente fraternal, simpatico, acessivel, sem luxo, sem vícios, sem privilegios, sem ostentações.

Pela inimitável barateza,—está a infusão ao alcance de todas as bolsas.

Tomam-na pobres e ricos, operarios braçais e operarios intellectuais,—emlim, sêres das classes mais modestas, como das mais elevadas castas.

E o recinto de cada "café" tornou-se por isso, o cenario para onde se transportam costumariamente, as expansões e confabulações em que, entre amigos e conhecidos, assumem papel saliente os surtos da crítica, da dissecação social.

Trocam-se ali, pensamentos acerca de assuntos variadissimos: discute-se sobre ciência, discute-se sobre arte; espalham-se noticias; fervilham e refervilham boatos, por vezes antagonicos; a política, ou a politicagem, preoccupa, acalora, e não raro azeda mesmo as conversações; a religião não se esquivava de vir para o pelourinho das duvidas, já defendida com ardor, já veementemente combatida; tramam-se, concertam-se perniciosas ciladas contra pessoas ou tredas sedições contra govêrnos; elogiam-se gostos meritórios, numa espontaneidade igual á com que se condenam, de modo inflexivel, ações más,—difícil não sendo que se faça injustiça ao bom, em proveito do perverso; e em muitos casos são os proprios fátos da vida domestica, da honra familiar, que se trazem á baila irreverentemente, desconsideradamente, naquelle tablado de idéas mixtas, dispáres ou controversas.

Os "cafés" foram, nos tempos de antanho, bem mais agitados, mais cheios de borborinho as suas tradicões: estas se não hão de marcar ou apagar,—e continuarão êles mantendo-se como abrigos legitimos da opinião publica, expressa em comentários exatos ou inexactos, benevolos ou malevolos, sinceros ou insinceros, a respeito de tudo quanto se relacione com os interesses da vida humana universal ou regional, particular ou coletiva.

III

DERRADEIRAS CONSIDERAÇÕES

Não devemos encerrar este trabalho sem tratar de outros aspectos estatísticos e dinâmicos do café, quer gerais, mundiais, quer particularmente brasileiros.

A produção anual dos valiosos granulos é, em média, no orbe inteiro, de 1.500.000.000 de quilos, soma para a qual concorre a nossa Patria, como é sabido, com a maior e melhor porção.

Um vespertino da imprensa carioca "A Noite" deu publicidade, em julho de 1926, á discriminação, que passamos a examinar, do consumo do café no seio dos povos civilizados.

Assim,—ao que referiu aquele jornal—são os Estados Unidos da America do Norte, os compradores e consumidores de 425.000.000 de quilos da mencionada safra total, distribuindo-se o resto entre a Europa, o Oriente etc.

A Alemanha absorve 159.000.000 mais ou menos: a Austria, 56.000.000; a Belgica, 40.000.000; a Holanda, 38.000.000; a Italia, 27.000.000; a Inglaterra, uns 13.000.000; a Russia, cerca de 11.000.000; e a Suissa . . . 10.000.000 de quilos.

Os francezes, que pagam um franco por xícara da apetitosa bebida, tornam-se importadores cada vez mais alentados dela. « E' notavel o movimento do comércio de café no porto do Havre, por onde transitam anualmente quasi 72.000.000 de quilos, com destino a diferentes praças da Europa ».

Tambem a Argentina gasta em regular quantidade as procuradissimas sementes,—pois que para lá se remetem 14.000.000 de quilos.

Uma pagina de estatistica, que tivemos em mãos, avaliou o consumo universal do café, na actualidade, em perto de 21.500.000 sacas por ano,—o que proporciona vantajosas previsões para o Brasil, cuja produção tem ultimamente, oscilado entre 12.000.000 a . . . 16.000.000 de sacas (de 60 quilos).

Vejamos, afim de formar uma opinião mais solida a tal respeito, qual a provavel safra mundial, em sacas, durante 1926-1927, especificada quanto ao Brasil, pelos portos que dão escoamento á nossa contribuição:

Santos.	9.000.000
Rio de Janeiro.	2.500.000
Vitória.	650.000
Baía.	250.000
Paranáguá e Recife.	200.000
Outras procedências.	6.500.000
TOTAL.	19.100.000

O Brasil deverá fornecer, portanto 12.600.000 sacas, sobre o citado total. A este cumpre crescer-se o suprimento visível que é de 4.623.500, de sorte que se terá englobadamente, um acervo de 28.723.500 de sacas, para um consumo, como acima ficou dito, de 1.500.000.

Não há muito tempo, encheu-se de preocupações a nossa imprensa, em vista do café colombiano prometer "dentro de cinco ou seis

anos", uma safra de 4.000.000 de sacas. Alegaram diversas folhas que ali estava a ameaça de uma séria concorrência ao comércio do país, adeantando existirem adversidades contra o produto patrio, por querer-se vendê-lo caro.

Acreditamos, todavia, que a ampliação do estoque de café no mundo, daqui a mais ou menos um lustro, não atingirá com males nem a lavoura, nem á exportação do Brasil. O gasto dos preciosos granulos tende a aumentar de modo animador, e não é de admirar que a par disso se multipliquem as culturas do lindo arbusto que os géra em seus galhos e, por baixo custo, os fornece aos homens.

Crescem, outrossim, as populações, nascem, quotidianamente, futuros consumidores do licór, em numero bem superior ao dos que desaparecem, tragados pela morte.

De tal forma, não é de prever-se, para em breve, uma crise do café, por excesso de produção.

Além do "stephanoderes coffeae Hag" ("broca" do café), que assaltou e procurou dominar as plantações paulistas; além das geadas, pretas ou brancas, e das granizações, que frequentemente põem em perigo extensas lavouras; além das falsificações, tão deprimentes, tão depreciantes:—tem havido contra o nosso produto uma certa prevenção, por parte de povos estrangeiros, desde o seculo passado.

Por falarmos em geadas e afim de darmos uma idéa dos seus malefícios, socorramo-nos acidentalmente, de belos periodos nos quais Gustavo Pena, em artigo inserto no "Minas Gerais", de Belo Horizonte, falou nas de 1870, que deixaram fama:

"Amanhecera, em agosto de 1870 um dia de sol rutilante, sem uma nuvem no céu, de azul profundo, e a temperatura estava frigidissima. E até onde o olhar desviado do lavrador poudo alcançar, os cafezais, o canavial, o pomar, tudo se mostrava coberto de um lençol muito branco, escondendo as plantações. Era a geada, a sinistra geada de 1870, de que até hoje se fala em nossa terra. E, algumas horas depois, aquela mortalha branca havia já se transformado num véo pardo-escuro, como se as labaredas de grande incendio tivessem queimado a alegre côr verde das plantas mortas. A destruição era completa, a ruina sem remedio. . . E durante horas esquecidas, passava o fazendeiro a olhar as filhas de cafeeiros que subiam o morro, muito alinhados, na mais completa disciplina, mostrando agora a morte na côr escura dos troncos, donde caíam lentamente as folhas requemadas".

Aquele fenômeno atmosférico, provocado pela queda demasiada da temperatura, occasional, quando realmente forte, ruinosos transtornos aos fazendeiros e comissários de café, em virtude do prévio calculo das colheitas, que é feito pelos interessados.

A safra de 1919-1920, por exemplo, ficou grandemente reduzida pelas devastações que as tremendas geadas de 1918 acarretaram. Dos arbustos produtivos, 55 %, em média, ficaram gravemente prejudicados, então,—segundo a revista mensal "L'Etat de São Paulo" (n.º

1, 3me. année, ler, novembre 1919), editada em Bruxelas e propagadora de "renseignements agricoles, commerciaux, industriels et financiers".

Basta dizer-se que, naquela época, a estimativa para as tres das principais circunscrições federativas que cultivam o café, atingia apenas a um total de 3.818.750 sacas, assim distribuidas:—S. Paulo, 3.368.750; Minas Gerais, 430.000; Paraná, 20.000.

Examinemos, agora a prevenção a que tambem aludimos, e á qual se veiu aliançar o torpe processo da falsificação do café nacional, isto é, o da sua venda como proveniente de outras regiões do globo terráqueo.

Quanto a estas ultimas considerações, podemos basear-nos em mais de uma referencia alheia.

Paulo Porto-Alegre (op. cit. que é de 1879, pag. 178) escreveu: "Só o fato de vender-se nos mercados da União Americana café paulista como procedente de Java, era caso para despertar a séria atenção dos fazendeiros. E já o douto Agassiz, reportando-se ás várias classificações com que era explorado o produto oriundo dêste portentoso torrão sul-americano, dizia:

"A maior parte do café oferecido com tais nomes ou intitulado café de Java é legitimamente brasileiro, e o igualmente decantado Moka consiste sempre em grãos redondos, dêsses que nascem nos ramos superiores dos cafeeiros brasileiros, cuidadosamente colhidos e apartados".

O falecido dr. Pedro Souto Maior autor dos "Fastos pernambucanos" e que exerceu o cargo de bibliotecario do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, traduziu do "Scientific American", para o "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, curioso artigo de um comerciante dos Estados Unidos, do qual com nimia gentileza, nos forneceu êle proprio o trecho seguinte: "Eu pessoalmente vi embarcarem-se no Brasil milhares de sacas de café para Aden, que é o porto de exportação para Moka. Hoje não existe o café genuino de Moka, isto é, café produzido no "Jemen" ou "Waddy Negress", região da Arábia onde fica Moka".

Com relação á antipatia, á má vontade, á prevenção contra o nosso café, auxiliar-nos-á, ainda, esta mesma fonte, a que acabamos de recorrer: "O café brasileiro conhecido aqui com o nome de *Fio* e *Santos*, principais portos de exportação sendo considerado de qualidade inferior. E Gustavo Pena, em outra colaboração nas colunas do órgão official do Estado de Minas-Gerais elucidará mais o assunto, com a narração de eventos dos quais teve ciência directa: "O comércio, que foi sempre o principal elemento de civilização e do conhecimento reciproco entre todas as nações, ainda mais contribuía para essa profunda ignorância a nosso respeito. Evitava dar a qualquer produto nosso a sua procedencia, como se fosse um estorvo á sua venda,—e o era muitas vezes. O café era vendido importado da Jamaica, de Java, de Porto Rico, nunca vendido como do Brasil. Um moço de distante familia ita-

liana, casado em São Paulo, teve, dentro em pouco, que fechar as portas do seu grande estabelecimento de torrefação de café, em Genova, porque teimava em anunciar que o produto era brasileiro. Muito superior a todos os outros, mas era brasileiro..."

No capítulo sobre o café em São Paulo, consignámos a data de uma tentativa de campanha contra a exportação brasileira do produto,—encabeçada por um forte traficante de generos, o sr. Moore, ao qual já se deverá, em 1922, o *boycott* adverso ao açúcar de Cuba.

Depois do malogro completo de tal plano, esboçaram-se novas complicações a respeito do café, nos Estados Unidos,—por motivo, especialmente, da attitude adotada pelo sr. Herbert Hoover, secretario *yankee* do comércio.

Oportuna viagem de uma experimentada missão de torradores norte-americanos á nossa patria destruiu, no entanto, a invencionice que naquele grande país se havia espalhado, de uma elevação abusiva dos preços do produto.

Convém sejam reproduzidas frases com que "O País", brilhante órgão de imprensa da Capital Federal, registrou a occorrença:

"Dessa visita, levaram os nossos amigos a certeza absoluta de que não havia proposito de valorização do café e, sim, uma natural consequência do encarecimento da produção, devido á queda do valor aquisitivo da nossa moeda e ao consequente aumento dos salários e despesas várias da cultura cafeeira".

Acreditamos, com firmeza, que o porvir do nosso café se nos não pode espelhar senão risinho. Aliás são identicas as nossas convicções com respeito a tudo quanto se subordine á vida economica da nossa pujante nação; confessamo-nos sinceramente optimista, a êsse aspecto pensamos com alguém que, na revista "The Americas", dos Estados Unidos, escreveu um dia: "In time Brazil will supply the world with such a vast amount of tropical and semi tropical products that is wealth will make present financial troubles appear ridiculous".

Já é tempo de terminarmos êste despretençioso ensaio.

Acompanhamos todos os ciclos do café:—desde o seu rincão natal até ao sólo arabico; dêste ao de Java, e tambem ao da Reunião; tambem daquela ilha do oceano Indico á Hollanda e a Surinam; dos Paizes Baixos á França, e desta á Martinica; da Guiana neerlandeza á francêsã, e dali ao Pará, de onde se transportou para o sul do Brasil.

Nós, que todos os dias nos reconfortamos com a saborosa bebida, e que, directamente ou indirectamente, auferimos lucros da cultura ou do comércio do produto, devemos os mais ardentes agradecimentos quer aos arabes, que desvendaram o segredo do uso do café e lhe propagaram inicialmente o consumo, quer aos holandeses, que foram buscar a planta na Asia, e a conduziram tanto á Europa, quanto á colonia sul-americana que ainda possuem; quer a Francisco de Melo Palheta, que a introduziu na nossa patria; quer a João Alberto de Castelo Branco, que a fez vir ao Rio de Janeiro; quer aos paulistas, que prepararam, com cari-

nho e sem esmorecimento, a esplendida vitória hodierna do café.

Os povos da antiguidade não tiveram, ao que é certo, ciência do vegetal, nem do licor. F. L. C. Burlamaque, no seu instrutivo trabalho (pag. 3), alludiu a essa circumstancia, referindo-se a duvidosíssimas suposições de Pietro de la Vale,—veneziano que, por 1644, trouxe do Oriente algum café a Marselha,—e de Paschius, no seu "Novis inventis" (Leipzig, 1700):

"A história dos povos antigos não faz menção do café. Parece que elle não foi conhecido dos gregos nem dos romano, não obstante. Pietro de la Valle avançar ter sido o café o "Nepenthes" que Helena recebeu de presente de uma dama egipcia, e que Homero exalta como proprio para acalmar o espirito no estado da mais violenta colera, de aflicção ou de desgraça. Paschius pretende que o café é designado no 25.º capitulo do *Livro dos Reis*, entre os presentes que fez Abigail a David para o apaziguar".

Si Hahnemann, o fundador da homeopathia, "proscreevou o café, que comparou aos mais violentos venenos" (A. Duponchel, loc. cit.),—segundo os que, desde o advento dêle no occidente europeu, o increparam de prejudicial aos nervos, de alterador dos "humores" e até de provocador da impotencia (67); se Tissot (68), por exemplo, chegou a dizer que ele "gasta rapidamente as faculdades intellectuais e origina uma morte prematura ou uma velhice improduttiva":—muitos medicos (além dos varios poetas e prosadores, de que fizemos menção) não regatearam louvores ao saboroso licor, notadamente sob o ponto de vista científico.

A tais opiniões juntaremos a de Franklin, de quem era ele a bebida favorita, a ponto de dizer o immortal inventor do "para-raios" que somente conhecia duas coisas com elementos suficientes para porporcionar intenso vigor ás faculdades intellectuais:—a comoção electrica e o café.

Ainda recentemente, nos Estados Unidos, o professor Samuel Prescott publicou os resultados das suas pesquisas a respeito do assunto, revelando as vantagens incontestaveis que, para a criatura racional, provêm do uso da infusão.

Não faltou mesmo quem encontrasse no café propriedades barometricas.

Ao que referiu Paulo Porto-Alegre (op. cit., pags. 417-419), por 1862 jornais da Europa e dos Estados Unidos reproduziram um artigo, sob o título de "Que existe em uma chicara de café?" divulgando curiosa descoberta de certo Sauvageon e que rezava mais ou menos assim:

"A esta pergunta, responderão muitos, que há chicória; todos os medicos, que há um excitante espasmodico, e M. Sauvageon acrescentará que ha um barometro tão fiel como os melhores instrumentos dos Chevalier de Paris, e dos Caselli de Londres. Sim, diz êle, si adocando o vosso café deixardes o açúcar derreter-se sem agitar a infusão e a chicara, as bolhas de ar contidas no açúcar subirão para a superficie do liquido. Si as bolhas formarem um todo espumoso, conservando-se bem no centro

da chicara, podeis estar certo que isso indicará um tempo bom e lixo; si ao contrário a espuma fôr em forma de anéis para as bordas da chicara, presagiará grande chuva; estacionando, mas não bem ao centro, teremos tempo variável; si ela se mover para um só ponto da borda da chicara, finalmente, não se desaglomerando, então haverá chuva". . .

A imprensa debateu a questão, e não tardou a aparecer, no periódico "Independence Belge", uma carta, firmada por *La Greffe*, arrasando o pretenseo achado:

"Li com a maior atenção a nota de M. Sauvageon sobre as indicações de uma chicara de café. Os esclarecidos amadores do nectar arabe ficarão menos surprehendidos do que reconhecidos com esta nova graça. Mas, se o fato revelado por Sauvageon é incontestavel, deriva-se dêle uma outra maravilha, porque com a sua chicara de café poderá cada qual, d'ora avante, fazer vir com tempo, ou chamar a chuva a sua bel-prazer. Para provocar bom tempo, bastará encher a sua chicara até transbordar, e ao contrario, para chamar a chuva não se deverá enche-la totalmente. Como se bolhas de ar sóbem sempre para a parte mais elevada, no primeiro caso, essas se acumularão no cantro; e no segundo, ás bordas; porque em virtude das leis da capillaridade quando a chicara estiver cheia a superficie do liquido será convexa, e vice-versa será concava, logo que o liquido não chegar até á borda".

Há uns dois anos, foi guilhotinado, em Hannover, um verdadeiro monstro, social o açougueiro Hartmann, que cometera vinte e quatro assassinatos, vitimando miseris crianças de cujos cadaveres se servira para o fabrico de linguicas. Pois bem:—á hora da execução da sentença de morte, que lhe impuzera o Tribunal Publico, o celerado, que conservava a maxima tranquillidade, assim manifestou a sua vontade derradeira:

"Dejeo fumar um bom charuto de Havana e beber do melhor café do Brasil".

Sublime predileção pela beberagem, que demonstra o afêto conquistado por ela até mesmo de um individuo criminosissimo, corrompido pela perversidade, destituido, e em tudo e por tudo, dos sentimentos menos elevados na escala daqueles que costumam desembrutecer um pouco as almas dos viventes!

Glória, pois, ao café! Glória ao licôr salutar, que alimenta, que cura, que preserva, que apraz, que encanta, que avassala, que inebria! Glória á rainha de todas as beberagens, que restaura e dynamiza o organismo,—sem arruiná-lo como outras, que apenas o excitam transitóriamente! Glória ao café, "nectar dos deuses", tombado dos arcanos excelsos do Olimpo á face da terra (oculto nos frutos de um vegetal privilegiado), não só afim de derramar energia nas veias dos entes indefessos que se consagram, de há milênios, ao aperfeiçoamento pessoal e coletivo e á adaptação do planeta para a existência mais comoda, mais suave, dos seus descendentes,—mas tambem afim de ser amada e encomiada, de conquistar lauréis e de deliciar a humanidade!

- (1)—Apud Aurelio Pires, em carta dirigida ao “Minas Gerais”, de Belo Horizonte, a 28 de Maio de 1927. O estudioso professor, em nota, esclareceu que a referencia feita a um Andrada, na produção da Costa Sena, se reporta a endeixas de José Bonifácio, o moço, sob o título de “Um pé”.
- (2)—Da “Revista do Arquivo Público Mineiro”, ano IV, 1899, pags. 947.
- (3)—Em certos logares, temperam-n’o até mesmo com aguardente. Nas Ardenas (França), por exemplo—ao que lemos em certo almaque—tomam-se, depois do jantar, dez sortes de chiecaras de café, cada com o seu nome peculiar: 1) Café; 2) Gloire; 3) Pouse-café; 4) Goutte; 5) Ré-goutte; 6) Sur-goutte; 7) Rincette; 8) Re-rincette; 9) Sur-rincette; 10) Coup de l’étrier, “Gloire é o café com um pequeno calice de brandy; todos os que se seguem têm mais ou menos aguardente”.
- (4)—Parece ter sido esta derradeira fôrma a primitiva entre os orientais, Segundo F. L. C. Burlamaque (“Monografia do cafeiro e do café”—Rio de Janeiro, 1860, pags. 12), “os christãos de Constantinopla foram os primeiros-tomadores de café que o adoçaram com açúcar”.
- (5)—“Sabe-se que a primeira pessoa que misturou o café com o leite foi Nieuhoff, embaixador da Hollanda na China”, informa F. L. C. Burlamaque (op. cit., pags. 12).
- (6)—Autor da obra “Traité des substances alimentaires”.
- (7)—A cafeína foi, ainda, encontrada no chá por Oudry, em 1827, bem como estudada por Pelletier e Robiquet, em 1821.
- (8)—Em uma revista brasileira, que tivemos em mãos, vimos narrado o assunto:
“Dizia-se em presença de Fontenelle, muito idoso, que o café era um veneno.
—E’ possível, observou elle; mas deve ser muito lento, porquanto há oitenta anos que’elle me mata” Isto não deve passar de variante da proposição em francês que acima inserimos.
- (9)—Apud Paulo Porto-Alegre, “Monografia do café” —Lisboa, 1879, pags. 403-404.
- (10)—Art. Café, in “Encyclopédie moderne Publiée par M. M. Firmin Didot Frères, sous la direction de M. Léon Regnier. Tome septième—Paris, MDCCCXLVII, pag. 202.
- (11)—Foi este cirurgião quem—segundo Morachel (“Traité d’hygiène militaire”—Paris 1874, citado por Paulo Porto-Alegre, op. cit., pag. 394), fez por meio de conselhos, com que o café fosse pela primeira vez administrado ás tropas armadas em campanha, o que se deu durante a épopeia napoleonica do Egipto.
- (12)—Pentandria monogyna, de Linneu, Chinchonaceae, de Londley, —Antonio de Jessiun, descrevendo o vegetal nas “Memorias da Academia das Ciencias”, de Paris (tomo 7,º, pags. 291), em 1715, dominou-o Jasinum arabicum, lauri-folio, cuja semem apud nos café dicitur.
- (13)—As folhas do cafeiro, dissecadas qual se pratica na preparação das do thea sinensis, fornecem uma infusão de côr avermelhada, que se aproxima um pouco do chá.
- (14)—No tipo Moka (café abortado) acontece que um só grão se desenvolve, pelo depercimento do outro, cujo logar ende a preencher, tomando a forma ovoido e dando a impressão de que as duas sementes se fundiram numa única.
- (15)—O transporte desde o local da colheita até aos lavadouros e secadouros é, em geral, terrestre, já se usando, contudo, faz-lo tambem por meio de canalização de agua.
- (16)—“On a appellé fleurs de café les enveloppes ou coques de café: on en prepare une infusion connue sous le nom de café à la sultane”—consignou Bouillet, no seu conhecido dicionario.
- (17)—“Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro”, tomo IX (1900), pags. 539-560.
- (18)—Na obra “Histoire Philosophique et Politique des Etablissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes. Par Guillaume-Thomas Raynal. A. Genève, Chez Jean-Leonard Pellet, Imprimeur de la Ville & de l’Academie.—MDCC XXXI”.—Tomo II, pags. 42-43.
- (19)—A pags. 68 (cap. X), da “Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal, no anno de 1663, o padre Manoel Godinho, da Companhia de Jesus”. Segunda edição. Publicada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis—Lisboa, 1842.
- (20)—“Les trois ages des colonies ou de leur etat passé, présent et à venir.—Par M. de Pradt, membro de l’Assemblée Constituante”. Tomo I—Paris, 1801.
- (21)—Apud Freire Allemão, op. cit., pagina 561.
- (22)—“E, depois do Brasil e de Java, o maior produtor actualmente”, disse o mesmo autor, a pag. 214 da sua obra (que é de 1879).
- (23)—“Leonard Rauwolf—Beschreibung der Reysas, so er egen Auffgang in die Morgenlander”, etc., Francfort, 1583, pags. 102 (apud Paulo Porto Alegre, op. cit., pags. 9).
- (24)—Veneza, 1592, in 4.º, e Leyde, 1735, in 4.º Prospero Alpini, a quem se devem varias obras, nasceu em Marostica, Estado de Veneza, em 1553 e faleceu em Padua a 7 de Janeiro de 1617.
- (25)—Carlos de Lecluse, médico e botanista, nascido em Arras em 1535 e que produziu alguns trabalhos scientificos, enfeitados em tres vols. in folio,—Antuerpia, 1601, 1605 e 1611, com figuras. Falecido em 1609.
- (26)—Na sua obra “Nouveau voyage aux îles de l’Amérique, contenant l’histoire naturelle de ce pays, l’origine, les moeurs, la religion et le gouvernement, des habitants, anciens et modernes; les guerres et les événements singuliers qui y sont arrivés pendant le long séjour que l’auteur y a fait; le commerce, les manufactures qui y sont établies, et le moyen de les augmenter; avec une description exacte et curieuse de toutes ces îles, orné de figures”. (Amsterdam, 1722, 6 vols. in 12. Paris 1742, 8 bols. in 12).—João Batista Labat, que escreveu outros livros, nasceu em Paris no ano de 1663 e morreu naquela capital a 6 de Janeiro de 1738, com 75 anos de idade.
- (27)—Em 1706, ao que parece, o Jardim Botânico de Amsterdam recebeu de Java alguns exemplares do arbusto.
- (28)—Nascido em Lyon, em 1686, e falecido a 22 de Abril de 1769, com 72 anos.
- (29)—João Batista Deschien de Resson, falecido em 1735, com 75 anos de idade, na capital franceza, foi membro da Academia das Ciencias de Paris. “Il enrichit le recueil de cette savante compagnie d’un grande nombre de memoires”.
- (30)—“Abrégé de l’histoire générale des voyages”—contenant ce qu’il y a de plus remarquable, de plus utile et de mieux averé dans les pays ou les voyageurs ont pénétré: les moeurs des habitants, la religion, les usages, arts et sciences, commerce et manufactures; —por J. J. Laharpe. Nouvelle édition, revue et corrigée avec le plus grand soind et acompagnéé dun bel atlas in folio. Tome troisième.—A Paris, chez E’tienne Ledoux, libraire, rue Guéregaud n. 9.—1820’—A pag. 197.
- (31)—Nascido em 1650 e falecido em 1732.
- (32)—Alguns autores fizeram referencia a tres plantas, ou mesmo a uma só. Consignamos uma, aqui, apesar da opinião de Raynal e da de Michelet, que teremos occasião de citar, mais para a frente.
- (33)—Houve engano de Raynal, quanto á data.
- (34)—Houve engano, quanto a este ponto.
- (35)—Apud Manuel Barata—“Apontamentos para as Efemerides Paraenses”, na “Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro”, tomo 90 (1926).
- (36)—A memoria de Francisco de Mello Palheta merece bem um monumento, ainda que seja este singelo como o colocado pelos “yankees” em Riverside, California, deante da primeira laranjeira de umbigo plantada nos Estados Unidos (que se acha protegida por uma grade metalica e ainda em 1922 dava frutos), afim de exprimir os sentimentos de gratidão dos norte-americanos para com quem os enriqueceu, e que consta de uma só pedra tosca, ostentando uma placa de bronze, com a seguinte inscriçào:—“To honour Mrs. Eliza Tibbets and to commend her good work, in planting at Riverside in 1873 the first Washington Navel Orange trees in California, native to Bahia, Brazil, proved the most valuable fruit introduction yet made by the United States Department of Agriculture—1920”.
- (37)—“Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. IX.
- (38)—Os esclarecimentos intercalados são de Manuel Barata (“A antiga produçào e exportação do Pará”, pags. 15-16).
- (39)—Denominação que figura em documentos.
- (40)—Gomes Freire de Andrade, capitão-general das Capitánias do Sul.

- (41)—“O conego Cunha Barbosa, no seu discurso sobre algumas produções do Brasil (Auxiliador da Indústria Nacional, Tomo 3.º), diz que o desembargador Castello Branco trouxe do Maranhão em 1752 as duas primeiras plantas que ali aportaram de Cayena. No que julgo eu ha mais de um engano”.—Anotação de Freire Alemão (loc. cit., pags. 569).
- (42)—Ao que se pôde inferir de expressões de Freire Alemão (loc. cit., pags. 569), não apenas Hoppmann, mas ainda o prelado do Rio de Janeiro, somente cultivaram o café depois, quando o produto atraiu a atenção do marquês do Lavradio: “É natural que fosse o interesse que o vice-rei mostrou por essa planta, que movesse Hoppmann a cultivá-la em sua chácara de Mata-Porcós, e o bispo na sua fazenda do Canã”.
- (43)—“Menos pensadamente lixe Balthazar da Silva Lisboa, nos seus Annes do Rio de Janeiro (tomo 7.º), que “os capuchinhos francezes foram os primeiros que no Rio de Janeiro cultivaram o café que espontaneamente o encontraram produzindo nas vizinhanças da cidade”.—Freire Alemão (loc. cit., paginas 567).
- (44)—“Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.—Vol. 4.º, 1842.
- (45)—“Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro.
- (46)—Produção fluminense, por arrobas:—em 1800, 40; em 1858, 2.497.638; em 1848, 6.505.712; em 1858, 5.321.402; em 1877, 8.928.864.
- (47)—“Breve noticia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravelas, ao sul da Provincia da Baía, escrita segundo dados autenticos por João Antonio de Sampaio Viana, juiz de direito da mesma comarca, em junho de 1842”.
- (48)—Muito deveu a propagação do café, na citada região, aos estudos do culto botânico Correia de Mello. Também se salientou sobremaneira, na estação agraria de Campinas (onde até hoje brilha o magnifico “Instituto Agronomico”, dirigido pelo sr. J. Arthaud-Berinet), o sábio Francisco W. Daffert, da Universidade de Bonn (Alemanha), e que veio a tornar-se um dos benemeritos da causa do café paulista.
- (49)—A isto se referiu o seguinte trecho de um parecer de 15 de dezembro de 1870, assignado por André Rebouças e Antonio de Paula Freitas, lido na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (a 4 de Fevereiro de 1871) e referente ás máquinhas “Lidgerwood”, então aperfeiçoadas:—“O café preparado nessas máquinhas vende se 400 a 600 réis mais caro em arroba: são, pois, centenas de contos de réis, que anualmente economizam os nossos agricultores, além dos beneficios que produzem as máquinhas poupando a vida dos escravos, que no antigo sistema dos pilões erão sacrificados pelo asfixiante pó de café”.
- (50)—A “valorização” do café foi iniciada sob a presidência, em S. Paulo, do sr. Jorge Tibiriçá. E, para perfeita execução do plano, foram tomados os seguintes empréstimos: um de 15.000.000 de libras; um de 6.500 libras; um de 4.200.000 libras; um de 3.000.000 de libras; um de 800.000 de libras—ao todo, 30.500.000 de libras.
- (51)—Apud Basilio de Magalhães, op. cit., pag. 41.
- (52)—Paulo Porto Alegre (op. cit., paginas 233-239) relacionou 39 succedaneos do café, apparecidos desde 1761 até 1848 e privilegiados pelos governos da França, da Alemanha, da Russia, da Holanda etc.
- (53)—Apontados em 1925 por Afonso Lopes de Almeida, num artigo enviado de Paris ao diário “O Paiz”, da Capital Federal.
- (54)—Para que se faça uma idéa do quanto representa para a terra dos bandeirantes a exportação do café, basta se attente na quantidade de sacas que fornece ella ao mundo, e que, na safra de 19-41925, por exemplo, foi de 9.192.600, attingindo o valor de 1.967.216:400\$000.
- (55)—O Estado tem protegido a qualidade do seu produto por meio de previdentes leis. A de n.º 1506, de 20 de Outubro de 1906—por exemplo—vedou a falsificação dos “tipos”, proibindo a exportação do “café artificialmente colorido com plumbagina, óca e fintas semelhantes”.
- (56)—Em officio de Abril de 1815—segundo Paulo Porto Alegre, (op. cit., pags. 16)—citando o dr. José Marcelino Pereira de Vasconcelos, autor do “Ensaio sobre a história e estatística da Provincia

do Espirito Santo” (Vitória, 1858)—o governador desta circunscrição “recomendou ás autoridades competentes que se cuidasse na plantação do café nas vilas do norte do Imperio”.

- (57)—Em 1839, o Cenará produziu 442 sacas: em 1848 1.277; em 1852, 7.561; em 1871, 21.117.
- (58)—“Afortunadamente para o nosso país, aquí se não reproduziu a formidável luta fratricida, que por motivos identicos, ensanguentára a patria de Washington; mas, ao contrário do que se passava ali—visto não termos corrente imigratória que de pronto substituisse os trabalhos gratuitos alforriados—houve provincias que perderam de subito o que lhes custara longos anos de labor, como, por exemplo, a do Rio de Janeiro, onde, da noite para o dia, muitos argentários se viram reduzidos quasi a indigencia, tendo caído no lastimoso abandono, em que até agora na maior parte se acham, muitas das out’ora mais opulentas fazendas de café”.—Basilio de Magalhães (op. cit., pags. 9-10).
- (59)—Por occasião do recenseamento económico do Brasil, a que se procedeu em 1920, o Ministerio da Agricultura apurou ser o municipio de Itaperuna, no Estado do Rio, o maior produtor de café do país, com o total de 277.355 sacas, attingindo no ano anterior aquêlle.
- (60)—Os tipos commerciaes do café comum vão de 1 a 10. Ha outras designações de qualidade tais como: “Lavado”, “Moka” e “Escolha”. Quanto a especies peculiares nossas, poderemos citar as seguintes: café “Amarello” ou “Botucatu” (coffea xanthocarpa) do dr. Caminhoá; café “Maragogipe”; e café “Carangola” (denominação do dr. João Batista Lopes), descoberto por Serafim Aves da Costa em terras de sua fazenda de Santa Clara, no Estado do Rio, talvez em 1895, e para o qual o padre Marcondes (op. cit.,) que o mencionou, propoz o titulo de café roxo. Quem primeiro cultivou o tipo Moka no Brasil foi, ao que lêmos em qualquer parte, João Rodrigues Pereira de Almeida barão de Ubá.
- (61)—Em 1925, segundo a mensagem apresentada ao Congresso do Estado de São Paulo pelo sr. presidente Carlos de Campos, cada saca de café representou para a economia nacional um valor mínimo de 207\$670, assim demonstrado:
- | | |
|--------------------------------|----------|
| Preço medio por 60 quilos..... | 196\$672 |
| Imposto “ad valorem”..... | 6\$400 |
| Sobretaxa de 5 francos..... | 2\$366 |
| Capatazias..... | \$300 |
| Carreto..... | \$430 |
| Carga e descarga..... | \$168 |
| Saco novo..... | 3\$202 |
| Embarques..... | \$132 |
| TOTAL..... | 207\$670 |
- (63)—Foi no café “Foy” que, á tarde de 12 de Julho de 1789, appareceu Camilo Desmoulins, afim de, com seu verbo inflamado, expôr os fatos, que occorriam, a multidão, a qual, para logo agitada, entusiasmada, bradou: “Des armes! Des armes!”. E, a 14, a Bastilha tombava em ruinas...
- (64)—Este escritor abusava da infusão, da qual tomava, durante a noite, chiearas e mais chiearas: elle próprio o confessou, pouco antes de expirar: “Morro de ter tomado 25.000 chiearas de café”.
- (65)—Henri Murger foi, como Honoré de Balzac, Gustavo Flaubert e outros um dos maiores bebedores de café.
- (66)—Acerca d’este estabelecimento, existe no museu “Carnalet”, na França, uma antiga estampa de Debucourt: “O grande salão do café Frascati”—representando-o repleto de frequentadores, e em que se notam traços característicos da época.
- (67)—O “Dicionario brasileiro da lingua portugueza”—elucidario etymologico-critico das palavras e frases que, originarias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da lingua portugueza, ou nelas vêm com fórma e significação diferente—deu á palavra cafelista o sentido de “bebedor de café”, ou “apaixonado pelo café”; e a palavra cafestista o de “negociante, comissario de café plantador, lavrador de café”.
- (62)—“Cerise du café”—chamam ao fruto maduro os francezes, dos quais herdamos sem duvida a expressão.

As lendas em torno da lavoura do café

BASILIO DE MAGALHÃES

I

O CAFÉ NO LEGENDÁRIO ORIENTAL

Dotados de cáldio e fecundo poder imaginativo, criaram os filhos da Arábia, em torno do café, quer no seu proprio tradicionalismo popular, quer no da bacia levantina do Mediterrâneo, conquistada pela sua pujante civilização, muitos enredos quimericos, tecidos em prosa e verso, sobre o descobrimento fortuito da preciosa planta, sobre o uso, virtudes e malefícios da bebida que lhe extrafiam dos frutos e, finalmente, sobre as perseguições religiosas a que deu ela ensejo no berço de Mafoma, no Egito e na Turquia.

O primeiro escritor europeu que recenseou essas lendas—conforme presumo, porque em outros anteriores não se me depararam elas,—foi G. E. Couberd d'Aulnay, em sua "monografia do café", publicada em 1832 (Paris). Correntes no extremo levante mediterrâneo e nas costas povoadas do Oceano Indico, desde o seculo XVI, era natural que as colhessem e divulgassem no retorno os viajantes que do mundo occidental se dirigiam para ali, como servidores da ciência ou de interêsses comerciais.

Si se não conhecem contos e fabulas,—no sentido folk-lorico de tais termos,—em que figure o café, como precípua "motivo", do populório árabe, restam as narrativas fantásticas sobre os temas que mencionamos acima e os poemas que surgiram ao tempo das lutas do fanatismo islâmico contra a rubiácea.

São curiosos as tradições respeitantes ao descobrimento das qualidades benéficas do hoje famoso vegetal e, como se vai ver, repousam no mesmo fáto que se conta com relação ás propriedades febrífugas da quina ("chinchona")

Relata uma das lendas que a sorte de ser o primeiro a quem se revelou a capacidade estimulante da "coffea", coube a humilde pastor anônimo (provavelmente abissínio), o qual teve occasião de observar que as cabras, confiadas á sua guarda, quando comiam as folhas ou frutos de certo arbusto, eram tomadas de subita alegria e safam aos pinotes e aos berros, campo em fóra... Daí o experimentar o zagal, em si proprio, os efeitos tónicos da planta e transmittir tal conhecimento aos parentes e amigos.

A outra não passa de desenvolvimento dessa:—Obscuro pezureiro do Yemen, tinha a seu cargo apascentar dois rebanhos de cabras, em determinado sítio, e notou que um dêles se nutria melhor e ostentava maior lepidex. Pondo-se a investigar a causa disso, apurou que a grei mais sadia e mais ativa era a que comia á farta frutos e folhas de certa planta ali existente. Não hesitou, êle mesmo, em imitar os sagazes animais do seu armentio. Mas, achando

do muito rijas as sementes, lembrou-se de torrá-las, e de juntar-lhes manteiga. Sentindo que lhe beneficiava o organismo o uso de tal droga, altruisticamente o divulgou na região.

Com essas duas tradições entrelaça-se a seguinte, na qual já penetra o sentimento religioso, tão intenso na alma dos agarenos:—Ambicionava fervoroso crente, por seu desmedido devotamento aos preceitos do Alkorão, poder rezar tambem á noite,—o que muito lhe custava fazer, em razão do invencível cansaço que lhe sobrevinha á dura lida quotidiana. Vendo assim obstado pelo sono o cumprimento de um dever, que lhe demandavam os rígidos mandamentos da fé, aconteceu, todavia, que dêle se apicdasse a alma egregia de Mahomet, o qual, aparecendo-lhe em sonho, o aconselhou a procurar certo pegureiro, possuidor de remédio seguro para o grave caso. Executando prontamente a sugestão sobrenatural, recebida dos santos labios do Profeta,—isto é, tomando a bebida, que lhe fôra receitada pelo pastor, e que outra não era senão o café,—poude dali por diante o musulmano, em paz e pelo tempo que lhe aprouvesse, erguer a Allah as suas gratas e súplices orações...

Acham-se essas lendas em livros de viajantes europeus e ás mesmas já fizeram referências alguns escritores brasileiros, entre os quais ligeiramente F. L. C. Burlamaque ("Monografia do cafeeiro e do café", Rio de Janeiro, 1860, pags. 3) e mais desenvolvidamente Paulo Porto Alegre ("Monografia do café—História, cultura e produção", Lisbôa, 1879, pags. 21-22).

A última das historietas, que citei, mereceu assento, com o nome do crente, na volumosa "Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des europeus dans les deux Indes" (nouv. ed., Paris, 1820-1821, 12 vols.) do padre Guillaume-Thomas-François Raynal Fis, como a registrou êle (vol. III, pags. 83-84):—"Le cafiere vient originellement de la haute Ethiope, où il est cultivé de temps immémorial. On croit communément qu'un "mollah" nommé Chadey fut le premier Arabe qui fit usage de son fruit, dans le vue de se délivrer d'un assoupissement continuel qui ne lui permettait pas de vaquer d'une manière convenable á ses prêtres nocturnes. Ses "derviches" l'imitèrent: leur exemple entraîne les gens de loi. On ne tarda pas á s'apercevoir que cette boisson purifiait le sang, dissipait les pesanteurs de l'estomac, egayait l'esprit; et ceux memes qui n'avaient pas besoin de se tenir éveillés l'adoptèrent. De Médine, de la Mecque, elle passa par les pèlerins dans tous les pays mahométiens".

O primeiro documento autêntico relativo, ao café, saiu da pena de um "sheik" arabe,

Abd-el-Kader Ansari Djezeri Hamball, em 1587. Incorporou-se entre os códices manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, onde tomou o n.º 4.590 da respectiva coleção. Aproveitou-o o orientalista Silvestre de Sacy, em sua "Chrestomatie arabe", vinda á luz em 1806 (Paris). Traduzido algo fóra da letra, figura êle aí sob o título "Des preuves les plus fortes en faveur de la légitimité de l'usage du café". Pela narração do escritor ismaelita, a última das lendas por nós expostas assume aspecto ainda mais elevado. Ei-la, no resumo que dêla faz Paulo Porto Alegre, (op. cit. pag. 22): — Diz Abel-el-Hoder que existia no meado do seculo XV, no Yemen (Arabia Feliz), um "sheik", chamado Shéab-eddin Dhabani, muito respeitado por sua ciência e piedade, e, ao mesmo tempo, jurisconsulto de grande nomeada e "muphti" de Aden. Fazendo êle uma viagem ás costas occidentais do mar Vermelho, conheceu a infusão do café, pela primeira vez, nas fraldas dos montes Abissínios. Tendo feito algum uso dessa bebida, ficou maravilhado das propriedades que julgou ter descoberto nela, e persuadiu-se de que não havia nada melhor para favorecer a digestão, alegrar o espirito e afastar o sono. De todas as qualidades, porém, a que lhe pareceu mais vantajosa foi esta última, e, voltando ao seu país, tratou logo de verificar se os "derviches", que passavam a noite fazendo orações, sentiam menos a influência do sono. O exemplo dado por tão alto personagem foi logo imitado por quasi todas as classes da população de Aden, que nessa época era cidade muito florescente. Os doutores do Alkorão, os advogados e os juizes puzeram-se logo a tomar café, durante suas vigílias estudiosas, e os artifices faziam outro tanto, quando tinham de trabalhar durante a noite, assim como todos os que deviam empreender alguma jornada e preferiam fazê-lo de noite, para fugir ao grande calor do dia".

Como se póde ver na magnífica obra de William H. Ukers, "All about coffee" (New-York, 1922, cap. XXXII, pag. 541), a lenda do café começou, no oriente, com o físico-filosofo Rhazes (850-922), seguido por outros naturalistas, como Bengiaslah, seu contemporaneo, e Avicenna (980-1.037). O historiador Ahmet-Effendi, chamado á autoria por C. Husson ("Le café, la bière et le tabac", Paris, 1879), atribue o descobrimento do uso do café a um "derviche" de Meca, no ano 656 da Hegira (seculo XIII da nossa era). Há, com efeito, uma tradição arabe que considera Omar "sheik" de Meca, o descobridor casual do café, como beberagem em 1258 da nossa era, e a isso se refere Edward William Lane, em seu trabalho "Manners and customs of modern Egyptians" (Londres, 1835). E ainda há nova tradição pela qual se atribue, não mais a Shéab-eddin Dhabani, porém sim a um seu discípulo e successor, o "sheik" Gemaleddin, "muphti" de Aden, o haver descoberto as virtudes do café em 1454 da nossa era, por ocasião de uma viagem que fez á Abissínia, e o ter-lhe propagado o uso, como bebida habitual, no Yemen. Viajantes, que ouviram

por lá essa narração, acrescentaram que os arábes não chuchurreiam o café, sem que primeiro relembrem o nome de Gemaleddin, fazendo voto porque tenha tido êste o paraíso, como recompensa do precioso presente que lhes deixou cá na terra.

E' fóra de dúvida que em Meca, pelos fins do seculo XV ou na aurora do XVI, começou a popularizar-se a infusão da "coffea". Contra ela irrompeu a primeira luta religiosa em 1511, devida a Khair-Bey, chefe grosseiro e ignorante. Em defesa do generoso líquido, saíram a campo inspirados poetas, cujos nomes intelizmente não nos foram transmitidos pela tradição. Sabe-se apenas que um dêles exaltava o café como afugentador dos pezares da vida e estimulante da inteligência, e, depois de denominá-lo "ouro", o equiparava ao leite mais puro, do qual sómente se diferenciava pela côr. E outro bardo comparava-o como vinho ("kahweh" significa "vinho", no velho arabe literário), pois nenhuma tristeza, lhe resistia á ingestão, proclamava-o a "fonte da saúde" e aconselhava-o confiante a todos os homens inteligentes, os quais não deviam, por lórma, alguma, dar ouvidos áqueles insensatos que sem razão o condenavam e proscriviam. Triunfou o café, como era de esperar-se, graças não só ao denodo dêsses seus ardentes e sonoros patronos, como tambem ao novo governador da cidade de Kaaba, o qual se apressou a reunir uma junta de sacerdotes, jurisconsultos e médicos dos mais sabios que ali existiam então, e os consultou sobre o importante litígio. Discutido êste com toda a amplitude que permitiam a teologia, o direito e a biologia daquela quadra e daquele povo, deu a junta parecer unanime de que beber café não implicava a menor violação dos mandamentos contidos na biblia do profeta de Allah. Para essa decisão, é bem de ver que bastavam os teologos. Mas o soberano, que, segundo a tradição, era um dos maiores amigos que tinha o café no mundo oriental, quiz ouvir tambem, a mais dos doutores do Alkorão, os das leis profanas e os terapeutas, afim de tranquilisar a sua propria consciência e apagar quaisquer escrupulos que já aculeassem a dos seus suditos. Tanto que ordenou se publicasse por bando, em todo o seu dominio, a esclarecida e justa sentença, que acabava de ser proferida, em prol do uso do café. Sorveram-no os árabes, em beatífica tranquilidade, por mais de dois seculos, até que os wahabitas,—que representam no seio do islamismo o mesmo papel dos protestantes no gremio do cristianismo—entenderam de vedar-lhe o uso, por contrário aos canones do Alkorão. Se êste não fala em café, nem em tabaco,—como é que hão de os wahabitas, adstritos a letra da sua sagrada escriptura, tomar a deliciosa bebida ou fumar cigarro e cachimbo?

Na terra da esfinge e das piramides, já estava o café em grande voga, quando irrompeu contra êle a guerra de 1534. Iniciou-a um charlatão, que escreveu e divulgou longa memória, na qual acusava o café, entre outras muitas coisas, de causar enfermidades graves ás pessoas fracas e encandecer o sangue ás robustas,

"a ponto de as levar a cometer excessos, muitas vezes ofensivos á moral pública" (v. P. Porto-Alegre, "op. cit." pag. 25). Houve tambem ali alguns clerigos islamitas, que nas suas prédicas, propalavam dever todo musulmano, a bem da salvação da sua alma, abster-se daquela "bebida ilicita". Foi um dèsses prega-dores, Abdallah Ibrahim (segundo "O Panorama", vol. II, pag. 166); "cabeça do islamismo" ali, quem promoveu o motim de 1534, o qual consistiu em invadirem os fanaticos os cafés públicos, quebrando tudo quanto nêles encontraram e expulsando violentamente os seus pacatos freguezes. Convocou o governador do Cairo, El-Belet, um tribunal de teologos e juristas, o qual declarou nada ter a acrescentar ao que sabiamente resolvera a junta de Meca, senão que ao chefe temporal cumpria pôr agua fria, á força, naquella fervura dos profanos hostis ao café e conter a audacia dos pregadores que os arrojavam a tão deploráveis excessos. O "cadi", juiz supremo da capital egipcia e extremado caféofilo, celebrou essa decisão que foi rigorosamente executada, com grande festa na qual só se bebeu café. Relata o nosso compatricio acima citado (pags. 27-28) as consequências dessa vitória da rubiácea na terra dos faraós:—"Dissuadida, assim toda a opposição que lhe fizeram uns e outros, de boa e má fé, principiou-se a fazer uso muito regular e quotidiano do café, tornando-se mesmo algumas pessoas verdadeiras cafémaniacas, a ponto de obrigar as autoridades a intervir e proibir-lhes o gôzo, pelo menos em certa época do ano, como, por exemplo, durante o mês do "Ramadan", no qual, pelas leis religiosas era prohibido o uso de bebidas de luxo. A paixão de certos indivíduos por esta infusão era tal, que iam esconder-se no fundo de alguma sala retirada dos cafés públicos e ali passavam as noites de quaresma a tomá-la. A autoridade prendia então essa gente por três dias, e, soltando-a açoitava-lhe as plantas dos pés, para lhe fazer compreender que tinha cometido uma grande falta em entregar-se desenfreadamente a uma paixão que já era vício. Não obstante, correram as coisas tão bem, que, em vinte e cinco anos pouco mais ou menos, se tinham fundado na cidade do Cairo mais de 2.000 logares públicos onde se vendia café". Cumpre-me esclarecer, desde já, que, se o café era então "bebida de luxo", e como tal, vedado aos mussulmanos durante o "Ramadan", entrou mais tarde, na categoria das "bebidas populares" e, graças a isso, poude ser tomado cada noite daquelle rigoroso mês da religião arábica. E isso é duplamente atestado por E. H. Lane e por Nicolau José Debané ("Economia nacional e nacionalismo econômico", S. Paulo, 1917, pags. 74-75).

Reza a tradição ter sido Selim I, após a conquista do Egipto, quem introduziu o café em Constantinopla, onde Solimão II, a conselhos da sua favorita, lhe prohibiu o uso em 1542. Sabe-se, contudo, por uma crônica escrita em meados do seculo XVII e devida ao historiador turco Pichevili, "defterdar" (tesoureiro-geral ou ministro da Fazenda do sultão), que tratou dos reinados de Solimão

II e sucessores até Murad IV, que só em 1554 foi que se abriram em Stamboul as primeiras casas públicas destinadas á venda do café em chúcaras. Hekem e Schems, sirios, instalaram com luxo asiatico esses "Kahwa-Kahnen", que atraíram logo a fina flôr da antiga Bisâncio. Multiplicavam-se tais estabelecimentos tanto no centro, quanto nos quarteirões suburbanos da capital da Sublime Porta, principalmente quando Murad III, que sucedeu no trono, em 1574, a Selim II, impoz aos seus súditos a completa abstenção do vinho e de outras bebidas fermentadas. Instaurou-se, então, nova leva de broquéis contra o café, capitaneada pelos "imans", "muphtis" e "ulemas" (sacerdotes). Queixavam-se êstes de que as suas mesquitas andavam abandonadas, por lhes preferirem os crentes os "Kahwa-Kahnen", já então chamados "escolas de sabios", porque ouvindo música e admirando as voluptuosas contorsões coreográficas das "almés", nêles é que discutiam os homens ciências, religião e politica; e propalavam aqueles que tais casas estavam convertidas em lócos de conspiração contra o poder público. Ora, como o vozeio dos "ulemas" casse em ouvidos moucos, recorreram êles a um expediente, que deu o resultado a que visavam. Como um artigo do seu codigo de fé não admitisse o emprego do carvão, e o café, para ser bebido, tivesse que ser torrefeito, declararam a infusão contrária á lei das leis e apelaram para a sabedoria interpretativa dos jurisconsultos constantinopolitanos de mais renome. Ante a sentença que logo deram êstes em prol dos "ulemas", ordenou o "grão-muphti" o fechamento das casas públicas de café, assim como o uso de tal bebida nas casas particulares. Mas as autoridades civis relaxaram quanto lhes foi possível o cumprimento dêsse mandado religioso, e não tardou que outro "grão-muphti", successor do caféofobo, revogasse a iniqua sentença, declarando, com razão, que os doutores do direito haviam julgado, tortuosamente, porquanto o café líquido não era equiparável ao carvão, nem quanto á origem, nem quanto ao destino. Assim, ainda sob o ceptro de Murad III, que, segundo conta um dos historiadores turcos, fez cortar muita cabeça por causa do café, triunfou êste, afinal, em toda a linha, na velha urbe de Constantino-Magno. Refere C. Bitter, no seu livro "Der Caffeebaum—Erdkund von Arabien" (Berlim, 1847), que, por motivo político, foram os cafés públicos de Constantinopla fechados no seculo XVII ao tempo da menoridade de Mohamed IV. Isso, entretanto, não passou de medida passageira, que, com a cessação da guerra, em 1665, foi revogada.

A proposito da penetração do café na Turquia, convém se leia o que de Coubard d'Aulnai extrairam Paulo Porto-Alegre e F. L. C. Burlamaque. Diz o primeiro ("op. cit.", pag. 30):—"Em toda parte o recebiam apaixonadamente. A presença do café era um indício feliz, assim nas relações públicas, como nas particulares, e tanto que sua ausência era considerada como um presagio seguro de rompimento. "As mulheres", particularmente, "choravam por êle como crianças", de tal modo, que se

chegou a considerar como uma das exigências a que não podiam negar-se os seus amorosos requestadores. Bebiam-n'o em extremo quente, sem açúcar nem leite, e se, por acaso, o sabor não era o melhor possível, juntavam-lhe sementes, como o cardamomo, o cravo, etc." Acrescenta o segundo ("op. cit.", pag. 4):—"O marido, por exemplo, é obrigado a fornecer café a sua mulher; a negação, ou mesmo a falta de café, por falta de meios, é uma causa legítima de divórcio".

Ou atendendo a essa paixão infantil das lindas orientais pelo café ou com o intuito de defendê-lo, durante as perseguições de que foi vítima, resou a lira de poetas, cujos nomes chegaram afortunadamente até nós. Bellighi preferiu manejar a sátira. Mas Sherif-eddin, Omar-ben-Fared sobre êle traçou entusiástico poema, dedicado á sua bem-amada, e Faks-eddin Abouber-ben-Abid-Iese entoou-lhe um hino denominado "A vitória do café".

Consignando êsses fatos, aliás em palido resumo,—fí-lo com o escopo de confessar agora, como muito de plano o faço, que êles estão longe de pertencer ao extremo dominio da história. São evidentemente lendários, ou, quando não, como toda as tradições, são acontecimentos reais, deturpados, e nimbados pela fantasia dos rapsodos e prosadores. Tanto isso é assim, que o mais minudencioso cronista do imperio turco, cuja obra rarissima tenho a fortuna de possuir, nada menciona dos eventos acima apontados. Pertencem, entretanto, ao seculo XVII as "Memorias Historicas de los Monarcas Otomanos—que escrivino en lengoa toscana Juan Sagredo Veneciano, Cavallero y Procurador de San Marcos—Traduzidas en castelano por Don Francisco de Olivares Murillo, Teniente de Conductor de Embazadores, Cavallerizo de la Reyna Madre nuestra Senora Dona Mariana de Austria—Dedicadas a Su Majestad—Ano 1684—Con privilegio.—En Madrid; por Juan Garcia Infanzon". Tratando, em 572 pags. de um "in-folio, de 22 sultões, entre os quais aprofundou melhor tudo quanto fizeram os do seculo XVI, sem uma palavra, disse êle, sobre as perseguições do café.

Foram, contudo, essas tradições e lendas que influíram nos povos levantinos, para que adotassem êles ceremonias, nas quais se patenteiam crendices comuns e alto fundo religioso. Conforme assevera Nicolau Debboné ("op. cit.", pag. 77), o café é servido ás pessoas que fazem visitas de pezames, mas sem açúcar, "para lembrar assim a dôr e a amargura da vida". E, como os mussulmanos tambem acreditam piamente no arcanjo revel, rei dos infernos, "nunca o café deve ser apresentado, sem ter ainda a propria espuma amarelada: o café negro, não recoberto pela sua propria espuma, traz reminiscências, dizem os orientais, da cara do diabo".

Nós, os occidentaes, que tanto nos blasonamos de cristãos ou de catholicos, já perdemos o antigo e respeitável costume, tão arraigado entre os nossos venerandos maiores, de terminada qualquer refeição, pormo-nos em pé junto á mesa e, de mãos em oração, agradecer-

mos a Deus o favor da comida e rogarmos-lhe boa digestão, além de que nos conceda a continuação da vida, para outros que tais enijos de gratidão. Ora, se não mais procedemos assim após o almoço e o jantar,—como é que havíamos de fazê-lo no tocante a uma simples chicara de café?

Como os setários do "torpe Mafomede" (a expressão é do imortal autor dos "Luziadas") são mais religiosos e mais delicados do que nós! Nicoláu Debbané, que foi consul no Cairo e conhece todo o oriente, narra a solemnidade e a elegancia com que toma o café o islamita. Antes que nasça o sol, apenas o "mecerrin" acaba de cantar o belo hino da manhã, "Allaha Akber", salta do leito o mahometano, e, enquanto procede á solução higienico-religiosa, a esposa ou a criada preparam-lhe o café e o cachimbo. E' no "divan" (assento, baixo da sala) que os recebe. Empunha a chicara e exclama:—"Bismillah Irrahman Arrahim" (tres vezes), "Ia Fattah, Ia Alim (tres vezes)", o que significa:—"Em nome de Deus clemente e misericordioso, o Deus de que depende todo bom successo, o Deus que tudo sabe",—e engole demoradamente o agradável e tonificante liquido. Ao restituir a chicara a quem lh'a deu exclama:—"El Hamdu Lillah! Uacheurak na Uakmidai! Isto é, "Graças a Deus! chidara, brada ainda a pessoa que lh'a trouxe:—"Hanian!" o quer quer dizer:—"Oxalá sejas feliz!", ao que finalmente responde êle:—"Allah Ychannik!" ou seja:—"Queira Deus dar-te a ti felicidade!", Esse ritual é da intimidade do lar domestico. Si se trata de visitante, a quem acaba de ser servido o café, nunca depõe êle a chicara na bandeja ou a entrega ao famulo, sem que primeiro se dirija ao dono da casa e lhe diga:—"Kawa daimann!" ("Oxalá possais sempre oferecer café!"), ao que redargue o cisitado:—"Damat Hayatak!" ("Oxalá Deus te conceda sempre a vida!"). E o voto de "Hanian!" ainda se antepõe ou pospõe á essas expressões pragmaticas. No monte Libano, como são sempre as donas da casa que oferecem pessoalmente o café, assumem as formulas sentimento mais galante, sendo empregadas as seguintes:—"Terlam Aydiki!" ("Salve Deus estas vossas mãos!") e "Min Aydi lá naademaha!" ("Oxalá nunca percamos estas vossas mãos!"), obtendo como graciosa resposta:—"Teslan Hayatak!" ("Salve Deus a vossa vida!").

Ao reproduzir essas frases do ceremonial religioso ou cavalheiresco, com que circumvolvem os prosselitos do monoteismo islamico a ingestão do café,—acode-me á mente o confronto, feito pelo autor da "Atala" e de "Voyage á Jerusalem", entre as mulheres indigenas da America e as da Arabia. Aquellas, segundo o grande prosador francês do seculo passado tem a doçura na voz e a ferocidade no olhar, ao passo que as orientais, pelo contrario, têm a ferocidade na voz e a doçura no olhar. Como deve saber melhor o café, quando quem o serve pôde tambem receber os raios de suavissima luz, que lhe vêm de uns olhos negros, mais negros, mais brilhantes e ainda mais liquidos e

quentes do que o café, olhos que nadam em cismas e sonhos, olhos onde se avistam miragens de infelizes desertos em halos de paraísos, qual o que tão sensualmente prometeu aos seus fiéis e poeta-profeta de Allah...

II

O CAFÉ NO LENDARIO OCIDENTAL

Entrou o café na Inglaterra bem antes do que na Alemanha. Embora o houvesse introduzido em Londres, como bebida, o estudante cretense Nataniel Canopios, em 1637, a abertura do primeiro café publico só se efetuou em 1650, que foi quando o instalou em Oxford um judeu, por nome Jacob. A êste se seguiu o de Londres, montado em 1652 por um grego (nascido em Ragusa), Pasqua Rosée, que na mesma data publicou "The virtue of the coffee drink".

Sabe-se, graças ao inapreciavel volume de Isaac d'Israeli, "Curiosities of literature" (Londres, 1824), que desde fins do seculo XVI e por todo o XVII appareceram satiras na Inglaterra contra o uso do café, principalmente depois que se abriram as primeiras casas onde o mesmo era servido como bebida ao publico. Encontram-se naquella coletanea:—1) "An Arabic and English pamphlet on the nature of the drink kouhi or coffee, published at Oxford, 1589; 2) A cup off coffee, or coffee in its colours,—a satirical poem, 1663"; 3) "A broadsid against coffee, or the marriage of the Turk, 1672"; 4) "The women's petition against coffee, 1674".

Porque essa representação das mulheres inglezas contra o café?—Simplesmente porque, oferecendo as mesmas atrações que os do oriente, as casas que o vendiam em chicanas começavam a contribuir intensamente para que os maridos passassem longas horas da noite, tão propicia aos amores conjugaes, quanto aos extra-conjugaes, fóra dos braços e que os havia ligado o sacramento da Igreja... Para justificar, de modo que impressionasse ao govêrno, o requerimento, ou, melhor, a feroz diatribe assim assacada ao café, não hesitaram as pudicas damas londrinas em lançar contra a nova bebida a seguinte tremenda acusação (a tradução é de P. Porto-Alegre, op. "cit" pag. 47):—"Ela gasta a força viril dos homens e torna-os tão aridos como as areias da Arabia, de onde dizem que veio êsse grão maldito; e, si se perseverar nêsse gosto funesto, os descendentes dos nossos robustos antepassados não serão, em breve, mais do que uma verdadeira raça de miseraveis macacos e pigmeus". Ver-se-á mais adeante, que na Alemanha assumiu ainda mais grave aspecto essa horrida coima, de que se fizeram propaladoras,—por lamentavel equivoco,—as nobres "ladies" britannicas.

Nas outras alicantinas. "Uma banda de artilharia contra o café, ou um casamento á turca" e "Uma chicara de café, ou o café tal qual é", parece gritar a revolta dos louros bebedores de cerveja e de vinho, senão dos interesses feridos dos fabricantes de tais liquidos etilicos contra a negra infusão oriental que diminuiu o consumo do alcool e esvasiava os "bars" em

proveito das "coffee-houses". Bradava a primeira que café era afastar-se da natureza, como se o grão da rubiaceae, não fosse um produto natural, tanto quanto o da vide, tanto quanto o lupulo e a cevada... A segunda, de pois de fazer a apologia do vinho, que denominava "suco sagrado" (talvez porque o seu descobridor foi Noé, o segundo pai da humanidade e patrono dos "páus-de-agua", mimoseava o café com os epitetos de "bebida repugnante e inominavel", "xarope de fuligem" e "quintessencia de sapatos velhos"...

O panfleto bilingue, attribuido a 1589, é seguramente apócrifo.

Mas as virtuosas senhoras que ansiavam por se tornarem mais caseiros os esposos e pelo aumento e vigor da prole, e os letrados, que defendiam a antiga borracheira, em que andavam atascados, perderam "opus et oleum". Por todos os angulos de Londres,—tal qual acontecera no Cairo, após a cessação da luta religiosa—surgiram bem montados "coffee-houses". Depois do "Lloyd's", o "Rainbow", o "Nando's", o "Dick's" o "Smyrne", o "Stl. James", o "Will's", o "Button's", o "Lion's", o "Tom's" o "Bedford" (do qual foram publicadas as "Memoirs of the Bedford Coffee-House" em 1751, com 2.^a ed. em 1763), o "Tom King's", o "Plazza", o "Chapter", o "Child's", o "Turk's", o "Grecian", o "Percy" e o "Peel's" para citar apenas os que lograram maior fama. Tiveram essas casas os seus melhores defensores e chamarizes nos grandes intellectuais do tempo que os frequentavam e que os transformaram em academias publicas de filosolia, ciencias, letras, artes e até de politica. E, por esta ultima feição, deram aso a que com êles se preocupasse sériamente algumas vezes a policia. Focos de tanta irradiação espiritual, dêles repontaram incontaveis aneddotas e lendas, das quais, todavia, poucas se popularizaram e transpuzeram o Tamisa ou o canal da Mancha. Podem umas e outras ser vistas em dois órgãos de publicidade londrina do seculo XVIII, o "Tatler", editado por sir Richard Steele (1672-1729) e que durou de 1709 a 1711, e o "Spectator", que teve por principal colaborador o insigne Joseph Addison (1672-1719). Além do "Don and Don Saltero's Coffee-House" do primeiro merecem ser lidas as descrições humoristicas que deixou o segundo, nos ns. 402, 481 e 568 do "Spectator". Sumariou tudo isso, mais recentemente, John Timbs, em seu volume "Clubs and club-life in London, wits aneddots of its famous coffee-houses, hostelries and taverns" (Londres, 1866, 2 vols.; 2.^a ed., 1872), de quem W. H. Ukers reproduziu as mais interessantes paginas on seu livro "All about coffee" (pags. 570-585). E do mesmo asunto ainda trataram em livros Macaulay, H. P. Brecoster, E. F. Robinson e C. H. Shelley. Até no teatro inglês penetraram as larças que se geraram nas casas publicas de café, como se vê das peças de Thomas St. Serf, "Tarugo's wiles, or the Coffee-House" (1667), de Susannah Contilvre, "A bold stroke for a wife" (provavelmente de 1917), do grande romancista Henry Fielding, "The Coffee-House politician, or justice in his own trop"

(1730), e de James Miller, "The Coffee-House" (1737).

Na Alemanha só se conheceu a "coffea arabica" em 1670 a data de 1679 a primeira casa publica de café, surta em Berlim. A primeira da Austria é de 1683 e devida a Kolschitzky, o orago dos cafés de Vienna, onde se lhe ergue a estatua a unica obra de escultura, existente no mundo, onde se acha representada a celebre rubiacea.

Na terra dos Niebelungein e das Walkirias, entretanto, é que o café tinha de sofrer ainda mais escandalosas contrariedades do que na Inglaterra. Acusaram-n'o primeiramente as mulheres de que elle tornava impotentes os homens... Arguiram-n'o depois os homens de que esterilizava as mulheres...

Como foi que se radicaram em cerebros tão reflexivos, quais os tudescos, ficções tão injustificaveis e tão estupidas?

Quanto a exercer o café ação anafrodisiaca no sexo forte,—o que apavora, e com sobeja razão, as angelicas donzelas e donas da nevoenta Albion e da belicosa Germania,—é muito provavel hajam elas dado credito a um certo Adam Olearius. Tendo ido como secretario da embaixada que o duque de Holstein enviou á Moscovia e á Persia, missão diplomatica que se realizou de 1633 a 1639, escreveu elle, não em latim, porém em alemão, o relato da prolongada viagem, narrando tudo quanto observou nas regiões visitadas. Divulgou-se-lhe a obra ao tempo em que a bebida oriunda da "coffea arabica" iniciava a conquista dos paladares ingleses e pouco antes de instalar-se tambem na Alemanha. Ora, sem maior exame da escabrosa asserção, ousou elle dizer que o café "destruia a força proliera do homem e que, por esse motivo, era muito usado pelos persas, que não são dos que mais gostam de se verem carregados de filhos". Comentando tão absurdo aleive, ponderou P. Porto-Alegre ("op. cit.", 47) que "nessa mesma época, ou mesmo um pouco depois, diversos viajantes visitaram a Persia, entretanto que a nenhum d'elles ocorreu a idéa de dizer do café coisa que a isso se assemelhasse".

Até o Velho Testamento escarafuncharam, então, os exaquetas e bermenutas da Teutonia circumstancias agravantes para a condenação do café. Quando David, o fêmeiro pae do mais fêmeiro autor do "Cantico dos canticos", tentou, sem motivo plausivel, exterminar a Nabal, seu vizinho, teve a esposa dêste, a formosa e astuta Abigail, o bom senso de apaziguar o rei judaico, com fortes presentes em que figuravam uvas e figos sêcos. Acalmou-se, de láto, o adultero sedutor de Bethsabe, e, venerando escritor tudesco, publicando em 1700 um trabalho intitulado "De novis inventis" (Leipzig), esforçou-se por demonstrar, torcendo a seu talante o vers. 18 do cap. XXV do livr. I dos "Reis", que o café estava compreendido entre os dons de Abigail e David, e isso talvez para escapar-se ela da lubricidade do rei harpista, pelo efeito já então attribuido a tal bebida. Navegando-lhe até certo ponto nas mesmas aguas, o seu compatriota E. E. Geyer fez sair dos prelos em 1740 a memoria

"An potus café dicti vestigia in Haebreo sacrae scripturae codice reperiantur" (Wittemberg), na qual cogitou igualmente de provar que a "coffea arabica" já se achava escondida nos textos biblicos.

O berço de Zarathustra causou, por certo que involuntariamente, um grande mal ao café, porquanto lá é que buscavam os perfidos antagonistas dêste as peores lendas e abusões que o prejudicassem. Parece-me que tambem influuiu consideravelmente no espirito creduto das "fraulein" e das "frauen" do seculo XVII e começos do XVIII a divulgação de uma anedota, quiçá de origem franceza, que, como todas as pilherias picarescas, se difundia rapidamente pela Europa, culta. Ei-la, tal qual a conservou F. L. C. Burlamaque ("op. cit." pag. 13):—"Conta-se que uma rainha da Persia, observando um dia os esforços que faziam alguns pagens para subjugar um cavallo quiz saber a razão de tantos movimentos. Expliou-se-lhe, do modo mais decente que eram para o capar.—"Dessem-lhe café, respondeu ela. Ha mais de quatro anos que meu esposo toma café, e não precisa ser capado".

Foi pena que o mulherio da Deutschland, em vez de dar credito a bufonarias dêsse picante quilate, não acatasse antes a asserção do anonimo escritor egipcio (v. P. Porto-Alegre, "op. cit." pag. 25), que, conhecendo em si proprio e observando nos outros mortais as virtudes do café, proclamara que êste escandecia o sangue ás pessôas robustas "a ponto de as levar a cometer excessos, muitas vezes offensivos á moral publica".

Até o café com leite,—mistura agradabilissima e nutritiva, devida ao holandês Nienhoff, que foi o primeiro a usá-la em 1660—e recomendada expressamente por Morin, medico de Grenobie, em 1865,—foi incriminado de fatal ás mulheres por dar nelas origem á leucorréa e a outros muitos incomodos (v. Coubard d'Aubay, "op. cit."). Daí a ser acusado de tornar improlicas as mulheres—era apenas um passo a mais, que foi dado impensadamente.

Durou essa luta contra o café, na Alemanha, desde fins do seculo XVII até depois de meados do XVIII, e, como é facil imaginar-se, nela tomaram parte os cientistas de lá, que já então eram muitos e mui afamados, bem como alguns da Franca e da Inglaterra. Pelas datas das obras que vieram a lume por ocasião de tais justas do pensamento, pôde-se determinar-lhes o periodo accessivel:—Mappus, "De potu café" (Argentorati, 1693); L. Gayant, "An a frequentiori potu café vita brevior" (Paris, 1715); J. M. Braluninger, "De potus caffè usu et abusu" (Erfordiae, 1725); S. P. Hilscherus "De abusu potus cafee in sexu sequiori" (Jena, 1727); Francis Ernest Bruchmann, "A treatise on coffee and a condemnation of its use" (Brunswick, 1727); J. N. Grimmann, "De caffee potus usu noxio" (1730); J. G. Gleditsch, "De potus coffe abusu catalogum morborum augente" (Lipsiae, 1744); J. C. S. Georgius, "De caffee" (Tubingen, 1752); J. G. Gmelin, "Assertatio de coffee" (Tubingen, 1752); e N. Sparschuch, "Potus coffeae leviter adumbratur" (Upsatiae, 1761); e N. Weidenbusch, "De

noxis ex abusu potus caffè in corpore humano" (Moguntiae, 1769).

A um grande musico, Johann Sebastian Bach (1685-1750), estava reservado o mais eficaz patrocínio da causa do café, periclitante na Alemanha. Quando chegára ao apogeu o maior gravame contra a saborosa bebida,—isto é, o de produzir esterilidade nas mulheres,—compoz êle a "Coffee Cantata" (n. 211 das suas "Cantatas seculares"), a qual foi publicada em Leipzig, por 1732. Tornou-se conhecida pelo verso inicial:—"Schweight stille, plaudert nicht Vulgarizou-se com assombrosa rapidez e veio a ser o hino tedesco da rubiacea... porquan no "leit-motif", dizia êle que o café açucarado era melhor que mil beijos e mais doce do que o vinho moscatel:

"El! Wie schmecht der Coffee susse!
Lieblicher als tausend Kusse,
Milder als Muscaten-Wein!"

Jorrou ainda da sapiencia alemã mais alguma coisa contra o café, como anafrodisiaco e abalparentesco?—Sim. Mas a vitória do café, na patria de Goethe e das "gretchen" de cabeleiras flavas e suaves olhos glaucos estava assegurada pela maravilhosa cantada de Bach...

Conta-se que o sisudo Bismarck, por cartas intimas da mocidade, vindas a publico após o seu falecimento, chamava a uma das suas namoradas:—"Wein Horz! Meines Kaffeekernchen!", isto é, "Meu coração! Meu carocinho de café!"

Tendo entrado na Italia (Veneza) em 1615, e na Holanda (onde o introduziu Pleter van den Broeck) em 1616, não padeceu o café hostilidades nêsses países, nem me consta que nos mesmos concorresse para o lendario popular.

Na França, penetrou êle primeiramente em Marselha, por volta de 1644, graças a Jean La Roque, cuja obra, "Voyage de l'Arabie Heureuse...—Un mémoire concernant l'arbre et le fruit du café", foi impressa em 1716 (Paris). Só em 1657 teve ele ingresso em Paris, por meio de Jean de Thérénot. A primeira casa destinada a vender café liquido ao publico surgiu na capital franceza em 1672, fundada pelo armenio Pascal. E' de 1687 o depois celebre "Café Procope", instalado em Paris pelo siciliano Francesco Procopio Coltelli. E em 1688 foi aberto pelo confeitiro Lefèvre o "Café du Palais-Royal", mais tarde "Café de la Régence" (denominação que perdeu durante o Terror). No seculo XVIII, como por toda a boa terra de Joana d'Arc fosse sempre favoravelmente acolhida a excelente beberagem, multiplicaram-se os estabelecimentos para servi-la ao publico, e, conforme o primoroso historiador Michelet, até os conventos vendiam café liquido. Sobre a parte pinturesca ou anedotica de tais casas existem tres interessantes livros todos saídos de prelos parisienses:—"Cafés de Paris par un flaneur patente" (1849); "Histoire des hôtelleries, cabarets et cafés" (1854), de Francisque Michel et Edouard Fournier; e "Histoire anedotique des cabarets et cafés de Paris" (1861), por Delvan.

O primeiro francês que lhe deu as honras do palco foi J. B. Rousseau, com a sua comedia

"Le café" (1695), imitada pela "The Coffee-House" (1737) do inglês James Miller. Além de predição, falsa quanto á rubiacea, de madame de Sévigné, referida por Voltaire no prefacio de "Irene", "Racine passera comme le café"—deu-se como proferida por Talleyrand á seguinte definição da nova bebida:—"Noir comme le diable, chaud comme l'enfer, pur comme un ange, doux comme l'amour".

Os primeiros poetas que o cantaram em França, fizeram-no em latim: "Vaniéré, no oitavo livro do seu "Praedium rusticum", o Jesuita Fellou, na "Faba arabica" e o academico padre Guillaume -Massieu, no "Carmen caffeum" (1718). Este ultimo denominou-o de "ambrosia" e "panacea fragrante", "corroborador da saude" e "animador" das conversações". Jacques Etienne rimou 24 coplas sob o titulo "L'elogio du café" (1711). Mas Jacques Delile (1738-1815), que escreveu em vernaculo o seu poema didatico, "Les jardins" (Paris, 1784), fez-se compreender melhor nas lóas que entouo ao café, a que chamou "divino" e em cada gota do qual cria beber um raio de sol.

Senão lendas, pelo menos ficções exageradas quanto ao poder salutarifero da "coffea arabica", deveram ter corrido em França, como se vê da mais antiga canção, popular e anonima, ali surgida em 1711, porque nessa data foi licenciado o seu uso impresso e vocal pela policia. Intitula-se "Le café" e foi posta em musica por H. Colet, professor de harmonia do Conservatorio de Paris (reproduziu-a facsimilamente W. H. Ukers, em sua já citada obra).

Ei-la:

"Si vous voulez sans peine
Vivre en bonne santé,
Sept jours de la semaine
Prenez du bon café.
Il vous préservera
De toute maladie.
Sa vertu chassera, "ta, ta",
Migraine et fluxion, "don, don",
Rhumé et mélancholie".

Foi provavelmente na França que se deu ao café o nome de "bebida catolica" (pois se até os mosteiros a vendiam. .) e ao chá o de "bebida acatolica". Resultou isso, sem duvida, da predileção dos países protestantes e da Russia cismatica pela "thea sinensis" (convido notar-se que quem introduziu na Inglaterra o uso do chá, trazido do imperio do Sol-Nascente, foi uma princeza lusitana e ultramontana D. Catarina, irmã do desditoso Affonso VI e de Pedro II, a qual em consequencia do tratado de 1661, desposou Carlos II, soberano da Grã Bretanha), ao passo que a "coffea arabica" avassalou sem custo as nações obedientes ao bispo de Roma.

Positivou-se que madame de Sévigné, a principio contraria á então nova moda do café, veiu depois a conformar-se com ela e até a elogiá-la, como o demonstrou A. Duponchel "in" "Encyclopédie moderne", Paris, 1897, art. "Café", t. VII, pag. 202 "et sequentes).

Já muito antes da famosa escritora attribuisse a Elisabeth d'Orleans o haver afirmado em 1712, que era "horriovel" a infusão dos grãos

torrados e pulverizados da rubiácea oriental, na qual apenas sentiu "um sabor de feno queimado".

Não se macularam as damas gaulezas com ataque idêntico ao que padecera o café por parte das inglesas e alemãs.

Mas nem por isso a deliciosa bebida deixou de ser objeto de sérias controversias, mais tarde, entre notáveis cientistas, que lhes estudaram até os efeitos no complexo organismo humano. Embora nenhum o inculpasse de auxiliar de Malthus, houve, todavia, quem, como o douto e respeitado Trousseau, visse nêle o mais energico dos anafrodisíacos, capaz de reduzir os homens "á impotência mais absoluta". Felizmente, porém, teve êle crescido número de sábios defensores, quaes Rostan, Michel Lévy, Deitel e Penilleau. Êste último, na sua tese "Etude sur le café" (Paris, 1851), para rebater a opinião daquelle grande terapeuta, invocou o eloquente testemunho do crescimento vegetativo de todos os países do oriente, onde desde seculos se vinha usando e abusando da "coffea arabica".

Além de preconizado pelas maiores sumidades da medicina franceza contra um sem-número de mazelas que ligeiramente ou gravemente atormentam a miserável natureza humana, ainda appareceu ali um certo Sauvageon que entendeu de transformar o café liquido em barometro (v. P. Porto-Alegre, "op. cit.", pag. 417-419).

Ridiculizada essa improvável serventia—outra, entretanto, se não pôde negar ao grande da rubiácea:—a de ser o barometro da riqueza das nações que o produzem para uso próprio e consumo do mundo.

III

O CAFÉ NO LENDÁRIO AMERICANO

Sabe-se que o café entrou na America do Norte em 1688, mas as primeiras casas de negócio, especialmente instaladas para vendê-lo em estado liquido ao publico, só appareceram cerca de vinte anos mais tarde, A. de Boston é de 1689: e a de Nova York, "The King's Arms", é de 1696.

Em 1715 foi introduzido no Haití e em S. Domingos. Tendo-o os holandeses começado a cultivar em Surinam, para onde o levaram em Battavia em 1718—fica sendo essa a data precisa e incontestável da sua penetração na America do Sul.

Já desde muito era conhecido o fato de o haverem os franceses colhido ali, clandestinamente (v. "O Panorama", vol. II, pag. 166), afim de plantarem-n'o em Cayenna. Sobre isso correm duas versões, que ainda exigem averiguação. Conforme Lourenço Granato ("O Segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil", S. Paulo, 1926, pag. 15), "em 1719 o fugitivo Rosier le Breton, residindo em Surinam, escreve para Caienna, pedindo, para que se lhe perdoasse certo débito cometido, comprometendo-se a levar consigo em troca do perdão, sementes de café capazes de germinar e cuja exportação era ali prohibida, sob

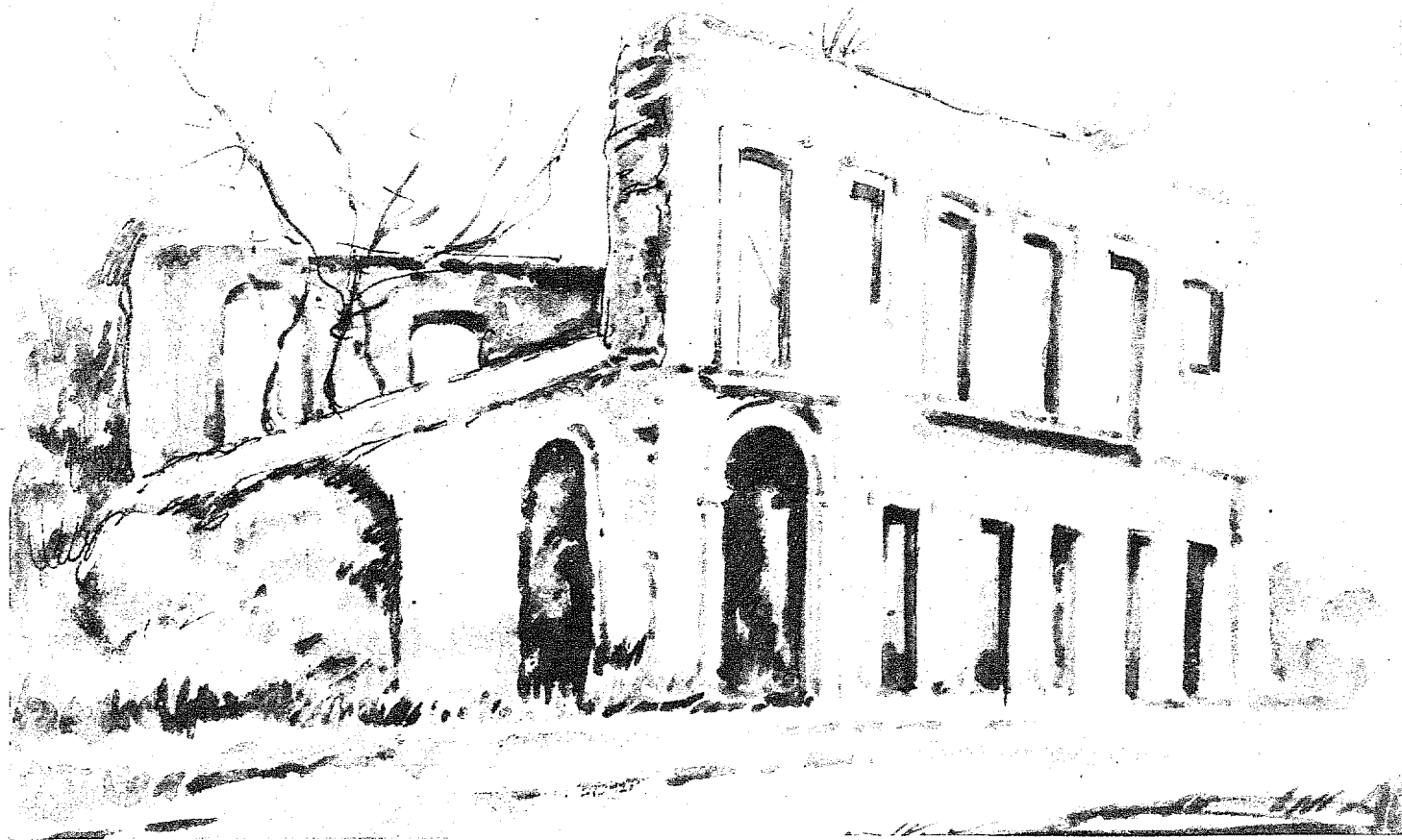
ameaças de rigorosas penas. Combinado o trato, foi, assim, introduzido o café em Caiena, sendo os grãos entregues ao commissário da Marinha, que se chamava D'Albon". Segundo W. H. Ukers (op. cit.) a rubiácea somente começou a ser cultivada na Guiana Francesa em 1722. Entretanto, em artigo vindo a lume na revista "Chacaras e Quintais" (1927), da lavra do dr. Waldemar Peckolt, já varia a data, assim como o nome do furtivo introduztor da "coffea arabica" em Caiena:—"Em suas viagens de comércio, o ousado e temerário Morgues garimpeiro da Guiana, introduziu-o em Caiena, em 1725, indo com risco da própria vida, tirar frutos maduros de arvores cultivadas na Guiana Holandesa, para vendê-los por bom preço ou em troca de ouro. Desta arvore de Caiena originou-se o cultivo do café no Brasil".

Há, forçosamente, um nimbo de lenda a aureolar todas essas narrações ainda desajudadas de documentos de incontestabilidade histórica.

Cronologicamente, cabe-nos, agora, tratar do romance que, a proposito da introdução do café na Ilha de Martinica, se teceu em torno de De Clieu.

Havia, no Jardim do Rei, em Montpellier, pelos fins do primeiro quartel do seculo XVIII, mudas de cafeeiro, resultantes da planta que em 1714 fôra oferecida pelo burgo-mestre de Amsterdam, Branchaz, á Luiz XIV, e que saíra do Jardim Botânico da dita cidade holandesa, onde penetrára, a "coffea arabica" em 1706. Gabriel d'Erchigny de Clieu, nascido em Angléqueville-sur-Saone (Seine-Interieure, Normandie) em 1686, tendo sido promovido a capitão de infantaria de marinha em 1720, foi mandado servir na colonia franceza de Martinica. Tendo de embarcar em Nantes, em 1723, trouxe uma unica muda de cafeeiro obtida por intermedio do físico do rei, M. de Chirac. Tendo sido longa a travessia e escasseando a bordo a agua potável, reduziu o dedicado official a sua própria razão, afim de regar e salvar a muda (conforme narração que êle proprio fez a aubat e por êste inseria em sua obra "Plaintes de la Guyanne), a qual, chegando viva, foi imediatamente plantada no jardim da casa em que se instalou. Graças a vigilância de que a cercou e aos cuidados que continuou a prestar-lhe, desenvolveu-se ela a tal ponto que, um ano depois, pôde êle colher dois litros de sementes as quaes, distribuidas pelos agricultores da ilha, não tardaram a constituir ali uma das maiores fontes de riqueza. Com efeito assolada a Martinica pelo terremoto de 7 de novembro de 1727, as suas plantações notadamente as de cacão, ficaram destruidas, exceptuados apenas os quaes, que resistiram á furia do abalo sísmico. Serviu isso como que de lição aos martiniquenses, que se entregaram daí em diante, com carinho, á cultura da rubiácea, cuja produção atingiu dentro em pouco tempo, a um índice bastante elevado.

Êsses fatos são todos rigorosamente históricos (v. Sidney Daney, "Histoire de la Martinique", Fort-Royal, 1846; Alfred Franklin, "La Vie privée d'autrefois", Paris, 1893; Edées-



ARMAZEM DE CAFÉ EM RUÍNAS NO SACO DE MANGARATIBA, ENTREPOSTO ORA MORTO, DE CAFÉ DO ESTADO DO RIO

(Ilustração do natural, a sépia, pelo professor H. Cavalleiro).



tan Jardin, "Le caféier et le café", Paris, 1895, pag. 102; e W. H. Ukers, op. cit.)

A lenda foi tecida por três escritores franceses (Tussac, em sua "Flore des Antilles"; Es-ménard no "Poema de la navigation", e Rosset, no "Poema de l'agriculture"), ajudados por um inglês (Charles Lamb, "Works", 1891). Segundo ela, De Clieu, antecedendo a glória que lhe avassalaria o nome pelo serviço que ia prestar á colonia franco-americana, só logrou a múda de cafeeiro, tão rara e tão preciosa mediante a intervenção de certa dama, cujo coração cativára, embora fôsse ela a prestigiosa amante do medico De Chicar. E, além dos exageros com que lhe narraram a viagem e a indigência da ancianidade, ainda lhe alteraram o nome e até a idade com que morreu. Documentos officiaes recentemente descobertos, patenteam que ele faleceu aos 88 anos, a 30 de novembro de 1774. Em 1804, o governador da Martinica, De Lussat, projectou levantar-lhe um monumento, no mesmo lugar em que ali plantara êle o primeiro pé de café. E em 1918 executou-se êsse intento com a inauguração do Jardim Botânico de Fort-de-France, em honra de De Clieu.

No resto da America setentrional e central são as seguintes as datas do começo da cultura do cafeeiro:—1730, na Jamaica; 1748, em Cuba; onde agora os "yankees" lhe estão desenvolvendo, intensamente a plantação; 1755, em Porto Rico; 1779, em Costa Rica; 1790, no Mexico; 1850, em Guatemala; e 1852, na Republica do Salvador.

Da importância que conquistou a util rubiácea na grande República norte-americana são atestados eloquentes os trabalhos históricos e literários em que se lhe fizeram referência ou em que foi ela tomada por exclusivo assunto. Eis os dignos de menção, postos em ordem cronológica:—"Campaigning with Grant" do general Horace Porter; "Memoirs" (1875), do general Sherman; "Home" de George Agnesd Chamberlain; "Rosary", de Fiorence L. Barclay; "The corner in coffee", de Cyrus Townsend Brady; "Coffee and Teapartee" (1895, 2.^a ed., 1921), de John Hendrick Banga; "Comance of the Bourbon Chateau" (1903), de Elisabeth W. Champney; "Beverages past and present" (1908) de Edward R. Emerson; "The pot and kettle" (1920) de Albert C. Lally. Dos livros especializados, o primeiro que se estampou ali sobre a "coffea arabica" foi o de Robert Hewitt (Junior), "Coffee: its history, cultivation and uses" (Nova York, 1872). O primeiro órgão de publicidade consagrado ali ao café e as especiarias, é de 1878, "The Spice Mill", que se editou em Nova York, sob a direção de Jaber Burnes. Só em 1901 appareceu a grande revista "The Tea and Coffee Trade Journal", também com séde em Nova York.

Apesar de haver assim penetrado o café no romance e na novela "yankees", ainda não houve quem lá coligisse tradições populares, que lhe dissessem respeito, senão as relativas á influencia do "Marchant's Coffee-House", o qual, fundado em Nova York em 1737, foi, segundo os seus cronistas (v. H. W. Ukers, op. cit.), "o fóco da liberdade americana e o

berço da União", porque nêle é que se reuniam os patriotas que prepararam o movimento político emancipacionista assolado a 4 de julho de 1776.

Sinal de hospitalidade, em toda parte onde se adotou o seu uso, viu-se a "coffea arabica" enaltecido, em terras da America insular, a simbolisar a pureza das virgens que convolam, para justas nupcias, á divina função da maternidade. Com effeito, refere Edéstand Jardin (op. cit.) que, nas Antilhas as noivas comparecem perante os altares para a cerimonia do sagrado "conjugo", levando nas grinaldas flores de cafeeiro, em lugar das já classicas de laranjeira...

Êsse hábito—que bem pudera generalisar-se nos prolíficos países em que se cultiva o ouro rubro—demonstra a sem razão com que ignaros persas e insensatos tudescos consideraram o café como agente do maltusianismo.

IV

O CAFÉ NO LENDÁRIO BRASILEIRO

A)—LENDAS HISTÓRICAS

As lendas sobre o café, no Brasil, começaram com os historiadores mais reputados de seriedade. Robert Southey, cuja "History of Brazil" é de 1810-1819, colheu de um manuscrito anônimo sobre noticias desta então colonia luso-hespanhola (v. vol. I, pag. 453, da trad. do sr. J. de Oliveira e Castro), que, na Baía, em 1581, "crescia o café". Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, em suas "Memorias históricas do Rio de Janeiro, e das provincias anexas á jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil" (1822), referindo-se ao café, afirmou o seguinte:—"Apesar de ter sido transplantado da India para o Brasil, onde principiou á prosperar, foi, contudo, mandado arrancar por el-rei d. Manoel, para conservar o comércio com a Asia, impondo a pena de morte aos que tratassem da sua cultura e progresso". Não se escudaram, até hoje, com provas infosismáveis, essa inverosímeis asserções.

A de ter sido iniciada a cultura do cafeeiro em nossa terra ao tempo do Venturoso, não resiste aos argumentos contra ella formulados pelo competente e erudito Francisco Frei e Alemão. Disse êste (v. "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", vol. XIX, pags. 564-566) que não encontrou referência alguma ao café na "Etiopia orient5l" (1690), de fr. João dos Santos, nem na História da Alta-Etiópia do padre Batazar Te'es, composta em Gôa, (1654), nem nas "Decadas" de João de Barros e Diogo do Couto, nem Duarte Barbosa, "que em 1516 tão extensa e miudamente escrevia sobre coisas da Baía, Africa e Mar Vermelho", nem no padre Francisco Alvares, autor da "Viagem ao preste João" (1520), nem, enfim, na "Fatalidade histórica da Ilha de Ceylão", do capitão João Ribeiro que foi para a India em 1640 e por lá se demorou "obro de quarenta anos". Presume o nosso abalisado sabio que a errônea afirmativa de monsenhor Pizarro proveiu da má interpretação que deu êste ao

seguinte lanço de uma carta datada de 1675 e dirigida pelo padre Antonio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo:—"Há muitos anos que sei se dá no Brasil a pimenta, e quasi todas as outras drogas da India, como se experimentou no primeiro descobrimento; e el-rei dom Manoel, por conservar a conquista do Oriente, mandou arrancar todas as plantas asiáticas, com lei capital que ninguem as cultivasse; e assim se executou, ficando somente o gengibre, que, como é raiz, dizem no Brasil, se mete pela terra dentro; mas ainda assim se conserva a proibição e se toma por perdido". Há ali apenas um engano de palavra que se corrige, mediante a leitura das "Cartas abertas do padre Antonio Vieira" (ed. de J. I. Roquette, Paris, 1856), onde, á pag. 94, se vê que o grande Jesuíta não escreveu "plantas asiáticas", e sim "plantas indiatias". O certo é que, quando expirou d. Manoel, em 1521, ainda não se conhecia o café em Portugal, nem na Europa. Como, pois, poderia ter êle entrado no Brasil entre 1500 e 1521, e como se tornaria objecto de uma cogitação commercial que ainda não existia?

Liquidada essa, resta a asseveração de Southey, da qual fez praça o illustre sr. Henrique Silva, em dois artigos sobre "A introdução do cafeiro no Brasil" (In "A Informação Goiana", ns. 10 e 11, de meio e junho do corrente ano). Como se infere ao trecho do poeta-historiador, bem como da epigraphe marginal, admitiu êle, baseado no documento que julgou fidedigno, a existência do "café indígena" na Baía, em 1581. Ora, nem na America em geral nem no Brasil em particular, nunca se encontrou planta nativa da familia das rubiáceas, que se enquadrasse no typo da "coffea". Além disso, nenhum dos jesuitas, que estiveram de passagem ou estanciam a cidade do Salvador, desde o governo de Duarte da Costa até ao periodo da união Iberica sob o cetro dos Philipes, menciona o plantar-se o café ali. E, em contraposição, ao anônimo informante de Southey, ha o "Tratado descriptivo do Brasil", em 1587, obra de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho da Baía, nela residente desesete anos subvereador da Camara, etc." (2.^a ed. devida a Francisco Adolpho de Varnhagem, Rio de Janeiro, 1879). Nêsse grosso volume, escrito por quem morou longo tempo na cidade fundada por Tomé de Souza, e contemporâneo do informante de Southey, acha-se minuciosa noticia de todas as plantas, ainda as mais humildes, então cultivadas ali ou simplesmente utilizadas para fins commerciaes, voluptuários e medicinaes, e entre elas não figura o café. Nada adeanta ao caso a alegação de Henrique Silva, de haverem procedido da Baía as primeiras sementes de café, plantadas, em 1774, no sítio do Riachão, do município goiano de Santa Luzia. Tanto podiam ter isso para lá, naquela data, do Pará, do Maranhão, ou do Rio de Janeiro, onde já havia entrado e era objecto de cultura o cafeiro, como também da Baía, onde, provavelmente, já era então conhecido, embora ao sul dela penetrasse em 1786, por mãos de uns missionários italianos, fr. Marcello e fr. Pedro, que o declararam "pro-

duto do Brasil", como se lê na "Breve noticia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravelas, ao sul da provincia da Baía, escrita segundo dados autenticos por João Antonio de Sampaio Viana, juiz de direito da mesma comarca, em Junho de 1842", (in "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." vol. V, pags. 77-79). Que Portugal, preocupado com as riquezas metalicas do Oriente e do Novo Mundo, a elas e as especiarias ligou sempre mais importância do que ao café, comprova-se ainda com a introdução da utilissima rubiácea nas suas ilhas coloniais mais proximas. Assim é que, no arquipelago de Cabo Verde (v. « O Panorama », volume II, pag. 166), as cinco primeiras mudas de cafeiro, que viajaram na ilha de S. Nicoláo, foram obtidas de uma possessão inglesa por Antonio Leite. Portugal tratou com o mais solene pouco caso a "coffea" nos seus domínios ultramarinos, esquecido da nova divícia que teria naquella magnifica planta. E tanto é verdade que, ainda em começos do seculo XIX, era o café genero escasso na metropole de além-mar, que d. João VI o pedia do Brasil, para o seu uso pessoal e até indicava os maiores desvelos no acondicionamento das arrobas que se lhe remetterssem, conforme consta de documentos que ali e copiei no Arquivo Nacional.

Talvez muita gente ignore que o café introduzido nas ilhas Hawaii, em 1825, saiu daqui do Rio de Janeiro (v. W. H. Ukers, op. cit.). No seu recente e ótimo trabalho "Seixos rolados (Estados brasileiros)" (Rio de Janeiro, 1927), onde bem o interessante capitulo "Um manto real de Hawaii" (pags. 19-30), trata o erudito Roquette Pinto da visita que o soberano Riboriho (Tamehameia II) fez, em 1824, a esta capital, onde chegou a 16 de fevereiro e foi recebido, a 27 do mesmo mês, por d. Pedro I. Houve troca de mimos entre os dois monarcas: o polinésio recebeu "uma rica espada" e sua esposa "um anel de brilhantes de grande preço" das mãos do imperador do Brasil, a quem Tamehameia II ofereceu "o manto de Owyceen" e a rainha Taneha-Malú um collar de plumas, que foram mandados por D. Pedro I para o Museu Nacional, cujas coleções opulentaram. O que não rezam os documentos da época (e, por isso, entra no domínio da lenda, justificada pelos fatos), nem foi objecto de investigações de Roquette Pinto é que os coroados hawaienses tanto apreciaram o nosso saboroso café que daqui levaram, a sorrelfa, as sementes ou pés, com que se iniciou a cultura da rubiácea no longinquo arquipelago do Grande Oceano.

B)—LENDAS POLÍTICAS

Para que se compreendam as lendas de fundo político, em que entrou o café,—cumpre que se saiba, primeiramente, como e quando teve êle a honra de figurar na bandeira e no escudo de armas do Brasil.

Eis, a sua grafia original e inteiro, teôr o decreto que, onze dias após o grito do Ipiranga, stabeleceu os símbolos sagrados da nossa nacionalidade e que a regeram até 15 de novembro de 1889:

"DECRETO

"Havendo o Reino do Brasil, de quem sou Regente, e Perpetuo Defensor, declarado a sua Emancipação Política, entrando a occupar na Grande Família das Nações o lugar, que justamente lhe compete, como Nação Grande Livre e Independente; sendo por isso indispensavel que ele tenha hum Escudo Real d'Armas, que não só se distingão das de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto Continente: E Desejando Eu que se conservem as Armas, que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João Sexto, meu Augusto Pay, na Carta de Lei de trezes de Maio de mil oitocentos e dezeseis, e ao mesmo tempo Rememorar o primeiro Nome, que lhe fôra imposto no seu feliz descobrimento e Honrar as dezenove Províncias comprehendidas entre os grandes Rios, que são os seus limites naturaes, e que formão a sua Integridade, que eu jurei sustentar:

Hei por bem, e com o parecer do Meu Conselho de Estado. Determinar o seguinte: Será d'ora em diante o Escudo d'Armas deste Reino do Brasil, em campo verde huma Esphera Armilar de ouro atravessada por huma Cruz da Ordem de Christo, sendo circulado a mesma Esphera de dezenove Estrelas de prata em huma orla azul: e firmada a Corôa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Caffé e Tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.

A Bandeira Nacional será composta de hum parallelograma verde, e nelle inscripto hum quadrilatero rhomboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil.

José Bonifacio de Andrada e Silva, do Meu Conselho de Estado e do Conselho de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Dom João Sexto, e Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Paço, em dezoito de Setembro de mil oitocentos e vinte e dois.

Com a Rubrica de S. A. R. o PRINCIPE REGENTE

José Bonifacio de Andrada e Silva".

Quem ideou os símbolos políticos do Brasil independente foi o imortal Patriarca, de cuja lavra é o decreto acima transcrito. Quiz êle, nos emblemas do império luso-americano, respeitar a continuidade histórica, o que conseguiu com admirável felicidade. Se o decreto não explica a escolha das côres fundamentais—fe-lo A. M. O. de Drumond, que refere haver José Bonifacio preferido o verde, para designar a nossa eterna primavera, e o amarelo para representar os nossos tesouros auríferos, ou me'hor, como característicos do conjunto das produções de natureza viva e do conjunto de produção de natureza morta.

Em 1822, talvez ainda não fosse o café, dentre os generos de exportação do país, o que mais

renda proporcionasse ás alfandegas do império. Provavelmente o açúcar ainda occupava, nas pautas aduaneiras, o primeiro lugar. Mas andou bem o incomparável estadista em ladear o escudo de armas por um ramo de café, á esquerda, e por um ramo de tabaco, á direita. Por certo, previu que a rubiácea ia ser a nossa maior riqueza, principalmente nas três regiões que mais concorrem para a conquista da soberania política:—S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Além disso, verificando que, no uso comum o café e o tabaco andavam quasi sempre juntos, não os quiz êle separar na suprema heraldica da Pátria.

O que não lhe pareceu conveniente foi conservar nas armas do Brasil os sete castelos e as cinco quinas (vulgarmente "cinco chagas") do escudo portuguez. Desagradou isso aos lusitanos que habitavam aquí e a cujos ouvidos tambem desprazia o "Hino da Independência", composto por Evaristo da Veiga (e musicado por Marcos Portugal e d. Pedro I), no qual havia o estribilho:

"Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil!
Ou ficar a Pátria livre.
Ou morrer pelo Brasil!"

A chalaça de além-mar, transportada para as nossas plagas, repontou logo numa parodia anônima (registrou-a, entre outros, o sr. Assis Brasil, na sua "História da República Rio-grandense", 1882, vol I, pagina 70, que provocou muita briga, nesta capital e alhures entre brasileiros e portuguezes:

"Cabra gente brasileira,
Descendente de guiné!
Trocaram as cinco chagas.
Pelo fumo e o café!"

Premeditada por d. Pedro I a dissolução da Assembléa Constituinte, recebeu a tropa da guarnição do Rio de Janeiro ordem oral de marchar para o Campo de S. Christovão—o que foi executado na tarde de 10 de novembro de 1823.

Reunida em sessão—que foi declarada permanente, á vista dos graves acontecimentos que se vinham precipitando desdobrando—passou a Assembléa, que funcionava no edificio da Cadeia Velha, a sua "noite de agonia", de 11 para 12.

Pela manhã de 12—tendo, provavelmente combinado, antes com a Domitília, certas medidas que julgava imprescindíveis ao bom êxito do seu golpe despotico—saiu d. Pedro I do paço de S. Christovão, a cavallo, e apresntou-se á tropa, cujos commandantes não hesitaram em assegurar-lhe que estavam promptos a cumprir-lhe todos os mandados.

Entra em cena—e em que deplorável cena!—o mesmo café que o egregio Patriarca da Independencia havia escolhido para, como um dos símbolos da riqueza da Pátria nova, figurar nas armas do auri-verde pendão do Brasil. Como a luta que se travara nos patíbulo da politicação era principalmente uma resultante

do odio que ao austero Andrada votava, sem disfarces, a favorita imperial, foi, certamente, desta que partiu a idéa de preparar de antemão grande numero de ramilhetes de flores de caféiro, que iam ser, naquella dia tragico, o índice do escarneo, lançado, ostentosa e insolentemente, por uma prestigiosa aventureira, ás cãs do excelso fundador da nossa nacionalidade. E parece ter ainda sido ella quem lembrou ao filho de Carlota Joaquina que juntasse á tropa o regimento de S. Paulo, pois isso demonstraria, simultaneamente, o apoio da grande e prospera provincia áquella ato violento e o papel conspícuo que no mesmo representava a então toda-poderosa marquezia de Santos.

Eis o que narra, nas "Anotações... á sua biografia" (Rio de Janeiro, 1890, pag. 77), o conselheiro A. M. Vasconcellos de Drumond, festemunha presencial e sisuda de tudo quanto ocorreu de mais importante naquella sinistra jornada:—"O imperador, certo de que, pela resposta dos officiaes, podia contar com a tropa e fazer dela o que quizesse, deu ordem de marcha, ornou o seu chapéu de um frondoso ramo de folhas de café, e o mesmo fizeram os generais e officiaes. Aos soldados se distribuiu, a cada um, um ramo das mesmas folhas, para ornar a barretina. Era o emblema da vitória que iam alcançar. Vilela Barbosa, posto não fosse militar combatente, tambem ornou o seu chapéu com um ramo de café. O mesmo fez Clemente Ferreira França, apesar de ser o chapéu, que trazia naquella occasião, de pasta, e éle paisano, em todo o rigor da palavra. Até os criados do Paço se ornaram com folhas de café, e a Domitila com um ramo exorbitante no peito. O triumpho era geral".

Fez alto a columna no Campo de Sant'Anna, de onde d. Pedro I destacou uma brigada—da qual fazia parte o regimento de S. Paulo, comandado por um official português, de nome Lazaro—para cercar a Cadeia Velha, contra a qual foram logo assestadas as bocas dos canhões que levava a tropa. Eram duas horas da tarde, pouco mais ou menos. Entregue, então, pelo general Moraes, ao presidente da Assembléa, o decreto de dissolução, começaram a sair os deputados, dos quais foram immediatamente presos, á ordem do imperador: os Andradas (exceto o Patriarca, que foi preso em casa) e os seus mais dedicados amigos. E' tradição (não convenientemente aproveitada pelo dr. Ramiro Berbert de Castro, como se vê do seu aliás bem feito "Historico e descripção dos edificios da Cadeia Velha, Palacio Monrope e Biblioteca Nacional", separata do "Livro do Centenario da Camara dos Deputados (1826-1926)", Rio de Janeiro, 1926, pag. 22), que Antonio Carlos, já com voz de prisão, ao defrontar a primeira peça de artilharia abocada para a porta que acabava de transpor, tirou o chapéu e cumprimentou-a nestes termos:—"Respeito muito o seu poder!"

Conforme noticia constante da obra de Paulo Porto Alegre (pag. 28), os peregrinos que vão prostrar-se ante a Kaaba conservam, desde tempos, o costume de, no regresso aos lares, trazerem enfeitados os turbantes com raminhos de café, para lembrança da visita pragmática

á cidade santa do profeta de Allah. E cada qual, recolhido aos penates, ali guarda com veneração o seu ramilhete, até que este, como tem que acontecer tambem ao dono "se desfaça em pó".

Teriam, acaso, os beaguins de d. Pedro I, assim como a sua comborça, os seus ministros e outros criados de menos pomposa libré, conservado os emblemas de 1823?—Provavelmente, não porque se contentaram com ver reduzida a pó, naquella calamitoso dia, a liberdade por que tanto ansiava a joven soberania de Brasil.

C)—O CAFÉ NA MEDICINA E NAS SUPERSTIÇÕES DO POVO

Os nossos sertanejos usam e abusam do café; porém, em geral, não o tomam tão forte quanto os habitantes das cidades. Além disso, no interior e durante as longas viagens, o café é, muitas vezes, preparado com rapadura ou açúcar escuro (mascavo). Quando é applicado como mézinha, exige cuidados especiais e a adição de outros liquidos ou drogas.

Assim, o café forte é remédio caseiro contra intoxicações de toda casta que quer puro, quer misturado com alcool. Puro e sem açúcar é como se emprega para curar as camoécas. Com cognac queimado, serve para sudorifero benéfico ás defluxões. Com aguardente bôa, é o primeiro antidoto, no caso de envenenamento de origem desconhecida (v. "Vida roceira", de Leoncio de Oliveira, ed. de 1919, pag. 212). Tem ainda o povo a crendice, talvez não destituída de fundamento, de que a borra do café, posta na agua destinada ás aves de criação doméstica, lhes evita o gôgo.

Entra ainda o café na composição de mandingas, entre as quais a de um filtro amoroso. Acredita piamente o sertanejo do Norte que para dementar alguém, basta que se lhe consiga propinar café com algumas gotas do suor do cavallo. Afranio Peixoto, que, nas "Superstições populares, relativas á saúde, doença e morte" (in "Revista da Academia Brasileira de Letras", 1915, n. 10, pag. 231-248), recensou tudo quanto coligiu de interessante a êsse proposito, registrou a crendice pela seguinte fórmula:—"Queimar os cabelos produz loucura. O mesmo efeito produz café com suor de cavallo".

Sherif-Eddin-Omar-ben-Faredh, poeta-sheik do seculo XVI (v. "All about coffee", de W. H. Ukers, 1922, pag. 543), quando defendeu a rubiácea já famosa, ao ser-lhe movida, na Arabia, a segunda perseguição de ordem religiosa, fê-lo em versos harmoniosos, dedicados á querida do seu coração, de quem disse (a tradução, incompleta é minha):

"Ella fez-me beber, a longos haustos,
Um café que me foi febre de amor!"

Pois êsse café que gera a febre de amor, tambem existe no Brasil, se não erra, nas suas abusões, a mente credula dos nossos patricios do interior. Suponho que é feitiçaria generalizada em nosso país. Em Minas, pelo menos, é corrente por toda parte, pois lá, quando se

percebe algum homem de beijo caído por certa mulher, logo a esta se atribue o ter-lhe apropriado o celebre "café mandingueiro". Lá, bem como no resto do "hinterland" patrio ninguém do povo entende a francezia "béguin". O termo vulgar e expressivo, apesar de chulo, é o velho lusitanismo "rabicho", acrescido do seu derivado verbal "enrabichar", que se prenomina ou não, ambos apenas abasileirados quanto a significação. Embora não recorra ao latim, "qui brave l'honnêteté", posso afirmar que o tal filtro de amor — "horresco referens!" — consiste em alguns coágulos do fluxo catamenial da propria enfeitante, diluidos de café bem forte e bastante açucarado...

Há ainda outro processo—menos repugnante, principalmente se se tratar de jovem hygida e asseada—de preparação e applicação do filtro amoroso, composto exclusivamente com o líquido da "coffea arábica":—o café é coado na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher, pelo menos, duas noites consecutivas, e deve ser bebido pelo homem no mesmo dia, por duas vezes, ao almoço e ao jantar.

A forma anteriormente descrita goza de mais voga no espirito crendeiro dos sertanejos.

Existe, porém, meio facil de não engolir o filtro de Adão—qualquer uma dessas engulhentas mandingas, com que o quizer dominar a perigosa descendente de Eva. Bem que em nenhum escritor, nosso ou alienigena, se me haja deparado as feitiçatias acima expostas, encontra-se um, pelo menos, que sem apontar claramente o mal, inculca o remédio. Com effeito, Cornelio Pires, nas "Conversas ao pé do fogo" (S. Paulo, 1921, pag. 161), refere ter ouvido de uma preta velha esta "simpatia" contra a "coisa-feita", que tiver por vehiculo o café:—"Pegá a chícara de café com a mão esquerda, é bão: se tivé cum feitiço, avúa da mão". Assim, para não tragar o nojento filtro, basta que o alvejado pela mulher se finja de canhoto, se realmente o não fôr.

Fornece o mesmo talentoso letrado paulista uma informação curiosa, colhida da dita negra anciã, e pela qual se verifica que na terra dos bandeirantes é o coador de café que serve para as judiações a que as raparigas, com pressa de conquistas "il pesce raro, che chiamano marito" (a expressão é de Stecchetti), condemnam allures a imagem de Santo Antonio, especialista em casamento de moças, porque, para o maridamento de velhas, cabe tão despienda função a S. Gonçalo de Amarante.

Narra êle. (Op. cit. Pags. 161 e 162).

—E para casar, tia Policena?

—Isso é facil nhonhô. E' só garrá Santo Antonio e dipindurá elle pr'u pescôco e unfiá drento do cuadô.. Tá ali, tá siguro!"

Em Minas, não é o coador de café, e sim o fundo emborcado de um pilão (onde é verdade tambem se soca o café torrado), a prisão do taumaturgo lisboeta, que, ás vezes, é amarrado a um dos pés da cama, cuja occupadora a deseja transformar depressa em thalamo...

Resta-me ainda mencionar outra applicação do líquido da rubiácea a uma ingenua "simpatia" de bons intuitos sociais. Creio ter sido

disseminada no interior do Brasil pelo "Livro do feiticeiro", já há muitos anos, editado aquí por Quaresma & Cia., e firmado por "João Simões de Sampaio, secretário particular de Juca Rosa". (V. ed. de 1898, pag. 39). Para coibir ou extinguir alguém o odio de inimigo figadal, deve dar-lhe, numa chicara de café, cinco gotas do caldo de dois ou três punhados de folhas de trevo, collidas á beira da sepultura de pessoa conhecida, e, ao servir a infusão, cumpre que invoque o nome do defuncto de cujos restos se supõe ter sido alimentado o trifolio magico. E acrescenta a superstição ser imprescindível que o individuo que recorrer a tal feitiço "nunca se revolte nem brigue com aquele a quem deseja domar". Ora, se o mandingueiro consegue que o seu rancoroso contrario lhe aceite das mãos uma chicara de bom café, e, além disso, está disposto a não se revoltar contra o mesmo sujeito, e a não brigar jamais com êle—parece-nos que o trevo "mascote" que a nossa gente de prol e escol tomou das credices "chics" da Europa), collido ou não junto a tumulos, é de mais na beberagem...

Em "A retirada da Laguna" (Rio-Paris, 1915, pags. 218), conta o visconde de Taunay que a reduzida tropa brasileira—continuamente perseguida pelas forças paraguaias e perdendo constantemente officiaes e soldados, vítimas da epidemia de colera-morbus, que desde muito vinha ajudando o inimigo no quasi total exterminio da coluna heroica chegára, emfim, guiada pelo bravo mineiro José Francisco Lopes, á margem do rio Miranda, então avolumado por uma enchente, e do outro lado do qual se avistava extenso laranjal, semelhante ao mítico "jardim das hisperides", pela abundancia dos frutos de ouro. Baixando ao rio e facilitadas as communicações por um cabo atado foram dados em abundancia aos cholericos.—"Eram, ás vezes devoradas, casca e tudo, tal o ardor da fome e da sede que nos acabrunhavam. Por estarem maduras e doces, abusava-se, aliás, mas o principio medicinal, que reside na essencia da casca, obrou mais eficazmente: a epidemia diminuiu e quasi cessou. Haveria nisso nova coincidência? Isso fora-nos, entretanto, anunciado por Lopes; e é positivo que vimos cholericos, a mór parte dos quais sararam por levar largas horas a devorar porções de laranjas, de que mal deixavam alguns restos".

No relatório de 25 de maio de 1867, dirigido á Assembléa Geral Legislativa pelo ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, referiu êle o seguinte, que se passou em outro ponto da campanha contra o Paraguai:—"Nos primeiros dias de abril, appareceu o mal nos hospitais do Cerrito, Corrientes e Itapirú. Redobrarão-se os esforços; novas medidas foram tomadas, porque dali ao exercito pequena é a distancia para o flagelo, que a ninguem poupa, não conhece obstaculos, prosta e abate de repente, ainda os mais fortes. De todas as medidas zombou o cholera... Foram postas em prática as medidas aconselhadas pela ciência. Dobrou-se a ração de café e agua ardente á tropa afim de ser distribuida de manhã antes do alarme, e a noite, antes de recolher... Deve-

se, seguramente, a esta medida a salvação de muitos atacados”.

Post hoc, ergo propter hoc? — Não. Aí não ha ficção, nem engano nas inferências. Um cientista ianque já denominou a laranja de “sabão do sangue”, e grandes sábios da medicina franceza, como Troussseau, Gueacau de Mussy e Pidona, já haviam preconizado a infusão do café no período algido do cholera-morbus.

Embora o fato relativo a rubiácea não constitualenda, julguei conveniente mencioná-lo porque é facil calcular como entre os nossos soldados não deu êle ensejo a considerar-se o café como o mais eficaz das panacéas do universo.

b) — O CAFÉ NA POESIA POPULAR BRASILEIRA

Já se alastrou intensamente por todo o Brasil, sobretudo na zona central, o tema do café, como parte importante de simples trova ou de cantigas de desafio.

Não são muitas, nem primam sempre pelo metodo, as nossas coletâneas gerais ou regionais, quer de prosa quer de versos anônimos, irrompidos da imaginação do povo.

E, talvez, incompleta a respiga que fiz. Servirá, porém, para demonstrar que a “cofeia arábica” está bem naturalizada no Brasil e permitirá a futuros colecionadores que a matriculem em lugar de destaque de antologias especializadas, com os acrescimos, variantes e correções que se lhes tornarem possíveis.

José Bonifacio, o moço, na longa poesia “O tropeiro” (in “Primeiras trovas burlescas” de “Getulino”, pseudonimo de Luiz Gama, ed. de 1861, pag. 245-252) põe na boca do cozinheiro da tropa esta quadrinha:

“Vamos depressa,
Temos café;
Depois veremos
Quem bate o pé”.

Parece que os tropeiros que mais bebiam a estimulante infusão resistiam melhor ás fadigas das marchas estiradas.

Nos “Cantos populares do Brasil”, de Silvio Romero (2.ª ed., 1897), só se me deparou uma referência que vem no “ABC” do lavrador”, colhido no Ceará (pags. 103-104), em quadra fraca e mal rimada:

“Quasi sempre os lavradores
De cana, café, cacau,
Têm feitores de campo
Para não passar tão mal”.

No “Cancioneiro do Norte” (1903), do paratibano Rodrigues de Carvalho, achei tres poesias compridas das quais destaco as estróphes em que figura o café:

Da “Infelicidade de um agricultor” (pags. 18-19):

“Usei de plantar café,
Quando nasceu foi andú,
Botou fruta de jacú
E semente de inhoré.

Sei que a sorte não me quer
Por essa maneira assim,
Eu plantei um gergelim,
Deu um puro carrapicho
Isto é por um capricho
Que a sorte vem contra mim”.

Das “Cantigas de cabeceira” (pag. 149).

“Esse é Manoel Cabeceira,
De Cabeceira Manoel;
Eu faço pirão de homem,
Com farofa de mulher.
Com u’a mão quebro bolacha,
Com a outro tomo café,
Tenho um ditado no mundo,
Que diz que—*só é só é*”.

Da poesia “Rio Preto”, nome de um temível bandido do sertão da Paraíba (pags. 177-178), notando-se que os dois primeiros versos estão errados, excusando-se apenas o inicial pela pronuncia popular “subdelegado”):

“Senhor subdelegado,
Venha tomar café commigo,
Pois, enquanto eu me vir solto,
Serei um seu bom amigo;
Só depois de me vêr preso,
Serei um seu inimigo”.

F. A. Pereira da Costa, no seu “Folk-lore pernambucano (1809), inseriu duas genuinas poesias populares, no estribilho das quais entra o café, como acontece quando é tomado após os pratos de resistência. Reproduzo-as integralmente, pois são curtas e não merecem mutiladas:

A primeira é uma “chula”, de que ha variantes entre outras uma de Sergipe (v. Silvio Romero, op. cit. pags. 62-63). Ei-la, tal qual a consignou o escritor pernambucano (pag. 452):

“O padre foi dizer missa,
Na capella de Belém,
Em vez de dizer—“Oremus”
Disse:—“Maricas, meu bem”.
Café, chocolate,
Farinha de pão,
Bolachinha doce,
Que vem de Macáo.

O padre, quando namora,
Passa logo a mão na c’rôa,
Namora, padre, namora,
Que Roma tudo perdôa!
Café, chocolate,
Farinha de pão,
Bolachinha doce,
Que vem de Macáo”.

A segunda é um “lundú” mais caracteristicamente brasileiro que a “chula” anterior. Ei-lo (pags. 456-457):

“Branco diz que negro bebe,
Bravô, sinházinha,
Negro bebe agoniado

Quando negro vae na venda.
 Bravô sinhazinha,
 Acha côpo já moiado.
Café cum chicolate,
 Farinha viá pau,
 Mulata bonita,
 Tôca birimbau!
 Quem não viá fero,
 Tôca viá pau.
 Menina de Afogados,
 Bravô Sinházinha,
 Tem a perna de socó;
 Pru riba tanta farófa,
 Bravô sinhazinha,
 Pru baxo mulambo só.
Café cum chicolate
 Farinha viá pau,
 Mulata bonita,
 Toca birimbau!
 Quem não tôca viá fero.
 Tôca viá pau!

Cumpr-me explicar que, na linguagem pro-saica popular, fonte em que se dessedentam os menestres anônimos do sertão e até os bardos das cidades cultas, as expressões "café com leite" e "café com chocolate" têm accepções translatas, que demandam dilucidação. Assim chama-se vulgarmente "café com leite" tanto a mulata quando o casal de preto e branca, aplicando-se a denominação de "café com chocolate" ao par formado por preto e mulata.

Entre nossas inúmeras produções bardicas — que surgem com paternidade conhecida, mas se caem no goto do povo como que se anonimizam, tornando-se tradicionais—sômente descobri duas em que o saboroso liquido da rubiácea aparece secundariamente.

A primeira é da "Lyra de Apolo" (1905) e vem num "lundú" intitulado "Tem paciência" com que João de Souza Conegundes visou a satirizar algum improvisado senador da época. Eis a estância (pags. 33-34) em forma de dialogo entre a mulata, antiga amante do empa-vonado político, e este:

"—Nhonhô cantava modinhas,
 Eu fazia o *cafézinho*;
 Êle dava cafunés,
 Eu pagava num beijinho...
 —Mas, nhonhô, vancê que tem,
 Que já não fala ao seu bem?
 —Tem paciência meu, amor,
 Agora sou senador!"

A outra pertence á "Lira Brasileira" (1908), e ou é da lavra de Catullo Cearense ou foi por êle colecionada. Na extensa poesia "Carta original" (pags. 39-40) entrou o café como creio, apenas por exigência da rima:

"Sem crenças, perdida a fé,
 Descreio do mundo até
 Quantas saudades olé
 Da casinha de sapé!
 A' sombra do grande ipé,
 Deitado, a tomar *café*
 Na esteira de catolé,
 De tua morada ao pé,
 A vida mais feliz é,

Deu-me agora na maré
 De me entupir de rapé
 Só de saudades, boié...
 Já pareço um jacaré,
 Andando sempre p'ra ré,
 Neste andar de pangaré!"

Publicou recentemente o sr. A. Americano do Brasil—talentoso goiano que já representou com assinalado brilho o seu Estado na Câmara Federal—um "Cancioneiro de trovas do Brasil central" (1925). Apesar de ter poucas paginas de critica ou interpretação, é uma das melhores coletâneas de rimas populares, e constitue inestimavel contribuição para o quasi abandonado "folk-lore", patrio, porquanto é a primeira e única antologia que conheço, das produções poeticas do coração territorial do nosso país. Em obra assim concernente a grande zona cafeeira, não podia eu deixar de colher maior numero de referências ao ouro vermelho. Vou concatená-las.

Do "Desafio I" (pag. 74):

"—E ballá!
 Quem não tem chocolateira,
 Não bebe "café", nem chá!
 —E ballá!
 Eu tenho chocolateira,
 O "café" eu vou torrâ".

Note-se, que os nossos sertanejos (nisso acompanhados pela própria gente das cidades adeantadas) não se importam com a diferenciação que existe entre "chaleira", "chocolateira" e "cafeteira". Êste ultimo vocabulo não é empregado por êles. Na "chaleira" é que se aquece tudo, menos o chá: e na "chocolateira" quasi nunca se prepara o chocolate e sim o café. Dessa perda do valor etimológico das palavras há exemplos em barda, que justificam aquelas aparentes aberrações. Um dêles, é o verbo "embarcar", apicado hoje a veículos que rodam sobre trilhos na terra firme. E quantas vezes não tenho ouvido de roceiros a frase—"andar a cavalo num burro"!

Do "Desafio II" (pag. 87):

"—Que o arroz já tá na vasia
 Para engordar as muié
 É coisa mais do que clara.
 Porém não vejo o "café".

—Porém não vejo o "café"
 Porque o doce está vasqueiro,
 E a fruta custando caro,
 Pramôde imposto em vendeiro"

Na quadra da resposta, observa-se o emprego de "doce" em lugar de "açucar". Aquele termo é preferido a este", no linguêjar dos nossos caipiras.

A poesia tradicional "As duas irmãs" (pag. 137), da qual há variantes, merece reproduzida integralmente:

"—Lá vem vindo um cavaleiro,
 Ó filha, vai vêr quem é,
 —É o vosso bom Joãozinho,
 Que já vem tomar "café".

Saiu a filha mais velha
Com sua fala maciosa:
—Joãosinho, casa comigo,
Que sou a mais carinhosa.

Saiu a filha mais nova
Com sua fala maciasinha:
—Joãosinho, casa comigo,
Que sou a mais bonitinha.

Minha mãe, nos casa logo,
Quando somos raparigas:
O milho plantado tarde
Nunca dá boas epigas”.

Há tanta coisa nêsse poemeto:—o café, pre-
texto para o namoro; as duas irmãs disputando
o mesmo noivo, e aqui, em vez de Joãosinho
requestar a sua Joaninha, como dizia Scho-
penhauer, é o contrário que ocorre; e, final-
mente, a sabedoria-empírica, confirmada pela
erudição moderna, de que saem engoiados ou
degeneres os rebentos de velhos...

Ouçã-se êste “Recorte” (pag. 192), de um
sertanejo que se julgava na Turquia, sinão in-
fluenciado por leituras da Bíblia, em que
abundam patriarcas polígamos e um rei Salo-
mão que a todos levou as lampas em materia
de femalidade.

“Eu tambem vou casar já,
Com uma duzia de muiês:
3 Chiquinhas, 3 Aninhas,
3 Terezás, 3 Zabés:

3 para coser a roupa.
3 para lavar meus pé,
3 p’ra anelar meu cabelo
3 para me dar “café”.

Na silva de quadras, vejam-se estas (pag.
231 e pags. 234-235):

“Me deram jantar, “café”
E cigarro. Cigarrei.
Enfiei a mão na algibeira,
Tirei dinheiro e paguei”.

“Menina dos olhos pretos,
Sombrancelha de retroz,
Põe a chaleira no fogo,
P’ra fazer “café” p’ra nós.

Ouvi tropel de biscoito,
Ouvi chicaras tinir:
Paciência, companheiros,
Que o “café” não tarda a vir”.

De todas as poesias da coletânea do sr. A.
Americano do Brasil, a mais interessante, com
relação ao café, é a que se canta num “reco-
tado” (v. pags. 279-280), variante do batuque:

“Café” requentado
E’ coisa atôa,
Torra, sóca,
Morena, e côa
“Café” requentado
E’ coisa atôa,

“Café” requentado
Eu não o quero;
Esperar fazer outro,

Eu não espero,
Torra, sóca,
Morena, e côa.
“Café” requentado
E’ coisa atôa,
Vamos tomar
O “café” com brôa”.

Cornelio Pires, em sua “Seléta caipira”,
(1926), inseriu o seguinte expressivo soneto,
epigrafado “Ideal de caboclo”. (Pag. 46):

“Ai, seu moço, eu só quiria,
P’ra minha felicidade,
Um bão fandango por dia
E um pala de qualidade;

Pórva, espingarda e cutia,
Um facão, fala-verdade,
E u’a viola de harmonia,
P’ra chorá minha sôdade;

Um rancho na bêra d’agua,
Vara de anzó, pôca magua,
Pinga bôa e bão “café”;

Fumo forte, de sobejo...
P’ra compretá meu desejo,
Cavallo bão e muiê...”

No seu “Folk-lore brasileiro” (1926), o sr.
Daniel Gouveia teve a feliz idéa de dar assen-
to aos apódos que sofrem certos nomes pró-
prios bafismais por parte da chocarrice sertane-
ja, e muitos já enquadrados na corrente tra-
dicional popular. Assim, em relação ao nome
“José”, registrou êle o seguinte (pag. VII):

“José Perequeté,
Tira o bicho do pé”.

Conheço êsse apôdo, com um verso a mais
corriqueiro entre a garotada das cidades mi-
neiras:

“José Perequeté,
Tira o bicho do pé,
P’ra bebê com “café”!”.

Parece que a colheita do café, ao norte do
Brasil, bastante se assemelhava a vindima por-
tuguesa. Dava ensejo a muito namoro e a
ouvir-se antes de decorrido um ano, muito
choro de criança nova no mundo. Daí a se-
guinte quadra, repontada, segundo me infor-
mou ilustre senador norte-riograndense, na
zona cafeeira da Paraíba, donde migrou para
outros pontos do Brasil e que nunca vi estam-
pada em coletaneas:

“Quem tivé fia bonita,
Não mande apanhá “café”,
Si fô minina, vem moça;
Si fô moça, vem muiê”.

Quer ao norte, quer ao centro, quer ao sul do Brasil, têm-se empregado mulheres na apanha do café, ou por serem mais ágeis e geitosas do que os homens, ou por exigirem menor salário. Houve até quem (o dr. Domingos Jaguaribe) se lembrasse de educar macacos para semelhante serviço... Em certos lugares, onde as cerejas da rubiácea são primeiro arrancadas dos galhos para o chão, munem-se as colhedoras de um tamiz leve e grosseiro, que conduzem as costas, e destinado a limpar os frutos antes de encherem com êles os grandes balaios ou cabazes, nos quais é transportado para a secca nos terreiros o café em polpa. Deu isso origem a uma quadra popular que registra aquele costume e revela o erotismo lírico do nosso mestiço. Também não consta ainda de coletaneas impressas:

"Eu quizêra sê penêra,
Na coiêta do "café",
Para andá dipendurado
Nas cadêra das miué".

V

CONCLUSÃO

Deixei de abrir capítulo para lendas nossas em prosa, nas quais figure o café, por não existirem, ou, caso, existam, não chegaram ainda ao meu conhecimento.

Sei apenas de tres romances bordados por brasileiros sobre a plantação da rubiácea ou sobre costumes de fazendas em que a mesma se cultiva. O mais antigo deve-se a Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano e tem por título "O capitão Silvestre e frei Teloso ou a plantação de café no Rio de Janeiro—Romance brasileiro". (Rio de Janeiro, 1847), in 10.º de 58 pags., que no ano seguinte foi republicado na "Folhinha Laemmert". E' obra de pouco valor literário e o seu enredo não se vincula a nenhuma ficção oriunda do nosso populário ou capaz de fixar-se nêle. Apreciando aquela produção de Azambuja Suzano com segura competência e notorio critério, dela disse Afonso Claudio, na sua "História da literatura espirito-santense" (Porto, 1913, pag. 140), que foi "uma sátira ao atrazo dos fazendeiros da época". O fundo é histórico, pois que se baseia na propaganda do plantio do cafeeiro, na quadra em que por isso tanto se interessava o marquez do Lavradio; e exagerando a boçalidade dos nossos compatriotas daquela era (o govêrno do dito vice-rei se estendeu aqui de 1769 a 1779), chega ao ponto de insinuar que êles não concebiam como de uma semente surgisse um arbusto ou uma arvore... O outro trabalho é uma novela, que ficou sepulta nas colunas de um dos jornaes de Campinas, onde a inseriu Benedicto Otavio de Oliveira, mestiço de grande talento e tão correto prosador,

quanto inspirado poeta. Não me recordo sequer do titulo que deu êle á mesma, lembrando-me apenas que todo o entrecho dela girava sobre os costumes de uma fazenda de café, na qual já se fazia sentir a influência dos colonos italianos. O ultimo escrito denomina-se "Colhendo—Romance de costumes paulistas" (Rio de Janeiro, 1914) e firma-o pseudonimo "Nios (que o meu querido e preclaro amigo conde de Afonso Celso deve saber quem é, por ter sido o prefaciador do livro). Trata-se ao que me parece, de pena feminina, pela minucia de certas observações (a capacidade analítica é ingenuamente mais desenvolvida na mulher do que no homem). Há nesse opusculo "a simples historia de uma melancolica vida de mulher, que o acaso malfazejo improvisou fazendeira no interior de S. Paulo", cenas traçadas com sinceridade e côr local, embora poucas que interessem quanto a habitos novos que porventura tenha criado e possa perpetuar ou generalisar a lavoura cafeeira.

Não descobri tambem frases de espírito, que envolvessem o café ou episodios a que proporcionasse êle ensejo, na prosa popular do Brasil. Pude apenas assinalar uma expressão, que me pareceu digna de registro, em que o líquido da rubiácea serviu para termo de suggestiva comparação moral. Em seu volume "Cantadores" (Rio de Janeiro, 10.º mil. pagina 346), conta Leonardo Motta ter ouvido de um sertanejo a proposito de um cangaceiro que a êste afirmava que o "Padre Cisso era mais milagroso que Jesus Cristo":—"Consciência de jagunço é limpa que nem pano de coar café..."

Houve um patricio nosso, Miguel Augusto de Oliveira (pernambucano e filho do barão de Beberibe), que poz, "tant bien que mal" em versus portuguezes o poema de Barthélemy: "Arte de fumar ou o cachimbo e o charuto" (Paris, 1845)). Ai (pag. 8) vêm estes versos brancos:

"Felizes os senhores da Persia e India!
Enquanto, ao lado seu, o escravo deita
O extasis dos eleitos—moka fluyente,—
Outro, a seus pés curvado, dá-lhe o bouka...

Melhor teria empregado êsse brasileiro o seu tempo, se fizesse obra própria e lá na Cidade-Luz, em meidados do seculo preterito, bradasse ao universo que foram os nossos indios mestres dos portuguezes no uso do tabaco que êste e o café se acham indissolúvelmente unidos, tanto entre os povos orientais, quanto entre os occidentais e, finalmente, devia orgulhar-se de que a sua Patria, tornada soberana por um estadista incomparável em razão do cultissimo espírito clarividente, entrelaçava no seu simbolo nacional a "nicotina" e a "rubiácea", as quais parecem destinadas a integrar-se entre as todas as gentes—se já usadas por tantas,—enquanto o mundo fôr mundo.

Algumas observações sobre o café de "boa bebida"

"O nosso atual sistema de colheita e a falta de cuidado na séca, no beneficio e na conservação, desvalorizam o produto brasileiro no mercado das competições".

J. AMARAL CASTRO

O HÁBITO DO CAFÉ

O café sendo uma bebida de delcete ou de gozo, nutritiva, estimulante e agradável, deveria ter maior número de apreciadores ou maior consumo mundial. Entretanto, apesar das suas vantagens sobre as demais bebidas, não é ainda relativamente grande a proporção dos que o apreciam para uso diário. Diversas razões cooperam para a restrição do seu uso. Dentre elas, destacamos:

1.)—o preço relativamente caro;
2.)—a preparação de uma boa bebida depende de uma série de circunstâncias imprescindíveis que, todavia, são mais ou menos desconhecidas e não observadas, por parte da maioria dos seus consumidores e produtores.

Relativamente á primeira razão é clara a sua influência, pois, a percentagem da população mundial, que pôde adquirir um produto caro sem alterar os seus orçamentos domesticos, não é grande, principalmente nos ultimos tempos. Quanto á segunda razão, que constitue assunção deste estudo, também não é de menor importância para a diffusão do consumo, principalmente no que concerne á evidencia de melhor aceitação, o argumento e melhoria do nosso producto. Bem poucos conhecem um bom café e os que o conhecem não estão geralmente cientes dos requisitos indispensáveis para se obter boa bebida, pois, ha ainda causas não bem estudadas e mal compreendidas, as quaes, não obstante, são imprescindíveis para se chegar a um bom resultado. E portanto, oportuna a seguinte pergunta:

COMO SE OBTER UMA BOA CHÍCARA DE CAFÉ

Essa pergunta, aparentemente muito simples, encerra, contudo, para a sua resposta integral, condições de alta relevancia, sem as quaes não será possível responder convenientemente, de modo a se tornar positiva e conclusante, em sentido geral. E que, alem de outros motivos, não podemos dispensar, para se obter um bom café, as seguintes condições:

1.)—Producto de maturação completa e, portanto, igualdade de todos os grãos, isto é, quando colhidos já murchos ou sécos, na própria arvore. Essa é uma condição essencial e não observada, até então, a não ser com os cafés da Arbáia.

2.)—Séca até o ponto conveniente, sem soffrer fermentação que o prejudique.

3.)—Benefico cuidado no modo de separar os grãos pelos seus respectivos tamanhos, bem como as impurezas, afim de facilitar a torrefação.

4.)—Torrefação igual até o ponto de "começar" a soltar oleo essencial, quando se pronunciar uma côr marron, mais ou menos escura, conforme a exigencia de cada tipo e de acordo com o hábito do paladar desejado.

5.)—O café deve ser "puro", sem mistura, quer antes ou depois de torrado, pois qualquer mistura altera o aroma e o paladar. A torrefação mais escura dá mais tinta ou cor, mas não quer dizer que seja mais forte a infusão.

6.)—Deve-se usar torrador que proceda a uma torrefação igual e que facilite o operador ver o verdadeiro ponto desejado, afim de poder tirar rapidamente e esfriar o café antes que ele passe, e assim se possa verificar, pela cor, o ponto exacto do desejado gráu de torrefação.

7.º)—Moagem em pó fino contribue para o melhor aproveitamento.

8.º)—Coador de preferência metalico, fino (de acôrdo com o pó), de facil limpeza e perfeita filtragem, de modo a evitar-se a bebida turva.

9.º)—Usar boa agua quente, a 90º aproximadamente (proximo ao ponto de fervura), evitando o repasse que é sempre prejudicial por dissolver os principios amargos existentes nas celulas do café.

10.º)—A quantidade de agua deve ser sempre relativa a porção de pó, de modo a se obter, com uma unica filtragem, uma infusão de fortidão média. Assim obteremos uma infusão ótima na primeira filtraem e inferior na segunda.

11.º)—Conservar o vasilhame na melhor limpeza possível, de modo a evitar a transmissão de ranço dos detrictos de oleo, corpos graxos e etc., que se encrustam nos coadores, bules, e etc., e fermentam, transmitindo constantemente máos gosto á bebida.

12.º)—Usar pó moído e torrado de fresco, isto é, de poucos dias, pois é sabido que o aroma e o paladar se estragam com o tempo não se dando mesmo antes de torrar, pois, os cafés velhos, não torrados, melhoram pela volatilização de principios acidos, técnicos, etc.

13.)—Não usar máquinas que fervam ou repassem o café, ao coar, pois essas operações estragam o aroma e o paladar, bem como não usar máquinas de difficil limpeza, visto que, o café é uma bebida bastante sensível, cujo aroma e paladar são commumente alterados devido a essas causas.

Seguindo-se esses preceitos, é claro que obtemos uma infusão ótima, de bom paladar, macio ou veludoso, característicos indispensáveis á franca e larga aceitação.

A COLHEITA NATURAL

Quanto ás condições essenciaes exigidas para um bom café "milds" (doce) de maior procura e aceitação nos mercados e que são produzidos pelos nossos principaes concorrentes sabemos que são conseguidas á custa de preços elevados de produção, com a catação de cereja maduro e pesados. Por isso, se estudarmos os detalhes ou "porquês" de uma boa bebida, preço razoável, chegaremos á conclusão de que tudo se consegue facilmente com a simples adopção da "colheita natural", pois é ella a base fundamental de imensos melhoramentos com que poderemos valorizar o nosso produto, quer no que concerne á sua qualidade, como á redução de custo e ao aumento de produção.

Inelizmente, entre nós, os bons conhecedores de boa bebida são poucos e uma das razões principais disso é não dispormos, "para compararmos", de cafés de outras procedências, como acontece nos grandes centros consumidores.

Com o nosso actual sistema de trabalho nunca poderemos fornecer boa bebida, e por preço razoável, ao passo que, com os novos metodos indicados, poderemos fornece-la ótima, e ao alcance de todos. A crença de que somos fornecedores de alguns tipos finos de café não é exagerada, porém é preciso convir em que eles são "tipos finos quanto á aparência" e não quanto ao paladar e ao aroma. Para que um tipo seja verdadeiramente fino é indispensável que preencha tambem outro requisito, isto é, que seja café doce (milds) qualidade essa que não podemos fornecer devido ao nosso actual processo de colheita, visto que os cafés verdes, verdoengos, podres e ardidos, são inevitáveis nesse processo.

Ora, cada diferente gráo de maturação, como de ardidado ou podre, corresponde a um determinado aroma e paladar. Como, pois, conseguir uma bebida superior, macia ao paladar e de aroma agradável, quando a principal mistura já vem da lavoura com o actual sistema de derriça na colheita? Como obter cafés superiores "mesmo pelo despulpamento", quando sabemos que não podemos separar os cafés "verdoengos mesmo os vermelhos", que ainda não atingiram o necessário ponto de maturação, que são murchos ou sécos naturalmente, na propria arvore, e que só assim se formam uniformes e perfeitamente maduros? Os unicos cafés que colhidos pelo processo actual são mais maduros, são os boias dos lavradores, mas esses cafés são mais ou menos contaminados de podres e ardidos, desde que não se proceda em todo o cafezal, no mínimo a tres varrições geraes, isto é, á "colheita natural".

A INFERIORIDADE DO NOSSO PRODUTO

Não podemos negar a inferioridade do nosso produto em confronto com os de ótimo e limpo aroma e paladar, sem mescla, o que só se póde verificar praticamente em provas de chícara e torrefação, procedidas pelos tecnicos especialistas. Segundo a classificação americana em provas de chícara descritas no livro "All about coffe", de W. Uckeres, o café tem maior valor comercial. . . "se tem corpo, isto é, se rende em numero de chicaras; se é macio ou velludoso ao paladar (milds"; se é rico ou completo por si em aroma e paladar agradáveis"

Como se vê, todas essas condições exigem maturação completa.

Em seguida, vem a descrição do que é indesejável, os característicos de "acidis, vinho-sos, neutros", característicos estes da maior parte dos nossos cafés que servem para formar o volume das partidas e exigem a adição de outros cafés para dar aroma, e paladar accentuados, cafés estes geralmente de outra procedência.

Seguem-se cafés "duros", asperos ao paladar, principalmente por serem verdes e ardidos, como os cafés "Rio" (barsh); cafés rançosos, gosto desagradável, azedo—cafés com gosto de barro ou terra e os cafés amargos; os cafés de Minas e do Rio são os que tem o gôsto e aroma (barsh), pungente, picante, característicos; cafés do Espirito Santo, têm o gôsto de barro, o que denota falta de cuidado no terreiro etc.; cafés da Baía, têm gôsto de fumaça, o que é devido ao uso que fazem de secar o produto em giráos ou gradeados, com fogo direto, sem separar a fumaça: o Maragogipe tem gôsto de madeira (woody).

Essas classificações são, como se sabe, puramente empiricas, não estão fundamentadas ou explicadas as suas razões, por não estudadas; porém, têm valor intrinseco para a classificação do produto, pois estão em ligação directa com as suas boas e más qualidades e demais requisitos fundamentaes do seu valor comercial. Não há estudo meticoloso das "causas de todos os inconvenientes apontados, mas é fácil de se verificar claramente que a sua quasi totalidade é proveniente de nosso actual sistema de colheita e o restante provem da falta de cuidado na seca, benefício e conservação do produto, condições estas que, se estão reduzidas no Estado de S. Paulo, ao que parece, ainda deixam muito a desejar em outros Estados.

Já que as nossas condições mesológicas, portanto, nos favorecem, saibamos aproveitar o conjuncto de possibilidades, afim de que possamos colocar o nosso produto no mercado das competições certos do éxito que nos espera.

Tudo conseguiremos com a adopção intensiva da "colheita natural" na nossa cafeicultura.

O café e o histórico da sua cultura na Baía

“Confronte-se o problema brasileiro com o exemplo da França”

GONÇALO DE ATHAYDE PEREIRA

A FESTA DO CAFÉ

Tendo de realizar-se em setembro do corrente ano, na capital do Estado de São Paulo, a comemoração do 2.º centenário da cultura do café, conforme programa enviado ao “Boletim de Agricultura” pela comissão organizadora escolhida para levar a efeito este “desideratum”, tive de aceder a convite de amigo, comprometendo-me a escrever o que fosse possível, e dentro dos limites das minhas forças, sobre o café na Baía e sua existência em várias regiões geográficas do Estado.

O convite não poderia ser mais simpático, nem mais honroso e consolador para um filho de zona cafeeira, pois que o nosso Estado não poderia deixar de partilhar da comemoração do 2.º centenário da introdução do cafeeiro em nossas plagas, ocorrência que se verificou pelos documentos mais autorizados, quando foi da chegada, no Pará, do capitão Francisco de Melo Palheta, portador de algumas mudas de tão importante rubiácea para aquele lugar; sendo que esse fato auspicioso deverá ser, para o Brasil, como um acontecimento de alcance superior para o seu progresso e para a sua emancipação económica.

A S. Paulo, como maior centro cafeeiro do Brasil, coube a honrosa tarefa de dar a esta comemoração fôrma mais prática e cunho de acendrado civismo, promovendo varios festejos para solenizá-la; e a todos êles a Baía não poderá recusar sua adesão, visto que o café, a preciosa rubiácea, constitue boa fonte de renda da fortuna pública e particular, e o seu produto é reputado nos centros mercantis como de superior qualidade, e de fama mundial, maximé o da “Chapada Diamantina”, conhecido por “Café da Chapada”, que sempre gozou de melhores preços nos mercados estrangeiros.

O ORGULHO DA BAÍA

A Baía deve orgulhar-se de produzir o bom café, senão tambem bom fumo e outros productos de exportação; e os que mais contribuem para a majoração progressiva das rendas publicas são: o café, o cacáu, o fumo, o algodão e o açúcar.

Como se sabe, e nos diz a história por seus cultores de renome nas suas interessantes pesquisas, com relação a verdadeira data da introdução do café no país, foi ela fixada em 1727, e não, como erradamente supuzeram varios escritores, dando-a como tendo sido em 1723.

HISTÓRIA DO CAFÉ BRASILEIRO

Investigações, cada qual mais importante, foram feitas de tempos a esta parte, sobresaindo trabalhos de ilustres homens como os drs. Vieira Fazenda, Moura Brasil e ultimamente o engenheiro agrônomo Lourenço Granato, que muito longamente estudou e publicou em conferências o que poud apurar da verdadeira data do 2.º centenário da entrada neste país da preciosa planta, valendo-se de documentos que nada deixam a duvidar sobre o assunto.

Seu livro sobre o 2.º centenário da Introdução do Cafeeiro no Brasil prova o seu esforço e o grande interesse de estudioso dos nossos problemas económico-agrícolas, tornando-o credor do nosso reconhecimento por tão importante contribuição.

Nesse livro está a documentação colhida pelo dr. Manoel Barata, no Pará, em documento importantissimo do Arquivo Público, no qual Palheta requereu ao rei de Portugal, alegando seus serviços prestados e contando detalhadamente como obtivera o café que trouxera de Caiena para aquela provincia.

Daf em deante devem partir as referências ao café, do mesmo modo que já há muito se tratava do algodão, do fumo, do açúcar, etc.; mas a sua cultura era limitada ao necessário para o consumo da familia do cultivador.

Cuidava, de preferência, do plantío de cereais, da cana de açúcar, do algodão e da mandioca,—isto nas fazendas; e como o fazendeiro então, era criador, e o gado de toda espécie constituia o negócio por excelência do sertanejo, um ou outro deixava que, no meio das suas terras, fossem cultivados, além de cereais para consumo, o café, o algodão, para o intercâmbio comercial de provincias vizinhas e num ou noutro lugar, segundo o clima, o fumo—que tambem concorreu para a exportação daquelas épocas remotas.

Era, então, a cidade do Salvador, além da capital do Brasil, a capital da Africa Portuguesa, pois, recebendo de Lisboa as noticias e ordens regias, daqui as transmitia para as colônias da costa africana.

São vagas as noticias da introdução do café, neste Estado; no entretanto, como já fiz sentir algures em artigo sobre a agricultura colonial até a República, está verificada a história do café brasileiro, vindo de Caiena, Guiana Francesa, trazendo mudas e sementes para o Pará, de onde se foram disseminando por outras provincias, firmando-se em quasi todas ellas a sua cultura.

A distribuição geográfica do café no Brasil passou para o Maranhão donde foi levado

para o Rio, por um desembargador e ali ensaiado o plantio no quintal do Convento da Ajuda. Do Rio passou a ser plantado em São Paulo, donde vieram as primeiras sementes para Maragogipe, irradiando-se dali a cultura para outros pontos do Estado.

Há também a versão de terem levado a semente para Viçosa, sul da província, procedendo dali os primeiros cafeeiros (Relatório do dr. Dionisio Martins, 1875).

O TIPO CLIMATERICO

E' notório possuir a Baía clima excelente e apto ou favorável a quasi todas as culturas, desde o maritimo ao tropical, em que o calor e a humidade dominam constantemente, ao clima levemente temperado, em que a estação calmosa sucede outra de baixa temperatura, até o clima extremo ou continental, que prevalece no planalto longe do oceano, clima êste, saluberrimo, sem embargo do grande afastamento entre a média térmica estival e a invernal

"O Brasil é, neste particular, a nação mais privilegiada do planeta, porquanto, só êle pode se ufanar de possuir todos os climas culturais".

A natureza oferece-nos, como modelo, o tipo do terreno apropriado a cada cultura em certo e determinado clima e dotou-nos, além disso, de inteligência precisa para, mediante investigações agrônomicas, conhecermos a combinação dos elementos constitutivos do terreno tipo.

Servindo-nos de experiências e observações comparadas, chegamos ao entendimento da ação propria e recíproca de todas e de cada uma das "variáveis".

E assim, a cultura aperfeiçoada tende a reproduzir êsse tipo ou aproximar-se-lhe, partindo do terreno que tem a seu alcance, e cujas disposições normais modifica até alcançar o alvo do seu desejo.

Obedecendo a essas injunções da natureza foi que o café conseguiu neste Estado alastrar-se ou incrementar-se, "segundo o conceito de suas divisões na ciência geográfico-agrícola".

Lendo-se o estudo apresentado ao 3.º Congresso de Instrução em 1803, nesta capital, pelo dr. Bernardino de Souza, professor de geografia—"A ciência geográfica", bem como o importante trabalho do escritor Gustavo Enge—"Geografia econômica", tem-se a nitida compreensão do desenvolvimento que se tem operado nessa cultura, daqueles tempos a esta parte.

O estudo da geografia econômica supõe sempre e necessariamente o conhecimento de certos principios e leis dos outros ramos da ciência geográfica e, principalmente, os principios fundamentais da geografia matemática e um estudo mais aprofundado ainda da geografia física, e êsses principios, convenientemente adaptados e aprofundados, devem fazer parte do sistema geográfico econômico.

RATZEL

Chamar a atenção sobre a importância da posição e dos limites e definir estas expressões

foi um dos inumeráveis e grandes meritos do pranteado Ratzel; e também na geografia econômica e, talvez, principalmente neste ramo de ciência geográfica, merecem êsses fatos investigações científicas, pois, além de sua importância puramente geográfica, também constituem fatos de importância econômica e histórica, certamente de maiores vultos.

Embora os velhos sertanejos agricultores não tivessem estudos especiais da geografia e agrogeologia, nem conhecessem os preceitos de King referentes ao melhoramento físico do sólo e sua influência na agricultura prática, assunto de alta relevância e que constituiu, há pouco, o ponto da tese do engenheiro Helvecio Carneiro Ribeiro, no último concurso realizado na Escola Normal para a cadeira de agricultura,—êles pela prática que iam adquirindo e mais as experiências e comparações, foram-se aperfeiçoando nas culturas e conseguindo aos poucos um progresso relativo e de grande alcance agrícola.

AS QUALIDADES DO CAFÉ

Exposto assim e sem floreios o modo por que se fixou no abençoado solo baiano, esta importante cultura que representa uma fortuna mundial, chega-se a conclusão de que o café tem qualidades excepcionais que o recomendam não só como bebida de sabor agradável e valor nutritivo, senão também medicamentosa, que o tornam procurado para necessidades urgentes em que êle se recomenda.

RETROSPECTO

De quanto hei conseguido com respeito á cultura do café na Baía, ressalta a sua antiguidade em varios pontos dos Estado. Em Morro do Fogo, antiga freguezia da comarca de Minas do Rio de Contas (Paramirim) residência dos meus avós paternos, logar em que a mineração do ouro teve sua eficiência em algum tempo, encontrei na chacara de residência da família, cafeeiros colossais, acusando a existência de muitos anos. A chacara era bem regular e toda ela fôra plantada pelo português Manoel José Pereira, meu avô, que minerava ouro e negociava na mesma freguezia, onde existiam outros compatriotas, também negociantes e proprietários, que se entregavam á mineração e a culturas diversas.

Êsses portugueses não escaparam ás perseguições das lutas de 1822 que até lá chegaram, pelo que, para se pôrem a salvo, se refugiaram na comarca de Caetitê e nas circunvizinhanças.

Em 1881, ali estive com meu pai que desta capital me levou para curar-me do paludismo da Areia Preta, nesta capital, e ali tomei conhecimento de todos êsses fatos que muito me impressionaram, aos 16 anos de idade; entretanto, já meu pai era homem maior de 60 anos e se referia á cultura do café, ali exuberante e próspera, como coisa antiga.

Outro tanto posso dizer de uma importante cultura de propriedade da família de Joaquim do Vão, logar agrícola do município de Bom

Jesus do Rio de Contas, onde também existiam cafeeiros antigos, ouvindo eu ali referências do proprietário, homem setuagenário, sobre os sabios alemães Spix e Martins, quando por lá transitaram.

Nos tempos coloniais, a cana, o fumo, o algodão e a mandioca constituíam aqui a riqueza da antiga metropole; depois foi-se incrementando a cultura do café, que teve assombroso desenvolvimento, após os efeitos da seca de 1859-1860, e as lições da guerra entre o Brasil e o Paraguai, bem como os reflexos da franco-prussiana, em 1870-1871, pois que entre sertanejos essas lições são sempre mais proveitosas do que as de quantos compêndios sobre o assunto possam existir nas livrarias.

E' a lição da experiência e do sofrimento, pois que o mal é para todos e não se esquecem eles das agruras porque passaram.

De 1871 em diante, a cultura do café, em toda a provincia apresentava melhores auspícios, principalmente no sul, onde era praticada em larga escala, nos municípios de Caravelas, Viçosa, Mucuri e Valença.

Na zona conhecida das matas havia o mesmo interesse por esse plantio e grande expansão d'ele se observou em Maragogipe, Curralinho, Capela do Almeida, São Felipe, Cruz das Almas, Muritiba, Matas do Orobó, Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Maracás, Areia, São Miguel, Jequié e Santa Inez.

Para o centro, na zona diamantina, o mesmo ardor se manifestou pela cultura do café como Palmeiras, Capão Grande, Tijuco, Guiné, Mucugê, Campestre, Parnaíba, Carrapato, Catulé, Bom Jesus do Rio de Contas, Rio da Caixa, Vão, Morro do Fogo, Paramirim, Canabrava, Vincurá, Remedios, Jussiape, Brejo Grande, Brotas de Macaúbas, Maracás, etc.

Após o desenvolvimento dos centros agrícolas do café em toda antiga provincia, hoje Estado, o produto veio a sofrer grande depressão, o que determinou em muitas zonas o seu abandono.

AS CRISES AGRÁRIAS

Merece bem a pena reflectir um pouco nessas situações de grandes crises agrárias. Tanto o grande como o pequeno proprietário abandonam suas fazendas e até o Estado, em procura de remuneradores recursos, e nessas migrações vão encontrar muitas vezes o desespero, a miséria e até a morte.

Em 1875, o dr. Dionisio Martins, então secretário da Exposição de Produtos Baíanos, que se realizou no Liceu de Artes e Offícios, fez referências aos suprimentos do mercado pelos municípios de Nazaré, Valença, Maragogipe e Caravelas, comarca a que pertenciam os dois mais notáveis produtores, o sr. Luiz Bornand e dona Frederica Krull.

Em Cachoeira, começa a acentuar-se o gôsto pela cultura cafeeira e em Maragogipe há movimento pronunciado no mesmo sentido. O produto, em geral, é satisfatório, e algumas amostras merecem especial atenção.

O CAFÉ MARAGOGIPE

As amostras enviadas pelo sr. Chrisogno José Fernandes, resultantes de uma variedade por êle deparada nas matas locais e cultivada com desejo de reproduzi-la, é notável pelo tamanho do fruto e côr que caracteriza.

"E' notável que tivesse sido uma semente perdida, e que entregue ao capricho do clima, se desenvolvesse com a modificação apresentada. Como quer que seja, é fáto que tem boa aceitação no mercado, e que é pago por mais alto preço, segundo assevera o produtor, que não teria interesse em tratar com esmero o que não lhe compensasse o trabalho". (E' essa uma importante referência ao celebrado café de Maragogipe, daqui levado para Campinas, em S. Paulo, pelo inolvidável professor dr. Gustavo D'Utra, que o cultivou com carinho na Estação Agronômica de Campinas da qual era diretor). Ainda há pouco de passagem para a Europa, o sr. Belmiro de Moraes, importante capitalista paulistano e diretor dos Armazens Gerais de Santos, com especialidade no comércio de café, ao ser visitado, a bordo do "Alcantara" pelo dr. governador Góes Calmon, senador federal dr. Miguel Calmon, ex-ministro da Agricultura, e outras pessoas de suas relações, procurou aqúelle capitalista informar-se da procedência do café de Maragogipe, tão conceituado na Paulicéa, manifestando desejos de adquirir terrenos ali para cultivar essa importante variedade, já tão espalhada no poderoso Estado. Entre nós, parece que ela desapareceu ou tende a desaparecer segundo informes do deputado Ceciliano Gusmão, filho daquella zona.

O CAFEIRO BAIANO

Na palestra que entretive com aqúelle capitalista, a respeito da cultura do café, e sua produção na Baía, procurei salientar os terrenos da Chapada Diamantina e dos seus pontos limítrofes, como de reconhecida preferência para essas lavouras; e seus produtos são hoje bem reputados em toda a Europa e na America do Norte gozando de preços superiores a quaisquer outros d'este Estado. De referência ao momentoso assunto de tal cultura na Baía, reproduzo o que escreveu o dr. Miguel Calmon em seu relatório em 1902, quando secretário da Agricultura d'este Estado.

"*Café*—Tanto se há escrito acerca da preciosa rubiácea que me poderia dispensar de, sobre ella, expender qualquer consideração por minima que fôra. Mas, condições peculiares ao Estado, obrigam-me a algumas observações, que reputo de vantagem: "Primeiro, convém analisar a marcha de sua produção, estudar-lhe as variações. Os quadros juntos patenteiam as condições de nossa lavoura de café durante os 13 anos últimos. Por êles se vê que, com a alta dos preços em moeda papel foi a exportação continuamente subindo até atingir o maximo de 22.793 toneladas em 1898, época em que as cotações já comecavam a decair; e daí em deante vai em continuo e interrupto descambar—as colheitas acompa-

nhando "pari-passu" as depressões acentuadas do preço de venda do produto. As curvas representativas das exportações baianas e dos valores do gênero em moeda papel, oferecem uma visão acabruhadora; cada qual, mais celereamente se abismando! Muito se há de aquí obrar para alcançar êsse "desideratum", pois os hábitos rotineiros estão, na espécie, por demais arraigados. Será de mistér acabar com o pilão e com o giráú, que ainda hoje exclusivamente campeiam nos serviços agrícolas dêste gênero. Mas, só o estabelecimento de engenhos centrais dotados de bons secadouros para beneficiamento dêsse produto, permitirá a transformação, porquanto não possui a pobre gente, que se dedica a tal cultura, nem meios, nem animação para realizar tão benfazejo melhoramento. Se outra fôra a craveira dos fazendeiros, muito era de esperar do espírito de associação, mas, além de falta sensível nêles de equanimidade, acresce uma deplorável escassês de recursos, que, com existirem bons desejos, ainda assim, não deixaria de inibir qualquer manifestação em tal sentido".

Embora não se devam poupar esforços nessa propaganda de agrupamento dos agricultores, julgo que não é de bom alvitre, em se tratando de medidas instantes, delongar a sua adoção á espera que se modifique e eduque o espirito popular.

"Prefiro, nêste caso demonstrar, com o exemplo prático, as vantagens daquele proceder, caso fôr seguido. Cumpre ao govêrno despertar, se não promover, o interêsse por êstes assuntos, e para isso é conveniente favorecer aqueles que primeiro se dispuzerem a tais fins. Não menos desleixada que o beneficiamento é a propria cultura do café, feita com uma primitividade que espanta e entristece por dar copia do espirito acanhado e rudimentar dos individuos entregues entre nós, aos labores do campo. Só um ensino prático e reiterado, que impressione logrará obter algum fruto, entre gente tão primitiva.

"Julgo tambem, como de imprescindível necessidade, o desenvolvimento da viação férrea na zona cafeeira, não só no intuito de facilitar o transporte dos produtos, como, sobresalentemente para transformar o estado incipiente dessas populações.

"Não me detenho mais sobre o assunto tão debatido, como a crise do café, porque, nas circunstâncias especiais da Baía, a crise provém de dois únicos motivos: trabalho irracional e carestia de transportes. Consiga o govêrno provêr sôbre êstes males e a riqueza voltará para essa menosprezada lavoura.

"Para se aquilatar do nosso atrazo, citarei, apenas, um fáto significativo, que fechará a presente explanação: há lavradores que roçam ou replantam os cafeeiros conforme a descida ou a alta do gênero, a tal ponto que agora, não raro, se vêem mangas extensas de capim angola, onde outr'ora se dilatavam frondosos cafezais. Um estôrço incessante e pertinaz mal conseguirá transformar práticas tão selvagens".

CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Era êsse o sentir do secretário da Agricultura dêste Estado, em 1902, com relação á decadência da lavoura do café, que mais tarde voltou a retomar seu logar proeminente, graças á atitude do govêrno de S. Paulo, após o Convênio de Taubaté sobre a sua valorização.

Atualmente, o café goza de bom preço; há entre os agricultores grande atividade e os sistemas antigos de cultura vão pouco a pouco desaparecendo, principalmente nas zonas servidas pela Estrada de Ferro, iniciada no govêrno do conselheiro Luiz Viana, e, ainda, em 1927 no govêrno do dr. Góes Calmon, prolongando-se até Jequié, um dos centros agrícolas e comerciais mais importantes do Estado, para atingir a cidade de Conquista.

Nos excertos da obra "Reise in Brasilien", de von Spix e von Martius, traduzida, em 1916, pelos drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf, deparamos esta referência ao café da Baía, em 1817-1820.

"A produção do café, até hoje ainda limitada a poucos distritos fornece no maximo 12.000 arrobas".

Esta era a situação do café na antiga província e que procurei descrever com a maxima sinceridade, através de documentos officiais daquela época até a presente, quando um sopro de vida nova alentou todos os brasileiros, pelo seguimento de uma política econômica pregada desde o govêrno passado da República continuada pelo atual presidente, e aquí desenvolvida pelo dr. governador, como os fatos estão demonstrando e foram consignados em suas mensagens desde 1924 até êste momento, nas quais se procura dar exemplo aos nossos pósteros da expansão industrial e agrícola do Estado, com o aumento dos meios de transportes, principalmente rodoviário, que hoje estabeleceu a aproximação dos centros produtores com os mercados de compra e venda.

Ha dez anos passados, em 1916, a exportação do café baiano era de 324.320 sacas no valor official de 7.771:246\$000, e em 1926 foi de 334.320 sacas, no valôr official de..... 37.739:563\$500, conforme a estatística official.

A SITUAÇÃO BAIANA

A agricultura dêste Estado bem merece que o govêrno não a desampare, pois ela é que constitue a primeira industria do país e proporciona meios de vida á maioria dos seus habitantes. Uma comissão da Câmara Espanhola, em 1889, relatando um projéto sobre o crédito agrícola, lavrou esta sentença no assunto: "o consumo das classes agrícolas é o único mercado dos produtos das demais classes, e o seu mal estar é uma calamidade que deve atrair a atenção de todos aqueles que têm ingerência no govêrno".

Verdade inconstratável.

S. Paulo, teve a previdência do futuro, tendo em vista que o consumo é um dos fatôres mais valiosos para a sua agricultura e para os seus produtos, e por isso estudou e conseguiu o celebre Convênio para evitar a desvalorização

do café. Esse Estado e o do Rio, são os produtores de mais peso; e a Baía, que dispõe de terrenos apropriados a essa cultura, não poderia ficar estacionária e indiferente nem cruzar os braços para que outros se lhe avantajassem nesse ramo especial de agricultura.

Ela terá de fomentá-lo, de irradiá-lo por todos os centros onde a sua cultura se impõe, pela especialidade dos terrenos e suavidade do clima, pois que o café se tornou uma necessidade por toda parte, e a sua cultura, d'ora em diante, não será desprezada nem diminuída, como pensam muitos receiosos da super-produção. Hoje, felizmente, possuímos em cada município associações agrícolas para a defesa dos reais interesses da lavoura.

Sindicatos agrícolas e instituições de mutualidade, em todos os pontos do Estado, têm sido criados e estão prestando relevantes serviços á lavoura desde 1924; e mais persistentemente incentivados todos esses meios de propaganda, a lavoura baiana adquirirá em breve tempo a situação invejável e o prestígio soberano de impôr-se no concerto, no ritmo econômico do país.

O que convém ao cultivador de café na Baía, para o melhor êxito do seu negócio, é apresentar no mercado produto sempre limpo, bonito, bom que impressione a vista e agrade ao paladar, porque o café, como qualquer outro "especimen" agrário, não poderá esquivar-se á regra das exigências do comércio.

CONSELHOS

Mais facilmente se coloca o produto bom do que o de inferior qualidade.

Tenham, portanto, os srs. lavradores em mira esses conselhos, que, aliás, não são meus, e mercados consumidores de café não nos faltarão, como também para outras produções do nosso sólo.

Confronte-se o que acontece ao Brasil do ponto de vista da lavoura do café com o ensino que nos ministra a França, tal como o podemos apreciar no importante estudo de O. Eltzbicher, insérto há tempos, em "The Contemporary Review":

"Não podendo os camponeses, proprietários, adquirir máquinas modernas, maquinismos e instrumentos agrários, decidiram unir-se e agir coletivamente, obedecendo ao exemplo dado por varias comunidades alemãs. Surgiram, então em 1883, as primeiras sociedades cooperativas apoiadas por uma legislação eficaz, amparadas pela assistência e pelos subsídios do Estado, e a cooperação agrícola propagou rapidamente e a prosperidade tornou-se uma realidade tangível e maravilhosa".

Com admirável descortino, exposto vê-se o celebrado escritor Young a respeito desses assuntos: "O poder magico da propriedade transforma a areia em ouro. Dá a um homem como propriedade uma rocha nua e êle a converterá em um jardim: dai-lhe de aluguel, por nove anos o jardim e êle o transformará em deserto".

BIBLIOGRAFIA

—"Introdução do cafeeiro no Brasil" (2.º Centenario), L. Granato.

—"Atravez da Baía", dr. Pirajá da Silva.

—"Fatos econômicos", dr. Miguel Calmon.

—"Relatório da Secretaria da Agricultura", 1902, dr. Miguel Calmon.

—"Relatório", do dr. Dyonisio Martins, 1875.

—"Relatório", do dr. Machado Portella, 1889.

—"Cultura do café", Raphael Miranda.

—"Au Bresil", Paris, Walle.

—"Boletins da Agricultura da Baía", 1903-1925.

—"Preceitos de King", tésé de concurso do dr. Helvecio Ribeiro.

—"Revista Centro de Ciências", São Paulo.

—"Geographia econômica", Engenhos.

—"A ciência geographica" memoria do dr. Bernardino de Souza, 1913.

—"Boletim da Agricultura do Estado de São Paulo.

—"Estudos e Monographias de Gustavo D'Utra e Sergio de Carvalho.



DETALHE INTERIOR DE PALACIO ABANDONADO, EM PORTO DAS CAIXAS

(Ilustr. do prof. Henrique Cavalleiro)



A influência da cultura do café na formação nacional

“A civilização brasileira, de que tanto nos orgulhamos hoje, é, sobretudo, fruto da lavoura cafeeira”

MIGUEL CALMON

O CAFÉ E A CANA DE AÇUCAR

A influência da cultura da cana de açúcar e do cafeeiro no desenvolvimento do Brasil é tão patente aos olhos de todos, que deve, apenas, ser lembrada para servir de estímulo aos estadistas brasileiros, a quem incumba manter e criar as fontes de vida no país, de modo que possamos dispor de fartos recursos a fim de assegurar á nossa nacionalidade os destinos imortais que lhe traçaram os seus ingentes fundadores.

Foram estas duas plantas importadas do estrangeiro que vieram aquí promover o povoamento e a riqueza, tal como nos Estados Unidos sucedeu com o algodão, também exótico para êles.

INERCIA

Mas, ao contrário do que praticam, nós, imbuídos de doutrinas como as de Alberto Torres, nos quedámos inertes ante a fatalidade do esgotamento das fontes de vida em via de exploração e descentes do nosso futuro, enquanto aqueles enxameiam o mundo com as suas missões científicas no intuito de coligirem todas as espécies vegetais e animais uteis, que são incorporadas á economia americana, em número considerável. Assim se criaram, na California, os pomares que hoje produzem centenas de mil contos, por ano, com as mudas de laranjeiras importadas em 1870; assim se salvou a cultura da cana de açúcar em alguns Estados, com a variedade de cana denominada “Caiana 10”, encontrada na Baía por uma das referidas missões e lá introduzida faz poucos anos.

BASE DA NOSSA ECONOMIA

Mas, seria desviar-me do assunto explanar tais preceitos, quando o café está longe de profecias pessimistas, e até no Estado do Rio já começa a ser replantado, podendo, pois, afirmar-se que representa, e representará, ainda por muito tempo, a base da economia brasileira.

E’ applicável ao café, para o nosso território, o “simile” da vinha em França, a cujo respeito diz d’Avenel: “Il est aussi, dans toute la France, des provinces entières, et, dans l’étendue de chaque province, nombre de surface ou la

vigne sucessivamente fut plantés, puis arrachée, reparut de nouveau, pour disparaître encore. Cela, sous diverses influences économiques ou agricoles, fiscales ou politiques”.

Assim, entre nós, a cultura cafeeira, que há de variar no espaço e no tempo, sem perder nunca os fóros, que possui, e tais quais desfruta ainda hoje a da videira, em França, após tantos seculos de exploração rendosa.

FATOR POLÍTICO

Coube, efectivamente, ao café atrair e fixar numerosos grupos humanos, que, graças á natureza vivaz dessa planta, se tornaram sedentários, irmanando a sua existência com a da cultura, a qual, sobre lhes grangear a prosperidade, criou para a nação patrimonio de inestimável preço.

A repercussão do plantío do café sobre os demais aspectos da vida em sociedade não foi menos importante do que na formação da riqueza, pois a estabilidade política, administrativa e social de São Paulo, em relação aos demais Estados do Brasil, pôde atribuir-se á preponderância desse fator, tal como, em referência á Italia, assinalou Ferrero a influência da introdução da vinha e da oliveira, “culturas longas e pacientes, que, uma vez destruídas, não são reconstituídas senão a custa de longos e pacientes esforços”, em contraste com a fase anterior, em que só havia plantações anuais de cereais e criação, e durante a qual, as guerras e revoluções eram suportadas sem pronta reação e, por isso, se prolongavam indefinidamente.

SÃO PAULO

Mas, a produção cafeeira em São Paulo, é sobretudo, motivo de justo orgulho para todos os brasileiros, porque exprime o triunfo inegavel do trabalho livre, que se substituiu, mesmo antes da abolição, ao trabalho servil, a despeito da concorrência das colonias europeas, onde, nessa época, ainda imperava o regime forçado para a mão de obra agrícola.

Realmente, alí se sente o influxo do trabalho livre sobre a mentalidade dos fazendeiros, pois o que se caracteriza é a ação e a iniciativa, como já o notara Dafert há anos atrás, embora reconhecendo que devia, normalmente, ser preferida a cultura do café a qualquer outra

no Estado de São Paulo: "Comparados aos agricultores dos outros Estados da União, os nossos lavradores (paulistas) se distinguem pela sua grande habilidade no acomodar-se ás exigências variáveis do mercado universal".

A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

O que se deu durante a guerra da Secessão, repetiu-se com a geada de 1918, isto é, o lavrador paulista não se deixou abater pela adversidade; reagiu plantando algodão e vendendo o produto por excelente preço.

Os conselhos de Dafert, quanto á criação aliada á cultura do café, estão sendo postos em prática, bem como outros, que permitirão realisar o seu vaticínio de conservar sempre á lavoura paulista a primazia, sem passar pela crise que sofreu a do Estado do Rio.

De qualquer modo, graças ao cafeeiro, foi possível o desdobramento sistemático das zonas de mata dos planaltos formados pela Serra do Mar, desbravamento que não se teria feito senão por manchas e para satisfazer necessida-

des passageiras de grupos humanos erradios, á cata de minas ou de produtos silvestres.

A civilização brasileira, de que tanto nos orgulhamos hoje, é sobretudo, fruto da lavoura cafeeira.

Defendê-la e conservá-la é, portanto, dever primordial da União, que não póde fechar os olhos ás práticas seguidas, depois da guerra, pelas nações mais liberais, como a Inglaterra, na defesa das suas indústrias fundamentais e até na de produtos colônias, como a borracha e o cacáu.

UM VOTO

O meu voto é, pois, para que os Estados interessados conjuguem os seus esforços, com o apoio da União, afim de não coincidir com a comemoração do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil a maior crise da sua produção; e, dest'arte, evitar que recaia a maldição, ao invés de justas e merecidas benções, sobre os que tiveram iniciativa tão decisiva para os nossos destinos!

A gesta do Ouro Negro e do Ouro Branco

(Vale dos Rios Capivari, Pirai e Lages)

RONALD DE CARVALHO

I

Eu vi, nas suas vidas sucessivas, o vale dos três rios.
Eu vi no vale dos três rios o Brasil.

Vi as malócas agachadas entre as arvores, espiando
os manges verdes, como sapos cururús;
e mãos tranquilas possuindo o barro virgem,
talhando curabis de ponta de osso,
trançando a embira para as cordas do arco,
polindo a pedra negra dos machados,
tirando o igarité do tronco bruto.

Ouvi na mataria carrancuda
tatarar de queixadas,
trons de torocaná,
estrondo de tacapes,
clamores,
choques,
zumbidos,
assovios...
estouros de bambús, glu-glu de córregos, estalos
de tabocas sol o sol!

Eu vi a noite tamóia lavando as estrelas do
Cruzeiro nos igapós
e rêdes balouçando como grandes casúlos mergulhados
no cristal do luar...

Eu vi o homem de bronze, nú e ingenuo, olhando
nascer o fogo inocente
eu vi o homem correndo, na alegria de criar o
caminho com a planta do pé...

II

Vieram, porém, do Oriente, pelo enorme rio salgado
tão fundo que a perobeira mais alta não lhe
atinge o fundo,
vieram de onde o sol nasce, em grandes peixes
escuros, chusmas e chusmas de gente marinha:

José e Francisco, jurando por Cristo
desceram nas praias, subiram as serras,
vestidos de coaro, viola no alforge,
espada na cinta, escopéta na mão...

Tomaram a terra, queimaram malócas,
pegaram nas virgens de bronze massiço,
dormiram com elas nas rêdes macias,
em campo de plumas fizeram a guerra!

E o vale dos três rios ouviu a roda de madeira
gemendo nos eixos de imbuia,
e viu o cavalo e o boi e o cão dos pastores,
e casais caiados de janelas verdes, com telhados
curvos de telhões vermelhos.

Pesar de ouvidores e visitantes,
davam pouco os quintos do Real erário.
Manda El-Rei, então, plantar ouro negro,
e o chão rebenta em ouro de repente...

Ruivas, trigueiras, pretas e cobriças as mãos
baralham sobre a terra as suas ansias.
Dinastias generosas dos cafezais!

Quintas no Porto,
palacios de Lisboa,
armas na sala de Cintra,
galeões no Tejo,
togas em Coimbra,
casarões no Rio de Janeiro
verte a pança inesgotável das sacas milagrosas!

Há celeiros que valem cartas de nobreza,
colheitas que rendem juro de marquezados,
fazendas de onde saem linhagens de condes e
viscondes e barões!

Cada nome da terra humilde—Ponte Bella,
Bôa Vista, Barra, Lagôa, Lage, Pirai,
São Marcos—reponfa em quinas e
castelos de brazões,
e a terra apendôa e viça em corôas, timbres
e escudetetes...

Nas varandas das Casas Grandes dorme a luz tropical,
farta e pesada, sobre panos d'Arrás e pratos de
Macáu,
segas de prata, gorgorões, chamalotes e veludos
andam por entre cajazeiras e coqueiros,
chinelinhas de Sinhás pisam o mato crespo.
O Imperio repousa satisfeito sobre as suas mésnadas
de café...

III

Mas o homem novo, o homem da prôa os transatlânticos,
o homem que traz na bôca imperiosa um gôsto salino
de aventura.

o marinheiro da Mancha e o marinheiro do Baltico,
 o lavrador da Calabria, o barqueiro do Vistula,
 o homem que sonha, sobre a Biblia sombria, na sua
 aldeia do Reno ou do Danubio, com êsse horizonte
 de onde recuou a estrela polar,
 o homem dos litorais salgados chegou tambem ao vale
 dos três rios.

E, na terra cansada e já inutil,
 na terra maternal, com o ventre atormentado
 por milhões de raizes sequiosas,
 plantou, de novo, uma outra sementeira,
 plantou um mar!

O homem da Biblia repetiu o Génese...

Campos agricultados, pomares e currais,
 senzalas, em que se amaram vertiginosamente
 congos, minas, iorubas e bailundos,
 estradas, que bateram patas de cavalos imperiais,
 casarões que escutaram minuetos, gavotes e pavanoas,
 fazendas que foram berço de fidalguias silvestres,
 todo o passado idílico dos nossos avós,
 com arvores genealógicas e citações em latim,
 o homem novo afundou, como um deus displicente,
 na agua fecunda e silenciosa...

E o vale todo, capoeirões, mata, caatingas,
 e as grandes flores selvagens, pousadas como passaros
 na agua fecunda e silenciosa...

nas arvores,
 e as barrancas tremulas de avencas e tinhorões,
 e as mangueiras dos noivados romanticos dos senhores
 barões,
 e o tronco dos feitores e das aflições,
 e a doçua da natureza disciplinou-se, de subito, num calculo
 e a doçura lasciva das casas solarengas,
 tudo se concentrou, fervendo, rodopiando, trepidando
 no jato alegre das turbinas.

A natureza disciplinou-se, de subito, num calculo
 de força.

A paisagem coordenou-se na projecção subtil de uma
 épura.

A ordem da Máquina reinou sobre a desordem primitiva
 da materia elementar.

E de todos aqueles tubos, dinamos, embolos,
 cabos de transmissão,
 de todas aquelas baterias, pilhas e acumuladores
 saltou
 no ar saturado de energias, côres e volumes,
 vibrou na platina curva dos fios
 a alegria pura da luz!

Repercussão do clima sobre o café

NO DETERMINISMO BIOGRÁFICO QUE
RÉGE A LAVOURA BRASILEIRA DO CAFÉ, "O HOMEM É, APENAS,
O ELEMENTO COORDENADOR"

HONORIO SILVESTRE

A CONDIÇÃO ATMOSFÉRICA

Situado o Brasil entre 5° de latitude norte e 35° de latitude austral, e apoiado, a oeste, nos confins extremos das regiões andinas, se estende sobre 38° de latitude, abrangendo as suas terras várias zonas em que se definem climas presos às condições médias dos fatores meteorológicos diferenciados e em reação sobre o meio geográfico. Ao nordeste e a leste banha-lhe as costas litorâneas o Oceano Atlantico, a fonte imensa das chuvas continentais e de relévo.

Jungido ao restrito ponto de vista astronômico os seus climas estão numa dependência direta e fatal das zonas geográficas em que se ampliam as suas terras divididas pela zona equatorial, boreal, austral, tropical e austral e temperada sul.

Mas tendo a maior área do seu imenso território no hemisfério austral, as condições de ordem climática se acham em função das áreas oceânicas evidentemente de maior vulto ao que as da outra metade da Terra, não lhes perturbando o ritmo matemático as grandes massas continentais.

Por isso, graça à posição astronômica do nosso país no continente sul americano, o Brasil goza de climas mais frios do que os outros países de idênticas latitudes boreais, havendo neste particular até muito maior regularidade em todo o conjunto dos fatores.

Jogando com todos os elementos da natureza não goza o Brasil de climas excessivos e nem está sujeito as múltiplas perturbações atmosféricas de outras regiões do globo terráqueo.

A distribuição, após aclimação dos vegetais, pelas diversas áreas fito-geográficas do mundo, mais do que nenhuma obra imensa da natureza, está numa dependência direta do sólo e do estado médio da atmosfera que, em última análise, é o clima na sua ampla significação.

A temperatura, os ventos e as chuvas são os fatores decisivos que mais de perto agem na função complexa da distribuição e propagação das diversas espécies vegetais. Não devemos esquecer todavia a ação do homem.

A PLANTA ORIGINÁRIA

Mas na distribuição biogeográfica dos vegetais da valor econômico para o homem, não há um só que tenha estado em função imediata e determinante como o cafeeiro, mórmente depois da descoberta da America.

Esta pequena rubiácea selvagem nas florestas escassas do Soldão, da Abissínia e no selvoso costão ocidental da Guiné e de Moçambique, consoante as lições magistrais de *Richard Ritter* e *Meyer*, nos quais predominam no meio as condições atmosféricas do clima tipo semi-húmido, levada ao solo benfazejo do Novo Mundo vai se estendendo desde as terras das encostas orográficas do Mexico até às áreas agrícolas um pouco além do trópico de Capricornio, procurando por consequência assenho-rear-se das áreas imensas das regiões inter-tropicais.

Selvagem ou inculca nas terras africanas, vegetando sem dúvida no interior da Arábia, ou cultivada apenas tendo em vista o restricto consumo local, e transportada às Antilhas e ao Brasil, em breve se desenvolveu de modo extraordinário conquistando a feição de planta americana, tal foi a força de naturalização de aclimação.

Emeritos navegadores, os holandeses jamais desdenharam o desenvolvimento da agricultura nas suas colônias e seguindo a lição da ciência e da prática, como demonstraram em Pernambuco com os estudos aprofundados de *Piso* e *Marcegraf*, transportaram ao Surinam alguns cafeeiros que, pelos anos de 1718, embeberam as raízes nas terras férteis dos vales dos rios escoantes do planalto parimaguyano.

A ACLIMATAÇÃO

Escolheram os agricultores terras húmas, de humidade média e ao abrigo da insolação violenta nas regiões proximas da linha equinocial.

Iniciaram concientemente a fase delicada da aclimação de tão util vegetal, que em breve se espalharia por toda a America intertropical. Transportaram, por consequência, o cafeeiro, para uma região em que as condições climáticas eram idênticas ou quasi semelhantes as dos países em que o precioso vegetal tinha o seu *habitat* primitivo.

Da Guiana Holandesa foi o cafeeiro introduzido na Caiena por um garimpeiro de nome *Morgues*, que, falhando na expedição de conquista do ouro amarelo, dos sonhos de *Railegh*, trouxe a colonia do seu país natal ouro de maior quilate e consequente preço proporcional ao consumo.

Da Caiena o café foi levado às terras da Amazônia, graça aos esforços do português *Palheta* que em 1769, trazendo algumas sementes fo-

ram estas que deram origem á lavoura cafeeira outra de certo valor em terras do Pará.

Do Pará subiu o cafeeiro rio acima, vicejando abundantemente em terras da capitania de S. José do Rio Negro. *Rodrigues Ferreira*, na sua notavel *Viajem Filosofica*, nos informa que, em 1785, já se fazia regular exportação dos grãos desta rubiácea para a praça comercial do Pará.

Deixando as terras da Amazônia, em que o cafeeiro medrou num clima super-húmido, no qual a média termométrica é superior a 25° grãos centigrados, permitindo a abundância de quedas pluviais, calor humido e irradiação elevada minorada pelo sombrio da selva imensa, passou o arbusto etiopico ás terras de transição entre a Amazônia e o Nordeste—o Maranhão.

A lavoura cafeeira no Maranhão teve os seus dias de prosperidade em virtude do encontro de dois climas, que se caracterizam pela mesma média, isto é, superior a 25° grãos centigrados.

Sob todos os aspectos da geografia física, a terra maranhense é a transição entre as terras da imensa e futura Amazônia e as áreas semi-áridas das terras do Nordeste. Tem-no de ser também no ponto de vista fitogeográfico e climatológico.

O Maranhão goza ao norte, na bacia do rio Gurupi, do clima super-húmido da Amazonia, enquanto ao sul, nas terras mesopotâmicas, do sistema ternário do Mearim até o rio Parnaíba, parece que toda a região está á mercê das influências reciprocas entre o clima amazônico e o clima de tipo semi-árido do Nordeste.

O CICLO VITAL

O cafeeiro encontrou temperatura satisfatória, chuvas necessárias nas diferentes fases do seu ciclo vital, além do cuidado que teve o agricultor em escolher terras adaptáveis e evitar as insolações temíveis com o plantio em baixo das arvores das florestas.

Do Maranhão foi transportado ao Rio de Janeiro pelo desembargador João Alfredo Castello Branco, que, dali, viera despachado para a Relação da capital do país.

Plantado nos Barbonos como experiência instintiva de possível adaptação ao clima e condições do solo em breve feita a aclimação necessária passou a ser cultivado na chacara do alemão João Hopman no bairro de S. Cristovão.

Tomou em breve as escarpas suaves dos morros proximos do Rio, mormente os do Silvestre e Santa Tereza.

A MARCHA DO CAFEIEIRO

Antes de tratar da penetração e da conquista do solo agrícola das terras do Massiço Atlantico e antes de falar da conquista das terras orientais do planalto lícito nos é ministrar mais algumas noções referentes ao cafeeiro na sua marcha de avassalamento do solo patrio.

Se em 1785 assinala a exportação do café da capitania de S. José do Rio Negro, o notável naturalista Rodrigues Ferreira, não devemos

omitir o fato honroso do plantio do cafeeiro em terras do municipio de Santa Luzia, Goiás, em 1774, como consta dos assentamentos nos livros da tradicional Igreja paroquial da velha cidade goiana.

Em 1798, diz Henrique Silva, na *Informação Goiana*, que já se exportava café para o Pará, via *Tocantins-Araguaia*, consoante a estatística mandada organizar pelo capitão general Don Francisco de Assis Mascarenhas, no ano de 1804.

Parece que as sementes que frutificaram em terras da planalto goiano procederam da Baía de plantas que teriam sido introduzidas pelos colonizadores portugueses em periodo anterior ao terceiro quartel do seculo XVI e por ali espalhadas pelos quintais e chacaras, derramando-se pelas encostas fronteiras á baía de Todos os Santos.

Pouco importa que a honra da introdução da cultura do vegetal etiopico, nesta ou naquella parte do nosso abençoado território, possa caber a este ou aquele. Já lhes prestamos as homenagens, dando-lhes vida neste momento em que nos vem a lembrança do passado e o que praticaram nossos maiores.

O cafeeiro está provado que se desenvolve satisfatoriamente em terras da Amazônia num clima de tipo superhúmido, embora não tenha constituído lavoura de resistência pelo fato de haver falta de braços, baixos preços e cuidados por parte duma população feita á colheita dos produtos das florestas, tais como a castanha, o cacáu, a seringa, sem esquecer os proventos auferidos da criação do gado bovino ás leis da provida natureza da ilha Marajó.

Nas regiões de clima tipo semi-árido—Nordeste—da classificação *Morize-Delgado*, o café medrou numa região de média superior a 25° centigrados, e á sombra das matas que revestem as serranias do Baturité, no Ceará e terras altas do municipio de Bananeiras, em que o Estado de Paraíba. Concorreu desta arte a altitude, corrigindo as condições climáticas impostas pela latitude, sem esquecer a mancha de solo ubertoso de terras avermelhadas encravadas na imensa área cretácea do nordeste brasileiro.

Ainda hoje persistem estas lavouras de café que, embora não seja vultuosa a produção, no entanto subtraem estas unidades da nossa Federação da necessidade de importar o grão torrado ou *in natura* das praças comerciais sulistas.

EUCALIPTOS E LEGUMINOSAS

Tanto no Ceará, na serra do Baturité, como na Paraíba, nas encostas da chapada da Borborema, os agricultores de café plantam leguminosas que, ensombrando as arvores, minoram os efeitos terríveis do calor solar demasiado.

Na Paraíba já se vai substituindo as leguminosas pelo eucalipto. Parece que tem havido vantagens nesta troca; pois que, havendo a perda dos efeitos biológicos da função nitrófila pelo afastamento das leguminosas, ganha

o vegetal a ação das essências voláteis do eucalipto, as quais afastam os insetos daminhos e exercem ação sobre os fungos que atacam a raiz dos cafeeiros.

E' esta, pelo menos, a opinião dos agricultores do Nordeste.

CULTURAS DE PERNAMBUCO

Com os preços altos que tem tido o café duns anos a esta parte, as culturas sistematizadas do cafeeiro em Pernambuco têm aumentado bastante, sonhando esta unidade da nossa Federação com a sua possível admissão nos convênios celebrados entre os Estados cafeeiros do Sul, afim de garantir a justa compensação aos agricultores que nas lavouras nascentes, inverteram capitais de certa monta.

As terras pernambucanas estão numa imediata função de dois tipos de climas. Dum lado é o clima sêco, arido do Nordeste, do outro estão sujeitas ao clima tipo semi-húmido marítimo, sem olvidar uma possível influência do clima semi-húmido das altitudes.

Nas manchas apropriadas do solo vai a lavoura cafeeira se desenvolvendo, mormente no planalto dos Garanhuns, com a tendência a caminhar para oeste e norte, não disputando, por consequência, á cana de açúcar as áreas da mata, em que predominam as condições do clima semi-húmido do litoral oriental.

As culturas á sombra, evitando a irradiação e insolação e o regime das chuvas regulares, em Agosto, permitem futuro não sombrio á lavoura do café nesta parte do solo patrio.

A BAÍA

A Baía, absorvida pela lavoura do cacáu nas encostas orientais da serra dos Aimorés, não tem dado compatível desenvolvimento á cultura do cafeeiro a lavoura que vai tendo certo incremento nas terras ricas dentre os rios Paraguassú e Contas, as quais, servidas pela exuberância do sólo pelo regime regado das chuvas, temperatura adequada e encostas voltadas para o mar, evitando os soalheiros da tarde, apresentam condições magnificas citadas pelo clima semi-húmido marítimo.

MARAGOGIPE

Mas ao lado desta lavoura cafeeira que se vai desenvolvendo paulatinamente nas terras do sul do rio de Contas, não devemos esquecer que para o norte do curso desta corrente fluvial desde muito que a cultura do café conquistou o sólo agrícola, produzindo sem dúvida o melhor café de todo o Brasil, mormente o que é conhecido pelo nome de *Maragogipe*. Vencendo as terras altas, o Cafeeiro vai se embrechando pela *Chapada*, produzindo abundantemente e como que querendo alcançar as margens do caudaloso rio S. Francisco.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Não há negar que, augurando os primeiros ensaios da lavoura do café nos arredores do Rio de Janeiro, bons e compensadores resultados econômicos, graça a altitude corrigindo a latitude e com chuvas caindo no período da floração—época em que a natureza se levanta num espasmo de energia—em que a terra oriunda do desagregamento e da decomposição das rochas primitivas fornecia solo exuberante e fecundo, em que a irradiação era suportada pela planta nos primeiros tempos do seu ciclo vital sem os anteparos das arvores maiores; em que o clima superhúmido oriental do litoral meridional, retemperado pelos últimos arranços do clima semi-húmido marítimo, influenciando a orla marítima norte fluminense e o sul espiritosantense, concorria para aclimação definitiva; o cafeeiro atravessou a baixada fluminense em que vicejou á sombra das igazeiras afim de evitar a ação deletéria do calor húmido e a exposição violenta dum causticante sol e se instalou, definitivamente, nas terras da província do Rio de Janeiro, na bacia do rio Paraíba do Sul.

A MARCHA

Nestas terras altas em que a latitude foi modificada pela altitude, e imperando clima tipo semi húmido continental, em que a distribuição das chuvas de relevo se faz num ritmo regular, o cafeeiro avassalou toda a região agrícola desde a fronteira paulista até o municipio de Campos, evitando, contudo, as terras húmidas de massapé da lavoura de cana. Dominou nas terras oriundas da desagregação e decomposição das rochas arqueanas que capeavam o complexo—brasileiro.

Dominação passageira foi a do cafeeiro sobre os demais vegetais; porque esgotada a capa de terras humosas, em dois quartéis de seculo as fazendas cafeiras de opulentas que oram se transformaram em pastagens gordas; embora seja possível, mas não provável o renascimento da lavoura d'antanho nas áreas que foram poupadas á devastação na época do apogêo da lavoura cafeeira.

Ao contrário do destemido bandeirante das priscas épocas da necessidade dum melhor conhecimento da região das Minas Gerais, o cafeeiro subiu o rio Paraíba do Sul, instalando-se ao norte de S. Paulo e em arranços sucessivos se preparou acima de conquistar as terras oeste da notável unidade político-administrativa da União. A onda verdoenga do pelago norte paulista, sem encontrar entraves ao seu desenvolvimento, cresceu nas terras dalém barranca oriental no planalto e, num desdobrar contínuo e num reforço sistematizador de energias, vai abandonando as terras do vale do rio Paraíba do Sul e vae caminhando num cadenciar ritmado em procura do ocidente de S. Paulo até defrontar o rio Paraná e, se multiplicando para oeste e para norte, conquistará aos poucos as terras matogrossenses e as do sul do território Goiano. Estas não oferecem mais pos-

sibilidades econômicas, sendo, pois, hoje, uma realidade tangível. Mas do outro lado, o cafeeiro, num anseio de vencer as áreas apropriáveis ao seu cultivo e expansão biológica, atravessou as terras da parte norte da bacia do rio Paraíba e invadiu as bacias do rio Itabapoana e Itapemerim. Ganhando sempre espaço vai em breve entroncar-se á cultura do cacáo, nas margens do rio Doce cultura esta imigrada das terras do sul da Baía.

SÃO PAULO

Encontrando o cafeeiro condições admiráveis em terras de S. Paulo, em breve se desenvolveu a tal ponto que presentemente constitue a única lavoura organizada em todo o Brasil. Vejamos.

O Porto de Santos será aparelhado para receber a colossal produção cafeeira do Estado de S. Paulo, sendo de notar que por este funil coletôr do principal ramo da atividade febril dos paulistas, tambem se escoam para o exterior as produções agrícolas sul mineira e goiana. As escalas de navios cargueiros são organizadas para a America do Sul, visando os vultuosos embarques de café no porto de Santos, ás praças americanas e européas.

As estradas de ferro tem os seus fretes baseados no trafego de resistencia do café transportavel do interior até o porto de embarque.

Operações financeiras têm sido faltas no sentido de amparar os produtores da preciosa rubiácea, permitindo que os preços sejam sempre compensadores.

ANSIA DE VENCER

Pelo que temos visto, o envolver da fixação do cafeeiro ao solo brasileiro partiu do norte, desta Amazônia futura e, depois das experiências de aclimação aconselhada pela pratica rotineira, nos arredores do Rio de Janeiro, ganhou o paredão oriental do planalto e esbracejando, numa ansia de vencer, após ter dado riquezas incalculáveis á terra fluminense, foi escalando o rio Paraíba, até que chegou ás terras vertentes do Paraná, nas quaes encontrou um conjunto de condições referentes ao solo e ao clima.

ANÁLISE RETROSPECTIVA

Façamos ligeira análise retrospectiva.

Sem que haja exagero em calculos desta natureza, parece-nos que cerca de 60 por cento da área agrícola de S. Paulo são constituídos por terras roxas oriundas da decomposição dos dioritos e diabases. Nestas áreas de terras roxas o cafeeiro se desenvolveu extraordinariamente, crescendo, de modo rapido e proporcionando, fartas colheitas do sexto ano em deante. No entanto ou porque a terra produzisse muito duma só vez, esgotando o poder vital da arvore, ou porque as terras fiquem cansadas, o que é duma só vez, esgotando o poder vital da arvore ou porque as terras fiquem cansadas, o que é fato é que o cafeeiro em S. Paulo tem o seu ciclo

de vida muito mais apressado do que nos ensombreados cafezais da Paraíba do Norte e Ceará. Daí, os deslocamentos do centro de maior produção Ribeirão Preto para Rio Preto. Permitindo os preços altos do café margem á aquisição de todos os gêneros necessários aos gastos de manutenção dos trabalhadores rurais, S. Paulo tornou-se em certo momento um território agrícola de monocultura; mas felizmente nos nossos dias é policultor, produzindo de tudo muito mais do que é exigido pelas necessidades do consumo local.

O cafeeiro exige a descoberto e sem o anteparo de arvores que lhe resguardem da insolação e irradiação violentas como no Ceará, Paraíba e baixada fluminense, temperatura marcada pelos isoterms de 20 a 22, embora grande parte do extremo oeste e noroeste de S. Paulo estejam atravessados pelo isoterma de 24, cuja temperatura é corrigida, em parte pela altitude das terras semi-planálticas.

CLIMA TIPO

Fica dest'arte confinado no chamado clima tipo semi-húmido continental do interior brasileiro, em que a média anual da temperatura varia entre 20 e 25 centígrados.

Em qualquer dos seus períodos vegetativos o cafeeiro exige um "optimum" de humidade que lhe é proporcionado pelas chuvas de relêvo que caem nas encostas serranas e no interior, graça á evaporação intensa na imensa cuba oceanica e consequente condensação em nuvens, transportadas pelas correntes aéreas até além da muralha planáltica. Encontrando condições favoráveis, as nuvens transformam-se pela condensação em copiosas cargas de agua ou então constituem nevoeiros que impedem em parte os efeitos do calor solar em certas épocas do ano.

No período biológico, em que o cafeeiro, desenvolvido, se prepara para desabrochar as flores alvas, promissôras das fartas colheitas péde chuvas abundantes, que venham apressar o evoluer florístico da arvore. Na floração, e conqunte crescimento da baga drupácea, exige chuvas intercaladas com dias de sol. Na floração, a agua continuada "mela" a flôr e o "sol", em demasia, continuado, "estiola" o "fruto", mormente as bagas das plantas da arvore, ficando apenas os frutos envoltos nas folhas da saia do pé do arbusto. O resto "cho-ca".

A Passagem do Sol, em Setembro, pelo equinoxio da primavera, permite que as chuvas sejam abundantes e ás vezes regradas, facilitando o desenvolvimento do fruto e a manutenção de ótimas condições vitais no individuo vegetal.

Colocado como está o Brasil entre duas áreas de anticiclones—a do *Atlantico* e do *Pacífico*—é bem de ver que o regime das chuvas fique mui bem estabelecido graça ao transporte dos vapores dagua pelas correntes atmosféricas soprantes do mar e através o paredão archeano do planalto em procura das terras do interior.

O regime duplo da distribuição regrada das chuvas e a temperatura em função da altitude e latitude constituem condições ótimas ao desenvolvimento do cafeeiro e a consequentes fases do seu ciclo vital. Exigindo calor e humidade suporta as fracas geadas, não a resiste quando fortes, como já tem sucedido, mórmente nos logares em que a ação dos raios solares na *anoroegas* não se faz sentir de modo intenso.

RESUMINDO

Resumindo diremos:

Quanto ao sólo o cafeeiro exige terras argilosas. Terra preta na Amazonia, vermelha, no Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Baía, Espírito Santo e Rio de Janeiro, originaria da decomposição das rochas do complexo brasileiro. No entanto, na terra roxa de S. Paulo e Sul de Minas medrou melhor do que em outras partes do nosso país.

Quanto a *temperatura*, exige calor em que a média não vá além de 25 centígrados. O excesso de calor é vencido no norte do Brasil, plantando-se o cafeeiro debaixo da mata, tendo-se antes limpado o mato baixo e o escalracho que a entopem e a tornam intransitável.

Em S. Paulo o plantío é feito ao ar livre, pois que a temperatura se acha regrada pela latitude, sendo que em alguns logares intervem a altitude, corrigindo-a.

Quanto á *humidade*, o cafeeiro é exigente, encontrando em S. Paulo e na Amazonia todas as condições exigidas, sendo que naquele, pela

sua situação geográfica e topografia do solo, as chuvas se intercalam, quasi sempre com os dias de insolação mitigada pelas correntes eólicas.

UMA FORMULA SINTÉTICA

Não sendo possível estabelecer rigida formula sintética em que entrem em equação todos êstes fatores meteorológicos definidores do clima de determinada região, mórmente na sua atuação geográfica sobre a agricultura do cafeeiro, cabe-nos, apenas dizer que a lavoura do café avançará para o sul até as terras do Paraná que, com os desbatar das florestas e a ação do sol, ficarão em condições aceitáveis; e rumo ao norte, penetrará no planalto goiano, de preferência na parte dependente da bacia do rio Paraíba. Poderemos prever êste evento, porque será a aplicação da noção do círculo de condições climáticas que irá se alargando até estar todas as condições necessárias á caracterização do clima semi-húmido continental.

Estando em estreita relação o solo agrícola com o clima caracterizado pelo conjunto de condições médias metereológicas, a terra não dá o que queremos, mas produz simplesmente o que póde.

São Paulo tinha de ser no Brasil o maior produtor de café do Mundo. Disto se conclue que a planta etiópica—*Coffea arabica*—o podia se subtrair a êste fatal determinismo ditado pelo *solo* e pelo *clima*, síntese do estado biogeográfico preciso e insofismável da sua *repercussão sobre a lavoura do café*, de que o homem é apenas o elemento coordenador.

O café na Dinamarca

HAMILTON PIRES

Desde 1922 que se vota o decrescimento da importação do café neste país, decrescimento que se acentuou no ano passado de modo sensível, devendo ser atribuído á cotação muito alta do nosso produto. No entanto, o Brasil vendeu á Dinamarca, naquele ano de 1922, 420.562 sacas das 2.254.000 que exportámos na mesma occasião para a Europa. Como é sabido, os nossos concorrentes desenvolvem grande propaganda na Europa a favor dos seus cafés, com especialidade a Colombia e o Mexico. A Colombia tem até alcançado grande resultado, isto é, o seu café já é conhecido como melhor do que o de Santos e consegue maior preço, sendo apenas para a mistura com outros de primeira qualidade! Até a República de São Domingos se desenha como nosso concorrente futuro, pretendendo possuir melhor café do que o nosso, que é conhecido como muito caro e de actualidade inferior, por exemplo é costume dizer-se no mercado: "os finos de Colombia" e "o regular de Santos". Em 1925 o consumo mundial diminuiu sensivelmente, porém o café colombiano subiu nessa época a 1.500.000 sacas, ao passo que o brasileiro só atingiu 9.250.000 sacas.

No ano de 1926, o Brasil vendeu á Dinamarca 11.451.400 quilos ou sejam sacas de 60 quilos, 190.857. A Dinamarca importa cafés de diversas procedências, não sendo possível, porém, determinar com precisão de onde são originários, como se vê pelo quadro seguinte:

	Por 100 Quilos	Por 1.000 Corôas
Brasil.....	114.514	20.380
Índias Orientais Neerlandesas (Java).....	38.738	9.079
Índias Ocidentais (Porto Rico, Haiti, S. Domingo).....	36.539	7.005
Holanda (Java).....	11.703	2.416
Venezuela.....	35.897	7.303
Colombia.....	980	209
Asia do Sul.....	4.256	925
Índias Británicas.....	272	65
América Central.....	9.414	2.021
Alemanha (provavelmente café brasileiro)....	7.167	1.365
França (idem).....	5.107	909
Italia (idem).....	389	84
Suecia (idem).....	487	103
Belgica (idem).....	388	78
A TRANSPORTAR	265.851	51.942

	Por 100 Quilos	Por 1.000 Corôas
TRANSPORTE	265.851	51.942
Estados Unidos.....	5.096	1.013
Grã-Bretanha.....	1.739	325
Outros países.....	542	96
	273.228	53.376

Apenas o que é possível determinar é que sobre um total de Kr. 53.390.000 dispendidas pelo Reino da Dinamarca com a compra de café coube ao Brasil 20.380.000 de corôas.

O povo dinamarquês gosta muitissimo de café e o tomar forte, podendo asseverar que de toda a Europa é na Dinamarca onde se bebe o melhor café. Assim, além de ser o dinamarquês um excelente apreciador de café, é também um excelente comprador desse produto, pois este Reino que conta apenas com 43.000 quilometros quadrados de territorio e uma população de 3.500.000 almas comprou em certo ano 420.000 sacas, enquanto a Inglaterra no mesmo ano para uma população muito maior, adquiria apenas 665.000 e a Italia 900.000 sacas.

Não creio que os sucedâneos façam grande móssa ao café da Dinamarca, pois o dinamarquês aprecia muito o bom café. Acredito, ao contrário, que a Dinamarca é um excelente campo para a propaganda do bom café porque é neste país que se prepara o melhor café da Europa. A chicoria e outros ingredientes são aqui empregados pelos pobres, ou por criados deshonestos no afan de augmentar as suas economias em contradição do gosto e prejuizo da bolsa dos patrões, os quais ignoram, muitas vêzes, as manobras culinarias do mordomo.

A propaganda do café brasileiro é uma necessidade, mas essa propaganda deve ser entregue a negociantes interessados nessa mesma propaganda, a menos que o govêrno queira fazê-la directamente. Existindo aqui uma sociedade de propaganda "Amigos do Brasil", da qual fazem parte vários negociantes, não seria difficil chegar-se a realização do recebimento directo do café brasileiro e da sua venda. Nesse sentido muito tem feito o pequeno periódico "Brasilien" da Sociedade "Amigos do Brasil" sem subvenção alguma e que vai caminhando difficilmente, porém com proveito para o nosso país para onde tem dirigido muitos imigrantes e despertado a curiosidade geral sobre o Brasil neste Reino. E' preciso ajuntar que o porto livre de Copenhague offerece as maiores vantagens aos nossos exportadores que desejam exportar directamente para este país, estabelecendo aquí entreposto de reexportação para os outros países do Baltico.

O café na Suécia

JOHN LONNEGREN

Na Suécia o café era desconhecido ainda no começo do século XVIII. Pouco depois do fim da guerra do Norte (1700-1721) começou a importar-se e consumir café e já em 1746 o "Collegium Medicum", publicou uma ordem contra "o abuso e superfluidade do café", fato interessante, que mostra a popularidade que essa "mercadoria exótica" gozava no seio das famílias ricas da Suécia, apenas 20 anos depois da sua introdução. No ano seguinte o governo baixou um imposto sobre o consumo do chá, café, etc., que montava a 12 rikedaler por ano e por indivíduo conforme as diferentes classes de cidadãos. Em 1756, o quarto estado, os fazendeiros e camponeses, conseguiram que passasse uma lei proibindo o consumo do café, lei ou ordem, que foi reiterada em 1766 mas o consumo do café continuou e quantidades consideráveis entravam como contrabando na Suécia, e desde 1769 permitia-se a incomparação do café contra direitos de entrada. Em 1794, o governo fez uma nova tentativa para suprimir o consumo do café, que foi interdito, para melhorar a balança comercial do país e forçar o povo a uma maior economia, de acordo com as exigências do tempo. A abolição do café foi lastimada em todo o país como um luto nacional e muitas canções tragi-comicas foram impressas e publicadas em honra do café, apesar da proibição das autoridades. O descontentamento e a oposição á lei proibitiva do café eram todavia tão fortes e obstinados que o governo se viu na contingência de permitir a sua importação, mais uma vez, em 1796. Tres anos depois, em 1799, a proibição foi de novo proclamada e mantida até o ano de 1802. Depois de um período livre, até o ano de 1817, o café foi proibido durante os anos de 1817 a 1822, mas nesse último ano foi proclamada afinal e definitivamente a liberdade de consumir café, o qual, a partir de 1822, não estava sujeito senão a impostos aduaneiros.

Esses direitos de entrada, que eram no começo e em conformidade com o valor daqueles tempos, muito baixos, foram aumentados mais tarde e sobem neste momento (1927), a 40 ore por kilo o que é considerável em comparação com o preço atual do varejo de 4 a 5 coroas por kilo.

O consumo do café aumentou constante e ininterruptamente e muito mais depressa do que o crescimento da população. A importação do café subia em 1740 a 5.824 kilos, mas em 1781 atingia 712.023 quilos. Cem anos depois, em 1881, o algarismo era de 12.341.000 quilos. Então o consumo do café tinha aumentado mais de dez vezes em cem anos ao passo que a população sueca não tinha dobrado.

Esse aumento do café na Suécia foi observado principalmente nos últimos 40 anos. Assim, a importação que em 1885 era de 15.450.000 quilos subia em 1925 a mais de 42 milhões de quilos. O consumo de café por indivíduo na Suécia não era em 1782 senão de 0,33 quilos, e em 1882 elevava-se a mais de tres quilos. No presente, em 1925, é de 7,2 quilos por indivíduo e a Suécia é o país onde, proporcionalmente, se consome maior quantidade de café na Europa, tendo passado a Dinamarca, a Noruega, a Belgica e mesmo os Países Baixos, nos últimos anos.

São sobretudo dois fatos que interessam observar em relação á historia do café na Suécia; o café que os suecos bebiam durante o 18.º seculo vinha do Oriente, isto é, da Arábia e da Ilha de Java, que forneciam então as maiores quantidades de café ao mundo inteiro. Mas hoje, mais de 90% de todo o café importado na Suécia vem do Brasil, que se tornou o grande fornecedor mundial do café. Depois, o café se tornou na Suécia uma mercadoria de consumo popular e sobretudo das classes operarias e ruraes, embora tivesse sido considerado durante mais de um século, como coisa de luxo, consumida somente pelo publico abastado e moradores das cidades.

Hoje são os partidos da esquerda: liberais socialistas e mesmo os comunistas que favorecem a importação do café do Brasil e o encaram como um prazer para a população mais inocente e benefico, do que o que do o alcool. Assim era a esquerda que reduzia em 1926 os direitos de entrada sobre o café de 50 para 40 ore por kilo. Este ano os comunistas chegaram a propor a abolição completa dos direitos de importação sobre o café para torná-lo mais acessível ás classes pobres. A proposta foi rejeitada, mas a minoria foi bastante elevada.

Embora a Suécia seja a maior amiga e consumidora do café brasileiro na Europa, as relações comerciais entre os dois países não são ainda suficientemente íntimas, o que demonstra os algarismos seguintes: em 1926 a importação do café na Suécia subia a 4.743.000 quilos, vindo quasi todos do Brasil, mas somente 27.466.000 quilos eram transportados por navios suecos, o resto veio em navios de outros países europeus. Assim uma grande parte do café importado e consumido na Suécia é comprado pelo intermediário de comerciantes alemães e transportada para aquí via Hamburgo. Dever-se-ia e poder-se-ia cooperar melhor no Brasil e na Suécia para estabelecer um comércio direto entre ambos os países.

O café, sobretudo o brasileiro, tornou-se, de há muito, a primeira e a mais popular bebida nacional na Suécia e manterá seguramente essa posição dominante para o futuro. E' mister, porém, não esquecer de que há também na Suécia adversários encarniçados do café. São sobretudo alguns médicos que acham que os habitantes do Norte, os lapões e os operários, suas mulheres e filhos, bebem muito café, o que lhes é nocivo á saúde. Fala-se de estômagos arruinados pelo café e adverte-se o público de tal perigo.

Os amigos do café, em grande maioria, não deixam de responder que o café, tomado com moderação como em geral se faz na Suécia, é uma bebida salutar, e que se póde com êle desabituar os suecos do uso perigoso e nocivo do alcool. Ajuntam que, para um abuso do café, há, pelo menos, mil (ou dois mil) de excesso de alcool. Assim está colocado aquí o café e assim êle permanecerá, e, com êle a importancia do Brasil e dos seus produtos aumenta constantemente em benefício do comércio e da cultura entre os dois países.

Porto-das-Caixas

GUILHERME DE ALMEIDA

"Quomodo sedet sola civitas plena populo!

"Heccine est urbs, dicentes, perfecti decoris, gaudium universae taerrae?"

"Quomodo obscuratum est aurum, mutatus est color optimus! dispersi sunt lapides sanctuaril in capite omnium platearum!"

(LAM. I, II, IV)

Foi numa terça-feira enlameada d'este último junho que eu vi Porto-das-Caixas.

Porto-das-Caixas, cidade de meu pai.

Ambos morreram.

Tantas vezes o homem santo, que fez o meu corpo e o meu espirito, quiz revêr e nunca reuiu, a sua cidadezinha esquecida! Eu guardei, com cuidado, nos meus olhos, a imagem suave de meu pai, para trazê-la, um dia, á terra em que nasceu. E trouxe-a.

Aí, naquela terça-feira enlameada de junho, abri sobre o cenário de morte os meus olhos: e, numa lagrima, entreguei á terra o que era seu.

Será verdade que eu vi Porto-das-Caixas? —Não vi: reví. O passado, a gente revê. E Porto-das-Caixas é só um pedacinho de passado. Revi a cidade que tantas vezes eu já tinha visto nas palavras e no olhar da minha gente, quando, durante as simples conversas de familia, a saudade batia as azas naqueles labios e punha uma alma líquida naqueles olhos.

Aquí está, sobre a mesa em que escrevo, um rêlo de papeis. Tem êste titulo: "O que sei de minha Terra e dos meus". Leio, com uma comoção simples, e por isso mesmo forte, aquellas palavras que me mandou meu tio—Antonio de Almeida Junior—o mais antigo remanescente de minha familia. Êle me diz, na sua singelosa enternecedora:

"Porto-das-Caixas foi, em 1860, ponto inicial da Estrada de Ferro Cantagalo, construida até Cachoeiras de Macacú, onde começa a subida da serra de Nova Friburgo. Era, nêsse tempo, o porto das pequenas embarcações a vela que, vindas da Côte, pela baía de Guanabara e rio Macacú, traziam artigos de importação e levavam, em troca, os produtos da lavoura de Cantagalo, Cordeiro, Friburgo, Tonguá, Rio Bonito... Nêsse comércio, predominavam então o café e o açúcar, que vinham em caixas de trinta arrobas e mais. Daí o nome: Porto-das-Caixas. Em 1864, ou 65, a Estrada de Ferro Cantagalo foi prolongada até Vila Nova que, dispondo de melhor porto, á margem da baía, dispensando por isso a navegação fluvial e acessível como era ás barcas a vapor (que faziam a carreira até a Côte em duas ou tres horas), atraía toda a vida comercial dessa zona, paralisando por completo o movimento de Porto-das-Caixas. Peoraram ainda mais as condições da freguezia, com a inauguração do ramal para Rio Bonito e Campos. Em 1867, quando nos mudamos de Porto-das-Caixas, havia aí duas igrejas—a de Nossa Senhora da Conceição e a de Santo An-

tonio,—um teatro, duas escolas, um jornal bi-semanal, algumas ruas calçadas de pedras irregulares, boas casas de negócio e vivendas de luxo... Foi tal a decadência do logar, que se demoliram as casas para vender os seus materiais. A casa em que nasci era um sobrado—e teve a mesma sorte... Meu pai contava que..."

Era bem ela, que eu via: "a cidade d'antes tão populosa, e hoje tão sosinha",

Ao entrar na pequenina vila, senti pedras sob a relva brava da estrada, onde meu passo incerto cantou com um ritmo de geração:—e aquellas lages contaram-me que aquilo fôra uma rua onde faisaram cascos de cavalos de estirpe, conduzindo grandes senhores de numerosa escravatura e barcos muitos... Toquei farrapos de paredões espessos, pesados, de granito britado e terra socada, apegados ainda com terror a largos portais talhados numa só pedra:—e aqueles paredões contaram-me a gloria e o brilho da chacara de meus avós, dos nobres casarões hospitaleiros, accessos de vida rica, num tempo feliz que desmoronou com êles... Desdobrei o olhar sobre um humido capinzal espetado de um verde tenro:—e aquellas ervas narraram-me a história irrequieta do Rio da Aldeia, pejado de barcasas, ondulado de frótas mercantes, numa trama de mastros e cordames, que levavam a riqueza do altiplano á Guanabara; e narraram-me que o rio, obstruído, secára e que, sêco, privára da seiva a cidade viçosa que feneceu, como uma flôr, na ponta do caule murcho... Procurei á margem do rio extinto, um vestigio de cáis:—e as pedras enormes que vi falaram-me de um porto onde as caixas de açúcar se empilhavam de mil em mil, depois barganhadas pelo café que descia no lombo das tropas tributárias de Friburgo, Cantagalo, Santa Maria Madalena... Olhei, de olhos admirados, para os doze portais graníticos, intactos, de um trapiche:—e aqueles arcos de pedra, e aqueles argolões de ferro, pendurados entre os pilares, disseram-me da importância antiga de um grande armazem, um descomunal depósito de mercadorias, de uma cidade de entreposto, todo atulhado de gente e mantimentos, com barcas ariscas oscilando na agua, atadas aos aneis de metal; tropas inquietas escouceando ás portas, entre gritos roucos de tropeiros nús, ativos, contando pratas; vozes de feitores, ásperas, rapidas como chicotadas estalando sobre filas fulas de escravos... Porto-das-Caixas.

Estou pensando naquela rua de Santo Antonio, escura e selvagem de abandono, que sóbe para a fazenda da Cruz.

Ali, á esquerda, entre a trama verde e brava de uma capoeira alta, qualquer coisa de oiro brilhou para os meus olhos. Rompi o mato—e vi. Vi os restos—a capela-mór—de uma igreja rica. A igreja de Santo Antonio. Nos altares ainda intactos, os santos coloridos velavam. Mas as imagens tinham os olhos apagados e os dedos descarnados: e nas suas órbitas vazias os maribondos fizeram ninho, e entre as suas mãos plangentes a aranha felpuda esticou a teia hipocrita. E, no meio de toda aquela desolação, como que prosseguindo no seu exemplo de amor, de abnegação, de martírio, um Cristo mutilado, caído de sua cruz, morria mais uma vez sobre a pedra santa do altar. Pareceu-me

um símbolo. Era o símbolo daquela cidade tão desgraçada e tão só. Não fôra éla, como Êle, traida e vendida a inimigos? Como Êle, condenado e infamado numa cruz de morte, não expirara ela tambem entre os braços de estradas novas que se cruzavam? E, crucificada, não pedira ela, com seu rio seco, como Êle pedira, sedento, uma gota de agua? Não foram os restos da sua riqueza disputados pelos mesmos homens sem coração que d'Êle disputaram a tunica pobre? E, principalmente, não estarão agora as multidões sacrilegas ouvindo dela, como ouviram d'Êle, as mesmas palavras de perdão, dêsse suave divino perdão aos que "não sabem o que fazem"?...



Mangaratiba, terra das begônias

RENATO DE ALMEIDA

Quando nos aproximamos de Mangaratiba, descendo a encosta da montanha, por estrada que se encurva entre a mata densa, tocada de sol, naquela tarde de inverno, fazendo rebrilhar toda a escala dos verdes, ao meio da polifonia dos mil ruídos da floresta, acrescidos do sussurro do rio que se encachoeira aqui e ali, a cidade sorria ao longe, perto do mar, que nos aparecia como uma mancha enorme, parada e grossa.

Mas o trajeto não é agreste. Desde São Marcos, que vimos por magnífica estrada, amparando as barreiras com contrafortes, cortando inúmeras vezes o rio com pontes, uma das quais de perfil romano, no seu ar avermelhado de limo verde, coberto de avencas, encontrando, de vez em quando, esqueletos de casas de fazendas, com colunas ainda em pé, meias paredes e porteiros desengonçadas. Em tudo sinais de vida extinta, no próprio mato, cheio de capoeirões, que cobrem hoje as antigas plantações de café e onde se vêm ainda, isolados e estéreis, alguns pés desse arbusto do nosso ouro negro. Esse contraste entre a natureza exorbitante e selvagem e aqueles restos de civilização, que passou antes de solidificar-se, dá uma curiosa impressão de instabilidade e de agitação e propõe ao mesmo tempo ao espírito arguto um problema difícil da nossa geografia econômica. O café é nomade, e, na sua marcha para o sul, desertou dali, quando lhe faltou o braço cativo do seu primeiro cultivador. E veio a penúria e a ruína e os grandes centros da vida intensa e formidável da zona cafeeira da antiga província do Rio de Janeiro se eclipsaram e passaram a ter existência humilde, cheia de evocações e saudades.

Essas cidades mortas fluminenses onde floresceram fazendas prosperas, cujos donos foram titulares de prosapia, senhores de muitas leguas de terra e muitas centenas de escravos, em cujas casas chatas e brancas de avarandado em derredor, todos os móveis eram de jacarandá pesado, lustres e candelabros de prata massiça, que comiam em louças finas, e onde as festas, casamentos, batizados, formaturas e aniversários, eram cheios de pompa e acompanhados de banquetes rabelaisianos, que enchiam mesas, essas cidades com os seus solares esquecidos ou desaparecidos, as suas fazendas arruinadas ou afundadas, não só evocam um dos períodos mais brilhantes da vida da nossa sociedade, cujo estudo está por fazer, para lhe verificar exatamente o sentido construtor que teve na formação nacional, mas têm também um ar senhorial de nobreza decaída, um pudor do contacto plebeu, mesmo que lhes possa trazer fortuna.

Mangaratiba, terra de mangará, que quer dizer begônia, foi o grande porto de embarque de café, para onde convergia, não só $\frac{1}{4}$ da produção fluminense, mas também muito dos

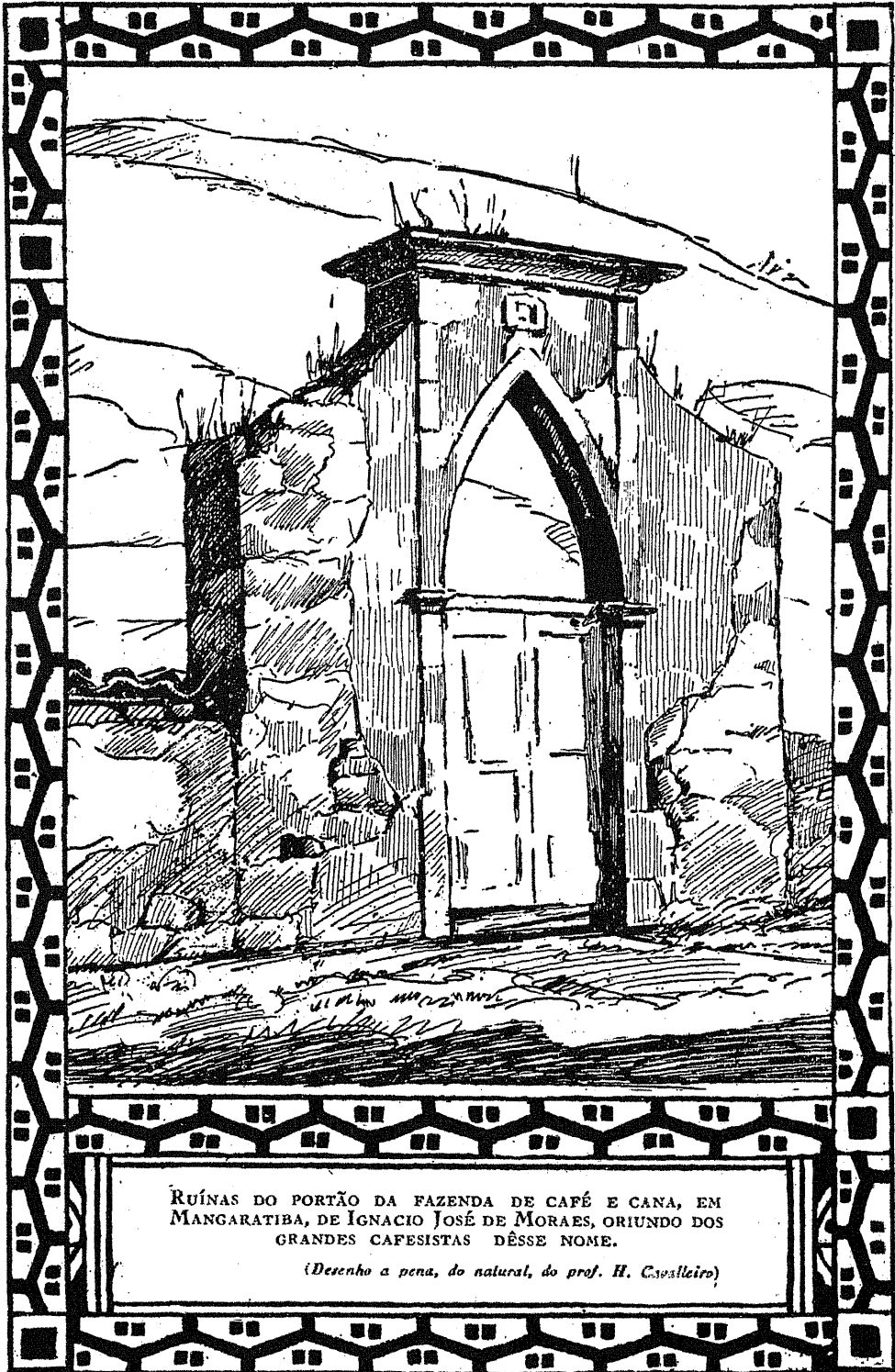
café paulistas e mineiros, que tinham empório em São Marcos, onde se efetuavam os negócios, antes da saída do produto.

A magnífica situação geográfica, na baía de Angra dos Reis, a beleza surpreendente do conjunto forte de montanhas floresta e mar, tudo dotou a povoação de privilégios excepcionais e de múltiplos encantos, a que fez companhia a boa fortuna.

Nasceu Mangaratiba em 1618, como um aldeamento de índios tupiniquins, transportados para ali pelo governador Martim de Sá, que fundou a povoação na praia de São Braz. Dois anos mais tarde, porém, como as resacas agitassem muito as águas, e os índios dessem refúgio a soldados desertores, o dito governador, em 1620, sobe com o povoado para nordeste, no saco de Ingaíba, arrazando as casinhas do primitivo ajuntamento. Tudo favorecia a nova aldeia, numa situação geográfica excelente, ponto convergente de toda a zona de Pirai, São João Marcos, Rezende e outros centros florescentes, por onde passavam tropas e tropas carregadas de café, para embarcar no porto de Mangaratiba, que se constituiu assim importante entreposto da vida mercantil fluminense.

A primitiva aldeola de índios, com as suas setenta casas de adobe e sapé, teve tudo para ajudar-lhe o progresso, "estradas que, favorecendo a indústria, parecem haver sido abertas nas serras pelas mãos da natureza, ribeirões que dão fácil navegação a canoas, facilitam o transporte de gêneros até a enseada de Ingaíba, onde os vêm buscar as sumacas; tais são as causas que, desde o fim do século passado, contribuíram ao aumento do comércio e da população brasileira desta povoação". Em 1831, era fundada por ato de 11 de novembro, a aldeia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, cuja instalação consta de curioso documento, que manuseiei com emoção, nos arquivos da atual cidade, como a sua certidão de batismo. Por esse tempo, já contava com mais de 450 fogos e 3.600 habitantes, e o seu território de boa fertilidade, fartamente banhado pelos rios que descem a serra, já produzia café, mandioca, cana de açúcar e cereais e havia engenhos de moer e destilarias de aguardente. Prosperava também a indústria de peixe seco.

Mas, a grandeza de Mangaratiba não foi só como elemento produtor, mas como porto de embarque de café. Por uma questão de maior conveniência, este porto não era propriamente na enseada da vila, mas um pouco acima, no Saco de Mangaratiba, onde se estabeleceu o centro comercial da vila. Ali se apinhavam sacas e sacas de café que as tropas conduziam pela estrada abaixo e enchiam trapiches, até serem conduzidas para as barcaças e para os dois navios "Marambaia" e "Januária", do



muito famoso e temível comendador Joaquim Breves. Porto tributário de vasta zona cafeeira, exportando mais de um milhão de arrobas de café, Mangaratiba teve dias de invejável prosperidade e um redemoinho de negócios agitava as cabeças que se moviam naquele ar quente com o cheiro resinoso de café em grão.

Sob o olhar protetor e caricioso de Nossa Senhora da Guia, sob cuja invocação, em julho de 1785, o padre Salvador Francisco Nobrega, iniciou, sobre os alicerces da antiga capela do tempo dos índios, as obras do novo templo que o padre Joaquim José da Silva Feijó concluiu, protegia Mangaratiba, que foi um dos centros principais da vida fluminense, no comércio de café, esquadrou que era da grande produção própria e alheia.

A vila, no lugar em que existe hoje, não tinha propriamente vida intensa, porque esta se deslocara para o Saco, que, embora contasse apenas 500 moradores, era um centro de grande movimento, que empolgava o comércio de toda aquela zona. É preciso dizer que a exportação de café era muito volumosa, mas que também todo o abastecimento da zona se fazia pelo Saco, onde os navios, que vinham buscar café traziam todas as mercadorias para o comércio local, e isso lhe dava invejável primazia mercantil e enorme prosperidade. Além das grandes fazendas dos Breves, dos Xavier da Rocha e tantos outros, onde se levava vida de opulência e luxo, havia no Saco palacetes e solares senhoriais, onde os fazendeiros ficavam na época dos negócios, hotéis de razoável conforto, casas comerciais e armazens, em suma todos os elementos da existência movimentada e ativa daquele centro de transações mercantis.

Para uma justa estimativa de todo o valor desse entreposto basta citar o fato de ter custado, até 1855, aos cofres fluminenses a alta soma de 623 contos de réis a estrada velha de Mangaratiba a São João Príncipe, quando foi entregue ao desembargador Joaquim José Pacheco, que incorporou uma companhia para

reconstruí-la, tornando-a, numa extensão de $4\frac{3}{4}$ de leguas, excelente via de comunicação, como ainda hoje a encontramos, macadamizada, com obras de arte, pontes, aterros, paredes e boeiros, tudo feito com segurança e sobriedade. Sobreleva notar que, nesse período aureo, a Província do Rio de Janeiro antecipava a política rodoviária dos governos modernos, empregando 42 15% da sua receita na construção e conservação de estradas, pontes e canais. Cada legua da estrada de Mangaratiba custou 315:800\$ aproximadamente algarismos que, naquele tempo, representava soma ponderável, quer para os cofres públicos, quer para os particulares. Mas em compensação passavam, pela estrada, anualmente, mais de 1.500.000 arrobas de café. É certo que a companhia exploradora dessa estrada faliu, mas intervieram outros motivos, que não há lugar para referir aqui, quando damos apenas os índices da prosperidade dessa região cafeeira.

Quando, porém, o café desertou daquelas paragens, no último quartel do século passado, e a construção das estradas de ferro Pedro II e Piraiense modificou o aspecto econômico da zona, o porto de Mangaratiba ficou deserto, o povoado do Saco arruinou-se a pouco e pouco até desaparecer, ficando ainda de pé meia duzia de paredes apenas, e a vida desceu novamente para a beira do mar e, hoje, não há senão lembranças da terra outr'ora florescente e progressiva. As ruínas evocam o esforço audaz e magnífico de todos os que porfiaram e fizeram nessa região um centro fecundo de trabalho e de riqueza. Mas, as leis econômicas têm determinantes fatais e exigiram que o café fugisse daquelas regiões e fosse mais para o sul, buscar na terra roxa o lugar privilegiado para a sua floração, maxima e agora continúa êle a descer, sempre em busca de novas paragens, na sua inconstância nomade. No Estado do Rio, guardam a lembrança da opulência, que êle permitiu, inumeras cidades, fazendas e estradas e o proprio mato, com traços de saudade, vestígios de uma riqueza que não volta

A Missão Tutelar da Associação Comercial do Rio de Janeiro em defesa do café

(Notas históricas coligidas pelo secretário geral da Associação Comercial do Rio de Janeiro)

ALAVANCA ECONÔMICA

Quem perscrute os arquivos, quasi centenários, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e lhe folheie os relatórios, verá que foi sempre ponto sensível de seus cuidados tudo quanto condiga com a produção, máxime com o café, o solido apóio em que assenta a alavanca econômica que há de erguer a grandeza do Brasil. Até 1868 os estatutos da Associação não obrigavam as suas diretórias á apresentação de relatórios, embora desde 1834—data da sua organização official, como agremiação dos assinantes da Praça de Comércio—viésse ella a preocupar-se, infatigavelmente, com todos os assuntos ligados á efetiva prosperidade brasileira, não só no aspecto material mas, ainda, no moral e no cultural. Era de vêr, desde aqueles remotos tempos, quando, escasso o espírito associativo, quasi não existiam instituições do gênero, o esforço denodado com que, sempre desperta, a sociedade-mater do nosso comércio se batia, valentemente, pela defesa de seus associados, nunca, porém, sobrepondo os interêsses dêstes, respeitáveis que fossem, aos da Patria—diretriz invariavelmente mantida, até hoje, por aquela casa benemerita.

Os anos se sucederam dentro desse programa. Nos primórdios, as questões circunscreviam-se mais ao ambito vulgar da praça local. Depois, facilitadas as comunicações, grangeado um prestígio que crescia, para a opinião dos assinantes, cujo centro, em 1867, há sessenta anos, passou a ter a denominação com que hoje é conhecido—Associação Comercial do Rio de Janeiro—as vistas da administração alargaram horizontes.

Em 1869 já desenvolvia a Associação Comercial grande campanha, afim de obter melhores condições para o serviço de capatazias, o qual era moroso, de pessoal reduzido, havendo manifesta parcialidade por parte de armadores, fiéis e conferentes, e vexames, para o comércio, nas inuteis e numerosas formalidades. Isso visava muito especialmente o trabalho de estiva do café, cuja exportação não era, naquele tempo, muito grande, pelo porto do Rio de Janeiro.

A PRIMEIRA ESTATÍSTICA

Em 1871 a Associação Comercial apresentava a sua primeira e muito interessante estatística a respeito do café. Era o seguinte o mapa demonstrativo do café exportado durante o ano de 1871 e seus diversos destinos, conforme os respectivos despachos:

PORTOS	JANEIRO A MARÇO	ABRIL A JUNHO	JULHO A SETEMBRO	OUTUBRO A DEZEMBRO	TOTAL
Antuérpia.....	25.423	9.644	8.536	2.381	45.984
Báltico.....	3.627	2.134	—	2.150	7.911
Baltimore.....	1.200	8.933	7.705	1.562	19.400
Bordeaux.....	7.987	7.043	4.507	113	19.650
Buenos Aires.....	250	323	200	—	773
Cabo da Boa Esperança.....	5.175	4.662	4.918	5.000	19.755
Califórnia.....	1.945	—	—	—	1.954
Canal.....	54.529	85.321	65.176	40.283	245.309
Christiana.....	—	2.769	—	—	2.769
Copenhague.....	5.400	—	2.400	3.500	11.300
Drontheim.....	—	2.350	5.920	—	8.270
Estados Unidos.....	341.481	329.548	243.128	339.383	1.153.540
Falmouth.....	—	3.634	—	—	3.634
Finlandia.....	4.332	2.700	—	—	7.032
Friederickshaw.....	—	2.400	—	—	2.400
Galveston.....	2.400	—	2.692	3.000	8.092
Genova.....	—	1.245	1.362	—	3.607
Gibraltar.....	21.807	18.366	19.440	3.000	52.613

PORTOS	JANEIRO A MARÇO	ABRIL A JUNHO	JULHO A SETEMBRO	OUTUBRO A DEZEMBRO	TOTAL
TRANSPORTE.....					
Glasgow.....	429	—	—	—	429
Hamburgo.....	16.710	19.044	15.909	5.237	56.900
Hampton-Roads.....	6.614	2.000	12.821	9.886	31.321
Havre.....	507	31.999	13.108	3.398	49.012
Islandia.....	—	—	—	4.219	4.219
Lisboa, a ordens.....	14.800	17.612	39.117	8.263	79.792
Liverpool.....	15.248	6.324	2.805	6.160	30.537
Londres.....	41.219	13.696	5.010	105	59.030
Marseille.....	16.322	36.706	14.935	8.808	76.771
Mediterrâneo.....	23.506	1.823	13.950	16.242	55.521
Mobile.....	9.060	2.790	12.911	3.700	28.461
Montevideo.....	—	639	—	—	639
Nova Orleans.....	6.576	—	10.673	4.001	21.250
Nova York.....	10.386	21.731	28.164	22.854	83.134
Paris.....	—	—	2.082	—	2.002
Porto.....	1.704	—	400	—	2.104
Rio da Prata.....	438	1.027	1.057	515	3.037
Sandyhook.....	4.000	—	4.200	—	8.200
Schilly Islands.....	10.625	—	25.701	—	36.326
Southampton.....	3.456	465	3.960	1.948	9.809
Trieste.....	—	4.204	—	—	4.204
Valparaiso.....	229	—	—	—	229
Pará.....	—	2.000	—	—	2.000
Pernambuco.....	1.690	1.042	—	—	2.732
Rio Grande.....	—	—	—	200	200
Diversos.....	23.695	26.732	17.333	18.318	86.038
	682.750	570.906	590.119	514.226	2.358.001

APLICAÇÃO DO SISTEMA MÉTRICO

Havendo a necessidade de se adotar definitivamente, em julho de 1873, o sistema métrico para os nossos pesos e medidas, e "convindo prevenir, em tempo, a confusão que uma subita mudança de sistema deveria causar, com especialidade no ramo mais importante do nosso commercio de exportação", nomeou a diretoria, para o assunto, uma comissão, composta dos importantes exportadores da época, conde da Estrela José Pereira Soares, John Holcombe e Carlos Guilherme Gross, comissão que convocou os grandes comerciantes do ramo de café, os quais firmaram o seguinte curioso documento aceitando a sacas, hoje classica, de 60 quilos:

"Os abaixo assinados, ensacadores de café estabelecidos nesta praça, pelo presente declaram, de conformidade com a opinião adoptada na reunião celebrada no dia 12 do corrente pelos ensacadores e exportadores de café, que concordam e se obrigão a estabelecer, do dia 1.º de julho de 1873 em diante, o peso de sessenta kilogrammas liquidos para as saccas de café, ficando reduzido a seiscentos réis o preço da sacca singela, e a mil e cem réis para as duas saccas.

Em fé do que assignamos o presente.—J. M. Monteiro & C., Veiga & C., Luiz Tavares Guerra & C., Pompêo & C., José Francisco Ramos de Faria, Placido Antonio Barreiros & C., Dias Braga & Guimarães, Bernardino Ferreira Cardoso da Silva, Antonio José Alves Coelho, Gomes Villela & Jordão, Araujo & Vianna, Manoel Pinto da Cunha Machado, Manoel Avelino da Silva Braga, Victorino & Rocha, Moura Castro & C., Goulart & Novaes, J. Braga & C., Santos Bastos & Irmão, A. L. Torres & C., Cotrim & Faria, James Pinto & C., Louzada & Carvalho, P. J. Monteiro, Mascarenhas & C., Eduardo de Campos, Francisco de Moraes Pires, Antonio Augusto Ferreira, M. J. Monteiro.—Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1872".

GUERRA DO PARAGUAI

Nesse ano de 1872, a Associação Commercial forcejou por prestar valioso serviço ao café, pedindo aos poderes publicos revogassem a elevação das taxas de exportação, que motivos ligados ás difficuldades decorrentes da guerra do Paraguai tinham alçado de 2.º, pela lei de 26 de setem-

bro de 1867. Para isso, a Associação pediu o apoio das praças e Câmaras Municipais da Baía, Pernambuco, Paraíba, Natal, Ceará, Maranhão, Pará, Maceió, Rio Grande, Porto Alegre, Paranaguá e Santa Catarina.

E' interessante que, de certo por um lapso, não se tenha feito identico apêlo á praça de Santos.

Nessas circulares, a Associação lembrava que, "havendo a Inglaterra reduzido de 50% os seus direitos de consumo sobre o café, e os Estados Unidos tendo-o declarado isento de todos os direitos, deviam, necessariamente, esperar, por parte do Brasil, alguma providência que correspondesse ao favor que dispensaram ao *primeiro produto do Imperio*".

O memorial em que se defendia o interesse do café e de toda a produção nacional, dirigido aos "augustos e dignissimos representantes da nação", acentuava, textualmente, que "o zelo e diligência do Governo Imperial conseguiram solver o "deficit" das finanças, depois de tão renhida luta, aumentou a sua produção a ponto que grande parte da diferença desse imposto adicional se acha compensada pelo resultado geral dos direitos de exportação. Nesta situação actual, tendo o Estado desembaraçado-se das difficuldades financeiras que lhe absorviam estes sacrificios dos produtores, parece ao Corpo do Comércio que o Governo Imperial, dirigido sempre pelas mais justas e benéficas intenções, não se negará a completar a sua obra de restauração, libertando a lavoura de um aumento de direitos, que é sumamente pesado para as suas circunstâncias actuais". Era êsse requerimento assinado pelos seguintes directores da Associação Commercial: visconde de Tocantins, presidente, José Pereira Soares, secretário: José Machado Coelho, tesoureiro, John Hollocombe, Carlos Guilherme Gross, Jaime Romaguera, J. M. Frias, Alfredo Mac Kinnel e J. P. Martin.

EM 1873

A exportação de café, em 1873, foi um pouco menor: 2.011.098 sacas, assim distribuidas: America do Norte, o nosso maior consumidor, 1.106.777, Norte da Europa, 486.409, Sul da Europa, 232.486, Rio da Prata, 28.320, Cabo da Bôa Esperança, 46.190. Para os outros portos do Imperio o Rio exportou apenas 12.800 sacas.

Aliás, a Associação Commercial, cujas tradições são, através das idades, guardadas atentamente pelas directorias que se sucedem, sempre teve em muita atenção que não há prosperidade commercial sem lavoura próspera e indústria assegurada. Encontra-se, por exemplo, em afastado documento do ano de 1879, as seguintes considerações, que, se fossem escritas hoje—quasi meio século depois—teriam inteira actualidade: "A lavoura, base essencial da riqueza do país, não tem, de certo, merecido a solicitude que a sua transcendência reclama. Os congressos agrícolas verificados nesta capital e na da provincia de Pernambuco manifestaram mais de uma medida cuja adopção importaria, pelo menos, em um amparo para a nossa lavoura. Os males apontados continuam, entretanto, a subsistir, quando seria, talvez, possível, remove-los, ampliando-se as leis que regulam o credito hipotecario e criando-se o penhor para os productos agrícolas. Essas e outras medidas congeneres conseguiriam attrair á lavoura os capitais de que ella carece, sem os quais continuará a definhar. A situação da nossa nascente industria não é, por certo, mais próspera que a da agricultura. Como esta, precisa aquella tambem de ser eficazmente amparada".

As difficuldades aí noticiadas acentuaram-se notoriamente no ano seguinte, e é com grande acêrto e desassombro que a corajosa instituição defensora do Brasil economico as expõe, depois de apontar, como ainda hoje poderia fazê-lo, e tem feito, a "ausência de um bom regime bancario". O café é, nessa exposição, visado clarivamente:

BAIXA DO CÂMBIO

"A coincidência, que cada vez mais se acentua, da baixa do câmbio e da baixa do preço do nosso principal producto de exportação, denuncia um transtorno grave nas relações economicas do país, que deve atrair a atenção reflectida dos poderes do Estado e dos agricultores, industriais e comerciantes directamente interessados na questão".

Dessa precária situação resultam prejuizos consideráveis para as fortunas particulares e um a ameaça séria á fortuna pública e ao crédito do país.

As constantes oscilações do câmbio, anulando os melhores calculos e fazendo depender do azar o que só deve ser o resultado das mais prudentes combinações, trazem após si perturbações e incertezas que tiram ás operações commerciais o seu legítimo caracter, tornando-as duplamente aleatórias, pela variação dos mercados e pela instabilidade do valor do nosso meio circulante.

PRODUÇÃO E CONSUMO

"Nota-se já em evidente disequilíbrio entre a produção e o consumo do café em todos os mercados até hoje accessíveis á collocação desse producto, e não será desarrazoado conjecturar que esse disequilíbrio permanecerá por algum tempo.

Dilata-se todos os dias a cultura desse artigo, não só no Brasil como em outros países, e, assim como já aconteceu ao açúcar, surge, agora, em vários pontos, uma séria concorrência áquelle producto brasileiro.

Esse facto deve estimular a intelligência e a solicitude dos nossos lavradores, do comércio e dos poderes publicos do país, para que tão grande elemento de riqueza nacional não venha a ser por forma tal abalado que ponha em risco de grande abatimento o nosso comércio".

A COMPETÊNCIA ESTRANGEIRA

“Para lutar porém, contra a competência estrangeira, é indispensável estabelecer condições de rivalidade menos desiguaes.

Desde que, no custo da produção, do preparo e do transporte, não seja possível efetuar modificações sensíveis, afim de que os produtos de exportação possam lutar vantajosamente com os seus similares nos mercados estrangeiros, é intuitivo que o trabalho agrícola ficará desalentado, e que uma verdadeira crise na produção virá a manifestar-se, acarretando perturbações de tal ordem que constituirão uma verdadeira calamidade.

PREVISÃO DA CRISE

“Estamos ainda, felizmente, distantes, do período provável em que essa crise poderá irromper, continuando a subsistir as causas que a podem determinar. Mas parece evidente que a chegada desse período ha de coincidir fatalmente com a gravissima transformação do trabalho servil, que tem sido até hoje a base da nossa produção.

Ora, se para esse tempo não se tiver abandonado o sistema de exclusivismo na cultura do café, procurando-se o cultivo de outros produtos, e que a tantos, tão variados e tão ricos se presta o nosso sólo, e não se tiver, ao mesmo tempo, alentado e desenvolvido a atividade industrial do país, atraindo as iniciativas e os capitais particulares para a fundação de fábricas e manufaturas que tenham por fim suprir as necessidades do nosso comércio interno com os artefatos e produtos cuja compra no exterior determina uma constante e considerável exportação de capitães, a vitalidade comercial do Imperio sofrer, inevitavelmente, um abalo profundo.

PROBLEMA COMPLEXO

“Para chegar a esse resultado, parece que a primeira condição indispensável é facilitar a importação do capital estrangeiro, assegurando-lhe um emprego remunerador e reprodutivo. Mas tal condição nunca poderá ser realisada sem antes se conseguir a estabilidade do câmbio e, portanto, o valor inalterável da nossa moeda ou, pelo menos, um equilibrio normal para esse valor.

O problema é complexo, mas não insolúvel, e a sciência econômica fornece os dados para a sua solução.

Bastará que um govêrno previdente, patriótico e ilustrado leve a efeito, com o concurso do Parlamento, a abolição das leis que oprimem e dificultam a liberdade das associações mercantis (medida que, aliás, depende hoje do voto do Senado) e proponha e realize, igualmente, a abolição das que, em nome do regimem aduaneiro, gravam consideravelmente os gêneros de exportação e entorpecem o desenvolvimento das indústrias já criadas, para que a iniciativa particular empreenda a exploração do trabalho em larga escala, criando novas fontes de produção e de riqueza, que augmentarão o patrimônio nacional e o bem-estar social de todas as categorias da nossa população.

O próprio desenvolvimento da indústria irá, pouco a pouco, evidenciando a conveniência da adopção de novas leis necessárias a essa colaboração reciproca dos poderes do Estado e da actividade particular: irá, enfim, fortificando a vitalidade produtiva do país.

AGRICULTURA

“Com relação á agricultura, que é no país a base de todas as indústrias e do comércio, duas são as suas principais necessidades já reconhecidas e proclamadas por todos: facilidade e barateza nos transportes e instituições de crédito que lhe forneçam o capital necessário para o seu desenvolvimento progressivo.

Os poderes do Estado já se pronunciaram, quanto á última destas necessidades, adoptando resolutamente o regimem de proteção diréta á lavoura.

A lei n. 2.687, de 6 de novembro de 1875 vo'ada com o concurso de to das as opiniões políticas do país, aí está como testemunho do compromisso governamental para com a lavoura.

Infelizmente, porém, por causas que não podemos apreciar agora, permanece essa lei do Estado sem execução e sem que, ao menos, por parte dos poderes publicos, se proponha uma medida qualquer em substituição á lei que parece inexequível para o govêrno, e que produza os resultados almejados pelo intuito do legislador.

SABEDORIA E PATRIOTISMO

“Ultimamente, e a proposito de um projecto particular offerecido ao governo para execução da lei referida, de varios pontos do Imperio foram endereçadas ao governo numerosas representações pedindo o cumprimento da lei e a definitiva criação do credito real.

Estando o assumpto pendente da deliberação do Governo Imperial, só nos é licito aguardar a sua decisão, fazendo votos para que a sabedoria e o patriotismo inspirem a melhor solução desse assunto urgente e que é reclamado tão energicamente pela opinião.

O que não é possível e o que não se deve esperar da illustração e da solicitude do governo — é que em uma questão desta ordem, que se vincula a interesses tão importantes e que atinge nos

seus efeitos, o próprio futuro, a própria vida do Estado, se permaneça em atitude inerte e indiferente, esperando do tempo ou do acaso a solução de um problema que só a previsão, a sabedoria e o patriotismo são chamados a resolver.

Estas considerações, ditadas pelo mais sincero e veemente desejo de vêr o Brasil atingir o grão de prosperidade e grandeza que merece, applicam-se também a todos a quem essa mesma prosperidade pôde e deve interessar.

Efetivamente, não será só da ação governativa que nos há de vir o remédio aos males que nos affligem e aos que uma fácil previsão antevê no futuro.

Por mais eficaz e valida que possa ser tal ação, ella será nula, se não fôr encaminhada e, ás vezes, até provocada por aquelles a quem mais directamente aproveita.

Enquanto esta verdade, tão intuitiva, não fôr bem e geralmente comprehendida, serão vão todos os esforços isolados.

A occasião é das mais instantes para a nossa classe acordar da sua tão prolongada letargia. Para a iminência do perigo, que deve estimular todas as vontades, abriu uma lei recente franco acesso a todas as classes nos corpos deliberativos da nação.

Tome a nossa o lugar que lhe compete pela sua incontestável e incontestada importância, represente, em todas as occasiões, na defesa do interesse colectivo, cada um de nós, uma idéa acordada e uma só vontade, e os males que nos ameaçam poderão ser conjurados”.

A EXPOSIÇÃO DE 1882

A certeza, que todos tinham, de que a Associação Commercial não deslitava os olhos do problema do café, como expressão do nosso progresso agrícola, levou o Centro da Lavoura e Comércio, fundado em 1882, a pedir o apôio da instituição máxima da praça para uma Exposição de Café que, em 14 de novembro daquele anno, se deveria inaugurar, como se inaugurou, no Rio, segundo um intelligente programma que a installaria, depois, em diversos mercados da America e da Europa. Cogitavam do assunto pessoas de destaque, como F. S. de Araujo Ferraz, Hermano Joppert, J. de Melo Franco, J. Valverde de Miranda, Eduardo R. C. Lemos e J. C. Ramalho Ortigão. Acudiu, solicita, a Associação a este apêlo, feito, de resto, por gente sua. Reuniu, a 3 de agosto daquele anno, em memorável sessão, os exportadores de café, sob a presidência do presidente da Associação, visconde de Tocantins. Dessa reunião foi destacada uma comissão composta de fortes comerciantes de café, constituida por Gustavo Diederichsen, Emilio Berla, Francisco Sawen, Edward Tootal, William B. Yeats, Henri Lenha e Emilio Nielsen. Ainda no mesmo empenho a Associação dirigiu-se á Associação Commercial de Santos, para que esta alcançasse o concurso dos fazendeiros paulistas. Serviu esta Associação aos patrióticos intuitos da nossa praça, conforme officio do respectivo presidente, visconde de Embaré, de 9 de setembro de 1881. A Exposição teve inteiro êxito. Houve entusiasmo geral para que uma propaganda habil se iniciasse, entusiasmo de que participaram alguns dos nossos consules, ansiosos, como todos os brasileiros, de vêr conhecidos no estrangeiro, como cafés do Brasil, os cafés que ali se vendiam como de outras procedências, situação que, infelizmente, ainda não mudou. . . E’ dessa época—6 de agosto de 1881—o seguinte officio, cheio de esperança, recebido pela Associação, que, a respeito, tomou varias providências:

“De volta da Europa, há alguns dias apenas, acompanhamos com toda a atenção e interesse o movimento, tão importante, a cuja testa collocou-se a Associação de que V. ex. é digno presidente. Justamente pela influencia que essas tentativas hão de exercer no futuro do país, e a necessidade, para seu êxito, do concurso de todos, somos levados a dar conta a v. ex. dos fatos seguintes:

No correr da comissão de que nos incumbiu S. ex. o sr. ministro da Agricultura, para os estudos de vulgarização do mate das carnes conservadas, tivemos a boa inspiração de iniciar muitos dos meios tão sensatamente preconizados, depois, para tornar conhecido nos mercados europeus o café do Brasil.

Dentre os negociantes que em Paris occupam-se com o comércio de feculas, café, mate e até carne secca, encontramos um—Mr. Thomas, Boulevard Poissonière, 28—competente na materia, ativo e inteiramente disposto a auxiliar-nos. Ficou por nós incumbido de:

1.º—Reunir, para o laboratório da nossa Escola Politécnica, uma coleção completa dos bons cafés de Ceilão, Java, Mokka, Martinica, Zanzibar, etc.

2.º—Solicitar, desde já um local na Exposição Nacional Anual do Palácio da Indústria em Paris, afim de serem expostos, em seu nome, amostras das melhores qualidades de café e de mate do Brasil, fornecidas gratuitamente pelos produtores.

Já temos em nosso poder algumas amostras, colecionadas por nós em Paris, dos supostos cafés de Moka, Ceilão, etc., e em breve receberemos muitos outras.

Sabendo quão difficil é obter uma intervenção official contínua e duradoura tencionavamos nos dirigir aos produtores brasileiros, afim de entenderem-se directamente, acerca de exposições e outras tentativas de vulgarização, com europeus interessados em auxilia-los, e já tinhamos encontrado diversos negociantes dispostos a receber e vender directamente, sob o verdadeiro nome, os bons cafés do Brasil, contanto que os produtores se comprometam a lhes enviar boas qualidades, com preços médios, largamente remuneradores, porém.

Regosijamo-nos, e muito, vendo os nossos modestos tentamens perderem-se em um movimento mais geral. Desde já, fica á disposição de todos os interessados o pouco que possamos obter em troca dos nosos esforços. Somos, com o maior acatamento, de v. ex. atentos, veneradores e criados—*Louis Conty—Luiz Godofredo de Escragolle Taunay—Augusto Carlos da Silva Telles*”.

O ELEMENTO SERVIL

Em 1882 a questão do elemento servil, em plena efervescência, preocupava, com razão, o espírito dos economistas. A Associação voltava os olhos para um sucedâneo—a imigração sistematizada—e receiava pela lavoura, principalmente pela cafeeira. Propugnava as exposições de café no estrangeiro, como “um dos mais poderosos meios de propaganda em favor do nosso principal produto, o que quer dizer da nossa principal riqueza”. Nêsse interim, a classe dos corretores apelava para a Associação contra o decreto n.º 8.579, de 10 de junho de 1882, que reduzira para 1/8% as corretagens relativas ás transações de letras de câmbio, de ações de companhias e de café. Por outro lado, a Junta Comercial consultava, a respeito, a Associação. De seu turno, a quasi totalidade dos diretores dos estabelecimentos bancários—inclusive o Banco do Brasil, apesar de se tratar de um decreto imperial—assinava uma declaração achando justa e equitativa a taxa de 3/16%, então vigente. Eram 38 firmas, devidamente reconhecidas. A Associação apoiou a causa dos corretores de fundos publicos, em sessão de 26 de julho, oficiando, nêsse sentido, ao govêrno de sua majestade. Os corretores de café tomaram attitude identica á dos colegas dos fundos publicos. A diretoria da Associação remeteu, então, a proposito, á Junta Comercial o seguinte officio, que ainda hoje tem interesse e que reproduz o estudo feito por uma comissão designada pela Associação Comercial:

CORRETAGENS DE CAFÉ

“A comissão encarregada por v. ex. para dar parecer sobre a questão “Corretagens de café” vem, por êste meio, cumprir o seu mandato.

Parece aos membros dessa comissão exaggerada a diminuição recomendada pelo Centro da Lavoura e Comércio, pois, reduzindo á metade a corretagem que há muitos anos se paga aos corretores de café, ou ficariam êstes em uma posição muito precária, ou seria demonstrado que, durante êsse longo periodo, os interessados nêsse importantíssimo ramo do comércio do Brasil foram tão descuidosos que permitiram taxas extorsionárias de corretagem.

Não sendo natural que se tenha dado esta última hipótese, forçoso é admitir a primeira, e a comissão nunca apoiaria medidas que redundassem em prejuizo do comércio, pois que, sem uma remuneração razoável, não se podem obter bons auxiliares.

O que, porém, a comissão condêna em absoluto é a taxa fixa de 100 réis por saca de café, sistema tão rudimentar e oposto a um comércio importante e inteligente, que desnecessário é aduzir argumentos para provar a necessidade de uma reforma.

Procurou, pois, a comissão achar uma percentagem que equivallesse áquella taxa fixa, tomando, porém, na devida consideração o fato de ter sido essa taxa originalmente estabelecida para a antiga saca de 5 arrobas, ou 160 libras, e deixou de ser reduzida, proporcionalmente, quando se adotou a saca de 60 ks., ou cerca de 20% menos na quantidade.

Embora seja um principio quasi estabelecido, na ciência estatística, que uma média deve, pelo menos, ter por base um quinquenio, há casos extraordinários, em que tal regra pôde e deve ser alterada.

Afigura-se á comissão que um dêsses casos se dá no valor do café durante os últimos cinco annos (1878 a 1882), pois, comparando os preços que vigoraram no ano de 1881 e o primeiro semestre do ano de 1882 com as cotações dos tres anos anteriores (1878, 1879 e 1880), mostram êstes um aumento de 40 a 50%.

Como parece provável que no mais proximo futuro o valor do café regule pelos preços de 1881 e 1882, e não atinja ás elevadas cotações de 1878 a 1880, tomou a comissão por base a média dos preços de 1881 (3\$675 réis por 10 quilos) e a dos de primeiro semestre de 1882 (3\$175 réis por 10 quilos), e achou que a corretagem fixa de 100 réis por saca de 160 libras (ou 81 réis por saca de 60 quilos) corresponderia a 2/5% sobre o valor do café.

Em vista do exposto, a comissão é de parecer que a corretagem de café devia ser estabelecida em 2/5%, dos quais 1/5% seria pago pelo vendedor e 1/5% pelo comprador. Deus guarde a v. ex.—*Wenceslau Guimarães—Carlos Guilherme Gross, Emilio Nielsen, William Morrissy, Leandro Sanchez*”.

O Govêrno Imperial acedeu ás representações da A. Comercial, conforme prova o decreto n.º 8.091 A, de 30 de setembro do mesmo ano, estabelecendo as corretagens, na base solicitada.

Mas a Diretoria insistiu no reparo de se continuar a pagar 100 réis por saca de café, quando a lei estabelecia 2/5% sobre o valor da mercadoria. Desde essa época todas as providências concernentes ás facilidades e necessidades do comércio de café giravam em torno da Associação Comercial.

Foi ainda em 1883 que esta conseguiu do presidente da Provincia do Rio de Janeiro, medidas que terminaram com as fundadas queixas contra injustificável demora nos despachos de café na Mesa de Rendas Provincial. Foi tambem nêsse ano que a Associação teve grande decepção com os corretores de café, quando, patrioticamente lhes queria obter a colaboração no estabele-

cimento de tipos-base de café que seriam remetidos á “New York Coffee Exchange”, sociedade organizada pelos comerciantes de café de Nova York. Ficou, nessa emergência, bem demonstrado quanto urgia a fundação de um Centro do Comércio de café, hoje feliz realidade.

A FUNDAÇÃO DO CENTRO DE COMÉRCIO

Com efeito, deliberando a Assembléa Geral dos Socios, em 20 de abril de 1883, fossem enviados a “New York Coffee Exchange”, tipos dos cafés do nosso mercado, occupara-se a comissão, composta dos directores F. Sauwen, H. Joppert, Wenceslau de Souza Fuimarães, Morrissy e V. Oliver, eleita nesta ocasião por haverem se exonerado dêsse encargo os srs. C. G. Gross, G. Diederichsen e H. Leuba, da organização dêsses tipos, e “considerando que lhes seriam valiosos auxiliares os corretores de café, pelos conhecimentos que soem ter dêsse ramo de negócio”, dirigiu em 5 de maio de 1883, um officio aos srs. Agostinho José Gonçalves Pereira, Augusto Cesar de Souza, Ernesto Greve, Alberto Estienne e Antonio Guimarães, convidando-os para uma reunião no salão da Praça do Comércio. Não só não teve resposta o convite da comissão, como no dia marcado não compareceram á reunião, Acrescenta a exposição aos socios:

“Em face deste procedimento, e reconhecendo que não devia contar com aqueles auxiliares, procedeu a comissão por si mesma á organização dos tipos, e querendo imprimir-lhes o cunho de autenticidade, e suppondo que a reflexão tivesse melhor aconselhado aos corretores, dirigiu-se ao presidente da Junta dos Corretores, pedindo-lhe a nomeação de três desses officiais, para examinem os tipos organizados e emitirem sobre elles o seu parecer. Nova decepção aguardava a comissão, pois ao seu officio respondeu a Junta não poder satisfazer as justas intenções da comissão, por terem os corretores recusado obstinadamente prestar-se a auxilia-la no desempenho da missão de que se acha investida. Justamente maguada com tão estranho procedimento por parte de uma classe que tem por dever auxiliar o comércio, do qual tira os meios de subsistencia, dirigiu-se a Directoria á Junta Commercial pedindo-lhe providências afim de pôr termo á teimosia dos corretores de café. A este pedido respondeu a Junta Commercial ter solicitado de s. ex. o sr. ministro da Justiça providências sobre os fundamentos das queixas da directoria”.

E eis o que reza, a proposito, o Relatório da época!

A Ç Ã O

“A despeito de todos estes obices e emquanto o govêrno não resolve decretar alguma medida que defina claramente os deveres e encargos dos Corretores, tem a Comissão, com o auxilio de pessoas de toda a competência, organizado os tipos do nosso café, que é remetido para Nova York e para o Havre, pondo além disso á disposição dos interessados coleções completas desses mesmos tipos.

Continúa a Directoria a expedir dois telegramas diários, para a “New York Coffee Exchange”, segundo as indicações dessa sociedade.

Ultimamente recebeu a Directoria um pedido do “Comité Courtiers de café assermentés du Havre” para que lhe fossem transmitidas telegráficamente notícias sobre os mercados de café do Rio de Janeiro e de Santos.

Não havendo motivo algum para que se fosse menos complacente com esta Associação do que se é com a “New York Coffee Exchange”, deu a directoria o devido acolhimento ao pedido do Comité, e para obter fidedignas informações do mercado de Santos, dirigiu-se á Associação Commercial daquela cidade, a qual graciosamente se prestou a coadjuvá-la fornecendo diariamente as notícias precisas.

A Directoria prevalece-se desta oportunidade, para testemunhar aos cavalheiros que dirigem a Associação Commercial de Santos a sua gratidão pela benevolência e desvêlo, com que attendiram ao seu pedido.

Nenhum onus acarreta este serviço á Associação Commercial, pois que, toda a despeza feita com a transmissão dos telegramas, é regularmente satisfeita pelos interessados”.

Até 1885 continuaram o serviço de tipos de café e os telegramas acerca do mercado para Nova York, Santos e Havre. A pedido êste último porto foi interrompido para êste em julho daquelle ano e os restantes tambem, por deliberação da casa, cessaram depois. Assim se exprime, não, a dedicada instituição cujos esforços nem sempre são—tal qual ainda hoje—devidamente comprehendidos pelos contemporâneos

O MAL DA INDIFERENÇA

“A quasi indiferença com que foi acolhida pelo comércio a criação dos tipos de café, e a pouca procura que tiveram as colleções organizadas pela Associação, tornaram por demais patentes que o trabalho e o despendio que a sua confecção exigiam, eram de nenhum proveito e de valor nulo para aqueles a quem devia interessar, consequentemente resolveram os Directores cazer cessar um serviço que só na crença de ser útil e proveitoso ao comércio havia encetado e fôra satisfação.

Pelos corretores srs. Agostinho Gonçalves Pereira, Alberto Estienne, Augusto Cesar de Souza Ernesto Greve foram ultimamente organizados esses tipos, dos quais enviaram coleções á todos os mercados de café mais intimamente ligados ao nosso.

Mapa dos saques e cambios sobre as diferentes praças e do café vendido durante os anos de 1882, 1881, 1880, 1879 e 1878, organizado por quinzenas, segundo os dados officiais coligidos pela Associação Commercial do Rio de Janeiro

SAQUES CAMBIOS

MESES	LIBRAS ESTERLINAS					TAXAS					
	1882	1881	1880	1879	1878	1882	1881	1880	1879	1878	
Janeiro.....	1 a 15	482.951	556.588	695.355	453.711	602.778	21 1/2 a 21	25 15/16 a 22 1/2	23 1/8 a 22 1/2	21 a 22 3/4	23 3/4 a 24 5/8
	16 a 31	696.704	586.559	730.704	538.151	565.267	21 1/2 a 20 1/8	25 5/8 a 22 1/8	23 1/8 a 23 1/2	21 a 21 5/4	24 a 24 5/8
Fevereiro.....	1 a 15	638.560	745.443	566.480	569.538	378.389	20 15/16 a 20 1/4	22 3/8 a 21 1/4	23 1/4 a 23 1/8	21 15/16 a 21 3/4	24 3/8 a 24
	16 a 28	326.855	454.110	750.50	605.875	477.059	20 7/8 a 20 1/2	21 3/4 a 21 1/16	25 3/16 a 23 1/16	20 3/4 a 20 1/4	24 1/4 a 25 7/8
Março.....	1 a 15	325.983	551.740	448.00	524.370	370.159	20 1/2 a 21 1/4	21 5/8 a 21	23 1/8 a 22	20 1/8 a 21	23 3/4 a 24 1/4
	16 a 31	344.023	429.698	457.110	520.098	469.570	20 1/2 a 21 1/4	21 a 21 9/16	22 1/4 a 22	21 1/8 a 20 1/2	24 1/8 a 22 1/4
Abril.....	1 a 15	454.068	454.150	885.02	412.940	499.637	20 7/8 a 21 1/2	21 1/8 a 21 5/8	22 5/16 a 20	20 3/4 a 20 1/2	23 3/4 a 22 1/4
	16 a 30	461.224	550.273	677.596	496.708	386.397	21 1/8 a 21 7/8	21 1/2 a 20 7/8	20 1/2 a 19 7/8	20 7/8 a 20	23 a 23 3/8
Maio.....	1 a 15	405.739	451.259	389.57	611.129	608.378	21 1/4 a 21 7/8	20 11/16 a 21 3/8	29 a 21	19 1/2 a 20 1/4	25 a 23 5/8
	16 a 31	591.018	575.616	377.23	581.223	453.231	21 a 21 15/16	21 1/4 a 22	20 1/2 a 22 5/8	19 3/4 a 20 1/16	22 7/8 a 23 9/16
Junho.....	1 a 15	372.100	571.707	494.51	385.252	426.552	21 1/4 a 21 15/16	21 1/2 a 22 1/4	21 1/2 a 22 1/2	19 15/16 a 19 1/8	23 1/8 a 24
	16 a 30	491.477	380.557	525.50	375.177	538.759	21 1/8 a 21 7/8	21 3/4 a 22 1/4	22 a 23	19 1/8 a 19 7/16	25 a 23 3/4
Julho.....	1 a 15	492.481	461.079	814.18	645.312	426.794	21 1/4 a 21 5/8	21 3/4 a 23 3/8	22 1/4 a 23 1/2	19 1/4 a 20 1/2	23 5/8 a 23 3/4
	16 a 31	634.564	745.275	975.50	931.257	782.162	21 3/8 a 21 3/4	22 1/16 a 23 1/4	23 1/2 a 22 3/4	20 1/4 a 21	23 a 24
Agosto.....	1 a 15	513.281	832.935	909.51	991.625	679.282	21 5/8 a 21 3/8	22 3/4 a 23 1/4	23 a 23 3/8	20 5/8 a 22 1/4	23 1/2 a 22 7/8
	16 a 31	609.677	644.797	1.218.54	1.256.690	746.038	21 9/16 a 21	23 1/8 a 22 1/2	23 a 23 3/8	21 3/8 a 21 7/8	22 3/4 a 23 1/2
Setembro.....	1 a 15	743.730	680.592	1.026.57	877.790	504.320	21 1/16 a 21 1/8	22 3/4 a 22 1/8	23 a 23 1/2	21 9/16 a 21 3/8	23 1/4 a 23 16/32
	16 a 30	632.047	707.972	1.104.18	919.955	806.720	21 1/4 a 21	22 3/16 a 22 3/4	23 a 24	21 7/16 a 21 5/8	23 a 23 5/8
Outubro.....	1 a 15	605.159	503.521	888.10	738.140	698.876	21 a 21 5/16	22 1/8 a 22 11/16	23 1/2 a 23 3/4	21 1/2 a 21 3/4	23 5/8 a 23
	16 a 31	782.860	764.685	851.5	1.110.038	769.481	21 1/8 a 21 5/16	22 a 22 9/16	23 3/4 a 23 1/8	21 1/2 a 22	23 7/8 a 22 3/4
Novembro.....	1 a 15	680.167	474.031	681.5	801.198	610.528	21 1/8 a 22	22 1/8 a 22 1/2	23 3/8 a 22 3/4	21 3/4 a 22 1/2	23 a 22
	16 a 30	817.840	415.978	665	1.314.153	576.530	21 1/4 a 22	22 1/8 a 22 3/4	23 a 22 5/8	22 1/4 a 23	22 2/8 a 22
Dezembro.....	1 a 15	683.305	595.222	630	524.204	510.702	21 1/2 a 21 1/4	22 3/8 a 21 7/8	22 a 21 7/8	22 3/4 a 23 1/4	22 5/16 a 21 1/8
	16 a 31	617.540	654.773	882	887.261	765.074	21 a 21 3/4	22 a 21 1/4	22 1/4 a 23 1/16	23 7/8 a 23 5/8	22 a 21

A' Associação ofertaram ss. ss. uma colleção para utilidade do comércio, e os Directores agradecendo-lhes a offerta, tecem-lhes resultado mais animador para o seu trabalho de que aquele que colheu a própria Associação".

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Até o ano de 1886 incompletos e falhas como eram então as estatísticas officiais—manteve a Associação, com formidável sacrificio pecuniário, um excelente serviço de estatísticas economicas que constituem o merito principal de seus interessantes Relatórios.

Naquele ano, porém, insuperáveis angustias financeiras sofridas pela Associação levaram-n'a a suspender o ótimo trabalho, depois retomado pelas repartições públicas especializadas.

Vejamos, por exemplo, o serviço relativo á exportação do café pelo porto do Rio, em 82 anos. Veremos por êsse quadro do mais alto valor, que o Rio exportou 10 sacas de café em 1800, vinte anos depois (1820) 97.500 ! Cincoenta anos depois (1850) 1.345.484 ! Oitenta anos depois 3.513.368 !

São algarismos de mais alta expressão êstes que nos fornecem a Associação e que bem alto falam do que para nós representa o café. Cumpre ter em vista que de 1874 as sacas passaram a ter exatamente 60 quilos.

Eis o quadro:

MAPA COMPARATIVO DO CAEE' EXPORTADO DO RIO DE JANEIRO DESDE 1800 ATE' 1882, SEGUNDO A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

ANOS	SACAS	ANOS	SACAS
1800.....	10	1890.....	1.459.968
1813.....	12	1845.....	1.343.484
1817.....	63.986	1851.....	2.040.405
1818.....	74.247	1852.....	1.906.472
1819.....	73.314	1853.....	1.638.210
1820.....	97.500	1854.....	1.988.197
1821.....	105.386	1855.....	2.408.256
1822.....	152.048	1856.....	2.098.312
1823.....	185.000	1857.....	2.099.780
1824.....	224.000	1858.....	1.830.438
1825.....	183.136	1859.....	2.030.266
1826.....	260.000	1860.....	2.127.219
1827.....	350.000	1861.....	2.069.627
1828.....	364.147	1862.....	1.485.220
1829.....	375.107	1863.....	1.350.109
1830.....	391.785	1864.....	1.480.134
1831.....	448.240	1865.....	1.801.952
1832.....	478.950	1866.....	1.934.896
1833.....	561.692	1867.....	2.659.753
1834.....	560.759	1868.....	2.265.185
1835.....	647.438	1869.....	2.564.975
1836.....	715.893	1870.....	2.209.456
1837.....	607.095	1871.....	2.357.961
1838.....	766.696	1872.....	2.011.098
1839.....	880.324	1873.....	1.984.760
1840.....	1.068.418	1874.....	2.644.995
1841.....	1.028.368	1875.....	3.190.010
1842.....	1.152.608	1876.....	2.787.501
1843.....	1.165.631	1877.....	2.847.756
1844.....	1.232.935	1878.....	2.914.420
1845.....	1.191.641	1879.....	3.587.217
1846.....	1.511.096	1880.....	3.513.368
1847.....	1.641.560	1881.....	4.461.801
1848.....	1.710.715	1882.....	4.200.590

DEPOIS DA REPÚBLICA

Mas depois da República as preocupações da Associação pelo Café não foram menores, apesar de então começarem a tomar corpo aquí e em S. Paulo agremiações dedicadas ao ramo.

Relembremos, por exemplo, em 1895, o pedido do dr. Antonio Olyntho, então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, para que o presidente da Associação interpuzesse parecer, "com a máxima franqueza" acerca de uma representação dos commissários de café no tocante a despachos nas ferrovias e companhias de navegação. Vale a pena a leitura da resposta em documento que tem 32 anos:

HA' 32 ANOS

"Por aviso de 4 de janeiro corrente, dignou-se v. ex. dar-me conhecimento da representação dos commissários de café sobre o despacho deste produto nas estradas de ferro e empresas de navegação, e bem assim de vários papeis que tratam das providências tomadas pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas a respeito do assunto, recomendendo-me que com a máxima franqueza emitisse opinião e apresentasse as medidas que parecessem acertadas, no sentido de ser conciliado o interesse particular com o do Estado. Para corresponder á confiança com que v. ex. se dignou distinguir e honrar a Associação Commercial do Rio de Janeiro na pessoa humilde de seu presidente, procurei estudar o assunto no terreno exclusivamente pratico, ouvindo os interessados em pública reunião, que convoquei pela imprensa, e, de acordo com os representantes da classe, tenho a honra de submeter á consideração de v. ex. as clausulas constantes do "memorandum" junto. Permitir-me-ei fazer a v. ex. as seguintes ponderações atinentes ao assunto. A mira dos representantes da lavoura e do comércio de café, sugerindo e solicitando as providências, que o govêrno adotou, no sentido de uniformisar o peso dos envoltórios de café e estipular certas condições para o respectivo despacho, foi exclusivamente chegar a este resultado,—garantir-se-lhes na entrega o peso líquido de sessenta quilogramas por sacco. E' aspiração muito antiga dos negociantes commissários, que já foi acolhida e proposta ao govêrno, desde o ano de 1882, por uma comissão, da qual tive a honra de fazer parte, como obscuro representante do Centro da Lavoura e Comércio, ao lado de eminentes e conspicuos cidadãos, entre os quais o então diretor e o inspetôr do trafego da Estrada de Ferro Central — drs. Herculano Veloso Ferreira Pena e J. Rademaker. Junto cópia do parecer daquela comissão, relativamente ás condições do transporte do café. Esse intuito, porém, não me parece fosse assegurado em termos claros e positivos aos commissários, nem pelo aviso de 18 de outubro de 1894, nem, pelo subseqüente e retificativo de 7 de novembro do mesmo ano (contra o qual aliás reclama a quasi unanimidade dos interessados). E, devo acrescentar, que surge como obstaculo ao art. 99 das Tarifas e Condições Regulamentares vigentes da Estrada de Ferro Central, por conter disposição que se afigura injusta e carecedora de derrogação, na parte em que destôa do Código Commercial. Conforme o citado artigo, a Estrada só responde por diferença de peso, quando esta fôr excedente a um por cento do indicado na nota de expedição, e assim mesmo só atende para o efeito de retificar o preço do transporte, exclusivamente, isto é, não repõe a falta, abate no frete. Ora, não é isso que querem e pedem os commissários de café, e a meu ver com toda a razão e fundamentalmente na lei geral. As providências adotadas pelo sr. ministro, antecessor de v. ex., toda essa casuistica regulamentação sobre sacos de café incorreriam na censura de frivolidade, se não tivessem mirado aquele intuito moralizador de garantir ao destinatário a entrega do café pelo peso verificado na estação de origem. A reclamação dos commissários me parece fundada e irrecusável, mas para ser atendida na Estrada de Ferro Central cumpre derogar, pelo menos com relação ao café, a disposição do art. 99 das Tarifas e Clausulas Regulamentares, providência que aliás está na alçada do poder executivo. Com referência á clausula 4, do incluso "memorandum" resolvi propôr a v. ex. a sua adoção, por afigurar-se-me até certo ponto despotica a recusa em absoluto do despacho, desde que o expeditor se sujeita ás consequências da sua imprevidencia e perde o direito de fazer qualquer reclamação por falta de peso ou por avaria. E' o caso do despacho coberto por declaração de responsabilidade, que se pratica na Estrada de Ferro Central, art. 196 e seguintes das Tarifas e Condições Regulamentares vigentes.

Se v. ex. me permitir, terei a honra de voltar a ocupar sua preciosa atenção com um assunto conexo ao do transporte do café, que é o processo das reclamações por faltas verificadas".

Assinava o officio o presidente interino da Associação—Honorio Augusto Ribeiro, e era acompanhado da seguinte documentação:

"MEMORANDUM"

"Clausulas que devem ser observadas para o despacho do café e sua entrega aos destinatários, nas estradas de ferro de domínio da União e nas empresas de navegação subvencionadas:

I—O café deve ser acondicionado em sacaria nova ou bom uso, sendo o sacco inteiramente cosido na boca (e não amarrado), sem furo, rasgadura ou outro defeito, de modo a poder resistir, sem probabilidade de perda ou avaria, aos choques ordinários inherentes ao transporte, ou durante a viagem, ou na baldeação, ou por ocasião da carga ou descarga.

II—Cada sacco grosso ou trançado deve ter o peso bruto de sessenta e um quilogramas e cada sacco fino de sessenta e meio quilogramas, dando-se um quilograma para a tara do sacco grosso ou trançado e meio para a do sacco fino.

III—A pesagem para o efeito da verificação deve efetuar-se, quer nos pontos onde o café fôr recebido a despacho, quer por ocasião da entrega aos respectivos destinatários, fazendo-se-lhes bom o peso líquido de sessenta quilogramas por sacco.

IV—Ao expeditor que apresentar o café em saco ou sacos sem as condições prescritas nas clausulas 1. e 2. poderá ser concedido o despacho, porém, coberto por declaração de responsabilidade, que constará da nota de expedição, e nêsse caso não haverá direito a qualquer reclamação por falta de peso ou por avaria.

V—Deve ter despacho sem demora, como encomenda e só pagando a taxa de inscrição, não só a sacaria nova destinada diretamente á lavoura de café, como tambem a de retôrno, sempre que o despacho fôr pedido pelo lavrador ou seu natural representante—o comissário de café estabelecido (firma), com contrato registrado na junta Commercial”.

N.B.—Foi retificada a redação desta clausula em officio de 19 de janeiro de 1895.

ALVITRES

No relatório que, a 16 de dezembro de 1882, foi apresentado ao govêrno pela comissão nomeada para a revisão das tarifas da Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje Estrada de Ferro Central), entre outros alvitres, que foram adotados a partir de 1.º de janeiro de 1883, também se indicou o seguinte, cuja adoção aliás ficou adiada: Emenda ao art. 196 da tarifa:

“O café e outros gêneros secos, como feijão, milho, etc., devem ser acondicionados dentro de sacos ou envoltórios inteiramente são e de peso de sessenta e um quilogramas por sacco, dando-se um quilograma para tãra.

Na estação destinatária a Estrada responderá pelo peso de que cobrou frete sem dedução alguma dando-se o direito de toda a fiscalização nas estações de procedência e cominação de multas contra as tentativas de fraude”.

A devolução de sacos vãos com a marca do estabelecimento agrícola a que pertencerem isenta de qualquer despesa. A comissão era composta dos seguintes cidadãos: dr. Herculano A. Ferreira Pena e engenheiro Jorge Rademaker, diretor geral do Trafego da Estrada de Ferro D. Pedro II—barão do Rio Bonito, dr. José Cesario de Faria Alvim, dr. José Antonio de Souza Lima (barão de Souza Lima) engenheiros J. M. da Silva Coutinho e Pedro Dias Gordilho Paes Leme, Honorio A. Ribeiro”.

RETIFICAÇÃO

Sr. ministro—em tempo peço permissão para retificar a redação da clausula 5. constante do “memorandum”, que acompanhou o meu officio de 15 de janeiro corrente sobre o despacho do café, remessa e devolução dos sacos vazios nas estradas de ferro do domínio da União e nas empresas de navegação subvencionada.

A retificação é a seguinte:

“Deve ser despachada sem demora como encomenda e pagando somente a taxa de inscrição, não só a sacaria nova destinada diretamente á lavoura de café, como a de retôrno, sempre que o despacho fôr pedido pelo lavrador, ou seu natural representante o comissário estabelecido, com firma ou razão commercial registrada”.

Nos avisos de 18 de outubro e 7 de novembro de 1891, exige-se como condição, para ser o comissário admitido a fazer o despacho favorecido de que trata a clausula 5. , que êle tenha contrato registrado na Junta Commercial, ou em outros termos, que exhiba contrato social arquivado na forma da lei.

Parece-me que a intenção dos citados avisos foi a referência, não ao registro do contrato, porém, ao requisito do registro da firma ou razão commercial, de conformidade com o decreto número 916, de 24 de outubro de 1890.

E isso se compreende e a exigência é bem cabida, porque a firma registrada faz prova perfeita da identificação da pessoa do comerciante.

Não descubro, porém, razão ou fundamento plausível para excluir do favor da clausula 5.ª a casa comissária, quando é de firma individual ou sem socio.

Assim retificada e justificada a redação da clausula 5.ª do “memorandum”, anexo ao meu officio de 15 de janeiro fluyente, e notado ao mesmo tempo o equívoco em que me parece terem incorrido os avisos de 18 de outubro e 7 de novembro de 1894, reitero a v. ex. os protestos do mais profundo respeito e do mais elevado apreço, em nome da Diretoria da Associação Commercial do Rio de Janeiro.

Capital Federal e Secretaria da Associação Commercial do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1895.—*Honorio Augusto Ribeiro*, presidente interino”.

CIVISMO

Leia-se ainda este officio, de tanto colorido civico, enviado ao mesmo dr. Antonio Olyntho em 1896 quando o café soffria uma das mais intensas crises.

“A Associação Commercial do Rio de Janeiro, não podendo ser indifferente á crise aguda que conturba atualmente a lavoura de café, principal fonte de nossa riqueza pública e poderoso elemento de prosperidade commercial desta praça, vem perante v. ex. respeitosa e sollicitar sua

benéfica intervenção em prol de medidas equitativas e lógicas, que muito atenuarão a sorte precária dos lavradores daquele remo de cultura, e também de todos os que intimamente ligados por estreitos vínculos mercantis fatalmente acompanham os seus destinos.

Deixando de parte as causas remotas e complexas, que tem determinado a situação quasi angustiosa da lavoura e da anomalia, que ora se manifesta, na relação entre o mercado do nosso principal produto de exportação e o mercado de câmbio, e também não podendo pretender que as multiplas e refletidas medidas, que poderão conjurar antigos e variados desacertos, possam ser tomados administrativamente e de chofre, vem a Associação Comercial impetrar somente os alvites que na emergência atual, mais pronta e facilmente, podem ser esposados por v. ex., com eficaz e immediato benefício para os legítimos e respeitáveis interesses, que esta Associação aquí procura defender.

Lavradores e comerciantes, interessados na cultura e negociações do café, tomaram desde data longinqua para base de seus calculos e operações, o valor de uma libra esterlina como valor aproximado de uma arroba de café de regular qualidade.

Foi esta relação de dependência que inspirou, para avolumar as rendas líquidas das estradas de ferro, a providência tomada em 1892, que autorizou a cobrança do frete do café em função da taxa cambial.

Deante, porém, do fato que estamos presenciando, de descer o preço do café de regular qualidade a 14\$000 a arroba, quando o câmbio mantem-se frouxamente á taxa de 9 dinheiros por mil réis, isto é, quando o valor de uma libra esterlina corresponde quasi ao valor de duas arrobas de café, parece estar provada incontestavelmente a existência de uma grave e perigosa anomalia no nosso meio econômico, ou proclamada evidentemente a falsidade da lei que se supunha presidir á relação entre o ouro e o café.

Ora, seja como fôr, o que é da mais clamorosa injustiça, da mais cruél iniquidade, é manter-se na atualidade a providência tomada em 1892, asfixiando-se com ela a lavoura, e os que estão mercantilmente unidos.

Em substancioso e bem elaborado artigo, publicado na gazetilha do Jornal do Comércio de 15 do corrente, está numericamente provado que o frete cobrado hoje nas estradas de ferro, pela tarifa em unção cambial, corresponde ao duplo do que era cobrado quando foi adotada a tarifa móvel, por isso deixamos de aduzir demonstrações aritmeticas, que muito alongariam esta representação, e pedimos a benevola atenção de v. ex. para aquele criterioso artigo, que esta Associação se honraria de subscrever.

Presume esta Associação, que não excede da alçada do govêrno resolver sobre o assunto, e neste caso espera da dedicação de v. ex. pelo bem público favorável acolhimento ás ponderações que respeitadamente oferece.

Um outro ponto que esta Associação tem necessidade de ferir, por ser também iniquo, e até atentatório dos direitos dos lavradores, é o modo por que se calcula a base para a cobrança dos impostos estaduais sobre o café.

Essa base ou pauta, como se denomina nas repartições fiscaes, é sempre determinada sobre valor acima do preço do mercado, o que é ilegal e prejudicial aos lavradores, que se não merecem favores, devem ao menos ter direitos á justiça.

Ainda na semana que hoje linda, a pauta que vigorou para a cobrança dos 11% do imposto estadual de exportação, foi de 1\$070 por quilograma, correspondente ao preço de 15\$750 a arroba do café, e como seja atualmente o preço médio de tal produto de 14\$000, segue-se que houve um excesso de 117 réis na fixação da pauta, que deveria ser tão somente de 953 réis, que é o valor corresponde ao preço médio de 14\$000, do que resulta que os lavradores pagaram na semana corrente o imposto de 12,27% sobre o valor venal do café, em vez de 11% que lhes exigia a lei.

A Associação sabe que êste assunto escapa á ação do govêrno central, mas espera confiantemente, que v. ex. tomará a patriótica iniciativa de alcançar adequadas providências dos govêrnadores dos Estados do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, autoridades competentes na espécie. —Honorio Augusto Ribeiro, Hermano Joppert, Visconde de Duprat, Francisco R. Vaz”.

Poucos anos depois, em 19 de dezembro de 1901—fundava-se o Centro do Comércio de Café, com elementos que conviviam e continuaram a conviver com a Associação Comercial. Os proprios trabalhos desta a conduziram a aplaudir, e incentivar a criação de um gremio especializado para zelar e velar pelo café. Hoje o Centro de Comércio de Café é filiado á Associação Comercial e, assim, o esforço mutuo e comum em prol da causa da prosperidade nacional.

A ATUAÇÃO DO CENTRO

Sempre superiormente orientado em sua ação, tem sido brilhante e eficiente a sua atuação no mercado de café.

Na sua presidência, encontra-se hoje, um dos espíritos mais cultos e uma das mais perfeitas competências em negocios de café:—o sr. Galeno Gomes, cuja clarividência e largo descortino o fizeram escolhido para a direção do Centro, em cuja séde funcionam vários e importantes serviços, tais como a Bolsa das vendas do café a termo, a organização das estatísticas mais completas e minuciosas, quer sobre preços a termo e disponível, quer sobre entradas e sobre exportação, etc.

Não raro, tem sido o Centro do Comércio de Café chamado a intervir na solução de problemas de alta relevância sobre o café, e ao seu conselho, sempre ponderado e sabio, deve-se, na maioria dos casos, as decisões mais prontas e mais acertadas.

Entretanto, não se pense que, fundado o Centro de Café, descurasse a Associação Comercial do Rio de Janeiro dêsse importante ramo da nossa atividade comercial.

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Daremos, no entanto, só ligeira sumula dos trabalhos da Associação de 1901 para cá.

Consultando os seus Anais, veremos que em 1904, quando se manifestou na lavoura do café, temerosa crise a Associação Comercial não se manteve indifferente.

A necessidade de atender á precária situação do mais importante gênero da produção nacional, inspirou ao ministro da Indústria de então, Lauro Muler, um convite com que espontaneamente distinguiu, em agosto de aquele ano, a Associação Comercial, para que apresentasse medidas atinentes a êsse patriótico e elevado intento.

Para êsse efeito, a Associação incumbiu do estudo do assunto a uma comissão de três de seus socios, competentes na materia, os srs. Comendador Antonio de Barros Ramalho Ortigão, Irineu de Sá Oliveira Carvalho e Antonio Fernandes dos Santos.

Apresentado, em 4 de outubro subsequente, o relatório da Comissão, foi êste presente ao govêrno, que, apesar de aprovar as suas conclusões, não as adotou, todavia, o que é comum.

Era opinião da Associação Comercial que a crise dessa época se originára no rapido desenvolvimento dado, nos últimos dez anos, á produção do café no Brasil, em relação ao respectivo consumo, que não seguira a mesma evolução.

E, exemplificando, apresentava os seguintes quadros estatísticos:

ANOS	Produção brasileira Sacas	COTAÇÕES GOOD AVERAGE SANTOS	
		POR 10 QUILOS SANTOS	POR 50 QUILOS HAVRE
1893-1894.....	4.307.000	17\$000	98.75
1894-1895.....	6.699.000	15\$000	94.00
1895-1896.....	5.480.000	11\$100	94.00
1896-1897.....	8.685.000	8\$000	44.00
1897-1898.....	10.444.000	7\$000	35.75
1898-1899.....	8.752.000	6\$500	35.50
1899-1900.....	8.976.000	6\$800	48.25
1900-1901.....	10.8755.00	4\$600	35.75
1901-1902.....	15.522.000	4\$000	33.75

PRODUÇÃO GERAL—TOTAL	CONSUMO	
1893-1894.....	15.500.000	10.325.000
1894-1895.....	12.900.000	10.325.000
1895-1896.....	13.225.000	10.675.000
1896-1897.....	15.925.000	11.900.000
1897-1898.....	19.675.000	14.175.000
1898-1899.....	18.850.000	12.600.000
1899-1900.....	19.725.000	13.925.000
1900-1902.....	20.575.000	13.925.000
1901-1902.....	26.100.000	14.700.000

Nos anos posteriores, continuou a Associação Comercial a interessar-se pela importante questão.

O CONVENIO DE TAUBATÉ

Em 1906, foi ajustado o chamado "Convenio de Taubaté", entre os presidentes dos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para a valorização do café.

A Associação Comercial defendeu, com denodo e pertinácia o seu ponto de vista, discutindo o importante assunto, em sucessivos e brilhantes artigos publicados no seu *Boletim* e devidos á pena ilustre do saudoso polemista e cintilante escritor Conselheiro Nuno de Andrade.

A AÇÃO DE NUNO DE ANDRADE

Como estatística de preços e cômputo de calculos comerciais, no tocante ao café, é de interesse a reprodução de um dèsses artigos do *Boletim*, da Associação, em 18 de julho de 1908, o qual demonstra quanto o produtor precisa de defesa:

"Já se publicou, neste *Boletim* e noutros órgãos da imprensa, o cálculo aproximado do lucro que o café vai deixando pela estrada da exportação, desde que sae das mãos do produtor até que chega á do consumidor. Esse cálculo baseou-se no preço médio do café em França, em mercado de varejo, ou cerca de 4 francos por saca.

Não ha exagero na média. Temos em nosso poder uma prova de que o regimen aduaneiro de França é severissimo com relação ao café.

Um nosso compatriota, passageiro do vapor "Avon", chegado a Cherburgo a 22 de dezembro do ano passado, fez, no posto alfandegário das bagagens, a declaração de levar uma pequena lata com 5 quilos de *café torrado*—provisão de viagem. O encarregado do posto imediatamente lhe apresentou um recibo de 20 grancos, ou 4 francos por quilo, de direitos aduaneiro.

Nos entrepostos o café crú paga, em França, 130 francos por 100 quilos, ou 1 franco e 30 centimos por quilo. Os direitos pagos pela saca de 60 quilos sábem, pois, a 78 francos. Ao nosso câmbio atual, êsses 78 francos valem 49\$920. Calculando em 21\$ o preço da saca, do tipo 7, em nosso mercado, verifica-se que os direitos de entrada representam mais de 200%. Adicionando-se o frete, o seguro, a sacaria, e mais despesas de transporte desde o porto brasileiro até o Havre, inclusive as despesas de praxe nêste porto francez—6\$400—em média, por saca, temos que a saca de 60 quilos, com direitos pagos, custa ao comércio de França:

21\$000 mais 49\$920 mais 6\$400 = 77\$320.

O consumidor paga 4 francos, ou 2\$560 por quilo, isto é, compra a saca por 153\$600, o dobro do que ela custa.

Distribuido êsse total, teremos:

Ganho brasileiro.....	21\$000
Transporte de exportação.....	6\$400
Fisco francês.....	49\$920
Intermediários.....	76\$280
	153\$600

Somando-se as parcelas que cabem á França, vê-se que do total de 153\$600, a economia francesa absorve 126\$200, o transporte colhe 6\$400 e a economia brasileira lucra tão sómente 21\$000.

Vejamos, agora, "quanto cabe" á lavoura do Brasil...

Tomemos, para base do cálculo, a situação do café de S. Paulo.

Uma saca de café, remetida dos principais centros de produção paulista, paga os seguintes fretes de "estrada de ferro":

Ribeirão Preto a Santos.....	4\$964
Canoas a Santos.....	3\$605
Amparo a Santos.....	3\$045
Campinas a Santos.....	2\$145
Ribeirãozinho a Santos.....	5\$500
S. Martinho a Santos.....	3\$480
Guataparã a Santos.....	3\$040
S. Carlos a Santos.....	4\$000
Jahú a Santos.....	4\$180
S. Manoel a Santos.....	5\$080
Bragança a Santos.....	2\$380
O plantador do Ribeirão Preto, que vende o seu café, tipo 7, por 21\$000, paga:	
Estrada de ferro.....	4\$965
Direitos do Estado:	
9% sobre 460 da pauta.....	2\$184
Docas de Santos.....	\$480
Carretos, comissários etc.	?
	7\$929

(ou mais?) por saca

Restam-lhe "no máximo", como preço de venda apurado"—13\$000 por saca.

Reconstituindo o cálculo

Intermediário rancês.....	76\$280
Fisco francês.....	49\$920
Transporte e fisco brasileiro.....	14\$529
Plantador.....	13\$000
por saca.	

Êsses 13\$000 são destinados ao custeio da fazenda e ao custeio da vida do plantador.

Eis ao que se reduz a riqueza da—"preciosa rubíacea".

O Brasil, a planta... e "os outros" com ela se enriquecem!"

Dada execução ao "Convenio", surgiram reclamações insistentes contra ela, e, como muitos socios da associação, interessados no comércio do café o solicitassem, a Associação Comercial resolveu convocar uma grande assembléa que se realizou a 12 de janeiro de 1907, na qual foi aprovada a redação de um memorial que foi endereçado aos presidentes dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e onde era exposto, ainda uma vez e ainda uma vez documentado, o aludido ponto de vista da Associação Comercial.

Nos períodos sociais que se seguiram, tratou sempre a Associação Comercial do relevante assunto.

Em 1919, secundou a ação do Centro do Comércio do Café na sua campanha em pról da necessidade de um amparo oficial em nossa praça, nos cafés mineiros e fluminenses.

Ainda nêsse mesmo ano, preocupou-se com a equiparação das cotações de café nos mercados do Rio e Santos, tendo obtido o apoio do sr. dr. Raul Veiga, que então presidia o Estado do Rio de Janeiro

EM 1920

Em 1920, tratou, por mais de uma vez do imposto cobrado sobre o café pelos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e a sobretaxa de 3 francos, propondo que a cobrança daquele imposto passasse a ser feita por ocasião da saída do café da praça do Rio de Janeiro e que a sobretaxa de 3 francos passasse a ser fixa, de 200 réis.

Cogitou, outrossim, da situação do produto, estudando o consumo em face das safras anunciadas e colaborando com o Centro de Comércio de Café, nas providências adotadas.

A DEFESA DO CAFÉ

Em 1921, referiu-se á "Defesa Permanentemente do Café", tendo se ocupado do assunto com a proficiência e brilho que lhes são peculiares, o sr. dr. Augusto Ramos, atual vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Em 1922, reclamou contra as dificuldades, que então se faziam sentir, nos embarques de café para Santos pela Oeste de Minas, tendo obtido do Ministerio da Viação e Obras Publicas, solução favorável á sua justa pretensão.

PROPAGANDA NO EXTERIOR

Em 1923, entre outras questões, dedicou-se a Associação Comercial da propaganda do café no estrangeiro, com especialidade nos Estados Unidos da America do Norte.

Nêste assunto, o sr. William Mozzocco, atual 2.º secretário daquela Associação, muito se especializou, apresentando vários e interessantes estudos e estatísticas a respeito, trabalhos êstes baseados em dados colhidos em suas repetidas viagens aos Estados Unidos e outros países do mundo.

Em 1924, prosseguiu a Associação em suas utilíssimas divulgações sobre a posição do café na grande República norte-americana e a forma, na sua opinião, ineficaz por que era feita, alí, a propaganda do nosso produto.

A campanha feita pelo sr. William Mozzocco nêsse sentido, causou a melhor impressão em todas as instituições interessadas no assunto.

VÁRIAS QUESTÕES

Em 1925, não descurou tambem a Associação Comercial, como em anos anteriores, do mais importante dos nossos produtos de exportação. Várias questões lhe foram apresentadas, nêste particular, sendo todos estudados e solucionados.

Assim, examinou a situação do nosso café na Yugoesslavia, do Entrepasto de Marselha, de um novo e malefíco sucedaneo do café, da fundação do Instituto Paulista de Defesa do Café, das vendas do café a termo, da sua propaganda no exterior, do Sindicato du Commerce des Cafés do Havre, da situação d café nos Estados Unidos, da America do Norte, etc.

THOMAZ COSTA

Falando da propaganda do café no exterior, não é possível esquecer o patriótico trabalho que quasi, absolutamente e sem o menor amparo oficial, vem da longos anos, desenvolvendo em Paris e na Suíssa, um compatriota nosso, o sr. Thomaz Costa.

A propaganda por êle levada a efeito é de grande eficiência apesar da modestia de seus recursos.

A Associação não se cansa de incentivá-la.

E provando a sinceridade de seu gesto, basta dizer que o sr. Thomaz Costa, em seu estabelecimento de Paris, faz a propaganda do nosso café, vendendo o genero purissimo, ensinando a maneira de prepará-lo, servindo-o em chácaras, e tudo isso auxiliado unicamente por sua esposa e filha.

TORRADORES AMERICANOS

Nêsse mesmo ano, recebeu a associação a visita de uma comissão de torradores americanos, composta dos srs. Feliz Coste, da National Coffee Roasters Association se Bersent Friele, da National Chain Store Grocerc e Association, os quais ali se apresentaram em companhia dos srs. Edwin Morgan, embaixador americano, dr. Shurtz, adido comercial e Galeno Gomes, presidente do Centro do Comércio de Café.

PORT-SAID

Em 1926, prosseguiu o sr. William Mozzocco nos seus estudos sobre a situação do café na grande República norte-americana.

Mas, além dêssa face da questão, ainda a Associação Comercial se devotou ao estudo da propaganda desse genero em Port Said e com a marcha de seu consumo na Belgica.

Distinguida com um convite para as comemorações do 2.º Centenario do Cafeeiro no Brasil nomeou para representá-la uma comissão de seis diretores.

NA MAIOR CRISE

No presente momento, em que o café atravessa uma de suas crises talvez a maior e está em ordem do dia a nova valorização ou defesa, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, está vigilante e estuda os meios de conjurar os perigos da situação. Suas sessões se absorvem no debate da materia, em plena atividade.

O seu vice-presidente, sr. dr. Augusto Ramos fará naquella instituição, dentro em breve, autorisada conferencia explanadora da materia.

93 ANOS DE EXISTÊNCIA

E aí temos, em largos traços, a ação devotada da Associação Comercial em 93 anos de existência, mas abrangendo estudos acerca do café, desde 1800, há mais de um século. Não sendo uma agremiação de produtores, mas de distribuidores e valorizadores da riqueza produzida, é notável o herculeo trabalho da Associação Comercial a prol do café—trabalho tanto mais admirável quanto não se deixou desanimar, deante da indiferença, só raramente excetuado, dos poderes públicos em face de sua permanente, vigilante, corajosa, convincente insistencia patriótica pelo Brasil grande e prospero.

O café deve muito ao corpo comercial desta capital, digno sucessor da côrte, que fundou a Praça do Comércio e a Associação Comercial.

Nas comemorações de agora, cabe lugar de honra e de gratidão á Instituição que, vem sempre compreendida, será sempre, razão de orgulho da clarividência do espirito de iniciativa particular no Brasil.



PRAIA DA VILA DE MANGARATIBA, COM O SOL A PINO

(Ilustração do natural, a sépia, pelo prof. H. Cavalleiro)

SACAS DE 60 QUILOS

PREÇOS MEDIOS DAS VENDAS POR 10 QUILOS

Janeiro.....	1 a 15	88.664	38.327	75.286	100.479	71.384	3\$547	4\$312	5\$580	4\$530	5\$765
	16 a 31	104.560	143.952	35.025	95.371	86.498	3\$402	4\$250	5\$495	4\$576	5\$477
Fevereiro.....	1 a 15	127.458	178.672	104.779	92.464	81.561	3\$390	4\$247	5\$128	4\$625	5\$200
	16 a 28	75.551	118.186	194.869	93.288	117.316	3\$560	4\$137	5\$445	4\$550	5\$140
Março.....	1 a 15	18.510	213.500	40.490	132.240	59.154	3\$560	4\$088	5\$355	4\$515	5\$130
	16 a 31	42.763	87.381	94.308	141.235	88.534	3\$495	4\$097	5\$253	4\$610	5\$119
Abril.....	1 a 15	134.338	92.532	92.647	96.530	45.417	3\$372	4\$080	5\$328	4\$685	5\$180
	16 a 30	140.883	123.817	83.457	89.443	45.458	3\$227	4\$030	5\$580	4\$771	5\$215
Maio.....	1 a 15	167.741	126.705	7.135	108.281	91.984	3\$205	3\$865	5\$575	4\$785	5\$300
	16 a 31	77.844	138.066	8.067	203.250	44.528	3\$368	3\$677	5\$330	4\$724	5\$466
Junho.....	1 a 15	57.996	126.302	72.096	96.460	45.367	3\$350	3\$823	5\$158	4\$930	5\$225
	16 a 30	108.119	86.202	58.533	64.203	63.863	3\$377	3\$930	5\$175	4\$990	4\$900
Julho.....	1 a 16	67.997	97.964	97.901	97.103	72.793	3\$445	3\$865	5\$010	5\$110	4\$820
	16 a 31	92.420	175.614	139.384	94.539	117.179	3\$505	3\$877	4\$800	5\$020	4\$810
Agosto.....	1 a 15	123.876	156.334	152.116	118.507	115.094	3\$565	4\$015	4\$888	4\$810	4\$960
	16 a 31	134.997	148.267	171.783	194.239	142.531	3\$428	4\$015	5\$097	4\$830	4\$933
Setembro.....	1 a 15	257.188	182.205	152.878	205.745	107.368	3\$162	3\$869	4\$932	5\$075	4\$877
	16 a 30	163.671	257.510	227.507	170.354	175.958	3\$145	3\$780	4\$620	5\$505	4\$877
Outubro.....	1 a 15	185.944	107.105	206.242	118.248	124.308	3\$172	3\$785	4\$235	5\$672	4\$820
	16 a 31	196.944	197.380	172.184	206.957	172.814	3\$200	3\$735	4\$460	6\$138	4\$700
Novembro.....	1 a 15	167.924	80.254	105.530	37.621	132.281	3\$087	3\$925	4\$340	6\$040	4\$710
	16 a 30	179.272	96.405	171.752	198.116	100.162	2\$771	3\$730	4\$390	6\$100	4\$641
Dezembro.....	1 a 15	302.836	194.994	144.734	35.220	83.492	2\$695	3\$650	4\$190	6\$200	4\$370
	16 a 31	191.781	123.138	213.618	75.172	190.258	2\$900	3\$620	4\$295	5\$603	4\$310

MARK REICHMUNZE

TAXAS

Janeiro....	1 a 15	56.376	139.373	185.555	26.500	99.500	548 a 556	515 a 523	510 a 503	556 a 548	491 a 480
	16 a 31	104.086	69.536	131.336	168.716	33.716	550 a 509	519 a 536	500 a 507	551 a 542	488 a 478
Fevereiro...	1 a 15	90.240	92.537	208.883	141.503	835.456	560 a 571	540 a 556	506 a 509	549 a 561	478 a 487
	16 a 28	15.400	143.500	544.020	161.445	140.686	562 a 569	540 a 544	508 a 510	558 a 574	483 a 488
Março.....	1 a 15	83.590	138.200	214.000	291.002	144.344	565 a 559	550 a 559	510 a 525	573 a 561	491 a 483
	16 a 31	41.500	214.800	293.706	98.519	147.857	562 a 556	556 a 548	535 a 529	491 a 564	486 a 498
Abril.....	1 a 15	116.245	160.000	156.347	113.269	86.600	558 a 543	553 a 544	531 a 560	566 a 572	499 a 520
	16 a 30	58.714	313.978	260.076	122.200	271.308	555 a 542	549 a 561	575 a 589	567 a 580	508 a 501
Maio.....	1 a 15	60.929	88.487	50.000	37.995	54.341	546 a 542	565 a 560	587	574 a 600	507 a 496
	16 a 31	67.000	266.968	61.474	48.150	132.108	540 a 531	550 a 540	560 a 547	590 a 586	310 a 504
Junho.....	1 a 15	88.400	76.889	207.000	47.000	141.739	558 a 517	546 a 530	544 a 531	590 a 602	505 a 495
	16 a 30	30.500	95.290	85.000	54.000	88.875	548 a 541	537 a 530	526 a 523	610 a 604	501 a 493
Julho.....	1 a 16	255.222	89.621	186.400	35.500	271.793	550 a 541	538 a 537	521 a 506	580 a 601	500 a 491
	16 a 31	274.500	115.880	66.798	64.697	233.621	547 a 543	529 a 512	504 a 509	583 a 560	506 a 495
Agosto....	1 a 15	11.340	173.500	176.000	35.119	217.446	544 a 550	515 a 500	512 a 504	558 a 543	498 a 508
	16 a 31	262.982	237.400	134.500	242.639	117.641	543 a 552	508 a 520	513 a 507	546 a 535	514 a 498
Setembro..	1 a 15	219.283	214.000	33.693	332.167	36.903	544 a 553	514 a 525	513 a 505	542 a 553	502 a 498
	16 a 30	216.300	174.353	204.449	118.694	203.601	546 a 558	525 a 518	503 a 496	546 a 544	505 a 406
Outubro...	1 a 15	129.220	179.026	124.970	243.365	132.345	557 a 558	526 a 518	501 a 495	546 a 542	498 a 502
	16 a 31	131.880	169.770	261.645	623.859	227.146	557 a 551	529 a 522	495 a 506	546 a 540	516 a 505
Novembro.	1 a 15	136.720	54.700	228.663	210.505	158.970	553 a 546	530 a 521	490 a 518	541 a 535	514 a 522
	16 a 30	230.309	107.800	397.462	85.338	200.000	549 a 536	527 a 523	506 a 520	524 a 514	518 a 527
Dezembro.	1 a 15	385.100	85.200	166.398	51.778	166.200	545 a 553	521 a 530	535 a 518	518 a 516	525 a 546
	16 a 31	194.066	253.700	304.500	145.662	67.210	556 a 547	530 a 552	521 a 512	517 a 502	534 a 549

FRANCOS

TAXAS

Janeiro.....	1 a 15	1.177.466	924.000	2.904.423	2.777.351	1.722.676	438 a 453	415 a 422	411 a 405	454 a 433	403 a 386
	16 a 31	1.054.688	1.214.080	1.434.314	2.271.323	2.180.014	452 a 464	416 a 430	412 a 407	450 a 442	395 a 286
Fevereiro...	1 a 15	407.142	1.457.000	2.154.077	2.464.615	2.856.632	454 a 465	425 a 448	409 a 411	444 a 462	389 a 397
	16 a 28	324.533	808.640	1.272.567	1.668.901	2.117.161	454 a 462	436 a 447	409 a 411	450 a 473	391 a 397
Março.....	1 a 15	517.300	1.107.071	870.158	1.630.607	1.916.632	462 a 450	441 a 455	411 a 433	471 a 454	401 a 393
	16 a 31	847.542	913.050	886.500	2.203.723	2.198.928	455 a 447	450 a 440	427 a 436	449 a 466	392 a 417
Abril.....	1 a 15	469.606	596.940	1.655.387	1.320.750	1.954.809	453 a 442	450 a 438	429 a 453	457 a 465	401 a 478
	16 a 30	853.793	1.216.615	997.825	2.245.827	1.411.740	447 a 432	440 a 452	466 a 480	460 a 476	414 a 408
Maio.....	1 a 15	438.774	709.062	907.993	1.244.250	1.316.896	445 a 432	458 a 444	472 a 458	473 a 488	414 a 404
	16 a 31	335.576	1.581.343	839.950	1.482.763	1.448.507	442 a 432	451 a 431	463 a 432	489 a 474	416 a 405
Junho.....	1 a 15	87.757	1.365.474	596.430	1.336.526	1.192.624	448 a 444	437 a 426	460 a 430	476 a 502	415 a 402
	16 a 30	940.748	1.001.035	957.547	509.650	1.709.636	446 a 436	436 a 426	418 a 427	504 a 488	413 a 400
Julho.....	1 a 16	488.968	946.590	2.116.658	1.854.415	2.129.400	450 a 437	438 a 427	427 a 405	462 a 495	408 a 400
	16 a 31	455.356	902.665	1.680.351	1.569.817	3.411.042	451 a 440	438 a 412	403 a 414	477 a 450	410 a 400
Agosto.....	1 a 15	643.895	388.147	927.997	1.912.656	1.147.970	442 a 446	422 a 412	413 a 416	460 a 435	404 a 416
	16 a 31	554.933	1.540.817	1.085.284	953.846	2.241.723	442 a 453	412 a 342	413 a 407	446 a 434	419 a 404
Setembro...	1 a 15	647.376	663.686	669.320	803.766	2.284.914	443 a 450	417 a 430	415 a 401	440 a 445	410 a 404
	16 a 30	947.200	1.080.033	1.175.688	802.196	2.328.674	447 a 457	430 a 417	407 a 398	444 a 438	409 a 402
Outubro....	1 a 15	906.561	1.094.943	1.429.411	750.522	1.886.832	453 a 446	428 a 421	408 a 398	443 a 438	402 a 412
	16 a 31	903.841	1.943.750	1.950.522	1.731.870	3.355.273	451 a 447	433 a 419	309 a 400	449 a 435	403 a 419
Novembro..	1 a 15	763.547	974.322	1.972.379	2.306.224	1.655.964	449 a 439	429 a 421	403 a 416	430 a 429	415 a 433
	16 a 30	1.221.051	1.002.317	2.066.500	1.407.006	2.710.100	446 a 433	428 a 419	408 a 420	429 a 418	419 a 431
Dezembro..	1 a 15	798.822	802.071	2.285.423	924.870	2.997.847	442 a 448	422 a 434	435 a 413	418 a 408	427 a 450
	16 a 31	1.142.918	1.335.074	1.180.561	547.413	3.257.320	451 a 442	430 a 447	422 a 414	414 a 405	428 a 446

Decadência dos cafezais e suas causas

CARLOS CONCEIÇÃO

A cafeicultura no Estado do Rio, com referências especiais á zona sul do Paraíba, está na hora que passa, na dolorosa situação de um imperio que foi grande, e que, sacudido por fatores multiplos e complexos, hoje se encontra em ruinosa decadência.

Por toda a parte em que o nosso olhar se prolongue e se perca na ansia de dar emoção á alma e volúpia á inquietude das retinas, é a mesma desolação dos desnudos morros vasios, o quadro pungentissimo da grandeza extinta da paisagem, atestando ao viandante, que por all já passaram e desfilaram milhares de gendarmes verdes, em continência ao esplendor econômico de uma patria nova que nascia...

O manto floral dos cafezais que o braço humilde e heroico do escravo distendeu pelas terras virgens do município, foi transformado, pelo desânimo e pela insidia dos descendentes dos senhores feudais, em ondulantes tapetes verdes dos Campos, onde os rebanhos com o piso constante das longas caminhadas, em busca de agua e forragem para matarem a fome e a sede, acabaram de completar a ruina do solo, argamassando-lhe a fertilidade.

Pesquisadas as causas da decadência da cafeicultura e da sua consequente substituição pela indústria pastoril, nós encontraremos os seguintes motivos determinantes:

- Fatores de ordem histórica.
- Fatores de ordem política.
- Fatores de ordem agrária.

FATORES DE ORDEM HISTÓRICA

A abolição da escravatura.—Lei que foi um triunfo da moral cristã sobre a moral histórica do tempo, pelo alto espirito de humanismo que elle encerra, trouxe no entanto, arrastado na rendilhada cauda de ouro do seu manto, um cortejo de tragedias e de infortunios para a lavoura, espalhando a desolação e o abandono ás fazendas, que se viram despovoadas e desertas, com o exôdo delirante dos escravos, em batida vertiginosa para o noroeste paulista, na esperança feliz de recomeçar a luta, pela conquista de um tétó.

Com a emigração do braço cativo, as fazendas principiaram a viver o seu instante de angústia.

O despovoamento do solo deixou decepçamentos ao espirito dos lavradores, que viram as suas safras sacrificadas e perdidas pela ausência dos velhos prisioneiros rurais, nessa fase inicial de redenção...

O Imperio redimindo, assim, o martirio de uma raça, vergastada e corroída nas labutas

diárias das fazendas, sob a fornalha dos trópicos, onde o austero senhor conhecia menos os processos de tirania e atrocidades do que seus vandalos feitores deshumanos, não havia ainda destronado, de todo, o jugo insolito da escravidão, porque começava de vitimar uma outra classe que vinha sendo com as suas milhares de pequeninas patrias feudais, o equilíbrio e o lastro ouro da economia nacional.

A mensagem presidencial do inolvidável Quintino Bocaiuva, ao tempo do seu govêrno, que deante da crise devastadora que avassalava o país com a desvalorização crescente do café, aconselhou aos lavradores fluminenses o abandono da cafeicultura, mas exigente e trabalhosa, em favor da mais comoda e remuneradora indústria pastoril.

Está claro, que os fazendeiros não ouviram tão somente a palavra fascinante, dominante mas desalentada do preclaro estadista da República; antes, atenderam ao chamamento interior das suas proprias forças econômicas que lhe não davam, nem alento e nem ânimo para resistirem a ruinosa crise da lavoura.

FATORES DE ORDEM POLÍTICA

1.º RELEVO DO SÓLO—A impropriedade do sólo com referência a seu relevo topográfico, quasi todo montanhoso em elevações escarpadas de pequenos morros, foi sem dúvida, um dos maiores obstáculos á duração normal dos cafezais.

As culturas em aclive sensível, si de um lado beneficiam as plantas pela infiltração da agua no solo, estritamente necessária a dissolvência dos minerais para nutrição do vegetal, por outro lado o volume das enxurradas, arrastando para as varzeas e grotas toda a matéria orgânica acumulada a flôr do sólo pela decomposição e transformação das folhas mortas em *humus*, compromete fatalmente a produção, quando não estiôla e extingue cedo o seu ciclo vegetativo.

2.º O ESGOTAMENTO DO SÓLO—Não foi a natureza do sólo em si, incontestavelmente dádivo e fértil, com as suas propriedades físicas e químicas apreciáveis, que mais concorreu para o fracasso das culturas, flagrante e notável, no sul da província, rumo do planalto paulista.

A terra malsinada, caluniada e despresada pela incuria e pela alta de certos conhecimentos técnicos, já de pleno dominio, então, da boa pratica agricola, resistiria ao esbanjamento das suas riquezas químicas e orgânicas, exauridas, longos anos, sem treguas, pela fartura das co-

lheitas para os celeiros do mundo, si não fôra o erro imperdoável e o esquecimento dos seus felizes exploradores, em recompô-la pela assistência gradual dos adubos, nas suas reservas nutritivas, desfalcadas e consumidas no paciente trabalho fisiológico das floradas para o deslumbramento da frutificação.

3.º A PRAGA DOS CAFEZAIS EM 1861—Meloidogine Exigue—(Diagnose do dr. Emilio Golde)—(Verme nematoide com séde nas nodosidades patológicas das raízes do cafeeiro).

Foi êste sem dúvida, o fator mais notável e preponderante que concorreu para a decadência e mesmo exterminio em certas zonas, da cafeicultura na provincia.

O mal terrível e apavorante appareceu pela primeira vez em 1861, no norte do Paraíba, nas proximidades de S. Fidelis, na fazenda Puzera, cujo morticínio foi tão grande que os seus proprietários, Major João Fonseca Marinho & Irmãos, tiveram de abandonar a cultura e substitui-la pela de cana.

Do ponto inicial alastrou-se a endemia pelos Municipios de Madalena, Santo Antonio de Padua, Santa Rita, Cantagalo e todo o vale norte em direção a Espirito Santo.

Foi estudada primeiramente pelo professor dr. Clemente Jobert, em 1876, nas fazendas Siberia e Serraria.

Em 1886, o flagelo tomou proporções tão inquietadoras que o Imperio convidou o eminente biologista dr. Emilio Golde, que identificou o carater da praga e estudou todo o seu ciclo evolutivo, tanto do ponto de vista da sua biologia, como da sua propaganda geográfica, apontando ao mesmo tempo os meios profiláticos de combate, no seu notável relatório dirigido ao Ministro da Agricultura e publicado, como materia única na *Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, em 1888.

Para que se tenha uma idéa exáta e luminosa da extensão e da gravidade do flagelo endemico que afetou uma zona de 300.000 hect. ou 3.000 quilometros quadrados da melhor terra de cultura, deixo aqui um dos trechos do prefácio histórico geográfico, escrito pelo fazendeiro dr. Aristides Caire, para illustrar o trabalho científico do sabio Golde:

“E’ preciso ter visto com seus próprios olhos o triste estado de paralisia de certas estradas de ferro, na zona em questão, a decadência actual de certas cidades, a principio florescentes, é preciso saber quantos lavradores pequenos e importantes, desesperarão de seus cafezais e abandonarão as ditas regiões para mais longe residir na provincia de Espirito Santo, e saber quantos ficarão desgostosos com as desgraças da cultura do café aqueles que permanecerão e fervorosamente abraçarão a cultura da cana—para apreciar em sua verdadeira extensão os efeitos do flagelo sob as condições agrícolas de provincia do Rio”.

Diz ainda o dr. Caire:

“Junto, como exemplo, que pôde dar uma boa idéa do que fica dito, um quadro compa-

rativo das colheitas de um dos ultimos anos em 3 fazendas invadidas pela molestia”:

	Colheita actual	Colheita boa média anterior	Colheita máxima anterior
Fazenda A....	700	13.800	16.000
Fazenda B....	700	10.000	14.000
Fazenda C....	2.500	11.000	20.000

Um Deputado da Assembléa provincial, grande fazendeiro de café, bem orientado sobre a matéria, discursando no recinto em 1886 sobre a calamidade da endemia, avaliava no minimo em 5.000 contos os prejuizos causados pela molestia nos Municipios de Cantagalo, S. Fidelis e Santa Maria Madalena, e ao mesmo tempo esclarecia o quadro alucinante e desolador da lavoura, com o seguinte resumo, resultado de uma lista de 40 fazendas atacadas pela molestia.

	Colheita actual	Colheita boa média anterior	Colheita máxima anterior
Total de 40 fazendas....	26.500	128.840	234.000

Da explanação documentada dos historiadores que illustram o trabalho equilibrado e profundo do dr. Golde, não seria tarefa custosa recompôrmos o ambiente desolante do sertão, onde se desenrolaram as cenas mais lancinantes do tenebroso drama das civilizadoras florestas econômicas dos cafezais.

A evolução fisiológica das lavouras com a sua sequéncia de milagres, que fez a grande alegria tranquila do homem no seio da terra, apascentando sob o prestígio obscuro e humilde das enxadas, o ondulado rebanho floral dos cafezais, tudo desapareceu: o desabotamento das gemas para o monocronismo bizarro, da onda verde das frondes; o alvo rendilhado nupcial da inflorescência, empoando-lhes os leques das ramarias de uma tenue e fina tecedura de grinaldas e de aromas das floradas; a magnifica seára de ouro vermelho da frutificação, tudo desapareceu!

Apenas, ficou flutuando no ar, como um melancólico exercito de quilhas e de mastros naufragos da tormenta, a esqueletica e espectral silhueta, esguia e sêca dos cafezais defuntos.

4.º SISTEMA EXTENSIVO—País ainda sem braços vigilantes e aprendizagem das máquinhas agrícolas, consequentemente sem trabalho rural organizado (S. Paulo é uma vitoriosa e magnifica exceção, cuja visão sábia do estadista e o incansável esforço do homem rural

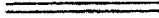
em função da terra exuberante e dadivosa realizou para gáudio e afirmação da raça, o milagre da mais perfeita e extensiva organização agrária de todos os continentes). Este sistema de cultura trouxe um mal sem remédio para a grandeza florestal do Brasil, com o flagelo itinerante das derrubadas, que lhe andou revolucionando o clima, modificando o regime das águas, esterilizando o imenso laboratório milenar de riquezas químicas e orgânicas da terra, apagando por fim o vigor, e a expressão luminosa e bizarra da paisagem.

O índio sem o banho lustral das civilizações que passaram, desconhecendo a amplitude do direito e a concepção de humanismo, mas com uma divina intuição da propriedade, foi um estóico abnegado para não dizer um martir,

nas suas arremetidas selvagens contra os invasores, defendendo com a própria vida o seu opulento imperio verde, virgem ainda ao generoso labor dos homens estranhos á sua raça, como que já antevendo o doloroso e melancólico destino que os homens brancos iriam dar á exuberância magnífica da terra jovem.

A cultura extensiva foi um fatalismo.

Dizimando a floresta, esgotou um sólo dos mais férteis do mundo, sem no entanto lhe restituir as reservas nutritivas gastas, no esbanjamento sucessivo das colheitas remuneradoras, para logo depois o abandonar e abrir novas clareiras no maravilhoso abismo glauco das matas, nêsse delírio diabólico e desmesurado dos incendios e das coiváras.



Notas sobre o consumo do café na Belgica

ANTONIO F. DE SOUZA BASTOS

O COMÉRCIO NA MENTALIDADE BELGA

O comércio que, em tempos idos constituia privilégio de alguns felizardos dotados naturalmente da bossa dos arranjos, combinações, espertezas e outras qualidades típicas, ao lume da ciência, sob a égide protetora das relações com o progresso sempre crescente dos peões da civilização, purificou-se aos poucos do estigma da plebeidade, tornou-se ciência e adquiriu fóros de aristocracia. Prova sobêja são os mimos que lhe dispensa a política nacional e o carinho de que o cerca a ciência. A Belgica, a exemplo da França, da Alemanha e de outros estados europeus, procura, na formação dos suditos que se dedicam ao comércio, não só o aperfeiçoamento teórico das ciências comerciais, mas, por meio dêsse mesmo aperfeiçoamento, dividindo os cursos, visa conjuntamente suprir as necessidades e exigências da atividade comercial do país e oferecer novos recursos para a subsistência do cidadão belga.

Um simples relance d'olhos nos programas oficiais das diferentes escolas que pululam em todos os recantos da nação facilitando a instrução e como ela a aquisição de empregos correspondentes, comprovará suficientemente o que acabámos de afirmar. Os vários programas a que aludimos condensam-se nos seguintes recursos.

1.º *Facturier-expéditeur*: faturas e documentos de expedição. Nas grandes usinas constitue dois empregos.

2.º *Teneur de livres*: guarda-livros em miniatura.

3.º *Comptable*: guarda-livros.

4.º *Expert comptable*: perito em contabilidade.

5.º *Directeur de publicité*: a grande alavanca da vida e do progresso do comércio. A ciência do reclame. A investigação e realização de todas as possibilidades do comércio.

6.º *Correspondente em linguas*.

7.º *Stenografo-dactilografo*.

8.º *O Secretário comercial*: organizador das energias e negocios comerciais.

9.º *Engenheiro comercial*: alto comércio internacional.

No tocante a formação industrial, que não deixa de ser a matéria prima do comércio, as preocupações da política e da ciência são ainda mais meticulosas. Se a Belgica é incontestavelmente a colmeia modelo do mundo deve-o so-

bretudo a êsse conjunto harmonioso da política e da ciência.

Com effeito, quem conheceu a Belgica antes da guerra, nota atualmente, uma vez que se ponha em contato diréto com o comércio e a industria que a Belgica hodierna depassou de muito a Belgica d'ante guerra. Assim o comércio belga aos poucos se transformou e ainda se aperfeiçoa contando com a competência e sólido preparo de seus inumeros colaboradores. O comércio belga é, pode dizer-se sem receio de exagêro, uma instituição nacional.

O CONSUMIDOR BELGA

Como acabamos de ver, a Belgica é país essencialmente industrial e comercial. Quem quizer ter uma concepção concisa, adquirida sem grandes pesquisas e multiplas visitas de um sem número de fábricas e usinas, só uma coisa bem fácil tem de fazer: visitar a provincia do "Hainaut", os arredores de Charle-roi, o país negro, a região da fumaça, a floresta de chaminés e a terra dos altos fornos. E' a provincia que mais sintetiza a atividade belga todas as indústrias, que estão espalhadas sobretudo na parte oriental do reino, aí se acham reunidas transformando a região em uma só imensa usina.

Desta superatividade industrial provém periodicamente a superprodução determinando crises no mercado e sérias apreensões no operariado. Temos, então, os grandes "estoques" a espera de escoamento que forçam a diminuição da mão de obra, acarretando o problema inquietador dos sem trabalho belgas sobremodo nêsse transe prejudicados pelos operários estrangeiros em número de 37.174. Para êsse número realmente esmagador para um país pequeno como a Belgica, só a Itália e a Polonia concorrem em partes iguais com 16.076 suditos.

Há na Belgica pouco mais de 13.082 estabelecimentos de grandes e pequenas empresas em atividade. Êsses estabelecimentos dão trabalho a operários:

Menores de 14 a 21 anos—homens	136.709
Idem—mulheres.....	86.823
Adultos de mais de 21 anos—hom.	737.603
Idem—mulheres.....	119.199

Total de operários belgas..... **1.080.331**

A essa população operária em atividade juntemos as crianças e velhos que fazem parte da,

famílias operárias, levemos em conta 96.567 empregados e empregadas e os agricultores com suas respectivas famílias, e chegaremos a mais de quatro milhões para uma população de sete milhões e pouco de habitantes.

Aí temos o *Grande Consumidor* do nosso café.

Note-se que ao lado dos empregados colocamos os operários. A razão é simples. O operário estuda, frequenta escolas profissionais, ganha melhor a vida que maior parte de empregados, apresenta-se tão bem quanto qualquer indivíduo da camada remediada.

O consumidor do nosso café é também o pequeno comerciante. Infelizmente, não posso no momento fazer mais desenvolvidas estatísticas; bastante será, porém, dizer, e sem receio de estar longe da realidade, que na Bélgica há um impossível encontrar-se uma pequena rua de cidade ou aldeia sem quatro ou cinco casas de pequeno comércio. De caso pensado, não falamos aqui dos capitalistas, dos proprietários e dos que vivem de rendas. Esses, quer o café esteja em alta, quer em baixa são fregueses certos. Muda, porém de aspecto o caso com relação aqueles.

O USO DO CAFÉ E O CONSUMIDOR NA SUA VIDA QUOTIDIANA

O uso do café na Bélgica generalizou-se de tal modo, que hoje constitui uma verba imprescindível no orçamento doméstico. A canequinha de café que, entre nós, é direito da visita, faz parte também dos costumes belgas. Há, entretanto, uma diferença: a canequinha belga é respeitável chicara que absorve pouco mais ou menos um quarto de litro. Esse uso existe não só no seio das famílias mas ainda nos cafés e casas congêneres onde se bebe o café em chicara avolumadas ou em copos de $\frac{1}{4}$ de litro, quando, em vez de pedir um "café-tasse", se pede um "café-filtre".

O operário que vai ao trabalho toma antes de sair sua tijela de café e leva para o almoço, com algumas "tartines" fatias de pão com manteiga, o "Bidon" (garrafa) de folha de flandres, com $\frac{3}{4}$ de litro de café. É mais fácil esquecer o pão que o café. Cerveja não a quer, porque pagando o litro a francos 1, 25 lhe sai muito caro no fim do mês; o café sendo mais em conta ficou na ordem do dia, tornou-se um hábito que já vai adquirindo direitos de antiguidade. Ora, há na população belga, deixando de parte os 96.567 empregados e empregadas 1.080.331 operários que, consumindo por dia, para si e a família, 2 litros de café (o cálculo fica por baixo), dão um consumo diário total de litros 2.160.662. Se a essa população operária adicionarmos as outras classes trabalhadoras, teremos, como acima dissemos, mas de 4 milhões de habitantes. É, por conseguinte ESSA CLASSE aqui na Bélgica o maior consumidor do nosso café.

Acontece, porém, que nesses últimos anos o franco belga decaiu e o café subiu extraordinariamente de preço. A classe trabalhadora não podendo mais passar-se do café recorreu a outros meios para obtê-lo a preço reduzido. Antigamente comprava o quilo a francos 7,50; atualmente compra-o verde a francos 15, 16, 18, 20 e 23 e o café torrado até francos 33.

Com o uso da CHICÓRIA ficou resolvido o problema. Compra um quilo de café verde, qualidade inferior a francos 15, adiciona-lhe um quilo de chicória, a frs. 3,50 e tem 2 quilos de café mistura por francos 18,50 ou seja o quilo por fts. 9,25, quasi o antigo preço.

Eis como o nosso maior consumidor de café na Bélgica reduziu de 50% a nossa exportação. É realmente lamentável!...

O Walt, ou "torrealine", cevada torrada, quasi em desuso, não merece mais o nome de sucedâneo do café.

A CHICÓRIA; é o grande adversário que urge combater.

Enquanto porém, mantivermos os nossos preços em alta, inútil será pensar em campanha contra a chicória. Percorrendo de relance os dois mapas que oferecemos á consideração e ao estudo dos exportadores patricios, vemos como os nossos concorrentes ganham, de ano para ano, terreno no mercado belga.

De que servirá a propaganda para educar o paladar do pequeno consumidor, se o maior desprezando por vontade a QUALIDADE, da preferência ao PREÇO?

Há tanto café barato vindo das Índias, da África e de outras procedências, que o nosso mantendo a primazia na qualidade e no preço, fica "mutatis mutandis" como essas custosas péles em exposição nas vitrines, quasi que só ao alcance das classes abastadas.

COMO RESOLVER O PROBLEMA?...

Um tipo popular com vantagens de qualidade e no preço e com EXCLUSIVIDADE de venda só para a Bélgica?...

Ha dois ou três meses, um periódico estrangeiro, cujo nome a memória não me reproduz, tratando do assunto e pondo em relevo a sensível diminuição da exportação do café brasileiro, recusava aceitar como causa exclusiva a pequena colheita desses ultimos anos, e inseria veladamente nas entrelinhas a intenção de uma crítica e o caminho para uma solução. Traduzirei clara e fielmente as idéas do articulista: "Por que o Brasil, que é provavelmente o maior produtor de café do mundo e com o qual nenhum outro pôde competir, na qualidade e no preço da produção, persiste prematuramente em manter a política da alta, prendendo os estoques? O Brasil deveria considerar que, enquanto êle se retrai, outros concorrentes, não desprezíveis, vão aumentando a produção e, sacrificando temporariamente seus lucros, consolidam as posições conquistadas no mer-

Mapa do consumo do café na Belgica desde o ano 1910 até Maio de 1927 - quilos

PROCEDÊNCIAS	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
Aden.....	55.855	25.536	59.027	28.686	Guerra	Guerra	Guerra	Guerra	Guerra	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Alemanha.....	148.220	326.440	151.038	469.614	---	---	---	---	---	---	119.280	168.355	---	---	125.628	---	---	---
America do Norte.....	540.222	240.077	418.049	205.172	---	---	---	---	---	1.399.947	392.187	2.051.468	1.819.590	1.494.656	692.103	670.875	509.112	---
Argentina.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	122.456	114.305	---	196.708	159.865	---	---	---
Australia.....	---	35.536	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
BRASIL.....	19.604.267	16.474.446	25.119.045	25.878.268	12.875.760	---	---	---	4.080.90	26.905.495	16.163.536	23.516.713	16.530.838	18.841.666	17.055.916	16.265.969	16.741.821	7.592.100
Bremen.....	1.227.539	1.598.836	222.557	412.372	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
China.....	45.135	---	18.009	91.220	---	---	---	---	---	14.555	2	---	---	---	---	---	---	---
Congo Belga.....	5.548	2.000	1.000	---	---	---	---	---	---	145.571	259.764	---	---	121.243	245.523	395.501	589.791	179.300
Congo Francês.....	---	---	19.672	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Dinamarca.....	28.388	---	---	---	---	---	---	---	---	---	407	---	---	---	---	---	---	---
Egito.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	4	---	---	---	---	---	---	---
Equador.....	16.176	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Espanha.....	85.291	44.620	108.380	---	---	---	---	---	---	451.015	---	---	---	---	---	---	---	---
Etablissements Déroit.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	251.618	---	---	---	---	---	---	---
Etiópia.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	5	---	---	---	---	---	---	---
França.....	5.365.375	4.136.390	6.426.191	8.124.080	---	---	---	---	---	954.350	9.658.505	5.604.588	1.977.960	5.054.978	2.568.820	5.925.964	5.640.311	696.900
Haiti.....	170.475	287.509	285.945	168.503	---	---	---	---	---	---	22.627	507.158	817.714	758.565	364.158	488.020	808.452	---
Hamburgo.....	5.574.397	4.068.552	2.839.927	3.609.220	---	---	---	---	---	---	94.537	92.632	---	94.701	252.716	446.582	499.322	---
Holanda.....	7.872.556	7.728.516	8.018.131	7.163.717	---	---	---	---	---	1.602.433	6.119.766	7.924.639	9.818.231	9.161.824	11.020.379	12.106.806	12.964.515	5.742.400
Índias Británicas.....	269.757	226.252	525.827	468.964	---	---	---	---	---	14.580	61.846	442.771	---	6.238	60.248	85.646	83.341	---
Índias Neerlandesas.....	2.357.720	1.534.810	744.058	1.268.149	---	---	---	---	---	2.154.855	509.031	564.196	400.953	599.389	468.349	406.195	673.203	---
Indochina Inglesa.....	30.070	15.103	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Inglaterra.....	5.028.196	3.381.404	3.415.209	1.954.407	---	---	---	---	---	5.445.820	3.681.984	5.004.685	3.081.071	4.355.541	1.915.504	278.335	866.720	---
Italia.....	35.890	---	22.116	30.464	---	---	---	---	---	5.938	---	94.934	---	---	---	---	---	---
Japão.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	26.772	---	---	---	---	---	---	---
Luxemburgo.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	48	---	---	---	---	---	---	---
Mexico.....	352.584	847.808	2.700.205	3.096.556	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Nicaragua.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2.094	---	---	---
Filipinas.....	---	---	22.732	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Portugal.....	1.166.372	1.133.566	773.243	407.688	---	---	---	---	---	231.472	493.245	1.265.479	3.170.103	2.430.107	2.254.370	3.172.808	2.175.848	835.300
S. Salvador (Republica).....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	168.835	---	---	---	---	---	---
Suecia.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	11.640	---	---	---	---	---	---	---	---
Suissa.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	116	---	---	---	---	---	---	---	---
Tunisia.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Turquia.....	---	---	41.153	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
União Sul Africana.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Outros países.....	33.503	38.258	51.945	97.643	---	---	---	---	---	78	121.028	259.152	773.793	145.400	117.273	---	---	---
TOTAL.....	50.013.516	42.143.349	49.983.459	53.479.923	12.875.760	---	---	---	4.080.090	39.335.843	38.078.466	47.779.868	38.390.253	41.260.816	37.298.352	38.242.499	39.352.436	1.900.5045



**Mapa da média aproximada da contribuição dos principais fornecedores
de café ao consumidor belga, desde 1910 a 1914 e de 1918 a 1927**
Classificação dos principais concorrentes

PAÍSES CONCORRENTES	TOTAL DE REMES- SAS EM QUILOGRA- MAS	MÉDIA ANUAL EM QUILOGRAMOS	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Brasil.....	265.643.628	17.709.575	1.º lugar	Decaiu um pouco
Holanda e Indias Neerlandezas.....	118.929.781	7.928.652	2.º lugar	Ascensão firme
Holanda isolada.....	107.248.913	714.927	3.º lugar	Ascensão firme
França.....	56.151.618	3.743.441	4.º lugar	Em declínio
Inglaterra.....	38.404.676	2.560.312	5.º lugar	Em declínio
Alemanha (Hamburgo-Bremen).....	22.542.440	1.502.829	6.º lugar	Declínio pronunciado
Portugal.....	19.519.481	1.301.299	7.º lugar	Ascensão lenta-firme
Hamburgo isolado.....	17.572.583	1.171.505	8.º lugar	Em declínio
Indias Neerlandesas.....	11.680.808	6958.697	10.º lugar	Em declínio
America do Norte.....	10.435.456	466.476	11.º lugar	Desistencia presumível
Mexico.....	6.997.153	113.940	12.º lugar	Tendência ascensão
Haití.....	4.679.106	230.754	13.º lugar	Desistiu
Bremen.....	2.245.470	149.698	14.º lugar	Oscilante
Indias Británicas.....	2.245.470	149.698	14.º lugar	Oscilante
Congo Belga.....	1.727.041	115.136	15.º lugar	Ascensão lenta
Alemanha.....	1.508.553	100.570	16.º lugar	Desistência temporária

Preciosa rubiácea

“AO LADO DA TÃO FALADA PROPAGANDA DO CAFÉ DEVIA SER FEITA A PROPAGANDA DO BRASIL PELO CAFÉ — DE RESULTADOS INDISCUTÍVEIS E INCOMPARÁVEIS — NO TERRENO FINANCEIRO COMO NO TERRENO MORAL E ESPIRITUAL...”

ANTONIO DE ALCANTARA MACHADO

UMA ANECDOTA DE CLEMENCEAU

Não faz muito tempo a Agência Americana berrou lá de Paris que Clemenceau iniciara no *Les Nouvelles Littéraires*, uma série de artigos sobre este país dos nossos pecados. Com tremendos elogios. E que o embaixador brasileiro havia levado os agradecimentos de todos nós ao terrível velhinho. Com lacrimosa emoção.

Muito bem. Passados alguns dias chegou o famoso número do *Les Nouvelles Littéraires*. Numero 243 de 11 de junho de 1927.

Eu percorri o tal com um entusiasmo patriótico digno de ser erigido em exemplo. E'. Percorri. E dei logo na primeira pagina com uma entrevista da série *Une heure avec...* de Frédéric Lefevre, concedida pelo solitário da Venda (á semelhança do diabo todos os homens celebres são solitários depois de certa idade). Dei com a entrevista e dei com este pedacinho: “*Il nous parle ensuite d'un grand planteur de café au Brésil: "Il sort d'ici. Chaque année, il emplit ma maison de café. Le Brésil, ajoute-t-il, est un pays qui a un avenir formidable... Ah! une anecdote... Vous les aimez, je crois. "Il rit et reprend":—"J'ai connu, là-bas, un colon qui habitait l'intérieur et ne quittait jamais ses plantations. Il n'avait même jamais vu la mer. Eh bien, chaque année, il faisait venir de Paris une troupe et tous les accessoires de théâtre pour jouer les pièces de Voltaire. N'est ce pas magnifique?" M. Clemenceau est émerveillé. Moi aussi. Ces douces histoires me bercent d'un ronron d'attente...*”

Parece brincadeira, mas é nisso que se resumia a formidável série de artigos. Em meia dúzia de frases tipo conversa fiada. Ditas incidentemente. Mas sobretudo numa dessas petas da gente tirar o chapéu e em seguida o revólver: a maravilha do colono de café assistindo de cócoras e ponta de facão limpando o ouvido á representação de peças de Voltaire. Ah! no duro: todos os anos. Por artistas franceses. No meio do cafézal. E sem dicionário.

E' formidável. Quasi tanto como o agradecimento do embaixador brasileiro. Porque se é caradurismo mentir desse jeito ainda é mais caradurismo agradecer tamanha mentira.

Eu imagino só a cara de gozo com que Clemenceau recebeu a visita do diplomata. Francez é bicho dånado para se divertir á custa dos outros. Nunca vi.

MENTIRA DE GRATIDÃO

Mas que é que deu na cachola de Clemenceau para elle se sair com essa história fantástica? O café. Sómente o café. O café que o fazendeiro do Brasil todos os anos lhe fornece gratis. A mentira portanto foi de gratidão.

E' ela, a preciosa rubiácea, que bate caixa para a gente lá fóra. Aos outros frutos da nossa fertilidade agrícola e industrial como aos ainda verdes da nossa mentalidade ninguem liga no mundo. Ao café, não. Ao café não há quem resista. Nem Clemenceau, sujeito de resistência notória.

Ao lado da tão falada propaganda do café devia ser feita a propaganda do Brasil pelo café. De resultados indiscutíveis e incomparáveis. No terreno financeiro como no terreno moral e espiritual. Antes de mais nada dar um balanço nos homens celebres das cinco partes do globo. Depois incumbir certo número de fazendeiros de mandar a cada um duas sacas de café por ano. Dentro de pouco tempo subirá do mundo inteiro um côro de entusiasmo grato proclamando não a excelência do café paulista, mas o esplendor da inteligência brasileira. Nossos embaixadores agradecerão.

E tomem café. E muito obrigado pela sua bondade.

O CAFÉ BRASILEIRO E A LITERATURA UNIVERSAL

Qualquer dia ainda hei de escrever um ensaio de erudição e psicologia sobre o café brasileiro na literatura universal. Porque a preciosa rubiácea há muito já vem sendo citada no romance e no teatro universais. Quasi sempre que se fala no Brasil vem ela á baila. Ela e os negros também. E o mais das vezes de modo muito engraçado.

No *Le vœur* de Bernstein, por exemplo. No *Le vœur* de Bernstein Raymond Lagardes é fazendeiro de café no Brasil. Possui uma grande lavoura em Montefaccio. Montefaccio? Pois é: Montefaccio. Mas onde fica esse lugar? Ninguem sabe. Brasileiro pelo menos não sabe. Bernstein, porém (sujeito sabido), sabe: fica no Brasil. E quando sobre Fernand pesa a acusação feia de ter avançado nos cobres paternos, Raymond, como castigo, resolve mandá-lo passar um ano em Monte-

faccio e outro no Rio. Só vendo o escarcéu que essa idéa provôca. A mãe do rapaz não se conforma: *Raymond*, "*C'est une chose affreuse!*" Raymond a consola: *On n'en meurt pas, Dieu merci, d'habiter le Brésil!* Já é alguma coisa. Raymond, por essas palavras, tem direito á nossa gratidão patriótica. Enriquecido no comércio do café auri-verde não quiz se mostrar ingrato para com a terra que lhe encheu o bolso. E', pois, a preciosa rubiácea com certeza que a gente deve essa generosa afirmação de que não se morre (graças sejam rendidas ao Altíssimo) de morar no Brasil.

Mais um milagre do café.

MOKA TIPO 4...

No imbecilissimo *Dizionario dell'omo salvatico* Papini e Giuliotti definindo o Brasil tambem se referem ao café. Deste modo carinhoso: *BRASILE: Grande, immenso, rico paese dell' America che manda in Europa caffè, noccioline e imperatori spodestati e al quale noi mandiamo carne da lavoro—poveri cafoni che diventano milionari, quando non muiono di febbre gialla.* Sempre nossos camaradas esses queridos italianos. Emfim, é sempre mais honroso trocar café por homens do que homens por café (ainda que brasileiro).

Ou muito me engano ou faltou aí uma saca de moka tipo 4 enviada por qualquer patricio mais duro que a febre amarela.

SHAW, O PANDEGO

Com tempo e paciência a gente poderia fazer um catalogo curioso das referências literárias ao Brasil e á preciosa rubiácea (dizendo preciosa rubiácea é evidente que a gente se quer referir ao café brasileiro) feitas por todo esse mundo de N. S. Jesus Christo. O catalogo demonstraria que tão sómente sob estes dois aspectos se considera literariamente o Brasil lá fóra: o aspecto cafeeiro e o aspecto negreiro (digamos assim). E onde só o negro entra a paulada é sempre mais doida. Como acontece, por exemplo (e para não sair da literatura contemporânea), na comedia para puritanos *O capitão Brassbund*, do pandego do Bernard Shaw. Não sei resistir á tentação de reproduzir aqui as belezas que a nosso respeito poz o truculento irlandez. O heróe da peça, apelidado pela mãe Negro Paquito (no Brasil, explica uma personagem, Paquito quer dizer papagaio), é filho de brasileira com inglês. Ótima brasileira: de baixa extração, maluca, bêbeda e mulata. Está claro: mulata. Principalmente mulata. Drinkwater conta direito esse negócio internacional, referindo-se a Brassbund: *Fala inglês, tem um pae inglês, plantações nas Antilhas e provém da pura raça inglesa (refletindo) sómente da parte da mãe talvez um pouco mulata. . . porque esta era brasileira.* Bravos. Talvez mulato porque a mãe era brasileira. Bravos.

E fosse a gente explicar a Shaw que ser brasileiro não é motivo suficiente para ser mulato, como ser irlandês não é motivo suficiente para ser mulato, como ser irlandês não é motivo suficiente para ser ignorante. Desconversaria como Jean Rictus que, respondendo a uma carta sobre literatura de um rapaz de S. Paulo, se saiu com esta: A proposito, meu caro amigo, mande-me assim que puder duas ou tres sacas de café.

E seria bom. Sua escura opinião sobre a epiderme brasileira talvez se aclarasse um pouco. Pois de milagres ainda maiores é capaz o café.

O que consola a gente (em termo) é que na comedia de Shaw a brasileira e seu filho naturalmente mulato, são miseravelmente expoliados por um alvissimo javel inglês. Isso sim, não tem nada de estranho. Pode servir mesmo de simbolo. Mas não falemos de coisas melindrosas.

O CAFÉ E O NEGRO

Pois aí está. Quando se pensa lá fóra nesta terra de sabiás de pluma e águias de fraque, vêm logo á memoria estas duas coisas caracteristicamente brasileiras (na opinião deles): o café e o negro. Nada mais fácil, portanto, do que aproveitar essa associação de idéas em beneficio nosso, suprimindo o negro e exaltando o café. A propaganda do Brasil poderá assim ser feita atravez da preciosa rubiácea. Que é como quem diz: atravez do paladar reconhecido dos bebedores.

Essa ação patriótica do café deve ser incentivada neste ano do bicenténario. Espalhando-se sacas pelos agrupamentos científicos e literários, pelos gabinetes governamentais, pelos parlamentos e tronos do mundo inteiro. O café procurando por toda a parte os figurões que dão entrevistas predispondo-os a nosso favor, beliscando a imaginação deles.

Depois é só esperar as invenções á Clemencaeu. O café já nos tem servido para tudo. Fóra mesmo das conquistas económicas. E' éle quem proporciona viagens instrutivas a Europa, vastas pandegas em Paris e proveitosas curas em Lausanne. Com trinta sacas se comprou em Londres o único autógrafo de Anchieta, existente em São Paulo. Atravez d'ele o Brasil entrou na literatura universal. Espetada em amostras d'ele a bandeira nacional tem aconselhado ordem e progresso em Singapura como em Sidney. Aos olhos estrangeiros nós somos café. Café e mais nada. Para alguns somos tambem café com leite. E' verdade. Mas isso não tem nada a ver com o caso.

Alarguemos a capacidade civilizadora da preciosa rubiácea, dando-lhe um posto na nossa diplomacia e collocando-a á frente do nosso serviço de propaganda. Os presuntos de York teem feito pela Inglaterra muito mais que a maioria dos enviados do Foreign Office.

Com a peta de Clemenceau ficou provado até que ponto de generosidade, para com a gente, pode o café levar um sujeito que tem a obrigação de pensar uma boa meia hora antes de falar. Pelo menos.

Reservando todos os anos certo número de arrobas para presentes aos cavalheiros importantes do estrangeiro, conquistaremos o mundo. Não é troça, não. O mundo pela voz dos seus Clemenceau exaltará o sabor da bebida e sobretudo o da nossa civilização.

Quem é que pode com a preciosa rubiácea? E' bom não esquecer que café (na opinião do muito sabido frei Domingos Vieira) vem do

arabe cahwa, ou cahwé, que foi muito tempo um dos nomes do vinho.

Estão percebendo? Café é parente proximo de vinho: embriaga. Une o alimento corporal ao espiritual (isto não é meu). É essencialmente literário: olhem os cafés literários (isto é meu). Deixa o sujeito alegre, bem disposto, generoso. E provoca visões.

A do colono saboreando Voltaire com pinga e rapadura em São Bento de Sapucaí, por exemplo.

Mais dois colonos dêsse quilate e estamos feitos no mundo. Não há que ver.



Estatística dos cafeeiros e das fazendas

BULHÕES CARVALHO

Pelos algarismos apurados no inquerito agrícola de 1920, existiam no Brasil, naquela época, 128.424 estabelecimentos rurais com plantações de café, representando quasi a quinta parte, ou 19,4% dos imóveis então recenseados. Eram cultivados nesses estabelecimentos mais de um bilhão e meio de cafeeiros, numa área equivalente a cerca de 2 milhões e 200 mil hectares.

Segundo a situação geográfica, assim se distribuiam, regionalmente, os 1.708.418.893 pés de café registrados no aludido censo:

ESTADOS DO NORTE E TERRITÓRIO DO ACRE

	Pés
Acre.....	1.023.073
Amazonas.....	304.045
Pará.....	1.169.577
Maranhão.....	34.621
Piauí.....	13.754
Ceará.....	9.565.376
R. G. do Norte.....	4.320
Paraíba.....	7.365.772
Pernambuco.....	29.316.825
Alagoas.....	1.659.967
Sergipe.....	832.072
Baía.....	49.799.853
TOTAL.....	101.089.255

ESTADOS CENTRAIS

	Pés
Mato Grosso.....	136.624
Goiás.....	7.359.795
Minas Gerais.....	488.036.200
TOTAL.....	495.532.619

ESTADOS DO SUL

(INCLUSIVE O DISTRITO FEDERAL)

	Pés
Espírito Santo.....	114.583.122
Rio de Janeiro.....	155.594.703
Distrito Federal.....	262.373
São Paulo.....	823.942.616
Paraná.....	14.287.666
Santa Catarina.....	3.101.348
Rio Grande do Sul.....	25.191
TOTAL.....	1.111.797.019
TOTAL GERAL.....	1.708.418.893

Por essa distribuição geográfica, fácil será verificar que a cultura do café é mais intensa nas zonas localizadas no sudeste do Brasil (São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais), muito menos intensa nas regiões do nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía), pouco apreciável na maior parte na zona setentrional (Acre, Amazonas e Pará), insignificante nos restantes Estados setentrionais (Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte), e quasi nula em todo o território meridional do Estado do Rio Grande do Sul.

As superfícies abrangidas pelas áreas cultivadas com cafezais confirmam as indicações censitárias, referentes á distribuição dos cafeeiros sob o ponto de vista geográfico.

ESTADOS DO NORTE E TERRITÓRIO DO ACRE

	HETARES
Acre.....	1.706
Amazonas.....	508
Pará.....	1.948
Maranhão.....	58
Piauí.....	25
Ceará.....	13.665
Rio Grande do Norte.....	7
Paraíba.....	10.523
Pernambuco.....	45.104
Alagoas.....	2.372
Sergipe.....	1.279
Baía.....	71.144
TOTAL.....	148.339

ESTADOS CENTRAIS

	HETARES
Mato Grosso.....	227
Goiás.....	10.510
Minas Gerais.....	650.706
TOTAL.....	661.443

ESTADOS DO SUL

(INCLUSIVE O DISTRITO FEDERAL)

	HETARES
Espírito Santo.....	152.776
Rio de Janeiro.....	194.490
Distrito Federal.....	437
São Paulo.....	1.028.673
Paraná.....	23.814
Santa Catarina.....	5.638
Rio Grande do Sul.....	47
TOTAL.....	1.405.876

Não obstante ocupar São Paulo o primeiro lugar entre as localidades produtoras de café, não possuía, entretanto, em 1920, maior nú-

mero de fazendas; tendo sido arroladas, no mesmo Estado, pouco mais de 20 mil propriedades cafeiras, ou quasi metade das registradas em Minas Gerais. Comparadas, porém, as plantações mineiras, revelam as primeiras muito maior extensão, representando a média geral de cafeeiros, nas fazendas de S. Paulo, mais do triplo da média geral correspondente a Minas Gerais. Na ordem decrescente dos cafezais, assim ficam colocados, em 1920, os principais centros da mesma lavoura.

ESTADOS	Fazendas de café	Milhares de cafeeiros
S. Paulo.....	21.341	823.943
Minas Gerais.....	41.393	488.036
Rio de Janeiro.....	10.766	155.595
Espirito Santo.....	16.375	114.583
Baía.....	17.415	49.800
Pernambuco.....	5.347	29.317
Paraná.....	1.215	14.288
Ceará.....	1.357	9.565
Paraíba.....	1.552	7.366
Goiás.....	2.496	7.360
Santa Catarina.....	3.932	3.101
Alagoas.....	1.369	1.660
Pará.....	1.646	1.169
Acre.....	394	1.023
Outros Estados.....	1.826	1.613
TOTAL.....	128.424	1.708.419

Indicam os algarismos que os cafezais mineiros representam pouco mais de metade dos cafezais paulistas; as plantações da Baía, cerca da decima parte das plantações de Minas Gerais; ás do Rio de Janeiro, pouco mais ou menos, o conjunto das lavouras da Baía e do Espirito Santo; ás de Pernambuco a quarta parte das lavouras espírito-santenses; correspondendo ás do Ceará,—cerca do triplo das lavouras de Santa Catarina,—á centesima parte das culturas paulistas; e, finalmente, ás do Paraná a quasi o dobro das plantações da Paraíba e de Goiás. Nos demais Estados são assás reduzidas as plantações, excedentes apenas a um milhão de cafeeiros no Pará, em Alagoas e no Território do Acre.

Quanto ao número médio de pés por fazenda, cabe o primeiro logar a S. Paulo, o segundo á Minas Gerais, o terceiro ao Rio de Janeiro, o quarto ao Paraná, o quinto ao Ceará, o sexto ao Espirito Santo, o sétimo a Pernambuco, o

oitavo á Paraíba, o nono a Goiás, o decimo ao Território do Acre, o duodecimo ao Pará, e em seguida ás outras unidades, federativas com reduzidos coeficientes.

Depois do recenseamento de 1920, é assim representado o crescimento da lavoura paulista, segundo os registros officiaes relativos ás últimas safras.

SAFRAS	CAFEIROS QUE PRODUZEM
1920-1921.....	843.592.695
1921-1922.....	871.897.400
1922-1923.....	899.239.100
1923-1924.....	949.149.451
1924-1925.....	951.288.455

No Estado de São Paulo existem 28 municípios, cujas plantações têm mais de 10 milhões de cafeeiros. Dessas localidades, 15 pertencem á zona servida pela E. de Ferro Paulista, nove á zona servida pela E. de Ferro Mogiana, tres á zona servida pela E. de Ferro Sorocabana e, apenas, uma pertencente ás zonas servidas pelas estradas de Ferro Central do Brasil e S. Paulo Railway. Nêsse mesmo grupo, figuram 10 municípios com lavras cafeiras mais extensas que as de todo o Estado do Paraná, destacando-se os municípios de Ribeirão Preto e Rio Preto,—o primeiro com 31 milhões de pés de café e o segundo com 43 milhões,—cuja cultura, excede, portanto, á do Estado de Pernambuco, equivalente quasi no primeiro á toda plantação cafeeira do Estado da Baía.

Pelos dados coligidos em 1920, possuía o município de Ribeirão Preto, 141 fazendas de café, com cerca de 29 milhões de cafeeiros, e o do Rio Preto contava 339 fazendas, com pouco mais de 19 milhões de pés de café. E' notável, entretanto, o progresso verificado nessa última localidade, onde, no curto período de cinco anos, aumentou 20 vezes a sua principal produção, passando de 25 mil sacas, na safra de 1919-1920, a mais de 500 mil sacas, na safra de 1923-1924.

As duas circunscrições municipais—Ribeirão Preto e Rio Preto,—representam, no Estado de São Paulo, quanto á intensificação da cultura, o mesmo que Carangola e Manhuassú, no Estado de Minas Gerais; Itaperuna e Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro; S. Pedro de Itabapoana e Alegre, no Estado do Espirito Santo; Areia e Maracás no Estado da Baía; Bonito e Bezerros, no Estado de Pernambuco; Ribeirão Claro e Jacarézinho, no Estado do Paraná; Anapolis e Bomfim, no Estado de Goiás; Baturité e São Benedito, no Estado do Ceará; Bananeiras e Areia, no Estado da Paraíba; Camboriú e Porto Belo, no Estado de Santa Catarina; São José da Lage e Viçosa, no Estado de Alagoas.

Pelos resultados censitários, é esta a distribuição regional das culturas de café, em São

Paulo, nas zonas marginais das rêdes ferroviárias já mencionadas:

ZONAS	Fazendas de café	Milhares de cafeeiros
Da Paulista.....	8.274	400.576
Da Mogiana.....	5.590	238.187
Da Sorocabana.....	2.897	106.445
Da Central do Brasil e Paulo Railway.....	2.997	59.033
Outras zonas.....	1.583	19.701
TOTAL.....	21.341	823.942

Da atual safra paulista, orçada em cerca de 8.665.000 sacas, está avaliada a produção da primeira zona (Paulista) em 4.265.000 sacas; a da segunda (Mogiana), em 2.670.000 sacas a da terceira (Sorocabana), em 1.300.000 sacas; a da quarta (Central do Brasil e São Paulo Railway), em 430.000 sacas. Pelas linhas da Estrada de Ferro Paulista transitam, portanto, quasi 50% de todas as colheitas do território do Estado, cabendo ás linhas da Mogiana 30%, ás linhas da Sorocabana 15% e, finalmente, ás linhas da Central e da Inglesa, 5 por cento.

Adotando-se, em relação ao Estado de Minas Gerais, identica distribuição regional, ficam assim repartidas as suas lavouras pelas seguintes vias férreas que servem ao grande Estado central.

ZONAS	Fazendas de café	Milhares de cafeeiros
Da Leopoldina.....	12.982	208.198
Da Mogiana.....	2.319	67.473
Da Rêde Sul-Mineira..	2.973	44.620
Da Vitoria a Minas....	3.978	29.847
Da Central do Brasil...	2.764	28.716
Da Oeste de Minas.....	3.126	23.827
Da Baía e Minas.....	2.066	10.705
Outras zonas.....	11.185	74.650
TOTAL.....	41.393	488.036

A' zona percorrida pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway, geralmente conhecida com a denominação de "zona da mata", corresponde mais de 2/5, ou 43%, da totalidade dos cafezais do Estado, e cerca de 1/3 das fazendas produtoras; cabendo, dos 3/5 restantes, 14%, mais ou menos, á Estrada de Ferro Mogiana, 9% á Estrada de Ferro Rêde Sul-Mineira, 6% ás estradas de ferro Vitoria a Mi-

nas e Central do Brasil, 5% á Estrada de Ferro Oeste de Minas, e, finalmente, 2% á Estrada de Ferro Baía e Minas.

Na zona sem estações ferreas encontram-se nada menos de 69 municípios produtores de café, com uma área equivalente a 322 mequilômetros quadrados, ou mais de metade (54%) da superfície total do Estado, e aos quais pertence quasi a sexta parte da totalidade das plantações.

Convém assinalar, todavia, que é apenas aproximada a distribuição regional ora feita, pois, algumas vezes, cortam êsses municípios linhas de mais de uma empresa ferroviária, o que torna difficil estabelecer uma distribuição perfeitamente exata. E' o que acontece, por exemplo, nos municípios de Juiz de Fora, Barbacena, Belo Horizonte, Curvelo, incluídos na zona pertencente á Estrada de Ferro Central do Brasil e, ao mesmo tempo, percorridos: o primeiro pela Estrada de Ferro Leopoldina, o segundo e o terceiro, pela Estrada de Ferro Oeste de Minas, e o quarto pela estrada de ferro Vitoria a Minas, ocorrendo o mesmo em relação a outros municípios.

A' semelhança do que sucede na zona da mata, do Estado de Minas Gerais, é na zona da serra, do Estado do Rio de Janeiro—desde Rezende, no extremo oriental do território paulista, Itaperuna, no extremo sul do território espírito-santense—que se localisa quasi toda a sua lavoura cafeeira, cerca de 140 milhões de pés de café, ou pouco menos de 90% de todas as plantações existentes no Estado; possuindo os 21 municípios restantes, compreendidos na zona do litoral, da baixada fluminense e do baixo Paraíba, apenas 15 milhões de pés de café, plantados numa área de mais de 19 mil quilômetros quadrados, ou 46% da superficie do território fluminense.

Nêsses 21 municípios existiam, em 1920, pouco mais de duas mil fazendas e sítios com plantações de café sendo quasi tres vezes maior o número das propriedades cafeieiras, localizadas na zona da serra.

Os municípios de Itaperuna, Santo Antonio de Padua e Cambucj são os maiores produtores, orçando o valor dos seus estabelecimentos agrícolas em cerca de 65 mil contos, ou quasi a setima parte do valor total dos imóveis rurais recenseados em 1920.

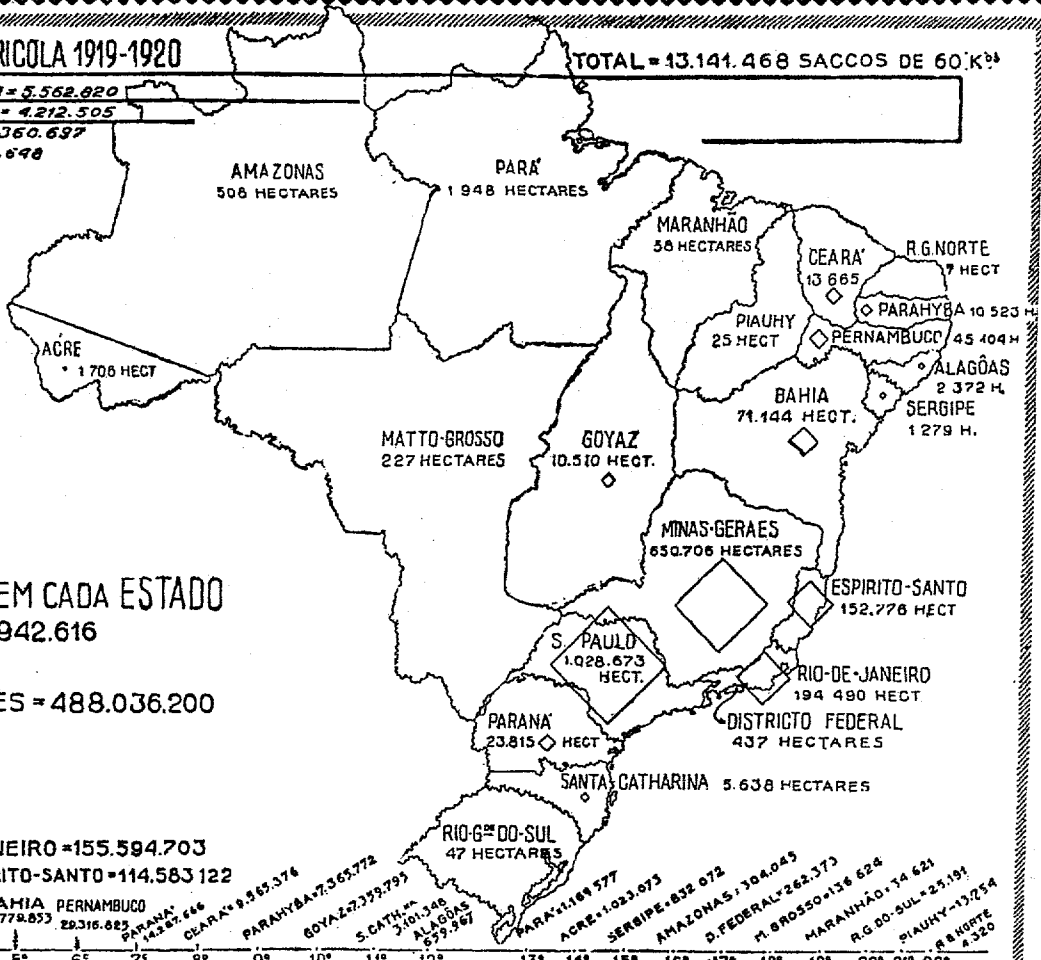
No Estado do Espírito Santo os principais centros de cultura estão localizados, atualmente, nos vales do rio Itapemirim, rio Dôc e rio São Matheus. Por ocasião do recenseamento, existiam, na primeira das três bacias fluviaes, 3.491 fazendas de café e 29.297.190 cafeeiros; na segunda, 1.973 fazendas e 9 milhões 390.219 cafeeiros, e finalmente, na terceira, 1.191 fazendas e 7.032.663 cafeeiros. Representavam perto de 40% das plantações estaduais as culturas feitas nos tres aludidos vales.

Entre os maiores produtores de café, figuram os municípios de S. Pedro de Itabapoana (117.205 sacas), Alegre (104.805 sacas) e Santa Teresa (97.097 sacas). Pela grande expansão das culturas nêsses últimos tempos, é natural

CAFÉ PRODUZIDO NO ANNO AGRICOLA 1919-1920

TOTAL = 13.141.468 SACCOS DE 60^Kº

1	SÃO PAULO = 5.562.820
2	MINAS-GERAES = 4.212.505
3	RIO DE JANEIRO = 1.360.637
4	ESPIRITO-SANTO = 1.031.648
5	BAHIA = 422.143
6	PERNAMBUCO = 254.430
7	PARANA = 84.770
8	GOYAZ = 53.733
9	CERRA = 50.331
10	PARAIBA = 46.510
11	S. CATARINA = 19.873
12	ALAGOAS = 14.260
13	SERGIPE = 5.877
14	ACRE = 4.820
15	PARA = 4.412
16	DISTRITO-FEDERAL = 1.412
17	AMAZONAS = 1.102
18	MATTO-GROSSO = 782
19	MARANHAO = 183
20	RIO-GRANDE-DO-SUL = 107
21	RIO-GRANDE-DO-NORTE = 30
22	PIAUHY = 23



Nº DE CAFEIROS EM CADA ESTADO
SÃO PAULO 823.942.616

MINAS-GERAES = 488.036.200

RIO DE JANEIRO = 155.594.703
ESPIRITO-SANTO = 114.583.122

BAHIA 48.778.853
PERNAMBUCO 29.316.825

PARANA 84.770
GOYAZ 53.733
S. CAT. 19.873
ALAGOAS 14.260
PARA 4.412

AMAZONAS 1.102
MATTO-GROSSO 782
MARANHAO 183
R.G. DO-SUL 107
R.G. DO-NORTE 30
PIAUHY 23

ESPIRITO-SANTO 1.031.648
S. PAULO 1.028.673
RIO-DE-JANEIRO 194.490
DISTRITO FEDERAL 437
PARANA 23.815
SANTA CATARINA 5.638
RIO-GRANDE-DO-SUL 47
ACRE 4.820
SERGIPE 5.877
ALAGOAS 2.372
D. FEDERAL 1.412
PI. 890.550
MARANHAO 183
R.G. DO-SUL 107
PIAUHY 23
R. NORTE 30

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º 10º 11º 12º 13º 14º 15º 16º 17º 18º 19º 20º 21º 22º



tenham-se tornado ainda mais volumosas as colheitas d'esses importantes centros agrícolas.

Tendo em vista as estradas de ferro do Estado, a réde Leopoldina Railway corresponde a mais importante zona cafeeira, constituída por 5.845 fazendas e mais de 53 milhões de pés de café, ou pouco menos de metade (46,5%) da lavoura local, cabendo á Estrada de Ferro Vitória a Minas uma parte mais reduzida das explorações espírito-santenses (3.833 fazendas e 15 milhões de cafeeiros, ou 14,5%). Entretanto, é servida por esta última réde ferro-viária um trecho de grande futuro do território mineiro, de onde se escôa, pelo porto de Vitória, parte assás notável das suas safras anuais. Enfim, na zona servida por comunicações marítimas e fluviais, encontra-se as localidades de mais fraca densidade cafeeira, cujas lavouras não atingem a 16% da lavoura total do Estado.

Comparativamente com o que ocorre nos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, é assás reduzida ainda, no Estado do Espírito Santo, a média geral do número de cafeeiros em cada fazenda, fáto aliás, recentemente divulgado numa interessante notícia d'"O Jornal", assinalando que a lavoura cafeeira espírito-santense é quasi toda explorada por pequenos e médios agricultores, que em geral não dispõem de recursos e crédito suficientes, persistindo por isso na rotina, máo grado as sugestões do progresso, tornado evidente, graças aos modernos processos de cultura.

Segundo os algarismos censitários de 1920, é esta a classificação dos diversos Estados produtores, na ordem decrescente do número de cafeeiros em cada fazenda.

Média dos
cafeeiros por
fazenda

São Paulo.....	38.608
Rio de Janeiro.....	14.452
Minas Gerais.....	11.790
Paraná.....	11.759
Ceará.....	7.049
Espírito Santo.....	6.997
Pernambuco.....	5.483
Paraíba.....	4.746
Baía.....	2.860
Acre.....	2.597
Alagoas.....	1.213
Santa Catarina.....	789
Pará.....	711
Outros Estados.....	883

Pelo confronto dos algarismos é fácil estabelecer a percentagem das fazendas produtoras de café em relação ao número total dos estabelecimentos rurais recenseados.

Ao Estado do Espírito Santo corresponde a mais elevada percentagem das fazendas de café, em confronto com a totalidade dos imóveis arrolados, seguindo-se, em ordem decrescente das quotas percentuais, o Rio de Janeiro Minas Gerais, o Territorio do Acre, a Baía, S. Paulo, o Distrito Federal, Pernambuco, Alagoas, Goiás, Santa Catarina, além de outros Estados onde existem menos de 10 fazendas produtoras em cada 100 imóveis rurais recenseados.

Antes do recenseamento agrícola de 1920, excetuados alguns Estados economicamente mais desenvolvidos, apenas eram conhecidas no resto do país muito poucas localidades pro-

ESTADOS	FAZENDAS RECENSEADAS	FAZENDAS DE CAFÉ	PERCENTAGEM DAS FAZENDAS DE CAFÉ
Minas Gerais.....	116.665	41.393	35,8
São Paulo.....	80.921	21.341	26,4
Baía.....	65.181	17.415	26,7
Espírito Santo.....	20.941	16.375	78,2
Rio de Janeiro.....	23.699	10.766	45,4
Pernambuco.....	23.336	5.347	22,9
Santa Catarina.....	33.744	3.932	11,7
Goiás.....	16.634	2.496	15,0
Pará.....	26.907	1.646	6,1
Paraíba.....	18.378	1.552	8,4
Alagoas.....	8.840	1.369	15,5
Ceará.....	16.223	1.357	8,4
Paraná.....	30.951	1.215	3,9
Sergipe.....	8.202	745	9,1
Distrito Federal.....	2.088	537	25,7
Amazonas.....	4.946	407	8,2
Território do Acre.....	1.170	394	33,7
Outros Estados.....	150.337	137	0,1
TOTAL.....	648.153	128.424	19,8

dutoras de café. No Ceará, por exemplo, os principais centros da lavoura cafeeira se encontravam nas serras de Baturité, Manran-guape, Aratanha e nos municípios de Crato, Jacim, Pacatuba, Viçosa e outros, na Paraíba, as maiores colheitas procediam da região de Bananeiras, Araruama, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Guarabira, Campinas e Areia. Em Pernambuco, as mais notáveis culturas floresciam em Garanhuns, Bonito, Gravatá, Triunfo, Canhotinho, Quipapa. Bom Conselho e outros municípios do centro ou das proximidades da costa.

Os dados coligidos no inquerito realizado em 1 de setembro de 1920 permitem, porém, o conhecimento mais preciso da capacidade produtiva de cada uma das referidas regiões, fornecendo informações assás satisfatórias, não só em relação às propriedades agrícolas, como também em relação ao valor dos imóveis de cada localidade, á sua extensão territorial e aparelhagem agrária. E' o que revelam os algarismos censitários, registrando em relação ao Ceará, a produção de 34 mil sacos de café, nos 14 municípios que contornam ou galgam as serras de Baturité, Uruburetama e adjacentes, produção obtida em 677 fazendas, com 7 milhões de cafeeiros, no valor de 37 mil contos de réis. Seguem-se as 8 divisões municipais situadas ao longo ou nas imediações da serra da Ibiapaba, desde Ipueiras até Viçosa, inclusive os terrenos elevados de Meruoca, nas quais existem cerca da quarta parte dos cafezais cearenses. O censo registra, finalmente, na zona central (Milagres, Porteiras, Brejo dos Santos, Missão Velha, Crato e outros logares) uma proporção muito mais reduzida, correspondente a 190 fazendas e a pouco mais de 250 mil cafeeiros, ou sejam 3% da lavoura total.

Quanto ao Estado da Paraíba a principal região de cultura ocupa uma facha do território mais ou menos equidistante do litoral, onde se distribue o plantio do café em 201 fazendas, com mais de 6 milhões de cafeeiros. Entre outras localidades igualmente produtivas, fóra dessa região e muito afastado dela, está o município de Umbuzeiro, com 561 mil cafeeiros. Na zona de mais intenso cultivo, ocupam os

primeiros logares os municípios de Bananeiras (2.683.115 pés), Areia (1.782.484 pés e Alagôa Nova (1.103.639 pés), não attingindo a 1 milhão de pés as culturas das outras circunscrições municipais.

No que concerne ao Estado de Pernambuco, os algarismos apurados permitem indicar entre 36° e 37° de longitude Oeste ("Greenwich")— em toda a facha territorial situada ao norte-sul do Estado—a região onde, atualmente, se agrupam as principais localidades produtoras de café, numa extensão de 34 mil quilômetros quadrados, ou cerca de 1/3 da superfície, total, em 4.989 fazendas com mais de 28 e meio milhões de cafeeiros. Muito afastado, para o lado do sertão, encontra-se o município de Triunfo, o qual ocupa o quarto lugar, quanto á produção, isto é, 5.057 sacos, figurando em primeiro lugar Bonito (49.692 sacos) e em terceiro Garanhuns (29.721 sacos).

A melhoria dos preços, nesses ultimos anos, forçosamente deve ter concorrido para o progresso da cultura cafeeira no Estado da Baía. E' disso uma prova evidente o notavel aumento da exportação no quinquenio 1922-1926, attingindo nessa época a média anual de 15.200 toneladas, ou mais 50% de média do quinquenio de 1916-1920 (9.933 toneladas).

	Tonela- das de café	Valor em contos de réis
1922.....	12.110	20.576
1923.....	13.112	33.110
1924.....	15.545	50.980
1925.....	14.805	50.406
1926.....	20.430	51.659
MÉDIA.....	15.200	41.328

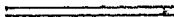
Em 1921, os cafezais da Baía orçavam em mais de 50 milhões dos quais quasi 2/3 pertenciam aos seguintes municípios:

MUNICÍPIOS	FAZENDAS DE CAFÉ	CAFEIROS
Areia.....	1.577	9.766.716
Maracás.....	396	5.157.166
Amargosa.....	609	4.719.000
Viçosa.....	386	4.115.200
Cruz das Almas.....	167	1.911.066
São Felipe.....	721	1.646.450
Ilhéos.....	1.004	1.545.500
Santo Antonio de Jesus.....	427	1.320.000
Pequié.....	646	1.258.802
Vila Bela das Palmeiras.....	172	1.211.466
Jacobina.....	181	1.078.306
Maragogipe.....	898	1.019.362

Os cafezais dos restantes municípios (cerca de 15 milhões) não atingiam a 1 milhão de pés em cada município.

Eis em síntese, as informações mais interessantes que nos foi possível reunir para

o desenvolvimento da *tése* d'atribuida á Direoria Geral de Estatística, lamentando que a escassez do tempo não permitisse explicar melhor o assunto, com mais fundamentado estudo da materia em questão.



O café na França

ALIPIO DUTRA

O comércio de importação de café retomou na França, a partir de 1922, a importância que tinha antes da guerra.

As estatísticas francesas de 1913 acusam uma importação total de 3.123.395 sacas. A partir de 1921, a importação tem sido a seguinte:

	SACAS
1921.....	2.729.196
1922.....	3.269.140
1923.....	3.439.963
1924.....	3.899.915
1925.....	3.133.818
1926.....	3.002.400
1927 (6 meses).....	1.410.000

CONSUMO

A questão do preço é o espantoso dos importadores e torradores de café. A dificuldade de vida que se nota em quasi todos os países e principalmente nos de moeda depreciada, como a França, faz com que a grande massa dos consumidores prefira o produto barato, embora de qualidade inferior. Daí o sucesso fácil que tem obtido os cafés ordinários de Palembang, Java Robusta, etc., sucesso que concorre, forçosamente, para a diminuição do consumo dos cafés do Brasil.

As estatísticas francesas acusam as cifras seguintes para o consumo de café:

	SACAS
1921.....	2.566.700
1922.....	2.888.507
1923.....	2.868.000
1924.....	2.848.400
1925.....	2.802.000
1926.....	2.565.000
1927 (5 meses).....	1.108.090

O uso do café nas trincheiras, durante os cinco anos de guerra, trouxe como consequência uma maior vulgarização dessa bebida em França, pois o seu consumo era em 1913, de 1.921.000 sacas apenas.

Os cafés consumidos em França são importados das seguintes procedências:

Disse eu que os cafés ordinários estão fazendo concorrência aos nossos. Se do quadro que acabamos de ver destacarmos apenas os algarismos que dizem respeito ao Brasil e ás ilhas Neerlandezas, veremos com mais clareza o que afirmei, isto é, o aumento que o consumo dos cafés desta procedência está tendo aqui, observando-se o seguinte fato, que reputo de capital importância: *a medida que decresce em França a importação do café brasileiro cresce a dos cafés ordinários de outras procedências.*

	BRASIL	JAVA (Palembang e Robusta)
	Sacas	Sacas
1913.....	1.024.126	28.060
1921.....	1.529.280	78.870
1922.....	1.615.560	208.955
1923.....	1.835.100	86.200
1924.....	1.999.100	162.380
1925.....	1.836.400	210.660
1926.....	1.550.690	393.330

Os cafés de Palembang, que foram 9/10 do total dos cafés de Java importados em França, representam, nas estatísticas de consumo que citamos 25% dos cafés do Brasil.

COTAÇÃO NO HAVRE

Pelo regulamento que rege no Havre o mercado de café—mercado que tem por base o Santos "good"—o nosso produto precisa custar, no mínimo, 11 francos, abaixo da cotação do de Haítí, para poder lhe fazer concorrência em preço. Isto significa que ao comprador de café brasileiro o vendedor, para cumprir o seu contrato, tem a facilidade de entregar café Haítí "trié", ainda que com diferença de 11 frs. mais caro do que o nosso. O comprador, pelo

	1913	1921	1922	1923	1924	1925	1926
BRASIL.....	1.024.128	1.529.280	1.615.100	1.886.100	1.999.100	1.836.400	1.550.690
Venezuela.....	184.600	105.916	167.860	82.910	76.060	87.500	49.700
Colombia.....	32.963	98.491	54.350	10.660	6.290	6.600	3.686
São Salvador.....	14.438	38.000	81.700	57.820	24.009	17.100	10.480
México.....	44.100	15.490	11.200	5.400	1.500	1.700	—
Haítí.....	79.283	296.290	328.000	378.618	296.470	313.640	358.900
Costa Rica.....	3.700	—	—	1.316	100	68	—
Nicaragua.....	12.000	40.800	77.400	6.265	65.210	67.800	89.900
Porto Rico.....	38.530	8.910	12.300	—	—	—	—
Índias Inglesas.....	63.416	116.540	92.950	59.000	69.970	49.700	31.300
Índias Neerlandesas.....	28.060	78.870	208.955	86.200	162.380	210.660	393.330

regulamento, é obrigado a aceitá-lo, pagando ainda a diferença. Tem havido vários casos, no Havre, de importadores cumprirem contratos para a entrega de cafés de Santos com o fornecimento de cafés de Haítí, embora mais caro de 11 frs. que o nosso.

A baixa cotação dos cafés de Haítí coincidirá, talvez, com a chegada ao Havre, de importantes partidas dessa procedência, não tendo por isso, caráter permanente. Isso, porém, não impede que nessas ocasiões o nosso produto sofra as consequências da concorrência.

COMÉRCIO DE REEXPORTAÇÃO

A França perdeu, após a guerra, o papel que tinha de entreposto de café para o abastecimento da Europa Central e dos países do Mediterrâneo, conforme mostram os seguintes algarismos:

1913.....	1.202.030	sacas
1914.....	162.463	»
1922.....	380.463	»
1923.....	571.933	»
1924.....	1.051.465	»
1925.....	331.745	»

Esse fato deve ter como causas primordiais os dois seguintes fatos: 1.º—o reduzido estoque do Havre, 2.º—a transformação radical por que passou o mercado de café, após a guerra. As nações todas, procuram comprar diretamente dos países produtores, evitando o mais possível os intermediários. Essa vontade de libertar-se dos intermediários, se nota até nos negociantes do interior dos países que preferem ir buscar a mercadoria no porto de origem, a comprá-la num porto europeu.

IMPOSTOS

Os impostos que gravam, atualmente, o café na França são os seguintes, por 100 quilogramas:

Direitos alfandegários.....	230 frs.
Imposto de consumo.....	160 frs.
Imposto de importação (em substituição ás taxas sobre lucros comerciais) 8% sobre o total do custo do café e dos direitos alfandegários e imposto de consumo.	

Exemplo:

100 kgs. de café a 500 frs., os 50 kgs.	1000
Direitos alfandegários.....	230
Imposto de consumo.....	180

1410

Taxa de importação 8% sobre 1410 francos.....	12,80
---	-------

1522,80

Um café, custando 500 frs. por 100 kgs. paga atualmente, pelos calculos acima, um total de 522,80 por 100 quilos.

LEGISLAÇÃO

A unica lei francesa de proteção ao café é a que limita a 2% a quantidade de vaselina ou glicerina que póde ser misturada ao café torrado para dar-lhe brilho. Se não houvesse essa lei, os torradores que usam esse processo para tornar o café luzente podiam aumentar-lhe desmesuradamente o peso.

Stock do Havre

NAS TRÊS ÚLTIMAS SAFRAS O ESTOQUE DO CAFÉ DO HAVRE, NO MÊS DE JUNHO ERA O SEGUINTE EM SAGAS :

PROCEDÊNCIAS	ESTOQUE EM 30-6-927	ESTOQUE EM 30-6-926	ESTOQUE EM 30-6-925
Brasil, Santos.....	59.502	52.068	124.625
» outros.....	27.579	72.323	27.283
Haítí.....	39.004	80.375	86.116
OUTRAS ANTILHAS:			
America Central.....	65.681	66.979	74.546
PAÍSES DA AMERICA DO SUL:			
Java.....	14.003	29.657	12.737
INDIAS:			
Malabar.....	13.123	6.298	11.010
Diversos.....	18.869	15.910	27.216
TOTAIS.....	237.851	323.628	363.533

Comparando-se o estoque de 1926 com o de 1927 vemos que o número de sacas do Brasil, em estoque, diminuiu de 34.310. Os cafés de Santos, entretanto, acusam um excesso de 7.434 sacas sobre a cifra de 1926.

O Rio era representado no estoque acima da seguinte fôrma: 25.350 sacas em 30-6-26 e 7.294 em 30-6-27.

CONSUMO DE CHICORIA

O consumo da chicoria tem aum entado muito em França, principalmente na região do norte, onde é cognominada "le café des pauvres".

Dados oficiais acusam o seguinte consumo:

1922.....	37.526.000 kgs.
1923.....	41.544.000 kgs.
1924.....	39.132.000 kgs.
1925.....	43.913.000 kgs.

IMPOSTO

O imposto que era de 180 frs. por 100 quilos passou a ser de 150 frs. desde 1.º de fevereiro último o que facilitará ainda mais o seu uso.

PREÇO DA CHICORIA

O preço da chicoria, no varejo, é de 7 francos o quilo.

O CAFE' DAS COLÔNIAS

A produção de café nas colônias francesas tem feito algum progresso, porém, sem grande importância. Madagascar é a que mais tem aumentado a sua exportação para a metropole. Em 1921 exportou 9.500 sacas passando para 32.000 sacas em 1926. Nos primeiros meses do corrente ano exportou 15.720 sacas.

PORCENTAGEM DOS CAFÉS CONSUMIDOS EM FRANÇA

BRASIL, 70%

Santos.....	46%
Rio, Baía, Vitória, Pernambuco.....	24%
Haití.....	14%
Colômbia, outros países sul-americanos, América Central, Antilhas.....	10%
Java, Malabar, etc.....	6%

Para aumentar sensivelmente o consumo do nosso café seria importantíssimo se se conseguisse—ao menos para os tipos inferiores—oferecê-lo a um preço que não permitisse concorrência.

O momento atual é de tal sorte apurado para o povo em geral que a questão do gosto do café é coisa quasi secundária. O que o consumidor procura é obter por baixo preço uma coisa qualquer que dê uma bebida escura e que tenha nome de *café*, mesmo que dêle só tenha a denominação.

Tratando-se de pôr ao abrigo de qualquer eventualidade um produto do qual dependem a grandeza e a felicidade não só de São Paulo mas do Brasil inteiro, acredito que um pequeno sacrifício que por êle se fizesse seria

largamente compensado pela certeza de que nenhum grande cataclisma nos espera no futuro e que os nossos concorrentes, por mais que façam, não lhe darão destino idêntico ao que teve a nossa afamada "hevea", que, apesar da sua ótima qualidade, teve que abandonar o mercado, logo que apareceu primeiro concorrente oferecendo um produto de peor qualidade, mas a preços inferiores.

A diferença que existe entre o preço dos baixos tipos de café do Brasil e os seus concorrentes desaparecia com um pequeno sacrifício das partes mais diretamente interessadas no aumento do consumo do café, se é que de sacrifício deve ser chamado um ato que tem por fim compensar no aumento do volume dos negócios o que se perde no valor da unidade. E' o grande principio industrial:—vender muito para vender barato, e que aplicado ao café, viria defender um produto que por si só vale por quasi todo o nosso comércio de exportação.

O barateamento do custo do nosso produto é um problema que precisa ser revolido sem perda de tempo. Acredito que êsse objetivo seria atingido se se applicasse as seguintes medidas:

1.º—Os govêrnos dos estados cafeeiros fariam uma pequena redução dos impostos que gravam atualmente a lavoura de café. Para evitar desequilibrio no orçamento da receita os govêrnos procurariam em outras atividades dos Estados uma compensação de impostos capazes de cobrirem a diferença destinada a amparar no estrangeiro, pela diminuição do preço, a maior parcela da riqueza brasileira, representada pelo café.

2.º—As estradas de ferro e as companhias de navegação consentiriam, por sua vez, uma redução nas suas tarifas de transporte, para os cafés de tipos inferiores.

Creio que deante do exemplo dado pelos govêrnos nenhuma companhia de estrada de ferro ou de navegação deixaria de prestar o seu concurso, tanto mais que o aumento do consumo traria margem para recuperar no aumento do volume da exportação a diminuição concedida.

A diminuição dos impostos sobre a lavoura cafeeira poderia ter um carater permanente ou até que cessasse a ansia que o mundo todo tem atualmente de plantar café, fazendo concorrência ao Brasil, acoroçado pelo amparo que procuramos dar ao nosso principal produto de exportação.

A redução dos fretes ferroviários e dos marítimos poderia ter um carater precário e concedido por determinado número de anos, findo os quais, se se constatasse um aumento de consumo no estrangeiro, seria prorrogada.

Procurando diminuir o preço do nosso café no estrangeiro estamos cooperando para uma obra altamente patriótica, digna do apóio sem reservas de todos quantos desejam ver o Brasil altivo, coeso e forte.

Não devemos ver apenas o interêsse imediato e aparente:—devemos olhar para o dia de amanhã.

O mercado do café brasileiro na Hespanha

J. M. DE MORAES E BARROS

O mercado do café brasileiro na Espanha, sofreu, em 1922, um rude golpe com a aplicação ao referido produto das tarifas máximas e de suplemento por moeda depreciada. Anteriormente á execução das novas taxas aduaneiras, o café constituia o principal elemento da importação espanhola do Brasil e a sua aceitação cada vez mais se positivava aumentando progressivamente o seu consumo, mesmo durante a Grande Guerra, que não influiu de modo algum no desenvolvimento desse comércio, sempre e sempre mais promissor.

A excelência do nosso produto punha á margem a competência estrangeira e criava para o mesmo uma situação invejável. Depois, porém, que a Espanha gravou com tarifas máximas as mercadorias provenientes do Brasil o mercado do café quasi desapareceu e hoje, para reconquistá-lo, necessário se torna um trabalho pertinaz consistente numa propaganda honesta e contínua.

Em 1910, antes, portanto, do conflito europeu, a Espanha importou de diversas procedências 12.836.972 quilos de café, dos quais 5.808.292 do Brasil, e, em 1911, 12.848.453, contribuindo o nosso país com 5.992.560, quasi a metade da importação geral.

Os quadros que abaixo vão transcritos mostram o desenvolvimento que teve neste país o mercado do café brasileiro.

ANOS	IMPORT. TOTAL (QUILOS)	IMPORT. BRASIL	VALOR
1910.....	12.836.972	5.808.292	9.874.096
1911.....	12.848.453	5.992.560	11.548.992
1912.....	13.377.589	5.186.516	10.113.707
1913.....	15.127.535	6.872.559	13.401.490

Foi o seguinte o movimento da importação de café pela Espanha no ano de 1914:

PAÍSES	QUANTIDADE EM QUILOS	VALORES EM PESETAS
Alemanha.....	16.310	31.815
Arábia.....	47.297	92.299
Argentina.....	7.267	14.171
Belgica.....	49.021	95.591
Brasil.....	5.658.060	11.033.217
Colombia.....	116.112	226.418
Costa Rica.....	35.767	69.746
Cuba.....	17.509	34.143
Equador.....	111.029	216.507
Egito.....	1.036	2.020
Estados Unidos.....	60.215	177.419
Fernando Pó.....	588	764
Filipinas.....	62	179
França.....	137.391	267.912
Gibraltar.....	1.287	2.510
Inglaterra.....	10.597	20.664
Guatemala.....	4.342	8.467
Italia.....	4.344	8.471
Mexico.....	831.319	1.622.242
Nicaragua.....	1.832	3.572

PAÍSES	QUANTIDADE EM QUILOS	VALORES EM PESETAS
Panamá.....	757.235	1.476.608
Puerto Rico.....	3.570.660	6.962.787
Salvador.....	252.111	491.616
Venezuela.....	2.692.541	5.250.455
POSSESSÕES:		
Francesas.....	269.963	526.428
Inglesas.....	4.467	8.711
Holandesas.....	871	1.698

Em 1915 a importação total da Espanha foi de 15.971.641 quilos, contribuindo o Brasil com 5.739.411 no valor de 11.033.217 pesetas. A importação do café brasileiro, porém, atingiu ao máximo de sua eficiência em 1926, quando se elevou a 7.776.614 quilos no valor de 15.164.398 pesetas, conforme se vê do quadro abaixo:

PAÍSES	QUANTIDADE (QUILOS)	VALOR EM PESETAS
Brasil.....	7.776.614	15.164.398
Fernando Pó.....	1.157	1.517
Venezuela.....	3.240.087	6.318.170
Outros países.....	5.365.099	10.461.945

Nos anos seguintes foi a importação do café subordinada aos algarismos que seguem:

ANOS	IMPORTAÇÃO TOTAL EM QUILOS	IMPORTAÇÃO BRASILEIRA EM QUILOS	VALOR EM PESETAS
1917.....	18.237.952	6.045.144	11.788.031
1918.....	16.366.925	2.232.515	4.353.400
1919.....	19.217.602	4.787.545	9.336.111
1920.....	21.995.424	6.285.652	12.257.021

Durante o ano de 1921 foi o seguinte o movimento da importação de café na Espanha:

PAÍSES	QUANTIDADE (QUILOS)	VALOR EM PESETAS
Fernando Pó.....	4.590	5.967
Arabia.....	148.210	—
Brasil.....	5.684.899	—
Colombia.....	751.442	—
Equador.....	762.262	—
Mexico.....	330.944	42.638.614
Puerto Rico.....	2.063.681	—

PAÍSES	QUANTIDADE (QUILOS)	VALOR EM PESETAS
São Salvador.....	253.419	—
Venezuela.....	10.544.569	—
Possessões Portuguezas.....	622.162	—
Outros países.....	699.388	—

Os quadros referem-se ao período que antecedeu á execução das novas tarifas aduaneiras espanholas que gravaram os produtos brasileiros com taxas máximas e com o suplemento por moeda depreciada. Em 1922, ao entrar em execução as ditas tarifas, o mercado do café brasileiro na Espanha, por assim dizer, desapareceu. No referido ano foram apenas importados 10.837 quilos no valor de 24.166 pesetas.

A despeito disso, porém, em 1923, houve um relativo aumento de importação, subindo a 22.940 o número de quilos. Esse aumento mais ainda se acentuou em 1924, quando foi de 50.000 quilos o total da importação do Brasil.

Durante o ano de 1925 pode se dizer que não houve importação, porquanto esta só atingiu a 3.300 quilos, como se vê da relação abaixo:

PAÍSES	QUANTIDADE EM QUINTAIS ME- TRICOS	VALOR EM PESETAS
Fernando Pó.....	172	32.680
Arabia.....	114	26.676
Argelia.....	1	234
Brasil.....	33	7.722
Colombia.....	3.170	741.780
Costa Rica.....	141	32.994
Cuba.....	41	9.594
Equador.....	19.740	4.619.160
Estados Unidos.....	100	23.400
Guatemala.....	350	81.900
Haiti.....	1.550	362.700
Honduras.....	129	30.186
Liberia.....	23	5.382
Mexico.....	4.192	980.928
Nicaragua.....	6.457	1.510.938
Panamá.....	1.053	246.402
Puerto Rico.....	9.281	2.171.754
Salvador.....	6.280	1.469.520
São Domingos.....	2.103	492.102
Venezuela.....	92.623	21.673.782
Possessões francezas da Africa.....	51	11.934
Possessões francesas da Asia.....	43	10.062
Possessões holandezas da America.....	2.613	611.442
Possessões holandezas da Oceania.....	38.111	8.917.974
Possessões inglesas da Africa.....	305	71.370
Possessões inglesas da America.....	64	14.976
Possessões inglesas da Asia.....	5.640	1.319.760

Com a conclusão do Convenio Comercial Hispano-Brasileiro, que considerou os nossos produtos como de nação mais favorecida, melhorou um pouco a situação do nosso café na Espanha, tanto assim que, em 1926, a sua importação atingiu a soma de 16.931 quintais metricos no valor de 3.961.854 pesetas, como se observa do quadro abaixo:

PAÍSES	QUANTIDADE EM QUINTAIS METRICOS	VALOR EM PESETAS
Arábia.....	143	27.170
Argentina.....	866	207.324
Brasil.....	22	5.148
Colombia.....	16.931	3.961.854
Costa Rica.....	1.631	381.654
Cuba.....	140	32.760
Equador.....	3	702
Egito.....	22.184	5.191.056
Estados Unidos.....	45	10.530
Guatemala.....	148	34.632
Haití.....	855	200.070
Honduras.....	3.320	2.180.880
India Inglesa.....	571	133.614
Mexico.....	1.026	240.084
Nicaragua.....	1.124	497.016
Panamá.....	11.532	2.698.488
Porto Rico.....	926	216.684
Salvador.....	15.033	3.517.722
São Domingo.....	9.542	2.232.838
Venezuela.....	648	151.632
Possessões francesas da Africa.....	78.687	18.412.758
Possessões francesas da Asia.....	540	126.360
Possessões holandesas da Oceania.....	184	43.056
Possessões inglesas da Africa.....	27.609	6.460.506
Possessões inglesas da Asia.....	1.435	335.790
Possessões inglesas da Oceania.....	471	110.214
	30	7.020

Muito teremos que fazer para reconquistar o mercado do café perdido em 1922 com a elevação das tarifas espanholas para os produtos brasileiros. Durante o tempo que deixamos o campo aberto á concorrência estrangeira—1922 a 1925—outros mercados foram se impondo, conquistando, afinal, o logar que nos competia. Hoje, o principal fornecedor á Espanha é a Venezuela que, em 1925, contribuiu com 92.623 quintais metricos no valor de 21.673.782 pesetas, e em 1926 com 78.678 quintais no valor de 18.412.758 pesetas. A seguir vêm o Equador, a Colombia, as Possessões holandesas da Oceania, Porto Rico, Haití, Panamá, Nicaragua e Salvador.

Apesar do nosso convenio com a Espanha e da supressão do coeficiente de moeda depreciada ainda varios fatores continuam a impedir a importação do nosso café neste país. Primeiramente o aumento da produção dos cafés na America Central, e depois a sua melhor apresentação no mercado, além da contínua e constante propaganda feita não sómente pelos governos dos países produtores como também pelos próprios fazendeiros.

Para éste fim deveríamos possuir bons torradores de café em Barcelona, Malaga, Sevilla e Madrid com caixeiros viajantes para distribui-lo aos armazenistas de todo o interior da Espanha. Assim, com uma boa propaganda, poderíamos em pouco tempo destronar os nosso competidores.

O café do Brasil nos Mercados Austriacos

A. SABOIA LIMA

CONSIDERAÇÕES GERAIS—IMPORTAÇÕES—CONCORRENTES E SUCEDÂNEOS MEIOS DE PROPAGANDA—ESTATÍSTICAS

Apesar das diferentes crises económicas e financeiras que tem atravessado este país depois do desmembramento do Imperio austro-hungaro e situação em que atualmente se encontra grande parte da população austriaca, pela falta de trabalho e pelo aumento excessivo dos gêneros de primeira necessidade, das habitações, dos vestuários, etc., etc., não se pôde deixar de considerar a Austria entre os principais países consumidores do café.

De fáto, tendo-se em conta as circunstâncias desfavoráveis que acabamos de apontar, o consumo do café é relativamente grande, apesar do alto preço porque é vendido esse produto.

Calculando-se pelo número de habitantes, verificamos o seguinte consumo *per capita*: kls. 0,71 em 1922—0,91 em 1923—1,20 em 1924 e 1,02 em 1925.

Viena é uma das capitais onde existem maior número de "cafés" (Kaffehauser), isto é, 1.260, ocupando cerca de 5.500 empregados, e os estabelecimentos de torrefação elevam-se a 63, com 2.477 operários, distribuidos em toda Austria, sendo: 31 em Viena, 8 na Baixa Austria, 8 na Alta Austria, 5 em Saizburg, 3 em Steiermark, 4 em Kartern, 3 no Tirol e 1 no Voralberg.

As duas principais firmas comerciais que ocupam da venda a retalho são: Julius Melmi & Co. e Franz Kunz, a primeira com 180 sucursais e a segunda com 94.

Segundo as estatísticas do comércio exterior da Austria as importações do último quinquênio foram as seguintes, em quilos:

1922.....	4.672.800
1923.....	5.991.500
1924.....	7.915.100
1925.....	6.754.300
1926.....	4.248.500

As cifras que reproduzimos demonstram que houve um aumento sempre crescente a partir do ano de 1922 até o de 1924, em que as importações elevaram-se extraordinariamente para decaírem em 1925, apresentando no ano seguinte uma quantidade inferior á registrada em 1922. Podemos, entretanto, considerar que nenhuma das quantidades acima indicadas, mesmo a das importações do ano de 1924, representam a verdadeira quantidade de café que pôde ser consumida pela população austriaca em épocas normais, porque, por meio de uma propaganda adequada ao carater da maioria dos povos da Europa central e dos países balticos, o consumo do nosso principal produto de exportação poderá facilmente ser difundido.

O consumo médio atual pode ser calculado entre 90 a 100 mil sacas, isto é, cerca de 1 quilo por habitante. Dêsse modo, a diminuição da quantidade importada no ano de 1926 não representa uma queda das importações, mas sim o consumo dos estoques invisíveis lançados no mercado devido a alta do preço do café verificada nos anos de 1924 e 1925.

A importação direta do café do Brasil nos últimos anos foi a seguinte:

ANOS	QUILOS	VALOR EM RÉIS OURO	PORCENTAGEM NA IMPORTAÇÃO GERAL DE CAFÉ
1922.....	2.379.200	1.568:743\$000	50,9 %
1923.....	3.561.500	2.754:787\$000	59,4 %
1924.....	5.575.900	5.915:286\$000	70,44 %
1925.....	4.779.700	7.059:465\$000	70,76 %
1926.....	3.329.600	3.723:296\$000	78,36 %

A comparação acima prova a boa aceitação dos diferentes tipos de café de procedência brasileira nos mercados austriacos, porquanto apesar de que o volume do nosso fornecimento tenha seguido a diminuição que se verifica na importação geral desse produto nos anos de 1925 e 1926, a percentagem do nosso café consumido na Austria, passou, como vimos, de 50,9% da importação total do ano de 1922 a 76,36% em 1926. Essas percentagens, porém, são muito maiores porque os dados que reproduzimos se referem ao comércio direto e não ao café importado indiretamente.

Pelo exame das diversas procedências que figuram nas estatísticas poderemos deduzir pouco mais ou menos, qual a quantidade que provavelmente corresponde ao café de origem brasileira:

ANOS	1922	1923	1924	1925	1926
	EM 1.000 QUILOS				
Importação total.....	4.679	5.991	7.915	6.754	4.248
sendo:					
BRASIL.....	2.379	2.561	5.915	4.780	3.330
Italia.....	1.542	1.635	1.945	573	122
Trieste.....	—	—	49	894	547
India Inglesa.....	50	44	55	43	11
India Holandesa.....	48	53	51	38	58
Holanda.....	184	163	97	99	87
Estados Unidos.....	18	15	13	83	39
America Central.....	380	353	109	106	25
Venezuela.....	28	12	3	—	—
Alemanha.....	—	—	—	53	24
Outros países.....	50	165	17	485	5

Despreocupando-nos do café importado da Italia ou do porto livre de Trieste, que pode ser considerado como uma importação indireta do Brasil, sómente o café da Holanda e dos países da America Central oferecem um pequeno interesse.

O quadro acima permite tambem uma dedução de que o café do Brasil não sofre nos mercados austriacos uma enorme concorrência dos demais países produtores. De fato assim é: mas quem estudar um pouco a situação do mercado verificará que o café encontra desleais concorrentes nos produtos chamados "sucedâneos" e nos preparados de café sem cafeína, contra os quais devemos hoje lutar.

Espalhafatosos anúncios, artigos nos jornais, conselhos medicos em revistas científicas, etc. etc., tudo isso procurando provar os prejuizos que causa ao organismo humano o uso do café, como bebida, têm sido os meios de propaganda de varios "sucedâneos", aqui chamados "Kaffé-satz", e dos cafés sem cafeína, principalmente os da fabrica Haag & Co., cujos produtos são conhecidos pelo já celebre nome de "Haagkaffée". E tal propaganda, cada dia mais intensiva, tanto na Austria como na Alemanha, tem-se extendido a outros países consumidores de café: Hungria, Yugoesslavia, Rumania, etc., etc.

Não possuímos dados certos sobre a produção austriaca de "sucedâneos" e do café sem cafeína, mas sabemos que o consumo é grande, pois em certos estabelecimentos não é servido senão o café Haag, e que a propaganda no exterior tem surtido os resultados por eles almejados, por-

quanto a exportação do "kafféersatz" para aqueles países tem aumentado consideravelmente: de 109.600 quilos em 1924 elevou-se a 532.900 em 1925, sendo ainda de notar que em alguns desses países, na Tchecoslovaquia por exemplo, existem fabricas de sucedâneos, sem tratarmos da Alemanha que tem sido o principal país produtor e propagandista do "kafféersatz".

A facilidade com que foram accitos os varios "sucedâneos" e o café sem cafeína obedecem a diferentes causas, sendo a principal a mentalidade da população de certos países. O café puro faz mal ao sistema nervoso, disse um médico—aliás de duvidosa competência—propagandista do "ersatz" e do café sem cafeína, e como esta asseveração não foi desmentida, as classes pobres lançam mão do "ersatz" e as ricas recorrem ao café sem cafeína, cujo preço é muito mais elevado do que o da melhor qualidade do café natural. Em qualquer hipótese o consumo do verdadeiro café diminuiu pelo efeito produzido pela espalhafatosa propaganda que contra êle é levada á cabo, até hoje sem resultado relativo, mas com tendências de franco sucesso se a essa propaganda não fôr oposto qualquer obstaculo.

O que deve fazer o nosso país, principalmente o Estado de São Paulo por intermedio do seu Instituto de Café, senão usar de idênticos meios de propaganda e concorrer tambem nas feiras comerciais da Austrias, Hungria, Alemanha, etc., como aliás já fez em Praga, é organizar nas mais importantes cidades da Europa, principalmente da Europa Central, e dos países balkanicos pequenas exposições permanentes, as quais poderão ser instaladas nas Chancelarias dos Consulados brasileiros.

E' indiscutível o valor dessas reuniões internacionais, onde cada país faz conhecer a sua riqueza e o seu progresso e, principalmente, as suas possibilidades comerciais. E, nenhum país mais do que o Brasil, necessita lançar mão desse meio "material" de propaganda, porque, dispondo das maiores riquezas do mundo e ainda tão pouco exploradas, deve ocupar a situação que lhe compete entre os principais países fornecedores, não sendo, portanto, justo economisar um pequeno sacrificio de dinheiro conhecendo de antemão o sucesso comercial de grande valor e utilissima propaganda de seus variados produtos.

Dêste modo impediriamos tambem que os produtos brasileiros, principalmente o café, sejam vendidos como procedentes de outros países. Parece a primeira vista que com isso nada perdemos, porque o nosso café, por exemplo, não deixa de ser vendido. E' um engano que devemos esclarecer. O nosso prejuizo é tanto material como moral,—material porque tal fáto acarreta uma propaganda contrária aos nossos interesses,—moral porque as qualidades superiores do café brasileiro são vendidas com o rotulo de "Java", "Moka", etc., encobrin-do, por outro lado, com o nome nacional os tipos inferiores de outras procedências.

Estatística da importação e consumo de café na Austria de 1922 a 1926

	1922	1923	1924	1925	1926
CAFÉ IMPORTADO PELA AUSTRIA:					
Quilos.....	4.672.800	5.991.500	7.915.100	6.754.300	4.248.500
Sacas.....	77.800	99.858	113.918	112.571	70.808
PROCEDENTE DO BRASIL:					
Quilos.....	2.379.200	3.561.500	5.575.900	4.779.700	3.329.600
Sacas.....	39.653	59.358	92.932	99.662	55.493
% do total importado	50,9 %	59,4 %	70,44 %	70,76 %	78,36 %
OUTRAS PROCEDÊNCIAS:					
Quilos.....	2.430.000	2.430.000	2.339.200	1.974.600	918.900
Sacas.....	38.227	40.500	38.986	32.909	15.315
% do total importado	49,1 %	40,6 %	29,56 %	29,24 %	21,64 %
População da Austria. .	6.535.000	6.562.000	6.603.000	6.639.000	—
Consumo por habitante.	0,71	0,91	1,20	1,02	—

Cotações do Café na Bolsa de Viena

		"PRIME" (*)	"SUPERIOR" (*)	"RIO" (*)
1922 (data).....	2. X	380	345	340
	23. XII	365	350	—
1923 (data).....	23. III	420	400	340
	22. V	410	400	432
	22. IX	390	380	323
	4. XII	410	385	340
1924 (data).....	2. I	405	385	345
	2. III	480	465	410
	2. VI	480	460	415
	5. VII	535	515	455
	2. X	565	545	477
	23. XII	625	600	535
1925 (data).....	6. I	660	645	560
	18. II	660	645	555
	17. IV	665	635	540
	15. V	600	590	520
	12. VI	645	630	550
	7. VIII	630	610	540
	18. IX	620	605	545
	23. X	610	590	530
	17. XI	630	610	520
	29. XII	605	590	510
1926 (data).....	19. I	625	610	525
	19. II	635	615	530
	23. III	605	580	510
	20. IV	695	580	509
	15. VII	585	575	535
	12. X	555	545	500
	17. XII	548	530	465

(*) Preço em sch., por 100 quilos.

O Engenho das Cruzes

(De uma novela inédita da Baixada Fluminense)

ALBERTO DE OLIVEIRA

A Fazenda das Cruzes, entre as vilas, depois cidades, de Itaboraí e Rio Bonito, nas terras molhadas pelo Casseribú e Rio dos Índios, passava por uma das mais antigas da província.

Cheguei em menino a ver-lhe ainda uns restos de ruínas, velhos paredões rotos e algumas táboas apodrecidas do arcabouço espectral da grande roda hidráulica, motora da vida no Engenho. Quando João Simas, pae de Teodoro, montou êsse engenho nas faldas do morro, toda aquela região era brenhas onde, cego do mato das margens, mal se distinguia o caminho de pé posto dos animais cargueiros, que desde Juturnaíba demandavam a povoação de Porto das Caixas. Em breve o som do machado acordou a alma virgem das solidões, e a selva, até ali intáta, começou, fornecendo materiais á construção, a ver levados de rastros pelas zorras e carretões os troncos centenários de suas arvores. Edificou-se o engenho e ao lado, numa corôa do outeiro, a casa de vivenda, ao gôsto do tempo, com o telhado pontegudo e sob as aguas longo correr de janelas envidraçadas, e á frente espaçosa varanda com pilares de pedra. Nas meias-laranjas das colinas viçaram pautados em ordem os cafezeiros de introdução recente na província, e ao fim de alguns anos, ouvia-se o tutucar monotonico do jogo de pilões a moer-lhes os frutos, e aos braços, membrudos de africanos os peneiros de rolão, joicirando-os. Mais tarde, alentado ventilador animou a redondeza com o acelerado bater das pás rumorosas espantando o gado do campo e as onças e veados da serra. Outros e mais aperfeiçoados aparelhos vieram com o tempo a tornar o trabalho mais presto e rendoso. Alargaram-se os caminhos para o longo rolar gemente dos carros de bois até acima abarrotados de sacas, que seguiam destino dos armazens. E a fama do engenho firmou-se como um dos mais prosperos da baixada, entre Macaé e Itaboraí.

A SERRA DO ESPELHO

...O hóspede acompanhou Teodoro até a varanda. Estava ainda palido, animou-se-lhe, porém, o rosto á claridade do dia e um meio sorriso esvoaçou-lhe sob a penugem do bigode nascente. Circungirou os olhos, dilatou o ar saudável e fino da manhã clara. Campos e serra tudo era sol.

—Como é lindo isto aquí!—exclamou. São terras da Fazenda toda esta varzea?

—E também aqueles morros onde tenho o cafezal e as matas. Vê? Já lá estão os negros no eito.

Atentando nos cimos verdes ou anilados das serras proximas ou longinquas, indagou o hóspede dos seus nomes, sítios ou logares onde assentavam. Teodoro ia-os apontando e informando: ali á direita, aquela pedra escalvada é o Iriri, aquela outra a serra do Frade, em Macaé, celebre por seus mocambos de caemboras, aquela é Tomaskar, a outra, logo adiante, vê? a do Catimbáo Grande, aquela outra a do Tingui, de onde se vê o mar e a lagôa de Saquarema, pouco além a de Boa Esperança (mora na baixada do dr. Viegas), cá para o sul, esta aí para traz, é o Sambé (limpo de nuvens é sinal de bom tempo), aquela é a do Espelho, e bem lhe cabe o nome, repare—uma das faces do pico reluz como cristal.

—Sim, senhor, estou vendo: mas espelho rachado de cima abaixo, meio embaciado.

—Pois era inteiro e brilhantissimo, não tinha uma jaça, quando por lá apareceram nas vertentes os primeiros agricultores. E diz-se que com o correr dos anos, a vida ali era farta e boa, nada faltava aos habitantes do lugar, a quem, como se fosse o olhar de Deus, protegia e guardava o reflexo do espelho.

—Acredita nestas caraminholas, senhor coronel?

—Vou-lhe dizer, meu amigo, ouvi estas coisas contadas por homens a quem não podia deixar de dar crédito, ouvia-as a meu pai e a pessoas, como ele, antigas e respeitáveis. Todos afirmavam existir ali um paraíso.

—Paraíso naqueles cafundós! Conte-me então a história dêle.

Satisfazendo á curiosidade do hóspede, referiu Teodoro o que sabia da terra. Contou que eram a principio dois irmãos, os Cerveiras, Affonso e Domingos, desbravadores de brenhas, plantadores de cereais e os primeiros que por aquela redondeza plantaram os primeiros pés de café. Saía-lhes a riqueza do chão, como tocado por vara magica, tudo eram brótos, caules, hasteas, ramos, flôres. Construíram-se os primeiros engenhos, rasgaram-se as primeiras estradas para as vendas e armazens das vilas e logarejos, restrugiram puxados por grossos bois os primeiros carros. E os rios invadeáveis tiveram pontes facilitando as comunicações e o transporte das cargas. Onde só pelo inverno subia ao céu, acenando-lhe como um lenço, a neblina do monte, subiu o fumo do tétio das choupanas, em que nas ladeiras se acende o fogo, amigo do homem. Eis senão quando, uma feita, em meio á abundância, bem estar e harmonia dos dois irmãos, um elemento mau se intrometeu...

—Uma Eva entre os dois Adões?

—Eva nenhuma, senhor. A causa do dissidio foi uma simples bananeira, foi ela a perdição

daqueles dois homens. Plantada em terra de um, pendeu o cacho para a terra do outro. A qual dos Cerveiras caberiam os frutos, que amadureceram e cheiravam, desafiando-lhes a gula selvagem?

—É' meu o cacho porque é minha a bananeira, argumentava Afonso.

—É' tua a bananeira, mas o cacho pertence-me, porque nasceu sobre o que é minha propriedade, reclamava Domingos.

Não puderam avir-se, o de que se lembraram foi de engalfinhar-se pela posse da coisa somenos. No mais apertado da luta, Afonso torce o corpo, solta um braço, pega de um machado, desferiu-o, prosta morto o irmão. Teve então medo, recejou fosse o crime testemunhado, espreitou em redor, ergueu depois os olhos, como numa súplica, para que Deus lhe perdoasse. Seu gesto, com o machado em punho, seu crime, o irmão caído morto com a testa em sangue, tudo estava fielmente reflectido no espelho da serra. Fugiu dali abafando um grito de espanto e remorso e foi acoutar-se nos socavões, em plena mataria. Saía uma vez ou outra, alocado e pavidó e sempre que defrontava a serra, via-lhe no espelho tragico a scena do crime. E não era sómente á luz do sol que o quadro formidável se lhe apresentava aos olhos, via-o tambem ao frio esplendor do mar ou ao luzir tremulo das estrelas. Era lá em cima fixo, inapagável, eterno, o tremendo depoimento da serra, posto bem alto para que todos o soubessem, os homens, as outras serras, as nuvens, o céu. E todos souberam logo que era êle o assassino, o fraticida, o Caim daquelas bibocas. Na alma começou então a espontar-lhe como cardo bravo um rancor aspero contra a montanha. "Has de pagar-me", ruminava entre si. E um dia resolveu-se a executar, fosse como fosse, seu projeto de vingança e a apagar o atestado do crime. Pegou de um marrão e de um rolo de cordas e caminhou para o monte, as cordas

para, lançando os troncos ou ramos, alear-se por elas até acima, ás arestas do pico, o marrão para acometer-lhe o espelho, contundi-lo, macha-lo, quebra-lo, apaga-lo. Em baixo, no rancho da velha Silvana, pediu um tição de fogo e saiu com êle a acender o cachimbo.

Não chovia ha muito e amarelo e sêco era o saio de samambaias que vestia a serra. Afonso abriu caminho, rasgando-se nas mãos e nos pés. Como toscos adereços do colo alpestre, viçavam urubebas e ananazes selvagens. Esgueirou-se entre essas plantas, de ventre contra a pedra, como os lagartos. Chupando uma fumaça ao cachimbo, sacudiu fóra a brasa e maldisse o fumo que ardia mal. "Peste, estás hoje reinando"! Continuou a subir. A meia viagem, encontrou espalhada uma figueira do inferno, encostou-se-lhe ás raízes, lavado de suor e tonto do fervor da canícula. Cerrou os olhos, dormitando ofegante. Tornando em si, sentiu-se dentro de um forno, linguas e linguas de fogo, como uma vegetação de labaredas, lambiam-lhe os pés. Estralavam sapecadas as samambaias, rugia esbraçada a montanha e entre um vagalhão de fumaça e chamas, Afonso viu em cima relampear iluminado e fantástico, o espelho maldito, mostrando vivo em todo o seu horror, como numa apoteóse, o quadro tremendo: o irmão caído, com a cabeça em uma poça de sangue, e êle, o algoz, êle, Afonso, de pé, ainda a empunhar na mão convulsa o machado assassino. "Morro, mas espatifo-te!" rugiu colerico, e atirando-lhe impetuoso o alvião, succedeu faltar-lhe um pé e rolou morro abaixo no peráó de fogo.

—Olhe bem, concluiu Teodoro, e verá que ao canto do espelho, em baixo, ainda aparece a poça de sangue. Alguns incredulos afirmam ser aquilo um gravatá de folhas vermelhas, como os que por aí rebentam nas rochas. Engano. Houve quem lá subisse e verificasse ser sangue, sangue humano entranhado na pedra.



Ó PORTO, NO RIO D'ÁLDEIA,
ONDE ATRACAVAM AS FALUAS
E AS BARCAS, QUE FAZIAM A
NAVEGAÇÃO ENTRE PORTO DAS
CAIXAS E A METROPOLE. PELO
RIO D'ÁLDEIA VINHA AO RIO
O CAFÉ QUE AS TROPAS IAM
BUSCAR A CANTAGALO, MADA-
LENA, SUMIDOURO, MURIAÉ,
ETC. HOJE O RIO ESTÁ OBS-
TRUIDO E O PORTO É UM BRE-
JAL PALUSTRE

*(Ilustração do natural a sépia,
pelo prof. H. Cavaleiro)*



Aspéctos Geográficos Fluminenses em tórno da lavoura do café

A PRINCIPAL DISTINÇÃO POLÍTICA ENTRE O CAFÉ E A CANA.
A CURVA DESCENDENTE DO PRIMEIRO, COM O SEU RAMO DE
PARÁBOLA E O RASTILHO ASCENDENTE DA
SEGUNDA, COM O SEU RAMO DE HIPÉRBOLE...

EVERARDO BACKHEUSER

PAISAGEM CULTURAL FLUMINENSE

E' em torno do café e da cana de açúcar que se desenrolou e, afinal de contas, ainda se desenrola até hoje a paisagem cultural do Estado do Rio. Os demais produtos, quer animais, quer vegetais, quer minerais, quer manufaturados, só mais tarde, e ainda assim debilmente, vieram ocupar posição no quadro geral.

Em uma das Memórias que apresentámos ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Vitória, em 1926, tivemos ensejo de precisar certos detalhes e de mostrar a dupla transformação da paisagem natural fluminense em paisagem cultural cafeeira e desta em paisagem manufatureira. No presente artigo, em que fomos solicitados para falar sobre o café, apenas, vamos acentuar os traços da segunda fase da evolução: aquela que se está processando até agora em certos municípios de serra acima.

GEOGRAFIA FÍSICA

Para que o leitor, que desconhece aquele nosso outro trabalho (aliás ainda não publicado), possa melhor compreender as diretrizes da nossa dedução, preciso se torna lembrar alguns traços da geografia física do Estado. E' que o entendimento da paisagem politico-cultural de qualquer região se esclarece quando são preliminarmente conhecidos os delineamentos gerais da paisagem física. E esta se basea nos traços primordiais da sua geologia.

TRES ZONAS

Geológica, assim como fisicamente, o Estado do Rio está subdividido em tres zonas, entre si quasi paralelas.

1) Há uma orla marítima formada por uma planície arenosa que é o fundo emergido de um mar pleistocênico, em uns pontos possivelmente dos fins do terciário, e em outros do quaternário recente. Atóra a rocha quartzosa altamente incoerente que é a dominante, encontram-se superpostos a ela, depositos silico-argilosos de caráter aluvional, carregados das serranias e morrêtos circunvisinhos.

E' a chamada "Baixada".

Estende-se do Sul ao Norte do Estado, ao longo da costa, com as suas interrupções determinadas pela aproximação até ao Atlantico dos contrafortes da Serra do Mar.

2) Um longo massiço arqueano, profundamente erodido por sulcos transversais. Esse massiço faz parte do "complexo brasileiro". Formado de granitos cobertos por uma espessa capa gnaissica, esse complexo é, no Estado do Rio e Distrito Federal e quiçá em outros Estados, cortado em direções várias por diques de uma eruptiva básica da familia dos basaltos. Há, além disso, no território fluminense e carioca diversas ocorrências de sienitos nefelínicos e suas variedades efusivas. O massiço arqueano se apresenta, porém, por toda parte, em adiantado estado de decomposição metasomática. A sua capa de laterização empresta á paisagem física um aspecto característico, quer pela côr amarelo-avermelhada dos barrancos, quer pelo seu modo de comportamento em relação aos agentes erosivos, quer, finalmente, pelo tipo florestal que nela pôde lançar fundas raizes. Este massiço geológico coincide com a segunda sub-divisão morfologica do território fluminense:—a "Serra do Mar" que, com variadissima nomenclatura local, e não menor variedade de tipos orográficos, tambem se estende de Norte a Sul do Estado, formando como que um anteparo á planície baixa.

3) Um longo vale de planalto, com um sem número de recortados vales transversais, consequentes e sub-sequentes, apresentando uma enorme variedade de tipos fisiográficos fluviais. Estes vales transversais nada mais são, na margem direita, do que a propria vertente da Serra do Mar, unidade geográfica por nós descrita no item anterior, e ficam subordinados nos seus azimuths ao encaminhamento das aguas para o rio principal, que é o Paraíba. Este rio e os seus afluentes estão fazendo,—provavelmente desde antes do cenozoico—o serrilhamento do planalto fluminense, trabalho que, todavia, longe está do seu acabamento. Basta dizer que o proprio rio principal ainda não terminou o seu serviço, aliás adeantado, tanto que há, em parte do seu trajeto, uma série de "rapidos" e "corredeiras", de modo que o Paraíba ainda apre-

senta, se bem que atenuado, o perfil característico dos rios viris. Há um curso alto das nascentes até Sapucaia, e um curso baixo de São Fidelis ao Oceano. É entre êstes dois municípios que se está dando agora, mais ativo, o desgaste da garganta pela qual o Paraíba vence a Serra do Mar. É, em outros pontos, "retoques de acabamento" que as águas do rio estão realizando energicamente, mas, apesar disso, as pontas aguçadas das rochas não desgastadas de todo ainda se mostram, como os ossos de um esqueleto, nas épocas de vasante.

ACIDENTE GEOLÓGICO

Como acidente geológico importante, convém citar o fato de existirem em varios pontos dos curso alto, alargamentos de bacia, entulhadas de detritos, inclusive troncos e galhos de arvores, tudo da era terciária, os quais vieram a formar as atuais ocorrências de lenhito de Barra Mansa e seus arredores.

Para a margem esquerda do Paraíba vertem águas das bandas da Mantiqueira, mas os municípios fluminenses dêsse lado do rio têm, quer física, quer geologicamente, a mesma estrutura dos demais que estão na margem direita. Há em cada um dêles uma faixa na planície aluvional do Paraíba e outra parte subindo pelas encostas, em alguns casos chegando até á linha divisora das águas que escorrem para a rede fluvial mineira.

Êstes tres tipos morfológicos se poderiam agrupar em dois apenas, "Baixada" e "Serra", incluindo sob esta última designação tambem o "Vale do Paraíba". É de fato um tanto sutil a distinção entre as zonas (-2-) e (-3-) porque, "serra" e "vale", afinal de contas, nada mais são do que aspectos diversos de um mesmo fenômeno geofísico:—a "erosão de um planalto". A Serra do Mar, apesar de ser, como tudo indica, uma cadeia tetônica, "de dobramento", tem, em conjunto com a Mantiqueira, que lhe fica fronteira, uma certa unidade geológica, de modo que a designação planalto não será nunca um rotulamento cientificamente erroneo. Foi através dêsse planalto que o Paraíba cavou o seu leito e o está desgastando até hoje, auxiliado nisso pelos seus numerosos afluentes e pela atividade química dos agentes atmosfericos que vão metasomatizando a rocha e facilitando-lhe o transporte.

PAISAGEM POLÍTICO-ECONÔMICA

As sub-divisões da paisagem política e econômica podem obedecer ao mesmo criterio dicotomico. Há, de fato, distinções muito nítidas entre o modo de distribuição da população e os empreendimentos a que ela se entrega, em "Serra abaixo" e "Serra acima", mas é difficil estabelecer características diferenciais profundas entre o que existe, feito pela mão do homem, nas margens do Paraíba e o que há nos vales angustiosos das cumeadas habitadas, isto é, nos "altos de Serra".

Mas, mesmo politicamente, a Serra do Mar tem matizes definidos. Ela foi sendo devassa-

da por exploradores que a galgavam pelas duas encostas. Havia os que partiam da Baixada, depois de af terem estado muito tempo na luta formidável com o Tamoio e com a malária—esta perdurando até hoje, para vergonha nossa; e havia os que a subiam depois de terem atingido o Paraíba nas "bandeiras" vindas de S. Paulo. A Serra era, e ainda é, um obice ao fácil trânsito. Foi, durante muito tempo, quasi intransponível, já porque era íngreme, já porque estava coberta de espessa floresta virgem, escalonada em andares, floresta em que o arvoredado tinha o tronco curto e espesso e a ramada larga e frondosa, floresta, além disso, entretecida de liames e cipós—embora não tanto como a da Amazônia—que tornavam o trafego difficil e penoso. Ela só foi palmilhada de modo permanente, através de uma ou duas estradas, quando os mineradores de ouro precisaram de um caminho mais rapido para pôr o sertão mineiro em contáto contínuo com a capital já então localizada no Rio de Janeiro. A Serra do Mar fôra até então politicamente uma separadora de homens, como fisicamente era uma linha de divisão de águas.

Ainda hoje a Serra do Mar continúa desempenhando, embora mais atenuadamente, o mesmo papel político. Apesar dos esforços da engenharia, são poucas as linhas de comunicação férrea ou rodoviária diretas entre a Baixada e o curso alto do Paraíba. A penetração se dá apenas por meia duzia de gargantas, ou precisando melhor pela linha da Central do Brasil—(Belém-Barra do Piraf);—pela da Auxiliar (Belém-Paraíba do Sul);—pelas da Leopoldina Railway—(Praia Formosa-Petropolis—Entre Rios-Niterói-Friburgo-Cantagalo) e Niterói-Friburgo-Carmo. —Não conseguiram ainda prolongamento completo as linhas Rio-Terezopolis, Conde de Araruama-Manoel de Moraes, nem tão pouco tiveram conclusão as da Oeste de Minas, que demanda do interior mineiro o futuro porto de Angra dos Reis, nem a linha que de Passa Três havia sido projetada até ao Rio, via Santa Cruz. Por outro lado, a navegação fluvial que vem do Atlântico por S. João da Barra, não consegue passar além de S. Fidelis.

RODOVIÇÃO

A rede rodovia fluminense é incipiente. Está nos seus primeiros esboços. As primitivas estradas de rodagem, uma das quais excelentes—a União e Indústria—foram abandonadas quando apareceu o trilho. Os caminhos ficaram abandonados e só eram atravessados pelas tropas fazedoras de caldeíres e atoleiros. Pouco a pouco o Ford, veiculo popular, veio modificar a situação e as municipalidades entraram a preparar estradas, mas as faziam a "olhometro", sem previos estudos, sem distribuição racional de rampas e de curvas. São linhas coleantes, ao sabor dos contra-fortes. São alargamentos de trilhas antigas ou pouco mais do que isso.

Tem havido recentemente, com os últimos governos, qualquer coisa de melhor, ou seja um plano geral de viação rodoviária, mas ainda está em grande parte "por ser realizado", de modo que a Serra do Mar continúa a manter o papel político que teve no tempo colonial. E' ainda hoje uma separadora de gente. E esta função é das mais importantes e decisivas na vida do Estado do Rio. Em primeiro lugar, impede um intercâmbio fácil e direto de produtos e mesmo de relações culturais diretas entre os diversos pontos do território fluminense. Em segundo lugar, a Serra do Mar, tão diferente da Baixada, faz com que os interesses econômicos não sejam os mesmos por toda parte.

E isso determina não ser o Estado do Rio, apesar de sua pequena área, uma verdadeira unidade geográfica, circunstância esta que gera uma serie de vantagens e de inconvenientes que são do domínio da ciência.

As dificuldades de comunicação (e, como consequência, da administração) que o território assim topograficamente formado determina, são compensadas por melhores condições de ataracia, permitindo que as crises de produção em geral não coincidam, senão excepcionalmente.

Sob este último ponto de vista é assás vantajosa a topografia do Estado, que lhe faz ter uma certa variedade de climas, sem que, todavia, haja diferenças formidáveis entre dois pontos quaisquer. Tem, portanto, capacidade de maior variedade de produção fitológica.

A orientação astronômica do Estado é tal que a linha geodésica que se traçar entre o ponto mais ao norte e o ponto mais ao sul do Estado, tem igual inclinação sobre os paralelos e sobre os meridianos. Isso determina que o Estado do Rio não esteja nem orientado segundo o Equador nem segundo a linha Norte-Sul, ficando como que a igual distância dos inconvenientes geográficos que apresentam dessas duas posições.

"BAIXADA" E "SERRA"

O desenvolvimento da *vida social e econômica* do Estado do Rio se dá sucessivamente em torno desses dois focos geográficos: Baixada e Serra.

No período colonial é a baixada que domina, com as extensas planícies onde se explora por toda a parte o café e a cana do açúcar, multiplicando-se os engenhos e engenhocas. Em torno do Rio de Janeiro as lavouras de cana e mesmo de café teriam sido o que são hoje em Campos. Pouco a pouco, porém, o paludismo foi fazendo a sua obra e com o afastamento da gente, foi-se dando automaticamente a obstrução dos rios com o consequente recrudescimento da endêmia.

No imperio, e especialmente no segundo reinado, realiza-se a supremacia da Serra.

A derrubada da floresta virgem poz a nú um sólo secularmente adubado pela própria floresta e que todo o mundo, na ignorância dos ensinamentos da geografia botânica, acredita

que será de fertilidade eterna. Entretanto, teria sido uma efêmera camada superficial de humus que havia de auxiliar a agricultura cafeeira, enquanto a própria exploração agrícola intensiva por um lado e a erosão geológica por outro não puzessem a descoberto o subsólo granito-genésico, este naturalmente pouco fértil com a pouca potassa, com a pouca cal e a ausencia de fosfatos que a composição química da rocha lhe condiciona.

Enquanto, porém, durou o sólo forte e quente, houve a riqueza. E a riqueza econômica é quasi sempre acompanhada de uma maior importância política da região. Surgem os empreendimentos, as vias de comunicação se multiplicam, aumentam as aglomerações urbanas em número e densidade, e com elas o comércio, e até mesmo, como reflexo, a própria capacidade intelectual dos homens que se sentem estimulados pela concorrência.

O Estado do Rio foi, assim, graças á Serra do Mar, um fator preponderante na vida política da Nação brasileira, quer no primeiro, quer no segundo reinado, quer mesmo nos primeiros anos da República.

Este fenômeno de psicologia social é assás conhecido e nós mesmos já temos, em outros escritos, alludido a êle. A pujança da riqueza, dá aos homens, como aos Estados, uma fatal supremacia. Com a pobreza vem o desanimo, a perda do otimismo, e, por conseguinte, a própria incapacidade para empreendimentos. Ninguém vá supór que o sólo adubado pudesse fazer medrar as inteligências do mesmo modo que dava seiva aos cafezais. A riqueza dos cafezais, porém, é que permitiu que as facilidades de estudo formassem uma aristocracia rural culta, aristocracia mais intellectual do que de sangue, porque um sem numero desses aristocratas eram mestiços de varias tonalidades, não raro bastardos de fazendeiros.

DADOS ESTATÍSTICOS

Não é fácil obter no Brasil com rapidez e exatidão dados estatísticos; organizá-los custa muito, e, ainda assim, são quasi sempre deficientes e imperfeitos. O quadro que abaixo inserimos foi alcançado graças á bondade de dedicados funcionários fluminenses e, ainda assim, não é completo, máo grado abranger um pequeno lapso de tempo.

Mas, pondo lado a lado a produção fluminense em café e em açúcar, pode-se bem vêr como uma vai pouco a pouco decrescendo—do café—ao passo que a outra—a do açúcar—vai se incrementando a olhos vistos.

CAFÉ E AÇUCAR

Assim é que, pela tabela, vemos na primeira década a produção de café ser dupla da da última década, ou seja, em algarismos redondos, 108 para 56 milhões de quilos, ao passo que a do açúcar se torna dez vezes maior, isto é, 6,4 na primeira década e 65,2 na última.

Isto se podia ter dado (imaginemos uma hipótese francamente absurda) por haver diminuído o consumo de café, havendo, portanto, uma retração correspondente na produção do Estado do Rio. Essa hipótese é sabidamente fóra de senso, já porque é do domínio público que as terras se esgotam, já porque tem ido em constante crescimento o consumo do café no mundo, como se vê da tabela abaixo:

CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

1886-1890.....	9.189.000
1890-1895.....	10.451.000
1895-1900.....	15.282.000
1900-1901.....	14.330.000
1901-1902.....	15.517.000
1902-1903.....	15.967.000
1903-1904.....	16.134.000
1904-1905.....	16.164.000
1905-1906.....	16.741.000
1906-1907.....	17.545.000
1907-1908.....	17.110.000
1908-1909.....	18.227.000
1909-1910.....	18.213.000
1910-1911.....	17.171.000
1911-1912.....	17.454.000
1912-1913.....	17.123.000
1913-1914.....	17.582.000
1914-1915.....	21.658.000
1915-1916.....	21.200.000
1916-1917.....	16.016.000
1917-1918.....	14.833.000
1918-1919.....	15.968.000
1919-1920.....	18.499.000
1920-1921.....	18.462.000
1921-1922.....	19.717.000
1922-1923.....	19.162.000
1923-1924.....	22.021.000

MINAS, S. PAULO E ESPÍRITO SANTO

Diminuiu a produção fluminense, mas não decresceu a exportação brasileira. Ao contrário. E' que se estendeu o campo da atividade agrícola cafeeira para regiões mais ocidentais, ou sejam Minas e S. Paulo, ou mais setentrionais, ou seja Espírito Santo. Estas últimas se avantajam muito.

A de Minas era de:

ANOS	QUILOS
1870.....	31.703.594
1875.....	41.636.757
1880.....	54.781.664
1885.....	85.456.878

e alcança atualmente, em média anual, tres milhões de sacas, isto é, 180.000.000 de quilos, que são o triplo da produção fluminense.

As de S. Paulo e Espírito Santo, são, em algarismos redondos 300.000.000 de quilos e 60.000.000, respectivamente.

A ESCRAVATURA

Concomitantemente, com o enfraquecimento do sólo se deu a extinção da escravatura. Foi a decrocada da região serrana.

Novamente começa a se formar a hegemonia econômica da Baixada com o açúcar em Campos, com o sal da Lagôa de Araruama, com as indústrias manufatureiras e a pequena lavoura nas regiões circunvizinhas do Distrito Federal. Já pela citação acima mostrámos o incremento que tomou a indústria açucareira. Isso explica bem a pujança de Campos e seus arredores.

Do mesmo modo o sal. Em 1894 a safra de exportação era de 144.488 sacas e já em 1918 era de 1.032.543 o que evidencia um salto gigantesco.

Mápa da exportação de café e açúcar, no Estado do Rio, em quilogramas

ANOS	CAFÉ	AÇUCAR
1870.....	109.976.878	—
1871.....	113.457.390	10.962.646
1872.....	102.586.321	7.659.633
1873.....	92.583.741	3.856.607
1874.....	105.174.929	5.665.372
1875.....	119.289.018	7.011.304
1876.....	111.562.355	6.531.453
1877.....	107.562.355	8.411.263
1878.....	109.698.190	5.015.734
1879.....	120.764.760	10.234.080
1880.....	133.764.760	6.762.765
1881.....	148.007.968	11.785.779
1882.....	156.134.236	9.646.431
1883.....	113.085.172	5.517.231
1884.....	139.429.121	6.047.978
1885.....	140.213.563	9.923.867
1886.....	122.568.637	6.813.386
1887.....	61.956.858	12.257.340
1888.....	109.477.910	—
1889.....	—	—
1890.....	—	—
1891.....	—	—
1892.....	82.929.220	—
1893.....	61.558.017	—
1894.....	67.311.098	—
1895.....	71.786.340	—
1896.....	71.516.141	—
1897.....	103.651.655	—
1898.....	83.067.962	—
1899.....	79.874.623	—
1900 a 1913.....	Sem dados	—
1914.....	44.748.431	52.638.248
1915.....	70.783.906	45.852.634
1916.....	44.714.740	53.918.965
1917.....	46.691.376	65.463.823
1918.....	35.119.254	39.579.447
1919.....	58.418.925	55.976.497
1920.....	53.985.228	75.706.080
1921.....	75.497.257	27.634.516
1922.....	57.345.367	67.697.682
1923.....	—	—
1924.....	65.821.367	67.697.682
1925.....	61.686.797	51.116.847

INDÚSTRIA PASTORIL

A Serra ainda luta, porém, com energia, graças aos seus derradeiros núcleos de cafezais, ao norte e ao sul do Estado, e graças á indústria pastoril que está adquirindo pouco a pouco grande pujança.

Um exame um pouco mais analítico da riqueza fluminense, ordenando o estudo segundo os reinos naturais, desdobra a fisionomia diferente que a todo o momento mostra Serra e Baixada aos olhos do observador atento.

A FONTE MAIOR

O incremento que têm tomado outros ramos da agricultura e certas indústrias não é o bastante para destronar o café que continúa a ser a maior fonte de renda do Estado.

Só os canaviais começam a lhe fazer sombra. Mas é ainda o imposto de exportação do café o principal alimentador do erário público

A importância de todas as lavouras desaparece ao lado da do café e da cana; importância pequena ainda tem a pecuária e a exploração manufatureira apenas se inicia. De modo que se pode dizer que apesar de um século de atividade cafeeira e bem maior tempo de extração de açúcar, o Estado do Rio ainda alcança na rubiácea e nos colmos verdes, mas principalmente naquela, as suas fontes de riqueza e bem estar.

SÓLO INESGOTÁVEL

São ambas explorações de carater intensivo. Nelas se procura tirar do sólo o máximo que pode dar. Ao passo, porém, que o café se reduz, no local, ao simples trabalho agrícola, a cana é acompanhada "in situ" do trabalho industrial da fabricação do açúcar. A paisagem política, é, portanto, assás diversa em um e outro caso.

O café dará nascimento a multiplos, mas pequenos núcleos urbanos disseminados por toda a Serra, núcleos que raramente se tem transformado em grandes cidades.

DA SENZALA AO POVOADO

E' um polvilhamento de habitações que, no tempo da escravatura se adensavam em torno da casa senhorial, e que hoje ficam espalhadas nas palhoças dos colonos. Aquelas longas senzalas se tem transformado em povoadozinhos, que, ou definham e desaparecem pelo abandono dos moradores que nem mais concertam as casas, ou crescem e prosperam, passando a aldeolhas e até a vilas. Bom Jardim, por exemplo, que é hoje um município cafeeiro, tem para séde uma vila, que pouco mais é do que um povoado, que brotou em torno de uma antiga fazenda. E' um lindo logar, "um bom

jardim", mas muito pequerrucho, servindo apenas para ponto de concentração do comércio de urgência e para dar pousada aos órgãos administrativos—camara, polícia, justiça—ou aos órgãos sociais—médico, advogado, farmacia. Cantagalo, hoje decadente, mas que também foi um centro cafeeiro importante, é quasi que só uma rua com uma praça. Como este, muitos outros exemplos por toda a zona cafeeira. Não há como as cidades se desenvolverem. Ficam pequenos burgos.

A GRANDE MURALHA

Para essa estreiteza de ambito urbano das cidades serranas coopera, também, sem dúvida, o importante fator geoffísico que é a montanha. Mas o modo mesmo pelo qual se dá a exploração agrícola da rubiácea no Estado do Rio é a outra casa do fáto de não haver grandes cidades na região. O café sofre localmente senão pequeno beneficiamento, não exigindo grandes usinas com numerosos operários que venham residir em torno das usinas centrais, donde criaram uma certa aglomeração e uma certa vida de carater urbano. Os operários agrícolas se espalham pelas lavouras, indo morar em "sitios" que exploram de meação com o proprietário rural. Quer dizer que se disseminam, sem se concentrarem. Não há por outro lado necessidade de nenhum grande mercado localizado na própria região cafeeira. Tudo que se produz é sumariamente ensacado e sem demora exportado para o Rio, que regula o preço para a exportação.

A PUJANÇA ANTIGA

Além disso, as safras de café não tem hoje no Estado a pujança antiga. Dão trabalho a muito menos gente. A vivacidade política que teria tido a zona cafeeira fluminense igualitária, quiça, a que assistimos hoje no oeste de S. Paulo, e os seus vestígios nos são revelados pelas proporções, em alguns casos majestosas, que teriam tido os núcleos urbanos, com vastas e ricas moradias e edificios desproporcionados á pobreza atual.

Em contraste com a paisagem serrana, se desenrola a de serra abaixo, onde se dá o cultivo da cana.

A indústria que nasce dessa exploração agrícola exige um local de implantação e um mercado; e estas mesmas e este mercado se tornam mais tarde, uma cidade.

A ORIGEM DAS CIDADES

Todas as grandes cidades do mundo começaram por ser o entreposto das trocas. A princípio pequenos, crescem com o tempo. Os portos de mar tem sempre grande vida e grande vida tem os locais onde existem as indústrias.

E' verdade que a indústria açucareira não é do tipo das demais indústrias manufatureiras em que se dá o transporte da materia prima para o local onde exista a fábrica. Na indústria do açúcar é preciso que a usina se aproxime o mais possível do canal. E' por isso que vemos na vasta planície dos Goitacazes um sem número de chaminés, disseminadas por toda a parte. Mas como a planura facilita as comunicações, todas elas procuram um ponto central, que se torna o centro de atração convergente de todos os interesses. Gera-se a cidade, a grande cidade estável, fórmula política de atividade industrial, mesmo em uma indústria nitidamente agricola como é o açúcar.

EXPOENTE MÁXIMO

Surge assim Campos, expoente máximo do urbanismo no Estado do Rio, superior como intensidade de vida autonoma á própria capital, Niterói.

Esta é a principal distinção política entre o café e a cana. A importância econômica atual é a que indicamos; curva descendente de uma —o café—com o seu ramo de parábola tristemente pendente para o eixo das abcissas e rasilho ascendente de outra—a cana—que se grimpa pelo seu ramo de hipérbole como um foguete a demandar o céu. Valôr financeiro ainda têm, para o erario público, as sacas exportadas do café.

O Café

PEDRO NOLASCO

E' principio que a ciência ensina e a prática demonstra que nenhum país deve se ater a uma produção unica.

O particular prudente e avisado, não põe os seus haveres numa só indústria ou especie de propriedade. Assim o Estado.

Nós temos para confirmar essa tése exemplos frisantes. A Amazonia (Pará e Amazonas), nunca se occupou senão da borracha e essa pela fórma com que a natureza a dotou. Vieram os competidores—melhor aparelhados —e o seu predomínio no mercado desapareceu por completo, estando ela sofrendo as consequências, atravessando de há muito grande crise financeira.

Ao invés disso temos o exemplo de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Embora predomine sensivelmente a cultura do café, São Paulo não se descuidou das outras culturas, o que lhe permitiu durante a grande guerra, exportar em soma igual ao valor do seu precioso grão, outros produtos como oleos, carnes, cereais, algodão, etc., sem que as suas finanças soffressem na proporção dos damnos da guerra, os feitos da não exportação do café.

O Estado do Rio Grande do Sul teve por muitos anos a sua exportação quasi limitada ao gado e seus produtos, entretanto, apesar da diminuição do consumo da carne seca o prospero Estado viu as suas rendas elevarem-se constantemente, com a exportação de outros produtos como cereais, batatas, cebolas, oleos, etc., em escala de não tornar-se sensível a diminuição da exportação dos derivados da indústria pastoril.

E' incontestável, pois, que um país prudente e sabiamente governando deve desenvolver todas as suas produções possíveis e não basear a sua riqueza no desenvolvimento de um unico produto.

O problema do café, entre nós, o mais importante da nossa economia interna, de momento assume gravidade excepcional.

A alta dos preços do café, obtida contra todas as leis naturais e economicas, á custa dos recursos de crédito, trouxe como consequência a plantação em larga escala da excelente rubiácea em Venezuela, em Cuba e outros países americanos, além da Africa, graças a fortes capitais americanos e ingleses.

Esses plantadores estão, desde agora, aproveitando do esforço brasileiro na sustentação dos preços, sem terem ao menos parte nos onus pesadissimos que nos assoberbam. Acresce que naquelas paragens o custo da mão de obra é mais baixo, além de mais abundante, e se observarmos que esses grandes plantadores

fatalmente darão preferéncia e melhor acolhida ao café de suas propriedades, evidente está o grande prejuizo que nos deve provir dessa concorrência.

Atualmente ainda temos o predomínio: somos quem mais produz e mais exporta. Mas quem pôde prever o dia de amanhã e quem nos diz que não se dará com o café o que já se deu com o nosso açucar, a nossa borracha e possivelmente com o nosso mate?

A situação, pois, melindrosa sob êsse aspecto, não o é menos pela diminuição do consumo mundial.

A Alemanha consumia bastante e de preferéncia o do tipo superior, a Russia já nos comprava regularmente. Agora, a primeira, não só devido ao preço da mercadoria, como á desvalorização da sua moeda, abandonou o café por sucedâneos menos agradáveis, porém mais ao alcance de todas as bolsas.

A Russia voltou ao chá e tão cedo não será novamente compradora.

A França, a Belgica, a Dinamarca, e quasi todos os outros países do norte têm restringido muito as suas compras.

Entretanto, estamos na espetactiva de uma grande colheita, que somada ao estoque da safra anterior e da produção estrangeira atingirá a cifra de 24 milhões de sacas, havendo um "superavit" calculado em mais de seis milhões de sacas! Que fazer? Deverão os Estados cafeeiros continuar na sustentação dos preços altos? Onde, porém, encontrar os meios para isso? Dentro do país parece indubitável que não será possível. O recurso do crédito no exterior, não podemos contar como certo, pois além de estarmos abusando dêle para êsse fim, podem os financeiros não querer concorrer para pagar mais caro o que êles proprios consomem. E, repetimos, uma situação grave, e que de pronto é difficil resolver. Mas, nos perguntarão, o que fazer, que alvitre adoptar?

Para nós, a solução unica do problema está no barateamento do produto. Pensamos que todos os esforços coligados dos Estados cafeeiros, da União e sobretudo dos produtores, devem consistir em baixar o preço do café. Duas consequências, cada qual mais importante, provirão dêsse fáto. Primeiro o aumento do consumo: segundo, embora menos provável, o afastamento dos nossos concurrentes.

Não pedimos alviçarás pela idéia, na damais comum e conhecido do que êste principio em todas as indústrias: vender barato para vender muito.

Mas, na hipótese, a verdade é que todos os govêrnos, como os produtores se têm esquecido dêsse axioma indústrial e ao invés de moderarem os preços, os elevam sempre e cada vez mais, fazendo assim o jogo dos nossos concorrentes.

E' indispensável termos sempre em vista essa concorrência.

A confiança que depositamos na fertilidade das nossas terras para a cultura do café é illusória. Os fatos estão demonstrando que não temos êsse privilegio; zonas há, em outros países, perfeitamente adequadas a essa cultura e de onde ela veio, devendo lembrar-nos que os nossos concorrentes têm sobre nós a vantagem enorme da abundância de capitais e de braços.

Mas se realmente o nosso solo leva vantagem sobre o solo estrangeiro, mais uma razão para aproveitarmos nossa superioridade nêsse ponto e procurarmos reduzir o mais possível o preço de venda do nosso produto, melhorando ao mesmo tempo o seu preparo, como estão exigindo os mercados consumidores, de modo a enfrentarmos os nossos concorrentes, provando-lhes que êles não podem competir connosco.

Parece-nos que nêste momento ainda estamos em condições de, com eficácia, tomar essa posição de dominador de mercados e conseguirmos a debandada dos nosso concorrentes.

Se porém demorarmos a luta, serão êles que nos hão de rechassar, reduzindo-nos á mesma posição em que se encontram hoje as indústrias de borracha.

O barateamento do produto, o seu preparo mais perfeito, e uma longa e contínua propaganda, tais são os tres grandes elementos de vitória, na grande luta que fatalmente teremos brevemente de sustentar.

Eis porque nos animamos a oferecer aos plantadores de café—não um conselho—que para tanto não nos julgamos competentes, mas sim simplesmente sugestão.

Segundo a opinião de acatado personagem, o nosso povo já vai se habituando com a taxa cambial dominante e restringindo a sua economia nas condições que ela oferece.

Porque não fazem o mesmo os srs. agricultores de café, contentando-se com menor lucro e podendo assim baratear o produto, alcançando a méta desejada—isto é—a hegemonia real e absoluta do café, nos mercados mundiais?

O grande Henri Ford não cansa em seus discursos e ultimamente em seu celebre livro, de afirmar que deve o seu triunfo indústrial, á observância rigorosa dêsse preceito comestinho: vender barato, para vender muito.

Meditem os senhores agricultores.



UM PÉ DE CAFÉ CARREGADO DE FRUTOS



Crédito e Café

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

A lavoura de café no Estado de São Paulo—verdadeira indústria agrícola, pelo complexo de operações que exige a manipulação do seu produto—surpreende a quantos a observem, e representa um modelo, dos maiores no mundo, do esforço pertinaz e organizado do homem.

Não deixa, pois, de ser interessante, conhecer o processo de movimentação dessa formidável riqueza nacional, que é a coluna mestra da economia brasileira.

Iniciada por desbravadores que não dispunham quasi de capitais, o desenvolvimento da lavoura de café no chamado oeste paulista—e data daí, em verdade, o seu grande incremento—é um desses feitos que desmentem o tão radicado quanto falso preconceito da indolência do brasileiro.

Levando consigo a sua família e todos os seus haveres geralmente minguados, êsses homens empreendiam penosas jornadas para o sertão, em costas de animais, dormindo em pousos, quando não ao relento, e iam abrir na mata selvagem, auxiliados por camaradas que não raro angariavam no caminho, a derubada para o primeiro cafezal. Não os amedrontavam os incomodos e sacrifícios da caminhada, nem os perigos e óbices de toda a natureza, nêsse empreendimento em que punham ao par de uma coragem bravia, o esforço de uma constância rija e inquebrantável.

O grande brasileiro Santos Dumont, em seu livro "O que eu vi, o que nós veremos", conta, em evocadora pagina, a epopéia de seu pai—Dr. Henrique Dumont, nascido em Diamantina, diplomado pela Escola Central de Paris, e um dos desbravadores do sertão paulista: "Partira com minha mãe e oito filhos, então todos crianças, escreveu o glorioso dominador dos ares, para Ribeirão Preto que se achava a tres dias de viagem a cavalo da ponta dos trilhos da Mogiana, "onde trabalhou dez anos, com uma energia tão grande como a sua confiança no futuro".

Compreende-se que homens temperados nessa escola de trabalho infundissem uma grande confiança numa época em que o crédito real tinha uma organização apenas incipiente. Daí se explica êsse fato curioso na vida da lavoura cafeeira: ela se desenvolveu mercê do crédito pessoal dos fazendeiros, que obtinham de seus comissários em Santos, os adiantamentos necessários para a formação e custeio de suas fazendas. Êsses empréstimos eram feitos sem nenhuma garantia especial; nem mesmo a de títulos devidamente formalizados. Bastava, no momento, uma simples carta, confessando-os. As garantias reais só foram reclamadas, podemos dizer recentemente, com o aperfeiçoamento do aparelho financeiro, no-

tadamente o decorrente do desdobramento dos Bancos da capital, em numerosas agências pelo interior do Estado.

Em 1918, os Bancos nacionais, em São Paulo, dispunham de onze agências no interior do Estado. Em 1924 êsse número subiu a 53, para atingir a 88 agências em 1927.

O Banco do Brasil em 1918 contava 28 agências, das quais quatro ficavam no Estado de São Paulo. Em 1927 o principal estabelecimento bancário brasileiro dispõe de 70 agências, das quais 16 em nosso Estado.

A maior riqueza agrícola do Brasil é resultado, de um lado, do espirito de iniciativa e do trabalho inteligente, honesto e persistente dos paulistas, de alguns estrangeiros e de brasileiros de outros Estados; de outro lado, dos relevantísimos serviços prestados pelo comércio comissário da praça de Santos.

A figura jurídica do comissário de café enquadra-se no Título VII—Da Comissão Mercantil,—artigos 165 e seguintes, do Código Comercial Brasileiro. É, como ensina o mestre Carvalho de Mendonça, um sub-tipo do mandato.

A sua missão, de acôrdo com a lei, deveria limitar-se a receber os cafés dos comitentes, classificá-los e vendê-los, creditando nas contas de venda o preço apurado, e debitando, segundo o estilo da praça, a comissão de 3% e a verba carretos, que cobriria as despesas de reensaque, repeso, empilhagem, transportes, seguro e corretagem.

Na praça de Santos, porém, o comissário de café ultrapassou, em muito, os limites da função traçada pelo Código Comercial. Outras funções de ordem econômica, e uma caracterisadamente financeira, vieram dar, no problema do café, importância de alto relevo á classe dos comissários.

Durante longos decênios êles foram os banqueiros da lavoura cafeeira. Banqueiros "suígeris", pois, os adiantamentos feitos pelos comissários aos comitentes, eram liquidados, segundo o estilo da praça, com remessas de café á consignação, e não com dinheiro.

Além do comércio de comissão, pelo qual os comissários eram os vendedores de quasi toda a produção cafeeira, estava a seu cargo a manipulação geral do café. Efetivamente, os fazendeiros remetiam aos comissários toda a sua safra, contendo naturalmente qualidades diferentes. O comissário fazia o despejo, a liga e reensaque por tipos, não atendendo á proveniência mas somente á qualidade, afim de preparar os lotes reclamados pelo mercado.

Para cobrir o excesso de atribuições em relação ao estatuido no Código do Comércio a Associação Comercial de Santos fez registrar na Junta Comercial do Estado de São Paulo, aos 16 de junho de 1899 e 16 de julho de 1907, assentos fixando os costumes da praça de Santos sobre venda, desconto, comissão, reen-saque e carretos de café, sobre preços de sacos e adeantamentos aos comitentes.

A política do desdobramento dos Bancos de capital em agências no interior do Estado. a criação de armazens gerais, a instituição dos "warrants" e outros institutos juridicos, deslocaram das mãos dos comissários de café o papel de banqueiros dos fazendeiros.

Hoje o custeio da lavoura cafeeira é obtido em parte nos Bancos nacionais ou estrangeiros estabelecidos em São Paulo, sob garantia pessoal ou caução de títulos, com a anomalia de serem todos, exceção do Banco do Estado de São Paulo, simples Bancos de depositos e descontos, e não bancos de crédito agrícola. Algumas casas comissárias, ainda existentes em Santos, fazem adeantamentos nos moldes dantanho. O Banco do Estado de São Paulo fornece dinheiro aos fazendeiros, sob penhor de produtos agricolas ou sob primeira hipoteca das fazendas, e neste momento está fazendo aos fazendeiros adeantamentos contra conhecimentos de café, de sua exclusiva produção, até o maximo de trezentos contos, para cada

operação, juros a nove por cento ao ano, na base de sessenta mil réis por saca de café.

O reprezamento da produção cafeeira, da maneira por que é feita atualmente, depois de totalmente custeada, exige um aparelhamento financeiro diferente do adotado até aqui.

Não há duvida que nos últimos anos foi feito, no regime existente, o custeio da produção cafeeira, mas é certo que as safras foram relativamente pequenas, e os estabelecimentos bancários no Estado de São Paulo quasi todos, aumentaram, tresdobrando-os os seus capitais.

No ano corrente, porém, a grande safra que está sendo colhida vai exigir para o seu custeio soma que não ficará muito aquem de um milhão de contos de réis.

Se o Banco do Estado de São Paulo não se aparelhar melhor para satisfazer as necessidades naturais do crédito agrícola, e na projectada reforma do Banco do Brasil não fôr prevista a Carteira de Redescoto, no caso do café subsidiária, como vimos, de uma das fontes de crédito agrícola—a decorrente dos negocios bancários—é de esperar que a lavoura cafeeira venha, dentro em pouco, a sofrer, e muito injustamente, as consequências de um estatismo exagerado, que não soube provêr a economia nacional dos recursos aconselhados pela mais elementar previdência.

O café na Paraíba

ALPHEU DOMINGUES

Em 1798, o governador da capitania, Fernando Delgado Freire de Castilho, dirigiu a D. Rodrigo de Souza Coutinho, com a data de 4 de novembro, uma exposição minuciosa, descrevendo o estado das culturas de algodão e cana e referindo-se, muito perfuntoiramente, á cultura do café "ainda pouco conhecida nesta capitania por isso nada podia dizer sobre ela".

Em 1859, Beaupaire Rohan escreveu em seu relatório:—"Pelo Ministério do Imperio me foram remetidas mudas de quatro novas especies de café, a saber: Moka, Edem, Murta e Levoy.

De tres caixões que vieram, entreguei um ao major Joaquim Moreira Lima para plantar as mudas no seu sitio de Tambiá, tres mudas dei ao dr. Felizardo Toscano de Brito.

As mais mandeias-as plantar no Jardim Botânico, onde se acham muito viçosas".

Irineu Ferreira Pinto, nas Datas e Notas para a História da Paraíba, pagina 209, transcreve a "fala" do presidente Sá e Albuquerque, tratando da introdução do arado na Provincia, e diz sobre a preciosa rubiácea, o seguinte:—"A cultura do café aceita com tanto agrado pelo território de algumas Vilas da Provincia é digna de muita atenção de vossa parte e da parte do governo. A espécie cultivada na Vila de Bananeiras e em algumas outras é de excelente qualidade. Acredito que daqui a alguns anos a cultura da cana nessas Vilas será substituída, pela do café.

As despesas de transporte, avultando nos gastos da produção do açúcar que por tão baixo preço é sempre vendido no mercado desta cidade, a plantação da cana e fabrico de açúcar exigindo mais despesas, maior número de braços e mais vigorosos do que a plantação e colheita do café, a extinção do trafego que tem de tornar ainda mais raros os braços do campo, e sobretudo a aptidão e propriedade dos terrenos para cultura do café, aconselham e talvez aceleram a substituição da cana pelo café".

O presidente Araujo Lima, nomeado, em 20 de fevereiro de 1861 e empossado a 18 de maio do mesmo ano, escrevendo sobre agricultura, indústria e criação, diz entre outras coisas:—"No município de Bananeiras a colheita é variada pois que naquela localidade cuida-se no plantio do cafezeiro, do tabaco, dos grãos farináceos, raízes tuberosas, da cana de assucar, fabrico dêste e da aguardente e bem assim na criação do gado em pequena escala".

O mesmo documento diz que no município da cidade de Areia o plantio da cana de açúcar é feito em grande escala:—"a colheita do algodão é calculada em 18.000 arrobas e além dos farináceos colhe-se "porção de café".

Coriolano de Medeiros no seu Dicionário corográfico do Estado da Paraíba, escrevendo sobre o município de Bananeiras, diz:—"Em princípios do seculo passado o gaúcho Tomé Barbosa da Silva introduziu o plantio do café e atualmente (ano de 1914), produz o município mais de 60 000 sacas da preciosa rubiácea".

A despeito da escassez de elementos históricos pelos quais fosse possível e fácil percorrer-se' com todas as minudências, sobre a história do café na Paraíba desde a sua introdução no Estado até a data presente, em que uma calamidade entomológica devasta impiedosamente os poucos cafeeiros existentes, força é confessar que a introdução do café se deu na região do brejo, no seculo XVIII.

A publicação editada pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, sob o titulo "Aspectos da Economia Rural Brasileira", afirma que "há apenas 40 anos a cultura começou a tomar incremento, aumentando progressivamente".

As plantações se localizam na região do brejo, nos municípios de Bananeiras, Areia, Serraria, Alagôa Grande, Guaratiba, Alagôa Nova.

Umbuseiro e Princeza tambem cultivam café.

Nos municípios de Araruna, Campina Grande, Pedras de Fogo, Caiçara, Mamanguape e Capital existem pés de café, sem que, entretanto, sejam estes nucleos propriamente cafeeiros.

O seguinte quadro dá uma idéa aproximada da área, número de pés e produção de cada localidade.

MUNICÍPIOS	ÁREA	NO. DE PÉS	PRODUÇÃO
Bananeiras.....	2.000	7.000.000	3.000.000
Areia.....	285	1.000.000	430.000
Serraria.....	143	500.000	215.000
Alagôa Grande.....	10	30.000	12.900
Guarabira.....	3	10.000	4.300
Umbuseiro.....	277	970.000	417.000
Princeza.....	25	78.000	33.540
Caçara.....	15	52.000	22.300
Pedra de Fogo.....	9	28.000	12.000
Araruma.....	140	422.000	180.460
Mamanguape.....	8	25.000	16.700
Paraíba.....	7	8.600	8.600
Alagôa Nova.....	57	200.000	86.000
Campina Grande.....	40	140.000	60.200

Sabe-se que o clima mais propício ao café é o das regiões montanhosas dos tropicos.

Apesar disso, éle vegeta em niveis inferiores e mais proximos das costas maritimas.

Na Paraíba, as precipitações pluviometricas irregulares, de par com a variação da temperatura dão logar a uma atividade de vegetação, prejudicial ao desenvolvimento da planta.

Damos aquí os dados pluviometricos do município de Bananeiras no período de 1916 a 1920:

1916.....	919,0
1917.....	1 417,0
1918.....	645,0
1919.....	779,5
1920.....	1 110,0

Durante êsse quinquenio o total de chuvas atingiu a 2 871,3.

A temperatura de Bananeiras, maior núcleo de produção de café, oscila entre 18 e 33', conforme as localidades.

A cultura, no brejo, é feita em terras de encostas, de natureza argilosa e com um certo grau de profundidade, em alguns pontos, geralmente de côr vermelha e resultante da decomposição do gneis feldspatoide e de arenitos.

Em virtude dos accidentes de alguns terrenos, impossivel se torna o emprego de máquinas agrícolas na cultura do café.

Tratando-se de terra de mata, o preparo do terreno é feito derribando-se a mesma, queimando-a e plantando-se finalmente o café em sólo raso, com mudas provenientes de viveiros ou de velhas plantações.

Se se trata, porém, de terras exploradas a limpa á enxada constituc o preparo do terreno.

A transplantação das mudas é feita em maio.

O plantio obedece á distância de 0,88 a 2m, 20 nas linhas e 2m,60 nas praças.

Os cafezais da Paraíba, ao contrário do que se dá em S. Paulo, exigem o sombreamento.

A vassourinha, o bordão de velho, o mulungú e o cajueiro são plantas utilizadas para fazer sombra ao café.

A média termometrica no nordeste (em relação á zona do brejo), vai de 17 a 25 , e daí a necessidade de proteger as culturas com a vegetação indicada.

As limpas, feitas a enxada, atingem no máximo, ao número de duas, por ano.

A floração dá-se de outubro a dezembro; a colheita de julho a setembro.

No município de Umbuseiro, porém, a colheita é feita de setembro a dezembro.

Antes da devastação feita pelo "cerococcus", 1.000 cafeeiros produziam 25 arrobas e cada alqueire (320 litros) de café sêco produzia 96 a 104 quilos de café beneficiado.

As fazendas de café possuem terreiros para a secagem; o despulpamento não é praticado.

O beneficiamento é feito pelo sistema rotineiro, predominando o uso do pilão.

Contudo, há lavradores que dispõem de máquinas beneficiadoras.

Na sêca perde o café 60 por cento em volume.

Quando não havia notícia do aparecimento do "cerococcus" paraibensis" a quantidade de café produzida era avaliada aproximadamente em 6.000.000 de quilos.

Hoje, a produção é insignificante, havendo mesmo municípios onde não há café, nem para as necessidades do consumo.

Em 1921, surgiu a notícia do aparecimento de um terrível mal, dizimando os cafezais do município de Areia.

Comunicado o fato á Inspecção Federal do 7. Distrito, o sr. Diogenes Caldas, inspetor respectivo, agiu como lhe cumpria, dando o alarme.

O Instituto Biologico de Defesa Agrícola, do Ministério da Agricultura, encetou as pesquisas para identificar a praga, recebendo os cafezais atacados a visita dos srs. Carlos Moreira e Eugenio Rangel.

E depois disso foi anunciado que o "coccideo" responsável pela morte dos cafezais paraibanos era o "cerococcus", parahybensis, Hempei.

O sr. Diogenes Caldas pintou com as cores merecidas o quadro que se ia desenrolar, se medidas urgentes e energicas não fossem adotadas para impedir o surto progressivo do coccideo.

Foi, por isso, acioado de alarmista, tendo ocasião de escrever em documentos divulgado pelo "Diário Oficial" da República, no ano de 1924, que "para o Instituto de nada valiam cerca de 20.000.000 de cafeeiros em terrenos fracos e impróprios, mas que há muitos anos vinham, paradoxalmente, fazendo a independência econômica e financeira dos agricultores regionais".

De fato, pelo quadro infra verifica-se que a cultura cafeeira não é merecedora de abandono.

EXPORTAÇÃO

ANOS	QUILOS	VALOR OFICIAL
1915.....	679.795	167:868\$000
1916.....	121.341	69:971\$600
1917.....	44.656	35:471\$220
1918.....	37.225	34:410\$000
1919.....	674.385	761:518\$800
1920.....	45.589	48:307\$880
1921.....	158.279	144:996\$000
1922.....	303.444	417:982\$900
1923.....	562.640	1.106:847\$400
1924.....	273.195	859:452\$600
1925.....	256.079	680:295\$300

Respondendo a um inquerito feito pela Diretoria da Great Western of Brazil Railway, a mais importante rede de transporte do Nordeste, o inspetor agrícola do 7. distrito forneceu os seguintes informes acerca da estimativa de colheitas do café, no Estado:

	1922	1926
Bananeiras.....	3.600.000	840.000
Serrarias.....	540.000	70.000
Areias.....	1.630.000	40.000
Alagôa Nova.....	79.200	135.000

A estimativa mais recente do número de cafeeiros, é a seguinte:

Bananeiras.....	7.000.000	pés
Areias.....	1.000.000	"
Alagôa Grande.....	30.000	"
Guaratiba.....	10.000	"
Alagôa Nova.....	20.000	"
Capital.....	20.000	"
Umbuzeiro.....	70.000	"
Araruna.....	422.000	"
Campina Grande..	140.000	"
Princeza.....	78.000	"
Caçara.....	52.000	"
Pedras de Fogo.....	28.000	"
Maranguape.....	25.000	"
Serraria.....	500.000	"

O Instituto Biológico assim descreveu o inseto destruidor:

"O *cerococcus parahybensis*, fêmea, que é o que se encontra em maior número no estado de larva, fixa-se á planta por meio de sua longa tromba, degenera, ficando em antenas e as pernas reduzidas a rudimentos d'estes órgãos, forma-se um casúlo com os produtos de excreção do inseto, da natureza da cera e de feltro vermelho vivo que com o tempo vai desmaiando e torna-se amarelo e ouriçado de pontas, dispostas em torno do corpo e em pontas cada um, no dorso, tendo uma única abertura na parte posterior.

O casúlo tem de comprimento 2,70 a 3 milímetros e 2 a 2 de largura.

O corpo da fêmea tem de diâmetro 1,80 m/m.

A fêmea, depois de formado o casúlo que adere fortemente á planta, passa a vida encerrada n'este, localizando-se de preferência nos pontos em que a casca está mais fresca e verde, na axilla dos galhos, nas cicatrizes deixadas pelos galhos arrancados e ao longo das linhas longitudinais em que a casca se apresenta mais verde'.

Além do "*cerococcus*", appareceu o "*Pseudococcus*", "*Criptus*", "*Hempei*", localizando-se nas raízes da planta.

Relativamente á versão de que o "vermelho" só ataca os cafezais antigos, a observação de pessoas idoneas tem demonstrado que as plantas de 6 a 8 anos, mais novas, portanto, foram as primeiras atacadas, enquanto que cafezais de mais de 50 anos não foram atingidos.

Muito se tem escrito a respeito do "vermelho"; vez por outra surgem opiniões diversas sobre o modo de combater o inseto, mas, o fato é que até hoje os poderes publicos nenhuma providência adotaram para mostrar que queriam debelar um flagelo, cujas consequências danosas não é possível prevêr, tal o seu cortejo de ruínas e calamidades, não só para a Paraíba, como para o país inteiro.

Hoje é este Estado que lamenta o desaparecimento de uma das suas fontes de produção, sem ter para quem recorrer; amanhã, poderá ser a região cafeeira do sul, vítima da mesma praga, na iminência de acarretar para o país o estancamento da sua maior riqueza agrícola.

Que os paladinos da comemoração do bi-centenário do café se apercebam da desgraça que, há seis anos passados, desabou sobre os cafezais paraibanos, trazendo a ruína econômica a tantos lavradores e promovam um meio de deter a marcha progressiva dessa perigosa coccidea, preparando assim um melhor futuro aos interesses da lavoura nacional.

Não poderá haver maior homenagem ao Rei-Café, do que cuidar do mal que o está afligindo e para o qual nenhuma terapeutica foi indicada, com o proveito que era de se esperar.

Ainda é tempo de agir para, ao menos, salvar as plantações dos municípios, onde a invasão do "*cerococcus*" não se verificou.

Salvemos do café da Paraíba o pouco que resta, porque assim fazendo temos prestado um serviço ao Brasil.



O 2.º Centenário do Café

Que a dura lição do passado nos oriente nos verdadeiros destinos da lavoura cafeeira

O. F. JOPPERT

A PRECIOSA RUBIÁCEA

A comemoração, que ora se faz, da introdução das primeiras mudas ou plantações de café no Brasil há duzentos anos passados, é de todo ponto cabível e digna dos maiores aplausos, pois indubitavelmente a preciosa rubiácea teve um papel da máxima importância não só como formidável fator econômico entre nós como, também, tem sido um dos poderosos elementos que mais têm contribuído para tornar o Brasil uma grande nação.

OS PIONEIROS

Podemos tñanar-nos do nosso café; e no momento em que se comemora o 2.º Centenário da sua introdução no nosso país, é dever render homenagens á iniciativa e ao trabalho insano daqueles que, lutando contra tantas dificuldades e tropeços, conseguiram implantar e desenvolver, até á sua máxima eficiência, uma cultura tão ingrata e tão exigente de cuidados de toda ordem. Nas primeiras decadas da sua implantação, a lavoura de café não podia deixar de ser senão em muito pequena escala e pagando os seus plantadores toda ordem de tributos de experiência. E a grande lavoura pôde-se dizer que data de menos de um século a esta parte.

Todo aquele que conhece o que foi, no seu início o desbravamento das nossas terras virgens para nelas fazer crescer a inegalável rubiácea a ponto de desenvolver a sua produção ao apogeu de hoje, não pôde esquecer o serviço que se deve ao braço negro. Com efeito, é preciso remontar-se a cerca de cem anos passados para bem poder-se avaliar quão grande foi o esforço daqueles que foram os pioneiros de tão ingrata quão difícil cultura. Quem vê atualmente as lavouras formidáveis de café no território paulista e limítrofes, não pôde imaginar quão mais ingrato foi abrir as primitivas lavouras nos territórios fluminense, mineiro e norte paulista em terrenos muito mais acidentados; e só mesmo a resistência do negro poderia enfrentar e vencer tantas dificuldades. E o espírito de tenacidade do agricultor diante de uma planta sujeita a mil cuidados e que só chega á plena produção depois de sete anos de cultivo?

E as colheitas, e o transporte do grão feitos naquelas terras alcantiladas para, em seguida, ser levado o café até aos engenhos de beneficiamento e terreiros de séca, por caminhos e estradas de custosa conservação nas estações chuvosas?

O BRAÇO ESCRAVO

Sómente com o braço escravo disciplinado e vigoroso, se poderia conseguir implantar definitivamente a cultura do café em nosso país. A cultura da cana e do algodão que também foram desenvolvidos pelo trabalho negro, quer na America do Norte e Central, nas Antilhas e no norte do Brasil, não demandava tão grande esforço, por se tratar de plantas que se reproduzem todos os anos.

E' verdade que a grande cultura do café só teve logar depois que se estabeleceu a grande corrente imigratória italiana para S. Paulo, mas nem por isso se pôde negar o esforço, a tenacidade, a constância dos desbravadores das terras fluminenses, mineiros e norte-paulistas, onde se iniciaram as primitivas plantações e que arcaram com as dificuldades, pagando duro tributo de experiência no início dessa cultura.

PRIMEIRAS LAVOURAS

Como é bem natural, os primeiros plantadores procuraram desenvolver as suas lavouras em pontos mais proximos da cidade do Rio, que devia ser o centro do negócio do café e bem assim o porto de exportação do mesmo para o estrangeiro. Daí o início das lavouras na baixada fluminense mais proxima á nossa, cidade e que pouco a pouco foram galgando todo o sopé da Serra do Mar, desde a serra da Estrela até a do Cubatão, alcançando a bacia do Paraíba, onde durante anos ela floresceu, dando logar á formação de não pequeno número de fortunas. Nesses tempos que precederam á construção da Estrada de Ferro de Mauá á Raiz da Serra, por iniciativa do grande visconde de Mauá, e em seguida á construção da Estrada de Ferro de Pedro II, já na segunda metade do século passado, todo o transporte do café e de cereais produzidos quer na baixada fluminense, quer na serra, foram transportados ás costas de burros até os portos de embarque, cerca de nove, ao fundo da bacia do Rio, ou por pequenos rios e canais que se comunicavam com a mesma bacia e por onde pequenas embarcações os transportavam ao mercado do Rio. Estrela, Pilar, Merity, Pavuna, Iguassú, Porto das Caixas, Mangaratiba, etc., tinham, então, grande movimento comercial e bem assim outras povoações e vilas como S. João Marcos, Itaguaí, etc., e estavam ligados entre si por boas estradas e não pequeno número de pequenos canais navegáveis que muito facilitavam o transporte de toda a produção de

café, cereais, etc., da vastíssima zona. Com a construção das duas estradas de ferro acima citadas, todas essas localidades começaram a delinhar e a perder a sua importância comercial, ao ponto de chegar ao que hoje são, isto é, quasi abandonadas ou em completa decadência, constituindo isso verdadeira anomalia, pois semelhante zona nunca deveria ter sido abandonada pelos poderes públicos, devendo ter continuado a ser sempre um celeiro de produção de inumeros gêneros para a nossa Capital.

VERDADEIRAMENTE TRISTE

E' verdadeiramente triste percorrer atualmente toda aquela zona, outrora rica e prospera e hoje completamente morta e minada por toda sorte de endêmias, que fizeram desertar dali a maioria de sua população, depois de ter causado grande número de vítimas. Ao passar por aquelas estradas quasi abandonadas, não raro se depara com enormes casarões arruinados, outrora solar dos Breves e outras famílias cujos chefes eram verdadeiros potentados, verdadeiros senhores feudais, possuindo centenas e mesmo milhares de escravos, e em cujas propriedades, além dos produtos do sólo, prosperava e crescia grande quantidade de gado e de outros animais, bem como se fabricava grande número de objetos de uso doméstico. A' proporção que a Estrada de Ferro Pedro II ia penetrando pela bacia do rio Paraíba, depois de ter galgado a Serra do Mar, o progresso da baixada ia diminuindo e sendo substituído pela das grandes lavouras e fazendas que se iam criando em todos os municípios atravessados pela nova via ferrea.

Data dessa época o período aureo da grande prosperidade dos municípios de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Paty, Cantagalo e outros, prosperidade que foi se dilatando pelos municípios mineiros como Juiz de Fóra, tornando-se cada vez mais vasta a área coberta pelos cafezais.

ANTIGOS SENHORES

Quasi todas as pequenas cidades e vilas dessa vasta zona prosperaram enormemente tornando-se centros de movimento comercial e embelezadas por esplendidos palacetes construídos pelos fazendeiros ricos do município, os quais timbravam em ter residências senhoriais nessas cidades, além das confortáveis casas que possuíam na sede das suas fazendas ou estabelecimentos agrícolas.

Algumas dessas cidades do interior fluminense tornaram-se conhecidas em todo o país pelo núcleo de homens de grande valor que ali residiam e que, possuidores de boas fortunas, colocavam-se sempre á frente de iniciativas patrióticas em benefício da comunidade; sobretudo durante o longo período da guerra do Paraguai muito fizeram êles directa ou indirectamente, auxiliando por todos os meios a seu alcance os governos de então.

E entre essas cidades, uma das que mais se distinguiram foi a de Vassouras, solar da im-

portante e numerosa familia Teixeira Leite, cuja principal figura era o barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, varão de altas virtudes civicas e privadas, cujo nome é até hoje muito reverenciado em toda aquela zona.

Não será exagero afirmar-se que os homens de Vassouras, entre os quais não deve ser esquecido o nome do grande patriota dr. Caetano Furquim d'Almeida, genro do barão de Vassouras, foram os que mais trabalharam para que fosse levada a efeito a construção da Estrada de Ferro Pedro II, tendo em certo momento se cotizado afim de mandar vir dos Estados Unidos um grupo de técnicos, que fizeram os primeiros estudos de locação de uma linha galgando a Serra do Mar; e encontrando com capitais para a organização da Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II, pouco depois encampada pelo governo imperial. E a atuação do dr. Caetano Furquim não era só em Vassouras, pois, como chefe de uma das mais fortes casas de comissões de café do Rio e nome muito acatado e de grande influência nos meios comerciais de então, êle collocára-se á frente de todas as iniciativas, sobretudo as referentes á criação de novas linhas ferreas, tendo sido dos que mais fizeram pela criação das estradas de ferro Leopoldina, Minas e Rio, Porto Alegre e Uruguaiana e muitos outros empreendimentos de utilidade pública.

Nos anos que precederam á campanha abolicionista, muitas fazendas de café tinham evoluído para melhor, introduzindo maquinismos modernos e novos metodos de trabalho a ponto de serem apontadas algumas delas como estabelecimentos modelares até por estrangeiros distintos que as visitavam.

ABOLICIONISTAS IMPENITENTES

Em muitas dessas fazendas, máu grado todos os apôdos dos abolicionistas impenitentes e doutrinários de certa imprensa desta Capital, o escravo já não era tratado como um simples automato de trabalho, mas sim cercado de cuidados e até de carinhos, recolhendo-se, quando doentes, a enfermarias higiênicas, e havendo mesmo escolas primarias para as crianças, filhos dos escravos, dirigidas por filhas dos fazendeiros.

Em algumas dessas fazendas havia até bandas de musica cujos figurantes eram escravos ou libertos e que nos domingos e dias de festas muito divertiam todo o pessoal de trabalho e da familia do fazendeiro. No solar da illustre familia dos Clementes Pinto, condes de Nova Friburgo e de S. Clemente, em Cantagalo, o Imperador mais de uma vez foi recebido ao som do hino nacional tocado por guapa banda de musica perfeitamente uniformisada e adestrada.

OS COMISSÁRIOS DE CAFÉ

A engrenagem de crédito aos fazendeiros estava estabelecida em bases solidas, por intermedio dos chamados Comissários de Café que, por seu turno, gosavam de grande crédito bancário.

Até a data da Abolição, cerca de uma duzia de fortes casas de comissões, representavam a lavoura de café na praça do Rio, movimentando grandes capitais, efetuando a venda de todo o café proveniente das províncias do Rio e de Minas e de uma parte do norte de S. Paulo, convergindo para Santos os cafés do interior paulista, que então começava o seu grande movimento de produção. Os chefes dessas casas comissárias eram todos figuras muito conhecidas na praça, muito relacionados com os bancos e todos os outros ramos de negocios e até em contato muito frequente com o governo imperial, pois além de sua missão de negociantes eram os zeladores junto do mesmo governo de tudo quanto dizia respeito á produção e propaganda do café.

O "CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO DE CAFÉ"

Nos últimos anos que precederam á abolição uma importante associação de classe o "Centro da Lavoura e Comércio de Café", tendo á sua frente homens e grande valor e experiência como o barão de Araujo Maia, barão de Araujo Ferraz, barão de Quartim, comendadores Ramalho Ortigão, Eduardo de Lemos, Valverde de Miranda, Melo Franco, Hermano Joppert e outros, muito fez em favor da propaganda de nosso café, promovendo exposições em diversas cidades européas, duas entre elas na Russia.

BOM TEMPO...

Durante o Imperio, em que a cultura do café era feita pelo braço escravo, não havendo salários a pagar, o dinheiro quasi não circulava no Interior, pois mesmo nas cidades e centros povoados as ordens dos fazendeiros sacadas contra os seus comissários eram recebidas como dinheiro e passavam por diversas mãos como se fosse moeda corrente, com simples "transfere-se" antes de chegar aos seus destinatários.

Daf resultavam diversas vantagens, como a das transações feitas com muito menor soma em moeda circulante: além disso, não havia quasi dinheiro "em viagem", como acontece atualmente, em que há sempre fortes somas a serem transportadas de um logar para outro, a enormes distâncias, o que representa peso morto na circulação.

E' verdade que já temos bancos ou agências bancarias em quasi todas as cidades ou centros povoados do interior, o que em parte remove o inconveniente acima, ainda que entre essas agências e suas matrizes haja tambem sempre fortes somas viajando.

O CRÉDITO ATUAL

Sem dúvida, a engrenagem de crédito entre o interior e os grandes centros comerciais tem melhorado bastante nêstes últimos anos; mas ainda assim está muito longe do que deverá ser até que o crédito agrícola seja uma reali-

dade. O crédito em geral e o crédito agrícola em especial ainda são coisas embrionárias no Brasil.

ANALFABETISMO

Junte-se a isso o nosso analfabetismo que faz com que a grande massa nem tenha noção do que é o crédito, e por outro lado o nosso systema bancário atual de verdadeiro arrôcho devido ás taxas altas de juros, e pôde-se avaliar com que dificuldades a lavoura de café tem que lutar.

NO TEMPO DO IMPERIO

Com todas essas imperfeições e atrasos a lavoura de café era no tempo do Imperio uma instituição organizada sob bases aceitáveis, e nos últimos anos que precederam a campanha abolicionista existiam em muitas das antigas províncias não pequeno número de estabelecimentos agrícolas verdadeiramente modelares, cujos novos proprietarios já muito tinham evoluído, não só nos processos agrícolas como tambem no modo de tratar os seus escravos.

A ABOLIÇÃO

A Abolição do modo por que foi levada a efeito, a par de seu lado sentimental e altruístico, foi ao mesmo tempo e por assim dizer um salto no desconhecido, e trazendo avultados prejuizos apesar da asseveração em contrario da parte dos doutrinários e idealistas, a maioria dos quais nada perdeu porque nada tinha que perder, passando á historia com a fama de evangelisadores. O que é positivo é que milhares de novos libertos morreram em consequencia direta ou indireta da Lei Aurea. Avesos, como sempre fomos, ás estatísticas, nunca se soube ao certo quanto se perdeu de valores com a passagem brusca do regime da escravidão para o da abolição incondicional; isso, por um lado, e por outro, os propagandistas e executores da dita Lei Aurea, apesar de todo seu sentimentalismo, nunca souberam, ao certo, quantos libertos morreram em consequência da passagem brusca de um regime para outro sem estarmos preparados para tal e sem que tivéssemos adotado medidas preventivas para evitar o abandono das fazendas pelos novos libertos.

O ALCOOLISMO

O alcoolismo, com todas as suas maleficas consequências, foi um dos males que maior número de vítimas ocasionára e se o exôdo das fazendas não foi maior logo no primeiro ano que succedeu á lei 13 de maio, foi devido a ter sido êsse ano de grande colheita de café a preços razoáveis, o que fez com que os libertos permanecessem, muitos dêles, nas fazendas para efetuar a colheita, mediante salário. Nos anos, porém, que se succederam, a desorganização do trabalho agrícola foi geral, resultando graves prejuizos para os lavradores além do que já tinham com a libertação dos escravos sem qualquer espécie de compensação.

Em resumo, a Abolição poderia ter sido levada a efeito com menores perdas para o fazendeiro e também para o próprio negro, se tivesse havido maior calma e providência na sua execução.

Como consequência da lei do menor esforço, que até hoje ainda prevalece entre nós, o novo liberto ou nada fazia ou fazia o menos possível e em muitos casos entregava-se ao alcoolismo e muitos d'êles morreram nos povoados mais proximos das fazendas ou mesmo nas estradas.

SE O IMPERIO NÃO CAÍSSE...

Se o Imperio tivesse continuado, conforme era plano do visconde de Ouro preto, o govêrno teria tomado medidas de compensação indirectas (criação do credito agrícola) em favor da lavoura, acobertando-a da crise aguda que sobreveiu, mas o novo regime, absorvido com coisas muito mais importantes (sic) não deu ao caso a atenção que o mesmo exigia, e daí a ruína da grande maioria dos fazendeiros de café e a crise profunda em todo o comércio de comissões de café que tinha todos os seus capitais envolvidos na lavoura—crise essa que se refletiu sobre o comércio de todo o país.

LEI DOS "FATOS CONSUMADOS"

E verificou-se a *lei dos fatos consumados*, muito praticada entre nós até hoje (pois nunca apareceram nem são punidos os responsáveis pelos grandes erros ou crimes) e a qual, traduzida em linguagem popular, dá a fórmula: "quem perdeu... perdeu... e quem morreu... morreu... continuando tudo como d'antes no... quartel d'Abrantes!!"

A CORRENTE IMIGRATÓRIA

A cultura do café em larga escala só teve logar com a intensificação da corrente imigratoria italiana para S. Paulo, depois que se verificou a grande efficácia das chamadas *terras roxas* do oeste para o plantio da famosa rubiácea.

O rabiçador destas linhas esteve nessa época no município de Ribeirão Preto, onde os audaciosos yankees da cultura do café, Dumont e Schmidt (interessante coincidência de ser um francês e o outro alemão) intensificavam as suas plantações em extensissimas fazendas, abertas havia pouco; tendo occasião de verificar "de visu" a faina de trabalho e o entusiasmo dos trabalhadores pela produção daquella terra de riqueza excepcional e que tanto deveria contribuir para o desenvolvimento e estupenda prosperidade do Estado de S. Paulo

A noticia da elevada remuneração do trabalho agrícola, em S. Paulo, espalhou-se rapidamente, de sorte que êsse Estado tornou-se dentro em pouco um dos maiores centros de atração de imigrantes em todo o mundo. A produção do café, em S. Paulo, apesar das crises de preços e de outros tropeços, foi sempre aumentando a ponto de chegar ao que hoje

é, de cerda de 14 milhões de sacos por ano, sendo que, no ano corrente, a colheita deve ir além de 20 milhões.

OS ITALIANOS EM SÃO PAULO

A entrada em massa de italianos em São Paulo trouxe tambem o desenvolvimento de outras culturas, pois todo o colono italiano que abria lavouras de café, plantava de per-meio cereais, etc., á espera que os cafezais chegassem ao periodo de produção.

E muitos dos primitivos colonos são hoje importantes fazendeiros, pois é muito comum que o italiano empregue as suas primeiras economias na compra de terrenos em que vai abrir novas lavouras, transformando-se, assim, o Estado de S. Paulo num centro de policultura, pois o cultivo do algodão, do arroz, etc., já é feito em larga escala em muitos municípios.

O ALGODÃO

A plantação do algodão, ali, em larga escala, não só permite que a sua grande indústria de tecidos se utilize exclusivamente de fibra produzida no Estado, como já tem sido exportado em anos em que os preços são compensadores, sendo o Estado de S. Paulo, nos últimos anos, o de maior produção de algodão do Brasil. E essa produção em larga escala, do algodão, já tem servido de compensador na balança econômica, nos anos em que a produção do café é mais fraca.

O que acontece, porém, com o algodão, é que quando há grande baixa de preços para uma colheita, muitos dos seus produtores, ou não o replantam para o ano seguinte, ou o fazem em menor escala. Com o café, porém, não se pôde fazer o mesmo, pois é indispensável tratar sempre da arvore, quer o ano seja de preços baixos quer de pequena colheita, pois o cafezal que deixa de ter o trato conveniente, ressen-te-se fatalmente e é por consequente um capital que se desvaloriza.

A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Um outro fator que também tem concorrido para o estupendo desenvolvimento das plantações do café, é o aumento, sempre crescente, que tem tido o seu consumo nos Estados Unidos, sobretudo depois que entrou em vigor ali a lei conhecida por "dry law" que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todo o territorio norte-americano.

Em muitos casos, o café entrou ali como sucedâneo do alcool, e daí o aumento sempre crescente do seu consumo.

Se estivessemos aparelhados para fazer uma propaganda em regra, do nosso café, divulgando os processos de prepará-lo (pois em geral o que ali se bebe não passa de uma tisana), cada vez seria maior o seu consumo, quer nos Estados Unidos, quer na Europa. E atualmente, pôde-se dizer, quasi nada se poderia fazer de util nos Estados Unidos em relação á propaganda do café, a não ser de acôrdo

com os poderosos "roasters" (firmas fortíssimas de torradores), que de certo não permitiriam que fossemos perturbar a poderosa engrenagem de venda do café a varejo por todo aquele país, e em que elles ganham sômas fabulosas por ano.

DISCURSOS

Infelizmente, neste assunto, como em tudo mais, falamos e doutrinamos mais do que agimos, além dos erros que já temos cometido em relação aos sacrifícios feitos. Tem-se tentado varios planos de valorização, uns com resultados relativos e outros quasi desastrosos. Como sempre succede entre nós, tem havido em alguns casos orientação falha no programa e noutras falta de continuidade na execução do mesmo.

O próprio Instituto de Defesa Permanente do Café, com o seu grandioso e espetaculoso programa, já tem passado por transformações, sendo que ultimamente se tornou uma reparação pública, obedecendo exclusivamente á orientação do govêrno estadual.

A FALÊNCIA DOS ARMAZENS "REGULADORES"

A criação dos formidáveis armazens "reguladores", em diversos pontos do interior do Estado, para metodizar a entrada do café em Santos, á razão de trinta mil sacas por dia, e a qual, na sua essência, foi uma idéa que mereceu aplausos, já se acha, por assim dizer, burlada em alguns dos seus pontos, sendo que, até hoje não se sabe, ao certo, como tem sido empregado o produto do empréstimo de dez milhões de dolares contraído pelo govêrno de S. Paulo, para o fim especial de pôr em execução o plano de valorização, sendo, entretanto, certo que o produto se acha sobrecarregado de mais um imposto de dois mil réis, ouro, por saca, afim de garantir os juros e amortizações desse empréstimo, imposto esse muito oneroso para o produtor.

UM FATOR DE ORDEM MORAL

Não há ninguém que não esteja convencido de que a metodização da entrada do café em Santos e Rio afim de não pesar diretamente sobre os estoques, é uma medida de utilidade para manutenção das cotações do café mas não será nunca uma medida de utilidade absoluta, pois, hoje, com a grande facilidade de comunicações telegráficas e radiotelegráficas, os fatores morais também influem nas cotações dos gêneros e artigos de toda ordem e, por conseguinte, se as estatísticas das existências de café nos armazens reguladores podem perfeitamente e de modo geral atuar sobre as cotações do café, torna-se indispensável que haja fiscalização rigorosa dessas existências sob pena de redundar num elemento de perturbação das mesmas cotações. E nesse caso o fator moral será a maxima seriedade e exatidão nas estatísticas da existência dos cafés depositados nos armazens.

UMA TIRANIA

Outro fator para a boa regularidade do funcionamento desses armazens, será a mais rigorosa observância do principio de prioridade nas expedições ou saídas dos cafés desses armazens para Santos, pois do contrário o lavrador que não fôr recomendado ou não tiver bons empenhos junto ás direções desses armazens, terá os seus cafés retidos e retardados ali, com grave prejuizo para o seu movimento de crédito comercial, o que redundará numa verdadeira tirania.

EXTORSÃO E ABSURDO

Todo esse complicado plano de valorização por meio de um instituto oficial e á revelia do lavrador, tem além disso redundado em aumento cada vez maior das despesas a onerar o café, despesas essas que já tocam ás raías da extorsão e do absurdo.

Cada saco de café se acha onerado na média e conforme a distância de que procede, até chegar a ser embarcada em Santos, em cerca de 30\$000 por saca (fretes, impostos, taxas de doca e embarque), não incluindo, já se vê, nesse cômputo, o custo de produção, nem os juros altos pagos pelos fazendeiros (que não têm capitais disponíveis) sobre dinheiros adeantados para custeio das lavouras, colheita, beneficiamento, sacas, etc., despesas essas que, como se sabe, são formidáveis.

Aos preços e cotações atuais, em 33 e 34 mil réis por arroba, ainda poderá haver um lucro para o produtor, mas se as cotações baixarem de 30\$000 já deverá dar prejuizo.

E essa hipótese de baixa de cotações não é nada improvavel (já houve baixa de 38 para 33 mil réis depois que o novo govêrno entrou em exercicio) bastando para tal que haja pequena baixa de preços nos Estados Unidos quando estiver confirmada a previsão de uma colheita de 22 milhões de sacas, e isso sem falar no aumento sempre contínuo de produção na America Central, na Venezuela e, sobretudo, na Colombia, onde grandes capitais norte-americanos estão intensificando a produção do café, de modo o mais pratico e inteligente.

RETENÇÃO INCONDICIONAL

A retenção do café nos armazens reguladores é uma medida inaceitável para a maioria dos leigos em materia econômica, pois em tése não é mais do que tolher ao produtor do café, de fazer dêle o que bem entender; e no terreno juridico é mesmo inconstitucional, tanto assim que já tem sido dado, por juizes competentes, a manutenção de posse a fazendeiros do Estado do Rio que não querem se submeter ao acôrdo feito entre o govêrno desse Estado e o de São Paulo, limitando os embarques de café. Se os govêrnos estaduais que fizeram o acôrdo entre si para limitar os despachos do café, do interior para os pontos de embarque, pudessem comprar aos fazendeiros os seus cafés á proporção que fossem chegando aos armazens reguladores, pelas cotações do dia, a coisa seria aceitável.

RETENÇÃO DESPOTICA

Mas guardar ou reter cafés de terceiros durante meses, sem lhes garantir um preço de venda a uma cotação fixada de antemão, é uma medida despótica em toda linha e altamente lesiva ao produtor, pois obriga-o a lançar mão do crédito, a juros elevadíssimos, para o seu custeio, tanto mais quanto essa engrenagem montada para limitar a safra do café, nem ao menos pode impedir as oscilações de 4 a 5 mil réis em arroba nas cotações do café, como tem acontecido desde que o novo plano se acha em execução. Como se vê, o problema da retenção ou limitação de despachos de café, é muitíssimo complexo, e dada a instabilidade das nossas coisas, a ninguém é dado prever a que consequências nos poderá levar esse programa de retenção sem o devido aparelhamento compensador para a lavoura de café.

Uma vez comprovado pelos fatos que os Estados coligados pelo acôrdo não podem impedir oscilações de preço de 4, 5 mil réis em arroba, quem responderá pelos prejuizos que terá o lavrador que, podendo ter vendido o seu café por 38, vá depois obter apenas 33 mil réis, quando lhe couber a vez de ter o seu café despachado dos tais armazens?

Os partidários do acôrdo dirão em resposta que o contrario poderá também acontecer, isto é, que as cotações poderão melhorar de 4 ou 5 mil réis durante o tempo em que o café esteve retido, e então terão os produtores, em vigor a lei das compensações. Mas tal compensação em alguns casos nem cobrirá a importância dos juros altos que o fazendeiro terá que pagar por awarrantagem do seu café em deposito, ou sobre capital tomado emprestado por qualquer outra forma. Dêsse regime difatorial o que resultará e o que já está acontecendo, isto é, o fazendeiro que estiver prevenido por necessidade de dinheiro terá de vender o seu café na propria fazenda a um comprador qualquer, por preço muito abaixo da cotação ficando esse sujeito ao regime do armazem regulador. Como quer que seja a perspectiva resultante da situação criada pela limitação da safra de café, a continuar semelhante regimen despótico, redundará em um verdadeiro desanimo para quem pretender abrir lavouras novas de café e se entrará em um periodo de estacionamento de produção, pois ninguém irá embarcar novos capitais na lavoura de café para ter todos os seus movimentos e a sua vida econômica cercada ou governada despoticamente por uma instituição official que lhe põe a faca aos peitos, sem dar-lhes garantias compensadoras.

OUTROS ÓBICES

Dois outros fatores prejudiciais ao café atuam contra o mesmo, sobretudo em São Paulo; o primeiro é o custo cada vez maior de sua produção, não só devido á elevação de salarios, preços de maquinismos, especialmente as taxas lançadas sobre o mesmo, as quais não

poderão ser reduzidas ou suprimidas visto já terem sido dadas em garantia de empréstimos externos de valorização; e o outro é de serem as novas lavouras abertas em terras cada vez mais distantes do porto de Santos, o que contribuirá para o aumento dos fretes de transporte, fazendo crescer as despesas até o dito porto.

Além disso, torna-se indispensável o proporcional aparelhamento das estradas de ferro, afim de que possam dar vasão ou escoamento rapido aos cafés que cada vez serão cultivados em pontos mais afastados do porto maritimo sendo necessario a construção de novos ramais e bem assim a duplicação de todas as linhas-tronco, sem o que, dentro de algum tempo, os transportes de tão grandes massas de café, de distâncias tão grandes, não se poderá fazer com a devida regularidade.

O PLANO SOROCABANA-SANTOS

O plano do novo govêrno de S. Paulo de levar a estrada Sorocabana a Santos o mais depressa possível é digna dos maiores elogios e poderá corrigir muitos dos inconvenientes de transportes quando há acúmulo de serviço por ocasião das grandes colheitas. Realmente, foi de uma incuria sem nome que esse plano não tivesse sido posto em execução há 20 anos atraz pois desde 1901 que existem estudos feitos nesse sentido. Apesar do aparelhamento modelar das estradas, S. Paulo Railway, da Paulista e da Mogiana a experiência tem, fartamente demonstrado quais os inconvenientes de ficar todo o movimento formidável entre Santos-S. Paulo dependendo exclusivamente das linhas da serra da mesma S Paulo Railway. Basta dizer que a linha-tronco da Sorocabana, ligada á Santos, poderá transportar, em tráfego mutuo com todas as estradas de bitola de 1 metro (Mogiana Noroeste, etc.) do interior do Estado e sem as morosas e dispendiosas baldeações, seguramente metade das cargas transportadas atualmente pela S. Paulo Railway.

VANTAGENS GERAIS

As vantagens da realização dêsse plano do novo govêrno será de um grande alcance para todo movimento econômico do Estado de São Paulo. Está, pois, de parabens o novo presidente por essa grandiosa iniciativa. O que resta saber é onde irá êle buscar os recursos para tão importante obra, pois o produto do grande emprestimo externo lançado para a Sorocabana, e destinado ás obras de duplicação da linha-tronco a partir de S. Paulo e a avultada quantia destinada a monumental estação dessa estrada em S. Paulo, já devem estar quasi esgotada.

SUPLÍCIO DE TANTALO

E essa questão de capital e crédito continúa sempre de pé, pois, apesar de tantos empréstimos que já oneram as nossas finanças, quer federais, quer estaduais, quer municipais, e de termos conseguido desenvolver tanto a nossa

produção, sobretudo a do café, que no ano corrente tóca ao do fantástico; isto é, apesar dessa formidável riqueza que é o café, atualmente, estamos sempre pobres e desaparelhados do crédito que nos seria necessário. E a prova aí está patente pois, apesar da máquina montada para regularizar a saída do café, e dispondo de uma safra colossal, nada podemos fazer, em absoluto, para fixar o preço do nosso produto. E daí a anomalia para não dizer o absurdo, da nossa situação atual: fomos buscar emprestados 10 milhões de dolares aos norte-americanos, para criar essa engrenagem da Defesa do Café, e continuamos a vendê-lo pelos preços que êles nos impõem.

EMPENHADOS

Somos os maiores produtores de café do mundo, e os americanos os seus maiores consumidores; não obstante, os "roasters" e importadores de café de Nova York são por assim dizer, quem nos dita o preço do artigo de que êles são os maiores consumidores e que já é quasi considerado, alí, como genero de primeira necessidade; porque nós os maiores produtores e fornecedores, não temos o verdadeiro aparelho de resistencia, mas tudo ou quasi tudo lhes

empenhamos com os empréstimos contraidos. E tudo isso devido aos erros da nossa organização econômica e financeira e á política de delapidação dos dinheiros públicos em coisas muitas delas improduttivas, ou de méra encenação.

HOMENAGENS

Ao entrarmos, porém, no terceiro seculo da introdução do café no Brasil, não podemos deixar de render homenagens ao trabalho hercúleo daqueles que tanto fizeram pelo desenvolvimento da sua produção nos últimos 50 anos.

Sem dúvida, o que os agricultores de café têm feito, sobretudo, em S. Paulo para enfrentar as crises e alternativas por que tem passado o precioso grão, é uma verdadeira campanha titânica e digna de verdadeira ufanía para o espirito de iniciativa dos brasileiros. Agora, o que nos resta é fazer votos para que, daqui por diante, tomando como base a dura lição do passado, se entre na verdadeira orientação que há de trazer a completa e definitiva valorização dos formidáveis capitais invertidos na lavouira do café, no Brasil.

Ainda estamos longe de atingir essa meta; mas, com verdadeiro criterio e patriotismo, ella não será inatingível.

Mecanismo no comércio de café no Rio de Janeiro

Alguns dados estatísticos e a intervenção do Instituto de Defesa Permanente, de S. Paulo no sentido da valorização das safras

FRANK G. IRWIN

O PORTO DO RIO

O porto do Rio de Janeiro é o segundo dos maiores portos exportadores de café do mundo, recebendo anualmente do interior mais de 3.000.000 de sacos. A média, desde 1890, tem sido de 3.183.720 sacos. A presente safra, de julho de 1927 a 30 de junho de 1928, está calculada em 5.750.000 sacas, a maior de que há memória.

O Rio de Janeiro é porto de saída dos cafés cultivados nos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

A estimativa da contribuição destes Estados, é a seguinte:

Rio de Janeiro.....	1.250.000
Minas Gerais.....	3.750.000
Espírito Santo.....	750.000
	5.750.000

O Estado de Minas Gerais é o maior produtor, no Distrito do Rio; sua presente safra é calculada em 5.700.000 sacas; entretanto, parte desta safra é exportada por outros portos, a saber:

Via Rio de Janeiro.....	3.750.000
Via Santos.....	1.750.000
Via Vitória.....	200.000
	5.700.000

A produção do Estado do Espírito Santo, para a presente safra, é calculada em mais ou menos, 2.000.000 dos quais 1.200.000 sacas serão exportados pelo porto de Vitória e o saldo pelo porto do Rio de Janeiro.

AÇÃO DO INSTITUTO DE DEFESA PERMANENTE DO CAFÉ

Afim de evitar que esta enorme safra cause uma baixa desastrosa nos preços, o Instituto de Defesa Permanente do Café, de São Paulo, convocou uma assembléa dos representantes de todos os Estados produtores de café, que chegaram a um acôrdo pelo qual se comprometeram a limitar as entradas nos portos, de maneira que sómente a quantidade suficiente para suprir as necessidades será permitida entrar. Estas limitações são baseadas nos embarques. Por exemplo, no mez de junho, os embarques do Porto do Rio de Janeiro foram de 284.935 sacas, por conseguinte as entradas em julho foram limitadas a esta quantidade ou 11.400 sacas para cada dia útil (25 dias).

O Instituto pensa que, por êste metodo poderá regular a procura e oferta e, desta maneira, estabilisar os preços.

AÇÃO DO CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ

Na cidade do Rio de Janeiro há cerca de 50 exportadores, que se congregam diariamente, das 9 ás 11 horas, no Centro do Comércio de Café, onde os comissários expõem as amostras dos cafés que receberam do interior. Os exportadores fazem as compras de café por estas amostras. Todos os negocios de café, no Rio, são feitos na base de pagamento á vista, sendo as compras pagas no mesmo dia em que forem efetuadas. O exportador, no ato do pagamento, recebe uma ordem de entrega, que é apresentada ao armazem do comissário, juntamente com a quantidade suficiente de sacos vários para cobrir a compra. O café é, então, mudado da sacaria do comissario para a sacaria do exportador, que o transporta para seus armazens. Aí, começam os serviços de separação, classificação e ensaque do café em sacaria nova para o embarque. Quando o café é comprado do comissário, a compra é feita em lotes corridos com amostras de 1 a 1.000 sacos. Estes lotes contêm 10 ou mais tipos e qualidade diferentes.

Afim de ser exportado, êste café tem de ser repassado nas maquinas pelos exportadores e ensacado em lotes uniformes de 125 sacos, no minimo, cada saco contendo 60 quilos liquidos. Por isso, muito trabalho tem que ser feito pelos exportadores antes de seus cafés ficarem prontos para o embarque.

A NOSSA EXPORTAÇÃO

A Europa é o maior mercado consumidor de café do Rio de Janeiro.

Exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro, durante a safra de 1925/1926:

	SACAS
America do Norte.....	904.143
Africa.....	219.089
Chile.....	45.622
Rio da Prata.....	258.408
Asia.....	325
Portos brasileiros.....	121.137
Cuba.....	1.450
TOTAL.....	3.638.260

Os maiores mercados individuais importadores dos cafés do Rio de Janeiro, são:

Trieste.....	491.000
New Orleans.....	424.000
Nova York.....	397.000
Havre.....	320.000
Marselles.....	293.000
Buenos Aires.....	242.000

Sul da Africa.....	218.000
Stockolmo.....	216.000
Genova.....	189.000
Hamburgo.....	162.000
Amsterdam.....	114.000
Rotterdam.....	104.000

O restante dos mercados consumidores importam quantidade inferior a 100.000 sacas.



O café na Italia

ALCINO DOS SANTOS SILVA

Pela estatística das entradas de café na Italia, pelo porto de Genova, que damos abaixo, verifica-se que o crescendo extraordinário que se nota nessas cifras que, em 1886, eram de 3.384.497 quilos, subindo ou melhor, triplicando-se em 1906 e elevando-se a 42.390.800 quilos em 1916, numeros doze vezes maiores do que os apresentados em 1886 e quatro vezes superiores aos de 1906, para alcançar 44.474.400 quilos, em 1923, e descer a 36 milhões 065.100 quilos, em 1926, baixas amplamente justificadas pela difficil situação economica da Italia onde a população, pelas energicas medidas governamentais, foi obrigada a severas medidas de restrições, vêm demonstrar o grande e lisonjeiro desenvolvimento do consumo do café neste país. Infelizmente o excessivo vigor das tarifas aduaneiras, que sobrecarregam este produto de onus, importando no seu encarecimento quando oferecido á venda, prejudicam francamente o seu maior consumo. Tal fato, já era observado em 1849, quando o nosso consul geral nesta cidade, já afirmava: "sobre o assucar, café e cacao que se introduzem nestes regios Estados, gravita indistinctamente segundo a actual tarifa, hum direito de Ln. 35 por kmas., do primeiro: Ln. 70, pelas do segundo, e Ln. 50, do terceiro, de sorte que tanto paga o assucar do Brasil como o de Havana; o café Rio, como o Moca, Levante, Portorico, etc., e o cacão do Maranhão he tratado a par do Caracas e Ilhas. Como os ditos nossos generos são, infelizmente, muito mais inferiores em qualidade, se segue que, unindo-se á sua inferioridade hum imposto, que excedendo quasi sempre a metade do seu valor, muitas vezes o iguala ou ultrapassa, os nossos cafés, são aquí invendíveis para o consumo, tornando-se a dita tarifa quasi uma lei de proibição relativamente a este artigo...". No que respeita a inferioridade dos nossos produtos, 12 anos depois, em 1861, o consul que substituiu o aludido funcionário, melhorou a apreciação do seu predecessor, quanto ao café, cuja importação, dizia, "vem aumentando, não obstante ter por competidor o de Porto Rico e mais portos das Antilhas; porém, o nosso café é muito estimado e preferido na parte central da Italia e, quasi exclusivo, na meridional: creio que a importação deste genero ha de aumentar sempre mais, porque a 1.ª qualidade —"lavado"—é julgada pelos inteligentes ser

superior aos seus competidores". Na Italia, como nos ensinam os algarismos já citados, o café é consumido em alta escala, muito depois das refeições, quente, e ainda em grande quantidade—durante o dia, como refresco "café frappé", como sorvetes de café e leite "panera" e de muitas outras e variadas fórmulas, mais tendo augmentado o seu consumo depois da guerra, pelo hábito adotado nas trincheiras, nos quartéis e acampamentos de amiude servir-se aos soldados o café quente. Isso vem, ainda uma vez, provar que a única propaganda eficaz deste produto é a da degustação a baixo preço, nos meios operários e populosos dos grandes centros, utilizando-se para esse fim, as maquinas modernas ditas "Expresso" aquecidas a alcool ou petroleo e colocadas sobre rodas de modo a serem facilmente transportadas a qualquer logar. O café brasileiro tem poucos competidores de outras origens, sendo elles os da America Central, em quantidade, relativamente, pequenas. O seu maior e mais perigoso concorrente é a chicoria. Tambem os melaços e outras drogas que a elle se juntam, misturas que são hoje permitidas e, mesmo, aconselhadas, muito prejudicam o seu maior desenvolvimento, ao mesmo tempo que viciam o paladar do consumidor, que acaba de des acostumando do verdadeiro e excelente gosto do café puro.

ENTRADAS DE CAFÉ, NA ITALIA, PELO PORTO DE GENOVA

ANOS	QUANTIDADE EM QUILOS
1886.	3.854.496
1891.	6.494.107
1896.	6.906.635
1901.	8.327.016
1906.	10.029.675
1911.	18.657.400
1914.	20.508.400
1915.	28.010.200
1916.	42.390.800
1921.	42.429.600
1922.	41.034.300
1923.	44.474.400
1924.	42.276.400
1925.	36.065.100
1926.	35.394.100

Aspectos constitucionais da legislação sobre o café

“As leis patrias atinentes á defesa do café têm produzido, e continuarão a produzir ainda, efeitos desastrosos, porque a confecção não presidiu efectivamente nenhum criterio científico e sim o mais vesânico e temerario espirito de aventura”.

PEDRO BAPTISTA MARTINS

PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DE UTILIDADE E JUSTIÇA

A utilidade e a justiça são os dois princípios consultivos tanto da ordem puramente moral como do sistema civil e social. Estes princípios, se bem que correlativos, são perfeitamente distintos, porque o primeiro serve para conservar a vida e para facilitar o desenvolvimento das faculdades, a aquisição de conhecimentos, o exercicio das indústrias, o incremento das empresas, ao passo que o princípio absoluto da justiça não presuppõe outra finalidade senão a justiça mesma.

As leis, portanto que não são um méro produto da razão pura, mas que têm a sua realidade orgânica e biológica, nascendo, vivendo e desaparecendo de acôrdo com o espírito e com as necessidades de um determinado povo, em época determinada, se inspiram invariável e simultaneamente naqueles preceitos, há, vendo apenas predominância de um dêles, consoante a natureza do ato que se pretende definir e regular.

E' de necessidade, pois, que o legislador se acautele, não confundindo os dois princípios fundamentais e não pretendendo sobrecolocar o criterio da justiça ao da utilidade, ou vice-versa, o que constituiria um grave erro de sistema capaz de produzir consequências lamentáveis:

“Ma l'utilità sociale che deriva dalla pratica del preceiti del giusto, si dimostra l'armonia prestabilita di tutti le leggi che sieno dalla vera e generale utilità dettate, ovvero da giustizia ispirate, se dimostra l'accordo di tutte le parti concorrenti e stabilire l'ordine universale, non togliere, non cancella l'intrinseca differenza che distingue il principio dal consenso universale degli uomini. Confondere l'uno coll'altro, sottoporre i dettami evidenti della giustizia al criterio spesso fallace dell'utilità é um errore gravissimo di sistema che puo condurre a conseguenze perniciose, funeste”. (1).

As leis patrias atinentes á defesa do café têm produzido, e continuarão a produzir ainda, efeitos desastrosos, porque a sua confecção

não presidiu efetivamente nenhum criterio científico e sim o mais vesânico e temerario espirito de aventura.

O serviço da defesa e valorização do café, esteve, a princípio, confiado ao poder legislativo da União, que votou a lei n.º 4.548, de 19 de Junho de 1922, criando o Instituto de Defesa Permanente do Café. Por ela se facultava ao govêrno a adoção de certas medidas acauteladoras, sem, todavia, se autorizar a imposição de limites á exportação ou a cerceamento da livre circulação interna. O govêrno poderia, para evitar o desequilíbrio económico consequente ao exagêro da oferta, adquirir a quantidade de café que reputasse necessária, subtraindo-a temporariamente ao mercado, sem transferir ao produtor o onus da sua retenção.

MEIOS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO

Fonte primordial da nossa riqueza, como produto que mais influe em nossa balança comercial, era natural e obvio que os govêrnos não deixassem o café ao desamparo, entregue exclusivamente aos azares da fortuna, procurando regular a sua exportação em harmonia com as leis económicas da oferta e da procura.

Concorrer aos mercados internos para adquirirlo do exportador ou directamente do produtor, com o intuito de subtrair a exportação imediata aquela quantidade de café que as conveniências do momento aconselhassem, era, de certo, obra de vulto perfeitamente defensavel, já do ponto de vista político-administrativo, já em relação ao seu aspecto constitucional. Isso pela consideração de que a outorga de um poder feita pelo povo ao Congresso deve ser interpretada com largueza. São de Bryce estas observações:

“Le peuple peut bien être avare dans la délégation de pouvoirs á ces agents mais out doit presumer, quand il concède des pouvoirs, qu'il les concède avec confiance dans l'intelligence de ses agents, leur laissant toute liberté d'user de tels ou tels moyens pour arriver au but désiré qui est nécessaire pour assurer le succès”.

"Le Congres, qui ne peut pas faire un pas hors du cercle d'action a lui tracé par la Constitution, peut, dans ce cercle, choisir tous moyens qu'il juge bons pour exercer ses pouvoirs; dans son choix des moyens, il' nest soumis á aucune verification de la part de cours dans leur fonction d'interprete, parce que le peuple a fait ses representants les seules juges, et les juges definitifs, du mode d'emploi des pouvoirs concedés par lui" (2).

Marshall, o mais eminente dos constitucionalistas americanos, doutrinando sobre os poderes do governo, sustentava a sua limitação, sem deixar de reconhecer, entretanto, que a constituição deve dar á legislatura nacional certa latitude em relação aos meios pelos quais se executarão os poderes a ela conferidos, permitindo-lhe assim cumprir, de maneira mais proveitosa, os altos deveres que lhe são atribuídos. Desde que o objetivo seja legítimo e caiba na órbita da Constituição, todos os meios apropriados, adaptáveis ao fim colimado, não defesos, mas conformes á letra e ao espirito da lei básica, são constitucionais (3).

Em verdade, a Constituição Federal de 24 de Fevereiro, em seu art. 34, n.º 5, atribuiu privativamente ao Congresso Nacional a faculdade de—regular o commercio internacional. A lei em apreço, limitando-se a regular a exportação, pelos meios indicados, não podia justificadamente, sofrer nenhuma arguição de inconstitucionalidade e, ao mesmo tempo, consultava os princípios cardiais da utilidade e da justiça.

A RETENÇÃO NAS ESTAÇÕES DE ORIGEM

Sobreveiu logo, porém, a lei orçamentaria n.º 4.783, de 31 de Dezembro de 1923, onde se adotaram bases inteiramente novas para o serviço de defesa e valorização do café. Esta lei, criando uma taxa de viação, na importância de oitocentos réis, cometia ainda o absurdo de regular a entrada do produto nos portos e mercados e de limitar o seu transporte, forçando por esse meio a retenção nas estações de origem. Mediante acôrdo com as estradas de ferro, o governo fixou a quota de embarque para todos os mercados do interior.

A lei n.º 4.868 conferiu finalmente, ao governo a faculdade de reter no país até cinco por cento do café destinado á exportação, comprando-o, para esse fim, ao exportador ou diretamente ao produtor. Foi ela que transferiu ao Estado de S. Paulo a responsabilidade da defesa permanente do café, afastando-a da União Federal.

O Estado de S. Paulo votou logo a lei n.º 2.004, de 19 de Dezembro de 1924, regulamentada por decreto de 14 de Fevereiro de 1925, adotando novamente o sistema da limitação dos transportes, inaugurado pela citada lei orçamentaria de 31 de Dezembro de 1923. Durou pouco o seu imperio, pois em 30 de Dezembro de 1925, promulgou-se a de n.º 2.122, re-

gulamentada pelo decreto n.º 4.031, de 22 de março de 1926, que se ateve á modificação do Instituto de Defesa Permanente do Café imprimindo-lhe um cunho inteiramente official.

O sistema da retenção do produto nas estações de origem, mediante a imitação dos transportes, sem uma prévia mobilização de aparelhos bancários, destinados a operarem sobre o café acumulado nos armazens reguladores, produziria necessariamente, na economia dos lavradores, irreparável desequilíbrio, determinado por essa vesga e lamentável política de experiencia e aventuras.

O commercio, na hodierna concepção juridica, pressupõe a coexistência de certos requisitos indeclinaveis, entre os quais se distinguem os da—liberdade, celeridade e crédito, que este sistema proscreveu violentamente.

A capacidade comercial, como é pacífico, tem uma latitude muito mais assinalada que a civil, precisamente pela consideração de não serem as restrições compatíveis com o exercicio da actividade mercantil. O comerciante, cuja liberdade de comprar e revender, estivesse condicionada a circunstâncias estranhas á sua vontade, não poderia atender evidentemente ás imperiosas necessidades de seu estabelecimento, porque as suas operações ficariam sujeitas ao controle de um poder, que lhes acarretaria, de frequente a perda da oportunidade de lucrarem. Para conseguir-se essa oportunidade, faz-se necessaria uma grande presteza de ação, sendo, pois, a celeridade um pressuposto da industria comercial.

Dela já se disse que multiplica o capital, restituindo-o em breves intervalos: aumenta os proveitos, e realiza os meios de corresponder á insofrida impaciência do crédito. A legislação commercial se inspira em grande parte na consideração desta nova fórma de utilitas, isto é, na celeridade.

Resulta daí que sem o requisito da liberdade, commercial, que o sistema da limitação de transportes veiu confiscar sumariamente, não póde haver celeridade nas transações. Sem o attributo da celeridade não se logrará manter e fomentar o crédito, que é a suprema utilidade do commercio.

Mais incisiva é, sem dúvida, a crítica de Paulo de Lacerda:

"Entretanto, pareceu melhor aos organizadores do Instituto abandonar o antigo sistema de compra para adotar, o de limitação de transportes, muito mais complicado e dispendioso,

"Entretanto, pareceu melhor aos organizadores do Instituto abandonar o antigo sistema de compra para adotar o de limitação dos transportes, muito mais complicado e dispendioso, e até ofensivo ao próprio genero, requerendo maiores cautelas para evitar entre outros escolhos, a quebra do produto que se manifesta pela diminuição do peso, ou seu derrame que dá enorme varredura a prejuizo dos donos da mercadoria, e notadamente a desigualdade economica consequente á desigualdade relativa ao escoamento do genero entre

as diferentes regiões do Estado e do país, e mesmo entre produtores e comerciantes.

Etivamente, relegado o sistema de compra e aceito o de limitação de transportes, impoz-se desde logo a necessidade da regularização das entradas de café nos portos e mercados, e isso mesmo reconheceu a lei federal n.º 4.783, de 1923, que o iniciou, concebendo-o como *regularização das entradas de café nos portos e mercados, pela limitação dos transportes*. Para que se conseguisse o fim da melhoria da oferta e a sua relativa estabilidade, cumpria evitar o acúmulo do genero a demandar saída para o estrangeiro: cumpria, portanto *regularizar as entradas nos portos e mercados*, e nêsse intuito empregar o meio material da *limitação dos transportes* das respectivas fontes produtoras ás praças de venda, exportação e consumo. Mas, a limitação de transportes, ás cegas, seria um desastre, redundaria num regime de balburdia e favoritismo incompatível com o princípio de liberdade de comércio, de igualdade perante a lei, conciliavel com a mesma ordem social. Por isso, a regularização das entradas houve logo de ser entendida no seu duplo e forçado aspeto—o da regularização para o produtor e comerciante expedidor—e o da regularização para o mercado de exportação e consumo, mas principalmente para aquele" (4)

INCONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE LIMITAÇÃO DOS TRANSPORTES

Todos os constitucionalistas, sem excepção, acórdam em reconhecer uma forte presunção de constitucionalidade, em favor dos atos legislativos. Sempre, portanto, que alguma dúvida ocorrer a respeito da validade do ato, deve o interprete opinar por ela, pois a inconstitucionalidade só excepcionalmente deve ser decretada pelo Poder Judiciário, quando ressaltada da exagêsse de uma maneira evidente, clara e inofismável. Êsses princípios indispensáveis á harmonia e independência dos poderes impõem ao judiciário o dever de tributar o máximo respeito aos atos dos outros órgãos da soberania, não os invalidando senão quando atentem flagrantemente contra o espírito e a letra da Constituição. Essas considerações levaram Cooley a sustentar que se deve presumir a favor da validade de uma lei, até que se prove de maneira irrefutável a violação do estatuto fundamental (5).

E Black adverte que quando se puder interpretar um estatuto diversamente, de duas maneiras, deve preferir-se aquella que conclue pela sua validade: "Hence, if a statute is fairly susceptible of two interpretations, one of which would make it transcend the boundaries of legislative competence, and the other would make it valid, the latter interpretation is to be adopted" (6).

A' vista dessas prudentes e sábias advertências, não nos era licito concluir pela inconstitucionalidade das leis que instituíram o regi-

me da retenção do café nas estações de origem, mediante a limitação dos transportes, sómente pela razão de que elas violam a liberdade de comércio e encerram absurdos de ordem econômica verdadeiramente apocalípticos. "A inconstitucionalidade não pôde decorrer só dos motivos da lei. Se o paramento agiu por motivos reprovados ou incompatíveis com o espírito do Código, supremo, porém, a lei não é, do texto, contrária ao estatuto básico o Tribunal abstem-se de a condenar" (7).

Entretanto, sem embargo dessas considerações, a lei n.º 4.783 de Dezembro de 1923, não se pôde eximir á merecida arguição de inconstitucionalidade, porque escapava á competência do poder federal a faculdade de regular o comércio nacional, por força da disposição do artigo 34, n.º 5 da Constituinte de 24 de Fevereiro de 1891:

Art. 34—Compete privativamente ao Congresso Nacional.

5)—Regular o comércio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Distrito Federal, alfandegar portos, criar ou suprimir entrepostos:

Essa lei federal, para defender o produto, utilizou-se de meios que importavam em regular não o comércio internacional ou o dos Estados entre si, mas o próprio comércio interno, usurpando assim atribuições que eram privativas dos Estados, no consenso de mestres eminentes. Da expressão—"entre si"—Barbalho conclue "que o comércio interior, o que se opera dentro dos limites de um Estado, fica sob a exclusiva alçada dêsse Estado, o qual é livre de regula-lo como mais conveniente for aos seus interesses, poder que lhe ficou reservado com o grande número de outros a que se refere, o art. 65, parágrafo 2.º (8).

Nem lhe fôra licito opinar por outra forma, atenta a doutrina corrente de que a União só tem os poderes que lhe são expressa ou implicitamente conferidos pela lei básica. Os demais a que a Constituição se refere só pode ser legitimamente exercidos pelos Estados.

Paulo de Lacerda foi quem se deteve a analisar, casuisticamente, a inconstitucionalidade da lei em exame, apontando-lhe os vícios insãgneis nessa crítica irrefutável:

"Deveras, a mencionada lei federal adotou, como base da defesa do produto a regularização das entradas nos portos e mercados; e, como meio para tal regularização, a limitação dos transportes.

Pois bem, assim, se não tratava propriamente de regular o comércio internacional, no sentido de conseguir preço mais compensador e mais estável.

Embora o fim mirado fosse a defesa de um produto de exportação no que concerne ao preço, o sistema empregado para atingi-lo não visava o ato de exportação em si próprio, não tinha carater algum internacional. E' obvio que a regulariza-

ção das entradas de café nos portos e mercados, efetuada mediante a limitação dos transportes, consistia na maior ou menor detenção da mercadoria, segundo as conveniências de sustentar o fenômeno econômico da oferta pelo aumento ou diminuição do volume do genero; detenção essa cujo instrumento principal é a manobra dos transportes notadamente ferroviários, limitando-os mais ou menos fortemente de acôrdo com a deliberação de diminuir ou aumentar o volume do genero a se lançar nos portos e mercados. E os entrepostos reguladores não são outra coisa mais do que estações obrigatórias na rede dos transportes e, pois, elementos importantes do sistema da limitação.

Também se não tratava de regular o comércio dos Estados entre si. É certo que alguma porção da mercadoria passa de um Estado a outro da Federação, em demanda dos portos e mercados. Mas, não foi esse comércio que se regulou; em disposição alguma da referida lei se cogitou de tal assunto" (9).

Apenas discordamos de Paulo de Lacerda na parte em que sustenta que a lei federal n.º 4.868, que transferiu ao Estado de S. Paulo o serviço da defesa permanente do café, sanou, então, mas *ex nunc*, o defeito de inconstitucionalidade que o afetava.

Não sanou. Ou antes, sanou apenas em relação ao Estado de S. Paulo. Com referência aos outros estados interessados no comércio do café ainda mais se agravou a anomalia, porque o Estado de S. Paulo é que legislava e legisla ainda para elles, regulando de fato o seu comércio interior, quando tal atribuição era privativa de suas respectivas legislaturas.

Além disso, sendo o poder de regular o comércio interior privativo dos Estados, a União, necessariamente, carecia dessa atribuição, e assim ao transferi-lo, transferiu um poder que não existia.

Essa delegação, portanto é visceralmente nula, como ato do poder incompetente. *Nullus est major defectus quam defectus potestatis*.

Rui Barbosa, com a força incoercível da sua lógica professava que delegação "é transferência de poderes. Poderes, que não existem, não podem transferir-se. O poder é uma propriedade de ação. Onde não reside a propriedade, não ha possibilidade de transmiti-la. *Nemo plus juris ad alium transferre potest, quam ipse habet*. O ato delegatório é nulo, por ausência, no delegante da faculdade que se delega" (10).

A despeito de haver a Constituição revista de 7 de Setembro de 1926, adjudicado ao texto do art. 34, n.º 5 a expressão—*e interior*—ampliando des arte a competência privativa da União Federal, não mais se devolveu aos seus cuidados, como era de mister, o serviço da defesa e proteção do café. Pela reforma constitucio-

nal a União tornou-se, *privativamente*, competente para regular o comércio interior.

Conferir á União uma competência privativa importa em atribuir uma faculdade exclusiva, sem a concorrência das jurisdições estaduais: "Há pois a jurisdição exclusiva da União, constante dos poderes que lhe ficam conferidos *privativamente* ha a jurisdição cumulativa ou *concorrente* (11).

Como, portanto, admitir-se que continue a operar seus efeitos, depois da reforma constitucional, a delegação de um poder hoje privativo do Congresso Nacional".

Como os nossos, os doutrinadores americanos têm sufragado o princípio da indelegabilidade de poderes:

"One of the settled maxims in constitutional law is, that the power conferred upon the legislature to make laws cannot be delegated by that department to any other body or authority".

E á mesma pagina segue-se a exposição das razões deste princípio:

"The power to whose judgment, wisdom and patriotism this high prerogative has been intrusted, cannot relieve itself of the responsibility by choosing other agencies upon which the power shall be desolved, nor can it substitute the judgement, wisdom and patriotism of any other body for those to which alone the people have seen fit to confide this sovereign trust" (12).

Vitoriosa a doutrina de que o Legislativo da União não póde delegar suas atribuições ao Executivo Federal senão excepcionalmente em casos taxativamente previstos na lei fundamental, *a fortiori*, se deve concluir pela indelegabilidade de poderes de um órgão da soberania nacional a um mero poder estadual, que não se acha no mesmo gráo de hierarquia, tendo um raio de atuação incontestavelmente mais acanhado.

Em face das razões expostas, não será temerario aq ue parece concluir-se pela inconstitucionalidade de toda a legislação sobre o café, a partir da lei federal n.º 4.783, de 31 de Dezembro de 1923, inclusive porque:

a)—O Congresso Nacional regulou o comércio interno dos Estados num regime constitucional em que essa atribuição era privativa dos Congressos Estaduais; (art. 65 parágrafo 2, da Constituição de 24 de Fevereiro);

b)—O Congresso Nacional delegou ao do Estado de S. Paulo um poder que ainda não lhe havia sido constitucionalmente atribuído:

c)—Não obstante haver a Constituição revista atribuído, mais tarde, privativamente, ao Congresso Nacional, a faculdade de regular o comércio interior, o Estado de S. Paulo continuou com a responsabilidade do (serviço da defesa permanente do café, não o devolvendo a União, como lhe cumpria.

CONCLUSÃO

Bryce, o celebre constitucionalista americano, recomendava aos exaetetas, como precipuo, o uso desse sistema: diante de um ato do Executivo ou de uma lei votada pelo Legislativo o primeiro e indeclinavel dever do intérprete é verificar se o Executivo e o Legislativo têm poderes para a pratica daquele ato ou para a imposição daquela norma.

O Congresso Nacional ao regular o comércio interno do café, impondo-lhe uma retenção á outrance, usurpou atribuições privativas das legislaturas estaduais e delegou-as, em seguida, ao Estado de S. Paulo.

Esse ato abusivo e abertamente inconstitucional feriu de morte a lavoura de café. Os lavradores, embaraçados seriamente na teia dos compromissos anteriores, viram-se na contingencia de procurar intermediários que lhes comprassem por qualquer preço, o produto desmoralizado.

A bolsa dos intermediários, porém, se retraiu, alarmada com razão ante a possibilidade de graves prejuizos decorrentes da prolongada espera e êles, ou recusavam deliberadamente a mercadoria oferecida, ou só a adquiriam por cotações despresíveis.

Resultou daí que o café armazenado no interior não representava de fato um valor circulante e fixo, mas apenas uma vaga expectativa de riqueza monetariamente apreciável.

As execuções, falências e concursos creditórios que se prendiam, por um nexu indissolúvel de causalidade, ao regime da limitação dos transportes, afogaram a lavoura e o comércio no desespero e no pânico.

Felizmente, um movimento instintivo de defesa já se anuncia e o Instituto ao que consta perderá em breve espaço de tempo, a sua feição burocrática de engrenagem oficial.

Mas, até que a lavoura convalesça, quem há de reparar os agravos, desforrar as humilhações e resarcir as perdas sofridas e consumadas?

A escolha do sítio para café

“A VANGUARDA ABENÇOADA DA NOSSA CIVILIZAÇÃO É CONSTITUÍDA PELAS MÃOS E A INTELIGÊNCIA DE MUITOS QUE NÃO SABEM LER—PORQUE NÃO LHE ENSINARAM...”

DIAS MARTINS

A ESCOLHA DO SÍTIO

O meio pelo qual o nosso agricultor das regiões cafeeira escolhe através das florestas, em plena mata virgem dos nossos sertões, o terreno, o lugar, o sítio, no qual vai plantar café para *fabricar* aí, como êle diz tão expressivamente, o futuro *sítio* ou *fazenda* de café, merece bem ser conhecido, maximé na festa do cafeeiro, na qual, queiram ou não queiram os *sabios*, o primeiro lugar, o lugar mais alto e distinto cabe a inteligência prática e paciente, á mão calosa e diligente, ao braço possante e forte da gente que *formou* e está *formando* os cafezais do Brasil, através das matas a desbravar, das *geadas* destruidoras das plantações e das grandes distâncias, e gente que sob a forma de *trabalhador de roça*, de *vilante* e de *fazendeiro*, representa na sua humildade tão valiosa de fabricante do nosso pão quotidiano, a *vanguarda* abençoada da nossa verdadeira civilização, que é a portadora do *bem estar para todos*, e feita até com as mãos e a inteligência de muitos que nem sabem ler, porque não lhes ensinaram, mas, entretanto sabem ser uteis ao progresso e á grandeza do Brasil, derrubando a mata virgem no sertão deserto, queimando-o, e furando depois o solo combusto com milhões de milhões de pequeninas *covas*, dentro das quais vai ser feita a plantação do cafeeiro, á custa de qual são criadas, academias e academias, e nenhum meio prático, viável, de ensinar o *abc*, mesmo dentro de qualquer rancho ou barracão, principalmente o *abc* da vida prática, aos que, de tão pobres, nem pôdem frequentar a escola, ou quando muito só podem fazê-lo durante um ou dois anos.

A “VESTIMENTA” DAS TERRAS

—E como é feita aqui no Sul, nas regiões cafeeira, a escolha do *sítio para café*?

—Pela *vestimenta* das terras a cultivar, pela vegetação dos logares cujos terrenos tenham altura suficiente para evitar o aparecimento das *geadas*, e que as vezes apesar disso, destroem queimando em horas milhares e milhares de cafeeiros novos, que estavam sendo *formados*.

E esse critério prático da *escolha do sítio* pela *vestimenta* das terras reflete bem a inteligência da nossa gente, e mais do que isso, reflete o *bom senso* do nosso agricultor, tão desconhecido dos nossos *sabios*, cuja sabedoria está dentro dos livros e dos relatórios, mas não dentro das necessidades das nossas plantações e dos nossos rebanhos, das nossas colheitas e mercados da despesa e da receita do nosso tra-

balho agrícola, feito para ganhar dinheiro com a melhor segurança e facilidade.

E' pois deante de uma mata, de uma floresta, cuja cor verde *azulada de longe*, como diz o *caipira* paulista, quando avista de além, cobrindo os *espigões*, e mata na qual o agricultor encontra certas plantas, principalmente arvores grandes, chamadas *páu d'alho*, *figueira branca*, *peroba*, *jequitibá*, *cabriuva*, *jangada brava*, etc., ou arbustos como o *jaborandi pintado* e outros; é deante portanto, de uma mata contendo tais plantas que os braços de tres homens não pôdem abarcar, que o nosso agricultor faz com tanto acerto e *escolha do sítio* para café, orientado pela vegetação dessas plantas, cobrindo com tanto viço e esplendor de verdura a nudez das terras, e que por isso mesmo êle chama *vestimenta*; havendo a *vestimenta* da terra boa representada por essa vegetação e a *vestimenta* da terra ruim, representada por vegetação bem diferente no seu conjunto e no tamanho, na forma e na cor das plantas que a constituem.

E a cada uma dessas arvores, a cada uma dessas plantas de terra boa êle chama *padrão de terra boa*, como chama *padrão de terra ruim*, a cada uma das plantas da terra ruim, tais como a *pindaíba*, a *massaranduba*, a *navalha de mico*, etc.

O ÍNDICE INFALÍVEL DA FERTILIDADE DAS TERRAS

—Mas, porque é que a escolha assim feita pelo nosso agricultor é o melhor modo, o *meio mais seguro* de escolher o sítio para café?

—Porque a planta é o melhor aparelho biológico, o melhor instrumento científico para informar com indicações práticas utilitárias sobre a fertilidade da terra, na qual ela está vivendo, anos e anos; porquanto, por meio das folhas em contáto immediato com o ar, a atmosfera, ela reflete a quantidade de luz e calor, de humidade e electricidade, etc., de que ela dispõe para a fabricação das colheitas, e por meio das raizes entrando pelo solo a dentro, e como farejando alimento em redor de cada grãosinho de terra, ela reflete a quantidade de agua, de saes minerais, e de ar, etc., que estão dentro do solo a sua disposição, para sob a forma de *selva bruta*, ela entrega-los ás folhas, afim de serem fabricadas as florestas e mais tarde as colheitas por exemplo, de café e algodão, de cana e arroz, de mandioca e feijão, de frutas e forragens, etc., produzidas pelas plantações feitas depois da *derrubada* e *queimada* das matas.

A EXPERIÊNCIA DO NOSSO AGRICULTOR

—E como o nosso agricultor aprendeu a fazer assim, com tanta segurança a escolha de sítio para café?

—Pelo saber de *experiência feita*, adquirido através de gerações e gerações de agricultores experimentados e concretizados nos *padrões* de terra boa e terra ruim, e na excelência das plantas aí cultivadas, o cafeeiro á frente, crescendo magnificamente, depois das *derrubadas* e *queimadas*, ao lado dos grandes tócos e enormes troncos, combustos de *páu d'alto* ou *figueira branca* de *peroba* ou *jequitibá*, de *cedro* ou *vabriuca*, etc., atravancando o solo, e sôbre os quais crescem, então os cafezais aí plantados produzindo sempre colheitas ótimas, e colheitas que vão ás vezes, até depois do cafeeiro chegar aos 50 anos.

—E porque nos terrenos onde vivem bem as *perobas* e *jequitibás* os *páu d'alto* e as *figueiras brancas*, etc., o cafeeiro dá-se bem, crescendo exuberantemente e produzindo boas colheitas?

—Porque essas plantas êsses *padrões* de terra boa para o cafeeiro exigem do solo e da atmosfera dos logares ou regiões onde são elas encontradas, condições físicas, químicas e biológicas semelhante ás do cafeeiro, de modo que, por isso mesmo, dentro das terras *vestidas* com essa vegetação opulenta e na atmosfera que as envolve, há também, implicitamente, um conjunto de condições físicas, químicas e biológicas fornecendo meios abundantes para o cafeeiro viver bem e desenvolver-se tão magnificamente como a *vestimenta* dessas terras, e produzir colheitas ótimas durante muitos e muitos anos.

E dois competentes no assunto, Dafert e Laliere, conhecedores do valor prático dêste critério, do nosso agricultor para a *escolha do sítio* de café dizem:—“que as melhores terras são aquelas onde cresce o *páu d'alto*, planta que tem as mesmas exigências do cafeeiro e como êle muito sensível a *geada* e exigindo solo profundo”.

COMO SE CONHECE UM BOM SÍTIO

Além da boa qualidade das terras e respectiva altura, que em São Paulo regula, em boa parte mais ou menos uma média de 600 metros, outros pontos também importantes são considerados para a escolha de um bom sítio, tais como:— a *salubridade* dos logares, visível, principalmente nos brejos e águas dormentes e *leitosas*; a boa água *potável*, e a água abundante para *tocar o monjolo* e o moinho de *fazer jubá*, e movimentar futuramente os maquinismos de beneficiar as colheitas de café o *barro de telha* e *ti-jolo* para as futuras construções da casa de morada e mais numerosas dependências do *sítio* ou da *fazenda*:—e, finalmente a *face* ou *orientação* das terras de café para um dos quatro pontos cardeais da terra, sendo em S. Paulo no geral, a melhor face *para os cafezais*, a das terras voltadas para o Norte, a *face Norte*, da qual recebem êles menos ventania e principal-

mente muito mais sol, e os cafeeiros por isso produzem mais café, pois o valor das colheitas é proporcional á quantidade de luz solar recebida pelas plantas cultivadas; e é por isso mesmo que dias de nevoas, dias nublados, representam prejuizos para o agricultor cujas plantações, por falta de sol, por falta de mais calor e luminosidade, trabalharão menos na elaboração das colheitas, que por causa disso serão menores.

E êste fato, tão eloquente na sua utilidade prática, evidencia que o modo pelo qual a natureza fez as terras e os céus do Brasil não pôde ser igualmente o mesmo das terras e céus dos outros países; banalidade, dirão; porém que ressalta quasi diariamente da ignorância em que vivemos do *que é nosso*, ao ponto de apregoarmos numa erudição balofa e até em estabelecimento oficiais, e de ensino profissional, que: *as terras do Brasil são pobres de cal!*

E essa afirmativa é feita pelo fáto de considerar-se que a quantidade de cal existente nas terras do Brasil deve ser a mesma das terras européas, o que é absurdo, considerando as necessidades da natureza em cada recanto do mundo. Crova, estudando a quantidade de calor solar recebido durante um ano por um centimetro quadrado de solo, demonstrou que ao passo que em Montpellier, França, um centimetro quadrado do solo recebe durante um ano, em média, 67.000 calorías, nas regiões equatoriais êle recebe, em média, durante o mesmo tempo, 129.000 calorías ou sejam mais 62.000 calorías; e as terras do Brasil estão situadas em grande parte nas regiões equatoriais. É evidente, pois, que a constituição dos solos e atmosfera das regiões não pôde ser igualmente a mesma, e por isso variam muito naturalmente as condições físicas, químicas e biológicas de uma região á outra, ou mesmo de um país a outro país.

E é por isso que, ouvindo ou tendo opiniões muito respeitáveis e illustres sobre a nossa agricultura, mas de homens desconhecedores do *nosso meio*, costumamos dizer que felizmente para os nossos homens de bom senso muito antes de tal modo de pensar está—*a opinião da planta cultivada ou do animal explorado dentro do bolso do dono.*

AS “DERRUBADAS”

Escolhido o sitio e nêle o terreno para ser feita a plantação do cafeeiro, vem o trabalho da *derrubada*, que consta da *roçada*, cortando com a foice os cipós e as arvores de troncos finos, de modo a ficar em pé somente as grandes arvores de troncos enormes, que o machado vai depois *derrubar* da sua grande altura, havendo troncos tão grossos e tão grandes que o *derrubador* ou *machadeiro* leva ás vezes um dia para corta-los fazendo-os cair, então, num estrondo formidável, arrastando consigo, num turbilhão de galhos quebrados, arvores menores arrancadas assim violentamente do solo entrelaçadas com os gigantes que tombam depois de tanto beneficiarem a *vida* de todos no mundo, e ás vezes por mais de um seculo, fabrican-

do ar puro para os animais poderem viver e a madeira para construção das casas.

Depois de algum tempo, estando sêca a mata derrubada, vem a *queimada*, pois só o fogo, apesar da choradeira dos *sabios*, torna possível a utilização do solo, iniciada então com a *coveação*, isto é, a abertura de pequeninas *cóvas*, previamente *alinhadas*, e distantes uma das outras em todos os sentidos, cerca de 18 palmos ou de 4 metros, nas boas plantações, e *cóvas* dentro das quais são atiradas então 4 a 5 sementes de *café em coco*, escolhidas entre as melhores dos melhores cafeeiros de uma plantação.

NAS "RUAS DE CAFÉ"

Nos largos intervalos das *cóvas*, separando-as paralelamente, e chamadas *ruas de café*, é feita a plantação de milho e feijão e outras mais, produzindo alimento abundante e em grande quantidade para o agricultor e seus auxiliares, bem como para os animais de trabalho e de criar, e que não são poucos.

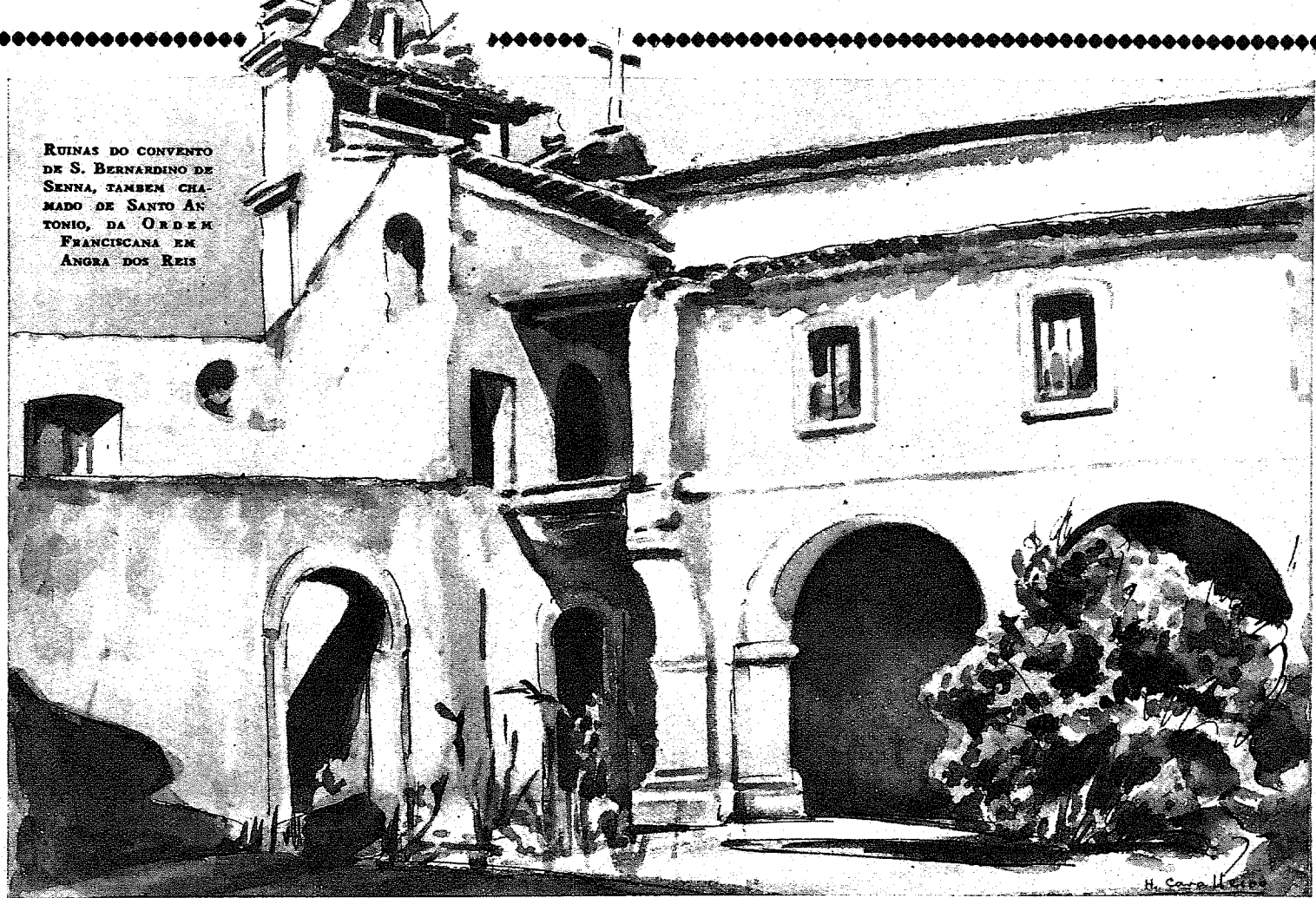
A's vezes, só na criação de porcos engordados com o milho das *ruas de café*, o *silitante* faz mu-

to dinheiro, pois vai vender nos povoados distantes leguas e leguas, através de longos caminhos desertos e penosos, *varas* e *varas* de porcos ou *porcadas*, como são chamados os grandes magotes de suínos que êle então vai *locando* lentamente pelas estradas á fóra, e que também representam uma das boas colheitas do sítio que êle escolheu com tanto acêrto.

E só depois do 5º ano de vida do cafeeiro bem *formado*, cobrindo em linhas retas e equidistantes os *espigões* ou elevações do terreno cultivado, é que as colheitas começam a compensar pouco a pouco as despesas feitas pelo agricultor, porque então o sítio ou fazenda de café já estão *feitos*, já estão *fabricados*, e de cada uma dessas fábricas de café começa a sair dinheiro para todos e para tudo, pois foi justamente dentro de cada uma delas que foi *fabricada* a planta, o fator econômico dentro do qual está a maior capacidade de trabalho da nossa gente, e que tem produzido mais dinheiro para a civilização do Brasil.

Ao plantador de café, pois, a mais alta continência da Nação e a gratidão do Povo Brasileiro.

RUINAS DO CONVENTO
DE S. BERNARDINO DE
SENNÁ, TAMBÉM CHA-
MADO DE SANTO AN-
TONIO, DA ORDEM
FRANCISCANA EM
ANGRA DOS REIS



136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

O convento secular de S. Bernardino, da antiga Vila de Angra dos Reis

LUIZ ASCENDINO DANTAS

Em 21 de Novembro de 1650 resolveu a Congregação do Convento da Baía, de que era Custodio o Frei Sebastião do Espirito Santo, aceitar o oferecimento de uns terrenos, que lhe fizeram os moradores de Angra dos Santos Reis Magos da Ilha Grande, para nêles se edificar um recolhimento religioso. Para sua fundação, ali foram mandados Frei Jacome da Purificação, Frei Pantaleão de Santa Catarina, Frei Simão do Salvador, juntamente com Frei Manoel dos Anjos, religioso leigo, os quais deveriam escolher o local e dar principio ao recolhimento, nomeando-se seu primeiro prelado o pregador Frei Cosme da Piedade, e mais tres religiosos até o capítulo do primeiro Provincial Frei Antonio dos Martires, e nesse capítulo se fez o 5.º guardião. Localizaram-se provisoriamente na ermida de Santa Luzia, um recolhimento que lhes fez o povo no mesmo terreno, ao fundo do plano da Vila. Em 14 de Abril de 1653, lançada a pedra fundamental pelo Padre Manoel de Araujo, Vigario Geral da Diocese, e concluida a obra principal, collocou-se o S. S. Sacramento na Igreja Nova, aos 2 de Fevereiro de 1659; e a 12 de Março dêsse mesmo ano para ali entrarem os religiosos. A casa foi planejada pelo arquiteto Frei Simão do Salvador, frade leigo.

Não convindo, no entanto, o local, por inconveniência da casa de residência, planejou-se nova edificação em logar julgado mais apropriado, o que se fez, lançando-se a nova pedra fundamental em 18 de Julho de 1758, nos mesmos terrenos. Concluida a casa conventual, benzeu a Igreja o padre Frei Inácio de Jesus Maria, guardião que era do convento, a 10 de Maio de 1763, com a assistência do fundador, do Provincial padre frei Manoel da Encarnação, e no dia 22 do mesmo mês e ano, foi feita a solêne transladação do SS. Sacramento e das imagens para o novo templo e convento. Foi êste recolhimento séde do noviciado durante muitos anos, quando ainda florescia no Brasil o fervor religioso.

Era tão frequentado o noviciado, que o Capitão Provincial de 1775, mandou restringir a entrada dos seus pretendentes. Em 1831, foi o convento requisitado pela Regência para nele se estabelecer um Seminário de Orfãos, funcionando nêle mais tarde um liceu para educação primária, o qual durou somente 9 anos. Abandonado o convento, ali ficou isolado Frei Bernardino da Purificação, em verdadeira pobreza. O seu último habitante foi frei Manoel da Santa Isabel Brandão, que para ali fôra mandado em 1857; e já nessa época o velho convento se achava muito estragado, nada podendo fazer por êle Frei Brandão, pois o pobre

frade nem tinha do que "viver". Com a retirada de Frei Brandão, ficou o Convento confiado a um secular, com o título de síndico, que ali permanece, mas sem recursos, impossibilitado de promover a sua reconstrução. Por fim, o tecto do convento desabou; e apenas as grossas paredes assistem, impassíveis, ao perpassar das éras. A igreja arruinada, ainda permanece grandiosa. Magnifica obra de talha e decoração, nela ainda fomos encontrar imagens, alfaias e alguns móveis de obra antiga, valiosos pelo seu passado e riqueza, sendo que alguns dêsses objetos têm desaparecido. E aquelas ruínas bem atestam o que foi a fé religiosa em Angra, hoje em decadência, seus edificios coloniais vão desaparecendo aos poucos. Sobrevivem dessas ruínas dois interessantes chafarizes de pedra, cujas datas vão se apagando com o tempo.

Referindo-se a Vila Nova, informa Frei Miguel de São Francisco, que em primeiro logar se deve advertir que esta vila da Conceição de Angra dos Reis, em que fundamos êste convento de S. Bernardino, por antiguidade é uma das mais nobres vilas, que tem esta costa e todo o Senhorio dos Condes de Vimieiro (os senhores das casas dêsses títulos foram os sucessores de Martim Afonso de Souza, fundador da Capitania de S. Vicente—contra os quais litigou o conde de Mousanto, sucessor de Pedro Lopes de Souza, irmão daquele—(V. M. Hist. da Cap. de S. Vicente).

"Porque, fundando-se em nossos tempos, esta foi fundada e creada em Outubro de 1624 pelo capitão-mór João de Moura Fugaça (Fogaça nomeado procurador geral da condessa de Vimieiro, por escriptura de 9 de Março de 1622) porque de Julho em diante não encontrarei acto algum juridico que se fizesse na povoação Velha, nem data, nem escriptura, nem alguma outra cousa. Sendo que aos 2 de Dezembro da dita éra já achei em uns livros velhos da Camara, data de chãos (terras), e escripturas de venda feita nesta villa, com que é cousa certa, que em meados de Setembro ou entrando já em Outubro da era de 1624 se passarão os moradores da povoação Velha para esta villa e levantarão pelourinho, o que lá nunca houve. Tudo isso consta da tradição antiga e de muitos velhos, e porque não passe em silencio um castigo de Nosso Senhor feito áquella terra advertirei que a razão que me parece houve para que aquella povoação não fosse por diante, e se perdesse foi; porque sendo feita no ano de 1613, quando foi no de 1617 mataram uns desalmados o seu vigario injusta e aleivosamente chamando-o a uma confissão, e é comum dizer de todos, que foi por reprender os seus vicios

e foi este peccado tão execrando, e abominavel diante de Deus, que sendo os que o mataram gente rica, mui nobre e principal já nestes tempos não se acha nesta terra memoria da sua decendencia. . . o que vendo alguns moradores e tendo por certo, que Deus, estaria sempre brandindo lanças contra a terra, que bebeu sangue de seo sacerdote, desmaiado de toda a esperança bõa, fugiram dela deixando-a deserta, e se vierão a este logar a fundar e crear nova villa. Apesar de não ser das melhores a situação da villa, por circulada de morros a curta varzea em que se levantou fronteira a

Ilha Grande (da qual tomou o nome a terra firme); é com tudo accomodada a vivenda por gosar clima temperado, ar sadio, e por abundante de agua e meio apta para negocio mercantil, distando alguns palmos da foz do mar, onde se acha seguro ancoradouro para vasos e embarcações'.

Por alvará de 27 de Junho de 1808, foi criada a comarca com a denominação de Angra dos Reis, instalando-se em 27 de Janeiro de 1829. Foi elevada á categoria de cidade com a denominação de Angra dos Reis, pela lei n.º 14 de 28 de Março de 1835.

Métaphysique du café

BLAISE CENDRARS

Les routes, les canaux, les voies ferrées, les ports, les entrepôts, les gares, les usines, les lignes électriques à haute tension, les conduites d'eau, les ponts, les tunnels, toutes ces lignes et ces courbes qui dominent le paysage contemporain, lui imposent leur géométrie grandiose.

Mais le plus puissant agent de transformation du paysage contemporain est sans conteste la monoculture.

En moins de cinquante ans la monoculture a transformé l'aspect du monde dont elle dirige l'exploitation avec une maîtrise étonnante.

Il lui faut des produits des matières premières, des plantes, des animaux à broyer, à triturer, à transformer. Alors elle dissocie et désagrège. Sans aucun souci de la nature de chaque région elle acclimate telle culture, elle proscrie telle plante, elle bouleverse telle économie séculaire.

La monoculture tend à transformer sinon la planète, du moins chacune des zones de la planète.

L'agriculture d'aujourd'hui, basée sur l'économie du travail humain soulagé à la fois par le travail de l'animal et l'emploi d'un outillage perfectionné qui, parti de la houe, aboutit aux machines agricoles modernes, et une agriculture de plus en plus scientifique que excelle à dapter les plantes au terrain et au climat. "Elle ne cultive relativement à la surabondance végétale de la nature, qu'un tout petit nombre d'espèces judicieusement choisies".

Il y a chez l'homme moderne un besoin de simplification qui tend à se satisfaire par tous les moyens et qu'il poursuit dans tous les domaines de son activité. Et cette monotonie artificielle qu'il s'efforce de créer, et cette monotonie qui envahit de plus en plus le monde, cette monotonie que certains déplorent est, le signe le plus apparent de la grandeur d'aujourd'hui.

Nulle part au monde je ne fus aussi frappé par la grandeur manifeste d'aujourd'hui et par la beauté sans cesse renaissante de l'activité humaine, qu'en débarquant, il y a trois, quatre ans, pour la première fois au Brésil. Dieu, quel spectacle moderne, quels contrastes et quelle synthèse en formation regis par une merveilleuse unité: le café! Les quais rectilignes de Santos et de Rio s'élevaient encombrés de marchandises. Quoi, tout ce magnifique désordre, ces caisses d'automobiles, ces locomotives, en vrac, ces wagons démontés, ces ferrailles, ces machines, ces statuettes de Ste. Thérèse de l'Enfant Jésus que l'on introduit par dizaines de mille, ces fûts de vin, ces tonnes d'essence, ces baignoirs, ces ballots de papier

hygiénique, ces montagnes de gramophones et de haut-parleurs, ces appareils électriques, ces malles pleines de beau linge et de robes rares, de parfums à la mode et de colliers de perles, ces sacs postaux, livres, lettres, journaux venus de tous les pays du monde, ces produits chimiques, ces bêtes de prime importées, ces outils, ces instruments une grue de 10.000 kilos, un tracteur, une trousse de chirurgien, une turbine de 100.000 watts, quoi, tout cela est sorti d'un grain de café! ces ports, ces villes, ces hommes qui débarquent tous les jours, ces paquebots battant pavillon de 25 nations différentes, tout cela est le produit direct du café, représente sa force d'attraction et d'échange dans le monde, sa valeur palpable, pragmatique, sa puissance, sa richesse!

Quelle merveilleuse donnée; mais quelle énigme!

Enfin, voici un pays qui bouge! Je neus plus qu'une seule envie, celle de remonter au plus vite à la source de cette vie débordante et de voir, voir de mes yeux, d'où lui venait une si furieuse énergie, une si furieuse abondance.

Le café!

J'y fus. J'y débarquai. C'était à la fazenda de S. Martinho. Un matin. Vers les neuf heures.

Il faisait une chaleur folle. Rien ne bougeait. Pas un bruit. Pas un oiseau.

L'ami qui m'accompagnait se taisait également.

Les pieds plantés dans la terre rouge je contemplais un colosse reposant sur les collines, une mer émeraude, un océan profond, sombre taciturne et comme figé: 3-4 millions de caféiers.

Les arbustes plantés en quinconce escaladaient les crêtes par rangs serrés et les rangées d'arbrisseaux reluisaient au soleil comme enduits de caoutchoutine. Trois crêtes, quatre crêtes, cinq crêtes, cela s'étendait à perte de vue, net, propre, dégagé, sans une seule mauvaise herbe.

Quel spectacle!

J'aurais voulu crier d'admiration. Mais trop de grandeur! étreint, vous étouffe et vous angoisse.

Je ne trouvais pas une parole...

Je pensais... Des hommes sont venus. Ils ont mis le feu à la forêt vierge. On a débroussaillé. On a arraché les souches séculaires. On dés-herbe. On ameublit le sol pour recevoir par centaine de mille les jeunes plants de caféier confortablement installés dans leur petit panier de copeau. On travaille. Tous les jours, 365 fois par an on accomplit la même besogne avec entêtement, minutieusement, en silence. On boute le feu. On débrousse. On plante. Et les plantations s'étendent, s'étendent dans

l'intérieur du pays, sur des milliers et des milliers de kilomètres carrés...

Il y a de quoi avoir le vertige... Qui est le maître de tout ceci ? quelle est la volonté qui a déclanché ça ? quelle est l'intelligence qui dirige ce mouvement d'expansion ? qui a inventé et appliqué des méthodes de culture aussi strictes et aussi sévères ? quel est l'oeil sensible qui tire les rangées au cordeau et qui distribue les masses de verdure avec un si parfait sentiment du beau ?... Est-ce l'oeuvre d'un seul homme ou d'un groupe et non pas un héritage commun, la lente conquête de l'esprit humain qui a besoin d'ordre et d'harmonie dans sa lutte contre la nature ?...

...Et pourquoi tant de café ? Qui l'a voulu ? Est-ce que l'humanité ne pouvait pas se passer d'une nouvelle toxine et a quoi correspond ce besoin d'intoxication que l'on retrouve chez tous les peuples et à toutes les époques de l'histoire ? N'est-ce qu'un simple vice particulier ou au contraire une forme d'idiosyncrasie propre au genre humain, une nécessité, un besoin inassouissable de récupérer les dépenses ou de stimuler les forces de plus en plus vives, de plus en plus aiguës, de plus en plus enervées du cerveau ?...

... Des hommes sont venus, des hommes humbles, taciturnes, pauvres, des hommes de tous les pays, des hommes de toutes les races. Ils travaillent. Ils plantent du café. Qu'est-ce qui retient ces hommes ici et les fait accepter une nouvelle discipline ? est-ce l'abrutissement, le surmenage ou le seul appât du gain ? Et pourquoi ne pas imaginer qu'ils regardent avec un juste orgueil les plantations s'étendre, l'arbuste grandir, la plante fleurir, le fruit mûrir le grain tomber à terre...

Cette cerise de café contient deux grains. Celui-ci, replanté, fera pousser un nouveau graineau dans la ville de Saint-Paul, et celui-là,

exporté, rapportera d'Europe un peu plus de confort et de luxe à tout le monde.

Oui, du luxe, même au plus pauvre colon. Et comment en serait-il autrement ? C'est fatal.

On commence par de petites économies, puis les idées changent et les habits. Une Ford attend devant la porte et l'on achète son premier livre. On fait du sport, du football ou autre chose, on a des loisirs et tout à coup on se découvre une nouvelle façon d'être et de sentir. On réagit. On dans la vie consciente et l'horizon s'élargit. C'est ainsi que se constituent les nouvelles démocraties du monde qu'aucune théorie classique, qu'aucune conception abstraite, qu'aucune idéologie n'avait pu prévoir.

En Nouvelle Zélande et au Canada, à la Nouvelle Orléans et aux Indes, en Egypte, à Bornéo, à Java, en Chine, à Cuba, au fin fond de l'Argentine, partout où il y a un centre mondial de production, partout où la monoculture, en appliquant ses formules implacables et ses méthodes nouvelles, a bouleversé le relief du sol, la faune et la flore, elle a également bouleversé le coeur de l'homme. Il ne recherche plus une vérité abstraite mais le sens véritable de la Vie: la confraternité humaine.

Qu'il s'agisse de blé, de maïs, de coton, de caoutchouc, de soie, de riz, de thé, de fruits ou de légumes, d'élevage ou de frigo, de tabac, de cacao, de sucre, et, au Brésil, de café partout le progrès, la richesse, les transformations matérielles vont de pair avec une progression morale, une évolution rapide de la société et une conception nouvelle de la civilisation.

Et ceci dans tous les domaines.

C'est en ce sens que le café, au même titre que les autres produits de la terre, que les autres produits de l'homme, et une entité métaphysique.

Origem dos sólos agrícolas das zonas cafeeiras

As terras roxas e sua uberdade

LUCIANO JACQUES DE MORAES

O SÓLO

Os principais sólos das zonas cafeeiras do Brasil são: os provenientes de basaltos e diabásios, que constituem as afamadas "terras roxas"; os resultantes da decomposição do granito gneiss e outras rochas metamórficas, conhecidos sob a denominação de "terra massapé (vermelha ou preta) e salmourão", e, ainda os oriundos do arenito cretáceo denominado "Baurú".

Os primeiros são os mais importantes e formam a grande maioria das terras de café do país. Nêles se acham localizadas as maiores lavouras de São Paulo, Paraná, Triangulo Mineiro e Mato Grosso. Os segundos existem nos Estados de Minas Geraes, parte de São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Baha, Pernambuco, Paraíba do Norte e Ceará. Formam em geral boas terras, que, ás vezes, rivalizam em fertilidade com as terras roxas de São Paulo. Os últimos existem numa boa parte do centro de São Paulo.

O ESTADO DE SÃO PAULO E O ESBOÇO DA SUA GEOLOGIA

Para a melhor compreensão dos problemas concernentes á origem das terras cafeeiras no Estado de São Paulo, é conveniente dar sumariamente uma idéa geral da sua geologia.

Em São Paulo, as formações geológicas se sucedem para o interior mais ou menos paralelamente á costa, partindo do complexo cristalino para o cretáceo.

A faixa cristalina, onde se acha a Serra do Mar, vai desde a costa até uma linha que passa proximo a Capão Bonito, Sorocaba, Campinas e ao norte de Bragança, penetrando então em Minas Geraes.

Na parte sul do Estado, há uma pequena faixa de rochas devonianas a leste de Itararé, que continua pelo Paraná a dentro rumo de Ponta Grossa.

Para oeste desta área e da cristalina acima mencionada, vem uma faixa de formações permo-carboníferas, com direção nordeste até o rio Tieté e tomando daí em deante uma direção quasi norte.

Após a faixa permo-carbonífera, que tem uma largura média de 80 quilometros, vem a grande área de rochas triásicas, que occupa toda a parte norte e ocidental do Estado e ainda se estende pelo Triangulo Mineiro, sul de Goiás e de Mato Grosso e noroeste de Paraná.

Na parte central do Estado, repousando sobre o terreno triásico esta a área cretácea, que vai de Baurú, a Calmon, Rio Preto e Jaboticabal, conhecida pela denominação de "arenito de Barurú".

Todas as camadas mais antigas que as cretáceas são atravessadas por diques, rochas erutivas, e com as triásicas se intercalam lenções de lavas.

Deixando de lado a pequena bacia terciária de agua doce dos arredores da cidade de São Paulo, que tem a direção léste-oeste e vai de um pouco a léste de Aão Roque até Mogy das Cruzes, e a do vale do Paraíba, de Jacareí até proximo de Cachoeira,—a geologia de São Paulo pôde ser esboçada a largos traços como acabámos de indicar.

ROCHAS ERUTIVAS

A zona de maior densidade cafeeira está justamente localizada na parte léste da área triásica e na parte norte e nordeste da faixa permo-carbonífera.

Nesta faixa, conforme F. de Paula Oliveira (Reconhecimento geológico do vale do Parapanema, Bol. n.º 2 da Comm. Geografica e Geologica de S. Paulo, 1889), são frequentes as rochas calcareas e os folhelos marmosos, que fornecem terrenos férteis. Mas, como é sabido tanto na área permo-carbonífera como na triásica a cultura do café tem-se desenvolvido em zonas atingidas pelas intrusões e derrames de rochas erutivas de carater nasáltico. Da decomposição destas rochas é que resulta a laterita ferruginosa, vulgarmente chamada "terra roxa".

Em relação as erutivas triásicas, há os estudos pormenorizados de Eugenio Hussak e F. de Paula Oliveira.

Sobre o triásico, designado "arenito de Botucatú", existem lenções de erutiva amidaloide, que Hussak classificou como augita-porfirito.

Segundo F. de Paula Oliveira, na obra citada, Derby tinha chegado "a conclusão de que as rochas cuja extraordinária diferença de aspecto fisico tem dado origem a estas várias denominações, são realmente de composição mineirologica bastante uniforme, podendo ser referidas a duas familias principais da classificação moderna do prof. Rosenbuch" (1889), isto é, diabásios e augita-porfiritos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O termo "porfirito" era aplicado de um modo um tanto arbitrário á rochas andesticas terciárias, andesitos alterados e rochas hipabissaes de textura distintamente porfirítica e de composição andestina. Nesta última acepção o termo é agora mais correntemente usado.

Estudos, ainda ineditos, recentemente feitos no serviço Geológico, sobre as rochas erutivas de magna triásico, mostraram que no senso petrográfico moderno, se trata de basaltos e diabásios.

As variedades habituais dos primeiros no Estado de São Paulo são melafiro espilito (amidaloide), basaltito e fórmias vitrofiricas. Há entretanto, termos de passagem, desde rochas holocristalinas de textura ótica e intersticial a microcristalinas de textura microlítica. Nêste último caso, o elemento ferro-magnesiano pode ser granular, parcial ou inteiramente microlítico. Em um mesmo lençol de lava, pode ser observada a variação da textura de microcristalina, nos contátos com as rochas sedimentárias (arenitos), a holocristalina na parte central.

A composição mineralógica qualitativa mostrou ser quasi sempre a mesma: augita, labradorita, magnética, limenita. As variações quantitativas, resultam de processos de diferenciação magmatica em que se dá geralmente a acumulação de magnética e limenita.

Evidentemente, em alguns tipos porfiríticos e nos vitrofiricos parte ou quasi totalidade dos componentes minerais, devido a um resfriamento rapido na fase final da cristalização, se encontram no estado vitreo ou de cristalização incipiente.

Com o emprego dos modernos processos petrográficos o dr. Djalma Guimarães verificou pela constância das propriedades óticas dos minerais constituintes, que a composição química da augita e labradorita é praticamente constante nos tipos normais.

Um fato interessante é a pobreza destas rochas em apatita, ao passo que em outras regiões do país tais rochas se mostram ricas nêste elemento. De acôrdo com o que observou Hussak, o dr. Djalma Guimarães, em numerosas laminas de rochas provenientes de São Paulo, Mato Grosso e Paraná notou que a apatita é um elemento accessório muito raro.

Aliás, êste fato se depreende das análises de alguns exemplares de diabásio e augita-porfirito (basalto) do Estado de S. Paulo, feitas por Paula Oliveira e nas quais apenas foram encontrados traços de anhidrido fosfórico.

Êste mesmo geólogo, na descrição de alguns tipos das referidas rochas, chama a atenção para cristais aciculares de plagioclásio mais basico, incluso em grandes cristais de labradorita. Em muitos casos, verifica-se a facilidade da confusão dêstes cristaes com a apatita.

DUAS ANÁLISES

A riqueza das rochas em cal, magnésia e de certos tipos amidaloides em potassa, poderia ser prevista pela composição mineralógica. Va-

mos citar, entretanto, duas análises de F. de Paula Oliveira, que poderão dar uma idéia nítida da composição química das rochas de tipo diabásico.

SiO ₂	50,17	51,85
Al ₂ O ₃	18,03	13,50
Fe ₂ O ₃	13,96	16,43
Ca O.....	8,86	8,80
MnO.....	traços	—
MgO.....	6,12	5,49
KO.....	0,81	0,91
Na ₂ O.....	3,00	3,10
H ₂ O e materiais volateis.....	1,02	0,93
	100,99	101,01

I—Diabásio de perto da bacia do Rio das Cinzas.

II—Diabásio de Sete Ilhas.

Os melafiros e espilitos da serra de Botucatú foram estudados por Hussak, que descreveu e analisou algumas zeolitas contidas nas amidaldas. Habitualmente, as cavidades amidaloides e geodos contêm calcita, zeolitas, calcedonia, quartzo, ametista, viridita e clorita.

Dos estudos de Hussak e F. de Paula Oliveira deduz-se que são muito frequentes os tipos amidaloides no Estado de S. Paulo.

Dentre as zeolitas estudadas por Hussak, citaremos a heulandita, mesolita, girolita, desmine, apophilita e laumontita.

Como se vê pelas análises abaixo de algumas dessas zeolitas, elas fornecem, por decomposição, potassa e cal aos sólos:

SiO ₂	58,10	52,77	51,94
.....	16,67	0,73	20,09
CaO.....	5,90	33,04	11,40
K ₂ O.....	3,26	0,41	0,48
Na ₂ O.....	0,61	0,25	0,77
H ₂ O.....	16,16	\$2,58	16,10
Na ₂ O.....	0,61	0,25	0,77
H ₂ O.....	16,16	\$2,58	16,10
	100,60	99,88	100,78

I—Eulandita da Serra de Botucatú. Analista: Gonzaga de Campos.

II—Cyrolita de Mogi-guaçu. Analista: G. Florence.

III—Laumontita de Mogi-guaçu. Analista: G. Florence.

A "TERRA ROXA"

A grande percentagem de magnética nas rochas parece facilitar ainda mais o fenomeno da decomposição dos outros minerais componentes, pois que a transformação da magnética em limonita (óxido de ferro hidratado) é um fato de desintegração muito importante. O fato é que as rochas da mesma textura e composição mineralógica, porém pobres em magnético se encontram em certas zonas do Estado de Minas e nela se verifica um processo de decomposição muito lento.

Nas regiões em que o sólo resulta da decomposição de rochas ígneas ou metamórficas, a sua textura depende em grande parte da que possuem as rochas de origem. Evidentemente, a textura original da rocha é obliterada em zonas onde o glitogenese é mais energica.

Comtudo, pondo de lado pequenas variações locais, determinadas pelo acúmulo do aluvião nas depressões topográficas, há uma certa uniformidade de sólo em uma grande área do Estado de São Paulo. Esta área, como há foi dito, é coberta pelos derrames de rochas erutivas, frequentemente melafíricas, isto é, amidaloides, onde a proporção de zeolitas é considerável.

O que é ainda necessário frisar é a presença de zeolitas calci-potássicas, cuja facilidade em se decompor em silicatos amorfos, deixando em liberdade sais alcalinos (hidrosilicatos de potássio em estado coloidal) é bem conhecida. Tem-se procurado mesmo explicar a assimilação pelos vegetais dos componentes químicos do sólo pela formação de zeolitas em estado criptocristalino.

Via de regra, a camada de terra roxa atinge grande profundidade, ás vezes 20 metros e mais, sem variar de aspecto, o que é de grande vantagem para o cafeeiro como para qualquer planta de raízes profundas.

A terras roxas contém uma notável proporção de óxido de ferro, que tem como ação principal modificar as propriedades físicas do solo. A presença do ferro aumenta a porosidade e, consequentemente, a circulação da agua, que traz em dissolução diversas substâncias tiradas das rochas em decomposição. A porosidade também facilita o desenvolvimento das raízes que, assim, podem se suprir de alimento em um maior volume de terra.

F. de Paula Oliveira, em 1889, já havia sugerido a possibilidade da magnética e outros mineraes ferriíferos, contidos nas rochas erutivas, tornarem facil ás plantas e assimilação de elementos necessarios á sua vitalidade.

Além disso, a côr escura tem a propriedade de reter o calor e de o absorver em maior quantidade. E o calor é agente poderoso para os fenomenos químicos e bacteriológicos que se realisam no solo e que trazem formidável incremento á alimentação das plantas.

PROPRIEDADES FISICAS

Parece, pois que é, em grande parte, de tais e tão importantes propriedades físicas que vem a assombrosa uerdade das terras róxas.

Diz o agronomo Hubert Puttemans, em sua *Agricultura Geral*, que a pobreza das terras roxas de S. Paulo nos principais elementos nutritivos—anhydrido fosforico, potassa, cal e humus, devia indicar pouca fertilidade, o que é desmentido pelas grandes colheitas de café, algodão, etc. De outro lado há terras roxas que, a análise química revelam riqueza regular, mas pelas culturas se mostram inferiores ás que contem maior percentagem, de substâncias alimenticias.

Informa ainda o mesmo agrônomo que a composição química das terras roxas desnorteou os agrológicos europeus e norte-americanos que as analisaram, devido a atribuirem uma importância quasi exclusiva ás propriedades químicas dos sólos; de sorte que não sabiam explicar a razão da extraordinária fertilidade de semelhante terras que, em seus países, teriam sido considerados muito pobres.

Dai a conclusão sustentada por muitos agrônomo, de ser insufficiente a errada a análise química para se aquilatar da fertilidade de uma terra. Não ha, porém, a menor duvida de que outros fatores intervêm, dentre eles as propriedades físicas dos sólos, o clima e a posição topográfica.

Mas a tão propalada deficiencia das terras roxas em elementos nutritivos, talvez seja devido mais a erro ou má interpretação das análises e ao fato das amostras terem sido colhidas superficialmente. Constou-nos mesmo que análises de amostras retiradas em maior profundidade, a um metro de superficie, revelaram maior proporção nas substancias que servem de alimentação para as plantas.

Vê-se, por aí, da urgente necessidade que há em se procederem a estudos sistematicos dos diversos sólos do Brasil, tanto por meio de análises químicas e físicas, como pelas experiencias culturais, notadamente as efetuadas com adubos incompletos.

Em São Paulo, também existem cafézais importantes na região de gneiss e granito, em *terra massapé* e *salmourão*, nos municípios de Campinas, Itatiba, Bragança, Atibaia, Piracaia, etc.

Na zona do arenito de Baurú, de cimento calcareo, o cafeeiro produz bem nos logares onde a "vestimenta" (vegetação) é bastante densa.

ZONAS CAFEIEIRAS NOS OUTROS ESTADOS

Dissemos que a formação triásica, com lençoes e diques de diabasios e basaltos, se estende para noroeste de Paraná e sul de Mato Grosso, Triangulo Mineiro e sul de Goiás no vale do rio Paranaíba. Em diversos ponto, dessa área, existe a terra roxa típica, resultante da decomposição daquelas erutivas, onde se realiza a cultura de café.

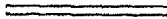
Em Minas Gerais, porém, o café é cultivado principalmente na zona da Mata e ao sul do Estado em sólo proveniente da decomposição de granito e gneiss, anfíbolitos e piroxenitos. Estas rochas frequentemente encerram, em abundância minerais ferro-magnesianos e apatita. Mas, apenas nos lugares em que a terra apresenta uma côr escura e vermelha o solo é fertil para o café. A mesma coisa se pôde dizer para os demais Estados, aos quais nos referimos no começo deste artigo.

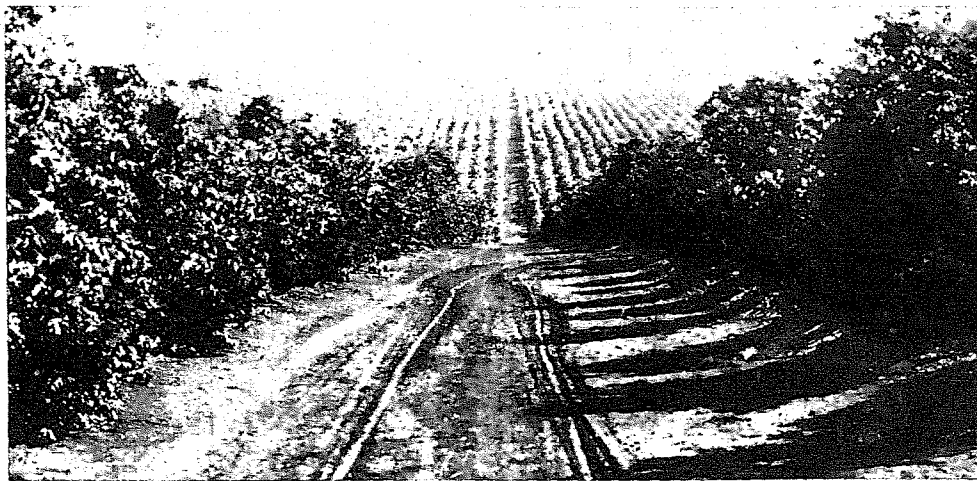
Nos Estados do Nordéste a cultura do café, em geral, se faz nas serras onde o clima se mostra mais amenos e há mais humidade. Assim é que as lavouras se encontram no Ceará—

nas terras de Maranguape, Baturité e Aratanha; na Paraíba do Norte— nos municípios de Bananeiras e Areias; em Pernambuco— Nas zonas montanhosas de Garanhuns, Bonito e Altinho.

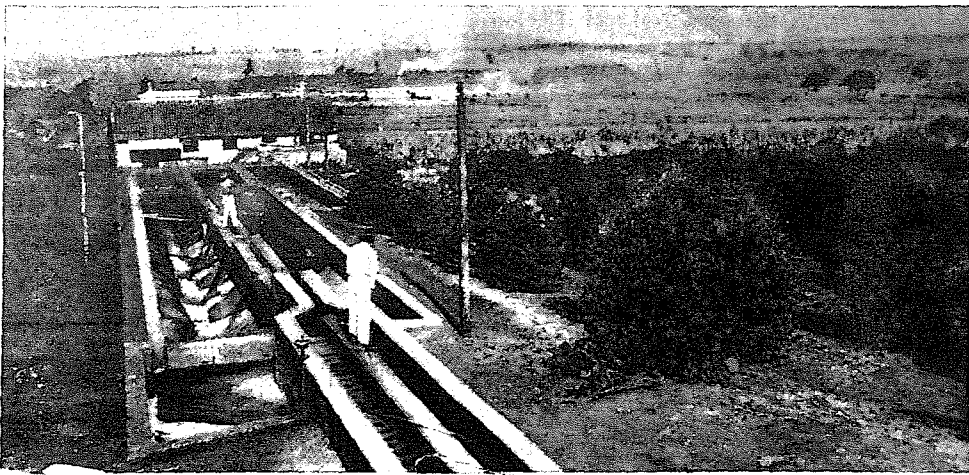
Tambem na Baía quasi todas as plantações de café ficam em regiões elevadas. Aí á excepção de pequenas culturas feitas nas sombras das arvores, no terreno cretaceo e terciário,

nos municípios de Maragogipe, S. Felix e Nazareth, em torno da baía de Todos os Santos, bem como as plantações limitadas do terreno cambriano, da chamada "Série de Lavras", a maior parte do café é produzida na região de rochas cristalinas, predominantemente gneiss e granito, nos municípios de Amargosa, Areia, Muritiba, Itaberaba, Jequié, S. Miguel e outros.





ASPECTO DE UM CAFEZAL, (800.000 pés).
NA FAZENDA GUATAPARÁ
RIBEIRÃO PRETO — EST. S. PAULO



FAZENDA GUATAPARÁ
REGO CONDUTOR



Estudos e observações sobre o despulpamento do café

A colheita natural será a única solução para o caso do café brasileiro na luta dos mercados

J. AMARAL CASTRO

O DESPULPAMENTO E SUAS VANTAGENS

Os que bem conhecem todos os fatores que influem na obtenção dum café superfino, que preencha as condições exigidas, não só quanto á aparência, como principalmente quanto ao valor do produto, sabem que o despulpamento do café, entre nós, não traz, e nem pode trazer, as vantagens que á primeira vista parece oferecer.

Para elucidarmos convenientemente êsse assunto, é indispensável analisarmos meticulosamente os porquês dessa operação, seus prós e contras.

Eis o que pretendemos com êste despretençioso estudo.

OPINIÕES CONTRÁRIAS

Vejam, primeiro, qual é o fim do despulpamento do café e porque o praticam os seus propugnadores em nosso meio.

1.º Dizem:—Abreviar a séca.

O café, com efeito, depois de despulpado e extraída a parte mucilaginoso aderente ao pergaminho, pela fermentação, séca, mais facilmente; é preciso convir, porém, que isso só se obtém após *alguns dias* de maceração em tanques, exigindo ainda o trabalho de lavagem e outras operações que dificultam e encarecem o produto pela manipulação requerida, o que reduz as vantagens alegadas.

Pelo exposto se conclue que a redução de tempo na séca é relativamente pequena e o trabalho de manipulação é incomparavelmente maior.

2.º Porque regulariza a côr e a aparência.

E' verdade que o serviço de despulpamento, quando bem organizado, ou quando se dispõe de pessoal bastante e competente, obtém tipos de côr e aparência mais uniformes do que os cafés colhidos pelo processo usual, isto é, sécos sem o despulpamento e em terreiros comuns.

Entretanto, para se obterem essas pequenas vantagens, sacrifica-se ou se perde uma grande percentagem de cafés verdes e verdoengos que não despulpam, o que vem reduzir o volume da safra, além da completa desvalorização do produto.

Ademais, nem a cor, nem a aparência são particularidades de alto valor na classificação oficial; o que é mais importante, nêsse particular, são o paladar e aroma, característicos da maturação igual e perfeita e causa de uma tor-

ração uniforme. Releve-se, ainda, que a uniformidade de cor se é conservada quando em pergaminho, desaparecendo depois de algum tempo de beneficiado o produto.

3.º Porque melhora a qualidade e mesmo a bebida.

Também nêste ponto as vantagens são pequenas. A melhoria da qualidade e da bebida dependem, principalmente de serem os café perfeitamente maduros, o que não se pode obter com os cafés colhidos pelo derricamento, visto entrarem sempre, em certa proporção, cafés cerejo-verdoengos e até mesmo, vermelho-claros, que dão bebida mais ou menos acida.

4.º Facilita o armazenamento e o beneficio.

Também estas vantagens são mínimas, relativamente ás consequências que o despulpamento traz para o aumento de custo da produção.

5.º Porque poderíamos exportar o café em casquinhas, para conservar a sua cor.

Ora, esta vantagem da uniformidade de cor, nêste caso, acha-se reduzida, em parte, pelo segundo quesito; e acrescente-se mais que para se obter café em tais condições, é preciso separa-lo dos grãos descascados que infalivelmente o acompanham em maior ou menor proporção. Por outro lado, devemos levar em consideração o volume do café assim ensacado, o transporte e o frete até o estrangeiro, de um produto como o pergaminho, de valor comercial nulo e que ainda necessita de ser beneficiado lá tudo isso para o só efeito da conservação da cor, resultado que pode ser melhor conseguido por meio de envolucros apropriados, etc.

6.º Alcança melhor cotação sendo considerado (milds).

Êste é um dos pontos um pouco obscuros, o qual, por sua transcendência, talvez se julgue de grande valor...

E' preciso, entretanto, que se conheça bem o significado do termo "milds", e, ainda mais que se tenha pleno conhecimento, por experiências práticas e concludentes, de tudo quanto se refere a prova de chícara, em toda a qualidade de café. Depois de evidenciada a superioridade do verdadeiro tipo "milds" é que se poderá fazer um juizo seguro e só então, se conhecerão os diferentes grãos de "milds".

Para os experimentadores práticos é fácil a distinção dos cafés "milds" de maior ou menor valor, bem como os acidos "Harsh taste" e "hard", etc., conforme as classifica-

ções inglesas ou norte americanas, que constituem hoje o melhor sistema de conhecer o verdadeiro valor de cada lote.

Como poderemos obter as melhores qualidades de "milds", se não podemos adotar o sistema de catação só dos maduros e somos, desse modo, obrigados a obter, pelo atual processo de colheita, cafés em todos os estados de maturação, os quais, em grande parte, constituem o maior volume dos nossos despulpados, mesmo os mais finos?

O que podemos alcançar com a melhoria da catação, evidentemente não pode compensar o custo para a produção dos cafés despulpados, desde que se adopte o atual processo de colheita pelo derricamento manual, porque os nossos despulpados não são propriamente "milds", e sim mais ou menos ácidos.

O NOSSO CASO

Vejamos agora, alguns inconvenientes preponderantes no despulpamento do café, relativamente ao nosso meio.

1.º—Para se obter café mais maduro, precisamos adotar o sistema de catação de todos os frutos vermelho-escuros, como fazem os nossos concorrentes. É incontestável que isso só se consegue com pessoal numeroso e mal remunerado, o que está portanto, fóra das nossas cogitações e possibilidades.

1.º—Sendo essencial a seleção do café cereja escuro, essa hipótese torna-se insolúvel nas condições que já expomos: a nossa falta de braços.

3.º—O preço da colheita por catação, será sempre superior pelo menos três vezes ao que atualmente pagamos, que é como se sabe, pouco remunerador para o colono.

4.º—O transporte do café, para o fim de ser despulpado, é preciso que seja pronto; qualquer demora prejudica sempre, quer a operação, quer a qualidade. Além disto, pelo seu volume e peso, é sempre mais caro e dificultoso o seu transporte.

5.º—"Os maquinismos e instalações necessárias" para o bom andamento do serviço são caríssimos, e portanto, em completo desacôrdo com a insignificante vantagem, que porventura exista em algum lote proveniente do melhor grão de maturação dos frutos, o que só se poderá dar dentro de um período de poucos dias de colheita, depois do suficiente amadurecimento do maior volume de café, proveniente da floresta principal. Ora, pelo sistema atual de derricamento não é possível, como se sabe, seleccionar o café cereja maduro quando no melhor grão de maturação—e isso "em toda" a lavoura.

Por outros termos: tal sistema nos dará na melhor época uma parte, apenas da lavoura, quando já tivermos colhido alguns talhões em uma não pequena parte do cafezal que venha a produzir café em maioria, verdes e verdoengos; enquanto isso na maior parte da lavoura não colhida os frutos maduros passarão do ponto melhor desejado para o despulpamento.

6.º—Para o bom andamento do serviço de despulpamento é necessário a abundância de agua, o que não é fácil em toda a parte.

As aguas que serviram no despulpador e nas lavagens do café fermentado, são em geral poluídas, e por isso, requerem os necessários cuidados, para que o seu escoamento não venha trazer consequências desagradáveis.

7.º—O conjunto de operações, quer dos maquinismos, quer do despulpamento, demanda pratica e cuidados especiais, que não podem ser confiados a pessoal vulgar pois os cafés despulpados, perdem em geral, com a sua permanência nos tanques de fermentação, uma grande parte de seu precioso aroma e paladar.

8.º—O serviço de sécagem também demanda muitissimo mais cuidado e só pode ser procedido em ótimos terreiros e sécadores.

9.º—Pelo exposto se vê que não podemos evitar a mistura dos cafés verdoengos que sempre despulpam e que são de gosto ácido e duro, e só evitarmos os verdes; conseguimos, assim, diminuir, mas não extinguir os inconvenientes apontados, pelo que se conclue que o despulpamento não é a verdadeira solução para se obter boa bebida, isto é, bebida que só pôde provir de cafés verdadeiramente "milds".

10.º—O meio que adotamos para evitar o despulpamento dos cafés verdes, é o da applicação da borracha nos despulpadores; entretanto, sabemos por experiência que, mesmo assim, por melhor que graduemos o aparelho, não conseguiremos evitar o despulpamento dos cafés verdoengos de gosto accentuadamente ácido. O próprio "café cereja vermelho", que ainda não atingiu ao ponto de murcho, conserva um certo gráu de acidez mais ou menos accentuado, o que já foi verificado, em prova de chícara, por especialistas.

11.º—A redução do espaço de terreiro occupado é vantagem insignificante, deante dos cuidados exigidos na sécagem.

12.—Por não termos pessoal suficiente para proceder á catação exclusiva dos maduros, resta-nos conseguir aproveitar, como já dissemos, pequena parte da colheita, em cafés despulpáveis, visto que somos obrigados a adotar o processo usual de colheita, que além do seu conjunto de inconveniências, ainda nos obriga a colher grande parte de verdes e verdoengos, reduzindo-se, assim, o volume e o valor da safra.

13.—Deixamos evidente que o conjunto de trabalhos, aparelhamentos, despesas e preocupações exigidos pelo despulpamento, e tendo em vista as condições mesológicas, não oferece compensação, relativamente ás pequenas vantagens obtidas puramente illusórias, como já vimos.

O QUE SERIA NECESSÁRIO

Para que haja necessária vantagem, é preciso: Primeiro—que o produto seja positivamente superior, de melhor bebida e, portanto, de melhor preço, o que não se dá. A própria exigência natural do mercado, impede a pre-

ferência dos nossos despolidos, a não ser excepcionalmente, por simples e positiva especulação. Para se conseguir bom produto com o despolidamento, é preciso, como já observámos, dispôr de pessoal abundante e baratíssimo. Ora, esta última condição é incompatível com os tempos atuais e mais ainda com o futuro, por isso que é evidente que, á medida que elevamos o grão de instrução do povo, se elevam também as suas necessidades de conforto e bem estar, o que só se obtém pela remuneração razoável do trabalho. Pensar em obter pessoal numeroso mal remunerado para se proceder a um serviço como seja o de catação de cerejas escuras, e isso num país como o nosso, vastíssimo, de inumeras possibilidades de trabalho muitíssimo mais vantajosas, é, sem duvida ir de encontro á tendência fatal do progresso que ascende constantemente, conduzindo a humanidade para dias melhores.

Não sendo viável, portanto, colher só o maduro por catação, seremos sempre obrigados, a proceder á colheita pelo derrichamento usual, se quizermos separar pela granitação dos lavadores, *boia das cerejas* nos diferentes estados de maturação, afim de que se possa proceder ao despolidamento.

Dest'arte, pelo que acima se expoz, é claro que o despolidamento nos obriga á adoção da colheita usual com a sua série de enormes inconvenientes, e isto para se obter um resultado illusório, ainda com a agravante de preocupações e do aumento de capital nas instalações, trabalhos, etc.

O DESPOLPAMENTO NÃO NOS CONVÉM

Deante de tudo isso, nada vemos que possa recomendar a operação de despolidamento, entre nós. Muito ao contrário, tudo nos leva a crer que a tendência geral, indicada pela pratica e pelo raciocínio, é para a supressão desse processo de tratamento do café, pelo menos a nosso respeito, em face da desvantagem do mesmo, que redunda, por onde quer que se o observe, num verdadeiro trambolho, do qual urge que nos libertemos.

Deixemos esse processo aos nossos concorrentes, que dêle necessitam e podem utiliza-lo, porque têm pessoal barato (o que não é indício seguro de progresso) e o amadurecimento do café mais ou menos distribuido por todo o ano. Entre nós, as condições de meio são diversas, pois, repetimos, a proporção utilizável de cereja vermelho-escuro que podemos obter, colhida pelo derrichamento usual e separada por densidade, como fundo de lavadores, além de pequena, não é em quantidade quasi total, como quando se fosse colhida por meio de catações, em que o operário tem a obrigação de escolher esse determinado ponto de maturação destacando, assim, das arvores, pela côr, no catar grão a grão. Com o uso do atual sistema de colheita não podemos alcançar os melhores preços, ou valor comercial do produto, quer seja êle beneficiado por via húmida ou despolda lento, quer seja por via sêca, que é a sêca em cerejas; porque de qualquer maneira tere-

mos sempre em maior ou menor proporção, cafés acidos, etc. Não poderemos por isso obter por direito, o preço que é pago pelos cafés de países em que só se colhem os maduros, principalmente "milds"; ou os preços pagos pelos cafés que são colhidos pela catação dos cerejo-vermelhos, mais ou menos escuros, e que se despoldam separando-se com o máximo cuidado, pela densidade em "carreteos", os cafés leves, que, depois do máximo cuidado na sua sêca e benefício, ainda são cztados á mão; processos este, como sabemos adotados na America Central e etc. Segue-se, portanto, que o processo de despolidamento só tem razão de ser nos países de clima e condições mesológicas gerais diversas das nossas, mesmo porque, em tais países, não se podem adotar, com as mesmas vantagens, os processos de colheita que o nosso clima e todas as nossas demais condições mesológicas nos facilitam e impõem.

O próprio preço do café, nos grandes centros, está indicando a influência da qualidade da bebida, isto é, o seu paladar doce, veludoso e aromatico, pelo que obtém sempre melhores preços sobre as outras inferiores, desvirtuadas por particularidades mais ou menos indesejáveis.

A ROTINA

Para nos compenetrarmos dessas verdades, é preciso que conheçamos devidamente o assunto, baseando-nos em conhecimentos praticos, que necessitam ser melhor defendidos e prorogados entre nós.

Como dissemos, os cafés que alcançam melhor cotação são os da Arabia, colhidos depois de *murchos e sêcos nas proprias arvores*, em perfeito estado de amadurecimento: comtudo, não são despolidos.

Seguem-se os cafés colhidos em catações de cerejas escuras e vermelhas, como os da America Central e outros; depois, vem parte dos cafés de Ribeirão Preto, Noroeste etc. zonas onde a maturação é mais uniforme; e, finalmente, descem ainda mais os preços para os cafés procedentes de zonas frias e de maturação irregular, nas quais a percentagem de verdes, verdoengos, etc., é maior, em virtude do derrichamento em conjunto.

Deante de toda esta série de observações e estudos de influência mais ou menos acentuadas, nos diversos processos de tratamento do café, relativamente a colheita e ao beneficiamento, é facil concluir pela preponderância exercida na qualidade do produto por diferentes fatores. E' fácil, tambem, deduzir a razão da seleção natural, em face dos proprios preços relativos aos diferentes produtos. Por outro lado, vemos a tendência natural, principalmente entre os nossos concorrentes, de procurar fornecer café de melhor paladar. E tudo nos induz a afirmar a influência preponderante da *maturação completa* como fator principal para se obter um ótimo produto desejado, por todo o mundo, e, por isso, facilmente comerciável, remunerando assim, razoavelmente, o trabalho de todos.

Decididamente não vemos nos rotineiros métodos usuais de trabalho adotados entre nós, quer em cultura, quer em colheita e beneficiamento, meios de se obter cafés de acôrdo com o melhor tipo desejado. A razão diréta, clara e indiscutível, e na qual se concentram todas as dificuldades, está positivamente no uso da colheita pelo *derriçamento manual*, em que se procede a uma íntima mistura de cafés em todos os estados de maturação e de conservação, mistura essa de impossível separação mecânica e mesmo manual, ainda que feita pelos mais práticos catadores.

A COLHEITA NATURAL

—Qual será, pois, o melhor processo a seguir, ou a melhor solução para o nosso caso?

Deante de tudo isto, só vemos um único caminho e êsse é seguramente o mais racional: a colheita natural.

Por meio dela teremos cafés perfeitamente maduros, e uniformes, do melhor paladar possível, pelo mínimo preço de custo, além de encontrarmos, com ela a solução para inúmeros problemas de interesse geral, como já tive ocasião de expôr no meu livro—“A Colheita Natural”. Êsse novo sistema de trabalho, por si se impõe, e cada vez mais força a sua adoção geral, tais as suas vantagens positivas e indiscutíveis, facilmente adaptáveis ao nosso

meio, desde que nos resolvamos desembaraçar da rotina atual.

Essa malfadada rotina, concentrada em espíritos pouco afeitos ao uso do raciocínio, tem sido o único empecilho á rápida expansão da adoção da colheita natural. É preciso que se saiba que há oito anos que venho estudando e observando êsse grande problema e nada tenho encontrado que venha diminuir a sua enorme série de vantagens, o que, ao contrário, sempre vejo confirmada e acrescida.

Estudamo-lo, pois, e procuremos nos adaptar o mais depressa possível a êsse novo sistema de trabalho, que só exige um perfeito conhecimento do seu conjunto para que logo compreendamos e nos compenetrems de que será êle, dentro de pouco tempo, o *único método* praticado em futuro proximo na nossa cafeicultura.

Só então, volvendo a nossa mente para o passado, exclamaremos:

—Mas... que é que estavam fazendo com o nosso pobre cafeeiro?—Que qualidade de produto estavam apresentando ao mundo e ainda por um preço de custo só remunerável com altos preços de venda? Que enorme soma de trabalho e energia erroneamente aplicadas e que se as tivessemos aplicado... Mas o tempo urge e as aguas são passadas!

Detenhamo-nos e estudemos “A Colheita Natural”, que ela se nos impõe como um *dever* principalmente nas nossas condições atuais.

Uma grande Lavoura de Café no Estado de S. Paulo

ANTONIO ALVES DE LIMA

Há mais de 30 anos, dr. Martinho Prado Junior, o promotor da imigração italiana e que antes já havia formado a importante Fazenda Albertina, hoje pertencente á Companhia Dumont, um dia, visitando a zona em que se acha hoje a Fazenda Guatapará, no município de Ribeirão Preto, extasiou-se deante dos imensos espigões, cobertos de mata virgem que se estendiam a perder de vista. Constatou a excelência das terras, a conveniente altitude, e comprou-as.

Logo depois, apesar de ser sertão, pois a estação mais proxima da estrada de ferro se achava distante 50 quilometros, com o precioso auxilio da nossa brava gente, alí mesmo armou o seu rancho, e poz mãos á obra.

Em poucos anos formou 1.850.000 pés, tendo plantado, em um ano, de pancada 600.000 pés. A derrubada e a queimada dessa enorme área de mata, constituiu um dos espetaculos mais ousados e empolgantes. Milhares de arvores seculares caindo com estrondo, sob os golpes compassados de machados do nosso inegalável cabôclo.

Semanas depois, uma fumaça espessa e negra denuncia a gigantesca queimada. Logo, em seguida, já se agita um mar de fogo, com enormes labaredas, tudo devorando debaixo de fumaça sufocante. Grandes troncos de arvores se contorcem e estalam sob um calor infernal. Depois de uma prolongada e fatigante vigilância, o numeroso pessoal só se repousa quando vê o incendio terminado e restando apenas o imenso brazeiro.

Sôbre um imenso lençol de cinzas, começa então, o trabalho afanoso de alinhamento, co-veação e plantação das sementes de café, préviamente selecionado; a abertura de mais de 40 quilometros de carreadores para a demarcação dos talhões e para o transporte; o estabelecimento de ranchos e casas provisórias; a escolha da futura séde da fazenda; o início das habitações definitivas para o pessoal superior e para os colonos; a instalação da olaria, da serraria e dos postos para as primeiras necessidades.

É preciso projetar e executar melhoramentos definitivos como: canais para condução do café do cafezal; lavadores e terreiros, donde deverá seguir, por gravidade, para as tulhas, máquinas de beneficiar, depositos, e, daí diretamente para os vagões da estrada de ferro. Verdadeiras obras estas de engenharia rural. Ao lado desses serviços, é preciso fazer cocheiras para os animais de custeio e para o gado que fornecerá o trabalho, a carne, o leite e o estrume—a base da agricultura.

Feitas as casas para o gerente, auxiliares da administração e para o pessoal operário, casas estas de tijolos, cobertas com telhas, ladrilhadas e com relativo conforto, cuida-se geralmente, por último, da habitação definitiva para o proprietário.

Com o desenvolvimento da fazenda e com o começo de receitas—depois de cinco anos de duros trabalhos e despesas, instalam-se sucessivamente, armazem e loja, farmacia, açougue, restaurante, padaria, leiteria, almoxarifado, escola, igreja, cinema e campo de foot-ball para os seus habitantes (cerca de 3.000).

Aos poucos se estabelecem na fazenda por conta própria, dentista, alfaiate, barbeiro, etc. Para atender prontamente aos enfermos se instala na fazenda um médico, auxiliado por uma bem montada farmacia e por um posto para cura do tracôma, mantido gratuitamente pela fazenda. Para facilitar a vida aos colonos, a carne, o leite, os medicamentos e os gêneros de primeira necessidade são vendidos na fazenda por preços muito inferiores aos das cidades vizinhas, cujo acesso, aliás, é garantido pelas estradas de ferro Paulista e Mogiana e por um serviço de "jardineiras" (auto-ônibus). Todo o pessoal da fazenda é pago mensalmente, a dinheiro e faz as suas compras onde lhe convem. Para feitos da administração, o cafezal foi dividido em seis seções de cerca de 300.000 pés cada um, com os competentes fiscais. Foi tambem criado um bem montado escritório, tal qual o de uma casa comercial, com escrituração detalhada, por partidas dobradas, serviço de correspondência de inventários, etc., que funciona de acôrdio com o escritorio central em S. Paulo.

A Fazenda Guatapará, que ao lado do seu cafezal, constituiu, em tempo, com as suas reservas, uma usina de açúcar, vastas plantações de arroz, algodão, mandioca, etc., durante anos sucessivos manteve grandes safras que culminaram com a produção de 320.000 arrobas em 1906. Daí em diante a produção sob o antigo regimem da cultura extensiva, com o esgotamento gradual das terras, entrou em franco declinio.

Em 1912, ao assumirmos a direção dos negocios da fazenda, observava-se que o aspecto do cafezal, russo, sem vegetação, cheio de varas secas, era desolador, e, apensar de sermos em prípio, contrários ás pôdas, não houve recurso senão lançar mão desse expediente, em larga escala, chegando-se a podar, em um só ano, 800 mil pés! Cerca de 100.000 pés, completamente decaden-

tes, em terras fracas, foram abandonados inteiramente, salvo uma pequena parcela onde se plantou eucaliptos, que, a título de experiência, se continua a tratar, para se observar o seu resultado, sob a sombra.

O triste espetáculo da cultura extensiva exigia a aplicação de novos métodos de cultura. Sem perda de tempo, construíram-se dois grandes estabulos para 400 animais. Procedeu-se às estercações e adubações metódicas em grande escala, atingindo a 1.000.000 de pés só as do ano passado. Cuidou-se seriamente das replantas das árvores mortas e fracas, grandemente aumentadas com a geada de 1918.

Para atenuar e corrigir os danosos efeitos da lavagem do sólo pelas chuvas, (o maior fato da decadência das lavouras do Estado do Rio e do Norte de S. Paulo), organizou-se o serviço de carpas e cereais contra as águas; a abertura de numerosas valetas e buracos e a construção de extensos regos, em nível, que seguram e armazenam as chuvas.

Em consequência desse conjunto de tratamento, auxiliado por uma boa colonização, a lavoura se transformou, a ponto de estar em muito melhores condições do que há 15 anos. As pódas se tornaram desnecessárias, fazendo-se apenas a limpeza das árvores. Nestes últimos anos, apesar do abandono de 100.000 pés, da idade mais avançada dos cafeeiros, do efeito desastroso das geadas e das duas grandes secas, a produção tende a se manter em uma média relativamente boa. Em 1925 a safra foi de 80.300 arrobas; em 1926 de 106.000. Para 1927 está calculada em 160.000 arrobas.

Para manipular essa grande massa de café, foram construídas cerca de 10 quilômetros de canais que o transportaram aos lavadores e o distribuem automaticamente a 64.000 m². de terreiros ladrilhados. Depois de seco, mecânicamente, com instrumentos puxados por animais, o café, por meio de vagonetes é despejado em tulhas. Daí segue, por gravidade, para as máquinas que beneficiam até 2.000 arrobas, por dia. Grande parte do café é catado a mão, ensacado em sacos novos e, por um tubo inclinado, já cai no vagão da estrada de ferro da fazenda, em ligação direta com as estradas Paulista e Mogiana, em demanda ao porto de Santos.

Para assegurar a boa marcha e a prosperidade de uma grande lavoura e da indústria cafeeira em geral, são essenciais tres fatores: O CRÉDITO PARA O CUSTEIO, O SUPRIMENTO DE BRAÇOS E OS METODOS CIENTÍFICOS DE CULTURA.

CRÉDITO—O crédito agrícola, com juros modicos e prazos longos, que, em outros países tem sido um dos principais propulsores da riqueza pública, está, entre nós, na sua infancia. Observando, em 1912, quanto era precária e falha a nossa organização financeira, apesar da fazenda nada dever, resolvemos fazer reservas, anualmente, afim de provermos, com os próprios recursos, ao nosso elevado custeio—hoje cerca de 1.800 contos por ano—e aos melhoramentos e reformas necessárias.

Durante 15 anos prosseguiu-se nessa política, acumulando fundos para reservas e amortizações, no valor de 5.700 contos, sem prejuizo da distribuição de 10.900 contos de dividendos. Com essas reservas (5.700) poude-se restaurar completamente a lavoura, desenvolver outras culturas, restaurar e conservar as numerosas bemfeitorias e adicionar ao patrimonio da Companhia um predio em S. Paulo, em que ela funciona e que lhe proporciona renda estável.

BRAÇOS—Os governos de S. Paulo não têm, felizmente descurado desse magno problema, compreendendo inteligentemente a sua alta significação e o impulso que tem dado á riqueza econômica do Estado. No último quadriênio o ex-secretário da Agricultura, dr. Gabriel R. dos Santos, com a sua notável iniciativa e capacidade de trabalho, remodelou, regularizou e deu ainda maior incremento ao serviço de imigração, que funciona a contento geral.

METODOS CIENTÍFICOS—Só com o preparo científico é que poderemos vencer na luta com os outros países, que se desenvolvem á sombra da nossa política de defesa do café e do nosso absurdo imposto de exportação que constitue verdadeiro premio aos nossos concorrentes.

Para honra da nossa civilização, precisamos melhorar os nossos antiquados processos de cultura e preparo do café. Precisamos aprender a cultivar em terrenos montanhosos, e ondulados, proprios do café, tão sujeitos á erosão. A estercar e adubar com metodo, para o que os governos devem concorrer com todas as suas forças promovendo a entrada rapida, fácil e absolutamente livre dos adubos. Precisamos melhorar e defender contra a invasão de pragas, a nossa lavoura. Para chegar a esses resultados deveremos instalar, sem demora, um Instituto Científico superior e—nos municípios mais importantes, campos de experiência, como existem em Java e na America do Norte. No último governo de S. Paulo, o dr. Gabriel R. dos Santos, consubstanciando uma alta aspiração da lavoura que precisa ser técnicamente aconselhada, procurou criar o Instituto de Biologia e Defesa do Café, aproveitando, para a sua organização e direção, e rara capacidade e competência do illustre patricio dr. Artur Neiva. Oxalá, que o novo governo, tão bem orientado, inteligente e que tem demonstrado a maior solicitude para com as classes laboriosas, cmpreenda a alta significação do Instituto, o qual marcará uma nova era de progresso, em solidos alicerces. Então, não se assistirá mais ao triste espetáculo, tão deprimente, do abandono das lavouras antigas e a perda de enormes patrimonios, quando na Europa e na Asia, se cultivam as mesmas terras há mais de 2.000 anos.

Agora, para terminar e para darmos uma idéa mais concreta do aparelhamento de uma grande lavoura, damos uma descrição resumida e uma nota dos encargos e impostos relativos a um ano.

FAZENDA GUATAPARÁ

CAPITAL: 5.000:000\$000—RESERVAS: 5.701:926\$330.

PRODUÇÃO: Safra pendente, 160.000 arrobas.

COMUNICAÇÃO: Por três estações com a Paulista e Mogiana. A fazenda possui, de ferro, própria, bitola de um metro com 24.379 metros; duas locomotivas e 18 vagões.

CAFEZAL: 1.765.498 pés.

ÁREA: 6.354 alqueires, sendo 500 alqueires em mato e 700 alqueires de invernadas, culturas diversas, campos, etc.

ENGENHO DE FARINHA DE MANDIOCA: para 25.000 sacas.

GADO: Cerca de 2.000 cabeças de gado holandês, Hereford, burros, cavalos, etc.

CASAS: Residência para os donos, administrador, empregados superiores e medico, escritório, máquinas e tulhas, engenho de benefício de arroz, algodão e farinha de mandioca. Oficinas, serraria, escolas, igreja, restaurante, padaria, farmacia, cinema, almoxarifado, olaria, mecânica, além de mais de 600 casas para colonos, etc.

CAFÉ: A maior parte é transportada aos terreiros de tijolo, por agua do cafezal em 10.000 metros de canal, sendo lavado sêco, beneficiado e remetido finalmente para Santos.

IRRIGAÇÃO: Instalação electrica para irrigar 300.000 pés de café.

CULTURA DE AMOREIRAS: 10.000 pés, para os colonos, para criação de bicho de seda.

DIVERSOS: A fazenda é iluminada e movida por electricidade: abastecimento de agua por meio de 9.000 metros de encanamentos, 2 cocheiras (de 120 a 150 metros de comprimento) para cerca de 400 animais (vacas e animais de custeio), instalação telefonica para o serviço interno da fazenda, com S. Paulo e outras cidades; cerca de 15 alqueires de pomares.

ENCARGOS E IMPOSTOS DE UM ANO (1927)

SAFRA DE 40.000 SACAS

Custeio		1.800:000\$000
IMPOSTOS PUBLICOS		
Taxa ouro e imposto de exportação a razão de 20\$600 a saca (40.000 sacas)	824:000\$000	
Imposto municipal	3:200\$000	
Imposto sobre emgenho de mandioca, armazem, farmacia, etc... ..	18:257\$800	845:457\$800
IMPOSTOS PARTICULARES:		
Pagos ás fabricas de juta pela diferença de preço entre os sacos que custam o dobro dos importados:		
Sobre 4.500 sacas para a colheita, a 2\$500	10:125\$000	
Sobre 30.000 sacas para transporte, a 1\$200	36:000\$000	
Sobre 40.000 sacas para exportação, a 1\$250	50:000\$000	96:125\$000
		<u>2.741:582\$800</u>

O café nas Bellas Artes

BASILIO DE MAGALHÃES

A PRIMEIRA TÊLA SOBRE O CAFÉ

A Adriaen van Ostade (1610-1685),—pintor alemão (nascido em Lubeck), mas geralmente incluído na "escola holandesa" por ter sido discípulo, em Harlem, de Frans Hals, um dos grandes mestres da "Italia do norte" no século XVII,—é que se deve a primeira têla, até hoje conhecida, relativa á "coffea arabica". O seu quadro intitulado "Café holandês" é atribuído a 1650, data muito provável porque a rubiácea foi introduzida na terra de Guilherme-o-Taciturno em 1616, por Pieter van den Broecke.

Assinala a origem das casas públicas de café na Europa setentrional, onde surgiram algumas com todos os característicos das tavernas. Tornou-se mais conhecido êsse seu trabalho numa gravura em aço, feita por Jaques Beauvarlet (1731-1797) e existente na coleção gráfica do museu de Munich. Representa o momento em que, enquanto palestram á frente do rustico salão três homens, um camponio, que poz ao lado da cadeira tósca a sua cesta bem sortida, e dois aldeões, que suspendem para a prosa a cachimbada, em torno de um bojudio pichel de vinho ou cerveja—é servido o café, no interior, a outros fregueses amesandrados. Ainda se avista em pé, ao fundo, um rapazinho, acurvado junto á porta, como que preparando uma corrida para pegar um cabrito descuidado no meio da sala. Van Ostade, em suas melhores obras, como "A dansa" e "O lar campesino", sempre manifestou predileção pelas crianças e pelos animais domesticos, e não admira que saísse, do seu pincel essa cêna de café porquanto perpetuou também outras congeneres, não menos interessantes, quais as do "Cabaret holandês" e da "Tabacaria holandesa".

Além dêsse trabalho de Van Ostade, ainda se conhece uma estampa,—de cujo autor não ficou averiguado o nome,—a qual representa a sessão do congresso de corretores de café da Holanda e que se realizou em Amsterdam a 19 de Setembro de 1820 (reproduzida por W. H. Ukers, "All about coffee, pag. 291).

OS PRIMEIROS CAFÉS PUBLICOS

Tendo aparecido na Inglaterra, em meados do século XVII (é de 1650 o de Oxford e de 1652 o de Londres), os primeiros cafés publicos, estava reservado a um caricaturista, mais do que pintor e gravador que também, foi, o tomalos para objetivo do seu lapis, que nos legou, satirizando por êsse modo, com elevado intuito moral, toda a comedia britânica da-que-la centuria. Foi William Hogarth (1697-1764).

Das casas de café londrinas, do comêço do século XVIII, duas haviam adquirido grande fama. Uma surgiu com o nome de "Red Cow",

passou a chamar-se "Rose" e por fim "Will's Coffee-House" (ou ainda "Wit's Coffee-House"). Tendo falecido em 1701 o gênio que nêle brilhava, Dryden, decaiu o estabelecimento, e, graças a Addison, foi aberto em sua sucessão em frente, na Russel-Street (Covent-Garden), por volta de 1712, o "Batlon's Coffee-Jouse".

A outra contemporânea, chamava-se "Tom King's Cofee-House", e celebrou-se como uma das bodegas noturnas peor reputadas de Covent Garden Market. Era uma espécie de "kiosque", sito junto ao pórtico da igreja de S. Paulo. Dizia-se dela, logo que se franqueou ao público, que "era bem conhecida de todos os fidalgos que não conheciam camas". E Fielding, em um dos seus escritos ("Prologues") chegou a formular esta pergunta:—"Qual é o devasso que ignora a existência do King's Coffee-House?" Coévo dêsse, ganhára também notoriedade, aumentada pelo incendio que o devorou em 1733, o "White's sómente a bebida tirada dos frutos do cacaoeiro, mas a esta aliançava para a mercância a extraída da rubiácea oriental.

A CARICATURA DE HOGARTH

O primeiro trabalho de Hogarth, com atinência á infusão negra, data de 1713 e foi reproduzida em aquarela por T. H. Shepherd (v. W. H. Ukers, op. cit., pag. 80). É uma cabeça de leão, que, consta, lhe foi encomendada por Addison e adaptada por êste á frontaria de uma caixa postal do "Button's Coffee-House". Tracejou-o o grande artista pelo célebre "leão de Veneza", embora se não destinasse a receber delações anônimas, e sim cartas e outros papeis concernentes ao "Guardian", periódico que tinha ali a sua direção e redação. A semelhança dessa folha volante, também naceram em cafés londrinos o "Tatler" (editado por sir Richard Steele e que durou de 1709 a 1711) e o "Spectator" (cujo principal colaborador foi Joseph Addison, até á morte dêsse notável ensaista, em 1719).

Steele e Addison, principalmente êste último, faziam do "Button's" Coffee-House" o seu gabinete de trabalho e quasi que a sua residência noturna, bem como outras inteletualidades da epoca entre as quais Pope, cuja inata irascibilidade não permitiu frequentar por mais de um ano aquela cantilante roda. Afim de anunciar o aparecimento e a colocação do trabalho de Hogarth, publicou Addison êste aviso humorístico:—"Mister Ironside, no curto espaço das cinco derradeiras semanas, açaimou tres leões, comeu cinco e matou um. Na proxima segunda-feira será pendurada a péle da fera morta, para terror do povo, na fachada do Button's Coffee-House". Outras jocosidades dêsse jaez de estílo ainda saíram a lume, a

proposito daquela obra artística. Era ela apenas a larga cabeça do rei dos felinos, emoldurada pela hisurta juba e com a bôca escancarada, a exibir os colmilhos vigorosos. Além disso, sómente se lhe viam as pujantes garras das patas deanteiras nas extremidades superiores de uma taboleta com a seguinte inscrição (*sic*, como se lê na reprodução do desenho, á pag. 80 da citada obra de W. H. Ukers, e não como este teanscreveu, á pag. 576, do livro de Jean Timbs, "Club and Club Life in London"):

*"Servantur magnus isti cervicibus unguis;
Non nisi delecta paccituret fera".*

Depois de vária fortuna (esteve mais tarde na "Shakespear's Hed Tavern" e no "Bedford Coffee-House", foi êsse lavou de Hogarth adquirido pelo Duque de Bedford e acha-se atualmente depositado em "Woburn Abbey").

As seguintes produções de Hogarth, também ligadas á história das casas de café surtas em Londres, e das quais constituem preciosos documentos, são dois desenhos de 1730 (gravados por Samuel Ireland). Consoante com a explicação dada por John Timbs, em seu livro "Clubs and club life in London", em ambas as "charges" (reproduzidas por W. H. Ukers, op. cit., paginas 81 e 577), que pouco diferem uma da outra, colocou aquele artista, em torno á mesa do "Button's Coffee-House", as figuras de Addison, Pope, Arbuthnot e um certo conde Viviani (êste último identificado, anos depois, por Horace Walpole).

As posteriores são mais importantes ainda e demandam minuciosa apreciação. Uma é atribuída a 1733 e pertence á série, em oito desenhos, da "Carreira do devasso" (*The rake's progress*). É a cena VI, que se passa no "White's House", prestes a ser purificado pelas chamas, como as bíblicas urbes de Sodoma e Gomorra, nas quais, conforme o Velho Testamento, nem os anjos enviados de Deus mereciam respeito. A' luz de archotes, lobrigam-se doze pessoas, em diferentes posturas e vários gestos, na mão de uma das quais reluz o aço de uma espada erguida. A's labaredas do incendio que começa, é geral a despreocupação dos fregueses. Um dêles, bandido armado, que traz máscara negra pendente do bolso esquerdo do casaco, está tão mergulhado em cismas, que nem atende á voz do caixeiro com o calice de licir pedido. Só uma das personagens, o devasso, é que acaba de derribar a cadeira e, semi-ajoelhado no chão, ao qual arremessou o chapéu parece presa de paroxismo de furor.

A outra, tida como de 1738, é a cena I (que mereceu ser descrita no poema de Cooper) da série "As quatro partes do dia" (*Four times of the day*), que Hogarth elaborou para o Vaux hall de Spring-Garden. Refere-se ao "Tom King's Coffee-House", letreiro bem visível na taboleta, e a hora matinal (7,55) é marcada pelo relógio da alta fachada da igreja de S. Paulo. O dono do café, Tom King, era indivíduo depravado, e sua mulher e sucessora, Moll King, teve reputação escandalosa. Assim, não admi-

ra que Hogarth fixasse no seu desenho o espantado da dama (que, aliás, consta haver sido uma das suas mais íntimas relações), acompanhada de pequeno fâmulos com um livro em rezas sob o braço, a qual, ali, em frente ao sagrado templo, se deparou quasi uma bacanal de braços e beijos. Ao lado dêsses arrebatamentos lubricos, "coram populo", sob o nevoento céu de fria manhã londrina, vêem-se duas mulheres, uma semi-agachada a aquecer-se ás chamas de uma fogueira de gravetos e a outra a estender aos transeuntes e mão engelhada, que os labios entreabertos ajudam na supplica de esmolos.

A ARTE BRITÂNICA E O CAFÉ

Thomaz Rowlandson (1766-1827), que se distinguiu tanto como autor de illustrações, quanto como caricaturista, tambem se occupou dos cafés londrinos e sobre êles deixou, entre outros, dois trabalhos de rara valia. Um é aquarela e representa o "French Coffee-House" da capital britânica, tal qual era na segunda metade do século XVIII (v. W. H. Ukers, op. cit., pag. 89). O outro é tambem caricatura (ib., pag. 594), intitulada "Mad do in a Coffee-House" e fantasia uma cena mais vivamente movimentada, que merece ser descrita. O cão idrófobo (ou suposto assim perigoso) embarafustou pelo salão principal do café, quando toda a avultada gente que lá estava tranqüila, bebericando e ouvindo cançonetas brejeiras, menos o esperava. Galgando uma das mesas á direita, derribou ali bules e chúcaras e espantou os fregueses, que ou fugiam e se acotovelavam medrosos em outros pontos, ou, quando mais corajosos, o ameaçavam com bengalões e chapéus, a que logo vieram juntar-se espetos e tenazes, de longe empunhados pelos serviçais da cozinha. Um dos fregueses, apesar do rijo bordão de que andava apercebido, treme de pavor e deixa cair da destra a arma. Ao fundo, vê-se, de um lado, a cantora que se precipita do pequeno palco, enquanto, do outro lado, um marido que cuida de salvar do animal raivoso a esposa assustada, não pôde prescindir do auxílio de um dos presentes, que com visível prazer a segura pelas grossas pernas desnudadas, pois a mulher é anafada e o seu Adão não pôde sózinho com uma Eva de tantas banhas, e tanto nervosismo... Há além dessas, duas figuras sugestivas, inseridas no primeiro plano: uma espécie de filôsofo, que apenas interrompe a leitura de um alfarrábio, marcando-lhe as páginas abertas com a mão, para olhar serenamente o cachorro danado; e um burguês gordalhudo que trepou na mesa fronteira á em que se encarapitou o animal, e de lá, munido de uma vassoura, o estuga para fóra com gritos vãos...

A T. H. Shepherd (já acima citado) é que, enfim, se devem cópias de desenhos e pinturas dos artistas inglezes que se applicaram a assuntos relacionados com o café. Assim, atóra a "Cabeça de leão", de Hogarth, a que já me referi, são tambem de Shepherd as seguintes aquarellas:—o "Slaughter's Coffee-House, in St-Martin's Lane" (1841); o "Tom's Coffee-

House, 17, Great Russell Street, Covent Garden (1957); e o "Button's, afterward the Caledonien CoffeeKHouse, Great Russell Street, Covent Garden" (1857). Podem ver-se todas elas em ilustrações da obra de W. H. Ukers (página 84 e 85).

Pelo exposto, é fácil concluir-se que a arte botânica muito cooperou em prol da propagação da bebida oriental.

"AMBROSIA ARÁBICA"

Conforme W. H. Ukers (op. cit., pag. 588), a rubiácea também foi objeto do pincel ou buril de Alexandre Longhi (1733-1813), diz o autor de "All about coffee"; mas, segundo Jean Mariette, gravador e livreiro, seu coévo, nasceu o referido artista em 1735). Este colorista e desenhista foi denominado "o Hogarth veneziano". Filho de Pietro Longhi, pintor de costumes da terra natal, não só publicou um resumo biográfico dos seus colegas contemporâneos (apareceu em 1762, in folio), como ainda, além de alguns assuntos serios caricaturou com demasiada liberdade e irreverência a vida da rainha do Adriatico, então decadente da riqueza e fulgor de outrora.

Porto italiano mais proximo do levante e de grande atividade comercial no século XVIII, foi Veneza o primeiro lugar da Europa que recebeu, em 1615, o café, cujo uso rapidamente se generalizou na Italia até 1645. O mais antigo e desenvolvido trabalho, que se conhece, sobre a origem e cultivo da planta e sobre a preparação da bebida, saiu da pena de um italiano, Angelo Rambaldi, com o sugestivo título de "Ambrosia arábica", e foi editado em 1691 (Bologna). Das casas fundadas naquela península mediterrânea para a venda do café líquido, assinalaram-se algumas pela beleza arquitetônica e pelo luxo interior. Tal a importância a que atingiu ali a bebida oriental, que os filósofo e jurisconsulto Cesare Beccaria (1735-1793), na mesma quadra em que lançava ao mundo o seu famoso tratado "Del delitti e della pene" (1764), dirigiu uma publicação periódica, "Il Caffè" editada em Brescia e que durou de Junho de 1764 a Maio de 1766, a primeira do gênero que por certo viu o orbe cultural. Note-se que em Milão viu a luz, em 1819, o primeiro almanaque conhecido sobre a rubiácea, "Il Caffè"; e que em outras cidades italianas ainda surgiram por todo o século XIX outras revistas especialmente consagradas á "coffea arabica".

O veneziano Carlo Galdoni (1707-1793) que mereceu ser chamado "o príncipe dos comediógrafos italianos," entre outras peças que escreveu em 1750, fez representar com grande êxito uma denominada "La bottega di caffè", na qual explorou a vida galante e burlesca que a passava então em tais estabelecimentos da sua gloriosa cidade natal.

Foi por isso que contra elle traçou o buril do seu conterrâneo Alessandro Longhi uma "charge" onde a configura, bem ao vivo, entrando num dos cafés de Veneza em companhia

de arqueada velha que péde esmolos arrimada a um bordão (v. a reprodução na citada obra de W. H. Ukers, páginas 28).

Do antigo café veneziano frequentado pela nobreza da cidade dos doges, existe ainda, porém sem nome de autor, um quadro que se encontra no seu "Museo Civico" (coleção Grevenbroch). E Zatta, inspirado em Galdoni, também traçou uma scena de café italiano do século XVIII. Podem ser vistas as reproduções dessas obras de arte no livro de W. H. Ukers (pags. 26 e 27). Não oferecem singularidades, nem apuro estético, que exijam considerações especiais e meticulosas.

A PRIMEIRA TELA FRANCESA SOBRE O CAFÉ

Na França, desde cerca de meados do século XVIII, aparece o café em várias telas, algumas firmadas pelos mais notáveis artistas do tempo.

Corre como certo que os grãos sêcos da planta do oriente foram introduzidos em França em 1644, por P. de la Roque, embora se diga que os parisienses só vieram a conhecer a deliciosa bebida em 1657, pela primeira vez, graças a Jean de Thévenot. A primeira casa destinada á venda do café em chúcaras surgiu em Marselha, por 1671, abrindo-se no ano seguinte a primeira de Paris, fundada pelo armenio Pascal. Em 1685, Modin, um médico de Grenoble, preconizou o uso do café com leite, mistura que se diz ter sido inventada em 1660 por Nieuhoff, embaixador holandês no Celeste Império. E' precisamente em 1689—um centenário antes da data que marca a grande crise do ocidente,—estabeleceu em Paris o siciliano Francesco Procopio a casa que, com a denominação de "Café Procope", havia de ser um dos conciliábulo do século excepcional e um dos cenários em que se desenrolou a mais formidável e mais fecunda das revoluções políticas do universo. E' natural, portanto, que a nova bebida não fosse desprezada pela paleta dos que tanta estesia revelaram numa das artes plasticas em que sobremaneira se distinguiu então a França.

François Boucher (1704-1770), pintor da côrte de Luiz XV e que mereceu a particular estima de Mme. de Pompadour (a qual não era só protetora dos intelectuais mas era também artista, pois deixou pelos menos 66 peças gravadas por sua própria mão e tres delas de obras de Boucher, segundo Charles Blanc, "Histoire des peintres de toutes les écoles—E'cole française", vol. I), fez um quadro, "Petit déjeuner", atribuido a 1744, que, além de mostrar os habitos daquele tempo, também documenta os aparelhos em que se servia então o café, na vida caseira. Um relógio de parede, á esquerda, está nas 8 horas: duas senhoras acham-se em torno de pequena mesa, sobre a qual se vê uma bandeja com chúcaras e açúcar, pão e manteigueira; uma delas tem ao colo criança de tenra idade, enquanto ao lado da outra, em assento baixo, um petiz mais crescido com brinquedos ao regaço, espera a refeição; e, ao fundo, traz a criada a cafeteira fumegante. Ao lado de algumas "Pastorais" de Boucher,—que per-

tenceu ao ciclo do arcadismo, então preponderante nas letras e nas artes do mundo adiantado,—existe no Louvre essa t \acute{e} la a primeira de inspira \tilde{c} o \tilde{a} o francesa em que figura o caf \acute{e} .

MADAME DE POMPADOUR E O CAF \acute{E}

Carle van Loo, apesar d \acute{e} sse patron \acute{i} mico neerland \acute{e} s, nasceu em Nice, em 1705, e faleceu em Paris em 1765. N \tilde{a} o obstante a estima de que gozou,—foi tido, em seu tempo, como “o primeiro pintor da Europa” (Roger Pryse, “*Histoire g \acute{e} nerale des beaux-arts*”, pag. 671),—veiu a ser mais tarde severamente criticado pelos partid \acute{a} rios da revolu \tilde{c} o \tilde{a} o greco-romana de Louis David. Creou-se at \acute{e} o verbo “vanicoter”, para indicar o amaneiramento com sacrificio da tradi \tilde{c} o \tilde{a} o: A exemplo dos seus colegas contempor \acute{a} neos, Fran \tilde{c} ois Bouch \acute{e} t e Maurice-Quartin de Latour, tamb \acute{e} m \acute{e} le retratou a blandiciosa e influente favorita de Luiz XV. E’ a \acute{e} que se acredita ter entrado o caf \acute{e} . Com efeito, W. G. Ukers (op. cit., pag. 590), assim denomina \acute{e} sse trabalho:

“Coffee service in the home of madame de Pompadour—Painting by van Loo”. Mas Charles Blanc (op. cit., vol. I), referindo-se a essa lona, pertencente \acute{a} cole \tilde{c} o \tilde{a} o do marqu \acute{e} s de Marigny, intitula-a:—“Madame de Pompadour prenant du th \acute{e} ”. Parece que se trata, realmente, do l \acute{i} quido negro da *coffea arabica*, que n \tilde{a} o do produto *thea sinensis*. Recostada a um sof \acute{a} , com o cotovelo sobre o espaldar da cadeira baixa e tendo na m \tilde{a} o direita uma pena ou buril, recebe a c \acute{e} lebre cortez \tilde{a} , com a m \tilde{a} o esquerda, a ch \acute{i} cara fumegante que acaba de trazer-lhe a sua serva nubia, que ainda segura a cafeteira, talvez para o caso de repetir a d \acute{o} se, se a bebida agradar, \acute{a} r \acute{e} gia dama. A c \acute{e} na \acute{e} iluminada pela claridade da manh \tilde{a} , que entra por uma janela atr \acute{a} s de cujos batentes escancarados se avistam galhos folhudos de arvores denunciativas de uma paisagem primaveral. A vasilha empunhada pela africana \acute{e} que torna aceit \acute{a} vel a afirma \tilde{c} o \tilde{a} o do escritor yankee, de prefer \acute{e} ncia \acute{a} do tradadista franc \acute{e} s. Pondera aquele que em a cafeteira oriental, de tampa, est \tilde{a} o muito em voga, e que havia sucedido, para o preparo do l \acute{i} quido da rubi \acute{a} cea, a antiga de origem turco-arabe.

A DU BARRY

Quanto ao lindo quadrinho, “Madame du Barry \acute{a} Versailles”, que no catalogo do museu de Versailles \acute{e} atribuido a Greuze (1725-1805), D’apr \acute{e} s Drouais” (isto \acute{e} Fran \tilde{c} ois-Hubert Drouais, 1727-1775).—n \tilde{a} o h \acute{a} d \acute{u} vida alguma de que constituiu o mais sugestivo aproveitamento do motivo do caf \acute{e} numa obra de arte. Malcolm C. Salaman, em sua hist \acute{o} ria das “French color prints of the XVIII century”, contesta a Drouais a autoria do original,—apesar da formal asser \tilde{c} o \tilde{a} o de Charles Blanc. (op. cit. III, pag. 27 da “appendice”),—e o d \acute{a} como de D’Agoty (ali \acute{a} s, Jacques-Gauthier d’Agoty, 1710-1785, pai de tr \acute{e} s basiliatas do mesmo cognome), cuja gravura \acute{e} de 1771. Sentada em uma cadeira de espaldar recurvo e

floreado, junto ao leito de que safu pouco antes, a formosa e desafortunada sucessora de Mme. de Pompadour no cora \tilde{c} o \tilde{a} o do “Bien-aim \acute{e} ”, acaba de tirar da bandeijinha redonda a ch \acute{i} cara de caf \acute{e} , que lhe trouxe Zasmore, o seu negrinho favorito. Segura-a com a m \tilde{a} o esquerda, enquanto com a destra, em gesto delicado e gracioso, dissolve com a colherzinha o a \tilde{c} ucar no escuro l \acute{i} quido. Mas traz-lhe o rosto uma preocupa \tilde{c} o \tilde{a} o, que se lhe l \acute{e} nos olhos pensativos.. Ou \tilde{c} a-se a interpreta \tilde{c} o \tilde{a} o que d \acute{e} sse estado de alma, faz imaginosamente o autor acima citado:—Sem d \acute{u} vida, espera ela a visita matinal do rei,—n \tilde{a} o mais jovem e formoso e galanteador, por \acute{e} m um velho, de palpebras inchadas e bochechas fl \acute{a} cidas,—e talvez cogite, naquele momento, em persuadir a Luiz XV que deve nomear Zamore para o cargo de governador do castelo de Louveciennes, com vultuoso sa \tilde{l} rio, do mesmo modo por que j \acute{a} havia tentado arrancar \acute{a} s gra \tilde{c} as do coroado amante o “cordon bleu”, para a sua cozinheira, de cuja habilidade em acepipes \acute{e} le duvidava at \acute{e} render-se \acute{a} realidade... Contemplando-se, entretanto, aquelas duas personagens do quadro de Versailles, deixa-se em olvido a Luiz XV, com os seus amores extra-conjugues, e as suas babosas condescend \acute{e} ncias com a barreg \tilde{a} , para idear-se, em mais aquelas sombras, outra c \acute{e} na diversa e tragica, se representaria cerca de vinte anos depois, quando Mme. du Barry, n \tilde{a} o mais “reine de la main gauche” seria julgada pelo Tribunal do Terror, o trede Samore, perfidamente transmudado em um dos seus mais implac \acute{a} veis acusadores, ingratamente concorreria para que sobre aquele niveo pesco \tilde{c} o, em que se saciou a s \acute{e} de de tantos beijos dos labios do rei de Fran \tilde{c} a ca \tilde{i} sse a gelida e afiada lamina da guilhotina...

NO XIX S \acute{E} CULO

No s \acute{e} culo XIX, ainda se encontra o caf \acute{e} em algumas t \acute{e} las de bons artistas franc \acute{e} s, principalmente depois que a expedi \tilde{c} o \tilde{a} o napole \tilde{o} nica de 1798 \acute{a} terra da esfinge e das piramides, convizinha do ber \tilde{c} o da rubi \acute{a} cea, atraiu a aten \tilde{c} o \tilde{a} o dos sabios da Europa (alguns d \acute{e} les acompanharam \acute{a} Africa o exercito de Bonaparte), para aqueles pa \acute{i} ses calidos e lend \acute{a} rios. Surgiu ent \tilde{a} o em Fran \tilde{c} a o grupo dos pintores orientalistas, \acute{a} frente dos quais se colocou Decamps, que foi o seu verdadeiro acaudilhador. E tanto \acute{e} le, quanto dois outros dois seus mais jovens companheiros, n \tilde{a} o se esqueceram de perpetuar motivos da *coffea arabica*, em quadros que lograram justa reputa \tilde{c} o \tilde{a} o.

Decamps (1803-1860), fixou em nada menos de tr \acute{e} s quadros os *Kawha-Kahnen*, do oriente. O primeiro, “Um “Caf \acute{e} -Asie Mineure” durou no sal \tilde{a} o de 1839; e dos dois restantes ambos com o mesmo nome de “Caf \acute{e} Turc”, e exibidos na Exposi \tilde{c} o \tilde{a} o Universal de 1855, um foi adquirido pelo conde de Lariboisiere e o outro por Henry Didier-Goedon (v. Charles Blanc, op. cit. vol. III).

Prisper Marilhet (1811-1847), que parecia ter nas veias sangue ex \tilde{o} tico e muitas vezes

firmou cartas e trabalhos com o nome de "Egyptian Marillat", tendo perustrado as terras levantinas, quasi que sómente delas cogitou nos seus lavores. Além do "Café sur une route de Syrie", que foi exhibido no salão de Paris em 1844 (e foi adquirido por Moreau, filho do cambista homônimo, segundo Charles Blanc (op. cit. tomo III), e do qual dá notícia W. H. Ukers (op. cit., 591), já antes havia pintado o "Café á Boulack, prés du Caire", exposto no Salão de 1834.

Tournemine (1814-1873), também filiado á pleiade orientalista de Decamps e que se distinguuiu pelo colorido claro e brilhante, é autor de um "Café en Asie Mineure", premiado no salão de 1859, e que, exhibido na Exposição Universal de 1867, grangeou novos louvores.

Existe no "buffet" da Opera de Paris um painel decorativo,—em que figura o café,—desenhado por S. Mazerolle, e que fez parte da Exposição de 1878.

A Claudine Jacquand (180581-78), artista romantico, também aprouve traçar duas interessantes composições do gênero, representando uma o movimentado interior e a outra a sala de leitura de um café público de Paris.

Jean León Gerôme (1824-1903), que foi esboçar ou colorir na Asia Menor ou as margens do Nilo muitas das suas mais aplaudidas telas, de lá trouxe a denominada "Café du Caire", que hoje enriquece a pinacoteca do Metropolitan Museum of Art. de New York Mostra ela (v. W. H. Ukers, op. cit., pag. 592) a vasta sala de uma típica bodega de café nas terras do oriente.

A' esquerda, no primeiro plano, enquanto o dono da casa está dando a última demão no preparo da bebida, inclinado sobre o fogão, sobre o qual se lança pela porta próxima, toda aberta, a luz radiante do dia, um freguez apressado, em pé, a seu flanco, êle acompanha, atento e silencioso, o trabalho; e, á direita, outro menos impaciente, sentado sobre comprida gaiola de vime, pica um rolo de tabaco, destinado ao "houka" (cachimbo *sui-generis*), colocado junto á improvisada cadeira. Ao fundo, dansa risonho e escoteiro um derviche, ao som das vozes e dos instrumentos tangidos por dois homens sentados num banco de pedra contra a parede; e, ao lado destes, conversa um casal (algum idílio de amor?), também sentado em outro duro assento do mesmo feitio.

UM EPISÓDIO NAPOLEÔNICO

Charlet (1792-1845), além da pintura militar, na qual patenteou notória penetração psicológica, também litografou alguns desenhos próprios, e nessa arte, então nova no mundo a favorecida pelo público, conquistou não pequenos triunfos. Aproveitou êle, numa dessas obras, certo episódio a que se vincula curiosamente a bebida oriental, tão querida das monjas e da cleresia regular e secular da França. Conta-se que, em 1814, pouco antes da sua fragorosa queda, entrou Napoleão no pateo de um prebistério de pobre aldeia francesa, onde

encontrou o bom do cura a torrar café.—"Que é que esta fazendo aí, padre?"—perguntou-lhe o corso.—"Senhor,—respondeu-lhe o tonsurado,—estou fazendo o mesmo que vossa majestade:—queimo os produtos coloniaes..." *Se non è vero, è bene trovato*... O certo é que a litografia de Charlet nada deixa a desejar quanto a evolução dêsse incidente. Ao portão, divizavam-se dois cavalos, guardados pelo ajudante de Bonaparte, enquanto êste em meio do pateo, com o braço direito inflexo sobre o dorso, aponta com a mão esquerda, índice em riste, para o fogareiro. E o gordo vigário—cuja idade provêta se vislumbra das cans intonsas a esvoaçarem-lhe sob o boné caseiro e cujo bom humor lhe transparece do semblante risonho,—tendo-se levantado da cadeira, em que apoiava o corpo para aquele serviço interrompido, semi-inclinado em frente a Napoleão, aponta-lhe o torrador de café... Charlet (assim como Horace Vernet e outros intellectuais contemporaneos) tomava parte na defesa de Paris contra a invasão estrangeira de 1814, segundo P. M. Laurent ("Histoire de Napoleon I, pag. 474), que refere (pag. 464), haver o imperador dos franceses pernoitado a 27 de Fevereiro na cama única do presbitério de Herbisse. Dêste, provavelmente, é que trata a sua litografia.

BEBIDA DOS DEUSES E SOCÔRRO DAS MUSAS

Recebeu o salão de Paris, em 1881, um quadro de P. A. Ruffio, "Le café vient au secours de la Muse", que evidencia o concurso da arte para, ao lado da sciência, corroborar a afirmação desta de ser a bebida levantina um tônico da intelligência. Em frente ao atrio de um templo de Apollo, uma das filhas dêste deus e de Mnemosyne, entre símbolos que são de algumas das suas oito irmãs (um papyrus, desenrolado sobre a mesa, a cujos pés jazem livros e um globo) e sob um pálio, cujas dobras recobrem parte de uma harpa, estira-se cansada e enlanguecida pelo esforço mental, tendo quasi a tombar-lhe da destra a pena com que enchera boa porção do papel. Nisto, acóde-lhe uma espécie de Hébe escura, de azas pandas do vôo que a trouxera do céu e com longa faixa fluante a velar-lhe o *quantum sativ* da desnudez.

Qual o rémédio com que acóde Zeus á neta fatigada?—Não é a ambrosia do Olimpo, contada por mitólogos e cantada por aédos. E', sim, a ambrosia do oriente terráqueo, é o café que a alada mensageira oferece risonhamente á deusa derreada. Mas, se Homéro pudesse contemplar tal pintura, ficaria, ante uma escancôa de cor e aprumo incompatíveis com a hiper-estesia das concepções helenicas e ante uma bandeja, uma chícara e uma cafeteira, que não teriam sido jamais estilizadas pelos inspirados e fecundos fabricantes de deuses e causas de toda a evolução de humanidade, a menos que lhes houvesse prosperado a fortuna, o conhecimento da bebida da rubiácea do século de Pericles...

A Debucourt, finalmente, deve-se uma estampa, existente no Museu Carnavalet, de

Paris intitulada "Le Salon du Café Frascati" e na qual, representando-o cheio de fregueses, teve o artista o cuidado de fixar os vários traços característicos daquela época.

O CAFÉ NA ARTE GERMANICA

A arte germanica, quer na Alemanha, quer na Austria, também não recusou ao café a honra de um quadro histórico, assim como de produções relativas aos costumes locais e a impressões colhidas alhures.

Desses trabalhos, parece que o melhor é o grande painel evocativo da inauguração da primeira casa de café aberta ao público em Vienna, em 1683, por Kulczycki, humilde polaco que, por esse e outros serviços mereceu ser canonizado pela tradição popular e perpetuado, em homenagem ao líquido da rubiácea, numa estátua de que tratarei mais adiante.

Deve-se ao colorista austriaco Franz Schams e intitula-se "Das erste (Kulczyckische) Koffee Haus" (v. a reprodução de uma litografia anônima, na obra de W. H. Ukers, cit. pag. 48). Tendo sido a abertura do café vienense no mesmo ano da memorável vitória que salvou a Austria e o mundo cristão do formidável poder do crescente otomano, é provável que o artista haja fixado na sua tela algumas das personagens do homérico acontecimento. As figuras são todas expressivas, destacando-se dentre elas a do obscuro herói polaco, vestido á turca, e servindo, em pé, éle próprio o café, que está no ato de despejar de um bule oriental na chícara que se equilibra sobre pequena bandeja redonda em sua mão esquerda, a um fidalgo que o felicita amável, pondo-lhe o braço direito sobre a espada. Outro nobre, por certo autoridade civil, pois traz bastão em vez de espada ou faim, empunha uma chícara de café, enquanto conversa com outro, que tem a chícara entre as mãos, sobre a mesa a que estão ambos sentados. Mais ao fundo, lobriga-se um dos presentes a saborear a negra infusão em gesto sugestivo, enquanto certo cavalheiro moço, guardando ás pressas o cachimbo sob o laço da gravata, leva os dedos da mão esquerda (não se vendo, por causa da mesa, o que faz com os da direita) ao lindo palminho de casa da risonha *madchen*, que segura com as mãos ambas a bandeja em que lhe traz a nova beberagem. A' direita, ao fundo, ainda se avista uma rapariga, de touca pilando os grãos torrados da rubiácea num almofariz sobre o rebordo do fogão, não a impedindo tal serviço de mirar o que se passa no salão. Tudo emfim, interessa nessa obra de arte, em que Schams respeitou igualmente o mobiliário do tempo, mesas de pés torneados, guarda-louça de colunas torcidas e cadeiras de espaldar em curvas barrôcas, assim como o candelabro e os utensis que se encontram ali á mostra, tendo aí posto sobre o armário um *narghilch*. Bem ao alto da parede do fundo, lê-se, sob a botela pendente do tétó, a denominação que deu Kulczyck á sua casa de café:—"Zieder Blauen Flaschen" (isto é, "A garrafa azul fervente").

Na Alemanha, deixou Milde duas telas quasi iguais, representando uma dela "O pastor Rautenberg e sua familia em torno á mesa do café" (1833) e o outro "Manager Classen e sua familia, de tarde, á mesa do café" (1840). De C. Schmidt há uma tela relativa a certo café berlinês e datada de 1845. Adolph Menzel (nascido em Breslau em 1815, e falecido em 1905), pintou um "Café em bulevar parisiense" (1870). Frederick Walle traçou uma cena de café em Munich. Paul Meyerheim (nascido em 1842), não inferior ao pai, Friedrich Eduard Meyerheim (1808-1879), como colorista,—preocupou-se com o genero humorístico e com a vida levantina, da qual elaborou a tela "Orientalisches Kaffeehaus". Joham Philipp pintou "Die Greisinn und die Kaffeetasse": e Peter Philipp a "Kaffeebesuch". Este último quadro patenteia bem os hábitos sociais germanicos. Não se lhe pôde traduzir o título tudesco para "Visita de café", porém sim para "A visita á qual é servido café". É uma velhinha que vai a casa de amiga talvez da mesma idade, e ali, numa sala em que há quadros á parede e jarra com flores sobre móvel antigo, oferece a visitada á visitante a saborosa bebida. Está a despeja-la no bule na chícara, e sobre a mesa redonda avista-se a bandeja com o açucareiro e a manteigueira, além da cesta cheia de pequenos pães.

A HISTÓRIA DO CAFÉ NA ARTE "YANKEE"

Dois artistas "yankees" também applicaram as tintas da paleta a assuntos que se ligam a historia do café. O primeiro foi Francis Guy, que em Filadelfia perpetuou numa tela o "Tontine Coffee-House", fundado em Nova York em 1791, e que foi batisado com aquele nome, por haver o grupo mercantil, que lhe deu origem, adotado em sua organização, com ligeiras modificações o plano associativo-financeiro que Lorenzo Tonti conseguira introduzir na França em 1653. Além de representar parte da Wall-Street, qual era em 1790-1800, apanhou bem o quadro a outra rua, Watel-Street, no angulo noroeste das quais avultava o vasto e alto estabelecimento, que toda gente do interior, vinda a grande cidade, nunca deixava de visitar, pela fama que logo correu por todo o país, do tamanho da casa, de conforto que a mesma proporcionava e do bom café que se bebia ali. O trabalho de Francis Guy acha-se desde 1907, num dos salões da New York "Historical Society", que o adquiriu de miss Margaret A. Ingram. O segundo foi Charles P. Gruppe (nascido em 1860), que é o autor do painel "Washington's official welcome to New York by City and State Officials, at the Merchants Coffee-House, april 23, 1789". A primeira casa em que se abriu o célebre "Marchants Coffee-House", por volta de 1737, era sita no encontro, a noroeste, das ruas Wall e Wetel; mas em 1772 mudou-se para a esquina da sudeste. Nêle foi que se trouxeram idéas e se fizeram juras, conjuras e planos em prol da independência nacional, pois era o ponto predileto de reu-

nião dos "Sons of Liberty" ou "Liberty Boys", quer antes quer depois da declaração de direitos de 4 de Julho de 1776. Foi para encerrar com chave de ouro o seu glorioso papel na luta formidável pela conquista da soberania patria, que a sua diretoria conseguiu fosse ali realizada a recepção oficial de George Washington, que acabava de ser eleito primeiro presidente constitucional da grande República e que uma semana depois ia tomar posse do seu alto cargo. A pintura de Charles Gruppe é resurrecionista e parece ter respeitado as personagens, os costumes e a cor local. Ao fundo, avistam-se mastros de navios, surtos no porto; a rua central está cheia de tropas, cavalaria e infantaria, em posição de apresentar armas, a massa popular acumula-se ao lado das forças do exército em frente ao "Merchant's Coffee-House". Destaca-se este, com os seus quatro andares, no canto da rua lateral e lê-se-lhe bem na taboleta, sobre a porta de entrada, a antiga e tradicional denominação. Num dos angulos da fachada, desdobra-se aos arcos o pavilhão constelado da nova nacionalidade; e das sacadas do segundo andar, exornadas de colchas multicolors de seda damasquina, muitas damas do escól social neworkense contemplam entre rejubilosas e comovidas, a cena que se desenrola em baixo. O herói da liberdade norte-americana e já escolhido para supremo condutor dos seus destinos, está sendo recebido á porta do "Merchant's Coffee-House", pelo governador do Estado, pelo prefeito (*mayor*) da cidade e pelas outras autoridades mais graduadas do município. O presidente eleito da República e os representantes de New York estão todos de cabeça descoberta e em suas figuras lobriga-se a sobriedade de expressão fisionômica, peculiares de legítimos herdeiros da flegma perpendicularidade dos bretões... Pertence actualmente esse quadro por oferta do artista, ao sr. W. H. Ukers ("All about coffee" pags. 114 e 593.)

GRAVURAS E ILUSTRAÇÕES SOBRE O CAFÉ

Corre-me ainda a obrigação de inserir aqui algumas notas sobre as mais importantes gravuras e ilustrações de toda casta, surtas em jornaes, opusculos e livros antigos e modernos, especialmente ou acessoriamente consagrados ao café.

Publicou Philippe Sylvestre Dufour (1622-1687), francês que unia ao comércio de especiarias levantinas o manejo da pena, um volume em latim (Lyons, 1671) do qual saíram anos depois duas edições vernaculas: a de Lyons, em 1684, e de Haya, em 1693, ambas com o título "Traitté nouveau et curieux du café, du thé et du chocolate.—Ouvrage également nécessaire aux medecins, et á tous ceux qui aiment leur santé". Ornou elle a sua obra com desenhos que fez burilar em xilogravura. A da portada representada, sob uma tenda em redor de mesa baixa e redonda, um árabe tomando café, um chim bebendo chá, ambos sentados sobre o

tapête que recobre o chão, e, em pé, um ame-rindio, de arco em punho e a soerguer na destra a tigela de chocolate. Ainda em outra gravura reproduziu o árabe a saborear a infusão negra, tendo ao lado uma cafeteira de barro: e, além de fornecer mais adiante desenhos das folhas e sementes da rubiácea, deixou a documentação grafica de como era um torrador de café, usado em França no século XVII.

Jean de la Roque (1661-1745),—cujo pai, P. de la Roque, acompanhava o embaixador da França, M. de la Haye, á séde da Sublime-Porta, e de regresso á Marselha, ali introduziu frutos da rubiácea, assim como utensilios turcos para o preparo da bebida,—esteve também nas terras agarenas e fez sair dos prélos a seguinte obra: "Voyage de l'Arabie Heureuse, par l'Océan Oriental, et le Détroit de la Mer Rouge. Fait par les François pour la première fois, dans les années 1708, 1709 et 1710. Avec la relation particuliere d'un voyage fait du Port de Moka a la Cour du Roy d'Yemen, dans la seconde Expedition des années 1711, 1712, et 1713. Un memoire concernant l'Arabie et le Fruit du Café, dressé sur les observations de ceux qui ont fait de dernier voyage. Et un Traité historique de l'origine et du progrès du Café, tant dans l'Asie que dans l'Europe; de son introduction en France, et de l'établissement de son usage á Paris" (Paris, 1716, 403 pags.) Esse trabalho appareceu ou foi aproveitado no ano seguinte (1717), em Leipzig, sob o titulo "Gründliche und sichere Nachricht von Caffee—und Caffee-Baum"; e, em tradução ingleza veiu novamente a lume em Londres em 1726. Foi ilustrada a *editio-princeps* pelo gravador S. Thomassin, qual se lê nas estampas ás pags. 275 e 284, as quais representam um exemplar da rubiácea já aclimada no berço de Maomet, como se vê da legenda "Arbre du Café desiné en Arabie sur le naturel", e o "Rameau d'un Arbre de Café chargé de fleurs et de fruits, d'apres le naturel".

A Antoine Galland (1646-1715), orientalista francês, devem-se diversos trabalhos, todos relacionados com a planta levantina:—o "Journal d'Antoine Galland" (1673); "De l'origine et du progrès du café—sur un manuscrit arabe de la Bibliothèque du Roy" (1699), reeditada em inglês (Londres, 1696), volume no qual se encontra a primeira tradução e análise feita em França, do manuscrito árabe de Av-el-Kader, atribuido a 1587, e que é o mais antigo documento conhecido sobre a origem do café: e, por fim, "Les nuites d'Arabie" (1699), transladação do árabe para o francês. Todas essas publicações saíram da arte tipográfica parisiense. A última foi ilustrada, e nela se encontra curiosa gravura (v. reprodução em "All about coffee", pag. 23), representando a cerimônia do oferecimento de café a um hospede. Traz o servo negro a bandeja com o bule e duas taças fumegantes, e o magnata otomano diz ao seu visitante, de grama cimitarra á cinta e curvado a agradecer-lhe o gesto que se sirva de uma delas.

A EXPLORAÇÃO DO "LICOR NEGRO"

O café líquido começou a ser vendido ao público em Paris, por um armenio de nome Pascal, em 1672, e, dêsse anno em diante, até que Francesco Procopio Coltellì montasse em 1689 a sua casa depois famosa, um candiota e um levantino (êste chamado Joseph), andaram a mercadeja-lo ali pelas ruas, por dois soldos a chícara (que era maior que as atuais), compreendido no preço do açúcar. Alguns antigos *cabarets*, como o Magny e o de Jean Ramponaux, começaram a explorar o negócio do novo licor negro. Conhecem-se algumas raras estampas, concernentes a êsses episodios, infelizmente anônimas, e que se encontram reproduzidas na obra de W. H. Ukers (pags. 90-93). Inestimáveis todas elas pelo préstimo de documentarem os costumes do século XVII,—convém se diga algo sôbre a que, em forma de cartaz ilustrado (impresso com autorização da polícia), servia então para atrair freguezia á taverna de Jean Ramponaux, que chegou com crescente fama até ao reinado de Luiz XV. Ao alto, está representado o vasto salão, em cujas paredes do fundo se avistam figuras mitológicas e reais, bem como um galo e um cisne, exibindo-se á direita a cozinha aberta. E' hora de grande movimento: muita gente, em maioria do sexo afetivo, sentada ás mesas, e ainda estão chegando dois casais. Em baixo, o medalhão com o retrato do dono da casa é ladeado pelos seguintes versos:

*Au sein de la paix, goûter le plaisir,
Chez soi s'amuser dans un doux loisir,
Ou bien chez Magny s'aller divertir:
C'étoit la vieille méthode.*

*L'on voit aujourd'hui convir nos Badaux—
Sans les achever quitter leur travaux.
Pourquoi? c'est qu'ils vont chez M. Ramponaux:
Voilà la Taverne á la modee.*

Ao romancista Nicolas-Edmé Restif (1734-1806), mais conhecido pelo nome de "Retif de la Bretonne" e que foi um predecessor de Balzac, atribue-se o desenho de uma cêna de amor, em que foi progatonista um caixeiro de café parisiense, em 1782 (v. W. H. Ukers, op. cit. pag. 96). Mas as gravuras de Bosredon (id. ib., pags. 97, 99 e 101), é que nos conservaram, com a cor local e os característicos das épocas, o "Café Foy" em 1789, o "Café de Paris" em 1843. O livro de E'delestan Jardin, "Le café et le café" (Paris, 1895), saiu com illustrações, devidas a desenhos de Charles Emonts.

UM TERRIVEL LIBELO CONTRA O CAFÉ

Quanto aos antigos cafés londrinos, reproduziu o mesmo citado tratadista (op. cit. pags. 60 e 61), duas xilogravuras anônimas, representando cênas de costumes de tais casas no século XVII e precisando-se a primeira como de 1874. Assinala êsse ano (1674), que foi o da

mais aguda crise de hostilidade por que passou o líquido da rubiacea na capital ingleza,—o aparecimento, ali, de tres inolvidaveis panfletos. O primeiro intitulou-se "The Women's Petition against Coffee, representing to public consideration the grand inconveniences accruing to their sex from the excessive use of the dryng and enfeebling liquor", e nêle as damas injustas (as quais até então se recusava ali o livre ingresso em tais estabelecimentos) accusavam o café como causador da inercia genésica dos seus maridos tidos por elas, que assim oustavam aprego-lo sem vexame próprio, na conta de "unfruitful as the deserts where that unhappy berry is sold to be bought", isto é, "estêreis como os desertos onde se diz eram adquiridos aqueles infelicitantes grãos".

A DEFESA... EM CAUSA PRÓPRIA

O segundo—pronta réplica dos consortes ferinamente alvejados—foi "The Men's Answer to the Women's Petition against Coffee, vindicating... their liquor from the undeserved aspersion lately cast upon them, in their scandalous pamphlet". Percebe-se que êles cogitavam de defender dois líquidos, o da rubiacea e o... outro arguido de imprestabilizado pelo café, bem procedendo em epiterarem de "escandaloso" o libelo das suas esposas. Melhor andariam, porém, se obedecessem ao velho mandamento do "res non verba"... O terceiro que mais importa ás relações entre o café e as belas-artes, saiu em rimas subordinadas á seguinte denominação:—"A brief description of the excellent virtues of that saber and wholesome drink called coffee and its incomparable affects in frequenting of curing most diseases incident to humane bodies". Occupa uma única página impressa, em cuja parte inferior se acham os versos dispostos em duas colunas separadas por um fio de cruzetas, tendo o cabeçalho, também dividido em duas porções, uma estampa com dois cafeeiros ao alto, um florido e o outro em frutificação, e a sala de um "Coffee-House", em baixo. Foi êsse portanto o primeiro panfleto, dos até hoje conhecidos, relativos ao café, que apareceu illustrado.

Eis (livremente feita por mim) a tradução da melhor parte da poesia desse memorável "broadside" do século XVII:

*Quando a ebriante e subtil invenção do pai Noé
Por todo o mundo devastadoramente,
Mergulhando a gente alta e a mais baixa ralé
Num trêdo mar de vício e convulsão da mente:*

*E quando, criada além, nos teutonios confins,
De nós se apoderou a nevoa da cerveja,
A enfraquecer-nos a alma e a alquebrar-nos os rins
Invadindo os salões e até as celas da Igreja:*

*Tremendo Deus que aqui morressemos de tédio
Nas garras de satã, pela falta de fé.
—Apiedou-se, afinal, e enviou-nos um remédio
O doce, salutar, bemfazejo café.*

*E' um santo cura-tudo êsse divino grão,
Favorável à bolsa e ao corpo da pessoa
Que torna sóbria e a quem alegra o coração:
Bebida outra não há, no universo tão boa.*

*Para tornar também feliz a nossa terra,
Mandou-nos seu maná essa Arábia-Feliz,
Hoje amiga da paz, hoje contrária à guerra,
Porque transfigurá-la o café assim quiz.*

*Do paraíso terreal, êden do fulvo sol,
Berço da arte e da ciencia e das flores mais raras,
Foi que nos veio, enfim, êsse nectar de escól,
Em que o céu adunou maravilhas preclaras.*

*Gerou-o, porventura, Phenix imortal,
Que naquelas regiões escondeu o seu ninho,
Trazendo-o para aqui, a livrar-nos do mal,
Que era o alcool da cerveja e que era o alcool do vinho*

*Estomago adoentado e rosto sempre triste,
Memoria certa e má, fraqueza em cada pé,
Tremor em cada mão,—nada disso resiste
A' milagrosa ação do licor do café.*

*Não deis ouvido nunca às posses do doutor,
E atirae-lhe bem longe as drogas, prontamente,
Pois que vos curareis de tudo quanto é dor,
Graças a essa aromal beberagem do oriente!*

*Só deste mago filtro, em forma de amorosia,
Deveis constantemente usar, com plena fé,
Deveis bebê-lo á noite e bebê-lo de dia,
Não deixeis nunca mais de tomar bom café!*

O MAIS COMPLETO TRATADO SÔBRE O CAFÉ

Em 1683, divulgou-se em Londres outro panfleto ilustrado, sob a epigrafe "Wonders on the Deep". É uma gravura complicada (v. W. H. Ukers, op. cit., pag. 79) a que trouxe o novo "broadside", pois o artista conglomerou nela um trecho da capital ingleza, em que se localizou então uma feita e onde funcionava o "Inke of York's Coffee-House". Em curto espaço conseguiu o desenhista meter o Tamiza, cortado de barcos, uma grande parte, os pavilhões da feira, circos, carruagens, transcendentes dos dois sexos e de todas as idades, cães em quantidade e outros bichos. Quasi Arca de Noé...

Uma peça teatral de James Miler, "The Coffee-House", impressa em 1737, tem na portada uma gravura, que representa parte de uma capa de café, na qual se vêem dois casais, um alegre, em idílio, ao fundo, e o outro em briga á frente, Postrando um fidalgo, que chega ali, em tal momento, ao par satisfeito a mulher que chora nos braços do amante ingrato ou volúvel.

Ainda conseguiu W. H. Ukers (op. cit., pags. 87-88) descobrir e reproduzir tres gravuras anonimas: uma em aço, sem data (do "British Museum"), do "Don Saltero's Coffee-House"; á segunda o frontispicio do "British Coffee-House"; e a terceira, simples desenho

de 1809, é a fachada do "Grecian Coffee-House". Valem apenas como documentos da história do café no mundo culto.

A primeira casa em que se vendeu café K. quido na Austria, estabelecida por Kulcztscki em 1683 em Viena, consta de uma gravura que se encontra no livro de M. Bermann. "Alt und neu Wien" (Viena, 1880).

Quanto aos primitivos cafés públicos da república yankee, "poude" ainda E. K. Ukers (op. cit., pags. 123 e 129) achar duas raras obras de arte, que os rememoram:—uma estampa de 1773, tirada de uma gravura de Birch, que representa a "City Tavern", depois "Merchandise Coffee-House" de Filadelfia; e a outra feita sobre bela pintira, de 1803, que perpetuou o "New York's Vauxhall Garden", daquela data.

Nos anuncios de venda do café também se empregou o buril de habéis artistas modernos, como se pôde ver do grande número de cartazes ilustrados, a que W. H. Ukers consagrou o cap. XXVIII, do seu magnifico livro "All about coffee", onde "A short history of coffee advertising", vae da pag. 431 á pag. 465. Ha entre êles muitas estampas sérias e algumas gaiatas. São todas de casas norte americanas, Do Brasil,—a nova e grande e opulenta terra do café,—é que não se encontra ali nenhum.

Para por fêcho a esta parte,—cabe-me o dever de preitear a minha sincera admiração ao editor de "The Tea and Coffee Trade Journal", pelo seu esplendido volume "All about coffee", que condiz com êsse enfático título. E' o mais completo tratado que até hoje appareceu no mundo sobre a rubiácea de origem oriental. Exaure todos os aspectos do assunto, científicos, artisticos e literários, com desenvolvimento maior, como é curial, no tocante ás feições econômicas que circunvolvem a cultura, preparação e comércio da *coffea arabica*. Serviu-me êsse livro,—cujo autor revelou, além da competência de especialista na materia, uma paciência de beneditino (no bom sentido dêsse nome fradesco) para as pesquisas de tão complexos e variados elementos dilucidativos—de fonte limpa e fidedigna para as paginas que aí ficam e para as que se vão seguir. E, ao fazer esta confissão sincera e oportuna, não devo deixar de exprimir também os meus louvores á officina newyorkense, de que saiu tal obra, editada em 1922. Esta, pela nitidez da impressão e pelas profusas illustrações, algumas em coloridos, constitue um premio de arte tipográfica.

B)—ESCULTURA

A ÚNICA OBRA ESCULTURAL SOBRE O CAFÉ

Obra escultural, a que se haja associado de qualquer forma a "*coffea arabica*",—só é conhecida até hoje uma:—a estatua de Kulczycki, na capital da Austria.

Não pude descobrir o nome do artista que a moldou. Sabe-se apenas que se deveu ao reconhecimento da "Innung der Weener Kafecsie-

der" (Gremio dos vendedores vienenses de café líquido) para com o introdutor da útil bebida ali.

Orna ela a esquina do segundo andar de um predio sito á Favoriten-Strass, em cuja parte baixa funciona o "Café Zevirina".

Ergue-se sobre um plinto embutido na aresta e cuja base superior corresponde á inferior das janelas do dito pavimento e pôde-se calcular-lhe a altura pela de uma das janelas, pois que a extremidade da cabeça lhes atinge a linha dos dintéis.

Respeitou-lhe o escultor o traço coetâneo característico e representou-o—de acôrdo com os desejos da associação promotora de tal homenagem,—na attitude de despejar café tirada de um bule oriental, cuja asa lhe seguram os dedos recurvos da destra, dentro de chécaras dispostas em pequena bandeja, que lhe repousa sobre a mão e braço esquerdos. Vêm-se-lhe atrás das pernas de armas ofensivas e defensivas de que usou como soldado, escudos, arco, lanças machadinhas e cimitarra, dispostas sobre a base superior do plinto.

A LENDA DO CAFÉ

Como em toda a parte, sobredurou a lenda a história da introdução do café na Austria.

Segundo a tradição, ao polaco Kulczycki (nome alemanizado para Kolschitzky), engajado como intérprete nas fileiras do exército turco, foi que deveu Viena, em 1683, tanto a sua salvação e a da cristandade contra o formidável poder dos otomanos, quanto o ensinar o preparo do café e ser o primeiro a vendê-lo na capital austriaca.

Tendo aparelhado um exército de 300.000 homens, destinado á conquista da Europa occidental, confiou-o Mahomed IV, ao comando do seu grão vizir Kara Mustapha, que atacou Viena a 1 de Julho de 1683, O Imperador Leopoldo I (nascido em 1640 e no trono germanico desde 1658) fugiu com a sua côrte para algumas leguas de distância. Não longe, estava o principe de Lorena, com 33.000 homens, aguardando o prometido socorro de Sobieski (João III), rei da Polonia, e na cidade ameaçada de total aniquilamento, dirigia a resistência o conde Rudiger con Starbemberg. Para dispôr as coisas com a mira em êxito seguro, era imprescindível um mensageiro fiel, capaz de atravessar a nado o Danubio e de passar por entre as tropas inimigas assediadas. Aí começou o papel de Kulczycki, que tendo vivido muito tempo entre os turcomanos e conhecendo-lhes a lingua e os costumes, envergou um uniforme de soldado do crescente e por muitas vezes vadeou o largo rio e transpoz as linhas de cerco, até, que vindo com o ansiado reforço o soberano polaco, consolidadas as posições no alto do Kahleberg, tudo se aprestou para o combate decisivo. Este, que evidentemente impediu a queda da cristandade sob o jugo musulmano, realizou-se a 12 de Setembro, e, graças ao valor e a capacidade estratégica de Sobieski, foi derrotado o exercito otomano, que

deixou no campo da pelega grande quantidade de cadáveres, de armas de tendas, de animais, de dinheiro, de generos alimentícios e muitos sacos repletos de café. Distribuidos êsses despojos, ninguem sabia o que fazer dos grãos da rubiácea que lhe tocavam. Ninguem conhecia ali tal fruto, senão Kulczycki. Por isso pôde êste arrecadá-los todos para si, sem despesa alguma; e, com êsse sortimento, iniciou sem tardança o preparo da bebida, vendendo-a primeiramente de casa em casa, em pequenas escudelas de madeira, e depois no estabelecimento que montou em Bischof-Loff.

UM SANTO PADROEIRO DE CAFÉS

Mercê das investigações de Bermann ("Alt und neu Wien", 1880, pagina 964), averigou-se que a municipalidade da capital austriaca, como prova de gratidão aos serviços do intrepido polaco, lhe ofereceu ali uma casa. Sabe-se que se esforçou êle porque ela não fosse de valor menor de 1.000 "güiden", e, nêsse proposito endereçou vários pedidos á vereança. Mas esta poz-lhe termo nos requerimentos, em 1635 dando-lhe e a sua mulher, Maria Ursula, um predio sito em Heidgasse e que tinha então o número 30 (hoje 8).

Morreu Kulczycki, tuberculoso, a 20 de Fevereiro de 1694, mas os seus herdeiros e sucessores continuaram a explorar a venda do café líquido, mudando o estabelecimento primitivo de Leopoldstadt para Donastrand, junto de Schlagbrucke (depois Ferdinandsbrucke).

Conta-se que a todo freguês dava o carinhoso título de "bruderherz" ("coração fraternal") e que assim ficou elle próprio depois geralmente chamado. Conhecido como o "santo padroeiro dos cafés de Viena", era justo que a "Innung der Wiener Kaffeeseider", que lhe guarda um retrato coetâneo da sua popularidade, encomendasse pelo mesmo a feitura da estátua, que o expõe ás bençãos da geração de agora e das provindouras.

C)—ARQUITETURA

O "CAFÉ PEDROCCHI"

Em geral, os vendedores de café líquido sempre se estabeleceram em casas construidas para outros fins, as quais, quando muito, eram adaptadas interiormente para o novo mistér mercantil. Das de Londres, de Paris e de Nova York,—que, desde o século XVII até ao XIX, tanto se celebrizavam, pelo papel conspicio que tiveram na evolução intelectual e na transformação política da Inglaterra, da Franca e das colonias británicas da America do Norte,—nenhuma consta haja sido construida especialmente para a venda da bebida oriental.

Parece, por isso, que sómente na Italia se ergueu um dos mais belos edificios daquelle país para a função de café público.

Antonio Pedrocchi, nascido em Padua em 1776 e ali falecido em 1852, era, a principio, pobre vendedor ambulante de refrescos. Amea-

lhando pouco a pouco algumas economias adquiriu uma casa velha, onde instalou o negócio de sorvetes e café. Tinha quarenta anos, quando, procedendo a reparos no assoalho do prédio, descobriu boa porção de ouro, que se supõe ter pertencido a uma igreja destruída. Salteou-o então o desejo de, ali mesmo, na terra do berço perpetuar o nome num edificio imponente em que instalasse o seu café e, com pasmosa tenacidade, contratou-lhe a construção, que durou um quarto de século, invertendo nela todo o seu capital e sacando ainda ousadamente sobre o futuro.

Averigui ter sido um arquiteto de cognome Japelli quem traçou a planta e provavelmente quem levantou até a cumieira o famoso "Café Pedrocchi", até hoje existente em Padua. Sabese, contudo, que os seus alicerces datam de 1816 e que, apesar de franqueado ao público a 9 de Junho de 1831, só se lhe rematou a construção em 1842.

Tem o aspecto de teatro. Consta a mole de dois pavilhões laterais, fronteiros com o alinhamento da rua e cuja cobertura plana coincide com o alto do primeiro pavimento do corpo principal, que tem três andares. O estílo é greco-romano. Os pavilhões, sustentados por pilastras angulares e colunas centrais, têm os frisos lindamente enguirlandados e são totalmente abertos, podendo-se, contudo, á falta de portas, vedar-se das vistas alheias por meio de cortinas. Ao alto de ambos gira em cada terraço um circo de cavalinhos de madeira, destinado a divertimento de crianças, e uma cerca metálica toma toda a extensão extrema do tecto. A mole principal, cuja base é um pouco mais elevada que a dos pavilhões—o que deu causa á rampa suave, ornamentada lateralmente de candelabros e jarrões, que lhe dá acesso—consta de duas partes, a central, ao fundo da largura da rampa; e os sobrados lateraes, da mesma largura dos pavilhões. Aquela tem em toda a sua extensão um pequeno terraço, na base do segundo pavimento, e o seu entalamento é sustentado por altas colunas jônicas do comprimento dos dois andares superiores. Em cada um dos sobrados laterais, na parte da fachada, há apenas uma porta que se abre sobre o terraço dos pavilhões, Acima delas, em retângulos, vêm-se baixos relevos com cenas da historia paduana.

Aí está a pálda descrição do mais belo edificio do mundo, como café público. Internamente mobilou-o e decorou-o o proprietario com o refinado gosto que lhe inspirou a inata disposição que tem todo italiano para as coisas de arte. Além da bebida oriental, ali vendia êle refrescos e sorvetes, e, em quartos reservados, servia merendas e ceias. Compreende-se bem que, nessas condições, poude atrair á sua casa a fina flôr da juventude paduana.

Expirou Pedrocchi em 1852, mas o palácio que elle ergueu e que lhe conserva o nome, não deixa apagar-lhe da alma dos pósteros a admiração que merece a sua feliz iniciativa, até ao presente não imitada por ninguem no orbe cultural.

O "EXCHANGE COFFEE-HOUSE" DE BOSTON

O "Café Pedrocchi", de Padua, é o mais belo, porém não é o maior nem o que custou mais dinheiro, dentre os seus congêneres. Procedeu-o em data o "Exchange Coffee-House", de Boston que, foi começado a construir em 1805 e aberto ao público em 1808. A sua planta foi levantada pelo arquiteto americano mais abalizado daquela época, Charles Balfinch. Deram-lhe os seus sete andares direito a ser chamado de "skyscraper". Ficou em meio milhão de dolares. Mas, apesar do marmore que nêle se empregou, além de muita outra pedra e muito tijolo, é apenas enorme, e, como todos os monumentos megalíticos, quer antigos, quer modernos, não se distingue pelo aprimorado do lavor arquitetônico. É singelo por demais. E causam desagrado á vista as janelas em bizzarra combinação, no frontespicio, de fechos curvos sobre outras de fechos retos, o que lhe não guardou nas partes laterais, em que são elas em maior número e mais simétricas. Ali foi banqueteados o célebre presidente Monroe, em Julho de 1817. E um ano depois era aquele "arranha-céos" destruído por um incêndio erguendo-se ali imediatamente outro edificio, com o mesmo nome, embora pouco semelhante ao que o fogo derruira. Do primitivo, pode-se ver a estampa no "All about coffee" (pag. 113), de W. H. Ukers.

DA HERALDICA NUMISMÁTICA E MEDALHISTICA

O CAFÉ NAS ARMAS BRASILEIRAS

Por decreto de 18 de Setembro de 1822, passou a figurar o café no escudo de armas e na bandeira do Brasil. Assim, em fórma de um ramo, representando com folhas e frutos, entrelaçava-se, na parte inferior do escudo, com outro de tabaco, este á direita e aquele a esquerda. Daí proveiu o aparecer a *coffee arabica*, tanto bordada no pavilhão nacional, quanto gravada nas medalhas moedas e sinetes officiais do extinto imperio. Eliminada da bandeira republicana—que foi ideada por Teixeira Mendes—continuou, todavia, nas armas ora em vigor, para timbre dos papeis publicos.

MOEDAS

Em moedas de emissão particular, representou-se simbolicamente a rubiácea durante muito tempo e sob varias modalidades, na Inglaterra, durante o século XVII, como se vê das peças originaes existentes no "British Museum" e na coleção Beaufoy do "Guildhall Musseum" (W. H. Ukers, op. cit., pags. 63 e 65).

Num periodo em que havia em Londres muitos cafés publicos, escasseando a moeda metálica divisionária, fizeram os donos de tais casas cunhar, em forma de "jetons", *farthings*, *half-pennies* e *pennies*, em latão, cobre, estanho e até em couro dourado. Refere J. H. Burn, em seu "Catalogue of trader's tokens", que o govêrno inglês processou e punia, em 1672 a

esses concorrentes do monetifício britânico, dos quais ainda se ocupou a proclamação régia de 1674.

Dessas moedas ilegais, apenas três são completamente lisas no reverso:—a do "Robin's Coffee House in Old Jewry, a do "Union Coffee House in Cornhill"; e a do "Chapter Coffee House". São das maiores de todas as então fabricadas e as que mais se assemelham a "jetons". As duas primeiras não têm símbolo algum, apenas a terceira ostenta no centro uma tiara. E todas elas tem o algarismo "3", indicativo do valor corrente.

Seis delas trazem as datas da respectiva entrada em curso ilegítimo e são, talvez, as mais antigas de todas. O formidando incêndio de 1666, em Londres, destruiu-lhe quasi todas as casas de café. Salvou-se apenas das vorazes chamas o "Rainbow Coffee-House". Era seu proprietário um certo James Farr, que, ou para comemorar essa boa sorte, ou pela urgente necessidade de troco miudo, que o assoberbava nas relações com o então mais crescido número de freguezes, fez cunhar naquele ano uma como medalha-moeda, em cujo anverso além do seu nome e da referida data, figura um círculo central um arco-iris (*rainbow*), cutilando sôbre labaredas profusas, e no reverso a declaração do valor ("his half-penny"), a indicação da rua em que funcionava o estabelecimento ("in Fleet Street"). A segunda traz no anverso "Mary Stringer-1669) e no círculo central um braço como que emergindo de rendas, que, empunhando um bule despeja café em chícara posta sobre mesa onde há também dois cachimbos apagados; e no reverso o valor "her half penny" e a rua "Little Trinity Lane". O anverso da terceira apresenta uma cabeça de sultão circundada pelo nome do emissor. "Archier Brocas"; e o reverso exhibe no centro uma cafeteira, rodeada pela indicação da via pública, "In Exon" e pela data da cunhagem, "1670". A quarta é a mais artística de todas estas, pelos dúplos círculos centrais e extremos em forma de rosários; no anverso há um braço humano, como na segunda acima descrita, segurando uma cafeteira sobre uma chícara mal apoiada na curva interna, e no círculo imediato "Andrew Vincent Ye. Coffee"; e no reverso, o valor "1 D", a rua "House in Fryday Street" e a data "71". A quinta tem no rosto um homem que despeja de um bule café numa chícara, apoiada em sua mão esquerda, circundada essa figura pela indicação "in ts. Bartholomeurs Close", e no reverso "His Coffee House" e "William Rossel, 1671". A sexta traz na face um busto de sultão e o nome partido, "Soly-man" e no reverso "Words Coffee House in Bread Street-1671".

Com figuras tendentes a recordar a procedência levantina do café, sem data alguma, encontram-se quatro, existentes nas ditas coleções numismáticas. Duas são do "Morat Coffee-House in Exchange Alley" e trazem a effigie, por certo idealizada, no sultão (Murad ou Amurath), padroeiro da casa. Na provavelmente mais antiga, diz o anverso "Morat I, great, men did—Call meo"; e o reverso, "I

conquerd all where eare I came", circulando a seguinte inscrição central: "Coffee, Tabaco, Shorbet Tea, Chocolat. Retail, in Exchange Alee". Na outra, mais simples traz o anverso o busto do monarca otomano entre as duas sílabas do nome, "Mo-rat"; e o reverso apenas a indicação "The Coffee house in Exchange Alley". A terceira, cujo anverso exhibe no centro uma cabeça de odalisca, com a divisa circundante, "The Sultanes—A Coffee House", tem no reverso, em derredor de um escudo heráldico, apenas o letreiro: "In Sweetings Rents-Cornhill". A última d'êste grupo é otogonal, vendo-se-lhe no rosto, ao centro um braço humano, semelhante aos anteriores já descritos, que vai pôr uma chícara de café sobre mesa em que se encontram um almofariz e dois cachimbos, e em derredor "Tho, Dotridge, at. Carter"; e na face oposta, ao centro, um busto de sultã, tendo ao lado esquerdo o valor monetário "1 D", e no circuinto extremo, "Lané. End. near. Creed. Lane".

Duas delas, também sem indigitação de data, são dignas de menção especial. A primeira traz no anverso "Richard Tart in Grey" e no reverso "Friers-His half penny"; no centro do rosto, um homem nû, de rabicho trançado e cachimbo fumegante á bôca, despeja de um bule certo líquido sobre a taça que segura a sua mão esquerda espalmada; e no interior da face oposta há duas maiúsculas "R-T", evidentemente as iniciais do emissor, Richard Tart. Mas o rabicho não significará que se trata do líquido da *thea sinensis*, que não do da *coffea arabica*? Ou é que vendia êle simultaneamente essas duas bebidas? A segunda nada encerra que respeite o café: o emblema central do anverso é uma rosa aberta, lendo-se-lhe junto ao corcilio "Mary, Long, in, Rossel", indicação que se liga á do reverso "Street in. Covent Garden", com a inscrição interior "Her half penny—M. L." Como se trata de mulher, explica-se que haja preferido a rosa á flor, folhas e frutos da rubiácea.

Das cinco restantes, quatro se distinguem pelo braço humano que ora empunha uma chícara, ora despeja café de um bule, estilizado pelo modelo turco. No anverso da primeira há quatro chícaras em máo equilibrio, sobre a mais inclinada das quais quasi entra o bico da cafeteira, vendo-se em derredor "John Marston, in Tromp", letreiro que se completa no reverso "Inton. Street, Chambr.", e no círculo interior, "His half penny". A segunda traí mais apurado labor: no centro do rosto um braço masculino segurando bem modelado bule de café e no da face oposta, sobre um pedaço visível da mesa, duas chícaras uma faça comprida e dois cachimbos entre-cruzados,—rezando os letreiros junto ás serrilhas: "Mansfields, Coffee House" e "in Shoe, Lane, by. Providences". Mais singela é a terceira, cuja inscrição anversal é "Hoose, in, Lothedry", envolvendo uma simples mão, que empunha bule sem tampa, do qual não se comprehende, pela posição, como possa estar jorrando o café na chícara inclinada, que se apoia, contra as leis do equilibrio na curva central; e a outra

face traz apenas o anuncio do lugar, "Coffee. at. the. West. Cuntry", e as iniciais do emissor, "I. S.", que, todavia, poderiam egualmente representar o valor aquistivo, 1 shilling, se este não parecesse demasiado para tais moedas em curso ilegal. A quarta reza apenas no anverso "Richard Lion in y Strand" e traz no reverso, sob a indicação "His half peny", um leão, em pé, despejando a bebida do pequeno bule que se lhe prende nas garras da mão esquerda. A última (erradamente reproduzida por W. H. Ukers, pela inversão das faces), tem a forma de um coração; no rosto, além da mão que segura inesteticamente uma chícara há a inscrição "Henry Moscot—at. Ye. Coffee Hoose, against", que se conclue no reverso, "Brook Hoose, in Holborn—His half penny—se in Holborn—His half penny— v. H. F."

E)—ARTES INDUSTRIAIS

OS PRIMEIROS APARELHOS DE CAFÉ

Foi Philippe S. Dufour, em sua referida obra "Traitez nouveaux et curieux du café, du thé, et du chocolat" (Lyons, 1671), o primeiro que revelou a Europa, por estampas do seu próprio desenho, a forma dos aparelhos destinados ao preparo do café, conforme os vira no oriente (v. W. H. Ukers, op. cit., pag. 620).

Introduzida a *café arabica* no mundo culto não tardaram os artistas a aperfeiçoar tudo quanto interessava a útil bebida, e pouco e pouco foram surgindo torradores, moinhos, pilões, cafeteiras, bules, pires, chícaras e bandejas com o sinete da civilização ocidental.

Nos museus da Europa e sobretudo nos da grande república "yankee" é que podem ser vistos e admirados os antigos e raros especimens em uso no oriente, donde foram trazidos para o occidente, bem como confrontados com os que neste surgiram desde o século XVII até á hora presente.

No "United States National Museum", existe uma bela cafeteira, procedente de Bagdad e feita de cobre, assim como uma linda bandeja turca. No "Metropolitan Museum", de Nova York, há aparelhos persas e egipcios, de faiança, que se presumem destinados ao preparo e serviço do café; e possui o mesmo um moinho, de origem oriental, de bronze e madeira tauxiada, que, além de ornamentado com florões, é ornado de pedras vermelhas e verdes, facetadas, atribuindo-se tal labor a um desenho indopersa do século passado.

Onde mais se exerceu a arte industrial europeia, com relação a aparelhos de café, foi no tocante as cafeteiras e bules.

Afirma Charles James Jackson ("Illustrated history of English plate"), que não se diferenciavam umas das outras, na Inglaterra, as primeiras chaleiras, chocoladeiras e cafeteiras, e as estampas que elle fornece, de tres peças de 1870, 1681 e 1689, bem lhe confirmam o asserto. As duas primeiras são gravadas e pertenceram a "East India Company", sendo a última de propriedade do rei Jorge V. Conhece-se ainda uma cafeteira ingleza do século XVII (1692),

em forma de lanterna e pertencente a K. D. Ellis, também ornamentada. Pelas marcas, sabe-se que foram fabricadas por Francis Gorthorne e George Gorborne. O referido Ellis, que estudou a numismática dos "Coffee-Houses" londrinos e os antigos aparelhos de café ("Proceedings of the Society of Antiquaries", second series, 1899, vol. XVII, n. 2, pagina 390), attribue tambem á mesma centúria um lindo bule de porcelana, todo ornado de flores, que se supõe ter sido fabricado na China, por modelo inglês, assim como um azulejo de Delf, denominado "Dish of coffee boy", que representa um criado de avental, servindo o café, vendo-se na mesa a tigela e um comprido cachimbo emborcado e atraz dela uma botija e um bule. As cafeteiras do século XVIII revelam cada vez mais primor e variedade, á medida do progresso da centúria excepcional. Conhecem-se cafeteiras de stoneware e de salt glaze, uma devida a Elers (1706), outra a Astbury, e a terceira datada de 1725, existentes no "British Museum". No "Victoria and Albert Museum" há duas ambas de prata, uma feita por Folkingham (1715 ou 1716), e a outra por Wastell (1720 ou 1721), esta última de corpo otogonal. As de lord Swaythling (1731) e de Vicent (1738), também de prata, ostentam acentuado gosto artístico, principalmente a primeira, tem-se ainda uma irlandesa (da coleção Moore-Brabazon), de 1760, deselegante, embora cheia de ornatos, duas decoradas com folha e guirlandas, de asas e bicos finamente lavrados (uma de 1773 ou 1774 e a outra de 1776 ou 1777), de fabricação inglesa, e a da viscondessa Wolseley ainda do século XVIII. Os cinco bules de porcelana de várias fórmas e desenhos, reproduzidos por W. H. Ukers (op. cit.) á pag. 606, parecem ser de chá, que não de café. Não assim os com que o mesmo autor ilustra a pag. 610,—quatro peças de prata fabricadas em Sheffield, das quais um artístico bule com guirlandas, no bojo e abaixo da tampa, e uma anfôra, com torneira, para depósito de café líquido, cuja tampa é terminada em pinha sobre folhas.

De lavra italiana, é curioso o torrador, de ferro batido (W. H. Ukers, op. cit. pag. 600), attribuido ao século XVII. É verdadeira obra de arte, com motivos decorativos que traem o estílo florentino. Sobre a tampa áxibe-se uma papoula, do mesmo metal. E no "Metropolitan Museum", new yorkense, existe um lindo aparelho de porcelana, feito em cafeteira do Capodimonte (Italia), que se tem como do século XVIII, com seis peças, todas de delicado labor nas figuras paisagens, florões e linhas geométricas.

Na França, chegou o luxo ao ponto de se fabricarem bules de ouro, destinados ao café e naturalmente para a copa dos reis e dos potentados. Lazare Duvana vendeu tres a Luiz XV (em 1754 e 1755), por 1.950, 1536 e 2.400 francos, respectivamente. No Museu de Cluny (Paris) há um moinho de café, sobre cuja tampa estão representadas as quatro estações do ano. Parece que pertenceu a Mme. Pompadour, em cujo inventário ha a descrição de outro,

feito de ouro, ornamentado com um ramo da *coffea arabica*. Possui o "Metropolitan Museum", dois bules de porcelana, para café, um de La-Seine (1774), e o outro de Sévres (1792), dos quais é mais bonito o primeiro pelo contraste das côres e pelo bico de forma animal. Obra de raro mérito artístico é o bule de café feito de prata e premiado em 1886, que se vê estampado no livro de W. H. Ukers (pagina 612), pois que, além da ornamentação de folhagens e das curvas da aza, apresenta duas figuras, uma de mulher e a outra de anjo, admiravelmente modeladas e de graciosa postura.

O citado autor (pags. 622 e 623), ainda reproduz em ilustrações alguns bules flamengos, holandeses, alemães e russos, dos séculos XVII e XVIII, especimenes existentes no "Metropolitan Museum". Bojudos e de tampas em geral feias, assim como os bicos, não merecem grande apreço. De todos êles, distinguem-se apenas um russo, pela guirlanda que lhe circula o bojo e um belga, pela originalidade da aza, que representa uma cobra.

Encontram-se ainda no "Metropolitan Museum" dois exemplares típicos da arte germânica e da cerâmica iberica. O primeiro é uma cafeteira fabricada em Viena (1830), de bojo amplo, aza singela e pequeno bico, mas profusamente ornamentada de folhagens sobre que pousam aves. A segunda é um bule espanhol, atribuído ao século XVIII (W. K. Ukers op. cit., pag. 609), que, pela materia prima e pelo formato singular,—bojo largo, semi-quadrado de que emerge uma quadrela, aza em reta e comprido bico apenas recurvado na ponta, todas essas partes cobertas por arabescos, não patenteia a influência da arte mourisca.

Os primeiros aparelhos para o serviço de café, fabricados de prata e em uso nas colonias inglezas da America do Norte, logo depois que se introduza ali o fruto da rubiácea, foram devidos a artistas britânicos, vindos pela corrente migratoria. Não se distinguiam, a principio, dos que eram empregados para o chá. Alguns dêsses exemplares pôdem ser vistos no "Metropolitan Museum" (coleção Halsey e Clearwater). Muitas figuram em estampas da obra de Francis Hill Bigelow. "Historic silver of the Colonies". As mais antigas, como as de Pygan Adams (1712-1776), de Jacob Hardy (1702-1758), de Paul Revere (1735-1818), e de William Shaw e QWilliam Priest (feita para Peter Fanenil em 1751 ou 1752), assemelham-se as cafeteiras singelas, usadas no Brasil, das quais se distinguem apenas pelas variedades de curvas e ornatos das azas, como ainda pelos bicos, em geral imitando os de aves de rapina. Das tres cafeteiras de Paul Revere (1735-1818) existentes nas coleções yankees (W. H. Ukers, op. cit., pags. 610 e 613), uma acusa originalidade artista que não teve imitadores, pois a vasilha assenta sobre tres pés, terminados em garras. Em tais utensis trabalharam ainda outros ourives norte americanos, Samuel Minott, Myer Myers, G. Alken (1815). Garrett Eoff (1785-1850), Charles Faris, John Mac-Mullin e James Musgrave, em plena atividade no final do século XVIII, assim como

G. Alken e Anthony Rasch, do primeiro quartel do século XIX, e Garrett Eoff (1785-1850). Parece que a transição de uma para outra dessas centúrias, quanto ao progresso artistico, foi devida a Efraim Braser, cujo nome se lê no "New York City Directory", de 1786 e 1805. A elegante cafeteira de sua manufactura (coleção Clearwater), estampada na obra de W. H. Ukers (pag. 611), servia provavelmente de modelo aos fabricantes de tal especialidade, que vieram depois. Há ainda nos Estados Unidos da America do Norte duas inestimáveis reliquias, ligadas ao café e a historia yankee (v. W. H. Ukers, op. cit. pags 612-614, 617 e 690)—a urna destinada a deposito de café liquido e que se presume feita em Sheffield, a qual pertenceu á "Green Dragon Tavern", onde se ouvia patriotas da liberdade yankee (hoje na coleção da "Bostonian Society"; o moinho de café (muito simples, que pertenceu a George Washington e á sua esposa; e a singela cafeteira de que habitualmente se servia Abraham Lincoln em New-Salem (actualmente em poder de "Old Salem Lincoln Leagues", de Petersburg, por doação de mrs. Saunders).

F)—MUSICA

A PRIMEIRA CANÇONETA SOBRE O CAFÉ

A mais antiga composição musical, respeitante ao líquido da *coffea arabica*, appareceu em França e remonta a 1711, porquanto nêsse ano foi que obteve o *placet* da competente autoridade policial de Paris, Voyer d'Argenson, e tanto poude circular impressa, quanto ser cantada em público. Reproduziu-a fac-similarmente W. H. Ukers (op. cit., pag. 596). É uma cançoneta, intitulada "Le Café" a qual mereceu ser musicada para piano por H. Colet, professor de harmonia do Conservatorio da capital francesa. Não se conhece o autor da letra, talvez algum dos muitos inspirados das musas (quando não as maculavam de surpresa), que lucidaram ali no primeiro quartel do século XVIII, em meio do fulgor do *Roi-Soleil*. Eis a poesia que deve ter sido a melhor propaganda então feita em prol do uso do café, pela feição de receita médica e que caracteriza:

*Si vous voulez sans peine
Vivre en bonne santé
Sept jours de la semaine
Prenez du bon café.
Il vous préservera
De toute maladie,
Sa vertu chassera, lá, lá,
Migraine et fluxion, don, don,
Rhume et mélancolie.*

Louis Fuzeller (1672-1752), notável dramaturgo do século XVIII, traçou em rimas o panygyrico do café e a sua canção foi posta em musica por Nicolas Bernier (1664-1734). Dala-ei em tradução minha, não muito ao pé da letra, mas sem que me arvore em *traditore* do seu pensamento:

*Café,—licor vindo talvez do céu—
Quem te não bebe, ignora o que é sidéreo
Pois estendeste o teu pujante imperio
Por toda parte onde reinou Linéo.*

*Nectar celeste,
Doce bebida,
Só tu me deste
O encanto mais feliz da minha vida.
E's o eficaz remédio
Que nos aumenta a efêmera existência
Pois nos dá resistência
Contra o sono e a preguiça e contra o tédio*

*Nectar celeste,
Doce bebida
Só tu me deste
O encanto mais feliz da minha vida.*

*Licor que adoro,
Castália da poesia,
Mesmo aos deuses em coro
Apraz tua ambrosia.*

*Faze, sem treguas, guerra
Aos toxicos mortais!
Derrama em toda a terra
Aromas celestiais!*

*Licor que adoro,
Castalia da poesia,
Mesmo aos deuses em coro
Apraz lua ambrosia.*

UMA ÓPERA-CÔMICA FRANCESA SOBRE O CAFÉ

A última produção francesa, dentre as que tomaram o nome da inspirativa rubiácea foi a opera-comica em um ato, libreto de Henr. Melhac (nascido em 1831) e musica de Deffesi cuja bem sucedida audição primeiro se realizou em Ems, em 17 de Agosto de 1861, seguindo-se-lhe a do Theatre-Lyrique, de Paris, a 16 de Novembro do mesmo anno, com êxito não menor (v. "Dictionnaire lyrique par Félix Clément et Pierre Larousse, Paris, s. d., pag. 129). Idealizou Malhec certo episódio romanesco, que deu como ocorrido durante a juventude de Luiz XV, a ária dêste, assim começada:

*C'est un enfant
Qui s'est endormi sous ma garde...*

Foi a que mereceu mais aplausos. E o par-titurista aproveitou para êsse trabalho, acomodando-os as coplas do libretista, alguns trechos de Lulli e de Ramcau.

O CAFÉ NA ÓPERA ITALIANA

A musica italiana não podia deixar em completo olvido a bebida oriental, que serviu de motivo,—não em si mesma, porém nas casas e pessoas que a vendiam,—a alguns dos muitos compositores que floresceram durante o final do século XVIII na patria de Pergalese e de Puccini.

Conhecem-se nada menos de cinco epocas italianas de tal origem, que são as seguintes, em ordem cronológica (convindo se note que o "Dictionnaire lyrique", acima citado, só lhes dá os nomes dos particularistas):

- 1.—"La caffetiera di spirito", musica de Caruso, representada em Brescia em 1777;
- 2.—"La caffetiera di spirito", musica de Dussek, representada em Milão em 1780;
- 3.—"Il caffè di Barcelona", musica de Fabrizi, representada em Barcelona em 1788;
- 4.—"La caffetiera", musica de Weigi, representada em Vienna por volta de 1788;
- 5.—"Il caffetiere", musica de Ralmondi, representada em Napoles por cêrca de 1839.

Dou como "italianas" as operas musicadas por Dussek e Weigi, por fiar-me na afirmação assim feita pelos autores do referido "Dictionnaire lyrique".

O CAFÉ NA COMÉDIA

Na comédia "The Coffee-House", parcialmente imitada da de Rousseau ("Le Café", escrita por êste para satirizar o "Café Laurent", de Paris, que era frequentado por êle Fontenêlle e outros, e publicada em 1694) e representada no "Royal Theater", de Londres, em 1737, incluiu James Miller algumas cançõnetas uma das quais, a final é interessante, pela audacia crítica. Vou transcrevê-la, vernaculizada livremente por mim, mas sem desacato ao pensamento do autor, podendo ser lida no original, acompanhada da respectiva musica, devida a Caret, na citada obra de W. H. Uker (pag. 555):

*Só num Café é que se encontram os prazeres!
Aqui se sabe como gira todo o mundo:
O riso, o canto, a pabulagem, de mulheres
Ouvem-se aqui, onde até o beijo é mais jocundo*

*Aquí, o devasso, que anda a trancos e barrancos,
Póde gozar, beber, dormir e ficar velho:
E' o ephêbo, que não traz ceutil nos dedos brancos.
Póde ganhar o com que compre um lindo espatho.*

*O esculápio,—da horrída morte fiel amigo,—
Acha aqui, á farta, muito pús para o escalpelo:
E o milíuar, que treme todo ante o perigo,
Aquí terá refugio certo para o pêlo.*

*Todo legista, que procura presa boa,
Ha de aquí, logo, descobri-la, sem ser Argus:
E o político aquí dirá contra a coroa,
Horrores, desde que não perca os proprios cargos*

*Qual o nobre, que a vir aquí, para o delei.e
De tudo que imagina, acaso, não se ajoite?
Que há que a taça de ambrosia assim, engeite?
Para o nosso Café vinde pois, toda noite!*

A MAIS BELA COMPOSIÇÃO MUSICAL SOBRE O CAFÉ

Mas a composição mais célebre, das poucas devidas á divina arte dos sons e concernente á "coffea arabica" no mundo culto, é de fonte

germânica e traz o timbre de um dos maiores músicos dos tempos modernos.

Na primeira metade do século XVIII, soufreu o café na Alemanha (onde entrou em 1670 tendo sido aberta em 1679 a primeira casa pública para a sua venda em chicanas), a mais crua e injusta hostilização. Acusavam-no os homens de esterilizador das mulheres e estas arguiam-no de anafrodisíaco do sexo "soi-disant" forte. Abalou-se com tais aleives o escol da gravibunda e fecunda ciência tudescas, e gereram ali os prelos na parturición de memorias quimicas e biológicas, umas contrárias e outras favoráveis aos desarrazoados e escandalosos apodos de que era vítima a deliciosa bebida, inocente no caso em questão ou pagando como o holandês, um pecado que não cometera e que os continuadores de Adão e Eva deviam menos insensatamente atribuir a causas outras, de mais cunho de probabilidade e de mais fácil demonstração por parte dos estudiosos e propectos sabios barbados.

Quando essa minacissima leva de saias e broquéis que já durara bastante tempo,—chegou ao ponto de maior bulha e parecia não mais acabar, apiedou-se Euterpe (ainda estava em muita voga, por aquelas bandas, a mitologia greco-romana) da sorte do café e soprou a um dos seus mais queridos adoradores,—dela e do café —o melhor meio de fazer triunfar a bebida oriental contra os arranques de tão tenazes, impudicos e vesânicos inimigos.

Póde-se afirmar que a musica moderna teve por fundadores dois alemães (Bach e Haendel) e um francês (Rameau), vindos quasi simultaneamente ao mundo. Os tedescos nasceram ambos em terra saxonica e no mesmo ano (1685) o primeiro em Halle e o segundo em Eisenach.

O CAFÉ NA OBRA DE BACH

Johann Sebastian Bach (falecido em 1750), foi o mais illustre de uma familia de artistas que se reunia em data certa em torno da mesma mesa e na qual se contavam ás vezes mais de cem músicos. Já o aureolava a fama universal,—pois beirava os cincoenta anos e não pequena era a bagagem das suas composições consagradas pelos applausos da Europa,—quando, para pôr termo jocosamente á deplorável campanha movida em sua patria á saborosa e tonificante infusão da "coffea arabica", lucubrou a sua "Coffee Cantata", publicada em Leipzig em 1732. Integrou-se, sob o número 211 nas "Cantatas seculares" da sua autoria. Vem reproduzindo fac-similarmente um trecho dela ao "All about coffee" (pag. 598), de W. H. Ukers. E', como assevera este escritor, a mais notável contribuição conhecida para a "musica do café".

Vulgarizou-se de pronto na Alemanha, onde se tornou conhecida pela expressão imperativa e inicial "Schweig stille, plandert nicht!" (isto é, "Guardai completo silêncio, não tagareleis!"), do libreto de Piccander. Elaborada para tenor, soprano, baixo e orchestra,—essa opereta-buffa de Bach, uma das suas raras composições de tal género, revela quanto po-

deria êle ter também brilhado na exploração do veio artístico joco-serio. A grafia alemã "coffee" (ou "Kaffee" preferiu êle, aí, a inglesa "coffee"), que aliás se encontrava também em algumas obras tudescas daquela época, escritas em vernaculo, e mais próxima do etimo literario, "coffea", predileto dos cientistas coevos.

E' curto o libreto e simples a sua urdidura. Schiendrian, genitor de Lieschen e adversário da bebida oriental, a que a filha se arraigou emprega todos os recursos imagináveis do seu patrio poder no sentido de tirar-lhe o que tinha êle em conta de perigoso vício. Baldando-se-lhe todas as ameaças ante a resistência da moça, já em idade de maridar-se, lembra-se, por fim, o pai de coagi-la a perpetuo celibato, caso persista ella no uso diário da infusão negra. Aí, a joven, que, está ansiosa por um noivo, cede ao tremendo rigor paterno. Mas Schiendrian, rejubiloso da vitória difficilmente alcançada, verigua, no mesmo instante, que a sua respeitável consorte e a sua veneranda mãe tomam diariamente tanto café, quanto a galante Lieschen. E, impotente para castigar a carametade e para desprezitar as cãs da matriarca, não sendo também homem de dois pesos e duas medidas diferentes, deixa que todo o mulherio do seu lar continue a libar a aromática beberagem, sem que a graciosa Lieschen fique, por isso privada do valente marido por quem lhe suspira o coração apressado.

Tudo se passa com tres personagens; um mensageiro ("tenor"), Schiendrian ("baixo") e Lieschen ("soprano").

Eis a tradução liberrima do libreto (feita por mim, toda em rimas sobre a versão inglesa, toda em prosa, que vem na obra de W. H. Ukers, pags. 597-598), na qual fica integralmente respeitado o pensamento original, tendo eu, contudo, trocado o nome da protagonista para "Beatriz" (a exemplo do tradutor inglês, que preferiu "Betty" a "Lieschen"), assim como o do pai desta para "Gonçalo" (por causa de conhecido prolóquio lusitano, quanto ao mando da casa):

"ATO UNICO"

O MENSAGEIRO

Guardai completo silêncio,
Cessai de borborinhar!
A Gonçalo,—nada venae-o...
Quem sabe o que se vai dar?
Aí vem, com sua filha
Beatriz. Quão furioso está!
E' urso numa armadilha...
Ouvi como grunhe lá!

GONÇALO

(Que enira berrando)

Quantos vexames, quantos desgostos,
Não causam filhos, quando dispostos
Contra os prudentes, cuidados pais!
Não fosse a Patria, que quer soldados

Eu... ah! de filhos, assim malvados,
Nenhum quizera, nunca jamais!
Tenho uma filha só, Beatriz, tão linda
Mas, neste instante, faz tão pouco ainda,

Como com o velho pai se mostrou crua!
Os filhos eram bons nos tempos idos...
Falo a Beatriz e não me presta ouvidos,
Que até pareço um cão ladrando á lua!

Para bem dela,
Dei-lhe uma ordem formal. Bateu-me o pé...
E esbravejou com feminil loquela,
Tudo por causa do café...

*Dirigindo-se a Beatriz que entra em cena, to-
mando café, numa xícara já pela metade):*

Ah! filha malvada,
Endemoninhada,
E mal educada!

Quando é que hás de afinal, obedecer-me,
Pedacinho de gente, tão inerte,
E semelhante a venenoso verme?
Quando é? Quando é?
Já sem demora,
Já, joga fóra
Esse café!

BEATRIZ

O' papaizinho do meu coração!
Não fiques comigo zangado, oh, não!
Se eu não tomar café,
De manhã cedo, do meu leito ao pé,

Depois de almoçar,
Depois de jantar,
Sinto-me entanguida
e ressequida.

Como uma posta de cabrita
Assada ou frita...
E, se eu não o beber nunca mais fico louca,
Ou morro sem tardar, com a água só na bôca...

*(Ária depois de ter tomado mais uns golinhos
de café).*

Ah! que dulcíssimo este mel,
Que dessedenta os meus desejos!
É preferível a mil beijos
E ainda melhor que o moscatel!
Sómente nêle tenho fé,
A quantos me quizerem bem
Peço me dêem, me dêem, me dêem
Café, café, café!

GONÇALO

Se não deitares, já fóra, pela janela,
Esse negro licôr, nocivo á humanidade,
Hás de viver, aqui, presa, qual numa cela
E nunca mais irás a festas na cidade...

BEATRIZ

Nenhuma faláta me farão festas
De nenhum crime não sou eu ré,
Porém que tome sempre café...

GONÇALO

Tu não passas, bem sei de macaquinha
Da gente ignara desta urbana roda
Porém não ganharás, ó filha minha,
Mais um vestido só da última moda...

BEATRIZ

Não faço caso de farrapos...
Ainda que eu ande nua, até,
Ou recoberta de vis trapos,
Só não prescindindo do café...

GONÇALO

Nem sequer mais um dia a esta janela
Há de chegar... E aceitas andar nua?
Tens de menos, por certo, uma aduêla...
Aí não verás, por um momento, a rua...

BEATRIZ

Estou ligando muito a isso...
Resta me ponhas na polé,
Sem me privares do feitiço
Que para mim é... o café!

GONÇALO

Eu quizera dar-te o setestrelô...
Mas de mim não terás nem uma fita,
Ou prateada ou dourada, a mais bonita,
Para exornar o teu louro cabelo...

BEATRIZ

Creio que fico bem mais linda,
E mais airosa, olé, olé,
Tomando sempre, sempre, ainda
Mais o balsâmico café!

GONÇALO

Teimosa filha que a perder me deitas,
Que me eriças as cãs e m'as ofende
Então de todo tu não me respeitas?
Então tu não me acatas, nem me atendes?

(Ária)

Ah! De toda a obstinação,
Que esparsa no mundo houver,
É, sem dúvida, a mulher
A personificação.
E a uma rosa em botão
Quanto me custa vencer!
Mas... achei! Ella é mulher:
—Vou visar-lhe ao coração...

*(Continuando com feição de quem está seguro
do triunfo):*

Já se me foi toda a paciência.
Para punir, eu sou bem riço...
Bastante o sabes, ó Beatriz!
Então me negas obediência?
Eu não a peço. Agora a exijo,
Senão serás muito infeliz!

BEATRIZ

Meu labio quasi me fica mudo,
Pois já difficil me é responder-te...
Mais que eu humilde, meiga, quem é?
Ouvi-te sempre, por tudo e em tudo,
E estou bem firme no obedecer-te,
Exceto apenas quanto ao café...

GONÇALO

Ah! Queres continuar nessa teima comigo?
Pois a última palavra, agora, é que te digo,
E nela põe, Beatriz, emfim o teu sentido:
—Solteira ficarás, sim, por noites e dias
Sem termo, qual a grei das tuas velhas tias,
E nunca apertarás nos braços um marido!

BEATRIZ

(*Visivelmente consternada*)

Oh! triste sorte!
Prefiro a morte

A êsse castigo que me impões, meu pai!
Ficar solteira,—é o desespero, o inferno...
Sempre foste tão bom, sempre tão terno...
Jura que estás brincando...

(*Observando o semblante severo de Gonçalo*)

Meu Deus! Ai!...

GONÇALO

Juro-te, pelo que há de mais sagrado,
Desde que a isto me vejo constrangido,
Que tu nunca terás um noivo amado,
Não verás nunca a sombra de um marido!

BEATRIZ

Papaizinho do meu coração
Eu não te contrariarei mais, não!
Na tua filha podes ter fé.
Deixarei meu querido licor,
Pois nasci para o amor, para o amor...
Que me importa tomar mais café?
Eis-me vencida, papaizinho!
Dá-me depressa, um maridinho,
De quem eu viva sempre ao pé!
Por êle só, tudo eu olvido...
Ah! só por causa de um marido
E' que abandono o bom café!

GONÇALO

Até que emfim! Reduzi-te á razão...
Conheces quanto e bom meu coração,
O' diletta Beatriz,
Única filha minha e meu anjinho!
Bem depressa vais ter um maridinho,
Vais ser muito feliz.

BEATRIZ

(*Ária*)

Hoje mesmo, hoje, meu papai querido,
Que hoje cumprida essa promessa seja
Estou afilita para ter marido:
Quero, em vez de café, banho de igreja!

(*Acabando de ouvir isto, retira-se Gonçalo para o interior da casa, e Beatriz continúa:*)

Foi-se embora... Será que êle se afeioite.
A sair já, para os precisos passos
Oh! que bom, se eu dormir, ainda esta noite,
De um maridinho nos valentes braços!

(*Sai Beatriz, também para o fundo*)

O MENSAGEIRO

Gonçalo vai buscar noivo,
Seja um cravo seja um goivo,
Para a formosa Beatriz
E êle não sabe—o coitado!—
Em que logro preparado
Ela contou-me em segredo,
Que do pai não tem mais medo
E que há de ver-lhe o coração,
Pois ao esposo, em o ato,
Nupcial, imporá contrato
Com a seguinte obrigação:
—Fornecer-lhe (quanto é sábia!)
O famoso grão da Arábia,
E encher-lhe com o mesmo o lar;
E deixá-lo na ambrosia,
Quer de noite, quer de dia.
A infinda sêde saciar.

(*Tornam a sala Gonçalo, abalido, e Beatriz radiante de contentamento. Cantam em coro com o mensageiro.*)

TRIO

Não pôde o gato abocanhar o rato...
Tudo quanto é mulher aquí, toma; café!
Parece que entrou nisso a própria fé
E de "santas-irmãs" já o celebraram pato.

Toma café a avó,
Tomam café as tias,
E a mãe, há poucos dias,
Quasi lhe engole o pó...
Que é que da armadilha
Ora o ranzinza sai?
—Café não negue a filha
Nem marido, o velho pae!

Refere W. H. Ukers (op. cit., pag. 597 que

essa "cantata" de Bach foi ouvida num concerto, realizado em Nova York a 18 de Dezembro de 1921, promovido ali pela Society of the Friends of Music" e regido pela batuta de Arthur Bodansky. E' de crer que tenha sido muito aplaudida pelos amigos da musica e do bom café a singular e sugestiva composição do século XVIII, alguns trechos da qual são lin-

dos até nos versos da rebarbativa e guturalizada lingua original, como por exemplo, o começo da primeira ária de Lieschen:

El wie schmeckt das Coffee susse
Lieblicher als tausend Kusse,
Milder als Muscatenwein!"

NA CANAAN DO CAFÉ

Como, nesta privilegiada terra brasileira, que fados propícios transformaram em Canaan da "coffea arabica", ainda não appareceu, infelizmente, até agora, um musicista que tomasse

o café—não sómente em chécaras por que isso toda gente boa o faz neste país—mas para motivo de uma composição semelhante á do grande artista germanico—conviria que, a exemplo da República yankee, se puzesse em cêna a opereta de Bach (trasladada nossa lingua por quem melhor do que eu o consiga), em S. Paulo, no dia em que se iniciarem ou encerrarem os festejos do bicentenario da entrada da enriquecedora rubiácea em nossa Patria.

Aí fica a lembrança de quem entretanto, desejára,—e muito de coração,—que tal homenagem fosse preiteada ao café com letra e musica genuinamente brasileiras.



Distribuição geográfica do café

ALVIM PESSOA

(EX-SECRETÁRIO DO RECENSEAMENTO DE 1920)

LINHAS GERAIS

Os planisferios geográficos costumam assinalar as linhas extremas de vegetação das plantas características dos varios climas: o limite das palmeiras, o limite da vinha, o limite dos cereais e os economistas assinalam o nexo existente entre essa distribuição e a densidade da população, fator essencial ao satisfatório desenvolvimento das civilizações adelantadas. Analisando, em detalhe, essa correlação e apreciando a influência da latitude sobre os rendimentos culturais das especies vegetais uteis, reporta-se o professor Schmoller, no seu tratado de Economia Política, ás regiões situadas na zona tropical, citando o chá, o café e a cana de açúcar, que, no dizer do illustre tratadista, "imprimem ás regiões onde florescem em boas condições um avanço econômico considerável". No que respeita especialmente ao café, o Brasil é o país de mundo a que melhor se aplica o conceito daquele escritor, desde que tudo devemos ao famoso arbusto cujo bicentenário deve encher os nossos corações de sincero júbilo patriótico. O fim da presente contribuição é definir as linhas gerais com que se apresenta a cultura dêsse produto colonial através do nosso território, parecendo-nos todavia, que não será fóra de proposito esboçar antes, á guisa de introdução, o quadro da distribuição da lavoura cafeeira através do globo, afim de proporcionar ao leitor uma idéia de conjunto que, de modo mais sugestivo, evidencie a singular posição que nos compete entre os demais países produtores.

LIMITES DO CAFÉ

Abrindo a carta agrológica do Universo poderemos, desde logo, assinalar os limites do café que, como cultura genuinamente tropical, ocuparia uma zona geográfica analoga a das palmeiras, registrada nos planisferios, se não condicionassem o seu "habitat" certas exigências de que prescinde a numerosa familia a que pertence a soberba rainha "que domina ufana os altos topos da floresta espessa", e que a arte divinizou, no nosso Jardim Botânico, sob a figura encantadora da "Dea Palmaris". O café, já tem entre nós o seu culto, e já se fala tambem em perpetuar no bronze, "aere perennis" a gratidão que lhe devemos pela missão providencial que tem exercido, como um deus benfazejo, na evolução econômica do Brasil.

De um modo geral, pode-se preliminarmente estabelecer que as regiões em que se cultiva no mundo o cafeeiro, com resultados economi-

camente apreciáveis, acham-se situadas entre os paralelos de 24° nas proximidades dos tropicos, o que não quer dizer que não possa viver além dêsses limites, entre os paralelos de 28° N. e 30° S., dando-se, porém, mal nas latitudes mais elevadas.

A CULTURA CAFEIEIRA NA AMERICA

A cultura cafeeira na America é a que mais intensamente concorre para a produção mundial, apresentando as áreas mais vastas e menos descontínuas no aspecto geral do seu desenvolvimento. Os seus principais centros produtores se condensam em dois grupos distintos: o Mexico, Guatemala, Salvador, Nicaragua, Costa Rica, as Antilhas (inclusive Cuba e Porto Rico), a Colombia, a Venezuela e as Guianas, ao norte do Equador e o Brasil, ao sul da linha equinocial.

REGIÕES PRODUTORAS DA AFRICA

Na Africa, as regiões produtoras tambem se distribuem em duas grandes secções cuja disposição ao invés de obedecer ao sentido da latitude, acompanha, antes a direção longitudinal, ocupando a orla marítima das duas faces do continente e extendendo-se, paralelamente á linha das costas, do Equador para o sul, salvo quanto a Liberia e á Abissinia, situadas no hemisferio setentrional, esta no oriente e aquela voltada para o Oceano Atlantico. Na Africa Equatorial Francesa, no Congo e nas possessões portuguezas do occidente africano o cafeeiro é cultivado e influe, aliás em pequena escala, na economia dessas colônias e, do lado do Oceano Indico, figura como fator de exportação nas estatísticas das possessões inglezas, principalmente, nas dos territórios de Tanganica e de Kenya. A Africa oriental portuguesa póde ser tambem incluida entre as regiões produtoras, não obstante possuir diminutas culturas que não tendem a tomar expansão.

ASIA

Na Asia vemos a cultura cafeeira assegurar, na Arabia, a prosperidade comercial da região do Yemen, nas exportações de que é principal entreposto o porto de Aden; vemo-la manter-se ainda embora decadente, nas duas faces da península indústânica e na Ilha de Ceylão; e atingir, finalmente, as suas extremas zonas de produção nas remotas indias Holandesas, em Sumatra, Java, Bornéo, Celebes e além ainda, mais para o norte, no arquipelago das Filipinas.

OUTROS FATORES

Servindo para fixar os limites extremos que pode atingir a cultura do cafeeiro, a simples latitude não basta para justificar essa irregular distribuição pelos varios pontos do globo compreendidos entre esses limites. Outros fatores intervêm para explicar as descontinuidades manifestadas na disseminação dos centros produtores e a desigual importância do potencial econômico que oferecem á satisfação das necessidades crescentes do consumo mundial.

Para bem compreender a influência reciproca desses elementos, devemos ter em vista a grande lei da especificação territorial, formulada pelo economista Toniolo no livro que escreveu sobre a produção. Segundo o conhecido professor da Universidade de Piza, em determinada superficie territorial diferenciam-se as culturas por zonas de attitude, por zonas de composição fisico-quimica e por zonas de mercado.

Nas latitudes baixas, nos climas equatoriais ardentes, a altitude corrige a influencia negativa da latitude modificando a temperatura do ambiente e permitindo a exploração regular da cultura cafeeira de maneira tanto mais vantajosa quanto mais favoráveis forem as demais condições que ela exige para se desenvolver e se tornar um elemento apreciável de prosperidade econômica. O regime das chuvas e dos ventos, a regularidade das estações, a orientação das lavouras de modo a permitir um gráo de maior ou menor insolação constituem fatores importantes na vida e na produção dos afezais, sendo devida ao modo desigual por que eles se apresentam na zona da terra compreendida entre os tropicos, a causa principal de constituir a maior abundância daquelas plantações o monopólio natural de um pequeno número de países. A essas causas restritivas da produção cafeeira vem se juntar a que resulta da lei de especificação por zonas de composição fisico-quimica, desde que nem todos os solos lhe são igualmente propícios, prevalecendo os que apresentam melhor constituição química e oferecem boas condições de permeabilidade, profundidade, de húmidade, etc.

UM TERCEIRO CRITERIO

O principio da especificação por zonas de mercado, sugere-nos um terceiro criterio explicativo, da falta de distribuição uniforme da cultura cafeeira nas regiões onde encontra um "habitat" favorável, mas onde não pôde ser objeto de uma exploração lucrativa devido á pouca acessibilidade, ao afastamento dos centros consumidores e a precariedade dos meios de transporte para alcançar os escoadouros mais proximos embaraços que determinam o aumento excessivo de preço do artigo oferecido ao mercado, tornando-lhe impossível resistir aos similares de outra procedência. Se considerarmos as possibilidades da produção mundial do café, nos termos da grande lei de especificação territorial, veremos que da combina-

ção dos fatores que ela analisa, resulta a preeminência atual do Brasil sobre os demais centros produtores e também a perspectiva de mantermos essa situação favorável durante muitos anos, graças ás reservas territoriais que possuímos para a cultura extensiva e ao monopólio natural que representam essas reservas tanto no que diz respeito á posição geográfica, como no que concerne á terra propriamente dita e as vantagens artificiais decorrentes das facilidades de transporte da produção até os entrepostos que lhe servem de escoadouro para os empórios de consumo.

OS QUE CONCORREM CONOSCO

Os nossos maiores concurrentes são os países da America Central e do Sul, mas a produção dessas regiões cafeiras não poderá se incrementar indefinidamente desde que o seu principal fator é a compensação da latitude pela altitude e as vantagens resultantes desta são em parte neutralizadas pelos obstaculos de natureza econômica inherentes ao cultivo das zonas pouco acessíveis, acidentadas, e que devem figurar, portanto, em plano inferior sob o terceiro aspecto definido na lei de especificação territorial. Dos países hispano-americanos que abastecem o mercado mundial do café, só o Mexico, a Colombia e a Venezuela dispõem de uma vasta área territorial proxima ou superior a um milhão de quilômetros quadrados, o primeiro com 1.990.000, o segundo com 1.206.200 e o último com 942.300. Dos restantes, nenhum chega a atingir a metade da superficie de São Paulo, com exceção apenas das Guianas, cuja produção é muito reduzida e não apresenta perspectivas de ulteriores desenvolvimentos.

Na America insular, Cuba, conta somente 115.000 k2.; Haiti, 26.400; S. Domingos, 50.000, e Porto Rico, 9.300. No continente, Nicaragua, a maior república da America Central, possui apenas 128.400 k2. seguindo-se-lhe Honduras, com 117.400; Guatemala, com 113.100; Panamá, com 86.400; Costa Rica, com 60.500 e o Salvador, com 18.800. As Honduras Britânicas, têm apenas 22.500 k2. e toda a America Central, excluidas das Antilhas, representa uma superficie de 455.700 quilômetros quadrados. Todos esses países têm, portanto, muito limitados os horizontes da industria cafeeira que, como é notório, de todas as que têm por base a cultura da terra é a que menos margem oferece á intervenção eficiente da técnica e, pelo seu caracter eminentemente extensivo, exige a constante ampliação das áreas cultivadas para que possa manter um gráo uniforme de rendimento.

IMPERATIVO INEXORÁVEL

A angústia do território constitue para essas repúblicas um imperativo inexorável que cerceia a sua capacidade produtiva em relação ao café e reduz presentemente, o valor da contribuição com que concorrem ao mercado mundial. Quanto ao grande país produtor da America do Nor-

te e aos seus rivais da parte setentrional da America do Sul, convém recordar a circunscção de ser no território dessas extensas repúblicas muito restrita e descontínua a área onde se torna possível a prosperidade daquela cultura de origem equatorial, mas verdadeiramente sub-tropical como riqueza agrícola comercialmente explorável. Segundo o autor do depoimento do dr. Augusto Ramos, que visitou pessoalmente o Mexico, é nas encostas das escarpadas montanhas daquele país que se encontra entre 400 e 1.400 metros de altitude, "uma esguia faixa de terra repleta de depressões e protuberâncias, de clima apropriado á cultura do café, cujas plantações se sucedem em manchas irregulares entre si separadas por extensos trechos de terreno inacessível ou incultivável". Por isso, observa o illustre engenheiro, a despeito de ser um país vastissimo, o Mexico oferece ao cultivo do café uma superficie praticamente reduzida e dispersa pelas vertentes dos dois oceanos—o Atlantico e o Pacifico.

Na Venezuela o cafeeiro é cultivado em altitudes que variam de 400 a 1.300 metros, estando os terrenos situados nas encostas da Serra dos Andes e nas suas ramificações. "O país é extremamente montanhoso na zona cafeeira, tornando-se quasi impossivel, economicamente, facultar-lhe novos meios de transportes nas regiões ainda incultas".

"A Colombia é um dos países mais montanhosos do mundo e de mais difficil acesso pelo litoral. A cultura do café é precária naquelle vasto país, esparsa pelas escarpadas encostas e servida por veredas quasi intransitáveis, coleando grotões inacessíveis". O centro da região cafeeira dista 12 a 18 dias do litoral por onde se escôa pelo rio Madalena ou pelo lago Maracaibo, na Venezuela. Segundo o parecer dêsse especialista "acham-se fechados os horizontes da indústria cafeeira, na America Espanhola", o que se torna evidente, desde que se considere que o principal elemento que a favorece naquellas latitudes equatoriais, é o correctivo altimetrico cuja propicia influencia se atenua pelos inconvenientes peculiares á propria topografia acidentada do território, desprovido, na sua maior parte, dos attributos que permitiram incluir as suas culturas na especificação por *zonas de mercados*.

NO CONTINENTE NEGRO

Se considerarmos agora o que se passa na Africa, veremos que o desenvolvimento da produção, em algumas regiões daquele continente não se manifesta com a intensidade que seria de esperar se a cultura do café não fosse ali resultante de causas accidentais habilmente aproveitadas pela ação intelligente do trabalho humano. Nas colônias inglesas, principalmente nas que occupam a orla oriental do continente negro, são sensiveis, de ano para ano, os progressos verificados, mas, em compensação, diminue a produtividade de outras regiões africanas em que se fundavam outrora grandes esperanças, como por exemplo, as co-

lônias portuguezas e a ilha de Madagascar. Para o norte da linha equinoxial são insignificantes as exportações no occidente e, a léste, o contingente da Abissinia, reexportado nos seus tipos mais finos, semelhantes ao Moka, pelo porto de Aden, está longe de igualar as cifras de algumas pequenas Repúblicas da America Central (Salvador, Guatemala, Nicaragua).

Na Asia não se encontra um único centro produtor comparável aos do novo mundo.

A Arabia é digna de menção pelo tipo superior do café que exporta, aliás em quantidade relativamente diminuta, pois as culturas, localizadas nas escarpas das montanhas do Yemen, não são suficientemente dilatadas para permitirem uma exploração em maior escala, carecendo os naturais do país de consagrar os proprios terrenos propícios á plantação do cafeeiro a outras lavouras, por ser escassa a área de que dispõem para a agricultura, comprimida entre o deserto, o Mar Vermelho e o Golfo de Aden.

Nas demais regiões asiaticas a lavoura cafeeira tem os seus dias contados pelas devastações produzidas pelas molestias critogâmicas que fazem diminuir, de ano para ano a produção nas duas costas da peninsula hindustânica e que levaram ao definitivo desânimo os lavradores de Ceilão.

INDIAS HOLANDESAS

Resta ainda mencionar, nos confins orientais do Oceano Indico, a famosa região cafeeira constituida pelas Indias Holandesas, grupo de ilhas das quais as mais importantes (com exceção de Java, situada na parte meridional do Arquipelago de Sunda), acham-se collocadas exatamente sob o equador. Todas essas Ilhas Sumatra, Bornéo, Celébes e o grupo das Molucas, para citar apenas as mais conhecidas dispõem, como Java, de um clima favorável á cultura do café, o que sucede tambem com as Filipinas cortadas, mais ao norte, pelo paralelo de 10°. Em nenhuma outra parte do mundo a altitude compensa tão vantajosamente a latitude, graças á feliz coincidência de um conjunto de fatores meteorológicos favoráveis que tornam possível, em grandes trechos dessas regiões equatoriais, o surto da vegetação caracteristica dos climas sub-tropicais, o que concorreu sem dúvida, para que se sugerisse ter sido uma dessas ilhas, a de Java, o paraíso terrestre de que nos falam os livros santos.

No total da produção cafeeira dessa tão bem afamada Insulndia, avulta o contingente da lavoura javaneza que supera os de Sumatra, Celébes e Bornéo.

Maior seria a produção dessas ilhas se o rendimento cultural de suas plantações estivesse em relação com as excelências do seu clima marítimo e com as convenientes disposições do relevo do solo. Java, porém, como as ilhas circunvizinhas, não reúne todos os requisitos para ser o país ideal da cultura cafeeira. A sua situa-

na especificação por *zonas de altitude*, na facilidade de escoamento de sua produção, ou seja na especificação por *zonas de mercado*, mas não dispõe da mesma preeminência na hierarquia das regiões produtoras segundo o princípio de especificação por *zonas de composição físico-química* (pouca profundidade dos solos, permeabilidade deficiente, pobreza relativa dos elementos vitais da planta).

Sem entrar na análise dos algarismos estatísticos, diligenciamos por oferecer, nas linhas antecedentes, o quadro da distribuição dos centros produtores do café na carta agrológica do Universo, procurando relacionar com uma lei econômica geral os fatores geográficos que regulam a desigual importância do diferente potencial econômico que cada um deles, representa no valor das suas exportações.

AS NOSSAS CONDIÇÕES PRIVILEGIADAS

Considerando de per si os diferentes centros produtores do Universo, vemos que não há razão para lhes receber a concorrência pois que todos eles estão sujeitos ás contingências desfavoráveis com que se defrontam os nossos lavradores, sem poderem, em compensação, contar com muitos elementos de êxito que, no Brasil, oferecem as condições ideais do clima, do relevo do solo e das facilidades de transporte decorrentes do sistema ferroviário nas regiões onde se localizam as mais florescentes culturas.

A produção dos maiores países cafeeiros da America Central e do Sul está longe de atingir as elevadas cifras com que contribuimos para abastecer os mercados consumidores. Uma estatística publicada no livro de Pedro Cintra Ferreira, intitulada "O Café no comércio", revela que, para uma média anual de 16.957.000 sacas, apurada no quinquênio de 1902-1907, a quota do Brasil era representada por . . . 12.944.000, tocando 1.570.000 ao Mexico Costa Rica, São Salvador e Guatemala, reunidos, 1.051.000 á Venezuela e á Colombia, e o restante, em parcelas inferiores a 500.000 sacas, as diversas outras regiões produtoras espalhadas atravez do globo. Em 1922, quando o Brasil exportava 12.672.536 sacos de café, a produção colombiana elevou-se 1.674.212 sacas, de 138 libras, isto é, 1.750.312 sacas de 60 quilos. Vê-se que, por notáveis que tenham sido os progressos verificados na contribuição daquele país, não alcançou um sensível avanço em relação á do Brasil, o que basta para evidenciar a estabilidade da nossa posição no mercado internacional, atendendo a que as demais zonas produtoras estão longe de acompanhar o progresso da antiga Nova Granada, no desenvolvimento da indústria cafeeira.

O PRINCIPAL ABASTECEDOR DOS MERCADOS

Na safra de 1923-24, para um suprimento mundial de 21.732.000 sacas, nada menos de 14.864.000 eram provenientes do Brasil que continua a ser o principal abastecedor dos mer-

cados pela massa de sua exportação e pela barateza do tipo do café que produz e que não se destina exclusivamente ao limitado consumo das classes mais favorecidas da fortuna e, por isso, mais exigentes na escolha dos artigos de alimentação.

A vastidão do nosso território e as variantes das condições de meio que oferecem as suas diversas regiões, quer sob o ponto de vista climatico, quer em relação ás características topográficas e ás determinantes econômicas, refletem-se, como é natural, na falta de uniformidade do contingente com que cada provincia da federação intervem no complexo da nossa riqueza exportável. A lei da *especificação territorial* manifesta-se visando as diretrizes em que se processa a evolução das unidades confederadas, reunindo-as em grupos autonomos segundo a influencia do regime a que se tem de subordinar por força da situação geográfica, da topografia e dos recursos artificiais criados pela indústria para corrigir as falhas do meio físico ou incrementar as vantagens oferecidas pela ambiência favorável.

CRITERIO INDUTIVO

Até bem pouco tempo não se podia formar uma idéia precisa dessa diferenciação do território nacional por serem escassos os elementos de estudo para a determinação das afinidades que permitem, abstraindo do criterio empirico fornecido pelas divisões políticas e administrativa, traçar no mapa do país o quadro das suas grandes regiões naturais. As informações existentes, deixavam muito a desejar, não indo além das generalidades e fundando se, em falta de mais seguras bases, no exagerado emprego do criterio indutivo.

ERA NOVA

A criação do Ministerio da Agricultura e a sua atuação eficaz por intermedio dos órgãos especializados que o constituem, tiveram como resultado o inicio de uma nova era caracterizada pela intensificação das pesquisas oficiais orientadas no sentido de esclarecer os pontos obscuros da nossa geografia econômica e de prover o govêrno com os conhecimentos necessários para imprimir á sua ação previdente, em prol das fontes de vida do país, uma diretriz racional e segura. No que concerne á prosperidade agrícola e á defesa do lavrador nacional contra os agentes naturais contrários ao sucesso de suas iniciativas, já são inestimáveis os serviços prestados pelo Ministerio e não menos considerável é a utilidade da obra que êle tem realizado para apurar as condições da nossa agricultura e para divulgá-las em trabalhos imprescindíveis á documentação de quantos acompanham com interêsse os problemas que lhe são inherentes. Sob êsse ponto de vista merecem especial menção as realizações da Diretoria Geral de Estatística e do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. A primeira deve o país a investigação fundamental que foi o recenseamento econômico de 1920 e a segun-

da, meticoloso estudo da nossa economia rural nas suas modalidades e aspectos peculiares a cada uma das unidades da federação. O recenseamento federal, realizado nas vésperas da comemoração do centenário da independência nacional, permitiu a organização e publicação de tres grandes volumes de resultados estatísticos, nos quais se encontra o estudo minucioso de 648.153 propriedades rurais, consideradas estaticamente na sua extensão e valor, nas suas benfeitorias permanentes, no modo por que são administradas, nos recursos mecânicos utilizados para imprimir maior eficiência ao trabalho e beneficiar a produção e, dinamicamente, nas áreas cultivadas com as diversas espécies vegetais e nos rendimentos absolutos e relativo das diferentes culturas. O Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola auscultando através de um corpo escolhido de delegados técnicos, as necessidades quotidianas da nossa lavoura, vulgariza em trabalhos exaustivos o quadro de sua distribuição geográfica, assinalando, em relação a cada espécie vegetal, os fatores mesológicos naturais que favorecem a sua propagação nos varios pontos estudados e as condições económicas que presidem á exploração dessas culturas.

SUBSIDIOS VALIOSOS

Compulsando os magnificos volumes em que as duas aludidas repartições deram á publicidade os subsidios valiosos acumulados pelo constante esforço investigador dos seus mandatários no interior da República é facil apreender, em relação ao nosso progresso agrícola o estado atual e as possibilidades das várias culturas, o modo por que se distribuem e as perspectivas que apresentam no que concerne aos seus desdobramentos futuros.

No que diz respeito especialmente á lavoura cafeeira, sugerem-nos os Algarismos do recenseamento federal uma idéia assás expressiva da sua expansão através do território nacional e o melhor criterio para apreciar o seu desenvolvimento encontra-se no estudo das áreas cultivadas e do número de cafeeiros plantados, índice mais significativo que as quantidades produzidas nas safras, sujeitas ás oscilações de ordem metereológica, e o valor da produção, passível de perturbações originadas na instabilidade cambial.

RECENSEAMENTO DE 1920

Segundo o recenseamento de 1920, a área total cultivada em cafeeiros no Brasil, elevava-se, em 1919, a 2.215.658 hectares ou seja uma superficie de 22.156 ks2. superior a toda a área do Estado de Sergipe, pouco inferior a área total de Alagôas e cerca da metade das áreas de cada um dos Estados do Espirito Santo e do Rio de Janeiro. Sendo de 5.642.067 hectares a área total cultivada do Brasil, por ocasião do último censo, conclue que mais de 33% dessa superficie era ocupada por cafezais. Essa percentagem, porém, não representa uma extensão territorial continua e regular.

No sul do país, a zona de produção se dilata, sem perder a densidade, penetrando profundamente o continente, ao passo que, no norte, não apresenta o mesmo aspecto compacto, seccionando-se, ao contrário, em nucleos que não se integram de modo a constituir uma região comum. O censo de 1920 revelou que em todos os Estados do Brasil se cultiva o cafeeiro, sendo, entretanto, reduzido o número dos que mantêm uma produção apreciável e digna de ser computada como factor eficiente de prosperidade econômica. Os 2.215.658 hectares ocupados por cafezais assim se distribuem pelas diversas unidades da federação: S. Paulo, 1.028.673; Minas Gerais, 650.706; Rio de Janeiro, 194.490; Espirito Santo, 152.776; Baía, 71.144; Pernambuco, 45.104; Paraná, 23.815; Ceará, 13.665; Paraíba, 10.523; Goiás, 10.510; Santa Catarina, 5.638; Alagôas, 2.372; Pará, 1.948; Acre, 1.706; Sergipe, 1.279; Amazonas, 508; Distrito Federal, 457; Mato Grosso, 227; Maranhão, 58; Rio Grande do Sul, 47; Piauí, 25; e Rio Grande do Norte, 7. No penultimo Estado, o censo de 1920 registrou apenas tres propriedades rurais onde se cultivava o cafeeiro e, no último, um unico estabelecimento acusou a existência daquela cultura.

A EXPRESSÃO DOS ALGARISMOS

Das unidades consideradas, apenas sete dispõem de uma extensão territorial plantada com cafézais superior a um por cento da superficie global, votada a essa cultura em todo o Brasil. Os sete Estados de maior área têm, entretanto, sob o ponto de vista em apreço, uma importância muito desigual. São Paulo concorre com mais de 46% da aludida área, e Minas com mais de 29%. Seguem-se-lhe o Estado do Rio, com 8,78%, e o Espirito Santo, com 6,89%; vindo após a Baía com 3,21%; Pernambuco, com 2,04%, e o Paraná, com 1,07%; São Paulo Minas Gerais, Espirito Santo e o Estado do Rio, contribuem, pois com cerca de 91½% dos cafezais do Brasil, e os dois primeiros, reunidos, perfazem 76% do mesmo total. Esses Algarismos são por si mesmos tão expressivos que excusado se torna illustralos com quaisquer considerações atinentes a melhor acentuar a desproporcionalidade que êles frisantemente assinalam e que se torna ainda mais patente pelo confronto estatístico do número de cafeeiros plantados, assunto proficientemente explanado na monografia que escreveu para o O JORNAL, o dr. Bulhões Carvalho, eminente Diretor Geral de Estatística e provento organisa-unidades, segundo o censo de 1920 e do recenseamento econômico realizado simultaneamente com aquele memorável inquerito.

OS ESTADOS MAIS CAFEIROS DO NORTE

A área cultivada em cafeeiros, no Estado do Ceará, representa 0,62% da superficie correspondente em todo o país, as de Paraíba e Pernambuco, somadas, abrangem pouco mais de

2¼% do total apurado para o conjunto da federação, e da Baía 3,21%. São êsses os Estados mais cafeeiros do norte. Sergipe e Alagoás, reunidos, dispõem de uma área em cafeais inferior a 0,20% das plantações existentes no Brasil. Em 1919, só os municípios de Anápolis e Lagarto possuíam, no Estado de Sergipe, mais de 100 hectares ocupados com plantações de café e em Alagoás existiam somente 8 municípios cuja área em cafeais excedia aquele mínimo. Para se formar uma idéia da insignificância relativa do contingente dêsses Estados, na lavoura total do Brasil, basta considerar que as duas aludidas unidades, segundo o censo de 1920, possuíam 2.492.039 pés de café ao passo que, segundo o aludido recenseamento, só no município de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, existiam, na mesma época, 30.509.050 cafeeiros.

CEARÁ

A lavoura do café no Ceará não se acha regularmente disseminada por toda a superfície do Estado, nem mantem continuidade com as da Paraíba e Pernambuco que constituem uma zona de produção independente. Sendo a área cultivada em cafeeiros equivalente, no território cearense, a 13.665 hectares com 9.565.376 pés (1919), concorrem para êsses totais os municípios de Baturité, Pacotí, Mulungú, Coité e Pacatuba, com 9.268 hectares e 6.508.482 pés de café. Esses municípios se acham todos concentrados na região de Baturité e das serras circunvizinhas, não muito distante da capital do Estado, com que se acha ligada a zona pela Estrada de Ferro que, partindo de Fortaleza, dirige-se para o sertão, demandando o alto Jaguaribe.

Encontram-se também culturas regulares de cafeeiro em outras regiões serranas do território cearense (na serra de Uruberutama município de S. Francisco), e nos municípios situados na Ibiapaba, nas proximidades da fronteira com o Piauí (Viçosa, Tianguá, S. Benedito, Campo Grande, etc.). Nos extremos meridionais do sertão cearense o censo de 1920, registrou também pequenas culturas em Jardim, Brejo dos Santos, Missões Velhas e em outros municípios. Os verdadeiros centros cafeeiros, aliás de limitada capacidade, por não se poderem dilatar além das zonas de altitude favoráveis á cultura, são, todavia, os que se localizam nas serras de Ibiapaba e Baturité, predominando os desta ultima região, que, como zona de mercado, apresenta as facilidades de escoamento representados pela pouca distância do porto de mar e pela serventia de uma linha ferro-viária que facilita o transporte das safras tanto para o exterior como para o consumo da população da zona sertaneja.

PARAÍBA

O censo de 1920, registrou no Estado da Paraíba, tres municípios com uma área ocupada por cafeeiros superior a 1.000 hectares e com mais de um milhão de pés. São êles o do Ba-

naneiras (3.833 hectares e 2.683.115 pés), Areia (2.546 hectares e 1.782.484 pés) e Alagôa Nova (1.577 hectares e 1.103.639 pés). Sendo de 10.523 hectares a área total consagrada á cultura do café na Paraíba, vê-se que só os aludidos municípios representam mais de 75% dessa superfície. Os demais municípios produtores constituem com as tres circunscrições citadas, uma zona contínua que se prolonga para o sul, pela região serrana, até o município de Umbuzeiro onde também se cultiva o café em escala relativamente elevada (801 hectares e 560.840 pés), e que se encontra nos limites com a região mais cafeeira do Estado de Pernambuco.

PERNAMBUCO

As terras abrangidas pelas plantações de café nesta última unidade da federação, excedem ao quadruplo das que, no Estado vizinho, têm o mesmo destino, representando uma área de 45.104 hectares com cerca de 29.316.825 arbustos. A' testa dos municípios produtores figura o de Bonito, com 8.409 hectares seguindo-se-lhe o de Bezerras, com 7.796, o de Caranhuns com 5.485, o de Timbaúba com 2.674, o de Bom Conselho com 2.568, o de Taquaretinga com 1.997, o de Caruarú com 2.356, o de Brejo da Madre de Deus com 1.874, o de Canhotinho com 1.837, o de Altino com 1.726, o de Panelas com 1.539 e outros com menores superfícies cultivadas e menos de 1.000.000 de pés.

O FATOR TERMICO

Neste prospero Estado, como no seu vizinho marítimo setentrional, as facilidades culturais têm a sua principal origem nas alterações com que a altitude influe sobre o fator termico, tornando, assim, possível o aproveitamento das vantagens oferecidas pelo solo propício, tanto na sua composição quimica, como em relação aos demais requisitos exigidos para que as plantações possam satisfazer á sua finalidade econômica. Na Paraíba os inconvenientes que dificultam a exploração agrícola em zonas de altitude, manifestam-se na disposição alpestre dos terrenos frescos do brejo serrano, caracterizada por excessiva acidentação que divide as regiões produtivas em vales estreitos, confinados por encostas cujo acentuado declive embaraça os processos da lavoura mecânica. A parte de Pernambuco onde se concentram as mais importantes culturas é, geograficamente, um prolongamento da região cafeeira paraibana. As plantações predominam na parte oriental do sertão, do meridiano de 6 para lêste, até a zona da mata, onde se acham, aliás, localizados alguns dos municípios mais ricos em cafeeiros, entre os quais os de Bonito, Timbaúba, Panelas e Quipapá, que concorrem com valioso contingente para a produção total do Estado.

E' nesse prospero trecho do oriente pernambucano que se distribuem as cidades mais florescentes, condensando a população num peri-

Anno agricola
de 1919-1920

Situação dos 100
municipios do
Brazil que produ-
ziram mais café.

LEGENDA

- produção de 277.355 saccos a 110.443
- produção de 107.707 saccos a 75.902
- ▨ produção de 75.575 saccos a 58.763
- ▩ produção de 58.338 saccos a 48.267
- ◼ produção de 46.883 saccos a 37.728





metro que, por tres vias-ferreas diferentes, se comunica com o porto da capital e encerrará o centro de gravidade da vida econômica do Estado á medida que se multiplicaram os ramaes das linhas já existentes e o surto de atividade manufatureira manifestar-se como natural corolário da prosperidade das indústrias primárias. A maior densidade da lavoura cafeeira no limite assinalado não significa que ela não se possa desenvolver com vantagem em outras zonas de Pernambuco. Os mais antigos mapas assinalam a sua presença nos extremos occidentais do sertão e o censo de 1920 ainda registrou a existência de alguns hectares cultivados no longinquo município de Ouricuri.

ALAGÔAS E SERGIPE

Na distribuição regional do café no Brasil é muito pequeno, como já vimos, o logar que cabe aos Estados de Alagôas e Sergipe. A área do primeiro alcança apenas, conforme tivemos occasião de assinalar, 0,11% dos cafezais do Brasil, sendo ainda menor a percentagem de Sergipe. No primeiro dos aludidos Estados a zona de maior produção relaciona-se geograficamente com a do sertão de Pernambuco. Assim é que os municípios de Leopoldina e S. José de Lage, onde existem lavouras de relativa importância, acham-se localizados muito proximos da fronteira e os de Vitória e Viçosa, estendem-se nas encostas das serras que se comunicam pela dos dois irmãos, com o sistema orográfico pernambucano. Os demais municípios cafeeiros de Alagôas, com produção variada, mas sempre diminuta, não obedecem, na sua distribuição, a um criterio que permita associa-los em zonas bem caracterizadas.

Encontram-se indistintamente as culturas em todo o território do Estado da região litorânea de Cururipe até Paulo Afonso, na fronteira do nordeste, com o Estado de Pernambuco.

Da pequena área de cafezais sergipanos (1.279 hectares com 832.072 arbustos), cabe a parte mais considerável ao município de Anapolis (941 hectares com 611.520 cafeeiros). O resto da região produtora estende-se ao sul do Vasa Barris, sendo apenas digno de menção, ao norte desse rio, o município de Itabaiana que, conquanto possuísse apenas, em 1919, uma área cultivada de 55 hectares, figurava em quarto logar, pela extensão de sua lavoura, entre as correspondentes circunscrições de Sergipe.

BAÍA

No Estado da Baía a região produtora é muito dilatada. O município de maior superficie em cafezais (Arêa com 13.952 hectares, com 9.766.716 cafeeiros), tem a sua sede dentro do trapézio formado pelo rio Paraguassú ao n., pelo Rio de Contas, ao sul, a oeste pelo meridiano de 3.º de longitude oriental do Rio de Janeiro, e a leste, pela linha da costa. A cultura cafeeira nesse quadrilatero onde se

nota uma verdadeira aglomeração de vilas e cidades, cobre uma superficie talvez igual a 50% da área em cafezais de todo o território baiano, o que se explica por disporem os municípios dessa região (que compreende trechos do reconcavo, da mata e do sertão), de todas as vantagens que os fazem entrar na especificação das melhores zonas de mercado (proximidades dos seus entrepostos marítimos para a exportação, de vias-fluviais e de estradas de ferro), predcados esses que se completam com os demais requisitos da boa disposição altimétrica e das condições do solo, consideradas estas nas suas características de natureza física ou sob o ponto de vista de sua composição. O centro produtor a que nos referimos não constitui, todavia, uma região de lavouras insuladas dentro dos limites que lhe foram arbitrariamente determinados, tendo em vista o criterio meramente econômico. Prolonga-se para o sul, na direção do Espirito Santo, numa successão de municípios cafeeiros importantes entre os quais cumpre assinalar os de Poções, Itabuna, Ilhéos, Conquista, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa (o 4.º do Estado na extensão da lavoura cafeeira), e finalmente, S. José de Porto Alegre, na foz do rio Mucuri.

O município de Maracás, com a segunda lavoura cafeeira da Baía (7.367 hectares), representa, pelo sul, a transição entre os que se integram na zona oriental de maior produção e os que se sucedem, rumo NO, na direção da Chapada Diamantina.

No centro montanhoso do sertão baiano, os municípios de Morro do Chapéo, Palmeiras, Doutor Seabra, apresentam culturas regulares e, mais para nordeste da Chapada Diamantina notam-se os municípios produtores de Jacobina e Bomfim quasi isolados no interior do sertão.

ESPIRITO SANTO

O Estado do Espirito Santo mantém, pelas suas lavouras do norte, a continuidade geográfica entre as culturas cafeeiras da grande região de que faz parte (conjuntamente com os Estados do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Paraná), e a zona de produção que, do sul da Baía, vai se elevando para o norte e se espraçando na direção do centro do Estado, ao mesmo tempo que se condensa no seu desenvolvimento paralelo á costa. Os municípios espiritosantenses onde se ostentam as maiores plantações encontram-se no sul, salientando-se pela extensão de suas lavouras os de S. Pedro de Itabapoana, Alegre, Cachoeiro de Itapermerim e S. José do Calçado, cuja riqueza bem revela a excelência da zona, que se continúa no Estado do Rio, através dos municípios eminentemente cafeeiros de Itaperuna e Santo Antonio de Padua e, em Minas Gerais, passando por Carangola, vai constituir a chamada zona da Mata.

Uma simples observação revela a diferença entre a intensidade das lavouras cafeeiras baiana e do Espirito Santo. Ao passo que na Baía

existiam em 1919, 17.415 fazendas de café e no Espírito Santo 16.385, a área cultivada com cafezais, no primeiro daqueles Estados era de 71.144 hectares contra 152.776, no segundo, registrando o recenseamento 49.799.853 cafeeiros na Baía e 114.585.853 no Espírito Santo.

Examinando a estatística dos municípios espiritosantenses observa-se que apenas uma dessas circunscrições não acusou existência de cafezais e somente quatro possuíam uma área cultivada de menos de 1.000 hectares, ao passo que, no território baiano, em 24 municípios não existia essa cultura, predominando, pelo seu grande número, os que possuíam áreas com plantações insignificantes, no confronto local, aos de 100 hectares ou pouco mais. As estradas de ferro Leopoldina Railway e Vitória a Minas, facultando a produção dos municípios o seu rápido escoamento para o porto de Vitória e, portanto, para o estrangeiro, acrescentam aos fatores naturais de progresso da região considerada um valioso incentivo para a prosperidade econômica de que ela já desfruta, tanto na sua parte meridional, como na zona do rio Doce.

A VANGUARDA DOS ESTADOS PRODUTORES

O Rio de Janeiro, não obstante a decadência da cultura do café nas secções que deveram outrora á sua benéfica influência o apogeu de bem estar então atingido, continúa, não obstante, bem colocado na vanguarda dos Estados produtores. A sua área total ocupada com cafezais, atinge a 194.490 hectares, figurando, portanto, em 3.º lugar na classificação das superfícies consagradas áquela cultura. Os municípios de lavouras mais extensas não são, porém os que outrora deslocaram do litoral para as montanhas o centro econômico do Estado e que, por muito tempo, prevaleceram pela abundância de sua produção. Mais de 50% da área cafeeira do Estado do Rio é formada pela contribuição dos municípios setentrionais de Itaperuna, Santo Antonio de Padua, Cambucí, S. Fidelis e Itaócara, o primeiro nos limites com o Espírito Santo e os demais localizados na parte inferior do curso do Paraíba, das fronteiras de Minas até as de Campos, com S. João da Barra, onde aquela via fluvial tem a sua foz. Dos municípios que, na época aurea da cultura cafeeira fluminense, exerciam no Estado uma hegemonia econômica incontestada alguns, como os de Paraíba do Sul e Valença, mantêm-se ainda bem colocados no confronto com as demais zonas produtoras, cobrindo ainda a lavoura do primeiro uma área de 12.032 hectares, o que lhe assegura o 1.º lugar na classificação baseada na extensão das superfícies consagradas ás plantações de café.

Valença, com 7.211 hectares em cafezais, figura em 7.º lugar, precedida por Santa Maria Madalena e bom Jardim e seguida de São Fidelis, Campos, S. Francisco de Paula, Macaé, Cantagalo, e Duas Barras, municípios

situados uns na região oriental, outras na do nordeste e apartados do antigo centro cafeeiro do Estado do Rio, pelos de Friburgo, Terezopolis e Petropolis e pelos que o Paraíba separa da zona da Mata, no território mineiro.

Santa Tereza, geograficamente situada entre Valença e Paraíba do Sul, na comparação das áreas cultivadas, acha-se colocada entre Duas Barras e Itaócara, êste último confinante com Santo Antonio de Padua, Rezende e Barra Mansa, nos limites de S. Paulo, ocupam, respectivamente, o 17.º e o 21.º lugar na hierarquia dos municípios fluminenses, classificados por ordem decrescente, segundo a extensão das suas lavouras de café. Vassouras é o antepenultimo da lista dos que possuem um total de culturas superior a 1.000 hectares, seleção de que fazem parte todos os que foram incluídos no confronto que acabamos de estabelecer e pelo qual se verifica: 1.º) que, em média, os municípios de maior área cultivada são os situados na zona fronteiriça com o Estado do Espírito Santo (Itaperuna), ou na que se lhe segue imediatamente ao sul, até o Paraíba, abrangendo também a margem direita dessa arteria fluvial; 2.º) que os municípios intermediários entre essa região e a que é servida, a oeste, pela Estrada de Ferro Central, têm, em geral, maior área cultivada em cafeeiros que os municípios dessa última zona; 3.º) que assim se torna evidente a progressão da cultura cafeeira fluminense do seu antigo antro em direção ao nordeste, em sentido contrário ao movimento operado em S. Paulo, que começou de léste para oeste e depois para noroeste, acompanhando o curso dos rios alluentes do Paraná.

O PROGRESSO FLUMINENSE E SEU IMPULSO INICIAL

Finalizando esta rapida apreciação sobre a distribuição da lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, não será fóra de propósito assinalar os beneficios que ela proporcionou a êsse grande Estado, o que não impede alguns dos mais ilustres fluminenses de lhe atribuirem uma influência nociva sobre os destinos de sua terra natal. O envelhecimento dos cafezais e o esgotamento da terra que êles ocuparam, no período de prosperidade exuberante, parecem justificar o arrependimento professado pela excessiva confiança com que, na cultura exclusiva do café, fundaram as esperanças de intermináveis dias de prosperidade. Esquecem-se, porém, de que devem ao ouro rubro, o impulso inicial do progresso fluminense, os dias de esplendor que conheceu a antiga provincia, graças áquela producto e os melhoramentos materiais que uma primazia econômica, passageira embora, radicou permanentemente no seu território. Entre êsses, avulta o estabelecimento de uma compacta rede ferro-viária que encontra, ainda hoje, no transporte daquele precioso grão, um dos principais elementos de renda para remuneração do capital representado pelas suas extensas linhas troncos e numerosos ramais.

MINAS GERAIS

Aos municípios do sul da Baía e do norte do Espírito Santo, correspondia em Minas Gerais, em 1920, o vasto município de Teófilo Otoni que figurava entre os vinte primeiros do Estado na classificação baseada na extensão da área cultivada com cafezais (14.273 hectares). Aimorés, S. Manoel do Mutum e Rio José Pedro, municípios da fronteira de Minas com o Espírito Santo, apresentam-se também colocados sob esse ponto de vista, principalmente se levarmos em conta a sua exígua superfície territorial. O primeiro possuía, em 1919, 5.459 hectares ocupados pela lavoura cafeeira o segundo 7.536 e o último 9.434. Envolvendo esse grupo pelo lado de oeste, encontravam-se os municípios de Caratinga e Manhuassu aquele com uma lavoura de 26.151 hectares e este com 23.994 hectares, excedidos, portanto unicamente, sob esse aspecto, pelo de Carangola, que, com 3.221 hectares, era o que maior área cafeeira apresentava em todo o território mineiro. Convém assinalar que o município de Carangola, acha-se precisamente situado na fronteira de Minas, com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, isto é, no centro da mais intensa cultura desses tres Estados que no seu fértil território principia a famosa Zona da Mata, constituída pelos municípios de Muriaé, Cataguazes, Ponte Nova, Ubá, Juiz de Fora, Além Paraíba, Leopoldina, S. João Nepomuceno, Rio Novo, Pomba, Guarará, Mar de Espanha, Rio Branco, S. Manoel, Palmeira, Viçosa e Rio Preto, cujas áreas em cafezais, reunidas á de Carangola, perfazem, segundo o censo de 1920, 255.787 hectares ou mais de 39% de toda a área cafeeira de Minas. Na sua parte oriental, e pelo sul, a zona da Mata se limita com a região cafeeira do Estado do Rio, do qual é separada, em parte, pelo rio Paraíba e pelo rio Preto. Pelos municípios fronteiriços com esse Estado, liga-se essa prospera zona á segunda região cafeeira do território mineiro, a qual compreende a vasta concavidade formada pela linha divisória de S. Paulo e compreendido entre a secção do norte deste último Estado e a região de oeste onde a lavoura do café atinge o seu maximo de intensidade nos municípios servidos pela Estrada de Ferro Mogiana. Os municípios de Aguas Virtuosas, Alfenas, Arceburgo, Areado, Airuóca, Bependi, Cabo Verde, Caldas, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Caracol, Cambuquira, Carmo do Rio Claro, Caxambú, Cristina, Conceição do Rio Verde, Dolores de Boa Esperança, Eloy Mendes, Extrema, Guaranésia, Guaxupé, Itajubá, Jucui, Jacutinga, Jaguarí, Maria da Fé, Monte Santo, Muzambinho, Ouro Fino, Paraguassú, Paraisópolis, Passa Quatro, Poços de Caldas, Pouso Alto, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antonio do Machado, S. Gonçalo do Sapucaí, S. José dos Botelhos, S. Sebastião do Paraíso, Silvestre Ferraz, Silvianópolis, Tres Corações, Tres Pontes, Turvo, Varginha e Virgínia e Villa Braz, situados nessa zona, apresentavam, em 1919 uma área em cafeeiros de 162.475 hecta-

res, alcançando, portanto, a lavoura do sul de Minas, reunida á da zona da Mata, uma superfície de 418.262 hectares; isto é, cerca de 64% da extensão cultivada em todo o Estado. Os municípios dessa região que maiores culturas apresentavam eram, na época do censo, os de Monte Santo (21.670 hectares), S. Sebastião do Paraíso (19.653), Jacutinga (11.084), Santo Antonio do Machado (10.127), Guaranésia (10.014), havendo, além desses, mais uns vinte e tantos municípios com uma lavoura de café superior a 1.000 hectares. As zonas do norte, do centro e do oeste não registram, nas suas diversas circunscrições, uma percentagem de área cafeeira comparável á que se apura para os municípios da fronteira do Estado do Rio e de S. Paulo, desproporcionabilidade que se agrava principalmente na região do norte cujos municípios, na sua maior parte, se caracterizam pela grande extensão superficial, o que também ocorre com alguns da zona de oeste, como, por exemplo, o de Paracatú, na fronteira de Goiás.

O TRIANGULO

No Triangulo Mineiro não existem municípios com uma extensão de cafezais equivalentes á dos mais importantes das zonas de leste e da Mata e da zona sul. O que apresenta maior cultura, segundo o censo de 1920, é o de Conquista com 9.294 hectares. Disseminados pelas tres zonas acima referidas, contavam-se, entretanto, em 1919, para mais de 20 municípios com lavoura muito mais extensa.

Das circunscrições da zona de oeste destacavam-se, pelos seus mais elevados algarismos no confronto das áreas, os municípios de Vila Nepomuceno, Bom Sucesso, Oliveira e Lavras. Sendo porém, os mais cultivados da zona, ocupavam em 1919, no conjunto do Estado uma situação menos preponderante. Vila Nepomuceno, com 8.405 hectares em cafeeiros, figurava em 29º lugar no confronto com os demais municípios de Minas, sendo ainda inferior a colocação das outras tres unidades mencionadas e das que se lhes seguiam, na zona de oeste, com uma lavoura superior a 1.000 hectares.

Entre os municípios da zona do centro, em grande parte percorrido, no sentido norte-sul, pelo traçado da Central do Brasil, encontra-se uma dezena de circunscrições em que a cultura do café excede a 1.000 hectares (Conceição do Serro, Mercês, Itabira, Piranga, Palmira, São Domingos do Prata, Guanhanes, Barbacena, Bomfim, Mariana e Alto Rio Doce).

Com uma intensidade de culturas muito inferior á das zonas do sul e da Mata, as zonas de oeste, e do centro, por alguns dos seus municípios, estabelecem a continuidade entre aquelas duas regiões que prolongam em Minas, de um lado, os nucleos cafeeiros mais ricos dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, e, de outro, o fôco de maior produção do território de S. Paulo.

Enquanto os municípios do oeste circuncrevem a zona do sul dentro da linha reentrante formada pela fronteira paulista e do centro,

analogamente, separam do interior de Minas os da zona da Mata, aglomerados na concavidade formada pela fronteira fluminense. Partindo desses núcleos, irradiam-se em várias direções os municípios das zonas de oeste e do centro com culturas, em regra, cada vez mais diminutas, à medida que se aproximam da periferia, nos limites com o sertão setentrional.

As linhas divisórias da geografia política não têm assim nenhuma significação, no estudo da grande região natural cafeeira do sueste do Brasil, região cuja extensão não tem equivalente em nenhuma outra parte do mundo e cuja riqueza encontra na cultura do café o seu elemento básico primordial.

S. PAULO

S. Paulo é uma das várias partes integrantes dessa vasta região agrícola; pelo norte, apresenta maiores afinidades com a zona do Paraíba, no Estado do Rio, do que com os seus próprios municípios de noroeste: Monte Santo, o 5.º município mineiro pela extensão da área cultivada com cafezais, acha-se quasi na mesma latitude de Ribeirão Preto, não sendo, nessa parte da fronteira entre o Rio de Janeiro e S. Paulo, muito sensíveis as diferenças da superfície ocupada pela lavoura cafeeira nos municípios respectivamente pertencentes a cada uma das duas unidades federadas. À medida porém, que se vai penetrando no território paulista, a partir da fronteira com o sul de Minas, na região de Monte Santo, entra-se no planalto da terra roxa, vastíssima zona cujo desenvolvimento já atingiu o apogeu na parte em que se estende a rede da Mogiana, mas apresenta ainda imensas reservas, do vale do Tieté à margem direita do Paranapanema, nas extensões de terras recentemente virgens que as estradas de ferro Noroeste e Sorocabana estão desbravando à cultura e incorporando rapidamente à civilização.

TERRA ROXA

Dos 11 grandes municípios cafeeiros paulistas que apresentam uma área cultivada de mais de 20.000 hectares, fazem parte desse planalto os de Ribeirão Preto (zona da Mogiana, com uma lavoura de 26.030 hectares (censo de 1920), superior às do Ceará e Paraíba, reunidas; o do Jaboticabal (zona tributária da Paulista), com 25.939 hectares (superior à toda a área do Paraná); S. Simão (zona da Mogiana), com 24.308 hectares; Rio Preto (zona tributária da Paulista) com 23.625 hectares; Monte Alto (zona tributária da Paulista), com 23.160; Araraquara (zona da tributária Paulista), com 22.446 hectares; S. Carlos (zona tributária da Paulista), com 26.432; S. Manoel (zona da Sorocabana), com 23.714 hectares; Jahú (zona tributária da Paulista) com 22.580 hectares. Esses municípios, e mais os de Campinas e Amparo são os únicos que possuem em S. Paulo mais de 20.000 hectares cultivados com cafezais. Dos que dispõem de uma área cultivada entre 10.000 e 20.000 hectares a maioria per-

tence também à zona do planalto da terra roxa. (Taquaritinga (19.655 hectares), S. José do Rio Preto (16.706), Cravinhos (15.314), Franca (14.195), Matão (13.785), Bebedouro, (13.700), S. João da Boa Vista, Orlandia, Santa Rita do Passa Auatro, Descalvado, etc.

CAMPOS E CERRADOS

Entre a região litorânea e o norte de S. Paulo, o planalto das terras roxas e o Estado do Paraná, estende-se a vasta região dos campos e cerrados, onde se localizam os municípios que passaram a constituir o centro econômico do Estado depois que se acentuou a decadência da região ribeirinha do Paraíba, tributária da Central do Brasil.

Nessa primeira zona do planalto paulista, no ponto de onde se irradiam as principais vias de comunicação ferro-viária com o interior, encontra-se o município de Campinas que é o segundo de S. Paulo, sob o ponto de vista da área cultivada em café, pois possui 21.151 hectares de superfície consagrada àquela lavoura, sendo, portanto, apenas sobrepujado pelo de Ribeirão Preto. A cerca de 40 quilômetros na direção do sul de Minas, acha-se situado o de Amparo com 21.539 hectares de lavoura cafeeira e, quasi na fronteira, Socorro, com mais de 5.400 hectares, Rio Claro, com 14.831 hectares de cafezais, atesta mais ainda a improdutividade dessa zona de campos e cerrados, onde se destacam também Espírito Santo do Pinhal com 12.837 hectares, Bragança, com 10.754, Limeira com 9.963, Itatiba com 9.002 Itapira com 8.974, Mogi-Mirim com 8.718, Itú com 8.693, Jundiá com 8.359, Arara, com 8.149, Atabaia com 8.053, Piracicaba com 6.859, S. Pedro com 6.258, Tieté com 6.009, Socorro com 5.431, Capivarí com 5.339 Itatinga com 4.725, além de muitos outros com uma área em cafezais superior a 2.000 hectares.

VANTAGENS INSUPERÁVEIS

As duas vastas regiões consideradas apresentam sobre todas as demais seções do território brasileiro um conjunto de vantagens que não somente no Brasil, mas em nenhuma outra parte do mundo asseguram em tão feliz coincidência, um meio tão propício a prosperidade da lavoura do café. Constituem uma excelente zona de altitude, pela sua elevação média sobre o nível do mar e pela suavidade da inclinação das terras que se sucedem com diferenças de nível ligeiramente acentuadas; pela natureza e disposição do terreno, formam uma zona incomparável de composição físico-química e, pelo regime fluvial, resultante da concentração dos magestosos cursos de água que se atravessam, entre o Rio Grande, ao norte, e o Paranapanema ao sul, demandando a oeste, o grandioso Paraná, oferecem requisitos ótimos para o fácil escoamento da produção; cumprindo acrescentar a esse elemento natural de progresso a presença de uma rede ferro-viária bem distribuída em torno dos traçados da Mo-

giana, da Noroeste, da Sorocabana e da Paulista.

O norte de S. Paulo, apesar de haver perdido a sua antiga hegemonia, ainda concorre com uma regular parcela da produção cafeeira do Estado. Em Taubaté registrou o censo de 1920, 5.511 hectares de cafezais; em Guaratinguetá, 6.208; em Caçapava, 5.354; e, em S. José dos Campos, 5.126 hectares.

UM SIMPLES PROLONGAMENTO DA LAVOURA PAULISTA

A lavoura da café no Estado do Paraná é muito reduzida e pôde ser considerada um simples prolongamento da lavoura paulista. Num total de 49 municípios existentes em 1920, o censo federal registrou apenas em 18 a presença da cultura daquela rubiácea e, desses somente em 5 havia mais de 1.000 hectares em cafezais. Tomazina figurava, em primeiro lugar, com 6.922 hectares, seguindo-se-lhe Ribeirão Claro, com 6.643, Jacarézinho com 6.443, S. José da Boa Vista com 1.663 e Santo Antonio da Platina com 1.109. Dos restantes, só dois Carlópolis e Morretes, possuíam mais de 100 hectares cultivados com plantações de café com um número de arbustos inferior ao de muitas fazendas dos grandes Estados produtores. Na avaliação da safra de 1925-1926, o contingente de Ribeirão Claro e Jacarézinho, exportável pela Sorocabana, foi avaliado em 55.000 sacos, ao passo que a safra propriamente paulista, escoada pela aludida estrada ascensão, na mesma avaliação a .. 1.388.500 sacos.

A CONTRIBUIÇÃO DE GOIÁS

Antes de terminar este sumário esboço em que procuramos resumir, baseados nos resultados do censo federal de 1920, os aspectos gerais da distribuição da lavoura cafeeira no Brasil, considerando-a nos seus grandes números e segundo alguns índices que reputamos mais expressivos, não será fóra de propósito uma breve referência ao Estado de Goiás, que, apesar de apresentar uma área cultivada relativamente diminuta, no que diz respeito á cultura do café, possuía, na época do recenseamento, plantações distribuídas por quasi todos os seus municípios, principalmente na região do sul que parece destinada a se tornar um centro de produção mais intensa, quando a lavoura daquela região merecer dos agricultores uma atenção mais cuidadosa. Segundo o último recenseamento, o município de maior área cafeeira era o de Anápolis, com 2.609 hectares de cafezais, não atingindo a 1.000 hectares a superfície correspondente nas outras circunscrições. Entre estas avultavam as que possuíam lavouras de mais de 100 hectares, salientando-se Morrinhos, com 902, Bomfim com 943, Jataí com 769, Catalão com 764, Corumbá com 632 e Curalinhos com 523.

Nos demais Estados do Brasil a cultura do café pela sua relativa insignificância e pouca expressão econômica não constitue um elemento ponderável de prosperidade regional e menos ainda interessa, quando se tem em vista as linhas gerais da distribuição daquela riqueza agrícola no conjunto do território nacional.

A ação dos comissários no comércio de café

Na obra meritória do antigo Centro da Lavoura nunca interveiu a maléfica influência do filhotismo político—e só a impulsionava um ardente patriotismo

CARLOS JORDÃO

OS PRIMEIROS FRUTOS

A cultura do café, que teve início no Estado do Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, só começou a incrementar-se com certo vigor a partir de meados do século passado, estendendo-se ás regiões mineiras que podiam encontrar facil escoadouro na praça do Rio.

Nas condições peculiares a essa cultura era necessário desbravar-se matas virgens, preparar o solo com a remoção de madeiras de valor e proceder, finalmente, ao plantio de arvores que ainda assim exigiam um longo período de 4 a 5 annos para poder colher os primeiros frutos.

AS FAZENDAS

Todo este imenso labor, acrescido pela topografia dos terrenos constituídos por morros de forte elevação com exiguidade de planicies, explica bem a dificuldade do estabelecimento de grandes lavouras como chegaram a ser congregadas em grandes núcleos—as fazendas—com todo o seu aparelhamento para o preparo do café após a sua colheita.

O CAPITAL

Toda esta série de trabalhos agrícolas, quer os da formação das lavouras, quer os das rotações anuais em que a produção deveria realizar-se exigia o concurso de capitais, geralmente escassos nas mãos de tão energicos desbravadores do sólo fluminense e mineiro.

A nossa organização bancária deficiente, e apenas instalada na capital, não podia conhecer as possibilidades dos trabalhos agrícolas que se desenvolviam no interior e assim, naturalmente, foi surgindo uma classe intermediária—a dos comissários de café.

Classe esta que foi a maior contribuidora da prosperidade do Estado Fluminense, ao tempo em que, pode-se afirmar, esteve na vanguarda da civilização brasileira pela influência exercida em toda a política nacional.

Os comissários de café constituíam-se em razões sociais com um certo capital, tendo por fim não só receber o produto enviado pelos fazendeiros de café, como, também, adiantar-lhes os recursos monetários para a exploração agrícola. Os adiantamentos em geral consistiam em fornecimentos de fundos para serem atendi-

rentes carpas, dos auxilios no período das colheitas e dos demais encargos que pesam sobre a exploração, até a possibilidade da venda do produto no mercado.

O ESCRAVO

Muitos outros, porém, tinham carater mais extensivo, porque abrangiam somas que serviam para a formação das próprias lavouras, o que desde logo mostrava que tais adiantamentos tinham de ser concedidos por um prazo longo para lograrem amortizações lentas. Outra categoria de adiantamentos, operada em grande escala no meado do século passado, era a que se fazia também para a aquisição de braços, por ser corrente então, e único, o trabalho escravo, ao qual se deve a formação de enormes riquezas, constituídas pelas lavouras da região fluminense, hoje em grande decadencia pela ação do tempo e do esgotamento do solo, trabalhado incessantemente.

AÇÃO DO COMISSARIADO

A ação dos comissários de café foi preponderantemente, porque na criação de suas relações comerciais com os fazendeiros do interior ela se estendia também a muitos atos da vida civil. Além de fornecedor dos capitais para a movimentação de suas indústrias o comissário tornava-se o conselheiro e o orientador das principais resoluções a tomar, quer nos atos familiares, quer nas possibilidades de alargamento das explorações, quer em muitas outras questões de ordem social.

Com o desenvolvimento de tais relações tinha-se a origem de um fundamento para certo crédito agrícola, por não ser esta categoria de crédito mais do que o crédito pessoal, necessário ao agricultor como é a modalidade correspondente usada no comércio.

Com igual critério ramificavam este crédito a vizinhos instalados em uma determinada circunscrição, com os mesmos elementos informativos sobre suas situações agrícolas.

As casas comissárias, dispensando crédito a diversos fazendeiros do interior de uma certa zona e por modalidades diferentes, de acôrdo com as necessidades de cada um e o grau de confiança, agiam, como verdadeiros "bancos regionais", servindo assim a diversos núcleos ou centros de produção, conforme estivesse constituída a sua freguezia; e como esta se di-

vidia por vários municípios, deduz-se facilmente quão vantajosa era essa forma de dispensar o crédito para impulsionar o desenvolvimento de uma indústria sujeita a uma vasta série de incidentes, nem sempre previsíveis.

Era o meio de receberem café á consignação e vendê-lo nas condições melhores do mercado, mediante uma determinada comissão; mas isso, por outro lado, lhes impunha a necessidade de um aparelhamento especial, que os obrigava a sacrifícios ingentes sob a forma de adiantamentos, sujeitos a amortizações muito variadas, e dependentes, em muitos casos, de más condições meteorológicas.

Foram assim constituídos êstes numerosos bancos regionais, servindo a todas as zonas onde o café era cultivado nos dois Estados e os quais, aceitando os títulos da lavoura, podiam procurar recursos suplementares no desconto conseguido junto aos bancos nacionais, especialmente o Banco do Brasil. Houve um período que o número de firmas comissárias aqui estabelecidas quasi atingiu a 200: efeito do grande culto de negocios provocado pelas safras, crescentes, exportáveis pelo porto da nossa metrópole.

O CRÉDITO HIPOTECÁRIO

Com o desenvolvimento das lavouras cafeiras, exigindo um longo período de expectativa entre o início das operações de desbravamento das matas até a possibilidade de obtenção dos primeiros frutos, tornava-se insufficiente o concurso dos capitais movimentados pelas casas comissárias, embora em algumas esse capital se elevasse a grandes somas: dêsse fato resultou a campanha em favor da criação da carteira hipotecária no Banco do Brasil, com emissão de letras hipotecárias, e de outros bancos que chegaram a ter certo funcionamento entre nós.

Conquanto fossem exercidas regularmente as prescrições legais criadas para o funcionamento do crédito hipotecário nunca mereceu êle dos capitalistas a confiança absoluta que lhes deviam inspirar as garantias oferecidas no ato de serem contraídos os empréstimos estudados e apreciados com tais bases. É que a legislação brasileira tinha falhas notórias que faziam periclitár muitas vezes o direito do credor e afastar, portanto, cada vez mais, em tais inversões, os capitais disponíveis que a economia brasileira ia constituindo. Além de causas diversas na interpretação de dispositivos legais por juizes do interior existia a condição legal que determinava a "adjudicação forçada do imóvel do credor na última praça da liquidação na ausencia de licitantes". Era natural, portanto, que o capitalista credor, que emprestára moeda corrente e que numerário deveria obter como solução do seu crédito, não quizesse receber um estabelecimento agrícola sem a experiencia e a competência indispensáveis para bem dirigir-lo.

A INTERVENÇÃO PARLAMENTAR

Foi o trabalho continuado e insistente do commissariado de café que levou ao Parlamento brasileiro as reclamações reiteradas pelos inconvenientes de tais preceitos arcaicos, que impossibilitavam o desenvolvimento do crédito hipotecário baseado nas garantias de imóveis rurais.

Encontraram elas êcos nas regiões parlamentares e deram logar á brilhante discussão travada no Senado, em que tomaram pa te muitos os melhores estadistas da época, produzindo, como consequência, a lei das execuções civis e comerciais de 5 de Outubro de 1885 (Decreto 3.272), Nessa lei, em que se consignam dispositivos o maior realce para garantia dos creditos concedidos, não só foram criados dispositivos claros para uma rápida execução dos títulos comerciais, sem as chicânas anteriormente permitidas, como eliminada da legislação referente ao credito hipotecário a clausula de adjudicação farçada na 3.ª praça ao credor, e tambem criado o novo instituto de penhor agrícola, quer sobre o fruto colhid, quer sobre o fruto ainda pendente nas arvores, com a possibilidade de sua permanência em mãos do devedor, como depositário do credor.

LEIS SÁBIAS

Esta sábia lei garantidora de direitos reciprocos para o credor e o devedor de boa fé, devia servir de fundamento immediato a grandes desenvolvimentos; mas já estava no ar o humanitario golpe que viriu desfechar-se em grande parte dos cabedais agrícolas invertidos no braço dominante, que era então— escravo. A extinção do elemento servil sem a possibilidade do recurso pronto a um substituto eficaz, devia produzir prejuizos de grande importância que determinaríam, a pouco e pouco, o desaparecimento de muitas firmas senhoras de grande capitais e de crédito avultado. Foi se produzindo uma derrocada gradativa, ajudada por outras circunstâncias, originárias da nova feição que tomaram as relações anteriormente estabelecidas entre o fazendeiro e o seu commissário. Com efeito, firmas esportadoras, estabelecidas na nossa praça, cientificadas de que os commissários diminuíam e quasi cessavam os adiantamentos outrora concedidos para a rotação anual dos trabalhos agrícolas, mandavam emissários percorrer os fazendas, adquirindo, a pronto pagamento, cafés em preparo ou prestes a serem exportados, facilitando assim o desvio das quantias necessárias á amortização de antigos debitos, contraídos para a manutenção dos seus estabelecimentos.

EXPLENDOR E DECADÊNCIA DO COMISSARIADO

Êste enfraquecimento nas relações comerciais entre o produtor e o seu intermediário natural —o commissário—encarregado da colocação do gênero nas melhores condições do mercado transformou completamente a ação eficaz

que este procurador dos interesses da lavoura sempre exerceu nos meios agrícolas. Não pôde mais operar-se resistência salutar nos momentos de frouidão do mercado, porquanto grande parte das remessas do gênero, adquiridas diretamente pelos interessados na exportação, tornavam inuteis quaisquer tendências, contrárias, como em outros tempos lóra possível praticar. No período aureo do commissariádo, de café de nossa praça existiu um pequeno nucleo de negociantes, chamados ensacadores, eram os auxiliares diréto dos commissários, adquirindo-lhes os lotes expostos diariamente á venda para a formação de estoques que por vezes, atingiram algarismos avultados, constituindo-se elles, dêsse modo, verdadeiros dispensadores de crédito aos seus vendedores; e, como tais, especuladores interessados na boa colocação dos lotes, que reuniam por preço mais vantajoso; e por isso os ensacadores de café eram sempre interessados na alta dos preços, concorrendo dentro de suas posses e arriscando no jogo dos mercados estrangeiros, então dominantes.

Para o comércio de commissões e para a lavoura de café a corporação dos ensacadores era uma classe benemerita e, longe de ser parasitária da lavoura, como por vezes foi considerada por certos espiritos menos refletidos, prestou, ao contrário, relevantes serviços nas resistências opostas os frouidões intempestivas de certos mercados. O mesmo motivo que determinou o enfraquecimento da classe dos commissários, pela invasão dos agentes dos exportadores nas zonas produtoras, deveria ocasionar a liquidação de estabelecimentos que não podiam agir com a mesma liberdade de movimentos e enfrentar a ação de seus naturais compradores—os exportadores—já então adquirentes da grande massa de café que diariamente acudia ao mercado e com destino antecipadamente firmado.

O CENTRO DA LAVOURA

A ação dos commissários de café teve, no entanto, relevo especial, francamente meritório e altamente patriótico quando já na crise de 1882, em que o preço do café então denominado "l. ordinária" e que na classificação moderna tem no numero 7 de Nova York o seu tipo correspondente, desceu a 3\$000 por arroba—arregimentando-se sob a denominação de Centro de Lavoura e Comércio, corporação esta composta exclusivamente de commissários escolhidos entre os mais prestimosos, sem distincção de nacionalidade e capazes de emprender uma campanha benéfica não só para conseguir melhoramento; aconselháveis aos lavradores, como tambem para reclamar medidas assecuratórias, consentâneas com as necessidades prementes que estas duas classes estavam sentindo ao desenvolvimento de suas reciprocas transações.

Formulou o programa de sua ação promovendo reuniões públicas com assistência principal de negociantes de café e fazendeiros, nas quais foram discutidas as questões da mais ele-

vada importância para a defesa da lavoura nas suas relações com o comércio das reivindicações que este fazia para atingir as seus fins. Promoveu, então, conferências públicas sem espirito retórico, nas quais tomaram parte com grande successo, dois experimentados e competentes representantes da lavoura e dois abalizados commissários.

Com a degradação crescente dos preços de café, propugnou a necessidade de uma intensa propaganda, que deveria ter realizada no estrangeiro por meio de exposições precedidas de uma exhibição interna para a escolha conveniente das amostras apresentáveis nesses diferentes países, de acôrdo com as preferências adequadas.

Foi assim que realizou, em 1881, a primeira exposição de café com uma representação avultadissima de tipos de café dos Estados do Rio, Minas, S. Paulo e Espírito Santo, e cuja instalação teve a presença de S. M. o Imperador D Pedro II, tendo sido nela pronunciado o discurso inaugural, verdadeira corporificação das medidas lembradas e reclamadas para a evolução que era mistér favorecer no interesse da propria economia nacional.

No ano immediato efetuava-se a 2.^a exposição de café com idêntico programa; e como pouca coisa havia sido tomada em consideração pelo governo imperial, convenceu-se o representante, que pronunciou o discurso inaugural (1), da necessidade de dizer com todo o respeito as seguintes palavras que exprimiam o sentimento patriótico dessa corporação, naquela época:

—“Com a mais respeitosa venia, mas com o sentimento mais puro de civismo, protestamos, perante o governo de v. magestade e perante o país, contra o repudio incompreensível das mais justificadas e mais legítimas aspirações dos que trabalham e dos que produzem, não mais vilanagem de mercadores e servos, mas corporação de cidadãos ativos e laboriosos de uma patria que estremece e amam”.

Foram atendidas algumas das medidas reclamadas e, entre elas veiu a termo, mais tarde a modificação legislativa das execuções, conforme já foi alludido, tomando o governo a peito auxiliar a ação benéfica das exposições no exterior com dispêndios de importâncias mínimas por parte do erário.

Com este proposito realizaram-se exposições em Londres, Paris, Agen, Bordeaux, Nice, Villeneuve-sur-Lot, Beauvais, Tarbes, Amsterdam, Zurich, Genebra, Lausanne, Copenhague, Troughen, Vienna, Trieste, Budapest, Berlim, Nova York, Boston, Montreal, Halifax, Quebec, Toronto, Athenas, Bruxelas, S. Petersburgo e Nidgi-Novgorod.

CAFÉ GRATUITO

Grande número delas teve o concurso dos nossos consules e foram, em geral, acompanhadas pela prática de servir gratuitamente o café como bebida nas quantidades grangeadas aquí entre os interessados. Os resultados corres-

ponderam sempre aos fins visados por isso que a habilidade dos seus promotores sabia tirar partido das circunstâncias peculiares ás hipóteses ocasionais.

Deve-se, porém, assinalar o relevo especial de algumas, dentre ellas, pelas vantagens directas e indirectas que proporcionaram ao nosso país. A exposição de Amsterdam teve a superior direcção de um dos directores do Centro, que allí foi pessoalmente dirigi-la; e tão proveitosa acção impulsionou na imprensa local, que o governo holandês nos enviou em missão especial o sr. Van Delden Laerne, para estudar as condições da nossa agricultura, escrevendo um livro em que compendiou todas as suas observações com grande vantagem para a nossa própria agricultura.

Por ocasião da exposição de Genebra realizou-se um Congresso de Higiene e Demografia, em que tomou parte o nosso competentíssimo compatriota barão de Terezopolis, que, pela vez primeira, fez realçar a acção benéfica do café como bebida de temperatura e da necessidade do seu uso para combater os estragos do alcoolismo, o envenenamento pelo opio e por outras solaneas virosas. Em algumas cidades francezas as exposições se efetivaram por ocasião dos comícios agrícolas para melhor provocar o uso de tão salutar beberagem em um meio em que a poupança tinha peculiar caracter; e em outras se promoveram conferencias por patricios nossos em vilegiatura.

Na Russia as exposições realizadas em São Petersburgo e na celebre feira internacionale de Nidgi-Novgorod, tiveram o concurso do dr. José Maria da Silva Paranhos, então consul do Brasil em Londres, e de um diretor da corporação do Centro, especialmente comissionado para dirigir a parte prática. O êxito obtido foi notável, conseguindo os seus promotores favores especiais por parte do governo do Czar, implantando o início do consumo do café em país onde só se conhecia tradicionalmente o uso do chá. O livro de sensata propaganda, criado por aquele benemerito compatriota, que tão extraordinários serviços prestou depois ao nosso país, grandemente contribuiu para o êxito alcançado, muito além do que razoavelmente poderia ser esperado pelas condições do meio em que se operava.

Em Nova York, embora com caracter mais modesto, houve o concurso de consul Salvador de Mendonça, declarando-se por essa ocasião a excelente qualidade do café, pela delicadeza do seu paladar.

Nêstes prelios pacíficos alcançou sempre o Centro da Lavoura e comércio as mais altas distincções; e sua preponderância nos circuitos commerciaes e perante mesmo determinadas associações científicas, evidenciava-se nas demonstrações que para aquí eram repetidamente produzidas.

O imperante, com a alta comprehensão da relevância de tão meritorios serviços, auxiliou sempre essa corporação com magnanimidade, atendendo aos pedidos de remuneração significadora que o Centro apresentava em favor de quantas pessoas de distincção o amparavam nos seus propositos de exterior e sem o qual não teria sido possível obter o êxito que em toda a parte era constatado com abundância tão cativante.

FILHOTISMO POLÍTICO

Nessa obra meritória de beneficio do café nunca houve filhotismo político, ela foi sempre realizada por competências comprovadas, guiadas por sentimentos de elevado patriotismo, para obtenção de resultados práticos, e deveria ter sido continuada sempre, como o exige toda a propaganda de fins nacionais como a da valorização desse produto brasileiro. Fora desses moldes, tudo tem sido improffuço; o nosso país já verificou os resultados negativos dos processos levados a effeito com desprezo das sábias prescrições criadas pelo núcleo de tão nobres cidadãos nas duas tentativas feitas posteriormente.

A classe dos commissários de café do Rio de Janeiro, que tanto destaque deu ao comércio da nossa metrópole, chegou a adiantar á lavoura cafeeira cabedais, que, na época deprimente de 1882, em que mais baixo desceu a cotação do café, atingiram, então, a mais de sessenta mil contos de réis.

Póde-se, pois, afirmar com segurança e verdade que foi esse concurso material concedido de acôrdo com os circumstâncias do momento, além das interferências de ordem social, junto de seus clientes, a base de todo o progresso verificado na agricultura fluminense; e que, outrossim, essa realização teve seu simle na organização americana, com idênticos intermediários e iguais proventos. Numa constatação desta natureza seria meritório e teria caracter de integral justiça mencionarlos nomes de tão prestantes cidadãos, artezãos convencidos da obra que realizavam, e quasi todos desaparecidos: mas seria longa a enumeração e ao modesto sobrevivente, com sua ineficiência manifesta, falta a qualidade precisa para salientar a respectiva benemerência.

A atual política monetária e a sua repercussão sobre o café

“Moeda estável e crédito agrícola organizado — eis a obra de governo que há de impôr-se á gratidão dos brasileiros”

PAULO OTTONI DE CASTRO MAYA

MOEDA Sã E ESTÁVEL

A aspiração da lavoura do café por uma moeda sã e estável vem de longe, e o Convenio de Taubaté em 1906 já havia proclamado a sua necessidade.

Nem outra podia ser. A moeda, instrumento das trocas, é também medida comum dos valores.

Se as medidas de capacidade e de peso variassem, as relações entre os homens, versando sobre quantidades ou extensões, tornar-se-iam extremamente difíceis. As mudanças no valor da moeda têm semelhante resultado, nas relações comerciais, e nenhuma classe laboriosa, que busca no trabalho uma justa remuneração aos seus esforços, e não proveitos fortuitos e passageiros de caráter especulativo, pôde desejá-las.

A classe agrícola, — e dentro desta, especialmente a lavoura cafeeira, — mais do que muitas outras, resente-se das desordens monetárias, em virtude dos grandes intervalos que separam a época das despesas preliminares do plantio dos cafezais, e das do custeio daquela em que a safra é finalmente vendida.

Se, entre estes momentos a moeda muda de valor, e com ela se altera o preço da venda, todas as previsões tornam-se impossíveis, e o resultado final dependerá menos da atividade e inteligência, do que de fatores fortuitos e dificilmente previsíveis. Ora, isto é profundamente injusto, e socialmente é nefasto, porque anima o jogo e desanima a iniciativa.

AS OSCILAÇÕES DO CÂMBIO

As variações da moeda podem dar-se em dois sentidos; para a alta ou para a baixa.

Tem-se procurado demonstrar que as variações para a alta não prejudicam o exportador.

São demonstrações sofisticadas que não resistem a análise nem a prova dos fatos, pois em todos os países as valorizações da moeda têm, como regra, provocado crises e levantado protestos da produção. É fácil de compreender, com efeito, que se o produtor recebe pelos seus produtos uma quantidade de papel moeda valorizado, menor, porém, do que aquela com que contava, mesmo se o custo de produção

baixasse logo na mesma proporção (o que não acontece), nem assim deixaria de ser prejudicado na produção que já custeou, para a qual geralmente assumiu compromissos expressos na moeda em circulação, os quais, se tornam mais pesados á medida que a moeda aumenta de valor.

A baixa, pelo contrário, enquanto é lenta e continuada, traz ao exportador um “prêmio”, decorrente da alta dos produtos exportáveis, e do intervalo, bastante longe aqui, que separa a variação da moeda da sua repercussão sobre o custo da vida. Este “prêmio”, porém, obtido á custa da coletividade, nunca foi ambicionado pela lavoura do café e é injustamente que ela tem sido acimada de “baixista”. Ela bem compreende quanto este prêmio tem de illusório, pois é constituído por uma moeda que já tem menor poder aquisitivo e deixa prever futura elevação nas despesas de custeio que vão preparar a proxima safra. Finalmente, a baixa do câmbio é geralmente acompanhada de uma baixa, em ouro, do café. Muitas vezes, esta precede e é a causa daquela, dada a importância do café na nossa balança comercial. Outras vezes, porém, o câmbio baixo por motivos diferentes, inflação ou importação excessiva, e a cotação do café em Nova York acompanha-o por uma “simpatia” estranha á primeira vista, mas perfeitamente explicavel para quem conhece a influencia dos fatores psicológicos no fenômeno da formação dos preços: — vindo a moeda brasileira baixar, o consumidor estrangeiro percebe imediatamente que o produtor nacional, tendo gasto papel na produção, pôde vendê-la sem prejuizo pelo preço em papel que vigorava antes da baixo do câmbio. Retrair-se-á, portanto, até que o preço em ouro tenha acompanhado a depressão da moeda.

Este fato, tão prejudicial á economia nacional, ocorria frequentemente antes das intervenções reguladoras ou valorizadoras do Estado.

A ESTABILIDADE

O verdadeiro interesse da lavoura cafeeira — que precisa, como todo negócio serio, de bases solidas e seguras para desenvolver-se e estabelecer previsões, não está, nem com a baixa nem com a alta do câmbio, mas com a estabilidade,

(Muito de proposito emprego as expressões *alta do cambio, baixa do cambio* ou *cambio em alta e cambio em baixa*, que indicam, respectivamente, os movimentos ascensional e descensional das taxas, e têm, portanto, sentido perfeitamente definido; e não as expressões *cambio alto, cambio baixo*, que não têm sentido claro, porque tanto a noção de *cambio* como a de *altura* são essencialmente relativas).

E' de estranhar, entretanto, que, sendo tão importante esta necessidade do *cambio* fixo, desejada pela lavoura do café no convenio de Taubaté e realizada com sucesso pela Caixa de Conversão David Campista, ficou ela descurada, quando razões diversas,—de ordens técnicas outras,—trouxeram o fechamento daquela Caixa, e a volta ao regime da instabilidade.

De 1914 a 1926, isto é, durante doze anos, o problema da estabilização da moeda foi relegado ao segundo plano. Bem poucos estavam a meu lado na campanha que, desde o fim da guerra, iniciei pelas colunas d'O JORNAL em seu favor.

A própria lavoura do café, tão interessada na medida, deixou de considerá-la como fundamental, quando pleiteou perante os governos de S. Paulo e da União a sua intervenção.

OS ERROS COMETIDOS

Foi um erro de visão lastimável, decorrente de tanta falsa doutrina que andava e ainda anda infelizmente tão espalhada no país, cujas consequências foram gravíssimas. Um olhar retrospectivo permite hoje melhor apreciá-las.

Quando foi iniciada a 2.º valorização, com recursos em papel fornecidos pela União a S. Paulo, nenhuma medida foi tomada no sentido de regularizar o mercado de *cambio*. Surtilindo a valorização o desejado feito, devido em parte aos fatores meteorológicos que haviam destruído grande número de cafézais, atingiu o café em 1919 cotações elevadíssimas que permitiram ao Estado de S. Paulo desfazer-se com lucro de seu estoque. O afluxo considerável de letras que isto ocasionou, não encontrando tomadores, provocou brusca alta no *cambio*.

O mal que esta *alta efêmera* causou foi imenso. Estancou a exportação, animou a importação, encheu de otimismo os nossos governantes, que julgaram que o país estava maduro para uma política de "realizações". O "deficit" da balança de 1920, a baixa do *cambio* até a casa dos 4 dois anos depois, as obras das sêcas e do Centenário, são em parte consequências do *cambio* a 18 d. de 1919, que dera uma visão illusória da situação do Brasil.

Mais tarde as intervenções oficiais no mercado de café, também foram feitas com desprezo absoluto das leis que regem o fenômeno dos *cambios*.

Comprado o café, com recursos ouro, obtidos a prazo curto e com warrantagem do mesmo, a venda deste café deixava de fornecer letras de cobertura colocando em situação precária o mercado de *cambio*. Isto obrigou o governo a

usar dos artificios os mais perigosos e onerosos para sustentar o mercado. O tristemente famoso empréstimo de 9 milhões e a celebre letra dos 4 milhões, não tiveram outra origem.

Finalmente, a recente fundação do Instituto, olvidou inteiramente esta base essencial de uma obra de defesa: a fixidez da moeda. Em vez de aguardar com prudente reserva a reforma que já estava prometida na plataforma do candidato eleito, apressou-se em negociar um empréstimo, que apenas serviu a alimentar, sustentar por mais algum tempo a política valorizadora e deflacionista do governo que findava, inteiramente contraria aos interesses da produção. Inicia assim as suas operações o Instituto com um prejuizo em *cambio* de cerca de 100.000 contos, pois recebeu ao que parece menos de 300.000 contos pelo empréstimo que deverá reembolsar com 400.000.

Os grandes prejuizos que decorreram para a lavoura do café, e para o país em geral, do fato de ter-se descurado durante tanto tempo do problema da moeda ou, o que é peor, de ter-se procurado dar-lhe soluções irrealizáveis, permitem prever, em opposição, os benefícios que decorrerão de sua estabilidade, recentemente decretada e, até agora, efetivamente mantida.

A experiência ainda é muito nova, para que se possa argumentar com fatos.

CRÍTICAS A REFORMA

Em artigos anteriores, já externei algumas ligeiras críticas aos detalhes de reforma, que, no meu fraco entender, vem civada de alguns defeitos, consequentes talvez da pressa com que foi realizada e, sobretudo, do *incondicionalismo* com o qual o Congresso, submisso, em vespereiras de eleições e pleiteando aumento de subsídio, aprovou o projeto do Catete, sem alterar-lhe uma virgula.

Este *incondicionalismo* é um dos peores vícios políticos de um regime republicano. Substitue á colaboração, e subserviência. Os amigos do governo têm o dever de considera-lo uma divindade infalível; todos os seus atos e todas as suas intenções são perfeitas. Pretender dá-las ou corrigi-las é crime de "lesa-majestade" e "ato de opposição".

Não seria inoportuno repetir, ás vezes, a muitos de nossos políticos, a velha história de um rei que passeava de camisa diante de seus corteãos, que elogiavam todos a magnificência de suas vestes, porque nenhum ousava dizer-lhe a verdade.

Neste caso da reforma monetária, não é crível, por exemplo, que tenha escapado a todo o Congresso,—onde, afinal de contas, ainda há algumas competências—que ia-se repetir o mesmo erro cometido na primeira Caixa de Conversão, o qual todos os que a comentaram, reconheceram e criticaram; e que é a dualidade de notas em circulação, em violação flagrante a uma das leis mais elementares de Economia Política: a lei de Gresham.

Saiu a reforma com esta imperfeição, além de outras.

Apesar delas, entretanto, não é desarrasado pensar que ela vá aos pouco se consolidando sobre tudo se fôr definitivamente realizado o equilíbrio orçamentário, porque sem finanças boas, difícil é conseguir-se moeda sã, dependência que, felizmente, o presidente da República proclama em sua mensagem, o que permite esperar que o problema financeiro venha constituir agora a principal preocupação do governo.

CONSEQUÊNCIAS DO ÊXITO DA ESTABILIZAÇÃO

Se assim fôr feito, poder-se-á, pouco a pouco, apreciar a benéfica repercussão da política de estabilidade monetária sobre as classes produtoras e especialmente sobre a lavoura do café.

Já não se trata sómente das vantagens imediatas de se poder calcular e prever.

Duas coisas são essenciais á produção; o crédito e os transportes. Ora, se êste é um problema técnico e financeiro que apenas tem ligações indirectas com a questão monetária, aquele está a ela inteiramente ligado.

LO CRÉDITO AGRÍCOLA

Sob um regime de instabilidade monetária, a organização inteligente do crédito, sobretudo do crédito agrícola, é impossível. Melhor do que raciocínios provam-no os fatos.

Um simples confronto da situação, em que se encontra o produtor brasileiro com o argentino, é o mais eloquente de todos os argumentos. O primeiro está na dependência dos recursos escassos que a juros altos, lhe concedem os seus comissionários, ou ainda daqueles mais problemáticos, que, sob hipotecas pesadas, lhe outorgam capitalistas e não raro usurários. O segundo, obtém fartamente, e a juros modicos, nos bancos argentinos, todos os recursos de que precisa, não só para custear a sua safra, como também para as suas primeiras instalações.

Não é de admirar, pois, que não possamos competir com os nossos vizinhos em produtos para os quais as nossas terras do Sul prestariam-se-jam perfeitamente.

O desenvolvimento do crédito agrícola na Argentina foi uma consequência da Caixa de Conversão. Enquanto o câmbio oscila, as operações legítimas sobre moedas estrangeiras e a especulação absorvem a maior parte das disponibilidades. Estabilizado o câmbio, e as procuram imediatamente outra aplicação.

Por isto, uma das primeiras consequências de uma estabilização consoldada é a baixa dos juros do dinheiro.

Não são somente os capitais que se aplicavam nos negocios de câmbio que ficam disponíveis. São também os capitais estrangeiros que afluem ao país na esperança de melhores juros, e sobretudo na da alta que sempre ocorre

em todos os valores de rendimento fixo (debentures, apolices, etc.).

Para que isto se verifique, porém, é necessário que haja *confiança* generalizada no êxito da estabilização. Enquanto ela não se generalizar, não somente no país, mas no estrangeiro mantêm-se uma atmosfera de expectativa.

E' o que atualmente acontece aqui; mas verificar-se-ão, certamente, êstes prognosticos que se realizaram na Argentina, e atualmente se observam na Belgica e na França, se soubermos inspirar ao mundo, confiança na nossa reforma monetária.

Assim como na Argentina, veremos afluirem capitais, e o desenvolvimento do crédito agrícola será o corolário logico de estabilização do câmbio.

O credito agrícola não nasce porém, espontaneamente, como fruto natural da estabilização. Ele deve ser inteligentemente organizado, e sobre esta organização deveriam voltar-se desde já os olhares dos governantes e dos doutos.

A' lavoura do café, mais ainda do que ás outras classes agrícolas, interessa êste problema.

A retenção do café nos armazens reguladores, é evidentemente a mais inteligente defesa de preço até hoje realizada. Ela exige, porém, logicamente a concessão de crédito aos fazendeiros sobre warrantagem do produto, pois êste não pôde aguardar indefinidamente os recursos de que precisa para custear a sua produção.

A falta dêle coloca a lavoura em situação delicada e precária, sobretudo numa época de grande safra como a actual. E' o que acontece agora. Mas, seria um erro e uma injustiça ligar, como tem sido feito—ás vezes mesmo com má fé,—êste mal estar da lavoura com a política estabilizadora do governo.

A RETENÇÃO E O BANCO DO BRASIL

Verdade é que o Banco do Brasil, á primeira vista, parece que poderia, sem alterar a sua política estabilizadora, destinar parte de suas disponibilidades em caixa (mais de duzentos mil contos) em auxiliar a lavoura do café, re-descontando, a uma taxa especialmente favorável as operações legítimas feitas sobre a warrantagem do produto em armazens reguladores, e fiscalizando que os juros cobrados ao fazendeiro não sejam muito superiores (de 2%, por exemplo), aos concedidos para o re-desconto, pois a taxa favorável deve visar favorecer a lavoura e não os bancos intermediários.

Até que limite, entretanto, poderia estender estas operações sem prejudicar a estabilização? A política creditoria e a política cambial de um banco central são inseparáveis.

Só a diretoria do Banco, que tem á sua testa um banqueiro experimentado, pôde apreciá-lo, em face da situação geral da praça e do Banco e especialmente da sua posição no mercado cambial.

Desconhecendo estes dados, difícil se torna ao observador de fóra externar qualquer ponto de vista exato.

CONCLUSÃO

De um modo geral, porém, não se pôde deixar de reconhecer que a actual política monetária do governo deve repercutir favoravelmen-

te sobre a lavoura do café, já pela fixidez da moeda que mantém; e, futuramente, pelo desenvolvimento do crédito agrícola que deve ser o corolário lógico do êxito da estabilização.

Se o actual presidente da República conseguir realizar estas duas obras—estabilização da moeda, organização do crédito agrícola— a lavoura do café, e com ela todo o Brasil contrairão para com elle imensa divida de gratidão.



João Caetano em Itaboraí

Como um meio enriquecido pelo café suscitou a primeira tentativa de criação de um teatro nacional

SERGIO DE BUARQUE DE HOLLANDA

João Caetano dos Santos aparece-nos hoje quasi como um personagem de lenda. Não se sabe com muita certeza onde nasceu, nem quando nasceu, e quasi tudo o que nos dizem de sua existência admirável enquadra-se bem em um mundo espantoso e impossível. Quando vivo acreditaram que fosse um deus e ainda nos restam alguns pormenores do culto que mereceu; depois de morto foi objecto dessa derradeira homenagem que confunde os mortais com os personagens mitológicos; ergueram-lhe uma estatua. Mas a gloria de João Caetano não oferece aos homens de hoje nenhum ponto de atração e, o que é peor, nenhum ponto de resistência; eu mesmo não sei evocar sem certo artificio a importância desse nome que há pouco mais de meio seculo era o de uma celebridade indiscutível.

Resigno-me a acentuar o que me seduz na sua história e para isso não careço de "humanizar" a imagem que nos transmitiram do ator: João Caetano foi um personagem real, uma criatura de carne e osso. O mundo em que nasceu e em que viveu esse, sim, é que deve nos parecer espantoso. Espantoso e incompreensível. E por isso mesmo que João Caetano cabia tão admiravelmente nesse mundo de romance é que costumamos dar um colorido de lenda á sua figura. A época que comportou um Napoleão não era seguramente uma época normal e ela não morreu com o seu herói em Santa Helena. Sucedeu-lhe um período de homens ambiciosos e inflexíveis. Não seria estranho nesse período que um individuo se proclamasse em deus e se fizesse adorar pela multidão. Bonaparte ensinára que o mundo podia ser uma presa facil e sua aventura não deixou de suscitar imitadores. Cincoenta anos antes a vida era normal, os homens eram socegados e o mundo não impunha respeito, mas essa brusca revelação teve o prestígio de dar um novo sentido ás coisas: em pouco tempo desappareciam os limites da ambição e os do desespero, o ordinário e o extraordinario se confundiam e tudo prenunciava desastres ou maravilhas. E' a atmosfera que respiram os personagens de um Balzac, por exemplo. Não é sómente com a espada que se conquista o mundo. Cada qual pôde e deve usar das armas que tiver mais á mão. E cada qual quer recapitular a seu modo a façanha napoleonica.

João Caetano não era um estrangeiro nesse mundo. Como Rastignac foi ministro, como Hulot foi libertino, elle foi homem de theatro. O mesmo impulso e a mesma lei inflexível os conduzia. E penso mesmo que não fariam má

figura entre os "imperiais" francezes o seu porte e o seu traje predilecto—aquela famosa sobrecasaca azul ferrete com botões dourados, a calça de casemira côr de flor de alecrim, a gravata de taletá negro, a cartola cor de café com leite com fita preta e os sapatos de verniz com fivelas de ouro.

A sua ditadura no teatro oferece alguns episodios impagáveis. Conta-se, por exemplo, que certa vez desembarcando no Rio, de passagem para o Prata uma companhia espannola, da qual fazia parte o ator Praxedes Diaz, recomendando a João Caetano, propoz-se dar uma ou duas representações na capital do Imperio. No dia da estréia em que se ia representar o "Cid", o theatro ficou repleto. Entretanto, a despeito desse entusiasmo aparente, a platéa desde o início da representação mostrava uma frieza desoladora. Só um milagre poderia modificar a attitude do público. Pois o milagre se deu. João Caetano, que não se conformava com a situação ergue-se de um salto em seu camarote, arranca as luvas e, ao mesmo tempo em que dá palmas freneticas, põe-se a gritar para a platéa: "Aplaudam, senhores, aplaudam, porque é assim mesmo que se representa". Parece que essa exclamação teve a virtude de criar um subito entusiasmo entre os assistentes que não contiveram daí em diante os seus applausos.

A carreira artistica de João Caetano dos Santos inicia-se em 1827, na paróquia de Itaboraí, a algumas leguas de Niterói. Esse povoado que, graças á cultura do café, começava a tomar um impulso extraordinário, ainda não fôra elevado a vila, mas uma quantidade de forasteiros procurava diariamente a estrada que da capital da Província conduzia á prospera localidade através de Maricá e da Serra do Lagarto. Os fazendeiros ameaçados pela praga que devastava os canaviaes voltavam a attenção para o café que, oferecendo melhores possibilidades de lucro ia começando a ocupar a primazia. Não é de certo um exagero imperdoável dizer-se que a preeminência da cultura do café coincide com a maior fortuna das províncias do sul. Dez anos depois da independência o periódico carioca intitulado "A Matraca dos Farrupilhas" já podia dizer: "Só não gritam as províncias de Minas e S. Paulo: ser do sul é hoje uma grande ventura".

Poucas localidades na província do Rio desfrutaram nesse momento a prosperidade de S. João de Itaboraí. Centro agrícola de primeira ordem tudo fazia crer que em pouco tempo che-

garia a rivalizar com Niterói e com Campos. Se essa espectraliva jamais se realizou depois, Itaboraí alimentou-se dela por muito tempo. Contentava-se, enquanto isso, com ser uma das localidades mais pitorescas da província e a patria de alguns homens eminentes que não se cansavam de fazer na Côrte, a apologia do prospero vilarejo. Joaquim Manoel de Macedo, que era itaboraiense, escrevia coisas desta ordem em um jornal carioca: "E todas essas cenas se apreciam e se gozam porque o clima de Itaboraí está levantada sobre suas terras como o capitólio de sua Roma; como o trono de seus Estados". Êsses reclames não deixaram de atrair para o logarejo grande quantidade de homens ambiciosos que ajudaram o desenvolvimento da agricultura e do comércio na região. Não é admirável, portanto, que ali se pudesse formar um centro capaz de aplaudir e de animar a primeira tentativa para a organização de um teatro nacional. A pequenina povoação compunha-se então de quatro ou cinco ruas, além da praça onde se achava o templo de S. João Batista, êsse templo que Macedo compara a "huma garça que de azas abertas se equilibrasse sobre as verdes aguas de hum oceano sem tormentas". Entre os edificios mais notáveis contava-se o Paço da Câmara Municipal e a residencia do conselheiro José Bernardino Batista Pereira, onde esteve hospedado D. João VI. Foi numa das ruas do povoado, em frente á Igreja do Senhor do Bomfim, que um filho do portuguez João Caetano dos Santos e da indigena Joaquina Maria Rosa instalou o seu teatrinho.

Não foram poucas as lutas que o joven João Caetano teve de sustentar para levar avante sua idéa fixa. A princípio teve contra seus projectos a opposição paterna. João Caetano voltava do Sul, onde tomou parte como 2.º cadete na guerra cisplatina, merecendo calorosos elogios pela sua bravura. O pae tentou em vão interessalo na carreira militar. Mas a vocação de João Caetano era irresistível e provocou mesmo um rompimento com a familia. O futuro ator partiu então para a Baía, onde se empregou em um estabelecimento comercial. Durante sua curta permanência na capital baiana inventou uma caixa com bonecos que articulava falando por êles. Quando regressou ao Rio fez as pazes com a familia e partiu para Itaboraí com alguns companheiros ex-cadetes na guerra cisplatina afim de organizar a primeira companhia brasileira de teatro. Eram eles: José Romualdo, Francisco de Paula Dias, José Antonio da Costa, Joaquim Santa Rita, Jordão Quintanilha, José Moreira, José Carlos, José Pereira, José

Fluminense e Manoel Luiz. Com êsses e com sua esposa d. Estela Santos, Luiza, uma enteada de 13 anos de idade e d. Antonia Borges, João Caetano viu realizado o seu projecto de organizar uma companhia formada inteiramente de elementos brasileiros. Êsse episodio provocado por um joven que contava então apenas dezenove anos de idade tem uma importância inestimável se considerarmos que naquella época os nacionais pareciam estar decididamente excluidos do palco. O unico teatro existente no Brasil, o S. João do Rio, situado onde se encontra atualmente o S. Pedro, pertencia a uma companhia portuguesa, composta unicamente de actores portugueses.

Em Itaboraí a companhia de João Caetano estreou no teatro improvisado da ladeira do Bomfim, com a peça "O Carpinteiro da Livonia", no dia 24 de Abril de 1827. Toda a população da localidade e das imediações acorreu para assistir o espectáculo que constituia uma novidade na região. A iniciativa de João Caetano deu nova vida á parouquia e ao anúncio das representações. Itaboraí enfeitava-se para receber os abastados fazendeiros que não perdiam espectáculo e os forasteiros de toda parte, mesmo da Côrte, que iam conhecer a maravilha do logarejo. Nos domingos principalmente as quatro estradas que conduziam ao povoado ficavam apinhadas de carros de bois, de liteiras, de cavalos formando estranhos cortejos em que, cada qual procurava demonstrar a sua opulência. Garantido dessa forma o êxito da primeira tentativa de teatro que se levou a efeito no Brasil não tardou que a companhia de João Caetano fosse contratada para o Rio de Janeiro. Construíram-se teatros em outras localidades, em Angra dos Reis, em Mangaratiba, Paratí, e Ilha Grande, tudo graças á iniciativa prodigiosa do joven ator. Entretanto o progresso de Itaboraí não sobreviveu muito tempo á partida de João Caetano para a Côrte. Veiu a decadência e a ruína. Os fazendeiros previdentes abandonaram as suas extensas propriedades em busca de outras terras mais férteis. Os outros ficaram arruinados pela concorrência de outras localidades mais felizes. Ao mesmo tempo as dificuldades opostas ao crédito agrícola por uma legislação inadequada á protecção da lavoura concorreram para a decadência. Pouco a pouco um grande torpor começou a invadir o admiravel centro agrícola, o poderoso entreposto do embarcadouro de Porto das Caixas e a Vila de Itaboraí nunca mais conheceu a prosperidade, nem a riqueza que durante um momento teve quasi ao alcance da mão.

O café na Noruega

RODOLPHO RIEGEL FILHO

Na Noruega o consumo da chicória é insignificante e qualquer outro sucedâneo é desconhecido. No interior do país aparece, ás vezes, o "café de trigo", ou, na lingua do país o *rug-kaffe*. Durante a guerra, quando a importação baixou consideravelmente, misturou-se esse produto com o café pelo maior espaço de tempo possível. Empregava-se também então uma espécie de café feito de ervilhas, considerado, no entretanto, bastante perigoso para o estomago, pelo que desapareceu imediatamente do consumo.

Na Noruega o café é feito *coido*. Sómente nos grandes restaurantes e nas casas particulares das pessoas da melhor sociedade é êle extraído (*Trakte kaffe*). Cozer bom café é uma arte bastante apreciada neste país.

Entre todas as bebidas alimentícias o café ocupa o primeiro lugar na Noruega. Em quasi todas as casas de familias regulares é o café empregado cinco ou seis vezes por dia, e, no interior ou costa, o "Lars", a chaleira que tem o nome do seu fabricante ou inventor, permanece sobre o fogão todo o dia. Comprar café é o primeiro emprego dado ao dinheiro de uma familia norueguesa, pobre ou remediada.

Tão pouco, na Noruega, como se faz no Brasil e em muitos outros países, se mistura o café ao leite, que é tomado puro, frio e nunca fervido. Mas nos cafés, nos hotéis, nas casas de familia êle é sempre servido com algumas gotas de creme, aquí chamado *flote*, que lhe dá muito relêvo ao sabôr.

As bebidas similares ao café, chá e chocolate, são de reduzido consumo neste país. Deve-se ter pois, em vista ao verificar-se as cifras de importação expostas num dos quadros abaixo, que a maior parte do cacáu importado na Noruega é aplicada na fabricação de *bonbons*.

Quanto á situação do café brasileiro em relação aos demais, as cifras expostas nos quadros adiante são bastante elucidativas. Assim é que, sómente em 1925 (última estatística publicada), para 14.514.660 quilos de café importado, o Brasil figura apenas com 2.136.140, e no varejo são os tipos Rio e Santos os de mais baixa cotação. É evidente que na composição das marcas mais cotadas, assim como nas cifras de importação em que figuram os portos de embarque e não a verdadeira origem das mercadorias, entre como parte considerável o nosso café.

IMPORTAÇÃO TOTAL DO CAFÉ EM 1925, DISTRIBUIDA PELOS PAÍSES EXPORTADORES

(PORTOS DE EXPORTAÇÃO)	Quilogramas
Países Baixos	3.688.160
Brasil	2.136.140
America Central	1.923.296
França	1.629.350
Alemanha	1.369.150
Grã-Bretanha	666.740
Índias Holandesas	530.760
Estados Unidos	452.370
America do Sul	396.940
Asia	340.390
Suecia	291.820
Africa, Êste	191.090
Dinamarca	161.101
"West Indies"	150.520
India Este Britânica	145.880
Belgica	111.140
Africa, Oêste	70.440
Venezuela	57.410
Portugal e Madeira	53.280
Italia	23.770
Outros países	25.010
TOTAL	14.514.660

O café no Egipto

Seu mercado em 1926 — O curso mundial de café depende do Brasil — Alexandria e Porto Said — O Brasil bloqueado por Londres, New York e outros mercados
Várias notas interessantes

MAURICE COHEN & FIGLI

A PROJEÇÃO BRASILEIRA

O curso do mercado de café no mundo inteiro depende do Brasil, que produz dois terços das necessidades mundiais, e de Nova York, que realiza no termo a maior soma de negócios.

No Egipto o café se trata comercial e não especulativamente. Entendemos por isso que as vendas são feitas, em sua maior parte, pela mercadoria em espécie a comerciantes que a compram para as vendas diárias e não por contratos, que são cedidos a terceiros. A especulação se abstém de operar nêsse artigo, ao menos em praça, em virtude de ser caro e das multiphas dificuldades da sua "standardização". Alguns importadores em grosso e comissários daqui asseguram o abastecimento do país e do transitio. As transações raramente se fazem diretamente com Santos, mas em Trieste, Londres, Marselha e, ás vezes, em Hamburgo, Rotterdam, Genova e Napoles.

As nossas necessidades de importação são variáveis. O maior algarismo atingido nos últimos anos, foi de 1923-24, ano em que os preços oscilaram a um preço particularmente baixo, depois de uma enorme colheita brasileira.

O MERCADO DE ALEXANDRIA

Eis o quadro das entradas e saídas no Egyptian Bonded Warehouses d'Alexandrie, de 1921 a 1926, quantidades expressas em sacas de 60 quilos:

ANOS	ENTRADAS	SAIDAS
1921.....	98.068	110.276
1922.....	134.581	128.905
1923.....	132.329	136.505
1924.....	144.869	123.768
1925.....	81.033	96.003
1926.....	112.841	120.313

PORT-SAID

Em Port-Said, as entradas em 1926 se elevaram a 28.279 sacas e as saídas a 25.447 ditas. Trata-se af de uma mercadoria importada na sua maior parte da Abissínia, país que produz café Harari, cuja importação ganha de ano para ano maior extensão.

Em 1926, as importações atingiram 9.451 toneladas, num valor de £ 905.290, contra 7.804, no valor de £ 782.961.

ESTATÍSTICA

Eis, por ordem de valor, o nome dos países exportadores, com as quantidades exportadas (em toneladas) e o seu valor (em libras esterlinas) nos anos de 1925 e 1926:

PAISES	TONELADAS	££	TONELADAS	££
BRASIL.....	6.223	479.011	3.398	335.661
Abissínia.....	1.554	169.715	1.427	151.786
British East.....	1.381	116.944	594	56.044
Africa.....	760	93.289	916	109.709
Arabia.....	244	23.243	636	68.312
Aden.....	263	20.557	776	60.864
Java.....	36	2.531	8	624
TOTAL.....	9.451	905.290	7.804	782.961

IMPORTAÇÃO DE CAFÉ E PRODUTOS SIMILARES NA NORUEGA, EM 1925

	Valor por quilogramos	Volume quilogramos Coróas	Valor total Coróas	Direitos aduneros Coróas
Café em grão.....	14.614.660	3.08	44.711.800	6.968.926
Extrato de café.....	151	1.80	—	—
Café torrado e sucedâneos.....	6.989	1.42	10.000	5.919
Chá.....	152.479	6.50	992.000	326.941
Cacáu.....	2.075.780	1.38	2.863.800	667.256

NOTA—Último ano de que se conhecem as estatísticas

ÍNDICES DOS PREÇOS DO CAFÉ DE MARÇO DE 1915 A MARÇO DE 1926

(EM JULHO DE 1914 IGUAL A 100)

1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
105	106	124	163	166	202	161	171	169	224	272	217

CONSUMO COMPARATIVO DO CAFÉ NOS DIFERENTES PAÍSES ESCANDINAVOS

		TOTAL	POR HABITANTE
		Toneladas	Quilogramas
Noruega	—1913.....	13.309	5,5
Noruega	—1924.....	15.797	5,8
Suecia	—1913.....	34.200	6,1
Suecia	—1924.....	43.300	7,2
Dinamarca	—1913.....	16.300	5,8
Dinamarca	—1923.....	23.300	7,0

Embora a Síria e a Palestina realizem as suas compras nos mesmos mercados que o Egito, alguns exportadores sírios julgam conveniente se abastecer no Egito, nos grandes importadores desta praça. A maior parte dessas reexportações se referem a tais compras. As exportações se elevaram em 1926 a 19.744 sacas, ou 16,40% das saídas, contra 25.697 sacas em 1925, ou 26,70% das saídas.

Observamos por outro lado que, de alguns meses para cá, os negócios mais importantes em café Harari se tratam "cif", portos sírios e da Palestina, pelos exportadores sírios.

O CAFÉ DE SANTOS

Notamos que o café Santos perde dia para dia terreno no mercado egípcio. A evolução comercial depois da guerra mostrou a todos os países que o meio de dar às suas exportações a maior extensão e desenvolvimento possíveis, era assegurar mercados diretos para os seus produtos e evitar o entreposto dos postos continentais, onde os fretes, as comissões e o transbordo constituem novas despesas que aumentam sensivelmente o preço do artigo e entravam consideravelmente o seu comércio.

O BRASIL BLOQUEADO

Eis porque não é de mais insistir junto ao Brasil para que organize a sua exportação direta para os países consumidores, afim de que a mercadoria possa ir da origem ao destino, deixando a ambas as partes uma margem indispensável ao bom desenvolvimento dos negócios.

De outro lado, a situação de Alexandria, tanto no ponto de vista comercial como no da sua posição geográfica, é muito vantajosa. Colocada entre o mar Vermelho e o Mediterrâneo, Alexandria é um porto de transito de primeira ordem, muito vasto e bem organizado. A existencia de Armazens Gerais de Bonded não a deixa abaixo dos portos europeus. Além disso, Alexandria conta com bancos e negociantes fortes, possuindo grandes capitais. Tomando todos esses fatos em consideração, é lastimável que o Brasil fique bloqueado por Londres, Nova York e outros mercados. Estamos convencidos de que se uma linha direta fosse criada, não só os fretes seriam mais reduzidos, como o desenvolvimento do comércio do Brasil se estenderia, além do café, aos seus demais produtos.

A Abissínia, que compreendeu a importância de uma linha direta, já a organizou e, em consequência disso, a importação do café Harari cresce de mais a mais. Outros países, como a Polónia, a America, o Canadá, o Japão e a Australia compreenderam igualmente essa necessidade e puzeram mãos á obra. E' necessário e esperamos que o Brasil faça o mesmo para salvaguardar do seu artigo e progresso do seu comércio.

A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio

Fastígio, decadência e resurgimento do café na terra fluminense — De Resende, seu "habitat" primitivo a Itaperuna, maior município produtor do Brasil

JOAQUIM DE MELLO

A EVOLUÇÃO

A cultura do café no Estado do Rio data de menos de século e meio, pois foi introduzida em 1770 no vale do Paraíba. E a sua evolução, do ponto de vista geográfico, obedeceu a uma direção semelhante á de S. Paulo, embora em sentido naturalmente inverso, quanto ao curso do grande rio. É que lá se distanciou d'ele cada vez mais, rumando o Noroeste, onde hoje se ostenta pujante, e no Rio de Janeiro como que o acompanhou, seguindo para o Norte, onde também floresce exuberantemente. Por isso, os seus pontos extremos, no tempo e no espaço, dentro do território fluminense, são Resende, seu "habitat" primitivo, e Itaperuna, seu maior produtor.

De fato, a lavoura cafeeira se deslocou da parte meridional para a setentrional do Estado do Rio com uma regularidade quasi absoluta. Essa só não foi completa porque, ao tempo em que ela pompeava no sul, tendo como centro principal Vassouras, que concorria então com 15% da receita provincial, penetrava vitoriosamente o nordeste, onde dominava Cantagalo com a sua opulencia. E é de notar, de passagem, a identidade de destinos d'esses dois municípios:—ambos, outrora, magníficos núcleos de nossa aristocracia rural, cuja influência se estendia até á antiga Córte; depois, envolvidos no vortice da crise cafeeira, que os reduziu á mais pungente decadência, e, atualmente, a ressurgirem pela transformação de suas terras em campos de criação, prosperando com a industria pastoril e seus derivados.

A zona conhecida por baixada fluminense tambem atravessou a sua fase aurea nesta época, escoando a sua variada produção e fazendo um intenso comércio pelo Porto das Caixas. Como Vassouras no sul e Cantagalo no nordeste, Itaboraí irradiava riqueza e cultura, tendo entre os seus proprietarios alguns nomes nobiliarquicos, que fulgiam nas altas posições da Córte, enquanto João Caetano e Manoel Joaquim de Macedo, seus filhos gloriosos, brilhavam no teatro e nas letras. Ainda hoje, na velha sede d'esse município, se encontram vestígios de sua importância.

FENÔMENO SOCIOLÓGICO

Mas a trajetória do café no Estado do Rio foi a esboçada linhas acima com variantes que não chegam a desfigura-las na carta econômica. E como na sua marcha, através de século e meio, pelo território fluminense, veiu semeando núcleos populosos que ainda subsistem, com raras exceções, deve-lhe o Rio de Janeiro, entre outros benefícios, o de ser o Estado mais densamente povoado.

Realmente, é essa lavoura um poderoso fator de condensação demográfica, por só produzir depois de quatro anos, oferecendo colheitas durante decenios. Graças a essas circunstâncias, fica ao solo, por largo tempo, os que a exploram, principalmente os proprietários, para poderem auferir resultados compensadores dos seus esforços e capitais.

Sob esse aspecto, o estudo do café passa da esfera da economia para a da sociologia. E para uma autoridade dessa ciência, como Oliveira Vianna, demais a mais fluminense, seria uma tese empolgante a que o acompanhasse no seu curso, do extremo sul ao extremo norte do Estado, transformando as matas em lavouras, em fazendas, em arraiais, em vilas e em cidades, na obra lenta e eterna da colonização e povoamento dos vales e das serras pelas gerações que se sucederam atraz da sedutora "onda verde"...

A SITUAÇÃO ATUAL DO CAFÉ NO ESTADO—PROCESSOS DE CULTURA E ESPÉCIES CULTIVADAS—SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RECEITA ESTADUAL

A área ocupada atualmente pela lavoura do café no Estado do Rio é de 65.523 alqueires, ou 278.472.75 hectares, correspondendo aproximadamente a 6% da sua superfície total ou a 12% da sua superfície aproveitavel. Elevam-se a 193.631.746 os cafeeiros que produzem, havendo ainda 26.029.930 que não produzem. A safra de 1926/27 foi de 3.652.668 arrobas, ou 913.167 sacas, e a de 1927/1928 está estimada em 6.592.776 arrobas, ou 1.648.198 sacas, não faltando, entretanto, quem aumente esse cálculo para 2.000.000 de sacas.

Dos 48 municípios do Estado, só 8 não cultivam o café para a exportação. São êles os de Cabo Frio, Iguassú, Magé, Mangaratiba, Niterói, São Gonçalo, S. Pedro d'Aldeia e Terezopolis. Mas mesmo nêsses há pequenas lavouras para o consumo local.

Os terrenos que se prestam melhor para essa lavoura são os de altitudes médias, de 300 a 600 metros, uma vez que sejam ricos de humus, com a temperatura entre 15 a 27 grãos. Mas também se desenvolve em terras baixas, como as vargens, tidas vulgarmente por improdutivas, desde que sejam adubadas, convenientemente. Emprega-se geralmente como adubo a casca e o detrito da polpa do proprio café.

As espécies mais cultivadas são o Crioulo, Java, Arabia, Bourbon, Magarogipe e Bourbon Maragogipe. O conhecido como Java já é uma degenerescencia, pois o feitiço do seu grão difere do legitimo. O Crioulo é o mais generalizado, pela sua adaptação ao sólo e ao clima do Estado.

De um modo geral, a produção dos cafeeiros é de 20 arrobas por mil pés. Em algumas zonas do Itaperuna e de outros municípios, êsse rendimento sobe de 38 a 40 arrobas. Cumpre acentuar, porém, que essa especie de cálculo é muito falível, porque se baseia no número de mudas plantadas em cada "talhão", sem levar em conta as que falharam, escapando á visão dos cafezais em conjunto.

Graças ás conquistas da quimica agrícola, que não só restitue, como aumenta a fertilidade da terra, o café pode ser replantado nos lugares em que, por outros tempos longinquos, já vicejou com abundancia. Mas a alta do seu preço operou milagre igual ao dêsse recurso científico. Zonas abandonadas, por exaustas, durante muitos decenios e onde cresceram os capoeirões, são reincorporadas ao trabalho agrário, reaparecendo cobertas de cafezais novos, que prometem largas colheitas. Assim está acontecendo, por exemplo, em Rezende, o município em que se iniciou a cultura cafeeira do Estado.

MEIAÇÃO

Em todo o Rio de Janeiro, o café é plantado, tratado, apanhado, sécado, beneficiado e exportado pelos processos usados nos outros centros produtores do país. Na maioria das fazendas, predomina o sistema de "meiação", segundo o qual o colono planta, limpa, colhe e sêca o seu produto, que é dividido pela metade com o proprietario, depois de beneficiado, ou vendido em côco, apenas séco, podendo dedicar-se ainda, exclusivamente para si proprio, a outras lavouras, como a de cereais. É essa uma fórmula de socialização da terra, que se pratica, há de muito, no interior do nosso país, sem a influencia dos doutrinadores de reformas sociais.

Muitos fazendeiros costumam contratar com os colonos a formação de cafezais novos, pagando-lhes por tarefa. Outros adotam o regime do salário por dia de trabalho. E por toda a parte há sempre falta de braços, não só porque o Rio de Janeiro não mantem serviço regular de emigração, como porque os seus trabalhadores são aliciados pelos Estados vizinhos.

TRIBUTAÇÃO

O sistema tributário do Estado, sobre o café não tem variado muito no correr dos tempos. O imposto *ad-valorem* sobre a sua exportação era de 11% até 1898; de 1899 a 1903, desceu a 9%; de 1904 a 1914, a 8,5%, e de 1917 até hoje a 8%.

Desde 1906, em consequência do Convênio de Taubaté, tem sido cobrada, por saca de café exportada para o exterior, a sobre-taxa de 3 francos, ouro, que acabou incorporada ao orçamento ordinario. Mas, estabelecida pela lei n. 2.014, de 25 de Agosto de 1926, que criou o Instituto de Fomento e Economia Agrícola, a taxa de 1\$, ouro, sobre saca de café exportada, como uma das suas fontes de renda destinadas ao custeio dos seus serviços e a garantia ao custeio dos seus serviços e a garantia dos emprestimos que realizou, foi suspensa a cobrança daquela sobre-taxa, desde que começou a arrecabação do novo tributo.

Confrontando a renda proveniente dos impostos sobre o café com a receita geral do Estado, durante o período dos últimos 30 anos, verifica-se que a sua contribuição orçamentária chegou a ser de 80%. Em 1895, baixou a 79%; em 1897, a 74%, em 1898, a 70%, tendo decaído, em 1920, a 20%. Nos exercicios seguintes tornou a subir, até que no de 1926, para uma arrecadação de 32.020:272\$667, entrou com 11.050:612\$227, correspondente a cerca de 30%.

Esses algarismos confirmam a observação de que, não obstante se ter reerguido a cultura cafeeira no Estado, com a sua transplantação para os municípios do Norte, o Rio de Janeiro se emancipou de sua monocultura, entregando-se a outros ramos de atividade econômica. Tanto assim é que, embora o café continue a ser a base do seu orçamento, já não representa o maior coeficiente da receita estadual.

A DESLOCAÇÃO DA GRANDE LAVOURA DO SUL PARA O NORTE DO ESTADO--SUAS CAUSAS E RESULTADOS

Vem a proposito indicar as causas dessa deslocação, pois que envolvem o fastigio, a decadência e o reerguimento do café fluminense. Elas são econômicas e sociais, tendo ocorrido quasi que simultaneamente, o que ainda mais agravou o fenômeno, carretando as mais funestas consequências.

Mercê do braço escravo, a cultura do café foi verdadeiramente intensiva nos municípios do sul, desdobrando-se por todo o longo vale do Paraíba, a cujas margens os cafezais debruçavam os galhos peçados de frutos. Daí, até ao fim do Imperio, a grandeza econômica dessa região, que não se reflectia apenas na aristocrática Vassouras, mas em Rezende, Valença, Barra Mansa, Paraíba do Sul, São João Marcos, etc. Basta recordar, como um traço dessa grandeza, que só na construção da estrada entre esse último município e o porto de Mangaratiba,—calçada a pedra, em toda a sua extensão de 30 quilometros, com admiráveis obras de arte, como a justamente denominada Ponte Bela,—se inverteram mil contos ouro,—importância fabulosa naqueles tempos de vida barata e trabalho gratuito.

Para se avaliar a quantidade de café então produzida pelo Rio de Janeiro, é suficiente saber-se que o seu contingente chegou a elevar-se a cerca de 70% da produção nacional. Assim é que, em 1880, sobre 213.000 toneladas exportadas pelo país, 133.000 eram de procedência fluminense, ou 62%; em 1881, sobre 262.000, 148.000, ou 56%; em 1882, sobre 252.000, 156.000, ou 61%; em 1883, sobre 219.000, 113.000, ou 55%; continuando mais ou menos nessa proporção até 1894, quando baixou a 20%. Por essas cifras já se vê como na velha província se cultivava o café em larga escala, aproveitando-se e esgotando-se imprevidentemente a fecundidade das terras marginais do Paraíba.

Mas a abolição do cativo, coincidindo com a exaustão do solo fulminou a grande riqueza e aniquilou a própria Província. Desorganizada a atividade agrícola, sem o exódo dos trabalhadores recém-libertos, despovoaram-se as fazendas decaindo a lavoura cafeeira, sem que se pudessem ensaiar qualquer outra para substituí-la, a tempo de se evitar uma crise avassaladora. E essa não tardou a cobrir, com a sua desolação a penúria, as planícies e as serras da vasta região, que a República encontrou em abandono e ruína.

MUNICÍPIOS	Área cultivada (alqueires)	NÚMERO DE PÉS DE CAFÉ		Produção da safra de 1927,28 (arrobas)	Estimativa da safra de 1927,28 (arrobas)
		Produzindo	Que não produzem (novos)		
Barra de São João.....	234,75	1.968.000	393.000	67.910	81.072
Bom Jardim.....	2.591,50	9.095.500	2.108.800	33.380	336.972
Cambuci.....	2.999,50	17.699.700	1.212.800	285.097	561.168
Campos.....	3.992,75	12.353.450	2.165.300	157.141	337.612
Cantagalo.....	7.191,25	6.333.300	1.483.500	96.134	199.144
Duas Barras.....	1.760,	4.050.000	499.150	72.665	151.152
Itaocára.....	1.711,	3.937.600	233.700	78.098	137.740
Itaperuna.....	13.060,	48.164.100	4.140.700	1.218.096	1.666.900
Macaé.....	1.914,50	6.362.500	925.000	192.460	226.848
Nova Friburgo.....	481,	1.029.500	131.750	10.493	44.304
Santa Maria Madalena..	4.231,	5.034.600	649.300	97.160	139.328
Santo Aotnio de Padua	3.545,25	21.468.890	42.500	468.334	1.033.968
São Fidelis.....	2.494,16	9.920.700	2.423.600	164.473	286.596
São João da Barra.....	—	—	—	—	—
São Francisco de Paula..	4.989,	7.861.300	2.364.000	187.540	294.576
São Sebastião do Alto...	306,	500.806	255.900	9.485	11.376
Sumidouro.....	501,	1.785.400	207.000	38.750	57.840

O MAIOR EMPÓRIO CAFEIEIRO DO MUNDO

É certo que o novo regime não podia modificar logo essa situação com uma espécie de ação galvanizadora. Mas, como quer que seja, assinala nova fase da cultura cafeeira no Estado do Rio, impelindo-a para outras zonas tão propícias como as abandonadas, pela semelhança das condições topográficas e climáticas. Animadas pelas medidas protetoras da velha indústria agrícola, como as sucessivas valorizações promovidas por S. Paulo, ás quais os governos fluminenses sempre se associaram, as suas classes produtoras voltaram a explorá-la, intensificando as plantações nos municípios do Nordeste e do Norte.

Presentemente, o café fluminense representa apenas 10,1% da produção brasileira, calculando-se que essa atinja a 22 milhões de sacas e a safra do Estado do Rio, a 2 milhões no ano corrente. Outras unidades da Federação, seduzidas pelo rendimento sem par dessa lavoura, enquanto ela definhava no Rio de Janeiro, cuidaram de aproveitar a sua dolorosa lição, cultivando-a com melhores processos e em melhores condições. E, sobre todas, S. Paulo, que, graças á feraciadde das terras roxas e ao afluxo da emigração italiana, se tornou o maior empório cafeeiro do mundo.

ERROS PASSADOS

Por outro lado, o Estado do Rio corrigiu-se um pouco dos seus erros passados, evoluindo da monocultura cafeeira á policultura, ainda não generalizada em todo o seu território, mas de resultados garantidores de maior expansão, e ensaiando outros ramos da indústria rural, cujos produtos já entram a pesar na sua balança comercial. No período de 12 anos consecutivos, de 1914 a 1926, como se lê na ultima mensagem do presidente Feliciano Sodré, se verifica que contribuíram permanentemente para a receita estadual, ao lado do café, o açúcar, a lenha, o alcool, o carvão vegetal, a aguardente, os couros, as madeiras, aves e ovos, as frutas, o milho, o sal e os legumes. Além disso, em diversas das suas cidades, como Niteroi, Petropolis, Friburgo, Valença, Barra Mansa, Barra do Pirai e outras, as indústrias manufatureiras se desenvolvem promissoramente, oferecendo novo campo de atividade ás suas populações.

Quer isso dizer que, si o aniquilamento da lavoura cafeeira no Sul golpeou fundo o Rio de Janeiro e feriu de morte os seus proprietarios rurais, o tempo e a experiência se incumbiram de remediar esses males, fazendo-a resurgir no Norte do Estado, estimulando a exploração de outras riquezas naturais, provocando as tentativas triunfantes das novas indústrias. De onde se conclue que se applica tambem aos dominios da economia a fórmula de Lavoisier concebeu para explicar os fenômenos da natureza: nada se perde; nada se ganha; tudo se transforma.

COM A INTRODUÇÃO DO CAFÉ JAVA EM CANTAGALO, PENETRA A CULTURA CAFEIEIRA O SETENTRIÃO—O PAPEL DO CONDE DE NOVA FRIBURGO NESTA CONQUISTA ECONÔMICA

Assinalando a derrota do café para o Setentrião fluminense, é forçoso que fixemos, antes de tudo, a data do seu aparecimento naquela região. A esse respeito, nos defrontamos com algumas versões colhidas na tradição oral, pois não encontramos o registro do fato em qualquer documento. Como a história é, afinal de contas, no conceito de um cintilante espirito, uma versão dos acontecimentos, vamos aproveitar aqui uma das que se referem ao assunto, deixando outra para quando tratarmos particularmente do município de Itaperuna.

Segundo uma narrativa feita pelo joven agrônomo Honorario Lamblet, em discurso de saudação ao presidente Feliciano Sodré, quando em visita a Amparo, 4. districto de Nova Friburgo, irradiou-se dalf a cultura do café Java, que é uma das especies mais generalizadas, embora já degenerada, não só nessa zona, como em todo o Estado. Prende-se o caso ao estabelecimento das colonias suissa e alemã no referido município, respectivamente, nos anos de 1820 e 1924.

Soubera um descendente desses colonos, Jorge Gripp, avô do citado agrônomo, por intermedio do capitão Augusto José Carlos de Toledo, da existencia no Sanna, actual 6. districto de Macaé, de uma especie interessante do cafeeiro, trazida da Ilha de Java por Luiz Sardemberg, tronco de conceituada familia que ainda hoje vive naquela localidade. Das duas mudas transportadas pelo velho Sardemberg, apenas se salvara uma, da qual Gripp obteve boa porção de grãos, que se meou ao lado de sua habitação, vendo-as germinar, crescer e florir com rara exuberância.

PRESENTE RÉGIO

Foi então que Jorge Gripp teve a feliz idéa de presentear ao seu grande amigo, dr. Bernardo Clemente Pinto, mais tarde Conde de Nova Friburgo, com dois belos exemplares cobertos de flores, remetendo-os para a sua fazenda do Gavião, no município de Cantagalo, e cujo palacete ainda ali se mantém de pé embora mal conservado, com a imponência de sua massa arquitetônica e parte do seu rico mobiliário.

Como é sabido, os Novas Friburgos foram dos homens de mais requintado gosto e de ação mais progressista que têm surgido no Brasil. Para atestá-lo aí está, além da sua admirável vinda do Gavião, o atual palacio do Cattete, que era a sua residencia nesta capital, e cujo aspecto externo, de linhas tão singelas, mal revela os primores artísticos de sua decoração interna, e, mais do que tudo, o majestoso parque S. Clemente, obra prima de arquitetura paisagista, com uma formosa casa de campo ao centro, onde eles passavam o verão, e adquirido ultimamente pela Prefeitura Municipal de Friburgo.

Cavalheiro de habitos fidalgos e de vastos recursos o ainda doutor, Bernardo Clemente Pinto preparou uma recepção festiva, no Gavião, aos exemplares do café Java enviados pelo seu amigo. E' que fóra avisado de sua remessa pelo conselheiro João Lins Cansação de Senimbu, depois Visconde de Senimbu, então refugiado na Suissa brasileira, como é conhecida Friburgo, em consequência de uma crise política, que lhe custou, com a queda do gabinete, uma série de represalias. Ao som de duas filarmônicas e em presença de numerosas pessoas, foram as duas mudas de café replantadas no pateo interno do palacete, onde se desenvolveram debaixo de todos os carinhos, vindo a ser, com a primeira colheita de Gripp, comprada pelo futuro Conde de Nova Friburgo, a origem da lavoura cafeeira de Cantagalo, a mais opulenta do nordeste do Estado, no período de ouro desse município.

O episódio lembra a façanha de Gabriel Mathieu de Clieu, o heroico introdutor do café na Martinica e, daí, em toda a America, transportando e defendendo, com o sacrificio do proprio organismo, a unica muda sobrevivente, dentre as três que trouxera do Jardim das Plantas de

Paris. Não que Gripp ou o Conde de Nova Friburgo sofresse transe iguais aos do intrepido francês, para guardar como um tesouro á sua pequenina planta; ao contrário disso, como já vimos, de que procedeu a pujante lavoura do Nordeste fluminense, demonstram que elles agiram com um amor, uma dedicação, uma clarividência semelhantes aos daquele herói do café.

A NOVA ZONA CAFEIRA DO ESTADO ATRAVÉS DOS SEUS MUNICÍPIOS MAIS REPRESENTATIVOS

Como já observámos, o centro cafeeiro do Estado do Rio se localiza hoje na sua parte setentrional. Formam-no os seguintes municípios, com as respectivas áreas cultivadas, lavouras produzindo e que ainda não produzem, safras de 1926/27 e estimativas da de 1927/28, segundo um quadro organizado pelo Instituto de Fomento e Economia Agrícola:

CIDADES FLORESCENTES E POPULAÇÕES FELIZES

Todos êsses municípios acham-se hoje em próspera situação. Graças á alta do preço do café, mantida pelos acórdos celebrados entre os Estados produtores, o último dos quais está sendo executado no do Rio de Janeiro, pelo Instituto de Fomento e Economia Agrícola,—os lavradores acumulam os saldos anuais, ou os invertem em melhoramentos nas suas propriedades, especialmente na construcção de estradas de automóveis, afim de se comunicarem rapidamente com as sédes dos distritos ou dos municípios. Muitos edificam aí as suas residências, obedecendo já a certo gosto artístico. O comércio local participa largamente dessa prosperidade, vendo aumentar as suas transações, não só sobre os gêneros de primeira necessidade, mas também sobre artigos de luxo. E as administrações municipais, acompanhando êsses surtos da iniciativa particular, empreendem verdadeiras obras de interesse público.

Antes de nos referirmos ao município que é o maior produtor de café, não só do Estado, como do país—Itaperuna—síntese admirável do valor dessa cultura—convem fixar alguns traços dos outros representativos do Norte fluminense, que é a nova zona cafeeira do Rio de Janeiro.

M A C A É

Pode dizer-se que o pórtico dessa zona é Macaé, tanto pela sua posição topográfica, como por ser porto de mar. Banhado pelo oceano Atlantico, com um ancoradouro amplo na formosa enseada de Imbetiba; atravessado pelo rio Macaé que, navegavel em parte do seu curso, escoa a produção de três ricos distritos; cortado por tres linhas férreas da Leopoldina, que servem a outros da planície e da serra; e dotado de algumas rodovias, que já apresentam tráfego regular,—êsse município é verdadeiramente privilegiado em materia de transporte. Em extensão territorial, occupa o terceiro lugar no Estado, tendo 2.504 quilometros quadrados, para uma população de 70.000 almas. Dentre os seus nove distritos se destacam o de Quissamã que, embora produzindo quasi que exclusivamente açucar, fabricado no seu engenho central, que é o mais antigo do Brasil, e cuja safra última foi de 80.000 sacos, acusa grande importância econômica e social, por ser talvez o derradeiro núcleo de nossa aristocracia rural, onde sobrevivem centenas de descendentes de condes, viscondes e barões; e o de Conceição de Macabú, que exporta imensa quantidade de café, tendo a sua séde numa povoação progressista, de largo comércio e numerosas construcções.

A cidade de Macaé é das mais belas do Brasil pelas suas paisagens variadas. Do outeiro de Sant'Ana, onde se ergue uma linda igreja, se descortina um panorama soberbo, em que o mar, o rio, as edificações, os jardins, a arborização e as serras longinquoas se confundem numa policrômia estonteante. Com os serviços dagua, iluminação elétrica, esgotos, ruas asfaltadas, elegantes edificios, teatro, estabelecimentos de ensino, fábricas, bandas de musica, o seu futuro é dos mais radosos.

BOM JARDIM

Bom Jardim, mais para léste, com 114 quilometros quadrados de superfície e 20.000 habitantes, corresponde perfeitamente ao seu nome. E' mesmo um bom jardim... de café, pois a sua séde é toda rodeada de velhas cafezais, conservados com carinhos filiaes pelos respectivos proprietários, que os intercalam de umas plantas decorativas, cujas folhagens vistosas, em certa época do ano, lhes emprestam um aspecto original e encantador. Além disso, é o município rodoviário por excelência, pois da risonha vila que é a sua séde, contruida no fundo de um vale, se póde ir de automóvel a qualquer ponto de seu território, em geral montanhoso, com excelentes obras de arte.

CAMPOS

A inclusão de Campos entre os municípios cafeeiros do Estado causará certa surpresa, por ser êle conhecido como o maior produtor de açucar do Brasil. Mas essa é a verdade, revelada pela estatística que o Instituto de Fomento organisou, segundo a qual ele occupou, na safra de 1926-1927, o 6. lugar e disputa, na estimativa de 1927-1928, o 4. entre os seus irmãos fluminenses.

Graças a indústria açucareira, com as suas 25 grandes usinas, produzindo mais que alguns Estados, é Campos o mais rico município do interior do país, sendo também o maior do Rio de Janeiro em superfície—3.327 quilômetros quadrados e em população—180.000 almas. A sua sede, com mais de 50.000 habitantes, é uma das mais importantes cidades brasileiras, estendendo-se por 40 quilômetros de ruas, bem calçadas e arborizadas, e por diversas praças, ajardinadas e embelezadas com bustos de filhos ilustres. Com todos os serviços urbanos, magníficos edifícios públicos e palacetes particulares, muitas fábricas, intenso comércio, imprensa diária, numerosos institutos de ensino primário, secundário e profissional, associações de classe, várias filarmônicas, clubes esportivos, teatros e outras casas de diversões, é a terra campista um dos centros mais adelantados e cultos da nossa civilização.

SÃO FIDELIS

Tendo 1.086 quilômetros quadrados de superfície, 41.360 habitantes, cerca de 4.000 prédios, é S. Fidelis um município em pleno desenvolvimento. A sua sede, banhada pelo Paraíba, cujas margens são ligadas por uma formosa ponte, é uma cidade aprazível, com 20 ruas, calçadas e arborizadas, uma avenida e duas praças ajardinadas. Iluminada a luz elétrica, com esgotos, água encanada, bastante comércio e alguma indústria, possui belos edifícios, como a Prefeitura, a Casa de Caridade, o grupo escolar e a matriz—majestoso templo, construído há mais de um século, em forma de Cruz, tendo como modelo a basilica de S. Pedro, em Roma.

É um dos municípios em que predominam as pequenas propriedades, que sobem a mais de 2.200, sendo um dos principais fatores do seu adiantamento. No 3. distrito. Pureza, se encontra importante engenho central, com capacidade para produzir 50.000 sacos de açúcar e 300 pipas de aguardente.

ITAÓCARA

Itaócará, com 443 quilômetros quadrados de superfície e 31.100 almas, é um dos mais povoados municípios fluminenses, contando 70 habitantes por quilometro quadrado. A sua sede, edificada à margem do Paraíba, com 12 ruas retas, duas praças ajardinadas, e uma longa avenida, é uma cidade encantadora, sobretudo, pela sua arborização pitoresca, toda de *sicus* Benjamina, de copas uniformemente aparadas, como as cabeleiras femininas *à la garçonne*...

Município servido por cinco estações da Leopoldina e pela navegação nos rios Paraíba, Grande e Negro, e sua população aproveita admiravelmente essas condições privilegiadas, produzindo e exportando, além de muito café, açúcar, feijão, arroz, rapadura, aves, ovos, suínos, cal de pedra, aguardente, frutas, madeiras, etc.

SANTA MARIA MADALENA

Santa Maria Madalena, tendo 24.500 habitantes para 816 quilômetros quadrados de superfície, é um município que reclama larga colonização, não só pela necessidade do seu povoamento como pela excelência do seu clima, das suas terras e das suas águas. Com efeito, além de se prestar o seu sóio a quaisquer culturas, como prova a produção de café, açúcar, feijão, fumo, frutas, etc., reúne todas as condições de um esplendido sanatório, pela pureza de ar e riqueza da vegetação.

A sua sede, a 632 metros de altitude é uma cidade alegre, iluminada à luz elétrica, com água encanada e esgotos. As suas 14 ruas, lindamente arborizadas, o seu pitoresco parque, a sua bela matriz, os seus edifícios públicos e habitações particulares formam um conjunto atraente, capaz de impressionar bem quaisquer forasteiros.

Cambucé é um dos municípios mais novos do Estado, pois foi creado por decreto de 1891; um dos maiores em população—36.000 almas e em superfície—1.442 quilômetros quadrados, e o terceiro em produção de café. Estacionário durante largo tempo, pela permanência de sua sede em Monte Verde, localidade sem comunicações, é sensível o seu progresso, desde que ela se mudou para a graciosa vila do seu nome. Com tres praças, seis ruas e duzentos e tantos prédios, luz elétrica e água, ainda se resente de certos melhoramentos, pela sua fundação recente, mas está evoluindo para uma cidade florescente.

S. Francisco de Paula, terra natal do dr. Feliciano Sodré, atual presidente do Estado, é um município montanhoso, de excelente clima, terra fertilíssima, boas aguadas e... sede ambulante—primitivamente, na vila do seu nome; depois em Trajano de Moraes, durante poucos anos, em Aurora, antiga estação de Visconde de Imbê, e hoje, de novo em Trajano, de onde nunca devia ter saído. De fato, essa vila iluminada a electricidade, abastecida de água e com rede de esgotos, ligada por linhas telefônicas e estradas de automóveis a várias localidades, sendo uma praça movimentada pelo comércio do café tendo a transformar-se numa cidade digna dêsse título.

SANTO ANTONIO DE PADUA

Santo Antonio de Padua, com 50.000 habitantes para 1.083 quilômetros quadrados, é o segundo município cafeeiro do Estado. A sua sede é uma cidade interessante banhada pelo rioomba, sobre o qual se ergue magnífica ponte de cimento armado. Com bastante comércio, diversas

fábricas, bons collegios, iluminação elétrica, agua encanada, jardins públicos, etc., Padua progride sempre, impondo aos seus dirigentes novos melhoramentos, para acompanhar as iniciativas dos seus habitantes.

Dentre os seus sete distritos se salienta o de Miracema, cuja séde é uma verdadeira cidade, mais importante do que muitas decoradas com essa denominação. Ostentando um belo parque, diversas ruas e praças arborizadas excelentes edificios, numerosos estabelecimentos industriais, entre os quais uma fábrica de tecidos, cinco de móveis, e uma grande fundição, a antiga São José de Brotos surpreende os forasteiros pelo seu notável adeantamento, graças ao vultuoso comércio de café, não só de sua produção como das localidades visinhas sobretudo de Lage de Muriaé e São Sebastião de Boa Vista, distritos de Itaperuna.

ITAPERUNA—A METÓRPOLE DA PRODUÇÃO CAFEIIRA

Esse município é uma das criações mais características da capacidade brasileira, porque foi fundado e colonizado e continúa a ser povoado e explorado quasi que exclusivamente por nacionais. E como a sua riqueza, expansão e progresso são verdadeiramente notáveis entre as nossas comunas, elle atesta bem a indole pacifica e empreendedora, o poder de iniciativa, o amor ao trabalho, a dedicação pelas boas causas e os surtos de produtividade da nossa gente.

Município novo, devastado há menos de um século e constituido há menos de meio, Itaperuna confirmaria o conceito de que os povos felizes não têm história, pois que a sua ainda está por escrever, se ella não fosse rica de episódios edificantes. De concreto, a esse respeito, só conhecemos a "Noticia historica", aliás bastante desenvolvida, que abre o precioso "Album" organizado e publicado em 1910, pelo dr. Leopoldo Muylaert Junior, então e ainda agora, após dez anos de afastamento deste cargo, promotor público da comarca. Mas, não obstante, curto, o seu passado é dos mais brilhantes.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Terra limítrofe de Minas Gerais, foram os mineiros que a integraram na civilização. Ocorreu esse evento em 1831, quando o actual município de Itaperuna ainda pertencia ao de Campos, como parte da freguezia de Santo Antonio de Guarulhos, cujo territorio se estendia até ás fronteiras de Minas e á margem direita do rio Itabapoana.

Voluntário da policia de Ponte Nova, da provincia vizinha, José de Lannes Dantas Brandão desertou das suas fileiras naquele ano, talvez por se sentir menos adaptavel aos deveres rigidos da carreira militar que aos lances aventureiros da vida sertaneja. Por isso, depois de se haver refugiado em Campos, pouco se demorou ali, com o receio de ser descoberto; atravessou o rio Paraíba, subindo o Muriaé e o Carangola; dirigiu-se ao arraial de Arrepiados, hoje distrito do município mineiro de Viçosa; regressou acompanhado de indios, já com intuitos de colonização; estabeleceu-se em S. Mateus, actualmente estação de Faria Lemos; apossou-se das terras que começaram em Santo Antonio de Carangola e terminam em Bambuí, acabando por fixar-se em Porto Alegre logar de que surgiria mais tarde a cidade de Itaperuna.

Chamando para junto de si, a pouco e pouco, os seus parentes e amigos, com os quais distribuiu as vastas posses de que se fizera senhor, José de Lannes findou tragicamente os seus dias em 1852, sendo assassinado por três dos seus escravos. Ainda hoje, numerosos descendentes seus e dos seus irmãos existem em Itaperuna, principalmente no distrito de Natividade de Carangola, proximo de cuja séde reffloresce a Fazenda do Engenho, imensa propriedade da tradicional familia, que foi a celula geradora do grande município.

A proporção que se desenvolviam os núcleos de população formados pelos continuadores de José Lannes, ás margens dos rios Muriaé, Carangola e Itabapoana, na exploração dos vastos latifundios que pertenciam a freguezia de Santo Antonio de Guarulhos, o govêrno provincial, por atos successivos, ia transformando-os em novos distritos de paz, demarcando os respectivos limites, provendo-os de sub-delegacias de policia e declarando-os outras tantas freguezias. Assim surgira, de 1884 a 1885, Bom Jesus de Itabapoana, Lage de Muriaé, Penha, Natividade de Carangola, Varre-Sahe e Santo Antonio de Carangola.

UM FATO CULMINANTE

Entra agora, aqui, um fato culminante, que parece comprovar, com a curiosidade de rara coincidência, a teoria do determinismo histórico: coube ao homem público que veio a ser o primeiro presidente do Estado do Rio, sob o regime vigente, criar como legislador o município que elegeu a primeira Câmara republicana, sob o regimen decaído. Efetivamente, foi o dr. Francisco Portela, antigo medico em Natividade de Carangola e então deputado á Assembléa Legislativa Providencial, quem apresentou e defendeu, na sessão de 16 de março de 1885, o projeto convertido no decreto n. 2.810, do mesmo ano, criando o novo município com os referidos distritos, elevando a sua séde a vila e subordinando-o á comarca de Campos.

O nome de Itaperuna é de origem indígena e quer dizer "pedra preta", sendo-lhe dado pelo saudoso republicano, que o conhecia a palmo, como recordação de um passeio a uma serra do ex-

tremo norte, onde ascendeu a um grande chapadão, também chamado "pedra da elefantina", pela sua configuração semelhante a êsse quadrupede.

Entretanto, a criação do município só se tornou efetiva pelo decreto número 2.921, de 29 de Dezembro de 1887, que estabeleceu a sua sede no arraial de Porto Alegre, com a denominação de S. José do Avai, sendo o respectivo patrimônio 15 alqueires de terra, doados pelo comendador José Cardoso Moreira, construtor da linha ferrea, hoje incorporada á Leopoldina, que o liga á cidade de Campos, e cuja doação foi confirmada por escritura pública pelo seu genro, comendador Jaime Augusto Pereira Porto. E só depois de concluidos os edificios destinados á igreja matriz, paço da Camara, casa do Juri e Cadeia, todos construidos á custa do povo, é que a Câmara Municipal foi eleita e instalada, respectivamente, a 10 de Maio e 4 de Julho de 1889 — o mesmo ano da proclamação da República.

Era ella composta, na sua quasi totalidade, de partidários do novo regime, cuja propaganda fôra intensa em Itaperuna, conquistando inumeros adeptos, sobretudo em Lage, onde residia e clinicava o dr. Costa Azevedo, ardoroso republicano. Foi a única edilidade portanto, que não aderiu ás instituições nascentes, porque precedeu á sua própria implantação no Brasil.

Progredindo sempre o município, foi alterada a sua organização administrativa pelas deliberações de 26 de Abril e 16 de Julho de 1889, que desmembrou dos distritos de Lago e Bom Jesus os de Boa Vista e Sant'Anna. E pelo decreto n. 2, de 6 de Dezembro de 1889, avançou mais alguns passos, sendo a sua sede elevada á categoria de cidade, restabelecida a denominação de Itaperuna e instituída a comarca com os limites do município.

Por um daqueles excessos de idealismo, a que era afeito o seu espirito de filósofo, o mesmo homem público que criou a grande comuna veiu a desarticula-la, fracionando-a em duas outras de precário destino. De fato, o presidente Francisco Portela quasi que desfez a bela obra do deputado Francisco Portela, desmembrando de Itaperuna, pelos decretos ns. 101, de 27 de Junho, e 160, de 24 de Novembro de 1891, os municípios de Natividade de Carangola e Bom Jesus de Itabapoana. Atoz posteriores completaram essa divisão, conservando ao de Itaperuna os distritos de S. José do Avai, Lage, Boa Vista e Penha, constituindo o de Natividade com os de Natividade, Santo Antonio de Carangola, Varre-Sahe, Sant'Ana e Santa Clara—êsse criado pelo decreto numero 216, de 4 de Maio de 1891, e dando ao de Itabapoana apenas os de Bom Jesus e Santo Antonio de Itabapoana.

Os dois municípios chegaram a ter organização judicial e administrativa, sendo elevados a comarcas e dotados de Intendência e Câmara Municipal. Mas a sua vida foi efêmera, porque o govêrno que se seguiu ao do dr. Francisco Portella, deposto a 10 de Dezembro de 1891, pelos decretos números 8, de 19 dêsse mês, e 1, de 8 de Março de 1891, extinguiu as comarcas e os municípios de Natividade e Itabapoana, reincorporando-os aos de Itaperuna.

Esse permanece ainda íntegro e assim deve permanecer, senão para sempre, por largo tempo, até auferir todos os resultados possíveis, não só para a sua sede, mas para cada um dos seus distritos, da grandeza territorial, da importância econômica e da força política, que o torna respeitado dentro e fóra do Estado. Desde que os distritos mais adiantados, de acôrdo com as leis por nós pleiteadas e obtidas da Assembléa Legislativa e da Câmara Municipal, sejam dotados de agencias da Prefeitura com funções administrativas, applicando 80% de suas rendas em serviços e obras locais, naturalmente preferirão continuar integrados num município como o de Itaperuna, de prestigio decisivo junto aos poderes do Estado, capaz de atrair os maiores benefícios para a sua comunhão.

Atualmente, o município se compõe de 13 distritos, porque a lei n. 696 de 4 de Setembro de 1903, criou o de Ouro Fino, desmembrado do de Natividade, e o decreto 2.063, de 29 de Novembro de 1926, o de São Sebastião de Vista Alegre, formado com territorios desanexados daquelle e do de Varre-Sahe. Em número de distritos, no Estado do Rio, só lhe é superior Campos, que tem 16.

Ocupando a área de 2.923 metros quadrados e contando perto de 100.000 habitantes, é ainda Itaperuna o segundo município fluminense em superficie e população.

E, apesar da sua extensão territorial, é um dos mais favorecidos pelo regime das pequenas propriedades, que são a grande parte do total das 4.806 registradas, com uma área de 62.118 alqueires, mais ou menos, no valor venal de 44.800.900\$000.

Quanto aos seus característicos físicos, recorremos ás luzes do illustre engenheiro dr. Guilherme Oates, que reside em Itaperuna há alguns anos, tendo-o percorrido em todas as direções, no exercicio de sua profissão, e de cuja gentileza obtivemos preciosas notas.

Situado no extremo norte do Estado do Rio, é limitado, a oeste, com o de Minas Gerais, pela linha de vertentes da serra do Gavião, a qual se desenvolve na direção geral de Norte-Sul, com a longitude variável entre 1 10' e 1 15' do meridiano do Rio de Janeiro, e a léste, com o Estado do Espirito Santo pelo ribeirão da Onça, desde suas cabeceiras até a confluência com o rio Itabapoana, e por êsse abaixo até as divisas com o município de Campos, com a direção geral também de Norte a Sul e a longitude variável entre 1 30' e 1 40' leste do meridiano do Rio. A sua latitude norte atinge 20'50" e a do sul 21'20".

O seu territorio é atravessado, na parte central e na direção geral de Norte a Sul, pelo rio Carangola, cujo vale, limitado a oeste pela serra do Gavião e ao léste pela serra Caianna, constitue, por assim dizer a zona privilegiada do município pelas suas abundantes aguadas amenidade de clima, uberdade do sólo e riqueza de matas que, na proporção de 40% escaparam á ação vandálica

do machado. No extremo Lés-te, todas as Gavião e a léste pela serra Cayana, correm para o rio Itabapoana, constituem zona igualmente rica. Na parte Sul, atravessa-o o rio Muriaé cujo curso segue a direção geral de Oés-te para Lés-te, desaguando no Paraíba.

A formação geológica, apesar de apresentar francos vestígios de formação eruptiva é, na sua camada superficial, constituída por aluviões terciários, silico-argilosos, predominando no Sul as formações calcáreas.

As altitudes acessíveis á cultura e moradia útil variam desde 680 metros, no extremo Norte, até 150 metros nos terrenos marginaes do Muriaé. Todo o território é próprio para o cultivo do café, existindo zonas vastas, como as que contornam o massiço do Pirapitinga e grande parte da serra Caiena, cujos cafezais, pelo seu viço, desenvolvimento e longevidade, nada têm a invejar aos melhores dos outros estados. A parte sul do município e propriamente os terrenos marginaes do Muriaé e seus tributários são essencialmente calcáreos, comportando as suas extensas baixadas, além da cultura da cana, já em franca exploração, as do cacáo e do algodão.

As temperaturas médias observadas variam entre 16 C. minima e 32 maxima. Mesmo nos pontos mais altos nunca houve geadas. As secas prejudiciais á lavoura verificam-se raramente e isso mesmo só na parte sul do município (zona do Muriaé). As sêcas normais occorrem durante os mezes de Agosto e Setembro. As chuvas são frequentes e abundantes no período de Janeiro a Março e variáveis nos outros mêses.

EXPANSÃO ECONÔMICA E SURTOS PROGRESSISTAS

Contemplado pela Providência com tantos elementos de riqueza e povoado por gente afeita ao trabalho da terra, era natural que Itaperuna atingisse, em menos de um seculo a invejavel situação econômica que o distingue entre as comunas brasileiras. Indice dessa situação é a sua lavoura de café, cuja origem se confunde com a sua própria segundo versão corrente, propiciando-lhe, desde logo, o destino de ser o maior município produtor do Brasil.

Conta-se com effeito, que foi um dos irmãos de José de Lannes, o fundador de Itaperuna, —Antonio ou Francisco— aos quasi cedera as terras baixas de S. José, no vale de Carangola, que formam a atual fazenda de S. José,—quem ai plantou, pelas alturas de 1834, o primeiro pé de café, certamente trazido de Minas.

Dêsse cafeeiro ancestral proveu a formidável lavoura, que coloca Itaperuna á frente dos nos-nos centros culturais, conforme o demonstrou, pela primeira vez, o recenseamento econômico do país, realizado em 1920. Logo que foi distribuido o volume da Diretoria Geral de Estatística referente ao censo agrícola, divulgámos pela imprensa o resultado da produção do café por municípios, em virtude do qual os dois primeiros logares cabiam a:

	Sacas
Itaperuna (Rio de Janeiro).....	277.365
S. Antonio de Padua (Rio de Janeiro).....	241.420
Carangola (Minas Gerais).....	200.133
Campinas (S. Paulo).....	198.920
Manhuassú (Minas Gerais).....	197.685
Ribeirão Preto (S. Paulo).....	185.270

E', pois, com legítimo júbilo que, decorridos sete anos, verificamos que Itaperuna continúa a manter o mesmo posto, tendo aumentado ainda a sua produção. Realmente, na safra de 1926-1927, essa foi de 1.218.096 arrobas, ou 304.524 sacos, e a de 1927-1928 está calculada em..... 1.566.900 arrobas, ou 416.722 sacas. E, entre os seus 52.304.800 pés de café, 4.140.700 ainda não produzem, o que acresce as suas possibilidades para as futuras safras.

Mas Itaperuna não se limita a cultivar o café. O recenseamento econômico de 1920 provou ser êle também o maior produtor, dentro do Estado, de milho—372.113 sacos, e de arros—46.966 sacos e o segundo de feijão—50.522 sacos. Além disso, o seu sólo é próprio para as culturas da cana, do fumo, do algodão, de mandioca, de cacau, de frutas, sendo umas apenas ensaiadas e outras já exploradas com pleno êxito.

CURIOSIDADE

A título de curiosidade, vem a peito registrar que, já há mais de cinquenta anos, quando ainda nem era município, por estar incorporado ao de Campos, Itaperuna tinha os seus produtos premiados em certamens econômicos, dentro e fóra do país. Foi o que se deu, por exemplo, com o cacau, a tapioca, o café, o chá e outros produtos remetidos por Joaquim Ribeiro da Silva e d. Maria Constança de Jesus & Filhos, fazendeiros na zona de Muriaé, as seguintes exposições: Municipal de Campos, em 1871: Nacional de Filadelfia, em 1876.

Município fadado por largo tempo a agricultura, com vastas e ótimas terras ainda por aproveitar, Itaperuna já apresenta, entretanto, certo desenvolvimento industrial. Além de 117 maquinas de beneficiar café a 15 de beneficiar arroz, algumas movidas a electricidade, conta com cerca de 50 estabelecimentos fabris de aguardente, bebidas, fogos; ladrilhos, latifónios, massas alimentícias, telhas e tijolos.

UM EXEMPLO

Riquíssimo em madeiras de lei, oferece, a esse respeito, o exemplo de uma iniciativa rara, senão única, talvez, no Brasil.

É o Horto Florestal Santo Antonio, em Santo Antonio de Porciuncula, formado por um fazendeiro e premiado hoje pelo Estado, com mais de 1.000 pés de 60 e tantas das nossas melhores espécies. O município exporta grande quantidade de madeiras e possui no seu território 9 serrarias.

Sob os pontos de vista comercial e predial, Itaperuna sofre paradoxalmente os efeitos do seu progresso. É que, em vez de uma cidade com muitas edificações e uma praça de intenso movimento, tem cinco cidades e cinco praças de condições prósperas, em vespera de outras promissoras. Por isso, o seu comércio se faz por 1.026 estabelecimentos existentes em todos os distritos, sendo de maiores numeros os da séde, com 114, o de Lage, com 151, o de Natividade com 166, o de Porciuncula, com 148, e o de Bom Jesus, com 171. Igualmente, dos predios lançados num total de 2.093, se encontram 297, na séde, 170, em Lage, 326 em Natividade, 448 em Porciuncula e 426 em Bom Jesus.

TRANSPORTES

Em materia de transportes ferroviários, o município estaria regularmente aparelhado, se as emprêsas que exploram esse serviço oferecessem melhores condições de tráfego. A Estrada de Ferro Leopoldina, que o atravessa de sul a norte, possui no seu território 10 estações, tendo mais 6 que o servem nos Estados vizinhos, e a de Itabapoana o favorece indiretamente com 4, situadas no Espírito Santo.

O movimento de passageiros e cargas é sempre grande, principalmente por ocasião das safras.

Quanto a estrada para automóveis é recente a sua construção em Itaperuna. Só nêstes ultimos quatro anos é que os proprietários e administração municipal e o governo do Estado intensificara esforços nêsse sentido. Mas já se trafega em excelentes rodovias, construidas de acôrdo com a técnica moderna. Por elas circulam, entre automóveis, auto-caminhões e onibus, mais de 200 veículos, não contando os carros de bois e tropas, que se elevam ainda a 853, mas que tendem a desaparecer brevemente, ante o entusiasmo com que se rasgam novas rodovias.

Para completar êstes dados sobre comunicações, acrescenta-se que há em todos os distritos agências de correio, tendo o telegrafo nacional estações em Itaperuna, Natividade, Porciuncula e Bom Jesus. Excusado é dizer que o serviço Postal, por deficiência de verbas para pessoal e material, se ressentido das mesmas falhas que lhe são peculiares em todo o país.

INSTRUÇÃO

A instrução ainda não é ministrada em correspondência com ás necessidades de sua população escolar, que deve subir a cerca de 15.000 crianças, na base de 15% sobre a população do das primarias e subevencionia 3; mantém dois grupos escolares, em magnificos edificios, sendo um município. O Estado custeia 11 escolas primárias e subevencionia 3; mantém dois grupos escolares, em magnificos edificios, sendo um em Natividade e outro em Porciuncula; constroe o terceiro em Itaperuna, a ser inaugurado êste ano e projeta mais dois um em Bom Jesus e outro em Lage.

A Prefeitura Municipal sustenta 26 escolas com a matricula de 700 alunos. E diversos estabelecimentos particulares de ensino, entre os quais um com curso secundário e comercial e instrução militar.—o Colegio Rio Branco, em Bom Jesus,—concorrem para a formação intelectual e civica da mocidade.

RIQUEZA

Itaperuna contribue com mais de 6.000:000\$000 para os cofres da União do Estado e do município. No exercicio de 1926, as duas coletorias federais que funcionam no município, uma na séde e outra em Bom Jesus, arrecadaram 386:713\$625; a coletoria estadual 1.783:713\$625 e a Prefeitura Municipal, 430:000\$000—receita por demais insignificante em face de sua riqueza. Os tributos arrecadados sobre os seus produtos exportados pelas estações fronteiriças do Estado e expedidos com guias das delegacias, agencias e postos fiscais atingiram a 1.405:352\$700. E os cobrados pelas estações da Leopoldina, dentro do seu território, elevaram-se a cerca de 3.000:000\$.

Só o imposto "ad-valorem" de 8% sobre as 304.524 sacas de café produzidas em 1926, calculado ao preço médio de 20\$000 por arroba, deveria ter rendido ao erário estadual 2.923:430\$409, se toda aquela quantidade fôsse exportada para o exterior, afôra o total da sobretaxa de 3 francos ou da taxa de 1\$000 ouro. Mas fiquemos em cálculos mais modestos e em numeros redondos; tendo sido de 32.000:000\$000 a receita do Estado em 1926 e de 4.000:000\$000 a contribuição de Itaperuna, representa essa sobre aquela 1%,—percentagem das maiores, sem dívida, entre os municípios fluminenses.

JUSTIÇA

Séde de comarca, a vida forense de Itaperunã, que é das mais intensas, dando trabalho a cêrca de 20 advogados residentes, entre formados e previsionados, se processa um quatro cartórios, cujo movimento aumenta incessantemente. Povo de acentuado espírito cívico, interessando-se vivamente por todas as questões, exercem os Itaperunenses larga atividade política, como o atesta o total dos seus eleitores, que se aproxima hoje de 8.000 e pode ser elevado a 10.000.

Tal é, nos seus traços mais característicos, o maior município produtor de café do Brasil, e que, como o país deve a sua grandeza a essa lavoura sem par.

A DEFESA DO CAFÉ FLUMINENSE COMO GARANTIA DO SEU FUTURO

O Instituto de Fomento e Economia Agrícola, cuja fundação foi alvitrada pelo presidente Feliciano Sodré na sua mensagem de 1926 á Assembléa Legislativa, é um aparelho de assistência, organização e defesa dos produtos fluminenses. Como o principal dêsses é o café, base da receita estadual e da fortuna pública, é sobre elle que se exerce mais decisivamente a sua ação.

Está essa ainda em início, no primeiro ano de seu ensaio, sem os elementos indispensáveis para se desenvolver com toda a eficiência possível. Por enquanto, se tem limitado a regular a saída do café para os mercados consumidores, restringindo os embarques nos centros produtores de acôrdo com o convênio firmado, por iniciativa de S. Paulo, entre os Estados cafeeiros, afim de manter a estabilidade de sua cotação. E, por isso, tem provocado entre os prejudicados reclamações e críticas que, justificáveis em parte, representam o tributo de todas as instituições e serviços novos.

E' que o Fomento, como o tratam vulgarmente, não dispõe ainda, com a necessária largueza, de instrumentos essenciaes á sua movimentação, que são os armazens reguladores e numerário abundante, para adeantar aos lavradores o valor dos cafés retidos, sob garantia do seu depósito a prazo conveniente. Mas já agiu nêsse sentido, arrendando dois armazens, um no Rio e outro em Niteroi, com a capacidade de 100.000 sacos, e formando os seus fundos para adeantamentos, com o produto da taxa ouro sobre o café e a importância de 10.000:000\$000 em conta corrente aberta pelo govêrno estadual. E com esses recursos, embora parcos, já tem acudido ás necessidades prementes, senão da lavoura fluminense, de muitos produtores, dentre os inscritos no seu registro.

PAPEL RELEVANTE

Ao mesmo tempo, porém, se prepara para desempenhar, em futuro bem próximo, o relevante papel que lhe cabe, quando tiver a seu cargo, como estabelece a lei que o criou, a exploração dos portos de Niterói e de Angra dos Reis—o primeiro a ser inaugurado êste ano e o segundo de construção iniciada,—controlando o comércio de importação e exportação do Estado e coordenando-o com a expansão de suas forças econômicas. Para isso, vai construir, com a sua própria séde, os seus grandes armazens em Niteroi, pretendendo dar-lhes feição acentuadamente comercial, afim de que a vizinha cidade venha a ser, não só a capital política, mas a capital econômica do Estado. E, por outro lado, estuda e encaminha a realização de um plano financeiro, capaz de assegurar ás classes produtoras os beneficios correspondentes ao crédito rural e hipotecário.

O FUTURO

Graças a êsse conjunto de medidas, uma vez executadas inteligentemente, não pode deixar de ser promissor o futuro do café no Estado do Rio. Que a sua produção tende a crescer, provam-no os dados organizados pelo Instituto de Fomento, segundo os quais além dos 193.631.746 pés produzindo ha no território fluminense 26.029.930 cafeeiros novos, prontos a incorporar em suas colheitas ás safras mais próximas, elevando-se a totais que evoquem os dias áureos de sua cultura no Rio de Janeiro. E' o vaticínio que os factos autorizam a aazer para o Estado que so comemorar o bi-centenário da lavoura cafeeira no país, se orgulha do seu passado, também se rejubila do seu passado, também atenda os esforços do seu povo e do seu govêrno, no sentido de honrar o posição que a antiga província ocupava entre as suas irmãs, como centro irradiador da grande riqueza, que foi e ainda é a maior propulsora do crédito, do progresso e da civilização do Brasil.

A situação do café brasileiro em Portugal

LANDULPHO BORGES DA FONSECA

Os dados estatísticos concernentes á importação do café brasileiro em Portugal, remontam a 1866. Nêsse ano, foram recebidos 638.400 quilos, na importância de 149:300\$000, moeda portuguesa; no ano seguinte, a importação elevou-se a 694.500 quilos, com o valor de réis. . . . 160:100\$000, e foi a mais elevada durante os cinquenta anos que decorrem de 1866 a 1921.

No período que medeia entre 1866 e 1902, a importação declina, conquanto se verifiquem alternativas, sendo em 1894, que se regista a mais baixa, com 25.356 quilos e réis 9:166\$000.

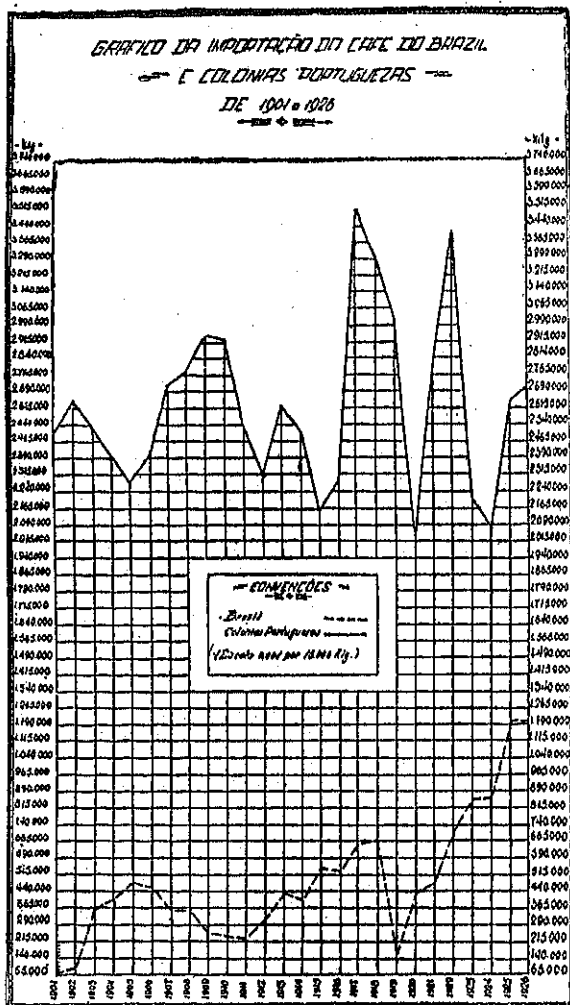
A decadência da importação do café brasileiro, corresponde o aumento quasi constante da importação do produto colonial.

Antes da época a que se referem êsses dados, o nosso café predominava no mercado português; depois, com o desenvolvimento das plantações em Angola e S. Tomé, o café das colonias passou a ser preferido, porque a diferença de direitos e outros favores do Estado, protegendo decisivamente a sua entrada na metrópole, diminuiram-lhe o custo. Sem esta concorrência, oficialmente amparada, teria o café do Brasil a supremacia do mercado dêste país.

A partir, porém, de 1903, uma nova fase começa para o comércio do café brasileiro em Portugal. As entradas, que no ano anterior haviam constado de 85.919 quilos, no valor de . . . 28:997\$000, foram de 356.832 quilos na importância de 335:424\$000, e desde então têm melhorado continuamente até atingir os mais altos algarismos em 1925, com a quantidade de 1.208.321 quilos, e escudos 12.358:617\$00. Em 1926, importaram-se 1.207.926 quilos, aos quais corresponde a quantia de escudos 11.295.794\$00.

Assim, os elementos estatísticos conhecidos apresentam a situação do café brasileiro, em Portugal, como a mais prospera desde a época em que, na segunda metade do século XIX, se iniciou nêste país a organização da estatística comercial.

Assim, os elementos estatísticos conhecidos apresentam a situação do café brasileiro, em Portugal, como á mais prospera desde a época em



que, na segunda metade do século XIX, se iniciou nêste país a organização da estatística comercial. Nos quadros que acompanham êste trabalho, estão reunidos os elementos numéricos da importação do café no Brasil, das colônias portuguesas e de outros países, desde 1866 até 1926.

Durante êsse espaço de tempo, um fato sobressai e determina a nova expansão do nosso principal produto agrícola: a propaganda.

PROPAGANDA DO CAFÉ BRASILEIRO EM PORTUGAL

Em 1898, veio para Portugal o cidadão brasileiro naturalizado Adriano Teles, comerciante e fazendeiro no Estado de Minas Gerais, e, não querendo ficar ocioso, empreendeu a importação de café daquele Estado. Sérias dificuldades surgiram desde logo á sua ação: o café brasileiro, que durante mais de meio século fôra a pouco e pouco quasi eliminado do comércio, perdera o seu antigo prestígio e se tornara por assim dizer desconhecido. As pequenas quantidades importadas, eram destinadas á lotação com os cafés colonias; e, assim, no comercio de retalho, praticamente não xistia o café do Brasil na sua individualidade própria, e, por conseguinte, não podia ser estimado.

Quando o sr. Teles iniciou a venda do seu artigo, a cada passo se lhe depararam obstaculos, e em consequência destes, não poucos prejuizos teve que suportar. Recusavam os commerciantes o café brasileiro, porque, diziam, era amargoso, exigia muito açúcar e necessitava bastante pó para dar, na infusão, a côr escura apreciada; numa palavra, não era econômico. É curioso notar que, não obstante essa desfavorável reputação as primeiras quantidades vendidas pelo sr. Teles ás casas de torrefação do Porto, foram misturadas com cafés colonias para lhes dar mais gosto e aroma.

Compreendeu em boa hora o sr. Teles a conveniencia de fundar estabelecimentos onde se vendesse o café brasileiro puro e torrado á maneira do Brasil; onde, conforme diz o sr. Teles no seu folheto "O Café Brasileiro na Europa", preparado á vista do consumidor, "se distribuisse ás chavenas gratuitamente a todas as pessoas que ali entrassem, para se convencerem de que o café brasileiro era inegalável, superior a todo e qualquer de outra procedência".

Foi, pois, fundado na cidade do Porto, com a denominação: *A Brasileira*, o estabelecimento ideado pelo nosso concidadão, e o êxito extraordinario, ultrapassou a sua expectativa. Afluiram os visitantes e as chavenas de café eram fornecidas diariamente aos milhares.

Por todos os meios de publicidade, estendeu o sr. Teles a sua propaganda a todo o país, secundado pela imprensa do Porto, que por várias vezes publicou artigos e fez espontânea e frequentemente referências do café brasileiro, patenteando a sua superioridade.

A feliz iniciativa, levada á realização por um homem de clara intelligencia e dotado de admirável perseverança, produziu os resultados previstos, restabeleceu-se o conceito da excelência do café brasileiro e, consequência logica, desenvolveu-se o seu consumo.

Outros "cafés" com a mesma denominação foram ainda estabelecidos em várias cidades portuguezas. Só em Lisboa existem dois situados nos pontos mais centrais da capital. A frequência é enorme, pois radicou-se nos costumes e gosto do café preparado segundo o sistema brasileiro.

A abertura de numerosos "cafés" depois desta propaganda, em nada diminuiu a clientela das casas que servem ao público exclusivamente café do Brasil, hoje, sem dúvida, o preferido pela maioria dos consumidores.

A obra do sr. Teles fructificou exuberantemente; os estabelecimentos por êle fundados transformaram-se, melhorando e ampliando as suas installações. Em plena prosperidade, administrados conforme os princípios do seu fundador, são êles testemunhos eloquentes do acerto e oportunidade de desta propaganda, a mais eficaz de quantas se têm tentado a favor de um produto brasileiro, a única que pôde, em qualquer tempo e em qualquer país, ser adoptada com segurança de êxito.

O gráfico que vai adiante mostra o desenvolvimento da importação do café brasileiro, comparado com o das colonias portuguezas, desde o incio dos trabalhos do sr. Teles. A forte inflexão da curva relativa ao café do Brasil indica o decrescimento da importação motivada pelos preços excessivamente baixos e que foram taxados os nossos cafés pelo Comisariado dos Abastecimentos, no ano de 1919.

Seja-me permitido acrescentar a estas palavras uma comovida homenagem ao homem que, hoje gravemente enfermo, sentindo já extinguirem-se os últimos lampejos da vida, foi um bom servidor do Brasil, sua patria de eleição.

O CAFÉ DAS COLÔNIAS PORTUGUESEAS

A questão de concorrentes em Portugal, está simplificada para o café brasileiro: não temos concorrentes, além das colônias.

É certo que as estatísticas registam todos os anos quantidades de café importadas dos seguintes países: Alemanha, Belgica, França, Holanda, Inglaterra, que não são produtores, nem me consta que reexportem cafés das suas possessões.

Tanto quanto me foi possível averiguar, é brasileiro o café procedente dos países citados.

Com effeito, antigamente os transatlânticos que faziam a carreira entre o Brasil e os portos do norte da Europa, nem sempre tocavam em Lisboa, ou, quando faziam esta escala, deixavam de abrir manifesto para êste porto, e assim uma parte do café tinha de ser reexportada de alguns dos mencionados portos, nomeadamente de Hamburgo ou de Bremen.

Por outro lado, a alguns importadores portuguezes convinha adquirir naquelas praças o café brasileiro, e tal costume ainda de todo se não extinguiu. Sabe-se que, em tempos afastados, commerciantes alemães percorriam Portugal com mostruarios de cafés do Brasil.

Direta ou indiretamente, portanto, todo o café consumido em Portugal procede das suas colônias, e do Brasil. Os cafés de outras origens são aqui desconhecidos.

Pôde, pois, adicionar-se aos algarismos referentes ao Brasil os que nos quadros anexos ns. 1 e 2 correspondem á rubrica "Outros países".

Os nossos concorrentes, repito, são as colonias portuguesas, amparadas, naturalmente, pela pauta aduaneira e por outros favores do Estado, que mais acentuam a desigualdade em que o nosso produto se apresenta no mercado.

A diferença, a favor das colônias, nos direitos aduaneiros, é de 50%. Além dessa redução, a lei sobre comércio marítimo concede mais 10% de abatimento aos mesmos produtos se vierem em navios nacionais.

Veremos adiante quais os direitos e as diversas taxas que oneram o café brasileiro.

As colonias portuguesas que produzem café, são: Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Timor. O melhor é o de S. Tomé, mas de escassa produção, porque a cultura do cacáo, mais remunerada, tem limitado e até reduzido a do café.

Cabo verde e Timor, produzem ainda menos, mas igualmente de boa qualidade.

A maior produção é a de Angola, mas os cafés são inferiores e mal preparados, sendo vendidos em deploráveis condições de apresentação. Afirma-se que, mesmo assim, têm grande aceitação em Antuerpia e Amsterdã, onde são beneficiados.

Tais são os cafés coloniais que maior consumo têm neste país, servindo em grande parte de base, a diversas misturas em que o café brasileiro entra como elemento preponderante para melhorar o conjunto.

DIREITOS DE IMPORTAÇÃO

Os direitos aduaneiros sobre o café do Brasil são \$05 (cinco centavos), ouro por quilo. Acrescem, porém, varios adicionais, que aumentam essa taxa, como praticamente se verifica no seguinte exemplo, em que figura uma partida de 100 sacos de café com o peso de 6.000 quilos e o valor de escudos 50.000\$00

100 sacos com 6.000 quilos × \$05 de taxa = 300\$, ouro, × 21,06 (coeficiente oficial para atualização da moeda).....	6.318\$00
1% sobre valor e direitos.....	563\$18
90% sobre 1%.....	506\$87
1% sobre 1%.....	56\$32
1% sobre os 90% e 1%.....	10\$70
Selo 3% sobre o valor e mais 3\$00.....	153\$00
1% emolumentos e mais 14\$00.....	64\$00
5% sobre emolumentos.....	3\$20
TOTAL ESCUDOS.....	7.675\$27

E não é tudo: temos ainda adicionar aquele total mais escudos 2.000\$00 (dois mil escudos), correspondentes a 4% cobrados no consulado português do porto brasileiro de embarque sobre o referido valor de escudos 60.000\$00, constante da fatura consular.

Com todos êsses acrescimos, os cinco centavos iniciais da pauta elevam-se a escudos 1\$61,2, por quilo. Convém acrescentar que as despesas de desembarque, no porto de Lisboa, regulam escudos 5\$00 cada sacco.

SUCEDÂNEOS DO CAFÉ

Usados voluntariamente, conscientemente, pelos consumidores, são em Portugal sucedâneos do café a chicórea e a cevada; mas os comerciantes pouco escrupulosos utilizam ainda, para aumentar o seu ganho, o grão de bico preto e a grainha da uva.

Não é possível avaliar com segurança o consumo dos sucedâneos, com quanto seja exagerado dizer que a sua importância não é de desprezar.

A chicória e a cevada empregadas para substituir o café, são, na maior parte, produzidas no país; mas também se importam as qualidades superiores.

E', porém, a cevada que se consome em maior escala, e tal consumo tende a desenvolver-se em consequência dos altos preços a que o café tem atingido; porquanto o uso destes sucedâneos em Portugal têm por causa, não uma inexplicável preferéncia do gosto, mas a impossibilidade, em que se acha imensa maioria da população, de adquirir o café puro.

CONCLUSÃO

As ligeiras informações que ficam consignadas neste modesto trabalho, autorizam a opinião de que a situação presente do café brasileiro, em Portugal, se não é tão prospera como desejaríamos, não deixa contudo de ser assás favorável, tendo-se em conta as circunstâncias que me são contrárias. Trata-se, realmente, de um país cujas possessões produzem mais do que o suficiente

Quadro 1, das quantidades e valores do café importado em Portugal desde 1866 até 1912

ANOS	BRASIL		COLÓNIAS PORTUGUESAS		OUTROS PAÍSES		TOTAIS	
	QUANTIDADES (EM QUILOS)	VALORES (EM RÉIS)	QUANTIDADES (EM QUILOS)	VALORES (EM RÉIS)	QUANTIDADES (EM QUILOS)	VALORES (EM RÉIS)	QUANTIDADES (EM QUILOS)	VALORES (EM RÉIS)
1866	658.400	149.500\$000	1.051.500	269.600\$000	10.022	2.775\$000	1.699.922	421.675\$000
1867	694.500	160.100\$000	1.097.000	274.800\$000	5.122	2.806\$000	1.796.622	438.606\$000
1868	635.600	113.800\$000	1.296.500	312.300\$000	9.722	3.500\$000	1.939.822	429.600\$000
1869	471.900	89.100\$000	1.215.900	251.300\$000	9.098	2.440\$000	1.696.898	342.840\$000
1870	552.000	411.700\$000	2.268.200	490.500\$000	1.254	109\$000	2.821.454	603.309\$000
1871	159.500	51.100\$000	746.400	162.300\$000	6.970	4.600\$000	892.670	195.000\$000
1872	44.886	12.400\$000	1.626.000	366.800\$000	5.427	4.800\$000	1.676.227	381.000\$000
1873	161.400	49.700\$000	1.404.000	456.300\$000	17.004	5.290\$000	1.682.404	491.290\$000
1874	221.200	68.700\$000	1.286.300	440.700\$000	40.241	11.564\$000	1.647.741	520.764\$000
1875	230.800	71.100\$000	1.435.400	440.100\$000	24.907	6.984\$000	1.691.107	518.184\$000
1876	157.000	50.700\$000	1.558.500	472.100\$000	34.459	8.468\$000	1.779.959	551.268\$000
1877	267.500	84.400\$000	1.408.400	420.100\$000	26.371	6.943\$000	1.702.271	511.443\$000
1878	313.500	94.400\$000	1.633.200	144.000\$000	28.196	40.465\$000	1.974.896	278.863\$000
1879	407.200	92.100\$000	1.592.900	412.600\$000	98.538	31.258\$000	2.098.638	535.958\$000
1880	225.900	60.300\$000	1.651.900	396.500\$000	62.500	17.100\$000	1.920.300	473.900\$000
1881	199.600	47.700\$000	1.714.200	401.300\$000	177.723	40.000\$000	2.091.623	489.000\$000
1882	339.000	65.100\$000	1.742.800	323.100\$000	175.300	33.134\$000	2.257.100	419.334\$000
1883	—	—	—	—	—	—	2.245.931	334.000\$000
1884	—	—	—	—	—	—	2.360.300	316.100\$000
1885	144.500	27.900\$000	2.400.700	391.200\$000	99.700	17.200\$000	2.644.900	436.300\$000
1886	199.700	35.300\$000	2.330.100	421.600\$000	3.900	5.600\$000	2.633.700	462.500\$000
1887	41.491	10.590\$000	2.068.759	472.073\$000	44.169	11.362\$000	2.144.419	494.013\$000
1888	113.929	34.217\$000	2.259.270	511.736\$000	19.674	30.870\$000	2.492.873	576.823\$000
1889	38.453	11.065\$000	2.284.124	473.349\$000	8.000	4.110\$000	2.340.577	488.622\$000
1890	41.665	13.504\$000	2.269.024	466.059\$000	6.423	1.916\$000	2.316.112	481.479\$000
1891	45.531	15.923\$000	1.988.793	567.581\$000	50.858	17.748\$000	2.085.182	601.252\$000
1892	83.224	22.105\$000	1.855.105	516.729\$000	16.675	3.078\$000	1.954.904	541.912\$000
1893	49.573	16.438\$000	1.952.002	594.377\$000	5.929	1.710\$000	2.008.754	582.525\$000
1894	9.166\$000	9.166\$000	1.827.716	567.851\$000	4.464	1.143\$000	1.857.536	608.160\$000
1895	36.407	12.182\$000	1.930.429	617.288\$000	6.731	2.098\$000	1.973.567	631.568\$000
1896	53.957	22.665\$000	2.045.117	658.402\$000	7.085	2.911\$000	2.106.159	683.978\$000
1897	62.224	24.872\$000	1.996.769	847.973\$000	4.595	1.679\$000	2.063.578	874.624\$000
1898	104.276	40.208\$000	2.210.640	629.348\$000	2.748	935\$000	2.317.864	670.491\$000
1899	58.528	23.581\$000	2.357.685	643.860\$000	3.180	1.522\$000	2.419.393	568.963\$000
1900	49.366	15.948\$000	2.348.428	544.681\$000	14.008	5.071\$000	2.411.802	565.700\$000
1901	67.439	23.579\$000	2.510.499	592.213\$000	30.593	7.597\$000	2.608.531	623.389\$000
1902	86.919	28.997\$000	2.646.970	602.861\$000	48.799	12.535\$000	2.781.688	644.393\$000
1903	356.832	353.424\$000	2.527.073	553.218\$000	109.407	25.492\$000	2.993.312	932.134\$000
1904	393.383	101.924\$000	2.442.553	534.047\$000	69.371	16.386\$000	2.905.307	652.357\$000
1905	491.807	127.076\$000	2.284.891	488.608\$000	190.467	43.596\$000	2.967.075	659.180\$000
1906	459.874	130.824\$000	2.411.192	502.698\$000	231.791	53.896\$000	3.102.857	687.119\$000
1907	364.361	88.913\$000	2.722.410	576.013\$000	95.691	20.661\$000	3.170.462	684.685\$000
1908	363.851	85.691\$000	2.774.682	567.979\$000	51.691	11.125\$000	3.180.224	654.795\$000
1909	258.307	51.171\$000	2.955.962	610.329\$000	15.022	4.560\$000	3.239.291	666.360\$000
1910	248.488	49.651\$000	2.926.298	612.548\$000	22.877	5.336\$000	3.197.663	667.545\$000
1911	235.078	60.010\$000	2.623.545	530.409\$000	21.706	60.577\$000	2.970.329	640.996\$000
1912	311.025	91.021\$000	2.323.850	451.238\$000	113.997	26.742\$000	2.748.872	569.001\$000

para o abastecimento da metropole, e, sem embargo da protecção dispensada ao produto colonial, a importação do café brasileiro tem aumentado, lenta mas constantemente.

Entretanto esta expansão tem limites restritos; a tendencia em politica aduaneira manifesta-se em Portugal, no sentido do proteccionismo, e o pais é pobre, nas suas grandes massas populares. A uma importante parte da população, sobretudo a rural, sobremaneira são escassos os meios, ainda mesmo para aquisição dos generos mais indispensaveis á alimentação. Numerosissimos são os individuos que só muito raramente tenham tomado alguma bebida, a que mesmo com excesso de boa vontade, se possa chamar café.

Para conservação do consumo actual, e desenvolvimento de que éste é suscetivel, muito de desejar, seria, além das medidas que ao govêrno cabe promover, que de preferéncia se exportassem para Portugal, os cafés de qualidade superior escrupulosamente escolhidos.

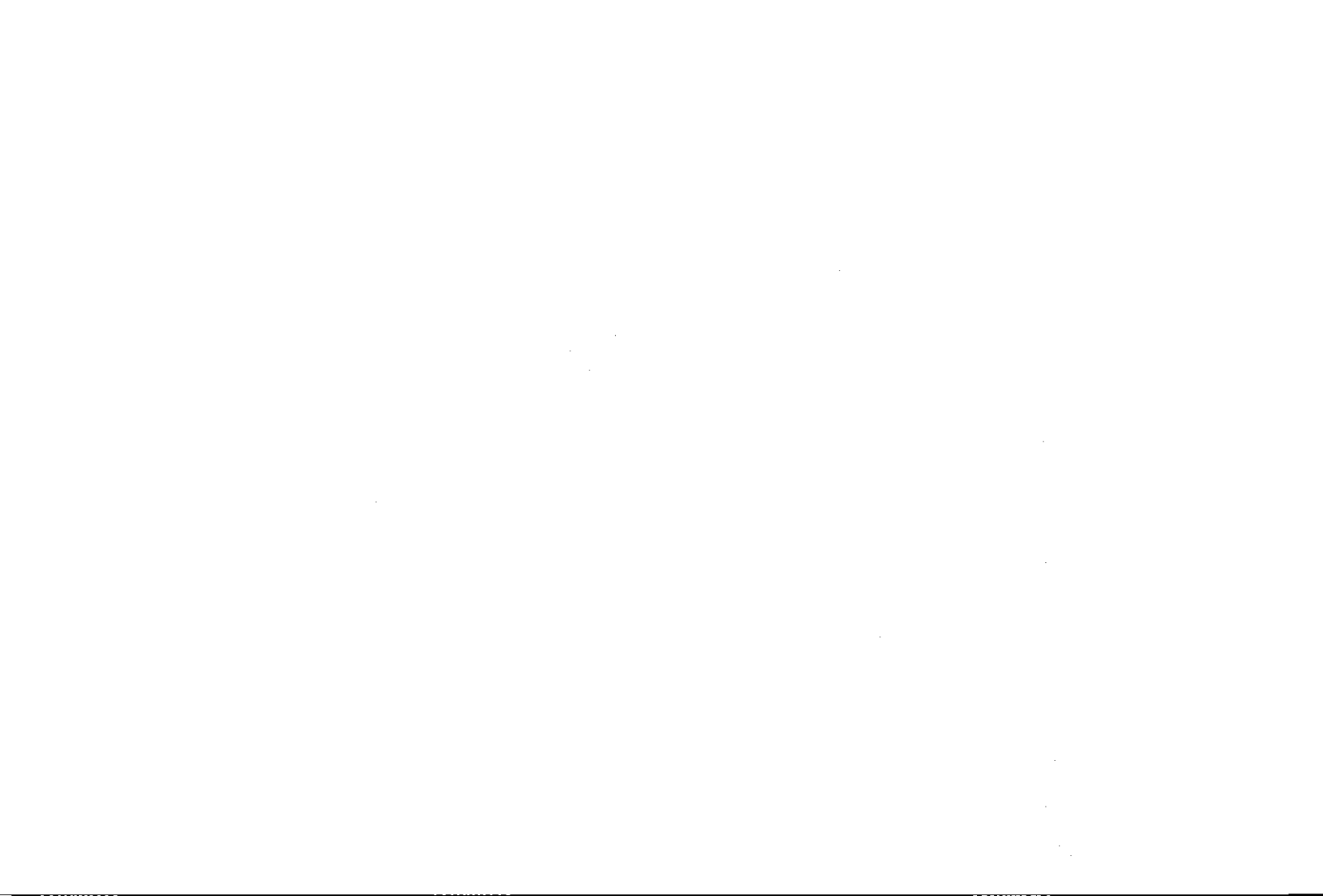
Quadro 2, das quantidades e valores do café importado em Portugal desde 1913 até 1926

Anos	BRASIL		COLONIAS PORTUGUESAS		OUTROS PAISES		TOTALS	
	Quants. (em kilos)	Valores (em escudos)	Quants. (em kilos)	Valores (em escudos)	Quants. (em kilos)	Valores (em escudos)	Quants. (em kilos)	Valores (em escudos)
1913	433.765	134.264\$00	2.627.900	622.737\$00	91.496	28.320\$00	3.153.161	825.321\$00
1914	407.148	113.268\$00	2.601.008	524.568\$00	65.138	18.530\$00	2.973.294	656.366\$00
1915	550.614	162.017\$00	2.144.698	443.385\$00	7.981	2.225\$00	2.703.293	608.127\$00
1916	533.003	194.760\$00	2.299.233	828.775\$00	5.100	2.429\$00	2.837.936	1.025.964\$00
1917	654.493	297.622\$00	3.615.349	1.500.100\$00	11.340	6.166\$00	4.181.182	1.803.888\$00
1918	668.006	348.758\$00	3.331.450	1.832.635\$00	10.379	31.442\$00	4.009.835	2.212.835\$00
1919	155.120	101.907\$00	2.969.576	1.912.700\$00	14.722	6.988\$00	3.139.418	2.021.695\$00
1920	435.048	671.083\$00	2.032.300	1.876.058\$00	8.896	9.671\$00	2.477.244	2.556.812\$00
1921	487.978	1.274.214\$00	2.848.616	3.206.090\$00	5.555	358.365\$00	3.342.169	4.838.669\$00
1922	695.746	4.015.255\$00	3.339.034	5.510.646\$00	5.927	427.482\$00	4.101.737	9.953.384\$00
1923	869.184	5.310.893\$00	2.209.600	12.398.554\$00	171.957	181.135\$00	3.240.651	17.890.693\$00
1924	652.279	7.892.041\$00	2.088.649	20.018.647\$00	15.917	181.135\$00	2.966.845	28.091.823\$00
1925	1.208.321	12.368.617\$00	2.646.988	22.000.707\$00	78.492	371.081\$00	3.933.801	34.730.405\$00
1926	1.207.926	11.295.794\$00	2.700.469	19.866.719\$00	11.104	732.766\$00	3.919.499	31.885.279\$00



DOIS VÉLHOS CASARÕES COLONIAIS EM RUÍNAS, EM PORTO DAS CAIXAS, NO ESTADO DO RIO

(Ilustração do professor Henrique Cavalleiro)



O mistério eterno

A HISTÓRIA DE ANGRA DOS REIS QUE FOI UM GRANDE ESCOADOURO DE CAFÉ, NO SÉCULO PASSADO

Assis Chateaubriand

O MISTÉRIO ETERNO

Angra dos Reis, assim a chamou Martin Affonso de Souza. Por que? A armada do primeiro portuguez daquem e dalém mar a demandar as paragens daquele golfo tranquillo, ali abicou no dia 6 de janeiro de 1832. Foi, pois, no dia dos Santos Reis Magos, que os golanás, senhores da angra e seus arredores, enfrentaram o dominio do homem branco, vindo de outras plagas para submetê-los.

Os portuguezes da capitania de São Vicente logo a occuparam, sujeitaram-na á jurisdicção civil, emquanto no ecclesiastico ficou ella na dependencia da prelazia da Baía.

Em 1556, me informa o sr. Luiz Ascendino Dantas, foi fundado o povoado pelos filhos do capitão-mór Antonio de Oliveira escolhendo elles o local de uma meia laranja em frente pelo sul com a ilha da Giboia, nome que lhe foi dado por Martin Affonso, por ter esta a configuração de uma cobra ou giboia, como hoje lhe chamam (Ali nasceu o tribuno republicano José Lopes da Silva Trovão).

"Por carta régia de Felipe I de Portugal e II de Espanha, foi o povoado elevado á categoria de parochia dos Santos Reis Magos da Ilha Grande. Seus moradores mais tarde solicitaram da metropole a sua elevação á categoria de villa, o que lhes foi concedido por carta régia de Felipe I de Portugal e II de Espanha, em 6 de janeiro de 1608. Mais tarde mudou-se o povoado para um local mais distante seis quilômetros, onde os frades Carmelitas já se haviam estabelecido, e, com o auxilio destes, ali se fundou a nova villa, num pequeno vargado á beira mar. Em 1617 estavam concluidos o convento e a igreja dos Frades Carmelitas. A mudança da villa se fez com o apêlo do capitão-mór João de Moura Fogaça em outubro de 1624, quando se fez a trasladação para o novo local, construindo-se as casas da capitania, do governador militar e do Senado da Camara, num lugar chamado Lapa. Em 1625, os habitantes requereram licença para a edificação da sua matriz, o que lhes foi concedido por provisão de 3 de fevereiro de 1626 pelo prela-

do d. Mateus da Costa Alboim, nomeado em 1607 e falecido em 1632."

O dr. José Ribeiro de Souza de Araujo (apud. monsenhor Pizarro) visitando a matriz de Angra em 1743, confirma que a freguezia já existia desde ha 150 anos, não no local onde hoje está situada a villa, mas na Vila Velha, que se estende "em hum ponto distante desta mesma villa huma legua". A primeira situação, despovoada, por "menos apto" o pôrto de mar afim de entabolar relações com o interior, pelo ano de 1624, diz Pizarro, se estabeleceu mais ao norte o novo povoado. Os limites da freguezia eram então enormes: iam, ao norte, até o rio Itaguaí compreendendo a Ilha Grande, a restinga de Marambaia, e ao sul até Marambocaba. Antes da divisão da freguezia, que se fez por edital de 1º de fevereiro de 1802, Angra contava com dez mil almas e 1.380 fogos. Era um mundo para a época. Basta considerar que em 1749 Angra contava com 14 engenhos de açúcar e 91 engenhocas, que reduziam, observa Pizarro, a mesma planta (a cana) a águas ardentes, tão boas e perfeitas como as de Parati, que comumente se reputam por mais superiores."

A comarca foi criada por alvará de 27 de junho de 1828, tendo sido a villa elevada á categoria de cidade, pela lei de 28 de março de 1835. Parati foi desmembrado de Angra, por carta régia de d. Afonso VI, de Portugal, em 28 de fevereiro de 1667, para se constituir em parochia com a denominação de Nossa Senhora dos Remedios de Parati; — bem assim, em 16 de janeiro de 1764 foi desmembrado do de Angra, todo o territorio entre a margem esquerda do rio Jacareí e a direita do rio Itaguaí, para constituir a parochia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba — então aldeia de indios no lugar denominado São Braz.

Pelos documentos que examinou o sr. Luiz Dantas, e dos quais me deu conhecimento, parece que o antigo povoado de Angra dos Reis Magos foi erigido em villa, por autoridade do capitão-mór de S. Vicente ou de Nossa Senhora de Itanhaem, Frei Miguel de São Francisco, cronista da Ordem Franciscana do Sul do Brasil, em

relatório das obras efetuadas pela Ordem, é quem se refere a esse assunto, sem precisar as respectivas datas e sendo pouco minucioso em seu relato nesta parte.

A vila, ao pé de um promontório, está circundada de montanhas que lhe estrangulam o desenvolvimento em extensão. Trinta e três braços tem do Rio do Rocio á vila (declara Pizarro), a contar da ribeira ao muro do Convento de São Bernardino, e pouco mais de cem desde o convento ao morro de São Bento. No fim do seculo XVII, a Camara tenta dilatar o dominio publico para abertura de ruas, á custa dos terrenos do Convento de São Bernardino. Suplica a el-rei, em carta de 17 de maio de 1788, mas "conhecida a falsidade do titulo e a sem razão da supplica, ficou indeferido o requerimento. Sem embargo, em 1800 Angra conta já com 250 casas, e "todas, quasi, fabricadas de estuque, cujo lavor é de muy longa duração". Em 1833, a provincia do Rio de Janeiro é dividida em seis comarcas, e a vila da Ilha Grande (pois o continente toma a designação da ilha fronteira) vem a ser a cabeça da do seu nome.

A Assembléa Provincial de 1835 conferiu-lhe o titulo de cidade e devolve á vila de Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande o seu nome primitivo de Angra dos Reis. A comarca de Angra abarca, por esse tempo as vilas de Parati, Mangaratiba e Itaguaí. Em 1840, Angra tem para mais de 3.000 habitantes, e a sua maior riqueza já é o café.

As florestas da Ilha Grande com as do distrito de Angra tem todas as nossas essencias: o ipê, o cedro, o vinhatico, o jararandá-tan, a urucurana, o páu Brasil, a massaranduba, a sapucaia, a garau'na vermelha e preta, que "depois de ferida distilla um suco gomoso e util".

Outrora, derrubavam-se as matas para fazer o plantio do café.

A baía de Ilha Grande é quatro vezes maior que a do Rio de Janeiro. Há vários lugares, segundo sondagens do almirante francez Mouchez, onde, na baixa mar, se medem 40 metros de profundidade. Da ponta do Gambela á de Piraquara de Fóra, a baía de Angra vara uma distancia de 39 quilometros.

Angra não tem uma barra, mas, duas, e, pela bôca de qualquer delas, podem entrar ou sair navios de todos os calados. Quando desce a Serra do Mar pela estrada de Mangaratiba, vindo de São João Marcos, e, depois, quando fuz, de lancha, até o pontal da Merambaja, vi a "notavel bacia" a que se refere Pizarro, entre o fim da restinga

e a ponta léste da Ilha Grande. Se revolto está o oceano no Iamarão, os dois surgidouros, de Estréla e Abraão, são o verdadeiro pôrto seguro, o selo de Abraão dos navegadores acosados pelos ventos bravios do Atlantico Meridional.

Dentro da baía, até o pôrto de Sepitiba, havia no tempo do Império o vapor "Septitiba", que punha Angra em comunicação com a Côrte pela Estrada Pedro II. Por fóra da barra, o comércio de café, o transporte de outras cargas e passageiros era feito pelos vapores "Emiliana" e "Leopoldo" e pelos navios a vela "Estréla do Norte", "São Pedro", "Bracufense", "Minerva" e "Angrense".

Foi a Central quem começou a matar Angra, como de resto, todos os outros portos do litoral da provincia do Rio e da Baixada. A decadência da lavoura caféeira fluminense consumou o resto. Os portos do municipio de Angra, como Jurumirim, Ariró, Frade, Mambucaba, eram empórios do comércio de Minas, Estado do Rio e São Paulo, que por elles rebuciam os productos vindos da Côrte.

Não se sabe quando principiou em Angra a cultura do café. Honório Lima, o historiador das grandezas da cidade, tampouco dispoz de elementos para precisá-la, na sua interessante "Noticia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis" (Rio de Janeiro, 1889, 1ª edição, esgotada). Mas se a história ignora o inicio da lavoura caféeira no municipio, contudo registra que os principais teatros do seu florescimento foram o vale do Mambucaba e a Ilha Grande. Entre os velhos lavradores locais, a gente que conserva as tradições orais da terra angrense, existe a lenda, que me foi reproduzida pelo prefeito de Angra, coronel Dias Lima, e segundo a qual este foi o terceiro municipio fluminense em que se plantou o café. Mas a extraordinaria projecção mercantil de Angra, como coluna mestra da grande actividade comercial dos distritos da baía Grande, inclusive da ilha dêsse nome, não resulta apenas a elaboração agricola local, mas do facto dessa região haver se constituido na primeira metade do seculo XIX num dos maiores empórios de escoamento da lavoura caféeira fixada no vale do Paraíba e em Minas Gerais. Antes que o tronco ferroviário da Central do Brasil se estendesse da Baixada até Barra do Pirai, afim de ali drenar para a metrópole directamente a produção do interior fluminense, do norte de São Paulo e parte de Minas, as comunicações entre elles e o Rio se faziam por vários portos intermediários — Pôrto de Caixas, Iguassu', Magé, Estré-

la, Mangaratiba, Angra dos Reis, Jurumirim, Ariró, Bracuí, Parati, Mambucaba, etc. Angra, situada no reconvexo da baía Grande, foi, nessa primeira metade do século passado, um dos mais movimentados portos do litoral fluminense como do Brasil meridional. Para elle, segundo as pesquisas feitas por Honório Lima, é que convergiam, até 1868, as inumeras tropas que desciam a serra, vindas do norte de São Paulo e do sul e oeste de Minas Gerais (bem como algumas de Goiás e Mato Grosso), trazendo para o litoral as produções de pecuária e da lavoura. Entre estas ultimas avultava o café. Eram muitas as estradas, pelas quaes se fazia tão grande tráfego. Honório Lima chega a afirmar ser penoso aos que viajavam por ellas a pé, tão intenso era o movimento de tropas varando essas linhas de comunicação do sertão com o Atlantico. Alguns desses caminhos foram calçados nos trechos em que lhes foi isso necessário á conservação; e aos poucos, a que não se deu igual trato, applicou-se a denominação de "estradas de barro", que ainda guardam.

As principais eram as seguintes: — a de Mambucaba a Cunha (antiga vila do Facão, em São Paulo), um dos famosos "caminhos velhos" do litoral, para a região das minas, passando por Campos Novos; a de Mambucaba a Areias, passando por São José do Barreiro; a de Ariró ao Bananal; e a do Frade ao Bananal. De Angra dos Reis a Rio Claro, haviam duas — a estrada do Caramujo e a "estrada de barro". E ainda era muito trafegada a "estrada de João de Oliveira", entre Jurumirim e Rio Claro.

Essas antigas vias de penetração, varadas durante cerca de meio século por tantos tropeiros, ficaram quasi abandonadas no último quartel do século XIX, depois que a Estrada de Ferro Central começou a receber na Barra do Pirai, afim de transportá-la para a capital do país, a produção paulista que outrora demandava Angra dos Reis e Parati, e, mais ainda, depois da abolição (que fez cair em ruinas muitas casas de fazendas, onde o mato substituiu lavouras florescentes) e da intensificação do plantio do caféiro em zonas paulistas fazendas e mais próximas do porto de Santos.

Pode dizer-se que em 1850 atingiu Angra dos Reis ao apogeu da sua actividade de empório comercial. Além da produção própria, a elle vinham ter todos os géneros dos convizinhos municípios. Entre elles figurava em primeiro plano o café. Nos pontos de mais fácil accesso ás embarcações e ás

tropas, estabeleceram-se muitas casas comerciais, que, pelo capital nelas investido e pelo movimento de negócios, rivalizavam com as mais importantes da Corte. Pelos apontamentos manuscritos que Honório Lima resumiu para uma segunda edição aumentada do seu citado opusculo (não feita até agora), assim como graças a informações que amavelmente forneceu ao meu prezado amigo dr. Basilio de Magalhães o coronel Antonio Dias Lima, seu filho e actual prefeito do município de Angra dos Reis, pode-se asseverar que ainda no começo do segundo quartel do século XIX, a primitiva povoação dos "Santos Reis Magos" era um dos mais opulentos portos do Brasil meridional. E, como o escoadouro de Angra não bastasse para dar vazão ás tropas que se succediam diariamente umas ás outras, — exigindo tambem grande número de depósitos para as cargas, ranchos para os homens que as guiavam e pastos para os animais — surgiram e floresceram os seus sub-portos, quaes foram os de Jurumirim, Ariró, Itapena, Frade, Bracuí, Mambucaba e Ribeiro.

A primeira dessas referidas sucursais do movimento comercial de Angra dos Reis notabilizou-se mais do que as outras. Não só por documentos que ainda existem nã em mãos particulares, como tambem pelo que assegura a gente antiga da terra, — sabe-se que, entre 1840 e 1848, o maior estabelecimento mercantil daquella região era o de Jurumirim, pertencente a José Francisco da Silva, commissário de café e de outros géneros, e negociante de productos reclamados pelas necessidades dos lavradores sertanejos. O capital da sua casa se elevava a 4.000:000\$000, pouco mais ou menos e, para transportar o que comprava e vendia, por conta própria ou de outrem, dispunha dos paquetes "D. Afonso", "Ariró" e "Jurumirim", bem como de mais 16 veleiros. Era um dos armadores mais ricos do seu tempo. Morreu celibatario e "abintestado". A sua fortuna, — equivalente a cerca de 40.000:000\$ de hoje em dia, — apesar de disputada por pretensos herdeiros ao Estado, veiu, afinal, a incorporar-se, depois das costumadas delapidações, á fazenda pública.

Com a decadência do comércio e da lavoura, — não possuindo Angra dos Reis industria alguma, senão a do peixe salgado e alguns, já poucos, engenhos de açúcar, ambas naquella época já em ruina, foram-se os cafezais transformando em mato, quando não convertidos em pastagens

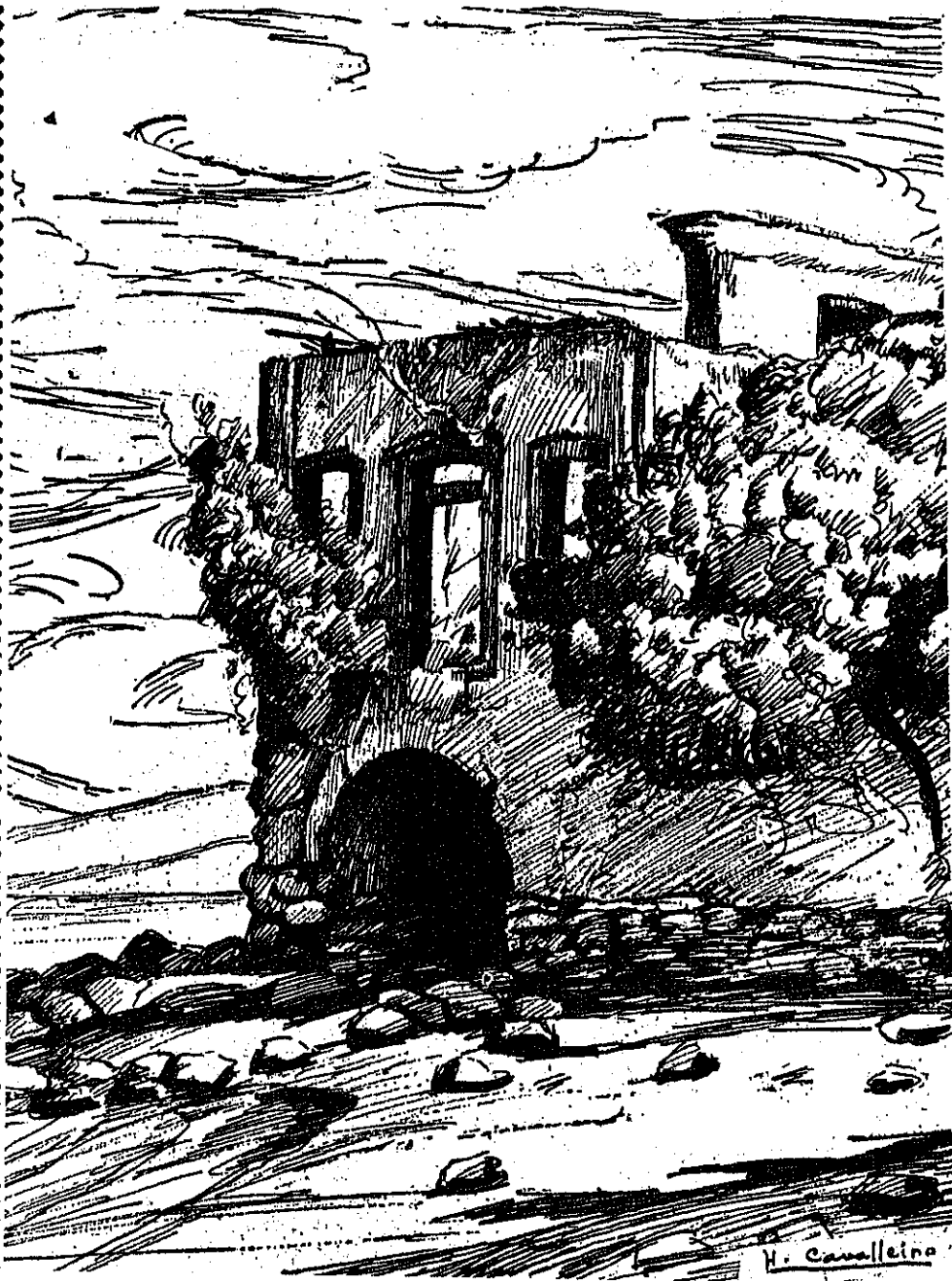
para a criação de gado. Restam ali alguns poucos e de exígua safra, prejudicada pela maturação irregular dos frutos, nos distritos de Mambucaba, Abraão e Mataim. Este último é da Ilha Grande, cujas fazendas agrícolas, a do "Hollandez" e a dos "Dois Rios", além de outras, tinham por principal produção o café, conforme relata Honório de Lima.

Tamanha era a vitalidade de Angra que, ainda em 1887, a concorrência da Central não a havia aniquilado. A cidade heróica resistia ao destino implacável. Nos últimos anos do Império, os seus distritos cafeeiros, como a Ilha Grande, Nossa Senhora da

Ribeira e Mambucaba ainda frutificando o pórtio exporta para a metrópole nada menos de 1.600 contos de café produzido no município.

A ponta dos trilhos da Oeste de Minas marcha hoje á procura do pórtio de Angra, que o presidente Sodré decidiu construir, afim de restabelecer o ciclo do ritmo eterno, no destino economico da cidade. Tercemos, como ha meio seculo, Angra dos Santos Reis Magos reintegrada no seu destino histórico de entreposto do hinterland fluminense, paulista e mineiro. Fragmento do impulso cicloidal da história, que os antigos já diziam repete-se...





RUÍNAS DO ANTIGO TRAPICHE DA LAPA, EM ANGRA DOS REIS. (PARTE EXTERNA).

(Ilustração do natural a pena por H. Cavalleiro)



Idéias gerais sôbre a adubação do caféiro

DA INFLUÊNCIA DOS ADUBOS ORGÂNICOS NA RESTAURAÇÃO DOS Nossos CAFEZAIS EM DECADÊNCIA.

CARLOS TEIXEIRA MENDES

A REAÇÃO

No anseio de progredir, na luta intensa em que se acha empenhado o fazendeiro, oprimido pela concorrência e tendo como pesadelo a baixa de preços, êle reage — pelo menos o que melhor compreende a situação — procurando colocar a sua fazenda na posição de outróra.

Fôra o declínio de produção, ou o despertar de energias latentes da raça ancestral, ou ainda influenciado pelo turbilhão de idéias novas para as quais não deixa de ter geração nova de agrônomos de nossa Escola Agrícola, os quais, ao lado de sua inexperiência e mesmo de erros cometidos, foram e são os propugnadores e realizadores de muitas dessas idéias fóra qualquer das causas ou todas atuando a um tempo só, o móvel dessa reação, o fato é que ela se iniciou, e o fazendeiro não parece disposto a ser vencido pelo desastre que se esboçou: — o abandono das lavouras velhas.

Iniciou-se uma fase de restauração dos cafézais, o fazendeiro tem apelado para todos os meios que julga bons e permitidos pela economia.

Tem acertado muitas vezes, tem errado outras.

A DERROCADA

Vamos aqui lembrar, apenas lembrar, porque não nos permite o tempo entrar em outros detalhes, um dos meios de evitar essa derrocada.

Na agricultura de nosso país, ou de nosso Estado, entretanto, são tão variadas as condições de meio, que nenhum principio técnico, ou método agrícola poderá ser imposto como inflexível, como servindo para todos os lugares. Não podemos dizer — “faça-se assim” — porque as condições econômicas de meio e de cultura o permitirão ou não; por isso, preferimos sempre aconselhar o que nos parece mais técnico, mais perfeito, de um modo geral, para que cada um aplique ou aproveite o que puder.

CONCLUSÕES PRÁTICAS

Para chegarmos ás conclusões práticas sobre a adubação do caféiro, basta que raciocinemos do seguinte modo: quando estabelecemos um cafézal, fazemo-lo em terra de mata virgem ou, pelo menos, de capoeirão, e para estabelecê-lo derrubamos e queimamos a mata; deixamos, portanto, dentro do sólo a matéria organica das raízes de antigas arvores e matéria organica e invários estados de decomposição, que no decorrer dos anos foi se infiltrando por êle a dentro; á superfície dêsse mesmo terreno deixamos mais matéria organica sob a fóрма de tocos e galhos mal queimados e uma camada de cinzas mais ou menos espessa segundo várias circunstancias, dentre as quais sobressai a perfeição ou imperfeição das queimadas.

Em resumo: matéria organica sob todas as modalidades, mais cinzas.

Nascido o cafézal, começa a desenvolver-se e depois a frutificar, tudo em condições tais que, quando não enriquece o fazendeiro... pelo menos o envida. Mais tarde estaciona, depois declina.

Quais as causas de tudo isso ?

A VIDA DO SÓLO

Dividamos êsse ciclo de vida em três fases do crescimento até plena produção, a de produção compensadora e a última, a de declínio, e vejamos quais os principais fatores dêsse evoluir.

Quando estabeleceram o cafézal, por um certo número de anos, a planta encontra tudo que pôde exigir: um sólo rico em matéria organica e rico em elementos minerais. Dêstes, a garantia de sua alimentação mineral, daquela muito mais: recebe dela a garantia de boas propriedades físicas do sólo, atenua as propriedades dos sólos argilosos, aproxima destas as dos silicosos; permite mais facil expansão ao sistema radicular, aumenta-lhe a capacidade assimiladora; minora os efeitos das sêcas, impede os excessos de humidade; mantém a vida

microbiana do sólo e garante á planta, de um modo regular, o seu principal elemento — o azoto; influe muito directamente na assimilação dos outros elementos; preside, enfim, a todos os fenómenos que constituem o que chamamos "a vida do sólo".

As cinzas, antes de servirem propriamente á alimentação mineral das plantas, atuam indirectamente, neutralizando a acidez das terras, facilitando a nitrificação, e, depois, ainda se reservam para o desempenho dessas funções sempre que forem chamadas, enquanto sob a forma de carbonatos, estado inicial depois da queimada.

Éis a primeira fase explicada; mesmo num sólo de propriedades intrinsecas menos boas, o caféiro, diante de fatores tão favoráveis, não pôde deixar de progredir, e progride.

Vem a segunda fase, a do estacionamento relativo, porque a produção se acha intimamente ligada aos fatores climáticos do meio, além de outras causas. Mas o fato é que há um estacionamento.

As causas ?

A primeira, a mais natural, deve ser a da planta ter atingido ao seu máximo desenvolvimento, o máximo de sua capacidade produtora. Esta causa, por si só, explicaria o fenómeno, mesmo que imaginássemos um sólo indefinidamente fértil como no inicio.

A segunda causa, que completa a explicação e o melhor explica o fenómeno nos casos de um estacionamento prematuro, antes da planta ter atingido ás culminancias que atinge em outras terras, outras zonas, vamos encontra-la nas propriedades intrinsecas do sólo.

Ou porque elle tenha origem geológica menos propria, ou porque, e em consequencia dessa própria origem, já que podemos admitir o clima caféiro-paulista como praticamente uniforme elle se apresente com tais propriedades fisicas, o certo é que para cada sólo deve haver, em função dessas mesmas propriedades e dos elementos numerals de que disponha no inicio, um momento em que se encontram em equilibrio as forças naturais de produção, da planta e do sólo.

Explicado de outro modo: o sólo, que a principio oferecesse seus elementos com prodigalidade, vai-os restringindo com o decorrer dos annos; e a planta, que no seu inicio muito assimilava, vai tambem restringindo suas exigências, por isso que depois de um certo limite ella não cresce mais, só exigindo, portanto, elementos "para a produção" e reconstituição das partes que perde ou que vêm em substituição a outras.

Do defrontar dessas duas forças uma fornecedora de elementos e outra assimiladora aparece depois de certa idade o falado equilibrio, que se realiza ou se verifica en-

quanto o sólo fôr capaz de fornecer o que a planta lhe pede; daí a segunda causa do relativo estacionamento de que tratamos.

Depois a terceira fase, a do declinio.

Esta é de mais fácil explicação, e temos como fatores, entre outros, dois que devemos destacar: a longevidade da planta e a fertilidade da terra.

A VIDA DAS PLANTAS

Da longevidade que mais poderíamos dizer além da lei, de todos conhecida: — todo o ser vivo nasce, cresce, vive, declina e morre ?

Poderíamos apenas acrescentar que há velhice precoce e que, nas plantas, os fatores que mais as precipitam são os tratos que recebem, isto é, os métodos culturais que empregamos.

DA INFLUENCIA DO SÓLO

Da influencia do sólo, de sua fertilidade, basta-nos prosseguir na observação daquele equilibrio entre elle e a planta, acrescentando que quando se rompe esse equilibrio por parte do sólo, porque a planta não tenha ainda atingido o termo normal de sua existência produtiva, começa o declinio.

Mas, quais as causas porque negará o sólo seus elementos ?

Também é facil observar as que desempenham papel preponderante.

Os elementos minerals, quer do sólo, quer das cinzas que logo se integram no sólo, mas principalmente os destas, faltarão um dia á planta — e isso por três motivos principais. Uma parte d'elles, e provavelmente a mais importante vai fugindo com as camadas superficiais do sólo, logo que o terreno, desembaraçado de galhos e tocos, começa a se deixar lavar e transportar pelas chuvas. Dá-se a insolubilização, e como que retrogradação lenta de certos elementos que tendem a voltar á formas primitivas menos solúveis, menos assimiláveis.

O gasto não é desprezível; todos os elementos, uns mais, outros menos, podem ir sendo levados pelas aguas de infiltração, em função da permeabilidade d'esse sólo, e principalmente do seu "poder de absorção" em relação a esses elementos. Esse gasto também é evidente, pelo lado do consumo promovido pela planta, conquanto muito menor, muito menos importante do que parece á primeira vista.

Acrescente-se a todas essas causas a função de retenção dos coloides minerals do sólo; lembremo-nos sempre que a essas particulas invizíveis cabe o papel de reter certos elementos, mas que essa retenção é mais ou menos accentuada de acôrdo com as

menores ou maiores proporções dos existentes; enquanto há sobre de elementos (cinzas nas camadas superficiais) e, portanto, a terra aproxima-se do estado "absorvimento saturado", ela os cede facilmente; mas esta facilidade diminui e o colóide tende a retê-los. São estas as causas principais da negação, por parte do sólo, de seus elementos à planta: diminuição real em seu estoque, insolubilização e retenção do que lhe resta. E não se suponha que o que ainda fica no sólo é sempre pouco; muitas vezes é quantidade mais do que suficiente para alimentar boa produção; no entanto, a arvore não produz proporcionalmente à "riqueza química da terra". E' que essa riqueza não é o fator único da produção; ás propriedades físicas de um sólo cabem pelo menos iguaes responsabilidades.

No dizer de Daferet, corroboração por trabalhos de Wohltmann, são estas muito mais importantes que a composição química do sólo em face das exigências e do sistema rarar um cafézal.

São estes os argumentos — além de outros porventura aqui esquecidos ou por nós ignorados, e outros ainda de menor importância e que por isso não mencionamos — sobre os quais nos devemos basear para estudarmos a grande questão das adubações do cafézeiro.

Salicitemos, antes de prosseguir, que aquelas produções enormes do início de nossas culturas eram o produto de um sólo virgem, muito rico em elementos minerais; mas é preciso não esquecer que essa riqueza do sólo era da materia organica em todos os seus estados; desde a materia organica simplesmente morta até os seus últimos estados coloidais, fronteira além da qual ella se encontrar completamente mineralizada.

Era um sólo possuidor de ótimas propriedades, recompô-las, reavivar as que estejam inertes ou modificadas pelo tempo, eis a primeira tarefa de quem pretende restaurar um cafézal.

RESTAURAÇÃO DOS NOSSOS CAFÉZAIS

Em nosso entender, e não é de hoje que o dizemos, a base fundamental das adubações do cafézeiro repousa na materia organica, maximé em ella como o nosso em que o processo de eremacausis é acelerado pelo calor e pela humidade. A ella devemos entregar completamente o papel de restauração de nossos cafézais em decadência, e para cada logar, para cada fazenda, só depois de termos recomposto o pé de café, só depois de lhe termos dado porte e saúde é que devemos pensar nas adubações complementares, isto é, nas adubações minerais,

mais conhecidas, entre nós, pelo nome de adubações químicas.

As adubações são chamadas a prestar seu concurso em dois casos principais: para manter a produção quando julgada boa, evitando o seu declínio e elevar a produção, que não se mostra satisfatória, de um cafézal em decadência mais ou menos accentuada.

No primeiro caso, justamente quando se torna mais facil de se terem resultados immediatos, temos que zelar pelo teor da materia organica existente e conhecer qual ou quais os elementos minerais que mais depressa faltarão. Diremos de passagem que, na applicação dos adubos minerais em tais circumstancias, a experiencia local é a melhor mestra. No segundo caso cumpre, antes de tudo, restaurar o cafézal; e como é este caso mais generalizado entre nós, e causa evidente das preocupações de grande parte dos nossos fazendeiros, supnhamos que estamos diante d'elle.

Pois bem, acudir a um cafézal nessas condições corresponde a fornecer-lhe, a despejar ao pé de cada planta, a maior quantidade de adubos organicos de que se possa dispor.

São tantos os adubos organicos de que podemos falar que só trataremos dos principais e muito superficialmente, tocando apenas seus pontos capitais.

A PALHA DE CAFÉ

O que ella é, todo o mundo sabe; do que se compõe também; é muito rica em potassio e cá. e ainda relativamente rica em magnésio e acido fosfórico; o azoto existe em muito menores proporções. Utiliza-la nas maiores proporções em que puder, é dever do fazendeiro que zela por seus interesses; mas para utiliza-la intelligentemente não deverá esquecer dos tres caracteristicos principais d'esse adubo:

1º — E' um adubo relativamente aos outros elementos que contém, pobre em azoto; e tal corpo se acha em estado ménos facilmente assimilável. Daí uma conclusão muito facil: não se presta tão bem ás plantas novas (replantas, por exemplo) como ás velhas ou em plena produção.

Para as plantas novas será, entretanto, ótimo se fór applicado em companhia do estercor de curral, ou outro adubo que forneça mais azoto e azoto mais assimilável.

2º — E' um produto organico que, exposto por muito tempo ao sol e ás chuvas, se deixa lavar tão facilmente que perde quasi tudo que contém de mais precioso. Empobrece-se de tal modo, quando enegrecido pelo tempo, que seus efectos como adubo ficam muito áquem do que deveriam ser.

Ao transporte imediato para o cafézal se opõem duas grande razões: a tarefa da colheita e os inconvenientes da fermentação por que passa, prejudicando a planta se muito próximo dela, ou mesmo longe, e correndo para a acidez do sólo.

Ora, se elle não deve ser levado imediatamente para o cafézal e se não deve ficar exposto ao tempo, que se o proteja com um simples telheiro e aí se espere a realização da primeira fermentação que é rápida; éuerglca e facilmente regulada com um pouco de agua, no momento que se quizer.

Se o fazendeiro fizesse idéia do quanto perde, não hesitaria em gastar com uma construção tão simples.

3º — Quando applicado ao sólo tem facilidade em se aglomerar em blocos, dificultando sua decomposição e efeitos. Segue-se daí que seu entereo deve ser feito de mistura com a terra.

O ESTERCO DE CURRAL

O melhor de todos os adubos, o produto mais natural numa fazenda, depois da palha de café, é o estêrco; elle será chamado, não há fugir daí, a desempenhar o principal papel na adubação do caféeiro. Não trataremos d'elle minuciosamente: é demais conhecido para exigir de nós esse trabalho. Com referencia a elle faremos o mesmo que com os outros: chamaremos apenas a attenção dos que nos lerem para certos pontos de maior importancia e que são:

1º — O seu tratamento deve ser feito, em posso clima, em estrumeiras fechadas, com irrigações diárias, se possível. O liquido deve ser o que vem dos estabulos e cochoiras, acrescido da agua apenas necessária para manter as irrigações, mas nunca em excesso. Isto de se falar no transporte da parte liquida é muito facil nos livros, mas na prática é preferível regular-se a parte liquida de tal modo que ela dê para a fermentação do esterco e vá sendo transportada no próprio adubo.

Com o fim de evitar perdas e combater mosquitos, não se exgote todo o "chorume" e sobre elle se mantenha uma pequena camada de oleo pesado.

2º — O uso de mangueirões para a produção do estêrco é mais do que nada, mas muito menos do que uma estrumeira.

3º — estêrco é o adubo ideal para as plantas novas, como o é para as velhas e gastas, e até mesmo para as que se acham em plena produção, salvo o caso de grande vigor, excesso de vegetação, com, relativamente, pequena, produção.

4º — Elle pôde ser applicado em qualquer época do ano a não ser quando o caféeiro esteja florescido ou com frutos ainda muito novos ou em casos de seça excessiva.

5º — O estêrco de curral é um produto qualitativamente completo, porém incompleto quantitativamente, muito principalmente se levarmos em conta as exigências do caféeiro. Dêste modo os adubos minerais, oportunamente empregados, serão chamados a completá-lo, quando já queira fazer a verdadeira cultura intensiva. O ácido fosforico deverá, então, ser uma das maiores preocupações.

6º — Sendo incompleto, o esterco só satisfará o caféeiro em suas exigências de potassa e ácido fosforico quando dado em doses massiças, e, assim, muitas vezes impraticáveis em vista da extensão a ser adubada e do motivo econômico.

Dêste modo, dêste que a produção começa a ser a principal preocupação, porque o caféeiro já está bem reconstituído, é o caso de pensarmos nas adubações minerais e dentre ellas, nas de ácido fosforico, um dos processos mais práticos de se obter esse complemento é o de alionarmos intercaladamente ao esterco em fermentação, ossos inteiros, quebrados ou moídos, o que ainda será melhor.

O adubo será dessa maneira enriquecido e completado sem as dificuldades e inconvenientes da applicação directa dos fosfatos.

7º — As deficiências quantitativas apontadas devem ser muito notáveis no esterco de curral, produzido em nossas fazendas; e para chegarmos a essa conclusão, é bastante lembrarmos-nos qual a alimentação dada aos nossos animais, quer estabulados ou não; gramíneas, mais gramíneas, raramente uma leguminosa, raramente uma torta.

Ora, se há divergência entre duas exigências, esta se verifica entre a do caféeiro e a de uma gramínia, salvo raras excepções. É característica a pobreza das cinzas das gramíneas em elementos justamente muito exigidos pelo caféeiro. Devemos, portanto, melhorar a alimentação dos animais, maxímé daqueles que por sua exploração se tornem rendosos.

8º — O estêrco não deve permanecer excessivamente nas estrumeiras, onde perderá muitas de suas qualidades; entretanto, por apertos da colheita ou de outros trabalhos, assim como por estarem repletas as estrumeiras e precisarmos esvaziá-las, o esterco poderá, sem inconveniente algum, ser transportado e distribuído junto ás plantas e aí permanecer, dêste que seja coberto com uma pequena camada de terra, até o momento em que seja possível o seu enterrio.

ADUBOS VERDES

Com o duplo fim de produzir materia organica e fixar o azoto atmosférico, as le-

guminosas são as plantas ás quais se atribuem tão benéficas propriedades.

Os adubos verdes podem ser considerados sob dois pontos de vista: quando cultivados no próprio terreno que devem melhorar e quando cultivado fóra d'ele e para elle transportados.

No primeiro caso, quasi que só trazem o beneficio de aumentar o azoto e a materia organica; no segundo, trazem, além desses elementos, os demais que contribuem para a constituição de sua planta. Devemos salientar que trazem a potassa e principalmente o acido fosforico em proporções tais que o estérco não póde concorrer com elles.

Do primeiro destes processos de adubação verde, isto é, o adubo verde como cultura intercalada, não somos partidários, pelo menos enquanto a experiência não nos demonstrar o contrario. E isso pelos motivos seguintes:

1º — A produção da massa organica e de azoto fixado é relativamente pequena porque a área occupada pela leguminosa é restrita e a sombra não lhe permite um desenvolvimento amplo.

2º — A leguminosa sofre a concorrência do caféiro e reciprocamente lhe move concorrência.

3º — O corte da leguminosa é fácil, mas seu enterrio nem sempre o é, porque ou estamos em plena época de chuvas (fevereiro, março — até quando muitas das leguminosas aconselhadas prolongam seu ciclo útil) ou estas já se passaram e estamos corando.

Verdade é que podemos senear mais cedo e apelar para as especies de menor ciclo vegetativo, mas essas são também assim menor produção.

4º — Como cultura intercalada, o caféiro não admite plantas trepadoras — o que restringe a lista das leguminosas que nos podem prestar os beneficios de suas propriedades.

5º — Como consequência de tudo o que dissemos, deve-se concluir que os adubos verdes entre caféais são de pequena produção, e, portanto, seus beneficios pequenos e de efeitos demorados.

6º — Há, enfim, certos trabalhos científicos que nos induzem a crer na possibilidade da intoxicação das culturas arborias pela associação de outras plantas. Os trabalhos de Pickering, na America do Norte, concluem por não admitir essa associação e muito menos com adubos verdes.

Essa influência maléfica é também admitida por outras notoriedades, como Russel, Cameron e Schreiner. Mas, seja como fór, haverá casos, e muitos, em que não podendo o fazendeiro apelar para outras fontes de materia organica, se veja obrigado a lançar mão dos adubos verdes; e en-

tão aconselhamos uma leguminosa qualquer não trepadora, boa produtora, de ciclo vegetativo pequeno e que seja semeada logo no inicio das chuvas. O feijão de Porco está nesses casos.

Para a cultura do caféiro, na falta de outros recursos e devido á ação lenta e relativamente pequena dos adubos verdes como cultura intercalada, resta um alvitre: o segundo processo de que falamos, o adubo verde trazido de fóra.

Imagine-se uma área qualquer, desocupada ou menos própria para outras culturas e próxima dos caféais; cultivar ali uma leguminosa grande produtora como a mucuna e depois cortá-la, deixar secar um pouco e transportá-la para os caféais, constitue um grande recurso com as seguintes vantagens:

1º — Trazer para os caféais 6 ou 8 mil quilos, ou mais, de materia organica, por hectare que cultivamos com a leguminosa.

2º — Trazer em seus tecidos 25 a 30 kgs. de azoto e de 70 a 80 kgs. de elementos minerais uteis, por tonelada de materia seca que transportarmos, lembrando-nos que na parte mineral abundam o calcio, a potassa e o acido fosfórico, como requer o caféiro.

3º — Fazemos essa aplicação sem os inconvenientes que traz toda cultura intercalada, e fazê-lo quando mais convier, mesmo depois da colheita, se esta não fór tardia, uma vez que, não havendo geadas, as mucunas podem esperar onde nasceram até o momento mais próprio. Ou se quizermos, podemos deixá-las em montes, depois de fenadas, até dois mezes, para fazermos sua aplicação com mais vagar.

4º — Seu custo de produção é muito pequeno porque não exige quasi que trato algum, o seu corte fica barato e sua aplicação é semelhante, igual mesmo á de estérco.

5º — Há espécies que, uma vez plantadas, se assemelham ás plantas vivazes, não só porque emitem novos rebentos, como também porque deixam no sólo grandes quantidades de sementes que germinarão em época própria.

O TERRIÇO

Continuando a revelar a mesma preocupação de fornecer materia organica aos sólos esgotados, lembraremos mais um, o terriço, ou seja a cobertura comum aos sólos de sob mata. É um mixto de galhos, folhas e outras partes vegetais, de mistura com um pouco de terra, valendo geralmente por sua materia organica e um pouco mais.

Imaginamos o seu aproveitamento do seguinte modo: em abril ou maio, faça-se na mata uma roçada de foíce, cortando tudo que fór vegetação pequena, sem prejudicar,

está claro, a própria mata; proceda-se só a uma limpeza de que a outra coisa; logo depois de seca, amontõe-se essa parte de envoltivo com a matéria orgânica que cobre o sólo, fazendo-se uma leve raspagem na própria terra; e ter-se-á, assim, mais uma fonte de matéria orgânica e fonte inesgotável.

Esse terriço amontoado entra em lenta decomposição e pôde ser aplicado ao caféiro logo que se tenham passado as aperturas da colheita e esteja também passada a época de florescimento. O seu emprego é em tudo semelhante ao que dissemos para o estercor de curral, e deve ser feito na maior quantidade que fôr possível.

O terriço assim obtido vai atuar mais como corretivo do que propriamente como adubo, mas não é possível desprezar esta função, por isso que essa matéria orgânica, ainda que muito variável em composição, pôde nos fornecer até 7 e 8 % de seu peso em matérias minerais úteis, além de 1 a 1,5 % de azoto total, segundo já temos observado em outros trabalhos. Mas, seja como fôr, é um adubo de efeitos lentos e que deve contribuir para a acidez da terra; lembramos por isso um alvitre, simples, alvitre, sobre o qual já escrevemos e que, realizado, pôde resolver ou auxiliar a resolver uma questão de grande importância para o caféiro — o emprego do calcio, — além de aproveitar uma pequena riqueza que é entre nós completamente desprezada — os resíduos de calcieiras.

Conquanto não seja assunto desta tése, diremos que o emprego do calcio como adubo e principalmente como corretivo no caso do caféiro, não é tão facil como comumente se supõe; apesar disso esta applicação pôde se impôr em muitos casos: as nossas terras são em geral pobres em calcio e consequentemente o necessitam; nas adubações, quando se tratar mais intensivamente de adubações azotadas minerais, o calcario terá papel importante a desempenhar, quer porque empreguemos o salitre do Chile, o qual, nas terras argilosas, acentua essa propriedade de amônio que predispõe á acidez.

É de delicada applicação porque, das duas fórmulas sob as quais o encontramos facilmente em nosso paiz, o carbonato se apresenta como uma rocha dura, difficil de ser molda, a não ser em usinas especiais, e a cal reduzida (virgem ou extinta), além de precipitar a decomposição da matéria orgânica, antes de carbonato, exige certos cuidados em virtude da sua causticidade.

Ora, se o terriço é pobre o deve ser enriquecido, se é ácido e não o deve sem que corriamos seus defeitos com uma das fórmulas já citadas do calcio, o melhor ainda será se o fizermos com os resíduos de calcieiras que, além do calcio, contém outros ele-

mentos úteis e muito apreciados pelo caféiro.

Com effeito, as cinzas de calcieiras, isto é, o residuo que fica nos fornos de queimar cal, são o produto das cinzas da lenha que serviu como combustível e das primeiras camadas de cal que não podem ser aproveitadas.

É um residuo — pelo menos nas amostras que temos estudado — muito rico em calcio (até 30 % de CaO), de magnésio (8 % de MgO) e mesmo de ácido fósforico (2 % em P₂O₅).

Não é preciso dizer mais para se concluir do valor desses resíduos que, entre nós, são ainda desprezados.

Aproveitamo-lo, onde fôr possível, completando e melhorando o terriço de que estamos tratando façamos o ajuntamento do terriço em qualquer lugar — na própria mata, se quizeram — e sôbre cada camada de 20 ou 30 centímetros de espessura distribuamos de 5 a 10 % em peso de resíduos de calcieiras, tais como nos são fornecidos.

Para o calculo, admitamos que o metro cubico desse terriço pesa grosseiramente 300 kgs.

Lembremos-nos, enfim, que ainda há fazendas que possuem matas, capoeirões ou simples carrascaes, o que os resíduos deixados sôbre o sólo podem ser amontoados, adicionando-se-lhes as referidas cinzas em camadas intercaladas e, depois de expostos os montes á ação do tempo pdr 4 ou 5 mezes (revolvendo-se de tempos a tempos para se obter homogeneidade) podem fornecer-nos grande massa de matéria orgânica, utilíssima para os cafézais, com as seguintes vantagens:

1º) Mais matéria orgânica para os cafézais; a matéria orgânica é o elixir da longa vida para as terras e para as plantas;

2º) Matéria orgânica barata e enriquecida pelos elementos dos resíduos calcários;

3º) Carbonatação completa do calcario que porventura não tenha atingido essa forma antes de sua utilização;

4º) Inutilização da causticidade dos demais elementos, principalmente do carbonato de potassio, que de outro modo poderia ser prejudicial;

5º) Applicação desse adubo nas quantidades que entender o agricultor, sem perigo de errar por exagero;

6º) Riqueza em magnésia, sem ser excessiva, o que provavelmente será muito util ao caféiro, tais as suas exigências desse elemento.

CONCLUSÃO

Por que mais falar de adubos organicos — ainda que só tenhamos alludido a eles

muito superficialmente, deixando outros sem menção alguma — em risco de tornar mais exaustiva a leitura d'êste artigo?

Aludamos, enfim, a mais um para em duas linhas satisfazer o prazer de todo o bom brasileiro, que é o de falar mal de seus legisladores.

As tortas oleaginosas, ótimos adubos, riquíssimos resíduos industriais, nunca deveriam ser exportados de um país onde se inicia a pecuária e onde se aventa a cultura intensiva; não obstante elas fogem de nossa terra de um modo que não deveria ser permitido.

Os resíduos de caroço de algodão saem para o estrangeiro aos milhões de quilos, já tendo atingido á cifra de 25 milhões; os caroços de algodão vêm ultimamente ultrapassando a exportação dos primeiros e já alcançaram a casa dos 20 milhões; os adubos animais já entraram para a casa do milhão.

Como se não fosse isso o bastante, assombra a quantidade de farelos que exportamos e que deveriam aqui ficar para a alimentação do nosso rebanho, auxiliando a solução de um dos mais sérios problemas das grandes aglomerações urbanas, como São Paulo e Rio de Janeiro — o leite para a infancia.

Questões economicas, políticas e sociais do café no Espírito Santo

LOPES RIBEIRO

Com uma leve direção geral para nordeste, e a extensão aproximada de 150 quilômetros, correm as divisas do Espírito Santo: ao Norte — com a Baía, pelos talwegs do riacho Dôce e de seus afluentes até Santa Clara: ao Sul — com o Rio de Janeiro, pelo talwegs do rio Itabapoana.

Fecham estas duas linhas, pelo Oriente, também com uma leve inclinação geral na direção de nordeste e a extensão aproximada de 400 quilômetros — o Atlantico; e, pelo Ocidente, com a mesmo direção e quasi igual extensão, paralela á da costa, a linha de breves sinuosidades, e em muitos pontos ainda indefinida — que o extrema do Estado de Minas Gerais.

Quem, dentro da moldura deste quadrilatero, buscasse alturas donde com o olhar pudesse abraçar toda a terra que nêle se comprime, certamente que subiria o rio Itapemirim até o Alegre, daí ganharia o curso tormentoso do Braço Norte direito e de seus últimos afluentes, indo esbarrar-se com o vulto gigantesco do Caparaó.

Fraldejando o gigante, galgaria, por sendas asperas e tortuosas, o Pico da Bandeira, a 2.959 metros de altitude.

Sentiria daquela altura dominante, lançando os olhos em torno, que as massas interiores em fusão, de afastada época geológica, impelindo all com maior força a crosta terrestre, teriam feito desse ponto o núcleo do sistema de montanhas que denominamos — Cadeia Oriental ou Serra do Mar.

Alongando a vista para sentir as belezas do painel que este quadro emoldura se lhe depararia, para os lados Septentrião, a chapada feraz que sobe levemente ondulada das dunas solitárias de heira-mar para o interior, e á qual abraçam, delimitando-a, pelo lado do Norte — o riacho Dôce e o Itatunas e, pelo do Sul — o São Mateus; o primeiro — uma arteriola, recente e convenionado limite provisório, na sua maior parte, com o Estado da Baía, alimentada pelas lagunas de dupla vasção que umas ás outras se succedem á margem do Mucuri; o terceiro, arteria assás possante, cujas nascentes mais remotas se perdem em vastissimo território, coberto inteiramente de misteriosa mata virgem, ainda indiviso, propriedade deste Estado e do de Minas, amigos ambos, e embora o último seja mui grande e poderoso,

certamente não influirá, por ocasião da partilha e lançamento da linha divisória, para alguma decisão menos justa.

Procurando abranger com o olhar o conjunto das terras que demoram ao Sul do São Mateus notaria, no primeiro plano, á esquerda, a sucessão de elevadas cumeadas, mais ou menos alinhadas como uma cordilheira, comumente denominada — Serra dos Aimorés, da qual saem contrafortes, um dos quais se insinuando entre os rios — Braço do Norte e Braço do Sul, do São Mateus, recebe o nome de Serra Pipinae e o outro, sob o nome de Serra do Cunha — mais poderoso, mais amplo de maior extensão, contornando aquele Braço Sul e ocupando com os seus contrafortes secundários e terciários, de varias denominações, dois terços das terras altas que jazem entre aquele rio e o rio Dôce, lhes serve de divisor de aguas.

Prolongando-se na direção do mar, umas mais que as outras, as terras altas desse divisor — cujos rebordos, a partir do trecho mais extenso, ao Norte, vão successivamente se retraindo em curva até as proximidades de Colatina — sobranceiam ellas, a imensa planície aluviônica do antigo delta do rio Dôce e do ainda mais antigo golfo, que devera ter all existido e que o poderoso rio, associado aos que desciam daquelle planalto, como o São José e outros, levaram milénios para aterrar parcialmente.

Caraterizando essa conquista aluvial e a sua imensidade, restam aí, desenvolvendo-se em sentido crescente de tamanho, em uma e outra margem do rio Dôce, poucas legoas a jusante de Colatina — série de lagoas, algumas delas de notável grandeza, como a Juparaná e a Monsará, á margem esquerda, e a Aguiar e a Dourada, á margem direita; e, para além delas, ao norte até as proximidades da Barra do São Mateus e, ao sul, até perto de Santa Cruz — os brejais e os nativos hervosos das terras já consolidadas.

Do pico da Bandeira, com o alcance e agudeza de seu olhar de aguia apocalítica, notaria o curioso observador all colocado — que após haver rompido na Cadeia Oriental estranho e singular boqueirão, a caudal volumosa do Rio Dôce, descendo rapida e ululante por cachoeiras e corredeiras, cavara neste Estado, dividindo-o ao meio, amplo, profundo e pitoresco leito.

A partir do Riacho Dóce e o Itaúnas, até a riba esquerda do majestoso rio, o olhar ondula suavemente, consoante o relevo pouco pronunciado desse trecho, por sobre a densa e selvagem floresta que o cobre em toda a extensão.

Banhada pela luz, a tonalidade mais clara das alturas alterna com o verde negro dos vales, como o brilho fosforescente e tremulo das lagôas, branco prateado das dunas e o azul metálico do mar longínquo.

Outra paisagem, mais movimentada, porventura — mais grandiosa, vai o observador descobrir no trecho que vai da margem direita do rio Dóce ao Itabapoana.

O sublevamento da crosta terrestre, que criou dentro desta parte do Estado o sistema de montanhas que lhe é peculiar, tomou a forma de um fantástico monstro radiário, cujo núcleo ou eixo é, como já dissemos, o massiço alpestrico Caparaó.

O mais altaneiro e dilatado de seus troncos emergentes tomou a direção nordeste vindo a receber o nome de Serra do Engano, mas, em certo ponto, infletindo diretamente para Leste e diminuindo sucessivamente de porte, toma os nomes de Serra do Campo e Serra Grande.

No trecho, ainda elevado, da Serra do Campo, um ramo se destaca na direção Nordeste sob o nome de Serra das Tabócas e se prolongando nesta mesma direção recebe os nomes de Serra da Baunilha e Serra do Triunfo.

Da Serra das Tabócas um ramo se dirige para Sudeste com o nome de Serra do Timbuí.

Do grande tronco — Serra do Engano, um ramo poderoso, dirigindo-se também para Leste paralelamente à Serra do Campo, toma o nome de Serra do Castelo, a qual se prolonga sob os nomes de Serra de São Benedito, Serra Richmond e Serra Guarapari.

Estas serras formam, no seu conjunto, o grande divisor que separa as águas que vertem para o rio Dóce, Piraguê-Assú, Fundão, Timbuí, Santa Maria e Jucú, das que vertem para o Benevente, o rio Novo e o Itapemirim.

Nos altos vales formados por todas estas serras e seus contrafortes as altitudes mais comuns se aproximam da média de 500 a 600 metros, porém, no alto da Serra da Onça, da Serra do Alambique, nas divisas do Jucú e Lamego e no alto da Serra do Engano as altitudes sobem, respetivamente, a 938, 1.063 e 1.115 metros.

Do massiço do Caparaó partem, para Oeste, do lado de Minas, vários troncos que não nos interessa descrever.

Na divisa dos dois Estados, um outro tronco, sob o nome de Serra de Catana, expandindo-se na direção do Sul, separa as

águas do Carangola e do Muriáé, em Minas e no Estado do Rio, das águas do Itabapoana; na direção do Sul e Sudeste e em seguida curvando-se para Leste, outro tronco parte tomando sucessivamente as denominações de Serra dos Pilões dos Puris e do Itabapoana, separando as águas do Itabapoana das do Itapemirim e prolongando-se na direção do mar toma, entre os afluentes Muqui do Norte e Rio Preto, o nome de Serra da Muribéca.

A não ser a parte já descrita da planície aluviônica da margem direita do Rio Dóce, os vales, de diferente grandeza, da parte inferior dos rios que desaguam diretamente no Oceano, e as chãs, aqui siliciosas e ali turfosas, que ligam esses rios de foz em foz, á quem do Rio Dóce, justamente distingue-se o lado Sul do Estado, para pelo relevo mais acidentado de suas terras.

A indefinida contorsão das altas serranias e de seus ramais inferiores, obrigando os cursos d'água a rodea-los nas mais caprichosas direções, fez que cada palmo da gleba desta parte do Estado viesse a ser abundantemente irrigada.

A selva agreste do alto chapadão do Caparaó e das fraldas dos penhascos, que nele se levantam em tragicas posturas, contrasta com a robustez da flóra que occupa toda a terra em derredor, até onde a vista alcança, e que sóbe, imponente, pelos vales acima.

No acentuado relevo deste vasto horizonte de verde mataria e procurando aí outras particularidades, a vista descobre, de quando em quando — ora no dorso, ora pelas abas escarpadas das montanhas e no fundo dos vales — os desnudos penhascos, como arrojados graficos graníticos simbolizando os alevantados destinos desta terra privilegiada e lembrando ao mesmo tempo vedêtas eternas, imóveis, vigiando pela inviolabilidade das 50 legoas da antiga posse do donatario Vasco Fernandes Coitinho.

E como se compreendera a necessidade de organização de forças para manter a inviolabilidade daquêlê território e, ao mesmo passo, habilitar os seus habitantes com elementos capazes desenvolver a riqueza, o conforto e a beleza do trabalho inteligente, fecundo e civilizador, inumeros regatos, saldos da raiz dos altos montes e vindos de todos os recantos, descem por fragas e precipios e logo adiante se fazem, em seus leitos de pedra, torrentes rumorosas, as quais, se associando em caminho umas ás outras e crescendo cada vez mais — se tornam rios impetuozos, que rompem em clamor os obstaculos que lhes opõe a rude natureza e, pelo rasgado das quebradas profundas, se despejam em grandes águas, criadoras de imensa energia industrial.

Els, em largos traços, a terra feracíssima.

Vejam os que conseguiram dela os seus habitantes.

Eles são, realmente, a princípio, muito poucos.

Orgavam, em 1856, de acôrdo com o censo realizado por iniciativa do dr. Tristão de Alencar Araripe, pelo numero de 48.893 habitantes, dos quais, eram livres, — 36.793 pessoas escravas — 12.100.

O recenseamento geral do Imperio, em 1872, reificou aquêl numero para 82.137 habitantes, sendo — 59.478 livres e 22.659 escravos e figurando, pela primeira vez, 4.191 estrangeiros.

Em 1900, o recenseamento achou 176.847 brasileiros e 32.936 estrangeiros, somando um total de 209.783 habitantes, dos quais, os do sexo masculino, entre as idades uteis de 21 a 69 anos, montavam a 40.224 homens.

O número dos habitantes do Estado é, ainda hoje, assás reduzido.

O recenseamento de 1920 encontrou 457.328 habitantes inclusive 18.754 estrangeiros.

Ainda não chegam, nem ao menos para os trabalhos culturais dos 237.934.899 pés de café existentes, porque, realmente, para empregarem sua áttividade naquella lavoura, no funcionalismo público, no comércio, na navegação, nos transportes, nas indústrias grandes e pequenas, a população masculina do Estado, entre aquellas idades de 21 a 69 anos, era, segundo o último recenseamento, de 96.276 homens.

Os cálculos realizados para verificação do crescimento normal da população brasileira, entre os anos de 1900 a 1920, encontrou a taxa de 2.94 %.

Tomando por base os 96.276 homens do último recenseamento e fazendo, sob a taxa de 2.94 %, o calculo do crescimento anual e proporcional da população masculina do Estado, acharemos o número de 2.830 homens.

Multiplicado êsse número pelos sete anos decorridos e somando á população achada em 1900, temos o número de 116.086 para a áttual população masculina do Estado, entre as idades de 21 a 69 anos.

O processo de evolução econômica, social e política do Espirito Santo não difere, em suas grandes linhas, do que alhures, em outras divisões administrativas do Brasil, si veio a realizar sob o impulso, a princípio, da energica raça portuguesa, que aqui se estabeleceu, auxiliada pelo braço robusto dos áttivos africanos e, depois, no decorrer dos tempos, pelos immediatos descendentes, puros ou mestiçados, de uma e outra raça.

Certamente que êsse processo evolutivo se realizaria mui lentamente si, sem o con-

curso de elementos estranhos, houvesse de contar sómente com o resultado do trabalho da pequena colmeia humana, que aqui se desenvolveu, e do aumento natural de sua população, por mais prolifica que fosse.

Já os balanços, em época assás afastada, haviam descido e se localizado com seus escravos no litoral Norte do Estado, na Barra, e ás margens do rio São Mateus, a pequena distancia de sua foz.

Vieram, em seguida — os fluminenses, porque em sua provincia, as melhores terras, a partir de certa época de sua história, já se achavam no domínio particular dos grandes senhores e, depois, — os mineiros, fugitivos, alguns, da revolução de 1848, outros, descidos de seus chapadões semi-áridos, á busca de terras mais férteis e ainda outros — procurando homisio, como ainda hoje acontece, de seus crimes, na vasta floresta que então cobria o interior de quasi todo o Espirito Santo.

Invadiram-no pelo Sul e Oeste mais de uma vez, em levas successivas, com suas famílias, agregados e escravos, ocupando, por occupação primária, as terras devolutas de todo o vale de um riacho, ou mesmo de um ribeirão, de que se faziam posseiros.

Novos latifundios se estavam formando, por êste processo, em todas as provincias do Imperio.

A lei de terras de 1850, procurando remediar êsse estado de coisas e extremar o domínio público do particular, permitiu a legitimação dessas posses, cuja área não poderia, entretanto, exceder de uma sesmaria.

São êsses os verdadeiros desbravadores da terra Espirito Santense.

Braz Rubim, que deveria ter escrito as suas "Memórias" em 1825, dando noticia do estado da agricultura do Espirito Santo, mostra que a sua principal cultura, por aquella época, era a cana de açúcar — como fazia prova a existência de um número regular de engenhos e engenhocas situados em Itapemirim, Vitória, Serra, Nova Almeida e Santa Cruz, seguindo-se, em valor, o cultivo de varios cereais e tentando-se o do cacau, que era "plantado em alguns sitios e chacaras próximos do litoral".

Rubim, porém, desencorajava êssa cultura, que hoje vai invadindo as margens do Rio Doce, pois escreve — que o cacau "nunca poderia competir com a produção das Provincias do Pará e do Amazonas", onde êle está em seu país natal.

Referindo-se a outras culturas novas o mesmo escriptor diz: "ensaia-se a cultura do trigo em Vianna e recomenda-se a cultura do café para as vilas do Norte; ambos prometem uma nova fonte de riqueza, e muitas occupaões industriais".

E intensificou-se, realmente, a propaganda para o plantio do café.

Dêsde logo o aço do machado desbravador, no atan pertinaz de vencer a resistência feroz dos cernes seculares, entrou a entoar um cantico monossilábico e selvagem, que o éco monotona e intensamente repetia...

As clareiras se obrigam, lentamente, sob a ação tenaz das formigas humanas e pelas encostas das montanhas, das colinas e dos outeiros e o largo espraiamento dos vales, os pés de café, insolentes e pequenos começaram a vicejar sob a contemplação arrogante das arvores colossais.

E por todos estes largos trechos, os cafézais floriam em um encantamento garrido, para, afinal, pompeando na vitória vermelha de seus frutos, desafiarem com galhardia, a flôra brasileira, para a conquista do mundo, aromatizando o labio no seu beijo e tonificando o coração do homem.

Da estatística referente á exportação do café do Espirito Santo, tomo alguns dados para, numa rapida comparação, mostrar o formidável desenvolvimento que tomou, de certos anos para cá, a sua cultura.

Exportamos nos quinquênios:

	Sacas
de 1845 a 1849	102.468
de 1853 a 1857	169.231
de 1858 a 1862	234.172
de 1869 a 1873	635.007

Vejamos, agora, nos quinquênios seguintes:

de 1903 a 1907: 2.736.873 sacas no valor	
de	88.981:391\$911
de 1931 a 1917: 3.630.233 sacas no valor	
de	91.758:496\$705
de 1913 a 1917: 3.630.233 sacas no valor	
de	119.308:713\$568
de 1819 a 1922: 4.460.064 sacas no valor	
de	293.920.972:651

Nos quatro anos de 1923 a 1926 produziu: 4.813.172 sacas no valor de 713.437:338\$687.

A insuficiência dos dados estatísticos não impede, todavia, que dêles resalte a toda a evidencia a incomparável ascensão econômica da lavoura caféira do Estado, por conseguinte — a prosperidade de seus habitantes e, ainda como um corolário necessário — a crescente prosperidade do aparelhamento econômico-financeiro do Estado.

Provido com os elementos que lhe tocam por meio dos impostos nesta prosperidade geral, a atenção do govêrno é solicitada para a variedade e complexidade dos assuntos de interesse público, cada qual mais urgente, nascidos daquela mesma prosperidade, que êle é chamado a encaminhar e resolver.

E', porém, manifesta, a impossibilidade de solucionar todos êles ao mesmo tempo.

Por isso, o govêrno átual se vai politicamente orientando segundo o critério de que — sendo a questão preliminar a demonstração da maior utilidade de determinados serviços públicos e, por conseguinte, da necessidade de sua execução — só lhe resta, de acôrdo com o conceito do inolvidável sr. Teixeira Mendes "envidar lealmente todos os esforços para executá-los, preferindo sempre os mais uteis aos menos uteis".

Entre os mais uteis figura, sem nenhuma dúvida, a feitura de rodovias em direção ás estações de ferro e portos, de maneira a permitir que os produtos possam sair rapida e economicamente para os mercados.

Daí, o esforço e o capital dispendidos na transformação de Vitória com a abertura de novas ruas e avenidas, nas quais vão surgindo diariamente imponentes estabelecimentos bancários, industriais e do alto comércio, seguindo-se a construção de seu porto á custa do próprio Estado, a sua ligação por estradas de automóveis aos mais longínquos municipios do interior, o lançamento da ponte que atravessa o Rio Doce em Colatina e o traçado da estrada de ferro que desta última cidade irá demandar o vale de São Mateus em Nova Venécia.

As rodovias não são mais uteis só porque permitem o aproveitamento e cultura de novas terras e a saída fácil e barata dos produtos para os seus mercados: — elas são, ainda, porque permitem levantar escolas por toda a parte e levar as garantias de um policiamento eficaz a todo o interior, ambos fatores poderosos, sinão indispensáveis á evolução intelectual, moral econômica e política do Estado.

Não existe, propriamente, uma questão social proveniente do café.

As questões sociais que poderíamos ter herdado, de épocas passadas, foram resolvidas de um modo quasi radical pela substituição do grande propriedade sesmeira pela pequena.

Os fatores que determinaram essa transformação foram, a princípio, a divisão da grande propriedade, após a morte do senhorio, por seus herdeiros; em seguida, a emancipação dos escravos que desorganizou completamente o trabalho e, mais tarde, a grande queda dos preços de café, que desceu, em muitas zonas do Estado, ao preço infimo de 3\$000 a arroba, ainda assim não achando comprador.

O segundo e o terceiro fatores foram decisivos para o retalhamento da grande propriedade e o estabelecimento definitivo do pequeno agricultor nacional e estrangeiro nas terras assim divididas, nas colônias que foram criadas e nos pequenos lotes de terras devolutas compradas a baixo preço.

No sistema da grande cultura, salvo nos tempos modernos em que o aparelhamento da mecânica agrícola, demandando, entretanto, a imobilização de grandes capitais, supre o número de braços — o trabalho não podia deixar de ter por base a escravidão, enquanto que, no sistema da pequena cultura, o trabalho do pequeno agricultor e de sua família são suficientes para mantê-la e gradualmente desenvolvê-la com pouco capital: — os cereais e a pequena criação bastam para sustenta-lo e á familia; a venda do café para supri-lo do vestuário e dos seus rudimentares instrumentos aratórios.

Esses fatos tiveram uma grande repercussão no desenvolvimento comercial do Estado e no estabelecimento da grande e da pequena indústria.

Outrora, no regime da grande propriedade, era o próprio fazendeiro quem abastecia seus escravos e, posteriormente, os colonos da fazenda.

Tinham comissários no Rio, que lhes emprestavam capital para movimentar a lavoura e a quem vendiam toda a safra.

Reduzidas em todos os Municipios as grandes propriedades, estabelecidas em todos éles o pequeno agricultor, era natural que se desenvolvesse grandemente o comércio local.

Foi efetivamente o que se verificou, desaparecendo o comissário que veio a ser substituído, na sua função de fornecedor de capitais, pelas agências bancárias na Vitória e nos grandes municipios do interior.

A aquisição fácil e barata de uma propriedade, embora pequena, a localização do humilde trabalhador rural em seu sítio, a prosperidade que os altos preços do café lhe tem trazido, criaram para o Estado e seus habitantes condições de uma estabilização social de tal ordem, que dentro dele serão de todo incompreendidos os ideais comunistas.

A tése — “Questões econômicas, sociais e políticas do café no Espírito Santo”, comporta grande desenvolvimento.

Mas não poderia estar na idéa d’O JORNAL, ao pedir-me que escrevesse sobre aqueles assuntos, senão um resumo deles.

E’ o que penso ter feito neste artigo.

A Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais e o café

Procurando realizar o seu vasto programa de atuação em prol do progresso do Estado do Rio de Janeiro, não poderia essa instituição — como guardiã dos interesses gerais da agricultura — deixar de prestar a sua assistência á lavoura cafeeira, de tão alta importancia para a economia fluminense.

Identificada com os seus interesses, animada do proposito de ampara-la por todos os meios o seu alcance — ainda escassos, apesar de cada vez maiores — tem, com efeito, aquella Sociedade, nos seus anais, atestados eloquentes do vivo empenho com que vem pondo em fôco e enfrentando os problemas que, direta ou indirectamente, se relacionam com a cultura, o comércio e a defesa do café.

Não é nosso intuito minudenciar, sob todos os aspectos, o que, nesse particular, tem sido realizado pela Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais — o que seria difficil, embora conte ella, apenas, 6 anos de existência — dedicados á coordenação do labôr da classe de que é órgão central no Estado do Rio, e em cujo seio, como entre as congêneres, goza de grande prestigio e posição de destaque, conquistados pelos constantes esforços dos seus dirigentes.

É justo, porém, que, comemorando o Segundo Centenario da cultura do café no país, — que á terra fluminense e a esse produto deve tão consideravel contingente de progresso — assinale o papel desempenhado por aquélla benemérito agremiação, nessa esfera de atividade.

Para isso bastaria trazer á luz da publicidade os documentos do seu já volumoso arquivo, referente a algumas das questões por ella abordadas — agindo como instrumento dos interesses rurais, orientando, conduzindo e sugerindo soluções, com patriotismo e clarividência.

Como demonstração desses propósitos é natural que se lembre haver partido do seu seio a idéa da convocação de um "Congresso de Municipalidades e Economia Rural" — para estudo em conjunto, pela intetualidade fluminense, de problemas capitais á vida administrativa, econômica e social do Estado do Rio de Janeiro.

Por deliberação tomada, em sessão de 14 de Agosto de 1932, deu essa sociedade, ao seu 1º Vice-Presidente, Dr. Eurico Teixeira

Leite, que desde 3 de Novembro de 1922, no impedimento do Deputado Ranulpho Bocayuva Cunha, a vinha presidindo, a honrosa incumbência de organizar o programa desse Congresso.

Desempenhado esse encargo traçou elle o seguinte:

1ª PARTE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- I — Organização Municipal.
- II — Organização dos orçamentos municipais.
 - a) regimen tributário;
 - b) empréstimos;
 - c) applicação da receita.
- III — Fiscalização financeira, Contabilidade.
- IV — Policia Municipal, rural e urbana.
 - a) delittos e contravenções rurais. Caça, pesca, floresta, queimadas;
 - b) defêsa contra os insetos e outros animais nocivos;
 - c) fiscalização de leite e outros produtos agrícolas;
 - d) defêsa e fiscalização sanitária dos animais;
 - e) defêsa e fiscalização sanitaria vegetal;
 - f) hygiêne, saneamento, profilaxia, repressão do alcoolismo;
 - g) habitações rurais e urbanas;
 - h) habitações coletivas;
 - i) fábricas;
 - j) esgotos;
 - k) remoção de imundícies, fiscalização de escrementos;
 - l) saneamento;
 - m) profilaxia das molestias transmissiveis.
- V — Assistencia — Amparo a menores abandonados, Patronatos Agrícolas.
- VI — Ensino primário e profissional, industrial, agrícola e veterinário;
 - a) escotismo;
 - b) escolas domesticas;
 - c) escolas perminentes e ambulantes.
- VII — Obras publicas, viação e transporte — Da necessidade de uniformização, da materia legislativa sobre estradas de rodagem.
- VIII — Quédas dagua: energia elétrica illuminativa e industrial.

IX — Comércio e Industria:

- a) funcionamento;
- b) fiscalização;
- c) feiras regionais;
- d) mercados públicos;
- e) matadouros.

X — Estatística e recenseamento:

- a) inqueritos economicos, planta cadastral;
- b) serviço de informações;
- a) inqueritos economicos, planta exploradores de indústrias conexas.

2ª PARTE

ECONOMIA RURAL

— A —

I — Asenteismo e exodo rural.

I — Regime do sólo; bem de familia.

Registro Torrens.

III — Colonização.

IV — Fiscalização financeira, Contabilidade.

V — Policia Municipal, rural e urbana:

- a) delitos e contravenções rurais. Caça, pesca, floresta, queimadas;
- b) defesa contra os insetos e outros animais nocivos;
- c) fiscalização de leite e outros produtos agricolas;
- d) defêsa e fiscalização sanitária dos animais;
- e) defêsa e fiscalização sanitária vegetal;
- f) higiene, saneamento, profilaxia, repressão do alcoolismo;
- g) habitações rurais e urbanas;
- h) habitações coletivas;
- i) fábricas;
- j) esgotos;
- k) remoção de imundicies, fiscalização de esturmeiras;
- l) saneamento;
- m) profilaxia das molestias transmissíveis.

V — Assistencia. Amparo a menores abandonados, Patronatos Agricolas.

VI — Ensino primário e profissional, industrial, agricola e veterinário:

- a) escotismo;
- b) escolas domesticas;
- c) escolas permanentes e ambulantes.

VII — Obras públicas, viação e transporte — Da necessidade de uniformização, da materia legislativa sobre estradas de rodagem.

VIII — Quêda d'agua: energia elétrica illuminativa e industrial:

- a) funcionamento;
- b) fiscalização;
- c) feiras regionais;
- d) mercados públicos;
- e) matadouros.

X — Estatística e recenseamento:

- a) inqueritos economicos, planta cadastral;
- b) serviço de informações;
- c) registro de lavradores, criadores e exploradores de indústrias conexas.

I — Abastecimento e exodo rural.

II — Regime do sólo; bem de familia; Registro Torrens.

III — Colonização.

IV — Organização do trabalho rural:

- a) contratos participacionismo;
- b) salários;
- c) horas de trabalho;
- d) bolsas de trabalho;
- e) conselhos e tribunais de conciliação e arbitragem;
- f) seguro contra accidentes de trabalho agricola.

V — Repressão de vadiagem.

VI — Aliciamento de trabalhadores agricolas.

VII — Cercas e tapumes.

EXPLORAÇÃO DAS INDUSTRIAS

— B —

I — Assistencia técnica.

II — Contabilidade agricola.

II — Comércio dos produtos agricolas.

IV — Indústria açucareira, alcool industrial.

V — Indústria salinera.

VI — Fruticultura.

VII Avicultura.

VIII — Selvicultura e indústria florestal.

IX — "Indústria Cafeeira".

X — Pecuária.

XI — Indústria de laticínios.

XII — Piscicultura.

ECONOMIA INDIVIDUAL COLETIVA

— C —

Mutualidade e previsão

Credito agricola: móvel ou imobiliário, Warrants agricolas e comerciais, Mutualismo, Sindicalismo e Cooperativismo, concentração e federação. Seguro agricola.

FOMENTO AGRÍCOLA

— D —

- I — Transportes ferroviários e rodoviários; fluviais e marítimos.
- II — Irrigação.
- III — Campos de experimentação e seleção.
- V — Estações agronômicas e laboratórios
- V — Estações agronômicas e laboratórios agrícolas.
- VI — Sementes, mudas, fertilizantes.
- VII — Prados artificiais, fenação e ensilagem.
- VIII — Estações de monta.
- IX — Banheiros carrapaticidas.
- X — Marcas de animais.
- XI — Registro genealógico.
- XII — Exposições feiras, mostruários permanentes.
- XIII — Informações meteorológicas.

DEFESA RURAL

— E —

Preservação dos homens, dos animais úteis á lavoura, das culturas e matas.

Profilaxia Rural — Oportunidade de uma intensa campanha contra o analfabetismo, o alcoolismo, a anquilostomíase e a formiga.

Organização técnica administrativa de um serviço de combate á formiga.

A' Comissão, constituída pelos srs. Othon Leonardos, Ranulpho Bocayuva Cunha, Creso Biaga e João Varzea, nomeada, pela Diretoria da Sociedade, para entender-se com o Presidente Feliciano Sodré, sobre a convocação desse Congresso, prometeu S. Ex. emprestar-lhe todo o apoio que, efetivamente dispensou tomando a deliberação n. 104 de 30 de Agosto de 1921, justificada por uma série brilhante de "consideranda", nos quais se reflete o seu apurado e clarividente patriotismo. A Sociedade Fluminense de Agricultura foi distinguida, na pessoa de seu Presidente, Dr. Eurico Teixeira Leite, com a inclusão deste na Comissão Organizadora do Congresso das Municipalidades do Estado do Rio de Janeiro.

Havendo sido nomeado para a comissão organizadora do Programa de Téses, o Dr. Eurico Teixeira Leite, propoz, que entre ellas, figurasse a seguinte:

"Como restaurar as antigas lavouras de café, hoje improduttivas, de fórma a valorizar o solo e aumentar a produção do Estado?

— Como generalizar o emprego dos adultos indispensaveis? — Relatando esse tema, como membro da Comissão da Agricultura e Pecuaria do Congresso, emittiu o Dr. Eurico Teixeira Leite o seguinte parecer:

"As terras do E. do Rio de Janeiro, havendo sido exploradas empirica e extensivamente no momento mais agudo do dellrio rubinceo, ficaram enormemente desvalorizadas com a decadencia da cultura do café, determinada sobretudo pelo esgotamento do sólo.

Para esse fáto concorreu, sobretudo, a desorganização do trabalho agrícola — consequente ao golpe contra elle vibrado pela lei de 13 de Maio de 1888. A deficiência de braços forçou os nossos lavradores a fazerem a cultura simultanea de especies vegetais que, assimilando os mesmos principios quimicos, sem as necessarias restituções — vampirizaram o sólo. As antigas e florescentes lavouras caféiras succederam campos exaustos e em abandono.

Acentuando-se o exodo rural, pela atuação de multiplos e complexos fatores cuja enumeração não vem a pêlo fazer — os agricultores, financeiramente depauperados, transformaram-se em criadores pelo instinto de conservação.

Essa volta á industria pastoril que, considerada em abstrato, constitue involução, retrocesso, assume, no caso vertente, aspêto de evolução; representa a passagem de um estado de estagnação e desanimo para o de

A predominancia acentuada dessa tendência antecedeu de pouco ao periodo actual, francamente agro-pecuaria, assinalando, de modo geral, pela policultura, mais ou menos extensiva, de terras planas e pela expansão dos rebanhos em pastagens montanhosas.

A esse pendor, provocado pelas condições do meio, é preciso favorecer-se de modo racional e pratico, lançando-se mão de medidas que possibilitem a restauração das antigas lavouras de café, que aumentem a produção do Estado e que reduzam ao mínimo a devastação das nossas já minguidas reservas florestais — para novos plantios daquella rubiacea — perfeitamente cultivavel em terra já desnudada, desde que a agronomia intervenha com sua técnica moderna — de modo pratico e eficiente.

A fonte mais segura da nossa prosperidade reside na exploração agrícola do sólo — e, nesse particular, a cultura do café representa ainda papel preponderante.

Necessario, antes de tudo, é facilitar aos nossos agricultores os meios de adquirir conhecimentos profissionais que os tornem capazes de tirar do seu patrimonio o maximo rendimento, libertos dos costumes rotineiros e primitivos a que, em regra, estão escravizados.

Parece que já é tempo e azado o momento para instituirmos no Estado o ensino profissional agrícola — teorico e pratico — ade-

quando ás nossas condições nesologicas e difundido intensamente no meio rural.

Na impossibilidade, que parece manifesta, de criarmos simultaneamente o ensino agrícola profissional para a formação do operariado, da classe dirigente (capatazes, administradores, etc.) e instrução técnica dos proprietários — seria de enorme alcance, para solução do problema em apreço, a fundação de uma Estação Agronômica, que fôsse simultaneamente um instituto de química agrícola provido de um corpo docente fixo e ambulante, que se dedicasse especialmente ao melhoramento de nossas terras de cultura e ao levantamento de nossa carta geologica e climatologica.

Como o Congresso das Municipalidades não se propõe a examinar problemas científicos, mas, encaminhar a solução, por meio de conclusões e sugestões de problemas atinentes á administração pública, agrícola, pecuária e econômica rural, etc., sob o ponto de vista de suas correlações com a atividade administrativa dos poderes federais, estaduais e municipais — não viria a pêlo ventilar a questão da restauração de terras de café sob seu aspecto meramente técnico, que constitue capitulo difficil, da física, da química e da bio-química agrícola.

Encarando o assunto sob êsse prisma a Comissão da Agricultura e Pecuária, depois de verificar a conexão dos temas contidos nas teses III e IV — de respectiva secção e de lêr com o maximo interesse a memoria que a respeito apresentou ao Congresso o Sr. Francisco Perlingeiro, é de parecer que eia deve ser incluída nos Anais, por conter subsidio técnico apreciavel — mas, rejeitando, pelos motivos expostos a ilações do seu autor, cuja atividade louva e aplaude, emite a respeito as seguintes conclusões:

"I — E' da maxima conveniencia que o govêrno do Estado promova, com especial interesse, o estudo de geologia agrícola, e a classificação do solo das diversas regiões fluminenses, segundo as suas propriedades físicas, químicas, físico-químicas e caracteres bio-químicos — para que, pela restauração, feita de modo científico, sejam rejuvenescidas as antigas lavouras de café, e cultivadas, de fôrma produtiva, as terras ora em abandono.

II — Considerando o grande alcance pratico, sob todos os pontos de vista, das cartas geologicas e climatologicas, seria de toda conveniencia o levantamento das do Estado do Rio de Janeiro.

III — Para a solução prática dêsses problemas seria conveniente a instalação de uma Escola de Agronomia — central — que fosse a um tempo instituto de química agrícola, provido dos necessarios laboratorios, apare-

lhados convenientemente para a análise de terras.

IV — Conviria que dispuzesse de corpo docente fixo e de professores ambulantes capazes de ministrarem instrução aos lavradores localizados fóra do raio de ação direta da Estação Agronômica e que ensinassem, notadamente, o modo e época do emprego de adubos químicos e organicos, os processos de rotação e afolhamento, etc.

V — Conviria que o professorado ambulante, auxiliado pelo pessoal fixo da Estação Agronômica, procedesse ao levantamento das cartas geologicas e climatologicas lo Estado.

VI — Seria conveniente que por todos os meios, diretos e indiretos, os govêrnos federal, estadual e municipal procurassem baratear o curso dos adubos, subvencionando o govêrno do Estado a primeira fábrica de nitrogeneo que se criasse no Estado para o aproveitamento do azoto atmosferico.

VII — A compra em grosso pelo Estado e Municipios e associações agricolas, de fertilizantes e adubos — para fornecimento aos lavradores pelo preço de custo, seria meio pratico e comodo para facilitar a sua applicação.

VIII — Seria conveniente que os lavradores, por intermedio das Prefeituras e das Sociedades de agricultura ou diretamente — remetessem aos laboratorios officias de química — amostras de suas terras — para análises dos corretivos necessarios á exploração produtiva de determinada cultura.

IX — Seria conveniente que os poderes públicos — notadamente municipais — promovessem intensa propaganda dos modernos processos agronômicos.

X — Seria conveniente o maior desenvolvimento dos "campos de cooperação" e a utilização frequente do cinematografo como meio de propaganda e diusão de tecnica agrária.

XI — Para o efeito de propaganda, por todas as suas fôrmas é de alta conveniencia o amparo official á sociedade e associações agricolas regionais.

Sala das Comissões, 19 de Outubro de 1934 — Eurico Teixeira Leite, relator. — Oscar Fontenelle — Lima Camara."

Como era natural esperar, a Sociedade Fluminense de Agricultura dedicou a sua melhor atenção ao problema do combate da "stephanodera coffeea".

O assunto foi amplamente discutido em varias das suas reuniões, havendo sido, pelo consocio e hoje 3º vice-presidente da Sociedade, Dr. Fernando de Barros Franco, apresentado, em sessão de 17 de Junho de 1924, a indicação seguinte:

“Indico que a Sociedade Fluminense de Agricultura represente ao governo do Estado do Rio de Janeiro sobre a necessidade urgente de serem tomadas por este, juntamente com o governo federal, medidas tendentes a impedir a invasão do territorio fluminense pela praga que ora invade uma parte dos cafezais de São Paulo.”

Nessa mesma reunião foi o Dr. Eurico Teixeira Leite incumbido pela Sociedade Fluminense de Agricultura de organizar um Projeto de Deliberação Municipal sobre a Defesa Sanitaria Vital — que apresentou em 18 de Agosto immediato, vasado nos seguintes termos:

“Art. 1º — O Prefeito organizará, sob a sua presidencia, com a maxima brevidade, uma “Comissão de Defesa Sanitaria Vegetal”, composta de fazendeiros,

Art. 2º — Os membros da comissão terão autoridade fiscal em materia de defesa sanitaria vegetal, competindo-lhes:

a) a inspeção de todas as culturas, notadamente dos cafezais, canaviais, pomares e agodoais;

b) comunicar ao Prefeito a existencia ou o aparecimento de doenças, insetos ou parasitas, ou de praga vegetal;

c) divulgar instruções praticas sobre os processos preventivos e debeladores de doenças e pragas dessa natureza;

d) prestar concurso á execução de medidas preventivas e debeladoras de doenças e pragas, determinados pelas autoridades federais, estaduais e municipais;

e) autuar os infratores destas posturas e impor-lhes as multas nelas previstas;

f) zelar pela fiel observancia das leis, decretos, regulamentos e instruções estaduais e federais sobre a materia, denunciando ao Prefeito os infratores ou contraventores.

Art. 3º — O municipio será dividido em zonas, ficando cada uma delas a cargo de um ou mais membros da comissão.

Art. 4º — Os proprietarios, foreiros, arrendatarios, usufrutuarios ou ocupantes a qualquer titulo de terrenos rurais ou urbanos, são obrigados, sob as penalidades previstas nestas posturas, a:

a) notificar ao Prefeito a existencia em seu estabelecimento, de qualquer caso que constitua inicio de doença ou praga declarada;

b) executar gratuitamente, dentro de seus estabelecimentos e no prazo que lhes fór marcado todas as medidas de combate á doença ou praga, constantes da legislação, regulamentos, instruções municipais, estaduais e federais — com o pessoal, material, aparelhos e instrumentos de que dispuzerem ou se lhes forem fornecidos pela municipalidade,

peço Estado ou pelo funcionario federal, incumbido da defesa sanitaria vegetal.

Art. 5º — Averiguada a existencia de doenças, insetos ou outros parasitas de plantas, reconhecidamente nocivas ás culturas, o Prefeito comunicará immediatamente o fato ás municipalidades vizinhas e as autoridades estaduais e federais, prestando o seu concurso á execução das medidas por elas determinadas e executando por intermedio de seus agentes e de seus membros da Comissão de Defesa Vegetal, ativa vigilancia sobre a zona declarada infestada ou suspeita.

Art. 6º — Dentro dessas zonas ou para fóra delas será proibido o transito de plantas vivas ou partes vivas de plantas ou outros produtos vegetais atacados, bem como quaisquer objetos succitveis de disseminar a moléstia ou praga, salvo se vierem acompanhados de certificados de funcionarios federais incumbidos da vigilancia sanitaria vegetal atestando haverem sido submetidos ao tratamento prescrito.

Art. 7º — Verificada a existencia da “stephanoderes coffea”, em qualquer ponto do municipio ou nas suas circunvizinhanças, o Prefeito tomará as medidas necessarias a que todas as propriedades cafezeiras sejam visitadas pelo menos uma vez por semana.

Art. 8º — Enquanto não fór, pela aumunicipio de qualquer material que sirva de reconhecida a extinção da praga, será com o maximo rigor, imposta a execução das seguintes medidas:

a) queima ou enterramento da palha ou de todos os detritos provenientes do beneficiamento do café;

b) prohibição de entrada ou saída no municipio de qualquer material que sirva de veiculo á praga, como sejam sacos e sementes, mudas, utensilios e bagagens, sem o necessário e rigoroso exurgo por um dos processos indicados pelo serviço de defesa sanitaria vegetal;

c) o exurgo do café, á medida que fór sendo colhido e antes de ser lavado;

g) a colheita em campo limpo de cafezais, tulhas, veiculos e utensilios de colheita;

c) repasse dos cafezais, de modo a que fiquem limpos de sementes, tanto na arvore como no chão;

f) a eliminção dos cafezeiros em abandono;

g) a colheita em campo limpo de cafezeiros situados, a menos de 50 metros de distancia do eixo das estradas que atravessam os cafezais.

Art. 9º — É expressamente proibido, dentro do municipio o transporte de café atacado do “stephanoderes coffea”, e de inseto, larva ou crisálida que não estiver em alcool, formol, aguardente ou vinagre.

Art. 10º — Não poderão os negociantes, proprietários de máquinas, depósitos de sacaria, distribuir sacos que não tenham sido previamente expurgados.

Art. 11º — O Prefeito fará fiscalizar as estradas de modo a impedir que sem prévio expurgo, entre quaisquer objetos suscetíveis de disseminar a praga.

Art. 12º — Fica proibida a caça de passaros, com exceção dos que se alimentam de grãos de cafeeiros.

Art. 13º — O Prefeito providenciará no sentido de ser ministrado, nas escolas municipais, ensino teórico e pratico, de combate aos insetos e parasitas inimigos da lavoura, notadamente do "stephanoderes coffea".

Art. 14º — No edificio da Prefeitura ou em lugar julgado mais conveniente, a juizo do Prefeito, será organizada exposição permanente de insetos nocivos á lavoura.

Art. 15º — Aos infratôres dessas posturas, serão impostos multas de 100\$ sem prejuizo das penalidades a que estiverem sujeitos, de acôrdo com a legislação federal e estadual.

Art. 16º — Sempre que os proprietarios, arrendatarios, usufruarios ou ocupantes a qualquer titulo de estabelecimento agricolas, acordarem entre si, reunir seus esforços para combate em determinada região, de doença ou praga que não possa ser eficazmente combatida sem generalização de medidas tendentes a êsse fim á área de determinada extensão, o Prefeito solicitará do Ministerio da Agricultura, que declare obrigatorio o combate á referida doença ou praga naquêle perimetro.

Art. 17º O Prefeito promoverá, na fórmula das leis em vigor, a constituição das associações a que se refere o artigo anterior.

Art. 18º — O Prefeito, dentro dos recursos orçamentarios a isso destinados, fornecerá gratuitamente inseticidas fungicidas a essas associações, desde que êsse material se destine exclusivamente ao combate da praga na crisálida.

Art. 19º — Revogam-se as disposições em contrario.

A convite do culto Ministro da Agricultura, Dr. Miguel Galmon, tomou o Dr. Eurico Teixeira Leite parte na reunião do Conselho Superior da Defesa Sanitária Vegetal, realizada em 12 de Setembro de 1924, colaborando com os Srs. secretarios de Estados, deputados federais, altos representantes do Governo Federal e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro para assentarem uma ação conjunta e eficaz contra aquela praga.

Se sob o ponto de vista da cultura do café e da defesa sanitaria do cafeeiro a ação

da Sociedade se fez sentir de modo eficaz e vigilante, não menores cuidados dispensou éla ao magno problema do amparo dêsse produto nos embates da especulação ou nas lutas da concorrência mundial.

E' assim que, em Maio de 1925, manifestou, por intermedio do seu Secretário Geral, Dr. Creso Braga, enviado especialmente a São Paulo, apoio e regosijo pela criação do Instituto Permanente de Defesa do Café.

O "Jornal do Comércio", de 3 de Março de 1925, publicou o seguinte telegrama que a Agencia Americana expediu para todos os pontos do país, e para a Europa e America:

"S. PAULO, 2 — Esteve na sede das Sociedades Paulistas de Agricultura, Rural Brasileira e Liga Agricola Brasileira, o Dr. Creso Braga, Secretário Geral e delegado especial da Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais, o qual apresentou ás respectivas diretorias vivas e calorosas felicitações pela criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, aparelhamento que atenderá a uma das mais graves e ingentes questões nacionais — a defesa do café — o nosso principal produto.

Na Sociedade Paulista de Agricultura, o Dr. Creso Braga, pronunciou um ótimo discurso, tendo desempenhado cabalmente a missão que lhe foi confiada e havendo interpretado com felicidade os sentimentos de gratidão da agricultura e das industrias rurais fluminenses por ser uma realidade feliz aquêle instituto."

Os malutinos "Correio Paulistano", "Estado de S. Paulo" e "Jornal do Comércio de S. Paulo", de 3 de Março de 1925, tambem noticiaram o apoio da Sociedade Fluminense de Agricultura em termos economicasticos, que muito honram esta instituição.

Logo em seguida, houve em S. Paulo a memoravel reunião dos Estados Cafeeiros, em que assinaram o convenio S. Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio, que se fez representar pela culta competencia que é o Dr. Francisco Corrêa de Figueiredo, atual gerente do Instituto de Fomento e Economia Agricola e antigo inspetôr das Rendas do Estado.

Esse convenio foi aprovado pelo Governô Fluminense, pelo decreto n. 2.173, de 27 de Abril de 1926.

A Sociedade Fluminense de Agricultura, que vinha acompanhando atentamente a marcha dos acontecimentos em torno do magno assunto, apoiou calorosamente a atitude governamental, expedindo, imediatamente, o seguinte officio:

"Exmo. Sr. Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré — D.D. Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

A lavoura fluminense, representada por esta Sociedade, vem, em obediência á indicação aprovada em reunião de sua directoria, apresentar a V. Ex. efusivas congratulações pela expedição do decreto 2.173, que approvou o convênio celebrado com o Estado de S. Paulo, para a defesa do café e regulamentação do respectivo serviço.

Ao expedi-lo, V. Ex. interpretou, hem e fielmente, o sentir e o querer de todos os produtores fluminenses de café, de ha muito certos e convencidos da necessidade imprescindível de uma calabração sincera e eficaz com o Estado de S. Paulo, para a defesa do produto que constitue a pedra angular da economia privada de ambos, e principal fonte de recursos de seus governos. E' tanto mais digno de aplauso o ato de V. Ex. quando, sabe toda a classe, que V. Ex. se opoz tenazmente á criação da taxa de 1\$ ouro, pleiteada pelo Governo de S. Paulo e criada tambem pelo de Minas, e que o esclarecido espirito de V. Ex. considerou como uma demasia tributaria para os fluminenses.

V. Ex. bem compeendeu que não poderiamos assistir, de braços cruzados, como espectadores, ao movimento patrioticamente iniciado em S. Paulo, para a Proteção e Defesa da maior riqueza nacional, cujo futuro, entretanto, precisamos acatellar, se quizermos, governo e lavoura, dar, a nós mesmos, uma prova de capacidade administrativa e de previdencia econômica.

Como complemento de medidas que encerra o decreto acima citado, lembramos a V. Ex. fazer reverter á classe a sobre taxa de 3 francos ouro, criada, em 1906, para defesa do café e que foi sendo desvirtuada até ser incluída na renda ordinaria do Estado.

Criado sob tão auspiciosos intuitos, o Serviço de Defesa do Café em nosso Estado, é curial que, havendo no orçamento uma taxa exportada, sua renda seja destinada aos fins para que foi o mesmo instituído.

Lembra esta Sociedade, para que não haja um desequilíbrio no orçamento do Estado, que no primeiro ano, seja destinado ao serviço do café um dos tres francos arrecadados; no segundo ano dois e no terceiro ano em diante a taxa inteira.

Assim, sem desfalcocar de chofre o orçamento, de uma renda, que, aliás, nunca deveria ter sido incorporada ao mesmo, como ordinaria, porque foi criada e aceita para o fim especial da defesa do café, passará ella a ter o competente destino, formando o fundo de defesa do produto, que indiscuti-

velmente, é merecedor de todo o carinho, por ser o principal do nosso Estado.

Desde que foi instituída a sobre taxa, a arrecadação já atingiu a mais de 30.000 contos, dos quais, como retribuição direta, a lavoura do café recebeu um único ceutil.

Estas breves considerações, certamente, calarão no esclarecido espirito de V. Ex., que não regateará a devida justiça á classe agrícola fluminense, tornando-se, assim, credor de aplausos e do reconhecimento de todos.

A' V. Ex. Sr. Dr. Presidente do Estado, renovamos os nossos protestos de estima e alta consideração. — Eurico Teixeira Leite, Presidente. — Creso Braga, Secretario Geral."

Em 15 de Julho de 1925, na parte introductiva do seu relatorio, referente ao ano social de 1924-1925, o Dr. Eurico Teixeira Leite teve a oportunidade de abordar o tema da defesa comercial dos produtos agricolas e aludindo á politica agricola, á complexidade dos problemas a que ella deve dar solução, escreveu:

"Para que seja acertada depende ella, essencialmente, do estudo diréto e perfeito do nosso ambiente físico, econômico e social, do nosso clima, das nossas plantas e animais — uteis e nocivos — dos métodos de cultura, colheita, preparo, transporte e comércio dos nossos produtos, das falhas da nossa organização sob o ponto de vista de trabalho, assistencia, ensino, finanças, credito e tributos; da intensa divulgação dos conhecimentos científicos necessários á melhor utilização dos nossos recursos naturais, á mais racional e pratica applicação desses elementos e formação de novos; da criação de aparelhos de defesa e propaganda dos nossos principais produtos, assegurando-lhes a expansão, amparando-os nos embates da especulação ou nas lutas da concurrencia mundial, já pela regularização da oferta, já pela mobilização dos valores dos produtos retidos para esse efeito, já pela assistencia, bancaria, para aperfeiçoamento dos meios de produção, por meio de moeda saneada e estável — emprestada á lavoura a longo prazo, com juros modicos e garantia real.

Essa obra grandiosa, para a qual temos voltadas as nossas vistas, atengões e pensamento, não pôde, todavia, ser levada a termo pela simples iniciativa privada, embora esta possa contribuir, sobremodo e por diversas formas, para a sua realização e completo exito.

A ação governamental — nesse terreno — é ainda insuprivel e deve ser exercida, para sua maior eficiencia, por órgãos administrativos especializados. Isso mesmo muito hem compreendeu o benemerito Presiden-

te Feliciano Sodré, creando a Secretaria de Agricultura e Obras Publicas — como instrumento de propulsão da atividade rural — sem deixar de animar e robustecer o espirito associativo da classe agricola.

A esse elevado criterio, devemos o apoio que, para nosso maior prestigio, temos recebido, por parte da alta administração do Estado, e a que temos procurado corresponder, coadjuvando-lhe, na média dos nossos parcos recursos, a bem orientada atuação.

O fomento da agricultura fluminense vai assim deixando de ser esporadico, tornando-se continuo, permanente, e, por isso mesmo, cada vez mais eficaz. Cumpre, porém, não só auxiliar e fazer progredir a produção.

Faz-se necessario resguarda-la das crises, evitar-lhes, em suas várias modalidades, remover, sobretudo, as que flagelam os nossos principais produtos agricolas, defendê-los a tempo e a hora, por meio de aparelho capaz de prestar assistencia prática aos nossos agricultores.

Estes não devem, entretanto, tudo esperar da exclusiva iniciativa governamental e para completa-la, no que possa ser deficiente, devem coligar os seus esforços, concentra-los, associa-los, promovendo, pela eficacia do seu valôr numerico, a defesa de seus interesses, o progresso rápido e seguro da lavoura fluminense, para a gloria de seus diligentes obreiros.

Com esse objetivo o não sem grande somma de sacrificios temos applicado nossa atividade.

Se já, então, a Sociedade Fluminense de Agricultura, falando pela voz do seu presidente, reconhecia a conveniencia do amparo dos produtos agricolas, nos embates da especulação e nas lutas da concurrencia mundial — pela regularização da oferta e pela mobilização dos valores representados por êsses produtos — retidos, para esse efeito e defendidos a tempo e a hora por meio de aparelho capaz de prestar-lhes assistencia nesse terreno, mui logica e coerentemente, veiu ella, a dar o seu decidido apoio á realização dessas idéas, quando o Sr. Presidente do Estado do Rio, em reunião realizada no Palacio do Ingá, na manhã de 1º de Agosto de 1926, as expôz aos seus directores, de um modo brilhante, traçando o plano geral da organização do Instituto de Fomento e Economia Agricola.

Havendo tomado parte nessa conferencia os Drs. Ranulpho Bocayuva Cunha, Eurico Teixeira Leite e Creso Braga, este, na qualidade de Secretário Geral da Sociedade, na reunião havida logo depois, deu conhecimento, a esse sodalicio, do magnifico plano, externando-se nos seguintes termos:

“Havendo o Sr. Presidente do Estado, conforme expoz á directoria desta Sociedade, em linguagem repassada de vibração patriótica, chegado á conclusão de que, á economia fluminense, é indispensavel a criação de um órgão destinado á assistencia ampla e á defesa permanente e immediata dos nossos principais produtos, tomou S. Ex. a iniciativa de sugerir á Assembléa Legislativa a fundação de um instituto a isso destinado.

Não me posso furtar á tentação de reproduzir as palavras com que o eminente Sr. Dr. Feliciano Sodré abordou o assunto e, por isso mesmo, peço aos Srs. consocios, permissão para fazê-lo, lendo os seguintes trechos da mensagem de S. Ex.:

“A assistencia que o poder público deve á agricultura, fundamento de toda a atividade humana, não pôde na sua complexidade, apresentar á primeira vista um aspéto de conjunto. Entretanto, da irradiação administrativa do que temos feito nesta laboriosa primeira metade de gestão governamental, são beneficiarias, diréta ou indiretamente, a todas as classes produtoras, qualquer que seja a esfera de sua atividade — agricola, manufactureira e pastoril — e também aquélas que exercer as funções complementares na circulação e no consumo.

Inspiram-se e, certo, vos inspirarão também, neste anseio pela prosperidade da terra fluminense, o suremo sentimento de fé que nos solidariza no reajustamento politico e econômico do Estado e as respeitaveis tradições historicas com que o consagraram na estima nacional os nossos antepassados. Tão refinadamente apurado é esse anseio pela ascensão do nosso Estado no diagrama politico da Federação, quão levantado é o proposito de estimular, incrementar e desenvolver a riqueza pública, condicionada á mais ampla evolução das forças económicas, cuja latitude e expansão as nossas aspirações de fluminense não permitem limitar, imprescindível, e, portanto, coordenar todos os factores agrológicos, envolventes da lavoura e do campo, no mais estrenuo esforço fisico e mental, que responderá pela segurança de completo exito.

Mercê de Deus, não nos faltam elementos de vitória; a variedade do sólo e do clima, a munificencia e fertilidade das terras, a vitalidade exuberante da natureza, a privilegiada posição geografica do Estado, que envolve, abraçando-o, o maior centro consumidor do país e, acima de tudo, o espirito de ordem, o sentimento de paz e a predileção da nossa gente pelo trabalho, asseguram-na em toda a plenitude. Confie-mos, pois, nos valores intrinsecos de nossa grandezza e procuremos desenvolvê-la, saneando e trabalhando a terra, organizando o trabalho e desenvolvendo o capital. Êsses

três elementos fundamentais da riqueza, acionados por órgãos energicos de um aparelho de propulsão e assistência agrícola, responderão pela capacidade econômica do Estado e farão a prosperidade das populações rurais, levando-lhes a alegria sadia, com o conforto que só o trabalho organizado pôde permitir. Urge, pois, dotar o governo de legislação adequada ao labor da terra, amparado pela solução dos problemas relativos às funções de circulação e de consumo.

Benemerita seria a lei que consubstanciasse esse palpitante ideal de grandeza econômica do Estado do Rio de Janeiro, realizando no seu finalismo o conforto de todos os seus filhos, num Instituto de Fomento Agrícola, firmado nas seguintes bases:

a) promover a prosperidade da economia rural e o desenvolvimento da lavoura pelo fomento da atividade agrícola em relação aos seus principais produtos;

b) facultar empréstimos aos produtores, mediante condições razoáveis de prazo e juro, a juízo da diretoria do Instituto, com garantia do produto depositado em armazéns gerais e reguladores nos portos de Niterói e Angra dos Reis;

c) organizar o serviço de informações, estatística e propaganda do café, do açúcar e do sal e de outros produtos que venham posteriormente desenvolver a riqueza econômica do Estado;

d) instituir, como já o fizeram os Estados de Minas e de São Paulo, as taxas convenientes e necessárias ao empreendimento de operações financeiras para aplicação especial no fomento da economia agrária."

Esse empreendimento grandioso, cujas linhas principais são assim traçadas pelo preclaro Dr. Feliciano Sodré, envolve um plano de atuação que, por sua finalidade primordial, não pôde deixar de merecer apoio de todos aquêles que amam verdadeiramente o Estado do Rio de Janeiro e desejam a sua prosperidade.

Embora a realização dessa idéa imponha a instituição de taxas semelhantes às criadas, para fins muito mais restritos, pelos Estados de Minas e S. Paulo, não lhes pôde contestar a legitimidade, a necessidade e a utilidade — em face do objetivo colimado; o fomento da economia agrária de modo direto e decidido.

E, por isso mesmo, penso, que a Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais, não deve regatear o seu concurso á concessão dêsse patriótico proposito.

A sua coacção não pôde ser posta em dúvida, como é incontestável que, assim procedendo, se mantém no ponto de vista em que sempre esteve e está colocada: a defesa dos interesses fluminenses na esfera econômica."

As palavras do Dr. Creso Braga foram vivamente aplaudidas, ficando deliberado que a Sociedade apoiasse calorosamente a iniciativa governamental da fundação do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro.

Foi, então, endereçado ao Sr. Presidente do Estado, Dr. Feliciano Sodré, o seguinte officio:

"Temos a honra e o prazer de participar a V. Ex. que, em reunião da diretoria, hoje realizada e por proposta do presidente efetivo, Dr. Raulpho Bocayuva Cunha, aprovada sob calorosos aplausos e unanimemente, ficou resolvida a inserção em ata, de um voto de louvor e de agradecimento a V. Ex., pela sua util e incessante atuação em provelto dos vitais interesses fluminenses, estimulando e desenvolvendo a riqueza pública, protegendo, já diréta, já indiretamente, todas as classes produtoras.

Beneficiária da irradiação administrativa de V. Ex., a lavoura do Estado do Rio de Janeiro com êste se congratula, pelos bons resultados já alcançados e, por intermedio do seu órgão central representativo, manifesta a V. Ex. grande regosiljo pela auspiciosa sugestão contida na notavel mensagem de 1º do corrente, dirigida á operosa Assembléa Legislativa, — referente á criação do Instituto de Fomento e Economia Agrícola — cujas bases, nitidamente delineadas por V. Ex., asseguram a realização de louvabilissimo ideal e traduzem a clarividencia e o sadio patriotismo que o inspiraram.

Solidarios com êsses sentimentos, é com intensa satisfação que apresentamos a V. Ex. muitos parabens de envolta com os nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Eurico Teixeira Leite, Presidente. — Dr. João Pedro da Veiga, Tesoureiro geral. — Creso Braga, Secretario Geral."

A SOCIEDADE FLUMINENSE DE AGRICULTURA E A COMEMORAÇÃO DO 2º CENTENARIO DO CAFEIRO

A diretoria da Sociedade Fluminense de Agricultura se prepara para concorrer, com o seu contingente de esforços, na comemoração do 2º centenario da introdução do café no Brasil, para a qual teve convite especial e honrosissimo da Comissão Central incumbida da aludida comemoração que, como se sabe, será em São Paulo, de 12 de Outubro a 12 do Novembro vindouro.

Assim é que serão delegados da Sociedade junto ao Congresso do Café e na Exposição de Café os Drs. Creso Braga e Fernando Barros Franco, sendo que êste já preparou uma excelente monografia intitua-

lada O credito de que a lavoura precisa, e que publicamos adiante.

Além disso, a Sociedade Fluminense de Agricultura, logo que se encerre a Exposição de Café de S. Paulo, fará, nos primeiros dias de Novembro, a ereção de um obelisco, cuja planta publicamos, com a seguinte legenda: "A Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais mandou erigir este obelisco em comemoração ao 2º Centenario da Introdução do Cafeeiro no Brasil — no Municipio de Rezende — de onde se irradiaram as colossais plantações que fazem hoje a grandeza da nossa Patria".

Publicamos tambem resumidas infirmações historicas e economicas sobre o Café Fluminense, que o Secretario Geral da Sociedade, Dr. Creso Braga, organizou e que serão colocadas em quadro, no salão da Exposição de Café do Estado do Rio.

SOCIEDADE FLUMINENSE DE AGRICULTURA E INDUSTRIAS RURAIS

(Orgão official representativo das classes agricolas e rurais do Estado do Rio de Janeiro)

Subsidio para a comemoração do 2º Centenario da Introdução do Cafeeiro no Brasil, organizado e oferecido á representação da Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais, pelo seu Secretario Geral, Creso Braga:

*
* *

Superficie occupada pela lavoura cafeeira do Estado do Rio de Janeiro: 65.524 alqueires aproximadamente.

*
* *

Região onde existe maior cultura cafeeira: Norte, Nordéste, e, no Sul, nos Municipios de Rezende, Vassouras Barra Mansa, Paraíba do Sul, Barra do Pirai e Valença.

*
* *

As regiões que têm melhor cultura são: Norte e Nordéste.

*
* *

O número total de cafeeiros existente no Estado é de cerca de 219.611.676, sendo 193.631.746 produzindo e 26.029.930 que não produzem por serem novos.

*
* *

São cultivadas as variedades seguintes: Crioulo, Java, Maragogipe e Bourbon.

*
* *

A variedade que mais se adapta ás terras do Estado, é o Crioulo, sendo certo, entretanto, que o Java é de resultados mais promissores.

*
* *

A melhor terra para a cultura do café é massapé roxeadado e barro vermelho.

*
* *

No Estado existe pouca terra roxa.

*
* *

A produção média de todo o Estado é de: 1.800.000 saccos ou sejam 100 milhões de quilos.

*
* *

O Estado exporta, em média, 70 milhões de quilos aproximadamente.

*
* *

Quasi todas as propriedades agricolas do Estado são dotadas de bons engenhos e demais maquinas para beneficiamento do café.

*
* *

O café é cultivado no Estado desde 1774 em escala ascendente até 1889.

*
* *

O café é tributado com 1\$000 ouro por saca, pelo Instituto de Fomento e Economia Agrícola; 8 % ad valorem, 100 réis por saca a titulo de taxa de viação mais o tributo cobrado pelo Estado quando se trata de exportação e mais os impostos de engenhos, cobrados pelos municipios.

*
* *

A lavoura cafeira esteve longo tempo estacionária, chegando mesmo a entrar em declínio, porém, agora novas plantações vão sendo feitas e ha tendencia para grande aumento da safra.

*
* *

O Stephanodéres coffea não medrou no territorio fluminense, graças á ação conjunta dos governos federal e estadual e tambem ás medidas postas em pratica pela So-

cidade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais.

*
* *

As florações se dão em Agosto e Novembro e as colheitas se fazem de Abril a Agosto.

*
* *

O sistema de embarques, em virtude do acôrdo feito com os Estados cafeeiros, é regulado pelo benemérito Instituto de Fomento e Economia Agrícola, que adotou o sistema de quotas de embarque nas estações de procedencia, distribuindo equitativamente conforme a respectiva produção local.

*
* *

O valor das terras para a cultura do café oscilla no Estado do Rio de Janeiro,

entre 1:000\$000 e 4:000\$000 o alqueire, conforme a zona.

*
* *

No Congresso do Café, em que o Estado do Rio de Janeiro se fará representar oficialmente, S. Ex. o Sr. Presidente Feliciano Sodré nomeou para representantes officiaes os Srs. Deputados federal Joaquim de Mello, que tambem representa o Municipio de Itaperuna, maior produtor de café no Brasil; Dr. F. J. Oliveira Vianna, diretor do Instituto de Fomento, e Deputado federal Dr. Ranulpho Bocayuva Cunha, Presidente da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais.

A Sociedade tambem fará, em Rezende, uma Exposição de Café por occasião da inauguração do obelisco.



Insetos nocivos ao cafeeiro no Brasil

CARLOS MOREIRA

Até 1924 não havia uma praga de insetos nocivos, bastante séria que ameaçasse a principal cultura do país, de modo a alarmar os fazendeiros do Estado de S. Paulo, principal produtor de café do Brasil e do mundo.

O inseto ipídeo cefálico "Stefanoderes hampei", que foi notado em São Paulo pelo surto considerável que teve em Junho de 1924, veio causar justificado alarme e perturbar a calma em que viviam os fazendeiros quanto à segurança de suas lavouras.

Todos os outros insetos que infestam o cafeeiro podem ser considerados de menor importância vista da bróca "Stefanoderes hampei" que ainda infesta os cafezais de 13 municípios do Estado de S. Paulo.

A bróca é um pequeno inseto preto de um milímetro e meio a um milímetro e sete décimos de milímetro, e originário de Uganda, na África equatorial. Dali foi levado com sementes de cafeeiro para Java e Sumatra em 1916 e no Brasil foi notado em 1924 quando foi introduzido no Estado de S. Paulo, com sementes trazidas daquela possessão holandesa, não se pôde certamente dizer.

Em Java e Sumatra chegou a dar prejuízos de 25 % e 81 %, nas colheitas.

O inseto por si mesmo, pelo vôo ou andando só lentamente pôde espalhar-se por uma grande área, devido a esta circunstância e às medidas tomadas pelo governo federal e pelo governo do Estado de S. Paulo a praga se acha mais ou menos circunscrita às primitivas zonas de infestação, não tendo invadido os Estados limítrofes.

A princípio a bróca "Stefanoderes hampei" foi confundida com uma espécie afim "Stefanoderes seriatius", sendo julgada a área invadida pela praga muito maior do que realmente era.

Dos insetos isópteros principalmente o cupim, "Termes dilus" causam danos aos cafeeiros, quando localizam os cupinzeiros nas raízes das plantas. O "Termes dilus" é uma espécie grande, que constrói os ninhos em parte subterrâneos, em parte em forma de montículos de barro amassado pelos cupins obreiros, que são os arquitetos da admirável comunidade de perfeita organização e disciplina que é um cupinzeiro. Dos Hymenopteros pouco sofrem os cafeeiros. Apenas a espécie "Heliothrips rubrocapitatus" ataca às vezes as folhas, maculando-as com suas fezes e manchando-as com suas picadas. São pequenos insetos alongados de um e meio milímetro de comprimento, branco-amarelados quando jo-

vens, tornando-se pardos com a idade. Caracterisa-os a cinta vermelha que têm os jovens no abdômen.

Dois espécies de homópteros, cigarras, são prejudiciais ao cafeeiro: a "Carineta fasciculata" e a "Fidicina pulata", os jovens destas cigarras vivem na terra e em algumas localidades de S. Paulo aparecem em número considerável, em terras de lavoura do cafeeiro, localizam-se nas raízes depauperando as plantas.

Dentre os afídeos, pulgões, a espécie própria de laranjeiras, "Toxoptero aurantia" aparece às vezes nas folhas tenras dos cafeeiros produzindo o enrugamento pelas reiteradas picadas com que ferem seu parenquima.

São as cochonilhas, ou coccídeos, que apresentam maior número de parasitas do cafeeiro. 11 espécies destes insetos infestam esta planta no Brasil: "Alecancorhynchon Marquesi" inseto hemisférico, ouriçado, pardo avermelhado, de uns 2 milímetros de diâmetro, localiza-se de preferência nas axilas das folhas. "Eriococcus coffeae" apresenta-se sobre as folhas sob a forma de minúsculos saquinhos brancos alongados. "Pseudococcus citri" e "Pseudococcus eriptus", cochonilhas brancas pulverulentas, as fêmeas são ovais rosáceas, de uns 2 milímetros de comprimento, cobertas de pulverulência branca que toma a forma de filamentos em torno do corpo. O "Vermelho Cerococcus Marafbensis", coccídeo que apenas tem sido observado em cafeeiros no Estado da Paraíba, é muito provavelmente uma espécie própria daquele Estado onde já foi encontrado em uma planta indígena, rubiácea como o cafeeiro, "Basanacanta spinosa" conhecida por genipapeiro bravo.

Só a fêmea se fixa no cafeeiro, de preferência na parte dos galhos e do tronco em que a casca é mais fina, como nas cicatrizes e na axila dos galhos, vive em um casulo de uns dois milímetros, vermelho ouriçado de pontas irregulares; como todo o coccídeo, quando infesta uma planta em grande número é fatal a esta, sobretudo se se trata de cafeeiros fracos e baldos de trato cultural. O "Coccus viridis", apresenta-se nas folhas como pequenas casquinhas verdes, ovais, de 2 milímetros de comprimento. Esta cochonilha verde é própria da laranjeira, mas infesta fortemente os cafeeiros atraindo as formigas, pela substância adocicada que excretam.

As cochonilhas pulverulentas das raízes, o "vermelho" da Paraíba e a cochonilha verde,

são os coccideos mais nocivos ao cafeeiro e que infestam a planta em maior número.

De menor importância são as cochonilhas das espécies seguintes que infestam os cafeeiros: "*Eulecanium marianum*", "*Saissetia hemisphaerica*", "*Howardia biclavis*", "*Solenaspis articulatus*" e "*Ischnaspis longirostris*".

A mosca do Mediterraneo "*Ceratitis capitata*" tão nociva a muitos frutos cultivados também infesta os frutos do cafeeiro, sem entretanto causar danos aos grãos. A mosca põe os ovos no pericarpo não penetrando nos grãos "*Cortilus flagellifer*" e "*Xileborus retusus*" que perfuram os ramos.

As lagartas das mariposas "*Esclea magnifica*" e "*Megalopis lanata*", comem as folhas do cafeeiro, são espécies grandes, as lagartas da espécie menor, microlepidoptero, "*Leucoptero coffea*" minam a epiderme das folhas e seus estragos são evidentes e se apresentam como galerias sinuosas cavadas em todas as direções sobre a epiderme, encrialidam em minúsculos casulos prateados, fixas às folhas.

No café seco em côco caído no cafezal é comum em S. Paulo a traça "*Ausimobasis coffeella*".

O gorgulho antridídeo: "*Araecerus fasciculatus*", besouro de quatro milímetros de comprimento ataca o café seco em côco, tanto no cafezal como armazenado e nas tulhas aparece a meudo a pequena traça "*Mielois solitella*".

O cafeeiro é sujeito a ser parasitado por um verme nematoídeo augullu lídeo "*Heterodera radicularis*" que vive na terra e localiza-se nas raízes, produzindo nodosidade que prejudica a vida da planta. Em 1886 e 1887 apareceu com grande intensidade este verme nos cafezais do Norte do Estado do Rio de Janeiro de forma alarmante, produzindo grandes danos às plantações e reduzindo consideravelmente as colheitas. Contra este verme e os insetos ou larvas que vivem no sólo e se localizam nas raízes, emprega-se quando possível, o alagamento do terreno infestado, ou os tratamentos com sulfureto de carbono, melhorar a resistência da planta modificando as condições de terras pela adubação também é eficaz. Os insetos que atacam a planta, cochonilhas, pulgões, etc., são combatidos por caldas arsenicais, sulfo-calcicas, ou por emulsões inseticidas de sabão e petróleo.

Os frutos secos e armazenados em que são estes depositados, são eficazmente expurgados pelo tetrasulfureto de carbono, sulfureto de carbono ou pelo ácido cianídrico.

O tratamento inseticida das plantas cultivadas ainda não está generalizado no Brasil como é necessário, mas muito se tem conseguido neste sentido com os reiterados conselhos.

As plantas deixadas á mercê das vicissitudes naturais e de toda a espécie de insetos parasitas, darão sempre uma produção deficiente em quantidade e qualidade.

O comissário como banqueiro do produtor de café no interior

“Animador máximo” da indústria cafeeira

ARTHUR GUIMARÃES

O GRANDE ANIMADOR

Minha contribuição tem que sair, a meu-do, dos limites da comercialística para abranger outros aspectos que reputo úteis ao exame da tése a versar e não destituídos de interesse.

“O comissário, como banqueiro do produtor de café no interior” foi, conciente ou inconcientemente, o grande animador dessa grande indústria que, em crises de crescimento, em seguidos espasmos, em alternativas de alentos e desalentos, tornou-se a maior do BRASIL, e, sem duvida enche-nos de justo orgulho.

Ora maisinado, ora afagado, êle, o comissário, agiu e reagiu num meio que ainda não tinha o aparelhamento indispensável, a plasticidade necessária á formação da indústria cafeeira, e, daí, a falta de diretivas mais seguras e técnicas nos seus combates em prol da expansão do café no BRASIL. O novel da sua, a despeito daquelas falhas, eficáz atuação, foi, é claro, a obtenção de interesses, de lucros comerciais, de prosperidade das unidades que compunham a classe, posta em destacada proeminência quasi que exclusivamente na praça do RIO DE JANEIRO e na de SANTOS, os dois mercados cafézistas, os dois esquadouros máximas da preciosa rubiácea.

A' tal classe afluíam, por assim dizer a cada passo, elementos influentes e poderosos, quer da lavoura, quer do comércio.

Ser comissário de café correspondia a ingressar num meio distinto, a rumar para a abastança, a ser notado na entrosagem comercial da praça. Isto, explica-se facilmente e sem desdouro para os demais ramos comerciais.

COMO SE CRIOU O COMISSARIADO

Como se criou o comissariado é um captulo interessante do desenvolvimento do comércio do RIO DE JANEIRO. Transitavam pensosamente por MANGARATIBA, e poucos mais logares convergentes ao porto de saída, as tropas condutoras de gêneros e mercadorias, em vindas e idas do interior, isto é, serra abaixo, serra acima.

O café era a nascente, a incipiente indústria desse momento e as condições dos caminhos tornavam longas, penosissimas, arriscadas, as viagens.

Por outro lado, o ambito da cultura cafeeira era restrita, e tinha no Estado do RIO DE JANEIRO, notadamente no vale do PARAIBA, seu maior núcleo inicial. Em artigos ora estampado no JORNAL, a pena agill e completa de A. CHATEAUBRIAND já começou a desvendar-se algo da grandeza desse vale, que abrigou famílias e famílias de lavradores, cujos implementos, com todo o progresso, com toda a expansão agricola de então para cá realizados ficaram modelares, verdadeiros monumentos desafiadores da corrosão do tempo.

Algumas, excederam-se á sua época, e, como muito bem assinalou aquele extraordinário jornalista, pelo patriotismo e a larga visão de muitos de seus membros, tomaram iniciativas arrojadas como que réplicas do porte das que IRINDU E. DE SOUZA vinha executando, com gigantesco impulso, num meio desaparelhado de tudo, apedrejado, em muitos dêles pelos que viriam a desfrutar, mais tarde os beneficios da sua atuação. Basta vêr, por exemplo, como A. CHATEAUBRIAND descreve o papel da família TEIXEIRA LEITE na criação da Estrada de Ferro D. PEDRO II. Um dos decedentes dos TEIXEIRA LEITE, aliás, há pouco, rendera, num livro formoso sentida homenagem aos seus antepassados. Recomenda-lo é dever patriótico. Que me perdoe JORGE PINTO a referência ás “Folhas que ficam...”, livro de saudades, referencia de quem privou com outros TEIXEIRA LEITE também benemeritos, saídos do vale abençoado, e da familia privilegiada cheflada pelo DR. JOAQUIM TEIXEIRA LEITE. As contribuições dessas famílias, entrelaçadas de brasileiros e portugueses, que se estendiam por todo o PARAIBA e, afinal, viram a derramar-se por serras e vales de toda a Província dadívosa, tinham em CANTAGALO um dos mais belos ramos, no Barão de NOVA FRIBURGO, e, doutro lado, nos Srs. BREVES, GONÇALVES e outros, rivais de peso.

Houve, assim, uma aristocracia rural, obra do elemento servil mas uma que no desbra-

vamento de terras e na formação desses colossais latifúndios e plantações não poupou sacrifícios e soube impôr-se. Que importam acusações, umas com visos de verdades, outras destituídas de fundamento, que foi moda fazerem-se-lhes ?

Lutaram com o impossível, dominaram-no, levantaram as fundações do majestoso, imperecível, edifício que aí está. Pois bem. Tais desbravadores de terras tiveram que abrir cafézais, estradas de rodagem, depois, outras ferroviárias, tiveram que criar além dos instrumentos de utensillagem agrícola, a veiculação — a veiculação através das tropas, dos capatazes, por montes, vales, desfiladeiros, grotas, que me fazem lembrar o que nos meus estudos sobre a indústria petroléira nos Estados Unidos MEXICANOS, vim a deavassar, não sem emoção, pela semelhança de situações. No MEXICO, os primórdios da indústria petroléira revestiram-se de asperos, dramaticos, mesmo trágicos aspectos.

Lá estavam as tropas, lá estavam os capatazes, lá estavam os cruéis tropeços, as tragédias mesmas do nosso hinterland, cuja descrição está por fazer. Nossas tropas ficavam dias e meses nos atoleiros, suando sangue os pobres condutores e escravos, correndo perigos de toda a ordem, perdendo-se vidas, até que atingissem MAGE' ou IGUASSU' ou MANGARATIBA, ou outros logares-etapas do trajeto para a Cidade do RIO DE JANEIRO. Paralelamente, outro aspecto relevante surgia. Era preciso colima-lo. E foi, com o tempo, colimado. O "correspondente" nasceu dessa necessidade. O lavrador tinha de delegar em outrém, em intermediários, no centro convergente dos produtos, a colocação destes ou de fazer-se negociante deles. Em 1855 batiam em MANGARATIBA as tropas dos núcleos cafeeiros de então, tais como SÃO JOÃO MARCOS, PASSA TRES BARRA DO PIRAI, ARROZAL, BARRA MANSA, BANANAL, REZENDE, VASSOURAS, VALENÇA, e outros lugares, inclusive de MINAS GERAIS E S. PAULO.

Aí havia embarcações — umas doze — sendo duas a vapor — "MARAMBAIA" e "PIRAI" — e á véla as restantes, de carregarem duas mil e quinhentas a três mil sacas cada uma. Declam em caíques cafés procedentes de CANTAGALO. Esse trafego marítimo desapareceu com a inauguração da D. PEDRO II.

Muitos, com o evoluir das lavouras, abriram casas, alugaram armazens para guardar e vender seus gêneros no mercado. Os intermediários foram os precursores do comissário. Chamavam-se os "JOAQUIM MANOEL MONTEIRO", e "CAMARA", "GABRAL &

COSTA", "LUIS TAVARES GUERRA", e outros. Pouco a pouco, agrega daqui, desagrega d'acolá, fez-se o "comissariado", a princípio, de café, depois de "café e outros gêneros do país. O filete dagua fez-se correjo, depois riacho, o riacho fez-se rio, o rio fez-se mar, por transformações sucessivas, em períodos contidos em algumas décadas. Algumas décadas ? Hoje, mais de seculo ! Do vale do PARATIBA, a cultura foi ganhando encostas, contrafortes, serranias, e distendeu-se por MINAS GERAIS e pelo ESPIRITO SANTO, atingindo afinal SÃO PAULO, em arranços de esforços titânicos até ás chamadas terras róxas, a CHANAAN do café, o El-Dorado da preciosa rubiácea. Sei, aliás, que o invasor já vai se fazendo Grão Senhor no PARANÁ, como se derramou pela BATA, e foi até o PARA', modestamente. Lá se instalando, Amanhã, onde mais se irradiará ?

Com os desenvolvimentos obtidos no Estado de São Paulo, assumiu então proporções nunca vistas, em nenhuma outra, da brasileira terra, e mesmo lá fóra.

De cincoenta anos para cá, foi espantoso e acelerado o seu crescimento, e de caótico que era há oitenta, cem anos, passou a ser progressivo, sistemático, ordenado daí por diante.

Toda a organização distendida nêsse século, por mais que o nosso inveterado pessimismo queira diminuir-la, não o conseguirá.

AS ONDAS VERDES

As "ondas verdes" representam, no hinterland brasileiro, nos outróra sertões, florestas, matas, chapadões e até carrascal, um motivo de justo desvanecimento para os brasileiros. E' que á extensão dada á cultura correspondeu uma constante, embora lenta, melhoria do aparelhamento requerido pelo beneficiamento do produto.

O fator principal, o bandeirante dos novos moldes, foi o paulista. Importou maquinismos, sobre maquinismos, e conseguiu interessar a administração pública nos sucessivos e necessários implementos férro e rodoviários.

Veu a intensa modernização dos instrumentos e aparelhos agrícolas, e é de justiça dizer que os demais Estados cafeeiros o acompanharam nessa jornada rigorosa de titans. Não há progresso que não traga prejuíços, que não tenha pontos fracos a que urja acudir, sob pena de retrocessos.

Os "oceanos verdes" criados exigiam cuidados paralelos, que nem sempre foram tomados com a precisa coordenação e acerto.

O CRÉDITO AGRÍCOLA

O aparelhamento bancário inerente ao desenvolvimento da indústria cafeeira, se, em conjunto, pode ser feito, não o foi, no meu humilde juízo, com a sabedoria requerida pela grandeza do café, ficou muito á quem desta. O crédito agrícola digno desse nome, onde e quando foi criado entre nós? Emprestimos à lavoura, aliás tentados algumas poucas vezes, o "caciquismo" os inutilizou sempre. Após a extinção da escravatura, o projecto estadista Visconde de Ouro Preto, deu intelligentes bases para a criação do crédito agrícola.

Eram germens de plantas que secaram, infelizmente, com o tempo.

Podíamos e devíamos ir buscar na experiência dos outros povos os modelos para levantamento dos instrumentos difundidos lá, adaptando-os, modificando-os de acordo com as peculiaridades do nosso meio. Mas o erro vinha de trás, persistiu. A hipertrofia do "crédito pessoal" tudo avassalou.

Foi, desde que me conheço, sempre arma de dois gumes. Manejado com prudência, com critério, é efficientíssimo; mas porque repousa na confiança, em excesso, perde logo quasi todo o valor. É como o papel-moeda: infla, deixa de fertilizar, produz malefícios.

A FORÇA DAS CIRCUNSTANCIAS

agrícola, nem arremedo disso, a força das
Como quer que não tivéssemos crédito circunstâncias fez com que o comissário de café se desdobrasse em banqueiro. As lavouras exigiam dois capitais: um, móvel; outro, imóvel; um que se dedicasse só à exploração; outro, que permitisse incremental-a, custea-la, alarga-la,

Mas porque a formação constante de novos cafezais consumisse empates sobre empates de maior capital, e as colheitas tivessem que esperar prazos certos, as inversões obedeciam à proporção aritmética, ao passo que as devoluções eram geométricas, e o desequilíbrio transitório que fosse, tinha que ser fatal. Deu-se em larga escala.

Se o café subia de preço no mercado, se as colheitas falhavam por este ou aquêlê fenómeno meteorológico, tudo lá bem, as coberturas realizavam-se a contento das partes interessadas — o comissário e o lavrador — fazendeiro ou sitiante; mas se os preços baixavam, por movimentos defensivos do consumidor, jogo de cambio ou outro qualquer "impasse" ocasional, tinha que ocorrer o retraimento do comissário, transformado, pela força das circunstâncias, em banqueiro,

mas tendo, por sua vez, que recorrer aos bancos, seus fornecedores.

Era um jogo arriscadíssimo.

Os bancos emprestavam sob o "crédito pessoal" do comissário (firma social ou individual), a "descoberto", mediante simples conta corrente, depois sob letras da terra, ainda depois sob letras com endosso, raramente com outras garantias. Como os bancos não quizessem aceitar endossos da lavoura, por mais sólidos que fossem os endossantes, possuidores de vastos latifúndios, por obvias razões, o comissário, premido pelas circunstâncias, teve, por último, que apresentar endossantes comerciais, até "de favor", criando-se interdependências perigosas, anti-comerciais, dessas que levam à ruína.

A DERROCADA

Quando o café baixou aos infimos, aos vis preços de 3\$, 4\$, 5-000, sobreveiu a derrocada.

A desorganização foi um fâto aterrador após a lei aurea.

A voragem ia tragando uns e outros.

Crises, há-as em todos os tempos, em todos os produtos e mercados, mas a violencia de que flagelou, naquele trágico momento, comissários, fazendeiros e sitiantes, foi inaudita, deixou sulcos profundos.

Dizia-me, no auge do desmoroamento, uma das figuras mais brilhantes do comissariado em todos os tempos, meu querido amigo, que a competencia levára à directoria do Banco da Republica — "o que nos succede é o mesmo que succederia a quem, num dia limpido, de sol, tivesse saído sem guarda-chuva ou capa de borracha e sem galochas e fosse cholido por intenso, brutal aguaceiro. Molhava-se, não é? Mesmo invadindo uma loja ou um corredor, teria que receber algo do inopinado aguaceiro. Se tivéssemos tomado tais precauções sem causa visível, o menos que nos chamariam era doidos ou excentricos..."

Que homem espiritual, fino, experiente, era esse que assim falava a um seu joven admirador, espantado com o que ocorria? Na aristocracia da intelligencia ao serviço da preciosa rublacia, era êle figura de relevo inconfundível.

A ELITE COMISSÁRIA

O comissariado, aliás, desde seus primordios, contou sempre figuras destacantes.

Vou, a mêdo, lembrar alguns nomes da "élite" comissária: os Eduardo Lemos, os Ramalho Ortigão, os Barão de Araujo Ferraz,

de Araujo Maia, Almeida Ramos, de Quartim, os Cornelios, Mello Franco, os Souza Breves, a Miranda Jordão, os Macedo Sobrinho, os Joaquim Cerqueira, os T. Araujo Maia, os Honorio Coutinho e outros, e outros.

Certo, omito nomes, mas sem "partis".

A propaganda levou nossos primeiros ou mais antigos membros do commissariado a viagens, a empreendimentos, a dispendiosas pessoas, cuja falta de êxito não pôde significar incompetência ou erro de diretrizes, sim esbarro ou fatalidades incoercíveis.

Parece que dilatar o consumo, abrir mercados, é o de que sempre se deve cogitar em tais casos.

Com que intelligencia elles se batiam por dilatar horizontes ao café!

A Russia era um alvo appetecível. A'quele tempo, os U. S. A. nem ensalavam o vdo admirável que depois os jogou em evidencia e eficiencia mundial, sem par no mundo. Mesmo que se discuta a vaidade de uns, é forçoso homenagear o conjunto daquelas figuras fortemente empreendedoras e energicas daquela fase — dos Eduardo Lemos, Ramalho Ortigão, Barão de Araujo Maia, Ferraz e outros.

O CHOQUE DA ABOLIÇÃO

A organização associativa que levantaram, o Centro da Lavoura e Comércio, viveu vida útil, senão gloriosa, e impôs-se para seu tempo. As camadas que se lhes seguiram, não foram destituidas de iniciativas, também disseram ao que vinham. Por último, transposto o "impasse" tremendo, o choque da Abolição, a entrosagem, teve que se reajustar e esse reajustamento não se fez sem sacrificios ingentes e sem transformações espantosas.

Mudou a face do trabalho agrícola, abalou as relações do commissariado com o lavrador, desnordeou, numa palavra, uns e outros.

E, assim, os novos moldes que se houve de criar fizeram esmagamentos, cruéis amputações, ruidosos desastres. Evolução? Não.

Revolução pacifica mas dolorosa, afinal, inevitável. Os latifundios perderam Roma, os latifundios de 89 para cá abalaram, no Brasil, os alicerces agrícolas, inutilizaram o modo de ser da grande propriedade. Entretanto, tão extensa, tão poderosa era a sua organização, que, mesmo ferida, não caiu.

O PAPEL DA COLONIZAÇÃO

Ainda caminha para novos destinos. Por isso que uma indústria tão poderosa conta nomes indesbastáveis, indesejáveis, êsses

acumes subsistirão, representados no proprietario de terras maiores do que alguns Estados europeus, mas não impedirá fracionamentos em marcha, oriundos do emprego, do outra: a da raça pelos caldeamentos colonos.

A colonização é o instrumento que quer queiram, quer não, os que a não vêem com bons olhos, fará a transformação cultural do país. Nem só: fará e já está fazendo a outra: a da raça pelos caldeamentos.

Cumpra, aliás, que não sejam descuradas as escolhas e disseminações racionais. Aí está o perigo.

Não caiu a organização cafeeira do Brasil mas, abalada em seus alicerces, ficou um organismo aberto, apto a ser vitimado por parasitas vários, por acometimentos mórbidos. Allás, o máu estar do commissário-banqueiro creceu num círculo completo. Hoje, ao que me consta, só há uma casa commissária de café, exclusivamente cafeeirista (não me refiro ás mixtas) que resistiu aos temporais do percurso feito, vinda de antes da República, por circumstancias especialissimas, entre elas uma que não é somenos — a de estar ligada a membros da mais notável e poderosa familia do outrora esplendente norte paulista.

Mas não ficou, ao que me dizem, só recebedora de café á consignação, passou a comprá-lo no interior, concorrendo, pela vastidão de seus recursos, com os compradores nacionais e estrangeiros "de ao pé das porteirolas das fazendas", com dinheiro á vista ou "ordens" equivalentes a dinheiro.

Foi de quando se acentuou o estremitamento de relações entre commissários e fazendeiros que o esportador entrou a mandar agentes-compradores fazerem aquisições directas no interior.

E' claro que o fazendeiro achou vantagens ao negocio novo, por várias razões, — não menor a de em inumeros casos, estar preso na " gaveta do commissário " — ter visto cortado seu crédito e precisar fazer dinheiro a todo o transe.

Ceden e foi mais um golpe formidável no commissariado.

Hoje, o comprador á porta conquistou grande parte do terreno, perdido pelo commissário. E este deixou de ser banqueiro, definitivamente.

O CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ

Tentativas de recoordenação foram realizadas, e, de uma delas, resultou o levantamento do Centro do Comércio de Café, instituição da última fase do commissariado, um triunfo mais material do que de cooperação,

não obstante o prestígio, a capacidade e o esforço dos que o formaram.

Fui um dos seus fundadores e diretores, por isso, não quero dê-lo ocupar-me, a não ser para dar testemunho da atuação inteligente e dedicada nessa etapa, do Conde de Avellar, de Gustavo e de Honorio de Araujo Maia, do comendador José João Torres, de Adolpho Schmidt e outros, sendo que dos mais modernos, posteriores á minha permanencia nêles tenho segura noticia do que valem.

O plano da aquisição do edificio, por meio de quinhões, impulsionado pelo Conde de Avellar, conselheiro Antonio da Silva Maia e outros beneméritos do meio cafezista, foi ótimo e teve cabal êxito.

Eis porque disse que foi um triunfo mais material do que associativo.

Culpa de quem? De ninguém, da situação decadente do commissariado. O ensacador, o outro auxiliar da engrenagem, que tão largos serviços prestou e teve figuras de grande destaque, como RAUL DE CARVALHO, URBANO FARIA PINTO DA SILVA, DAVID GUERRA, ANTONIO DA SILVA MAIA, e, anteriormente, TAVARES GUERRA, afinal, grande ensacador, acabou cedendo o passo á avalanche.

O BANCO DA LAVOURA

O "ice-berg" tudo devorou. Intercorrentemente, nêsses periodo de lutas intensas, surgiu o Banco da Lavoura e do Comércio para cuja inclação foram convidados commissários de café, membros das firmas mais respeitáveis do tempo, á frente delles MACEDO SOBRINHO, ABREU & QUARTEM. Parecia uma tentativa intelligente para pôr o comércio do café e a lavoura mais desafogados em útil cooperação, e não foi.

Desvirtuamento funcional, má diretriz? Incapacidade dos administradores? Um enigma. Consequências, talvez do desvio da função, do filhotismo e da falta de plasticidade da praça ou de seus processos condicionados ainda a rudimentarismos deploráveis. Esse banco teria sido mais de grupos, do que do comércio e nada, ao que me dizem, da lavoura.

O lreteiro, pois, não correspondia ao conteúdo, falhava em seus objetivos. Tinha que entrar para o rôl de casa de prégo do tempo. Voltando ao Centro do Comércio de Café, é curioso saber-se que de todo não conseguiu extinguir o costume de entre partes — vendedores, compradores, corretores, zangões — os negocios serem ajustados na rua.

As conversas, o convívio, a trôca de idéas que se quiz, como era natural, deslocar para

os salões da corporação, só em parte, segundo estou informado, nêles são realizados.

Sobrevivencia de costumes, não passa de pitoresca anomalia do meio. Como teria sido implementada a lavoura de café sem êsse desdobramento do commissário em banqueiro?

A SORTE DO COMISSARIO

Derramou dezenas de milhares de contos de réis nos Estados do RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, arrancados com a alavança do "credito pessoal", e, ao cabo, não se pôde absolutamente dizer tivesse o commissário plantado na areia, porque a área cultivada foi crecente sempre, e é hoje o que as estatísticas mostram — colossal. Basta lêr o substancioso livro — "O Café", de AUGUSTO RAMOS, para ter fulminante impressão do que é sua industria no BRASIL.

Na falta de "crédito agrícola", do "crédito real", qual o outro crédito a utilizar-se? O "pessoal" do comerciante, portanto, do commissário, representante do lavrador "para todos os efeitos", nos dois pontos de venda e saída do produto.

Não faço revelações, constato um fato, dizendo que essa representação foi até fazerem-se "serviçais". O correspondente servia para tudo: dar hospedagem permanente aos filhos, aos sobrinhos, aos parentes do comitente, distribuir-lhes mesada para os estudos, comprar-lhes roupas, livros, mandar acompanhá-los aos teatros, centros de diversões, enfim, assisti-los nas menores cousas. Vinham também os comitentes hospedar-se na casa comercial e as mesas do correspondente assumiam proporções de hotéis. Enchiam-se de boas iguarias e eram banquetes que nelas se davam, quer a hospedes, quer a "parasitas" em dois, tres, quatro serviços diários. Os comensals, amigos e conhecidos dos socios das casas avolumavam o número. A fartura e a variedade das refeições os atraíam. Descrever a amplitude dos serviços do commissário é tarefa quasi impossivel. Foi banqueiro, como foi sericçal, sem querer, pela emolação. A fatalidade o atirou para aí. E tritrou-o. Como banqueiro, teve que recorrer á carteira dos bancos, dêste modo descarregando nelas o pêso prestes a esmagá-lo. Facilidades taes encontrou, graças ao prestígio de sua situação comercial, que nunca mediu sacrificios e responsabilidades. Tomou estas, fez aqueles, "ecœur légere" confiante no futuro. Logicamente, era impulsionado pelo anho de prosperar, de enriquecer, mas concorria implicitamente para formação e dilatação da lavoura cafeeira.

Errava, mas de boa fé. A engrenagem tinha que esmagá-lo. Esmagou-o. O banqueiro improvisado, quando acordou, era tarde.

A emulação ia-o sustentando, no entanto.

Os bancos, na repleição dos empréstimos sob méra conta corrente, abriram os olhos e começaram a fazer restrições.

PANICO

O panico velu sutil, mas persistente. Ezigiam-se garantias, e as garantias foram dadas, na honradez proverbial do comerciante habituado a atos como os dêsso estoico MAUA', que até as joias e os objéto infimos de seu uso e os arcos de animais deu a credores (1). As hipotécas, contra os estatutos bancários, foram exigidas ao lado de entrega de títulos outros, e a vida do comissário passou a ser precária, vejetativa posto que de boa aparência.

Se as descargas nas carteiras dos bancos representaram prejuizos vultosos para tais estabelecimentos, e representaram, o comissário sempre, com raras exceções, soube entregar a camisa, cair de pé. Não há exagero referir que até suicídios ocorreram, resultantes de embaraços que a função bancária criou ao "benemérito á força", que éle foi. Podia abroquelar-se á lei dos chamados accidentes comerciais e render-se. Os accidentes são comuns nas batalhas, não há batalhas sem vítimas, éle podia cair, desaparecer, sem estrepito, sem vexame. O "sentimento" falou sempre mais alto, néle, assim se chegou ao irremediável.

Os bancos fecharam-lhes as portas, os fazendeiros começaram a defender-se como puderam, premiados pelas circunstâncias, contra o trancamento das gavetas que antes se lhes abriam ao primeiro aceno, e os poderes públicos se desinteressaram de tais desastres pessoais. Iam-se liquidar os residuos dos máos negocios — foi o que se disse. Em conjunto, porém, automaticamente os capitais empregados produziram largos beneficios e estupendos resultados.

A indústria do café no BRASIL, diga-se o que se disser, graças ao lavrador e ao seu animador máximo — o comissário — tomou porções gigantescas, e hoje é admirada mundialmente.

Nada grandioso se faz sem grandes sofrimentos e sacrificios.

A obra gigantesca do Canal do PANAMA' foi uma fonte de sacrificios de vidas e de dinheiro, inculcável, maximé em seus primórdios.

BUNAU BARILLA narra, em livro admirável como a iniciativa francesa do primeiro arranco foi cheia de tragicas peripecias, pro-

duzindo hecatombes e desfechando no insuccesso. Lá, foram a febre amarela, na ordem física, e a defeituosa organização financeira da empresa, na economia, além de rouba-lheiras, as causadoras do desastre, aliás, na fase "yankee" corrigido brilhantemente. O Canal foi aberto, lá está, formoso milagre da energia norte-americana, mas quantas centenas de trabalhadores enguliu, quanto dinheiro trouxe!

Aquí, arrombadas foram as carteiras dos bancos e dos camissários de café, sacrificados foram os lavradores, o monumento, no entanto, ficou.

Houve fluxo e refluxo, os que caíram foram substituídos, a batalha continuou.

OUTROS PROBLEMAS

Confrontam, agora, a lavoura, outros problemas, prenhes de dificuldades, cheios de máus preságios. Parecia extraordinário que os "imperialismos" não tivessem feito cerco do café, impondo a política dèle inherente.

Como se deu com a borracha, desenhouse, aos da defensiva, o processo de se libertarem do monopólio natural que DEUS e o Trabalho do brasileiro e do português, nos puzeram nas mãos, o BRITISH EMPIRE (e não há censurá-lo), tomou a "hevea" e a tem hoje aclimada em suas possessões, justamente o que os U. S. A. intentam agora fazer com o café nas ANTILHAS e alhures, *Similia similibus curantur*. Não vale deblatear. Está no seu direito. A COLOMBIA, a VENEZUELA, as ANTILHAS, numa palavra, serão (já se encaminham para sê-lo), novos nucleos de intensivas plantações caféteiras, assessoradas pelo capital "yankee". Estabelece-se sutil distincção de que o BRASIL prima pela "quantidade" e, sobretudo a COLOMBIA, pela "qualidade" da sua rublaca. Já tem o BRASIL, experiencia do que vale a distincção apontada. Como sendo "MOKAS", "PORTO RICOS", "MARACAI-BOS", passaram a ser rotulados nossos cafés...

São inevitáveis tais contrafações e mistificações; o que cumpre é, por intelligente propaganda, que a ninguem deve ofender, fazer a demonstração de que nós também exportamos do bom, do ótimo, do fino grão, ao lado do inferior.

Contra nossa deslocação de maiores produtores, em marcha, há que se fazer um esforço desesperado para, pelo menos, retardá-la, senão entravá-la. Afigura-se-me que obteríamos algo aperfeiçoando o preparo, o beneficiamento de nossos cafés, organizando propaganda capaz, fazendo concessões ao nosso maior cliente, que se tornou, afinal, nosso aliado.

(1) *Vida de Mauá*, Alberto Farfá.

Por que, então, não agir desassombra-
damente nesse sentido?

Nosso maior cliente está ligado á nossa
sorte, tem-nos defendido na comunhão de
interesses entre fornecedores e consumidores;
façamos-lhe concessões mais expressivas do
que as que temos feito, a vêr se se acomoda.

Concomitantemente, olhemos para o esta-
belecimento de portos de redistribuição, na
EUROPA, e restabelecimento do de HAM-
BURGO, não esquecendo portos francos, em
LISBOA, HAVRE ou onde possíveis e recla-
mados pela necessidade.

O lado econômico acabará pesando na
balança. A "política do café", que iniciamos
e cumpre manter, fará o que é preciso fazer
nesse objetivo. Ou então nos despenharemos
no abismo, daremos o salto nas trevas. Cui-
dado, muito cuidado.

O commissário foi ou obrigaram-no a ser
"sentimental" e perdeu-se. Seu aliado, sua
protegida — a lavoura — fez como a ma-
caca da fabula. Enquanto poudo suportar o

brazeiro em que a puzeram, susteve nos bra-
ços os filhinhos, para salvá-los. Quando viu
impossível a propria salvação, atirou-os ao
brazeiro e fugiu. E' verdade que os moder-
nos aparelhos de implemento agrícola já
foram iniciados entre nós. Aí, a evolução.
Formaram-se bancos populares para o credito
agrícola, instituiram-se Caixas REIFFEISEN
e SCHULZE-DELITZSCH, de base religiosa, e,
ao que sou informado, prestam serviços já
apreciáveis no Estado do RIO DE JANEIRO
e prosperam (2). O commissária deixou de em-
prestar dinheiro, como era de costume; tais
instituições vão tomar seu lugar, fazendo-o
aos modelos alemães, italianos, belgas, de
resultados seguros.

E' o germe da transformação. Que seja
bem sucedida, e se alastre, são os meus votos.

(2) Em meu livro, firmado por ime-
recida honra com Sylvio Romero, *Estados
Sociais*, publicado em 1911 e reeditado em
1912, alludi longamente aos aparelhos de or-
ganização do credito agrícola.

INDICE DA MATERIA

Quem era Francisco de Melo Palheta.....	5
O bi-centenario do cafeeiro no Brasil.....	39
O problema do café.....	41
O café, a estabilização e as medidas de defeza do produto.....	42
O café e a indústria de tecidos de algodão.....	43
Le fils unique.....	45
A redenção.....	46
El-Rei Café.....	47
A trajetória histórica do café.....	48
Vassouras.....	51
A lavoura do café e o Porto de Santos.....	58
O nosso café e a luta dos sucedâneos e mercados concorrentes.....	62
A bróca de café em S. Paulo.....	66
Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará.....	72
Máquinas primitivas de beneficiar café.....	75
Distribuição e consumo do café nos Estados Unidos.....	78
Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio.....	79
O café nas relações comerciais dos Estados Unidos com o Brasil.....	83
Martinho Prado Junior.....	84
O martírio do café.....	86
A influência do café na economia e nas finanças nacionais.....	88
Transportes arcaicos.....	90
Necessidade de um convênio nacional para a defeza do café.....	95
A defeza do café.....	98
O café em Mato Grosso.....	100
O café e a hospitalidade brasileira.....	102
O plano brasileiro de defeza do café.....	104
O café na cidade do Rio de Janeiro.....	105
A evolução da cultura cafeeira através das terras de S. Paulo.....	114
Paraíba do Sul, do fastigio agrícola á estagnação dos burocratas.....	123
Os sucedâneos do café.....	128
Pelo Estado do Rio, da montanha ao mar.....	133
O café na Inglaterra.....	137
A poderosa influencia dos adubos nas terras esgotadas pela cultura do café.....	142
As grandes fazendas cafeieiras de Minas.....	152
Os inimigos vegetais do Cafeeiro.....	155
O café e as suas possibilidades econômicas no Estado da Baía, através dos seculos....	157
O café no Estado do Rio de Janeiro.....	161
O fator transporte e a lavoura cafeeira no Espirito Santo.....	168
A politica de café em S. Paulo.....	170
Países concorrentes e as perspectivas de luta.....	180
O café na legislação fluminense.....	182

Contribuição para a Historia do café.....	190
As lendas em torno da lavoura do café.....	233
Algumas observações sobre o café de "bêa bebida".....	250
O café e o histórico da sua cultura na Baía.....	252
A influência da cultura do café na formação nacional.....	257
A gesta do Ouro Negro e do Ouro Branco.....	259
Repercussão do clima sobre o café.....	262
O café na Dinamarca.....	267
O café na Suecia.....	268
Porto das Caixas.....	270
Mangaratiba, terra das begônias.....	272
A missão tutelar da Associação Comercial do Rio de Janeiro em defeza do café.....	274
Notas sobre o consumo de café na Belgica.....	295
Preciosa rubiácea.....	299
Estatística dos cafeeiros e das fazendas.....	302
O café na França.....	308
O mercado de café brasileiro na Espanha.....	311
O café do Brasil nos mercados Austriacos.....	315
O Engenho das Cruzes.....	319
Aspectos geográficos Fluminenses em torno da lavoura do café.....	321
O café.....	327
Credito e Café.....	329
O café na Paraíba.....	331
O 2.º Centenario do Café.....	335
Mecânismo no comércio de café no Rio de Janeiro.....	342
O café na Italia.....	344
Aspectos constitucionais da legislação sobre o café.....	345
O convênio secular de S. Bernardino, da antiga Vila de Angra dos Reis.....	353
Métaphysique du café.....	355
Origem dos sólos agrícolas das zonas cafeeiras.....	357
Estudos e observações sobre o despulpamento do café.....	361
Uma grande lavoura de café no Estado de S. Paulo.....	356
O café nas Belas Artes.....	368
Distribuição geográfica do café.....	387
A ação dos commissários no comércio de café.....	398
A actual politica monetária e a sua repercussão sobre o café.....	402
João Caetano em Itaboraá.....	406
O café na Noruega.....	408
O café no Egipto.....	411
A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio.....	413
A situação do café brasileiro em Portugal.....	425
O mistério eterno.....	426
Idéas gerais sobre a adubação do cafeeiro.....	433
Questões económicas, politicas e sociais do café no Espirito Santo.....	440
A Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais e o café.....	445
Insétos nocivos ao cafeeiro no Brasil.....	468
O commissário como banqueiro do produtor de café no interior.....	468

ILUSTRAÇÕES

Ilustração comemorativa do bi-centenário do cafeeiro no Brasil.....	4-5
FRANCISCO DE MELO PALHETA—Que introduziu o cafeeiro no Brasil.....	8-9
Francisco de Melo Palheta—Segundo dados antigos e pesquisas feitas em documentos da época.....	24-25
Um aspecto da praça ajardinada em Itaperuna, Estado do Rio.....	40-41

Vista panorâmica de Vassouras, no estado atual.....	48-49
Vista panorâmica de Vassouras, no início do século passado.....	56-57
Um transatlântico carregando café em 1894, no porto de Santos.....	64-65
Máquinas primitivas de beneficiar café.....	76-77
Imponentes ruínas no meio da mata, em Porto das Caixas, Estado do Rio.....	80-82
Ruínas de um grande armazem de café, em Porto das Caixas.....	88-89
Aspecto da chegada de tropas carregando café a um grande armazem na cidade de Manhuassú, Estado de Minas.....	90-91
Cêna do encontro da comitiva pomposa do proprietário com a tropa.....	92-93
Cáis do Rio de Janeiro, visto de avião.....	104-105
A capital de São Paulo.....	120-121
Aspecto da cidade de Paraíba do Sul.....	122-123
A casa de residência do Comendador Joaquim José de Souza Breves.....	136-137
Aspectos da Rua 15 de Novembro em Santos—São Paulo.....	128-129
Panorâma do Rio de Janeiro, no século passado.....	160-161
Como se fazia o embarque de café no Porto de Santos.....	168-169
O Palácio das indústrias em São Paulo.....	176-177
Ruínas de um velho casarão colonial em Porto das Caixas.....	184-185
O porto de Angra dos Reis.....	192-193
Cafeeiros com frutos.....	208-209
Armazem de café em ruínas no Saco de Mangaratiba, Estado do Rio.....	240-241
Detalhe interior de um palácio abandonado em Porto das Caixas.....	256-257
Ruínas do portão da fazenda de café e cana de Ignacio José de Moraes, em Mangaratiba.....	272-273
Praia da vila de Mangaratiba, com o sol a pino.....	288-289
Café produzido no ano agrícola 1919/20 (Mapa).....	304-305
O porto no Rio d'Aldeia.....	320-321
Um pé de café carregado de frutos.....	328-329
Aspecto de um cafezal na fazenda Guataparâ em Ribeirão Preto—S. Paulo.....	360-361
Situação dos 100 municípios do Brasil que produziram mais café no ano agrícola de 1919/20 (Mapa).....	392-393
Ruínas do Convento de S. Bernardino de Senna, em Angra dos Reis.....	352-353
Dois velhos casarões coloniais em ruínas, em Porto das Caixas.....	428-429
Ruínas do antigo trapiche da Lapa, em Angra dos Reis.....	432-433

APENSOS

Importação sujeita a direitos, retirada para consumo interno.....	132-133
Importação de café, pelo Reino Unido, de varios países, durante os anos de 1921 a 1925.....	132-133
Relação dos preços correntes de café no mercado de Liverpool, no princípio de cada trimestre dos anos de 1921 a 1927.....	132-133
Mapa dos saques e câmbios sobre as diferentes praças e do café vendido durante os anos de 1882, 1881, 1880, 1779 e 1878.....	280-281
Mapa do consumo de café na Belgica desde o ano de 1910 até Maio de 1927.....	296-297